ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLI Nº 73

Brasília - DF, quarta-feira, 16 de abril de 2014

Sumário

PÁGINA

Atos do Congresso Nacional 1
Presidência da República 1
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 7
Ministério da Cultura 9
Ministério da Defesa 12
Ministério da Educação 14
Ministério da Fazenda 17
Ministério da Integração Nacional 28
Ministério da Justiça 29
Ministério da Previdência Social 37
Ministério da Saúde 38
Ministério das Cidades 44
Ministério das Comunicações 44
Ministério de Minas e Energia 66
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome 209
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 211
Ministério do Esporte 215
Ministério do Meio Ambiente 215
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 225
Ministério do Trabalho e Emprego 227
Ministério dos Transportes 232
Conselho Nacional do Ministério Público 233
Ministério Público da União 234
Tribunal de Contas da União 235
Poder Judiciário 236
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 237

Atos do Congresso Nacional

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2014

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o disposto no art. 6º da Resolução nº 01/2011-CN, que "Dispõe sobre a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, sua composição, organização e competências", e para os efeitos do que determina o art. 10 da referida Resolução, resolve:

Art. 1º Designar a Deputada IARA BERNARDI, na condição de membro titular da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, para ocupar a vaga destinada ao Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados, nos termos do Ofício OF nº 367/GAB-LidPT, da Liderança do PT naquela Casa do Congresso Nacional.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data da sua publicação.

Senado Federal, em 15 de abril de 2014
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente da Mesa do Congresso Nacional

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 77, de 10 de abril de 2014. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5083.

Nº 79, de 14 de abril de 2014. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5105.

GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Exposição de Motivos

Nº 43, de 15 de abril de 2014. Autorizo. Em 15 de abril de 2014.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 15 de abril de 2014

Entidade: AR CERTISIGN, vinculada à AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN SPB, AC OAB, AC CERTISIGN RFB e AC FENACON CERTISIGN RFB
Processos nºs: 00100.000040/2003-84, 00100.000020/2003-11, 00100.000280/2008-93, 00100.000183/2003-96 e 00100.000061/2008-12

Acolhe-se as Notas nºs 192, 182/2014/APG/PFE-ITI/PGF/AGU, 188/2014/DSB/PFE-ITI/PGF/AGU, 217 e 211/2014/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU que opinam pelo deferimento dos pedidos de credenciamento de nova Instalação Técnica da AR CERTISIGN, vinculada à AC CERTISIGN MULTIPLA, AC CERTISIGN SPB, AC OAB, AC CERTISIGN RFB e AC FENACON CERTISIGN RFB, localizada na Avenida 136, Qd. F-44, Lt. 02-E, Sl. B-84 e B-85, ED. N. Busines Style, St. Sul, Goiânia-GO, para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 3.2.1.2, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Entidade: AR RG EMPREENDIMENTOS, vinculada à AC CERTISIGN RFB
Processo nº: 00100.000183/2003-96

Acolhe-se a Nota nº 212/2014/PRCC/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de alteração de endereço da Instalação Técnica da AR RG EMPREENDIMENTO, vinculada à AC CERTISIGN RFB, listado abaixo, para as Políticas de Certificados credenciadas.

AR	ENDEREÇO
AR RG EMPREENDIMENTOS	**Anterior**: Rua São Francisco, 620, Atras da Banca, Petrolina-PE.
	Novo: Av. da Integração, 196, Maria Auxiliadora, Petrolina-PE.

Entidade: AR SEGURALL, vinculada à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000001/2014-30

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI - 19/2014 e consoante Parecer ICP 12/2014 -PFE/ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR SEGURALL, vinculada à AC BR RFB, com instalação técnica situada na Rua Coronel João de Barros, 262, Centro, Passos-MG, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR CEDRO, vinculada à AC BR RFB
Processo nº: 00100.000014/2014-17

Nos termos do Parecer CGAF/DAFN/ITI - 20/2014 e consoante Parecer ICP 16/2014 -PFE/ITI/PGF/AGU, DEFIRO o pedido de credenciamento da AR CEDRO, vinculada à AC BR RFB, com instalação técnica situada na Rua Coronel João Notini, 1350, Centro, Divinópolis-MG, para as Políticas de Certificados já credenciadas.

Entidade: AR JOMANI
CNPJ: 11.138.763/0001-10
Processo Nº: 00100.00008/2014-45

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 05/11), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro JOMANI operacionalmente vinculada à AC BR RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.6, de 25 de maio de 2012. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR BRASIL CERTIFICADORA
CNPJ: 19.450.650/0001-67
Processo Nº: 00100.000095/2014-47

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 05/11), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro BRASIL CERTIFICADORA operacionalmente vinculada à AC BR RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.6, de 25 de maio de 2012. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR ITA
CNPJ:06.927.562/0001-61
Processo Nº: 00100.000082/2014-78

Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 68/75), RECEBO a solicitação de credenciamento da Autoridade de Registro ITA operacionalmente vinculada à AC VALID BRASIL, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.6, de 25 de maio de 2012. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 10 DE ABRIL DE 2014

Divulga o resultado do Processo 00100.000090/2014-14 relativo à homologação, no âmbito da ICP-Brasil, de Módulo de Segurança Criptográfico (MSC) - Modelo LUNA SA 5.

O DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS DO ITI, no uso da atribuição que lhe confere o item 3.3.1 do Anexo à Resolução 36 do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, declara:

AVISO

CIRCULOU EM 15/4/2014 A EDIÇÃO EXTRA Nº 72-A
Também disponível no endereço: www.in.gov.br - Pesquisa nos Jornais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º - Este Ato Declaratório se refere ao Processo 00100.000090/2014-14, relativo à homologação de dispositivo do tipo Módulo de Segurança Criptográfico Modelo "LUNA SA 5", Módulo Criptográfico "LUNA K6", Nível de Segurança Física 2, Versão de Firmware v6.10.2, Versão do Appliance v5.2.3-1, Versão de Interface de Programação de Aplicativos (Application Programming Interface - API) "PKCS#11", da empresa SAFENET INC.

Art. 2° - O equipamento acima foi avaliado pelo Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA, com relação aos requisitos técnicos de segurança e interoperabilidade exigidos pelo Manual de Condutas Técnicas nº 7 - Volume I - versão 1.0, considerando o Nível de Segurança de Homologação 2, e apresentou-se em conformidade com tais requisitos, conforme Laudo de Conformidade emitido por aquele Laboratório em 27 de fevereiro de 2014.

Art. 3° - O ITI analisou o Laudo apresentado pelo LEA, considerando o emprego do equipamento em modo de operação FIPS.

Art. 4º - Face ao exposto, o equipamento avaliado está homologado pelo ITI, no Nível de Segurança de Homologação 2, restringindo-se seu uso para operações em modo FIPS, em estrita observância à legislação aplicável, atendendo em especial aos seguintes normativos:

I - Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no Âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10) - aprovado pela Resolução 96 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, em 27.09.2012;

II - Estrutura Normativa Técnica e Níveis de Segurança de Homologação a serem utilizados nos Processos de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil - v 3.0 (DOC-ICP-10.02) - aprovado pela Instrução Normativa 08-2010 do ITI, em 01.10.2010;

III - Padrões e Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de Módulo de Segurança Criptográfico (MSC) no âmbito da ICP-Brasil - v.1.0 (DOC-ICP-10.05) - aprovado pela Instrução Normativa 05-2007 do ITI, em 11.12.2007;

IV - Manual de Condutas Técnicas nº 7 (MCT-7) - Volume I - v.1.0 - publicado no sítio www.iti.gov.br.

Art. 4° Em decorrência da presente homologação a parte interessada poderá utilizar, no equipamento homologado, o Selo de Homologação, na forma prevista no item 4 do DOC-ICP-10, adotando a seguinte numeração: 0002-14-0005-07.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos
relativos a pessoal da
Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos,
editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e
Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

FRANCISCO DAS CHAGAS PINTO
Coordenador de Produção

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 3, DE 10 DE ABRIL DE 2014

Divulga o resultado do Processo 00100.000091/2014-69 relativo à homologação, no âmbito da ICP-Brasil, de Token Criptográfico - Modelo "ETOKEN PRO 32K 4.2B".

O DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS DO ITI, no uso da atribuição que lhe confere o item 3.3.1 do Anexo à Resolução 36 do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, declara:

Art. 1º - Este Ato Declaratório se refere ao Processo 00100.000091/2014-69, relativo à homologação de dispositivo do tipo Token Criptográfico, Modelo "ETOKEN PRO 32K 4.2B" , Versão do Firmware "2.7", Chipset "SLE 66CX322P", Versão do Hardware "C8051F326/7", ATR "3BF2180002C10A31FE58C80975", da empresa SAFENET INC.

Art. 2° - O equipamento acima foi avaliado pelo Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA, com relação aos requisitos técnicos de segurança e interoperabilidade exigidos pelo Manual de Condutas Técnicas nº 1 - Volume I - versão 3.0, considerando o Nível de Segurança de Homologação 1, e apresentou-se em conformidade com tais requisitos, conforme Laudo de Conformidade emitido por aquele Laboratório em 04 de abril de 2014.

Art. 3° - Face ao exposto, o equipamento avaliado está homologado pelo ITI, no Nível de Segurança de Homologação 1, em estrita observância à legislação aplicável, atendendo em especial aos seguintes normativos:

I - Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no Âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10) - aprovado pela Resolução 96 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, em 27.09.2012;

II - Estrutura Normativa Técnica e Níveis de Segurança de Homologação a serem utilizados nos Processos de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil - v 3.0 (DOC-ICP-10.02) - aprovado pela Instrução Normativa 08-2010 do ITI, em 01.10.2010;

III - Padrões e Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de cartões inteligentes (smart cards), leitoras de cartões inteligentes e tokens criptográficos no âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10.03) - aprovado pela Instrução Normativa 03-2007 do ITI, em 11.12.2007;

IV - Manual de Condutas Técnicas nº 3 (MCT-3) - Volume I - v.3.0 - publicado no sítio www.iti.gov.br.

Art. 4° Em decorrência da presente homologação a parte interessada poderá utilizar, no equipamento homologado, o Selo de Homologação, na forma prevista no item 4 do DOC-ICP-10, adotando a seguinte numeração: 0003-14-0003-07.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 10 DE ABRIL DE 2014

Divulga o resultado do Processo 00100.000092/2014-11 relativo à homologação, no âmbito da ICP-Brasil, de Token Criptográfico - Modelo "IKEY 4000".

O DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS DO ITI, no uso da atribuição que lhe confere o item 3.3.1 do Anexo à Resolução 36 do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, declara:

Art. 1º - Este Ato Declaratório se refere ao Processo 00100.000092/2014-11, relativo à homologação de dispositivo do tipo Token Criptográfico, Modelo "IKEY 4000" , Versão do Firmware "V3.0", Chipset "400M iKey 4000", ATR "3BFF1800008131FE4D8025A00000005657444B3430300600DD", Versão do Hardware "V0.8", da empresa SAFENET INC.

Art. 2° - O equipamento acima foi avaliado pelo Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA, com relação aos requisitos técnicos de segurança e interoperabilidade exigidos pelo Manual de Condutas Técnicas nº 3 - Volume I - versão 3.0, considerando o Nível de Segurança de Homologação 1, e apresentou-se em conformidade com tais requisitos, conforme Laudo de Conformidade emitido por aquele Laboratório em 13 de março de 2014.

Art. 3º - O ITI analisou o Laudo apresentado pelo LEA, considerando o emprego da biblioteca criptográfica PKCS#11 "eTPKCS11.DLL".

Art. 4° - Face ao exposto, o equipamento avaliado está homologado pelo ITI, no Nível de Segurança de Homologação 1, em estrita observância à legislação aplicável, atendendo em especial aos seguintes normativos:

I - Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no Âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10) - aprovado pela Resolução 96 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, em 27.09.2012;

II - Estrutura Normativa Técnica e Níveis de Segurança de Homologação a serem utilizados nos Processos de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil - v 3.0 (DOC-ICP-10.02) - aprovado pela Instrução Normativa 08-2010 do ITI, em 01.10.2010;

III - Padrões e Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de cartões inteligentes (smart cards), leitoras de cartões inteligentes e tokens criptográficos no âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10.03) - aprovado pela Instrução Normativa 03-2007 do ITI, em 11.12.2007;

IV - Manual de Condutas Técnicas nº 3 (MCT-3) - Volume I - v.3.0 - publicado no sítio www.iti.gov.br.

Art. 5° Em decorrência da presente homologação a parte interessada poderá utilizar, no equipamento homologado, o Selo de Homologação, na forma prevista no item 4 do DOC-ICP-10, adotando a seguinte numeração: 0004-14-0003-07.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 10 DE ABRIL DE 2014

Divulga o resultado do Processo 00100.000093/2014-58 relativo à homologação, no âmbito da ICP-Brasil, de Token Criptográfico - Modelo "ETOKEN PRO 64K".

O DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS DO ITI, no uso da atribuição que lhe confere o item 3.3.1 do Anexo à Resolução 36 do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, de 21 de outubro de 2004, declara:

Art. 1º - Este Ato Declaratório se refere ao Processo 00100.000093/2014-58, relativo à homologação de dispositivo do tipo Token Criptográfico, Modelo "ETOKEN PRO 64K 4.2B" , ATR "3BF2180002C10A31FE58C80975", Versão do Firmware "2.7", Chipset "SLE 66CX322P", Versão de Hardware "C8051F326/7", da empresa SAFENET INC.

Art. 2° - O equipamento acima foi avaliado pelo Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA, com relação aos requisitos técnicos de segurança e interoperabilidade exigidos pelo Manual de Condutas Técnicas nº 3 - Volumes I e II - versão 3.0, considerando o Nível de Segurança de Homologação 1, e apresentou-se em conformidade com tais requisitos, conforme Laudo de Conformidade emitido por aquele Laboratório em 04 de abril de 2014.

Art. 3° - Face ao exposto, o equipamento avaliado está homologado pelo ITI, no Nível de Segurança de Homologação 1, em estrita observância à legislação aplicável, atendendo em especial aos seguintes normativos:

I - Regulamento para Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no Âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10) - aprovado pela Resolução 96 do Comitê Gestor da ICP-Brasil, em 27.09.2012;

II - Estrutura Normativa Técnica e Níveis de Segurança de Homologação a serem utilizados nos Processos de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital no âmbito da ICP-Brasil - v 3.0 (DOC-ICP-10.02) - aprovado pela Instrução Normativa 08-2010 do ITI, em 01.10.2010;

III - Padrões e Procedimentos técnicos a serem observados nos processos de homologação de cartões inteligentes (smart cards), leitoras de cartões inteligentes e tokens criptográficos no âmbito da ICP-Brasil - v.3.0 (DOC-ICP-10.03) - aprovado pela Instrução Normativa 03-2007 do ITI, em 11.12.2007;

IV - Manual de Condutas Técnicas nº 3 (MCT-3) - Volume I - v.3.0 - publicado no sítio www.iti.gov.br.

Art. 4° Em decorrência da presente homologação a parte interessada poderá utilizar, no equipamento homologado, o Selo de Homologação, na forma prevista no item 4 do DOC-ICP-10, adotando a seguinte numeração: 0005-14-0003-07.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA-GERAL
CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a criação da Comissão Eleitoral para a eleição da representação da sociedade civil do CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE para o período de 2 (dois) anos.

A MESA DIRETORA DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, no uso das atribuições legais estabelecidas na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou o Conselho Nacional de Juventude, no Decreto nº 5.490, de 14 de julho de 2005, no Regimento Interno do Conselho Nacional de Juventude, de 23 de setembro de 2005, e na deliberação do Conselho Nacional de Juventude, em sua 36ª Reunião Ordinária, realizada em 24 e 25 de fevereiro de 2014, resolve:

Art. 1º - Constituir Comissão Eleitoral para escolha da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Juventude para o período de 2 (dois) anos.

Art. 2º - A Comissão será composta pelas seguintes entidades, da sociedade civil e do poder público:

1. Instituto de Juventude Contemporânea - IJC, da Sociedade Civil, representado por David Barros Araújo;

2. Centro de Promoção da Saúde - CEDAPS, da Sociedade Civil, representado por Fransergio Goulart de Oliveira Silva;

3. Associação de Populações Vulneráveis - APV, da Sociedade Civil, representada por Vinicius Alves da Silva;

4. Centro Nacional de Estudos Sindicais e do Trabalho - CES, da Sociedade Civil, representado por Arthur Diego Herculano;

5. Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República, órgão do poder público, representada por Rafael Xavier Schuartz;

6. Ministério dos Esportes, órgão do poder público, representado por Marco Antônio da Silva Grande,

7. Fórum Nacional de Secretários e Gestores Estaduais de Juventude - FORJUVE, órgão do poder público, representado por Ismênio Bezerra.

Art. 3º - As entidades da sociedade civil que compõem esta Comissão Eleitoral ficam impedidas de concorrer no processo de eleição do Conselho Nacional de Juventude.

Art. 4º - Esta Comissão terá o prazo até 26 de junho de 2014 para coordenar o processo de escolha da representação da sociedade civil, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital de Convocação, da referida eleição.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES
Presidente

ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES
Vice-Presidenta

MURILO PARRINO AMATNEEKS
Secretário Executivo

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre o Edital de Convocação da Assembleia de Eleição de representantes da Sociedade Civil no CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE para o período de 2 (dois) anos.

Em cumprimento ao disposto na Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou o CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, ao Decreto nº 5.490, de 14 de julho de 2005 e ao Decreto nº 7.697, de 09 de março de 2012, que dispõem sobre sua composição e funcionamento, e de Deliberação do Plenário do Conselho de 25 de fevereiro de 2014, fica convocada a **Assembleia de Eleição da representação da sociedade civil do CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE** para o período de 2 (dois) anos, nos limites da presente Resolução.

DO CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE

Art. 1º - O CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE - CONJUVE, órgão colegiado de caráter consultivo, integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, tem, segundo a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, por finalidade formular e propor diretrizes da ação governamental, voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

Das competências do CONJUVE

Art. 2º - Conforme dispõe a Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que criou o CONJUVE, e ao Decreto nº 5.490, de 14 de julho de 2005 compete ao CONJUVE:

I - propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política nacional de juventude;

II - apoiar a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria-Geral da Presidência da República na articulação com outros órgãos da administração pública federal, governos estaduais, municipais e do Distrito Federal;

III - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a realidade da situação juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas;

IV - apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem a assegurar e ampliar os direitos da juventude;

V - articular-se com os conselhos estaduais e municipais de juventude e outros conselhos setoriais, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude; e

VI - fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais.

Da Composição

Art. 3º - O CONJUVE é integrado por representantes do Poder Público e da sociedade civil, com reconhecida atuação na defesa e promoção dos direitos da juventude.

Art. 4º O CONJUVE é constituído de 60 (sessenta) membros titulares e respectivos suplentes, designados pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, observada a seguinte composição:

I - 1/3 (um terço) de representantes do poder público;

II - 2/3 (dois terços) de representantes da sociedade civil.

Art. 5º - Poderá candidatar-se a representante da sociedade civil no CONJUVE nas seguintes categorias:

I - Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de atuação nacional;

II - Fóruns e Redes da Juventude; e,

III - Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude.

Parágrafo Único: Cada organização só poderá inscrever-se para concorrer a única cadeira em uma das três categorias previstas nos incisos do caput, sendo vedada alteração de categoria e/ou cadeira até a publicação da lista prévia das candidaturas habilitadas, conforme previsão do art. 25, caput.

Art. 6º - O período de inscrição de candidaturas será de 16 de abril até o dia 17 de maio de 2014.

Art. 7º - O Participatório, Observatório Participativo da Juventude, será a plataforma de inscrição das candidaturas, sendo acessado através do endereço: http://participatorio.juventude.gov.br/eleicoesconjuve.

Parágrafo Único. As candidaturas deverão preencher Formulário de Inscrição disponível exclusivamente no Participatório, no período de 16 de abril até o dia 17 de maio de 2014 e enviar os documentos relacionados à sua categoria.

Art. 8º - O envio dos documentos deverá ser realizado no período de 16 de abril até o dia 17 de maio de 2014, data limite para postagem, por meio de:

I. upload dos arquivos via Participatório; ou

II. SEDEX, endereçado à Secretaria-Executiva do CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE, Pavilhão de Metas, Via N1, Leste, s/nº, Praça dos Três Poderes, Zona Cívico Administrativa, Brasília-DF, CEP 70150-908.

Da inscrição de Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de atuação nacional.

Art. 9º - Para se habilitar para a referida eleição o Movimento, Associação ou Organização da Juventude de atuação nacional, deverá comprovar:

I. pelo menos dois anos de funcionamento;

II. representação em no mínimo 5 (cinco) estados e 3 (três) macrorregiões;

III. atuação na mobilização, organização, na promoção ou na defesa ou na garantia dos direitos com reconhecimento na área e na temática de juventude.

Parágrafo Único: Para habilitação de entidade que represente os segmentos da JUVENTUDE INDÍGENA, JUVENTUDE DE RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA e JUVENTUDE DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS fica dispensada a exigência prevista no item II.

Art. 10. - No ato da inscrição o Movimento, Associação ou Organização da Juventude de atuação nacional deverá apresentar ou enviar os seguintes documentos:

I. Cópia autenticada do Estatuto do Movimento, Associação ou Organização da Juventude de atuação nacional ou de documentos comprobatórios de sua existência;

II. Cópia autenticada da Ata de reunião que elegeu a atual representação do Movimento, Associação ou Organização da Juventude de atuação nacional;

III. Relatório de atividades dos anos de 2012 e 2013 que informe sua atuação no campo da juventude, com descrição de atividades organizadas, de atividades organizadas em parceria com outras organizações, atividades em que foi participante, quantidade de pessoas atingidas, histórico e demais informações que julgar pertinentes;

IV. Indicação formal, firmada pelo representante legítimo do Movimento, Associação ou Organização da Juventude, na forma do seu Estatuto ou correlato, do representante que participará da assembleia de eleição, citando nome e qualificação;

V. Formulário padrão preenchido.

Art. 11. - A inscrição de Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de caráter geral, nacional ou federativo, não permitirá a inscrição de suas associadas, filiadas e componentes.

Art. 12. - Na categoria de representação de Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de atuação nacional, para participar da Assembleia de eleição e para assumir eventual cadeira no CONJUVE, somente serão admitidas indicações de jovens entre 15 e 29 anos preferencialmente, ou até 35 anos.

Parágrafo único - Indicações de jovens entre 15 e 17 anos deverão ser acompanhadas de documento autenticado com autorização e declaração dos pais ou responsável.

Da inscrição de Fóruns e Redes da Juventude

Art. 13. - O Fórum e a Rede da Juventude, para se habilitar para a referida eleição deverá comprovar:

I. pelo menos dois anos de funcionamento e

II. atuação na mobilização, organização, promoção, defesa ou na garantia dos direitos, com reconhecimento nacional na temática de juventude;

Art. 14. - No ato da inscrição o Fórum e a Rede deverão apresentar ou enviar os seguintes documentos:

I. Cópia autenticada do Estatuto, Carta de Princípios ou Ata de Criação do Fórum e da Rede ou de documentos comprobatórios de sua existência;

II. Cópia autenticada da Ata de reunião que elegeu a atual representação do Fórum e da Rede;

III. Relatório de atividades dos anos de 2012 e 2013 que informe sua atuação no campo da juventude, com descrição de atividades organizadas, de atividades organizadas em parceria com outras organizações, atividades em que foi participante, quantidade de pessoas atingidas, histórico e demais informações que julgar pertinentes;

IV. Indicação formal, firmada pelo representante legítimo do Fórum e da Rede, na forma do seu Estatuto ou correlato, do representante que participará da assembleia de eleição, citando nome e qualificação e documento de identificação;

V. Formulário padrão preenchido.

Art. 15. - Na categoria de representação de Fóruns e Redes da Juventude, para participar da Assembleia de eleição e para assumir eventual cadeira no CONJUVE, somente serão admitidas indicações de jovens entre 15 e 29 anos preferencialmente, ou até 35 anos.

Parágrafo único - Indicações de jovens entre 15 e 17 anos deverão ser acompanhadas de documento autenticado com autorização e declaração dos pais ou responsável.

Da participação das Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude

Art. 16. - A Entidade de Apoio às Políticas Públicas de Juventude, para participar da referida eleição deverá comprovar:

I. pelo menos dois anos de funcionamento;

II. atuação no atendimento, promoção, defesa, garantia dos direitos, estudo e/ou pesquisa sobre juventude com relevância nacional;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 17. - No ato da inscrição a Entidade de Apoio às Políticas Públicas de Juventude deverá apresentar ou enviar os seguintes documentos:

I. Cópia autenticada do Estatuto da Entidade, registrado em cartório;

II. Cópia autenticada da Ata de reunião que elegeu a atual representação legal da Entidade, registrada em cartório;

III. Relatório de atividades dos anos de 2012 e 2013, com descrição de atividades organizadas, de atividades organizadas em parceria com outras organizações, atividades em que foi participante, quantidade de pessoas atingidas, histórico e demais informações que julgar pertinentes, comprovando sua contribuição na elaboração de políticas públicas de juventude que apresentem impacto/influencia nacional;

IV. Indicação formal, firmada pelo responsável legal da Entidade, na forma do seu Estatuto, do representante que participará desta assembleia de eleição, citando nome, qualificação e documento de identificação;

V. Comprovante da Inscrição e da Situação Cadastral (CNPJ);

VI. Formulário padrão preenchido.

Art. 18. - A inscrição de Entidades de Apoio às Políticas Públicas de caráter geral, nacional ou federativo, não permitirá a inscrição de suas associadas, filiadas e componentes.

Da eleição para representação da sociedade civil.

Art. 19. - A eleição será para o preenchimento das vagas para representação da sociedade civil, entre titulares e suplentes, serão distribuídas nas seguintes categorias:

I. Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de atuação nacional - 24 Cadeiras;

II. Fóruns e Redes da Juventude - 6 Cadeiras;

III. Entidades de Apoio às Políticas Públicas de Juventude - 10 Cadeiras;

Art. 20. - Os Movimentos, Associações, e Organizações da Juventude de atuação nacional serão eleitos para as seguintes cadeiras de Titulares (T) e Suplentes (S):

CADEIRA	VAGAS
1. ARTISTICAS E CULTURAIS	1
2. DO CAMPO	2
3. ESTUDANTIS	3
4. HIP HOP	1
5. FEMINISTAS	2
6. NEGROS E NEGRAS	2
7. LGBT	1
8. RELIGIOSO	2
9. RELIGIÃO DE MATRIZ AFRICANA	1
10. TRABALHADORES URBANOS	3
11. POLÍTICO-PARTIDÁRIO	2
12. COMUNITÁRIO E DE MORADIA	1
13. INDÍGENA	1
14. MEIO AMBIENTE	1
15. COMUNIDADES TRADICIONAIS	1
TOTAL	**24**

Art. 21. - Os Fóruns e Redes serão eleitos para as seguintes cadeiras de Titulares (T) e Suplentes (S):

CADEIRA	VAGAS
FÓRUNS E REDES	**6**

Art. 22.- As 10 (dez) vagas de titulares (T) e 10 (dez) vagas de suplentes (S) das Entidades de Apoio às Políticas de Juventude serão eleitas para as seguintes cadeiras:

CADEIRA	VAGAS
1. CULTURA	1
2. EDUCAÇÃO	1
3. ESPORTE, LAZER E TEMPO LIVRE	1
4. JOVENS COM DEFICIENCIA	1
5. MÍDIA, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	1
6. PARTICIPAÇÃO JUVENIL	1
7. RAÇA/ETNIA	1
8. SAÚDE, GÊNERO E DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS	1
9. SEGURANÇA PÚBLICA/DIREITOS HUMANOS	1
10. TRABALHO E RENDA	1
TOTAL	**10**

Da Comissão Eleitoral e do processo de análise

Art. 23 - Comissão Eleitoral, composta por quatro representantes da sociedade civil e três representantes do Governo Federal, conforme Resolução do CONJUVE 01/2014, publicada no D.O.U., publicará em 26 de maio de 2014, no D.O.U., a lista prévia das candidaturas habilitadas, abrindo prazo de cinco dias úteis para recurso.

Parágrafo único - Findo este prazo, a Comissão Eleitoral deverá publicar no DOU, em 06 de junho de 2014, a relação final das representações da sociedade civil habilitadas para participação na assembléia de Eleição.

Art. 24 - É de responsabilidade da Comissão Eleitoral, após análise dos documentos comprobatórios previstos nos artigos: 9º, 13º e 16º, confirmar ou não a inscrição dos representantes da sociedade civil.

Art. 25- É facultada à Comissão Eleitoral, antes da habilitação final, propor a reclassificação de candidatura em outra categoria ou cadeira, diferente da proposta de inscrição, desde que a organização inscrita concorde com a reclassificação.

Da Assembleia de Eleição.

Art. 26 - No dia 26 de junho de 2014, às 9h em primeira chamada com a presença de 50% dos/as representantes habilitados/as e às 9h30min com qualquer quórum, será iniciada a Assembleia de Eleição que será encerrada às 18hs, em Brasília/DF.

Art. 27 - A Comissão Eleitoral fará a designação do presidente e do secretário da Assembleia, que farão a apresentação da proposta da pauta e de organização dos trabalhos.

Art. 28- Será permitida a presença de apenas um representante de cada Movimento, Associação, e Organização da Juventude de atuação nacional, Fóruns e Redes da Juventude e Entidade de Apoio às Políticas Públicas de Juventude habilitadas para a referida assembleia.

Art. 29 - A eleição acontecerá em três assembleias, divididas pelas categorias: Movimentos, Associações ou Organizações da Juventude de atuação nacional; Fóruns e Redes da Juventude e Entidades de Apoio às Políticas de Juventude, onde cada participante votará, dentro de sua categoria, primeiramente nos membros titulares do CONJUVE e numa segunda votação nos membros suplentes do CONJUVE.

Da nomeação da representação da sociedade civil do CONJUVE

Art. 30 - Após apurado e divulgado o resultado, será feita a lavratura da ata que será encaminhada à Mesa Diretora do CONJUVE que proclamará as entidades eleitas, e encaminhará, num prazo máximo de 10 (dez) dias, ao Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República que as designará nos termos da lei.

Art. 31 - A cadeira no CONJUVE é de titularidade do Movimento, Associação ou Organização da Juventude de atuação nacional, do Fórum ou Rede da Juventude, ou da Entidade de Apoio às Políticas Públicas de Juventude eleitos.

Parágrafo único - O Movimento, Associação ou Organização da Juventude de atuação nacional, do Fórum ou Rede da Juventude, ou da Entidade de Apoio às Políticas Públicas de Juventude terá um prazo de 10(dez) dias após a eleição para indicar o titular e/ou suplente.

Disposições Gerais

Art. 32 - A Comissão Eleitoral durante o processo de análise dos documentos poderá solicitar outras informações e/ou documentos caso necessário.

Art. 33 - Não será aceita inscrição de seções ou sucursais de Entidade ou Organização internacional, mesmo que com sede no país.

Art. 34 - As despesas com a organização geral dos participantes da Assembleia de Eleição da representação da sociedade civil no CONJUVE correrão por conta da Secretaria Nacional de Juventude, cabendo aos participantes se responsabilizarem pelos gastos com deslocamento e hospedagem.

Art. 35 - Outras informações poderão ser obtidas diretamente na Secretaria Executiva do CONJUVE, pelo telefone (61) 3411-3543 e pelo e-mail: eleicoes.conjuve@presidencia.gov.br.

Art. 36 - Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora, em conjunto com a Comissão Eleitoral.

Art. 37 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO MELCHIOR RODRIGUES
Presidente

ÂNGELA CRISTINA SANTOS GUIMARÃES
Vice-Presidenta

MURILO PARRINO AMATNEEKS
Secretário Executivo

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 8, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Redução do prazo mínimo estabelecido para publicação do edital do processo seletivo da Advocacia-Geral da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO e o **MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DE PORTOS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 4°, incisos I e XVIII, da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, e o Decreto nº 8.088, de 2 de setembro de 2013, tendo em vista o § 2º do art. 18 do Decreto n° 6.944, de 21 de agosto de 2009, e

Considerando as autorizações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de concurso público para provimento de 60 (sessenta) e 40 (quarenta) cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo, do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República, por meio das Portarias n°s 116 e 117 - MP, de 9 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2014, respectivamente;

Considerando que a Advocacia-Geral da União e a Secretaria de Portos da Presidência da República possuem a necessidade de fortalecer seus respectivos Quadros de Pessoal, objetivando a readequação da força de trabalho, em face dos crescentes desafios e metas das políticas implementadas pelas Pastas, e tendo em vista as autorizações de concurso público efetuadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e ainda, por tratar-se de concurso para provimento de cargos do mesmo Plano, Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE, a medida mais adequada para a administração sugere um processo de recrutamento conjunto entre os dois órgãos, em cumprimento aos princípios da economicidade e eficiência; e,

Considerando a premente necessidade daqueles órgãos contar com o reforço desses novos servidores em seu quadro funcional, e que de acordo com a legislação eleitoral a conclusão de concursos públicos deverá se dar até 30 de junho de 2014 e a suas respectivas homologações até o dia 5 de julho deste ano, resolvem:

Art. 1º Autorizar a redução do prazo, a que se refere o inciso I do art. 18 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, entre a publicação do edital de abertura do concurso público para provimento de cargos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo do Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União e da Secretaria de Portos da Presidência da República e a realização da prova, para, no mínimo, 30 (trinta) dias.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS
Advogado-Geral da União

ANTONIO HENRIQUE PINHEIRO SILVEIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Portos

PORTARIA Nº 110, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4º da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta no Processo nº 00400.000838/2014-02;

Considerando a realização do XVIII Congresso Nacional dos Procuradores da Previdência Social - CONPPREV, programado para o período de 01 a 04 de maio de 2014, na cidade de Florianópolis/SC;

Considerando a importância do evento e seu significado em termos de capacitação e aperfeiçoamento profissional para os integrantes da Carreira de Procurador Federal, resolve:

Art. 1° Autorizar o afastamento dos Procuradores Federais inscritos no XVIII Congresso Nacional dos Procuradores da Previdência Social - CONPPREV, a realizar-se na cidade de Florianópolis/SC, no período de 01 a 04 de maio de 2014, desde que, a critério das chefias imediatas, o afastamento não acarrete prejuízo ao andamento regular dos trabalhos dos órgãos de execução da Procuradoria-Geral Federal.

Parágrafo único. O período de afastamento será justificado mediante apresentação de comprovante da participação de cada Procurador Federal ao evento.

2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 111, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Institui e autoriza o funcionamento do Escritório Avançado da Corregedoria-Geral da Advocacia da União no âmbito da 4ª Região.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e XVIII do art. 4° da Lei Complementar n° 73, de 10 de fevereiro de 1993, resolve:

Art. 1° Instituir e autorizar o funcionamento do Escritório Avançado da Corregedoria-Geral da Advocacia da União na 4ª Região, cujo âmbito de circunscrição ordinária compreenderá as unidades pertencentes aos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Parágrafo único. O Escritório de que trata o caput terá sede na cidade de Porto Alegre, sendo o exercício das atividades subordinadas diretamente ao Corregedor-Geral da Advocacia da União.

Art. 2° O Corregedor-Geral da Advocacia da União editará as normas necessárias à definição e delegação de competências e atribuições e ao funcionamento do Escritório.

Art. 3° A Secretaria-Geral da Advocacia-Geral da União adotará todas as providências administrativas necessárias à implantação e ao funcionamento do Escritório.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS REGIONAIS
UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM

DESPACHO DO CHEFE
Em 28 de janeiro de 2014

Nº 12 - **A CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA REGIONAL DE BELÉM DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS - ANTAQ,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, considerando o contido no Processo nº 50305.000125/2013-14 e no Termo de Ajuste de Conduta nº 02/2013-UARBL; considerando que, após o decurso do prazo concedido no TAC, a empresa não comprovou o atendimento de nenhuma das obrigações; considerando que o TAC, em sua Cláusula Terceira, prevê a aplicação de multa por descumprimento; considerando a determinação da Superintendência de Fiscalização e Coordenação; decide por aplicar a penalidade de MULTA PECUNIÁRIA no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais) à RODONAVE NAVEGAÇÕES LTDA., sendo:

R$ 1.000,00 (um mil reais) por descumprimento do item "a" do TAC (art. 23, III, da Resolução n° 1.274/ANTAQ);

R$ 2.000,00 (dois mil reais) por descumprimento do item "b" do TAC (art. 23, XI, da Resolução n° 1.274/ANTAQ);

R$ 1.000,00 (um mil reais) por descumprimento do item "c" do TAC (art. 23, VII, da Resolução n° 1.274/ANTAQ);

R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por descumprimento do item "d" do TAC (art. 23, XXX, da Resolução n° 1.274/ANTAQ);

R$ 1.000,00 (um mil reais) pelo não envio do cronograma objeto do Parágrafo Primeiro da Cláusula Segunda do TAC;

R$ 1.000,00 (um mil reais) pelo não envio do relatório objeto do Parágrafo Segundo da Cláusula Segunda do TAC;

R$ 1.000,00 (um mil reais) pelo não fornecimento de dados e informações necessárias ao acompanhamento da execução do TAC, conforme Cláusula Quarta.

ANA PAULA FAJARDO ALVES

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIAS DE 15 DE ABRIL DE 2014

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso IV, da Portaria nº 2304, de 17 de dezembro de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 925 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Terravista (BA) (Código OACI: SBTV) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.043844/2014-02. Fica revogada a Portaria ANAC nº 353, de 23 de fevereiro de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 38, Seção 1, Página 1, de 24 de fevereiro de 2012.

Nº 926 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Outeiro das Brisas (BA) (Código OACI: SNEC) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.042048/2014-44. Fica revogada a Portaria ANAC nº 1448, de 26 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº164, Seção 1, Página 11-12, de 27 de agosto de 2009.

Nº 927 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Jatapú (AM) (Código OACI: SJCW) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.036966/2014-34.

Nº 928 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Herdade (SP) (Código OACI: SDHE) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.046999/2014-92.

Nº 929 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Carolina (RO) (Código OACI: SIZR) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.047064/2014-23.

Nº 930 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Planeste (MA) (Código OACI: SIUM) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.046946/2014-17.

Nº 931 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Planalto (MG) (Código OACI: SSMX) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.041385/2014-14. Fica revogada a Portaria ANAC nº 1220, de 28 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 143, Seção 1, Página 08, de 29 de julho de 2009.

Nº 932 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Quebracho Brasil (MS) (Código OACI: SDMQ) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.041314/2014-11. Fica revogada a Portaria ANAC nº 1830, de 08 de outubro de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 194, Seção 1, Página 25, de 09 de outubro de 2009.

Nº 933 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda São Joaquim I (MG) (Código OACI: SIEX) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.042205/2014-11. Fica revogada a Portaria ANAC nº 0746, de 17 de maio de 2010, publicada no Diário Oficial da União nº 94, Seção 1, Página 18, de 19 de maio de 2010.

Nº 934 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Serra do Cabral (MG) (Código OACI: SSVU) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.039684/2014-99. Fica revogada a Portaria ANAC nº 1155, de 21 de julho de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 138, Seção 1, Página 44, de 22 de julho de 2009.

Nº 935 - Alterar e renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Real (SP) (Código OACI: SIZQ) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.039614/2014-31. Fica revogada a Portaria ANAC nº 0450, de 30 de março de 2009, publicada no Diário Oficial da União nº 62, Seção 1, Página 16, de 01 de abril de 2009.

Nº 936 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Amazonas (GO) (Código OACI: SIWR) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.040168/2014-15.

Nº 937 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Favo de Mel (MT) (Código OACI: SWDS) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.038262/2014-04.

Nº 938 - Renovar a inscrição do aeródromo privado Fazenda Baessa (GO) (Código OACI: SSTP) no cadastro de aeródromos. A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.019237/2014-13.

Nº 939 - Alterar a inscrição do heliponto privado Condomínio Faria Lima - Pinheiros (SP) (Código OACI: SIRZ) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade até 19 de março de 2023. Processo nº 00065.042054/2014-00. Fica revogada a Portaria ANAC nº 727, de 15 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 53, Seção 1, Página 5-6, de 19 de março de 2013.

O GERENTE DE ENGENHARIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO no uso de suas atribuições outorgadas pelo artigo 1º, inciso IV da Portaria nº 2304 de 17 de dezembro de 2010, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução Nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 0856, de 17 de setembro de 1985, resolve:

Nº 940 - Homologar o heliponto em plataforma privado PETROBRAS 55 (RJ) (Código OACI:9PVD). Esta Portaria será válida até 22 de setembro de 2016. Processo nº 00065.026317/2014-25. Fica revogada a Portaria nº 293, de 31 de janeiro de 2014, publicada no DOU de 4 de fevereiro de 2014, Seção 1, página 1.

Nº 941 - Homologar o heliponto em plataforma privado FPSO FLUMINENSE (RJ) (Código OACI:9PFL). Esta Portaria será válida até 18 de outubro de 2016. Processo nº 63012.001316/2014-11.

As Portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

HUGO VIEIRA DE VASCONCELOS

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIAS DE 15 DE ABRIL DE 2014

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 3.377/SPO, de 20 de dezembro de 2013, resolve:

Nº 922 - Homologar o curso de Mecânico de Manutenção Aeronáutica, Habilitação Aviônicos, parte teórica e prática, modalidade Semipresencial; pelo período de 5(cinco) anos, da AERO TD ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada na Rua Madalena Barbi, Nº 46, Bairro Centro, CEP: 88015-190, na cidade do Florianópolis - SC, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao processo nº 00065.173284/2013-21.

Nº 923 - Homologar o curso de Comissário de Voo, parte teórica e prática, modalidade Semipresencial; pelo período de 5(cinco) anos, da AERO TD ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL, situada na Rua Madalena Barbi, Nº 46, Bairro Centro, CEP: 88015-190, na cidade do Florianópolis - SC, conforme despacho dado ao requerimento atinente ao processo nº 00065.173293/2013-11.

Estas portarias entram em vigor na data da publicação.

O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço http://www.anac.gov.br.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO

PORTARIA Nº 942, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Classifica os aeroportos para fins de cobrança de tarifas aeroportuárias.

OS SUPERINTENDENTES DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ACOMPANHAMENTO DE MERCADO E DE INFRAESTRUTURA, no uso das atribuições que lhe conferem respectivamente os arts. 39, inciso XLI, e 41, inciso XXVI, e nos termos da competência comum estabelecida pelo art. 38, inciso I do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, com as alterações posteriores, nos termos disposto no art. 28 do Anexo à Portaria nº 306/GC5, de 25 de março de 2003 e na Portaria nº 1592/GM5, de 07 de novembro de 1984 e suas alterações, e tendo em vista o que consta nos processos nº 00065.163323/2013-81 e nº 00065.140785/2013-21, resolvem:

Art. 1º Classificar os aeroportos, para fins específicos de cobrança de Tarifas Aeroportuárias, nas categorias a seguir:

1º CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Belém	SBBE	Val de Cans/Júlio Cezar Ribeiro	PA
Belo Horizonte	SBCF	Tancredo Neves	MG
Curitiba	SBCT	Afonso Pena	PR
Florianópolis	SBFL	Hercílio Luz	SC
Fortaleza	SBFZ	Pinto Martins	CE
Maceió	SBMO	Zumbi dos Palmares	AL
Manaus	SBEG	Eduardo Gomes	AM
Natal	SBNT	Augusto Severo	RN
Porto Alegre	SBPA	Salgado Filho	RS
Recife	SBRF	Guararapes - Gilberto Freyre	PE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Rio de Janeiro	SBGL	Galeão - Antonio Carlos Jobim	RJ
Rio de Janeiro	SBRJ	Santos Dumont	RJ
Salvador	SBSV	Deputado Luís Eduardo Magalhães	BA
São Luís	SBSL	Marechal Cunha Machado	MA
São Paulo	SBSP	Congonhas	SP

2º CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Altamira	SBHT	Altamira	PA
Aracaju	SBAR	Santa Maria	SE
Belo Horizonte	SBBH	Pampulha - Carlos Drummond de Andrade	MG
Boa Vista	SBBV	Atlas Brasil Cantanhede	RR
Cabo Frio	SBCB	Cabo Frio	RJ
Caldas Novas	SBCN	Caldas Novas	GO
Campina Grande	SBKG	Presidente João Suassuna	PB
Campos dos Goytacazes	SBCP	Bartolomeu Lisandro	RJ
Campo Grande	SBCG	Campo Grande	MS
Chapecó	SBCH	Chapecó	SC
Corumbá	SBCR	Corumbá	MS
Cuiabá	SBCY	Marechal Rondon	MT
Cruzeiro do Sul	SBCZ	Cruzeiro do Sul	AC
Dourados	SBDO	Dourados	MS
Foz do Iguaçu	SBFI	Cataratas	PR
Goiânia	SBGO	Santa Genoveva	GO
Ilhéus	SBIL	Bahia - Jorge Amado	BA
Imperatriz	SBIZ	Prefeito Renato Moreira	MA
João Pessoa	SBJP	Presidente Castro Pinto	PB
Joinville	SBJV	Lauro Carneiro de Loyola	SC
Juazeiro do Norte	SBJU	Orlando Bezerra de Menezes	CE
Juiz de Fora	SBJF	Francisco de Assis	MG
Juiz de Fora	SBZM	Regional da Zona da Mata	MG
Londrina	SBLO	Governador José Richa	PR
Macaé	SBME	Macaé	RJ
Macapá	SBMQ	Alberto Alcolumbre	AP
Marabá	SBMA	Marabá	PA
Maringá	SBMG	Regional de Maringá - Sílvio Name Júnior	PR
Montes Claros	SBMK	Mário Ribeiro	MG
Navegantes	SBNF	Ministro Victor Konder	SC
Palmas	SBPJ	Brigadeiro Lysias Rodrigues	TO
Parauapebas	SBCJ	Carajás	PA
Petrolina	SBPL	Senador Nilo Coelho	PE
Porto Seguro	SBPS	Porto Seguro	BA
Porto Velho	SBPV	Governador Jorge Teixeira de Oliveira	RO
Ribeirão Preto	SBRP	Leite Lopes	SP
Rio Branco	SBRB	Plácido de Castro	AC
Rio de Janeiro	SBJR	Jacarepaguá - Roberto Marinho	RJ
Santarém	SBSN	Maestro Wilson Fonseca	PA
Santa Maria	SBSM	Santa Maria	RS
São José do Rio Preto	SBSR	São José do Rio Preto	SP
São José dos Campos	SBSJ	Professor Urbano Ernesto Stumpf	SP
Tabatinga	SBTT	Tabatinga	AM
Teresina	SBTE	Senador Petrônio Portella	PI
Uberaba	SBUR	Mário de Almeida Franco	MG
Uberlândia	SBUL	Ten. - Cel. Av. César Bombonato	MG
Vitória	SBVT	Eurico de Aguiar Salles	ES

3º CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Almeirim	SBMD	Monte Dourado	PA
Alta Floresta	SBAT	Aeroporto Piloto Osvaldo Marques Dias	MT
Araçatuba	SBAU	Araçatuba	SP
Araraquara	SBAQ	Araraquara	SP
Araxá	SBAX	Araxá	MG
Bagé	SBBG	Comandante Gustavo Kraemer	RS
Barreiras	SNBR	Barreiras	BA
Barretos	SNBA	Chafei Amsei	SP
Bauru	SBAE	Bauru-Arealva	SP
Bauru	SBBU	Bauru	SP
Belém	SBJC	Brigadeiro Protásio de Oliveira	PA
Bonito	SBDB	Bonito	MS
Cacoal	SSKW	Cacoal	RO
Cascavel	SBCA	Cascavel	PR
Caxias do Sul	SBCX	Campo dos Bugres	RS
Criciúma	SBCM	Forquilhinha - Criciúma	SC
Curitiba	SBBI	Bacacheri	PR
Divinópolis	SNDV	Divinópolis	MG
Fernando de Noronha	SBFN	Fernando de Noronha	PE
Franca	SIMK	Franca	SP
Governador Valadares	SBGV	Governador Valadares	MG
Ipatinga	SBIP	Usiminas	MG
Itaituba	SBIH	Itaituba	PA
Ji-Paraná	SBJI	Ji-Paraná	RO
Jundiaí	SBJD	Jundiaí	SP
Lençóis	SBLE	Chapada Diamantina	BA
Marília	SBML	Marília	SP
Parintins	SWPI	Parintins	AM
Parnaíba	SBPB	Prefeito Doutor João Silva Filho	PI
Paulo Afonso	SBUF	Paulo Afonso	BA
Pelotas	SBPK	Pelotas	RS
Ponta Porã	SBPP	Ponta Porã	MS
Pouso Alegre	SNZA	Pouso Alegre	MG
Presidente Prudente	SBDN	Presidente Prudente	SP
Rio Grande	SJRG	Rio Grande	RS
Rondonópolis	SWRD	Rondonópolis	MT
São Carlos	SDSC	São Carlos	SP
São João Del Rei	SNJR	Prefeito Octávio de Almeida Neves	MG
São Paulo	SBMT	Campo de Marte	SP
Sorocaba	SDCO	Sorocaba	SP
Sinop	SWSI	Presidente João Batista Figueiredo	MT
Tefé	SBTF	Tefé	AM
Uruguaiana	SBUG	Rubem Berta	RS
Valença	SNVB	Valença	BA
Vitória da Conquista	SBQV	Vitória da Conquista	BA

4º CATEGORIA

Localidade	Indicador	Aeródromo	Estado
Alegrete	SSLT	Alegrete Novo	RS
Andradina	SDDN	Andradina	SP
Angra dos Reis	SDAG	Angra dos Reis	RJ
Apucarana	SSAP	Apucarana	PR
Araguaína	SWGN	Araguaína	TO
Arapongas	SSOG	Arapongas	PR
Arapoti	SSYA	Arapoti	PR
Assis	SNAX	Assis	SP
Avaré	SDRR	Avaré - Arandu	SP
Belo Horizonte	SBPR	Carlos Prates	MG
Blumenau	SSBL	Blumenau	SC
Bom Jesus da Lapa	SBLP	Bom Jesus da Lapa	BA
Botucatu	SDBK	Botucatu	SP
Bragança Paulista	SBBP	Aeroporto Estadual Arthur Siqueira	SP
Breves	SNVS	Breves	PA
Campinas	SDAM	Amarais	SP
Campo Grande	SSKG	Estância de Santa Maria	MS
Campo Mourão	SSKM	Campo Mourão	PR
Canavieiras	SNED	Canavieiras	BA
Canela	SSCN	Canela	RS
Carauari	SWCA	Carauari	AM
Carazinho	SSKZ	Carazinho	RS
Cianorte	SSCT	Cianorte	PR
Coari	SWKO	Coari	AM
Conceição do Araguaia	SBAA	Conceição do Araguaia	PA
Concórdia	SSCK	Concórdia	SC
Cornélio Procópio	SSCP	Cornélio Procópio	PR
Dracena	SDDR	Dracena	SP
Feira de Santana	SNJD	João Durval Carneiro	BA
Francisco Beltrão	SSFB	Francisco Beltrão	PR
Guaíra	SSGY	Guaíra	PR
Guanambi	SNGI	Guanambi	BA
Guarapari	SNGA	Guarapari	ES
Guarapuava	SBGU	Tancredo Thomas de Faria	PR
Guaratuba	SSGB	Guaratuba	PR
Gurupi	SWGI	Gurupi	TO
Irecê	SNIC	Irecê	BA
Itanhaém	SDIM	Itanhaém	SP
Itaperuna	SDUN	Itaperuna	RJ
Jequié	SNJK	Jequié	BA
Joaçaba	SSJA	Santa Terezinha	SC
Lages	SBLJ	Lages	SC
Lins	SWXQ	Lins	SP
Loanda	SSLO	Loanda	PR
Luziânia	SWUZ	Brigadeiro Araripe Macedo	GO
Marechal Cândido Rondon	SSCR	Marechal Cândido Rondon	PR
Medianeira	SSMD	Medianeira	PR
Mossoró	SBMS	Dix - Sept Rosado	RN
Ourinhos	SDOU	Ourinhos	SP
Palmas	SSPS	Palmas	PR
Paranaguá	SSPG	Paranaguá	PR
Paranavaí	SSPI	Paranavaí	PR
Passo Fundo	SBPF	Lauro Kurtz	RS
Pato Branco	SSPB	Pato Branco	PR
Penápolis	SDPN	Penápolis	SP
Piracicaba	SDPW	Piracicaba	SP
Poços de Caldas	SBPC	Poços de Caldas	MG
Ponta Grossa	SSZW	Ponta Grossa	PR
Porto Nacional	SBPN	Porto Nacional	TO
Prado	SNRD	Prado	BA
Redenção	SNDC	Redenção	PA
Resende	SDRS	Resende	RJ
Santa Rosa	SSZR	Santa Rosa	RS
Santo Ângelo	SBNM	Santo Ângelo	RS
São Félix do Xingu	SNFX	São Félix do Xingu	PA
São Lourenço	SNLO	São Lourenço	MG
São Manuel	SDNO	São Manuel	SP
São Miguel do Iguaçu	SSMY	São Miguel do Iguaçu	PR
São Miguel do Oeste	SSOE	São Miguel do Oeste	SC
Telêmaco Borba	SBTL	Telêmaco Borba	PR
Teófilo Otoni	SNTO	Juscelino Kubitschek	MG
Toledo	SBTD	Toledo	PR
Tupã	SDTP	Tupã	SP
Ubatuba	SDUB	Ubatuba	SP
Umuarama	SSUM	Umuarama	PR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

União da Vitória	SSUV	União da Vitória	PR
Varginha	SBVG	Major Brigadeiro Trompowsky	MG
Videira	SSVI	Videira	SC
Vilhena	SBVH	Vilhena	RO
Votuporanga	SDVG	Votuporanga	SP

Parágrafo Único. Os aeroportos constantes deste artigo poderão sofrer nova classificação em função de alterações posteriores em sua infraestrutura.

Art. 2º Revogar a Portaria nº 3457/SRE/SIA, de 27 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 253, Seção 1, páginas 3 e 4, de 31 de dezembro de 2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 10 (dez) dias úteis após sua publicação.

RAFAEL PEREIRA SCHERRE
Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado
Substituto

FABIO FAIZI RAHNEMAY RABBANI
Superintendente de Infraestrutura Aeroportuária

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 386, DE 15 DE ABRIL DE 2014

OS MINISTROS DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO e DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, INTERINO, no uso das atribuições que lhes confere o § 2º do art. 22 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo MCTI nº 01200.003349/2013-32, de 31/07/2013, resolvem:

Art. 1º Habilitar a empresa Madis Rodbel Soluções de Ponto e Acesso Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº 61.092.565/0001-30, à fruição dos benefícios fiscais de que trata o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, quando da fabricação do seguinte bem:

- Aparelho para coleta de dados com função de controle de acesso e de frequência, baseado em técnica digital.

§ 1º Farão jus aos incentivos fiscais, nos termos desta Portaria, os acessórios, os sobressalentes, as ferramentas, os manuais de operação e os cabos para interconexão e de alimentação que, em quantidade normal, acompanhem o bem mencionado neste artigo, conforme consta no respectivo processo.

§ 2º Ficam asseguradas a manutenção e utilização do crédito do IPI relativo às matérias-primas, produtos intermediários e material de embalagem empregados na industrialização do bem relacionado neste artigo.

Art. 2º Será cancelada a habilitação caso a empresa não inicie a execução do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento por ela proposto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da edição desta Portaria.

Art. 3º As notas fiscais relativas à comercialização do bem relacionado no art. 1º deverão fazer expressa referência a esta Portaria.

Parágrafo único. Os modelos do produto relacionados na nota fiscal devem constar do processo MCTI nº 01200.003349/2013-32, de 31/07/2013.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.971/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 171ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de abril de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002366/1997-17
Requerente: Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola - COODETEC
CNPJ: 00.685.383/0001-89
Endereço BR 467, Km 98, 85813-450, Cascavel, PR.
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 3976/2014, publicado em 24/02/2014.
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do pedido de Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio, concluiu pelo seu DEFERIMENTO.

A requerente, detentora do CQB nº 018/97, solicitou à CTNBio a alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio. O representante legal da instituição, Sr. Ivo Marcos Carraro nomeou Tatiane Dalla Nora Montecelli presidente da CIBio da Instituição e demais membros Ivan Schuster, Fabiane Lazzari, Jonas Pedro Paranzini, Letícia Keika Mexezes Malicheski e Leandra Regina Teixeira.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que a presente Comissão Interna de Biossegurança atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal, estando apta a gerir os riscos associados às atividades propostas no CQB em questão.

A CTNBio esclarece que este Extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste parecer técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.972/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 171ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de abril de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000192/2014-74
Requerente: Bayer S.A.
CQB: 005/96
CNPJ: 18.459.628/0001-15
Endereço: Rua Domingos Jorge, 1100, prédio 9701, térreo, CEP 04779-900, São Paulo/ SP.
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN 08)
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente de soja geneticamente modificada derivadas do evento SYHT0H2 tolerante ao herbicida glufosinato de amônio e à herbicidas inibidores de p-hidroxifenilpiruvato dioxigenase (HPPD). A liberação será instalada na Estação de Pesquisa e Melhoramento Vegetal de Porto Nacional (Fazenda Ipueiras/ Barra do Areias - Genética Tropical) e terá área OGM de 1,152 ha e área total de 1,152 ha em cada uma das fases, 1 e 2.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.973/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 171ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de abril de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005535/2013-14
Requerente: Dow AgroSciences Sementes e Biotecnologia Brasil LTDA.
CQB: 107/99
CNPJ: 08.636.452/0001-76
Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400, 18º andar, CEP 14020-205. Jardim América, Ribeirão Preto/ SP.
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN 08) e importação de sementes
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A requerente solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente e importação de sementes de soja geneticamente modificada DAS-44406-6 x DAS-81419-2 resistente a insetos e tolerante a herbicidas, soja DAS-44406-6 tolerante a herbicidas e soja DAS-81419-2 resistente a insetos e tolerante a herbicidas. As áreas totais e as áreas de OGM serão de 3.600 m² e 350 m², respectivamente, em Montividiu (GO), de 3.600 m² e 350 m² em Indianópolis (MG), de 2.400 m² e 210 m² em Conchal (SP), de 3.600 m² e 350 m² em Palotina (PR), de 2.000 m² e 140 m² em Mogi Mirim (SP) e de 2.000 m² e 140 m² em Castro (PR).

Fica autorizada a importação de 11,09 kg de sementes de soja geneticamente modificada. As sementes serão oriundas dos Estados Unidos, com local de quarentena previsto para a Estação Quarentenária da Embrapa (CENARGEN) ou o Instituto Agronômico de Campinas (IAC).

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.974/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 171ª Reunião Ordinária, ocorrida em 10 de abril de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.005534/2013-61
Requerente: Dow AgroSciences Sementes & Biotecnologia Brasil Ltda.
CNPJ: 08.636.452/0001-76
Endereço: Av. Antônio Diederichsen, 400, 18ºandar, Jardim América, Ribeirão Preto -SP
Assunto: Liberação planejada no meio ambiente (RN8)/importação
Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após análise do pleito, concluiu pelo DEFERIMENTO. A Dow AgroSciences Sementes & Biotecnologia Brasil Ltda. solicitou autorização para conduzir liberação planejada no meio ambiente e importação de soja geneticamente modificada tolerante a herbicidas, evento DAS-44406-06. Os ensaios serão realizados nas Unidades Operativas, municípios de Luiz Eduardo Magalhães-BA, Indianópolis-MG, Mogi Mirim-SP, Castro-PR, Cascavel-PR. A área plantada com OGM será de 9.360 m² (0,93 ha), sendo 1.872 m² em cada localidade, e a área total da liberação planejada será de 48.000 m² (4,8 ha), ou 9.600 m² em cada um dos cinco locais.

Fica autorizada a importação de 67,39 Kg de grãos de soja geneticamente modificada dos Estados Unidos ou do Chile. A requerente deverá obedecer às Normas para o Transporte de Organismos Geneticamente Modificados (Instrução Normativa 04/1996) na ocasião da movimentação do material em território nacional.

No âmbito das competências do art. 14 da Lei 11.105/05, a CTNBio considerou que as medidas de biossegurança propostas atendem às normas e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal. Como observado, o OGM será plantado em condições experimentais controladas, evitando eventuais danos ao meio ambiente. Assim, atendidas as condições descritas no processo e neste parecer técnico, essa atividade não é potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente ou saúde humana.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 3.975/2014

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 1170ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 13 de março de 2014, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000102/2013-64

Requerente: OXITEC DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.

CQB: 357/13

Próton: 059732/13

Endereço: Av. Bernardino de Campos, nº 98, 14 º Andar, Paraíso, CEP: 04004-040. São Paulo. SP.

Assunto: Solicitação de parecer para importação insetos geneticamente modificados.

Extrato Prévio nº: 3941/14 publicado no DOU 33 de 17 de fevereiro de 2014.

Decisão: DEFERIDO

RESUMO: A CTNBio, após apreciação do pedido de Parecer Técnico para importação e inseto geneticamente modificado da classe de risco II, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. O presidente da CIBio da OXITEC DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA, Dra. Sofia Bastos Pinto, solicita à CTNBio parecer técnico para importação de insetos geneticamente modificados da classe de risco II, para atividades de pesquisa em regime de contenção com insetos geneticamente modificados do grupo II de risco biológico. Os insetos serão alocados nas instalações do Laboratório da Oxitec do Brasil Participações Ltda., situada no Condomínio Techno Park, Rodovia Anhanguera, km 104, Rua James Clerk Maxwell, edifício Grahan Bell, bloco C3, CEP 13069-310, Campinas, São Paulo. Os insetos a serem importados são mosquitos da espécie Aedes aegypti, linhagem OX513A, com a expressão de uma proteína fluorescente da superfamília DsRed2, fator ativador de transcrição tetraciclina-repressível (tTA). Os mosquitos transformados terão duas novas atividades biológicas, que são: fluorescência e letalidade repressível. Serão importados 6 lotes com 144g ovos, provenientes da empresa Oxitec- Oxford Insect Tecnologies (Oxford, Inglaterra). Estes insetos servirão de modelos biológicos para controle de vetores de doenças que afetem humanos, não apresentando qualquer vantagem seletiva ou adaptativa em relação aos parentais não geneticamente modificados. O pesquisador responsável declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

DESPACHOS DO PRESIDENTE

Em 15 de abril de 2014

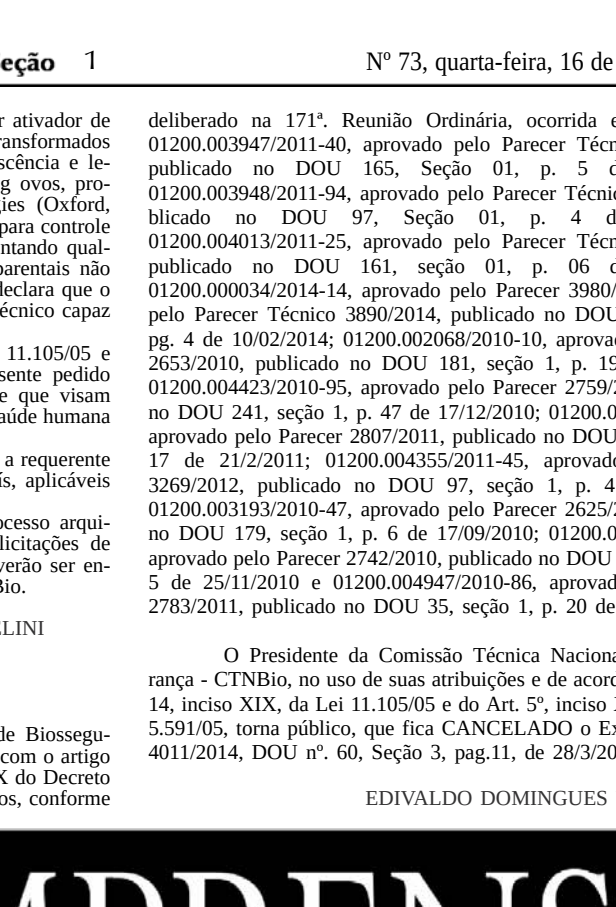
O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que ficam cancelados os Processos, conforme deliberado na 171ª. Reunião Ordinária, ocorrida em 10/04/2014: 01200.003947/2011-40, aprovado pelo Parecer Técnico 3359/2014, publicado no DOU 165, Seção 01, p. 5 de 24/08/2012; 01200.003948/2011-94, aprovado pelo Parecer Técnico 3268/12, publicado no DOU 97, Seção 01, p. 4 de 21/05/2012. 01200.004013/2011-25, aprovado pelo Parecer Técnico 3322/2012, publicado no DOU 161, seção 01, p. 06 de 20/08/2012; 01200.000034/2014-14, aprovado pelo Parecer 3980/2014, aprovado pelo Parecer Técnico 3890/2014, publicado no DOU 28, Seção 01, pg. 4 de 10/02/2014; 01200.002068/2010-10, aprovado pelo Parecer 2653/2010, publicado no DOU 181, seção 1, p. 19 de 21/9/2010; 01200.004423/2010-95, aprovado pelo Parecer 2759/2010, publicado no DOU 241, seção 1, p. 47 de 17/12/2010; 01200.004408/2010-47, aprovado pelo Parecer 2807/2011, publicado no DOU 36, seção 1, p. 17 de 21/2/2011; 01200.004355/2011-45, aprovado pelo Parecer 3269/2012, publicado no DOU 97, seção 1, p. 4 de 21/5/2012; 01200.003193/2010-47, aprovado pelo Parecer 2625/2010, publicado no DOU 179, seção 1, p. 6 de 17/09/2010; 01200.004062/2010-87, aprovado pelo Parecer 2742/2010, publicado no DOU 225, seção 1, p. 5 de 25/11/2010 e 01200.004947/2010-86, aprovado pelo Parecer 2783/2011, publicado no DOU 35, seção 1, p. 20 de 18/02/2011.

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o Artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, que fica CANCELADO o Extrato prévio nº. 4011/2014, DOU nº. 60, Seção 3, pag.11, de 28/3/2014.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618

Ministério da Cultura

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Altera o art. 97 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, do Ministério da Cultura.

A MINISTRA DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição prevista no inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e com base nas disposições da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, e do art. 6º do Decreto nº 5.761, de 27 de abril de 2006, resolve:

Art. 1º O art. 97 da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, do Ministério da Cultura, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 97.....

§ 1º A sanção de inabilitação será automaticamente aplicada dez dias após a publicação do ato referido no art. 86, caso não haja a interposição do recurso previsto no art. 94.

§ 2º Com a interposição tempestiva do recurso previsto no art. 94, a decisão sobre a aplicação da sanção de inabilitação será proferida concomitantemente ao efetivo julgamento. (NR)"

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA SUPLICY

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DELIBERAÇÃO Nº 80, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria nº 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº 4.456, de 04 de novembro de 2002, delibera:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993 e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0506 - El Ardor

Processo: 01580.048017/2010-15

Proponente: Bananeira Filmes Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 02.140.120/0001-10

Valor total do orçamento aprovado: R$ 4.421.738,49

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 142.468,76

Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 40.644-9

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 277.500,00 para R$ 577.500,00

Banco: 001- agência: 0087-6 conta corrente: 29.989-8

Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Revisar a aprovação do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e através do art. 39, inciso X, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, introduzido pelo art. 14 da Lei nº. 10.454 de 13/05/ 2002.

13-0299 - Planeta Palavra

Processo: 01580.006778/2013-34

Proponente: Conspiração Filmes Entretenimento 3º Milênio Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 09.180.984/0001-04

Valor total aprovado: de R$ 5.867.680,50 para R$ 5.584.980,50

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.474.296,47 para R$ 2.205.731,47

Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 8.930-3

Valor aprovado no artigo Art. 39, inciso X, MP nº 2.228-1/01: R$ 600.000,00

Banco: 001- agência: 1769-8 conta corrente: 8.943-5

Prazo de captação: até 31/12/2016.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 223, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar público a relação de projetos, incentivados por meio da Lei 8.313/91, que tiveram suas APROVAÇÕES quanto ao cumprimento do objeto no âmbito deste Ministério, conforme determina o parágrafo 4º, do artigo 80 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 24/06/2013, publicada no Diário da Oficial União de 01/07/2013, constantes no anexo I.

Art. 2º - Tornar público a relação de projetos, incentivados por meio da Lei 8.313/91, que tiveram suas REPROVAÇÕES quanto ao cumprimento do objeto no âmbito deste Ministério, conforme determina o parágrafo 4º, do artigo 80 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 24/06/2013, publicada no Diário da Oficial União de 01/04/2013, constantes no anexo II.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO I

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	CNPJ / CPF	Objeto	Área
101602	CCBB Educativo Rio de Janeiro 2011	SAPOTI PROJETOS CULTURAIS S/S LTDA - ME	05.039.840/0001-81	CCBB Educativo é o nome do programa educativo do Centro Cultural Banco do Brasil que atende ao público escolar (níveis fundamental, médio e universitário), famílias, educadores, terceira idade, ONGs e pessoas com deficiência, por meio de diversas ações educativas (visitas mediadas, laboratórios, encontros com educadores, contação de história, laboratório de música, atividades na biblioteca, conversa de bastidores etc) 100% de ingressos gratuitos. Média de público 160 mil ingressos gratuitos/ano.	Artes Visuais
114119	ENCONTRO INTERNACIONAL BOCA DO CEU 2012	Nasrudin Produções LTDA ME	04.402.540/0001-52	Encontro Internacional Boca do Céu - espaço de reflexão, criação e ação cultural, focado nas narrativas orais. O evento acontece de 14 a 20 de maio de 2012, na Oficina Cultural Oswald de Andrade, na cidade de São Paulo, com ações diversificadas, incluindo 11 espetáculos para crianças e adultos, 18 oficinas, 2 debates, 4 palestras para escolas, 2 cortejos, 10 narrações de histórias para escolas, rodas de contadores, e relatos de experiências.	Artes Cênicas
106763	Daniel Carranza	REALIZE DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA - ME	07.755.224/0001-52	O projeto Daniel Carranza consiste na edição e publicação de um livro de arte, em edição bilíngüe (português-inglês), que abordará mais de 140 obras do artista plástico. Tiragem de 3.000 exemplares.	Humanidades
102660	CCBB Educativo São Paulo 2011	SAPOTI PROJETOS CULTURAIS S/S LTDA - ME	05.039.840/0001-81	CCBB Educativo é o nome do programa educativo do Centro Cultural Banco do Brasil que atende ao público escolar (níveis fundamental, médio e universitário), famílias, educadores, terceira idade, ONGs e pessoas com deficiência, por meio de diversas ações educativas (visitas mediadas, laboratórios, encontros com educadores, contação de história, laboratório de música, atividades na biblioteca, conversa de bastidores etc) 100% de ingressos gratuitos. Média de público 120 mil ingressos gratuitos/ano.	Artes Visuais
067006	Imagens e Encantos da Mata - Mata Santa Genebra	Komedi Editora e Comércio Ltda EPP	71.743.611/0001-78	Realizar a edição de um livro de arte, intitulado Imagens e Encantos da Mata - Mata Santa Genebra, localizada na cidade de Campinas - estado de São Paulo, ilustrado com fotografias artísticas, textos pelo escrito Sérgio Vale.	Humanidades
115296	BANDA DE PERCUSSÃO BATUQUEIRA DE BARRO ALTO	ASSOCIACAO DOS PARCEIROS DA ARTE CULTURAL DE BARRO ALTO	07.954.269/0001-56	Dar continuidade e ampliar o projeto "Pronac 103839" " Bandas de percussão de Barro Alto", o qual desenvolve aulas de música em geral com instrumentos de percussão, violão, teclado, flauta doce e dança, para 150 criaças acima de 07 anos e jovens até 25 anos de Barro Alto e Souzalândia. Serão oferecidas também oficinas de fabricação de instrumentos musicais de percussão, oficinas de capacitação e formação, oficinas e palestras educativas aos professores, participantes e familiares.	Artes Integradas
094650	Fermata	Art Unlimited SP Produções Artisticas e Culturais Ltda	08.262.392/0001-79	Na exposição para o Museu Vale, em Vitória, os artistas plásticos OSGEMEOS modificarão o espaço de 800 m2 do Galpão, num mundo de fantasia. De um lado um mosaico com obras pintadas em cima de telas, portas, janelas criam um novo mundo. No meio da sala algumas instalações com objetos, vídeo, sons, luzes permitem o acesso do público. Uma obra criada para a área externa forma um elo visual entre o rio e o Museu. O ambiente criado envolve as pessoas e as leva para um mundo imaginário.	Artes Visuais
118654	TUCCA - Temporada 2012	ASSOCIACAO PARA CRIANCAS E ADOLESCENTES COM CANCER - TUCCA	03.092.662/0001-27	Realizar a 11ª edição da série de concertos "TUCCA Música pela Cura", que têm como objetivo a arrecadação de fundos para a TUCCA - Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer. A programação dos concertos para o ano de 2012 prevê a realização de 06 espetáculos musicais com artistas de renome internacional. Nossa série de concertos, além de levar boa música ao público, tem por objetivo, ajudar no tratamento de crianças e adolescentes carentes com câncer.	Música
106402	Trupe da Saúde 6	Universidade Livre da Cultura	10.505.300/0001-86	O projeto Trupe da Saúde 6 consiste em um grupo de 12 atores que trabalham com a técnica do palhaço/clown, os quais realizam intervenções (espetáculos teatrais) em 5 unidades hospitalares de Curitiba, a partir dos referenciais da Terapia do Riso. A 6ª edição do projeto visa a sua ampliação e qualificação em relação às edições anteriores.	Artes Cênicas
112379	Arte menor (poemas)	Cláudio Nunes de Morais	370.714.086-53	Este projeto visa a produção do trabalho literário intitulado Arte menor: um livro de poemas, de autoria de Cláudio Nunes de Morais. Ele se traduzirá em: 1) composição dos poemas que integrarão o livro; 2) elaboração do livro (organização dos poemas e seções, planejamento gráfico); 3) edição e	Humanidades

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

				distribuição (a cargo da editora). Ele inclui, além disso, a divulgação em internet. Ele é um dos 2 (dois) projetos contemplados pelo Programa Petrobras Cultural de 2010 na categoria Poesia.	
115292	Concertos Astra Finamax 2012	João Batista Bartolomei da Silveira	060.340.518-51	Dar seqüência à série CONCERTOS ASTRA e FINAMAX, que está atualmente na sua décima quarta temporada, levando para as cidades de Jundiaí, Sorocaba e Itatiba música Erudita, Clássica e Instrumental Brasileira, formadora de público, realizando 21 apresentações, entre o Teatro Polytheama e Sala Glória Rocha em Jundiaí - SP, Teatro Teotônio Vilela em Sorocaba-SP e Ralino Zamboto em Itatiba - SP e ainda realizar uma apresentação ao ar livre no Jardim Botânico de Jundiaí.	Música
127102	"A casa do brasileiro - O Brasil cheio de Brasis".	Marca Alpha Gestão Estratégica LTDA	15.871.224/0001-46	Livro que versa sobre brasilidades únicas que compõem a casa brasileira. A inspiração são os objetos que fazem parte da cultura de morar do brasileiro, valorizando receitas, hábitos e materiais e cores que fazem parte da nossa cultura - do copo americano à toalha plástica colorida da mesa da cozinha - do tapete de crochê a almofada de fuxico.	Humanidades
084788	Real Fantasia 25 anos - Circulação de Repertório	Real Fantasia	20.966.461/0001-20	Realizar a circulação com os espetáculos em repertório do Grupo Real Fantasia, em 18 cidades mineiras, e duas cidades fora do Estado. A proposta inicial é viajar a todas as regiões do estado de MG, mas a relação de cidades poderá ser alterada de acordo com solicitações específicas do patrocinador.	Artes Cênicas
093264	Camerata Antiqua de Curitiba - Temporada de Concertos	CURITIBA ARTE - INSTITUTO CURITIBA DE ARTE E CULTURA	05.503.775/0001-01	Realização de concertos durante a temporada, com regência do Diretor Artístico, bem como de maestros e solistas convidados. Sempre as sextas-feiras e sábados, com cobrança de ingressos a preços acessíveis à população. Alguns concertos serão feitos em igrejas com entrada franca. A previsão é de realização de 17 concertos/ ano com apresentação dupla de cada programa.	Música
103909	MODÉSTIA	SABADO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME	08.039.071/0001-00	O projeto prevê a produção do espetáculo Modéstia e a realização de uma temporada de dois meses na cidade do Rio de Janeiro. Além da encenação, propomos no projeto uma palestra e um workshop de dramaturgia ministrado por Spregelburg, autor do texto, com duração de uma semana.	Artes Cênicas
098006	OPOS - Orquestra do Porto de Santos	Adrianne Mansano Okazaki	338.331.348-44	Criação de uma orquestra sinfônica capaz de atender à demanda na região da Baixada Santista por música erudita. Dando oportunidade à população mais carente de cultura a ter acesso a um espetáculo sinfônico. Abrindo espaço na orquestra para estudantes de música se profissionalizarem e iniciarem suas carreiras (como bolsistas). Valorização do repertório nacional nas apresentações. Execução de 10 espetáculos sinfônicos nesta primeira temporada.	Música
106259	Circuito Erudito	FRISKE & FRISKE LTDA ME	05.589.562/0001-36	Promover espetáculos com Orquestra e Músicos de renome nacional enfatizando a presença da música instrumental e erudita em cidades do interior do Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul (Passo Fundo, Carazinho e Marau) e na Bahia (Luis Eduardo Magalhães, Santa Rita de Cássia e Barra), no período de 15/11/2010 a 31/12/2011.	Música
119856	MARIA DO CARITÓ TEMPORADA SÃO PAULO	MS PRODUCOES CULTURAIS LTDA. - ME	10.194.096/0001-20	Temporada de 4 meses, 68 apresentações,em São Paulo do espetáculo Maria do Caritó, com Lilia Cabral, texto de Newton Moreno e direção de João Fonseca. Assistido por mais de 50 mil pessoas no Rio de Janeiro. O espetáculo recebeu 6 indicações ao Premio Shell 2010, vencendo na categoria Melhor direção, 4 indicações ao Premio APTR, vencendo na categoria Melhor atriz coadjuvante Dani Barros e quatro indicações ao Premio Qualidade Brasil, vencendo em 2 categorias: Melhor atriz e Melhor direção.	Artes Cênicas
111231	ATIVIDADES PERMANENTES 2011	Grupo Nós do Morro	30.120.620/0001-25	Dar continuidade ao trabalho de 25 anos, desenvolvido pelo Grupo Nós do Morro, que é uma Associação sem fins lucrativos, proporcionando acesso indiscriminado à arte, à educação e ao conhecimento por meio das atividades permanentes de formação em artes cênicas e audiovisual, realizadas na comunidade do Vidigal. Esse Projeto é oportunidade ímpar para a continuidade desse processo, manutenção de suas atividades permanentes.	Artes Cênicas
110949	Exposição Multimídia Vestiário	IDBrasil Cultura, Educação e Esporte	10.233.223/0001-52	O projeto Vestiário se refere a uma exposição multimídia cuja temática são momentos/cenas de vestiários de futebol. Este projeto foi concebido a partir de um ensaio fotográfico realizado por Gilberto Perin em 2010. A exposição funcionará por um período de cinco meses na Sala de exposições temporárias Osmar Santos, no Museu do Futebol, ocupando uma área de 220 m². A expectativa é de atender até 250.000 visitantes	Artes Visuais
1111638	EXPOSIÇÃO ANTONY GORMLEY	MAGNETOSCOPIO PRODUCOES LTDA	07.647.467/0001-77	O presente projeto propõe trazer pela primeira vez ao Brasil de uma exposição de arte do escultor britânico Antony Gormley a ser realizado no CCBB de três cidades.	Artes Visuais
096507	Tarsila do Amaral - Percurso Afetivo	Cult Produções Artisticas Ltda.	07.034.907/0001-10	O projeto consiste na realização da exposição individual de Tarsila do Amaral chamada Percurso Afetivo no CCBB do Rio de Janeiro. A mostra terá cerca de 70 obras da artista pertencentes a colecionadores particulares e acervos de Instituições. A duração prevista é de 60 dias. A curadoria é de Antonio Carlos Abdalla e de Tarsila do Amaral (sobrinha-neta da artista).	Artes Visuais
104728	Álbum do Porto - 1905 a 1910	CASA DA PALAVRA PRODUCAO EDITORIAL LTDA ME	01.609.506/0001-65	Trata-se de um material inédito, que integra um álbum (hoje sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro), que marca o centenário de uma transformação de importância capital para a cidade. O tema principal desse documento é exatamente a zona portuária carioca, hoje símbolo maior das transformações urbanísticas e do desenvolvimento econômico do Rio de Janeiro.	Humanidades
104159	Juiz de Fora 360°	KEMPTON KLEY LOPES VIANNA	023.757.566-30	O projeto que ora se apresenta objetiva a produção, edição e distribuição comercial de livro de gênero artístico, intitulado Juiz de Fora 360°, com tiragem de 2500 (dois mil e quinhentos) exemplares. Trata-se de uma compilação de fotografias onde se pretende retratar elementos significativos da cidade, além dos textos relativos à história dos lugares retratados.	Humanidades
119869	Brasiliagenda - Cultura e Eventos do Distrito Federal - 2012	I T S Instituto Terceiro Setor	02.603.185/0001-54	O projeto Brasiliagenda - Cultura e Eventos do Distrito Federal tem por objetivo continuar promovendo a divulgação dos diversos eventos culturais realizados na cidade para o melhor acesso do público consumidor à arte, à cultura e ao lazer. A agenda é distribuída gratuitamente em todo DF, inclusive nas escolas públicas, na versão impressa, com tiragem de setenta mil exemplares mensais.	Humanidades
123579	CONCERTO DO PIANISTA ARNALDO COHEN II	SAULO SÉRGIO CHERMONT DE LIMA	027.856.767-34	Realizar no dia 29 de agosto de 2012, uma apresentação do recital de piano do professor e pianista Arnaldo Cohen, no Espaço Tom Jobim no Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Trata-se de uma repetição do projeto, realizada em 2011 com o Pronac nº 113682, que segundo às opiniões do público presente foi excelente. A receita pela venda de convites e ingressos serão em benefício da instituição educacional Instituto de Tecnologia ORT do Brasil, para oferecer bolsas de estudos aos seus alunos.	Música
86851	GTPAÊ Faz Arte - Ano 02	GTPAÊ - Grupo de Teatro para Atores Especiais -Fernanda Ferreira e Silva	037.544.249-98	Realização de oficinas cênicas para pessoas portadora de necessidades especiais, visando a profissionalização dos mesmos através da arte, especialmente o teatro.	Artes Cênicas
102720	Ação Cultural Música Nova	INSTITUTO DE EXTENSAO CULTURAL - IEC	04.541.113/0001-55	A Ação Cultural Música Nova têm por objetivo descobrir e incentivar novos talentos da música instrumemtal que surgem em nosso país , interpretando músicas de vários gêneros e estilos.	Música
114370	DE BEM COM A VIA CULTURAL 2012	TAX INCENTIVE COMUNICACAO E MARKETING LTDA - ME	03.246.895/0001-37	Dar continuidade ao projeto cultural estabelecendo junto aos núcleos populacionais carentes, que estão fixados às margens da Rodovia dos Imigrantes e Via Anchieta, ações culturais que estabeleçam o bom convívio entre pessoas, bem como o despertar e a criação de público para a arte, através de apresentações teatrais , para crianças e adolescentes, desenvolvendo programa integrado que permite relacionar o cotidiano da criança com a representação ativa.	Artes Cênicas
118882	Manutenção Projeto Plantão Sorriso - 15 anos	Projeto Plantão Sorriso	01.716.439/0001-88	Manter e ampliar as atividades culturais realizadas pelo Projeto Plantão Sorriso nas alas pediátricas dos hospitais da cidade de Londrina e Cambé, trabalhando a arte para o benefício da saúde através do teatro, e ampliar tais atividades para outras cidades da região metropolitana de Londrina.	Artes Cênicas

ANEXO II

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	CNPJ / CPF	Objeto	Área
042791	Contarolando	Carolina Loback dos Santos	082.088.697-16	Contarolando é um espetáculo que tem como proposta apresentar, de forma simples e bela uma parte da nossa rica cultura nacional através de algumas cantigas folclóricas e histórias reinventadas.	Artes Cênicas
095647	ARI AREIA - TOURNE NACIONAL	CAVALHEIRO, MARCONDES & CIA. LTDA. - ME	07.377.830/0001-81	A idéia é levar a peça de teatro ARI AREIA numa turnê em 14 cidades da região centro oeste e nordeste, realizando 35 espetáculos, sendo que três espetáculos nas capitais e dois espetáculos em cada cidade. Atingir um público 20.000 pessoas. Executar os espetáculos no período de maio de 2010 a dezembro de 2010.	Artes Cênicas

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 224, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 909 de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de Março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar projetos culturais, relacionados nos anexos à esta Portaria, para os quais os proponentes ficam autorizados a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista, no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

1310411 - ?Marcos Rossi Sem Limites? ? Circulação de Espetáculo Teatral

Sem Limites Promoções e Treinamentos LTDA

CNPJ/CPF: 09.626.188/0001-52

Processo: 01400036053201341

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado R$: R$ 1.499.935,25

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: O projeto consiste na criação e circulação do espetáculo teatral ?Marcos Rossi Sem Limites?, baseado nas experiências do ator, escritor e cantor Marcos Rossi, portador de Síndrome de Hanhart. O projeto prevê 32 espetáculos a preços populares atendendo a 24.000 expectadores.

140322 - Cabaret Miranda

Tema Eventos Culturais S/C Ltda.

CNPJ/CPF: 97.453.393/0001-20

Processo: 01400000329201434

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado R$: R$ 1.550.400,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: O projeto Cabaret Miranda propõe a montagem e temporada de 4 meses de um musical inédito da consagrada dupla de diretores Claudio Botelho e Charles Moeller. O espetáculo será realizado na casa de espetáculos Miranda, no Rio de Janeiro. Em formato de cabaret, com músicas de compositores emblemáticos do universo dos musicais, o musical contará com 6 cantores/atores em cena e 4 músicos.

140546 - Cavaleria Rusticana

Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes

CNPJ/CPF: 70.945.209/0001-03

Processo: 01400000555201415

Cidade: Belo Horizonte - MG;

Valor Aprovado R$: R$ 1.245.700,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/10/2014

Resumo do Projeto: O projeto prevê a montagem compartilhada entre a APPA e o Palácio das Artes, em 2014, da ópera Cavaleria Rusticana de Pietro Mascagni. Trata-se de uma encenação ao ar livre, com a participação da Orquestra Sinfônica de M.G, Coral Lírico e solistas especialmente convidados,na cidade de Ouro Preto/MG. Serão apresentadas 03 récitas gratuitas para um público total estimado de 15.000 pessoas.

140240 - Circuito de Teatro Infantil Minas - Brasil

Alvaro Augusto de Oliveira Gonzaga

CNPJ/CPF: 009.507.976-93

Processo: 01400000247201490

Cidade: Nova Lima - MG;

Valor Aprovado R$: R$ 625.400,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: O projeto Circuito de Teatro Intantil Minas - Brasil pretende estabelecer um circuito de exibição para espetáculos de outros estados brasileiros e de Minas Gerais, criando uma plataforma de diálogo entre as diversas linguagens artísticas presentes no teatro infantil, desenvolvidos por grupos de todo o país. O projeto se propõe a realizar doze espetáculos infantis em Belo Horizonte, nesta primeira edição, que acontece entre os meses de maio e dezembro de 2014, no teatro do SESC Palladium.

140197 - Cordel do Amor Sem Fim

Pires de Carvalho Produções Artísticas e Culturais Ltda.

CNPJ/CPF: 07.549.472/0001-47

Processo: 01400000202201415

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado R$: R$ 734.452,05

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 30/11/2014

Resumo do Projeto: Temporada 2014 da peça Cordel do Amor Sem Fim, com a direção de Letícia Karneiro e realização de Suzana Pires Produções. O espetáculo será apresentado em teatros do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Brasília.

1310833 - HAPPY HOUR

NKV Produções Artísticas e Eventos Ltda.

CNPJ/CPF: 08.871.523/0001-15

Processo: 01400038182201374

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado R$: R$ 705.210,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 29/12/2014

Resumo do Projeto: Montagem do espetáculo teatral HAPPY HOUR, de autoria de Carlos Artur Thire e direção de Ernesto Piccolo, com temporada minima de 2 meses (24 apresentações) na cidade do Rio de Janeiro.

140518 - JOGANDO JUNTO

SP Eventos Ltda - ME

CNPJ/CPF: 13.441.709/0001-74

Processo: 01400000527201406

Cidade: São Bento do Sul - SC;

Valor Aprovado R$: R$ 766.425,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 30/09/2014

Resumo do Projeto: O Projeto prevê a realização de 5 espetáculos de danças, com 15 companhias a serem selecionadas, das mais diferentes expressões. Os Espetáculos acontecerão em Ambiente de grande publico, antecedendo os jogos da Seleção Brasileira, as semifinais e finais, durante a Copa do Mundo 2014, entre os dias 12/03/14 a 13/07/14. Serão montada completa estrutura, para publico superior a 3.000 pessoas em cada um dos eventos. No local os jogos serao exibidos no local, em paineis de LED de altissim definição.

140598 - Melodrama - Grupo Maria Cutia de Teatro

Luisa da Silva Monteiro

CNPJ/CPF: 014.797.496-80

Processo: 01400000607201453

Cidade: Belo Horizonte - MG;

Valor Aprovado R$: R$ 377.865,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: Montagem do quarto espetáculo de rua do Grupo Maria Cutia que há 7 anos trabalha de forma contínua com o teatro de rua. O espetáculo vai se basear nos estudos do gênero Melodrama e busca aprofundar a pesquisa da cia sobre as possibilidades de utilização da rua como espaço cênico. Além disso, este projeto prevê temporada de estreia com 12 apresentações gratuitas.

142148 - Programação Cine Theatro Brasil de Artes Cênicas e Música

Associação V&M Brasil - Centro de Cultura

CNPJ/CPF: 09.207.902/0001-78

Processo: 01400004352201406

Cidade: Belo Horizonte - MG;

Valor Aprovado R$: R$ 1.738.365,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 30/11/2014

Resumo do Projeto: Realizar, no período de 8 meses, em Belo Horizonte, programação com 18 espetáculos de artes cênicas adulto e infanto-juvenis e 6 show musicais de grupos dos estados de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, vabilizando estrutura de cachês, técnica e de logística. Para público em geral, estimado em 24.000 pessoas de diversas idades e seguimentos sociai, com ingressos a preços populares, previsão de meia entrada conforme legislação vigente, e espetáculos e ações educativas gratuitas.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

140525 - 20º FESTIVAL UNICANTO DE CORAIS

Associação Coral Unicanto da Imaculada Conceição de Londrina

CNPJ/CPF: 02.077.557/0001-56

Processo: 01400000534201408

Cidade: Londrina - PR;

Valor Aprovado R$: R$ 194.800,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 01/11/2014

Resumo do Projeto: A Realização do 20º Festival Unicanto de Corais promove o encontro de corais de todo o território nacional, bem como do exterior, dando ênfase ao repertorio com musicas eruditas e clássicas.

139248 - Afinando a Sociedade de Amanhã - Banda de Música do Piamarta

CENTRO EDUCACIONAL DA JUVENTUDE PADRE JOÃO PIAMARTA

CNPJ/CPF: 07.355.100/0001-80

Processo: 01400024660201369

Cidade: Fortaleza - CE;

Valor Aprovado R$: R$ 292.226,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: Através da manutenção da Banda de Música do Piamarta, fomentar a educação musical para as crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade, risco pessoal e social compreendidos na faixa etária de 10 a 18 anos, e moradores das periferias de Fortaleza, Ceará.

140269 - Dia das Mães ACIA ano III

Fundação Cultural Acia

CNPJ/CPF: 10.548.421/0001-05

Processo: 01400000276201451

Cidade: Araxá - MG;

Valor Aprovado R$: R$ 405.460,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 14/07/2014

Resumo do Projeto: Realizar extensa programação cultural na cidade de Araxá MG em homenagem às mães, composta por artes cênicas e apresentações de música instrumental. O projeto realizará as apresentações nas ruas do centro e dos bairros da cidade. Todas as ações serão gratuitas ao público e com acessibilidade completa.

140065 - Escola de Música Usina de Talentos

Associação Sol Maior

CNPJ/CPF: 05.989.888/0001-50

Processo: 01400000070201421

Cidade: Porto Alegre - RS;

Valor Aprovado R$: R$ 581.011,38

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: A Escola de Música Usina de Talentos atende crianças e adolescentes, de 7 a 14 anos, de seis escolas de Porto Alegre. A escola conta com 70 alunos, que assistem a aulas teóricas e práticas, além de horários de ensaios. Com este projeto, pretende-se preparar estes alunos para contribuirem na disseminação da música nas suas comunidades, atingindo 200 alunos até o final do projeto. Será realizado, também, um Encontro Estadual de Coros, com a participação de 6 coros infantis do interior do Estado.

137769 - Meu Chorinho: uma história musical

RMC ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA - ME

CNPJ/CPF: 17.082.502/0001-01

Processo: 01400019759201349

Cidade: Florianópolis - SC;

Valor Aprovado R$: R$ 302.654,73

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: O projeto Meu Chorinho: uma história musical abrange Concertos didáticos musicais, com músicas instrumentais originais, de autoria do violonista e chorão Luiz Sebastião, intercaladas com narrativas que contextualizam a história do Choro. Inclui também a edição e publicação de material didático-musical (livro com CD) para ser utilizado no ensino de música para crianças e jovens, nas escolas de ensino fundamental e médio.

142847 - Plano de Atividades Meninos do Morumbi 2014

Associação Meninos do Morumbi

CNPJ/CPF: 02.161.154/0001-90

Processo: 01400005306201416

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado R$: R$ 1.422.248,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: O projeto?Plano de Atividades Meninos do Morumbi 2014? busca dar continuidade aos cursos de música instrumental desenvolvidos pela Associação, que são direcionados aos moradores de comunidades carentes ao redor do bairro do Morumbi.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

140412 - DRAGÃO FASHION BRASIL 2014

GIFFONI PROPAGANDA, MARKETING E PRODUÇÃO DE EVENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 03.018.867/0001-62

Processo: 01400000419201425

Cidade: Fortaleza - CE;

Valor Aprovado R$: R$ 1.025.220,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 27/04/2014

Resumo do Projeto: Realizar o DRAGÃO FASHION BRASIL 2014 - Um grande encontro da cultura da moda e sua relação com o artesanato local e regional , mostrando manifestações nas áreas de artes plásticas, artes visuais e patrimônio cultural de artistas locais e de diversos pontos do País, buscando fortalecer os conceitos fundamentais para o fazer moda : autoria e intercâmbio, marcando o diálogo e a troca de informações entre grupos de economia criativa e mercado. Realizado durante 05 dias, em Fortaleza.

1310822 - Exposição Permanente As Meninas e Os Irmãos

ID4! Produtora Cultural

CNPJ/CPF: 09.272.200/0001-78

Processo: 01400038170201340

Cidade: Paulínia - SP;

Valor Aprovado R$: R$ 231.620,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 30/12/2014

Resumo do Projeto: O Projeto Exposição Permanente "As Meninas" e "Os Irmãos" objetiva a produção e instalação permanente de duas obras da renomada artista plástica Sara Goldman Belz a convite da Comissão Consultiva de Arte da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô. As obras serão produzidas e instaladas na estação Adolfo Pinheiro - Linha 5 - Lilás, com previsão de inauguração em 2013.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

1311178 - AMAZON - A FLOR DO SOL

RJR Produções Ltda

CNPJ/CPF: 00.105.693/0001-87

Processo: 01400044544201366

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado R$: R$ 281.715,50

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: O presente projeto tem como objetivo a edição de 3.000 exemplares do livro Amazon - A Flor do Sol, uma obra ficcional de autoria de Ronaldo Drumond Barcelos e ilustrações de Ronaldo Santana. Unindo a imaginação criada no ambiente das letras à visualização de fantásticas ilustrações, Amazon - A Flor do Sol utiliza-se de elementos simbológicos e lúdicos da cultura amazonense.

1311323 - Livro Energia Positiva

Printrio Comunicação Empresarial Ltda

CNPJ/CPF: 04.496.866/0001-96

Processo: 01400044847201389

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado R$: R$ 119.500,00

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014

Resumo do Projeto: O projeto irá viabilizar a criação e a produção de um livro de fotografias dos experientes fotógrafos profissionais Alaor Filho e Marcelo Régua sobre a cultura e o esporte da cidade de Niterói. Além de fotografias, o livro contará com diversas entrevistas com personalidades do esporte. O Livro terá cerca de 80 páginas e capa dura.

1311203 - RANCHO QUEIMADO NA ROTA DAS NEVES

Philippe Guy Alain Debled

CNPJ/CPF: 008.510.209-17

Processo: 01400044569201360

Cidade: Florianópolis - SC;

Valor Aprovado R$: R$ 105.051,10

Prazo de Captação: 16/04/2014 à 30/10/2014

Resumo do Projeto: Publicação de livro sobre Rancho Queimado destacando imagens e textos sobre o impacto da presença da neve na cotidianidade de Rancho Queimado, Santa Catarina. A partir de pesquisa bibliográfica e de entrevista com especialistas destaca a beleza do lugar quando da presença da neve em julho de 2013. Titulo provisório: Rancho Queimado na rota das neves.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

140128 - Semana do Aleijadinho ? Celebração dos 200 Anos de morte do mestre Aleijadinho
Livraria e Editora Graphar
CNPJ/CPF: 07.944.673/0001-49
Processo: 01400000133201440
Cidade: Ouro Preto - MG;
Valor Aprovado R$: R$ 649.005,00
Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Promover diversas atividades artístico-culturais em homenagem a Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, na semana do dia 18 de novembro de 2014, durante a 37ª Semana do Aleijadinho promovida pelo Museu Aleijadinho de Ouro Preto, no ano em que se celebra os 200 anos de morte do mestre. Dentre elas podemos destacar a Edição e lançamento do livro "Aleijadinho - 200 anos", Exposição de arte com pinturas do artista plástico Carlos Bracher, Produção e exibição do Documentário "Cinzel de vento", Seminário sobre a vida e a obra do mestre e Apresentações artísticas ? banda de música, coral, cortejo cênico, rodas de história e peça teatral, com apresentação da Orquestra Ouro Preto no encerramento do projeto.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
140495 - Garagem Gamboa - Segunda Edição
Instituto Galpão Gamboa
CNPJ/CPF: 11.538.124/0001-41
Processo: 01400000504201493
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado R$: 733700.00
Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Segunda edicao do Garagem Gamboa: programacao musical no espaco. Serao realizados 12 shows, durante três meses, que abrangem os mais diferentes publicos, linguagens e estilos: bandas jovens, músicos solos e Hits do Garagem . Oferecemos toda a infraestrutura de tecnicos, equipamentos, divulgacao e cachê artistico e todas as atracoes tem ingressos acessiveis.
1311319 - TEMPERO DO SAMBA
Cristiano Ribeiro Ornelas
CNPJ/CPF: 001.336.956-38
Processo: 01400044842201356
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado R$: 598852.00
Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: Contemplando atrações de Samba e de Choro e apresentando a legítima culinária mineira o Projeto ?Tempero do Samba?, apresentará repertório legítimo do samba e chorinho, com a participação de artistas da velha e da nova geração. Durante 3 dias, aberto ao público, teremos um total de 9 apresentações (entre grupos e solo) tanto de MG como do Brasil.
132237 - TREM ELÉTRICO.
GLOBALL BUSINESS E GESTAO EM NEGOCIOS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 17.073.682/0001-65
Processo: 01400005463201341
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado R$: 9648400.58
Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O Projeto TREM ELÉTRICO, visa conservar o patrimônio cultural Brasileiro através da exposição do maior veículo multicultural do planeta, onde se reunirão na mesma plataforma exposições, biblioteca, cursos, oficinas, amostras audiovisuais e 10 grandes apresentações musicais. O Trem elétrico é um projeto cultural totalmente Itinerante e inédito, e será a grande sensação nos futuros eventos de 2014 e 2016.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26 , § 1º)
140201 - Sob Nova Luz: : olhares da minha cidade
MIRACETI PROJETOS EDUCACIONAIS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 09.010.797/0001-82
Processo: 01400000206201401
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado R$: 498430.00
Prazo de Captação: 16/04/2014 à 31/12/2014
Resumo do Projeto: O projeto visa a realização de 8 exposições fotográficas no interior do Brasil, nos estados do Tocantins e Espírito Santo. As exposições serão realizadas a partir de fotografias produzidas em oficinas para jovens de 8 municípios distintos. Nesta segunda edição, iremos explorar as possibilidades da composição fotográfica, tanto do cotidiano como de retratos das pessoas da comunidade local, incentivando novos olhares para seu município. Nesta proposta faremos as exposições em 4 novas cidades, gratuitas, abertas ao público e propomos a replicação das oficinas com 4 exposições, junto aos parceiros do primeiro ano, mantendo a ideia da fotografia de retrato das manifestações culturais e otimizando a infraestrutura doada em sua primeira edição.

PORTARIA Nº 225, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, RESOLVE:

Art.1° - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

ANEXO I

ÁREA: 3 MÚSICA INSTRUMENTAL/ERUDITA - (ART.18, §1º)
13 4222 - Filarmônica Nossa Senhora da Conceição - Orquestra, Bandas e Coros - Fase de Ampliação Ano 2
Filarmônica Nossa Senhora da Conceição
CNPJ/CPF: 00.076.359/0001-42
SE - Itabaiana
Período de captação: 15/04/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 18)
13 1846 - Amilcar de Castro: Repetição e Síntese
Espiral Criação e Produção Cultural Ltda
CNPJ/CPF: 02.972.707/0001-95
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2014 a 30/06/2014
ÁREA : 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 8089 - Princesa Isabel - biografia completa
Versal Editores Ltda.
CNPJ/CPF: 00.129.472/0001-49
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2014 a 31/12/2014

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA EM GERAL - (ART. 26)
13 7587 - Lugar de Alegria
Vanessa Heleno Vila Nova de Barros Craveri
CNPJ/CPF: 14.745.300/0001-04
RJ - Mesquita
Período de captação: 11/03/2014 a 31/12/2014
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS - (ART. 26)
12 5723 - CCBB Educativo, São Paulo - 2014
Sapoti Projetos Culturais S/S Ltda
CNPJ/CPF: 05.039.840/0001-81
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2014 a 31/07/2014
12 5968 - CCBB Educativo Rio de Janeiro - 2014
Graviola Promoções e Eventos
CNPJ/CPF: 11.327.823/0001-42
RJ - Rio de Janeiro
Período de captação: 01/01/2014 a 31/07/2014

PORTARIA Nº 226, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA-SUBSTITUTO, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 909, de 19 de novembro de 2013 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1º - Aprovar as alterações dos nomes dos projetos abaixo relacionados:

PRONAC: 12 5723 -" CCBB Educativo, São Paulo - 2013", publicado na portaria de aprovação n. 0496/12 de 30/08/2012, publicada no D.O.U. em 31/08/2012, para "CCBB Educativo, São Paulo - 2014".

PRONAC: 12 5968 - "CCBB Educativo Rio de Janeiro - 2013", publicado na portaria de aprovação n. 0659/12 de 21/11/2012, publicada no D.O.U. em 22/11/2012, para "CCBB Educativo Rio de Janeiro - 2014".

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KLEBER DA SILVA ROCHA

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
DIRETORIA-GERAL DO MATERIAL
ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA Nº 51/AMRJ, DE 25 DE MARÇO DE 2014

Efeito suspensivo à penalidade nos termos do art. 109, inciso I, alínea f da Lei nº 8.666/93.

O DIRETOR DO ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO, em virtude de recurso apresentado pela contratada, nos termos do art. 109, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666/93, atribuiu o efeito suspensivo à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de seis (6) meses, aplicada à firma GHC UNIFORMES PROFISSIONAIS, CNPJ 10.242.466/0001-57, pela Portaria nº 51/AMRJ, de 25 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Contra-Almirante (EN) MARIO FERREIRA BOTELHO

PORTARIA Nº 55/AMRJ, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Efeito suspensivo à penalidade nos termos do art. 109, inciso I, alínea f da Lei nº 8.666/93.

O DIRETOR DO ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO, em virtude de recurso apresentado pela contratada, nos termos do art. 109, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666/93, atribuiu o efeito suspensivo à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de seis (6) meses, aplicada à firma SERV & MAQ COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-ME, CNPJ 12.981.327/0001-02, pela Portaria nº 55/AMRJ, de 26 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Contra-Almirante (EN) MARIO FERREIRA BOTELHO

PORTARIA Nº 56/AMRJ, DE 27 DE MARÇO DE 2014

Efeito suspensivo à penalidade nos termos do art. 109, inciso I, alínea f da Lei nº 8.666/93.

O DIRETOR DO ARSENAL DE MARINHA DO RIO DE JANEIRO, em virtude de recurso apresentado pela contratada, nos termos do art. 109, inciso I, alínea f, da Lei nº 8.666/93, atribuiu o efeito suspensivo à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo de seis (6) meses, aplicada à firma AJURDY DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA, CNPJ 09.102.265/0001-75, pela Portaria nº 56/AMRJ, de 27 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na presente data.

Contra-Almirante (EN) MARIO FERREIRA BOTELHO

TRIBUNAL MARÍTIMO

ATA DA 6.882ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE ABRIL DE 2014 (QUINTA-FEIRA)

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, FERNANDO ALVES LADEIRAS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, SERGIO BEZERRA DE MATOS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31 do Regimento Interno. Estiveram ausentes o Exmo. Sr. Juiz MARCELO DAVID GONÇALVES e o Exmº Sr. Juiz GERALDO DE ALMEIDA PADILHA.

REPRESENTAÇÕES

Nº 28.456/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo o bote "ARTHUR MANOEL", ocorridos na barra de São Vicente, São Paulo, em 19 de março de 2013.

Relatora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Francisco José Barros (Proprietário/Mestre). Recebida a unanimidade.

Nº 27.047/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo o Rb "JAM", ocorridos nas proximidades da cachoeira do Teotônio, rio Madeira, Porto Velho, Rondônia, em 20 de junho de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados:: Evanio Lemos Cavalcante (Comandante) e Francisco Jurandi da Silva (Encarregado de Transporte Fluvial do Consorcio Santo Antônio Energia). Recebida a unanimidade.

Nº 27.206/2012 - Acidente e fato da navegação envolvendo a balsa "TERMINAL HIDROVIÁRIO RAIMUNDO DIAS FILHO", não inscrita, ocorridos no rio Paraná do Ramos, município de Boa Vista do Ramos, Amazonas, 10 de setembro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Município de Boa Vista do Ramos - AM (Proprietário). Recebida a unanimidade.

Nº 28.509/2013 - Fato da navegação envolvendo o BM "FÉ EM DEUS", não inscrito, e uma passageira, ocorrido no rio Pacajás, nas proximidades do município de Portel, Pará, em 29 de dezembro de 2011.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Claudete Moraes dos Santos (Condutora inabilitada) e José Reinaldo Silva dos Passos (Proprietário). Recebida a unanimidade.

Nº 28.520/2013 - Acidente da navegação envolvendo a embarcação "CELEBRIDADE" e o conjunto de embarcações formado pelo Rb "ESTRELA DALVA" com a balsa "ESTRELA DALVA III", ocorrido no rio Paraguai, Corumbá, Mato Grosso do Sul, em 03 de abril de 2013.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha.Representado: Leonardo Carlos Villanova (Comandante do conjunto de embarcações formado pelo Rb "ESTRELA DALVA" com a balsa "ESTRELA DALVA III"). Recebida a unanimidade.

Nº 28.454/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo a barcaça "JOSIANE", um de seus passageiros e uma canoa sem nome, não inscrita, ocorridos no rio Tocantins, município São Miguel do Tocantins, Tocantins, em 09 de março de 2013.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Relator: Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Gilson Ferreira Santana (Proprietário do motor empregado na canoa sem nome) e José Domingos da Conceição Lima Filho (Condutor inabilitado da canoa sem nome). Decisão: retornar os autos à D. Procuradoria Especial da Marinha, para oferecer representação somente contra o 2º representado Sr. José Domingos da Conceição Lima Filho.

JULGAMENTO

Nº 25.116/2010 - Acidente da navegação envolvendo o BM "14 DE OUTUBRO VI", ocorrido na margem direita do rio Paraná do Ramos, Barreirinha, Amazonas, em 14 de outubro de 2009.

Relator: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Manoel João Fernandes Valente (Fretante) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a" da Lei n° 2.180/54, como decorrente de negligência do Representado, responsabilizando Manoel João Fernandes Valente, condenando-o à pena de repreensão, com fundamento no art. 121, inciso I e art. 124, inciso IX, todos da mesma lei. Custas na forma da lei.

Nº 27.966/2013 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "JEAN FILHO XXI" com a balsa "JEANY SARON XVII" e um trabalhador, ocorrido no porto Chibatão, rio Negro, Manaus, Amazonas, em 26 de junho de 2010.

Com Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Dennys Torres de Oliveira (Vigilante das carretas embarcadas a bordo da balsa "JEANY SARON XVII") e com despacho do Exmº Sr. Juiz Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.

Relator: Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisora: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação, tipificado no art. 15, letra "e" (todos os fatos), da Lei n° 2.180/54, como equiparado aos casos cujas circunstâncias determinantes não foram apuradas com a devida precisão, mas com indícios de caso fortuito, não recebendo a Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha, fls. 125 a 127, e mandando arquivar os presentes autos. Oficiar à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, agente da Autoridade Marítima, para as sanções cabíveis, a infração ao art. 24 do RLESTA, c/c o art. 8°, inciso V, letra "b", e o art. 34, inciso I, ambos da LESTA (não comunicação do fato da navegação em pauta à Autoridade Marítima), a ser atribuída ao Comandante do comboio, Valmir da Costa Pinho, e à armadora e empresa proprietária do REM "JEAN FILHO XXI", Chibatão Navegação e Comércio Ltda. Enviar cópia do acórdão ao Ministério Público do Trabalho.

PROCESSO QUE SERÁ ARQUIVADO NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO I, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO:

Nº 27.992/2013 - Acidente da navegação envolvendo o BP "ENVIADO POR JESUS", ocorrido nas proximidades do litoral de Santa Cruz de Cabrália, Bahia, em 30 de setembro de 2012.

Relator: Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: a Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "b", da Lei n° 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha- PEM (fls. 65/67). Oficiar à Delegacia da Capitania dos Portos em Ilhéus, agente local da Autoridade Marítima, comunicando a infração ao art. 16, I, do RLESTA (deixar de inscrever ou de registrar a embarcação), e à Lei 8.374/91 (não apresentação de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente), cometidas pelo atual proprietário de fato do B/P "ENVIADO POR JESUS", Sr. Marcos Muniz Magalhães.

Esteve presente, pela Procuradoria, a Advogada da União, Dra. Aline Gonzalez Rocha.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição, e nada mais havendo a tratar, às 14h29min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretor-Geral da Secretaria.

Em 10 de abril de 2014.
Vice-Almirante LUIZ AUGUSTO CORREIA
Juiz-Presidente

MANOEL MACHADO DOS ANJOS
Secretário

SECRETARIA-GERAL
DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 26.137/11 - EMB "NENA A"
Relator : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representada : Fernanda Letícia da Silva (Prática)
Advogado : Dr. Henrique O. Motta (OAB/RJ 18.171)
Representação de Parte:
Autor : DERSA Desenvovimento Rodoviário S.A.
Advogados : Dr. Iwan Jaeger Jr. (OAB/RJ 44.606)
: Dr. Pablo Hanna (OAB/RJ 150.061)
Representado : Dmytro O. Maryshev
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Despacho : "1) Defiro o requerido pelos representados Fernanda Letícia da Silva e Dmytro O. Maryshev às fls. 367 e 369, respectivamente. 2) À Procuradoria Especial da Marinha-PEM, para querendo, apresentar quesitos para as oitivas requeridas às fls. 343/344 e 356."

Proc. nº 27.500/12 - "LAVRAS"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Waldfran Ferreira Deodato da Silva (Comandante)
Advogada : Dra. Carina Nogueira de Hollanda (OAB/RJ 158.550)
Representado : Giovani Tavares (Condutor)- Revel
Representado : José Luiz do Patrocínio (Prop. da "CORINGA")
Advogada : Dra. Ana Luisa Guedes (OAB/ES 16.259)
Despacho : "Em face do cumprimento do mandado de citação às fls. 236, declaro a revelia do representado Giovani Tavares. Notifique-se o representado, através da Capitania dos Portos."

Proc. nº 27.637/12 - Rb "TIETÊ IV" e outras
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : José Célio de Camargo (Comandante)
Advogado : Dr. Telêmaco Marrace de Oliveira (OAB/SC 28.816)
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria Especial da Marinha para Alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 24.910/10 - NM "SELCON"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : Sohel Ibna Hamid (Comandante)
Defensora : Dra. Patrícia Soares Henrique Py (DPU/RJ)
Despacho : "Encerrada a Instrução. Às Partes para alegações finais."
Prazo sucessivo: "10 (dez) dias."

Proc. nº 25.608/11 - N/M "MOL UNIFIER"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representados : Verni Toledo Fontanilla (2º Oficial de Náutica)
: Samuel Napoles Brillante (Contramestre)
: Adonis Siena Orilla (Marinheiro de Convés)
: Diolito Saludares Arnaiz Jr. (Marinheiro de Convés)
: Razvan Moni Rauca (Imediato)
: Bielecki Miroslaw (Comandante)
: Rickmers Reederei GMBH & CIE (Armadora/Proprietária)
Defensora : Dra. Patrícia Soares Henrique Py (DPU/RJ)
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo : " 10 (dez) dias."

Proc. nº 25.746/11 - "JEAN FILHO XXXIII" e outras
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Waldemar Amancio da Silva (Comandante)
Defensora : Dra. Fernanda Ayala Bianchi (DPU/RJ)
Representado : Hermanizio Ramos de Lima (Imediato)
Advogado : Dr. Caio Cesar da Silva Carvalho (OAB/RJ 145.031)
Representado : Sebastião Fernandes da Costa (Marinheiro de Convés)
Defensor : Dr. Vladimir Ferreira Correia (DPU/RJ)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para alegações finais."
Prazo : " 10 (dez) dias."

Proc. nº 25.758/11 - BP "JOÃO LUCA I"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Erivaldo Tavares da Silva (Tripulante)
Defensora : Dra. Maria Izabel Gomes Sant'Anna (DPU/RJ)
Representado : Alexsandro Miranda da Conceição (Tripulante)
Defensor : Dr. Eduardo Duílio Piragibe (DPU/RJ)
Representado : Joilson de Oliveira Martins (Tripulante)
Advogado : Dr. Cley Anderson de Queiroz Rodrigues (OAB/RN 10.243)
Representado : Everaldo Oliveira da Silva (Tripulante)
Defensor : Dr. Eduardo Duílio Piragibe (DPU/RJ)
Representado : Francisco José Ribeiro de Souza (Tripulante)- Revel
Representado : Erivaldo Machado da Cruz (Proprietário).
Defensora : Dra. Fernanda Ayala Bianchi (DPU/RJ)
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : " 05 (cinco) dias."

Proc. nº 27.155/12 "FPSO CIDADE DE SÃO PAULO MV 23"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Amit Tomar (Comandante)
Advogado : Dr. Flávio de Freitas Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Despacho : "Aberta a Instrução. À Procuradoria para Provas."
Prazo : " 05 (cinco) dias."

Proc. nº 27.299/12 lancha "BRUNINHA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Alberto Luis da Silva Natale (Comandante)- Revel
Despacho : "Declaro a revelia do representado. Aberta a instrução. À PEM para provas."

Proc. nº 27.437/12 - "BEIJA FLOR"
Relatora : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Cleonilton Martins da Silva (Condutor)
Advogado : Dr. Leandro Fernandes Chaves (OAB/TO 2.569)
Despacho : "Ao representado para provas."
Prazo : " 05 (cinco) dias."

Proc. nº 27.439/12 - EMB "TAMIETTI"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Marco Aurélio Tamietti (Proprietário)
Advogado: : Dr. Warley Pontello Barbosa (OAB/MG 58.273)
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 27.603/12 - "RENASCER IV"
Relator : Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Evandy Saturnino de Lima (Proprietário e Armador)
Advogado : Dr. Ernesto Nunes da Costa (OAB/AM 4.120)
Despacho : "Defiro o pedido de prova testemunhal de fls. 165/166, com exceção aos itens "g" e "l" de fl. 166. Ao representado para quesitos e preparo."

Proc. nº 27.696/12 - Rb "BERTOLINI XCII" e outras
Relatora : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Elligton de Souza Nery dos Santos (Condutor)
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142)
Representado : Manoel dos Santos Silva (Condutor)
Defensor : Dr. Thiago Ribeiro de Oliveira (DPU/RJ)
Despacho : "Ao representado para provas."
Prazo : " 05 (cinco) dias."

Proc. nº 27.819/13 - EMB sem nome
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : José Ivonir Bigolin (Proprietário)
Advogado: : Dr. Márcio Luiz Bigolin Grosbelli (OAB/PR 35.490 e OAB/SC
19.249-A)
Despacho : "Encerro a Instrução. À PEM para alegações finais."
Prazo : " 10 (dez) dias."

Proc. nº 28.178/13 - Rb "ITAPUÃ"
Relatora : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Bernardo Collante (Comandante do comboio)
: Eduardo Gonzalez (Contramestre do comboio)
Advogado : Dr. Godofredo Mendes Vianna (OAB/RJ 73.562)
Despacho : "Aos representados para provas."
Prazo : " 05 (cinco) dias."

Proc. nº 26.380/11 - Balsa "ILHA III"
Relator : Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Dr. Luís Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Consórcio Florianópolis Monumento
Advogado : Dr. Carlos Alberto de Araújo Gomes (OAB/SC 13565)
Representados : Empresa Catarinense de Exploração e Serviços Náuticos
: Marcelo Lebarbenchon Moura
Advogado : Dr. Marcelo Rupp (OAB/SC 1201)
Despacho : "1) 1) Defiro a oitiva da testemunha Gleison Lemos arrolada à fl. 590 pelo representado Consórcio Florianópolis Monumento. 2)Aos representados Empresa Catarinense de Exploração e Serviços Subaquáticos e Marcelo Lebarbenchon Moura para formularem quesitos se o desejarem. 3) Após, à PEM para formular quesitos se o desejar. 4) Publique-se.

Proc. nº 26.134/11 - BALSA "FB-24"
EMBARGOS DE NULIDADE
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Embargante : MARFORT Serviços Marítimos Ltda.
Advogado : Dr. Rodrigo Luiz Zanethi (OAB/SP 155.859)
Embargado : Procuradoria Especial da Marinha (PEM)
Despacho : "Ao Embargante para efetuar o preparo conforme art. 108, parágrafo 1º, da Lei nº 2.180/54. Prazo de 05 (cinco) dias."

Proc. nº 26.402/11 - LM "POLIDOROS"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Jefferson Frederico Seara Polidoro (Condutor/Prop.) Revel
Despacho : "Ao representado para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias."

Proc. Nº 26.908/12 - "GARCIA"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Eduardo Carlos Costa Garcia (Condutor)
Advogado : Dr. Wladimyr Dantas (OAB/SP 55.808)
Despacho : "Encerrada a Instrução. À PEM para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias."

Proc. nº 27.885/13 - EMB "BRASÍLIA IV" e outras
Relator : Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Oscar Ramon Gonzalez Moudelle
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Despacho : "Ao representado para razões finais."
Prazo : " 10 (dez) dias."

Em 15 de abril de 2014.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

AMAZÔNIA AZUL TECNOLOGIAS DE DEFESA S/A
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 3, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Aos vinte e um dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e quatorze, às onze horas, na sala Álvaro Alberto do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo, situado na Avenida Professor Lineu Prestes, nº 2468, Cidade Universitária, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP nº 05508-000, realizou-se a 1ª reunião, do ano de 2014, do Conselho de Administração (CONSAD) da Empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. - AMAZUL, presidida pelo Almirante-de-Esquadra WILSON BARBOSA GUERRA, representante do Comando da Marinha, com a presença dos demais Conselheiros de Administração: o Ministro MARCO ANTÔNIO RAUPP, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação; o Dr. ARI MATOS CARDOSO, representante do Ministério da Defesa; Dr. IDERVÂNIO DA SILVA COSTA, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; o Vice-Almirante, da Reserva Remunerada da Marinha, NEY ZANELLA DOS SANTOS, Diretor-Presidente da empresa; e a Senhora JAQUELINE SALES GORROI, representante eleita pelos empregados. A reunião contou com a presença do Almirante-de-Esquadra ARTHUR PIRES RAMOS, Assessor Especial do Comandante da Marinha; do Contra-Almirante AGOSTINHO SANTOS DO COUTO, Diretor de Administração e Finanças; do Capitão-de-Mar-e-Guerra LEONAM DOS SANTOS GUIMARÃES, Diretor Técnico-Comercial; do Capitão-de-Mar-e-Guerra MARCO ANTONIO CALIXTO PÁDUA, Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas; e do Capitão-de-Mar-e-Guerra JOSE ALBERTO CUNHA COUTO, Assessor de Planejamento Estratégico; tendo sido eu, Capitão-Tenente, do Quadro Técnico, ANDRÉA MARIA GUIMARÃES, designada para atuar como Secretária. O Presidente, havendo quórum legal, cumprimentou a todos e declarou iniciada a reunião do CONSAD, passando a palavra ao Conselheiro Ney Zanella, que fez uma apresentação sobre os desafios e conquistas alcançados pela empresa após sua ativação. Dentre as conquistas, citou a aquisição do prédio, localizado no bairro do Butantã, que será a sede da empresa. Em seguida, mencionou a elaboração do Plano de Cargos, Remuneração e Carreira, que será avaliado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - DEST. A proposta do plano é estruturar a carreira dos funcionários de modo a estimulá-los a abraçar a missão e os projetos da empresa. Outro avanço obtido foi a realização de concurso público para admissão de 280 profissionais de nível médio. O Presidente da empresa concluiu sua apresentação citando que o foco da AMAZUL é agregar talentos, produzir e absorver conhecimentos e fazer a gestão destas competências para o desenvolvimento de uma tecnologia nuclear própria, atual e segura. Dando início aos trabalhos, o Presidente apresentou a Ordem do Dia, composta dos seguintes itens: I - Aprovação ad referendum do Plano de Cargos, Remuneração e Carreira; II - Aprovação de proposta de criação de uma Sociedade de Propósito Específico para projetos de alta tecnologia; III - Planejamento Anual do CONSAD; IV - Andamento dos negócios da empresa; e V - Palavra aberta aos Conselheiros. O Presidente do Conselho propôs a inclusão de mais um item na pauta, referente à apresentação e homologação do auditor interno da empresa e, por solicitação do Diretor-Presidente, propôs a retirada do item dois da ordem do dia, em virtude do assunto ainda estar em discussão. Como não houve questionamentos, o Conselho aprovou, por unanimidade, a alteração da Ordem do Dia, que passou a vigorar com os seguintes itens: I - Aprovação ad referendum do Plano de Cargos, Remuneração e Carreira; II - Planejamento Anual do CONSAD; III - Andamento dos negócios da empresa; IV - Apresentação e homologação do Auditor interno da AMAZUL; e V - Palavra aberta aos Conselheiros. Passando ao primeiro item da Ordem do Dia, o Presidente concedeu a palavra ao Coordenador-Geral de Gestão de Pessoas, que fez uma breve apresentação sobre o Plano de Cargos, Remuneração e Carreira dos funcionários da AMAZUL. Após a apresentação, seguida de debates, o Presidente submeteu o Plano ao Colegiado, que o aprovou, por unanimidade. Passando ao segundo item da Ordem do Dia, o Colegiado aprovou, por unanimidade, o planejamento anual do CONSAD. Passando ao terceiro item da Ordem do Dia, o Presidente concedeu a palavra ao Assessor de Planejamento Estratégico da empresa, que apresentou a situação do Planejamento Estratégico da AMAZUL. Dentre os assuntos abordados, elencou as prioridades estratégicas da empresa, definindo os projetos, bem como os resultados a alcançar em 2014. Em seguida, a palavra foi passada ao Diretor Técnico-Comercial, que apresentou os prognósticos de negócios da empresa. Passando ao quarto item da Ordem do Dia, o Presidente submeteu ao Colegiado a homologação do Titular da Unidade de Auditoria Interna da AMAZUL, o Dr. JOSÉ WANDERLEY PINHEIRO, indicado pelo Conselheiro Ari Matos. O Presidente comentou que o auditor interno vincula-se tecnicamente ao CONSAD e administrativamente ao Diretor-Presidente da AMAZUL e sua designação é realizada pelo CONSAD, após aprovação da CGU. Os Conselheiros aprovaram a indicação do Dr. José Wanderley Pinheiro e o Presidente homologou sua indicação para o cargo. Passando ao quinto item da Ordem do Dia, foi aberta a palavra aos Conselheiros. O Conselheiro Raupp manifestou o interesse em colimar as ações da empresa aos projetos estratégicos do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. O Conselheiro Ari Matos mencionou a elaboração do Relatório de Gestão 2014, que deverá conter um capítulo específico sobre as informações atinentes ao ano de 2013. O Conselheiro Idervânio parabenizou a Direção pelos trabalhos realizados até o momento e manifestou que acompanhará a aprovação do PCRC no seu Ministério. A Conselheira Jaqueline disse que, como representante dos empregados, aguarda ansiosa a aprovação do Plano de Cargos, Remuneração e Carreira pelo DEST e citou que há uma grande expectativa junto aos empregados para saber como ficará o PCRC proposto. O Diretor-Presidente da empresa comentou sobre as demandas que a empresa vem recebendo e agradeceu o apoio e conselhos recebidos dos Conselheiros. Solicitou autorização para gozar uma parte de suas férias no próximo mês de maio, o que foi aprovado pelo Colegiado. O Presidente do Conselho encerrou as atividades do dia agradecendo o apoio e envolvimento de todos no progresso da AMAZUL. Concluídos os atos que compuseram a ordem do dia, a Presidência declarou encerrada a 3ª reunião do CONSAD, tendo sido lavrada a presente Ata no Livro de Atas do CONSAD, a qual foi assinada por mim, na qualidade de Secretária, e pelos Conselheiros presentes. Esta Ata foi elaborada em duas vias digitadas. São Paulo, vinte e um de fevereiro de dois mil e quatorze.

WILSON BARBOSA GUERRA
Presidente do Conselho

MARCO ANTÔNIO RAUPP
Membro

ARI MATOS CARDOSO
Membro

IDERVÂNIO DA SILVA COSTA
Membro

NEY ZANELLA DOS SANTOS
Membro

JAQUELINE SALES GORROI
Membro

ANDRÉA MARIA GUIMARÃES
Secretária

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

PORTARIA Nº 6, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 02/2014, de 20.03.2014/CCHL, publicado no DOU em 21.03.2014 e o processo nº 23111.004420/14, resolve:

Homologar o resultado final do processo Seletivo para contratação de Professor Substituto, Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas e Letras, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, habilitando os candidatos Rodrigo Santos Cruz (1º colocado), Flávio Conceição da Silveira(2º colocado), Daiany Caroline Santos Silva(3ª colocada), Raimundo Rodrigues da Silva(4º colocado) e Giovanna da Neiva Barriviera(5ª colocada), classificando para contratação os 2(dois) primeiros colocados.

NELSON JULIANO CARDOSO MATOS

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI

PORTARIAS DE 14 DE ABRIL DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI - UFSJ, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe o art. 24 e seus incisos do Estatuto aprovado pela Portaria MEC nº 2.684, de 25 de setembro de 2003 - DOU de 26 de setembro de 2003, combinado com o Decreto de 4 de junho de 2012 - DOU de 5 de junho de 2012, considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200/1967 e Decreto nº 83.937/1979, e tendo em vista a necessidade de agilizar e descentralizar os procedimentos administrativos na UFSJ, resolve:

Nº 261 - Art. 1º Delegar competência ao Pró-reitor de Pesquisa e Pós-graduação, vedada subdelegação, para expedir os atos administrativos relacionados:
a) Nomeação de comissões técnicas ou de suporte, referentes à seleção, acompanhamento, avaliação, câmara, comitê, análise e bolsas dos programas de pós-graduação;
b) Autorização de reembolso de despesas financiadas pela CAPES, comprovadas em documentação específica, relativas à participação em trabalhos de campo e em eventos científicos, como congressos e simpósios; e
c) Assinatura de termos de outorga e firmar contratos decorrentes de planos de trabalho e cooperação entre a UFSJ e a FAPEMIG.
Art. 2º No exercício desta delegação devem ser respeitadas as demais disposições do Regimento das Unidades, bem como as resoluções dos Conselhos Superiores e legislação vigente.
Art. 3º Estabelecer que esta delegação se restrinja às ações adstritas ao órgão e às respectivas Unidades do dirigente e se efetive sem prejuízo de outras delegações conferidas anteriormente e não revogadas.
Art. 4º As Portarias expedidas devem obedecer no cabeçalho o modelo constante do Anexo I.
Art. 5º A presente delegação é extensiva aos substitutos eventuais.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.
Nº 262 - Art. 1º Delegar competência ao Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários, vedada subdelegação, para expedir atos administrativos correspondentes à nomeação de comissões técnicas ou de suporte, referentes à seleção, acompanhamento, avaliação, comitê, análise.
Art. 2º No exercício desta delegação devem ser respeitadas as demais disposições do Regimento das Unidades, bem como as resoluções dos Conselhos Superiores e legislação vigente.
Art. 3º Estabelecer que esta delegação se restrinja às ações adstritas ao órgão e às respectivas Unidades do dirigente e se efetive sem prejuízo de outras delegações conferidas anteriormente e não revogadas.
Art. 4º As Portarias expedidas devem obedecer no cabeçalho o modelo constante do Anexo I.
Art. 5º A presente delegação é extensiva aos substitutos eventuais.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

VALÉRIA HELOÍSA KEMP

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

PORTARIA Nº 1.001, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando: o disposto no art. 47 e art. 48 da Resolução nº 023/2007/CONSU/UFS; a decisão do Conselho do Departamento de Medicina; o que consta no Processo de nº. 23113.027733/2013-42, resolve:

Art. 1º - Anular o Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Efetivo do Departamento de Medicina/Campus da Saúde Prof. João Cardoso Nascimento Jr., objeto do Edital nº 031/2013, publicado no D.O.U. de 09/12/2013, para classe de Assistente-A, Nível I, em regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, Matérias de Ensino: Pediatria.

Art. 2º - O concurso deverá ser reaberto em novo edital, mantendo-se as inscrições dos candidatos que participaram do Edital 031/2013 e recebendo-se novas inscrições.

Art. 3º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANGELO ROBERTO ANTONIOLLI

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

PORTARIA Nº 540, DE 14 DE ABRIL DE 2014

A Reitora da Universidade Federal de Viçosa, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto de 16/05/2011, publicado no Diário Oficial da União de 17/05/2011, considerando o que consta do Processo 005386/2011, resolve:

Aplicar à empresa MAVESO COMERCIAL LTDA - ME, CNPJ nº 02.181.676/0001-54, a pena de impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de 1 (um) ano, a contar da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, cumulada com multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato representado pela Nota de Empenho nº 2011NE800140, bem como com a sua rescisão, pela inexecução total das obrigações assumidas com esta Instituição, tudo com fundamento nos subitens 12.1, 12.1.6, 12.2 e 12.2.2 do Edital de Pregão nº 180/2011.

NILDA DE FÁTIMA FERREIRA SOARES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 755, DE 14 DE ABRIL DE 2014(*)

A Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e conforme o disposto no artigo 20 do Estatuto do IFSC, resolve:

Prorrogar por 1 (um) ano, a contar de 18 de abril de 2014, o prazo de validade do Concurso Público Nº 02/2013 destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, a que se refere o Edital de Homologação Nº 24/2013, publicado no DOU de 19/04/2013.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER

PORTARIA Nº 756, DE 14 DE ABRIL DE 2014(*)

A Magnífica Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e conforme o disposto no artigo 20 do Estatuto do IFSC, resolve:

Prorrogar por 1 (um) ano, a contar de 18 de abril de 2014, o prazo de validade do Concurso Público Nº 04/2013 destinado ao provimento de cargos do Quadro Permanente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, a que se refere o Edital de Homologação Nº 25/2013, publicado no DOU de 19/04/2013.

MARIA CLARA KASCHNY SCHNEIDER

(*) Republicadas por terem saído no DOU nº 72, de 15-4-2014, Seção 1, página 20, com incorreção no original.

PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR TERCEIROS

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 234, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2013, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Educação Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201210810	MEDICINA (Bacharelado)	30 (trinta)	FACULDADE DE CIÊNCIAS GERENCIAIS DE MANHUAÇU	CENTRO SUPERIOR DE ESTUDOS DE MANHUACU LTDA	RUA DARCY CÉSAR DE OLIVEIRA LEITE, 600, ALFA SUL, MANHUAÇU/MG
2.	201300303	MEDICINA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO	CENTRO DE EDUCACAO TECNICA E CULTURAL	RUA DO PRÍNCIPE, 526, CAMPUS UNIVERSITÁRIO-UNICAP, BOA VISTA, RECIFE/PE

PORTARIA Nº 235, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação, conforme planilha anexa, ministrados pelas Instituições de Educação Superior, nos termos do disposto no artigo 35, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na planilha anexa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

(Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201113182	COMUNICAÇÃO SOCIAL - PUBLICIDADE E PROPAGANDA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE MARINGÁ	CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PARANA - CESPAR	AV. PRUDENTE DE MORAES, 815, ZONA 7, MARINGÁ/PR
2.	201104040	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE BETIM	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, CENTRO, BETIM/MG
3.	201203011	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBERLÂNDIA	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	AVENIDA CIPRIANO DEL FÁVERO, 991, MARTINS, UBERLÂNDIA/MG
4.	201103284	MARKETING (Tecnológico)	200 (duzentas)	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE FORTALEZA	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE FORTALEZA LTDA	RUA JOAQUIM TORRES, 185, JOAQUIM TAVORA , FORTALEZA/CE
5.	201104108	ENGENHARIA AMBIENTAL E SANITÁRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE BETIM	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	AVENIDA GOVERNADOR VALADARES, 640, CENTRO, BETIM/MG
6.	201207595	GESTÃO HOSPITALAR (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE TECNOLOGIA DA SERRA GAÚCHA - CAXIAS DO SUL	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA TEREZA LTDA.	OS DEZOITO DO FORTE, 2.366, SÃO PELEGRINO, CAXIAS DO SUL/RS
7.	201204121	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE LAMBARI	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RUA VITO TUCCI, 64, VISTA VERDE I, LAMBARI/MG
8.	201208923	ESTÉTICA E COSMÉTICA (Tecnológico)	160 (cento e sessenta)	FACULDADES INTEGRADAS DE TRÊS LAGOAS	ASSOCIACAO DE ENSINO E CULTURA DE MATO GROSSO DO SUL	AVENIDA PONTA PORÃ, 2750, DISTRITO INDUSTRIAL, TRÊS LAGOAS/MS
9.	201117194	DESIGN DE PRODUTO (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	SOCIEDADE ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	ESTRADA DIAS MARTINS, 894, JARDIM PRIMAVERA, RIO BRANCO/AC
10.	201203321	CINEMA E AUDIOVISUAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES INTEGRADAS BARROS MELO	AESO-ENSINO SUPERIOR DE OLINDA LTDA	AVENIDA TRANSAMAZÔNICA, 405, JARDIM BRASIL II, OLINDA/PE

PORTARIA Nº 236, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e a Portaria Normativa nº 2, de 1º de fevereiro de 2013, do Ministério da Educação, conforme consta do registro e-MEC nº 201210256, resolve:

Art. 1º Fica indeferido o pedido de autorização do curso de Medicina, bacharelado, pleiteado pela Faculdade Alfredo Nasser, com sede na Avenida Bela Vista, 26, Jardim das Esmeralda, no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás, mantida pela Associação Aparecidense de Educação, com sede no Município de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 237, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, e considerando o disposto na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização dos cursos superiores de graduação, presencial, conforme planilha anexa, nos termos do disposto no artigo 32, Inciso III, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

(Indeferimento do pedido de autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201103289	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE FORTALEZA	FACULDADE DE GESTAO E NEGOCIOS DE FORTALEZA LTDA	RUA JOAQUIM TORRES, 185, JOAQUIM TAVORA , FORTALEZA/CE
2.	201115619	ZOOTECNIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE UBERLÂNDIA	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RUA BARÃO DE CAMARGOS, 695, FUNDINHO, UBERLÂNDIA/MG
3.	201110996	ENFERMAGEM (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADES VALE DO CARANGOLA - FAVALE	FUNDACAO FAFILE DE CARANGOLA	PRAÇA DOS ESTUDANTES, 23, SANTA EMÍLIA, CARANGOLA/MG
4.	201211006	MEDICINA VETERINÁRIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE ANGLO-AMERICANO DE PASSO FUNDO	SESAT SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR E ASSESSORIA TECNICA	AVENIDA RUI BARBOSA, 103, QUADRA 138, VILA PETRÓPOLIS, PASSO FUNDO/RS
5.	201209687	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE PAN AMAZÔNIA	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	RUA DOS MUNDURUCUS, 4010, BAIRRO CREMAÇÃO, BELÉM/PA
6.	201117961	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE INTEGRADA CARAJÁS	FACULDADES INTEGRADAS CARAJAS S/C LTDA - EPP	AVENIDA BRASIL, 2299, ALTO PARANÁ, REDENÇÃO/PA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7.	201200925	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	SOCIEDADE ACREANA DE EDUCACAO E CULTURA LTDA	ESTRADA DIAS MARTINS, 894, JARDIM PRIMAVERA, RIO BRANCO/AC
8.	201209674	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DA AMAZÔNIA	ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES	AVENIDA DAS NAÇÕES UNIDAS, 1.202, LAGUINHO, MACAPÁ/AP

PORTARIA Nº 238, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos, em caráter excepcional, os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no artigo 10, §7º e parágrafo único do art. 39, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007.

Art. 2º As Instituições de Educação Superior citadas no Anexo desta Portaria ficam convocadas a celebrar, no prazo de 30 (trinta) dias, Protocolo de Compromisso com a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior com a finalidade de sanear as fragilidades identificadas por ocasião da avaliação in loco.

Parágrafo único. O Protocolo de Compromisso citado no caput tramitará via sistema e-MEC.

Art. 3º O Reconhecimento de que trata esta Portaria fica condicionado ao cumprimento, por parte das Instituições de Educação Superior, das obrigações acordadas no Protocolo de Compromisso citado no artigo anterior.

Parágrafo único. A não celebração do Protocolo de Compromisso, bem como o cumprimento insatisfatório das obrigações nele assumidas, implicará na instauração de Processo Administrativo objetivando a cassação do ato autorizativo de funcionamento do curso, nos termos do Art. 39, parágrafo único, cominado com o inciso II do art. 63. do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

ANEXO

(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	20070560	SANEAMENTO AMBIENTAL (TECNOLÓGICO)	90 (NOVENTA)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE - IFS	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE - IFS	AVENIDA ENGENHEIRO GENTIL TAVARES, 1.166, GETÚLIO VARGAS, ARACAJU/SE
2.	20077769	GESTÃO HOSPITALAR (TECNOLÓGICO)	150 (CENTO E CINQUENTA)	FACULDADE HERRERO	SOCIEDADE EDUCACIONAL HERRERO LTDA. - SS - EPP	RUA ÁLVARO ANDRADE, 345/322, PORTÃO, CURITIBA/PR
3.	200800782	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TECNOLÓGICO)	90 (NOVENTA)	UNIVERSIDADE ANHANGUERA DE SÃO PAULO - UNIAN-SP	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA DOS AUTONOMISTAS, 1325, VILA CAMPESINA, OSASCO/SP
4.	200801216	PEDAGOGIA (LICENCIATURA)	240 (DUZENTAS E QUARENTA)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO SÃO JUDAS TADEU	SESJT - SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR SÃO JUDAS TADEU S/S LTDA - ME	RUA FÉLIX PACHECO, 530, CENTRO, FLORIANO/PI
5	200804231	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	80 (OITENTA)	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA	RUA CESÁRIO GALENO, 448/475, 432, TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
6	200813277	DESIGN (BACHARELADO)	160 (CENTO E SESSENTA)	FACULDADE ESAMC SOROCABA	ESCOLA SUPERIOR DE GESTAO DE NEGOCIOS LTDA	RUA ARTHUR GOMES, 51, CENTRO, SOROCABA/SP
7	200900273	ARQUITETURA E URBANISMO (BACHARELADO)	35 (TRINTA E CINCO)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 2413, AEROPORTO, BOA VISTA/RR
8	200900591	REDES DE COMPUTADORES (TECNOLÓGICO)	80 (OITENTA)	FACULDADE DE TECNOLOGIA IPEP DE SÃO PAULO	INSTITUTO PAULISTA DE ENSINO E PESQUISA-IPEP	RUA PIRAPITINGUI, 186, LIBERDADE, SÃO PAULO/SP
9	200901476	LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	120 (CENTO E VINTE)	UNIVERSIDADE METODISTA DE PIRACICABA	INSTITUTO EDUCACIONAL PIRACICABANO DA IGREJA METODISTA	RUA RANGEL PESTANA, 762, CENTRO, PIRACICABA/SP
10	200902528	MATEMÁTICA (LICENCIATURA)	50 (CINQUENTA)	INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO CAMPO LIMPO PAULISTA	INSTITUTO DE ENSINO CAMPO LIMPO PAULISTA LTDA	RUA GUATEMALA, 167, JARDIM AMÉRICA, CAMPO LIMPO PAULISTA/SP
11	200904908	LOGÍSTICA (TECNOLÓGICO)	100 (CEM)	UNIVERSIDADE CAMILO CASTELO BRANCO	CIRCULO DE TRABALHADORES CRISTAOS DO EMBARE	RUA CAROLINA FONSECA, 584, ITAQUERA, SÃO PAULO/SP
12	200907442	GESTÃO PÚBLICA (TECNOLÓGICO)	100 (CEM)	FACULDADE DE TECNOLOGIA EQUIPE DARWIN	ASSOCIACAO DARWIN DE EDUCACAO E PESQUISA	QS 07, RUA 400, LOTE 1, S/N, BRASÍLIA/DF
13	200907452	REDES DE COMPUTADORES (TECNOLÓGICO)	80 (OITENTA)	FACULDADE DE TECNOLOGIA EQUIPE DARWIN	ASSOCIACAO DARWIN DE EDUCACAO E PESQUISA	QS 07, RUA 400, LOTE 1, S/N, BRASÍLIA/DF
14	200908600	TEOLOGIA (BACHARELADO)	100 (CEM)	FACULDADE DE TEOLOGIA DE HOKEMAH	IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS DE COQUE	RUA 2 QUADRA 2, 6, NÚCLEO HABITACIONAL CVRD, ALTO SÃO FRANCISCO, VITÓRIA DO MEARIM/MA
15	200912426	DESIGN GRÁFICO (TECNOLÓGICO)	100 (CEM)	UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	FUNDACAO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO	CAMPUS I, S/Nº, KM 171 - BR 285, SÃO JOSÉ, PASSO FUNDO/RS
16	200913035	DIREITO (BACHARELADO)	100 (CEM)	FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS E DE ADMINISTRAÇÃO DO VALE DO JURUENA	ASSOCIACAO JUINENSE DE ENSINO SUPERIOR DO VALE DO JURUENA-AJES	AVENIDA GABRIEL MÜLLER, S/N, AJES - FACULDADES DO VALE DO JURUENA, MODULO I, JUÍNA/MT
17	200913572	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (TECNOLÓGICO)	140 (CENTO E QUARENTA)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SANTO ANDRÉ	ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA	AVENIDA INDUSTRIAL, 3300, CAMPESTRE, SANTO ANDRÉ - SP
18	200914592	MUSEOLOGIA (BACHARELADO)	30 (TRINTA)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	RUA RAMIRO BARCELOS, 2705, PRÉDIO 22201, SANTANA, PORTO ALEGRE/RS

PORTARIA Nº 239, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, o Parecer nº 122/2014-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, de 15/04/2014, e considerando o processo nº 23000.002473/2013-70, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de desativação do curso de graduação em Ciências Contábeis (46411), bacharelado, presencial, ministrado pela Faculdade Araguaia, localizada no município de Goiânia, Estado do Goiás, mantida pela Sociedade de Educação e Cultura de Goiás S/C Ltda.

Art. 2º A instituição só poderá protocolar novo pedido de autorização para este curso após decorridos 2 (dois) anos da publicação deste ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 240, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, o Parecer nº 123/2014-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, 15/04/2014, e considerando o processo nº 23000.004281/2014-89, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de desativação do curso de graduação em Turismo (46301), bacharelado, presencial, ministrado pela Faculdade de Tecnologia e Ciências de Itabuna, localizada no município de Itabuna, Estado da Bahia, mantida pelo Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda - ME.

Art. 2º A instituição só poderá protocolar novo pedido de autorização para este curso após decorridos 2 (dois) anos da publicação deste ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 241, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, o Parecer nº 124/2014-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, 15/04/2014, e considerando o processo nº 23000.003915/2014-86, resolve:

Art. 1° Fica deferido o pedido de desativação dos cursos de graduação, presenciais, em Ciências Biológicas (47103), Geografia (18071), História (18072), Letras - Português e Inglês (11207), Matemática (18073), Nutrição (69184) e Turismo (48879), ministrados pela Faculdade de Ciências Administrativas e Contábeis de Itabira, localizada no município de Itabira, Estado de Minas Gerais, mantida pela Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira.

Art. 2º A instituição só poderá protocolar novo pedido de autorização para os cursos referidos no Art. 1º após decorridos 2 (dois) anos da publicação deste ato.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 242, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Parecer nº 125/2014-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, 15/04/2014, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o disposto na linha 24 do Anexo da Portaria nº 319, de 2 de agosto de 2011, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União de 4 de agosto de 2011, seção 1, página 33.

Art. 2º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 243, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, conforme consta do Parecer nº 126/2014/CGFPR/DIREG/SERES/MEC, 15/04/2014, do Ministério da Educação, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o disposto na Portaria nº 50, de 10 de janeiro de 2011, da Secretaria de Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União de 11 de janeiro de 2011, seção 1, página 28.

Art. 2º Tornar sem efeito o disposto na linha 03 do Anexo da Portaria nº 502, de 22 de dezembro de 2011, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, publicada no Diário Oficial da União de 26 de dezembro de 2011, seção 1, página 193.

Art. 3º Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

PORTARIA Nº 244, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto n° 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, e considerando os fundamentos constantes na Nota Técnica nº 283/2014-CGCEBAS/DPR/SERES/MEC, exarada nos autos do Processo nº 23000.020608/2013-89, resolve:

Art. 1º Fica instaurado procedimento de revisão administrativa no processo nº 71010.001497/2003-63, com o fim de averiguar possíveis irregularidades no certificado emitido pela Resolução nº 3, de 23, de janeiro de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social, publicada no Diário Oficial da União de 26/01/2009, pelo período de 23/10/2003 a 22/10/2006, da Associação de Ensino Ribeirão Preto, CNPJ nº 55.983.670/0001-67, nos termos dos artigos 5º e 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 2º Cientifique-se a Procuradoria Seccional da União em Niterói.

Art. 3º Cientifique-se a instituição para apresentação de defesa, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento, com base no inciso I, do art. 28, da Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE RODRIGO ARAÚJO MESSIAS

RETIFICAÇÕES

No Diário Oficial da União nº 130, de 06 de julho de 2012, Seção 1, pág. 26, na linha 7 do Anexo da Portaria nº 122, de 5 de julho de 2012, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, onde se lê: "Artes Visuais (Licenciatura)", leia-se: "Artes Visuais (Bacharelado)", conforme Parecer nº 127/2014-CGFPR/DIREG/SERES/MEC, de 15/04/2014. (Registro e-MEC nº 200804996).

No Diário Oficial da União nº 33, de 17 de fevereiro de 2014, seção 1, pág. 20, na linha 2, do Anexo da Portaria nº 113, de 14 de fevereiro de 2014, da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, onde se lê: "Rua Catequese, 242, 1º andar, Jardim, Jardim, Santo André-SP, leia-se: "Avenida dos Estados, nº 5.001, Santo André, Estado de São Paulo" conforme Parecer nº 128 /2014/CGFPR/DIREG/SERES/MEC, de 15/04/2014. (Registro e-MEC nº 2009100928).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 69, DE 15 DE ABRIL DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 033/2013-PROGESP, publicado no DOU nº 166, de 28 de agosto de 2013; CONSIDERANDO a Resolução nº 027/2014-CONSEPE, de 04 de fevereiro de 2014, publicada no Boletim de Serviço nº 026/2014, de 07 de fevereiro de 2014; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.058145/2013-34, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de 3º Grau, Classe Adjunto A, em Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva - DE, área de Anatomia, do Departamento de Morfologia - DMOR, do Centro de Biociências - CB, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

	Média
1º lugar: ALIANDA MAIRA CORNÉLIO DA SILVA	7,80

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO Nº 70, DE 15 DE ABRIL DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 041/2013-PROGESP, publicado no DOU nº 213, de 01 de novembro de 2013; CONSIDERANDO o que consta nos processos abaixo relacionados, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para a classe de Professor Auxiliar, da carreira do Magistério Superior, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

1-
COORDENAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA-FACISA/CERES
1.1 - Processo nº 23077.004724/2014-48
Área: Psiquiatria / Psicologia Médica / Psicopatologia / Saúde Mental e Atenção Psicossocial
Cargo: Professor Auxiliar
Regime de Trabalho: 40h

	Média
1º lugar: PATRÍCIA CAVALCANTI RIBEIRO	9,60

1.2 - Processo nº 23077.017969/2014-35
Área: Ensino Tutorial em Medicina / Atenção à Saúde Individual e Coletiva / Habilidades Clínicas / Semiologia e Prática Medica
Cargo: Professor Auxiliar
Regime de Trabalho: 20h

	Média
1º lugar: GIORDANO BRUNO SOUZA DOS SANTOS	8,99
2º lugar: GERSON BARBOSA DO NASCIMENTO	7,93
3º lugar: HARIM REVOREDO DE MACEDO JUNIOR	7,25
4º lugar: REGINA CLÁUDIA RAFAEL DE SOUSA	7,11

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

RESOLUÇÃO Nº 71, DE 15 DE ABRIL DE 2014

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XI, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 030/2013-PROGESP, publicado no DOU nº 161, de 21 de agosto de 2013; CONSIDERANDO o que consta no processo nº 23077.057713/2013-80, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para o cargo de Professor de 3º Grau, Classe Adjunto A, em Regime de Trabalho de Dedicação Exclusiva - DE, área de Álgebra, do Departamento de Matemática - DMAT, do Centro de Ciências Exatas e da Terra - CCET, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

NÃO HOUVE APROVAÇÃO

ÂNGELA MARIA PAIVA CRUZ

Ministério da Fazenda

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 193, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, pelo art. 1° da Lei n° 12.096, de 24 de novembro de 2009, e pelo art. 4º da Lei n° 12.409, de 25 de maio de 2011, resolve:

Art. 1° Observados os limites e as demais condições estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e por esta Portaria, fica autorizado o pagamento de equalização de encargos financeiros sobre os saldos médios diários de financiamentos concedidos pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, em ambos os casos com recursos próprios.

§1° Os saldos médios de que trata o caput deste artigo não poderão exceder os limites de contratação por beneficiários e itens financiáveis, estabelecidos pelo CMN, vigentes na data da apuração da equalização.

§2º As operações reembolsadas pelo BNDES na forma do disposto no §13 do art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, poderão integrar os saldos médios de que trata o caput, respectivamente enquadradas em cada subprograma, observado o disposto §1º deste artigo.

§3º As taxas de juros por beneficiário e itens financiáveis, utilizadas para fins de cálculo do valor da equalização, serão aquelas definidas para cada Subprograma do PSI, conforme resolução do CMN vigente à época da contratação.

§4º Para os fins desta Portaria, serão considerados os financiamentos concedidos com observância das normas, limites e demais parâmetros específicos definidos pelo Conselho Monetário Nacional.

Art. 2º As demais condições para cálculo do valor da equalização para o BNDES são:

I - Subprograma "Ônibus e Caminhões":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas até 30 de junho de 2010	Até 4,0% a.a. para o BNDES;	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro;	TJLP
Operações contratadas entre 1º de julho de 2010 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada (ROB) até R$ 90 milhões; e Até 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada (ROB) superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,0% a.a para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada (ROB) até R$ 90 milhões; e. 2,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada (ROB) superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta	1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e;1,0% a.a para o BNDES, acrescida de 1,5 % a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	

II - Subprograma "Procaminhoneiro":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas até 30 de junho de 2010	Até 4,0% a.a. para o BNDES;	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro;	TJLP
Operações contratadas entre 1º de julho de 2010 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e. Até 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 2,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0 %a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	

III - Subprograma "Bens de Capital - Demais itens":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas até 30 de junho de 2010	Até 4,0% a.a. para o BNDES;	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro;	TJLP
Operações contratadas entre 1º de julho de 2010 e 31 de março de 2011	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	
Operações contratadas entre 1º de abril de 2011 e 31 de dezembro de 2013	Até 2,7% a.a. para o BNDES.	Até 1,0% a.a para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro.	
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	2,5% a.a. para o BNDES.	1,0% a.a para o BNDES, acrescida de 1,5% a.a. para o agente financeiro.	

IV - Subprograma "Bens de Capital - Demais itens - Micro, Pequenas e Médias Empresas":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 1º de abril de 2011 e 31 de dezembro de 2014	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões.	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões.	TJLP

V - Subprograma "PER - Programa Emergencial de Reconstrução":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 1º de abril de 2011 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e. Até 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	TJLP

VI - Subprograma "Energia Elétrica":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 1º de abril de 2011 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e. Até 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 2,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	

VII - Subprograma "Rural":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 1º de novembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e;. Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 2,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0 %a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	

VIII - Subprograma "Bens de Capital - Exportação":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas até 30 de junho de 2010	Até 4,8% a.a. para o BNDES;	Até 1,8% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro;	TJLP+ 1,0% a.a.
Operações contratadas entre 1º de julho de 2010 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,8% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e. Até 3,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões	Até 1,8% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,8% a.a para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões.	
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,8% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 3,3% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	1,8% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; 1,8% a.a para o BNDES, acrescida de 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões.	

IX - Subprograma "Bens de Consumo - Exportação":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas até 30 de junho de 2010	Até 5,3% a.a. para o BNDES;	Até 2,3% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro;	TJLP+ 1,0% a.a.
Operações contratadas a partir de 1º de julho de 2010	Até 5,3% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	Até 2,3% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 2,3% a.a para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões.	

X - Subprograma "Exportação - Micro, Pequenas e Médias Empresas":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 1º de julho de 2010 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES;	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro;	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,0% a.a. para o BNDES;	1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0% a.a. para o agente financeiro;	TJLP

XI - Subprograma "Inovação Tecnológica":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas até 30 de junho de 2010	0%	Até 3,0% a.a. para o agente financeiro;	4,5% a.a.
Operações contratadas entre 1º de julho de 2010 e 31 de março de 2011	0%	Até 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões.	
Operações contratadas entre 1º de abril de 2011 e 15 de abril de 2012	Até 3,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 1,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões.	Até 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões.	TJLP

XII - Subprograma "Capital Inovador":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas até 30 de junho de 2010	Até 3,0% a.a. para o BNDES;	Até 3,0% a.a. para o agente financeiro;	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de julho de 2010.	Até 3,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e.	Até 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e;	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Até 1,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões	Até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões.	

XIII - Subprograma "Peças, Partes e Componentes":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 1º de abril de 2011 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 2,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e;. 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta	

XIV - Subprogramas "Proengenharia/Inovação Produção":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 1º de abril de 2011 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 2,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	

XV - Subprograma "Tecnologia Nacional":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 1º de abril de 2011 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 2,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	

XVI - Subprograma "Transformadores":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 16 de abril de 2012 e 31 de dezembro de 2013	Até 3,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 1,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	Até 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	3,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 1,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	

XVII - Subprograma "Inovação":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 16 de abril de 2012 e 31 de dezembro de 2013	Até 3,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 1,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	Até 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões.	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	3,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 1,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões.	

XVIII - Subprograma "Máquinas e Equipamentos Eficientes":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações destinadas à aquisição de ônibus elétricos, híbridos ou outros modelos com tração elétrica contratadas a partir de 1º de abril de 2011 e demais operações contratadas a partir de 7 de dezembro de 2012, nos dois casos até 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; eAté 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; eAté 1,0% a.a para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 2,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 1,0% a.a para o BNDES, acrescida de 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior R$ 90 milhões, e a ente da Administração Pública Direta.	

XIX - Subprograma "Cerealistas":

Período de contratação	S - Remuneração		CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	Operações Indiretas	
Operações contratadas entre 1º julho de 2013 e 31 de dezembro de 2013	Até 4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e. Até 2,7% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões	Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; Até 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de até 1,7% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	TJLP
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	4,0% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e 2,5% a.a. para o BNDES, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 3,0%a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e; 1,0% a.a. para o BNDES, acrescida de 1,5% a.a. para o agente financeiro, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	

Art. 3º As demais condições para cálculo do valor da equalização para a FINEP são:

I - Subprograma "Inovação Tecnológica":

Período de contratação	S - Remuneração	CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	
Operações contratadas até 31 de dezembro de 2013	Até 3,0% a.a. para a FINEP, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 1,7% a.a. para a FINEP, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	TJLP + 1% a.a.
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	3,0% a.a. para a FINEP, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e1,5% a.a. para a FINEP, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	TJLP + 1% a.a.

II - Subprograma "Capital Inovador":

Período de contratação	S - Remuneração	CF - Custo da Fonte dos Recursos
	Operações Diretas	
Operações contratadas até 31 de dezembro de 2013	Até 3,0% a.a. para a FINEP, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e Até 1,7% a.a. para a FINEP, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	TJLP + 1% a.a.
Operações contratadas a partir de 1º de janeiro de 2014	3,0% a.a. para a FINEP, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada até R$ 90 milhões; e1,5% a.a. para a FINEP, em financiamentos a beneficiárias com Receita Operacional Bruta/Renda Anual ou Anualizada superior a R$ 90 milhões.	TJLP + 1% a.a.

Art. 4º O valor das equalizações de taxas de juros de que trata esta Portaria, em conformidade com a metodologia constante em anexo, ficará limitado:

I - para operações diretas do BNDES: ao diferencial entre o custo da fonte dos recursos, acrescido da remuneração do BNDES, e o encargo do mutuário final;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II - para operações indiretas do BNDES: ao diferencial entre o custo da fonte de recursos, acrescido da remuneração do BNDES e do agente financeiro, e o encargo do mutuário final;

III - para operações diretas da FINEP: ao diferencial entre o custo da fonte de recursos acrescido da remuneração da FINEP, e o encargo do mutuário final.

Art. 5º Quando os encargos cobrados do tomador final do crédito excederem o custo de captação dos recursos acrescido dos custos administrativos e tributários, o BNDES e a FINEP deverão recolher ao Tesouro Nacional o valor apurado, atualizado pelo índice que remunera a captação dos recursos.

Art. 6° O BNDES e a FINEP deverão apresentar à Secretaria do Tesouro Nacional:

I - mensalmente, os valores contratados relativos às operações ao amparo desta Portaria verificados no respectivo mês;

II - mensalmente, os montantes desembolsados e contratados, por linha de financiamento, conforme planilha constante do anexo III;

III - trimestralmente, a previsão de desembolso, contratação e de equalização para os três semestres subsequentes, por linha de financiamento;

IV - semestralmente, a cada pedido de equalização à Secretaria do Tesouro Nacional, os valores das equalizações e os saldos médios diários das aplicações (SMDA's) relativos às operações ao amparo desta Portaria, verificados nos períodos de 1° de janeiro a 30 de junho e de 1° de julho a 31 de dezembro, de cada ano, acompanhados das correspondentes planilhas com a memória de cálculo do valor de equalização apurado, da média geométrica das TJLP's, da atualização, bem como da declaração de responsabilidade do próprio BNDES ou da FINEP, conforme o caso, pela exatidão das informações relativas à aplicação dos recursos na finalidade a que se destinam;

V - mensalmente, a cada pedido de equalização à Secretaria do Tesouro Nacional, os valores das equalizações e os saldos médios diários das aplicações (SMDA's) relativos às operações de que trata o § 1º do art. 7º desta Portaria, acompanhados das correspondentes planilhas com a memória de cálculo do valor de equalização apurado, da média geométrica das TJLP's, da atualização, bem como da declaração de responsabilidade do próprio BNDES pela exatidão das informações relativas à aplicação dos recursos na finalidade a que se destinam.

§1° As informações de que tratam os incisos I, II, III, IV e V deste artigo deverão ser encaminhadas à Secretaria do Tesouro Nacional identificadas com base na mesma estratificação observada nos artigos 2° e 3º desta Portaria e deverão fazer menção à Portaria de equalização a que se referem.

Art.7º Os valores de equalização serão apurados em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, conforme metodologia de cálculo constante do Anexo I, e devidos em 1º de julho e em 1º de janeiro de cada ano, observado que:

I - Os pagamentos das equalizações de que trata o caput podem ser prorrogados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Tesouro Nacional;

II - Os valores apurados das equalizações a partir de 16 de abril de 2012, relativos às operações contratadas pelo BNDES, serão devidos nos dias 1º de julho e 1º de janeiro de cada ano, após decorridos 24 meses do término de cada semestre de apuração e atualizados na forma do §3º deste artigo;

III - os valores apurados das equalizações relativos às operações contratadas a partir de 1° de janeiro de 2014 pela FINEP serão devidos nos dias 1º de julho e 1º de janeiro de cada ano, após decorridos 24 meses do término de cada semestre de apuração e atualizados na forma do §3º deste artigo.

§1º Os valores de equalização das operações indiretas em que a taxa de juros ao mutuário for inferior à remuneração do agente financeiro, contratadas entre 1º de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, serão apurados conforme metodologia constante do Anexo II desta Portaria. O montante da equalização correspondente à diferença entre a taxa de juros fixada ao mutuário e a remuneração do agente financeiro será apurado no último dia de cada mês e devido no dia 1º do mês subsequente.

§2º Os valores de equalização das operações de que trata o §1º apurados até dezembro de 2012 serão devidos a partir de 1º de janeiro de 2013.

§3º Os valores das equalizações a que se refere este artigo serão atualizados desde o dia subsequente à data da apuração até a data do efetivo pagamento pelo Tesouro Nacional.

Art.8º O BNDES e a FINEP deverão informar, até o último dia do mês de janeiro de cada ano, os valores recebidos de equalização no exercício anterior segregados por região da Federação.

Art. 9º O não atendimento ao disposto nesta Portaria poderá implicar a suspensão do pagamento da equalização até a devida regularização, bem como a perda do direito à atualização dos valores neste período.

Art. 10 Caberá ao BNDES e à FINEP disponibilizar, sempre que solicitados, informações relacionadas com a boa e regular aplicação dos recursos a que se refere esta Portaria, à Secretaria do Tesouro Nacional, à Controladoria Geral da União - CGU, ao Tribunal de Contas da União - TCU e ao Banco Central do Brasil, para fins de acompanhamento e fiscalização por parte dos referidos órgãos.

Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12 Fica revogada a Portaria n° 29, de 23 de janeiro de 2014.

GUIDO MANTEGA

ANEXO I

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Cálculo da equalização apurada nos dias 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, relativa aos Saldos Médios Diários das Aplicações em operações de financiamento de que trata esta Portaria, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ou da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, verificados nos períodos de 1° de janeiro a 30 de junho e 1° de julho a 31 de dezembro, respectivamente:

a) Cálculo da equalização:

$$EQL = SMDA \times \left[\left(1+\frac{(CF+S)}{100}\right)^{\frac{n}{DAC}} - \left(1+\frac{R}{100}\right)^{\frac{n}{DAC}}\right]$$

b) Cálculo da média geométrica das TJLP's:

$$TJLP_{MG} = \sqrt[\frac{n}{DAC}]{\prod_{\alpha=1}^{N}\left(\frac{1+TJLP_{\alpha}}{100}\right)^{\frac{n_{\alpha}}{DAC}}} - 1$$

c) Cálculo da atualização

$$EQA = EQL \times \left[\prod_{\beta=1}^{N}\left(1+\frac{(TJLP_{\beta}+1)}{100}\right)^{\frac{x_{\beta}}{DAC}}\right]$$

Legenda:

- •EQL = Equalização apurada referente ao período de equalização;
- •SMDA = Saldo Médio Diário das Aplicações no período de equalização;
- •TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo ao ano;
- •CF = Custo da fonte dos recursos, definido conforme tabelas constantes dos artigos 2º e 3º;
- •$TJLP_{MG}$ = Média Geométrica das TJLP's do período de equalização, para os casos em que o custo da fonte dos recursos corresponder à TJLP;
- •n = Número de dias corridos do período de equalização;
- •S = Remuneração, definida conforme tabelas constantes dos artigos 2º e 3º;
- •R = Taxa de juros para o mutuário final, definida conforme Resolução do CMN;
- •DAC = Número de dias do ano comercial (360) para operações contratadas até 31/12/2013 e Número de dias do ano civil para operações contratadas a partir de 01/01/2014;
- •N = Número de TJLP's vigentes no período de equalização;
- •$TJLP_{\alpha}$ = TJLP's vigentes no período de equalização;
- •n_{α} = Número de dias corridos referentes às TJLP's do período de equalização;
- •EQA = equalização apurada atualizada até o dia do pagamento;
- •$TJLP_{\beta}$ = TJLP's vigentes no período de atualização;
- •X_{β} = número de dias corridos referentes às TJLP's do período de atualização.

ANEXO II

METODOLOGIA DE CÁLCULO

Cálculo da equalização apurada nas operações indiretas em que as taxas de juros ao mutuário forem inferiores à remuneração do agente financeiro, contratadas entre 1º de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2012, relativa aos Saldos Médios Diários das Aplicações em operações de financiamento de que trata esta Portaria, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES:

a) Cálculo da equalização com apuração mensal:

$$EQL = SMDA \times \left[\left(1+\frac{(S_2)}{100}\right)^{\frac{n}{DAC}} - \left(1+\frac{R}{100}\right)^{\frac{n}{DAC}}\right]$$

b) Cálculo da equalização com apuração semestral:

$$EQL = SMDA \times \left[\left(1+\frac{(CF+S_1)}{100}\right)^{\frac{n}{DAC}} - 1\right]$$

c) Cálculo da média geométrica das TJLP's:

$$TJLP_{MG} = \sqrt[\frac{n}{DAC}]{\prod_{\alpha=1}^{N}\left(\frac{1+TJLP_{\alpha}}{100}\right)^{\frac{n_{\alpha}}{DAC}}} - 1$$

d) Cálculo da atualização

$$EQA = EQL \times \left[\prod_{\beta=1}^{N}\left(1+\frac{(TJLP_{\beta}+1)}{100}\right)^{\frac{x_{\beta}}{DAC}}\right]$$

Legenda:

- •EQL = Equalização apurada referente ao período de equalização;
- •SMDA = Saldo Médio Diário das Aplicações no período de equalização;
- •TJLP = Taxa de Juros de Longo Prazo ao ano;
- •CF = Custo da fonte dos recursos, definido conforme tabelas constantes do artigo 2º;
- •$TJLP_{MG}$ = Média Geométrica das TJLP's do período de equalização, para os casos em que o custo da fonte dos recursos corresponder à TJLP;
- •n = Número de dias corridos do período de equalização;
- •S_1 = Remuneração do BNDES , definida conforme tabelas constantes do artigo 2º;
- S_2 = Remuneração Agente Financeiro, definida conforme tabelas constantes do artigo 2º;
- •R = Taxa de juros para o mutuário final, definida conforme Resolução do CMN;
- •DAC = Número de dias do ano comercial (360) para operações contratadas até 31/12/2013 e Número de dias do ano civil para operações contratadas a partir de 01/01/2014;
- •N = Número de TJLP's vigentes no período de equalização;
- •$TJLP_{\alpha}$ = TJLP's vigentes no período de equalização;
- •n_{α} = Número de dias corridos referentes às TJLP's do período de equalização;
- •EQA = equalização apurada atualizada até o dia do pagamento;
- •$TJLP_{\beta}$ = TJLP's vigentes no período de atualização;
- •X_{β} = número de dias corridos referentes às TJLP's do período de atualização.

ANEXO III

Item da Resolução do CMN	Subprogramas	Limites Disponibilizados	Valores contratados até o último dia do mês	Disponível para Contratação no último dia do mês	Valor desembolsado até o último dia do mês

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro de Estado da Fazenda publicado no DOU de 21 de março de 2014, Seção 1, pág. 13, referente ao Processo nº 17944.001180/2013-12, interessado o Município de Curitiba e Caixa Econômica Federal,onde se lê:"...destinados ao aporte de contrapartida de projetos no âmbito do PAC PRÓ-MORADIA. ..." leia-se:"...destinados ao aporte de contrapartida de projetos no âmbito do PAC OGU e PAC FGTS PRÓ-MORADIA. ...."

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL EM SÃO PAULO
PROCURADORIA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM JUNDIAÍ

ATO Nº 4, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Exclui pessoas físicas e jurídicas do Parcelamento Especial - PAES, de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

A PROCURADORA SECCIONAL DA FAZENDA NACIONAL EM JUNDIAÍ/SP, abaixo identificada, no uso da atribuição que lhe confere o art. 81 c/c art. 79, ambos do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 257, de 23 de junho de 2009 (DOU de 25/06/2009), considerando o disposto no art. 7º da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003, art. 7°, incisos I e II da Portaria Conjunta PGFN/SRF n° 01, de 25 de junho de 2003, art. 10 da Portaria Conjunta PGFN/SRF n° 03, de 25 de agosto de 2004, e ter sido: a) verificada a inadimplência do sujeito passivo por 3 (três) meses consecutivos ou 6 (seis) meses alternados, relativamente às prestações mensais ou a quaisquer dos tributos e das contribuições referidos nos arts. 1º e 5º da Lei n° 10.684/2003, com vencimento posterior a 28 de fevereiro de 2003; ou b) constatado que o sujeito passivo deixou de informar à SRF ou à PGFN a liquidação, extinção ou rescisão de parcelamento junto ao INSS, nos termos do art. 5º da Lei 10.684/ 2003, até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrer os referidos eventos;

Exclui o(s) seguinte(s) contribuinte(s) do Parcelamento Especial de que trata o art. 1º da Lei n° 10.684, de 30 de maio de 2003:

CNPJ/CPF	Nome/Razão Social	Processo Administrativo
59.722.702/0001-21	Locadora Comercial Porto Seguro Ltda	13281.000798/2013-55

Para maiores detalhes acerca do motivo da sua exclusão do programa de parcelamento, o contribuinte pode acessar o sítio oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil na internet (www.receita.fazenda.gov.br), e utilizar a senha correspondente.

O contribuinte pode, ainda, no prazo de 10 (dez) dias, contados da publicação deste Ato de Exclusão, apresentar recurso administrativo dirigido ao Procurador Seccional da Fazenda Nacional em Jundiaí/SP, com endereço à Rua Dr. Torres Neves, n° 508, Centro, Jundiaí/SP, CEP 12.308-058.

MAYRE KOMURO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO

No Ato COTEPE/MVA nº 1, de 21 de fevereiro de 2014, publicado no DOU de 25 de fevereiro de 2014, Seção 1, páginas 72 a 77:
onde se lê:
"TABELA I - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva e Álcool Anidro		Álcool hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%								Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
RR	17,80%	47,25%	20,00%	48,81%	40,81%		9,97%	36,86%	-	-	-	-	-	-	-	-

* MVA's alteradas por este Ato COTEPE/MVA.
";
leia-se:
"TABELA I - OPERAÇÕES REALIZADAS PELAS DISTRIBUIDORAS

UF	Gasolina Automotiva e Álcool Anidro		Álcool hidratado				Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais			Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
				Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%								Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*RR	17,80%	47,25%	20,00%	48,81%	40,81%		9,97%	36,86%	-	-	61,31%	94,35%	61,31%	80,75%	71,03%	86,58%

* MVA's alteradas por este Ato COTEPE/MVA.
".
Onde se lê:
"TABELA II - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

UF	Gasolina Automotiva		Óleo Diesel		G L P		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
														Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
RR	107,72%	159,65%	45,81%	75,67%	118,16%	162,84%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

*MVA's alteradas por este Ato COTEPE/MVA.
";
leia-se:
"TABELA II - OPERAÇÕES REALIZADAS POR PRODUTOR NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

UF	Gasolina Automotiva		Óleo Diesel		G L P		Óleo Combustível		Gás Natural Veicular		Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo			
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais		
														Alíquota 7%	Alíquota 12%	Originado de Importação 4%
*RR	107,72%	159,65%	45,81%	75,67%	118,16%	162,84%	-	-	-	-	61,31%	94,35%	61,31%	80,75%	71,03%	86,58%

*MVA's alteradas por este Ato COTEPE/MVA.
".
Onde se lê:
"TABELA III - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

UF	Gasolina Automotiva		Óleo Diesel		GLP		QAV		Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Originado de Importação 4%
RR	156,38%	220,48%	82,26%	119,59%	172,69%	228,55%	68,16%	124,22%	61,31%	94,35%	61,31%	86,58%

*MVA's alteradas por este Ato COTEPE/MVA.
";
leia-se:
"TABELA III - OPERAÇÕES REALIZADAS POR IMPORTADORES DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES

UF	Gasolina Automotiva		Óleo Diesel		GLP		QAV		Lubrificante Derivado de Petróleo		Lubrificante Não derivado de Petróleo	
	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Interestaduais	Internas	Originado de Importação 4%
*RR	156,38%	220,48%	82,26%	119,59%	172,69%	228,55%	68,16%	124,22%	61,31%	94,35%	61,31%	86,58%

*MVA's alteradas por este Ato COTEPE/MVA.
".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.462, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Altera a Instrução Normativa RFB nº 1.152, de 10 de maio de 2011, que dispõe sobre a suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e a não incidência da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) na exportação de mercadorias.

O SECRETÁRIO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso III do art. 280 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 111 do Decreto-Lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, no Decreto-Lei nº 1.248, de 29 de novembro de 1972, no art. 39 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, nos incisos I e III do art. 5º da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, nos incisos I e III do art. 6º da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e no art. 341, no inciso III do art. 343, no art. 346 e no inciso I do art. 603 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, resolve:

Art. 1º Os arts. 2º, 6º e 7º da Instrução Normativa RFB nº 1.152, de 10 de maio de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Os produtos destinados à exportação poderão sair, com suspensão do IPI, do estabelecimento industrial da pessoa jurídica produtora quando:

....." (NR)

"Art. 6º No caso de impossibilidade de realização das operações de transbordo, baldeação, descarregamento ou armazenamento nos locais referidos no caput do art. 5º por motivo que não possa ser atribuído à ECE, à pessoa jurídica vendedora ou ao transportador, o titular da unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com jurisdição sobre o local das operações poderá autorizar que sejam realizadas em local por eles indicado.

§ 1º No local indicado pela ECE, pela pessoa jurídica vendedora ou pelo transportador, as operações poderão ocorrer por:

.....

§ 2º O pedido para realização das operações de que trata este artigo deverá ser formalizado pelo representante legal da ECE, da pessoa jurídica vendedora ou do transportador, junto à unidade da RFB referida no caput, mediante a apresentação das seguintes informações:

I - identificação da ECE, da pessoa jurídica vendedora ou do transportador (nome e CNPJ);

....." (NR)

"Art. 7º O descumprimento do disposto nos arts. 5º e 6º acarretará, para o responsável pelo fato, a cobrança dos impostos e contribuições devidos, bem como a imposição das penalidades cabíveis, não se aplicando a pena de perdimento aos produtos e aos veículos que os transportarem.

Parágrafo único. Aplica-se a pena de perdimento aos produtos do Capítulo 22 e aos cigarros do Código 2402.20.00 da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (Tipi), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, destinados à exportação, por descumprimento do disposto nos arts. 4º e 5º." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO FREITAS BARRETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 120, DE 11 DE ABRIL DE 2014

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720463/2014-00 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca TOYOTA, modelo LAND CRUISER PR, ano 2008, cor prata, chassi JTEBY25J800068895, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 10/1951189-5, de 04/11/2010, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade do Sr. Juan Monfort Bernat, CPF : 700.845.961-04, para Marítima Seguros S/A, CNPJ : 61.383.493/0001-80.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 122, DE 11 DE ABRIL DE 2014

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720590/2014-09 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca JEEP, modelo LIMITED, ano 2008, cor bege, chassi 1J8FFC7Y58D614884, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 11/0446045-0, de 11/03/2011, pela Alfândega do Porto do Rio de Janeiro, de propriedade do Sr. Cristiano Musillo, CPF : 013.848.384-14, para o Sr. Frederico Póvoa Ferro, CPF : 038.684.061-07.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 72, DE 31 DE MARÇO DE 2014

Declara canceladas as Certidões Negativas relacionadas expedidas para o imóvel rural cadastrado sob o NIRF 7.443.232-0.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302, inciso IV, do Regimento Interno da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria nº 203, de 14 de maio de 2012, do Ministério da Fazenda, publicado no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o que consta do processo nº 11610.727905/2012-19,

Declara canceladas as Certidões Negativas expedidas para o imóvel rural cadastrado sob o NIRF 7.443.232-0 a seguir indicadas:

IMOVEL: 7443232-0 FAZENDA BANANAL

CODIGO CONTROLE	EMISSAO	HORA	VALIDADE	TIPO
B106.EB79.45C8.E9EF	15/07/2008	09:20:49	15/01/2009	NEGATIVA
476B.EE49.A191.B060	31/10/2008	10:49:33	29/04/2009	NEGATIVA
B614.4828.6A72.6589	05/05/2009	13:52:00	01/11/2009	NEGATIVA
E6F2.BE3C.99EC.9E13	05/05/2009	14:16:08	01/11/2009	NEGATIVA
08F9.0CCB.D72D.BCCD	14/09/2009	11:17:11	13/03/2010	NEGATIVA
8E2F.2CE2.8412.8A59	01/10/2009	15:52:34	30/03/2010	NEGATIVA
FE47.8877.7F2B.CA79	11/11/2009	18:33:36	10/05/2010	NEGATIVA
DDB8.23E1.DF7B.D3EC	24/11/2009	14:45:07	23/05/2010	NEGATIVA

MARCELA MARIA LADISLAU DE MATOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS/MS, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto nos Art. 32, 33 e 34 da Instrução Normativa/RFB nº 1.042 de 10 de Junho de 2010, resolve:

Art. 1º Declarar Nulo o CPF abaixo relacionado por ter sido constatada fraude na inscrição:

CPF	Nome	Proc. Administrativo
768.568.361-04	ARISTELA DE ALMEIDA ALMADA	13161.720350/2014-07

ELVIS CAIÇARA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE MANAUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Habilita a empresa que menciona ao procedimento simplificado de internação.

O INSPETOR-CHEFE DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE MANAUS/AM, no uso da competência estabelecida pelo § 3º do art. 810, do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), com a redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, e atendendo ao que consta nos autos do processo administrativo em referência, declara:

I - Habilitada ao procedimento simplificado de internação a Empresa DIGIBRAS IND. DO BRASIL S/A, CNPJ nº 07.130.025/0008-25, Processo nº 10283.000089/2014-42, nos termos do artigo 13 da Instrução Normativa SRF nº 242, de 06/11/2002.

II - A habilitação terá validade por prazo indeterminado, observada a validação mensal prevista no §2º do art. 6º da Instrução Normativa SRF nº 242 de 06/11/2002.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

OSMAR FELIX DE CARVALHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Declara anulado de ofício o ato de concessão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOBRAL/CE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 224, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, com fundamento no art. 33, inciso I, da Instrução Normativa RFB nº 1.183, Seção II, de 19 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União - D. O. U., em 22 de agosto de 2011 e considerando o que ficou apurado no processo administrativo nº 13312.000164/2005-88 , declara:

Baixadas de ofício as inscrições de nº 01.942.856/0001-49 e 01.950.677/0001-53 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) à pessoa jurídica COOPERATIVA ESCOLAR JOÃO FIRMINO DE SOUSA, tendo em vista as multiplicidades nas inscrições, devendo permanecer ativo na base o CNPJ Nº 01.935.061/0001-03

FRANCISCO CRISTIANO CABÓ LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5.001, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014

ASSUNTO: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ
EMENTA: PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO TRABALHADOR (PAT). VALORES MÁXIMOS PARA REFEIÇÕES. - SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 35, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013. O Ato Declaratório PGFN nº 13, de 01 de dezembro de 2008, e o Parecer PGFN/CRJ nº 2623, de 13 de novembro de 2008, aprovado por Despacho do Ministério da Fazenda publicado no D.O.U. de 8 de dezembro de 2008, abrangem também a fixação de valores máximos para refeições oferecidas no âmbito do Programa de Alimentação do Trabalhador prevista no § 2o do art. 2º da IN SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 6.321, de 1976, art. 1º ; Lei nº 9.532, de 1997, art. 5º; Lei nº 10.522, de 2002, art. 19, II, § 4º; Portaria Interministerial MTB/MF/MS nº 326, de 1977; Parecer PGFN/CRJ nº 2623, de 2008; INSRF nº 143, de 1986; IN SRF nº 267, de 2002, art. 2º, § 2º; Ato Declaratório PGFN nº 13, de 2008.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5.002, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2014

ASSUNTO: Simples Nacional
EMENTA: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA. TRIBUTAÇÃO. ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. - SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 35, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013. Os serviços de instalação, manutenção e reparação elétrica são tributados pelo Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006, e não estão sujeitos à retenção da contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, ainda que prestados mediante empreitada. Entretanto, se forem prestados mediante cessão ou locação de mão-de-obra, constituem atividade vedada ao Simples Nacional. Caso a Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP) seja contratada para construir imóvel ou executar obra de engenharia em que os serviços de instalação elétrica façam parte do respectivo contrato, sua tributação ocorrerá juntamente com a obra, na forma do Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, XI, XII, § 1º e art. 18, §5º-B, IX, §5º-C, §5º-F, §5º-H; Lei nº 8.212, de 1991, art 31; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 112, 117, III, 142, III e 191.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5.003, DE 31 DE MARÇO DE 2014

ASSUNTO: Simples Nacional
EMENTA: SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO ELÉTRICA. TRIBUTAÇÃO. ANEXO III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006. - SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE DIVERGÊNCIA COSIT Nº 35, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2013. Os serviços de instalação, manutenção e reparação elétrica são tributados pelo Anexo III da Lei Complementar nº 123, de 2006, e não estão sujeitos à retenção da contribuição previdenciária prevista no art. 31 da Lei nº 8.212, de 1991, ainda que prestados mediante empreitada. Entretanto, se forem prestados mediante cessão ou locação de mão-de-obra, constituem atividade vedada ao Simples Nacional. Caso a Microempresa (ME) ou a Empresa de Pequeno Porte (EPP) seja contratada para construir imóvel ou executar obra de engenharia em que os serviços de instalação elétrica façam parte do respectivo contrato, sua tributação ocorrerá juntamente com a obra, na forma do Anexo IV da Lei Complementar nº 123, de 2006.
DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei Complementar nº 123, de 2006, art. 17, XI, XII, § 1º e art. 18, §5º-B, IX, §5º-C, §5º-F, §5º-H; Lei nº 8.212, de 1991, art. 31; Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, arts. 112, 117, III, 142, III e 191.
Assunto: Normas de Administração Tributária
INEFICÁCIA. Não produz efeitos a consulta formulada quando o fato estiver definido ou declarado em disposição literal de lei.
Dispositivos legais: IN RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, inciso II.

MILENA REBOUÇAS NERY MONTALVÃO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório nº 13, de 14 de fevereiro de 2013, publicado no DOU de 19 de fevereiro de 2014, Seção 1,
Onde se lê: 14 de fevereiro de 2013...
Leia-se: 14 de fevereiro de 2014 ...

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Exclui pessoa jurídica do Parcelamento Especial (Paes), de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003.

O AUDITOR-FISCAL DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL abaixo identificado, em exercício na Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/JFA/MG n.º 59, de 14 de junho de 2012, publicada no DOU de 19 de junho de 2012 e tendo em vista o disposto nos arts. 1º e 7º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, no art. 12 da Lei nº 11.033, de 21 de dezembro de 2004, nos arts. 9º a 17 da Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 3, de 25 de agosto de 2004, e na Portaria Conjunta PGFN/SRF nº 4, de 20 de setembro de 2004, declara:

Art. 1º Fica excluída do Parcelamento Especial (Paes) de que trata o art. 1º da Lei nº 10.684, de 30 de maio de 2003, de acordo com seu art. 7º, a pessoa jurídica RÁDIO SOCIEDADE DE PONTE NOVA LTDA - EPP, CNPJ 23.803.356/0001-69, tendo em vista que foi constatada a ocorrência de três meses consecutivos ou seis alternados sem recolhimento das parcelas do Paes ou que este tenha sido efetuado em valor inferior ao fixado nos incisos II e III do § 3º, incisos I e II do § 4º e § 6º do art. 1º da Lei nº 10.684, de 2003.

Art. 2º O detalhamento do motivo da exclusão poderá ser obtido na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) na Internet, no endereço <www.receita.fazenda.gov.br>, com a utilização da Senha Paes.

Art. 3º É facultado ao sujeito passivo, no prazo de 10 dias, contado da data de publicação deste ADE, apresentar recurso administrativo dirigido ao Delegado da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora, no endereço: Avenida Barão do Rio Branco, n.º 372, bairro Manoel Honório, Juiz de Fora/MG, CEP 36045-120.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 4º Não havendo apresentação de recurso no prazo previsto no art. 3º, a exclusão do Paes será definitiva.

Art. 5º Este ADE entra em vigor na data de sua publicação.

ALMIR ANTÔNIO DE OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 11 DE ABRIL DE 2014

Baixa de ofício de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM UBERABA (MG), no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 302, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e de acordo com o disposto no art. 27, inciso IV, e art. 31 da IN RFB nº 1.183, de 19/08/2011, publicada no Diário Oficial da União em 22/08/2011, declara:

1. Baixada de ofício, por já ter sido cancelada por medida administrativa, nos termos do art. 60 da lei 8.934/94, em 06/11/2006, na Junta Comercial do Estado de Minas, a pessoa jurídica abaixo identificada, com base no art. 27, inciso IV e art. 31 da IN RFB nº 1.183, de 19/08/2011, publicada no Diário Oficial da União em 22/08/2011, conforme apurado no processo administrativo mencionado.

Pessoa Jurídica: ABRA REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ: 21.852.132/0001-11
Endereço: Rua Coronel Caetano Borges, 400
CEP: 38045.390 - Uberaba/MG
Efeitos a partir de 06/11/2006
Processo administrativo nº 10148.000620/2008-93

2. O contribuinte será considerado cientificado da baixa aqui referida na data da publicação deste Ato no Diário Oficial da União.

WARLEN PEREIRA DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VARGINHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE VARGINHA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III do art. 220 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e da competência conferida pelo parágrafo 3º do artigo 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, com nova redação dada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, declara:

Art. 1º Incluída no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro a(s) seguinte(s) pessoa(s):

Nº Registro (CPF):	Nome:	Nº Processo:
112.714.496-09	RAFAEL JONAS APARECIDO RIBEIRO	10660.720121/2014-65

NEWTON KLEBER DE ABREU JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 26 DE MARÇO DE 2014

Contribuinte: CORINGÃO DO CALÇADÃO LANCHONETE E BAZAR LTDA - ME.
CNPJ: 09.284.562/0001-89
Processo: 15563.720.054/2014-09

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto nos artigos 81 e 82, da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o preceituado nos artigos 37, inciso II, 39, inciso, II, parágrafo 2º, e 43, parágrafo 3º, inciso I, alínea "b" da Instrução Normativa RFB nº 1.183, de 19 de agosto de 2011, declara:

Art. 1º - o contribuinte acima identificado fica com a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) enquadrada, quanto à situação cadastral, em INAPTA pelo motivo infraposto:

I - No curso dos trabalhos de fiscalização amparados pelo Mandado de Procedimento Fiscal no 07.1.03.00-2012-01083-8 por não haver sido localizada no endereço informado à RFB, caracterizando a situação cadastral inapta da referida sociedade, a teor do inciso II do artigo 37 da IN RFB nº 1.183/2011.

Art. 2º - Serão considerados tributariamente ineficazes, a partir da publicação deste Ato Declaratório Executivo, os documentos emitidos pela pessoa jurídica em epígrafe em razão em razão da constatação do descrito no inciso anterior.

Art. 3º - Este ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS ALBERTO DO AMARAL AZEREDO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.006677/0414-43, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 10, de 11 de março de 2014:

INTERESSADO: MOVIE CINEMAS LTDA.
CNPJ nº 04.708.972/0001-96
PROJETO: Construção - Movie Cinemas - Nova Marabá
OBJETO: Construção de 01 (um) complexo com 05 (cinco) salas, localizado à Quadra Quinze (folha 30), lotes 9, 10 e 10A, Nova Marabá, Marabá, PA.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO,

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 62, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.006673/0414-65, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 02, de 14 de fevereiro de 2014:

INTERESSADO: CINEMATOGRÁFICA PASSOS LTDA.
CNPJ nº 01.688.909/0001-47
PROJETO: Modernização Cinematográfica Passos - Moviecom - 05 complexos
OBJETO:1) Complexo Moviecom Prudenshopping, localizado à Rua Manoel Goulart, nº 2400, loja 128, Prudenshopping, Vila Santa Helena, 19060-000, Presidente Prudente, SP;

2) Complexo Moviecom Penha, localizado à Rua Doutor João Ribeiro, nº 304, Âncora G, Shopping Penha, Penha de França, 03634-010, São Paulo, SP;

3) Complexo Moviecom Boavista, localizado à Rua Borba Gato, nº 59, loja 401, Boavista Shopping, Santo Amaro, 04747-030, São Paulo, SP.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 63, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.006675/0414-54, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 05, de 14 de fevereiro de 2014:

INTERESSADO: SOBRAL EVENTOS E ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ nº 07.159.860/0001-11
PROJETO: Modernização - Sobral - Complexo Guarujá
OBJETO: Modernização de 03 (três) salas do complexo, localizado à Praça das Nações Unidas, s/n, salas S1, S2 e S3, Vila Ligya, Guarujá, SP.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa SRF nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.006674/0414-18, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 03, de 14 de fevereiro de 2014:

INTERESSADO: CINEPASS CINEMATOGRÁFICA LTDA.
CNPJ nº 03.387.103/0001-44
PROJETO: Modernização de 02 Complexos Cinepass (Taubaté Shopping e Jaú Shopping)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

OBJETO: 1) Complexo Cinepass - Taubaté, localizado à Av. Charles Schineider, nº 1700, Taubaté Shopping, Vila Edmundo, Taubaté, SP;

2) Complexo Cinepass - Jaú, localizado à Rua Doutor Quinzino, nº 511, Jaú Shopping, Chácara Peccioli, Jaú, SP.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 65, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.006679/0414-32, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 09, de 11 de março de 2014:

INTERESSADO: MOVIE CINEMAS LTDA.

CNPJ nº 04.708.972/0001-96

PROJETO: Modernização - Moviecom - 08 complexos e Ampliação - Moviecom Macapá Shopping

OBJETO: 1) Complexo Moviecom Macapá Shopping, localizado à rua Leopoldo Machado nº 2334, Central, Macapá, AP;

2) Complexo Moviecom Buriti, localizado à Av. Rio Verde, quadra 102/104, loja 400, São Thomaz, Aparecida de Goiânia, GO;

3) Complexo Moviecom Castanheira, localizado à Rod. BR 316, Km 01, s/n, lojas 289/290, Castanheira, Belém, PA;

4) Complexo Moviecom Pátio Belém, localizado à Rua Pe. Eutíquio, nº 1078, loja 421, Batista Campos, Belém, PA;

5) Complexo Moviecom Unimart, localizado à Av. John Boyd Dunlop, nº 350, Jardim Aurélia, Campinas, SP;

6) Complexo Moviecom Castanhal, localizado à Av. Presidente Vargas, nº 4277, Ianetama, Castanhal, PA;

7) Complexo Moviecom Praia Shopping, localizado à Av. Engenheiro Roberto Freire, nº 8790, Capim Macio, Natal, RN;

8) Complexo Moviecom Tucuruí, localizado à Av. Lauro Sodré, nº 675, São José, Tucuruí, PA;

9) Complexo Moviecom Conquista Sul, localizado à Av. Juracy Magalhães, nº 3340, Felícia, Vitória da Conquista, BA.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 66, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.011727/0414-12, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 13, de 25 de março de 2014:

INTERESSADO: CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.

CNPJ nº 09.652.820/0001-32

PROJETO: Construção - Cinépolis - Riomar Shopping Fortaleza

OBJETO: Construção de 01 complexo com 10 salas, localizado à R. Desembargador Lauro Nogueira, nº 1355, piso L4, salão 4001, Papicu, Fortaleza, CE.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 67, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no exercício das atribuições regimentais, definidas pelo artigo 302, inciso VI, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 203, de 14 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 17 de maio de 2012, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e, considerando o que consta do dossiê nº 10010.011720/0414-92, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos da Portaria Ancine nº 14, de 25 de março de 2014:

INTERESSADO: CINÉPOLIS OPERADORA DE CINEMAS DO BRASIL LTDA.

CNPJ nº 09.652.820/0001-32

PROJETO: Construção - Cinépolis - Mangabeira Shopping

OBJETO: Construção de 01 complexo com 05 salas, localizado à Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014, pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012, vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 26 de março de 2017.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no D.O.U.

MÔNICA PAES BARRETO

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 56, DE 11 DE ABRIL DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do processo nº 10074.720589/2014-60, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica subcontratada VARCO INTERNATIONAL DO BRASIL EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 55.658.090/0001-02, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 11/12/2018, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE IRF/RJO nº 025, de 24 de janeiro de 2013, publicado no Diário Oficial da União em 29 de janeiro de 2013.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 57, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, tendo em vista o que consta dos processos relacionados no Anexo, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), com fulcro no art. 4º c/c o parágrafo único do art. 38, ambos da IN RFB nº 1.415/2013, a empresa SUBSEA7 DO BRASIL SERVIÇOS LTDA, na execução dos contratos especificados no Anexo, até o termo final nele citado, atuando por meio de sua matriz e de suas filiais, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 3º Eventuais alterações contratuais ensejarão a expedição de novo Ato Declaratório Executivo.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e e revoga o Ato Declaratório Executivo IRF/RJO nº 409, de 03 de dezembro de 2013, publicado no Diário Oficial da União em 05 de dezembro de 2013.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

Processo nº 10768.004332/2010-25					
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato		Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a PETROBRÁS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei nº 9.478/97.	2050.0058584.10.2 locação ROV 2050.0058585.10.2 serviços Obs: Concessão do regime condicionada ao atendimento do § 10 do art. 17 da IN RFB nº 844/2008, incluído pela IN RFB 1.089/2010		31.12.2020
Processo 10768000515/2012-33					
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato		Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que PETROBRAS seja concessionária para exploração ou produção de petróleo e gás natural, nos termos da Lei n 9.478/97.	2050.0071744.11.2 Locação 2050.0071745.11.2 Serviços ROV		30/01/2015
Processo 10074.721918/2012-28 10074.721919/2012-72					
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato		Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	BM-S- 09 e BM-S-11.	2050.0064765.11.2 2050.0064781.11.2 Afretamento 2050.0064766.11.2 2050.0064782.11.2 (Serviços) EmbarcaçãoTipo RPLV Seven Oceans		13/04/2015
Processo 10074.721921/2012-41					
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato		Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	BM-S- 09	2050.0064762.11.2 Afretamento 2050.0064764.11.2 Prestação de Serviços EmbarcaçãoTipo OCV Seven Polaris		03/01/2015
Processo 10074.721922/2012-96					
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato		Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	BM-S- 11	2050.0064779.11.2 Afretamento 2050.0064780.11.2 Prestação de Serviços EmbarcaçãoTipo OCV Seven Polaris		03/02/2015
Processo 10074.721927/2012-19 e 10074.721448/2013-83 (1)					
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo	Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	BM-S- 09	2050.0064769.11.2 Afretamento 2050.0064770.11.2 Prestação de Serviços EmbarcaçãoTipo CSV SKANDI NEPTUNE	09/05/2013 (1)	03/01/2015 (1)
Processo 10074.721928/2012-63 e 10074.721449/2013-28 (1)					
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo	Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	BM-S- 11	2050.0064783.11.2 (Afretamento) 2050.0064784.11.2 (Serviços) EmbarcaçãoTipo CSV SKANDI NEPTUNE	09/05/2013 (1)	03/02/2015 (1)
Processo 10074.720964/2013-91					
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato		Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Petrobrás for cessionária ou concessionária, nos termos da legislação brasileira vigente	2050.0080966.13.2 (Afretamento) 2050.0080965.13.2 (Serviços) EmbarcaçãoTipo PLSV SEVEN SEAS	681 dias contados a partir da data de emissão do documento comprobatório de recebimento da embarcação	
Processo 10074.721287/2013-28					
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato		Termo Final
04.954.351/0001-92	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Petrobrás for cessionária ou concessionária, nos termos da legislação brasileira vigente	2050.0082315.13.2 (Afretamento) 2050.0082316.13.2 (Serviços) EmbarcaçãoTipo PLSV KOMMANDOR 3000	1.825 dias contados a partir da data de emissão do documento comprobatório de recebimento da embarcação	

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 14 ABRIL DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do processo nº 10074.720449/2014-91, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada OLYMPIC MARITIMA LTDA, CNPJ nº 14.535.517/0001-90, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE nº 013, de 03/12/2013, publicado no Diário Oficial da União em 05/02/2014.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 14 ABRIL DE 2014

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro) a pessoa jurídica que menciona.

A INSPETORA-CHEFE ADJUNTA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO, no uso da competência prevista no art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.415, de 4 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de exportação e de importação de bens destinados às atividades de pesquisa e de lavra das jazidas de petróleo e de gás natural (Repetro), em razão do processo nº 10074.720458/2014-82, com fulcro nos artigos 4º, II, alínea "a", 6º, 7º, 8º, caput, e 9º, § 1º, II, todos da IN RFB nº 1.415/2013, a pessoa jurídica contratada SEALION DO BRASIL NAVEGAÇÃO LTDA, CNPJ nº 02.873.558/0001-07, mediante o estabelecimento matriz, extensivo a todas as suas filiais, até 31/12/2020, devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos seus arts. 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0001-01.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Fica revogado o ADE IRF/RJO nº 174, de 17/12/2012, publicado no Diário Oficial da União em 20/12/2012.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

INGRID FRANKLIN ARAUJO

Processo 10074.721652/2013-02				
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Petrobrás for cessionária ou concessionária, nos termos da legislação brasileira vigente	2050.0081015.13.2 (Afretamento) 2050.0081013.13.2 (Serviços) EmbarcaçãoTipo PLSV SEVEN SEAS	365 dias contados a partir da data de emissão, pela AFRETADORA, do documento comprobatório da aceitação da embarcação
Processo 10074.721654/2013-93				
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Petrobrás for cessionária ou concessionária, nos termos da legislação brasileira vigente	2050.0081017.13.2 (Afretamento) 2050.0081014.13.2 (Serviços) EmbarcaçãoTipo PLSV SEVEN SEAS	365 dias contados a partir da data de emissão, pela AFRETADORA, do documento comprobatório da aceitação da embarcação
Processo 10074.722061/2013-44				
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05 04.954.351/0008-69 04.954.351/0009-40	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Petrobrás for cessionária ou concessionária, nos termos da legislação brasileira vigente	2050.0083823.13.2 (Afretamento) 2050.0083825.13.2 (Serviços) EmbarcaçãoTipo PLSV SEVEN PHOENIX	1.825 dias contados a partir da data de emissão, pela afretadora, do documento comprobatório de recebimento da embarcação

Processo 10074.723050/2013-81				
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05 04.954.351/0008-69 04.954.351/0009-40	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Petrobrás for cessionária ou concessionária, nos termos da legislação brasileira vigente	2050.0086600.13.2 (Afretamento) 2050.0086599.13.2 (Serviços) Embarcação SEVEN MAR	1.095 dias contados a partir da data de emissão, pela afretadora, do documento comprobatório de recebimento da embarcação

Processo 10074.723214/2013-71				
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0006-05 04.954.351/0008-69 04.954.351/0009-40	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Petrobrás for cessionária ou concessionária, nos termos da legislação brasileira vigente	2050.0086601.13.2 (Afretamento) 2050.00866602.13.2 (Serviços) Embarcação SEVEN CONDOR	1.225 dias contados a partir da data de emissão, pela afretadora, do documento comprobatório de recebimento da embarcação

Processo nº 10074.722298/2013-25				
Nº do CNPJ	Contratante	Área de Concessão (ANP)	Nº do Contrato	Termo Final
04.954.351/0001-92 04.954.351/0003-54 04.954.351/0008-69 04.954.351/0009-40	Petróleo Brasileiro S.A.	Áreas em que a Petrobrás for cessionária ou concessionária, nos termos da legislação brasileira vigente.	2050.0083827.13.2 (Prestação de Serviços) 2050.0083826.13.2 (Afretamento por Tempo) Embarcação Normand Seven, do tipo PLSV	1734 dias, contado a partir da data de emissão, pela Petrobrás, de documento comprobatório de recebimento da embarcação.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Divulga enquadramento de bebidas segundo o regime de tributação do Imposto sobre Produtos Industrializados de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FRANCA, no uso da competência subdelegada pela Portaria RFB nº 1.069, publicada no DOU em 07 de agosto de 2008, e tendo em vista o disposto nos arts. 209 e 210 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (RIPI), declara:

Art. 1º Os produtos relacionados neste Ato Declaratório Executivo (ADE), para efeito de cálculo e pagamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de que trata o art. 1º da Lei nº 7.798, de 10 de julho de 1989, passam a ser classificados ou a ter suas classificações alteradas conforme Tabela abaixo:

CNPJ	Marca Comercial	Capacidade (mililitros)	Código TIPI	Enquadramento (letra)
13.201.388/0001-30	Cachaça Cortarelli Ipê (Recipiente Nao-Retornavel)	Até 180ml	2208.40.00	G
13.201.388/0001-30	Cachaça Cortarelli Bálsamo (Recipiente Nao-Retornavel)	Até 180ml	2208.40.00	G
13.201.388/0001-30	Cachaça Cortarelli Umburana (Recipiente Nao-Retornavel)	Até 180ml	2208.40.00	G
13.201.388/0001-30	Cachaça Cortarelli Jequitibá (Recipiente Nao-Retornavel)	Até 180ml	2208.40.00	G

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º As classes de enquadramento previstas neste ADE, salvo nos casos expressamente definidos, referem-se a produtos comercializados em qualquer tipo de vasilhame.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO ALEXANDRE GRANDIZOLI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 20, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA - S.P., no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto no art. 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010 - Regulamento do Imposto sobre Produtos Industrializados (Ripi), bem como a Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Inscrito No Registro Especial, sob nº 08125/030, como PRODUTOR/ENGARRAFADOR, o estabelecimento da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE BEBIDAS FORNAZIERO LTDA, CNPJ 62.423.439/0001-84, situado na Rodovia SP 101, s/nº, Km 58, Sítio São Roque, Bairro Monte Alto, Município de Rafard - S.P., autorizando-o a engarrafar os produtos abaixo discriminados.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e cancela o ADE nº 08125/028, de 17 de maio de 2011.

Produto	Marca Comercial	Tipo de Recipiente	Capacidade
Aguardente de Cana	Rafardense KM 58	Vidro não retornável	600 e 970 ml
Aguardente de Cana	Rafardense KM 58	Plástico	500 ml
Aguardente de Cana Envelhecida	Rafardense KM 58	Vidro retornável	970 ml
Aguardente composta com gengibre	Marruá	Vidro não retornável	970 ml
Aguardente composta com carvalho	KM 58	Vidro retornável	970 ml
Aguardente composta com carqueja	Mata Virgem	Vidro retornável	970 ml
Vinho tinto composto com jurubeba	Vinhagrinha	Vidro retornável	600 ml
Vinho tinto composto com guaraná, catuaba e marapuama	Vinhagra	Vidro não retornável	600 e 970 ml
Vodca	Toroika	Vidro retornável	970 ml
Vodca	Toroika	Plástico	500 ml
Coquetel de maçã e amendoim	Vinhagrinha	Vidro não retornável	870 ml
Coquetel de maçã e amendoim	Vinhagrinha	Plástico	500, 870 e 970 ml
Coquetel de maçã e cacau	Vinhagrinha	Vidro retornável	970 ml
Coquetel de maçã e cacau	Vinhagrinha	Vidro não retornável	870 ml
Coquetel de maçã e cacau	Vinhagrinha	Plástico	870 ml
Coquetel de maçã e coco	Vinhagrinha	Vidro retornável	970 ml
Coquetel de maçã e coco	Vinhagrinha	Vidro não retornável	870 ml
Coquetel de maçã e coco	Vinhagrinha	Plástico	500 e 870 ml
Coquetel de maçã e jurubeba	Vinhagrinha	Vidro retornável	600 ml
Coquetel de maçã e menta	Vinhagrinha	Vidro retornável	970 ml
Coquetel de maçã e menta	Vinhagrinha	Vidro não retornável	870 ml
Coquetel de maçã e menta	Vinhagrinha	Plástico	870 ml
Coquetel de maçã e milho verde	Vinhagrinha	Vidro retornável	970 ml
Coquetel de maçã e milho verde	Vinhagrinha	Vidro não retornável	870 ml
Coquetel de maçã e milho verde	Vinhagrinha	Plástico	500 e 870 ml
Coquetel de maçã e jurubeba	Vinhagrinha	Vidro retornável	880 ml
Coquetel de maçã e jurubeba	Vinhagrinha	Plástico	880 ml
Coquetel de maçã e canela	Vinhagrinha	Vidro retornável	870 ml
Coquetel de maçã e canela	Vinhagrinha	Plástico	870 ml
Coquetel de vinho tinto, maçã, catuaba e guaraná	Vinhagra	Plástico	500 ml
Coquetel de vinho tinto, maçã, catuaba e guaraná	Vinhagra	Vidro não retornável	880 ml
Coquetel de maçã e morango	San Piero	Vidro retornável	870 ml
Coquetel de maçã e morango	San Piero	Vidro não retornável	750 ml e 4.500 ml
Coquetel de maçã e morango	San Piero	Plástico	870, 1.500 e 4.500 ml
Coquetel fermentado de maçã e ervas aromáticas	Cezane	Vidro retornável	870 ml
Coquetel fermentado de maçã e ervas aromáticas	Cezane	Vidro não retornável	870 ml
Vinho tinto composto com catuaba, guaraná e marapuama doce	Vinherva	Plástico Vidro não retornável Vidro retornável	500, 880 ml
Vinho tinto de mesa suave	Santo Expedito	Vidro descartável	750, 870 e 4.500 ml
Vinho tinto de mesa suave	Santo Expedito	Vidro retornável	870 ml
Vinho tinto de mesa seco	Santo Expedito	Vidro não retornável	750, 870 e 4.500 ml
Vinho tinto de mesa seco	Santo Expedito	Vidro retornável	870 ml
Vinho branco licoroso doce	Santo Expedito	Vidro não retornável	750 e 870 ml
Vinho branco de mesa doce	Santo Expedito	Vidro retornável	870 ml
Vinho branco de mesa seco	Santo Expedito	Vidro não retornável	870 ml
Vinho branco de mesa seco	Bodas de Caná	Vidro não retornável	750 ml
Vinho tinto de mesa suave	Bodas de Caná	Vidro não retornável	750 ml
Aguardente composta com carvalho	Black Baron	Vidro não retornável	200, 250, 300, 500, 970 e 1.000 ml
Aguardente composta com carvalho	Black Baron	Vidro retornável	970 ml
Aguardente de cana adoçada envelhecida	KM 58	Vidro não retornável	970 ml
Aguardente de cana adoçada envelhecida	KM 58	Vidro retornável	970 ml
Bebida alcoólica mista	Baião de Dois	Vidro retornável	600 ml
Bebida alcoólica mista	Baião de Dois	Vidro não retornável	600 ml
Bebida alcoólica mista	X Flavor - maracujá	Vidro não retornável	970 ml
Bebida alcoólica mista	X Flavor - limão	Vidro não retornável	970 ml
Bebida alcoólica mista	X Flavor - frutas vermelhas	Vidro não retornável	970 ml
Bebida alcoólica mista	X Flavor - melão	Vidro não retornável	970 ml
Bebida alcoólica mista	Anfybio	Vidro não retornável	750 ml
Batida	X Flavor - lemon	Vidro não retornável	970 ml
Batida	X Flavor - apple	Vidro não retornável	970 ml
Batida	X Flavor - red fruit	Vidro não retornável	970 ml
Batida	X Flavor - melon	Vidro não retornável	970 ml

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 64, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Inscreve o contribuinte no registro especial de bebidas alcoólicas.

O CHEFE DO SERVIÇO DE PROGRAMAÇÃO, AVALIAÇÃO E CONTROLE DA ATIVIDADE FISCAL DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE FISCALIZAÇÃO EM SÃO PAULO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do artigo 3º da Portaria DEFIS/SPO nº 45 de 06 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 10 de março de 2014, considerando o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1.432 de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Inscrito no Registro Especial de bebidas alcoólicas sob o número 08190/167, na atividade de importador, o estabelecimento da empresa CILT BRASIL LOGÍSTICA LTDA - EPP, inscrito no CNPJ sob o número 09.516.951/0001-92, localizado na Rua Barão do Triunfo 427, cj. 709, Brooklin, São Paulo/SP, de acordo com o processo 19515.721413/2013-82.

Art. 2º O presente Ato Declaratórios Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

FERNANDO RODRIGO POLI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 15 DE ABRIL 2014

Concede registro especial obrigatório para estabelecimento importador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224, inciso VII e o artigo 314 inciso VI, da Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no DOU de 17 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 3º, da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27 de dezembro de 2013 e no artigo 336 do Decreto nº 7.212 de 15 de junho de 2010, publicado no DOU de 16 de junho de 2010 e de acordo com o processo administrativo nº 11516.721.007/2014-89, declara:

I - Inscrita no Registro especial como estabelecimento importador de bebidas alcoólicas, sob o número 09201/138, o estabelecimento da empresa LEONORA COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA, CNPJ nº 03.064.692/0005-53, situada na AV. Pedra Branca, nº 184, CD 04, Piso Térreo, Bairro Pedra Branca, Palhoça/SC, CEP 88.137-270.

II - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ

PORTARIA Nº 2, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Exclui pessoa jurídica no REFIS

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MARINGÁ/PR, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 05.09.2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados, relativamente às parcelas mensais do REFIS ou a impostos, contribuições ou exações de competência da Secretaria da Receita Federal do Brasil - as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, conforme os fatos relatados nos processos administrativos respectivos:

Razão Social	CNPJ	Processo
COADIS - COMERCIAL AGRODINAMICA INSUMOS E SERVICOS LTDA- ME	84.893.064/0001-59	10950.721.969/2014-46
COMERCIO DE TECIDOS CLOTARIO PORTUGAL LTDA. - ME	78.755.006/0001-66	10950.721.970/2014-71

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WAGNER LOPES DA SILVA

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 1, DE 17 DE JANEIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código TEC: 3921.14.00

Mercadoria: Chapa em formato retangular, obtida por extrusão, medindo 17x20cm, constituída por 70% de plástico alveolar (celulose regenerada) e 30% de fibras de algodão embebidas no plástico, para dar mais resistência ao produto final. Apresenta-se umedecida e embalada em sacos plásticos com uma ou três unidades. Utilizada para limpeza leve de ambientes. Denominada comercialmente de "pano esponja".

Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 39.21, Nota 1 do Capítulo 39), 3b, e 6 (texto das subposições 3921.1 e 3921.14) da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011; subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias

Código TEC: 9018.39.29

Mercadoria: Sortido acondicionado em bandeja de poliestireno selada por Tyvek, estéril, para venda a retalho, destinado à realização de procedimento de gastrostomia percutânea endoscópica (PEG), para a fixação de uma sonda alimentar. É composto por sonda de alimentação PEG em plástico (silicone) com marcas de profundidade de inserção e ponta de dilatação com fio de tração; agulha de calibre 25 x 5/8" (1,6 cm); apoio externo redondo em silicone, de uma só peça; cânula de calibre 14; apoio externo retangular em silicone, de duas peças; pinça de aperto; adaptador de porta de alimentação dupla em silicone de 20 FR; mordente 48 FR; fio de tração revestido a nylon com distribuidor; lâmina de preparação; ansa de preensão; quatro compressas de 4" x 4" (10 x 10 cm); campo cirúrgico fenestrado 24" x 34" (61 x 86 cm); quatro compressas de drenagem 2" x 2" (5 x 5 cm); bisturi n.º 11; pinça hemostática curva; seringa de 5 cc; tesoura em aço inoxidável; cânula com filtro; dois aplicadores com ponta de algodão; agulha de calibre 19 x 1½" (3,8 cm); etiqueta do paciente tripla.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 90.18), 3b e 6 (texto das subposições 9018.3 e 9018.39) e RGC/NCM 1 (textos do item 9018.39.2 e do subitem 9018.39.29) da TEC aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011; subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 3, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código TIPI: 8423.89.00
Mercadoria: Sistema constituído por módulos sensores, que são instalados em todos os eixos de veículo de carga; módulo central e de interface, instalado na cabine do veículo; módulo fonte (de alimentação do sistema); e chicotes elétricos, para conexão entre os módulos. Juntos, tais elementos são responsáveis por realizar medições do peso da carga e do veículo, total e por eixo, com o veículo parado e em local plano. É capaz de armazenar as últimas 2.048 pesagens, possui tempo máximo de pesagem contínua de uma hora e capacidade de pesagem superior a 5 toneladas. Denomina-se vulgarmente "balança embarcada" e comercialmente "Sistema Monitor de Peso" (SMP).
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 84.23 e Nota 4 da Seção XVI) e 6 (texto das subposições 8423.8 e 8423.89) da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 4, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código TIPI: 9503.00.99
Mercadoria: Brinquedos de pelúcia, representando coração e estrela, com enchimento, presos a uma argola e a uma ventosa, que permitem seu uso também como enfeites ou chaveiros.
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 95.03) e RGC/NCM 1 (textos do item 9503.00.9 e do subitem 9503.00.99) da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 2011.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 5, DE 5 DE FEVEREIRO 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código TIPI: 8483.90.00
Mercadoria: Coroa de transmissão, modelo .404", apresentada isoladamente, com 9 a 16 dentes, utilizada em cabeçotes florestais para transmitir o torque do motor para a corrente, fazendo com que esta gire sobre a barra para, ao entrar em contato com o tronco, efetuar o corte da árvore.
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 84.83 e Nota 2 da Seção XVI) e 6 (texto da subposição 8483.90.00) da TIPI, aprovada pelo Decreto 7.660, de 2011; subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 6, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código TIPI: 7304.31.90
Mercadoria: Tubo oco, sem costura, de seção circular constante, de aço carbono, produzido por laminação a frio e galvanizado por eletrodeposição, com diâmetro externo de 19mm e comprimento de 25mm, denominado comercialmente "prolongador para chumbador".
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto da posição 73.04) e 6 (texto das subposições 7304.3 e 7304.31) e RGC/NCM 1 (texto do item 7304.31.90) da TIPI, aprovada pelo Decreto 7.660, de 2011; subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe Da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 7, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código TEC: 8544.42.00
Mercadoria: Condutores elétricos em barras de cobre ou alumínio de diâmetros diversos destinados à transmissão da corrente elétrica entre equipamentos, parcialmente isolados com camadas de papel isolante intercaladas com lâminas de alumínio com impregnação de resina epóxi e embainhado em um tubo de poliamida para proteção mecânica, dotados de terminais de conexão, para uma tensão não superior a 1.000 volts, podendo ser apresentados como barras retas ou apresentar curvaturas, em função da demanda de projeto. Acompanha o barramento, na mesma embalagem, suportes de fixação, braçadeiras, emendas, parafusos e aterramento.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Texto da posição 85.44), RGI 6 (Texto das subposições 8544.4 e 8544.42.00), da TEC, aprovada pela Res.Camex nº 94, de 2011, subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/92, atualizadas pela IN/RFB nº 807/2008.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 8, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código TIPI: 7326.90.90
Mercadoria: Artefato cilíndrico, oco, com recartilho na superfície externa e dois cortes longitudinais parciais, com diâmetro interno de ¼" e comprimento de 35mm, em aço carbono, galvanizado por eletrodeposição, produzido por laminação a frio de tubo de aço carbono sem costura; utilizado para fixação de chumbador (espécie de parafuso) no concreto; denominado comercialmente "jaqueta para chumbador".
Código TIPI: 7318.19.00
Mercadoria: Artefato em forma de cone, com rosca interna, em aço carbono, galvanizado por eletrodeposição, a ser rosqueado na extremidade do chumbador (espécie de parafuso), responsável por promover a expansão da jaqueta quando o parafuso é apertado, denominado comercialmente "cone para chumbador".
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (texto das posições 73.26 e 73.18) e 6 (texto das subposições 7326.90, 7318.1 e 7318.19) e RGC/NCM 1 (texto do item 7326.90.90) da TIPI, aprovada pelo Decreto 7.660, de 2011.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 9, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código Tipi 7412.20.00
Mercadoria: Artefatos de liga de cobre (latão) usados para conectar tubos ou elementos tubulares de plástico, para tanto, destinam-se a integrar as conexões plásticas, nas quais são ancoradas no processo de moldagem por injeção, tornando-se com elas um corpo único e indissociável, denominados comercialmente "insertos roscados de latão".
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (textos da Nota 1, b) do Capítulo 74 e da posição 74.12) e 6 (texto da subposição 7412.20.00) da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, 2011, subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código Tipi 2208.90.00
Mercadoria: Bebida com graduação alcoólica de 7,95% vol., resultante da mistura de álcool etílico potável de cana-de-açúcar e outros componentes não alcoólicos (extrato de planta, açúcar, água, entre outros), registrada no Mapa como "bebida alcoólica mista", apresentada em garrafas de 880 ml.
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (textos da Nota 3 do Capítulo 22 e da posição 22.08) e 6 (texto da subposição 2208.90.00) da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, 2011.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 11, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código TEC 9022.13.11 (Reforma Solução de Consulta SRRF09/Diana n.º 268, de 02 de junho de 2009)
Mercadoria: Equipamento de raios X para odontologia, de diagnóstico, para tomadas radiográficas da estrutura bucomaxilofacial com aquisição de imagem 3D por tomografia volumétrica "cone beam". O aparelho é formado por uma unidade para as tomadas radiográficas com assento para o paciente e por uma máquina automática de processamento de dados, apresentada em forma de sistema (CPU, monitor, teclado, mouse), constituindo uma unidade funcional, comercialmente denominado "Tomógrafo Odontológico Computadorizado".Dispositivos Legais: RGI/SH 1 (textos da Nota 3 do Capítulo 90 e da posição 90.22) e 6 (textos das subposição 9022.1 e 9022.13) e RGC/NCM 1 (textos do item 9022.13.1 e subitem 9022.13.11) da TEC, aprovada pela Resolução Camex nº 94, de 2011, subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 12, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código TEC: 8544.60.00
Mercadoria: Condutores elétricos em barras redondas de cobre ou alumínio de diâmetros diversos destinados à transmissão da corrente elétrica entre equipamentos, parcialmente isolados com camadas de papel isolante intercaladas com lâminas de alumínio com impregnação de resina epóxi e embainhado em um tubo de poliamida para proteção mecânica, dotados de terminais de conexão, para tensões de 12 a 170 kV, podendo ser apresentado como barras retas ou apresentar curvaturas, em função da demanda de projeto. Acompanha o barramento, na mesma embalagem, suportes de fixação, braçadeiras, emendas, parafusos e aterramento.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Texto da posição 85.44), RGI 6 (Texto das subposições 8544.4 e 8544.60.00), da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/92, atualizadas pela IN/RFB nº 807/2008.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 13, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código Tipi 8515.39.00
Mercadoria: Posto móvel para conserto e manutenção de máquinas no meio rural, que consiste num abrigo de estrutura metálica (piso, parede e teto) com rodízios (para deslocamento manual), apto a ser transportado por veículo trator (conexão de terceiro ponto), comportando bancadas, gavetas e nichos próprios para abrigar máquinas e ferramentas diversas, acompanhado de um aparelho extintor de incêndio e provido, com fixação permanente na estrutura, de luminárias, um painel de controle elétrico, um alternador (15 kVA - monofásico e 27 kVA - trifásico) e dos seguintes equipamentos de oficina:
- uma máquina para soldadura por arco elétrico com eletrodos revestidos AWS 6013 de 2,0 mm e 4,00 mm, constituída de um transformador monofásico de potência nominal de 8 kVa;
- um compressor de ar de pistão com pressão de trabalho até 125 lbf/pol2 e reservatório de 50 litros;
- uma furadeira de bancada com motor elétrico, para brocas de 1/8" e 5/8", com 12 velocidades de furação e ponteira a laser;
- uma máquina para desbaste de ferramentas e matérias metálicas, com motor elétrico, dotada de dois rebolos de esmeril de 6", de 300 W de potência absorvida (motoesmeril);
- um torno de apertar, manual, de bancada, fixo.
Denominação comercial do produto: "Oficina Móvel".
Dispositivos Legais: RGI/SH 1 e 3 c) (textos da Nota 3 da Seção XVI e da posição 85.15) e 6 (textos das subposições 8515.3 e 8515.39) da Tipi, aprovada pelo Decreto n.º 7.660, 2011, subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 807, de 2008.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 14, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código TEC: 8544.60.00
Mercadoria: Barra redonda reta de cobre ou alumínio, de diâmetros diversos, denominada bucha de passagem, isolada com camadas de papel isolante intercaladas com lâminas de alumínio com impregnação de resina epóxi e embainhada em um tubo de poliamida para proteção mecânica, dotada de terminais de conexão, para tensões de 24kV à 245kV, em função da demanda de projeto, que se destina à transmitir a corrente elétrica entre cabos quando estes necessitam atravessar paredes ou tetos. Na parte central da barra consta um flange soldado a um pequeno pedaço de tubo, ambos de metal, para fixação da bucha ao elemento estrutural.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Texto da posição 85.44), RGI 6 (Texto das subposições 8544.4 e 8544.60.00), da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, de 2011, subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/92, atualizadas pela IN/RFB nº 807/2008.
JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe Da Divisão

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 15, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2014

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código TEC: 8544.60.00
Mercadoria: Barra redonda reta de cobre ou alumínio, de diâmetros diversos, denominada bucha para transformador, para tensões de 36kV à 300kV, isolada com camadas de papel isolante intercaladas com lâminas de alumínio com impregnação de resina epóxi e embainhada em um tubo de poliamida, para proteção mecânica, circundado parcialmente por um pequeno pedaço de tubo soldado a um flange de alumínio, para fixação ao transformador.
Dispositivos Legais: RGI 1 (Texto da posição 85.44), RGI 6 (Texto das subposições 8544.4 e 8544.60.00), da TEC, aprovada pela Res. Camex nº 94, 2011, subsídios Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435/92, atualizadas pela IN/RFB nº 807/2008.

JANETE DE SOUZA MACENA
Chefe Da Divisão

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 10ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
EM PORTO ALEGRE

PORTARIA Nº 104, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PORTO ALEGRE com delegação de competência constante na Resolução CG/REFIS n° 37, de 31 de agosto de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 05.09.2011, tendo em vista o disposto na Resolução CG/REFIS n° 9, de 12 de janeiro de 2001, com a redação dada pela Resolução CG/REFIS n° 20, de 27 de setembro de 2001, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal-REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964/00, de 10/04/2000, a pessoa jurídica FARMACUS EXPRESS-SERVIÇOS DE TELE ENTREGA LTDA-ME, CNPJ: 89.756.449/0001-98, relatado no processo administrativo nº 11080.729438/2013-70, cuja decisão foi emitida pelas unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil, mediante delegação de competência concedida pela Resolução CG/REFIS n° 09 de 12 de janeiro de 2001, alterada parcialmente pela Resolução C/REFIS n° 20 de 27 de setembro de 2001.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE RAMPELOTTO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM URUGUAIANA
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O CHEFE DO SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, no uso da competência delegada pela Portaria DRF/URA/nº 067/2012, de 09 de julho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º. Incluir no Registro de Despachante Aduaneiro a seguinte pessoa:

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11075.720493/2014-54	CRISTIANO CASTELHANO ESPINDOLA	990.567.470-53

Art. 2º Cancelar a inscrição no Registro de Ajudante de Despachantes Aduaneiros, em razão da inclusão no Registro de Despachantes Aduaneiros, a seguinte pessoa.

Nº PROCESSO	NOME	CPF
11075.000788/2008-62	CRISTIANO CASTELHANO ESPINDOLA	990.567.470-53

Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União

JOSÉ ALEX NÓBREGA DE OLIVEIRA

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 184, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere o artigo 1º da Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com Lei nº 10.184, de 12 de fevereiro de 2001, e com o Decreto nº 3.859, de 4 de julho de 2001, resolve:

Art. 1º Cancelar 3.261.762 (três milhões, duzentos e sessenta e um mil, setecentos e sessenta e duas) Notas do Tesouro Nacional-Série "I" - NTN-I, conforme solicitação do Banco do Brasil S.A, agente financeiro para o PROEX, observando-se as características constantes do anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FOTOURA VALLE

ANEXO

Cancelamento de NTN-I (PROEX) - Embraer/BNDES

Data de Resgate	Instituição Mandatária	Quantidade
15/04/2014	BNDES	69.705
15/05/2014	BNDES	216.109
15/06/2014	BNDES	319.180
15/07/2014	BNDES	142.662
15/08/2014	BNDES	158.134
15/09/2014	BNDES	34.614
15/10/2014	BNDES	55.214
15/11/2014	BNDES	176.260
15/12/2014	BNDES	261.117
15/01/2015	BNDES	112.725
15/02/2015	BNDES	121.267
15/03/2015	BNDES	25.387
15/04/2015	BNDES	40.456
15/05/2015	BNDES	135.653
15/06/2015	BNDES	201.702
15/07/2015	BNDES	80.514
15/08/2015	BNDES	85.414
15/09/2015	BNDES	17.172
15/10/2015	BNDES	26.994
15/11/2015	BNDES	98.703
15/12/2015	BNDES	147.918
15/01/2016	BNDES	52.303
15/02/2016	BNDES	51.715
15/03/2016	BNDES	8.916
15/04/2016	BNDES	13.791
15/05/2016	BNDES	71.720
15/06/2016	BNDES	104.090
15/07/2016	BNDES	33.145
15/08/2016	BNDES	28.267
15/09/2016	BNDES	5.883
15/10/2016	BNDES	5.843
15/11/2016	BNDES	50.646
15/12/2016	BNDES	71.828
15/01/2017	BNDES	15.495
15/02/2017	BNDES	10.657
15/03/2017	BNDES	2.833
15/04/2017	BNDES	2.846
15/05/2017	BNDES	39.470
15/06/2017	BNDES	45.012
15/07/2017	BNDES	2.829
15/08/2017	BNDES	2.819
15/11/2017	BNDES	29.168
15/12/2017	BNDES	29.070
15/05/2018	BNDES	18.958
15/06/2018	BNDES	18.896
15/11/2018	BNDES	9.346
15/12/2018	BNDES	9.316
Total		3.261.762

PORTARIA Nº 186, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista o disposto na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 29.876 (vinte e nove mil, oitocentos e setenta e seis) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 2.725.016,18 (dois milhões, setecentos e vinte e cinco mil, dezesseis reais e dezoito centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 124/14 a 127/14, com as seguintes características:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)	Situação do CPF/CNPJ
01/05/2005	85,10	5 anos	6% a.a.	1.851	157.520,10	Regular
01/03/2007	88,79	5 anos	1% a.a.	4.812	427.257,48	Regular
01/10/2010	92,20	10 anos	3% a.a.	23.213	2.140.238,60	Regular
Total				29.876	2.725.016,18	

Art. 2º Autorizar o cancelamento dos TDAs abaixo relacionados, em cumprimento a acordos judiciais e despachos autorizativos, conforme os Ofícios INCRA nºs 168/2014-P, de 01/04/2014, 172/2014-P, de 03/04/2014 e 175/2014-P, de 09/04/2014:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)
01/05/2005	85,10	15 anos	3% a.a.	1.851	157.520,10
01/03/2007	88,79	5 anos	1% a.a.	4.813	427.346,27
01/10/2010	92,20	10 anos	3% a.a.	24.441	2.253.460,20
Total				31.105	2.838.326,57

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 117, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Reconhece situação de emergência por procedimento sumário em municípios do Estado de Sergipe.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, com base no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, Art. 7º, § 3º, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e

Considerando o Decreto nº 29.786, de 08 de abril de 2014, do Estado de Sergipe,

Considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59050.000492/2014-02, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de seca, COBRADE: 1.4.1.2.0, a situação de emergência por procedimento sumário nos municípios listados na tabela.

Nº	Município
1	Canindé de São Francisco
2	Feira Nova
3	Gararu
4	Gracho Cardoso
5	Itabi
6	Monte Alegre de Sergipe
7	Nossa Senhora Aparecida
8	Nossa Senhora da Glória
9	Nossa Senhora de Lourdes
10	Pedra Mole
11	Pinhão
12	Poço Redondo
13	Porto da Folha
14	São Miguel do Aleixo

2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 673, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região - Seção Judiciária do Distrito Federal - em tutela antecipada, nos autos do Processo nº 0071793-62.2013.4.01.3400, resolve alterar a Portaria nº 448, publicada em 13 de março de 2012, para:

Substituir a aposentadoria excepcional de anistiado político que vinha recebendo do INSS a Sra. MARIA ALVES FRANÇA MADUREIRA, pelo seu valor integral, relativo ao NB nº 58/028.534.433-1, cujo instituidor é o Sr. JOSÉ PINTO MADUREIRA, pelo regime de reparação econômica de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 674, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região - Seção Judiciária de Pernambuco - que atribuiu efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento, nos autos do Processo nº 0803078-36.2013.4.05.0000, proposto por JOSÉ ANTONIO CAVALCANTE, resolve:

SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 1.488, de 05 de abril de 2013, publicada no D.O.U., em 08 de abril de 2013, que anulou a Portaria Ministerial nº 1660, de 22 de agosto de 2006, publicada no D.O.U., de 23 de agosto de 2005.

RESTABELECER os efeitos da Portaria nº 1.660, de 22 de agosto de 2005.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 675, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, em cumprimento à decisão judicial proferida pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Sessão Judiciária do Distrito Federal - em tutela antecipada, nos autos do Processo nº 0800217-72.2014.4.05.8300, resolve alterar a Portaria nº 448, publicada em 13 de março de 2012, para:

SUSPENDER os efeitos da Portaria nº 2.475, de 05 de outubro de 2012, do Ministério da Justiça.

RESTABELECER os efeitos da Portaria nº 1.711, de 03 de dezembro de 2012.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 676, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988, regulamentado pela Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, publicada no Diário Oficial de 14 de novembro de 2002, e considerando o resultado do julgamento proferido pela Comissão de Anistia, na 1ª Sessão de Turma da Caravana da Anistia, realizada na cidade de Brasília/DF, no dia 08 de março de 2013, no Requerimento de Anistia nº 2009.01.63621, resolve:

Declarar anistiada política THEREZA SALES ESCAME, portadora do CPF nº 168.583.601-15, e conceder reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação mensal, permanente e continuada, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com efeitos financeiros retroativos da data do julgamento em 08.03.2013 a 31.03.2004, perfazendo um total retroativo de R$ 232.166,67 (duzentos e trinta e dois mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), nos termos do artigo 1º, incisos I e II, da Lei n.º 10.559, de 13 de novembro de 2002.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

PORTARIA Nº 677, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Estabelece normas e procedimentos administrativos a serem observados na programação, na requisição, na execução, na avaliação e na prestação de contas dos eventos, no âmbito do Ministério da Justiça.

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhe confere os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição e

Considerando a necessidade de melhoria nos mecanismos de controle dos processos de organização e realização de eventos, aderentes às recomendações do Tribunal de Contas da União e Controladoria-Geral da União, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidas normas e procedimentos administrativos a serem observados na programação, na requisição, na execução, na avaliação e na prestação de contas dos eventos sob a responsabilidade dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado da Justiça, das Secretarias, do Departamento Penitenciário Nacional e dos Órgãos Colegiados.

Parágrafo único. Os demais órgãos específicos e singulares e entidades vinculadas pertencentes à estrutura regimental do Ministério da Justiça deverão definir normativos próprios para a realização de seus eventos.

CAPÍTULO I

DO PLANEJAMENTO

Art. 2º Compete à autoridade máxima de cada Unidade Demandante a apreciação e a deliberação dos eventos propostos pelos dirigentes das unidades.

Parágrafo único. As unidades responsáveis pelo evento deverão especificar suas demandas por meio de projeto básico, conforme Anexo I a esta Portaria.

CAPÍTULO II

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

Art. 3º As Unidades Demandantes deverão enviar para a respectiva autoridade máxima, no início de cada exercício orçamentário ou no início da vigência contratual, cronograma dos eventos que pretendem realizar, contendo os seguintes elementos:

I - nome do evento;

II - data prevista para sua realização;

III - duração aproximada; e

IV - classificação de acordo com o porte: pequeno, médio ou grande, em conformidade com as respectivas dotações orçamentárias.

§ 1º Considera-se evento:

I - de pequeno porte: até 100 (cem) participantes;

II - de médio porte: entre 101 (cento e um) a 500 (quinhentos) participantes; e

III - de grande porte: acima de 500 (quinhentos) participantes.

§ 2º Os eventos de grande porte programados para exercícios futuros que exijam medidas preparatórias poderão ser incluídos no cronograma de que trata o caput deste artigo.

§ 3º Os eventos não programados até o prazo fixado no caput deste artigo poderão ser incluídos na programação, mediante autorização da unidade demandante, desde que indicados os recursos orçamentários.

Art. 4º As Unidades Demandantes encaminharão à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração da Secretaria Executiva - SPOA/SE, até 5 de fevereiro de cada ano, o custo anual estimado dos eventos, acompanhado das informações quanto à origem do crédito, conforme Anexo II, e solicitarão a descentralização do orçamento à Unidade Gestora da Coordenação-Geral de Logística da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - CGL/SPOA.

Art. 5º A Unidade da CGL/SPOA, responsável pelo ordenamento de despesas, encaminhará cópia da nota de empenho à Unidade Demandante, para fins de acompanhamento da execução por parte do fiscal de contrato designado pela respectiva Unidade.

CAPÍTULO III

DA SOLICITAÇÃO DO EVENTO

Art. 6º As solicitações serão encaminhadas à autoridade máxima de cada Unidade Demandante, observados os seguintes prazos:

I - eventos de pequeno porte: 30 (trinta) dias;

II - eventos de médio porte: 60 (sessenta) dias; e

III - eventos de grande porte: 90 (noventa) dias.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 7º São Unidades Demandantes, responsáveis por seus próprios eventos, os órgãos de assistência direta e imediata ao Gabinete do Ministro, as Secretarias, o Departamento Penitenciário Nacional e os Órgãos Colegiados.

Art. 8º São competências das Unidades Demandantes:

I - autuar os processos de eventos;

II - informar quanto à origem do crédito orçamentário, conforme Anexo II, e solicitar a descentralização do orçamento à Unidade Gestora da CGL/SPOA no início de cada exercício;

III - indicar o fiscal do contrato e substituto;

IV - indicar os fiscais de eventos;

V - emitir ordem de serviço à contratada, atestar e encaminhar a nota fiscal para pagamento; e

VI - acompanhar, junto aos fiscais, a realização dos eventos.

Parágrafo único. A autoridade máxima da Unidade Demandante designará, por meio de portaria, o Fiscal do Contrato, o Fiscal de Eventos e seus substitutos.

Art. 9º O gestor do contrato é responsável pela fiscalização da documentação contratual comprobatória da contratada.

Parágrafo único. São competências do gestor do contrato, dentre outras:

I - adotar as providências necessárias à aplicação de penalidade por descumprimento de cláusula contratual;

II - sugerir eventuais modificações contratuais;

III - opinar sobre a prorrogação ou não do contrato;

IV - analisar os pedidos de reajuste e repactuação pleiteados; e

V - adotar outros procedimentos inerentes à gestão do contrato.

Art. 10. O fiscal do contrato é responsável pelo fiel cumprimento do contrato celebrado entre o Ministério da Justiça e a contratada.

§ 1º São competências do fiscal do contrato, dentre outras:

I - acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

II - comunicar à contratada toda e qualquer ocorrência relacionada à execução do contrato;

III - prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

IV - manter entendimentos por escrito com a contratada, por meio do preposto, para adoção de medidas necessárias ao cumprimento das obrigações contratuais, salvo aquelas que, por sua natureza e gravidade, devam ser comunicadas diretamente ao representante legal da contratada, por intermédio do gestor do contrato;

V - manter o controle das ordens de serviço emitidas e cumpridas;

VI - prestar informações a respeito da execução dos serviços e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada; e

VII - adotar outros procedimentos inerentes à fiscalização do contrato.

§ 2º O fiscal do contrato deve ser um servidor da Administração Pública, formalmente designado para exercer o encargo, conforme o disposto no art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 11. O fiscal de evento é o responsável pelo acompanhamento do processo de organização de serviços de eventos, desde a autuação até o pagamento da nota fiscal pela CGL/SPOA.

§ 1º São competências do fiscal de evento, dentre outras:

I - elaborar o projeto básico do evento;

II - solicitar à contratada proposta de prestação de serviço;

III - solicitar, no mínimo, 3 (três) propostas de locação de espaço e/ou hospedagem à contratada, para apreciação e posterior escolha da melhor proposta;

IV - convocar a contratada, quando necessário, para reuniões de planejamento, organização ou ajustes;

V - ajustar a demanda inicial do projeto básico à proposta de prestação de serviço mais vantajosa para a Administração Pública;

VI - emitir ordem de serviço, devidamente assinada pelo fiscal de evento e pelo Ordenador de Despesas da Unidade Demandante;

VII - fiscalizar in loco a realização dos eventos;

VIII - controlar todos os itens solicitados e registrar todas as provas necessárias, com o objetivo de comprovar a quantidade e a qualidade dos serviços prestados;

IX - observar o número de participantes/hóspedes previstos para o evento, constantes na lista de presença do Anexo VIII, com o serviço de alimentação fornecido, quando for o caso;

X - controlar, nos casos de demandas de transporte, a relação de pessoas transportadas por veículo da contratada, bem como as horas de serviços prestados e os quilômetros percorridos;

XI - controlar os itens que necessitem de cálculo de metragem, horas trabalhadas e/ou similares, conforme Termo de Referência;

XII - justificar, sempre que for solicitado, serviços em quantidades superiores ao número de participantes, abstendo-se de autorizar quantidades superiores a 10% (dez por cento) da estimativa do público, exceto quando houver autorização, devidamente justificada, da autoridade máxima da Unidade Demandante;

XIII - prestar contas da realização do evento, conforme Capítulos IX e X desta Portaria;

XIV - atestar a nota fiscal e enviar à CGL/SPOA para pagamento;

XV - zelar pela preservação documental referente à solicitação da demanda;

XVI - cumprir os prazos estabelecidos por esta Portaria, apresentando, previamente, a devida justificativa nos casos de descumprimento;

XVII - zelar pela contratação, exclusivamente, dos itens previstos no Termo de Referência, bem como recusar qualquer serviço prestado fora das especificações estabelecidas no mencionado Termo e/ou na proposta de prestação de serviço aprovada, respeitando-se o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, nos termos do art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

XVIII - abster-se de atestar notas fiscais de serviço prestados ou de utilização de instalações fora do período previsto para a realização do evento, exceto se apresentar justificativa fundamentada da necessidade de dilação do prazo inicialmente acordado;

XIX - optar pela alternativa mais vantajosa para a Administração Pública sempre que envolver planejamento e organização dos serviços de eventos, sendo priorizado o caráter econômico;

XX - abster-se de solicitar a concessão simultânea de diárias e a realização de despesas com alimentação, transporte ou hospedagem, que configure pagamento em duplicidade, com ofensa aos princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público;

XXI - zelar pelo cumprimento das normas emanadas pelos órgãos de controle, no tocante à matéria; e

XXII - informar toda e qualquer irregularidade relativa à execução contratual ao Fiscal e ao Gestor do Contrato, bem como as matérias que ultrapassem a sua competência.

§ 2º De acordo com a complexidade do evento, a autoridade máxima da Unidade Demandante poderá designar co-fiscais de eventos, devidamente indicados no processo, a fim de auxiliar no acompanhamento e fiscalização dos serviços.

§ 3º O fiscal do evento deve ser um servidor da Administração Pública, formalmente designado para exercer o encargo, conforme art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

CAPITULO V

DAS FASES DA TRAMITAÇÃO

Art. 12. São fases de tramitação dos processos de eventos:

I - autuação do processo pela Unidade Demandante para cada demanda/evento;

II - elaboração do projeto básico, de acordo com o check list inicial, conforme Anexo III, para a abertura do processo de eventos, sendo que este deve ser inserido aos autos;

III - inclusão de, no mínimo, três propostas de local para hospedagem e/ou locação de espaço para realização do evento, para apreciação e posterior escolha da melhor proposta pela Unidade Demandante, quando necessário;

IV - emissão da Ordem de Serviço pela Unidade Demandante, devidamente assinada pelo fiscal do evento e pelo ordenador de despesas;

V - inclusão do relatório de fiscalização in loco da realização do evento;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VI - aprovação da Planilha de Serviços Executados apresentada pela contratada;

VII - prestação de contas da realização do evento, conferida por meio de um check list final, conforme Anexo IV; e

VIII - atesto da nota fiscal e envio à CGL/SPOA para providências de pagamento.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS MATERIAIS, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Art. 13. O projeto básico dos eventos deverá prever, prioritariamente, a utilização de instalações, materiais e equipamentos do Ministério da Justiça, exceto nos casos de comprovada indisponibilidade ou inviabilidade técnica.

CAPÍTULO VII

DAS AUTORIZAÇÕES

Art. 14. Os eventos cujo valor estimado seja igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) serão submetidos à autorização prévia do Ministro de Estado da Justiça.

Parágrafo único. Os eventos cujo valor estimado seja inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) serão submetidos à autorização prévia do Secretário Executivo.

Art. 15. A categoria de hospedagem será fixada de acordo com a representatividade das autoridades convidadas e com os valores estabelecidos no contrato, e deverá ser autorizada pela autoridade máxima da respectiva Unidade Demandante.

Art. 16. É vedada a inclusão de coquetéis, lanches e refeições nos eventos, custeados com recursos do Ministério da Justiça, exceto nas seguintes situações:

I - realização em locais de difícil acesso, considerada a finalidade do evento; ou

II - se a representatividade das autoridades participantes assim o exigir.

§ 1º Os serviços de alimentação somente serão incluídos no projeto básico quando autorizados pela autoridade máxima da respectiva Unidade Demandante.

§ 2º A vedação não se aplica ao serviço de café, chá ou água.

Art. 17. Em nenhuma hipótese será admitida a distribuição de brindes ou a realização de outras despesas congêneres de natureza pessoal.

CAPÍTULO VIII

DA PREPARAÇÃO DO EVENTO

Art. 18. Caberá às Unidades Demandantes:

I - fazer a análise prévia da conformidade dos itens demandados e encaminhar o projeto básico à contratada iniciando as interações;

II - escolher, dentre as ofertas de locação de espaço ou hospedagem para realização do evento, a melhor proposta, respeitando os princípios que regem a Administração Pública;

III - fazer a análise da proposta de prestação de serviço, adequá-la, quando necessário, e aprová-la; e

IV - gerar a ordem de serviço e encaminhá-la à contratada, devidamente assinada pelo fiscal de eventos e pelo ordenador de despesa da Unidade Demandante.

Parágrafo único. A composição da infraestrutura necessária para a realização do evento deverá ser feita exclusivamente com base na relação dos itens apurados na Ata de Registro de Preços.

CAPÍTULO IX

DA REALIZAÇÃO DO EVENTO

Art. 19. O acompanhamento da realização do evento será de competência da Unidade Demandante, por meio da participação do fiscal e co-fiscais do evento em articulação direta com a empresa contratada.

Parágrafo único. Caberá ao fiscal do contrato da respectiva Unidade Demandante, orientar seus fiscais de eventos quanto à obrigatoriedade de apresentação de Relatório Técnico Conclusivo, a fim de constar todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização de faltas ou de defeitos observados, conforme o § 1º, do art. 67, da Lei nº 8.666, de 1993.

CAPÍTULO X

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 20. A Unidade Demandante deverá elaborar, impreterivelmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de encerramento do evento, o Relatório Técnico Conclusivo com as seguintes informações relativas à avaliação dos serviços prestados pela contratada:

I - infraestrutura e instalações do evento;

II - avaliação técnica dos serviços prestados, conforme Anexo VII;

III - qualidade na execução do evento;

IV - agilidade e eficiência na solução de problemas apresentados;

V - coordenação do evento;

VI - fluxo de comunicação entre o contratante e a contratada; e

VII - avaliação técnica em termos do alcance de seus objetivos e metas.

§ 1º O Relatório Técnico Conclusivo será submetido à autoridade competente da Unidade Demandante para ciência e, em seguida, anexado ao processo com a Nota Fiscal, documentos fiscais comprobatórios, lista de presença (Anexo VIII), fotografias, vídeos, atas, degravações, materiais gráficos e outros documentos que comprovem a execução do evento.

§ 2º No Relatório Técnico Conclusivo devem constar informações detalhadas, incluindo as justificativas e as autorizações de execução, no que se refere aos itens não constantes da ordem de serviço.

CAPÍTULO XI

DA DOCUMENTAÇÃO PROCESSUAL

Art. 21. Os processos devem ser instruídos com os seguintes documentos comprobatórios e essenciais:

I - projeto básico, versão final;

II - propostas apresentadas pela empresa contratada;

III - Ordem de Serviço, devidamente assinada pelo Fiscal de Eventos e pelo Ordenador de Despesas da Unidade Demandante;

IV - aprovação, pela Unidade Demandante, da Planilha de Serviços Executados emitida pela contratada;

V - ordem de autorização para emissão da Nota Fiscal, conforme valores pactuados na Ata de Registro de Preços;

VI - ofício da contratada, conforme disposto no Capítulo XII;

VII - Relatório Técnico Conclusivo e documentos comprobatórios anexos;

VIII - lista de presença dos participantes; e

IX - ordem bancária emitida pela CGL/SPOA.

Parágrafo único. São documentos obrigatórios, quando demandados:

I - propostas de locações de espaços e/ou hospedagens;

II - aprovação, pela Unidade Demandante, da melhor proposta;

III - autorização, pela autoridade competente, quando o valor do evento for igual ou superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) ou, igual ou superior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); e

IV - autorização para execução de serviços quando a quantidade for superior a 10% (dez por cento) do público estimado.

CAPÍTULO XII

DO FATURAMENTO

Art. 22. A Unidade Demandante solicitará à contratada o envio de ofício com a planilha dos serviços executados, termo de autorização de demanda extraordinária, quando for o caso, nota fiscal do evento, notas fiscais das empresas subcontratadas e outros documentos comprobatórios.

Art. 23. O fiscal do evento fará o exame da conformidade dos documentos apresentados pela contratada, bem como dos serviços prestados e dará o devido atesto à nota fiscal.

Parágrafo único. Após o atesto, o fiscal do evento confere toda a documentação necessária por meio check list final, devendo este ser inserido no processo e encaminhá-los à CGL/SPOA, para providências relativas ao pagamento.

Art. 24. Caso haja discordância entre a proposta de pagamento da contratada e os apontamentos do fiscal do evento sobre os serviços prestados, deverá ser pago à empresa aqueles considerados incontroversos.

CAPÍTULO XIII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25. Aplica-se a esta Portaria a legislação de regência, inclusive, a Lei nº 8.666, de 1993.

Art. 26. Fica revogada a Portaria GM nº 1.371, de 20 de maio de 2009, publicada no Boletim de Serviço nº 21, de 18 a 22 de maio de 2009.

Art. 27. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

ANEXO I

PROJETO BÁSICO DE EVENTO

1. OBJETO:

a) título do evento.

b) explicar, de forma sucinta, o evento e suas características básicas, além de sua classificação por tipo de evento.

2. JUSTIFICATIVA:

Justificar a necessidade de organização do evento pela Unidade Demandante, demonstrando o nexo direto e concreto entre o evento e as atribuições ou objetivos institucionais da área do Ministério da Justiça, considerando, ainda, os seguintes fatores:

a) uniformização de procedimentos para realização de eventos;

b) busca de qualidade e melhores custos para a promoção de eventos;

c) melhoria contínua na abordagem e na sistematização de eventos, com vistas ao alcance de maior eficiência e eficácia;

d) o caráter excepcional da possibilidade de realização de eventos pelo Ministério da Justiça; e

e) os princípios da impessoalidade, da razoabilidade, da moralidade, do interesse público, da economicidade e da eficiência, além de outros princípios que regem a Administração Pública.

3. LOCAL DE REALIZAÇÃO:

Indicar a Unidade Federativa e município de realização do evento.

4. CRONOGRAMA:

Período: Datas de realização do evento; início e término.

Horários: de início e de término do evento.

Nº de participantes: Quantitativo de pessoas que participarão do evento.

5. RESULTADO ESPERADO E FORMA DE AVALIAÇÃO

6. PREVISÃO DE RECEBIMENTO DE DIÁRIAS E PASSAGENS

7. ESPECIFICAÇÃO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DISPONIBILIZADOS PELO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

8. JUSTIFICATIVA PARA A CONCESSÃO DOS SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO

9. JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DA CATEGORIA DE HOSPEDAGEM

10. INFRAESTRUTURA PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO

Listar os itens de infraestrutura e os serviços necessários para realização do evento, observadas as disposições e especificações do Termo de Referência do Contrato. Segue lista dos itens considerados como básicos para a realização de eventos.

- Recursos Humanos;
- Locação de espaço físico;
- Locação e instalação de equipamentos necessários para a realização do evento;
- Decoração e Sinalização;
- Montagem e Instalações;
- Material de Consumo e Expediente;
- Mobiliário; e
- Outros Serviços.

11. FISCAIS DO EVENTO

- Nome, telefone, órgão de origem e matrícula dos fiscais do evento (titular e substituto).

12. UNIDADE GESTORA

- Nome e cargo do demandante.

ANEXO II

DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

UGR	Descrição	Cód. UGR	PTRES	Plano Interno	NE	NDD	Valor Estimado
						33903922	
						33903922	
Total							

ANEXO III

MODELO DE CHECK LIST INICIAL

Ministério da Justiça

Código do Evento:_____

CHECK LIST INICIAL

1) Evento previsto no Cronograma Anual da unidade☐

☐ Atendido

☐ Não atendido

☐ Informar a origem do recurso (PI e PTRES)

☐ Solicitar autorização para realização do Evento

2) Objeto do evento

☐ Atendido

☐ Não atendido - para ajustes e/ou retificações

3) Local e Data

☐ Atendido

☐ Não atendido - para ajustes e/ou retificações

4) Justificativa com nexo entre atribuições e finalidade do evento

☐ Atendido

☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações

5) Quantitativo estimado de pessoas

☐ Atendido

☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações

6) Previsão de pagamento de passagem e diárias

☐ Não Aplicável

☐ Atendido

☐ Não atendido - ajustes e/ou retificações

7) Especificação de materiais, equipamentos e serviços (infraestrutura necessária para realização do evento)

☐ Atendido

☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações

8) Resultado esperado e forma de avaliação

☐ Atendido

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

☐ Não atendido - ajustes e/ou retificações
9) Indicação dos fiscais de eventos responsáveis pelo evento
☐ Atendido
☐ Não atendido - para ajustes e/ou retificações
10) Observância do prazo de solicitação prévia (30/60/90)
☐ Atendido
☐ Não atendido
☐ Justificativa Fundamentada
☐ Devolver para ajustes e/ou retificações
11) Indisponibilidade ou inviabilidade de uso dos locais e materiais/serviço do MJ
☐ Não aplicável
☐ Observado - Anexo das Negativas dos Setores responsáveis
☐ Não Observado
☐ Anexar negativas dos Setores Responsáveis
☐ Devolver para ajustes e/ou retificações
12) A Categoria de Hospedagem acordada com a Autoridade Máxima da U.D
☐ Não Aplicável
☐ Acordado
☐ Não acordado
☐ Justificativa Fundamentada
☐ Devolver para ajustes e/ou retificações
13) Alimentação nas exceções previstas para autorização da Autoridade Máxima da U.D
☐ Não Aplicável
☐ Atendido
☐ Não atendido - para ajustes e/ou retificações
Item(ns) que se encontra(m) carente(s) de saneamento:_____
Brasília,____/_____/____
_____
(Assinatura e carimbo)

ANEXO IV

MODELO DE CHECK LIST FINAL

Ministério da Justiça
Código do Evento:_____
CHECK LIST FINAL
1) Projeto Básico - Anexo I
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações
2) Propostas de Locais/Hotéis, quando demandados
☐ Não Aplicável
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações
3) Aprovação do Local/Hotel (memorando ou e-mail)
☐ Não Aplicável
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações
4) Autorização do Serviço de Alimentação
☐ Não Aplicável
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações
5) Autorização de evento com valor igual ou superior a R$ 500.000,00
☐ Não Aplicável
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - para ajustes e/ou retificações
6) Autorização de quantitativo superior a 10% (dez por cento) da estimativa de público presente
☐ Não Aplicável
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - para ajustes e/ou retificações
7) Assinatura pelo Fiscal e Contratada da Proposta de Prestação de Serviço - PPS -FINAL
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - para ajustes e/ou retificações
8) Ordem de Serviço devidamente assinada
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - para ajustes e/ou retificações
9) Nota de Empenho
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - para ajustes e/ou retificações
10) Aprovação da Planilha de Serviços Executados - PSE
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações
11) Conferência da prestação de contas apresentada pela contratada
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações
12) Relatório Técnico Conclusivo
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações
13) Avaliação dos Serviços prestados
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações
14) Atesto da Nota Fiscal
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações
15) Acórdão TCU nº 2089/2009 - Lista de participantes
☐ Atendido Pág: _____
☐ Não atendido - Devolver processo à Unidade Demandante para ajustes e/ou retificações
Item(ns) que encontra(m)-se carente(s) de saneamento:
Brasília,____/_____/____
_____
(Assinatura e carimbo)

ANEXO V

MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

Ministério da Justiça
ORDEM DE SERVIÇO Nº /UD
Nome do evento:
Processo nº:
Início do evento:
Término do evento:
Fiscal do Evento:
Contato da empresa:
Nº de Participantes:
Região:
Cidade-UF:
Contrato nº:
Empresa:
Demandante:
Valor do serviço
Proposta de Prestação de Serviço nº:_____ (mesma numeração da ordem de serviço)
Versão:_____
Valor: _____
Nota de Empenho nº_____
Brasília, ____ de _____ de _____.

_____ _____
Fiscal do Evento Ordenador de Despesa da Unidade

ANEXO VI

FORMULÁRIO DE DEMANDA EXTRAORDINÁRIA

Para formalizar a necessidade de demanda extra, verificada durante a execução de evento, em decorrência da impossibilidade de estimá-la no momento inicial de aprovação do evento, autorizo que a empresa_____ disponibilize material/serviço especificado abaixo, para garantir a execução satisfatória do Evento.
Este documento poderá ser utilizado como garantia entre a contratada e o Ministério da Justiça, considerando a autorização do superior imediato, da Unidade Demandante, bem como, da Unidade Gestora para a realização da despesa extra solicitada.
Instituição/Cliente: Ministério da Justiça
Nome do evento:
Data do evento:
Local/data:
Unidade do Solicitante (cliente):

Item	DESCRIÇÃO	Valor UNIT	Qtde	Diárias/Horas/ Unidade	VALOR TOTAL	Obs.:

Brasília, _____de _____de _____.
_____
Fiscal do Evento

ANEXO VII

MODELO DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS

Avaliação do Serviços prestados O.S Nº /Unidade
Nome do evento:
Processo nº:
Início do evento:
Término do evento:
Fiscal do Evento:
Contato da empresa:
Nº de Participantes:
Região:
Cidade-UF:
Contrato nº:
Empresa:
Demandante: Coordenação
SERVIÇOS

RECURSOS HUMANOS	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Ex.: Atendimento do Preposto				
Ex.: Coordenador de eventos				
Considerações:				

EQUIPAMENTOS	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Ex.: Equipamentos de sonorização				
Ex.: Outros (identificar)				
Considerações:				

ALIMENTOS E BEBIDAS	Ótimo	Bom	Regular	Ruim
Ex.: Apresentação				
Ex.: Pontualidade na prestação dos serviços				
Considerações:				

REGISTRO DE OCORRÊNCIAS (se necessário)

ITEM	SERVIÇO	OCORRÊNCIA	Marque o item em desacordo
01	Recursos Humanos	Atrasar na apresentação do profissional provocando transtorno da execução do evento.	
		Não comparecimento do profissional solicitado/indicado.	
		Profissional não apresenta qualificação para exercer a função.	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

		Mesmo profissional exercendo mais de uma das funções em divergência ao contratado, trazendo transtornos ao evento.	
		Profissional não se apresenta de forma adequada (moldes descritos no termo de referência).	
02	Hospedagem	Não apresentação de instalações com acessibilidade para portadores de necessidades especiais, quando solicitada tal condição.	
		Local com apresentação inadequada, como sujo e/ou mofado.	
		Hospedagem com capacidade diversa da contratada.	
		Atrasar na disponibilização da hospedagem, comprometendo a realização do evento.	
03	Locação de Espaço	Local com apresentação inadequada, como sujo e/ou mofado.	
		Espaço com capacidade diversa da contratada.	
		Atrasar na disponibilização do espaço, comprometendo a realização do evento.	
04	Locação de Equipamentos	Fornecer equipamentos sem prévio teste causando transtornos na execução dos serviços.	
		Mesmo profissional exercendo mais de uma das funções (operação de equipamentos) em divergência ao contratado trazendo transtornos ao evento.	
		Fornecer equipamentos com capacidade inferior e diversa da contratada provocando transtornos na execução do evento.	
		Atraso do profissional responsável e/ou equipe responsável pela instalação e funcionamento do equipamento trazendo transtornos na execução do evento.	
		Não comparecimento do profissional e/ou equipe responsável para o pleno funcionamento do equipamento.	
		Fornecer equipamentos com capacidade diversa e inferior da contratada.	
05	Alimentação	Fornecer produtos em quantidade inferior ao contratado.	
		Acomodação dos alimentos em recipientes inadequados.	
		Identificação de objetos estranhos aos alimentos, a exemplo de cabelos, insetos e/ou outros.	
		Atraso no fornecimento do serviço causando transtornos e atraso na execução do evento.	
		Fornecer alimentos com temperatura inadequada para consumo imediato.	
06	Decoração e Sinalização	Não entregar no prazo, forma e/ou em lugar estabelecido.	
		Fornecer produto com qualidade inferior ou diverso do contratado.	
		Não entregar o material.	
07	Montagens e Instalações	Atrasar na reposição de equipamento danificado na instalação.	
		Fornecer estrutura com solidez e seguranças comprometidas ou deixar cabos, fios, ferragens e itens da instalação à mostra, sem adotar providências necessárias.	
		Fornecer produtos com qualidade inferior ao contratado ou diverso do especificado em Ata.	
		Fornecer equipamentos sem prévio teste causando transtornos na execução dos serviços.	
08	Locação de Automóveis	Fornecer veículo com documentação irregular.	
		Fornecer veículo com problemas mecânicos e/ou sujo.	
		Não informar imediatamente ao responsável pelo evento quando extrapolada a quilometragem contratada, gerando Km excedente ao contratado.	
09	Material de Consumo e Expediente	Não entregar no prazo, forma e/ou local acordado.	
		Fornecer produtos com qualidade inferior ao contratado e/ou diverso do definido em Ata.	
		Não entregar o produto contratado.	
10	Serviço de Gravação de Imagem e Som	Fornecer CD/DVD com a gravação comprometida.	
		Atrasar na entrega do CD/DVD.	
		Não entregar o produto contratado.	
11	Mobiliário	Não entregar no prazo, forma e/ou local acordado.	
		Fornecer mobília com qualidade inferior ao contratado e/ou diverso do definido em Ata.	
		Não entregar o produto solicitado.	
		Fornecer mobília quebrada, suja, com defeito ou inadequada.	
12	Serviços Gráficos	Não entregar no prazo, forma e/ou local acordado.	
		Fornecer material com qualidade inferior ao contratado e/ou diverso do definido em Ata.	
		Não entregar o produto contratado.	
		Fornecer material em quantidade diversa da solicitação.	

Brasília, _____de _____de_____.

_____

Fiscal do Evento

ANEXO VIII

MODELO DE LISTA DE PRESENÇA (TCU)

Nº part.	Nome	Cargo/ Função	Órgão/ Empresa	Endereço	Telefones	E-mail	Assinatura

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

RESOLUÇÃO Nº 31, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a apresentação de Propostas de Trabalho e Cartas-Consulta (chamamento público) e trâmite de procedimento administrativo do Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos e dá outras providências.

O Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - CFDD, nos termos do artigo 9º de seu Regimento Interno, aprovado pela Portaria MJ nº 1.488, de 15 de agosto de 2008, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes para apresentação de Propostas de Trabalho e Cartas-Consulta (chamamento público) com vistas ao recebimento de recursos do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD.

Do Objeto

Art. 2º Pessoas Jurídicas de Direito Público das esferas Estadual, Municipal e do Distrito Federal, e as Entidades Civis Sem Fins Lucrativos interessados em receber apoio financeiro do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - FDD, deverão apresentar Propostas de Trabalho diretamente no portal de convênios do Governo Federal (Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parcerias - SICONV), endereço eletrônico (www.convenios.gov.br), por intermédio do "Programa 30000201401 61 - FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS - Reparar danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico e a outros interesses difusos e coletivos".

Art. 3º Órgãos Federais interessados em receber apoio financeiro do FDD deverão apresentar Cartas-Consulta, conforme modelo constante na página do CFDD na Rede Mundial de Computadores (http://portal.mj.gov.br/cfdd/).

Art. 4º A apresentação das Propostas de Trabalho e Cartas-Consulta será baseada em 4 (quatro) chamadas:

I - chamada I - "promoção da recuperação, conservação e preservação do meio ambiente e melhoria da qualidade de vida da população brasileira";

II - chamada II - "proteção e defesa do consumidor e promoção e defesa da concorrência";

III - chamada III - "patrimônio cultural brasileiro"; e

IV - chamada IV - "outros direitos difusos e coletivos".

Da Abrangência

Art. 5º Serão apoiadas com recursos financeiros do Fundo de Defesa de Direitos Difusos Propostas de Trabalho e Cartas-Consulta que forem selecionadas e que se destinem às seguintes linhas temáticas:

I - Meio Ambiente:

a) conservação e manejo da biodiversidade - projetos que contribuam para a recuperação, conservação e uso sustentável da diversidade biológica e dos recursos genéticos associados;

b) consolidação do Sistema de Unidades de Conservação (SNUC) - projetos voltados à elaboração e implementação de Planos de Manejo de Unidades de Conservação;

c) implementação de espaços territoriais especialmente protegidos relacionados à conectividade e à zonas de amortecimento de unidades de conservação - projetos que contribuam para a conectividade de diferentes espécies de espaços ambientais protegidos e para a implementação de zonas de amortecimento de unidades de conservação;

d) conservação da água e das florestas - projetos que contribuam para a conservação, restauração, recuperação e uso sustentável dos recursos florestais e hídricos, bem como projetos que promovam a conservação e recuperação de nascentes e áreas de preservação permanente, além da recuperação de áreas degradadas;

e) preservação de espécies ameaçadas da fauna - projetos que promovam a implementação de planos de ação oficializados pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (www.icmbio.gov.br/biodiversidade/fauna-brasileira/lista-planos-de-acao-nacionais), para as espécies pertencentes à Lista Oficial da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção, com base na IN/MMA 03/2003, IN/MMA 05/2004 e legislação correlata;

f) promoção do consumo sustentável e da educação ambiental voltada para a sustentabilidade - projetos que promovam a educação ambiental e o consumo consciente e que valorizem a produção sustentável e o uso ambientalmente adequado dos recursos naturais. Os recursos solicitados poderão contemplar a elaboração de material pedagógico de apoio ao projeto de educação ambiental a ser empreendido;

g) ações de manejo e gestão de resíduos sólidos - projetos que incentivem o gerenciamento dos resíduos sólidos em áreas urbanas e rurais, contribuam para a implantação de políticas municipais ambientalmente corretas ou que promovam ações de redução, reutilização e reciclagem do lixo. Somente poderão receber recursos os municípios que tiverem seu Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, conforme determina o art. 18 da Lei 12.305/10;

h) ecoturismo de base comunitária - projetos que incentivem comunidades tradicionais ou locais a desenvolverem projetos de ecoturismo, voltados para a conservação ambiental e o manejo sustentável dos recursos naturais. No caso de propostas a serem empreendidas em Unidades de Conservação, é fundamental que se observe as diretrizes, restrições e orientações do Plano de Manejo das referidas Unidades;

i) conhecimentos tradicionais - projetos que promovam o resgate, a valorização e a manutenção de práticas tradicionais de produção com base no uso sustentável dos recursos naturais, por meio de levantamentos, estudos, disseminação ou fortalecimento de tais práticas produtivas;

j) fortalecimento da Gestão Ambiental Local - projetos que promovam a implementação de mecanismos de gestão ambiental local tais como: apoio à implementação do fundo municipal de meio ambiente, do conselho municipal de meio ambiente, de um sistema de licenciamento ambiental local, elaboração de legislação ambiental local, estruturação do setor de meio ambiente do município a partir, inclusive, da compra de equipamentos e material permanente, capacitação para a equipe técnica da prefeitura responsável pela área ambiental;

k) fortalecimento das Instituições Públicas envolvidas na fiscalização e controle ambiental - projetos que promovam a qualificação administrativa e operacional de órgãos governamentais ligados à fiscalização e controle de práticas lesivas ao meio ambiente, por meio do fomento à capacitações de equipes, criação e implementação de salas de situação, aquisição de equipamentos e material permanente, promoção de estratégias de articulação entre as instituições públicas envolvidas nessa missão (Ministério Público, Polícia Militar Ambiental, Polícia Civil, IBAMA, OEMAS e Poder Judiciário) por meio da realização de seminários, reuniões de intercâmbio de agendas e organização de operações integradas;

l) mudanças climáticas - projetos que promovam a compreensão dos efeitos do aquecimento global para as mudanças climáticas, desenvolvam mecanismos que possibilitem a adaptação ou contribuam com a mitigação dos efeitos da mudança do clima; e

m) desenvolvimento do mercado de carbono - projetos que promovam estudos técnicos e/ou acadêmicos sobre desenvolvimento operacional e/ou comercial do mercado de carbono no Brasil.

II - Proteção e Defesa do Consumidor e Promoção e Defesa da Concorrência.

a) Proteção e Defesa do Consumidor:

1) projetos educativos - projetos que envolvam a elaboração de materiais informativos e de divulgação (cartilhas, livros, vídeos, cartazes e outros) e/ou a realização de eventos que versem sobre as temáticas de direitos do consumidor (tais como palestras, cursos, seminários, congressos e outros), que visem a esclarecer a sociedade sobre direitos básicos do consumidor, administração do orçamento familiar, consumo responsável de crédito, pesquisa de preços, conscientização contra publicidades enganosas ou abusivas, dentre outros;

2) modernização administrativa - projetos de modernização administrativa de órgãos governamentais ligados à proteção e defesa do consumidor, inclusive dando suporte à promoção e realização de seminários, programas de treinamento de pessoal, aprofundamento técnico em matéria de relação de consumo e programas de estágio;

3) proteção à saúde, vida e segurança do consumidor - projetos que produzam mecanismos de prevenção através de rastreabilidade e informações mínimas para produtos e serviços que acarretem risco ou perigo à saúde ou segurança do consumidor, assim como apresentem estudos, dados e índices atinentes ao número de acidentes de consumo e tratamento do consumidor pelos fornecedores e órgãos públicos, promovendo, também, campanhas educativas direcionadas, inclusive para fornecedores, sobre informação ostensiva e

adequada a respeito da nocividade ou periculosidade de produtos ou serviços, com vistas a evitar acidentes de consumo;

4) especialização de conhecimentos jurídicos de direito do consumidor - projetos relacionados com cursos de formação e aprimoramento, seminários, congressos e demais eventos dedicados ao estudo aprofundado da racionalização e melhoria dos serviços públicos, das constantes modificações do mercado de consumo, dentre outros;

5) responsabilidade sócio-ambiental e consumo sustentável - projetos que sensibilizem agentes de mercado (consumidores, fornecedores e Estado), através de estudos ou campanhas apontando medidas sócio-ambientais a serem adotadas no mercado de consumo para a conservação do meio ambiente e bem-estar da coletividade e racionalização do consumo (produtos biodegradáveis, recicláveis, não poluentes de um modo geral); bem como projetos que apontem soluções e medidas dirigidas à modificação positiva do hábito de consumo, conectando as demandas e o comportamento dos consumidores à racionalização do consumo de produtos e serviços que produzam menor grau de impacto negativo possível ao meio ambiente e à coletividade, assim como desenvolvam instrumentos, em especial os participativos, de geração de informação para os consumidores e mecanismos de rastreabilidade de produtos cuja cadeia produtiva impacte de forma negativa o meio ambiente;

6) incentivo à criação ou desenvolvimento de associações de defesa do consumidor - projetos relacionados à criação e desenvolvimento de associações de defesa do consumidor, dentre outras formas de organização, visando à conscientização de que os consumidores são agentes de mercado com potencial para modificação do meio no qual se inserem a partir de comportamentos pró-ativos como a denúncia de cartéis, preços abusivos, difusão de informações sobre qualidade e preços de produtos e serviços, identificação de publicidade enganosa e riscos à saúde do consumidor, formalização de reclamações perante órgãos competentes, ou quaisquer outras atividades destinadas a promover a defesa do consumidor;

7) universalização dos serviços públicos - projetos que promovam a tutela do consumidor pelas agências reguladoras, bem como os dirigidos à conscientização dos entes reguladores sobre seu papel na defesa do consumidor e dos consumidores sobre a importância da função regulatória, incluindo a estrutura e funcionamento dos entes reguladores e promoção de ações de universalização dos serviços públicos regulados;

8) informação sobre tributos - projetos que adotem ou promovam medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca da tributação incidente sobre mercadorias e prestação de serviços, em vias de permitir ao cidadão identificar e quantificar o quanto paga de tributos;

9) alimentação saudável e segura - projetos que promovam a adoção de regras e práticas que visem a alimentação saudável e segura, contribuindo para a redução de doenças crônicas não transmissíveis como hipertensão, diabetes e obesidade, considerando que os consumidores também tem o papel de agir no mercado estimulando a produção e comercialização de alimentos saudáveis e seguros; e

10) turismo e direitos do consumidor - projetos que tenham como objetivo estimular o turismo seguro e responsável, considerando aspectos como informação e responsabilidade e o cumprimento do CDC pelos fornecedores ligados a esta cadeia produtiva. É importante considerar a proximidade de grandes eventos no país, assim como a necessidade do aprimoramento da prestação de serviços nos diversos setores envolvidos.

b) Promoção e Defesa da Concorrência:

1) projetos educativos - projetos que envolvam a elaboração de materiais informativos e de divulgação (cartilhas, livros, vídeos, cartazes e outros) e/ou a realização de eventos que versem sobre as temáticas de proteção à livre concorrência e à livre iniciativa (tais como palestras, cursos, seminários e congressos), que visem a (i) conscientizar as empresas, principalmente as de pequeno e médio porte, a respeito de práticas anticompetitivas, os seus prejuízos para o mercado e as sanções aplicáveis; (ii) esclarecer a sociedade sobre a importância da livre concorrência e a identificação de prática de cartel e outras condutas abusivas ou anticoncorrenciais; (iii) promover a competitividade e a concorrência, dentre outros;

2) modernização administrativa - projetos de modernização administrativa de órgãos governamentais ligados à promoção e defesa da concorrência, inclusive dando suporte à promoção e realização de seminários, programas de treinamento de pessoal, intercâmbio com agências antitruste internacionais, aprofundamento técnico em matéria de concorrência e programas de estágio, dentre outros;

3) especialização de conhecimentos jurídicos em direito da concorrência - projetos relacionados com cursos de formação e aperfeiçoamento, seminários, congressos e demais eventos dedicados ao estudo aprofundado da dinâmica econômica e competitividade de mercados, do direito da concorrência e demais temas considerados relevantes para promoção e defesa da concorrência, dentre outros;

4) proteção do ambiente concorrencial - projetos relativos à: i) promoção de medidas dirigidas à eliminação de práticas que potencialmente ou efetivamente atinjam o equilíbrio natural do mercado, tais como cartéis, trustes, concertos de mercado e demais práticas artificiais que eliminem o direito de livre escolha do consumidor ou a formação natural de preços; ii) conscientização de que os consumidores são agentes de mercado com potencial para modificação do meio no qual se inserem a partir de comportamentos pró-ativos como a denúncia perante órgãos competentes de práticas anticompetitivas, como formação de cartéis, venda casada, dentre outros;

5) incentivo à criação ou desenvolvimento de iniciativas da sociedade civil para defesa da concorrência - projetos voltados à conscientização de empresas e da sociedade, a respeito de práticas anticompetitivas, os seus prejuízos para o mercado e as sanções aplicáveis, formalização de reclamações perante órgãos competentes, ou quaisquer outras atividades destinadas a promover a defesa da concorrência;

6) mercados regulados e concorrência - projetos voltados à conscientização das agências reguladoras sobre seu papel na defesa da concorrência e dos órgãos antitruste sobre a importância da função regulatória, incluindo a estrutura e funcionamento dos entes reguladores e promoção de ações de cooperação técnica;

7) estudos técnicos e acadêmicos - projetos que promovam estudos técnicos e/ou acadêmicos sobre competitividade e aumento da concorrência, estrutura e dinâmica de mercados, análises setoriais voltadas para a defesa da concorrência (abordando temas como controle societário, concentração de mercado, formação de preço, barreiras à entrada, dinâmica do setor, características dos produtos etc.), análises comparativas sobre a atuação antitruste em outras jurisdições, entre outros; e

8) advocacia da concorrência - projetos relacionados à promoção do tema defesa da concorrência no meio empresarial, acadêmico, governamental, comunidade internacional, dentre outros, como forma de divulgar e debater os temas relacionados à concorrência e a atuação dos órgãos antitruste.

III - Patrimônio Cultural Brasileiro

a) educação patrimonial - projetos que promovam o desenvolvimento de ações e/ou programas educativos, com vistas à preservação, democratização e difusão do patrimônio cultural brasileiro;

b) preservação de acervos - projetos de conservação, organização, digitalização, gestão eletrônica de documentos e divulgação de acervos de museus, bibliotecas, arquivos, centros de documentação e outras instituições de natureza semelhante, assim como pesquisas de memória e história relacionadas a esses acervos;

c) divulgação da política de patrimônio cultural brasileiro - projetos de divulgação da política de patrimônio cultural brasileiro e seus resultados por meio de publicações, documentação audiovisual, imprensa, rádio e televisão;

d) pesquisa sobre bens culturais de natureza imaterial - projetos que promovam a produção de conhecimento sobre bens culturais de natureza imaterial através de levantamentos, inventários, instrução para processo de registro, dentre outros, visando o seu reconhecimento, preservação e salvaguarda;

e) salvaguarda de bens culturais de natureza imaterial - projetos que apóiem comunidades e grupos sociais na realização de ações que visem à preservação de seus bens culturais de natureza imaterial;

f) pesquisa sobre diversidade linguística - projetos que promovam a produção de conhecimento sobre a diversidade linguística brasileira através de levantamentos e inventários, em especial o Inventário Nacional da Diversidade Linguística, visando a sua identificação, reconhecimento e salvaguarda;

g) pesquisa sobre bens culturais de natureza material - projetos que promovam a produção de conhecimento sobre bens culturais de natureza material, por meio de pesquisa histórica, levantamentos, inventários e cadastro de edificações, visando, entre outros, fornecer subsídios para a instrução de processos de tombamento em nível municipal, estadual ou federal e/ou a elaboração de projetos de restauro;

h) recuperação de bens tombados - projetos de restauração, conservação ou manutenção do patrimônio histórico ou artístico de natureza material, como exemplares da arquitetura religiosa, civil ou militar;

i) revitalização de sítios históricos - projetos de acessibilidade, sinalização e mobiliário urbano;

j) recuperação de sítios arqueológicos - projetos de recuperação de sítios urbanos ou rurais detentores de reminiscências dos antigos habitantes do território nacional;

k) preservação de bens móveis e integrados - projetos de inventário e recuperação de imagens, retábulos, peças sacras, pinturas, azulejos etc. Apoio à produção, conservação de acervos documentais considerados fontes fundamentais de informação sobre patrimônio cultural; e

l) fortalecimento das redes de gestão do patrimônio cultural - projetos que tenham como objetivo a capacitação de técnicos e gestores em patrimônio cultural, a estruturação de órgãos estaduais e municipais de patrimônio e a elaboração de estudos que subsidiem a criação de legislação específica e de políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural.

IV - Outros Direitos Difusos e Coletivos

a) igualdade racial - projetos voltados à eliminação da discriminação racial e à promoção da igualdade racial, contemplando comunidades tradicionais e quilombolas, e iniciativas de formação, educação e fortalecimento de ações afirmativas, dentre outros;

b) acessibilidade e inclusão - projetos voltados à acessibilidade de pessoas com deficiência, contemplando, dentre outros, a eliminação de barreiras físicas e culturais no acesso a direitos e serviços e priorizando a participação de pessoas com deficiência na elaboração e gestão dos projetos apresentados;

c) natureza trabalhista - projetos voltados à reparação de danos causados a bens e direitos coletivos ou difusos de natureza trabalhista, contemplando, dentre outros, o combate e a erradicação do trabalho escravo e do trabalho infantil; e

d) patrimônio público e probidade administrativa - projetos que contribuam para a prevenção e combate sistêmico à prática de improbidade administrativa nas esferas federal, estadual e municipal, assim como programas que objetivem por meio de ações voltadas a: i) conscientizar os gestores sobre as melhores práticas de gestão e controle de recursos públicos.

Dos Requisitos

Art. 6º Os recursos financeiros previstos nesta Resolução serão destinados a órgãos públicos e entidades civis sem fins lucrativos.

Art. 7º Para apresentar proposta de trabalho, o interessado deverá estar credenciado no SICONV.

Parágrafo único. O interessado mencionado no caput deverá estar apto a operar o SICONV, disponibilizando, para tanto, estrutura física e pessoal qualificado.

Art. 8º O credenciamento será realizado diretamente no Portal SICONV e conterá, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome, endereço da sede, endereço eletrônico e número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, bem como endereço residencial do responsável que assinará o instrumento, quando se tratar de instituições públicas; e

II - razão social, endereço, endereço eletrônico, número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, transcrição do objeto social da entidade atualizado, relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identificação e CPF de cada um deles, quando se tratar de entidades privadas sem fins lucrativos.

Art. 9º Os órgãos públicos Estaduais, Municipais e do Distrito Federal deverão prever a contrapartida em suas respectivas leis orçamentárias, nos limites propostos no art. 29.

Parágrafo único. A contrapartida relacionada no caput deverá ser somente em recursos financeiros.

Art. 10 Os projetos na área de meio ambiente submetidos ao CFDD devem atender à legislação ambiental vigente e, quando necessário, apresentar em tempo hábil as licenças ambientais emitidas pelos órgãos ambientais competentes. Devem, ainda, contar com a participação social.

Art. 11 Na restauração de museus, igrejas, arquivos, bibliotecas, centros culturais, sítios arqueológicos e galerias de arte, exigir-se-á o comprovante de tombamento ou comprovante da existência dos sítios arqueológicos, conforme o caso, bem como declaração expressa do órgão (federal, estadual, distrital ou municipal) responsável pela preservação do patrimônio histórico ou sítio arqueológico, autorizando a execução do projeto.

Das Vedações

Art. 12 É vedada a celebração de convênios:

I - com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta dos Estados, Distrito Federal e Municípios e com Entidades Civis Sem Fins Lucrativos cujo valor seja inferior a R$ 100.000,00 (cem mil reais) ou, no caso de execução de obras e serviços de engenharia, exceto elaboração de projetos de engenharia, nos quais o valor da transferência da União seja inferior a R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

II - com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, tanto quanto dirigente de órgão ou entidade da administração pública, de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

III - entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal, casos em que deverão ser firmados termos de cooperação;

IV - com órgão ou entidade, de direito público ou privado, que esteja em mora, inadimplente com outros convênios celebrados com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, ou irregular em qualquer das exigências da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011;

V - com pessoas físicas ou entidades privadas com fins lucrativos;

VI - visando à realização de serviços ou execução de obras a serem custeadas, ainda que apenas parcialmente, com recursos externos sem a prévia contratação da operação de crédito externo;

VII - com entidades públicas ou privadas cujo objeto social não se relacione às características do programa ou que não disponham de condições técnicas para executar o convênio;

VIII - com entidades privadas sem fins lucrativos que não comprovem ter desenvolvido, nos últimos três anos, atividades referentes à matéria objeto do convênio; e

IX - com entidades privadas sem fins lucrativos que tenham, em suas relações anteriores com a União, incorrido em pelo menos uma das seguintes condutas:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado do objeto de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria;

c) desvio de finalidade na aplicação dos recursos transferidos;

d) ocorrência de dano ao Erário; ou

e) prática de outros atos ilícitos na execução de convênios, contratos de repasse ou termos de parceria.

Do Encaminhamento e Prazo

Art. 13. As propostas de trabalho deverão ser cadastradas no portal SICONV, Programa 3000020140161, conforme art 1º, no período de 17 de abril de 2014 a 16 de maio de 2014.

Art. 14. O proponente credenciado manifestará seu interesse em celebrar Convênio mediante apresentação de proposta de trabalho no SICONV, em conformidade com o programa e com as diretrizes disponíveis no sistema, que conterá no mínimo:

I - descrição do objeto a ser executado;

II - justificativa contendo a caracterização dos interesses recíprocos, a relação entre a proposta apresentada e os objetivos e diretrizes do programa e a indicação do público alvo, do problema a ser resolvido e dos resultados esperados;

III - estimativa dos recursos financeiros, discriminando o repasse a ser realizado pelo concedente e a contrapartida prevista para o proponente;

IV - previsão de prazo para execução; e

V - informações relativas à capacidade técnica gerencial do proponente para execução do objeto.

Parágrafo único. Os proponentes que apresentarem projetos cujos campos não estejam preenchidos corretamente, conforme exigido nesta Resolução, serão desclassificados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 15. As Cartas-Consulta, conforme modelo disponível na página do CFDD na Rede Mundial de Computadores (http://portal.mj.gov.br/cfdd/), deverão ser protocolizadas diretamente no Setor de Protocolo e Controle Processual da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça ou encaminhadas por via postal, em 4 (quatro) vias, para o seguinte endereço: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS - CFDD, Esplanada dos Ministérios - Bloco T - Ed. Sede, Sala 532, CEP 70064-900 - Brasília -DF, no período de 17 de abril de 2014 a 16 de maio de 2014.

§ 1º A data a ser considerada para o efetivo recebimento das Cartas-Consulta será a da postagem.

§ 2º Os proponentes que apresentarem projetos fora do prazo e/ou cujas Cartas-Consulta não estejam com os campos corretamente preenchidos, conforme exigido nesta Resolução, serão desclassificados.

Art. 16. O proponente poderá cadastrar quantas propostas desejar, ou encaminhar várias Cartas-Consulta, desde que tenham objetos diferentes.

§ 1º O proponente poderá ser contemplado com apenas 1 (um) projeto, independentemente da quantidade de propostas cadastradas no SICONV ou Cartas-Consulta enviadas;

§ 2º Os projetos serão escolhidos levando-se em consideração o caráter meritório, e não a quantidade de projetos por proponente.

Da Seleção das Propostas de Trabalho, Cartas-Consulta e Deliberação de Projetos

Art. 17. Até o último dia útil do mês de julho, o CFDD indicará as Propostas de Trabalho e as Cartas-Consulta cujos projetos tenham sido selecionados como prioritários para o ano subsequente, de acordo com a política definida para aplicação dos recursos públicos do FDD e as disponibilidades orçamentárias.

Art. 18. As Propostas de Trabalho e as Cartas-Consulta serão classificadas por ordem decrescente de votação, divididas pelas áreas do meio ambiente, consumidor e concorrência, patrimônio cultural brasileiro e outros direitos difusos e coletivos tutelados.

§ 1º Caso haja empate entre Propostas de Trabalho ou Cartas-Consulta em uma mesma posição na classificação, o desempate será decidido pelos membros do Conselho, em votação na qual cada Conselheiro terá um voto.

§ 2º Ao persistir o empate, este será dirimido por decisão monocrática do Presidente do Conselho.

Art. 19. Até o 15º dia útil do mês de agosto de 2014, a Secretaria Executiva do CFDD - SE/CFDD fará publicar Despacho de seu Presidente no Diário Oficial da União com a relação de projetos indicados pelos integrantes do Conselho como prioritários, e disponibilizará, também, na página do CFDD na Rede Mundial de Computadores (http://portal.mj.gov.br/cfdd/).

Parágrafo único. A indicação prioritária não implica aprovação dos projetos nem gerará qualquer direito ao Proponente

Da Análise do Plano de Trabalho

Art. 20. Após a publicação da lista das Propostas de Trabalho prioritárias, a SE/CFDD registrará diretamente no portal SICONV o deferimento das propostas, e orientará as instituições quanto à inclusão do Plano de Trabalho.

Art. 21. O CFDD registrará o indeferimento no SICONV para as Propostas de Trabalho que não forem consideradas prioritárias.

Art. 22. Quanto as Cartas-Consulta selecionadas, a SE/CFDD oficiará os proponentes para encaminhar os respectivos projetos e documentação, por meio dos formulários que constarão da página do CFDD na Rede Mundial de Computadores.

Parágrafo único. Não serão devolvidas, em hipótese alguma, as Cartas-Consulta não selecionadas.

Art. 23. O Conselho deliberará sobre a aprovação ou não dos projetos na ordem de prioridade definida, salvo se, por fato do proponente, a instrução de seu projeto atrasar.

Art. 24. A bem da instrução processual, a SE/CFDD poderá intimar o proponente a apresentar documentos e informações ou readequar o Plano de Trabalho.

Parágrafo único. O não atendimento às exigências da SE/CFDD ou dos membros do Conselho no prazo assinalado no instrumento de intimação poderá implicar no arquivamento do projeto, por despacho fundamentado.

Art. 25. Com a nota técnica da SE/CFDD, o projeto será distribuído a um Conselheiro, na forma do art. 2º, § 4º da Resolução CFDD nº 7/99, que relatará e proporá voto ao Plenário do Conselho.

Art. 26. O Plenário ou o Conselheiro-Relator poderá requisitar diligências à SE/CFDD ou diretamente ao Proponente, como também convocar o Representante do Interessado para prestar esclarecimentos pessoalmente.

Art. 27. Os projetos que não tiverem sido julgados até a última reunião do Conselho no ano serão deliberados no ano subsequente.

Dos Recursos Financeiros e da Contrapartida

Art. 28. Serão aceitas Propostas de Trabalho e Cartas-Consulta que solicitem apoio financeiro de até no máximo R$ 443.750,00 (quatrocentos e quarenta e três mil setecentos e cinquenta reais), excluindo a contrapartida, e no mínimo de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Art. 29. A contrapartida dos projetos deverá ter os seguintes limites mínimo e máximo, conforme a Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias):

I - no caso dos Municípios:

a) de 0,1% (um décimo por cento) a 4% (quatro por cento) do valor global do projeto para municípios de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes;

b) de 0,2% (dois décimos por cento) a 8% (oito por cento) do valor global do projeto para municípios acima de 50.000 (cinquenta mil) habitantes, localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste - SUDECO; e

c) de 1% (um por cento) a 20% (vinte por cento) do valor global do projeto para os demais;

II - no caso dos Estados e do Distrito Federal:

a) de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor global do projeto para aqueles localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da PNDR, nas áreas da SUDENE, SUDAM e SUDECO; e

b) de 2% (dois por cento) a 20% (vinte por cento) do valor global do projeto aos demais;

Parágrafo único. A contrapartida dos órgãos públicos municipais, estaduais e do Distrito Federal deverá ser somente em recursos financeiros e será depositada na conta bancária específica a ser aberta para movimentação dos recursos do convênio.

Art. 30. Órgãos federais e entidades civis sem fins lucrativos são isentos de contrapartida.

Da Prestação de Contas

Art. 31. O tempo e modo das prestações de contas serão definidos no instrumento de convênio ou termo de cooperação, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 32. Ao final da execução do projeto, a SE/CFDD emitirá nota técnica a respeito das prestações de contas e do cumprimento das obrigações previstas no termo de convênio ou termo de cooperação.

§ 1º No caso de aprovação, os autos serão arquivados no arquivo documental da Secretaria Nacional do Consumidor, permanecendo à disposição dos Órgãos de Controle.

§ 2º Em caso contrário, a SE/CFDD tomará as providências cabíveis, na forma da lei, realizando os trâmites necessários para regularização das pendências e/ou tomada de contas especial.

Disposições Finais e Transitórias

Art. 33. Os convenentes que, ao final do período estipulado para a execução do projeto, não tiverem cumprido adequadamente os termos do convênio ou cooperação, ainda que tenham devolvido integralmente os recursos, ficarão impedidos de receber recursos do FDD pelo prazo de 3 (três) anos.

Parágrafo único. Aos convenentes declarados impedidos nos termos do caput será garantido o direito de defesa, a ser apresentada, em até 10 (dez) dias após a ciência da penalidade, ao CFDD, que poderá, em plenária, admitir os argumentos do convenente e derrogar o impedimento.

Art. 34. Revoga-se a Resolução nº 29, de 29 de abril de 2013.

Art. 35. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO MISSORINO LÁZARO
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

PORTARIA Nº 24, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto n° 6.061, de 15 de março de 2007, e com base no Edital de Chamamento Público nº 001/2013 - SENAD/MJ, torna pública a habilitação e pré-qualificação (Fase 1) do referido edital, conforme os trabalhos realizados pela Comissão Especial de Avaliação, nomeada pela Portaria Senad nº 55/2013, de 18 de setembro de 2013, retificada no DOU nº 185, de 24 de setembro de 2013 nos seguintes termos:

Art. 1º Fica habilitada e pré-qualificada, nos termos do Edital de Chamamento Público nº 001/2013, a seguinte entidade:

CNPJ	Nome da Instituição	Nº do Processo	Vagas*
04.520.593/0001-78	ASSOCIAÇÃO TRINDADE SANTA	08129.017795/2013-83	10 ADM

*Adm: Adulto Masculino.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

VITORE ANDRE ZILIO MAXIMIANO

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 941, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2153 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER D, CNPJ nº 00.087.900/0001-18 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 943, DE 21 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2297 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0577-23 para atuar em Sergipe com o(s) seguinte(s) Certificado(s) de Segurança, expedido(s) pelo DREX/SR/DPF: nº 542/2014 (CNPJ nº 33.000.167/0577-23) e nº 543/2014 (CNPJ nº 33.000.167/1123-33).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 994, DE 24 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3095 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 06.261.891/0001-16, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal na Bahia.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.035, DE 25 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1176 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa WORK SYSTEM SEGURANCA E VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.405.191/0001-22, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 648/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.077, DE 26 DE MARÇO DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1109 - DPF/JTI/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa ALGAR SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 02.707.116/0003-52, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 713/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.181, DE 1º DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2083 - DELESP/DREX/SR/DPF/PE, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONCEDER autorização à empresa POSTO SUL LTDA, CNPJ nº 09.456.974/0002-30, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

12 (doze) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.189, DE 2 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2587 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa TITÃ VIGILÂNCIA E SEGURANÇA-EIRELI-EPP, CNPJ nº 16.850.970/0001-16, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 601/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.225, DE 3 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2156 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve:
CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0159-88, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

937 (novecentas e trinta e sete) Munições calibre 38

308 (trezentas e oito) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.231, DE 4 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/552 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa PROFEDERAL VIGILANCIALTDA., CNPJ nº 04.130.578/0001-13, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 211/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.272, DE 4 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2964 - DPF/STS/SP , resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROTEGE S.A - PROTECAO E TRANSPORTE DE VALORES, CNPJ nº 43.035.146/0009-32, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3487 (três mil e quatrocentas e oitenta e sete) Munições calibre 38

1340 (uma mil e trezentas e quarenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.335, DE 8 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3911 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa NCTEC NOVO CENTRO TECNICO DE FORMACAO EM SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 04.277.194/0001-28, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Espingarda calibre 12

4 (quatro) Pistolas calibre .380

12 (doze) Revólveres calibre 38

3727 (três mil e setecentas e vinte e sete) Munições calibre 12

222000 (duzentas e vinte e duas mil) Espoletas calibre 38

25000 (vinte e cinco mil) Estojos calibre 38

59548 (cinquenta e nove mil e quinhentos e quarenta e oito) Gramas de pólvora

222000 (duzentos e vinte e dois mil) Projéteis calibre 38

12014 (doze mil e quatorze) Espoletas calibre .380

10000 (dez mil) Estojos calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.351, DE 9 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1446 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa MD SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 94.308.798/0001-87, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 754/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.370, DE 9 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3691 - DPF/CCM/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa SD1 SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 05.409.499/0001-09, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3 (três) Revólveres calibre 38

54 (cinquenta e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.375, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3524 - DPF/JZO/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0157-52, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

350 (trezentas e cinquenta) Munições calibre 38

275 (duzentas e setenta e cinco) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.376, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3632 - DPF/AQA/SP , resolve:

CONCEDER autorização à empresa PATRIOTA SEGURANCA EIRELI - EPP, CNPJ nº 17.813.549/0001-06, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente ARAUJO & CIA SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI ME, CNPJ nº 11.107.458/0001-60:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.378, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3525 - DPF/VDC/BA , resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0158-33, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

240 (duzentas e quarenta) Munições calibre 38

350 (trezentas e cinquenta) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.379, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2441 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa VIGILÂNCIA SEMPRE FORTE LTDA, CNPJ nº 07.065.776/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 724/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.380, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2471 - DPF/IJI/SC, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa DO VALE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.370.434/0001-95, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 688/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.384, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3526 - DPF/JZO/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0154-00, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

280 (duzentas e oitenta) Munições calibre 38

175 (cento e setenta e cinco) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.385, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3528 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0169-96, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

630 (seiscentas e trinta) Munições calibre .380

525 (quinhentas e vinte e cinco) Munições calibre 12

12000 (doze mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.386, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3529 - DPF/VDC/BA , resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0150-86, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

660 (seiscentas e sessenta) Munições calibre 38
425 (quatrocentas e vinte e cinco) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.396, DE 11 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3575 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa VIDICON SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 07.069.574/0001-65, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
17 (dezessete) Revólveres calibre 38
1056 (uma mil e cinquenta e seis) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.397, DE 11 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3820 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

CONCEDER autorização à empresa RODOBAN SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 23.245.012/0001-81, sediada em Minas Gerais, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
315 (trezentos e quinze) Revólveres calibre 38
5670 (cinco mil e seiscentas e setenta) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.399, DE 11 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1478 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ALVO ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 03.732.792/0001-87, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1500 (uma mil e quinhentas) Munições calibre .380
996 (novecentas e noventa e seis) Munições calibre 12
60000 (sessenta mil) Espoletas calibre 38
16291 (dezesseis mil e duzentos e noventa e um) Gramas de pólvora
60000 (sessenta mil) Projéteis calibre 38
1770 (uma mil e setecentas e setenta) Espoletas calibre .380
1770 (um mil e setecentos e setenta) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.406, DE 11 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3543 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização, à empresa TECSEG TECNOLOGIA EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.325.594/0001-64, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal no Maranhão.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.408, DE 11 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/4343 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CORPVS - CORPO DE VIGILANTES PARTICULARES LTDA, CNPJ nº 07.957.111/0001-30, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
12 (doze) Carabinas calibre 38
12 (doze) Pistolas calibre .380
12 (doze) Revólveres calibre 38
384 (trezentas e oitenta e quatro) Munições calibre 38
360 (trezentas e sessenta) Munições calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.409, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/10993 - DELESP/DREX/SR/DPF/AP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa ELITE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 00.865.761/0002-97, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Amapá, com Certificado de Segurança nº 832/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.413, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2488 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa 5 ESTRELAS SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 72.591.894/0001-42, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 742/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.414, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2599 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa ANGEL´S SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 03.372.304/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 764/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.422, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2013/8369 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no DOU., à empresa SVP SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PROCAT LTDA - EPP, CNPJ nº 06.862.974/0001-60, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 228/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.425, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/3079 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa AVAL EMPRESA DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 09.284.699/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 823/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.427, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/1736 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no DOU., à empresa ADIÇÃO SEGURANÇA E VIGILÂNCIA SOCIEDADE SIMPLES LTDA-ME, CNPJ nº 15.454.089/0001-33, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 674/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 1.450, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/2357 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no DOU., concedida à empresa WN - SERVICOS DE VIGILANCIA ARMADA LTDA, CNPJ nº 09.596.888/0001-41, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 734/2014, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 32.976, DE 7 DE ABRIL DE 2014

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08220.003123/2014-23- SR/DPF/AC, resolve:

Autorizar a empresa S. DO MONTE CHAVES-ME, CNPJ nº 12.147.315/0001-45, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser S. DO MONTE CHAVES-ME (CURSO DE FORMAÇÃO).

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08354.002067/2013-11 - EVA LOIDA BURGOS MENESES
Processo Nº 08354.006418/2012-74 - STEFANO ZANETTE
Processo Nº 08444.002856/2013-35 - ALEXANDER NOCKEV KEPLER
Processo Nº 08792.000277/2013-06 - JOSE TIAGO CASTRO PINTO.

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem:

Processo Nº 08505.067875/2012-64 - ANDRE NZINGA TALAMAKU e PEMBA PANZO
Processo Nº 08286.000795/2012-51 - TANIA DOS SANTOS FERREIRA
Processo Nº 08102.004413/2012-79 - LIRONG LIU e XU LIN
Processo Nº 08280.001793/2013-10 - KASONGO KANIKI LYDIE
Processo Nº 08280.002749/2013-27 - MILCIADES LARREA PEDROZO e LEONARDA SOSA SILVA
Processo Nº 08286.001138/2012-21 - ALESSANDRO PETRUCCI
Processo Nº 08286.001227/2012-77 - VLADIMIR SAVELYEV
Processo Nº 08410.003576/2012-51 - YAN DUAN XIAO
Processo Nº 08410.003577/2012-03 - ZHEN CHENG LI
Processo Nº 08505.025987/2013-29 - RONGFENG LIN e QIAN SUN
Processo Nº 08505.035722/2013-39 - MOHAMMAD ISMAIL JOYA e ZARLASHT MOH SALIH

CONTEÚDO PROTEGIDO POR DIREITOS AUTORAIS

Processo Nº 08505.051987/2013-84 - XINYU PAN e FANG GUO

Processo Nº 08505.121392/2012-12 - CELESTINO VARGAS CAMACHO.

DEFIRO os pedidos de transformação da Residência Provisória em permanente, abaixo relacionados, nos termos do Decreto nº 6.975, de 07 de outubro de 2009, ressaltando que o ato poderá ser revisto a qualquer tempo, caso verificada realidade diversa da declarada pelo requerente:

Processo Nº 08212.005390/2013-53 - VITALIANA ESPINOZA FLORES

Processo Nº 08212.005416/2013-63 - JUAN CARLOS RAMOS HUANCA.

DEFIRO o pedido de transformação do visto de turista/temporário em permanente nos termos do Decreto nº 6.736, de 12 de janeiro de 2009. Processo Nº 08711.003332/2013-64 - MARIA EUGENIA RAMELLA.

DEFIRO o pedido de permanência por prazo indeterminado, na forma do art. 7º,§ 2º, da Resolução Normativa n. 77/2008. Processo Nº 08444.001903/2013-23 - MARJORIE BAILLON.

Determino a REPUBLICAÇÃO do Despacho deferitório publicado no Diário oficial da União de 01/11 / 2012, Seção 1, pág 54, nos termos do art. 2°, da Portaria SNJ n° 03, de 05 de fevereiro de 2009. Processo Nº 08505.053850/2012-83 - ELMER VICENTE NAKADA FERREL.

INDEFIRO o pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo. Processo Nº 08354.002643/2012-31 - JORGE MANUEL DA FONSECA MARTINS.

FERNANDA R. SALDANHA DE AZEVEDO

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO os Pedidos de Transformação de Visto item V em Permanente, abaixo relacionados:

Processo Nº 08000.017987/2012-55 - COLIN STEWART HENDERSON

Processo Nº 08260.004144/2013-17 - VISHWANATH DAITA, ARUNA CHALAPATI RANGAVAJHULA e VIJAY BEEKAY DAITA

Processo Nº 08240.014782/2013-76 - GI YONG LEE, EUNJIN LEE, JUNGSUK KWON e YEJIN LEE

Processo Nº 08260.000142/2013-41 - JUNSHENG ZHAO

Processo Nº 08260.002775/2013-93 - PAUL RAYMOND MERLO, ADRIENE LETICIA RODRIGUEZ e PETRA CARINA MERLO

Processo Nº 08460.007291/2013-84 - FERNANDO TURE MACEDO RUBIO, ALAN MACEDO ESPARZA, DIANA ESPARZA ARELLANO e ERIC MACEDO ESPARZA

Processo Nº 08460.007365/2013-82 - CLAUDIO FELICE MERULLA

Processo Nº 08460.012077/2013-40 - ANNETTE IREYUWA AMADIN

Processo Nº 08460.014400/2013-10 - VARUNA BEHARRY e NALINI NARINE

Processo Nº 08460.014591/2013-10 - BENJAMIN NICOT

Processo Nº 08461.004518/2013-20 - STUART DOUGLAS

Processo Nº 08505.035872/2013-42 - KAZUAKI OKAMOTO

Processo Nº 08505.036536/2013-17 - KOICHI MORI

Processo Nº 08505.052294/2013-17 - ROBERT JOHN PARKINSON

Processo Nº 08505.067345/2013-05 - MAIK FENDLER

Processo Nº 08506.017571/2012-46 - VINCENT BARRETT WALKUP, NANCY RUTH WALKUP, PEYTON GRACE WALKUP e VINCENT CARL WALKUP

Processo Nº 08065.002357/2012-21 - TEODORO ERGUIDO MOLLINEDO RODRIGUEZ.

Processo Nº 08505.052780/2013-27 - KYONG WON KO, EUNJIN KO, JONGHUN KO e SIJUNG SONG

Processo Nº 08444.003734/2013-66 - LI BEN

Processo Nº 08505.035729/2013-51 - DAVID VINCENT ANTONIO CARE e VIVIEN ELIZABETH REID

Processo Nº 08505.066691/2013-68 - COLIN ANDERSON

Processo Nº 08505.058854/2013-39 - CHULWON YANG, HO JAE YANG, HO JUNG YANG e SEUNG HO YANG

Processo Nº 08506.004732/2013-12 - YOUNG GEON KIM, MINJAE KIM, SEONWOO KIM e YUJIN KIM.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País, temporário item V, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08000.013494/2013-27 - ZELJKO GVOZDENOVIC, até 30/03/2015

Processo Nº 08000.016296/2013-15 - ALEXANDER KOPTELEV, até 09/09/2015

Processo Nº 08000.020157/2013-96 - ANDREAS AARNES LEROEY, até 26/10/2015.

À vista dos novos elementos constantes dos autos, acolho o pedido de reconsideração para tornar insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial de 14/12/2011, Seção 1, pág. 38, e DEFERIR o pedido de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente, nos termos da Lei nº 6.815/80. Processo Nº 08505.022612/2011-45 - JOSE ALFREDO CAMPOS ALCANTAR.

INDEFIRO o presente pedido de transformação do visto temporário item V em permanente, por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho. Processo Nº 08793.005499/2012-16 - DENIAL AUGUSTINE P PRAGASAM e FATIMAH MARY ANN.

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item I, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08460.032754/2013-46 - ATTILIO PANE, até 09/12/2015

Processo Nº 08505.109524/2013-19 - JASMIN LINDNER, até 17/01/2015

Processo Nº 08702.009646/2013-80 - DORA MARIA FREITAS BRITO, até 30/01/2016.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item IV, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08270.028463/2013-91 - ROGERIO DA SILVA, até 20/12/2014

Processo Nº 08270.028591/2013-34 - EDNILTON JAIR MENDES PEREIRA, até 02/02/2015

Processo Nº 08270.028617/2013-44 - JOSE VIEIRA ANDRADE, até 06/12/2014

Processo Nº 08270.028680/2013-81 - SURIA SANTOS VAZ, até 02/02/2015

Processo Nº 08270.028729/2013-03 - ABUDUL SALAAMI DOS SANTOS DIALLO, até 06/12/2014

Processo Nº 08270.028760/2013-36 - LEILA ARIANA GOMES DELGADO, até 27/12/2014

Processo Nº 08270.028779/2013-82 - CELESTE JOAO MIEL, até 28/12/2014

Processo Nº 08354.010995/2013-41 - JORGE ENRIQUE CORONA AGUDELO, até 14/02/2015

Processo Nº 08420.032050/2013-40 - CRISPIN VANGU NTOTO, até 17/01/2015

Processo Nº 08420.032054/2013-28 - MAYARA EUNICE ANDRADE LOPES CARDOSO, até 26/01/2015

Processo Nº 08505.083414/2013-10 - LEA AXELLE BRIGITTE VANTOURS, até 07/10/2014

Processo Nº 08505.084238/2013-33 - RENO SEIDER, até 07/06/2014

Processo Nº 08505.084336/2013-71 - MARIANA MOREIRA DUARTE DA SILVA, até 15/11/2014

Processo Nº 08505.109485/2013-50 - ATIYE OZER, até 08/11/2014

Processo Nº 08505.109486/2013-02 - ANNA FERRARONI, até 06/11/2014

Processo Nº 08505.109570/2013-18 - RYO SEGAWA, até 17/12/2014

Processo Nº 08505.109994/2013-82 - ANA CATARINA DE JESUS OLIVEIRA, até 30/06/2014

Processo Nº 08505.110057/2013-70 - MARIA CAROLINA VINDAS MORALES, até 04/12/2014

Processo Nº 08505.110072/2013-18 - MARY TERESA MACISAAC, até 13/12/2014

Processo Nº 08505.110104/2013-85 - IVAN BOLIS, até 03/02/2015

Processo Nº 08505.110173/2013-99 - ARIANNA ZOILA OLIVERA SALMON, até 02/12/2014

Processo Nº 08505.110227/2013-16 - EDER LEONARDO DUARTE PERICO, até 15/02/2015

Processo Nº 08505.110407/2013-06 - STEPHAN OLIVIER SCHAUB, até 11/11/2014.

DEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, do(s) temporário(s) item VII, abaixo relacionado(s):

Processo Nº 08505.110327/2013-42 - GREGORY EDWIN FISCHER, CHRISTOPHER HOWARD FISCHER e KIMBERLY SUE FISCHER, até 16/01/2015

Processo Nº 08505.110439/2013-01 - JULIA EVA BOLZHAUSER, até 18/01/2015

Processo Nº 08101.000543/2013-23 - CHIARA DI BRIGIDA, até 03/12/2014

Processo Nº 08505.084213/2013-30 - JOSE BOLIVAR LABOY JR, até 03/10/2014

Processo Nº 08505.109685/2013-11 - ANNALISA ARRIGONI, até 22/10/2014.

FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA
p/Delegação de Competência

Ministério da Previdência Social

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

DESPACHOS DO DIRETOR

PROCESSO Nº 35366.000084/2014-21 - INTERESSADO: Administração Central do INSS/DF. ASSUNTO: Alienação dos imóveis de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, considerados desnecessários e não vinculados às suas atividades operacionais, localizados à Rua da Consolação, nºs 1047, 1059 e 1075 - Consolação/SP. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 17, inciso I, alínea "e" da Lei nº 8.666/93. VALOR TOTAL: R$ 6.154.511,00 (seis milhões, cento e cinquenta e quatro mil, quinhentos e onze reais). MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 05/2014.

DECISÃO: 1. Considerando o Despacho Decisório Conjunto nº 13, o despacho da Divisão de Patrimônio Imobiliário, e o despacho da Coordenação Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, e ainda, na forma das atribuições fixadas no artigo 54, inciso XVI, alínea "a" do Regimento Interno do INSS, aprovado pela PT/MPS nº 296, de 09/11/2009, publicada no DOU nº 214, de 10/11/2009, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - IPREM, CNPJ/MF Nº 47.109.087/0001-01, condicionando a assinatura do contrato de compra e venda à análise dos procedimentos adotados e da minuta de Escritura de Compra e Venda pela PFE/INSS.

PROCESSO Nº 35366.000083/2014-86 - INTERESSADO: Administração Central do INSS/DF. ASSUNTO: Alienação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, considerado desnecessário e não vinculado às suas atividades operacionais, localizado à Rua General Rondon, nºs 52/82 - Brás/SP. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 17, inciso I, alínea "e" da Lei nº 8.666/93. VALOR TOTAL: R$ 5.490.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e noventa mil reais). MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 06/2014.

DECISÃO: 1. Considerando o Despacho Decisório Conjunto nº 13, o despacho da Divisão de Patrimônio Imobiliário, e o despacho da Coordenação Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, e ainda, na forma das atribuições fixadas no artigo 54, inciso XVI, alínea "a" do Regimento Interno do INSS, aprovado pela PT/MPS nº 296, de 09/11/2009, publicada no DOU nº 214, de 10/11/2009, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - IPREM, CNPJ/MF Nº 47.109.087/0001-01, condicionando a assinatura do contrato de compra e venda à análise dos procedimentos adotados e da minuta de Escritura de Compra e Venda pela PFE/INSS.

PROCESSO Nº 35366.000082/2014-31 - INTERESSADO: Administração Central do INSS/DF. ASSUNTO: Alienação dos imóveis de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, considerados desnecessários e não vinculados às suas atividades operacionais, localizados à Rua Martins Fontes, nº 180 - Centro/SP. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 17, inciso I, alínea "e" da Lei nº 8.666/93. VALOR TOTAL: R$ 8.900.000,00 (oito milhões e novecentos mil reais). MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 07/2014.

DECISÃO: 1. Considerando o Despacho Decisório Conjunto nº 13, o despacho da Divisão de Patrimônio Imobiliário, e o despacho da Coordenação Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, e ainda, na forma das atribuições fixadas no artigo 54, inciso XVI, alínea "a" do Regimento Interno do INSS, aprovado pela PT/MPS nº 296, de 09/11/2009, publicada no DOU nº 214, de 10/11/2009, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - IPREM, CNPJ/MF Nº 47.109.087/0001-01, condicionando a assinatura do contrato de compra e venda à análise dos procedimentos adotados e da minuta de Escritura de Compra e Venda pela PFE/INSS.

PROCESSO Nº 35366.000085/2014-75 - INTERESSADO: Administração Central do INSS/DF. ASSUNTO: Alienação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, considerado desnecessário e não vinculado às suas atividades operacionais, localizado à Rua Almirante Marques Leão, nº 202 - Bela Vista/SP. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 17, inciso I, alínea "e" da Lei nº 8.666/93. VALOR TOTAL: R$ 3.080.000,00 (três milhões e oitenta mil reais). MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 08/2014.

DECISÃO: 1. Considerando o Despacho Decisório Conjunto nº 13, o despacho da Divisão de Patrimônio Imobiliário, e o despacho da Coordenação Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, e ainda, na forma das atribuições fixadas no artigo 54, inciso XVI, alínea "a" do Regimento Interno do INSS, aprovado pela PT/MPS nº 296, de 09/11/2009, publicada no DOU nº 214, de 10/11/2009, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - IPREM, CNPJ/MF Nº 47.109.087/0001-01, condicionando a assinatura do contrato de compra e venda à análise dos procedimentos adotados e da minuta de Escritura de Compra e Venda pela PFE/INSS.

PROCESSO Nº 35366.000705/2013-95 - INTERESSADO: Administração Central do INSS/DF. ASSUNTO: Alienação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, considerado desnecessário e não vinculado às suas atividades operacionais, localizado à Rua José Bonifácio, nº 237 - Centro/SP. FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 17, inciso I, alínea "e" da Lei nº 8.666/93. VALOR TOTAL: R$ 8.340.000,00 (oito milhões, trezentos e quarenta mil reais). MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 09/2014.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECISÃO: 1. Considerando o Despacho Decisório Conjunto nº 13, o despacho da Divisão de Patrimônio Imobiliário, e o despacho da Coordenação Geral de Engenharia e Patrimônio Imobiliário, e ainda, na forma das atribuições fixadas no artigo 54, inciso XVI, alínea "a" do Regimento Interno do INSS, aprovado pela PT/MPS nº 296, de 09/11/2009, publicada no DOU nº 214, de 10/11/2009, AUTORIZO A DISPENSA DE LICITAÇÃO em favor do INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO - IPREM, CNPJ/MF Nº 47.109.087/0001-01, condicionando a assinatura do contrato de compra e venda à análise dos procedimentos adotados e da minuta de Escritura de Compra e Venda pela PFE/INSS.

LENILSON QUEIROZ DE ARAÚJO

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 592, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Habilita Municípios a receber 9 (nove) Unidades de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional Metropolitano de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio ao município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.556/GM/MS, de 23 de outubro de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), Regional Metropolitano de Recife (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências; e

Considerando o Parecer Técnico constante no Processo nº 25000.014800/2014-42, resolve:

Art. 1º Ficam habilitadas 9 (nove) Unidades de Suporte Básico (USB) e 1 Unidade de Suporte Avançado da Central de Regulação das Urgências (SAMU 192), Regional Metropolitano de Recife (PE), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), e autoriza a transferência de custeio mensal aos Municípios, conforme detalhado no anexo I a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado, para os Fundos Municipais de Saúde de Belém de Maria (PE), Cortês (PE), Glória do Goitá (PE), Jaqueira (PE), Lagoa de Itaenga (PE), Lagoa dos Gatos (PE), Palmares (PE), Paudalho (PE) e São Vicente Férrer (PE).

Art. 3º O território de abrangência da Central Regional Metropolitano de Recife (PE) é composto pelos municípios contidos no Anexo II a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria tem efeito financeiro a partir da competência de abril/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

UNIDADES MÓVEIS:

Município para repasse	USB	USA	CHASSI	Placa	Valor de repasse mensal	Valor do Repasse Anual
Belém de Maria	01		8AC906633CE062927	PGH 6715	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
Cortês	01		8AC906633CE066189	PGH 6325	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
Glória do Goitá	01		8AC906633CE062930	PFY 0892	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
Jaqueira	01		8AC906633CE063719	PGI 9848	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
Lagoa de Itaenga	01		8AC906633CE063774	PFY 0992	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
Lagoa dos Gatos	01		8AC906633CE066633	PGI 9748	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
Palmares	01	01	8AC906633CE067245	PGJ 0098	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
			8AC906633CE065495	PGC 8262	R$ 38.500,00	R$ 462.000,00
Paudalho	01		8AC906633CE064601	PGC 8152	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
São Vicente Férrer	01		8AC906633CE063785	PFY 1502	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
TOTAL						R$ 1.879.500,00

ANEXO II

Município	População segundo IBGE 2010
Abreu e Lima	94.429
Água Preta	33.095
Aliança	37.415
Amaraji	21.939
Araçoiaba	18.156
Barreiros	40.732
Belém de Maria	11.353
Bom Jardim	37.826
Buenos Aires	12.537
Cabo de Santo Agostinho	185.025
Camaragibe	144.466
Camutanga	8.156
Carpina	74.858
Casinhas	13.791
Catende	37.830
Chã de Alegria	12.404
Chã Grande	20.137
Condado	24.282
Cortês	12.458
Cumaru	17.166
Escada	64.422
Feira Nova	20.571
Fernando de Noronha	2.630
Ferreiros	11.430
Gameleira	27.912
Glória do Goitá	29.019
Goiana	75.644
Igarassu	102.021
Ilha de Itamaracá	21.884
Ipojuca	80.637
Itambé	35.398
Itapissuma	23.769
Itaquitinga	15.692
Jaboatão dos Guararapes	644.620
Jaqueira	11.501
João Alfredo	30.743
Joaquim Nabuco	15.773
Lagoa do Carro	16.007
Lagoa do Itaenga	20.659
Lagoa dos Gatos	15.615
Limoeiro	55.574
Macaparana	23.925
Machados	13.596
Maraial	12.230
Moreno	56.696
Nazaré da Mata	30.796
Olinda	377.779
Orobó	22.878
Palmares	59.526
Passira	28.628
Paudalho	51.357
Paulista	300.466
Pombos	24.046
Primavera	13.439
Quipapá	24.186
Recife	1.537.704
Ribeirão	44.439
Rio Formoso	22.151
Salgadinho	9.312
São Benedito do Sul	13.941
São José da Coroa Grande	18.180
São Lourenço da Mata	102.895
São Vicente Ferrer	17.000
Sirinhaém	40.296
Surubim	58.515
Tamandaré	20.715
Timbaúba	53.825
Tracunhaém	13.055
Vertente do Lério	7.873
Vicência	30.732
Vitória de Santo Antão	129.974
Xexéu	14.093
Total	5.352.418

PORTARIA Nº 593, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Habilita municípios a receber 3 (três) Unidades de Suporte Básico destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Caruaru (PE) e autoriza a transferência de custeio aos municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 3.144/GM/MS, de 17 de dezembro de 2009, que habilita a Central de Regulação das Urgências do SAMU 192 Regional de Caruaru (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências; e

Considerando o Parecer Técnico constantes do Processo nº 25000.014788/2014-76, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados municípios a receber 3 (três) Unidades de Suporte Básico e 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Caruaru (PE) e autoriza a transferência de custeio mensal aos Municípios, conforme detalhado no anexo I a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado, para os Fundos Municipais de Saúde de Alagoinha (PE), Lajedo (PE) e Poção (PE).

Art. 3º O território de abrangência da Central Regional de Caruaru (PE) é composto pelos municípios contidos no Anexo II a esta Portaria.

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria tem efeito financeiro a partir da competência de abril/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

UNIDADES MÓVEIS:

Município para repasse	USB	CHASSI	PLACA	Valor de repasse mensal	Valor do Repasse Anual
Alagoinha (PE)	01	8AC906633CE063721	PFY 1072	R$13.125,00	R$ 157.500,00
Lajedo (PE)	01	8AC906633CE062926	PFX 9742	R$13.125,00	R$ 157.500,00
Poção (PE)	01	8AC906633CE063053	PGC 6232	R$13.125,00	R$ 157.500,00

ANEXO II

Município	População segundo IBGE 2010
Agrestina	22.679
Águas Belas	40.235
Alagoinha	13.759
Altinho	22.353

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Angelim	10.202
Barra de Guabiraba	12.776
Belo Jardim	72.432
Bezerros	58.668
Bom Conselho	45.503
Bonito	37.566
Brejão	8.844
Brejo da Madre de Deus	45.180
Cachoeirinha	18.819
Caetés	26.577
Calçado	11.125
Camocim de São Félix	17.104
Canhotinho	24.521
Capoeiras	19.593
Caruaru	314.912
Correntes	17.419
Cupira	23.390
Frei Miguelinho	14.293
Garanhuns	129.408
Gravatá	76.458
Iati	18.360
Ibirajuba	7.534
Itaíba	26.256
Jataúba	15.819
Jucati	10.604
Jupi	13.705
Jurema	14.541
Lagoa do Ouro	12.132
Lajedo	36.628
Palmeirina	8.189
Panelas	25.645
Paranatama	11.001
Pesqueira	62.931
Poção	11.242
Riacho das Almas	19.162
Sairé	11.240
Saloá	15.309
Sanharó	21.955
Santa Cruz do Capibaribe	87.582
Santa Maria do Cambucá	13.021
São Bento do Una	53.242
São Caitano	35.274
São João	21.312
São Joaquim do Monte	20.488
Tacaimbó	12.725
Taquaritinga do Norte	24.903
Terezinha	6.737
Toritama	35.554
Vertentes	18.222
Total	1.755.129

PORTARIA Nº 594, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Habilita o Município de Casinhas (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.556/GM/MS, de 23 de outubro de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 de Recife (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências; e

Considerando o Parecer Técnico constante no Processo nº 25000.212667/2013-15, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Casinhas (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de Casinhas (PE), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Casinhas (PE).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art.5º Esta Portaria tem efeito financeiro a partir da competência de Abril/2014.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Município de Repasse	USB	CHASSI	PLACA	Valor a ser pago mensal	Valor do Repasse anual
Casinhas (PE)	01	8AC906633CE063051	PGC 7882	R$ 13.125,00	R$157.500,00
Total					R$ 157.500,00

PORTARIA Nº 595, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Habilita o Município de Chã de Alegria (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2556 de 23 de outubro de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 de Recife (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000. 212677/2013-42, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Chã de Alegria (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de Chã de Alegria (PE), conforme detalhado no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Chã de Alegria (PE).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria tem efeito financeiro a partir da competência de abril de 2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Município de Repasse	USB	CHASSI	PLACA	Valor a ser pago mensal	Valor do Repasse anual
Chã de Alegria (PE)	01	8AC906633CE062882	PGD 1082	R$ 13.125,00	R$157.500,00
Total					R$ 157.500,00

PORTARIA Nº 596, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Habilita o Município de Chã Grande (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.556/GM/MS de 23 de outubro de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência-SAMU 192 de Recife (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.212656/2013-27, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Chã Grande (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de Chã Grande (PE), conforme detalhado no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Chã Grande (PE).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria tem efeito financeiro a partir da competência de Abril/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Município de Repasse	USB	CHASSI	PLACA	Valor a ser pago mensal	Valor do Repasse anual
Chã Grande (PE)	01	8AC906633CE062843	PFY 5783	R$ 13.125,00	R$157.500,00
Total					R$ 157.500,00

PORTARIA Nº 597, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Habilita o Município de Carpina (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado e 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2556 de 23 de outubro de 2006, que altera o limite financeiro anual dos recursos destinados ao custeio do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU 192 de Recife (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.212666/2013-62, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Carpina (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Avançado e 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de Carpina (PE), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Carpina (PE).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria tem efeito financeiro à partir da competência de Abril/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Município de Repasse	USA	USB	CHASSI	PLACA	Valor a ser pago mensal	Valor do Repasse Anual
Carpina (PE)	01		8AC906633CE066217	PFY 1052	R$ 38.500,00	R$462.000,00
		01	8AC906633CE063013	PFY 0012	R$ 13.125,00	R$157.500,00
Total						R$619.500,00

PORTARIA Nº 598, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Habilita o Município de Caetés (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Caruaru (PE) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 987/GM/MS, de 27 de junho de 2005, que habilita a Central de Regulação das Urgências SAMU 192 de Caruaru (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.214051/2013-71, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o município de Caetés (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Caruaru (PE).

Art. 2º Fica autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município de Caetés (PE), conforme detalhado no anexo a esta Portaria.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Caetés (PE).

Art. 4º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 5º Esta Portaria tem efeito financeiro a partir da competência de Abril/2014.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

Município de Repasse	USB	CHASSI	PLACA	Valor a ser pago mensal	Valor do Repasse anual
Caetés (PE)	01	8AC906633CE066308	PGC 8352	R$ 13.125,00	R$157.500,00
Total					R$ 157.500,00

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 3.155/GM/MS, de 19 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União nº 247, de 20 de dezembro de 2013, Seção I, págs. 56 e 57.

Onde se lê:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	UTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UTINGA	11524.969000/1130-08	13550007	350.000,00	10.302.2015.8535.0029

Leia-se:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	UTINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE UTINGA	11524.969000/1130-08	13550007	350.000,00	10.302.2015.8933.0029

Na Portaria nº 3.315/GM/MS, de 27 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União Seção 1, nº 251-A, de 27 de dezembro de 2013, Edição Extra, pág. 2,

Onde se lê:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	RIO DAS FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS FLORES	11120.153000/1130-08	23970003	392.623,80	10.302.2015.8535.0042

Leia-se:

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	NÚMERO DA PROPOSTA	EMENDA	VALOR	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
RJ	RIO DAS FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO DAS FLORES	11120.153000/1130-08	23970003	392.623,80	10.302.2015.8535.0033

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO
NÚCLEO EM SÃO PAULO

DECISÃO DE 15 DE ABRIL DE 2014

A Chefe do Núcleo da ANS São Paulo/SP, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 140, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl 42, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar -ANS, e tendo em vista o disposto no art. 57, V da Resolução Normativa - RN nº 197/2009, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

RÚBIA PINHEIRO DA ROSA SHIMIZU

ANEXO

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25789.085227/2012-70	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir implante de eletrodo para estimulação cerebral profunda para benef. J.M.R.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.083171/2012-19	GREEN LINE SISTEMA DE SAUDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998, c/c art. 2º, 12 e 13 RN 226. Deixar de garantir tratamento cirúrgico em coluna cervical para hérnia de disco para G.O.O.F. em 03/2012.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.056882/2013-00	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Art. 12, I, "b" Lei 9656/1998. Deixar de garantir ultrassonografia de abdome total para D.A.C. em 31/05/2013.	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.010127/2012-90	MEDISANITAS BRASIL ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE S/A.	348520.	62.550.256/0001-20	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir correção cirúrgica para prolapso ginecológico de terceiro grau para G.B.S.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.030886/2012-79	UNIMED DO ABC - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	345270.	44.183.390/0001-58	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998 c/c art. 35-G, Lei 9656/1998, c/c art. 2°, 12, 13 e 15 RN 226	Auto de Infração 38.825 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.098738/2012-51	GREEN LINE SISTEMA DE SAUDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir reconstrução de mama à benef. S.F.V.G. em 2012.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.084876/2012-53	GREEN LINE SISTEMA DE SAUDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir artroscopia de ombro em 27/04/2012 à benef. I.G.S.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.100209/2013-14	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS S.A.	417173.	07.658.098/0001-18	Art. 25 Lei 9656/1998. Descumprir item 05 da proposta de adesão nº 4790732 de T.J.F. em plano coletivo por adesão junto à Operadora SUL AMÉRICA SEGUROS SAÚDE S.A., em 28/02/2013.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.094398/2011-17	UNIMED DE GUARULHOS COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO	333051.	74.466.137/0001-72	1) Art. 25 Lei 9656/1998 c/c art. 4º, XVII, Lei 9961/2000 c/c art. 12, §1º, RN 171; 2) Art. 25 Lei 9656/98; 3) Art. 4º, XXIV, XXVI e XXXI, Lei 9961/2000 c/c art. 20 Lei 9656/1998 c/c RN 56.	1) 2) 3) 92.000,00 (NOVENTA E DOIS MIL REAIS)
25789.030707/2012-01	MEDISANITAS BRASIL ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE S/A.	348520.	62.550.256/0001-20	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998 c/c art. 2º, 12 e 13, RN 226. Deixar de garantir tratamento cirúrgico de varizes de membros inferiores para benef. M.R.S. em 01/2012.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.030701/2012-26	MEDISANITAS BRASIL ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE S/A.	348520.	62.550.256/0001-20	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir tratamento cirúrgico de bócio intratorácico para A.A.S. em 13/10/2011.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.097209/2013-11	PRÓ-SAÚDE PLANOS DE SAUDE LTDA. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	379697.	02.929.110/0001-68	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998.	Auto de Infração 51.356 anulado por improcedência. Arquivamento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

25789.063583/2013-13	ODONTOPREV S/A	301949.	58.119.199/0001-51	Art. 12, IV "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir consulta em odontologia ao R.E.S.F em 04/2012.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.097308/2011-31	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	1) Art. 20 Lei 9656/1998 c/c art. 13 e 15 RN 171 c/c §2º, art. 4º, IN 13/2006; 2) Art. 20 Lei 9656/1998 c/c art. 13 e 15 RN 171 c/c §2º, art. 4º IN 13/2006; 3) Art. 4º, XXIV, XXXV e XXXVII Lei 9961/2000 c/c art. 4º RN 112.	1) 2) ADVERTÊNCIA; 3) 35.735,00 (TRINTA E CINCO MIL, SETECENTOS E TRINTA E CINCO REAIS)
33902.094579/2010-39	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, "a" c/c art. 11, parágrafo único, Lei 9656/1998 c/c art. 7°, § 7°, CONSU n° 02/98.	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
25789.075735/2012-40	ITALICA SAUDE LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	320889.	01.560.138/0001-08	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir "revascularização do miocárdio" e "implante de marca-passo monocameral (gerador+eletrodos atrial ou ventricular)" em 22/12/2011 à benef. M.C.S.S.P.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.002441/2013-80	GREEN LINE SISTEMA DE SAUDE S.A	325074.	61.849.980/0001-96	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir até concessão de liminar pelo Poder Judiciário, timpanomastoidectomia à I.C.G.S. em 2011.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.065413/2013-73	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir consulta médica na especialidade endocrinologia ao S.T.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.060936/2011-61	SUL AMERICA COMPANHIA DE SEGURO SAUDE	006246.	01.685.053/0001-56	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998	Auto de Infração 42.729 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.018001/2012-63	SANTAMALIA SAUDE S/A	339245.	61.922.845/0001-29	Art. 12, I "b", Lei 9656/1998	Auto de Infração 42.613 anulado por improcedência. Arquivamento.
25789.083523/2011-55	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir reembolso de despesas referente à procedimento Papanicolau em 04/2011 à V.C.C.F.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.093374/2012-13	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998. Deixar de garantir "reconstrução das vias lacrimais" em 20/09/2011 à M.E.N.S.	48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25789.056568/2013-19	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir Campimetria e Paquimetria ao A.E.B.W.H em 01/06/2012.	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.104474/2011-00	UNIMED SEGUROS SAUDE S/A	000701.	04.487.255/0001-81	Art. 25, Lei 9656/1998. Descumprir cláusula 20.1 do contrato firmado pela empresa estipulante, quando excluiu K.N.M.F., por inadimplência.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.084075/2011-15	UNIMED MACEIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	327689.	12.442.737/0001-43	Art. 16, parágrafo único Lei 9656/1998. Deixar de fornecer ao M.L.V.X.A., cópia do contrato de plano de saúde individual firmado em 30/09/2010.	ADVERTÊNCIA
25789.098100/2011-30	SANTA MARINA SAÚDE S/C LTDA - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	413798.	04.324.878/0001-33	1) Art. 8º, Lei 9656/1998 c/c Art. 13, RN 85, alterada pela RN 100 c/c art. 7º IN DIPRO 23/2009; 2) Art. 17, §4º, Lei 9656/1998.	1) 2) 147.400,00 (CENTO E QUARENTA E SETE MIL, QUATROCENTOS REAIS)
25789.082258/2013-50	UNIMED SAO JOSE DOS CAMPOS - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	331872.	60.214.517/0001-05	Art. 1º, parágrafo 1º, "d", Lei 9656/1998, c/c art. 2º, II, CONSU 08/1998.	24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
25789.076135/2009-01	PAULIDENT ODONTOLOGIA S/C LTDA	401781.	01.739.970/0001-76	Art. 20, caput, Lei 9656/1998. Encaminhar à ANS informações contendo incorreções, ao informar nº menor de vínculos de benef. no SIB para produtos 411.059/99-5 e 411.061/99-7.	10.000,00 (DEZ MIL REAIS)
25789.067720/2012-16	UNIMED REGIONAL DA BAIXA MOGIANA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	311847.	49.210.966/0001-42	1) Art. 11, caput, Lei 9656/1998 c/c Art. 14, RN 162; 2) Art. 25, Lei 9656/1998 c/c art. 5º, RN 195.	1) 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS); 2) IMPROCEDENTE
25789.026985/2013-37	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir ultrassonografia transvaginal em 01/02/2012 à M.J.A.	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.090177/2013-23	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	1) Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998 c/c art. 11, RN 48 alterado pela RN 226; 2) Art. 11, parágrafo único c/c Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998 c/c art. 16, § 3º, RN 162.	1) 2) 105.600,00 (CENTO E CINCO MIL, SEISCENTOS REAIS)
25789.038189/2013-47	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir audiometria ao E.P.	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.006221/2013-25	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir ressonância magnética de crânio ao E.J.A. em 21/07/2011.	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.043521/2013-95	LAM OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE S/C LTDA.	360961.	03.227.640/0001-27	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir ultrassonografia de tireoide à S.R.M.F.	52.800,00 (CINQUENTA E DOIS MIL, OITOCENTOS REAIS)
25789.083633/2011-17	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 25, Lei 9656/1998. Descumprir cláusula 3.4 do contrato individual de A.J.F.A., quando deixou de garantir stent coronário para angioplastia em 01/10/2010.	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
25789.020853/2010-59	ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA BENEFICENTE VASCO DA GAMA	346292.	62.650.957/0001-30	Art. 12, I, "b", Lei 9656/1998. Deixar de garantir tempo de protrombina em 02/2010 à I.C.E.	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
25789.033709/2012-44	INVEST LIFE ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA ME	******	53.655.338/0001-48	Art. 8º, Lei 9656/1998 c/c art.2º, RN 85 alterada pela RN 100 c/c art. 10, RN 196. Exercer atividade de adm. benefícios sem autorização da ANS, considerando-se contrato de 04/2010 junto à Itálica Saúde Ltda (em liquidação extrajudicial).	900.000,00 (NOVECENTOS MIL REAIS)
25789.077902/2011-14	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, III, Lei 9656/1998. Deixar de garantir consulta em pediatria e anestesista em 16/05/2011 à J.S.S.B.	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
25789.088840/2013-20	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Art. 12, II, "a", Lei 9656/1998.	Auto de Infração 51.393 anulado por improcedência. Arquivamento.

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DE FISCALIZAÇÃO REGULATÓRIA

DECISÃO DE 14 DE ABRIL DE 2014

A Gerente de Operações de Fiscalização Regulatória, no uso das atribuições delegadas pela Portaria da Diretoria de Fiscalização nº 122, de 02/05/2012, publicada no DOU de 03/05/2012, seção 2, fl 85 c/c Portaria da ANS nº 5.016 de 15/05/2012, e tendo em vista o disposto nos artigos 53, V, 54 e 85, III c/c § 3º, da Resolução Normativa nº 197/2009, alterada pela RN nº 293, de 11/4/2012 e no artigo 13 da Resolução Normativa nº 48/2003 e alterações, dá ciência e intima às operadoras de planos de saúde, relacionadas a seguir, das decisões proferidas em processos administrativos:

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.118156/2010-11	UNIMED DE BELÉM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	303976.	04.201.372/0001-37	Contratualização. Não observação dos critérios estabelecidos para formalização dos instrumentos jurídicos com prestadores de serviços. Não envio de documentos solicitados pela ANS. Infração Configurada.	130.000,00 (CENTO E TRINTA MIL REAIS)
33902.037195/2010-19	HOSPITAL OSWALDO CRUZ LTDA	406643.	89.431.092/0001-78	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c item 5.3.1 do Capítulo I, do Anexo II da RN 27/03. Infração Configurada.	5.000,00 (CINCO MIL REAIS)
33902.190310/2009-49	CAIXA DE ASSISTÊNCIA À SAUDE - CABERJ	324361.	42.182.170/0001-84	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 24/08 c/c IN DIOPE 36/09 c/c IN DIOPE 46/11 c/c RN 290/12.	ADVERTÊNCIA
33902.024561/2010-70	UNIODONTO DE ARARAQUARA COOPERATIVA DE TRABALHO ODONTOLOGICO	316997.	65.442.162/0001-25	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 24/08 c/c IN DIOPE 36/09 c/c IN DIOPE 46/11 c/c RN 290/12.	ADVERTÊNCIA
33902.020051/2010-23	IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICORDIA DE BIRIGUI	314102.	45.383.106/0001-50	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 24/08 c/c IN DIOPE 36/09 c/c IN DIOPE 46/11 c/c RN 290/12.	ADVERTÊNCIA
33902.035535/2010-77	UNIMED DAS ESTÂNCIAS PAULISTAS OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE, SOCIEDADE COOPERATIVA	348066.	01.029.782/0001-54	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 24/08 c/c IN DIOPE 36/09 c/c IN DIOPE 46/11 c/c RN 290/12.	ADVERTÊNCIA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

33902.020023/2010-14	UNIMED PLANALTO - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	310131.	36.862.415/0001-11	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 24/08 c/c IN DIOPE 36/09 c/c IN DIOPE 46/11 c/c RN 290/12.	ADVERTÊNCIA
33902.017740/2010-51	UNIMED VALE DO CORUMBÁ COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	302228.	00.747.041/0001-46	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 24/08 c/c IN DIOPE 36/09 c/c IN DIOPE 46/11 c/c RN 290/12.	ADVERTÊNCIA
33902.024462/2010-98	AMERON - ASSISTENCIA MEDICA ODONTOLOGICA DE RONDONIA S/A.	321338.	84.638.345/0001-65	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 24/08 c/c IN DIOPE 36/09 c/c IN DIOPE 46/11 c/c RN 290/12.	ADVERTÊNCIA
33902.037870/2010-18	UNIDENTIS ASSISTENCIA ODONTOLOGICA LTDA.	413429.	04.222.989/0001-39	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 24/08 c/c IN DIOPE 36/09 c/c IN DIOPE 46/11 c/c RN 290/12.	ADVERTÊNCIA
33902.037919/2010-24	ODONTOART PLANOS ODONTOLOGICOS LTDA	414387.	03.187.913/0001-57	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c IN DIOPE 08/06 c/c IN DIOPE 09/07 c/c IN DIOPE 24/08 c/c IN DIOPE 36/09 c/c IN DIOPE 46/11 c/c RN 290/12.	ADVERTÊNCIA
33902.037997/2010-29	UNIÃO MÉDICA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DE FEIRA DE SANTANA	414581.	04.745.753/0001-87	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c item 5.3.1 do Capítulo I, do Anexo II da RN 27/03. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA
33902.037001/2010-85	IRMANDADE DE NOSSA SENHORA DA SAÚDE	400742.	20.081.238/0001-04	Parecer de Auditoria Independente. Art. 20 Lei 9.656/98 c/c item 5.3.1 do Capítulo I, do Anexo II da RN 27/03. Infração Configurada.	ADVERTÊNCIA

DANIELE RODRIGUES CAMPOS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO, MONITORAMENTO DA QUALIDADE, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS, MEDICAMENTOS, PRODUTOS, PROPAGANDA E PUBLICIDADE

RESOLUÇÃO - RE Nº 1.381, DE 15 DE ABRIL DE 2014

A Gerente-Geral Substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos, Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso de suas atribuições legais conferidas pela Portaria nº 402, de 31 de março de 2014, tendo em vista o disposto nos incisos I, II, IV e V do art. 41 e no inciso I, § 1º do art. 55 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 354 de 11 de agosto de 2006, republicada no DOU de 21 de agosto de 2006,

em atendimento à decisão da Juíza Federal Substituta Dra. Célia Regina Ody Bernardes, da 21ª Vara Federal/DF, descrita no Mandado de Segurança nº 25288-76.2014.4.01.3400, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

SIMONE DE OLIVEIRA REIS RODERO

ANEXO

Razão Social: INCOMEPE INDUSTRIA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA	CNPJ: 57.212.870/0001-41
Endereço: RUA UM, Nº 35, ESQ. C/A RUA MARTINIANO LEMOS LEITE	
Bairro: BARRO BRANCO	CEP: 06.705-110
Município: COTIA	UF: SP
Autorização de Funcionamento Comum nº: 1.03952-7	
Expediente da Petição: 0115762/14-1	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:	
Materiais de uso médico nacionais, devidamente registrados por esta empresa junto à ANVISA, enquadrados na(s) classe(s) de risco I, II e III, conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.	

DESPACHOS DA GERENTE-GERAL
Em 15 de abril de 2014

Nº 98 - A Gerente-Geral substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXX, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 937, de 18 de junho de 2012, VEM TORNAR SEM EFEITO o Despacho da Gerência-Geral, de 19 de outubro de 2011, publicado no DOU nº 205, de 25 de outubro de 2011, seção 01, pág. 50, referente(s) ao(s) processo(s) administrativo(s) sanitário(s) abaixo relacionados:
AUTUADO: AVENTIS PHARMA LTDA
PROCESSO: 25351.137728/2005 - AIS: 163131/05-4 GGPAF/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS) ALÉM DE PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA.

Nº 99 - A Gerente-Geral substituta de Inspeção, Monitoramento da Qualidade, Controle e Fiscalização de Insumos, Medicamentos e Produtos, Propaganda e Publicidade da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 41, XXX, da Portaria nº 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria nº 937, de 18 de junho de 2012, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos abaixo relacionados:
AUTUADO: GILSON TODESCATT ME.
PROCESSO: 25351.748209/2013-79 - AIS: 1076961/13-7 - GFIMP/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 7.000,00 (SETE MIL REAIS), E INUTILIZAÇÃO DE PRODUTO.
AUTUADO: PRO - CONTATY CONTABILIDADE S/S LTDA.
PROCESSO: 25351.425262/2009-10 - AIS: 550291/09-8 - GFIMP/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 5.000,00 (CINCO MIL REAIS), E PROIBIÇÃO DE PROPAGANDA.

FLÁVIA NEVES ROCHA ALVES
Substituta

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

DESPACHOS DA GERENTE-GERAL
Em 15 de abril de 2014

Nº 93 - A Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n. 783, de 13 de julho de 2009, VEM TORNAR NULO o Despacho da Gerência-Geral, de 01 de novembro de 2011, publicado no DOU nº 211, de 03 de novembro de 2011, seção 01, pág. 87, referente(s) ao(s) processo(s) administrativo(s) sanitário(s) abaixo relacionados:
AUTUADO: LIMP - ART LIMPEZA E SERVICOS LTDA
25744.456183/2005-64 - AIS: 548666/05-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS).

Nº 94 - A Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n. 783, de 13 de julho de 2009, VEM TORNAR NULO o Despacho da Gerência-Geral, de 05 de novembro de 2010, publicado no DOU nº 213, de 08 de novembro de 2010, seção 01, pág. 82, referente(s) ao(s) processo(s) administrativo(s) sanitário(s) abaixo relacionados:
AUTUADO: VRG LINHAS AÉREAS S/A.
PROCESSO: 25759.074099/2007-29 - AIS: 094792/07-0 - GGPAF/ANVISA.
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS).

Nº 95 - A Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n. 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as decisões de retratação proferidas no processo administrativo abaixo relacionados:
AUTUADO: ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE CIRURGIÕES DENTISTAS
25759.099906/2004-73 - AIS: 185254/04-0 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: BARCAS S/A TRANSPORTE MARITIMOS
25752.104235/2006-00 - AIS: 138182/06-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS), ALÉM DE NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA,
AUTUADO: CAZI QUIMICA FARMACEUTICA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
25759.757905/2008-16 - AIS: 972219/08-0 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DO PARÁ
25760.364209/2007-11 - AIS: 470393/07-6 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: HOSPITAL DE CLINICAS DE PORTO ALEGRE
25751.316208/2009-11 - AIS: 405896/09-8 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: MUHASE - SERVIÇOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AÉREO LTDA
25759.409063/2006-90 - AIS: 547535/06-0 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: P DE A LEAL MARTINS RESTAURANTE ME
25760.512890/2009-71 - AIS: 665142/09-9 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.
AUTUADO: WILLIAMS (SERVIÇOS MARÍTIMOS) LTDA.
25743.281485/2005-82 - AIS: 333802/05-9 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA.

Nº 96 - A Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n. 783, de 13 de julho de 2009, resolve arquivar o(s) processo(s) administrativo(s) sanitário(s) abaixo relacionado(s):
AUTUADO: MARY KAY DO BRASIL LTDA
25759.025066/2011-00 - AIS: 035677/11-8 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: OCEANUS AGÊNCIA MARÍTIMA S/A
25767.169751/2013-00 - AIS: 0241481/13-3 - GGPAF/ANVISA
25767.201951/2013-57 - AIS: 0287183/13-1 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: TRIENA MARITIMA LTDA
25767.753516/2011-19 - AIS: 641169/11-0 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: HELP MED APOIO MÉDICO HOSPITALAR E LABORATORIAL LTDA
25759.298584/2010-61 - AIS: 390389/10-3 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA
AUTUADO: WILSON SONS AGÊNCIA MARÍTIMA LTDA
25760.636389/2010-72 - AIS: 839698/10-1 - GGPAF/ANVISA
NULIDADE/INSUBSISTÊNCIA

Nº 97 - A Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n. 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as decisões administrativas referentes aos processos administrativos sanitários abaixo relacionados:
AUTUADO: PARTS IMPORT COMÉRCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.
25759.824263/2010-21 - AIS: 673534/10-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE ADVERTÊNCIA

Nº 100 - A Gerência-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 42, XII, da Portaria n. 354, de 11 de agosto de 2006, alterada pela Portaria n. 783, de 13 de julho de 2009, vem tornar públicas as

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

decisões administrativas referentes aos processos administrativos sanitários abaixo relacionados:
AUTUADO: ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA
25767.210117/2012-71 - AIS:0303100/12-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: ARGOSLAB DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA LABORATÓRIOS LTDA
25759.145663/2012-01 - AIS:0210017/12-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 2.000,00 (DOIS MIL REAIS)
AUTUADO: CLARIS PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO BRASIL LTDA
25767.336553/2011-06 - AIS:468575/11-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE
25750.499547/2011-42 - AIS:700063/11-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA.
25767.020674/2012-00 - AIS:0028988/12-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: EDWARDS LIFESCIENCES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-CIRURGICOS LTDA.
25759.111457/2012-07 - AIS:0159811/12-2 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: EDWARDS LIFESCIENCES COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-CIRURGICOS LTDA.
25759.111401/2012-47 - AIS:0159736/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: EMPORIUM SIM SIM IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
25767.016890/2012-53 - AIS:0023874/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25759.377546/2010-47 - AIS:493072/10-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 48.000,00 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
AUTUADO: EMPRESA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
25759.333994/2012-83 - AIS:0478107/12-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: KOLPLAST C I LTDA
25767.330429/2011-07 - AIS:459931/11-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: LOCALFRIO S/A ARMAZENS GERAIS FRIGORIFICOS
25767.073063/2012-57 - AIS:0104617/12-9 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: MSC CRUZEIROS DO BRASIL LTDA
25767.109271/2012-86 - AIS:0156837/12-0 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 75.000,00 (SETENTA E CINCO MIL REAIS)
AUTUADO: NESTLE BRASIL LTDA
25767.072775/2012-91 - AIS:0104230/12-1 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: NIPRO MEDICAL LTDA
25759.461562/2011-21 - AIS:645678/11-2, 25759.425581/2011-75 - AIS:594947/11-5 E 25759.416060/2011-77 - AIS:581588/11-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)
AUTUADO: PORTO AGENCIAMENTOS MARITIMOS E OPERADOR PORTUARIO LTDA
25759.663498/2008-40 - AIS:854620/08-7 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 4.000,00 (QUATRO MIL REAIS)
AUTUADO: PRAXIS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
25759.121986/2012-60 - AIS:0175441/12-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS)
AUTUADO: TAKEDA PHARMA LTDA.
25759.605252/2011-07 - AIS:849444/11-4 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: VALDEQUÍMICA PRODUTOS QUÍMICOS LTDA
25767.193890/2012-64 - AIS:0279668/12-6 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 12.000,00 (DOZE MIL REAIS)
AUTUADO: ZENDAI LTDA
25767.182472/2012-53 - AIS:0263074/12-5 - GGPAF/ANVISA
PENALIDADE DE MULTA NO VALOR DE R$ 8.000,00 (OITO MIL REAIS)

PAULO BIANCARDI COURY

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE
HOSPITAL DOS SERVIDORES DO ESTADO/RJ

PORTARIA Nº 252, DE 4 DE ABRIL DE 2014

O Diretor do Hospital Federal dos Servidores do Estado/RJ, nomeado na forma da Portaria MS/1834/2012, publicada no DOU/Nº 168, de 29/08/2012, no uso das atribuições subdelegadas pela Portaria CGRH/SAA/SE/MS/Nº 1041/2009, publicada no DOU/N.º 209 de 03 de novembro de 2009, resolve:

Aplicar à empresa COMISSARIA AÉREA RIO DE JANEIRO LTDA (Prestação de Serviços de Nutrição e Dietética no Hospital dos Servidores do Estado), objeto do Processo HSE-33433-000616/2012-91, contrato 02/2013, Pregão 06/12, sanção de MULTA, com base no art. 87, inciso II, da Lei n° 8.666/93, o percentual de 5% do valor mensal contratado, por força contratual conforme preconizado nos itens 20.1, 20.2 do edital e 6.2 do Termo de Referência, referente ao mês de janeiro/2014, tendo em vista o que consta no despacho da Divisão Administrativa às fls. n.º 161 (Processo SIPAR 33433-002172/2014-91).

MIGUEL CARDIM PINTO MONTEIRO

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 15 de abril de 2014

Processo n.º 25000.054825/2014-89
Interessado: DROGARIA A F C LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA A F C LTDA - ME, CNPJ nº 07.689.010/0001-25, em CARATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054818/2014-87
Interessado: DROGARIA VENEZA II LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA VENEZA II LTDA - ME, CNPJ nº 64.299.191/0001-17, em IPATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054828/2014-12
Interessado: FARMACIA ANDRADE E FILHOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA ANDRADE E FILHOS LTDA - ME, CNPJ nº 38.551.644/0001-40, em IPATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054831/2014-36
Interessado: FARMACIA E DROGARIA SOMENSI LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FARMACIA E DROGARIA SOMENSI LTDA, CNPJ nº 79.408.746/0001-99, em VIDEIRA /SC na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054837/2014-11
Interessado: EDVALDO ALVES AZEVEDO - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EDVALDO ALVES AZEVEDO - EPP, CNPJ nº 13.453.543/0001-06, em MACAUBAS /BA na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054821/2014-09
Interessado: DARCI FERNANDO GOULARTE ALDRIGUI - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DARCI FERNANDO GOULARTE ALDRIGUI - EPP, CNPJ nº 90.010.034/0001-50, em CANGUCU /RS na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054810/2014-11
Interessado: DROGARIA OLIVEIRA HIZQUI LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA OLIVEIRA HIZQUI LTDA - ME, CNPJ nº 02.537.752/0001-11, em CORONEL FABRICIANO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054815/2014-43
Interessado: QUEIROGA E FERNANDES LTDA-ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa QUEIROGA E FERNANDES LTDA-ME, CNPJ nº 25.422.668/0001-58, em TIMOTEO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054819/2014-21
Interessado: COM. DE MED. BOM SUCESSO LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa COM. DE MED. BOM SUCESSO LTDA - EPP, CNPJ nº 38.461.018/0001-63, em BOM SUCESSO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054813/2014-54
Interessado: DROGARIA OLIVEIRA BARAQUEL LIMITADA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA OLIVEIRA BARAQUEL LIMITADA - ME, CNPJ nº 02.763.573/0001-00, em TIMOTEO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054823/2014-90
Interessado: FONTES E COSTA LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa FONTES E COSTA LTDA - ME, CNPJ nº 04.267.771/0001-09, em CARATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054835/2014-14
Interessado: RONALDO MENEZES DE OLIVEIRA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa RONALDO MENEZES DE OLIVEIRA - ME, CNPJ nº 68.551.654/0001-47, em CORONEL FABRICIANO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Processo n.º 25000.129996/2013-98
Interessado: DROGARIA TRADICAO LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA TRADICAO LTDA - ME, CNPJ nº 01.671.358/0001-09, em BELO HORIZONTE /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054807/2014-05
Interessado: DROGARIA E PERFUMARIA MONTE MORIA LTDA
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa DROGARIA E PERFUMARIA MONTE MORIA LTDA, CNPJ nº 25.910.647/0001-81, em TIMOTEO /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.054834/2014-70
Interessado: EXATA-MANIPULACAO E COMERCIO DE PROD FARMACEUTICOS LTDA - ME
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa EXATA-MANIPULACAO E COMERCIO DE PROD FARMACEUTICOS LTDA - ME, CNPJ nº 01.091.256/0001-14, em CARATINGA /MG na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

Processo n.º 25000.127311/2013-79
Interessado: GUIMARAES E GUIMARAES FARMACIA LTDA - EPP
Assunto: Solicita inscrição na Expansão do Programa Farmácia Popular, conforme previsto na legislação vigente.

1. O Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, no uso das competências atribuídas pela matéria pertinente à execução do Programa Farmácia Popular, editada exclusivamente pelo Ministério da Saúde e, à vista da documentação apresentada neste processo, DEFERE a participação da empresa GUIMARAES E GUIMARAES FARMACIA LTDA - EPP, CNPJ nº 64.067.192/0001-36, em ARACATUBA /SP na Expansão do Programa Farmácia Popular do Brasil, vez que cumpridos os requisitos exigidos na legislação vigente para sua habilitação.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 181, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Altera o Item 5 do Anexo da Portaria n° 45/2014, que dispõe sobre as condições gerais para conclusão das obras remanescentes dos contratos firmados pelo Banco Morada S/A, por meio da Ação Provisão Habitacional de Interesse Social, custeada pelo FNHIS.

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, o inciso III do art. 27 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, o art. 3º do Anexo I do Decreto nº 4.665, de 3 de abril de 2003, o art. 14 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e o art. 4º do Decreto nº 5.796, de 6 de junho de 2006, resolve:

Art 1º O item 5 do Anexo da Portaria n° 45, de 29 de janeiro de 2014, publicada no Diário Oficial da União em 30 de janeiro de 2014, Seção 1, páginas 94 e 95, passa a vigorar com a seguinte redação:

"(...)

Prazo	Atividade
De 10/02/14 a 11/06/14	Apresentação de propostas mediante preenchimento de carta-consulta disponível no sítio eletrônico do MCIDADES
Até 12/07/14	Autorização do MCIDADES para prosseguimento da proposta
Até 13/08/14	Entrega da documentação técnica, institucional e jurídica à Gerência de Desenvolvimento Urbano da CAIXA - GIDUR da região onde estiver localizado o município beneficiado
Até 14/09/14	Análise da documentação técnica, institucional e jurídica pela GIDUR / CAIXA
Até 15/10/14	Formalização do Termo de Compromisso

(...)"

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 5, DE 21 DE JANEIRO DE 2014

Processo nº 53504.004727/2003

Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 727, de 16 de janeiro de 2014. Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A (CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62).

EMENTA: PADO. SFI. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. ÓBICE À ATIVIDADE DE FISCALIZAÇÃO. PEDIDO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. As alegações da Recorrente não trazem qualquer fato novo ou circunstância relevante suscetível de justificar a reforma da decisão recorrida. 2. O cumprimento intempestivo causa prejuízo à fiscalização e caracteriza obstrução à sua atividade. 3. Pedido de Reconsideração conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 4/2014-GCIF, de 10 de janeiro de 2014, integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração apresentado por TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas. Ausente o Conselheiro Jarbas José Valente, por motivo de férias.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 64, DE 17 DE FEVEREIRO DE 2014

Processo nº 53504.000910/2003

Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Reunião nº 731, de 13 de fevereiro de 2014. Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP (CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62).

EMENTA: PADO. ÓBICE À AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA ANATEL. INFRAÇÃO CARACTERIZADA. APLICAÇÃO DE NOVA METODOLOGIA COM A ADEQUAÇÃO SOLICITADA. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO CUMULADO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO CONHECIDO E PROVIMENTO NEGADO. REFORMA, DE OFÍCIO, DO VALOR DE MULTA APLICADO. 1. Caracterizado óbice ao exercício da atividade de fiscalização da Anatel, ao responder parcialmente as informações solicitadas, bem como fora do prazo estabelecido, ensejando aplicação de multa. 2. Pedido de Reconsideração cumulado com pedido de efeito suspensivo conhecido e provimento negado. 3. Reforma, de ofício, do valor de multa aplicado de R$ 1.951.226,55 (um milhão, novecentos e cinquenta e um mil, duzentos e vinte e seis reais e cinquenta e cinco centavos) para R$ 873.964,00 (oitocentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta e quatro reais), seguindo paradigma do Conselho Diretor.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 14/2014-GCJV, de 7 de fevereiro de 2014, integrante deste acórdão: a) conhecer do Pedido de Reconsideração com pedido de efeito suspensivo (fls. 182-209), interposto pela empresa TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, contra decisão proferida pelo Conselho Diretor, por meio do Despacho nº 397/2010-CD, de 26 de janeiro de 2010 (fl. 170), nos autos do PADO nº 53504.000910/2003 para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) rever, de ofício, o valor da multa aplicada pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização por meio do Despacho s/nº, de 22 de outubro de 2007 (fl. 55), no sentido de reduzi-lo para R$ 873.964,00 (oitocentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta e quatro reais), nos termos do item 4.3.4 da referida análise, considerando a utilização da nova metodologia de cálculo.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃOS DE 15 DE ABRIL DE 2014

Nº 146 - Processo nº 53500.008106/2014
Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 2.086, de 14 de abril de 2014. Recorrente/Interessado: ANTONIO LUIS DOS SANTOS SILVA (CPF/MF nº 744.474.081-04).

EMENTA: RECURSO EM 2ª INSTÂNCIA. PEDIDO DE INFORMAÇÃO. E-SIC. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. O Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) destina-se ao fornecimento de informações disponíveis nos diversos órgãos da Administração Pública, não sendo canal adequado para a resolução de reclamações de usuários perante prestadoras de serviços de telecomunicações. 2. As informações requeridas já foram fornecidas ao Interessado em instâncias anteriores. 3. Recurso em 2ª instância conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 41/2014-GCMB, de 14 de abril de 2014, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso em 2ª instância interposto por ANTONIO LUIS DOS SANTOS SILVA, CPF/MF nº 744.474.081-04, em face de resposta ao Pedido de Informação nº 53850.000713/2014-32, registrado em 7 de abril de 2014 no Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), nos termos da Lei nº 12.527/2011, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente e Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Ausentes os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas, por motivo de férias.

Nº 147 - Processo nº 53500.008052/2014
Conselheiro Relator: Jarbas José Valente. Fórum Deliberativo: Circuito Deliberativo nº 2.087, de 14 de abril de 2014. Recorrente/Interessado: SOLUÇÃO COMPUTADORES (CNPJ/MF nº 07.886.462/0001-05).

EMENTA: LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. RECURSO DE 1ª INSTÂNCIA CONTRA NÃO PROVIMENTO DE PEDIDO DE INFORMAÇÃO. PELO COHECIMENTO DO RECURSO E, NO MÉRITO, PELO NÃO PROVIMENTO. 1. O Pedido de Informação teve seu recurso em 1ª instância não conhecido, por inadequação do Sistema e-SIC para atendimento do pedido. 2. O objeto da demanda não compreende solicitação de acesso à informação ou documento à luz da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, mas sim, demanda de providências quanto ao tratamento de solicitações pela Agência e pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, bem como dificuldade de acesso à Central de Atendimento da Anatel pelo telefone 1331. 3. Pelo conhecimento do Recurso de 2ª Instância e, quanto ao mérito, pelo não provimento. Adicionalmente, pela determinação à SRC que auxilie o Interessado no registro de sua demanda junto à Central de Atendimento da Agência, caso tal providência ainda não tenha sido adotada.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 50/2014-GCJV, de 14 de abril de 2014, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso interposto por SOLUÇÃO COMPUTADORES, CNPJ/MF nº 07.886.462/0001-05, nos autos de solicitação de informação registrada via e-SIC sob o nº 53850.000827/2014-82, para no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente e Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Ausentes os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas, por motivo de férias.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 4.647, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO que compete à Agência controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes, em conformidade com o inciso VII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO que o artigo 25 do Regulamento de Tarifação do Serviço Telefônico Fixo Comutado Destinado ao Uso do Público em Geral - STFC, aprovado pela Resolução nº 424, de 6 de dezembro de 2005, permite às prestadoras de STFC a cobrança de valores de comunicação VC-1 diferentes para chamadas envolvendo usuários do Serviço Móvel Pessoal - SMP de prestadoras distintas, em função dos VU-M por elas aplicados;

CONSIDERANDO que a Concessionária relacionada nos Anexos a este Ato submeteu, formalmente, pedido de fixação de tarifas do STFC nas modalidades de Serviço Local e Longa Distância Nacional;

CONSIDERANDO o que dispõe o Processo nº 53500.020210/2013;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 737, de 10 de abril de 2014, resolve:

Art. 1º Fixar, na forma do Anexo I a este Ato, os valores tarifários máximos do Plano Básico do STFC, modalidade de Serviço Local, das Concessionárias do STFC TELEMAR NORTE LESTE S/A e OI S/A para chamadas destinadas aos acessos do Serviço Móvel Pessoal (VC-1) das prestadoras PORTO SEGURO TELECOMUNICAÇÕES S/A e DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., líquidos de impostos e contribuições sociais.

Art. 2º Fixar, na forma do Anexo II a este Ato, os valores tarifários máximos do Plano Básico do STFC, modalidade de Serviço Longa Distância Nacional, das Concessionárias do STFC TELEMAR NORTE LESTE S/A e OI S/A para chamadas envolvendo os acessos do Serviço Móvel Pessoal (VC-2 e VC-3) das prestadoras PORTO SEGURO TELECOMUNICAÇÕES S/A e DATORA MOBILE TELECOMUNICAÇÕES LTDA., líquidos de impostos e contribuições sociais.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º Estabelecer que a data-base para futuros reajustes tarifários é 6 de abril de 2013, tomando-se o Índice de Serviços de Telecomunicações (IST) relativo ao mês de junho de 2012 como básico para o cálculo do reajuste.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ANEXO I

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DO PLANO BÁSICO DO STFC MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL

(Valor do minuto em R$, líquido de impostos e contribuições sociais)

VALOR DE COMUNICAÇÃO 1 (VC-1)

TELEMAR NORTE LESTE S/A

Área de Concessão	Prestadora Destino	Tarifa Normal	Tarifa Reduzida
Setor 1	.	0,35686	0,24980
Setor 2		0,38447	0,26912
Setor 4		0,36118	0,25282
Setor 5		0,35968	0,25177
Setor 6		0,35868	0,25107
Setor 7		0,36741	0,25718
Setor 8		0,36741	0,25718
Setor 9	Porto Seguro Telecomunicações S/A e	0,36741	0,25718
Setor 10	Datora Mobile Telecomunicações LTDA	0,36741	0,25718
Setor 11		0,36741	0,25718
Setor 12		0,36741	0,25718
Setor 13		0,35536	0,24875
Setor 14		0,35365	0,24755
Setor 15		0,35706	0,24994
Setor 16		0,36178	0,25324
Setor 17		0,35706	0,24994

OI S/A

Área de Concessão	Prestadora Destino	Tarifa Normal	Tarifa Reduzida
Setor 18	Porto Seguro Telecomunicações S/A e Datora Mobile Telecomunicações LTDA.	0,35641	0,24948
Setor 19		0,35753	0,25027
Setor 21		0,36469	0,25528
Setor 23		0,36621	0,25634
Setor 24		0,35993	0,25195
Setor 26		0,36621	0,25634
Setor 27		0,36732	0,25712
Setor 28		0,36732	0,25712
Setor 29		0,36389	0,25472

ANEXO II

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DO PLANO BÁSICO DO STFC MODALIDADE DE SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA NACIONAL

(Valor do minuto em R$, líquido de impostos e contribuições sociais)

CONCESSIONÁRIA DO STFC	Área de Concessão	VC-2		VC-3	
		Tarifa Normal	Tarifa Reduzida	Tarifa Normal	Tarifa Reduzida
Telemar Norte Leste S/A	Setores 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17	0,79659	0,55761	0,92149	0,64504

CONCESSIONÁRIA DO STFC	Área de Concessão	VC-2		VC-3	
		Tarifa Normal	Tarifa Reduzida	Tarifa Normal	Tarifa Reduzida
Oi S/A	Setores 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28 e 29	0,81298	0,56908	0,93868	0,65707

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 21 de fevereiro de 2013

Nº 1.170 -
Processo nº 53504.015354/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por TNL PCS S/A - Oi, CNPJ/MF nº 04.164.616/0001-59, executante do Serviço Móvel Pessoal, no município de São Paulo, no estado de São Paulo, em face da decisão proferida por meio do Despacho nº 1.818, de 3 de março de 2011, do Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, nos autos do Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) em epígrafe, instaurado a fim de apurar infração técnica relativa ao serviço, decidiu, em sua Reunião nº 684, realizada em 7 de fevereiro de 2013, conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo integralmente a decisão recorrida, consoante os termos da Análise nº 69/2013-GCRM, de 1º de fevereiro de 2013.

Em 10 de abril de 2013

Nº 2.318 -
Processo nº 53500.012918/2010.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o processo em epígrafe, instaurado em desfavor da BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S/A, CNPJ/MF nº 01.236.881/0001-07, concessionária do Serviço de TV a Cabo em diversas Áreas de Prestação do Serviço, a fim de apurar o descumprimento do cronograma de implantação do sistema (Home Passed), conforme detalhado no Ato de Instauração nº 24-CML-CE/CMLC/SCM, de 10 de junho de 2010, em sua Reunião nº 690, realizada em 28 de março de 2013, nos termos da Análise nº 61/2013-GCMM, de 22 de março de 2013, decidiu: a) afastar a aplicação da sanção de cassação das outorgas; b) aplicar à BRASIL TELECOMUNICAÇÕES S/A, em substituição, as seguintes sanções de multa pelos descumprimentos dos cronogramas de implantação do sistema (Home Passed): b.1) R$ 111.802,12 (cento e onze mil, oitocentos e dois reais e doze centavos) na Área de Conselheiro Lafaiete, no estado de Minas Gerais; b.2) R$ 165.222,44 (cento e sessenta e cinco mil, duzentos e vinte e dois reais e quarenta e quatro centavos) na Área de Contagem, no estado de Minas Gerais; b.3) R$ 180.648,15 (cento e oitenta mil, seiscentos e quarenta e oito reais e quinze centavos) na Área de Ipatinga, no estado de Minas Gerais; b.4) R$ 75.469,10 (setenta e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e dez centavos) na Área de Ituiutaba, no estado de Minas Gerais; b.5) R$ 52.150,95 (cinquenta e dois mil, cento e cinquenta reais e noventa e cinco centavos) na Área de Ribeirão das Neves, no estado de Minas Gerais; b.6) R$ 97.909,90 (noventa e sete mil, novecentos e nove reais e noventa centavos) na Área de Sete Lagoas, no estado de Minas Gerais; e, c) determinar ao Superintendente de Serviços de Comunicação de Massa que estabeleça novo prazo para a total implementação da infraestrutura de atendimento a domicílios (Home Passed), em cada uma das Áreas acima mencionadas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

Em 26 de novembro de 2013

Nº 5.705 -
Processo nº 53504.004666/2003.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Pedido de Reconsideração com pedido de efeito suspensivo interposto pela TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao Uso do Público em Geral (STFC) nos setores 31, 32 e 34 do Plano Geral de Outorgas (PGO), contra a decisão do Conselho Diretor contida no Despacho nº 265/2010-CD, de 19 de janeiro de 2010, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objetivo a apuração de infração de obstrução à atividade de fiscalização da Anatel, em infringência às cláusulas 25.1, § 6º, e 25.1, VI, ambas dos Contratos de Concessão PBOG/SPB nº 51/98 e PBOG/SPB nº 85/98, decidiu, em sua Reunião nº 627, realizada em 27 de outubro de 2011, e pelas razões e fundamentos presentes na Análise nº 763/2011-GCJV, de 1º de setembro de 2011: a) conhecer do Pedido de Reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) rever, de ofício, o valor da multa aplicada pelo Gerente-Geral de Fiscalização, por meio do Despacho s/nº, de 9 de outubro de 2007, de fl. 141, no sentido de reduzi-lo para R$ 196.875,00 (cento e noventa e seis mil, oitocentos e setenta e cinco reais).

Nº 5.707 -
Processo nº 53504.015874/2004.

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, Concessionária do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, em face da decisão proferida pelo Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização Substituto por meio do Despacho nº 4.962/2009-Anatel, de 16 de julho de 2009, nos autos do processo em epígrafe, que tem por objeto apurar óbice à fiscalização, decidiu, em sua Reunião nº 615, realizada em 28 de julho de 2011, conhecer do Recurso Administrativo interposto para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os termos da decisão recorrida, pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 391/2011-GCER, de 20 de julho de 2011.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Substituto

Em 4 de fevereiro de 2014

Nº 565 -
Processo nº 53504.005410/2002

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Recurso Administrativo interposto por TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A - TELESP, CNPJ/MF nº 02.558.157/0001-62, em face da decisão proferia por meio do Despacho nº 4.970/2009-Anatel, de 16 de julho de 2009, do Superintendente de Radiofrequência e Fiscalização, nos autos do processo em epígrafe, instaurado a fim de apurar a obstrução da atividade de fiscalização, decidiu, em sua Reunião nº 686, realizada em 28 de fevereiro de 2013, conhecer do Recurso Administrativo para, no mérito, negar-lhe provimento e reformar, de ofício, a decisão exarada, no sentido de rever a sanção de multa aplicada à Concessionária para o valor de R$ 96.468,75 (noventa e seis mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos), pelas razões e fundamentos constantes da Análise nº 162/2013-GCRM, de 22 de fevereiro de 2013.

JOÃO BATISTA DE REZENDE

RETIFICAÇÕES

No Ato nº 4.605, de 14 de abril de 2014, publicado no DOU de 15 de abril de 2014, Seção 1, Página 61, retifica-se conforme abaixo:

No Anexo I, onde se lê:

"6. EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES

SETORES de 1 a 34 (Todo o Brasil)

Degrau	Característica ou Distância Geodésica (km)	VALORES EM R$ POR MINUTO HORÁRIO DE TARIFA			
		Diferenciada	Normal	Reduzida	Super-Reduzida
D3	> 100 e < 300	0,40429	(...)	(...)	(...)

(...)"

Leia-se:

"6. EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES

SETORES de 1 a 34 (Todo o Brasil)

Degrau	Característica ou Distância Geodésica (km)	VALORES EM R$ POR MINUTO HORÁRIO DE TARIFA			
		Diferenciada	Normal	Reduzida	Super-Reduzida
D3	> 100 e < 300	0,40729	(...)	(...)	(...)

(...)"

E, no Anexo II, onde se lê:

"3. TELEFÔNICA DO BRASIL S/A (Antiga Telecomunicações de São Paulo S/A)

ÁREA DE CONCESSÃO	Diferenciado	Normal	Reduzido	Super-Reduzido
SETOR 31	0,110846	0,065326	0,039034	0,01969

4. CIA TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL

ÁREA DE CONCESSÃO	Diferenciado	Normal	Reduzido	Super-Reduzido
SETORES 3, 22, 25 e 33	0,107806	0,066342	0,034322	0,017576

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES

ÁREA DE CONCESSÃO	Diferenciado	Normal	Reduzido	Super-Reduzido
SETOR 20	0,098934	0,05905	0,029518	0,014754

6. EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A

ÁREA DE CONCESSÃO	Diferenciado	Normal	Reduzido	Super-Reduzido
SETORES de 1 a 34	0,1022	0,074058	0,04607	0,022262

(...)"

Leia-se:

"3. TELEFÔNICA DO BRASIL S/A (Antiga Telecomunicações de São Paulo S/A)

ÁREA DE CONCESSÃO	Diferenciado	Normal	Reduzido	Super-Reduzido
SETOR 31	0,11084	0,06532	0,03903	0,01969

4. CIA TELECOMUNICACOES DO BRASIL CENTRAL

ÁREA DE CONCESSÃO	Diferenciado	Normal	Reduzido	Super-Reduzido
SETORES 3, 22, 25 e 33	0,10780	0,06634	0,03432	0,01757

5. SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES

ÁREA DE CONCESSÃO	Diferenciado	Normal	Reduzido	Super-Reduzido
SETOR 20	0,09893	0,05905	0,02951	0,01475

6. EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A

ÁREA DE CONCESSÃO	Diferenciado	Normal	Reduzido	Super-Reduzido
SETORES de 1 a 34	0,10220	0,07405	0,04607	0,02226

(...)"

SUPERINTENDÊNCIA DE COMPETIÇÃO

ATO Nº 4.629, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos dos arts. 159 e 242, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013; e,

CONSIDERANDO que a prestação do Serviço Móvel Pessoal é regido pela Lei Geral de Telecomunicações n.º 9.472, de 16 de julho de 1997; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n. 477, de 07/08/2007, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano Pós-Pago Alternativo de Serviço de número 077, 078, 079 e 080/PÓS/SMP da Empresa TIM CELULAR S.A. - Reg. I (Termo de Autorização de número 003/2010) autorizada do Serviço Móvel Pessoal, conforme consta do Processo n° 53500.007648/2014 em poder da Agência Nacional de Telecomunicaçoes - ANATEL.

Parágrafo Único. Nos comunicados públicos, o número deste Plano de Serviço deverá ser sempre divulgado juntamente com o nome comercial a ser adotado.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

ATO Nº 4.650, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos dos arts. 159 e 242, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013; e,

CONSIDERANDO que a prestação do Serviço Móvel Pessoal é regido pela Lei Geral de Telecomunicações n.º 9.472, de 16 de julho de 1997; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n. 477, de 07/08/2007, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano Pós-Pago Alternativo de Serviço de número 072, 073, 074 e 075/PÓS/SMP da Empresa TIM CELULAR S.A. - Reg. II (Termo de Autorização de número 002/2010) autorizada do Serviço Móvel Pessoal, conforme consta do Processo n° 53500.008207/2014 em poder da Agência Nacional de Telecomunicaçoes - ANATEL.

Parágrafo Único. Nos comunicados públicos, o número deste Plano de Serviço deverá ser sempre divulgado juntamente com o nome comercial a ser adotado.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

ATO Nº 4.651, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos dos arts. 159 e 242, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013; e,

CONSIDERANDO que a prestação do Serviço Móvel Pessoal é regido pela Lei Geral de Telecomunicações n.º 9.472, de 16 de julho de 1997; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n. 477, de 07/08/2007, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano Pós-Pago Alternativo de Serviço de número 072, 073, 074 e 075/PÓS/SMP da Empresa TIM CELULAR S.A. - Reg. III (Termo de Autorização de número 003/2001) autorizada do Serviço Móvel Pessoal, conforme consta do Processo n° 53500.008209/2014 em poder da Agência Nacional de Telecomunicaçoes - ANATEL.

Parágrafo Único. Nos comunicados públicos, o número deste Plano de Serviço deverá ser sempre divulgado juntamente com o nome comercial a ser adotado.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

ATO Nº 4.653, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos dos arts. 159 e 242, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013; e,

CONSIDERANDO que a prestação do Serviço Móvel Pessoal é regido pela Lei Geral de Telecomunicações n.º 9.472, de 16 de julho de 1997; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n. 477, de 07/08/2007, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano Pós-Pago Alternativo de Serviço de número 027, 042, 043, 044 e 045/PÓS/SMP da Empresa NEXTEL - Reg. II (Termo de Autorização de número 443/2012) autorizada do Serviço Móvel Pessoal, conforme consta do Processo n° 53500.008213/2014 em poder da Agência Nacional de Telecomunicaçoes - ANATEL.

Parágrafo Único. Nos comunicados públicos, o número deste Plano de Serviço deverá ser sempre divulgado juntamente com o nome comercial a ser adotado.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

ATO Nº 4.654, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SUPERINTENDENTE DE COMPETIÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL no uso de suas competências, consoante o disposto nos incisos dos arts. 159 e 242, do Regimento Interno da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, aprovado pela Resolução n.º 612, de 29 de abril de 2013; e,

CONSIDERANDO que a prestação do Serviço Móvel

Pessoal é regido pela Lei Geral de Telecomunicações n.º 9.472, de 16 de julho de 1997; e,

CONSIDERANDO o que dispõe o Regulamento do Serviço Móvel Pessoal, aprovado pela Resolução n. 477, de 07/08/2007, resolve:

Art. 1º - Homologar o Plano Pós-Pago Alternativo de Serviço de número 045/PÓS/SMP da Empresa NEXTEL - Reg. I (Termo de Autorização de número 442/2012) autorizada do Serviço Móvel Pessoal, conforme consta do Processo n° 53500.008212/2014 em poder da Agência Nacional de Telecomunicaçoes - ANATEL.

Parágrafo Único. Nos comunicados públicos, o número deste Plano de Serviço deverá ser sempre divulgado juntamente com o nome comercial a ser adotado.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS MANUEL BAIGORRI

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 7 de abril de 2014

Processo nº 53569.001150/2009.

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, examinando o Procedimento Administrativo para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pado) no 53569.001150/2009, instaurado em face da Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - EMBRATEL, considerando o disposto no Informe nº 11/2012-UNACO/UNAC, de 06/02/2013, e no Parecer da Procuradoria Federal Especializada da Anatel no 605/2013/RFS/PFE/ANATEL/PGF/AGU, de 02/06/2013, resolve:

i) descaracterizar a infração ao art. 11, §2º, do PGMU (Decreto nº 4.769/2003), nas localidades de Aldeia Kendja, município de Altamira e Aldeia Pykararankre, município de São Félix do Xingu, ambos pertencentes ao estado do Pará; ii) determinar o arquivamento do processo, sem a aplicação de qualquer sanção, ante a inexistência de infração às normas de serviço.

ROBERTO PINTO MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 4.625, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Processo nº 53000.022283/2012, RÁDIO E TELEVISÃO IMAGEM LTDA - TV - Paranavaí/PR - Canal 29 - Autoriza alteração no sistema irradiante auxiliar.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.626, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Processo nº 53000.005915/2009, RÁDIO MARUMBY LTDA - FM - Campo Largo/PR - Canal 203 - Autoriza alteração no sistema irradiante auxiliar.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.628, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Processo nº 53000.027717/2011, RÁDIO CAMPOS DOURADOS FM LTDA - FM - Medianeira/PR - Canal 260 - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.630, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Processo nº 53516.001244/2014, RÁDIO CONTINENTAL DE FRANCISCO BELTRÃO LTDA - FM - Francisco Beltrão/PR - Canal 237 - Autoriza a utilização de equipamento transmissor.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.631, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Processo nº 53000.011068/2010, COLINAS FM LTDA - FM - Ibaiti/PR - Canal 220 - Autoriza novas características técnicas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

ATO Nº 4.632, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Processo nº 53000.001789/2012, RÁDIO CAIUÁ LTDA - FM - Paranavaí/PR - Canal 278 - Autoriza novas características técnicas.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÕES

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, publica-se o ARQUIVAMENTO dos seguintes Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados):

N.º do Processo	Autuado	CPF/CNPJ
53504.006509/2007	Telecomunicações de São Paulo S/A - Telesp	02.558.157/0001-62
53504.001263/2000	Telesp Celular S/A	02.319.126/0001-59
53000.040427/2010	Televisão Independente de São José do Rio Preto Ltda.	61.413.092/0001-26
53504.014075/2004	Primeira Escolha Empreendimentos S/A	05.406.478/0001-30

Nos termos do art. 82, inciso IX, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29/04/2013, publicam-se as decisões finais proferidas nos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações (Pados) relacionados:

N.º do Processo	Autuado	CPF/CNPJ	Decisão Final	Valor (R$)	Enquadramento Legal
53504.003364/2010	M A Conexão Eletrotécnica Multimídia Ltda.	09.589.004/0001-21	Advertência	- o -	Art. 30 do Anexo à Resolução nº 272/2001
53504.013519/2012	Diocleício Simões de Souza	185.459.098-70	Multa	2.068,00	Art. 163 da Lei nº 9.472/97 e art. 4º c/c art. 55, V, alínea "b" do Anexo à Resolução nº 242/2000
53000.028702/2010	TV Record de Rio Preto S/A	59.983.486/0001-78	Multa	3.640,00	Item 9.3.1 c/c 12.5 da Resolução nº 284/01, item 2.6 da Portaria MC nº 799/73 e art. 27 do Decreto nº 5.371/2005
53504.025680/2011	Lann Computers Equipamentos de Informática Ltda. ME	07.447.695/0001-01	Multa	2.709,07	Art. 10 do Anexo à Resolução nº 272/2001, c/c art. 52 do Anexo à Resolução nº 73/1998, c/c art. 131 da Lei nº 9.472/97
53504.021634/2010	Carlos Alberto Lages da Silva	543.831.534-53	Multa	3.850,00	Art. 17 do Anexo à Resolução nº 259/2001 c/c art. 163 da Lei nº 9.472/97 e art. 4º c/c art. 55, V, "a" do Anexo à Resolução nº 242/2000

EVERALDO GOMES FERREIRA
Gerente

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Gerente Reginal de São Paulo, publicado no Diário Oficial da União de 18 de março de 2014, Seção 1, página 36, onde se lê "53000.045600/2010", leia-se "53500.045600/2010, 53000.025146/2010, 53000.040437/2010, 53000.044779/2010 E 53000.045092/2010".

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO RIO JANEIRO E ESPÍRITO SANTO

ATO Nº 4.621, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Expede autorização à VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0010-64 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

PAULO VINICIUS ALVES DE FREITAS
Gerente

DESPACHO DO GERENTE

Aplica à entidade abaixo relacionadas a sanção de MULTA, em conformidade com o artigo 173, inciso II, da Lei n.º 9.472/97, pela infração aos dispositivos normativos indicados:

N.º do Processo	Entidade	Cidade/UF	CPF/CNPJ	M ulta (R$)	Enquadramento Legal	Despacho
53000031927/2010	RÁDIO FEDERAL LTDA	RIO DE JANEIRO/RJ	30.089.973/0001-00	R$ 1.080,	Item 3.2.3 da Res. 116/9900	5311/2012

PAULO VINICIUS ALVES DE FREITAS

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 4.612, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Processo no 53500.000363/2014. Expede autorização de uso da(s) radiofrequência(s), à HOINASKI & SKLASKY LTDA., CNPJ no 09.385.611/0001-70, associada à Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, pelo prazo de quinze anos, sendo o uso das radiofrequências sem exclusividade, compartilhada no espaço e no tempo com outras autorizadas, sem direito à proteção contra interferências prejudiciais, referente(s) ao(s) radioenlace(s) ancilar(es), em caráter precário, prorrogável uma única vez e de forma onerosa, por igual período.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 4.635, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Autorizar TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Salvador/BA, Simões Filho/BA, Mata de São João/BA e Camaçari/BA , no período de 29/04/2014 a 12/06/2014.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 4.636, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Autorizar GOV. DO ESTADO DE MINAS GERAIS - RADIO INCONFIDENCIA LTDA, CNPJ nº 20.234.423/0001-83 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Belo Horizonte/MG, no período de 20/04/2014 a 03/06/2014.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 4.638, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Autorizar GOV. DO ESTADO DE MINAS GERAIS - RADIO INCONFIDENCIA LTDA, CNPJ nº 20.234.423/0001-83 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Belo Horizonte/MG, no período de 22/04/2014 a 05/06/2014.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

ATO Nº 4.639, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Autorizar TIM CELULAR S.A., CNPJ nº 04.206.050/0001-80 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Ribeirão Preto/SP, no período de 24/04/2014 a 07/06/2014.

REGINA CUNHA PARREIRA
Superintendente
Substituta

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 26, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.062263/2013, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL DE ITAJAÍ, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de BRUSQUE, estado de Santa Catarina, o canal 21 (vinte e um), correspondente à faixa de frequência de 512 a 518 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 76, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.004280/2013, resolve:

Art. 1º Consignar à JET RADIODIFUSÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ALTOS, estado do Piauí, o canal 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 92, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.065428/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de SANDOVALINA, estado de São Paulo, o canal 38 (trinta e oito), correspondente à faixa de frequência de 614 a 620 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 116, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.054927/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de GUAJARÁ-MIRIM, estado de Rondônia, o canal 32 (trinta e dois), correspondente à faixa de frequência de 578 a 584 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 119, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.001681/2013, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TV PONTA NEGRA LTDA - EPP, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ORIXIMINÁ, estado do Pará, o canal 24 (vinte e quatro), correspondente à faixa de frequência de 530 a 536 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 120, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.054935/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de TANGARÁ DA SERRA, estado de Mato Grosso, o canal 18 (dezoito), correspondente à faixa de frequência de 494 a 500 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 121, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.001678/2013, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TV PONTA NEGRA LTDA - EPP, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de JURUTI, estado do Pará, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 131, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.058276/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO CULTURA SOCIEDADE ANÔNIMA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de DIONÍSIO CERQUEIRA, estado de Santa Catarina, o canal 31 (trinta e um), correspondente à faixa de frequência de 572 a 578 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 132, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.001589/2013, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TV PONTA NEGRA LTDA - EPP, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de FARO, estado do Pará, o canal 26 (vinte e seis), correspondente à faixa de frequência de 542 a 548 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 133, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.060105/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à TV SERRA DOURADA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de QUIRINÓPOLIS, estado de Goiás, o canal 39 (trinta e nove), correspondente à faixa de frequência de 620 a 626 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 137, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.045907/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PALESTINA, estado de São Paulo, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 146, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.032469/2013, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE TELÊMACO BORBA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de TELÊMACO BORBA, estado do Paraná, o canal 34 (trinta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 590 a 596 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 148, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.002123/2008, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAMPO GRANDE, estado de Mato Grosso do Sul, o canal 19 (dezenove), correspondente à faixa de frequência de 500 a 506 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 149, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.031441/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO OM LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de TERRA RICA (MORRO TRÊS IRMÃOS), estado do Paraná, o canal 47 (quarenta e sete), correspondente à faixa de frequência de 668 a 674 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 154, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.052886/2013, resolve:

Art. 1º Consignar à REDE TROPICAL DE COMUNICAÇÃO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de BOA VISTA, estado de Roraima, o canal 38 (trinta e oito), correspondente à faixa de frequência de 614 a 620 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 156, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.004278/2013, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Consignar à JET RADIODIFUSÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de OEIRAS, estado do Piauí, o canal 33 (trinta e três), correspondente à faixa de frequência de 584 a 590 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

PORTARIA Nº 158, DE 18 DE MARÇO DE 2014

A SECRETÁRIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.054930/2012, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de VÁRZEA GRANDE, estado de Mato Grosso, o canal 15 (quinze), correspondente à faixa de frequência de 476 a 482 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA BRITO DE ÁVILA

DESPACHO DO SECRETÁRIO

Em 8 de abril de 2014

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SUBSTITUTO, no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade aos recursos das entidades abaixo relacionadas:

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Recurso
53000.047597/2010	Associação Cultural de Tururu	RADCOM	Tururu	CE	Conhecido e não provido
53000.068904/2010	Rádio Educação Rural Ltda	OM	Campo Grande	MS	Não conhecido
53000.009518/2010	Televisão Liberal Ltda	RTV	Tucumã	PA	Conhecido e não provido
53000.044378/2011	Governo do Estado do Ceará - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará	TV	Fortaleza	CE	Conhecido e não provido

OCTÁVIO PENNA PIERANTI

DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIAS DE 15 DE ABRIL DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 9º da Portaria nº 112, de 22 de abril de 2012, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas às penalidades de multa e de advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.021239/2011	Associação Comunitária Shalom	RADCOM	Rio Grande	RS	Multa	621,96	Incisos XV e XVI do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98	Portaria DEAA n° 361, de 15/4/2014	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.047597/2010	Associação Cultural de Tururu	RADCOM	Tururu	CE	Multa e Advertência	621,96	Incisos XV e XVII do art. 40 do Decreto nº 2.615, de 3/6/98 e item 19.1 da Norma 01/2004. Revogar a Portaria DEAA nº 761, de 16/7/13, DOU de 17/7/13	Portaria DEAA n° 362, de 15/4/2014	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013
53000.029801/2011	Fundação Padre Anchieta - Centro Paulista de Rádio e TV Educativas	OM	São Paulo	SP	Multa	8.956,25	Alínea "e" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA n° 363, de 15/4/2014	Portaria MC n° 858/2008 Portaria MC n° 112/2013

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 1º da Portaria nº 657, de 17 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União em 20 de maio de 2013, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar à Entidade abaixo relacionada à penalidade de multa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53000.015384/2013	Fundação Universidade do Estado de SC - UDESC	FME	Florianópolis, Joinville e Lages	SC	Multa	3.769,68	Alínea "c" do art. 38 do Código Brasileiro de Telecomunicações	Portaria DEAA n° 364, de 15/4/2014	Portaria MC n° 562/2011 Portaria MC n° 112/2013

OCTAVIO PENNA PIERANTI

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2013
TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS
CNPJ: 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.30000223-1
Companhia Aberta

Senhores Acionistas,

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, sediada no Setor Comercial Sul - SCS – Quadra 9 – Bloco B – Salas 301 a 305 – Brasília (DF) – CEP 70.308-200, Edifício Parque Cidade Corporate – Torre B, endereço eletrônico www.TELEBRAS.com.br, CNPJ 00.336.701/0001 - 04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07/04/2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM -, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis ("TELEBRAS" ou "Companhia").

Em estrita consonância com os seus objetivos institucionais, a Companhia tem direcionado seus esforços no sentido de (i) intensificar a implantação da infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga – PNBL - Decreto 7.175/2010; (ii) estar apta a atender ao que determina o Decreto 8.135/2013; e (iii) ampliar sua carteira de clientes corporativos.

Projetos Especiais também estiveram e estão no foco das ações da TELEBRAS, são eles: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (Projeto SGDC); (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais; e (iii) o atendimento aos eventos em que o Brasil participa como país sede - Copa das Confederações e Copa do Mundo de 2014.

I. SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2013, dos objetivos estratégicos da Companhia, destacam-se:

a. PNBL: A rede de telecomunicações da TELEBRAS dispõe de 28,7 mil Km de fibras ópticas, sendo que 16,7 mil Km estavam em operação ao final de 2013. Em comparação com 2012, são mais 4,7 mil Km de fibras ópticas, fruto da execução dos investimentos previstos para o exercício. Da totalidade, os demais 12 mil Km referem-se a trechos detidos pela TELEBRAS e que ainda estão em processo de implantação e ou aceitação;

b. Estações em Operação: Em 31/12/2013, a TELEBRAS estava presente em 22 estados da Federação e no Distrito Federal. Ao todo, são 229 Estações, distribuídas pelo Território Nacional e que permitem o atendimento aos clientes da Companhia. Em relação a 2012, são 92 novas Estações;

c. Municípios Cobertos: Com a rede de telecomunicações ampliada, a TELEBRAS pôde ofertar serviços diretamente a 295 municípios, com o que se atingiu cerca de 30% da população brasileira, equivalente a 18,3 milhões de domicílios;

d. Atuação Comercial: O ano de 2013 encerra com 116 contratos comerciais assinados e cerca de 11 Gbps de banda ativada. Isso representou um acréscimo significativo na Receita de Serviços Prestados, quando comparado ao ano de 2012. Deve-se destacar os contratos firmados com o Ministério das Comunicações para atendimento à Copa das Confederações e com o Exército Brasileiro. As solicitações de aumento de banda por parte de alguns clientes reafirmam a qualidade dos serviços prestados pela TELEBRAS e consolidam a relação entre a Companhia e seus clientes.

e. Projetos Especiais:

1. Projeto SGDC – Assinatura do Contrato de Aquisição e Fornecimento, Integração, Lançamento e Operação Assistida do Sistema Satelital Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas com a VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. em novembro de 2013, que, por sua vez, ainda em 2013, já assinou os contratos de construção e lançamento com os fornecedores escolhidos para o Projeto SGDC;

2. Copa das Confederações - A prestação dos serviços de telecomunicações permitiu a transmissão de áudio e vídeo a partir das seis sedes da Copa das Confederações e foi a demonstração inequívoca da maturidade da rede de telecomunicações da TELEBRAS pelo grau de excelência com o qual os serviços foram prestados, motivo de elogio das partes envolvidas e abertura de oportunidades para novos negócios;

3. Copa do Mundo: Até 31/12/2013, a empresa executou 73% do projeto de infraestrutura para atendimento à Copa do Mundo 2014, obedecendo ao cronograma previsto, cujos dados de investimentos e dispêndios encontram-se apropriados nas Demonstrações Financeiras, no site da Companhia e no Portal da Transparência;

f. Projetos Estruturantes: A criação da Companhia data de 1972, porém a atual TELEBRAS conta com pouco mais de três (03) anos de atividade, nova fase em que tantos são os objetivos e as metas, daí a necessidade de implantação e desenvolvimento de muitos projetos estruturantes que vão desde a gestão de pessoas à operação da rede, passando pelos necessários controles orçamentários, financeiros e administrativos.

II. FINANÇAS

a. Estrutura Patrimonial da Companhia – Principais Rubricas

1. Recursos para Aumento de Capital: No exercício de 2013, foram aportados recursos da ordem de R$ 232.962 mil pelo Acionista Controlador para futuras incorporações ao capital social da TELEBRAS, tudo em conformidade com as previsões constantes da execução orçamentária do Ministério das Comunicações. Tomando-se o saldo existente em 31/12/2012 (R$ 164.260 mil), somados o aporte e a atualização pela taxa SELIC, encontra-se o saldo atual de R$ 419.872 mil.

2. A Estrutura Patrimonial: Principais alterações e índices de evolução podem ser visualizados na tabela a seguir:

Em milhões

Rubricas	Exercícios Findos em: 2013 Valor	2013 AV	2013 AH	2012 Valor	2012 AV	2012 AH	2011 Valor
Ativo Circulante	574,3	49,0%	-10,4%	641,3	65,0%	-8,9%	703,9
Ativo Não Circulante	598,7	51,0%	73,3%	345,5	35,0%	77,5%	194,7
Imobilizado	439,1	37,4%	103,1%	216,2	21,9%	174,4%	78,8
Ativo Total	**1.173**	**100,0%**	**18,9%**	**986,8**	**100,0%**	**9,8%**	**898,6**
Passivo Circulante	289,5	27,4%	60,3%	180,6	24,9%	-72,9%	666,6
Passivo Não Circulante	767,0	72,6%	41,1%	543,7	75,1%	75,4%	310,0
Passivo Exigível	**1.056,5**	**100,0%**	**45,9%**	**724,3**	**100,0%**	**-25,8%**	**976,6**
Patrimônio Líquido	116,6	9,9%	-55,6%	262,5	26,6%	-436,5%	-78,0
Passivo Total	**1.173,1**	**100,0%**	**18,9%**	**986,8**	**100,0%**	**9,8%**	**898,6**

Análise Vertical (AV) = Participação percentual em relação ao agregado superior.
Análise Horizontal (AH) = Evolução % em relação ao ano anterior.

3. Ativo Total (Bens e Direitos à Disposição da Companhia): Evolução. Crescimento da ordem de 18,9% em relação a 2012. Tal situação decorre basicamente da entrada de novos recursos do Acionista Controlador e de resultados auferidos com as aplicações financeiras dos recursos disponíveis no mercado financeiro.

ATIVO TOTAL

2013	2012
1.173.060	986.848

4. Ativo Circulante e Ativo Não Circulante: Ressalte-se que, enquanto os itens do Ativo Não Circulante apresentaram evolução da ordem de 73,3%, o Ativo Circulante apresentou decréscimo de 10,4%, refletindo a transferência de recursos desse grupo para o do Imobilizado, que apresentou evolução da ordem de 103,1% no exercício, em outras palavras, a redução dos valores de liquidez imediata ensejou o aumento dos ativos de expansão da rede de telecomunicações da TELEBRAS.

ATIVO CIRCULANTE

2013	2012
574.327	641.284

ATIVO NÃO CIRCULANTE

2013	2012
598.733	345.564

ATIVO IMOBILIZADO

2013	2012
439.148	216.155

5. Imobilizado: Essa evolução do Imobilizado, que já representa 37,4% do total do Ativo da TELEBRAS, demonstra claramente o atual estágio da curva de maturidade na gestão dos investimentos da Companhia, visando à consecução dos seus objetivos institucionais.

ATIVO IMOBILIZADO X ATIVO TOTAL

Ativo Imobilizado 2013	Ativo Total 2013
439.148	1.173.060

6. Passivo Circulante e Passivo Não Circulante: O Passivo Circulante apresentou aumento de 60,3% no período, em decorrência da majoração da provisão do PISP (Programa de Indenização de Serviços Prestados – Ver Nota Explicativa nº XIII e item VIII, letra "b", abaixo), provisão para contingência e fornecedores. Já o Passivo Não Circulante apresentou um aumento de 41,1% por conta basicamente da obrigação da Companhia para com o Acionista Controlador no sentido de transformar o adiantamento em futuro aumento de capital.

PASSIVO CIRCULANTE

2013	2012
289.525	180.626

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

2013	2012
766.952	543.679

Ainda dentro do Passivo Não Circulante, pode-se observar significativa redução da provisão de contingências por conta de reclassificação, basicamente em função do reconhecimento de parte do saldo da dívida que estava provisionada como dívida da Companhia. Tal reclassificação deve-se ao acordo firmado judicialmente, já em face de sentença transitada em julgado, com reconhecida vantajosidade para Administração. Cumpre esclarecer, ainda, que a forma de quitação dos débitos reconhecidos estende-se por dezessete anos, o que tem evidente reflexo no fluxo de caixa imediato da TELEBRAS.

7. Passivo Exigível e Ativo Total: Quando se toma os dados relativos ao Passivo Exigível e do Ativo Total, observa-se que o grau de endividamento em 31/12/2013 é de 90,1%, enquanto que era de 73,4% no exercício findo em 2012. No entanto, excluindo-se os valores destinados ao aumento de capital, os dados apontam para um equilíbrio entre os graus de endividamento verificados nos exercícios de 2012 e 2013 (56,75% e 54,27% respectivamente).

PASSIVO EXIGÍVEL X ATIVO TOTAL

Passivo Exigível 2013	Ativo Total 2013
1.056.477	1.173.060

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8. Patrimônio Líquido: A queda do Patrimônio Líquido em relação ao exercício anterior explica-se pela redução do capital social (de R$ 719 milhões para R$ 263 milhões) em decorrência da absorção dos prejuízos acumulados até 31/12/2012, conforme decidido em sede de Diretoria e Conselho de Administração, retratado na 96ª AGE, realizada em 28/06/2013. Além disso, o Patrimônio Líquido também foi reduzido em 2013 por conta dos prejuízos apurados no ano. Ainda assim, mostra positivo no montante de R$ 116.583 mil.

Descrição	2013	2012
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**116.583**	**262.543**
Capital Social	263.145	719.455
Prejuízos Acumulados	(145.746)	456.310
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(705)	(491)

b. Estrutura Econômica da Companhia – Principais Rubricas

1. Receitas Operacionais - Passado o período mais crítico de reestruturação da nova TELEBRAS, em que pese ainda estejam em andamento os projetos estruturantes, pode- se notar o forte crescimento das receitas operacionais (R$ 42 milhões) em relação ao exercício anterior, com maior tendência de crescimento quanto maior forem os investimentos na capilarização da rede de telecomunicações da Companhia.

RECEITAS OPERACIONAIS

2013	2012
42.236	2.292

2. Custos dos Serviços Prestados e Despesas Operacionais - O valor significativo (R$ 107,3 milhões) é consequência da ampliação do *backbone*, representado também pelo aumento das despesas relativas ao aluguel de infraestruturas, custos com operação e manutenção de rede, que deve ser rentabilizada no decorrer de 2014, com vistas à ampliação do faturamento. Dentro do contexto operacional da Companhia, as despesas administrativas estão consentâneas com as necessidades de expansão.

c. Execução Orçamentária

1. Dados da Execução Orçamentária – Com base no Programa de Dispêndios Globais – PDG/2013, aprovado (reprogramação) pelo Decreto nº 8.174, de 26/12/2013:

R$ milhões

FONTES E USOS	PDG REALIZADO	PDG APROVADO	REALIZAÇÃO %
FONTES DE RECURSOS	**350,4**	**416,5**	**84%**
Receitas	117,4	96,4	122%
Recursos para Aumento de Capital	233,0	320,1	73%
USOS DOS RECURSOS	**493,0**	**892,3**	**55%**
Dispêndios Correntes	263,2	317,0	83%
Dispêndios de Capital	229,8	575,3	40%

2. O Orçamento de Investimento – OI da TELEBRAS. Versão final aprovada pelo Decreto nº 8.174, de 26/12/2013, elaborado com as seguintes ações, distribuição de limites e realização:

R$ milhões

DISPÊNDIOS DE CAPITAL	OI REALIZADO	OI APROVADO	REALIZAÇÃO %
12OF - PNBL	112,8	162,2	70%
147A - Copa e Grandes Eventos (1)	22,2	74,3	30%
146Z - Satélite	74,9	218,1	34%
4101 - Bens Imóveis	1,2	9,1	14%
4102 - Bens Móveis	0,5	0,8	58%
4103 - Ativos de Informática	14,7	19,0	78%
111G - Edifício Sede	-	20,0	0%
Inversão Financeira Satélite	3,4	3,4	100%
Inversão Financeira Cabos Submarinos	-	68,2	0%
Inversão Financeira Telebras-Copa	0,1	0,1	100%
Total	**229,8**	**575,3**	**40%**

Notas: (1) Realização Orçamentária e não física (73% do cronograma da COPA – ver item IV, letra "b").

Pelo exposto, vislumbra-se o atual estágio de amadurecimento da capacidade de investir, traduzido no desembolso responsável dos recursos aplicados na rede de telecomunicações da Companhia. Vale dizer: os números indicam o forte esforço da Companhia para o direcionamento dos recursos disponíveis em investimentos rumo à consolidação e à rentabilização da sua rede de telecomunicações.

III. MERCADO

No transcorrer de 2013, a TELEBRAS apresentou ao mercado informações e esclarecimentos sobre sua situação operacional, patrimonial e sobre o seu desempenho econômico-financeiro, a fim de possibilitar aos acionistas, investidores e ao público em geral a avaliação e acompanhamento sistemático de seus interesses, de acordo com a sua política de divulgação de dados para o mercado de valores mobiliários.

a. Ações TELEBRAS ON e PN:

As ações ordinárias nominativas - ON - e preferenciais nominativas – PN - de emissão da TELEBRAS vêm sendo negociadas regularmente na BM&FBOVESPA, sob os símbolos TELB3 e TELB4.

Em 2013, no mercado a vista, foi registrado um total de 19.551 negócios, envolvendo uma quantidade de 14,1 milhões de ações e volume de recursos de R$ 60,8 milhões. O preço médio de fechamento durante 2013 foi de aproximadamente R$ 6,35 (seis reais e trinta e cinco centavos) por ação ON, e de R$ 3,94 (três reais e noventa e quatro centavos) por ação PN. As ações da Empresa atualmente são custodiadas pelo Banco BRADESCO S.A.

IV. EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS

a. PNBL

1. Dados da Rede: Como se disse, os investimentos em 2013 possibilitaram a conclusão de 92 Estações. O ano foi concluído com 155 estações ainda em fase de implantação. A rede de telecomunicações da TELEBRAS finaliza 2013 com 229 Estações em operação. Em 31/12/2013, a extensão do seu *backbone* em operação totaliza 16,7 mil km. Importante ressaltar que neste exercício ocorreu o atendimento a mais duas capitais da Região Norte, Rio Branco (AC) e Porto Velho (RO) - reconhecidamente carentes de empresas prestadoras de serviços de acesso à Internet -, o que traduz e ratifica o compromisso da TELEBRAS com a inclusão digital.

O mapa abaixo ilustra toda a extensão do *backbone* da rede de telecomunicações da TELEBRAS em 31/12/2013:



E o mapa seguinte exibe a extensão dos 16,7 mil Km do *backbone* em operação 31/12/2013, destacando os 4,7 mil Km que foram construídos em 2013:



b. Projetos Especiais

1. Copa das Confederações e Copa do Mundo

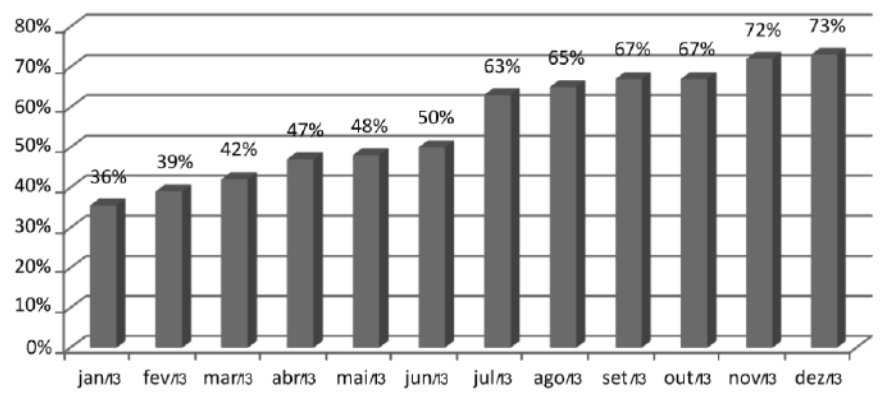
Entre 15 e 30 de junho de 2013, a TELEBRAS viabilizou a transmissão de áudio e vídeo do evento "Copa das Confederações", o que concentrou esforços de fornecedores, parceiros e colaboradores na operação da rede de telecomunicações nas cidades-sede: Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Recife, Rio de Janeiro e Salvador. Nunca é demais lembrar que a preparação do evento é parte dos projetos de ampliação das redes metropolitanas nessas cidades, e que também servirão para o atendimento à Copa do Mundo 2014, bem como e especialmente aos projetos perenes de ampliação da carteira de clientes da Companhia.

Além de atender às demandas de infraestrutura de telecomunicações nos estádios, a TELEBRAS também foi responsável pelo atendimento de aeroportos e demais pontos de interesse nas localidades do evento. Para tanto, um plano especial de atendimento foi idealizado de modo a corresponder aos níveis de serviços demandados. A operação envolveu todo o *backbone* da TELEBRAS e as redes metropolitanas nas seis cidades sedes.

O evento foi considerado um sucesso, sem falhas nas transmissões de áudio e vídeo, demonstrando a capacidade operativa da Companhia.

Mesmo antes de 2013 foram iniciadas a construção das redes metropolitanas nas demais cidades que sediarão a Copa do Mundo 2014 - Natal, Manaus, Cuiabá, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre – com o cumprimento das exigências de atendimento aos Aeroportos e Arenas.

Evolução de Implantação de Projeto



b. Projeto SGDC

Este Projeto tem como objetivos principais: assegurar ao Brasil sua independência internacional no segmento satelital; garantir que o segmento de defesa e as comunicações estratégicas do país estejam sob controle nacional; atender às necessidades de comunicação do Ministério da Defesa, por meio da qual trafegarão informações sensíveis e estratégicas para o país; ampliar atendimento à demanda do PNBL (que ainda não pode ser atendida pela atual rede de telecomunicações da TELEBRAS); estimular a transferência e absorção de tecnologias. O Cronograma do Projeto prevê a operação do Satélite já para 2017.

c. Cabo Submarino Internacional

O projeto objetiva assegurar ao Brasil sua independência internacional no acesso à Internet, garantir preços competitivos para acesso ao *backbone* internacional de Internet. Para tanto, a TELEBRAS pretende constituir uma empresa com o objetivo de construir e operar o cabo submarino a ser lançado entre o Brasil e a Europa. A previsão de investimentos no projeto é da ordem de US$ 185 milhões (Ver Notas Explicativas – Eventos Subsequentes).

d. Integração com Outras Redes

O objetivo principal da integração com outras redes é proporcionar a conexão e/ou compartilhamento de redes e de infraestruturas, visando a ampliar a capilaridade da rede nacional. Essa integração vem sendo formalizada por meio de acordos de cooperação e termos de ajuste. Neste contexto, no ano de 2013, a TELEBRAS firmou parceria com a Antel - empresa estatal de telecomunicações do Uruguai - com a instalação do primeiro Telecentro Binacional da América Latina em Santana do Livramento (RS), cidade que faz fronteira com Rivera, no Uruguai, para interconexão da estrutura de fibra óptica entre os dois países. A TELEBRAS também aderiu a dois novos Pontos de Troca de Tráfego (PTT) em Porto Alegre e São Paulo, disponibilizando a interconexão com todas as redes que fazem parte dos PTTs nestas mesmas cidades, além de Brasília, Goiânia e Belém.

V. ATIVIDADES COMERCIAIS

No ano de 2013, a Diretoria Comercial foi reestruturada. Em sua nova composição organizacional está prevista a criação de 7 Escritórios Regionais (Brasília, Belém, Fortaleza, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo) que atuarão com vendas para provedores, clientes corporativos e do mercado governo, de forma capilarizada em todo o país. A implantação dos Escritórios Regionais irá permitir também a inserção dos novos concursados aprovados no último concurso realizado pela Companhia, o que deve ocorrer a partir de abril de 2014.

a. Marketing

As ações de marketing adotadas em 2013 tiveram como objetivo dar reconhecimento à TELEBRAS como uma empresa forte e competitiva, que contribui para o desenvolvimento social e econômico do país, promovendo o acesso aos serviços de telecomunicações, detentora de um *backbone* nacional de qualidade e de tecnologia modernas, responsável pela política de inclusão digital e que atende ao Programa Nacional de Banda Larga (PNBL) com qualidade e melhor custo x benefício. Para isso a TELEBRAS participou de eventos que promoveram sua marca e seus serviços.

No ano de 2013, a TELEBRAS teve como premissa básica a participação em eventos com foco comercial, no intuito não apenas de divulgar a marca, como também de prospectar contatos com o público-alvo dos eventos (provedores e clientes corporativos/governo). Os eventos comerciais que a TELEBRAS participou em 2013 foram:

1. 5º. ISP – Encontro Nacional dos Provedores de Internet – ABRINT;
2. CONIP 2013 – Congresso de Informática e Inovação na Gestão Pública 2013;
3. Futurecom 2013;
4. Fórum Internacional Software Livre – FISL14.

Além dos eventos de cunho comercial, a TELEBRAS também voltou seus esforços para a participação em cerimônias solenes de assinatura de termos de cooperação técnica com diversos Governos de Estado, promovendo assim o PNBL e a marca da TELEBRAS como uma empresa que atua para o desenvolvimento do país. A Companhia realizou essas cerimônias com os Governos dos Estados do Pará, Rondônia, Acre e Goiás.

Durante a participação nestes eventos foram realizados inúmeros contatos com provedores, fornecedores, clientes corporativos e governo, além de promover visibilidade para sua marca por meio das diversas mídias espontâneas (imprensas nacional e internacional).

O objetivo do ano de 2013 foi alcançado: aumentar ainda mais o potencial estratégico dos eventos, trazendo mais contatos e relacionamentos por meio de uma participação mais ativa e alinhada com as principais empresas de telecomunicações.

Os principais resultados obtidos com a participação nos eventos foram:

- ✓ Criação de um cadastro de dados qualificado;
- ✓ Geração de vendas/receita por meio do contato com clientes interessados;
- ✓ Contato com fornecedores e empresas que possam gerar negócios e parcerias;
- ✓ Visibilidade para a marca TELEBRAS e a geração de mídia espontânea.

b. Planejamento

Durante o ano de 2013, foram desenvolvidas ações de planejamento de vendas, que influenciaram o aumento da receita e auxiliaram a execução do plano de negócios da Companhia.

Dentre as ações desenvolvidas pode-se destacar a criação do modelo para auxiliar o planejamento e o posicionamento das Estações de Atendimento e o traçado das Redes Metropolitanas dentro dos municípios; mapeamento de processos internos, implantação de metodologia para acompanhamento de projetos, participação em conjunto com os Ministérios das Comunicações e do Planejamento no Projeto Cidades Digitais 2012/2013 e na seleção das Cidades Digitais 2014, definição interna de parâmetros do Acordo de Nível Operacional (ANO) para os municípios planejados para 2013, criação do modelo para projeção de demanda advinda do Projeto SGDC, participação no Projeto PNBL 2.0, planejamento e acompanhamento da execução financeira e orçamentária, ajustes na metodologia do Indicador TELEBRAS de Ativação (ITA), que visa a orientar a construção de estações de atendimento e o encarteiramento de clientes para definição dos novos municípios para o ano de 2014.

c. Vendas

O ano de 2013 encerra com 116 contratos comerciais assinados e cerca de 11 Gbps de banda ativada. Isso representou um acréscimo significativo na Receita de Serviços Prestados, quando comparado ao ano de 2012. Deve-se destacar os contratos firmados com o Ministério das Comunicações para atendimento à Copa das Confederações e com o Exército Brasileiro. As solicitações de aumento de banda por parte de alguns clientes reafirmam a qualidade dos serviços prestados pela TELEBRAS e consolidam a relação entre a Companhia e seus clientes;

d. Parcerias

A reestruturação da Diretoria Comercial permitiu uma atuação mais direta no relacionamento com operadoras e parceiros, tendo em vista que foi implementada uma gerência específica para tratar de parcerias e de acordos com empresas que atuam no Setor de Telecomunicações. Essa ação trará ganhos significativos nas tratativas com as empresas cedentes de infraestrutura e com as operadoras.

VI.PROJETOS ESTRUTURANTES

Muitos são os projetos estruturantes em curso. Alguns deles:

a. Gestão de Pessoas: Política de Gestão de Pessoas, com o desenvolvimento do (i) Plano de Carreira e Remuneração (PCR) e (ii) sistema de avaliação por competência. Concurso Público realizado e homologado, já a partir do PCR. Gradativamente os empregados de livre provimento e exoneração vêm sendo substituídos pelos concursados, sem prejuízo da continuidade dos projetos em andamento;

b. Gerência Jurídica: Conclusão do Projeto de Levantamento e Gestão do Passivo Judicial e Administrativo Contingente pela Gerência Jurídica, com o que estão amplamente controlados todos os processos que podem gerar passivo para a Companhia. O Projeto entra numa nova fase, que é de acompanhamento e atualização mensal das contingências e de alinhamento com o software jurídico recentemente adquirido;

c. Geral:

1. Mapeamento e gestão de processos. No ano de 2013, foi concluído o trabalho de elaboração da cadeia de valor da organização, orientando a gestão de processos da TELEBRAS. Foram priorizados e modelados os processos da Presidência e das Diretorias Técnica e Comercial. Com base nessa cadeia de valor e nas conclusões da modelagem dos mais de 70 macroprocessos e processos modelados, foi feito uma revisão do regimento interno e do organograma organizacional, resultando, entre outras mudanças, na criação da Gerência de Governança e dos Escritórios Regionais.

2. Escritórios Regionais: Início do processo de abertura dos Escritórios Regionais de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Belém e Porto Alegre, com foco em atuação comercial, sem prejuízo da centralização em Brasília das principais atividades empresariais;

3. Sistema de Gestão Integrada – SGI: Em novembro de 2013, deu-se o início da operacionalização de Gestão Integrada – SGI, através do SAP, sistema que objetiva consolidar e aglutinar todas as informações operacionais e gerências necessárias para o aprimoramento da gestão da TELEBRAS, ferramenta que permeia os processos das Gerências de Pessoas, Fiscal e Controle (Contabilidade), Financeira e Orçamentária, Compras e Contratos, as Gerências da Diretoria Comercial e da Diretoria Técnica- Operacional.

d. Gerência de Operação e Manutenção:

1. SisGestO&M: Sistema de Gestão da Operação e Manutenção. Contratado no final de 2012 e implantando durante o ano de 2013, a Solução de Gestão de Operação e Manutenção é composta, resumidamente, por soluções de detecção de falhas, análise de desempenho, tratamento de incidentes e problemas, além de concentrar o monitoramento de toda a rede de telecomunicações da TELEBRAS;

2. Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR/NOC (*Network Operation Center*): No âmbito da Operação e Manutenção da rede de telecomunicações da TELEBRAS foram estabelecidos contratos de fornecimento de serviços de operação centralizada e de operação de campo. O Contrato de Operação Centralizada concentra as atividades desenvolvidas pelo Centro Integrado de Gerência de Rede – CIGR/

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOC (*Network Operation Center*), localizado em Brasília, responsável pelas atividades de monitoramento, desempenho e a análise de tráfego, tratamento e escalonamento de incidentes, aceitação de estações, gestão de mudanças, ativação e configuração de clientes, com os respectivos níveis de serviço. O Contrato de Operação de Campo abarca as atividades executadas nas estações de telecomunicações da TELEBRAS, espalhadas pelo país, envolvendo a manutenção preventiva, manutenção corretiva, ativação de clientes localmente, aceitação de estações, limpeza e conservação das estações e manutenção da rede de fibra óptica;

3. O ambiente físico do NOC. A propósito, em 2013 também foram concluídas as instalações do ambiente físico do CIGR/NOC, com funcionamento pleno, 24 horas por dia, 7 dias por semana, que conta com 24 posições de trabalho, telão de monitoramento e infraestrutura de climatização e energia de alta disponibilidade.

e. Gerência de TI:

1. Sistema de Controle de Ordens de Serviço (SICOS): Responsável por gerar e controlar todas as Ordens de Serviço emitidas pelas Áreas Técnicas da empresa;

2. Sistema de Indicadores (Anatel): Responsável por centralizar os indicadores mensais que a empresa deve encaminhar à Anatel;

3. Sistema de Service Desk (SDM): Responsável por controlar os *tickets* de incidentes e solicitações de microinformática da TI;

4. Sistema de Monitoramento e Controle de Obras (SIMEC): Evoluções de mecanismos de controle de cronogramas e acompanhamento das obras.

f. Segurança da Informação e Comunicações: Atuação junto ao Comitê Gestor de Segurança da Informação (CGSI) na construção de Diretrizes de Segurança da Informação em conformidade com as normas internacionais e boas práticas de mercado. O trabalho de normatização em segurança e o apoio ao CGSI prossegue revisão propondo, inclusive, um novo regimento interno visando, entre outros aspectos, à implantação dos Escritórios Regionais.

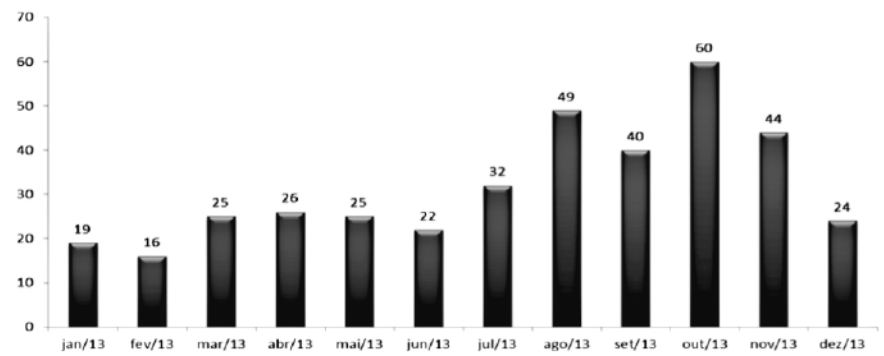
g. TELEBRAS Inovação (nova denominação da Gerência Universidade TELEBRAS): Com nova denominação e atribuições, esta Gerência assumiu a importante função de definir a visão futura da arquitetura de rede de telecomunicações da TELEBRAS, com base na evolução tecnológica do mercado e nas ofertas existentes, com vistas ao seu constante aprimoramento.

VII. GERÊNCIA JURÍDICA

Durante o exercício de 2013, em continuidade aos trabalhos de reestruturação, a Gerência Jurídica da TELEBRAS, melhor estruturada e qualificada, sobretudo em relação aos seus recursos humanos, continuou a empreender ações em dois grandes campos: (i) consultivo; (ii) contencioso.

a. Consultivo

A atividade consultiva, de forma ágil e eficiente, atuou em todos os processos licitatórios da Companhia, emitindo pareceres, orientações e despachos, relativos aos procedimentos de compras, parcerias, acordos de cooperação técnica, entre outros assuntos de interesse. O resultado do trabalho desenvolvido pela Gerência Jurídica em seu âmbito consultivo parcialmente é espelhado no gráfico abaixo:



*Total de pareceres emitidos no exercício de 2013: Σ **382**

b. Contencioso

A atuação contenciosa subdividiu-se em outros dois campos: (i) reativamente, na defesa incondicional dos interesses da TELEBRAS em quaisquer tribunais; e (ii) pró-ativamente na reanálise de todos os 2.101 (dois mil cento e um) processos judiciais e administrativos, promovendo o encerramento de 221 (duzentos e vinte e um) ações, a revisão dos valores de contingência, dos prognósticos de perda, a readequação ou ratificação da condução processual de cada feito e, por vezes, a redefinição de estratégias, o que explica algumas significativas reversões verificadas no Balanço. Ademais, procedeu-se à revisão das teses e petições, despachos com magistrados, desembargadores e contadores, priorizando-se atuação intensiva nas Comarcas com maior número de demandas (contencioso de massa), nos processos estratégicos da Companhia e com representação significativa no seu passivo, bem como nas ações trabalhistas, sempre visando à consolidação dos argumentos e teses da TELEBRAS, atitude que refletiu na contenção do ingresso de novas demandas e/ou no encerramento de processos com decisão favorável à TELEBRAS.

Em casos excepcionais, diante de impossibilidade de reversão da condenação desfavorável à TELEBRAS (sentença transitada em julgado), estrategicamente, com escopo de minimizar os impactos financeiros, optou-se por celebrar acordo, com as autorizações legais e de governança, impedindo bloqueios judiciais nas contas da Companhia.

Noutro âmbito, cabe explicitar que as ações judiciais nas quais a TELEBRAS é parte são registradas em ferramentas de controle e gestão processual interna e classificadas, segundo o critério de risco de perda, nas seguintes categorias: perda provável (provisionamento preventivo), perda possível (sem o provisionamento preventivo, mas com divulgação em nota explicativa) e perda remota (sem o provisionamento preventivo e sem divulgação).

O referido passivo judicial é constantemente reavaliado por meio do acompanhamento e revisão sistemática dos processos, bem como pela adoção tempestiva das providências exigidas no âmbito processual e administrativo, de forma qualificada, pelos profissionais das áreas envolvidas.

A TELEBRAS responde por ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária perante diversos tribunais. Em 31/12/2013, figura como ré em 1.880 ações, sendo 1.787 cíveis, 83 trabalhistas e 10 ações tributárias. Além disso, a TELEBRAS é autora em 44 ações, perfazendo um total de 1.924 processos judiciais. O contencioso judicial encontra-se demonstrado no quadro a seguir:

AÇÕES JUDICIAIS - TELEBRAS RÉ (POR GRAU DE RISCO)

R$ milhões

AÇÕES		2013			2012		
		Quant.	Valor	Part. %	Quant.	Valor	Part. %
Cíveis	Provável	90	103,7	54,8%	52	238,3	73,7%
	Possível	1157	18,8	9,9%	792	25,7	7,9%
	Remota	540	30,5	16,1%	917	17,6	5,4%
Subtotal:		**1.787**	**153,0**	**80,8%**	**1.761**	**281,6**	**87,0%**
Trabalhistas	Provável	37	8,2	4,3%	55	12,0	3,7%
	Possível	5	0,4	0,2%	22	5,1	1,6%
	Remota	41	5,8	3,1%	73	3,5	1,1%
Subtotal:		**83**	**14,4**	**7,6%**	**150**	**20,6**	**6,4%**
Tributárias	Provável	5	1,2	0,6%	5	16,1	5,0%
	Possível	5	20,8	11,0%	4	4,1	1,3%
	Remota	0	0,0	0,0%	3	1,0	0,3%
Subtotal:		**10**	**22,0**	**11,6%**	**12**	**21,2**	**6,6%**
Total por Grau de Risco:		**1880**	**189,4**	**100%**	**1.923**	**323,4**	**100%**

AÇÕES JUDICIAIS - TELEBRAS RÉ (POR CATEGORIA DE PERDA)

R$ milhões

AÇÕES		2013			2012		
		Quant.	Valor	Part. %	Quant.	Valor	Part. %
Total	Provável	132	113,1	59,7%	112	266,4	82,4%
	Possível	1167	40,0	21,1%	818	34,9	10,8%
	Remota	581	36,3	19,2%	993	22,1	6,8%
Total por Categoria de Perda:		**1880**	**189,4**	**100%**	**1.923**	**323,4**	**100%**

Ainda em relação ao Contencioso, um dado interessante: Em 31/12/2011, o passivo classificado como provável era da ordem de R$ 322 milhões (passivo total R$ 344 milhões). Em 31/12/2013, o passivo total é de R$ 189 milhões, enquanto que o caracterizado como provável atinge a importância de R$ 113 milhões, fruto do trabalho da Gerência Jurídica ao longo desses anos.

c. Estrutura Interna

Outro aspecto importante foi a conclusão, em Julho/2013, do mapeamento de processos internos da Gerência Jurídica realizado pela empresa MEMORA, que resultou nos seguintes procedimentos: (i) diagnóstico do processo atual (cadeia de valor da Gerência Jurídica); (ii) redesenho dos processos, com o que se adotou as melhores práticas de mercado, naquilo que ainda necessitava de adequação; (iii) proposta de implantação de ações imediatas de médio e longo prazo e (iv) revisão dos indicadores de desempenho. Acrescente-se a aquisição e implantação de Software Jurídico, cuja finalização está prevista para Junho/2014, quando será possível integrar todas as rotinas da Gerência Jurídica conciliadas com as propostas de ações sugeridas pela empresa MEMORA.

VIII. GESTÃO DE PESSOAS

a. Quadro de pessoal e Remuneração

A TELEBRAS encerrou 2013 com um quadro de pessoal integrado por 334 (trezentos e trinta e quatro) empregados, sendo 253 (duzentos e cinquenta e três) prestando serviços nas unidades administrativas da Empresa, 58 (cinquenta e oito) cedidos à ANATEL e 23 (vinte e três) cedidos a diversos órgãos governamentais. O quadro abaixo apresenta a evolução da força de trabalho da TELEBRAS, por situação e movimentação, contratações, admissões e desligamentos.

Como se pode observar, o quadro de pessoal sofreu um acréscimo de 7,7% comparativamente ao exercício anterior. Em junho de 2013, a TELEBRAS iniciou as contratações dos aprovados no concurso público, para os cargos de Especialista em Gestão de Telecomunicações (EGT) e Técnico em Gestão de Telecomunicações (TGT). Seguindo o planejamento feito, pouco a pouco, na medida das necessidades dos projetos internos, os empregados demissíveis *"ad nutum"* vão dando lugar aos aprovados no concurso público.

A propósito, em 03.01.2013, foi publicado o Edital nº 1 de Abertura do Concurso Público da TELEBRAS. Em 02.05.2013, foi publicado o Edital nº 6 homologando o resultado final do Concurso em questão. Em 16.05.2013, a TELEBRAS publicou Edital convocando 21(vinte e um) aprovados para o cargo de Especialista em Gestão de Telecomunicações – EGT, cargos de nível superior, e 04 (quatro) aprovados para o cargo de Técnico em Gestão de Telecomunicações – TGT, nível médio, ambos nas diversas ocupações/subatividade. Em 03.06.2013, foram ingressados os primeiros concursados para a localidade de Brasília. Da composição do quantitativo total do quadro de pessoal da TELEBRAS, em 31 de dezembro de 2013, 64 (sessenta e quatro) empregados admitidos em 2013 são pertencentes ao Plano de Carreira e Remuneração - PCR.

Situação	Empregados em 31/12/2012	Contratações	Desligamentos	Empregados em 31/12/2013
Quadro Efetivo	202	70	38	234
Ad Nutum	106	17	23	100
Requisitados	2	0	2	0
TOTAL	**310**	**87**	**63**	**334**

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente, Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, diretrizes da TELEBRAS e manifestação do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – DEST, em cumprimento ao disposto na alínea "h", do inciso IV, do art. 8º, do Anexo I do Decreto no. 8.189, de 21 de janeiro de 2014.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No exercício de 2013, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de dezembro, foram de R$ 17,30 mil e R$ 1,66 mil, respectivamente, e a remuneração média foi de R$ 9,48 mil. Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2013, foi de R$ 34,07 mil.

b. Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)

Em 04.04.2013, 1145ª Reunião Ordinária da Diretoria, a Diretoria Executiva, considerando parecer jurídico da Gerência Jurídica, que interpretou a decisão do TCU quanto ao Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP), decidiu, *ad referendum* do Conselho de Administração (15.04.2013, na 114ª Reunião Extraordinária) que: todos os empregados efetivos da TELEBRAS abrangidos pela decisão, sem exceção, têm direito às verbas contidas no Manual do Programa, além daquelas decorrentes da lei, quando do seu desligamento; o direito abrange os que solicitarem desligamento (pedido de demissão) e aqueles que forem desligados por iniciativa da empresa (despedida), já que o PISP não representa qualquer tipo de garantia no emprego; o aviso prévio será indenizado, na forma da lei; a indenização alimentação terá como base de cálculo o valor atualizado para a data do desligamento; para a indenização assistência médica, será calculada uma média dos últimos três valores pagos; somente receberão a indenização SISTEL aqueles que tiverem contribuído nos últimos doze meses; para os empregados efetivos cedidos, o desligamento deverá ser negociado com os órgãos ou entidades cessionárias, de maneira que se evite qualquer prejuízo à Administração.

Assim, os valores relativos as respectivas rescisões estão contemplados nas Demonstrações Financeiras.

c. Acordo Coletivo de Trabalho

O Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2012/2013 - assinado entre a TELEBRAS e o SINTTEL-DF - Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações do Distrito Federal - em 6 de junho de 2013, apresentou cláusula de reajuste da tabela salarial na ordem de 5,45% (cinco vírgula quarenta e cinco por cento) e vigência a partir de 1º de novembro de 2012 (data base da categoria). O ACT relativo ao período de 1º/11/2013 a 30/10/2014 encontra-se em processo de negociação.

d. Medicina e Segurança do Trabalho

Realizada em 17.12.2012 a eleição dos membros para instalação da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA - Gestão 2013/2014, de acordo com a Norma Regulamentadora (NR-5) do Ministério do Trabalho e Emprego. Em 18.01.2013 foram empossados os novos representantes da CIPA (eleitos pelos empregados e representantes do empregador).

Visando a atender ao estabelecido nos artigos 157 e 158 da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, bem como consolidar as iniciativas de proteção aos seus empregados, em 04.03. 2013 a TELEBRAS celebrou o Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato Administrativo nº 2500/06/2012-TB (Hospital Dia Samdel), para prestar serviços de Medicina e Segurança do Trabalho. Entre as ações desenvolvidas ao longo do ano, destacam-se:

1. Continuidade do Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional – PCMSO – Em 2013 foram realizados 90 (noventa) exames admissionais, 54 (cinquenta e quatro) demissionais, 6 (seis) de retorno ao trabalho e 113 (cento e treze) homologações;

2. Realização de exames periódicos com emissão de Atestado de Saúde Ocupacional (empregados considerados aptos), compreendendo a avaliação clínica, exame físico, exame mental e exames complementares – Em 2013 foram realizados 126 (cento e vinte e seis exames periódicos);

3. Ações de Promoção à Saúde – Em 2013 foram realizadas 03 (três) palestras; a SIPAT (Semana Interna de Prevenção a Acidentes); Vacinação antigripal (84 doses).

e. Fundação Sistel de Seguridade Social

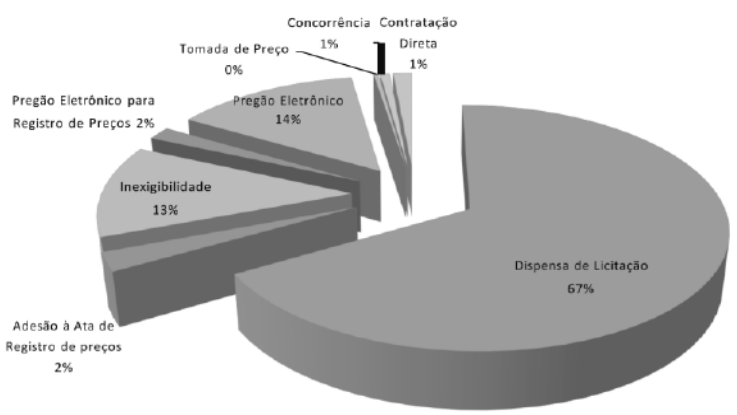
A TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos de Previdência Privada: PBS-A, PBS – TELEBRAS e TELEBRASPREV e também do Fundo de Assistência Financeira à Saúde - PAMA. Nota explicativa específica às Demonstrações Financeiras traz os dados atuariais pertinentes, o respectivo parecer atuarial e a posição da Administração da Companhia a respeito.

IX. LICITAÇÕES E CONTRATOS

Em 2013, realizaram-se 278 processos de aquisição de bens, produtos e serviços, distribuídos conforme tabela abaixo:

Modalidade	Quantitativo de Compras	% do quantitativo	% do valor
Dispensa de Licitação	186	66,9	0,9
Adesão à Ata de Registro de preços	7	2,5	0,2
Inexigibilidade	35	12,6	26,0
Pregão Eletrônico para Registro de Preços	5	1,8	2,8
Pregão Eletrônico	38	13,7	67,9
Tomada de Preço	1	0,4	0,03
Concorrência	2	0,7	0,2
Contratação Direta	4	1,4	2,0
Total	**278**	**100**	100

PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO QUANTITATIVO DE COMPRAS



Embora represente valores pouco expressivos, o alto número de dispensa de licitações é devido a contratos de locações de terrenos/lotes-sites, nos quais a TELEBRAS abriga suas Estações de Atendimento e seus Pontos de Presença. Já os casos de inexigibilidade, quase em sua totalidade, explicam-se pela necessidade de provimento de energia para as mesmas Estações de Atendimento e ou Pontos de Presença.

X. LEGAL E INSTITUCIONAL - INSTRUÇÃO CVM Nº 381/03, DE 14 DE JANEIRO DE 2003 - AUDITORIA EXTERNA

Oportunamente, ressalta-se que, em consonância com o Parecer Jurídico da Controladoria- Geral da União nº 55/2012/ASJUR/CGU-PR, datado de 04 de abril de 2012, corroborado pelo Parecer Jurídico interno nº 017/2012/1200/GJRL, tendo em vista que a análise das demonstrações contábeis por auditoria independente não é considerado serviço continuado, a teor do que conceitua a Instrução Normativa/MPOG nº 02, de 30 de abril de 2008, anualmente faz-se necessária a contratação de nova empresa especializada.

Deste modo, em atenção aos termos da Instrução CVM 381/03, a TELEBRAS esclarece que, para o exercício de 2013, contratou a empresa MACIEL AUDITORES S/S EPP, a qual prestou serviços de auditoria independente das demonstrações contábeis, ora apresentada ao mercado.

XI. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM 480, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as opiniões expressas no relatório de auditoria da MACIEL AUDITORES S/S EPP, emitido em 21 de fevereiro de 2014, com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

XII.RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Na contratação desses serviços, as políticas adotadas pela Companhia fundamentam-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A MACIEL AUDITORES S/S EPP declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situação que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

XIII.CONCLUSÃO

Seja pela ampliação do atendimento aos clientes corporativos e ao mercado governo, seja pela participação em projetos especiais, mas que também propiciarão outros negócios correlatos, a evolução da receita em 2013 indica que a Companhia vem consolidando sua participação no mercado das telecomunicações com um crescimento sustentável.

A quilometragem de fibras ópticas de longa distância, atingida mercê da atuação denodada dos colaboradores e parceiros, engajados no projeto de ampliação da planta, aponta que o caminho a percorrer passa pela capilarização da rede de telecomunicações, consequente otimização dos recursos, rentabilização dos ativos e de uma constante e ativa modernização do atendimento aos clientes.

Por todos esses motivos, 2014 encontra a TELEBRAS ainda mais forte e comprometida com seus objetivos institucionais.

A ADMINISTRAÇÃO

Balanços Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
ATIVO	**Notas**	**31/12/13**	**31/12/12**	**31/12/13**	**31/12/12**
CIRCULANTE		**574.327**	**641.284**	**576.062**	**641.284**
Caixa e Equivalentes de Caixa	IV	449.217	577.085	449.230	577.085
Contas a Receber de Clientes	V	30.193	750	31.924	750
Tributos Federais a Recuperar	VII	10.569	26.530	10.569	26.530
ICMS a Recuperar	VII	1.372	2.064	1.372	2.064
Depósitos Judiciais	IX	53.760	23.634	53.760	23.634
Outros Ativos Realizáveis	X	29.216	11.221	29.207	11.221
NÃO CIRCULANTE		**598.733**	**345.564**	**596.998**	**345.564**
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		**155.778**	**128.310**	**155.865**	**128.310**
Aplicações Financeiras	VI	20.080	-	20.080	-
Tributos Federais a Recuperar	VII	118.762	115.515	118.762	115.515
ICMS a Recuperar	VII	15.596	8.633	15.596	8.633
Depósitos Judiciais	IX	1.340	4.162	1.340	4.162
Outros Ativos Realizáveis	X	-	-	87	-
Investimentos	**XI**	**3.807**	**1.099**	**1.985**	**1.099**
Imobilizado	**XI**	**425.215**	**207.864**	**425.215**	**207.864**
Intangível	**XI**	**13.933**	**8.291**	**13.933**	**8.291**
TOTAL		**1.173.060**	**986.848**	**1.173.060**	**986.848**

		Controladora		Consolidado	
PASSIVO	**Notas**	**31/12/13**	**31/12/12**	**31/12/13**	**31/12/12**
CIRCULANTE		**289.525**	**180.626**	**289.525**	**180.626**
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	VII	9.058	6.790	9.058	6.790
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados - PISP	VIII	43.297	11.843	43.297	11.843
Fornecedores	XIV	121.950	75.665	121.950	75.665
Provisão para Contingências	XV	40.258	17.523	40.258	17.523
Credores por Perdas Judiciais	XVI	799	-	799	-
Grupamento de Ações		13.132	13.150	13.132	13.150
Credores Empresas de Telecomunicações Proces		49.484	46.103	49.484	46.103
Outras Obrigações		11.547	9.552	11.547	9.552
NÃO CIRCULANTE		**766.952**	**543.679**	**766.952**	**543.679**
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		**766.952**	**543.679**	**766.952**	**543.679**
Provisão para Contingências	XV	72.888	249.107	72.888	249.107
Credores por Perdas Judiciais	XVI	273.758	129.034	273.758	129.034
Recursos para Aumento de Capital	XVII	419.872	164.260	419.872	164.260
Antecipação de Clientes		-	608	-	608
Outras Obrigações		434	670	434	670
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**116.583**	**262.543**	**116.583**	**262.543**
Capital Social	XVIII	**263.145**	**719.455**	**263.145**	**719.455**
Prejuízos Acumulados		(145.746)	(456.310)	(145.746)	(456.310)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	XVIII	(705)	(491)	(705)	(491)
Ações em Tesouraria	XVIII	(111)	(111)	(111)	(111)
TOTAL		**1.173.060**	**986.848**	**1.173.060**	**986.848**

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstrações de Resultados
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		**42.236**	**2.292**	**43.967**	**2.292**
Deduções da Receita Bruta		**(13.116)**	**(751)**	**(13.116)**	**(751)**
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		**29.120**	**1.541**	**30.851**	**1.541**
Custos dos Serviços Prestados	**XXI**	**(47.044)**	**(8.479)**	**(47.044)**	**(8.479)**
LUCRO BRUTO		**(17.924)**	**(6.938)**	**(16.193)**	**(6.938)**
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		**(60.291)**	**2.837**	**(62.022)**	**2.837**
Comercialização dos Serviços		(7.912)	(5.984)	(7.912)	(5.984)
Despesas Gerais e Administrativas	XXI	(46.182)	(43.080)	(46.182)	(43.080)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	XXI	(5.379)	52.272	(5.388)	52.272
Resultado de Equivalência Patrimonial		(818)	(371)	(2.540)	(371)
LUCRO/(PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(78.215)**	**(4.101)**	**(78.215)**	**(4.101)**
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	XXI	(67.531)	44.855	(67.531)	44.855
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		**(145.746)**	**40.754**	**(145.746)**	**40.754**
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		**(145.746)**	**40.754**	**(145.746)**	**40.754**
Imposto de Renda e Contribuição Social Sobre o Lucro		-	-		
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(145.746)**	**40.754**	**(145.746)**	**40.754**
Ações em Circulação na data do balanço		**118.440.782**	**118.440.782**		
Lucro (Prejuízo) Líquido Básico por ação (em R$)		**(1,23052)**	**0,35743**		
Lucro (Prejuízo) Líquido Diluído por ação (em R$)		**(1,23054)**	**0,35743**		

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis.

Demonstração do Resultado Abrangente
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Resultado líquido apurado na Demonstração do Resultado	**(145.746)**	**40.754**	**(145.746)**	**40.754**
Itens a serem posteriormente reclassificados para resultado	**(214)**	**(213)**	**(214)**	**(213)**
Ganho (perda) não realizado em ativos disponíveis para venda	(210)	(213)	(210)	(213)
Participação no resultado abrangente das coligadas	(4)	-	(4)	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**(145.960)**	**40.541**	**(145.960)**	**40.541**

Demonstrações de Valores Adicionados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora				Consolidado			
	2013		**2012**		**2013**		**2012**	
RECEITAS	**46.383**	**110,3 %**	**2.344**	**1,4 %**	**48.105**	**114,4 %**	**2.344**	**1,4 %**
Venda de Serviços	41.906	99,7 %	2.291	1,4 %	43.637	103,8 %	2.291	1,4 %
Outras Receitas	4.477	10,6 %	53	- %	4.468	10,6 %	53	- %
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**(25.101)**	**(59,7) %**	**(7.715)**	**(4,9) %**	**(25.101)**	**(59,7) %**	**(7.715)**	**(4,9) %**
Materiais, Energia, Serv. de Terceiros e Outros	(25.101)	(59,7) %	(7.715)	(4,9) %	(25.101)	(59,7) %	(7.715)	(4,9) %
VALOR ADICIONADO BRUTO	**21.282**	**50,6 %**	**(5.371)**	**- %**	**23.004**	**- %**	**(5.371)**	**- %**
RETENÇÕES	**10.953**	**26,0 %**	**60.378**	**38,5 %**	**10.953**	**26,0%**	**60.378**	**38,5%**
Depreciação e Amortização	(3.310)	(7,9) %	(1.299)	(0,8) %	(3.310)	(7,9) %	(1.299)	(0,8) %
Provisões para Contingências	14.263	33,9 %	61.677	39,3 %	14.263	33,9 %	61.677	39,3 %
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO	**32.235**	**76,6 %**	**55.007**	**35,0 %**	**33.957**	**80,7 %**	**55.007**	**35,0 %**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**9.811**	**23,4 %**	**101.825**	**65,0 %**	**8.089**	**19,3 %**	**101.825**	**65,0 %**
Resultado da Equivalência Patrimonial	(818)	(1,9) %	(371)	(0,2) %	(2.540)	(6,0) %	(371)	(0,2) %
Receitas Financeiras	10.130	24,1 %	102.046	65,1 %	10.130	24,1 %	102.046	65,1 %
Aluguéis	330	0,8 0	-	-	330	0,8 %	-	-
Dividendos	169	0,4 %	150	0,1 %	169	0,4 %	150	0,1 %
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	**42.046**	**100,0 %**	**156.832**	**100,0 %**	**42.046**	**100,0 %**	**156.832**	**100,0 %**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO								
Remuneração pelo Trabalho	**57.970**	**137,9 %**	**42.381**	**27,0 %**	**57.970**	**137,9 %**	**42.381**	**27,0 %**
Remuneração Direta	21.610	51,4 %	20.726	13,2 %	21.610	51,4 %	20.726	13,2 %
Encargos, Benefícios e Outros	16.019	38,1 %	12.274	7,8 %	16.019	38,1 %	12.274	7,8 %
Programa Indenização - Serviços Prestados - PISP	20.341	48,4 %	9.381	6,0 %	20.341	48,4 %	9.381	6,0 %
Governo - Tributos	**15.503**	**36,8 %**	**2.849**	**1,8 %**	**15.503**	**36,8 %**	**2.849**	**1,8 %**
Federais	3.954	9,4 %	2.099	1,3 %	3.954	9,4 %	2.099	1,3 %
Estaduais	11.470	27,2 %	667	0,4 %	11.470	27,2 %	667	0,4 %
Municipais	79	0,2 %	83	0,1 %	79	0,2 %	83	0,1 %
Rentistas	**114.319**	**271,9 %**	**70.848**	**45,2 %**	**114.319**	**271,9 %**	**70.848**	**45,2 %**
Aluguéis, Arredamentos e Seguros	32.765	77,9 %	10.478	6,7 %	32.765	77,9 %	10.478	6,7 %
Despesas Financeiras	81.554	194,0 %	60.370	38,5 %	81.554	194,0 %	60.370	38,5 %
Acionistas	**(145.746)**	**(346,6) %**	**40.754**	**26,0 %**	**(145.746)**	**(346,6) %**	**40.754**	**26,0 %**
Lucros Retidos/ Prejuízo do Exercício	(145.746)	(346,6) %	40.754	26,0 %	(145.746)	(346,6) %	40.754	26,0 %
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**42.046**	**100,0 %**	**156.832**	**100,0 %**	**42.046**	**100,0 %**	**156.832**	**100,0 %**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRÁS
CNPJ: 00.336.701/0001-04 - NIRE: 53.30000223-1
Companhia Aberta
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em milhares de reais)

	Capital Social Realizado	Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Outros Resultados Abrangentes	Total
SALDO EM 31/12/2011	419.455	(497.064)	(111)	(278)	(77.998)
Aumento de Capital	300.000	-	-	-	300.000
Lucro Líquido do Exercício	-	40.754	-	-	40.754
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(213)	(213)
Perdas não realizadas em ativos disponíveis para venda	-	-	-	(213)	(213)
SALDO EM 31/12/2012	**719.455**	**(456.310)**	**(111)**	**(491)**	**262.543**
Redução de Capital	(456.310)	456.310	-	-	-
Prejuízo Líquido do Exercício	-	(145.746)	-	-	(145.746)
Outros resultados abrangentes reconhecidos no exercício	-	-	-	(214)	(214)
Perdas não realizadas em ativos disponíveis para venda	-	-	-	(210)	(210)
Participação no resultado abrangente das coligadas	-	-	-	(4)	(4)
SALDO EM 31/12/2013	**263.145**	**(145.746)**	**(111)**	**(705)**	**116.583**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro (Prejuízo) Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(145.746)**	**40.755**	**(145.746)**	**40.755**
Itens de Resultado que não Afetam o Caixa	**66.210**	**2.431**	**67.932**	**2.431**
Depreciação e Amortização	3.310	1.299	3.310	1.299
Provisões para Contingências	19.340	(34.665)	19.340	(34.665)
Provisões PISP	20.341	9.381	20.341	9.381
Equivalência Patrimonial	818	371	2.540	371
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	22.650	26.195	22.650	26.195
Rendimentos s/ Aplicações Financeiras	(80)	-	(80)	-
Receita com Dividendos	(169)	(150)	(169)	(150)
Mutações Patrimoniais	**(54.143)**	**(12.256)**	**(55.952)**	**(12.256)**
Contas a Receber de Clientes	(29.443)	(712)	(31.174)	(712)
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	9.563	3.008	9.563	3.008
Obrigações com Fornecedores	27.632	1.300	27.632	1.300
Tributos	8.592	(2.798)	8.592	(2.798)
Provisões para Contingências	(172.824)	(20.530)	(172.824)	(20.530)
Depósitos Judiciais	(27.303)	1.419	(27.303)	1.419
Outras Contas Ativas e Passivas	129.640	6.057	129.562	6.057
Caixa Provenientes das Operações	**(133.679)**	**30.930**	**(133.766)**	**30.930**
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**(133.679)**	**30.930**	**(133.766)**	**30.930**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Aplicações Financeiras	(20.000)	-	(20.000)	-
Investimentos em Participações Societárias	(3.530)	(1.470)	(3.430)	(1.470)
Imobilizado	(203.790)	(108.863)	(203.790)	(108.863)
Dividendos Recebidos	169	150	169	150
FLUXO DE CAIXA APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(227.151)**	**(110.183)**	**(227.051)**	**(110.183)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Recebimento Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	232.962	21.020	232.962	21.020
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**232.962**	**21.020**	**232.962**	**21.020**
FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO	**(127.868)**	**(58.233)**	**(127.855)**	**(58.233)**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
Saldo Final	449.217	577.085	449.230	577.085
Saldo Inicial	577.085	635.318	577.085	635.318
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**(127.868)**	**(58.233)**	**(127.855)**	**(58.233)**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

I. CONTEXTO OPERACIONAL

a. A Companhia e suas operações

A Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS, sediada no Setor Comercial Sul - SCS – Quadra 9 – Bloco B – Salas 301 a 305 – Brasília (DF) – CEP 70.308-200 (Edifício Parque Cidade Corporate – Torre B), endereço eletrônico: www.TELEBRAS.com.br, CNPJ 00.336.701/0001-04, é uma sociedade empresária de economia mista e de capital aberto, vinculada ao Ministério das Comunicações, constituída em 9/11/1972, de acordo com a Lei 5.792, de 1/07/1972, devidamente autorizada pela ANATEL para a prestação do Serviço de Comunicação Multimídia (Termo PVST/SPV Nº 118/2011, publicado no DOU em 07/04/2011), portanto rege-se pela Lei 6.404/76, por disposições especiais de leis federais e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, pela legislação de telecomunicações, pelas leis e usos do comércio e demais disposições legais aplicáveis ("TELEBRAS" ou "Companhia").

Em 31 de dezembro de 2013, a União detinha diretamente 57,61% das ações ordinárias com direito a voto (90,78% em 31/12/12) e 47,40% de seu capital total (74,68% em 31/12/13). Em 03/12/13, por meio de Decreto da Presidência da República, a União autorizou a transferência de ações de emissão da TELEBRAS, de sua titularidade, para a Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, correspondente a 33,17% das ações ordinárias e 27,28% do capital social da Companhia.

Resumo do quadro societário em 31/12/2013:

		ORDINÁRIAS NOMINATIVAS			TOTAL		
		ACIONISTA	QTDE AÇÕES	%	ACIONISTA	QTDE AÇÕES	%
ORDEM	1	UNIAO	56.135.733	57,61	UNIAO	56.136.888	47,40
	2	FINEP	32.316.006	33,17	FINEP	32.316.006	27,28
	3	OUTROS	8.987.980	9,22	OUTROS	29.989.824	25,32
		TOTAL	**97.439.719**	**100,00**	**TOTAL**	**118.442.718**	**100,00**

A Companhia direciona seus esforços no sentido de implantar a infraestrutura necessária ao Programa Nacional de Banda Larga (Decreto 7.175/2010), atender ao que determina o Decreto 8.135/2013 e ampliar sua carteira de clientes corporativos. Projetos Especiais também estiveram e estão no foco das ações da TELEBRAS, são eles: (i) a aquisição do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC); (ii) o desenvolvimento do Projeto de Cabos Submarinos Internacionais; (iii) atendimento dos eventos em que o Brasil participa como país sede (Copa das Confederações e Copa do Mundo de 2014).

b. Controlada e coligada

Em 31/12/2013, a Companhia possuía participações societárias em empresa controlada direta (subsidiária integral) e coligada.

1. Controlada direta (subsidiária integral):

TELEBRAS COPA S.A. ("TELEBRAS COPA" ou Controlada): sediada em Brasília – DF, no Setor Comercial Sul, Quadra 9, Edifício Parque Cidade Corporate, Torre "B", 3º andar, CEP 70.308-200, tem por objeto a prestação de serviços de telecomunicações à *Fédération Internationale de Football Association* – FIFA e seus parceiros e conveniados. A subsidiária funcionará por tempo determinado, desde a data de sua criação, em 07/03/2013, até a data do término dos eventos da Copa do Mundo de 2014, quando então será incorporada pela Companhia.

2. Coligada:

VISIONA TECNOLOGIA ESPACIAL S.A. ("VISIONA" ou Coligada): com sede na cidade de São José dos Campos, Estado de São Paulo, Brasil, tem por objeto atuar no Brasil ou no exterior, nas atividades de pesquisa, especificação, projeto, desenvolvimento, certificação, fabricação, prestação de serviços de manutenção, de engenharia, modernização, seleção e contratação de fornecedores, integração, logística, treinamento, operação, comercialização, locação, importação e exportação de satélites, estações de terra e outros equipamentos e sistemas aeroespaciais, voltados, inclusive, para atividades relacionadas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ao atendimento das necessidades do Governo Federal relativas: (a) ao plano de desenvolvimento de satélite brasileiro, em especial no âmbito do Programa Nacional de Banda Larga – PNBL, e à comunicação estratégica de defesa e governamental, no âmbito da Estratégia Nacional de Defesa, assim como (b) o suporte logístico contratado para as atividades mencionadas.

A VISIONA foi contratada pela TELEBRAS para fornecer o sistema do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas (SGDC), nos termos do Decreto nº 7.769/12.

3. Resumo das Participações Societárias:

Participação direta	31/12/2013	31/12/2012
Subsidiária integral		
TELEBRAS COPA	-	100%
Coligada		
VISIONA	49%	49%

II. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

a. Critérios de Elaboração

1. Demonstrações Consolidadas

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, examinadas por auditores independentes, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* – "IFRS"), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e estão identificadas como "Consolidado".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC – e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis ao exercício findo em 31/12/2013.

A Companhia e sua Controlada mantêm práticas contábeis uniformes.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a companhias abertas. As normas IFRS não requerem a apresentação da DVA, que é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das Demonstrações Contábeis.

2. Demonstrações Individuais

As Demonstrações Financeiras Individuais da Controladora foram elaboradas e são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e estão identificadas como "Controladora".

Essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, mas somente no que se refere à avaliação dos investimentos em companhias controladas e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que, para fins das IFRS, os investimentos deveriam ser avaliados pelo custo ou pelo valor justo.

3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia, após a análise das operações e negócios pela Administração, é o Real (R$).

4. Estimativas Contábeis

A preparação das Demonstrações Financeiras da Controladora e Consolidadas requer o uso de estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data de sua preparação, bem como experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e julgamentos são continuamente reavaliados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a incertezas inerentes ao processo de sua determinação.

As estimativas são utilizadas para, mas não se limitam a: determinação da vida útil do ativo imobilizado e intangível, avaliação do valor recuperável de ativos, projeções de lucros fiscais, contingências, determinação da valoração de ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados, determinação do valor justo de instrumentos financeiros.

III. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades financeiras estão representadas por depósitos em conta corrente, por aplicações de liquidez imediata (diária) no Banco do Brasil S.A e na Caixa Econômica Federal, nos termos da legislação específica para as sociedades de economia mista da Administração Federal. Estão registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data deste Balanço, não excedendo o valor de mercado. Vide Nota Explicativa nº IV.

As aplicações financeiras de liquidez imediata diária são feitas em fundos de investimento financeiro extramercado de renda fixa, em Títulos do Tesouro Nacional e CDB/RDB de emissão do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal e em Fundo de Investimento I Multimercado, destinados a acolher investimentos exclusivamente de pessoa jurídica integrante da Administração Federal Indireta, cuja carteira do Fundo é composta por títulos federais, em operações finais e/ou compromissadas e operações em mercados derivativos que serão utilizados para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de sua carteira. Vide Nota Explicativa nº IV.

b. Tributos a Recuperar

Os tributos a recuperar correspondem, na quase totalidade ao saldo do imposto de renda pago a maior, imposto de renda retido na fonte sobre os rendimentos das aplicações financeiras e outros, a ser restituído pelo Governo Federal, ou a compensar com tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal e estão registrados ao valor esperado de recuperação. Vide Nota Explicativa nº VII.

c. Imposto de Renda e Contribuição Social

A partir do exercício de 1998, a Companhia deixou de efetuar registros contábeis dos ativos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social em relação às diferenças temporárias e aos prejuízos fiscais e a base negativa de Contribuição Social, dada a incerteza de suas recuperações futuras, ocasionada pelo processo de desestatização e a iminência de liquidação da TELEBRAS. A Companhia voltará a registrar contabilmente tais ativos em função do normal cumprimento de suas novas atividades. Vide Nota Explicativa nº VIII.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social são calculados com base em suas alíquotas efetivas sobre o lucro real e considera a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, limitadas a 30% do lucro real, nos termos da lei.

d. Ativos Realizáveis - Créditos

Representados preponderantemente por (1) gastos com salários e encargos sociais incorridos com pessoal cedido como suporte para o funcionamento da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) e outros Órgãos do Governo, de acordo com legislação específica, não reconhecidos como despesas na Companhia e sim como um direito a receber e (2) aplicações em ações de companhias abertas e títulos do Fundo de Investimento da Amazônia - FINAM avaliadas pelo valor de mercado, conforme a cotação informada pela Bolsa de Valores de São Paulo.

e. Demais Ativos Circulantes e Realizáveis a Longo Prazo

São apresentados pelo valor provável de realização na data do Balanço.

f. Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas nas Demonstrações Financeiras Consolidadas encontram-se registrados pelo método da equivalência patrimonial, assim como as participações societárias em empresas controladas e coligadas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Controladora.

Também com base no método de equivalência patrimonial, os investimentos são contabilizados no Balanço Patrimonial ao custo, ajustados periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos destes em contrapartida de resultado de equivalência patrimonial e por outras variações ocorridas nos ativos líquidos adquiridos. Os ganhos e perdas não realizados em transações entre controladas e coligadas e a Companhia são eliminados proporcionalmente à participação nestas empresas.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da Controlada e da Coligada. Vide Nota Explicativa nº XI.

g. Redução do Valor Recuperável dos Ativos

O saldo do imobilizado, do investimento e de outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perdas nestes ativos.

Analisados individualmente, a Companhia não identificou indicadores que pudessem reduzir o valor recuperável de seus ativos em 31 de dezembro de 2013.

h. Imobilizado

O Imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada, sem quaisquer avaliações sobre seus valores recuperáveis, tendo em vista sua recente constituição.

Não obstante, a TELEBRAS concluiu o processo de contratação de empresa especializada para levantamento e adequação de seu imobilizado, trabalho que está em andamento e possibilitará torná-lo aderente às normas específicas do setor de telecomunicações. Consequentemente, os créditos tributários de ICMS (Controle de Crédito de ICMS sobre Ativo Permanente - CIAP) serão apurados em conformidade com as normas legais, a fim de permitir à Companhia a sua utilização nos futuros pagamentos do mesmo imposto, a partir das notas fiscais dos serviços prestados nas diversas unidades da Federação. Vide Nota Explicativa nº XI, letra "b".

i. Intangível

Refere-se a direitos de uso de software e a licenças regulatórias. São avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. As licenças regulatórias são amortizadas pelo seu prazo de vigência, contratado junto ao órgão regulador. A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, baseado em projeções de benefícios econômicos futuros e não supera o prazo de cinco anos. Quando identificado que uma licença ou direito ligado ao ativo não produz mais benefícios, ocorre a baixa contra o resultado.

j. Provisões e Obrigações Trabalhistas

Os valores relativos às provisões de férias e demais obrigações com empregados são apropriados mensalmente e estão apresentados no passivo circulante na rubrica Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais. Vide Nota Explicativa nº XII.

k. Provisões para Contingências

As contingências baseiam-se nas avaliações de risco de perda das ações judiciais em andamento, efetuadas pelos assessores jurídicos da TELEBRAS na data do Balanço. Os fundamentos e a natureza das provisões estão descritos na Nota Explicativa nº XV.

l. Planos de Benefícios Pós-emprego

As contribuições são determinadas atuarialmente e contabilizadas pelo regime de competência. As demais considerações relativas aos planos de benefícios pós-emprego estão descritas na Nota Explicativa nº XIII.

m. Demais Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do Balanço.

n. Apuração do Resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

o. Receitas (despesas) Financeiras

Representam juros e variações monetárias incidentes sobre os saldos de aplicações financeiras, tributos a recuperar, depósitos judiciais, encargos sobre obrigações, tais como provisão para contingências passivas, perdas judiciais, recursos para futuro aumento de capital, credores (empresas de telecomunicações) e cauções de fornecedores.

p. Resultado Líquido por Ação e Valor Patrimonial por Ação – VPA por Unidade de Ações

Em 31/12/2013 e 31/12/2012 o Resultado Líquido por Ação e o Valor Patrimonial por Ação - VPA por Unidade de Ações foram calculados com base no número de ações em circulação na data do Balanço Patrimonial, sendo 97.437.783 (líquida de 1.936 ações em tesouraria) ações ordinárias e 21.002.999 ações preferenciais, totalizando 118.440.782 ações.

q. Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC - e Demonstração do Valor Adicionado – DVA

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) foi preparada conforme o IAS 7/CPC 03 e reflete as modificações que ocorreram nos exercícios apresentados utilizando-se o método indireto.

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada seguindo o CPC 09 – DVA. Essa demonstração tem

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Contábeis Individuais.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, que servem de base de preparação das Demonstrações Contábeis e seguindo as disposições contidas no NBC TG 09 – DVA. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços, incluindo os tributos incidentes sobre as mesmas, as outras receitas e os efeitos da provisão créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento de aquisição e os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos), pelas retenções (encargos de depreciação e provisão para contingências) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, governo (tributos), remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

IV. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Contas Bancárias e Fundo Fixo	1.520	627	1.533	627
Numerários em Trânsito	2.197	-	2.197	-
Aplicações Financeiras	445.500	576.458	445.500	576.458
Total	**449.217**	**577.085**	**449.230**	**577.085**

V. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Ministério das Comunicações	28.099	-	29.830	-
Outros Clientes	2.094	750	2.094	750
Total	**30.193**	**750**	**31.924**	**750**
Circulante	**30.193**	**750**	**31.924**	**750**

VI. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

A TELEBRAS realizou aplicação em Fundo de Investimento de Renda Fixa com remuneração atrelada à taxa do CDI, como garantia da Transação Parcial firmada com a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, em função de ação judicial com sentença transitada em julgado. O saldo em 31/12/13 é R$ 20.080 (R$ 0 em 2012). Vide informações na Nota Explicativa nº XVI.

VII. TRIBUTOS A RECUPERAR

No exercício, a movimentação da conta "tributos a recuperar" foi a seguinte:

Controladora e Consolidado

	Saldo	Adições		Compensação	Saldo
	31/12/12	**Principal**	**Juros SELIC**	**Débitos**	**31/12/13**
Tributos Federais:					
IR a restituir/ compensar e retenções	116.132	1.877	3.155	(18.893)	102.271
IRRF s/ Juros s/ apital Próprio – JCP	21.504	(8)	541	-	22.037
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	1.561	9	110	-	1.680
PIS e COFINS	-	483	-	(77)	406
Outros	2.848	20	69	-	2.937
Subtotal	**142.045**	**2.381**	**3.875**	**(18.970)**	**129.331**
Tributos Estaduais:					
ICMS a recuperar	**10.697**	**10.187**	**-**	**(3.916)**	**16.968**
Total	**152.742**	**12.568**	**3.875**	**(22.886)**	**146.299**
Circulante	**28.594**				**11.941**
Não Circulante	**124.148**				**134.358**

No exercício de 2013, a Companhia efetuou a compensação de R$ 18.970 (R$ 32.838 em 2012) com débitos tributários relativos ao PIS, COFINS, INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte sobre assalariado e prestadores de serviço pessoa jurídica.

Do total dos créditos tributários em 31/12/2013, R$ 115.761 (R$ 129.704 em 31/12/2012) correspondem aos direitos creditícios cedidos para a empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., por força de decisão judicial e do que consta em Termo de Transação e Outras Avenças.

O referido crédito encontra-se *sub judice* na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011- A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº XVI.

VIII. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a. Demonstrativo do Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social de 2013 e 2012 foram apuradas conforme demonstrado a seguir:

Controladora e Consolidado

	2013		2012	
	Imposto de Renda	**Contribuição Social**	**Imposto de Renda**	**Contribuição Social**
Resultado contábil antes do IR e da CS	(145.746)	(145.746)	40.754	40.754
Adições permanentes	2.595	2.595	663	663
Exclusões permanentes	(1.891)	(1.891)	(150)	(150)
Subtotal	(145.042)	(145.042)	41.267	41.267
Diferenças temporárias	(129.550)	(129.550)	(46.816)	(46.816)
Adições temporárias:	103.753	103.753	58.492	58.492
Provisão contingências e encargos	68.550	68.550	48.330	48.330
Provisão PISP	29.722	29.722	9.381	9.381
VM s/ Depósitos Judiciais	5.294	5.294	781	781
Outras adições	187	187	-	-
Exclusões temporárias:	(233.303)	(233.303)	(105.308)	(105.308)
Baixa de provisão p/ contingências	(172.824)	(172.824)	(20.357)	(20.357)
Baixa de provisão PISP	(1.888)	(1.888)	-	-
VM s/ Depósitos Judiciais e outros	-	-	(1.804)	(1.804)
Reversão prov contingências	(49.210)	(49.210)	(83.147)	(83.147)
Reversão de provisão PISP	(9.381)	(9.381)	-	-
Base de Cálculo Negativa	(274.592)	(274.592)	(5.549)	(5.549)

b. Créditos fiscais diferidos e não registrados

Apresentamos a seguir o resumo dos créditos não registrados contabilmente:

Controladora e Consolidado
2013

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Base de cálculo	**Tributo de 25%**	**Base de cálculo**	**Tributo de 9%**
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	113.145	28.286	113.145	10.183
Provisão PISP	27.834	6.959	27.834	2.505
Prejuízo fiscal/base negativa	542.189	135.547	542.189	48.797
Outros	5.883	1.471	5.883	530
Total	**689.051**	**172.263**	**689.051**	**62.015**

Controladora e Consolidado
2013

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	Base de cálculo	**Tributo de 25%**	**Base de cálculo**	**Tributo de 9%**
Créditos fiscais não registrados				
Provisão para contingências	266.629	66.658	266.629	23.997
Provisão PISP	9.381	2.345	9.381	844
Prejuízo fiscal/base negativa	267.597	66.899	267.597	24.084
Outros	402	100	402	36
Total	**544.009**	**136.002**	**544.009**	**48.961**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

De acordo com a legislação vigente, a compensação dos prejuízos fiscais relativos a Imposto de Renda e da base de cálculo negativa de Contribuição Social sobre o Lucro está limitada a 30% (trinta por cento) do lucro tributável (IR) e da base de cálculo positiva da Contribuição Social em cada período-base.

IX. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Composição dos depósitos judiciais vinculados e não vinculados (judiciais e extrajudiciais) às contingências passivas:

	Controladora e Consolidado			
	Vinculados	**Não vinculados**	**2013**	**2012**
Natureza	**A**	**B**	**A+B**	
Cível	12.452	37.575	50.027	21.853
Trabalhista	3.936	76	4.012	4.931
Tributária	19	1.042	1.061	1.012
Total	**16.407**	**38.693**	**55.100**	**27.796**
Circulante	**16.224**	**37.536**	**53.760**	**23.634**
Não Circulante	**183**	**1.157**	**1.340**	**4.162**

Vide Nota Explicativa nº XV.

Os depósitos judiciais e extrajudiciais não vinculados a itens contingentes referem-se a diversos processos em que a TELEBRAS figura como ré ou autora, não classificados como perda provável.

X. OUTROS ATIVOS REALIZÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Pessoal Cedido a Recuperar – ANATEL	19.760	5.453	19.760	5.453
Pessoal Cedido a Recuperar - Órgãos Govern.	3.843	1.295	3.843	1.295
Ações e Títulos Destinados à Venda	2.048	2.258	2.048	2.258
Cauções	1.620	-	1.707	-
Adiantamento a Empregados	404	700	404	700
Outros	1.541	1.515	1.532	1.515
Total	**29.216**	**11.221**	**29.294**	**11.221**
Circulante	**29.216**	**11.221**	**29.207**	**11.221**
Não Circulante	**-**	**-**	**87**	**-**

O saldo a recuperar da ANATEL e de outros órgãos governamentais refere-se a salários e respectivos encargos e benefícios sociais relativos aos empregados cedidos. Estão inclusos valores referentes às provisões de férias e seus respectivos encargos, que são provisionados mensalmente, e provisão relativa ao Programa de Indenização de Serviços Prestados – PISP. Vide Nota Explicativa nº XIII.

O saldo referente às ações e títulos destinados à venda corresponde a ações em carteira própria de companhias abertas de empresas de telecomunicações, avaliadas pelo valor de mercado.

XI. ATIVO NÃO CIRCULANTE

a. Investimentos

1. Participação no Capital de Empresa Coligada

A Companhia efetuou integralização de sua participação no capital da VISIONA em 2013 no valor de R$ 3.430 (R$ 1.470 em 2012), totalizando R$ 4.900, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo os 51% restantes pertencentes à EMBRAER DEFESA E SEGURANÇA PARTICIPAÇÕES S.A. Em 31.12.2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R$ 1.985 (R$ 1.099 em 31/12/2012). A perda com equivalência patrimonial de R$ 2.540, em 31/12/2013 (R$ 371 em 31/12/2012), motivada pelos gastos de constituição e por despesas apropriadas para início de suas operações, foi reconhecida no resultado e ajustada pelo lucro não realizado em operações entre a Coligada e a Companhia. As Demonstrações Contábeis da Coligada foram revisadas pela empresa KPMG – Auditores Independentes.

As informações financeiras da coligada VISIONA, avaliada por equivalência patrimonial, estão demonstradas a seguir:

Ativo	**2013**	**2012**
Circulante	39.390	2.069
Não Circulante	5.409	402
Total do ativo	**44.799**	**2.471**
Passivo		
Circulante	35.763	229
Patrimônio Líquido	9.036	2.242
Total do passivo	**44.799**	**2.471**

Demonstrações de Resultados	**2013**	**2012**
Receita Operacional Líquida	12.905	-
Custos dos Produtos e Serviços Vendidos	(10.289)	-
Lucro Bruto	2.616	-
Receitas (Despesas) Operacionais	(2.975)	(1.226)
Prejuízo Operacional Antes Receitas (Despesas) Financeiras	(359)	(1.226)
Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas	198	78
Prejuízo Operacional	(161)	(1.148)
Imposto de Renda e Contribuição Social s/ Lucro	(37)	390
Prejuízo Líquido do Exercício	**(198)**	**(758)**
Outros Resultados Abrangentes	(8)	-
Resultado Abrangente Total	**(206)**	**(758)**

Movimentação da participação da Companhia na coligada VISIONA:

	Controlada e Consolidado	
	2013	**2012**
Saldo inicial de investimento em coligada	1.099	-
Integralização de Capital Social	3.430	1.470
Participação da Companhia s/ Prejuízo do Exercício	(97)	(371)
Participação s/ ganhos não realizados entre a Coligada e a Companhia	(2.443)	-
Participação s/ Outros Resultados Abrangentes	(4)	-
Saldo Final de investimento em Coligada	**1.985**	**1.099**

2. Participação no Capital de Empresa Controlada

Em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014. Nesta data, foi realizada a integralização inicial de seu capital, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), correspondentes a 10% do capital total, de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

A Companhia integralizou, em 20/06/2013, os R$ 90.000 (noventa mil reais) restantes de sua participação no capital da TELEBRAS COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R$ 1.822 mil, devido ao ganho líquido com equivalência patrimonial, motivada por faturamento resultante de prestação de serviços de telecomunicações quando da Copa das Confederações realizada em julho de 2013, que está representado no resultado da empresa em 31/12/2013. As Demonstrações Contábeis da Controlada foram revisadas pela empresa MACIEL AUDITORES S/S EPP.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou a consolidação de suas demonstrações contábeis individuais com as demonstrações contábeis de sua Controlada, TELEBRAS COPA S.A.

b. Imobilizado

		Controladora e Consolidado			
Natureza do Imobilizado	**Taxa Anual de Depreciação %**	**Custos**	**Depreciação Acumulada**	**Valor Líquido**	
				31/12/2013	**31/12/2012**
Instalações Prediais	10	2.413	(470)	1.943	1.282
Mobiliário	10	2.885	(729)	2.156	2.037
Equipamentos de Computação	20	3.033	(1.713)	1.320	1.776
Outros Equipamentos/ Sobressalentes	10	239	(19)	220	6
Imobilizado em Andamento		419.576	-	419.576	202.763
Total		**428.146**	**(2.931)**	**425.215**	**207.864**

Movimentações Ocorridas no Imobilizado em 31/12/2013

	Controladora e Consolidado			
Descrição	**Saldo 31/12/2012**	**Aquisições**	**Depreciação**	**Saldo 31/12/2013**
Instalações Prediais	1.282	888	(227)	1.943
Mobiliário	2.037	389	(270)	2.156
Equipamentos de Computação	1.776	90	(546)	1.320
Outros Equipamentos/ Sobressalentes	6	228	(14)	220
Imobilizado em Andamento	202.763	216.813	-	419.576
Total	**207.864**	**218.408**	**(1.057)**	**425.215**

c. Intangível

Natureza do Intangível	Taxa Anual de Amortização %	Controladora e Consolidado Custos	Amortização Acumulada	Valor Líquido 31/12/2013	Valor Líquido 31/12/2012
Sistemas Aplicativos	20	12.669	(2.682)	9.987	8.291
Direitos sobre Autorizações	7	3.946	-	3.946	-
Total		**16.615**	**(2.682)**	**13.933**	**8.291**

1. Movimentações Ocorridas no Intangível em 31/12/2013

Descrição	Controladora e Consolidado Saldo 31/12/2012	Aquisições	Amortização	Saldo 31/12/2013
Sistemas Aplicativos	8.291	3.931	(2.235)	9.987
Direitos sobre Autorizações	-	3.946	-	3.946
Total	**8.291**	**7.877**	**(2.235)**	**13.933**

XII. PESSOAL, ENCARGOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS

	Controladora e Consolidado 31/12/2013	31/12/2012
Salários e Honorários a Pagar	2.161	204
Encargos Sociais a Pagar	6.590	5.307
Benefícios Sociais a Pagar	257	1.198
Mão-de-Obra Temporária	50	81
Total	**9.058**	**6.790**
Circulante	**9.058**	**6.790**

XIII. PROGRAMA DE INDENIZAÇÃO POR SERVIÇOS PRESTADOS (PISP)

No decorrer de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia complementou sua provisão, que apresenta o saldo no passivo circulante de R$ 43.297 em 31/12/2013 (R$ 11.843, em 31/12/2012).

No exercício de 2013, para os colaboradores em exercício na TELEBRAS, foi registrado no resultado o valor de R$ 20.341 (R$ 9.381 em 2012). Os valores correspondentes aos empregados cedidos à ANATEL e outros órgãos estão registrados em Outros Ativos Realizáveis. Vide Nota Explicativa X.

XIV. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado 31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores de Operação	29.816	2.183
Fornecedores de Expansão	92.134	73.482
Total	**121.950**	**75.665**
Circulante	**121.950**	**75.665**

A TELEBRAS registrou saldo a pagar decorrente de serviços prestados pela coligada VISIONA, referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas, no valor de R$ 29.805 em 31/12/2013 (R$ 0 em 31/12/2012).

XV. CONTINGÊNCIAS PASSIVAS

Em 31/12/2013, a TELEBRAS é ré em 1.880 ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária (1.923 em 31/12/2012), perante diversos tribunais. Essas ações são permanentemente acompanhadas e avaliadas pela Gerência Jurídica da Companhia e a elas são atribuídas expectativas de perda, conforme a seguir, e com base nessas avaliações, é dado o seguinte tratamento contábil:

Expectativa da perda	Critério contábil	Quantidade de ações 31/12/2013	31/12/2012
Provável	Provisionar e divulgar em Notas Explicativas	132	112
Possível	Não provisionar, porém divulgar em Notas Explicativas	1.167	818
Remota	Não provisionar, nem divulgar em Notas Explicativas	581	993
	Total	**1.880**	**1.923**

a. Contingências de Perda Provável (provisionadas)

1. Contingências Líquidas de Depósitos Judiciais

	Controladora e Consolidado 31/12/2013 Quantidade de Ações	Provisões A	Depósitos Judiciais B	Líquido A-B
Cível	90	103.723	12.452	91.271
Trabalhista	37	8.180	3.936	4.244
Tributária	5	1.243	19	1.224
Total	**134**	**113.146**	**16.407**	**96.739**
Circulante	**92**	**40.258**	**16.224**	**24.034**
Não Circulante	**40**	**72.888**	**183**	**72.705**

	Controladora e Consolidado 31/12/2012 Quantidade de Ações	Provisões A	Depósitos Judiciais B	Líquido A-B
Cível	52	238.396	8.856	229.540
Trabalhista	55	12.051	4.757	7.294
Tributária	5	16.183	43	16.140
Total	**112**	**266.630**	**13.656**	**252.974**
Circulante		**17.523**	**9.598**	**7.925**
Não Circulante		**249.107**	**4.058**	**245.049**

2. Classe das Ações Judiciais – Perdas Prováveis

Classe das Ações	Quantidade 31/12/13	31/12/12	Provisões 31/12/13 A	Depósitos 31/12/13 B	Líquido 31/12/13 A-B	31/12/12 SALDO
Cíveis						
Ilegalidade na venda de:						
Ações	20	11	6.454	7.504	(1.050)	857
Dividendos sobre o capital da TELEBRAS	7	7	88.992	2.380	86.612	226.237
Diferença de ações - conversão de debêntures	1	1	1.043	-	1.043	940
Diversas classes	62	33	7.234	2.568	4.666	1.506
Total	**90**	**52**	**103.723**	**12.452**	**91.271**	**229.540**
Trabalhistas						
Ganhos de produtividade	2	2	2.637	21	2.616	1.773
Readmissão de pessoal	2	1	1.710	1.420	290	212
Expurgos inflacionários multa de 40% - FGTS	7	20	451	434	17	1.083
Responsabilidade subsidiária	11	14	1.153	276	877	1.358
Diversas classes	15	18	2.229	1.785	444	2.868
Total	**37**	**55**	**8.180**	**3.936**	**4.244**	**7.294**
Tributárias						
Isenção de imposto de importação e IPI	-	1	-	-	-	16.119
Diversas classes	5	4	1.243	19	1.224	21
Total	**5**	**5**	**1.243**	**19**	**1.224**	**16.140**
Total Geral	**132**	**112**	**113.146**	**16.407**	**96.739**	**252.974**
Circulante			**40.258**	**16.224**	**24.034**	**7.925**
Não Circulante			**72.888**	**183**	**72.705**	**245.049**

3. Movimentação das Provisões para Contingências

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2011	**321.825**
Reversões Líquidas	(61.677)
Baixas	(20.530)
Atualizações – Encargos Financeiros	27.012
Saldo em 31/12/2012	**266.630**
Reversões Líquidas	(14.263)
Baixas	(172.824)
Atualizações – Encargos Financeiros	33.603
Saldo em 31/12/2013	**113.146**

4. Movimentação dos Depósitos Judiciais vinculados às Provisões para Contingências

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2011	**15.687**
Adições Líquidas	2.278
Baixas - Provisões para Contingências	(5.269)
Baixas - Despesas para Perdas Judiciais	(12)
Atualização – Encargos Financeiros	972
Saldo em 31/12/2012	**13.656**
Adições Líquidas	8.252
Baixas - provisões para Contingências	(6.441)
Atualização – Encargos Financeiros	940
Saldo em 31/12/2013	**16.407**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

b. Contingências de risco possível (não provisionadas)

Natureza	Controladora e Consolidado			
	Quantidade de Ações		Valor	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Cível	1.157	792	18.731	25.769
Trabalhista	5	22	409	5.151
Tributária	5	4	20.821	4.159
Total	**1.167**	**818**	**39.961**	**35.079**

Classe das Ações Judiciais

	Quantidade		Valor	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Cíveis				
Ressarcimento de lucros cessantes	-	1	-	4.774
VPA´S nas capitalizações por contratos de participação financeira-PF (autofinanciamento)	1.120	744	5.968	3.935
Dividendos sobre o capital da TELEBRAS	-	1	-	15.201
Ilegalidade na venda de ações	7	12	1.153	410
Execução Fiscal	5	-	11.136	-
Diversas classes	25	34	474	1.449
Total	**1.157**	**792**	**18.731**	**25.769**
Trabalhistas				
Ganhos de produtividade	-	1	-	3.098
Pagamento de hora extra/ reflexo verbas rescisórias	-	1	-	418
Reconhecimento de direito sobre o Programa de Indenização por Serviços Prestados - PISP	1	2	18	16
Diversas classes	4	18	391	1.619
Total	**5**	**22**	**409**	**5.151**
Tributárias				
Isenção de Imposto de Importação e IPI	2	1	19.825	3.363
Pagamento de diferença referente à Taxa Referencial do exercício de 1996	1	-	970	-
Diversas classes	2	3	26	796
Total	**5**	**4**	**20.821**	**4.159**
Total Geral	**1.167**	**818**	**39.961**	**35.079**

XVI. CREDORES POR PERDAS JUDICIAIS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Créditos Tributários a Transferir	132.342	129.704
Acordo Judicial a Pagar (PREVI)	142.215	-
Total	**274.557**	**129.704**
Circulante	**799**	**-**
Não Circulante	**273.758**	**129.704**

Os créditos tributários a transferir referem-se à obrigação formalizada por meio do Termo de Transação e Outras Avenças, homologado em juízo, firmado com a empresa VT UM PRODUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA., conforme fato relevante publicado em 14/06/2006, na Gazeta Mercantil.

De acordo com as disposições do referido Termo, o valor dos direitos creditícios de natureza tributária vinculados a esta obrigação, no montante de R$ 132.342 em 31/12/2013 (R$ 129.704 em 31/12/2012), refere-se a saldos de créditos de processos de pedidos de restituição/compensação à Receita Federal, que somente serão transferidos ao credor após a efetivação das respectivas realizações financeiras, condicionadas ao sucesso dos pleitos no âmbito da Justiça Federal.

No entanto, estes pleitos judiciais encontram-se suspensos após Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011, proferida nos autos da Ação Civil Pública nº 21032-95.2011.4.01.3400, em trâmite perante a Nona Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal, em que são discutidas as condições impostas pelo Termo de Transação e Outras Avenças supramencionado.

Em outro processo, a Companhia firmou Transação Parcial com a Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI para pagamento do valor da execução (valor incontroverso), decorrente de decisão judicial condenatória transitada em julgado.

O saldo de R$ 142.215, em 31/12/2013, será pago em 30 (trinta) prestações semestrais e sucessivas e é atualizado pelo índice de variação do INPC, acrescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano.

XVII. RECURSOS CAPITALIZÁVEIS

O saldo de R$ 419.872 em 31/12/2013 (R$ 164.260 em 31/12/2012), corrigido pela Taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRAS em favor da UNIÃO, conforme sua orientação.

XVIII. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital social

Em 04/07/2012 foi homologado pela 94ª A.G.E., o aumento do capital social de R$ 419.454.543,77 (quatrocentos e dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos), para R$ 719.454.543,77 (setecentos e dezenove milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e três reais e setenta e sete centavos), aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 28/06/2013 foi homologado pela 96ª A.G.E., a redução do capital social mediante amortização integral dos prejuízos acumulados, no valor de R$ 456.309.531,95 (quatrocentos e cinquenta e seis milhões, trezentos e nove mil, quinhentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos).

Como resultado da redução, o capital subscrito e integralizado passou de R$ 719.454.543,77, em 31/12/2012, para R$ 263.145.011,92 (duzentos e sessenta e três milhões, cento e quarenta e cinco mil, onze reais e noventa e dois centavos), em 30/09/2013.

O capital social, em 31/12/2013, no valor R$ 263.145 (R$ 719.455 em 31/12/2012), subscrito e integralizado, compõe-se de 118.442.718 (118.442.718 em 31/12/2012) unidade de ações sem valor nominal, assim distribuídas:

	Quantidade – Unidade	
	31/12/2013	31/12/2012
Capital total em ações		
Ordinárias	97.439.719	97.439.719
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total	**118.442.718**	**118.442.718**
Ações em tesouraria		
Ordinárias	1.936	1.936
Total	**1.936**	**1.936**
Ações em circulação		
Ordinárias	97.437.783	97.437.783
Preferenciais	21.002.999	21.002.999
Total	**118.440.782**	**118.440.782**
Valor Patrimonial por ação em circulação	**0,98432**	**2,21666**

A partir de 24/01/2011, as ações de emissão da TELEBRAS passaram a ser negociadas na BM&FBOVESPA (site: www.bmfbovespa.com.br) na forma unitária. Dessa forma o preço de 1 (uma) ação a partir de 24/01/2011 corresponde ao preço de 10.000 (dez mil) ações anteriores ao agrupamento.

b. Dividendos

Nos termos do Estatuto Social, a ação preferencial não tem direito a voto, exceto na situação prevista em lei, sendo a ela assegurada prioridade no reembolso do capital e no pagamento dos dividendos mínimos não cumulativos de 6% ao ano sobre o valor do capital social.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia - e a permanência dos prejuízos acumulados até então - não foram efetuados o cálculo e distribuição de dividendos e a constituição de reservas.

c. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O valor referente ao Ajuste de Avaliação Patrimonial corresponde a perdas por ajuste ao valor de mercado de ações e títulos destinados a venda de R$ 701 em 31/12/2013 (R$ 491 em 31/12/2012). Vide também Notas Explicativas nº XXI.

A TELEBRAS registrou valor de R$ 4 em 31/12/2013 (R$ 0 em 31/12/2012) referente à sua participação sobre o saldo de Ajuste de Avaliação Patrimonial da coligada VISIONA, avaliada por equivalência patrimonial.

d. Ações em Tesouraria

O valor das Ações em Tesouraria corresponde ao saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 22/05/1998.

XIX. PARTES RELACIONADAS

a. TELEBRAS COPA

A TELEBRAS possui saldos a receber da controlada TELEBRAS COPA, referente ao pagamento de despesas operacionais da Controlada, que serão reembolsadas e estão demonstradas no quadro a seguir.

	Controladora			
Descrição	Saldo 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2013
Outros ativos	-	9	-	9

b. VISIONA

A Companhia possui saldo a pagar decorrente de serviços prestados pela coligada VISIONA, referente ao desenvolvimento do Projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações Estratégicas. Os valores a pagar e os saldos já incorporados ao Imobilizado estão apresentados a seguir.

	Controladora e Consolidado			
Descrição	Saldo 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2013
Imobilizado	-	70.914	-	70.914
Fornecedores	-	(70.914)	41.109	(29.805)

XX. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui aplicações financeiras de liquidez imediata de R$ 445.500 em 31/12/2013 (R$ 576.458 em 31/12/2012), as quais estão avaliadas ao custo, acrescidas de rendimentos até a data do Balanço. As taxas negociadas são compatíveis com as condições de mercado. Além disso, possui Equivalentes a Caixa de R$ 3.717 em 31/12/2013 (R$ 627 em 31/12/2012). Vide Nota Explicativa nº IV.

As operações em mercados derivativos serão utilizadas para proteção, posicionamento e/ou alavancagem de suas carteiras (Fundos aplicados na Caixa Econômica Federal: Multimercado e Renda Fixa).

Considerando o saldo remanescente da cisão parcial da TELEBRAS, ocorrida em 1998, o único ativo financeiro avaliado pelo valor de mercado acionário corresponde às ações destinadas à venda no montante de R$ 2.048 em 31/12/2013 (R$ 2.258 em 31/12/2012), as quais estão custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custodia – CBLC, conforme movimentação abaixo:

a. Movimentação das Ações e Títulos Destinados à Venda – Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31/12/2012	**2.258**
Perdas por ajuste ao valor de mercado – (AVP)	(210)
Saldo em 31/12/2013	**2.048**

XXI. ESCLARECIMENTOS QUANTO À COMPOSIÇÃO DE ALGUMAS DAS RUBRICAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

a. Custos dos Serviços Prestados

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Pessoal	(4.625)	(2.894)
Materiais	(107)	(82)
Serviços de Terceiros	(14.321)	(608)
Aluguel, Arrendamentos e Seguros	(27.062)	(4.726)
Tributos	(929)	(169)
Total	**(47.044)**	**(8.479)**

b. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Pessoal	(27.110)	(29.423)
Materiais	(216)	(120)
Serviços de Terceiros	(9.822)	(6.301)
Aluguel, Arrendamentos e Seguros	(5.578)	(5.750)
Tributos	(146)	(187)
Depreciação/Amortização	(3.310)	(1.299)
Total	**(46.182)**	**(43.080)**

c. Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2013	**2012**	**2013**	**2012**
Contingências	14.263	61.677	14.263	61.677
PISP-Programa de Indenização por Serviços Prestados	(20.341)	(9.381)	(20.341)	(9.381)
Receitas Diversas	798	202	789	202
Despesas Diversas	(99)	(226)	(99)	(226)
Total	**(5.379)**	**52.272**	**(5.388)**	**52.272**

d. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas

	Controladora e Consolidado	
	2013	**2012**
Encargos sobre Contingências	(33.603)	(27.012)
Juros s/ Recursos p/ Aumento de Capital	(22.650)	(26.195)
Equivalentes de Caixa	(17.905)	100.232
Outras Receitas	14.061	5.854
Outras Despesas	(7.434)	(8.024)
Total	**(67.531)**	**44.855**

XXII. REMUNERAÇÃO DE DIRIGENTES E EMPREGADOS

A remuneração paga a dirigentes e empregados observa os critérios estabelecidos na legislação vigente e no Plano de Salários e Benefícios, aprovado pela TELEBRAS.

No exercício de 2013, a maior e a menor remuneração paga a empregados do quadro de pessoal da Companhia, relativas ao mês de dezembro, foram de R$17,30 mil e R$ 1,66 mil, respectivamente, e o salário médio foi de R$ 9,48 mil.

Para os dirigentes, a maior remuneração paga, relativa ao mês de dezembro de 2013, foi de R$ 34,07 mil.

XXIII. PLANOS DE BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

a. Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL)

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em **"Plano PBS - A"** e **"Planos de Patrocinadoras"**. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

1. PBS – A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras, posição com a qual a TELEBRAS não concorda, conforme Comunicados ao Mercado, de 10 e 13 de Dezembro de 2013, enviados à CVM.

2. PBS – TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS- TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 31/12/2013, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.

PBS - TELEBRAS e PBS - A

	PBS - TELEBRAS		PBS-A	
	31/12/2013	**31/12/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Provisões matemáticas e fundos	277.302	321.028	9.429.349	9.756.422
Outros exigíveis	9.010	5.795	321.521	227.510
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	286.312	326.823	9.750.870	9.983.932
(-) Total dos ativos dos planos	321.332	366.164	11.586.687	12.609.566
(=) Superávit acumulado	**35.020**	**39.341**	**1.835.817**	**2.625.634**

3. PAMA

O Plano de Assistência Médica ao Aposentado (PAMA) é um fundo de assistência financeira que foi constituído a partir de junho de 1991 com a finalidade de proporcionar o atendimento médico hospitalar aos participantes aposentados/beneficiários dos Planos de Benefícios PBS - Assistidos e PBS - Patrocinadoras, a custos compartilhados, quando do uso dos benefícios.

Conforme o seu regulamento, o plano é custeado por contribuições de cada uma das patrocinadoras, inclusive a TELEBRAS, à razão de 1,5% (um e meio por cento) sobre a folha salarial mensal dos participantes ativos vinculados aos planos PBS.

	31/12/2013	**31/12/2012**
Fundo de assistência financeira	435.332	615.472
Outros exigíveis	47.130	35.311
Total dos fundos e outros exigíveis	482.462	650.783
Total dos ativos do plano	**482.462**	**650.783**

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 37 (R$ 33 em 2012).

4. TELEBRASPREV

É um plano misto de previdência complementar, implantado no primeiro semestre de 2003, aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, em 3/12/2002, na modalidade de contribuição variável, para benefícios programáveis (aposentadorias) e benefícios definidos de riscos (auxílio-doença, invalidez e pensão por morte), sendo composto por participantes que estavam no plano PBS-TELEBRAS.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

É custeado pelos participantes e pela TELEBRAS, esta no limite de até 8% (oito por cento) dos salários de participação dos integrantes do Plano.

Em 31/12/2013 e 31/12/2012, o plano apresentava as seguintes posições contábeis:

	31/12/2013	31/12/2012
Provisões matemáticas e fundos	446.114	469.302
Outros exigíveis	5.869	509
Total das provisões/fundos e outros exigíveis	451.983	469.811
(-) Total dos ativos do plano	605.314	698.223
(=) Superávit acumulado	**153.331**	**228.412**

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou contribuições no montante de R$ 934 (R$ 938 em 2012).

b. Informações sobre os Planos de Benefícios Pós-emprego. Movimentações das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no Balanço.

1. Movimentação do Valor das Obrigações Atuariais

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Passivo atuarial em 31.12.2012	**486.008**	**145.859**	**274.251**
Custos dos juros	51.914	15.580	29.294
Custo do serviço corrente	-	15	84
Benefícios pagos pelo fundo	(41.089)	(6.938)	(12.934)
(Ganhos)/perdas atuariais	12.626	(22.815)	(27.368)
Passivo atuarial em 31.12.2013	**509.459**	**131.701**	**263.327**

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Passivo atuarial em 31.12.2011	**378.423**	**102.187**	**192.158**
Custos dos Juros	40.422	10.915	20.526
Custo do Serviço Corrente	-	25	107
Benefícios Pagos pelo Fundo	(32.249)	(6.503)	(10.685)
Ganhos/Perdas Atuariais	99.412	39.235	72.145
Passivo atuarial em 31.12.2012	**486.008**	**145.859**	**274.251**

2. Movimentação do Valor Justo dos Ativos do Plano

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Valor Justo dos Ativos dos Planos em 31/12/2012	**597.690**	**153.914**	**333.823**
Rendimentos Esperados dos Ativos do Plano	63.844	16.440	35.657
Contribuições Recebidas pelo Fundo	-	5	1.844
Benefícios Pagos pelo Fundo	(41.089)	(6.938)	(12.934)
Ganhos/Perdas Atuariais	23.957	(13.860)	31.289
Valor Justo dos Ativos dos Planos em 31/12/2013	**644.402**	**149.561**	**389.679**

	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Valor Justo dos Ativos dos Planos em 31/12/2011	**620.002**	**243.473**	**342.231**
Rendimentos Esperados dos Ativos do Plano	66.226	26.007	36.556
Contribuições Recebidas pelo Fundo	-	9	-
Benefícios Pagos pelo Fundo	(32.249)	(6.503)	(10.685)
Ganhos/Perdas Atuariais	(56.289)	(109.072)	(34.279)
Valor Justo dos Ativos dos Planos em 31/12/2012	**597.690**	**153.914**	**333.823**

3. Valores Reconhecidos no Balanço Patrimonial

	31/12/2013		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Valor Presente da Obrigação	509.459	131.700	263.327
Valor Justo dos Ativos dos Planos	(644.402)	(149.561)	(389.679)
Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta	-	-	-

	31/12/2012		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Valor Presente da Obrigação	486.008	145.859	274.251
Valor Justo dos Ativos dos Planos	(597.690)	(153.914)	(333.823)
Valor Presente da Obrigação Atuarial Descoberta	-	-	-

4. Cálculo da Despesa do Exercício

	31/12/2013		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Custo do Serviço Corrente	-	15	84
Custo dos Juros	51.914	15.580	29.294
Rendimento Esperado dos Ativos Planos	(63.843)	(16.440)	(35.658)
Despesa Reconhecida na Demonstração do Resultado	**(11.929)**	**(845)**	**(6.280)**

	31/12/2012		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Custo do Serviço Corrente	-	25	107
Custo dos Juros	40.422	10.915	20.526
Rendimento Esperado dos Ativos Planos	(66.226)	(26.007)	(36.556)
Amortização do Ganho/Perda Atuarial Líquido Reconhecido	155.701	148.306	106.425
Despesa Reconhecida na Demonstração do Resultado	129.897	133.239	90.502

5. Movimentação do Passivo Líquido

	31/12/2013		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Passivo (ativo) líquido reconhecido em 31/12/2012	**(111.682)**	**(8.054)**	**(59.572)**
Despesa do ano	(11.929)	(846)	(6.280)
Pagamento de contribuições	-	(5)	(1.844)
Perdas/ (ganhos) atuariais do exercício	(11.332)	(8.955)	(58.656)
Passivo (ativo) líquido em 31/12/2013 antes do ajuste	**(134.943)**	**(17.860)**	**(126.352)**
Ajuste do teto de ativo	134.943	17.860	126.352
Passivo (ativo) líquido em 31/12/2013	-	-	-

	31/12/2012		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Passivo (ativo) líquido reconhecido em 31/12/2011	**(241.579)**	**(141.285)**	**(150.073)**
Despesa do ano	129.897	133.240	90.501
Pagamento de contribuições	-	(9)	-
Passivo (ativo) líquido em 31/12/2012 antes do ajuste	**(111.682)**	**(8.054)**	**(59.572)**
Ajuste do parágrafo 58(b)	111.682	8.054	59.572
Passivo (ativo) líquido em 31/12/2012	-	-	-

6. Despesa Projetada para 2014

	2014		
	PBS-ASSISTIDOS	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Juros sobre obrigações atuariais	60.137	15.546	31.084
Rendimento esperado dos ativos	(76.066)	(17.654)	(45.998)
Custo de serviço corrente	-	16	93
Total das despesas	**(15.929)**	**(2.092)**	**(14.821)**

7. Evolução da Situação Atuarial dos Planos de Benefícios

Valores em R$ milhões

	PBS-ASSISTIDOS			PBS-TELEBRAS			TELEBRASPREV		
Rubrica	**2011**	**2012**	**2013**	**2011**	**2012**	**2013**	**2011**	**2012**	**2013**
Obrigação Atuarial (A)	378,42	486,01	509,46	102,19	145,86	131,70	192,16	274,25	263,33
Valor justo (B)	620,00	597,69	644,40	243,47	153,91	149,56	342,23	333,82	389,68
Resultado (B - A) – (+) Superávit/ (-) Déficit	241,58	111,68	134,94	141,28	8,05	17,86	150,07	59,57	126,35

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Resumo das Premissas Atuariais 2013 - Atuário: Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda – VESTING

Premissas	PBS-A	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Método de Avaliação Atuarial	Crédito Unitário Projetado – PUC	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Reais (R$)	Reais (R$)	Reais (R$)
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo	6,47% obtido a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registrados no final de 2013	6,47% obtido a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registrados no final de 2013	6,47% obtido a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registrados no final de 2013
Taxa nominal de rendimentos esperados para os ativos do plano	10,68%, composta pela inflação (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano. Taxa definida em 2012 como expectativa para 2013.	10,68%, composta pela inflação (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano. Taxa definida em 2012 como expectativa para 2013.	10,68%, composta pela inflação (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano. Taxa definida em 2012 como expectativa para 2013.
Taxa nominal do custo dos juros	10,68%, composta pela inflação (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano. Taxa definida em 2012 como expectativa para 2013.	10,68%, composta pela inflação (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano. Taxa definida em 2012 como expectativa para 2013.	10,68%, composta pela inflação (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano. Taxa definida em 2012 como expectativa para 2013.
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa real de crescimento salarial	0,00%	0,00%	0,20%
Taxa real de reajuste de benefícios	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios da Previdência Social	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade para salários	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade para benefícios	100,00%	100,00%	100,00%
Taxa esperada de inflação no longo prazo	5,86%	5,86%	5,86%
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novas Entrados	Não usada	Não usada	Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas	Considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idade para a mãe de 20 a 22 anos	Considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idade para a mãe de 20 a 22 anos	Considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idade para a mãe de 20 a 22 anos
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 female	AT-2000 female	AT-2000 female
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicável	Light Fraca	Light Fraca
Tábua de Serviço	Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando- se o Método dos Multidecrementos.	Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando-se o Método dos Multidecrementos.	Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando- se o Método dos Multidecrementos.

Resumo das premissas atuariais 2012 - Atuário: Atuarial Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda – VESTING

Premissas	PBS-A	PBS-TELEBRAS	TELEBRASPREV
Método de Avaliação Atuarial	Crédito Unitário Projetado – PUC	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado
Moeda funcional	Reais (R$)	Reais (R$)	Reais (R$)
Taxa real de desconto atuarial de longo prazo	4,22% obtido a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registrados no final de 2012	4,22% obtido a partir da taxa de títulos públicos (NTN-B) registrados no final de 2012	4,22% obtido a partir de da taxa de títulos públicos (NTN-B) registrados no final de 2012
Taxa nominal de rendimentos esperados para os ativos do plano	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano
Taxa nominal do custo dos juros	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano	10,68%, composta pelo INPC de jan a dez/12 (6,20%) mais juros de 4,22% ao ano
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,15/(tempo de serviço + 1), sendo nulo a partir de 50 anos
Taxa real de crescimento salarial	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa real de reajuste de benefícios da Previdência Social	0,00%	0,00%	0,00%
Fator de capacidade para salários	100,00%	100,00%	100,00%
Fator de capacidade para benefícios	100,00%	100,00%	100,00%
Taxa esperada de inflação no longo prazo	5,01%	5,01%	5,01%
Hipótese sobre Gerações Futuras de Novas Entrados	Não usada	Não usada	Não usada
Hipótese sobre a Composição da Família de Pensionistas	Considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idade para a mãe de 20 a 22 anos	Considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idade para a mãe de 20 a 22 anos	Considera-se que 95% dos participantes sejam casados à data da aposentadoria, sendo os cônjuges do sexo feminino quatro anos mais jovens. São considerados, ainda, dois filhos com diferenças de idade para a mãe de 20 a 22 anos
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 female	AT-2000 female	AT-2000 female
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985 DisabilityStudy, Class2	Wyatt 1985 DisabilityStudy, Class2	Wyatt 1985 DisabilityStudy, Class2
Tábua de Serviço	Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando- se o Método dos Multidecrementos.	Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando- se o Método dos Multidecrementos.	Combinação das tábuas de mortalidade geral e de entrada em invalidez, utilizando- se o Método dos Multidecrementos.

XXIV. OUTRAS INFORMAÇÕES

a. Composição do Quadro de Pessoal da TELEBRAS incluindo empregados cedidos e requisitados

Em 31/12/2013, estavam cedidos 58 empregados à ANATEL (72 em 31/12/2012) e 23 para outros órgãos governamentais (26 em 31/12/2012), com ônus para os cessionários, de acordo com o Decreto nº 4.050, de 12/12/2001, do total de 334 empregados da TELEBRAS.

Em 31/12/2013, contava ainda com 100 contratados "*ad nutum*" (106 em 31/12/2012) e nenhum empregado requisitado (2 em 31/12/2012).

b. Remuneração dos Administradores

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros de administração e fiscal, e diretores:

	2013	2012
Remuneração	2.032	2.177
Benefícios de curto prazo	575	636
Benefícios de rescisão de contrato de trabalho	116	118
Total	**2.723**	**2.931**

c. Seguros

A Companhia mantém apólices de seguros de vida para cobertura dos empregados e diretores, cujos custos são compartilhados de forma proporcional. Os gastos na demonstração do resultado referentes a esse benefício em 31/12/2013 foram de R$ 58 (R$ 58 em 31/12/2012).

XXV. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 14/01/2014, autorizou a assinatura de um pré-acordo de acionistas por parte da TELEBRAS, nos moldes apresentados em Termo de Compromisso, que deverá reger a relação entre as partes, na qualidade de acionistas, da sociedade que irão constituir para desenvolver o Projeto Cabo Submarino Brasil-Europa.

Em 11/03/2014, a TELEBRAS recebeu adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC), via Ministério das Comunicações, para investimentos em projetos estratégicos, no montante total de R$ 40.000 mil.

Relevante também ressaltar o desembolso da quantia de R$ 183.017 mil por conta do Contrato de Aquisição do Projeto SGDC, estritamente dentro do Cronograma Físico-financeiro do projeto.

XXVI. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 26 de março de 2014.

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos
Em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
Total do Ativo	**R$ 1.173.060 Mil**	**R$ 986.848 Mil**
Resultado Líquido	**R$ (145.746) Mil**	**R$ 40.754 Mil**

ADMINISTRAÇÃO

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO
Presidente do Conselho de Administração
FRANCISCO ZIOBER FILHO
Conselheiro de Administração
LAURO ARCÂNGELO ZANOL
Conselheiro de Administração
SILVÍNIO VERGÍLIO BENTO
Conselheiro de Administração
DEMI GETSCHKO
Conselheiro de Administração
MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS
Conselheiro de Administração
GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO
Conselheiro de Administração
RAFAEL RODRIGUES ALVES DA ROCHA
Conselheiro de Administração
PAULO EDUARDO HENRIQUES KAPP
Diretor Técnico-Operacional
FRANCISCO ZIOBER FILHO
Presidente
Diretor Comercial
Diretor de Relações com Investidores
MÁRCIO ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS
Diretor Administrativo-Financeiro
RANULPHO BRAZ DE SIQUEIRA FILHO
Contador CRC018556/O-2-DF

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS

Examinamos as demonstrações contábeis da **Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido, do resultado abrangente e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis representam adequadamente, a posição patrimonial e financeira da **Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS** em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Tributos a Recuperar

Conforme mencionado na nota explicativa nº VII, a TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A. – TELEBRAS possui registrado, em 31 de dezembro de 2013, o montante de R$ 129.331 mil correspondente a impostos a recuperar, originários, principalmente, de retenções de imposto de renda na fonte, cuja realização será por pedidos de restituição entregues à Receita Federal ou geração futura de resultados tributáveis, por meio dos quais será possível a sua compensação. Procedimento ocorrido no período permitiu a compensação de R$ 18.970 mil, relativos a débitos tributários referentes ao Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, Contribuição Social e Imposto de Renda Retido na Fonte incidente sobre aplicação financeira. Ressalta-se também que, conforme mencionado na referida Nota Explicativa, a Companhia, por meio de Termo de Transação e Outras Avenças, cedeu parcela dos direitos creditícios de natureza tributária existente à época do acordo, cujo valor, em 31 de dezembro de 2013, era de R$ 115.761 mil.O referido crédito encontra-se sub judice na 9ª Vara da Seção Judiciária do Distrito Federal nos autos da Ação Civil Pública – ACP nº 21032-95.2011.4.01.3400 – Decisão nº 202/2011-A de 08/04/2011. Vide informações na Nota Explicativa nº XVI. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº XI, "a",1, a TELEBRÁS efetuou o pagamento de R$ 3.430 mil, em 2013, referentes ao restante da integralização de sua participação no capital da Visiona Tecnologia Espacial S.A do total subscrito de R$ 4.900 mil, correspondentes a 49% (quarenta e nove por cento) do capital total, sendo que o restante de 51% pertence à parceira, Embraer Defesa e Segurança Participações S.A. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R$ 1.985 mil, devido à perda com equivalência patrimonial, motivada pelos gastos iniciais de constituição e por despesas apropriadas. A perda de R$ 2.540 mil foi reconhecida no resultado e ajustada pelo lucro não realizado em operações entre a Coligada e a Companhia.As Demonstrações Contábeis da coligada foram auditadas por outros auditores independentes (KPMG – Auditores Independentes).Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

A TELEBRAS divulga nessa mesma nota explicativa, letra "a", 2, que em 07/02/2013, foi constituída a empresa TELEBRAS COPA S.A. como subsidiária integral da TELEBRAS, com a finalidade específica de prestação de serviços nos eventos da Copa das Confederações de 2013 e Copa do Mundo de 2014. Nesta data, foi realizada a integralização inicial de seu capital, no valor de R$ 10 mil, correspondentes a 10% do capital total, de R$ 100 mil. A Companhia integralizou, em 20/06/2013, os R$ 90 mil restantes de sua participação no capital da TELEBRAS COPA S.A., totalizando 100% de sua participação no capital subscrito da subsidiária integral. Em 31/12/2013, apresentava um saldo líquido no investimento de R$ 1.822 mil, devido ao ganho líquido com equivalência patrimonial, motivada por faturamento resultante de prestação de serviços de telecomunicações quando da Copa das Confederações, realizada em julho de 2013, que está representado no resultado da empresa em 31/12/2013. As Demonstrações Contábeis da Controlada foram por nós revisadas. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou a consolidação de suas demonstrações contábeis individuais com as demonstrações contábeis de sua Controlada,TELEBRAS COPA S.A.

Programa de indenização por serviços prestados (PISP)

No decorrer de 2013, a partir da definição do universo dos Colaboradores que fariam jus à indenização decorrente do Programa, a Companhia complementou sua provisão, que apresenta o saldo no passivo circulante de R$ 43.297 em 31/12/2013 (R$ 11.843, em 31/12/2012).

No exercício de 2013, para os colaboradores em exercício na TELEBRAS, foi registrado no resultado o valor de R$ 20.341 (R$ 9.381 em 2012). Os valores correspondentes aos empregados cedidos à ANATEL e outros órgãos estão registrados em Outros Ativos Realizáveis. Vide Nota Explicativa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº XVII, o saldo de R$ 419.872 mil em 31 de dezembro de 2013, corrigido pela taxa SELIC e classificado no passivo não circulante, será utilizado em futuro aumento de capital da TELEBRÁS em favor da UNIÃO. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Aumento de capital

Conforme mencionado na nota explicativa nº XVIII, letra "a", em 4/07/2012 foi homologado pela 94ª AGE, o aumento do capital social de R$ 419.455 mil para R$ 719.455 mil, aprovado pela 93ª Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 4 de abril de 2012, com a emissão de 8.743.806 ações ordinárias, sem valor nominal.

Em 28/06/2013 foi homologado pela 96ª A.G.E., a redução do capital social mediante amortização integral dos prejuízos acumulados, no valor de R$ 456.309 mil. Como resultado da redução, o capital subscrito e integralizado passou de R$ 719.455 mil, em 31/12/2012, para R$ 263.145 mil em 31/12/2013. Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Planos de benefícios pós-emprego

A TELEBRAS e outras empresas do antigo Sistema TELEBRAS patrocinavam planos de previdência privada e de assistência médica aos aposentados, administrados pela Fundação Sistel de Seguridade Social (SISTEL).

Em 28/12/1999, as patrocinadoras dos referidos planos negociaram condições para a criação de planos individualizados de aposentadoria por patrocinadora, resultando em uma proposta de reestruturação do Estatuto e Regulamento da SISTEL, a qual foi aprovada pela Secretaria de Previdência Complementar, em 13/01/2000.

As modificações efetuadas no Estatuto da SISTEL visaram adequá-lo à administração de outros planos de benefícios, decorrentes da sua nova condição de Entidade Multipatrocinada, haja vista a realidade surgida com a desestatização do Sistema TELEBRAS.

Tal versão estatutária contempla a reestruturação do Plano de Benefícios da SISTEL (PBS) em diversos planos, com a distribuição escritural dos encargos e a correspondente parcela patrimonial que compõe o patrimônio da SISTEL entre diversos planos de benefícios previdenciários, divididos em **"Plano PBS - A"** e **"Planos de Patrocinadoras"**. A segregação contábil dos referidos planos foi implementada pela SISTEL, a partir de 1º/02/2000.

Assim, a TELEBRAS é patrocinadora dos seguintes planos:

1. PBS – A

É um plano de benefício definido, que, desde a sua criação, está totalmente integralizado em suas reservas matemáticas para assegurar os benefícios dos participantes assistidos e beneficiários.

É composto por participantes oriundos do antigo Sistema TELEBRAS, assistidos do Plano de Benefícios da Sistel (PBS) já aposentados até 31/01/2000.

O Plano apresenta superávit desde 2009, porém há controvérsia sobre a forma de sua distribuição. Os cálculos atuariais estão apresentados considerando a divisão da responsabilidade atuarial da TELEBRAS com as demais patrocinadoras, posição com a qual a TELEBRAS não concorda, conforme Comunicados ao Mercado, de 10 e 13 de Dezembro de 2013, enviados à CVM.

2. PBS – TELEBRAS

É um plano de benefício definido e está sujeito a aportes de recursos da TELEBRAS e do participante, caso ocorra insuficiência de ativos para garantir a suplementação de aposentadoria dos participantes no futuro.

É composto por participantes que ainda não estavam aposentados em 31/01/2000 e vinculados ao Plano da TELEBRAS.

Em 26/9/2008, foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a Portaria nº 2.537, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC), que aprovou o novo regulamento do PBS- TELEBRAS, contemplando a distribuição do superávit do Plano, conforme dispõe o seu Capítulo XIV (Seções I, II, III e IV). Em 24/4/2009, o novo regulamento foi aprovado pelo Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) por meio do Ofício nº 314/2009/MP/SE/DEST.

O regulamento do PBS-TELEBRAS passou a ter um Capítulo específico tratando da distribuição dos recursos excedentes do Plano (Capítulo XIV). Com o superávit, foi possível efetuar a suspensão das contribuições futuras da TELEBRAS, dos participantes (ativos e autopatrocinados) e dos assistidos, a partir de janeiro de 2009, bem como a criação de um benefício adicional.

Anualmente, será realizada a reavaliação atuarial do Plano e, caso haja desequilíbrio atuarial no Plano PBS-TELEBRAS, a contribuição poderá ser reativada, no todo ou em parte, e a renda de benefício adicional ser suspensa, parcial ou integralmente.

Em 31/12/2013, o Plano continua superavitário não ensejando no pagamento de contribuições por parte da TELEBRAS e ou dos participantes.Cabe ressaltar que a Diretoria da TELEBRÁS, aprovou a proposta de modificação do regulamento do Plano PBS como patrocinadora, com ressalvas e sugestões, visando permitir a distribuição de superávit referente ao exercício de 2009 aos participantes e às patrocinadoras, processo ainda não concluído em 31.12.2013.

Nossa opinião não contém modificação em função deste assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias de grande porte e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores referentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31/12/2012, apresentados para fins de comparação foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório, datado de 18 de fevereiro de 2013, sem modificação na opinião, e com ênfases semelhantes às aqui apresentadas.

Brasília, DF, 24 de março de 2014.

Maciel Auditores S/S EPP
CRC/RS5.460/O-0- "S" - DF
Roger Maciel de Oliveira
Contador CRC/RS 71.505/O – 3 - "S" – DF
Responsável Técnico
Rosangela Pereira Peixoto
Contadora CRC/RS 65.932/O – 7 – "S" – DF
Responsável Técnica

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRÁS, nesta data, em cumprimento ao determinado nos incisos II e VII do Artigo 163, da Lei nº 6.404/76, e nos incisos II e VII do Artigo 42 do Estatuto Social da Empresa, examinou o ***Relatório Anual da Administração*** **e as** ***Demonstrações Contábeis do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2013***, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado e as Notas Explicativas, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2013. Baseados nos exames efetuados e levando em conta, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes (MACIEL AUDITORES S/S EPP) e seus parágrafos de ênfase, o Conselho Fiscal considera que as citadas demonstrações representam, adequadamente, a posição patrimonial e financeira da Empresa, e opina no sentido de que as mesmas podem ser encaminhadas para deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Brasília-DF, 27 de março de 2014.

Ulysses Cesar Amaro de Melo
Presidente do Conselho
Luciana Cortez Roriz Pontes
Conselheira
Márcia Ribeiro Abreu
Conselheira
Amir George Francis Matta
Conselheiro
Antonio Carlos da Silva Estevão
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Conselho de Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A - TELEBRAS, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, além do disposto na lei das Sociedades por Ações, tudo quanto pontificado pelo Estatuto Social da Empresa como sendo de sua competência, procederam ao exame e análise das demonstrações contábeis, acompanhadas do relatório dos auditores independentes e do relatório anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 (Demonstrações Contábeis Anuais de 2013). Com base no acima especificado e considerando ainda as informações prestadas pela Diretoria da Empresa e pelos Auditores Independentes (MACIEL AUDITORES S/S EPP), opinam, por unanimidade, que os mesmos refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Empresa, e determinam o encaminhamento dos documentos para aprovação da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Brasília-DF, 27 março de 2014.

Maximiliano Salvadori Martinhão
Presidente do Conselho de Administração
Francisco Ziober Filho
Conselheiro de Administração
Genildo Lins de Albuquerque Neto
Conselheiro de Administração
Silvínio Vergílio Bento
Conselheiro de Administração
Demi Getschko
Conselheiro de Administração
Marcelo de Siqueira Freitas
Conselheiro de Administração
Lauro Arcângelo Zanol
Conselheiro de Administração
Rafael Rodrigues Alves da Rocha
Conselheiro de Administração

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 168, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 60 e 63, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nos termos do Edital do Leilão nº 06/2013-ANEEL, e o que consta do Processo nº 48500.005702/2013-06, resolve:

Art. 1º Autorizar a empresa Guarani S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.080.619/0001-17, com Sede na Via de Acesso Guerino Bertoco, km 5, na altura do km 155 da Rodovia Assis Chateaubriand, Zona Rural, Município de Olímpia, Estado de São Paulo, a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Guarani Tanabi 2, constituída de uma Unidade Geradora de 34.000 kW, em ciclo Rankine, e 16.000 kW médios de garantia física de energia, utilizando Bagaço de Cana-de-Açúcar como combustível, localizada às Coordenadas Planimétricas E 652510 m e N 7734076 m, Fuso 22S, Datum SIRGAS2000, no Município de Tanabi, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A energia elétrica produzida pela autorizada destina-se à comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica, conforme estabelecido nos arts. 12, 15 e 16, da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Art. 2º Deverá a autorizada implantar, por sua exclusiva responsabilidade e ônus, o Sistema de Transmissão de interesse restrito da UTE Guarani Tanabi 2, constituído de uma Subestação Elevadora de 13,8/138 kV, junto à Usina, e a interligação à Subestação Guarani Tanabi 138 kV autorizada por meio da Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.657, de 4 de setembro de 2012, em consonância com as normas e regulamentos aplicáveis.

Art. 3º Constituem obrigações da autorizada:

I - cumprir o disposto na Resolução Normativa ANEEL nº 389, de 15 de dezembro de 2009;

II - implantar a Central Geradora Termelétrica conforme Cronograma apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obedecendo aos marcos descritos a seguir:

a) início das Obras Civis das Estruturas: até 10 de janeiro de 2016;

b) início das Obras do Sistema de Transmissão de interesse restrito: até 1º de agosto de 2016;

c) início da Montagem Eletromecânica da Unidade Geradora: até 15 de fevereiro de 2017;

d) conclusão da Montagem Eletromecânica da Unidade Geradora: até 10 de dezembro de 2017;

e) início da Operação em Teste da Unidade Geradora: até 15 de dezembro de 2017; e

f) início da Operação Comercial da Unidade Geradora: até 1º de janeiro de 2018;

III - manter, nos termos do Edital do Leilão nº 06/2013-ANEEL, a Garantia de Fiel Cumprimento das Obrigações assumidas nesta Portaria, no valor de R$ 4.283.830,00 (quatro milhões, duzentos e oitenta e três mil, oitocentos e trinta reais), que vigorará até três meses após o início da operação da última Unidade Geradora da UTE Guarani Tanabi 2;

IV - submeter-se aos Procedimentos de Rede do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS;

V - aderir à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;

VI - firmar Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, nos termos do Edital do Leilão nº 06/2013-ANEEL; e

VII - encaminhar à ANEEL, ao término da construção ou quando solicitado, informações relativas aos custos com a implantação do Empreendimento, na forma e periodicidade a serem definidas em regulamento próprio.

Parágrafo único. Pelo descumprimento das obrigações decorrentes da legislação de regência de produção e comercialização de energia elétrica e do disposto nesta Portaria, a autorizada ficará sujeita às penalidades estabelecidas nas normas legais vigentes.

Art. 4º Estabelecer em cinquenta por cento, nos termos do art. 26, § 1º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, o percentual de redução a ser aplicado às Tarifas de Uso dos Sistemas Elétricos de Transmissão e de Distribuição, para o transporte da energia elétrica gerada e comercializada pela UTE Guarani Tanabi 2, enquanto a potência injetada nos Sistemas de Transmissão ou Distribuição for menor ou igual a 30.000 kW, nos termos da legislação e das regras de comercialização vigentes.

Art. 5º A presente autorização vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da publicação desta Portaria.

Parágrafo único. A revogação da autorização não acarretará ao Poder Concedente, em nenhuma hipótese, qualquer responsabilidade quanto a encargos, ônus, obrigações ou compromissos assumidos pela autorizada com relação a terceiros, inclusive aquelas relativas aos seus empregados.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

PORTARIA Nº 169, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos arts. 12, 19 e 20 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, e o que consta do Processo nº 48000.000496/2014-51, resolve:

Art. 1º A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL deverá promover, direta ou indiretamente, Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado "A-5", de 2014, de acordo com as diretrizes definidas nas Portarias MME nº 29, de 28 de janeiro de 2011, nº 514, de 2 de setembro de 2011, na presente Portaria e outras que vierem a ser estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia.

Parágrafo único. O Leilão de que trata o caput deverá ser realizado em 12 de setembro de 2014.

Art. 2º Caberá à ANEEL elaborar o Edital, seus Anexos e os respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR, bem como adotar as medidas necessárias para a promoção do Leilão "A-5", de 2014.

§ 1º O início do suprimento de energia elétrica ocorrerá em 1º de janeiro de 2019.

§ 2º No Leilão "A-5", de 2014, serão negociados os seguintes CCEAR:

I - na modalidade por quantidade, com prazo de suprimento de trinta anos, para empreendimentos hidrelétricos;

II - na modalidade por disponibilidade, com prazo de suprimento de vinte e cinco anos, diferenciados por fontes, para empreendimentos de geração a partir de termelétricas a carvão, a gás natural em ciclo combinado e a biomassa por Custo Variável Unitário - CVU igual a zero ou diferente de zero; e

III - na modalidade por disponibilidade, com prazo de suprimento de vinte anos, diferenciados por fontes, para empreendimentos de geração a partir de fonte eólica e solar.

§ 3º Os CCEAR a serem negociados no Leilão "A-5", de 2014, deverão prever que os preços, em R$/MWh, e a receita fixa, em R$/ano, terão como base de referência o mês de realização do Leilão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 4º A parcela da receita fixa vinculada aos demais itens (RFDemais), de que trata o inciso II do art. 2º da Portaria MME nº 42, de 1º de março de 2007, terá como base de referência o mês de março de 2014, e será calculada a partir da receita fixa de que trata o § 3º levando em conta o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA verificado entre os meses de março de 2014 e o mês de realização do leilão.

§ 5º Para os empreendimentos previstos no § 2º, inciso I, o percentual mínimo de energia hidrelétrica a ser destinada ao mercado regulado, de que trata o art. 3º, § 2º, da Lei nº 10.848, de 2004, será igual a:

I - dez por cento, para Pequenas Centrais Hidrelétricas - PCH, Usinas Hidrelétricas - UHE com potência inferior ou igual a 50 MW, projetos de ampliação de PCH ou UHE existentes, ou aqueles de que trata o art. 2º, § 7º-A, da Lei nº 10.848, de 2004; e

II - setenta por cento, para projetos de novas UHE.

§ 6º Para os empreendimentos previstos no § 2º, incisos II e III, deverá ser negociada no Leilão "A-5", de 2014, no mínimo setenta por cento da sua garantia física.

Art. 3º Os empreendedores que pretenderem propor a inclusão de projetos de empreendimentos de geração no Leilão "A-5", de 2014, deverão requerer o Cadastramento e a Habilitação Técnica dos respectivos projetos à Empresa de Pesquisa Energética - EPE, encaminhando a Ficha de Dados constante do Sistema de Acompanhamento de Empreendimentos de Geração de Energia - AEGE e demais documentos, conforme instruções disponíveis na internet, no sítio - www.epe.gov.br, bem como a documentação referida na Portaria MME nº 21, de 18 de janeiro de 2008.

§ 1º O prazo para entrega de documentos, de que trata o caput será até as doze horas do dia 16 de maio de 2014.

§ 2º Exclusivamente para o Leilão "A-5", de 2014, a EPE poderá habilitar tecnicamente os empreendimentos de novas usinas hidrelétricas com potência superior a 50 MW, para os quais não sejam apresentadas a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica - DRDH, emitida pelo órgão competente, ou a Licença emitida pelo Órgão Ambiental Competente em conformidade com a legislação ambiental, de que tratam o art. 5º, § 3º, incisos XI e XII, e § 4º, alíneas "b" e "c", da Portaria MME nº 21, de 2008.

§ 3º A Habilitação Técnica será considerada condicional e perderá a validade na hipótese dos documentos de que trata o § 2º não serem protocolados na EPE até as 12 horas do dia 29 de julho de 2014, ou se a documentação apresentada implicar alteração dos dados e das características técnicas do projeto habilitado.

§ 4º Os empreendedores cujos projetos tenham sido habilitados tecnicamente pela EPE para participação no Leilão "A-3", de 2014, de que trata o art. 1º da Portaria MME nº 34, de 28 de janeiro de 2014 poderão requerer o cadastramento dos respectivos empreendimentos, estando dispensados da reapresentação de documentos, desde que mantidos inalterados os parâmetros, as características técnicas e demais informações dos referidos projetos, sendo obrigatório o registro dessa opção no Sistema AEGE no momento da inscrição do empreendimento, oportunidade em que deverá declarar a validade de toda e qualquer documentação apresentada no Leilão "A-3", de 2014 para fins de cadastramento no Leilão "A-5", de 2014.

§ 5º Aos empreendedores que optarem pelo cadastramento nos termos do § 4º, fica vedada a apresentação de quaisquer documentos em substituição aos protocolados na EPE por ocasião do cadastramento no Leilão "A-3", de 2014, com exceção da Licença Ambiental cujo prazo de validade tenha expirado, e do Parecer de Acesso.

Art. 4º Não serão habilitados tecnicamente pela EPE os seguintes empreendimentos de geração:

I - empreendimento termelétrico cujo CVU, calculado nos termos do art. 5º da Portaria MME nº 46, de 9 de março de 2007, seja superior a R$ 250,00/MWh;

II - empreendimento a carvão ou a gás natural em ciclo combinado cuja inflexibilidade comercial de geração seja superior a cinquenta por cento;

III - o empreendimento de geração por fonte eólica e solar cujo CVU seja superior a zero; e

IV - o empreendimento solar com potência inferior a 5 MW.

Parágrafo único. Poderá ser habilitado tecnicamente pela EPE empreendimento a gás natural liquefeito com despacho antecipado de dois meses, conforme dispõe a Resolução Normativa ANEEL nº 282, de 1º de outubro de 2007.

Art. 5º A ampliação de empreendimento existente a gás natural por meio de fechamento do ciclo térmico, sem prejuízo do disposto no art. 4º, inciso I, somente será habilitada tecnicamente se o seu CVU, calculado nos termos da Portaria MME nº 46, de 2007, for inferior ao CVU vinculado ao CCEAR da parte existente do empreendimento termelétrico, calculado nos termos da Portaria MME nº 42, de 2007, adotando-se como base de comparação o mês de março de 2014.

§ 1º A Usina constituída pelo empreendimento existente e sua ampliação será despachada na totalidade da sua capacidade instalada, pelo menor valor entre o CVU de ciclo aberto e o CVU da ampliação.

§ 2º A parcela da Usina cujo CVU não corresponda ao do despacho será remunerada pelo menor valor entre o Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e o CVU associado ao CCEAR da parte não despachada por ordem de mérito.

§ 3º No caso de despacho fora da ordem de mérito, por razões elétricas ou energéticas, a remuneração será calculada tomando-se o menor valor entre o CVU de ciclo aberto e o CVU da ampliação.

§ 4º Nos cálculos do Índice de Custo Benefício - ICB e da garantia física da ampliação será considerado o CVU correspondente ao fator "i" declarado no AEGE para o empreendimento ampliação.

§ 5º O início de operação comercial da ampliação, que corresponde ao fechamento de ciclo, deve respeitar o prazo de início de suprimento de energia elétrica estabelecido no art. 2º, § 1º.

§ 6º Não se aplica o art. 6º, inciso II aos empreendimentos de que trata o caput.

Art. 6º Para projetos de geração a gás natural em ciclo combinado, além das condições para Cadastramento e Habilitação Técnica estabelecidas na Portaria MME nº 21, de 2008, ressalvado o disposto no art. 5º, os empreendedores deverão atender aos seguintes requisitos:

I - apresentação de cronograma do projeto indicando a data de fechamento do ciclo combinado, não ultrapassando 31 de dezembro de 2018; e

II - declaração de um único fator "i", associado à operação em ciclo combinado, que será utilizado para o cálculo do CVU.

Parágrafo único. O fator "i", referido no inciso II, será utilizado no cálculo do Índice de Custo Benefício - ICB e da garantia física do empreendimento e, também, para Despacho pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, inclusive fora da ordem de mérito por razões elétricas ou energéticas, em todo o período de operação comercial do empreendimento.

Art. 7º Para o Leilão "A-5", de 2014, o vendedor de energia proveniente de empreendimento termelétrico com CVU diferente de zero, contratado em CCEAR na modalidade por disponibilidade, deverá apresentar ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, antes do início de cada ano civil, o cronograma anual de manutenção programada observando o fator de Indisponibilidade Programada - IP utilizado no cálculo da garantia física de que trata a Portaria MME nº 258, de 28 de julho de 2008.

§ 1º O ONS poderá, por necessidade do Sistema Interligado Nacional - SIN, solicitar ao vendedor alteração do cronograma anual de manutenção programada de que trata o caput.

§ 2º O CCEAR deverá prever que, nos três primeiros anos de suprimento, o vendedor estará isento da obrigação de entrega da energia indisponível caso a Indisponibilidade Programada - IP média da usina seja inferior ou igual àquela utilizada para o cálculo da garantia física, de que trata a Portaria MME nº 258, de 2008.

§ 3º Para os três primeiros anos de suprimento, o ressarcimento pelo vendedor ao comprador da energia não entregue em montantes que excedam a isenção de que trata o § 2º, dar-se-á ao término do terceiro ano do período de suprimento e será calculado com base no ICB do contrato, atualizado pelo IPCA.

§ 4º O CCEAR deverá prever que, a partir do quarto ano de suprimento, o vendedor estará isento da obrigação de entrega de energia no limite da Indisponibilidade Programada - IP da usina, conforme apresentado no cronograma anual de manutenção programada, nos termos deste artigo, observado o disposto no § 1º e mantidas as demais obrigações.

§ 5º O disposto neste artigo não afasta a obrigação de manutenção de lastro e a aplicação de penalidades previstas no art. 6º do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, conforme regulação da ANEEL.

Art. 8º Para projetos de geração eólica, além das condições para Cadastramento e Habilitação Técnica estabelecidas na Portaria MME nº 21, de 2008, os empreendedores deverão atender aos seguintes requisitos:

I - apresentação de declaração do empreendedor, no ato do Cadastramento, de que os aerogeradores a serem instalados são máquinas novas, sem nenhuma utilização anterior, seja para fins de teste de protótipo ou produção comercial; e

II - no caso de importação de aerogeradores, estes deverão ter potência nominal igual ou superior a 1.500 kW (um mil e quinhentos quilowatts).

Parágrafo único. O não cumprimento do disposto nos incisos I e II implica desclassificação dos empreendimentos e rescisão dos CCEAR que tenham sido assinados em decorrência do Leilão de que trata esta Portaria.

Art. 9º Os CCEAR a serem negociados no Leilão "A-5", de 2014, deverão conter cláusulas específicas por fonte, de potência associada:

I - para usinas termoelétricas com CVU diferente de zero a potência associada será igual à disponibilidade máxima contratual da usina;

II - para usinas eólicas e solares a potência associada será igual a 0% (zero por cento) da energia contratada, não sendo a potência gerada considerada um recurso do vendedor;

III - para usinas termoelétricas com CVU igual a zero, a potência associada será igual à disponibilidade mensal declarada pelo agente gerador, considerando a proporção da energia contratada em relação à garantia física da usina; e

IV - para as demais fontes a potência associada será igual a cento e cinquenta por cento da energia contratada.

Parágrafo único. Para os empreendimentos previstos no inciso II do caput, os empreendedores poderão modificar as características técnicas do empreendimento após a sua outorga, observado o disposto no art. 8º -A da Portaria MME nº 514, de 2011, desde que:

I - não implique redução da garantia física; e

II - a eventual redução da capacidade instalada da usina seja inferior ou igual a dez por cento da potência constante do documento de Habilitação Técnica emitido pela EPE.

Art. 10. Os CCEAR para contratação de energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração, a partir de fonte eólica e solar, deverão prever cláusulas específicas para o vendedor ressarcir a energia não suprida ao comprador, observadas as seguintes condições:

I - o valor da receita de venda corrigida correspondente à energia não suprida, no caso de geração média anual inferior a noventa por cento do montante contratado; e

II - o valor da receita de venda corrigida, acrescido de seis por cento ao ano, correspondente à energia não suprida, no caso de geração média quadrienal inferior ao montante contratado.

Art. 11. No Leilão "A-5", de 2014, não se aplica o disposto no art. 9º da Portaria MME nº 514, de 2 de setembro de 2011, mantido o disposto no seu art. 7º, mesmo nos casos de indisponibilidade, na data de início de suprimento contratual de energia elétrica, das instalações de uso do âmbito de transmissão, necessárias para o escoamento da energia produzida por empreendimento de geração apto a entrar em operação comercial.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 12. Os agentes de distribuição deverão apresentar as Declarações de Necessidade para o Leilão "A-5", de 2014, até o dia 25 de julho de 2014, na forma e modelo a serem disponibilizados no endereço eletrônico do Ministério de Minas e Energia no sítio www.mme.gov.br, para atendimento à totalidade do seu mercado, com início de suprimento de energia elétrica a partir de 1º de janeiro de 2019.

§ 1º As Declarações de Necessidade, uma vez apresentadas pelos agentes de distribuição, serão consideradas irrevogáveis e irretratáveis e servirão para posterior celebração dos respectivos CCEAR.

§ 2º Os agentes de distribuição de energia elétrica localizados nos Sistemas Isolados deverão apresentar a Declaração de Necessidade de que trata este artigo, desde que a data prevista para recebimento de energia seja igual ou posterior à data prevista da entrada em operação comercial da interligação ao Sistema Interligado Nacional - SIN.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDISON LOBÃO

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 4.491, DE 21 DE JANEIRO DE 2014

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.000985/2007-45. Interessado: BIOSEV Bioenergia S.A.. Objeto: Autorizar a empresa BIOSEV Bioenergia S.A. a explorar a Usina Termelétrica Continental, localizada no município de Colômbia, no estado de São Paulo. A íntegra desta Resolução consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 15 de abrilde 2014

Nº 1.200 - Processo nº: 48500.006702/2011-53. Interessado: Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. Decisão: transferir, da empresa Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A. para a empresa Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. o registro do recebimento do requerimento de outorga para implantação e exploração da EOL Paraíso dos Ventos do Nordeste, registrado por meio do Despacho nº 854, de 15 de março de 2012.

Nº 1.201 - Processo nº 48500.002239/2012-51. Interessado: Centro Sul Energia S.A. Decisão: Alterar a potência instalada da UTE CSE, objeto do Despacho de Requerimento de Outorga nº 1.388/2012, de 99.000 kW para 105.000 kW, e o regime de exploração para Produtor Independente de Energia Elétrica.

Nº 1.202 - Processo nº: 48500.006562/2012-02. Interessado: Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. Decisão: transferir, da empresa Galvão Energia Participações S.A. para a empresa Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. o registro do recebimento do requerimento de outorga para implantação e exploração da EOL Jandaíra, registrado por meio do Despacho nº 827, de 20 de março de 2013.

Nº 1.203 - Processo nº: 48500.006703/2011-06. Interessado: Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. Decisão: transferir, da empresa Dreen Brasil Investimentos e Participações S.A. para a empresa Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A. o registro do recebimento do requerimento de outorga para implantação e exploração da EOL Esperança do Nordeste, registrado por meio do Despacho nº 855, de 15 de março de 2012.

A íntegra deste Despacho consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 15 de abrilde 2014

Nº 1.204 - Processo nº 48500.006996/2013-85. Interessado: Anjos Energética Ltda. Decisão: Liberar unidade geradora para início de operação comercial a partir de 16 de abril de 2014. Usina: CGH Anjos. Unidade Geradora: UG1, de 831 kW. Localização: Município de Guaraciaba, Estado de Minas Gerais.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ALESSANDRO D'AFONSECA CANTARINO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

Em 15 de abrilde 2014

Nº 1.205 - Processo nº: 48500.000799/2014-33. Interessado: Furnas Centrais Elétricas S.A.. Decisão: anuir ao pedido do Interessado para dar em penhor seus recebíveis, advindos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), como contragarantia, em favor da União Federal, em contrapartida à garantia prestada pela União Federal à Furnas em Contrato de Financiamento no valor de R$ 441.296.000,00 (quatrocentos e quarenta e um milhões, duzentos e noventa e seis mil reais), a ser celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E ESTUDOS HIDROENERGÉTICOS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE(*)

Em 31 de outubro de 2012

Nº 3.452 - Processo nº 48500.005782/2002-31. Decisão: i) - Aprovar o Projeto Básico da PCH Verde 4A, de titularidade da empresa DM Construtora de Obras Ltda., inscrita no CNPJ sob o n° 76.483.726/0001-94, situada no rio Verde, integrante da sub-bacia 63, bacia hidrográfica do rio Paraná, localizada nos Municípios de Ribas do Rio Pardo e Água Clara, Estado de Mato Grosso do Sul, objeto da outorga condicionada estabelecida pela Resolução Autorizativa nº 194, de 23 de maio de 2005, que, em cumprimento ao disposto nesta Resolução, encaminhou a Licença Ambiental Prévia nº 319, de 29 de dezembro de 2009, com validade de 4 anos, expedida pelo Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - IMASUL/MS.

ODENIR JOSÉ DOS RESIS

(*) Republicado por ter saído no DOU de nº 212, de 1-11-2012, Seção 1, pág. 75, com incorreção no original.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 15 de abril de 2014

Nº 507 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP nº 18, de 27 de julho de 2006, torna pública a outorga da seguinte autorizações para o exercício da atividade de revenda de combustíveis de aviação:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
AV/SP095522	COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS AERONÁUTICOS BEBEDOURO LTDA.	07.664.902/0001-71	BEBEDOURO	SP	48610.006539/2011-81

Nº 508 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP n° 92, de 26 de maio de 2004, com base no disposto do inciso III, do art. 10 da Lei 9.847/99, pela ocorrência de reincidência na infração prevista no inciso XI do artigo 3º da mencionada Lei, torna pública a revogação da autorização nº SP0162345 para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, pertencente ao AUTO POSTO SAO TEODORO LTDA, com inscrição no CNPJ sob o nº 55.375.828/0001-16, pelas razões constantes do Processo Administrativo nº 48620.001236/2012-34.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

1. Mensagem da Administração

O ano de 2013 abriu espaço para o começo de grandes mudanças na Eletrobras. Iniciamos o redesenho de nossa estratégia, adaptamos a Companhia a uma nova realidade e redefinimos nossa rota. Em outras palavras, demos início à implementação do Plano Diretor de Negócios e Gestão das Empresas Eletrobras, pondo em prática o realinhamento estratégico necessário para que a Eletrobras continue participando ativamente da expansão da oferta de energia elétrica com papel essencial no mercado brasileiro. Em 2014, seguiremos nesta direção, com passos ainda mais acelerados rumo à competitividade, à integração e à eficiência.

E as mudanças já estão acontecendo no dia a dia de nossas empresas. Em 2013, houve forte contingenciamento do orçamento de materiais, serviços e outras despesas, mas a meta para o futuro é mais ousada – o custeio será reduzido ainda mais e a receita operacional líquida crescerá em função da entrada de empreendimentos em construção. O Plano de Incentivo ao Desligamento dos empregados obteve sucesso ao atingir a marca de 4.400 pessoas inscritas nas Empresas Eletrobras. Número este que aumentará ainda mais em 2014, com a adesão dos empregados da Eletrobras Eletronuclear. A expectativa é uma economia de R$1,1 bilhão ao ano, com retorno do investimento em dois anos. São colegas e amigos que ajudaram a construir a grande empresa que temos hoje e transmitiram seus conhecimentos e desafios para os que ficam.

Ainda em 2013, a Companhia atuou proativamente na obtenção do valor remanescente das indenizações dos ativos de geração e transmissão de energia que tiveram a concessão prorrogada nos termos da Lei 12.783/2013, cujos valores justos estão sendo discutidos junto à ANEEL.

Com relação ao resultado do exercício, embora este não tenha sido positivo, a empresa tem feito todos os esforços para reverter essa situação. Comparado ao ano de 2012, o EBITDA melhorou em 50%. Considerando que neste resultado residem vários efeitos não recorrentes, tais como: a despesa do plano de incentivo ao desligamento, o acréscimo em contingências jurídicas e o lançamento de *impairment*, as perspectivas de recuperação do resultado são promissoras. Além disso, tal como aconteceu esse ano, a companhia espera reverter outras provisões para contratos onerosos, realizadas em 2012, em face da renovação da concessão de vários ativos de geração e transmissão.

O Plano Diretor de Negócios e Gestão 2013-2017, iniciado em 2013, conseguiu vários resultados positivos e continuará a ser desenvolvido em 2014. Neste plano, destaque especial para a Reestruturação do Modelo de Negócios e Gestão, que vem sendo desenvolvido com o apoio da consultoria Roland Berger, e deverá estar concluído ainda no primeiro semestre de 2014.

Desafios que se transformam em resultados: a Eletrobras manteve o elevado patamar de investimentos, com uma realização de 83,6% do orçamento previsto de R$13,4 bilhões para 2013 — um recorde para a companhia. Esse valor está compatível com a meta da empresa de investir, de 2014 até 2018, R$60,8 bilhões, entre investimentos já contratados (R$34,9 bilhões) e a contratar (R$25,9 bilhões). Nossa participação em leilões de geração e transmissão tem merecido destaque, assim como nosso empenho para melhorar o desempenho de nossas distribuidoras.

Alguns dos nossos empreendimentos de geração em construção, que totalizam 23,2 mil MW, entraram em operação este ano, como as hidrelétricas Santo Antônio, Jirau e Simplício e as eólicas de Chuí, Livramento, Casa Nova, Pedra Branca e Sete Gameleiras.

Estamos construindo cerca de 12.000 km de linhas de transmissão pelo país, com destaque para a conclusão da primeira etapa do sistema de transmissão das usinas do Madeira. As empresas de distribuição da Eletrobras obtiveram um acréscimo de cerca de 151 mil clientes, enquanto a inadimplência teve um decréscimo ao longo do ano, fruto do combate sistemático a perdas comerciais.

Concluímos 2013 com a sensação de estarmos transformando dificuldades em oportunidades, cientes de que os desafios são constantes, mas não inibem nossa confiança no futuro e nas ações que temos empreendido.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente Eletrobras

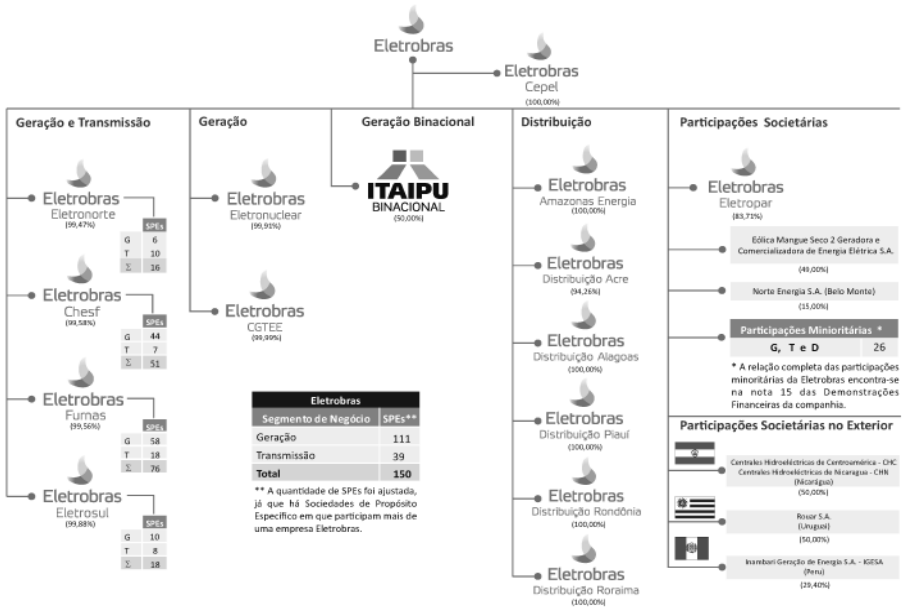
2. Perfil da Empresa

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A ("Eletrobras" ou "Companhia") é uma empresa dedicada à geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como à realização de pesquisas e serviços voltados para a eficiência energética. A Eletrobras é a maior empresa de energia elétrica da América Latina, com capacidade instalada total de geração de 42.987MW, correspondente a 34% do total de capacidade instalada do Brasil, sendo que 89% desta capacidade instalada da Eletrobras são de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa. A Companhia possui ainda uma malha de linhas de transmissão de abrangência nacional, única no mundo, com 57.290km de linhas de transmissão, correspondente a 50% do total das linhas de transmissão do Brasil, em alta e extra-alta tensão, desde 230 kV até 750 kV. A Eletrobras possui uma área de distribuição que atende mais de 3,8milhões de consumidores por meio de uma rede de distribuição de 248.375km.

Além disso, a Eletrobras vem desempenhando o papel de agente oficial do Governo Federal Brasileiro na gestão dos fundos governamentais setoriais Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, bem como na administração de programas de governo voltados para o desenvolvimento do setor elétrico, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel"), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica ("Luz para Todos") e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa").

2.1. Estrutura Societária

A Eletrobras possui o controle acionário de 6 (seis) empresas de geração e transmissão de energia elétrica, 6 (seis) empresas de distribuição de energia elétrica, 1 (um) centro de pesquisas e de 1 (uma) empresa de participações, além de possuir 50% do capital social da Itaipu Binacional, todas doravante denominadas em conjunto como "Empresas Eletrobras". A Companhia ainda possui 150 parcerias para desenvolvimento, implantação e exploração de novos empreendimentos por meio de Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"), participações minoritárias em 26 empresas de energia elétrica, além de participações societárias no exterior.



Eletrobras	
Segmento de Negócio	SPEs**
Geração	111
Transmissão	39
Total	**150**

** A quantidade de SPEs foi ajustada, já que há Sociedades de Propósito Específico em que participam mais de uma empresa Eletrobras.

2.2. Geração

A Matriz Elétrica da Eletrobras, em 31/12/2013, atingiu a capacidade instalada de 42.987 MW em empreendimentos de geração, o que representa 34% dos 126.384MW instalados no Brasil. Cerca de 46% desse total de capacidade instalada das Empresas Eletrobras são decorrentes de empreendimentos que pertencem integralmente às Empresas Eletrobras; 32% são decorrentes das concessões renovadas nos termos da Lei 12.783/2013; 3% decorrentes de empreendimentos realizados em parcerias com terceiros por meio de SPEs; e 19% decorrentes de empreendimentos com propriedade compartilhada, incluindo Itaipu Binacional, cuja metade da capacidade instalada pertence à Eletrobras (7.000 MW).

O equivalente a 89% do total da capacidade instalada da Companhia é proveniente de fontes de energia com baixa emissão de gases de efeito estufa, como a hidráulica, a eólica e a nuclear. Sendo assim, dada a sua participação na matriz elétrica do país, pode-se afirmar que a Eletrobras é a maior responsável pela matriz elétrica brasileira ser a segunda mais limpa e renovável do mundo. Em 2013, do total de capacidade instalada no Brasil com a utilização desse tipo de fonte de energia, aproximadamente 43% pertencem à Eletrobras.

Eletrobras x Brasil	Hidráulica	Nuclear	Eólica + Solar	Total Limpa	Térmica	Total 2013
Eletrobras*	36.280	1.990	150**	38.420	4.567	42.987
% por fonte na matriz Eletrobras	84,4%	4,6%	0,3%	89,4%	10,6%	100,0%
Brasil	85.869	1.990	2.207	90.066	36.318	126.384
% por fonte na matriz Brasil	67,9%	1,6%	1,7%	71,3%	28,7%	100,0%
% Eletrobras x Brasil	42,3%	100,0%	6,7%	42,7%	12,6%	34,0%

* Considera as participações em Sociedades de Propósito Específico e usinas compartilhadas.
** No âmbito da Eletrobras, o total apresentado da capacidade instalada para Eólica+solar, em 2013, refere-se apenas à fonte eólica.

Para disponibilizar toda essa energia, a Eletrobras atua, por meio de suas empresas geradoras presentes em todo o Brasil, operando e mantendo 45 usinas hidroelétricas, 125 usinas térmicas, 02 usinas nucleares e 08 usinas eólicas. Desse total de 180 usinas, a Companhia tem a propriedade integral de 144. As demais são divididas entre aquelas operadas e mantidas pela Companhia nos termos da Lei 12.783/2013 (sob administração especial), àquelas de propriedade compartilhada, as pertencentes às SPEs e participação de 50% na Itaipu Binacional, conforme demonstrado na tabela a seguir:

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Capacidade Instalada de Usinas de Propriedade Integral, sob Regime de O&M (renovadas nos termos da Lei 12.783/2013), Propriedade Compartilhada e SPEs:

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Total	
	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas
Propriedade Integral										
Eletronorte	8.782	03	601	07	-	-	-	-	9.383	10
Chesf	1.054	03	347	01	-	-	-	-	1.401	04
Furnas	2.864	03	962	02	-	-	-	-	3.826	05
Eletrosul	159	04	-	-	-	-	90	03	249	07
Eletronuclear	-	-	-	-	1.990	02	-	-	1.990	02
CGTEE	-	-	840	04	-	-	-	-	840	04
Amazonas Energia	278	01	1.806	110	-	-	-	-	2.084	111
ED Rondônia	03	01	-	-	-	-	-	-	03	01
Subtotal	**13.140**	**15**	**4.556**	**124**	**1.990**	**02**	**90**	**03**	**19.776**	**144**
Empreendimentos sob Regime de O&M										
Eletronorte	78	01	-	-	-	-	-	-	78	01
Chesf	9.214	11	-	-	-	-	-	-	9.214	11
Furnas	4.617	06	-	-	-	-	-	-	4.617	06
Subtotal	**13.909**	**18**	-	-	-	-	-	-	**13.909**	**18**
Propriedade Compartilhada*										
Furnas	766	02	-	-	-	-	-	-	766	02
Eletrosul	178	01	-	-	-	-	-	-	178	01
Itaipu Binacional (50%)	7.000	01	-	-	-	-	-	-	7.000	01
Subtotal	**7.944**	**04**	-	-	-	-	-	-	**7.944**	**04**
Sociedade de Propósito Específico (SPE)										
Participação das Empresas Eletrobras	1.287	08	11	01	-	-	60	05	1.363	14
Subtotal	**1.287**	**08**	**11**	**01**	-	-	**60**	**05**	**1.363**	**14**
Total Geral	**36.280**	**45**	**4.567**	**125**	**1.990**	**02**	**150**	**08**	**42.987**	**180**

* Considera as participações proporcionais das Empresas Eletrobras nas UHEs Serra da Mesa, Manso, por meio de Furnas e Mauá, pela Eletrosul.

A tabela abaixo apresenta o total da capacidade instalada dos empreendimentos que contam com a participação das Empresas Eletrobras, considerando a capacidade total dos ativos independente da proporção de participação da Companhia.

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Total	
	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas	MW	Usinas
Propriedade Integral	13.140	15	4.556	124	1990	02	90	03	19.776	144
Empreendimentos sob Regime de O&M	13.909	18	-	-	-	-	-	-	13.909	18
Propriedade Compartilhada	15.850	04	-	-	-	-	-	-	15.850	04
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	3.206	08	23	01	-	-	96	05	3.325	14
Total Geral	**46.105**	**45**	**4.579**	**125**	**1.990**	**02**	**186**	**08**	**52.860**	**180**

Para informações adicionais acerca das concessões de geração, consultar a nota explicativa 02 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

2.3. Transmissão

As Empresas Eletrobras são responsáveis por 57.290 Km de Linhas de Transmissão, nas tensões 750, ±600, 500/525, 345 e 230 kV, o que representa cerca de 50% do total das Linhas de Transmissão do Brasil. Desse total, 3.706 km são decorrentes de empreendimentos que pertencem integralmente às Empresas Eletrobras, 50.000Km são decorrentes das concessões renovadas nos termos da Lei 12.783/2013 e 3.584 km são decorrentes de empreendimentos realizados pela Empresas Eletrobras em parcerias com terceiros por meio de SPEs na proporção de sua participação.

Empresas Eletrobras	Linhas de Transmissão em 2013 (km)						
	Próprio	Empreendimentos sob Regime de O&M	Total (a)	SPEs – Participação Eletrobras*(b)	Total (a+b)	Alavancado pela Eletrobras** (c)	Total (a+c)
Eletronorte	131	8.690	8.821	1.376	10.197	2.684	11.505
Chesf	798	17.755	18.553	1.042	19.595	546**	19.099
Furnas	1.119	16.055	17.174	1.024	18.198	3.975	21.148
Eletrosul	1.293	7.500	8.793	142	8.935	308	9.101
Amazonas Energia	365	-	365	-	365	-	-
Total Eletrobras	**3.706**	**50.000**	**53.706**	**3.584**	**57.290**	**7.513**	**60.853**

*Considera a participação na proporção do capital investido pela Eletrobras nos empreendimentos em SPEs.
**Considera a extensão total dos empreendimentos em que a Eletrobras é acionista.
*** As SPEs das quais Chesf participa em comum com outras empresas do Sistema Eletrobras, Furnas e Eletronorte, estão contabilizadas nessas últimas.

De propriedade da Companhia, em 31 de dezembro de 2013, encontravam-se 114 subestações com capacidade de transformação de 53.571 MVA, além de mais 147 subestações renovadas nos termos da Lei 12.783/2013, totalizando 138.242 MVA de capacidade de transformação.

Empresas Eletrobras	Subestações Existente em 2013			
	Nº de Subestações		Capacidade de Transformação (MVA)	
	Próprias	Sob Regime de O&M	Próprias	Sob Regime de O&M
Eletronorte	06	51	1.475	18.258
Chesf	95	16	47.093	5.717
Furnas	01	48	900	92.907
Eletrosul	12	32	4.103	21.360
Total	**114**	**147**	**53.571**	**138.242**

2.4. Distribuição

As empresas de distribuição de energia elétrica da Eletrobras atuam em 2 (dois) estados da Região Nordeste e 4 (quatro) estados da Região Norte, beneficiando mais de 3,8 milhões de consumidores, o que equivale a 5,2% do total de clientes do território brasileiro. Utilizando uma rede de distribuição de energia de baixa, média e alta tensão, com 248.375 km de extensão e um total de 249 subestações, a Companhia atende a 35,3% do total de unidades consumidoras na região Norte e 10,3% na região Nordeste do país, compreendendo 463 municípios.

Descrição	ED Acre	ED Alagoas	ED Amazonas	ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima	Total
Linhas de Distribuição - Km	17.733	40.761	44.381	86.273	55.760	3.467	248.375
Nº de Clientes assistidos	231.144	981.454	827.235	1.102.032	564.892	97.203	3.803.960
Nº de municípios atendidos	22	102	62	224	52	01	463
Nº de subestações	15	40	53	81	57	03	249

2.5. Eficiência Energética

A área de eficiência energética da Eletrobras foi estruturada em duas grandes linhas: Eficiência energética como política pública e eficiência energética como uma visão corporativa e empresarial.

A vertente da eficiência energética voltada para política pública refere-se ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – "Procel" que será abordado no capítulo 12, Gestão de Fundos e Programas Setoriais de Governo.

Na linha da eficiência energética corporativa e empresarial, busca-se uma política integrada entre as Empresas Eletrobras para a redução do consumo energético próprio e novos negócios que venham agregar valor de forma sustentável.

Além disso, na vertente de novos negócios, foi desenvolvido processo de venda de serviços de eficiência energética e os primeiros serviços começaram a ser negociados. O mercado para atuação da Companhia foi analisado mediante pesquisa de mercado com as maiores empresas do ramo e as possíveis formas de atuação e os respectivos modelos de negócios foram apresentados à Administração. Essas atividades culminaram na elaboração de um Plano de Negócios previsto para ser lançado em 2014.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

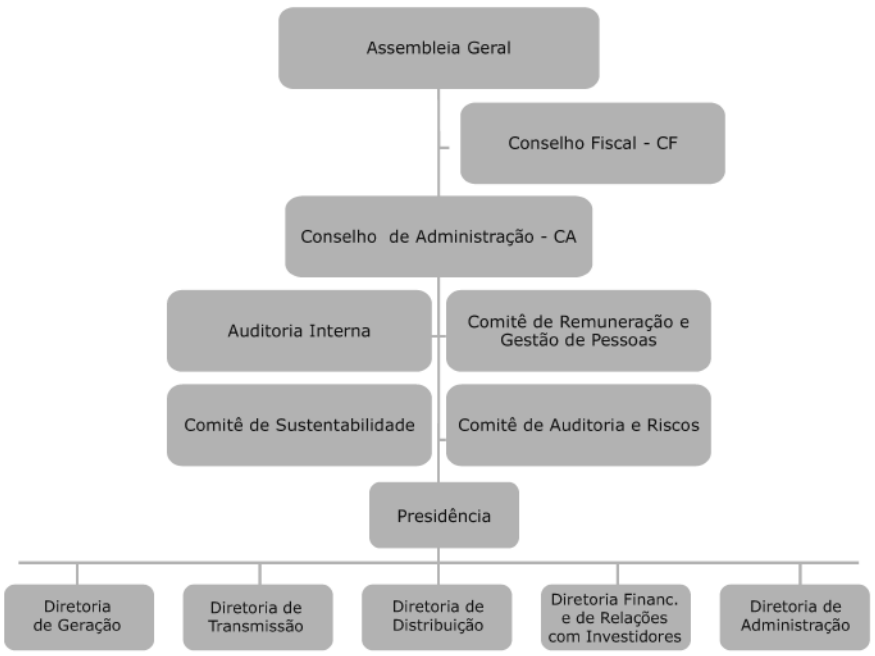
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

3. Governança Corporativa

A Eletrobras busca o aprimoramento contínuo de suas práticas de governança corporativa com foco em processos transparentes e adequados ao seu mercado de atuação. Os agentes da Governança zelam pela longevidade da empresa, de forma sustentável, e compartilham responsabilidades definidas em seu Estatuto Social e nos Instrumentos de Gestão de Governança da Companhia.



Instrumentos de Gestão e Governança

- Estatuto Social
- Regimento Interno do CA
- Regimento Interno do CF
- Regimento Interno dos Comitês
- Código das Práticas de Governança Corporativa da Eletrobras
- Código de Ética
- Diretrizes Antitruste
- Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Eletrobras
- Plano Estratégico das Empresas Eletrobras
- Políticas das Empresas Eletrobras

Atendendo a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº. 358, de 3/1/2002, a Companhia divulga em seu *website* o Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e a Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Além de estarem em conformidade com as regras da CVM, as práticas de divulgação e uso de informações relevantes atendem às normas da *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e da *New York Stock Exchange* ("NYSE").

Desde 2010, as Empresas Eletrobras possuem um Código de Ética único que retrata os princípios éticos que norteiam as ações e os compromissos de conduta institucionais presentes nas interações das empresas com seus empregados, colaboradores, fornecedores e demais públicos de relacionamento pautando-os pela ética, sustentabilidade, transparência, impessoalidade, legalidade e eficiência.

Em 2013, realizou-se 01 (uma) Assembleia Geral Ordinária que aprovou as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2012; a destinação do resultado do exercício e distribuição de remuneração aos acionistas; a eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e respectivos suplentes e as remunerações dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva.

Os conselheiros de administração e diretores participam, anualmente, do processo de avaliação de desempenho, conforme metodologia contida no Manual de Avaliação de Desempenho do Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Eletrobras. A Eletrobras *holding* padronizou essa metodologia e divulgou sua aprovação em todas as Empresas Eletrobras com as diretrizes para sua aplicação. Segundo a metodologia, os diretores realizam a avaliação de seus pares e da Diretoria Executiva como órgão e são também avaliados pelo Conselho de Administração. Os conselheiros também realizam a avaliação de seus pares e do conselho como órgão.

Conselho de Administração – "CA"

É um órgão de deliberação colegiado, eleito pela Assembleia Geral dos Acionistas e composto por até 10 (dez) membros, 07 (sete) dos quais são indicados pelo acionista majoritário, 01 (um) pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias; 01 (um) pelos acionistas minoritários detentores de ações preferenciais e 01 (um) representante dos empregados. O mandato é de 01 (um) ano, permitida a reeleição. Em 2013, o CA contou com 09 (nove) membros efetivos, devido à renúncia de 01 (um) conselheiro em maio. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente e extraordinariamente sempre que necessário. Em 2013, o CA realizou 18 reuniões. O Estatuto da Companhia dispõe sobre situações de conflito de interesse, nas quais os conselheiros devem abster-se da discussão e da votação que deliberará a respeito do assunto no qual o conflito for constatado, sendo registradas estas divergências nas atas das reuniões.

Composição do CA em 2013:

Márcio Pereira Zimmermann
João Antônio Lian
José Antonio Corrêa Coimbra
José da Costa Carvalho Neto
Lindemberg de Lima Bezerra
Marcelo Gasparino da Silva
Maurício Muniz Barretto de Carvalho
Thadeu Figueiredo Rocha
Wagner Bittencourt de Oliveira

Conselho Fiscal – "CF"

É um órgão de deliberação colegiado de caráter permanente e está devidamente adequado às exigências da *Securities and Exchange Commission* (SEC) para atuar como Comitê de Auditoria, em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley ("SOX"). Compõe-se de até 05 (cinco) membros e respectivos suplentes, cabendo aos acionistas minoritários ordinários e preferenciais o direito de indicar 01 (um) representante cada. O mandato é de 01 ano, permitida a reeleição. As reuniões ordinárias ocorrem mensalmente e extraordinariamente sempre que necessário. No ano de 2013, o Conselho Fiscal contou com 05 (cinco) membros e realizou 13 reuniões.

Composição do CF em 2013:

Danilo de Jesus Vieira Furtado
Charles Carvalho Guedes
Jarbas Raimundo de Aldano Matos
Manuel Jeremias Leite Caldas
Robert Juenemann

Diretoria Executiva - "DE"

É um órgão de deliberação colegiado que tem como atribuição a gestão dos negócios da Eletrobras, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração. Composta por 06 (seis) membros, incluindo o Presidente, eleitos pelo Conselho de Administração para mandato de até 3 anos, permitida a reeleição. O Presidente e os diretores não podem exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao setor elétrico, salvo nas subsidiárias, sociedades de propósito específico e empresas concessionárias sob controle dos Estados, em que a Eletrobras tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal, observadas as disposições da Lei nº 9.292, de 12/07/1996, quanto ao recebimento de remuneração. As reuniões da DE são semanais. Em 2013, a Diretoria Executiva contou com 06 (seis) membros.

Composição da DE em 2013:

Diretor-Presidente
José da Costa Carvalho Neto
Diretoria de Geração
Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Transmissão
José Antonio Muniz Lopes
Diretor de Distribuição
Luís Hiroshi Sakamoto (Interino)
Diretor de Administração
Manoel Aguinaldo Guimarães (Interino)
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores
Armando Casado de Araujo

Riscos relacionados à Companhia

O processo de Gestão de Riscos Corporativos nas Empresas Eletrobras é coordenado pela Eletrobras *holding*, de forma a garantir a visão sistêmica dos resultados e sua padronização. As atividades são regidas por uma Política de Gestão de Riscos única, sendo conduzidas pelas gerências de riscos e controles internos e pelos comitês de riscos que estão presentes em cada uma delas.

A Eletrobras possui uma matriz de riscos corporativa, na qual estão consolidadas as possíveis ameaças ao atingimento de seus objetivos estratégicos. Os riscos priorizados pela Administração são relatados detalhadamente no Formulário 20-F, arquivado na SEC, e no Formulário de Referência, arquivado na CVM. Em 2013, teve continuidade o trabalho de revisão da matriz de riscos da Empresas Eletrobras e de acompanhamento dos riscos priorizados, por modelagem qualitativa ou quantitativa, dependendo da natureza do risco, de forma a avaliar seus impactos nos resultados financeiros e na imagem da Companhia. A partir dessas revisões, estão sendo implementados os planos de ação para reduzir a exposição a riscos das Empresas Eletrobras.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

No ano de 2013, foram iniciadas as atividades do Comitê de Auditoria e Riscos, um dos três comitês de assessoramento do CA, cujas principais atribuições são a análise e o acompanhamento de questões ligadas aos controles internos, à auditoria e à gestão de riscos. A partir das observações apresentadas pela gerência de riscos e controles internos, pela auditoria interna e pelos auditores independentes, o Comitê deve recomendar ações de mitigação ao CA e, por conseguinte, à DE. A instalação desse Comitê reforça o compromisso da Administração com o monitoramento de seus principais riscos e com a integridade de seu ambiente de controles internos. Contudo, importante esclarecer que por se tratar de um Comitê de assessoramento do CA, o CF continua atuando para fins das exigências da SEC como um Comitê de Auditoria independente e com função de, entre outras, fiscalizar e monitorar as atividades da Administração e da auditoria interna.

Além disso, desde 2009, a Companhia tem implantado um sistema de controles internos monitorado periodicamente pelo CF, sendo o resultado divulgado, anualmente, por meio do Formulário 20-F. A Eletrobras divulga as informações mais relevantes da gestão dos negócios e dos resultados das operações e da situação financeira, na seção "Fatores de Riscos" e "Políticas Contábeis Críticas", visualizado em seu website www.eletrobras.com, na página de "Relações com Investidores", em "Demonstrações Financeiras".

Finalmente, merece ser destacado a Política Corporativa de Seguros Operacionais das Empresas Eletrobras, cujos esforços de estruturação foram iniciados em 2013, culminando na sua aprovação pelo CA, em janeiro de 2014. Tal documento visa estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades para orientação e uniformização do processo de transferência dos riscos operacionais relacionados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica nas Empresas Eletrobras, por meio da gestão de um programa de seguros consolidado visando, dentre outros aspectos, obter sinergias e economias de escala, por meio da contratação de uma maior capacidade de proteção junto aos mercados segurador e ressegurador, com a correspondente minimização de custos.

Política de Dividendos

O Artigo 45 do Estatuto Social da Companhia assegura aos acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros sobre o capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei 6.404/76 ("Lei das S.A.").

Em conformidade com a Lei das S.A., os dividendos somente podem ser distribuídos depois de efetuada a dedução, antes de qualquer participação, dos prejuízos acumulados e da provisão para o Imposto sobre a Renda. A Lei das S.A. autoriza que a Companhia pague dividendos à conta do lucro líquido do exercício, de lucros acumulados ou de reserva de lucros.

As ações preferenciais da classe "A" terão prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital relativo a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente, em conformidade com o §1º do Artigo 8º do Estatuto Social.

As ações preferenciais da classe "B", por sua vez, terão prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o capital relativo a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente, em conformidade com o § 2º do Artigo 8º do Estatuto Social.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos, depois de assegurado às ações ordinárias o dividendo de 6% (seis por cento) ao ano sobre o capital relativo a essa espécie e classe de ações, sendo garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos, por ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, conforme disposto nos §§ 3º e 4º do Artigo 8º do Estatuto Social.

Nos termos da Lei das S.A., os dividendos são devidos aos acionistas registrados como proprietários ou usufrutuário da ação na data da declaração dos dividendos.

Os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data em que forem declarados, salvo se houver deliberação em contrário da Assembleia Geral de Acionistas, sendo que, em qualquer caso, esse pagamento deverá ocorrer dentro do mesmo exercício social em que os dividendos tiverem sido deliberados pela Assembleia Geral Ordinária.

Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição dos acionistas, reverterão em benefício da Companhia.

Ouvidoria

Durante o ano de 2013, a Ouvidoria da Eletrobras recebeu 2.551 manifestações, das quais 2.431 (96%) foram solucionadas e 109 (4%) encontram-se em andamento. Adicionalmente, com a entrada em vigor da Lei número 12.813, de 16/05/2013, que trata do conflito de interesses envolvendo ocupantes de cargo ou emprego no âmbito do Poder Executivo federal, foi estruturado na Eletrobras um sistema para o recebimento e análise das questões relativas a esse tema. O procedimento prevê o envolvimento da área de gestão de pessoas e da Comissão de Ética da Companhia.

No gerenciamento das demandas referentes à Lei de Acesso à Informação nº 12.527, foram recebidas no Sistema de Informação ao Cidadão – SIC 161 solicitações de informações, das quais 160 foram respondidas, uma está em tramitação, e onze entraram com recurso.

Eventos Societários

No que tange aos eventos societários ocorridos no ano de 2013 e que foram objeto de Comunicado ao Mercado, pelos devidos meios, destacamos:

Em 14/01/2013, a Eletrosul aprovou a incorporação da subsidiária Artemis Transmissora de Energia S.A., e, em 14/06/2013, a incorporação das subsidiárias Eólica Cerro Chato I S.A., Eólica Cerro Chato II S.A., Eólica Cerro Chato III S.A., Porto Velho Transmissora de Energia S.A. e Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S.A..

Em 05/04/2013, no âmbito do processo de desverticalização da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., estabelecido pela Lei 9.074/1995 em razão da interligação da região norte do Brasil ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"), foi aprovada a criação de subsidiária integral que ficará responsável pelas atividades de geração e transmissão de energia elétrica daquela companhia.

Em 12/09/2013, a Eletrobras celebrou com os estados do Amapá e de Roraima acordos de acionistas, visando, respectivamente, a assunção de gestão compartilhada da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA e Companhia de Roraima – CERR.

Em 2013, foi iniciado processo de fechamento de capital da empresa Chesf, ainda não concluído.

A Eletrobras adquiriu da empresa Administración Nacional de Usinas Y Transmisiones Eléctricas - UTE, em 02/10/2013, 50% (cinqüenta por cento) do capital social da empresa Rouar S.A., com sede em Montevidéu, Uruguai, pelo valor equivalente a R$17,65, que tem por objeto social a atuação na área de geração de energia eólica. Na mesma data, foi celebrado acordo de acionista com a acionista UTE. O aporte de capital pela Eletrobras no projeto é de US$ 23,5 milhões de dólares norte americanos.

Em 30/12/2013, a Eletronorte aprovou a incorporação da sua subsidiária integral Rio Branco Transmissora de Energia S.A..

Por fim, a Eletrobras, em 2013, manteve as negociações para aquisição de até 51% da participação acionária da empresa Celg Distribuição S.A., bem como ainda encontra-se vigente o acordo de acionistas celebrado com o Estado de Goiás, em que as partes possuem a administração compartilhada da referida companhia.

4. Panorama Econômico e Setorial

4.1. Panorama Econômico

O Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, em 2013, cresceu 2,3% em relação ao ano anterior. A forte recuperação da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede os investimentos, foi o principal responsável por esse aumento. A FBCF cresceu em 2013 aproximadamente 6,3%, enquanto que, em 2012, este indicador havia recuado 4,0%. Além da recuperação dos investimentos, o consumo das famílias teve um crescimento de 2,3%. O consumo das famílias representou cerca de 64%, enquanto que o aumento do investimento foi responsável por 18% do aumento do PIB.

Em relação à inflação, a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") foi de 5,91% em 2013, ante 5,84% em 2012, influenciada pelo aumento nos preços livres.

A política monetária foi marcada por um ciclo de alta, onde a taxa básica de juros Selic fechou o ano em 10% a.a., representando um aumento de 2,75% em relação a 2012.

O dólar comercial norte-americano encerrou o ano de 2013 cotado em R$2,34 contra R$2,04 no final de 2012, o que representou aumento de 14,54%. Tal como em 2012, essa desvalorização do Real impactou positivamente o resultado da Eletrobras em 2013, uma vez que parte significativa de seus recebíveis são denominados em moeda estrangeira.

4.2. Panorama Setorial

O consumo total de energia em 2013 foi de 463.740 GWh, um acréscimo de 3,5% em relação ao ano de 2012, quando atingiu 448.113 GWh. As classes de consumo residencial e de comércio e serviços foram os principais responsáveis pelo crescimento verificado.

A taxa de crescimento do consumo da classe residencial em 2013 foi de 6,1%, superior ao registrado em 2012 que foi de 5,1%. Essa manutenção do crescimento pode ser atribuída à elevação contínua da renda e ao bom momento do mercado de trabalho, que registrou uma taxa de desemprego anual média de 5,4%, a menor da série histórica segundo o IBGE. A análise do PIB pela ótica da demanda também explica esse movimento, onde o consumo das famílias tem sustentado o crescimento moderado da demanda.

Comércio e serviços foi o segmento que apresentou a segunda maior elevação do ano, ou seja, de 5,7%, com expansão em todas as regiões, com destaque para o nordeste e o sudeste, com crescimento de 8,7% e 5,4% respectivamente. O sudeste, em especial, por representar mais da metade do consumo da classe comercial teve influência relevante no incremento de 2013.

O consumo industrial de energia na rede avançou 0,6% no ano, após a estabilidade observada em 2012, alcançando 184.595 GWh. As regiões Sul e Centro-Oeste foram responsáveis por esse resultado com taxas de crescimento positiva de 4,6% e 7,5%, respectivamente. Nas demais regiões, o consumo de energia nessa classe apresentou uma leve redução em relação ao observado em 2012. Segundo a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), o fraco desempenho da atividade dos setores eletrointensivos, como os de extração mineral e metalurgia, localizados nos Estados de Minas Gerais, Maranhão e Pará teve forte reflexo no consumo de energia. Já os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul se beneficiaram do aquecimento das atividades de refino de petróleo, produção de veículos automotores e de máquinas e equipamentos para o setor agrícola.

Consumo de Energia Elétrica na Rede (GWh) - Brasil

Classes de Consumo	2013	2012	Variação 2013 x 2012
Residencial	124.857	117.645	6,1%
Industrial	184.595	183.474	0,6%
Comercial	83.712	79.234	5,7%
Outros	70.575	67.757	4,2%
Total	**463.740**	**448.113**	**3,5%**

Fonte: EPE

4.3. Panorama Institucional e Regulatório

Assim como em 2012, ao longo de 2013, as Empresas Eletrobras apresentaram nos seus balanços os reflexos financeiros decorrentes da redução das tarifas verificadas nos empreendimentos renovados nos termos da Lei 12.783/2013. Houve uma participação efetiva das Empresas Eletrobras nas audiências públicas e nos debates sobre a regulação de dispositivos da Lei envolvendo os contratos de concessão de geração e transmissão prorrogados e suas respectivas indenizações.

No âmbito do segmento de transmissão, merece ser destacada a edição da Resolução Normativa ANEEL nº 589/2013, de 10/12/2013, decorrente da Audiência Pública 101/2013, que estabeleceu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição - VNR dos ativos existentes em 31/05/2000 considerados não depreciados ("RBSE" e "RPC"), para fins de indenização às concessionárias de transmissão que optaram pela prorrogação da concessão nos termos da Lei 12.783/13. De acordo com a referida Resolução, coube a cada concessionária apresentar seu cronograma para entrega do Laudo de Avaliação, contemplando todos os ativos, a ser feito por avaliadora credenciada junto à ANEEL. Após a entrega do Laudo, a ANEEL terá o prazo total de 150 (cento e cinquenta) dias para analisar, fiscalizar e aprovar os valores VNR total e residual para efeito de indenização às concessionárias. No caso das Empresas Eletrobras, os Laudos de Avaliação serão entregues até o final do ano de 2014, com possibilidade de antecipações.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

No que se refere ao segmento de geração, em 19/12/2013, foi aprovada pela ANEEL a Resolução Normativa nº 596/2013, como resultado da Audiência Pública nº 092/2013, estabelecendo os procedimentos para cálculo do VNR relativo à parcela de investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos cujas concessões tenham sido ou não prorrogadas pela Lei 12.783/2013. Mudanças importantes foram incorporadas na resolução aprovada, com destaque para a aceitação de serem apresentados os quantitativos adicionais àqueles empregados pela EPE no cálculo do VNR, o que significa acrescentar aos quantitativos do projeto básico os quantitativos do projeto executivo ("como construído"). Ainda, após a entrada da última máquina, poderão ser apresentados os quantitativos empregados nos projetos de ampliação e reforma que ainda não foram depreciados ou amortizados até 31/12/2012. A ANEEL estabeleceu a data de até 17/02/2014 para as concessionárias manifestarem o interesse em receber o valor do VNR relativo aos investimentos e mais 180 dias, contados da primeira manifestação, para comprovação dos investimentos. As Empresas Eletrobras manifestaram seus interesses até 31/12/2013. A ANEEL não fixou prazo para conclusão das suas análises e poderá solicitar auditorias ou estudos específicos para subsidiar as análises e consolidação dos dados enviados pelas empresas em cada instalação. Os custos unitários e demais mecanismos do cálculo do VNR foram definidos de acordo com aqueles empregados pela EPE na valoração divulgada junto com a Medida Provisória 579/2012. As Empresas Eletrobras irão consolidar os estudos envolvendo análise completa do cálculo do VNR da EPE e o cálculo do VNR da empresa, bem como os investimentos relativos ao VNR adicionais não depreciados existentes em 31/12/2012.

Os cálculos das indenizações apurados pela ANEEL serão homologados pela União (Poder Concedente) assim como a sua forma de pagamento, podendo ocorrer por meio de indenização ou reconhecimento na base tarifária. Em razão disso, as Empresas Eletrobras solicitaram ao Ministério de Minas e Energia (MME) a definição quanto à correção monetária, a remuneração (WACC) e a forma de recebimento das indenizações; a celebração de aditivos aos contratos de concessão prorrogados para incluir cláusula contratual para estabelecer direitos e obrigações envolvendo o pagamento das indenizações; e a eliminação de tributos e impostos nos valores futuros da indenização a serem homologadas.

Outro evento que merece ser destacado é a Audiência Pública ANEEL CP-004/2014, que visa obter subsídios para o aprimoramento da metodologia de cálculo de custo de capital a ser utilizado para a remuneração (WACC) das instalações de geração de energia elétrica em regime de cotas, nos termos da Lei 12.783/2013.

A ANEEL ainda não editou regulação envolvendo a definição e as regras para autorização ou aceitação dos investimentos já realizados a partir de 2013 nos ativos de geração e transmissão constantes dos contratos de concessão prorrogados, o que é importante para o setor elétrico em geral, pois afetam decisões de investimentos e postergações com efeitos nas operações dos ativos.

Quanto ao segmento de distribuição, no decorrer do exercício de 2013, ocorreram as Revisões Tarifárias Periódicas relativas ao Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária Periódica ("3CRTP") das Distribuidoras da Eletrobras ("EDEs"), cujas datas bases foram: 28/08/2013 para a Eletrobras Distribuição Alagoas e a Eletrobras Distribuição Piauí; 01/11/2013 para a Eletrobras Distribuição Amazonas e Eletrobras Distribuição Roraima; e 30/11/2013 para a Eletrobras Distribuição Acre e a Eletrobras Distribuição Rondônia.

É importante destacar que, em função dos resultados do 3CRTP homologados pela ANEEL, foram apresentados Pedidos de Reconsideração pelas EDEs Alagoas, Piauí, Amazonas e Rondônia. No caso específico da EDE Amazonas, a Diretoria da ANEEL determinou a instauração de processo interno para apurar erro material na Base de Remuneração Regulatória, o que poderá alterar para maior o Índice de Reposicionamento homologado.

O combate às Perdas de Energia é um aspecto importante que a ANEEL tem considerado com o estabelecimento de trajetórias de redução das perdas, principalmente para as Perdas Não Técnicas.

A tabela a seguir apresenta a base de cálculo do reajuste tarifário das Empresas Eletrobras de Distribuição ocorridos no ano de 2013:

Índice de Reajuste Tarifário – IRT 2013	ED Acre	ED Alagoas	ED Amazonas	ED Piauí	ED Rondônia	ED Roraima
IRT Econômico	-5,86%	-1,86%	-6,40%	-12,59%	-14,89%	-7,60%
Componentes Financeiros	16,63%	5,15%	-13,01%	3,88%	19,32%	-9,24%
IRT Total	10,75%	3,29%	-19,41%	-8,72%	4,43%	-16,83%
Efeito Médio Consumidor Cativo (preliminar)	10,73%	3,29%	-3,81%	-8,55%	13,17%	-6,98%
Diferimento [1] (R$ mil)	881		237.019			20.361
Efeito Médio Consumidor Cativo (final)[2] (R$ mil)	547	29.706	1.065	26.629	3.184	116

[1] Repasse via CDE – Subvenção CDE – Art. 13 – Inciso VIII, Lei nº 10.438/2002.
[2] Outros Repasses via CDE – Referentes CVA Energia , Encargos Serviço de Sistema e Descontos Tarifários.

Destaca-se que as EDEs manifestaram seu interesse na prorrogação de suas concessões, nos termos dos contratos vigentes e das Leis 9.074/1995 e 12.783/2013. Em, 17/01/2014, a ANEEL enviou às concessionárias de distribuição Ofício Circular enfatizando que, de acordo com o Art. 7º da Lei 12.783/2013, as concessões poderão ser prorrogadas uma só vez por até 30 (trinta) anos e que caberá à ANEEL realizar a análise acerca do pedido de prorrogação, cabendo ao Poder Concedente a decisão final sobre a aprovação ou a rejeição de tais pedidos. Até o fechamento deste Relatório, não havia sido editada regulação sobre as condições de renovação das referidas concessões.

Finalmente, em 2013, houve a Consulta Pública nº 12/2013, com objetivo de obter subsídios à disciplina dos contratos de compartilhamento de recursos humanos e de infraestrutura entre geradoras, transmissoras, distribuidoras de energia elétrica e suas partes relacionadas, no âmbito da revisão da Resolução Normativa nº 334/2008, cujo processo de discussão com a sociedade se iniciou com a Audiência Pública nº 41/2012. O prazo para envio das contribuições por escrito encerrou-se em 31/12/2013 e as empresas do setor elétrico aguardam a análise das contribuições e a edição de regulação pela Aneel.

5. Planejamento e Gestão Empresarial

5.1. Planejamento Estratégico

Em 2013, no âmbito do processo de planejamento de gestão empresarial, foi publicado o Plano Diretor de Negócios e Gestão do Sistema Eletrobras 2013-2017 ("PDNG 2013-2017"), que sintetiza o posicionamento estratégico da Eletrobras frente à nova realidade imposta pela Lei nº 12.783/2013. A referida Lei impactou profundamente a estratégia de atuação das Empresas Eletrobras em função dos ajustes praticados sobre a dinâmica de operação, manutenção e expansão do Setor Elétrico Brasileiro.

O PDNG 2013-2017 foi aprovado pelo CA, em 27/03/2013, conforme Fato Relevante divulgado na referida data, e contempla o realinhamento estratégico das Empresas Eletrobras, estabelecendo condicionantes para a gestão e a obtenção de receitas a partir da otimização dos gastos com custeio, captura de sinergias inerentes à atuação integrada das Empresas Eletrobras, reestruturação societária e organizacional, melhorias nos processos de gestão e um enfoque exigente sobre a expansão, garantindo investimentos e melhor desempenho das empresas. O PDNG 2013-2017 se desdobra em uma carteira de projetos críticos de curto e médio prazos, estruturada segundo três eixos: 1) expansão sustentável, 2) eficiência operacional e 3) reestruturação do modelo de negócios, governança e gestão.

A execução de vários projetos dessa carteira evoluiu significativamente durante o ano de 2013, com destaque para as ações que contemplam a reestruturação do atual modelo de negócios das Empresas Eletrobras e a revisitação de seu Plano Estratégico 2010-2020 e desdobramentos, com conclusão prevista para o primeiro semestre de 2014.

5.2. Desempenho Empresarial

Desde 2010, são firmados contratos de metas de desempenho empresarial ("CMDE") entre a Eletrobras e suas controladas nas dimensões econômico-financeira, operacional e socioambiental, por meio de metas e indicadores específicos que resultam em um portfólio de ações que são geridas em cada subsidiária. No ano de 2013, o processo obteve alguns avanços:

- Ampliação do Painel de Gestão Empresarial que reúne informações e indicadores de maior relevância a serem monitorados pelos órgãos de decisão da Eletrobras;
- Aprimoramento do Relatório Executivo ao Conselho de Administração com a ampliação no escopo das informações de Desempenho Empresarial apresentadas mensalmente;
- Ampliação do painel de indicadores do CMDE; e
- Readequação de novas metas do CMDE para o ciclo 2013-2017, que foram estabelecidas considerando a nova realidade do setor elétrico, em decorrência da Lei 12.783/2013.

5.3. Gestão da Marca, Reputação e Imagem

A Eletrobras foi a única empresa do setor elétrico presente na lista das "50 marcas mais valiosas do Brasil", divulgada em abril de 2013, pela consultoria BrandAnalytics, que realizou o levantamento, em parceria com a revista "Isto É Dinheiro", de 232 marcas de 171 empresas brasileiras de capital aberto e teve como base 14.800 entrevistas com consumidores finais e corporativos, além de dados financeiros, de mercado, informações da Bloomberg e relatórios anuais das empresas. Esta foi a primeira vez em que uma Companhia do setor elétrico foi listada nos sete anos da pesquisa.

Além disso, a Brand Finance Brasil, consultoria independente e líder mundial em avaliação e estratégia de marcas, classificou a Eletrobras na 34ª posição no *ranking* 2013 das "100 marcas mais valiosas do Brasil". O estudo considera um levantamento financeiro sobre as empresas e questionários com clientes e especialistas em medir a força de marcas.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

6. Operação e Comercialização

6.1. Geração

Foram gerados, em 2013, um total de 186.092 GWh pelas usinas das Empresas Eletrobras, o que representa um decréscimo de 10,3% em relação a 2012, como pode ser visto na tabela abaixo:

Empresas Eletrobras	2013	2012	Variação
Eletronorte	41.632	42.236	-604
Chesf	33.369	50.003	-16.634
Furnas	35.153	39.786	-4.633
Eletrosul	1.711	555	1.156
Eletronuclear	15.829	16.007	-178
CGTEE	2.836	2.677	159
Itaipu Binacional	49.315	49.144	171
Amazonas Energia	6.203	6.968	-765
Eletrobras	44	46	-2
Total Eletrobras	**186.092**	**207.422**	**-21.330**

Nota:

(i) A energia gerada de cada empresa representa a geração por ativos próprios e a geração proporcional à participação das Empresas Eletrobras em ativos que não são propriedade integral sua, incluindo as SPEs.

(ii) Considera 50% da energia de Itaipu Binacional.

O volume de energia gerada somente pelas Empresas Eletrobras, desconsiderando a energia oriunda de SPEs, é apresentado na tabela que segue:

Empresas Eletrobras	2013	2012	Variação
Eletronorte	41.289	41.884	-595
Chesf	32.909	49.724	-16.815
Furnas	31.514	38.658	-7.144
Eletrosul	1.607	269	1.338
Eletronuclear	15.829	16.007	-178
CGTEE	2.836	2.677	159
Itaipu Binacional*	49.315	49.144	171
Amazonas Energia	6.203	6.968	-765
Total Eletrobras	**181.502**	**205.331**	**-23.829**

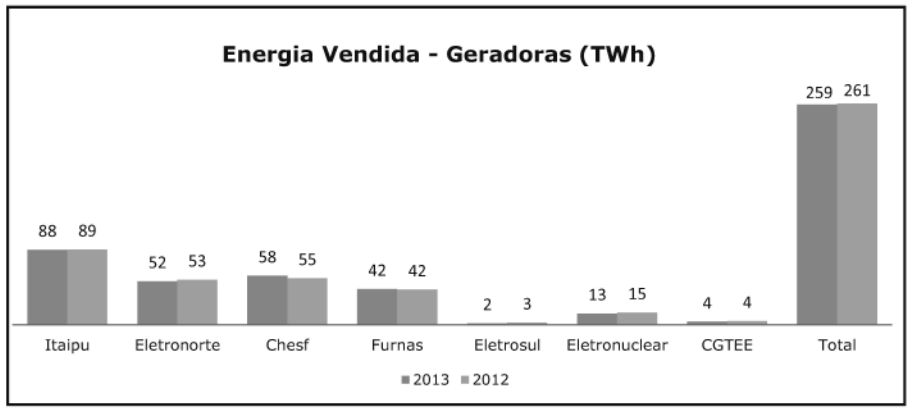
*Considera 50% da energia de Itaipu Binacional.

O baixo índice pluviométrico ocorrido no final de 2012 e início de 2013 acarretou a diminuição da geração hídrica e, consequentemente, um aumento significativo da geração de fontes de energia primária térmica (Óleo, Gás e Carvão) necessária para manutenção dos níveis de segurança energéticos.

A tabela a seguir mostra a disponibilidade operacional das usinas das Empresas Eletrobras.

Disponibilidade Operacional na Geração (%)		
Empresas Eletrobras	**2013**	**2012**
Eletronorte	94,22	97,01
Chesf	88,77	88,11
Furnas	90,35	90,22
Eletrosul	92,23	94,49
Eletronuclear	84,09	94,38
CGTEE	46,18	43,68
Itaipu Binacional	96,21	93,85
Amazonas Energia	89,44	84,50

O volume de energia vendida pelas Empresas Eletrobras de geração manteve-se no mesmo patamar do ano anterior, com uma pequena redução de 0,3%. O gráfico a seguir apresenta o volume de energia comercializada pelas Empresas Eletrobras, desconsiderando a energia vendida por meio das SPEs, e assumindo a energia comercializada pela Itaipu Binacional no Brasil.

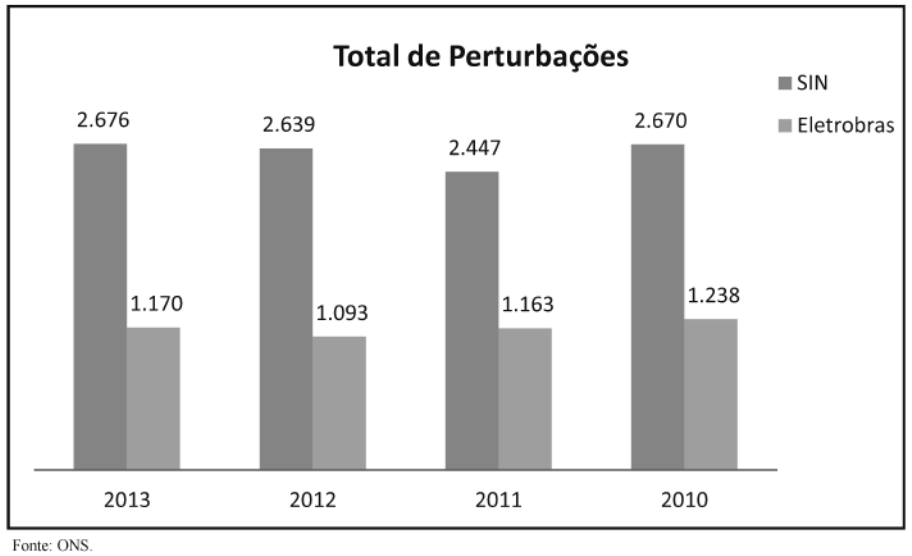


6.2. Transmissão

O quadro abaixo apresenta o posicionamento das Empresas Eletrobras quanto à disponibilidade das suas linhas de transmissão. Este indicador representa o percentual de horas, no ano, que as linhas permaneceram disponíveis para o sistema de transmissão.

Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão (%)		
Empresas Eletrobras	**2013**	**2012**
Eletronorte	99,88	99,92
Chesf	99,92	99,90
Furnas	99,60	98,70
Eletrosul	99,87	99,88
Amazonas Energia	99,60	100,00
Total	**99,81**	**99,55**

Os gráficos a seguir apresentam, respectivamente, o número de perturbações no Sistema Interligado Nacional (SIN), como também aquelas perturbações que tiveram origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras.



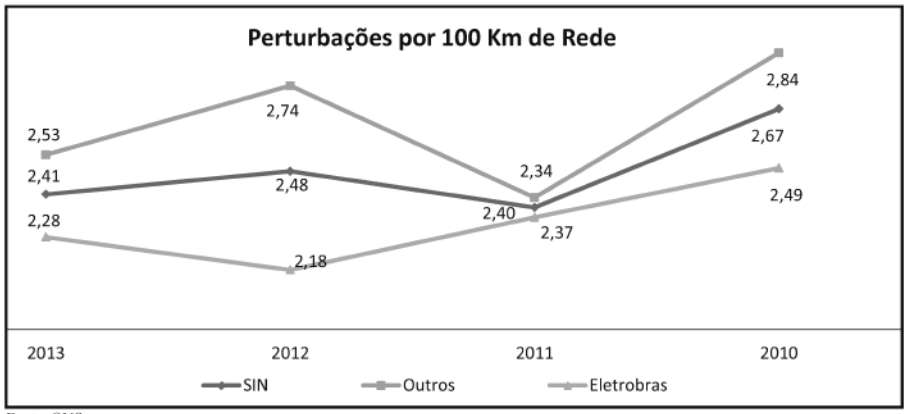
Fonte: ONS.

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

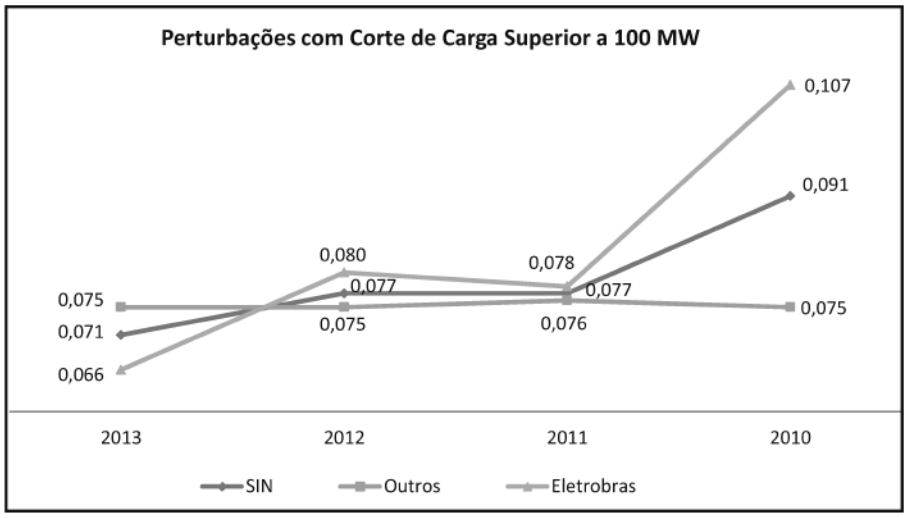
O número de perturbações no SIN no período 2010-2013 manteve-se praticamente constante. Por sua vez, o número de perturbações com origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras reduziu-se em 5,5% no período. O número de perturbações com envolvimento da rede Básica por 100 km de rede é mostrado no gráfico que se segue:



Fonte: ONS.

Tendo em vista a extensão da rede de transmissão das Empresas Eletrobras, o número de perturbações por 100 km reduziu-se em 8,5% no período 2010 a 2013. Em 2013, o desempenho é 5,4% menor que a média de perturbações por 100 km da rede Básica nacional.

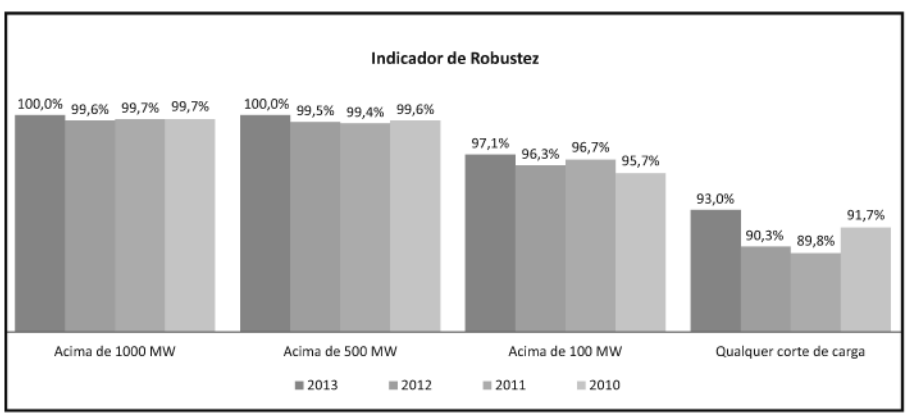
Os gráficos que se seguem apresentam o número de perturbações com corte de carga superior a 100 MW e o número de perturbações com corte de carga superior a 100 MW por 100 km de rede:



Fonte: ONS.

O número de perturbações por 100 km de rede originados nas Empresas Eletrobras, que ocasionaram corte de carga superior a 100 MW, reduziu-se em 38% no período 2010-2013.

Com relação ao indicador de robustez, que tem por objetivo avaliar a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção de fornecimento de energia elétrica aos consumidores, as Empresas Eletrobras obtiveram a seguinte performance:



Fonte: ONS.

No que tange às perdas na transmissão, as mesmas são calculadas pela diferença entre a soma de geração e de importação, e soma de vendas e de exportação. Desde 2010, sob coordenação da Eletrobras, vem sendo utilizada uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na transmissão das Empresas Eletrobras, baseada em cálculos elétricos utilizando-se casos de fluxo de potência. A tabela a seguir apresenta o referido indicador para cada uma das empresas de transmissão de energia da Eletrobras:

Perdas Técnicas por Transmissão* (%)		
Empresas Eletrobras	**2013**	**2012**
Eletronorte	1,63	1,65
Chesf	2,17	2,65
Furnas	2,17	2,28
Eletrosul	1,76	2,08
ED Amazonas**	0,32	0,27
Total	**2,01**	**2,19**

*Perdas ocorridas no processo de transferência de energia elétrica até as subestações.

6.3. Distribuição

Comercialização de Energia Elétrica das Empresas Distribuidoras

As EDEs faturaram um volume de energia no Mercado Cativo de 16.160 GWh, com um crescimento de 5,3% quando comparado ao ano de 2012 e para os consumidores no Mercado Livre 323 GWh, representando um crescimento total de Mercado de 6,5%, com a Carga de Energia crescendo 6,0%. Registramos um crescimento importante, tendo em vista que o mercado brasileiro de energia elétrica cresceu 3,5% no mesmo período.

Esse crescimento foi fortemente influenciado, de forma positiva, pela Classe Residencial que cresceu 9,9% e, de forma negativa, pela Classe Industrial, que apresentou decréscimo no Mercado Cativo de 1,9% em relação ao ano anterior.

Atribuímos o dinamismo da Classe Residencial ao aumento do número de consumidores, aumento do consumo médio pela aquisição de aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos, ações de regularização das unidades consumidoras clandestinas e com desvios de energia, além dos programas habitacionais do governo e dos esforços do Programa Luz Para Todos. Deve-se destacar também a evolução da Classe Iluminação Pública, que teve um crescimento de 26,9%, atribuído à ação desenvolvida de recadastramento do parque de iluminação instalado pelas Prefeituras.

Classes de Consumos	Energia Vendida (MWh)		
	2013	**2012**	**AH (%)**
Industrial	3.082.649	3.143.808	-1,9%
Residencial	6.113.871	5.564.719	9,9%
Comercial	3.451.267	3.316.135	4,1%
Rural	739.102	708.803	4,3%
Iluminação Pública	747.711	590.901	26,5%
Outros	1.957.553	1.891.530	-2,9%
Total de Cativos	**16.092.153**	**15.215.896**	**4,9%**
Suprimento	170.274	129.070	31,9%
TOTAL	**16.262.427**	**15.344.966**	**5,1%**

Classes de Consumo	Energia Vendida (MWh)						
	ED Acre	**ED Alagoas**	**ED Amazonas**	**ED Piauí**	**ED Rondônia**	**ED Roraima**	**Total**
Industrial	36.757	554.697	1.783.887	193.042	500.251	14.015	3.082.649
Residencial	371.630	1.225.493	1.783.151	1.327.936	1.084.116	321.545	6.113.871
Comercial	181.260	680.412	1.236.086	609.617	598.550	145.342	3.451.267
Rural	39.649	216.079	75.940	128.739	264.268	14.427	739.102
Iluminação Pública	43.945	189.829	192.467	174.710	122.634	24.126	747.711
Outros	142.526	324.439	771.926	366.780	252.037	99.845	1.957.553
Total	**815.767**	**3.190.949**	**5.843.457**	**2.800.824**	**2.821.856**	**619.300**	**16.092.153**

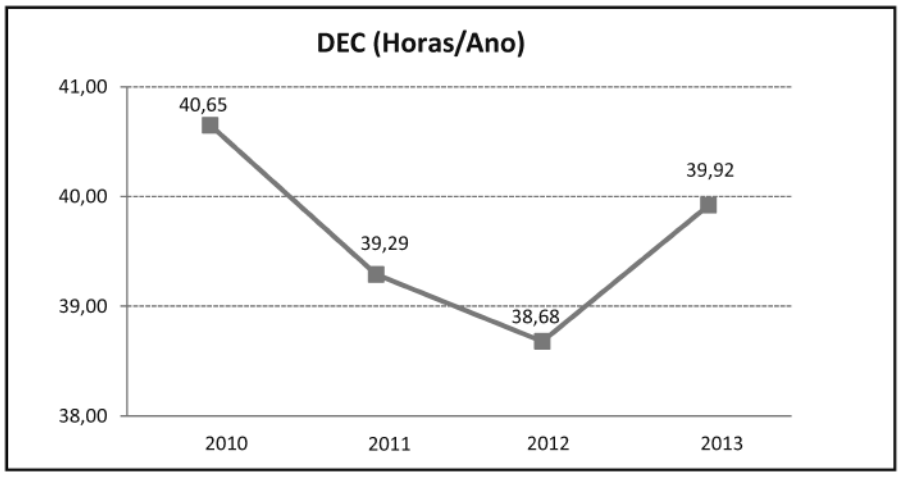
continua

continuação

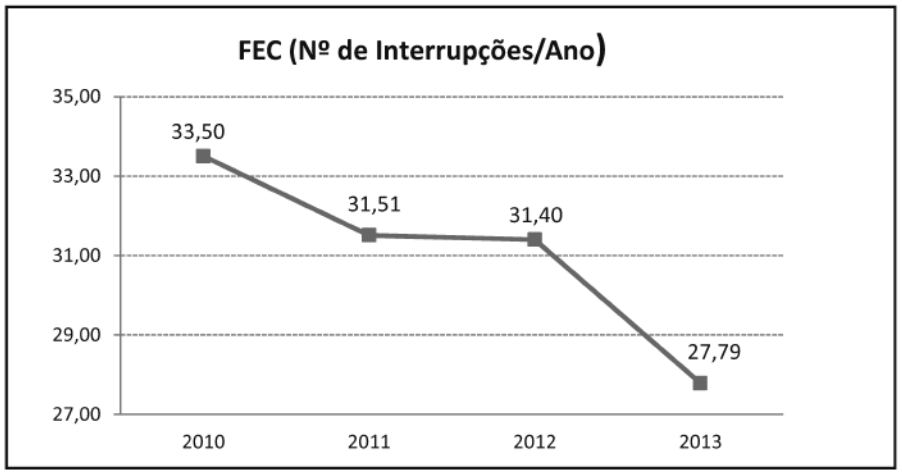
COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Qualidade do Serviço de Distribuição

O gráfico abaixo apresenta a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora - DEC das EDEs:



O indicador FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora), de forma consolidada, registrou uma melhora, passando de 31,4 para 27,8 vezes, principalmente em função do desempenho obtido pelas seguintes EDEs Amazonas Energia, Eletrobras Distribuição Alagoas e Eletrobras Distribuição Roraima, que superaram as metas estipuladas no CMDE para este ano.



Dentre as diversas ações praticadas pelas EDEs, objetivando melhorar os índices de qualidade, destacam-se os serviços de manutenção preventiva, ampliação da capacidade de transformação de MT/BT e a construção de novas subestações que amenizaram os problemas de sobrecarga.

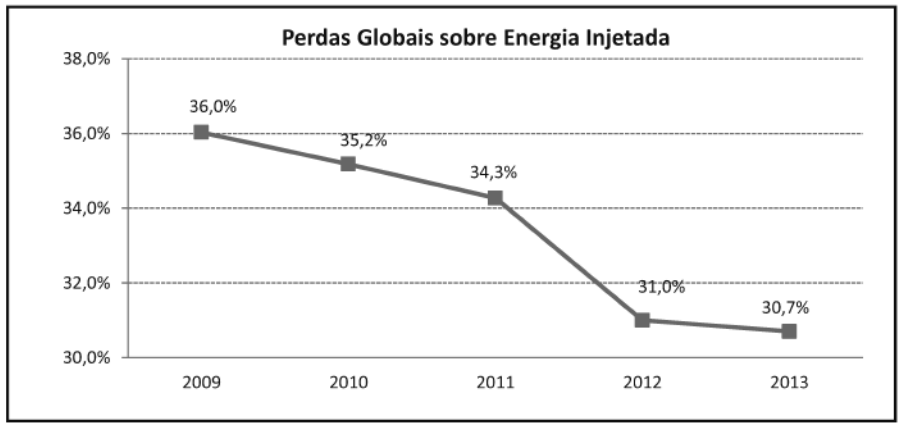
Perdas na Distribuição

No ano de 2013, o nível de Perdas Totais em relação à Energia Injetada do conjunto das EDE's ficou em 30,69%, contra 31,00% em 2012.

Para o ano de 2014, espera-se um avanço na redução do nível de perdas com os ganhos de energia oriundos da conclusão dos projetos iniciados no segundo semestre de 2013. O pleno desenvolvimento do Projeto Energia+, além da continuação dos serviços de fiscalização e regularização já contratados e da entrada em operação de importantes obras do Sistema Elétrico, em especial no Amazonas e no Piauí contribuirão para a redução das perdas técnicas.

Empresas Eletrobras	Perdas Técnicas (%)		Perdas não Técnicas (%)		Perdas Totais (%)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
ED Amazonas	7,77%	7,71%	30,57%	31,35%	38,34%	39,06%
ED Acre	9,85%	11,87%	14,41%	9,12%	24,26%	20,99%
ED Alagoas	10,34%	8,42%	15,79%	18,58%	26,13%	27,00%
ED Piauí	12,17%	13,16%	17,79%	17,20%	29,97%	30,36%
ED Rondônia	11,15%	12,74%	12,82%	10,08%	23,97%	22,82%
ED Roraima	7,04%	6,62%	5,08%	5,65%	12,12%	12,27%
Consolidado	9,51%	9,61%	21,17%	21,40%	30,69%	31,01%

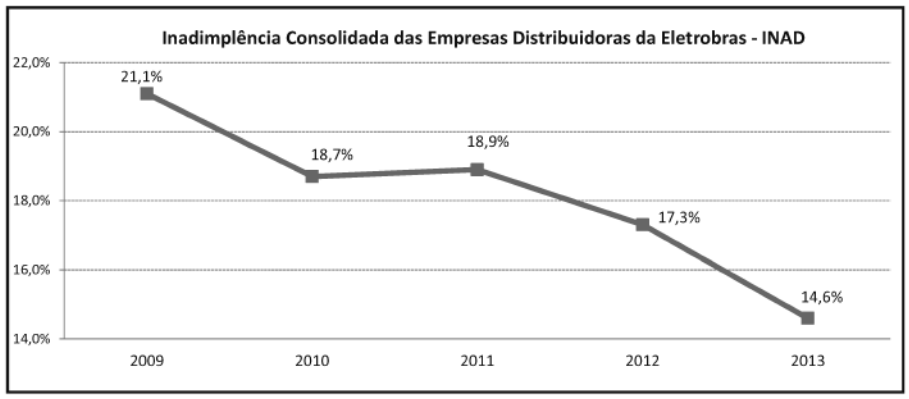
O gráfico abaixo apresenta a evolução das perdas globais das EDEs. A redução observada nos valores reflete os investimentos e esforços realizados buscando a melhoria operacional dessas companhias.



Inadimplência

Com relação à gestão da inadimplência, registramos que o ano de 2013 apresentou uma melhora desse indicador em todas as EDEs, em sintonia com o comportamento observado do consumidor brasileiro, que buscou colocar em dia seus débitos neste período. A tabela abaixo apresenta a Inadimplência Ativa pelo Faturamento – INAD consolidada das Empresas de distribuição da Companhia:

Inadimplência Consolidada das Distribuidoras - INAD					
Classe	2013	2012	2011	2010	2009
Residencial	11,7%	12,6%	10,1%	9,3%	13,8%
Comercial	13,3%	17,2%	24,4%	21,9%	23,4%
Industrial	8,1%	9,5%	10,3%	9,6%	11,0%
Rural	23,2%	36,1%	44,0%	44,0%	37,2%
Poder Público	16,2%	20,2%	23,6%	25,2%	28,3%
Serviço Público	101,1%	107,6%	128,8%	116,9%	110,8%
Iluminação Pública	10,5%	22,5%	27,6%	43,1%	39,5%
Total	**14,6%**	**17,3%**	**18,9%**	**18,7%**	**21,1%**



Além do comportamento do consumidor, atribuímos esse resultado às diversas ações empregadas pelas Empresas Eletrobras no combate à inadimplência, tais como:

a) Cumprimento rigoroso da Régua de Cobrança, que prevê ações operacionais sistemáticas de suspensão do fornecimento pelo atraso no pagamento, negativação junto aos organismos de restrição de crédito (SERASA e CADIN) e ações judiciais, entre outras medidas de cobrança;

b) Repactuação de dívidas emblemáticas com as prefeituras municipais do Piauí e Alagoas e diversos outros clientes privados, e o êxito obtido em ações judiciais; e

c) Gestão das contas de Provisão e Perdas com ações objetivas de negociações de débitos e da correta contabilização dos créditos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

7. Expansão e Investimentos

Em 2013, as Empresas Eletrobras investiram R$11,2 bilhões, recorde em sua história, correspondente à realização de 83,6% do orçamento de investimento aprovado para o ano, sendo: R$7,2 bilhões corporativos e R$4 bilhões em parcerias, distribuídos nos seguintes segmentos: R$6,4 bilhões em geração, R$3,5 bilhões em transmissão, R$0,9 bilhão em Distribuição e R$0,4 bilhão em outros (Pesquisa, Infraestrutura e Qualidade Ambiental). Quando comparado com o ano de 2012, observa-se um crescimento no investimento realizado de 13,8%. Destaque para o segmento de geração representando 57,4% do total investido em 2013.

Com relação aos investimentos corporativos, destacam-se a Implantação da Usina Termonuclear Angra III - R$1,5 bilhão e da UTE Mauá - R$0,6 bilhão. Quanto aos investimentos em parcerias, destacam-se a Implantação da UHE Jirau - R$1 bilhão, UHE Belo Monte - R$0,9 bilhão, UHE Santo Antônio - R$0,7 bilhão e UHE Teles Pires - R$0,4 bilhão.

Natureza dos Investimentos	Realizado (R$ milhões)				
	2013	2012	2011	2010	2009
Geração	**6.435,9**	**5.262,8**	**5.128,1**	**3.637,5**	**3.058,3**
Expansão Corporativa	2.767,1	1.770,9	2.587,7	2.447,6	2.152,3
Expansão SPEs	3.241,4	2.980,3	2.109,1	822,2	437,7
Manutenção	427,4	511,6	431,3	367,7	468,3
Transmissão	**3.446,6**	**2.985,0**	**3.432,0**	**2.105,3**	**2.345,0**
Expansão Corporativa	2.229,1	1.638,7	2.319,8	1.075,9	1.527,3
Expansão SPEs	745,3	945,1	918,3	852,8	590,1
Manutenção	472,2	401,2	193,9	176,6	227,6
Distribuição	**928,8**	**1056**	**781**	**821,4**	**518,4**
Expansão	723,4	837,2	597,1	672,5	379,0
Manutenção	205,4	218,8	183,9	148,9	139,4
Outros (Pesquisa, Infraestrutura e Qualidade ambiental)	**402,2**	**545,7**	**461,5**	**390,3**	**296,5**
Total	**11.213,5**	**9.849,5**	**9.802,6**	**6.954,4**	**6.218,1**

Para o ano de 2014, o orçamento de investimento aprovado é de R$14,1 bilhões com as seguintes destinações: R$9,8 bilhões para investimentos corporativos e R$4,3 bilhões para investimentos em parcerias.

7.1. Geração

As Empresas Eletrobras investiram cerca de R$6 bilhões na expansão de geração, agregando à capacidade instalada nacional, no ano de 2013, um total de 659 MW, considerando os investimentos corporativos e aqueles realizados por meio de SPEs, na proporção do capital investido pelas Empresas Eletrobras. Quando se considera a capacidade instalada total das SPEs, o montante agregado à capacidade nacional, com a participação da Eletrobras, é de 1.054 MW.

No ano de 2013, destacamos a entrada em operação das Usinas Hidrelétricas de Simplício (306 MW), da controlada Furnas, e São Domingos (48,0 MW) e João Borges (19,0 MW), da Eletrosul. Quanto às SPEs, destacam-se a entrada em operação de mais 07 turbinas da UHE Santo Antônio, totalizando 1.128,2 MW de capacidade total do empreendimento, que conta com a participação de 39% da controlada Furnas; o início da operação da primeira unidade geradora de 75 MW da UHE Jirau, com participação total de 40% das subsidiárias Chesf e Eletrosul; e a entrada em operação comercial das eólicas São Pedro do Lago, Sete Gameleiras e Pedra Branca (90 MW), com participação de 49% da Chesf.

Fontes	Capacidade Instalada Eletrobras (MW)				
	2013	2012	Acréscimo – participação Eletrobras (MW)*	Alavancado pela Eletrobras	AH (%)
Fontes Limpas	**38.420**	**37.761**	**659**	**1.865**	**1,7**
Hidráulica	36.280	35.668	612	1.769	1,7
UHE Simplício	306	-	306	306	-
UHE São Domingos	48	-	48	48	-
PCH Barra do Rio Chapéu	15	-	15	15	-
PCH João Borges	19	-	19	19	-
UHE Jirau	30	-	30	75	-
UHE Mauá	178	173	5	178	2,9
UHE Santo Antônio	440	251	189	1.128	75,3
Nuclear	1.990	1.990	-	-	-
Eólica	150	103	47	96	45,6
Térmica	**4.567**	**4.567**	-	-	-
Total	**42.987**	**42.328**	**659**	**1.865**	**1,6**

* Os dados referentes a 2013 e 2012 consideram a proporção de participação da Eletrobras nos empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósitos Específicos (SPEs) e naqueles de propriedade compartilhada.

A tabela a seguir apresenta os empreendimentos da Companhia que iniciaram operação em fase de testes e tem como previsão de entrada em operação comercial fevereiro de 2014.

Fontes	Capacidade Instalada em Fase de Testes (MW)		
	Capacidade Instalada Eletrobras* (MW)	Participação (%)	Alavancado pela Eletrobras (MW)
EOL Miassaba	33	49,0	68
EOL Rei dos Ventos 1	28	49,0	58
EOL Rei dos Ventos 3	29	49,0	60
UHE Batalha	52,5	100	52,5
Total	**142,5**		**238,5**

Nota: As usinas eólicas -EOL tem como acionistas Eletronorte e Furnas, ambas com 24,5% de participação. A UHE Batalha é propriedade integral da controlada Furnas.
*Considera a participação na proporção do capital investido pela Eletrobras nos empreendimentos em SPEs.

As Empresas Eletrobras investiram adicionalmente R$427 milhões em reformas e ampliação do parque gerador existente, permitindo a melhora de seu desempenho.

Em parceria ou por meio de investimentos corporativos, a Companhia irá alavancar nos próximos anos, considerando as concessões/autorizações já obtidas, aproximadamente 26.800 MW a capacidade instalada do Brasil.

Desse total, em torno de 2.300 MW são investimentos corporativos. Dentre os mais importantes, destacamos os projetos, já em fase de construção, da Usina Nuclear Angra 3, com 1.405 MW e da UTE Mauá 3, a gás natural e capacidade instalada de 589,6 MW. Localizado na cidade de Manaus, a UTE Mauá 3 pertencente à controlada Eletrobras Amazonas Energia, tendo em vista que o processo de segregação do negócio de geração e distribuição, exigido pela Lei 9.074/1995, em razão da interligação da região norte ao SIN, ainda não foi concluído.

Por meio de SPEs, possuímos a concessão de aproximadamente 24.500 MW, sendo a participação das Empresas Eletrobras nessas parcerias equivalente a cerca de 11.400 MW. Dentre esses, podemos destacar as UHEs Belo Monte (11.233 MW), Santo Antônio (3.568 MW), Jirau (3.750), Teles Pires (1.820 MW), São Manoel (700 MW) e Sinop (400 MW), além dos diversos parques eólicos localizados nas regiões Nordeste e Sul do país. Considerando os investimentos corporativos e as parcerias, temos um total de 13.700 MW de capacidade instalada com previsão de entrada em operação até 2018.

Parte desse portfólio de projetos da Companhia é proveniente dos resultados obtidos nos leilões de energia realizados pela ANEEL no ano de 2013, que totalizaram contratos em torno de 7,1 GW. Referindo-se apenas aos projetos no referido ano, as Empresas Eletrobras contribuirão para aumentar a oferta de energia no país em 3.028 MW. A participação das Empresas Eletrobras nesse total é de 1.635 MW, sendo 19,5 MW de propriedade integral da Companhia e o restante associado a parceiros.

Empresas Eletrobras	Empreendimento	Capacidade Instalada Eletrobras (MW)	Participação (%)	Alavancado pela Eletrobras (MW)	Op. Comercial	Classificação
Furnas	UHE São Manoel	233,3	33,3	700	mai/18	2º LEN A-5 2013
Eletronorte/ Chesf	UHE Sinop	196,0	49,0	400	jan/18	1º LEN A-5 2013
Eletrosul	PCH Santo Cristo	19,5	100	19,5	abr/16	1º LEN A-5 2013
Chesf/Furnas/ Eletrosul	Usinas Eólicas	1.186,0	Diversas	1.908,4	set/15 – mai/18	1º LEN A-5 2013 2º LEN A-5 2013 LEN A-3 2013 LER 2013
Total		**1.634,8**		**3.027,9**		

Nota: LEN – Leilão de Energia Nova

A relação completa dos novos projetos da Companhia encontra-se disponibilizada na página da empresa na rede mundial de computadores, www.eletrobras.com/elb/ri, seção 'Informações Financeiras' - *'Informe aos Investidores 4T13 - anexo'*.

Além das usinas já concedidas/autorizadas, as Empresas Eletrobras desenvolvem estudos de projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria, que somam cerca de 20.300 MW de capacidade instalada de geração. Desse montante, cerca de 11.400 MW são de projetos indicativos que constam na expansão da oferta do Plano Decenal de Expansão de Energia 2022 (PDE 2022) elaborado pela EPE/MME, o que equivale a 58% da capacidade de todas as hidrelétricas indicativas constantes no Plano.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

A tabela abaixo apresenta os principais projetos, em termos de capacidade instalada, que se encontram em estudo de viabilidade realizados por Empresas Eletrobras:

Empreendimentos em Estudo de Viabilidade					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	São Luiz do Tapajós	PA	6.133
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Jatobá	PA	2.338
Eletronorte e outros	AHE	Est. Viab.	Marabá	PA	1.850
Eletronorte e outros	AHE	Est. Viab.	Serra Quebrada	MA/TO	1.328
Eletrobras e Ebisa (Argentina)	AHE	Est. Viab.	Garabi	Bra/Arg	1.152
Eletrobras e Ebisa (Argentina)	AHE	Est. Viab.	Panambi	BRA/Arg	1.048
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Jamanxim	PA	881
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Cachoeira do Caí	PA	802
Eletronorte e Endesa	AHE	Est. Viab.	Prainha	PA	796
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Cachoeira dos Patos	PA	528
Eletronorte e Endesa	AHE	Est. Viab.	Sumaúma	PA	458
Eletronorte e outros	AHE	Est. Viab.	Torixoréu	GO/MT	408
Eletronorte, Furnas e outros	AHE	Est. Viab.	Água Limpa	MT	360
Eletronorte, Furnas e outros	AHE	Est. Viab.	Tabajara	RO	350
Chesf e outros	AHE	Est. Viab.	Pedra Branca	PE/BA	320
Demais Projetos	UHE/AHE	Est. Viab.	-	-	1.598
Total					**20.350**

7.2. Transmissão

As Empresas Eletrobras investiram, no ano de 2013, um total de R$3 bilhões na expansão da transmissão, tanto em linhas de transmissão quanto em subestações. Foram adicionados 3.552 km de linhas de transmissão ao Sistema Interligado Nacional ("SIN"), sendo 1.898 km de responsabilidade da Companhia, em que 302 km são de propriedade das Empresas Eletrobras ou renovadas nos termos da Lei 12.783/2013 e 1.595 km decorrentes de sua participação proporcional em SPEs.

Destacamos a entrada em operação das SPEs: Interligação Elétrica do Madeira, com 2.375 Km de extensão, que escoará a energia produzida nas usinas do Rio Madeira e tem como acionista Furnas e Chesf, ambas com 24,5% de participação; e Manaus Transmissora de Energia, que conectará a cidade de Manaus ao SIN por meio de uma linha de 500 Kv e extensão de 559 Km, com participação das subsidiárias Eletronorte e Chesf, perfazendo uma participação de 49,5%.

Empresas Eletrobras	Extensão das linhas de Transmissão (Km) >=230kV *	
	Em 2013	Acréscimo em 2013 (Km)
Eletronorte	10.198	168
Chesf	19.594	918
Furnas	18.199	779
Eletrosul	8.934	33
Amazonas Energia	365	-
Total	**57.290**	**1.898**

* Considera o total de linhas de transmissão pertencentes integralmente às Empresas Eletrobras ou renovadas nos termos da Lei 12.783/2013 bem como decorrentes de sua participação proporcional em SPEs.

Empresas Eletrobras	Acréscimo - Linhas de Transmissão em 2013 (km) >=230kV				
	Próprio em 2013 (a)	SPEs – Participação Eletrobras*(b)	Total (a+b)	SPEs – Extensão Total** (c)	Alavancado pela Eletrobras(a+c)
Eletronorte	-	-	-	-	-
Chesf	227	-	227	-	227
Furnas	42	155	197	316	358
Eletrosul	33	-	33	-	33
Chesf/Furnas	-	1.164	1.164	2.375	2.375
Eletronorte/Chesf	-	277	277	559	559
Total Eletrobras	**302**	**1.595**	**1.898**	**3.299**	**3.552**

* Considera apenas o acréscimo de linhas de transmissão proporcional à participação das Empresas Eletrobras nas SPEs.
** Considera o acréscimo total de linhas de transmissão das SPEs de que participam as Empresas Eletrobras.

Além da ampliação de suas linhas de transmissão na rede básica nacional, a Companhia, por meio da controlada Furnas, expandiu suas linhas de transmissão na tensão 138 kV em 346 Km, sendo 24 Km por meio da SPE Transenergia Renovável e os demais 323 Km em investimentos corporativos.

Em relação às subestações das Empresas Eletrobras, houve um acréscimo de capacidade de transformação de 1.634 MVA, sendo 1.363 MVA de propriedade da Companhia ou renovadas nos termos da Lei 12.783/2013 e 271 MVA proporcionais ao capital investido em SPEs.

Empresas Eletrobras	Acréscimo - Subestações em 2013 (km) >=230kV					
	Nº SE	Capacidade de Transformação (MVA) (a)	SPEs – Participação Eletrobras (MVA) (b)*	Total (MVA) (a+b)	SPEs – Total (MVA) (c) **	Alavancado pela Eletrobras(a+c)
Eletronorte	02	275	-	275	-	275
Chesf	01	100	-	100	-	100
Furnas	-	-	271	271	550	550
Eletrosul	03	988	-	988	-	988
Total	**06**	**1.363**	**271**	**1.634**	**550**	**1.913**

* Considera apenas o acréscimo proporcional à participação proporcionais das Empresas Eletrobras nas SPEs.
** Considera o acréscimo total das SPEs de que participam as Empresas Eletrobras.

A relação completa dos novos projetos da Companhia encontra-se disponibilizada na página da empresa na rede mundial de computadores, www.eletrobras.com/elb/ri, seção 'Informações Financeiras' - 'Informe aos Investidores 4T13 - anexo'.

As Empresas Eletrobras, por meio de empreendimentos corporativos ou participações em SPEs, foram vencedoras de 06 lotes de leilões de transmissão, compreendendo o total de 1.979 km de LTs e 2.446 MWA em subestações, sendo 1.301 km e 1.360 MVA, com capital a ser investido pela Eletrobras (próprios + participação em SPEs). A operacionalização desses empreendimentos propiciará às Empresas Eletrobras Receitas Anuais Permitidas (RAP) de aproximadamente R$41,4 milhões correspondentes a empreendimentos corporativos e de R$107,8 milhões correspondentes às suas participações proporcionais em SPEs.

Empreendimentos	Total			Eletrobras		
	km	MVA	Mvar	km	MVA	Mvar
Corporativo	657	390	-	657	390	-
Parcerias (SPEs)	1.322	2.056	600	644	970	299
Total	**1.979**	**2.446**	**600**	**1.301**	**1.360**	**299**

7.3. Distribuição

As Empresas Eletrobras investiram, no ano de 2013, cerca de 0,9 bilhão, com a ampliação das redes de distribuição em 21.937 km, buscando garantir o atendimento com qualidade à demanda que cresce a taxas elevadas.

Os investimentos, em 2013, aumentaram em 7,9% em relação a 2012, com a realização de 83,4% do valor previsto, contra uma realização de 80,9% no ano passado. Em 2013, a média do valor investido por consumidor foi de R$420/consumidor, maior do que o dobro da média das 37 principais distribuidoras do país, que ficaram em torno de R$156/consumidor. O destaque na realização ficou com a ED-Rondônia com 90,6% do orçamento aprovado e na Amazonas Energia com 88,4%.

Houve crescimento de 151.667 novos clientes na área de concessão das Empresas Eletrobras em função, principalmente, dos investimentos na expansão das redes, das ações de regularização de clandestinos, dos programas habitacionais dos governos, em especial o Minha Casa Minha Vida e o Programa Luz para Todos.

No campo da responsabilidade socioambiental, fazemos referência ao Programa Luz para Todos, abordado no capítulo 10 – Gestão de Fundos e Programas Setoriais de Governo.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

7.4. Operações Internacionais e Interligações Fronteiriças

A Eletrobras manteve sua estratégia de desenvolver uma atuação internacional no mercado de energia elétrica, diretamente ou em parcerias, buscando a implantação de empreendimentos em geração renovável e transmissão de energia, desde que atendam a uma criteriosa avaliação de riscos, retorno adequado de investimentos, criação de valor e benefícios trazidos pela integração energética continental.

Em 2013, destaca-se que a Eletrobras iniciou sua efetiva atuação operacional no exterior, tornando-se sócia da estatal uruguaia Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas (UTE), mediante a aquisição de 50% de participação acionária na SPE uruguaia Rouar S.A., responsável pela implantação do Parque Eólico Artilleros (65 MW), localizado no Departamento de Colonia, Uruguai, e com entrada em operação prevista para 2014.

Também em 2013, foram iniciadas as obras do trecho brasileiro da interligação Brasil – Uruguai, que fará a conexão entre a SE Presidente Médici, localizada no município de Candiota/RS e a SE San Carlos, próxima ao balneário de Punta del Leste, no Uruguai. A conclusão das obras está prevista para o ano de 2014.

Além disso, a Eletrobras prosseguiu com os estudos nos continentes americano e africano, mais especificamente em Moçambique, Nigéria e Congo, tendo em vista o relevante potencial hidrelétrico da região e a enorme carência de energia no continente. Na América, destacam-se os estudos referentes a aproveitamentos hidroelétricos na Guiana, em associação ao Projeto Arco Norte, a UHE Tumarin, na Nicarágua, a UHE Inambari, no Peru e o Parque Eólico Artilleros, no Uruguai.

Igualmente, a Eletrobras conduziu as discussões sobre o Projeto Arco Norte com as empresas e governos envolvidos. O Projeto representa um sistema regional de transmissão de energia elétrica e de dados, cuja finalidade é estabelecer uma interconexão elétrica com as cidades brasileiras de Boa Vista (RR) e Macapá (AP), passando pelos territórios vizinhos da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. O Projeto já conta com financiamento do BID para a sua primeira fase.

Finalmente, o Sistema Eletrobras opera interligações internacionais com o Paraguai, por meio da usina de Itaipu; com a Argentina, caracterizada pela linha de transmissão em 132kV, que interliga a subestação de Uruguaiana à subestação de Paso de los Libres, na Argentina; com a Venezuela, através da linha de transmissão em 230kV, com capacidade de 200MW, que interliga Boa Vista - RR à cidade de Santa Elena, na Venezuela; e com o Uruguai, formada pela linha de transmissão em 230kV que interliga a conversora de frequência de Rivera - 70MW - à subestação de Livramento, no Brasil.

8. Desempenho Econômico e Financeiro

Principais Resultados (Consolidado)	2013	2012
Valor Patrimonial (R$ milhões)	60.897	67.281
Receita Operacional Líquida (R$ milhões)	23.836	28.014
Ebitda (R$ milhões)	(3.690)	(7.412)
Margem Ebitda (%)	(15,5)%	(26,5)%
Lucro/Prejuízo do Exercício (R$ milhões)	(6.287)	(6.879)

No ano de 2013, a Eletrobras apresentou um prejuízo líquido de R$6.287 milhões. Esse resultado reflete as novas tarifas de geração e transmissão dos ativos cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei 12.783/13 e foi decisivamente influenciado por diversas variáveis, dentre as quais destacamos: *impairment* no valor de R$2.462 milhões; despesa de R$1.726 milhões com o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID); e Provisão para Contingências no valor de R$1.399 milhões. Em 2012, a Eletrobras registrou um prejuízo líquido de R$6.879 milhões.

8.1. Destaques do Resultado Consolidado

- *Impairment* no valor de R$2.462 milhões.
- Provisão para Contingências no valor de R$1.399 milhões.
- Reversão de Provisões de Contratos Onerosos de R$1.925 milhões.
- Provisão para a Perda de Ativo Financeiro no valor de R$792 milhões.
- Pessoal, Material e Serviços (PMS): crescimento de 20,5% em 2013 comparado à 2012, com destaque para a conta de Pessoal, que cresceu 30,1% influenciada pelo PID, enquanto a conta de serviços cresceu 1,9% e a conta de material sofreu uma redução de 2,2%.
- Aumento dos gastos com Energia comprada para revenda em R$652 milhões e Combustível para produção de energia elétrica em R$799 milhões.
- Repasse de Itaipu: R$68 milhões, 86,5% inferior à 2012.
- Resultado Líquido da Variação Cambial: R$539 milhões, 17,0% superior à 2012.
- Baixa de Crédito Fiscal de R$1.367 milhões em 2013.
- Ebitda Consolidado: R$(3.690) milhões, influenciado pelas provisões descritas acima.

8.2. Resultado 2013 x 2012

O Resultado em 2013 registra uma variação de 8,6% em relação ao ano de 2012, tendo sido apurado um prejuízo líquido de R$6.287 milhões em 2013, contra um prejuízo líquido de R$6.879 milhões em 2012. O resultado reflete as novas tarifas de geração e transmissão dos ativos cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei 12.783/2013, além dos efeitos das provisões realizadas no ano.

8.3. Receita Operacional Líquida (ROL)

A Receita Operacional Líquida, no montante de R$23.836 milhões apresentou, em 2013, uma redução de 14,9% em relação ao 2012 , quando foi registrado o montante de R$28.014 milhões.

As Receitas de geração apresentaram uma redução de 8,7%, passando de R$18.883 milhões em 2012 para R$17.240 milhões em 2013. Esta variação foi influenciada pela redução de 10,6% da receita de venda de energia, que passou de R$18.381 milhões em 2012 para R$16.435 milhões em 2013. Esse resultado reflete as novas tarifas de geração e transmissão dos ativos cujas concessões foram renovadas em conformidade com a Lei 12.783/13. A Energia de Curto Prazo, principalmente em relação às operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), relativas a Chesf, Eletronorte e Furnas, influenciou positivamente o resultado e passou de R$1.640 milhões em 2012 para R$2.396 milhões em 2013. Em relação à quantidade de energia vendida, as empresas Eletrobras apresentaram uma pequena redução em 2013 quando venderam 258 TWh em comparação aos 261 TWh vendidos em 2012. A redução das Receitas de Geração foi também influenciada pela redução do Repasse de Itaipu, que passou de uma receita líquida de R$502 milhões em 2012 para uma receita líquida de R$ 68 milhões em 2013. A Receita de construção tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

As Receitas de Transmissão apresentaram uma redução de 38,8%, passando de R$7.358 milhões em 2012 para R$4.505 milhões em 2013, influenciadas pela conta de atualização das taxas de retorno de transmissão, que passou de R$2.852 milhões em 2012, para R$552 milhões em 2013, em decorrência dos efeitos da Lei nº 12.783/2013, para renovação do contrato de concessão de transmissão. A Receita de Operação e Manutenção passou de R$2.545 milhões em 2012 para R$2.156 milhões em 2013. A Receita de construção tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

As Receitas do segmento de Distribuição apresentaram redução de 15,7%, passando de R$ 6.445 milhões em 2012 para R$5.433 milhões em 2013, influenciadas pela receita de fornecimento de energia, que apresentou uma redução de 13,3%, passando de R$5.099 milhões em 2012 para R$4.419 milhões em 2013, influenciado, principalmente, pelas revisões tarifárias verificadas no ano. Em relação à quantidade de energia vendida, as empresas Distribuidoras da Eletrobras venderam 16,2 TWh em 2013 e 15,3 TWh em 2012. A Receita de construção tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

Receita Operacional Líquida	2013 (R$ milhões)	2012 (R$ milhões)
a) Geração		
Venda de Energia	14.237	18.381
Receita de operação e manutenção	2.198	-
Receita de construção	737	-
Ativo Financeiro/Repasse Itaipu Binacional	68	502
b) Transmissão		
Receita de construção	1.797	1.960
Receita de operação e manutenção	2.156	2.545
Atualização de Taxas de retorno - Transmissão	552	2.852
c) Distribuição		
Fornecimento	4.419	5.099
Receita de construção	1.014	1.346
Outras Receitas	1.008	962
Total	**28.186**	**33.648**
Deduções a Receita Operacional		
Encargos Setoriais	-870	-1.724
ICMS	-1.231	-1.369
PASEP e COFINS	-2.239	-2.517
Outras Deduções	-11	-24
Total de Deduções	**-4.351**	**-5.634**
Receita Operacional Líquida	**23.836**	**28.014**

8.4. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido passou de uma receita líquida de R$ 1.684 milhões, em 2012, para uma receita líquida de R$ 266 milhões em 2013, o que representa uma redução de 84,2%. Esse resultado se deve, principalmente, a redução observada nas receitas de aplicações financeiras, que passaram de R$1.566 milhões em 2012 para R$566 milhões em 2013, influenciadas, principalmente, pela diminuição do patrimônio dos fundos extramercado em decorrência dos resgates efetuados.

A variação cambial impactou de forma positiva o resultado da empresa em R$539 milhões em 2013 frente a R$461 milhões em 2012. A atualização Monetária influenciou de forma negativa o resultado e apresentou uma variação de 36,9%, passando de R$721 milhões em 2012 para R$455 milhões em 2013 em função, principalmente, da redução dos índices de inflação, os quais atualizam os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia. Os Encargos de Recursos de Acionistas apresentaram uma redução de 62,2%, passando de R$502 milhões em 2012 para R$190 milhões em 2013.

8.5. Custos Controláveis e Despesas Operacionais

Em 2013, a soma das contas de Pessoal, Material e Serviço (PMS) apresentou um aumento de 20,5%, passando de R$ 7.671 milhões em 2012 para R$9.245 milhões em 2013. A conta de Serviços cresceu 1,9% e a conta de material sofreu uma redução de 2,2%. A conta de pessoal sofreu um aumento de 30,1%, passando de R$5.112 milhões em 2012 para R$6.650 milhões em 2013. Este resultado foi afetado pela realização do Plano de Incentivo ao Desligamento.

O Programa de Incentivo ao Desligamento – PID da Companhia afetou o resultado, no ano de 2013, em R$1.726 milhões. Os custos referentes ao PID são inicialmente contabilizados como provisão operacional e no ato do desligamento do empregado é registrada baixa da Provisão, tendo como contrapartida a conta de custos com pessoal. A provisão para o PID encerrou o exercício de 2013 com um saldo de R$257 milhões relativo aos empregados que irão se desligar da Companhia no ano de 2014.

O resultado das Participações Societárias registrou uma redução de 71,0%, passando de R$612 milhões em 2012 para R$178 milhões em 2013. Essa redução foi ocasionada, principalmente, pela variação na equivalência patrimonial dos investimentos em empresas coligadas, que apresentou uma diminuição de 101,5%, passando de resultado positivo de R$ 415 milhões em 2012 para um resultado negativo de R$6 milhões em 2013.

As Provisões operacionais apresentaram uma redução de 34,5%, passando de R$4.971 milhões em 2012 para R$3.258 milhões em 2013, com destaque para: i) provisão para contingência, no valor de R$1.399 milhões, sendo R$1.293 milhões relativos aos empréstimos compulsórios; ii) reversão de provisões no montante de R$1.925 milhões; iii) *Impairment* no montante de R$2.462 milhões e; iv) Provisão para a perda de ativo financeiro no valor de R$792 milhões.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

8.6. Custos Não Controláveis

A Energia Elétrica comprada para revenda apresentou um crescimento de 13,4%, passando de R$4.863 milhões em 2012 para R$5.515 milhões em 2013. Este resultado foi influenciado, principalmente, pelo alto valor do PLD (Preço de Liquidação das Diferenças) e pela insuficiência de lastro em 2013 maior que em 2012.

Na conta de Combustível para produção de energia elétrica foi apurado um aumento de 115,1%. Em 2013, foi registrada uma despesa líquida de R$1.492 milhões, enquanto que em 2012 foi registrada uma despesa líquida de R$694 milhões. Essa variação foi influenciada, principalmente, pelo aumento de geração de energia térmica.

8.7. Lucro Líquido

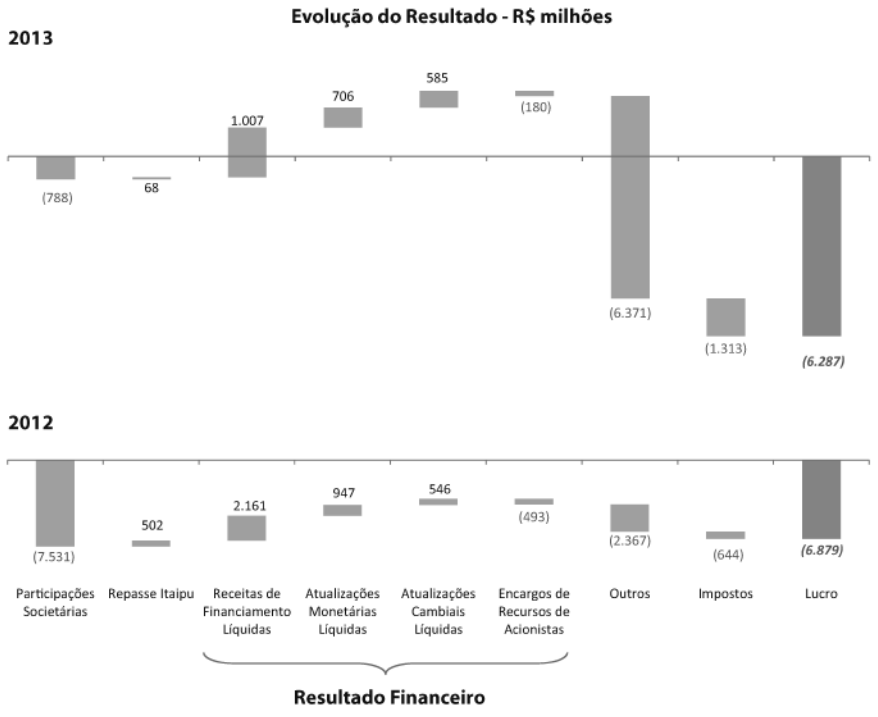
	2013	2012
Receita Operacional Líquida	**23.836**	**28.014**
(-) Pessoal, Material e Serviços	-9.245	-7.671
(-) Energia Comprada para Revenda	-5.515	-4.863
(-) Uso da rede elétrica	-1.561	-1.587
(-) Construção	-3.548	-3.306
(-) Combustível para produção de energia elétrica	-1.492	-694
(-) Remuneração e Ressarcimento	-406	-668
(-) Depreciação e amortização	-1.501	-1.689
	568	**7.536**
Participações societárias	178	612
Provisões operacionais	-3.258	-4.971
Outros resultados	-2.679	-2.193
	-5.191	**984**
Receita de juros e aplicações financeiras	1.703	2.738
Atualização monetária	455	721
Variação cambial	539	461
Encargos da dívida	-2.031	-1.684
Encargos de Recursos de Acionistas	-190	-502
Outros resultados financeiros	-209	-49
	-4.924	**2.699**
Perdas - Lei 12.783/2013	-	-10.085
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.367	491
Lucro líquido do período	**-6.291**	**-6.926**
Participação atribuída aos não controladores	-5	-47
Lucro líquido Consolidado	**-6.287**	**-6.879**

8.8. Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA)

Ebitda Consolidado (R$ milhões)	2013	2012	(%)
Resultado do Exercício	-6.291	-6.926	-9%
(+) Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	1.367	-491	-379%
(+) Resultado Financeiro	-266	-1.684	-84%
(+) Amortização e Depreciação	1.501	1.689	-11%
(=) EBITDA	**-3.690**	**-7.412**	**-50%**

Ebitda Ajustado (R$ milhões)	2013
=EBITDA	**-3.690**
(+) Efeitos Atípicos	3.767
Contingências	1.399
PCLD	-687
Contratos onerosos	-1.925
Impairment	2.462
Prov. Perda em Ativo Financeiro	792
PID	1.726
(=) EBITDA	**77**

8.9. Análise do Resultado da Controladora



O reconhecimento dos resultados obtidos pelas empresas investidas pela Eletrobras impactou de forma negativa o resultado da Companhia em 2013 em R$788 milhões, decorrente da avaliação dos investimentos societários. Tal valor representou uma variação de 89,5% em relação ao montante de R$7.531 milhões registrado em 2012, devido, principalmente, ao resultado da Equivalência Patrimonial das empresas controladas, conforme tabela a seguir:

Resultado de Participações Societárias (R$ milhões)	2013	2012
Investimentos em controladas		
Equivalência patrimonial	**-708,4**	**-8.075,2**
Investimentos em coligadas	**-263,4**	**346,8**
Juros sobre o capital próprio	98,2	-
Equivalência patrimonial	-361,7	346,8
Outros investimentos	**184,0**	**197,0**
Juros sobre o capital próprio	14,3	23,5
Dividendos	101,3	112,0
Remuneração dos investimentos em parcerias	20,7	17,7
Rendimentos de capital - ITAIPU	47,7	43,8
Total	**-787,9**	**-7.531,4**

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Em 2013, o Resultado Financeiro impactou de forma positiva o resultado da Controladora, da ordem de R$2.118 milhões em 2013 frente a R$3.161 em 2012. Essa variação é explicada fundamentalmente pela variação do câmbio e pela redução das receitas de aplicações financeiras, conforme abaixo demonstrado:

Resultado Financeiro	2013 (R$ milhões)	2012 (R$ milhões)
Receitas Financeiras	**3.799**	**4.829**
Receitas de juros, comissões e taxas	2.033	1.955
Receita de aplicações financeiras	285	1.213
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	45	20
Atualizações monetárias	706	947
Variações cambiais	585	546
Remuneração das Indenizações - Lei 12.783/13	-	-
Outras receitas financeiras	146	147
Despesas Financeiras	**-1.682**	**-1.668**
Encargos de dívidas	-1.048	-915
Encargos de arrendamento mercantil	-	-
Encargos sobre recursos de acionistas	-180	-493
Outras despesas financeiras	-453	-260
Total	**2.118**	**3.161**

8.10. Remuneração aos Acionistas

Em 2013, observando-se a legislação aplicável e a Política de Dividendos da Eletrobras, já referida neste relatório, a Companhia atribuiu remuneração aos acionistas na forma de juros sobre o capital próprio - JCP no valor total de R$868 milhões, cuja remuneração por ação é a que segue:

Remuneração por Ação (R$)	2013
Ações Ordinárias	0,40
Ações Preferenciais da Classe A	2,17
Ações Preferenciais da Classe B	1,63

8.11. Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

Endividamento Consolidado (R$ milhões)	Em 31 de dezembro de			
	2013	2012	2011	2010
Financiamentos a pagar sem RGR e sem Itaipu	24,3	17,8	14,2	10,1
(-) Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários	9,9	9,3	16,6	16,8
(-) Financiamentos a Receber sem RGR	12,1	12,3	12,4	12,3
Dívida Líquida	**2,3**	**-3,7**	-14,8	-19,0
Patrimônio Líquido	61,0	67,3	77,2	70,5
Alavancagem Líquida	**3,7%**	**-5,5%**	**-19,2%**	**-26,9%**

8.12. Recursos Concedidos às Controladas

Em 2013, foram liberados recursos para as controladas, incluindo AFAC ("Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital"), financiamentos e empréstimos, no valor total de R$2.558,2 milhões, sendo que R$1.372,9 milhões com recursos ordinários da holding, R$346,8 milhões com recursos da Reserva Global de Reversão (RGR) e R$838,5 milhões com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

O total liberado para as controladas de distribuição foi de R$1.423,5 milhões, sendo R$968,4 milhões de recursos ordinários da Eletrobras, R$177,4 milhões oriundos da CDE e R$277,7 milhões da RGR. Quanto à forma de liberação, R$104,9 milhões foram concedidos, com recursos ordinários, sob a forma de AFAC e R$1.318,6 milhões como empréstimos, financiamentos e subvenções.

Em relação às empresas de geração e transmissão, foram destinados recursos da ordem de R$1.134,7 milhões por meio de empréstimos e financiamentos, sendo R$404,4 milhões com recursos ordinários da Eletrobrás, R$661,1 milhões com recursos da CDE e R$69,1 milhões com recursos da RGR.

8.13. Empréstimo Compulsório

Dando continuidade à política de atendimento aos acionistas oriundos da capitalização dos créditos do empréstimo compulsório, no exercício de 2013, a Eletrobras implantou no sistema escritural do Banco Bradesco S.A. o montante de 4.983.496 ações preferenciais classe "B", que correspondiam, em 31/12/2013, avaliadas ao valor de mercado, a R$49,49 milhões e enviou às empresas concessionárias distribuidoras de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R$12,25 milhões referente aos juros dos créditos do empréstimo compulsório.

8.14. Política de *Hedge*

A Política de *Hedge* Financeiro da Eletrobras tem por objetivo perseguir a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem seus ativos e passivos, assim como de suas controladas. Com isso, a referida Política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade. Para maiores detalhes a respeito dos valores envolvidos nas operações realizadas pela Companhia, consultar as Demonstrações Financeiras da Eletrobras 2013.

9. Mercado de Capitais

A Eletrobras possui 29.376 acionistas, sendo 97% residentes no Brasil e 3% não residentes localizados em 31 países. A referida participação se dá através das ações negociadas na BM&FBOVESPA (ELET3 e ELET6), na New York Stock Exchange – NYSE (EBR e EBR-B), através do Programa ADR Nível II, e na Bolsa de Madri (XELTO e XELTB), através do Programa LATIBEX.

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2013, totalizava R$31.305 milhões, representado por 1.352.634.100 ações, sendo 1.087.050.297 ações ordinárias e 265.583.803 ações preferenciais. Durante o ano de 2013, não houve mudança na estrutura do Capital Social da Eletrobras. O Governo Federal, direta ou indiretamente, detém 67% do capital social da Companhia e o *free float* é de 33% do capital social, conforme tabela a seguir:

Acionistas	Ordinárias		Pref. Classe "A"		Pref. Classe "B"		Total	
Acionista Controlador	**863.594.750**	**79,5**			**45.706.025**	**17,2**	**909.300.775**	**67,2**
União Federal	591.968.382	54,5	-	-	2.252	-	591.970.634	43,8
BNDESpar	141.757.951	13	-	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,9
BNDES	74.545.264	6,86	-	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND	45.621.589	4,2	-	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	-	-	-	-	1.000.000	0,07
CEF	8.701.564	0,8	-	-	-	-	8.701.564	0,64
FGI					8.750.000	3,3	8.750.000	0,65
Acionista não controlador	**223.455.547**	**20,6**	**146.920**	**100**	**219.730.858**	**82,8**	**443.333.325**	**32,8**
Cust.CBLC	222.712.163	20,5	86.076	58,6	200.206.897	75,4	423.005.136	31,3
Residente	69.825.287	6,42	86.075	58,6	95.058.408	35,8	164.969.770	12,2
Não Residente	87.086.451	8,01	1	-	84.075.677	31,7	171.162.129	12,7
P.rog. Adr	65.800.425	6,05	-	-	21.072.812	7,94	86.873.237	6,42
Demais	743.384	0,07	60.844	41,4	19.523.961	7,36	20.328.189	1,5
Residente	715.409	0,07	60.817	41,4	19.519.959	7,35	20.296.185	1,5
Não Residente	27.975	-	27	0,02	4.002	-	32.004	-
	1.087.050.297	**%**	**146.920**	**%**	**265.436.883**	**%**	**1.352.634.100**	**%**

9.1. Análise das Ações da Eletrobras BM&FBOVESPA (ELET3 e ELET6)

Ações ordinárias da Eletrobras – ELET3

No ano de 2013, as ações ordinárias da Eletrobras (ELET3) apresentaram uma valorização de 0,3% fechando o ano a R$5,87, considerando valores ex-dividendo. O volume de negociação médio diário foi de 2.510.056 ações.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

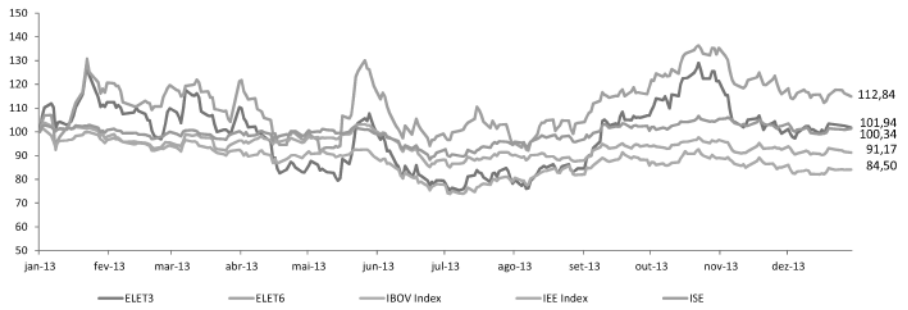
continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Ações Preferenciais da Eletrobras – ELET6

No ano de 2013, as ações preferenciais da Eletrobras (ELET6) apresentaram uma valorização de 12,8% fechando o ano a R$9,93, considerando valores ex-dividendo. O volume de negociação médio diário foi de 2.012.810 ações.

Evolução das Ações Negociadas na BM&FBOVESPA com variação diária:



* Número índice 31/12/2012 = 100 e valores ex-dividendo.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado da companhia era de R$9.020 milhões.

9.2. Programa de ADR Nível II - Bolsa de Valores de Nova Iorque

Ações Ordinárias da Eletrobras – EBR

Em 2013, os ADRs de ações ordinárias da Eletrobras apresentaram uma desvalorização de 18,0% em relação a 2012, encerrando o ano cotado a US$ 2,59, considerando valores ex-dividendo. O saldo de ADRs correspondente a essas ações no final do ano foi de 65.800.425. O volume de negociação médio diário no ano foi de 1.129.512 recibos.

Ações Preferenciais da Eletrobras - EBR-B

Em 2013, os ADRs de ações preferenciais da Eletrobras apresentaram uma desvalorização de 9,8% em relação a 2012, encerrando o ano cotado a US$ 4,40, considerando valores ex-dividendo. O saldo de ADRs correspondente a essas ações no final do ano foi de 21.072.812. O volume de negociação médio diário no ano foi de 235.423 recibos.

9.3. Programa Latibex - Bolsa de Valores de Madrid

Ações Ordinárias da Eletrobras - XELTO

Em 2013, as ações ordinárias do programa Latibex obtiveram uma desvalorização de 22,2%, cotadas a € 1,86 no final do ano. O volume de negociação médio diário foi de 13.455 ações.

Ações Preferenciais da Eletrobras - XELTB

Em 2013, as ações preferenciais do programa Latibex obtiveram uma desvalorização de 20,8%, cotadas a € 3,13 no final do ano. O volume de negociação médio diário foi de 5.076 ações.

Ativos	Valor Unitário da ação			Volume médio negociado (quantidade de ações)	
	dez/13	dez/12	AH%	2013	2012
Ibovespa (R$)					
ELET3	5,87	5,85	0,3%	2.510.056	2.052.048
ELET6	9,93	8,80	12,8%	2.012.810	1.724.022
Programa ADR (US$)					
EBR	2,59	3,12	-18,0%	1.129.512	1.123.082
EBR-B	4,40	5,01	-9,8%	235.423	439.761
Latibex (€)					
XELTO	1,86	2,39	-22,2%	13.455	4.215
XELTB	3,13	3,95	-20,8%	5.076	3.375

9.4. *Rating* (Classificação de Risco)

A classificação de risco da Eletrobras, segundo as agências de classificação de riscos, está relacionada diretamente com a classificação de risco obtida pelo Brasil, por ser a União o acionista majoritário da Companhia.

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's Issuer Rating	Baa3 (Negativa)	25/10/2013
S&P LT Local Currency	BBB+ (Estável)	24/03/2013
S&P LT Foreign Currency	BBB- (Estável)	24/03/2013
Fitch LT Local Currency Issuer	BB (Negativa)	6/12/2013
Fitch LT Foreign Currency Issuer	BB (Negativa)	6/12/2013

9.5. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e as regras do Nível 1 de governança corporativa da BM&FBOVESPA, a Companhia realiza, semestralmente, reuniões nas Apimecs regionais do país: RJ, SP, MG, DF, Sul e Nordeste, totalizando 14 reuniões anuais. Por ter participado, consecutivamente, por 18 anos em Apimecs no RJ e SP, por 11 anos em Apimecs no Nordeste e DF e por 10 anos em MG e no Sul, a Eletrobras tem recebido certificados de assiduidade em todas as praças citadas.

Ademais, a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores realiza, semestralmente, reuniões na Europa e nos Estados Unidos, através dos denominados "roadshows", com o objetivo de apresentar a Companhia aos investidores estrangeiros. Anualmente, são realizados, ainda, o "*Eletrobras Day*" em Nova Iorque e o Fórum Latibex em Madri. Finalmente, a Eletrobras participa, rotineiramente, de dezenas de eventos e seminários, promovidos por bancos internacionais, no Brasil e no exterior, com a presença dos principais analistas e investidores, tanto da área de "equity" como de "debt".

Para maiores esclarecimentos, acionistas e investidores podem entrar em contato pelo telefone (55)(21)2514-6333, enviando um email para invest@eletrobras.com ou através do Fale com RI do site de Relações com Investidores da Eletrobras www.eletrobras.com.br/elb/ri.

10. Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Em relação ao tema pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de geração, transmissão, distribuição, comercialização e uso final da energia elétrica, merece destaque as atividades desenvolvidas pelo Cepel, criado em 1974 por iniciativa da Eletrobras, tendo ainda como fundadores as Empresas Eletrobras Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul.

Atualmente, exerce o papel de Secretaria Executiva da Comissão de Política Tecnológica – CPT das Empresas Eletrobras, estrutura que, a partir de 2012, passou a tratar de forma integrada as questões corporativas de P&D+I e Tecnologia, definindo políticas, diretrizes, estratégias e planos de ação. Todavia, os beneficiários da atuação do Cepel transcendem as Empresas Eletrobras, incluindo ministérios e entidades setoriais, como, por exemplo, a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e a ANEEL, além de concessionárias e fabricantes de equipamentos. Além disso, participa da elaboração do Plano Nacional de Energia e dos Planos Decenais de Expansão de Energia elaborados pela EPE.

Em 2013, desenvolveu para as Empresas Eletrobras 92 projetos distribuídos pelos seguintes temas: Planejamento da Expansão Eletroenergética; Meio Ambiente; Hidrologia Estocástica, Recursos Hídricos e Eólicos; Planejamento da Operação Eletroenergética; Planejamento, Operação e Análise de Redes; Tecnologias de Supervisão e Controle, em Tempo Real; Análise de Perturbações; Tecnologias de Transmissão; Tecnologia de Materiais e Extensão de Vida Útil; Monitoramento e Diagnóstico de Sistemas e Equipamentos; Conservação e Uso Eficiente de Energia; Energias Renováveis e Geração Distribuída; Tecnologias para Distribuição, Medição, Combate a Perdas e Qualidade de Energia; Técnicas Computacionais de Processamento Paralelo; Análise Técnico-Financeira de Empreendimentos e Tarifas.

Segmentos	Investimentos com Pesquisa & Desenvolvimento (R$ milhões)		
	2013	2012	AH (%)
Geração e Tecnologias Avançadas	35,6	27,0	32%
Tecnologia de Energia Renovável	7,6	5,5	37%
Energia Distribuída	1,5	1,2	29%
Transmissão e Distribuição	132,5	111,5	19%
Eficiência Energética	12,2	8,4	45%
Serviços Inovadores relacionados à Sustentabilidade	6,0	4,7	28%
Total	**195,4**	**158,3**	23%

O Cepel está realizando importante ampliação da sua infraestrutura laboratorial e de pesquisa, como, por exemplo, o Laboratório de Ultra Alta Tensão Externo, em construção, que tem como objetivo desenvolver soluções avançadas em transmissão de grandes blocos de energia, essenciais para o aproveitamento sustentável dos recursos hidroelétricos do norte do Brasil.

Encontra-se em desenvolvimento também importantes ações para a promoção da hidroeletricidade, tais como o desenvolvimento de metodologia para implantação de usinas hidroelétricas, usando o conceito de Usinas-Plataforma, que contam inclusive com participações internacionais e coordenação de grupo da Agência Internacional de Energia.

As Empresas Eletrobras disponibilizaram, por meio de contribuição anual, recursos para o orçamento de 2013 na ordem de R$282,64 milhões, dos quais R$15,03 milhões foram realizados em investimentos na infraestrutura do Cepel.

11. Meio Ambiente e Sociedade

11.1. Responsabilidade Social

É importante destacar o compromisso da Eletrobras em atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável, apoiando projetos sociais, culturais, esportivos e institucionais, além de realizar doações filantrópicas.

Em 2013, foram contratados pela Eletrobras 26 projetos de patrocínios não incentivados e 29 projetos de patrocínios incentivados por leis específicas, tais como: a Lei Rouanet (projetos culturais), Lei do Audiovisual (produção cinematográfica) e a Lei de Incentivo ao Esporte. Todos os investimentos da Companhia em patrocínios possuem atenção específica aos aspectos ambientais e sociais, além de outros relacionados a seus *stakeholders*.

São ainda destaques na área de responsabilidade social em 2013: a revisão das Diretrizes de Responsabilidade Social da Eletrobras; a continuidade de ações vinculadas ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Políticas para as Mulheres, com a adesão da Eletrobras à 5ª edição do programa; as ações desenvolvidas internamente no âmbito da Coleta Seletiva Solidária; implantação de práticas de mensuração de custo/benefício nos processos de contratação de patrocínios, metodologia composta da mensuração de custos, benefícios e avaliação preliminar de retornos esperados para os projetos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

11.2. Política Integrada de Gestão de Pessoas

As Empresas Eletrobras possuem uma política integrada de gestão de pessoas. A tabela abaixo apresenta o quantitativo de colaboradores para os anos de 2013 e 2012:

Empresas Eletrobras***	Empregados (Quadro efetivo)*		AH (%)
	2013	2012 **	
Holding	1.044	1.264	-220
Eletronorte	3.077	3.429	-352
Chesf	4.409	5.585	-1.176
Furnas	3.522	4.546	-1.024
Eletrosul	1.343	1.532	-189
Eletronuclear	2.542	2.549	-7
CGTEE	606	721	-115
Cepel	324	466	-142
ED Acre	273	334	-61
ED Alagoas	1.058	1.304	-246
ED Amazonas	2.151	2.294	-143
ED Piauí	1.177	1.462	-285
ED Rondônia	758	854	-96
ED Roraima	261	280	-19
Total	**22.545**	**26.620**	**-4.075**

* Quadro efetivo = quadro próprios (excluindo os cedidos) + cargos comissionados + empregados requisitados + empregados reintegrados em razão da Lei 8878/94, trabalhando na empresa.

** A quantidade de empregados do ano de 2012 foi redimensionada em relação àquela apresentada no Relatório de Administração do exercício de 2012 em razão da nova metodologia utilizada para apuração do quadro efetivo.

*** Não foram considerados os empregados de Itaipu, que totalizava 3.283 empregados em 31/12/2013, por ser uma empresa binacional, cujos resultados deixaram de ser consolidados nas demonstrações financeiras da Eletrobras.

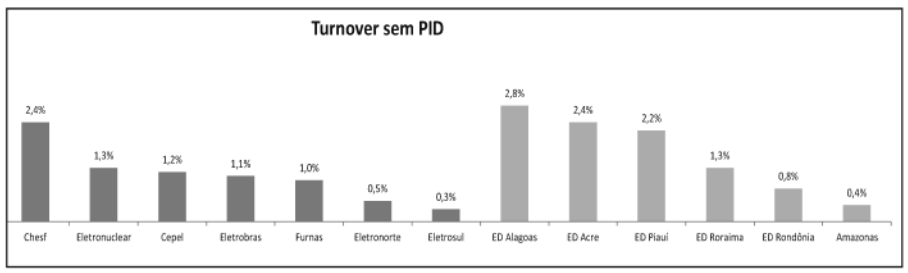
Em 2013, destacam-se as seguintes ações: Plano Estratégico de Gestão de Pessoas que visa adequar o quadro de pessoal aos desafios decorrentes da ampla reformulação do setor, mantendo os processos administrativos e operacionais em funcionamento, com confiabilidade e sustentabilidade e o Plano de Incentivo ao Desligamento – PID.

As Empresas Eletrobras, a exceção da Eletronuclear (que iniciará em 2014), implantaram, em junho de 2013, o PID, que teve adesão de 4.448 empregados, de um total de 9.903 elegíveis. Até dezembro de 2013, foram realizados 4.221 desligamentos pelo PID, estando os demais programados para ocorrer ao longo de 2014. A economia anual obtida com o plano é de cerca R$1,1 bilhão de reais. O PID é uma das ações estabelecidas pela empresa em seu Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG 2013–2017.

Plano de Incentivo ao Desligamento - PID			
Empresas	Inscritos	Desligados até dezembro 2013	Economia (R$ mil)
Holding	196	187	66.936,00
Eletronorte	421	406	188.010,00
Chesf	1.353	1.326	276.359,00
Furnas	1.123	1.046	368.485,00
Eletrosul	203	184	43.837,00
Eletronuclear	início em 2014	início em 2014	-
Cgtee	124	114	18.253,00
Cepel	152	146	35.195,00
Acre	71	63	11.690,00
Alagoas	264	246	38.985,00
Amazonas	143	135	16.894,00
Piauí	299	276	52.304,00
Rondônia	88	81	12.237,00
Roraima	11	11	3.299,00
Total	**4.448**	**4.221**	**1.132.483,00**

Nota: A quantidade de empregados desligados até 2013 considera, também, aqueles que se desligaram no ano de 2012 no âmbito de programas de incentivo ao desligamento que se encontravam vigentes.

A taxa média de rotatividade das Empresas Eletrobras, desconsiderando os desligamentos efetivados pelo PID, é de 1,48%. O gráfico abaixo apresenta o *turnover* de cada uma das Empresas Eletrobras em 2013:



Treinamento e Desenvolvimento

A educação corporativa das Empresas Eletrobras é composta pela Universidade das Empresas Eletrobras (Unise) e 15 (quinze) Unidades de Educação Corporativa distribuídas em cada uma das Empresas Eletrobras. Em 2013, dando continuidade ao desenvolvimento das competências críticas estratégicas para as Empresas Eletrobras, a Unise desenvolveu 32 ações educacionais, envolvendo 2.666 participações.

Relações Trabalhistas e Sindicais

A representação do movimento sindical nas Empresas do Sistema Eletrobras conta com um total de 73 sindicatos, sendo que na mesa de negociação coletiva nacional esses sindicatos são representados por cinco Federações e sete sindicatos, dentre eles, a Federação Nacional dos Urbanitários – FNU e a Força Sindical. O Acordo Coletivo de Trabalho – ACT abrange 100% dos empregados das Empresas Eletrobras.

No ano de 2013, o ACT foi homologado no âmbito do dissídio coletivo pelo Tribunal Superior do Trabalho –TST com vigência de 24 meses, contados de 01 de maio de 2013.

11.3. Gestão Ambiental

Seguindo a sua Política de Sustentabilidade, a Eletrobras divulga anualmente o seu Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e aderiu voluntariamente ao Índice de Carbono Eficiente – ICO2 da BM&FBOVESPA, desde o seu lançamento, em 2010, sinalizando ao mercado mundial que a Companhia está preocupada com as suas emissões de carbono e alinhada com as discussões sobre as mudanças climáticas globais.

A Eletrobras também participa do Carbon Disclosure Project – CDP desde a sua 4ª edição, o CDP 4, em 2006, cujos questionários são enviados, em nome de investidores, às maiores empresas do mundo.

Desde 2009, a Eletrobras elabora e publica o seu Inventário Anual de Gases de Efeito Estufa, seguindo a metodologia internacional (GHG Protocol e IPCC), buscando aumentar o grau de confiabilidade das informações prestadas.

A Eletrobras *holding* coordena o SCMA (Subcomitê de Meio Ambiente), que congrega as áreas de meio ambiente de todas as Empresas Eletrobras. Em 2013, foi aprovada a 2ª Revisão da Política Ambiental das Empresas Eletrobras, incorporando as diretrizes relativas aos temas Biodiversidade, Comunicação Ambiental, Educação Ambiental e Gestão do Uso e Ocupação das Bordas, Ilhas e Espelho d'Água dos Reservatórios e Mudanças Climáticas.

Ademais, o Sistema Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial (IGS), coordenado pela Eletrobras *holding*, é uma importante ferramenta estratégica, em contínuo desenvolvimento nas Empresas Eletrobras, que compila informações sobre seu desempenho em temas como energia, água, biodiversidade, resíduos, conformidade legal e outros. Além da dimensão ambiental, já implantada desde 2010, o Sistema IGS está sendo desenvolvido para atender ao tripé da sustentabilidade, visando também para dar apoio também à gestão das áreas de responsabilidade social e financeira e atender às necessidades da gestão ambiental em cada uma das Empresas Eletrobras.

Em 2013, na esfera corporativa, também se focou no combate aos desperdícios de energia elétrica. Por meio da Eletrobras *holding*, foi reestabelecida a Comissão Interna de Conservação de Energia, que atingiu a meta de redução de 5% do consumo total de energia elétrica de suas unidades operacionais, tomando como base o ano de 2012. Além disso, a Eletrobras coordena o Comitê Integrado de Eficiência Energética do Sistema Eletrobras – CIEESE que promove e implementa medidas de redução do desperdício e gestão de energia elétrica. Em 2013, iniciou-se também a implantação da ISO 50.001 nas controladas Chesf, Eletronorte e Eletronuclear. Na vertente de novos negócios, o processo de venda se serviços foi estabelecido e os primeiros serviços foram negociados. O mercado para atuação da Eletrobrás foi analisado através de pesquisa de mercado com as maiores empresas do ramo.

Biodiversidade

As Empresas Eletrobras desenvolvem ações de recuperação e conservação da biodiversidade em concordância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental da Eletrobras. Visando explorar racionalmente os recursos energéticos, os aspectos de engenharia e os aspectos socioambientais são considerados desde o planejamento até a operação dos empreendimentos, sempre atendendo aos princípios da sustentabilidade. Preconiza-se a manutenção de um processo sistemático e contínuo de melhoria nas práticas de gestão, pautado na conformidade com as políticas públicas, especialmente as relativas ao meio ambiente, recursos hídricos, energia e mudanças climáticas, assim como nos acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

Em 2013, a Eletrobras elaborou um projeto básico para contratação de um estudo sobre a exposição a riscos relacionados à biodiversidade e estratégias para a gestão da biodiversidade e melhoria do desempenho das Empresas Eletrobras, o que se espera que seja contratado em 2014.

Principais riscos ambientais nos segmentos de atuação da Eletrobras

Os principais riscos ambientais para o negócio da Eletrobras são os riscos físicos e os riscos regulatórios.

Os primeiros são associados a eventos extremos – enchentes, secas, vendavais, alto nível ceráunico e outros – que notadamente vêm se intensificando nos últimos anos. As mudanças climáticas em curso já afetam os padrões conhecidos e estabelecidos como parâmetros para os projetos de engenharia e para a capacidade de geração e transmissão de energia elétrica.

A previsão das vazões nas bacias onde são instaladas usinas hidrelétricas é determinante para o cálculo da energia a ser gerada e posteriormente transmitida pelo SIN. Mesmo com algumas usinas termelétricas, aí incluídas as centrais nucleares de Angra I e II, a Eletrobras concentra seu negócio em geração hidrelétrica e na transmissão da energia gerada, estando, portanto, exposta aos riscos decorrentes das mudanças climáticas.

Quanto ao risco regulatório, nos últimos anos, no que concerne ao licenciamento ambiental dos projetos sob sua responsabilidade direta, a Eletrobras vem trabalhando em consonância com as normas do IBAMA, tendo ao longo da última década estabelecido um relacionamento de respeito e confiança com aquela instituição.

Em 2013, merece destaque o avanço dos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos Garabi e Panambi, no rio Uruguai, e a evolução dos processos de licenciamento para AHEs São Luiz do Tapajós e Jatobá, no rio Tapajós.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

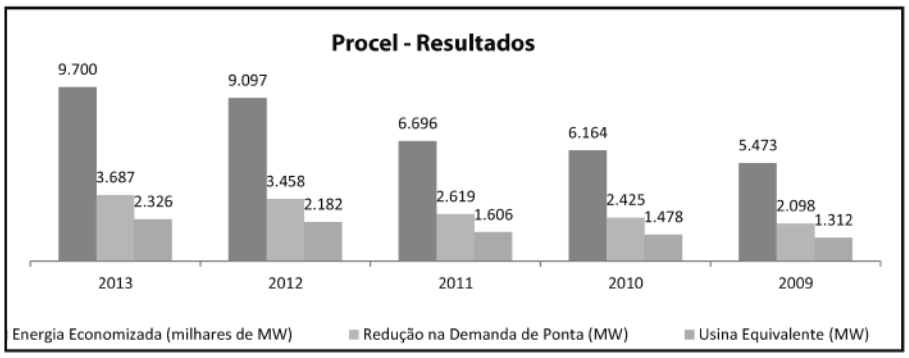
12. Gestão de Programas e Fundos Setoriais de Governo

12.1. Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel")

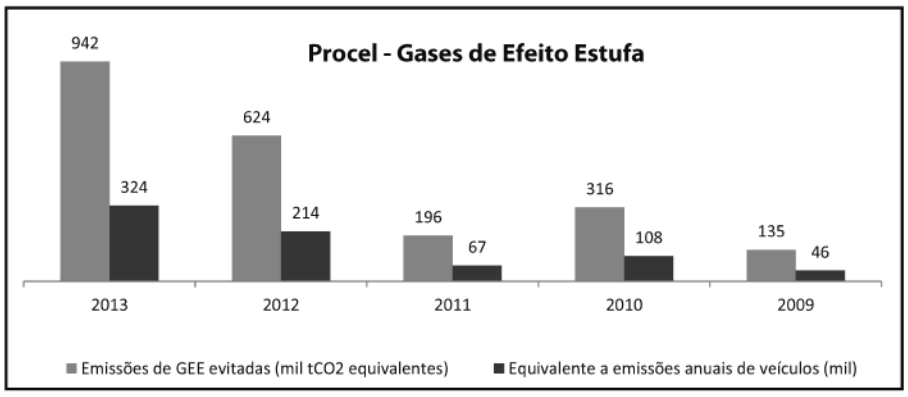
O Procel é o programa do governo federal, coordenado pelo Ministério de Minas e Energia ("MME"), destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país e combater seu desperdício, sendo a Eletrobras, na função de Secretaria Executiva do Procel, responsável pelo planejamento e execução das ações do programa, que através de subprogramas específicos, alcança as áreas de educação e disseminação da educação, edificações, saneamento ambiental, gestão energética municipal, iluminação pública e indústria.

Em 2013, os investimentos realizados no âmbito do Procel foram cerca de R$23,5 milhões, sendo R$17,6 milhões financiados com recursos da RGR e o restante como contrapartida dos beneficiários.

O Programa contribuiu para uma economia de energia elétrica estimada em 9,7 mil GWh, o que equivale a 2,09% do consumo nacional, evitando a emissão de 942 mil tCO2eq.



As emissões de gases de efeito estufa – GEE evitadas pelas ações do Procel, em 2013, equivalem à quantidade liberada por 324 mil veículos em um ano.



12.2. Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica ("Luz para Todos")

O Programa Luz Para Todos visa propiciar, até o ano de 2014, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público, utilizando recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), da Reserva Global de Reversão (RGR) e da Caixa Econômica Federal, além de recursos dos governos estaduais envolvidos no Programa e dos agentes executores. Até o final do ano de 2013, esses recursos totalizaram R$ 21,86 bilhões, sendo R$ 15,82 bilhões (72%) referentes aos recursos setoriais administrados pela Eletrobras.

No ano de 2013, foram realizadas 87.313 ligações no âmbito do Programa, acumulando um montante de 3.109.842 ligações efetuadas desde 2004 e alcançando a meta de 98% do total de ligações previstas para o Programa, o que corresponde a mais de 15 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro.

Ainda no âmbito do Programa, a Eletrobras firmou com os agentes executores 18 contratos relacionados a Projetos Especiais, com recursos da CDE, no montante de R$7,61 milhões, visando o atendimento de 377 unidades consumidoras em localidades de extremo isolamento utilizando Fontes Renováveis de Energia. Deste montante, até o final do ano de 2013, foi comprovada a ligação de 328 unidades consumidoras, por meio de inspeções físicas.

Em 2013, foi liberado R$0,59 bilhão, sendo R$0,55 bilhão originado de recursos da CDE e R$ 0,04 bilhão da RGR. Desde 2004, já foi liberado um montante de R$12,62 bilhões (recursos da CDE e RGR), de um total contratado de R$ 15,82 bilhões, ou seja, 80% do total de recursos contratados.

12.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa")

O PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica foi criado em 26 de abril de 2002 pela Lei nº. 10.438, e regulamentado através dos Decretos 5.025/04 e 5.882/08, iniciando o processo de sua implantação em 2004.

O programa tem cumprido seu objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica (PCH) e Biomassa. À Eletrobrás foi assegurado o direito à compra e comercialização da energia contratada das usinas do PROINFA pelo período de 20 anos a partir da data de entrada em operação comercial dos empreendimentos.

A realização do programa contribuiu para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais, além de contribuir para a geração de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o país, proporcionando grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

No ano de 2013, 11 empreendimentos de fonte eólica entraram em operação pelo programa, adicionando mais 319 MW de capacidade instalada a matriz elétrica nacional. Ao fim de 2013, um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW) foram adicionado à matriz elétrica brasileira, pelo PROINFA, totalizando 2.975,10 MW.

12.4. Fundos Setoriais

A Eletrobras é responsável pela gestão dos recursos setoriais Reserva Global de Reversão (RGR), Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustível (CCC).

A Eletrobras liberou, no exercício financeiro de 2013, o montante de R$18.722 milhões de recursos da RGR nos termos da legislação aplicável, destacando-se que R$13.227 milhões foram referentes a indenizações decorrentes da Lei 12.783/2013 e R$486 milhões referentes a financiamentos concedidos nos termos da Lei 5.655/71.

Em 2013, nos termos autorizados pelas Leis 10.438/2002 e 12.783/2013, foi liberado recursos da CDE na ordem de R$16.145 milhões, destacando-se que R$5.650 milhões foram referentes a repasses CCEE para custos de termelétricas, R$3.887 milhões para subvenção "Compensação de Variação de Itens da Parcela A e R$2.846 milhões para subsídios tarifários.

No que tange a CCC, no decorrer de 2013, foram arrecadados, especialmente por meio das quotas mensais das empresas distribuidoras, transmissoras e permissionárias, parcelamentos, aplicações financeiras bem como de transferência da CDE, conforme autorizado pela Lei 12.783/2013, o montante de R$2.389 milhões, que permitiram repasses da ordem de R$4.189 milhões, sendo R$78 milhões para as sub-rogações e o restante para cobertura dos demais custos de geração de energia elétrica.

13. Prêmios e Reconhecimentos

A cada ano, a Eletrobras reafirma seu foco nos interesses sociais, nas melhores práticas de gestão empresarial e no desenvolvimento sustentável, o que tem conquistado o reconhecimento da sociedade, o que é representado por prêmios. Dentre os prêmios conquistados em 2013, destacam-se:

- A Eletrobras foi incluída no novo índice de sustentabilidade criado especialmente para países emergentes, o *Dow Jones Sustainability Emerging Markets Index*, com dados referentes à sua atuação em 2012. No segundo semestre do ano, a Eletrobras foi novamente listada no índice, então relativo a 2013, tendo obtido um aumento de 10% em sua pontuação;
- A Eletrobras figurou na publicação "As melhores da Dinheiro 2013", da revista "Isto É Dinheiro", que divulgou as mil maiores empresas do Brasil. A Eletrobras conquistou a 12ª posição, além do 4º lugar no item "Desempenho das Estatais";
- A edição "Valor 1000", editada em 2013 pelo jornal "Valor Econômico", apontou a Eletrobras como a 9ª maior empresa do país em 2012 e a maior do setor de energia elétrica;
- Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça (4ª edição), concedido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República;
- Prêmio "Empresas que Melhor se Comunicam com Jornalistas" (categoria Energia Elétrica) pelo terceiro ano consecutivo, sendo o prêmio promovido pela revista Negócios da Comunicação;
- Prêmio Aberje 2013, em que o *case* "50 Anos Eletrobras" foi vencedor na etapa regional da categoria "Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial";
- Prêmio Ser Humano 2013, promovido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos, em que o *case* "Unificação de Políticas e Práticas de Carreira e Remuneração nas Empresas Eletrobras" foi vencedor na categoria Empresas do Setor Público;
- Em dezembro, na cerimônia pelos 10 anos do Programa Luz Para Todos, a Eletrobras recebeu do Ministério de Minas e Energia, uma placa em reconhecimento à excelência da operação do programa.

14. Auditores Independentes

Em 2013, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente a PricewaterhouseCoopers, a exceção de Itaipu Binacional, auditada pela KPMG Auditores Independentes, a Memória da Eletricidade, auditada pela Auditasse Auditores Independentes S/C e o Cepel, auditado pela AGUIAR FERES Auditores Independentes S/S.

Em cumprimento à Instrução CVM n° 381, de 14/01/03, informamos que no último exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013, os auditores independentes da Companhia exerceram tão somente os serviços contratados de auditoria contábil externa e não receberam quaisquer outros valores a título de prestação de outros serviços.

Remuneração (Honorários e Serviços) Relacionada à Auditoria

Auditor Independente	2013	2012
PricewaterhouseCoopers (R$ mil)	18.591,1	9.356,3
KPMG Auditores Independentes (US$ mil)	20	146,7 *
Auditasse S/S (R$ mil)	9,8	8,9
AGUIAR FERES Auditores Independentes (R$ mil)	23,2	18,6

* No ano de 2012, o auditor era UHY Moreira Auditores Independentes.

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

15. Balanço Social

Informações de Natureza Ambiental e Social

(valores expressos em milhares de reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
I – RECURSOS HUMANOS	**2013**	**2012**	**2013**	**2012**
1.1 - Remuneração				
Folha de pagamento bruta (FPB)	163.781	213.695	5.196.963	4.130.877
- Empregados	148.375	183.517	5.161.050	4.082.327
- Administradores	3.268	4.161	23.775	22.533
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	13,49	16,65		
- Administradores	1,05	1,42		
1.2 - Benefícios Concedidos				
Encargos Sociais	68.335	54.988	1.352.261	1.206.117
Alimentação	16.817	16.099	314.417	302.255
Transporte	757	855	28.740	24.123
Previdência Privada	38.188	28.292	304.737	222.617
Saúde	23.058	19.312	445.486	370.780
Segurança e medicina do trabalho	5.482	5.342	34.436	36.112
Educação / Creches ou Aux. Creche	2.349	2.396	79.793	60.744
Cultura	0	0	963	426
Capacitação e desenvolvimento profissional	2.768	5.249	50.767	65.320
Outros	0	0	467.228	415.476
Participações nos lucros ou resultados	42.000	40.000	268.592	290.299
T O T A L	**199.754**	**172.533**	**3.347.420**	**2.994.269**
1.3 - Composição do corpo funcional				
Nº de empregados no final do exercício	988	1.182	22.498	26.493
Nº de admissões	13	4	342	598
Nº de demissões	206	32	4.287	859
Nº de estagiários no final do exercício	211	220	1.688	1.937
Nº de empreg. Port. de neces. especiais no final do exercício	5	10	321	364
Nº de prestadores de serviços Terceirizados no final do exercício	680	801	10.127	12.022
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	653	773	18.222	21.433
- Feminino	335	409	4.276	5.060
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	304	368	5.482	6.111
- De 36 a 60 anos	617	718	15.469	18.118
- Acima de 60 anos	67	96	1.547	2.264
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	-	-	1,00	1,00
- Com ensino fundamental	42	55	2.221	3.028
- Com ensino médio	139	189	4.662	4.912
- Com ensino técnico	0	0	5.629	6.882
- Com ensino superior	438	515	7.319	8.635
- Pós-graduados	369	423	2.666	3.035
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	0,76	0,75		
- Feminino	0,24	0,25		
1.4 - Contingências e passivos trabalhistas				
Número de processos trabalhistas movidos contra a entidade	137	456	6.121	7.097
Número de processos trabalhistas julgados procedentes	2	28	932	915
Número de processos trabalhistas julgados improcedentes	34	32	1.095	408
Valor total de indeniz. e multas pagas por determin. da justiça	20.980	1.974	118.404	80.675
II - Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1 - Relacionamento com a Comunidade				
Totais dos investimentos em:				
- Educação	1.204	1.460	41.404	16.344
- Cultura	15.514	57.110	32.901	87.902
- Saúde e infra-estrutura	0	0	75.882	88.599
- Esporte e lazer	8.509	29.829	18.474	32.758
- Alimentação.	0	0	2.506	3.663
- Geração de trabalho e renda	0	2.417	34.384	19.891
- Reassentamento de Famílias	0	0	0	0
Outros	0	0	109.545	132.284
Total dos investimentos	**25.227**	**90.816**	**315.096**	**381.441**
Tributos (excluídos encargos sociais)	30.988	214.405	2.853.593	2.691.677
Compensação financ. pela utilização de recursos hídricos	0	0	405.809	667.923
Total - Relacionamento com a comunidade	**56.215**	**305.221**	**3.574.499**	**3.741.041**
2.2 - Interação com os Fornecedores				
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores				
III - Interação com o Meio Ambiente				
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente;	189	0	196.891	154.223
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados;	0	0	75.642	87.783
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade;	0	0	16.743	12.126
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade;	0	0	3.134	2.456
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais;	885	0	107.879	95.575
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade;	0	0	15	10
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente;	0	0	10.995	2.000
Passivos e contingências ambientais.	0	0	11.790	3.500
Total da interação com o meio ambiente	**1.074**	**0**	**423.089**	**357.673**
IV - Outras Informações				
Receita Líquida (RL)	2.658.088	2.719.441	24.995.825	30.328.161
Resultado Operacional (RO)	-6.485.579	-1.864.739	-8.908.009	-11.853.654

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 01 DE JANEIRO DE 2012
(Em milhares de Reais)

		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
ATIVO	NOTA	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado vide nota 3.1	01/01/2012 Reapresentado vide nota 3.1
CIRCULANTE							
Caixa e equivalente de caixa	5	1.303.236	935.627	1.396.729	3.597.583	2.501.515	3.109.844
Caixa restrito	5	879.801	3.509.323	3.034.638	879.801	3.509.323	3.034.638
Títulos e valores mobiliários	6	1.713.017	4.378.184	8.499.178	6.095.908	6.352.791	11.031.953
Clientes	7	449.452	477.104	579.433	3.587.282	4.082.695	4.069.402
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	759.433	-	310.960	1.168.002	318.293	1.271.365
Financiamentos e empréstimos	9	4.961.171	4.044.496	3.848.043	2.838.503	2.611.830	2.622.304
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	1.275.334	1.240.811	1.184.936	1.275.334	1.240.811	1.184.936
Remuneração de participações societárias	10	379.943	195.304	633.832	268.060	167.197	215.823
Tributos a recuperar	11	554.725	886.553	857.639	839.767	1.498.726	999.405
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	1.545.376	1.088.491	736.588	1.940.005	1.227.005	898.788
Direito de ressarcimento	12	-	-	-	10.910.073	7.302.160	3.498.606
Almoxarifado		738	936	729	614.607	446.157	350.572
Estoque de combustível nuclear	13	-	-	-	343.730	360.751	388.663
Indenizações - Lei 12.783/2013	8	-	-	-	3.476.495	8.882.836	-
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	-	108.339	249.265	191.919
Outros		69.811	89.866	300.188	1.136.345	1.118.481	1.099.953
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**13.892.037**	**16.846.695**	**21.382.893**	**39.079.834**	**41.869.836**	**33.968.171**
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Direito de ressarcimento	12	-	-	-	1.669.583	901.029	500.333
Financiamentos e empréstimos	9	24.635.663	25.166.460	23.878.099	12.335.838	12.932.963	12.993.679
Clientes	7	-	-	-	1.310.821	1.256.685	1.295.180
Títulos e valores mobiliários	6	188.650	395.701	379.707	192.580	400.370	385.966
Estoque de combustível nuclear	13	-	-	-	507.488	481.495	435.633
Tributos a recuperar	11	-	-	-	1.990.527	1.737.406	2.293.344
Imposto de Renda e Contribuição Social	11	299.117	1.754.333	2.044.513	3.010.574	4.854.337	3.059.529
Cauções e depósitos vinculados		803.048	803.130	715.189	2.877.516	2.691.114	2.105.335
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	16.275	521.097	727.136	16.275	521.097	727.136
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	2.659.432	2.815.520	1.724.009	23.704.037	22.915.696	26.881.123
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	-	107.816	223.099	185.031
Adiantamentos para futuro aumento de Capital	14	382.193	2.730.178	5.673.361	490.429	70.423	4.000
Indenizações - Lei 12.783/2013	8	-	-	-	2.019.684	5.554.435	-
Outros		907.969	560.078	282.399	830.309	647.682	604.731
		29.892.347	**34.746.497**	**35.424.413**	**51.063.477**	**55.187.831**	**51.471.020**
INVESTIMENTOS	15	50.329.250	50.266.910	55.661.889	17.414.994	14.677.150	11.124.380
IMOBILIZADO	16	129.171	117.293	112.397	30.038.514	29.494.833	41.552.365
INTANGÍVEL	18	-	-	48.150	788.582	1.204.563	1.287.880
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**80.350.768**	**85.130.700**	**91.246.849**	**99.305.567**	**100.564.377**	**105.435.645**
TOTAL DO ATIVO		**94.242.805**	**101.977.395**	**112.629.742**	**138.385.401**	**142.434.213**	**139.403.816**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 01 DE JANEIRO DE 2012
(Em milhares de Reais)

		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado vide nota 3.1	01/01/2012 Reapresentado vide nota 3.1
CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	22	1.199.102	625.877	488.120	1.969.765	1.337.279	1.637.864
Debêntures	23	-	-	-	12.804	1.305	-
Passivo financeiro	17	-	787.115	-	-	787.115	-
Empréstimo compulsório	24	7.935	12.298	15.620	7.935	12.298	16.331
Fornecedores	20	342.778	467.804	384.676	7.740.578	6.423.074	5.487.947
Adiantamento de clientes	21	462.672	424.309	368.943	511.582	469.892	413.041
Tributos a recolher	26	49.187	17.666	40.190	839.426	814.422	819.776
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	-	213.384	-	15.262	313.888	130.409
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	941.285	1.369.201	3.079.796	941.285	1.369.201	3.079.796
Remuneração aos acionistas	28	525.464	3.951.333	4.323.713	528.204	3.952.268	4.350.509
Créditos do Tesouro Nacional	29	39.494	131.047	109.050	39.494	131.047	109.050
Obrigações estimadas		47.325	9.772	21.128	1.288.713	1.173.678	772.880
Obrigações de Ressarcimento	12	583.046	650.185	710.308	8.377.400	5.988.698	1.955.966
Benefício pós-emprego	30	13.079	9.957	4.375	265.082	127.993	446.366
Provisões para contingências	31	-	-	-	23.654	28.695	30.827
Encargos Setoriais	27	-	-	-	714.862	654.230	625.069
Arrendamento mercantil	22	-	-	-	181.596	162.929	142.997
Concessões a pagar - Uso do bem Público	33	-	-	-	3.567	1.870	-
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	-	225.423	185.031	261.489
Outros		135.869	116.792	90.077	2.011.257	1.399.559	849.860
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**4.347.236**	**8.786.740**	**9.635.996**	**25.697.889**	**25.334.472**	**21.130.177**
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	22	20.623.906	18.012.551	17.806.158	30.506.522	25.292.871	22.377.889
Créditos do Tesouro Nacional	29	-	37.072	155.676	-	37.072	155.676
Fornecedores	20	-	-	-	791.293	-	-
Debêntures	23	-	-	-	205.878	68.015	-
Adiantamento de clientes	21	-	-	-	776.252	830.234	879.452
Empréstimo compulsório	24	358.905	321.894	211.554	358.905	321.894	211.554
Obrigação para desmobilização de ativos	32	-	-	-	1.136.342	988.490	408.712
Provisões operacionais		1.061.490	1.005.908	843.029	1.061.490	1.005.908	843.029
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	455.455	2.401.069	954.013	455.455	2.401.069	954.013
Provisões para contingências	31	2.496.739	1.194.704	1.446.397	5.695.104	5.100.389	4.441.168
Benefício pós-emprego	30	67.553	644.512	161.408	1.218.688	2.774.791	985.185
Provisão para passivo a descoberto em controladas	15	3.217.274	1.501.887	472.148	-	-	-
Contratos onerosos	35	-	-	96.204	3.244.335	5.155.524	96.204
Obrigações de ressarcimento	12	-	-	-	2.317.708	1.801.059	1.475.262
Arrendamento mercantil	22	-	-	-	1.891.628	1.860.104	1.775.544
Remuneração aos acionistas	28	-	-	3.143.222	-	-	3.143.222
Concessões a pagar - Uso do bem Público	33	-	-	-	60.904	71.180	63.430
Adiantamentos para futuro aumento de capital	34	174.570	161.308	148.695	174.570	161.308	171.135
Instrumentos financeiros derivativos	44	36.848	68.153	-	232.226	291.252	185.031
Encargos Setoriais	27	-	-	-	375.982	428.383	392.134
Tributos a recolher	26	-	-	-	892.950	620.397	1.081.873
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	342.236	335.427	383.682	533.713	598.750	572.425
Outros		566.883	422.225	328.051	68.659	10.458	844.533
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**29.401.859**	**26.106.710**	**26.150.237**	**51.998.604**	**49.819.148**	**41.057.471**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	37	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331
Reservas de capital	37	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342
Reservas de lucros	37	4.334.565	11.361.225	19.095.822	4.334.565	11.361.225	19.095.822
Ajustes de avaliação patrimonial		68.368	208.672	220.915	68.368	208.672	220.915
Dividendo Adicional Proposto		433.962	433.962	706.018	433.962	433.962	706.018
Outros resultados abrangentes acumulados		(1.696.858)	(2.273.587)	(532.919)	(1.696.858)	(2.273.587)	(532.919)
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	195.198	196.648	372.659
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**60.493.710**	**67.083.945**	**76.843.509**	**60.688.908**	**67.280.593**	**77.216.168**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**94.242.805**	**101.977.395**	**112.629.742**	**138.385.401**	**142.434.213**	**139.403.816**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	NOTA	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39	**2.840.238**	**2.719.441**	**23.835.644**	**28.014.296**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal, Material e Serviços	41	593.774	482.169	9.244.586	7.670.823
Energia comprada para revenda	42	2.875.951	2.406.812	5.515.206	4.863.288
Encargos sobre uso da rede elétrica	42	-	-	1.560.883	1.586.809
Construção - Distribuição		-	-	1.013.684	1.345.519
Construção - Transmissão		-	-	1.797.324	1.960.474
Construção - Geração		-	-	736.855	-
Combustível para produção de energia elétrica		-	-	1.492.368	693.751
Remuneração e ressarcimento		-	-	405.809	667.923
Depreciação		6.547	6.279	1.285.351	1.528.692
Amortização		-	-	215.189	160.269
Doações e contribuições		278.839	289.954	332.031	379.002
Provisões operacionais	43	5.011.829	764.387	3.258.205	4.971.221
Plano de readequação do quadro de pessoal	30	12.674	-	256.860	-
Outras		364.053	634.579	2.089.704	1.814.116
		9.143.667	**4.584.180**	**29.204.055**	**27.641.887**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(6.303.429)**	**(1.864.739)**	**(5.368.411)**	**372.409**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras					
Receitas de juros, comissões e taxas		2.033.155	1.955.486	1.146.055	1.172.031
Receita de aplicações financeiras		284.660	1.213.146	556.469	1.565.875
Acréscimo moratório sobre energia elétrica		44.771	19.982	305.404	230.597
Atualizações monetárias		705.920	947.094	454.634	720.816
Variações cambiais		585.350	546.445	539.059	460.559
Remuneração das indenizações - Lei 12.783/13		-	-	441.024	211.532
Outras receitas financeiras		145.591	146.909	269.666	297.411
					-
Despesas Financeiras					-
Encargos de dívidas		(1.048.004)	(915.199)	(2.031.402)	(1.420.938)
Encargos de arrendamento mercantil		-	-	(379.771)	(412.152)
Encargos sobre recursos de acionistas		(180.301)	(493.149)	(189.967)	(502.178)
Perdas com derivativos		-	-	(238.938)	-
Outras despesas financeiras		(453.374)	(259.599)	(606.287)	(639.078)
		2.117.768	**3.161.115**	**265.946**	**1.684.475**
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**(4.185.661)**	**1.296.376**	**(5.102.465)**	**2.056.884**
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	40	(787.881)	(7.531.378)	177.768	612.202
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/2013		**(4.973.542)**	**(6.235.002)**	**(4.924.697)**	**2.669.086**
Efeitos - Lei 12.783/2013	2	-	-	-	(10.085.380)
RESULTADO OPERACIONAL APÓS DA LEI 12.783/2013		**(4.973.542)**	**(6.235.002)**	**(4.924.697)**	**(7.416.294)**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	26	-	(213.600)	(60.424)	(67.871)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	26	(1.313.121)	(430.314)	(1.306.254)	558.513
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(6.286.663)**	**(6.878.916)**	**(6.291.375)**	**(6.925.652)**
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES		(6.286.663)	(6.878.916)	(6.286.663)	(6.878.916)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES		-	-	(4.712)	(46.736)
PREJUÍZO LÍQUIDO POR AÇÃO	38	(R$4,65)	(R$5,09)	(R$4,65)	(R$5,12)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
Participação no resultado abrangente das subsidiárias	**Exercício findo em 31 de dezembro 2013**	**2012 Reapresentado**	**Exercício findo em 31 de dezembro 2013**	**2012 Reapresentado**
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**(6.286.663)**	**(6.878.916)**	**(6.291.375)**	**(6.925.652)**
Outros componentes do resultado abrangente				
Ajustes acumulados de conversão	38.889	11.780	38.909	11.780
Ajuste ganhos e perdas atuariais	609.151	(520.677)	1.362.551	(2.370.677)
IR/CSLL diferidos	(207.111)	177.030	(463.267)	806.030
Ajuste de *hedge* de fluxo de caixa	(12.190)	-	(11.987)	-
IR/CSLL diferidos	4.145	-	4.076	-
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(180.080)	(197.844)	(244.465)	(240.662)
IR/CSLL diferidos	61.227	67.267	83.118	81.825
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	398.027	(1.930.639)	(291.211)	(37.818)
IR/CSLL diferidos	(135.329)	656.417	99.005	12.856
Outros componentes do resultado abrangente do exercício	**576.729**	**(1.736.666)**	**576.729**	**(1.736.666)**
Total do resultado abrangente do exercício	**(5.709.934)**	**(8.615.582)**	**(5.714.646)**	**(8.662.318)**
Parcela atribuída aos controladores			**(5.709.934)**	**(8.615.582)**
Parcela atribuída aos não controladores			**(4.712)**	**(46.736)**
			(5.714.646)	**(8.662.318)**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 01 DE JANEIRO DE 2012
(Em milhares de Reais)

			Reservas de Lucros								
	Capital Social	**Reservas de Capital**	**Legal**	**Estatutárias**	**Dividendos Adicionais**	**Ajustes de avaliação patrimonial reflexo**	**Lucro / prejuízos acumulados**	**Outros resultados abrangentes**	**Patrimônio líquido controladora**	**Patrimônio líquido não controladores**	**Patrimônio líquido consolidado**
Em 01 de janeiro de 2012	**31.305.331**	**26.048.342**	**2.233.017**	**16.862.805**	**706.018**	**220.915**	**-**	**(532.919)**	**76.843.509**	**372.659**	**77.216.168**
Dividendos Adicionais	-	-	-	-	(706.018)	-	-	-	(706.018)	-	(706.018)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	11.780	11.780	-	11.780
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	(520.677)	(520.677)	-	(520.677)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(197.844)	(197.844)	-	(197.844)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	896.712	896.712	-	896.712
Ajuste de Controladas/Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	(1.930.639)	(1.930.639)	(129.276)	(2.059.915)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(12.243)	12.243	-	-	-	-
Realização de reservas	-	-	-	(855.681)	-	-	855.681	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	(6.878.916)	-	(6.878.916)	(46.735)	(6.925.651)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(433.962)	-	(433.962)	-	(433.962)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO	-	-	-	-	433.962	-	(433.962)	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	-	(6.878.916)	-	-	6.878.916	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2012	**31.305.331**	**26.048.342**	**2.233.017**	**9.128.208**	**433.962**	**208.672**	**-**	**(2.273.587)**	**67.083.945**	**196.648**	**67.280.593**
Dividendos Adicionais	-	-	-	-	(433.962)	-	-		(433.962)	-	(433.962)
Ajustes acumulados de conversão	-	-	-	-	-	-	-	38.889	38.889	-	38.889
Ajuste Benefício pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	609.151	609.151	-	609.151
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(180.080)	(180.080)	-	(180.080)
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	(277.069)	(277.069)	-	(277.069)
Ajuste de Controladas/Coligadas	-	-	-	-	-	-	-	398.028	398.028	3.262	401.290
Instrumentos Financeiros - *Hedge*	-	-	-	-	-	-	-	(12.190)	(12.190)	-	(12.190)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(140.304)	127.927	-	(12.377)	-	(12.377)
Realização de reservas	-	-	-	(739.997)	-	-	739.997	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do período	-	-	-	-	-	-	(6.286.663)	-	(6.286.663)	(4.712)	(6.291.375)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	(433.962)	-	(433.962)	-	(433.962)
Aprovação do dividendo adicional pela AGO	-	-	-	-	433.962	-	(433.962)	-	-	-	-
Absorção de prejuízos	-	-	-	(6.286.663)	-	-	6.286.663	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	**31.305.331**	**26.048.342**	**2.233.017**	**2.101.548**	**433.962**	**68.368**	**-**	**(1.696.858)**	**60.493.710**	**195.198**	**60.688.908**

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(4.973.542)**	**(6.235.002)**	**(4.924.697)**	**(7.416.292)**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:				
Depreciação e amortização	6.547	6.279	1.500.540	1.688.961
Variações monetárias/cambiais líquidas	(1.013.010)	(1.267.800)	(1.674.124)	(1.512.778)
Encargos financeiros	(1.340.907)	(1.408.027)	607.438	366.185
Receita de ativo financeiro	-	-	(552.106)	(2.852.332)
Resultado da equivalência patrimonial	787.881	7.531.378	(177.768)	(612.201)
Efeitos da Lei 12.783/2013	-	-	-	10.085.380
Provisão para passivo a descoberto	2.841.728	1.011.968	-	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	335.610	(137.495)	(457.261)	781.864
Provisão para contingências	1.585.772	(251.693)	1.399.321	579.851
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	-	-	2.428.649	1.058.940
Provisão contrato oneroso	-	-	(1.924.657)	1.636.137
Provisão para plano de readequação do quadro de pessoal	12.674	-	256.860	-
Provisão para perda com investimentos	142.622	162.878	142.622	187.741
Provisão para perda de ativo financeiro	-	-	791.868	-
Encargos da reserva global de reversão	347.949	367.741	347.949	367.741
Ajuste a valor presente/valor de mercado	53.371	(187.328)	94.000	(162.562)
Participação minoritária no resultado	-	-	7.139	70.812
Encargos sobre recursos de acionistas	180.301	493.149	189.967	502.178
Instrumentos financeiros - derivativos	-	-	238.938	(103.863)
Outras	273.521	243.016	559.372	1.083.216
	4.214.059	6.564.064	3.778.747	13.165.268
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais				
Contas a receber	-	-	413.625	(77.127)
Títulos e valores mobiliários	2.812.303	4.105.000	404.758	4.664.758
Direito de ressarcimento	-	-	(4.376.467)	(4.204.250)
Almoxarifado	198	(207)	(168.450)	(95.585)
Estoque de combustível nuclear	-	-	(8.972)	(17.950)
Ativo financeiro - concessões de serviço público	36.229	(338.966)	36.229	(338.966)
Outros	(472.139)	(34.919)	(344.793)	(29.041)
	2.376.590	3.730.907	(4.044.070)	(98.161)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais				
Fornecedores	(6.924)	(24.465)	2.686.542	921.479
Adiantamento de clientes	-	-	(50.655)	(47.733)
Arrendamento mercantil	-	-	50.191	104.492
Obrigações estimadas	37.553	(11.356)	115.035	400.798
Obrigações de ressarcimento	-	-	2.744.474	4.609.446
Encargos setoriais	-	-	8.231	65.410
Outros	416.646	64.092	463.167	(341.173)
	447.276	28.271	6.016.985	5.712.720
Caixa proveniente das atividades operacionais	**2.064.383**	**4.088.241**	**826.965**	**11.363.535**
Pagamento de encargos financeiros	(570.721)	(543.052)	(1.305.876)	(870.754)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão	(228.144)	(257.580)	(228.144)	(257.580)
Recebimento de receita anual permitida (ativo financeiro)	-	-	674.102	3.614.823
Recebimento de indenizações do ativo financeiro	-	-	9.819.946	-
Recebimento de encargos financeiros	1.897.351	1.846.360	1.141.486	1.162.748
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(471.641)	(403.549)	(650.161)	(995.246)
Recebimento de remuneração de investimentos em partipações societárias	329.867	2.189.201	513.607	632.621
Pagamento de previdência complementar	-	-	(488.016)	(308.011)
Pagamento de contingências judiciais	(596.544)	-	(920.002)	(503.932)
Depósitos judiciais	(220.185)	(43.726)	(54.552)	(488.279)
Caixa líquido das atividades operacionais	**2.204.366**	**6.875.894**	**9.329.355**	**13.349.926**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.719.621	757	6.050.558	3.243.151
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(1.721.019)	(1.570.899)	(2.480.439)	(2.250.865)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(4.185.077)	(4.953.887)	(4.189.709)	(4.981.948)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal	-	-	(98.522)	(110.755)
Empréstimo compulsório e reserva global de reversão	485.594	885.457	485.594	885.457
Outros	-	-	154.639	114.220
Caixa líquido das atividades de financimento	**(2.700.881)**	**(5.638.571)**	**(77.879)**	**(3.100.740)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Concessão de empréstimos e financiamentos	(2.474.881)	(2.535.779)	(598.577)	(536.879)
Recebimento de empréstimos e financiamentos	3.778.105	2.740.085	1.999.115	1.068.623
Aquisição de ativo imobilizado	(16.509)	(9.248)	(2.141.137)	(3.737.167)
Aquisição de ativo intangível	-	-	(157.209)	(121.713)
Aquisição de ativos de concessão	-	-	(3.413.719)	(3.340.877)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	(257.278)	(208.708)	(3.555.414)	(4.090.940)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	(165.313)	(1.684.775)	(396.467)	(139.862)
Outros	-	-	108.000	41.301
Caixa líquido das atividades de investimento	**864.124**	**(1.698.425)**	**(8.155.408)**	**(10.857.514)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**367.609**	**(461.102)**	**1.096.068**	**(608.329)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	935.627	1.396.729	2.501.515	3.109.844
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.303.236	935.627	3.597.583	2.501.515
	367.609	**(461.102)**	**1.096.068**	**(608.329)**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(Em milhares de Reais)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012 Reapresentado
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	2.970.726	2.868.389	28.186.399	33.648.066
	2.970.726	2.868.389	28.186.399	33.648.066
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(488.074)	(761.923)	(10.455.551)	(20.010.401)
Encargos setoriais	-	-	(870.490)	(1.723.889)
Energia comprada para revenda	(2.875.951)	(2.406.812)	(5.515.206)	(4.863.288)
Combustível para produção de energia elétrica	-	-	(1.492.368)	(693.751)
Provisões operacionais	(5.011.829)	(764.387)	(3.258.205)	(4.971.221)
	(8.375.854)	(3.933.122)	(21.591.820)	(32.262.550)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(5.405.128)	(1.064.733)	6.594.579	1.385.516
4 - RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(6.547)	(6.279)	(1.500.540)	(1.688.961)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(5.411.675)	(1.071.012)	5.094.039	(303.445)
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	(787.881)	(7.531.378)	177.768	612.202
Receitas financeiras	3.799.447	4.829.062	3.712.311	4.658.821
	3.011.566	(2.702.316)	3.890.079	5.271.023
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	(2.400.109)	(3.773.328)	8.984.118	4.967.578
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
• Pessoal , encargos e honorários	444.239	326.533	6.404.531	4.825.974
• Plano de aposentadoria e pensão	38.188	28.292	245.623	294.669
	482.427	354.825	6.650.154	5.120.643
TRIBUTOS				
• Impostos, taxas e contribuições	1.443.609	792.862	4.846.943	3.419.239
	1.443.609	792.862	4.846.943	3.419.239
TERCEIROS				
• Encargos financeiros e aluguéis	1.681.679	1.667.947	3.446.365	2.974.346
• Doações e contribuições	278.839	289.954	332.031	379.002
	1.960.518	1.957.901	3.778.396	3.353.348
ACIONISTAS				
• Dividendos e juros sobre capital próprio	433.962	433.962	433.962	433.962
• Participação de acionistas não controladores	-	-	(4.712)	(46.736)
• Lucros retidos ou prejuízo do exercício	(6.720.625)	(7.312.878)	(6.720.625)	(7.312.878)
	(6.286.663)	(6.878.916)	(6.291.375)	(6.925.652)
	(2.400.109)	(3.773.328)	8.984.118	4.967.578

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 4, Bloco B, 100, sala 203 - Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários – CVM e na *Securities and Exchange Commission* – SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) – Brasil, Madri (LATIBEX) – Espanha e Nova York (NYSE) – Estados Unidos da América. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia.

A Companhia exerce a função de holding, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em seis empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, abaixo relacionadas:

- Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE;
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF;
- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.;
- Eletrobras Termonuclear S.A. – ELETRONUCLEAR; e
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE.

Além do controle de empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, acima listadas, a Companhia detém o controle acionário direto de cinco empresas distribuidoras de energia elétrica:

- Boa Vista Energia S.A. – Boa Vista;
- Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre;
- Centrais Elétricas de Rondônia – Ceron;
- Companhia Energética de Alagoas – Ceal; e
- Companhia Energética do Piauí – Cepisa

A Companhia ainda detém o controle acionário da Amazonas Energia – AmE, não desverticalizada, atuando em Geração e Distribuição (Vide Nota 15) e da Eletrobras Participações S.A – Eletropar. Adicionalmente, detém participação acionária da Itaipu Binacional – Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), da Inambari Geração de Energia S.A. e da Centrales Hidroelectricas de Centroamerica S.A.- CHC e da Rouar S.A., em regime de controle conjunto com a estatal uruguaiana Usinas y Transmissiones Elétricas de Uruguay - UTE.

A Companhia é controladora indireta ou participa de forma minoritária direta ou indiretamente em diversas outras sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica de forma direta ou por meio de suas controladas. (Vide Nota 15).

A comercialização da energia gerada está baseada em dois ambientes distintos de mercado, sendo um regulado (energia destinada às concessionárias de distribuição) e outro caracterizado por contratos livremente pactuados (mercado livre). A Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, estabelece diferenciação entre energias provenientes de novos empreendimentos e de empreendimentos existentes, determinando a realização de leilões distintos para cada uma destas modalidades.

A Companhia é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

A Companhia é responsável, também, pela gestão de recursos setoriais, representados pela Reserva Global de Reversão - RGR, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, Utilização de Bem Público - UBP e Conta de Consumo de Combustível – CCC. Estes fundos financiam programas do Governo Federal de universalização de acesso à energia elétrica, de eficiência na iluminação pública, de incentivos às fontes alternativas de energia elétrica, de conservação de energia elétrica e a aquisição de combustíveis fósseis utilizados nos sistemas isolados de geração de energia elétrica, cujas movimentações financeiras não afetam o resultado da Companhia (exceto pela taxa de administração em determinados Fundos).

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - Proinfa.

A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 27 de março de 2014.

O novo regime econômico das concessões estabelecido pela Lei nº 12.783, aplicado às concessões de geração e transmissão da Companhia que foram prorrogadas, reduziram suas receitas correntes, desta forma, visando recuperar a capacidade de geração de caixa e a rentabilidade da Companhia, a Administração está colocando em prática um plano de ajuste composto por aumento de receitas e redução de custos. No que refere a aumento de receitas, busca a remuneração para os investimentos realizados com modernizações de usinas hidrelétricas e obtenção de tarifas para os investimentos realizados em sistemas de transmissão já existentes.

No contexto da redução de custos, destacam-se o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), (vide nota 30.2) abrangendo 4.055 empregados e a reestruturação do modelo de negócio societário, organizacional, de governança e gestão do Sistema Eletrobras. Esse plano, juntamente com a entrada em fase operacional de novas Usinas e Linhas de Transmissão, especialmente a UHE Santo Antonio, a UHE Jirau, a UHE Teles Pires e a UHE Belo Monte, além das Linhas de Transmissão do Madeira, proporcionarão a recuperação da geração de caixa e da rentabilidade da Companhia.

NOTA 2 - CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas, possui 42,987 GW de capacidade instalada, 64,4 mil km de linhas de transmissão (não examinado pelos auditores independentes) e seis distribuidoras de energia que atendem cerca de 3,8 milhões de consumidores (não examinado pelos auditores independentes), sendo duas, Amazonas Energia e Eletrobras Distribuição Roraima, com atuação em sistemas isolados na região Norte do Brasil.

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I – Concessões em Regime de O&M – renovadas - Lei 12.783/13

• Geração de Energia Elétrica

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)*	Vencimento
UHE Paulo Afonso I	BA	180	31/12/2042
UHE Paulo Afonso II	BA	443	31/12/2042
UHE Paulo Afonso III	BA	794	31/12/2042
UHE Paulo Afonso IV	BA	2.462	31/12/2042
UHE Apolônio Sales	BA	400	31/12/2042
UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	BA	1.480	31/12/2042
UHE Xingó	SE	3.162	31/12/2042
UHE Furnas	MG	1.216	31/12/2042
UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	SP / MG	1.050	31/12/2042
UHE Marimbondo	SP / MG	1.440	31/12/2042
UHE Porto Colômbia	SP / MG	320	31/12/2042
UHE Funil	MG	216	31/12/2042
UHE Corumbá I	GO	375	31/12/2042
UHE Serra da Mesa	GO	1.275	12/11/2039
UHE Funil	BA	30	31/12/2042
UHE Pedra	BA	20	31/12/2042
UHE Boa Esperança	PI	237	31/12/2042
UHE Coaracy Nunes	AP	78	31/12/2042

*Não examinado pelos auditores independentes

• Transmissão de Energia Elétrica

Contrato	Titular	Prazo (anos)	Vencimento
057/2001	Eletrosul	30	31/12/2042
058/2001	Eletronorte	30	31/12/2042
061/2001	Chesf	30	31/12/2042
062/2001	Furnas	30	31/12/2042

II – Principais Concessões em Regime de Exploração

• Geração de Energia Elétrica

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW)**	Ano de Vencimento
UHE Sobradinho	BA / PE	1.050	2022
UTE Camaçari	BA	347	2027
UHE Belo Monte *	PA	11.233	2045
UHE Tucuruí	PA	8.535	2024
UHE Samuel	RO	217	2029
UTE Rio Madeira	RO	119	2018
UTE Santana	AP	178	2019
UTE Electron	AM	121	2020
UHE Dardanelos*	MT	261	2042
UHE Mauá*	PR	363	2042
UHE Teles Pires	PA / MT	446	2046
UHE Jirau*	RO	3.750	2043
UTE Presidente Médici – Candiota I e II	RS	446	2015
UTE Candiota III	RS	350	2041
UHE Balbina	AM	278	2027
UHE Aparecida	AM	283	2020
UTE Mauá	AM	738	2020
UTE Mauá	AM	125	2020
UTE Santa Cruz	RJ	932	2015
UHE Mascarenhas de Moraes	MG	476	2023
UHE Itumbiara	MG / GO	2.082	2020
UHE Manso*	MG	212	2035
UHE Simplício/Anta	RJ / MG	334	2041
UHE Peixe Angical*	TO	452	2036
UHE Baguari *	MG	140	2041
UHE Foz do Chapecó*	RS	855	2036
UHE Foz do Chapecó*	GO	213	2036
UTN Angra I***	RJ	640	2024***
UTN Angra II***	RJ	1.350	2041***
UTN Angra III***	RJ	1.405	40 anos***
UHE Santo Antônio*	RO	1.128	2043
UHE Piloto	PE	2,00	2015
UHE Araras	CE	4,00	2015
UHE Curemas	PA	3,52	2024
EOL São Pedro do Lago*	BA	30,00	2046
EOL Pedra Branca*	BA	30,00	2046
EOL Sete Gameleiras*	BA	30,00	2046
UHE Curuá-Uma	PA	30,30	2028
UTE Rio Acre	AC	45,49	2018
UTE Rio Branco I	AC	18,65	2020
UTE Rio Branco II	AC	32,75	2020
UTE- Senador Arnon Afonso Farias	RR	85,99	2024
UTE Serra do Navio*	SE	23,30	2037
UTE Capivara*	SE	29,80	2037
Parque Eólico Miassaba 3*	RN	68,47	2045
Parque Eólico Rei dos Ventos 3*	RN	60,12	2045
UHE Passo São João	RS	77,00	2041
UHE São Domingos	MS	48,00	2037
PCH Barra do Rio Chapéu	SC	15,20	2034
PCH João Borges	SC	19,00	2035
PCH Cochilha Rica	SC	18,00	2042
PCH Santo Cristo	SC	19,50	2042
EOL Cerro Chato I*	RS	30,00	2045
EOL Cerro Chato II*	RS	30,00	2045
EOL Cerro Chato III*	RS	30,00	2045
EOL Cerro Chato III*	RS	20,00	2015
UTE Nutepa	RS	24,00	2015
UTE Cidade Nova	AM	29,70	2015
UTE Iranduba	AM	66,60	2015
UTE Distrito	AM	51,30	2015
UTE São José	AM	73,40	2015
UTE Roberto Silveira	GO	30,00	2027
UHE Batalha	MG / GO	52,50	2041
UHE Retiro Baixo*	MG	82,00	2041
Serra do Facão	RS	212,58	2036
Santo Antonio (Mesa)	RO	2.440,56	2043
Teles Pires	PA / MT	1.819,80	2046
Rei dos Ventos 1	RN	58,45	2045
Famosa 1	RN	22,50	2047
Pau Brasil	CE	15,00	2047
Rosada	RN	30,00	2048
São Paulo	CE	17,50	2047
Goiabeira	CE	22,50	2047
Horizonte	CE	17,50	2047
Jandaia	CE	30,00	2047
Jandaia 1	CE	22,50	2047
São Januário	CE	22,50	2047
Ubatuba	CE	12,50	2047
Nsa Sra de Fátima	CE	30,00	2047
Pitombeira	CE	30,00	2047
Santa Catarina	CE	20,00	2047
UHE Jirau	RO	3.750	2043
UHE Sinop	PA / MT	400	2049

* SPE/Consórcio. Os valores expressos na tabela referem-se a capacidade instalada total dos empreendimentos, não representa a participação da companhia em tais empreendimentos.

** Não examinado pelos auditores independentes.

*** Licença de operação concedida por 40 anos após entrada em operação.

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Transmissão de Energia Elétrica

Empreendimento	Estado	Prazo (anos)	Vencimento
- Linha de transmissão Camaçari IV/Pirajá (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 45 km e Linha de transmissão Pituaçu/Pirajá (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 5 km.	BA	30	2042
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II, circuito 1 (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 144 km e Subestação Teixeira de Freitas II, em 230/138 kV (BA).	BA	30	2038
- Linha de transmissão Russas/Banabuiu C2 (CE), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 110 km; Linha de transmissão Touros/Ceará MirimII (RN), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 56,17 km; Linha de transmissão Mossoró IV/Mossoró II (RN), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 40 km; Subestação Touros, em 230 kV (RN); e Subestação Mossoró IV, em 230 kV (RN).	CE / RN	30	2042
- Linhas de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, circuito 3, com extensão aproximada de 123 km, Açu/Mossoró II (RN), em 230 kV, circuito 2, com extensão aproximada de 69 km e João Câmara/Extremoz II (RN), em 230 kV, C1, com extensão aproximada de 82 km, Subestação João Câmara, em 230 kV (RN) e Subestação Extremoz II, em 230 kV (RN).	RN	30	2040
- Linha de transmissão Paraíso/Lagoa Nova (RN), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 65 km, e Subestação Lagoa Nova, em 230/69 kV (RN).	RN	30	2041
- Linha de transmissão Teresina II/Teresina III (PI), em 230 kV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 26 km, e Subestação Teresina III, em 230/69 kV (PI).	PI	30	2041
- Linha de transmissão Camaçari IV/Sapeaçu (BA), em 500 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 105 km.	BA	30	2041
- Linha de transmissão Igaporã III/Pindaí II (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 46 km; Linha de transmissão Igaporã III/Igaporã II C1 e C2 (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 2 km cada; Subestação Igaporã III, em 500/230 kV- (6+1) x 250 MVA (BA).	BA	30	2042
- Linha de transmissão Jardim/Nossa Senhora do socorro (SE), em 230 kV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 1,3 km; Linha de transmissão Messias/Maceió II (AL), em 230 kV, em circuito duplo, com extensão aproximada de 20 km; Subestação Nossa Senhora do Socorro, em 230/69 kV (SE)- 300MVA; Subestação Maceió II, em 230/69 kV (AL)- 400MVA.; Subestação Poções II, em 230/138 kV (BA)- 200MVA.	SE/AL/BA	30	2042
- Linha de transmissão Morro do Chapéu/Irecê (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 65 km, e Subestação Morro do Chapéu, em 230/69 kV (BA).	BA	30	2041
- Linha de transmissão Paraíso/Açu II (RN), em 230 kV, com extensão de 132,8 km.	RN	30	2037
- Linha de transmissão Recife II/Suape II (PE), em 500 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 44 km.	PE	30	2041
- Linha de transmissão Sapeaçu/Santo Antônio de Jesus (BA), em 230 kV, em circuito simples, com extensão aproximada de 32 km.	BA	30	2041
- Linhas de transmissão Sobral III/Acaraú II (CE), em 230 kV, C2, com extensão aproximada de 97 km, e Subestação Acaraú II, em 230 kV (CE).	CE	30	2040
- Subestação Arapiraca III, em 230/69 kV (AL), e linha de transmissão, em circuito duplo, Rio Largo II/Penedo, em 230 kV, com extensão aproximada de 44 km.	AL	30	2040
- Linha de transmissão Eunápolis/Teixeira de Freitas II, circuito 2 (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 144 km.	BA	30	2039
- Linha de transmissão Funil/Itapebi (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 198 km.	BA	30	2037
- Linha de transmissão Ibicoara/Brumado (BA), em 230 kV, com extensão aproximada de 94,5 km.	BA	30	2037
- Linhas de transmissão Igaporã/Bom Jesus da Lapa II (BA), em 230 kV, C1, com extensão aproximada de 115 km, e Subestação Igaporã, em 230 kV (BA).	BA	30	2040
- Linhas de transmissão Pau Ferro/Santa Rita II (PE/PB), em 230kV, com extensão aproximada de 109 km .	PE / PB	30	2039
- Subestação Camaçari IV em 500 kV(BA)	BA	30	2040
- Subestação Ibiapina, em 230/69 kV (CE).	CE	30	2041
- Subestação Mirueira II, em 230/69 kV (PE)- 300MVA e Subestação Jaboatão II, em 230/69 kV (PE)- 300MVA.	PE	30	2042
- Subestação Suape II em 500 kV(PE)	PE	30	2039
- Linha de transmissão Jardim/Penedo (SE/AL), em 230 kV, com extensão aproximada de 110 km.	SE / AL	30	2038
- Linha de transmissão Milagres/Coremas (CE/PB), em 230 kV, com extensão de 119,8 km.	CE / PB	30	2035
- Linha de transmissão Milagres/Tauá (CE), em 230 kV, com extensão de 208,1 km e Subestação Tauá (CE), em 230 kV.	CE	30	2037
- Linha de transmissão Picos/Tauá (PI/CE), em 230 kV, com extensão aproximada de 183 km.	PI / CE	30	2037
- Linha de transmissão Pirapama/Suape III, com extensão de 30,8 km; e Subestação Suape III, em 230/69 kv (PE)	PE	30	2039
- Linhas de transmissão e Paulo Afonso III/Zebu (AL), em 230kV, com extensão de 10,8 km	BA / AL	30	2039
- Subestação Ibicoara em 500/230 kV(PE)	BA	30	2037
- Subestação Pólo, em 230/69 kV (BA).	BA	30	2040
Expansão da Interligação Sul- Sudeste	PR/ SP	30	2031
LT 230 kV- SE Ribeiro Goncalves / SE Balsas	PI / MA	30	2039
LT 230 kV- SE São Luis II / SE São Luis III	MA	30	2038
LT 230 kV Camaquã 3- Quinta- 163km	PR	30	2042
LT 230 kV Campos Novos - Barra Grande	SC, RS	30	2032
LT 230 kV Cascavel Oeste - Umuarama- 143km	PR	30	2042
LT 230 kV Coletora Porto Velho/Porto Velho "C" 1- 17km	RO	30	2039
LT 230 kV Coletora Porto Velho/Porto Velho "C" 2- 17km	RO	30	2039
LT 230 kV Monte Claro/Garibaldi 33km	RS	30	2040
LT 230 kV Nova Santa Rita- Camaquã 3- 140km	PR	30	2042
LT 230 kV Presidente Médice/Santa Cruz 1- 237,4km	RS	30	2038
LT 500 kv- LT Jorge Teixeira/ LT Lechuga	AM	30	2040
LT 500 kV- LT Presidente Dutra-São Luis II / SE Miranda II	MA	30	2039
LT 525 kV Campos Novos/Blumenau 360km	SC	30	2035

Transmissão de Energia Elétrica

Empreendimento	Estado	Prazo (anos)	Vencimento
LT 525 kV Campos Novos/Nova Rita 260km	SC,RS	30	2036
LT 525 kV Curitiba - Curitiba Leste- 28km	PR	30	2042
LT 525 kV Itá- Nova Santa Rita- 305km	PR	30	2042
LT 525 kV Ivaiporã - Londrina- 120 km	PR	30	2035
LT 525 kV Ivaiporã/Cascavel D'oeste 209km	PR	30	2034
LT 525 kV Marmeleiro - Santa Vitória dos Palmar- 52km	RS	30	2042
LT 525 kV Nova Santa Rita- Povo Novo- 281km	RS	30	2042
LT 525 kV Povo Novo - Marmeleiro- 154km	RS	30	2042
LT 525 kV Salto Santiago - Itá- 190km	PR	30	2042
LT 525 kV Salto Santiago/Ivaiporã 167km	PR	30	2034
LT Bom Despacho 3 – Ouro Preto 2 – 500 kV	MG	30	2039
LT coletora Porto Velho/Porto Velho 17km	RO	30	2039
LT Macaé – Campos C3	RJ	30	2035
LT Mascarenhas – Linhares 230 kV – CS SE Linhares – 230/138 kV	ES	30	2040
LT Tijuco Preto – Itapeti – Nordeste 345 kV	SP	30	2036
LT Xavantes – Pirineus, CS, em 230 Kv	GO	30	2041
SE - Camaquã 3 (166 MVA)	RS	30	2042
SE - Caxias 6 (330 MVA)	RS	30	2040
SE - Curitiba leste (672 MVA)	PR	30	2042
SE - Foz do Chapecó (100 MVA)	SC	30	2040
SE - Ijuí 2 (300 MVA)	RS	30	2040
SE - Lageado Grande (83 MVA)	RS	30	2040
SE - Marmeleiro (200 MVA)	RS	30	2042
SE - Nova Petrópolis 2 (166 MVA)	RS	30	2040
SE - Povo Novo (672 MVA)	RS	30	2042
SE - Santa Vitória do Palmar (75 MVA)	RS	30	2042
SE - Umuarama (300 MVA)	RS	30	2042
SE - Camaquã 3 (83 MVA)	PR	30	2042
SE - Lagoa Vermelha 2	RS	30	2032
SE - Santa Marta	RS	30	2032
SE - Zona Oeste (Transformador 500/138 kV)	RJ	30	2042
Subestação Natal III, em 230/69kV (RN) Linha de transmissão Natal II/Natal III, com 23 km	RN	30	2039
Subestação Santa Rita II, em 230/69kV (PB)	PB	30	2039
Subestação Zebu, em 230/69kV (AL)	AL	30	2039
SPE Etau	SC/RS	30	2032
SPE Uirapuru	PR	30	2035
SPE Norte Brasil	RO/SP	30	2039
SPE Costa Oeste	PR	30	2042
SPE Marumbi	PR	30	2042
SPE TSBE	RS	30	2042
SPE TSLE	RS	30	2042
Transmissão Rede Básica	Diversos	30	2043
SE Nobres 230/138 kV	Mato Grosso	30	2041
SE Miramar 230/69 kV	Ama-zonas e Roraima	30	2041
SE Lucas do Rio Verde 230/ 138 kV	Mato Grosso	30	2031
LT Lechuga- Jorge Teixeira, C3, 230 kV, 3x150 MVA	Amazo-nas	30	2043
Linha de Transmissão Porto Velho- Abunã (RO), Rio Branco (AC), com 487 Km de extensão e 230 kV	Diversos	30	2039
Estação Conversora Corrente Alternada- CA / Corrente Contínua- CC do Bipolo n° 1 na Subestação Coletora Porto Velho, em 500 kV CA/+- 600 kV CC, no Estado de Rondônia, e Inversora CC/CA do Bipolo n° 1 na Subestação Araraquara 2, em +- 600 kV CC/500 kV CA, no Estado de São Paulo	Diversos	30	2039

• Distribuição de Energia

Concessões/ Permissões	Região Geográfica	Municípios atendidos*	Vencimento da Concessão
Cia. de Eletricidade do Acre - Eletroacre	Estado do Acre	22	2015
Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron	Estado de Rondônia	52	2015
Companhia Energétca de Alagoas - Ceal	Estado de Alagoas	102	2015
Companhia Energética do Piauí - Cepisa	Estado do Piauí	224	2015
Amazonas Energia	Estado do Amazonas	62	2015
Boa Vista Energia	Estado de Roraima	1	2015

*Não examinado pelos auditores independentes

2.1. Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e da outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista a indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição – VNR.

Adicionalmente, o Ministério de Minas e Energia - MME e o Ministério da Fazenda emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, que fixou os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, nº 579/12 referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

A legislação prevê que as concessões de energia elétrica não prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, sejam licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

Em 15 de outubro de 2012, as distribuidoras cujas concessões vencerão em 2015, tiveram o direito de manifestar o interesse na prorrogação da concessão por um período adicional de 30 anos, o que fizeram no prazo estabelecido. Até o presente momento não foram regulamentados os critérios de prorrogação desses contratos pelo Poder Concedente e, portanto, não ocorreu a assinatura do contrato de concessão para as distribuidoras que manifestaram o interesse até 15 de outubro de 2012, o qual só ocorrerá quando do vencimento da atual concessão.

Não há garantias de que o Poder Concedente aprovará prorrogação de acordo com as novas condições, dependendo de diversos critérios que serão analisados pelo Poder Concedente. Há previsão de indenização dos ativos não amortizados ao final da concessão.

Impactos no negócio de distribuição em geral

Revisão Tarifária Extraordinária da Parcela A, com impactos a partir de 1º de fevereiro de 2013, para capturar a redução dos custos de geração e transmissão decorrente das concessões prorrogadas.

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica os encargos regulatórios: RGR – Reserva Global de Reversão; CCC – Custo de Consumo de Combustíveis e redução da CDE – Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária, trazendo impacto aproximado de 20% nos encargos setoriais.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, houve efeitos em função da adoção do Ajuste ao Valor Novo de Reposição – VNR como valor dos ativos vinculados à concessão remanescentes ao final da concessão, ou seja, não ainda depreciados e sujeitos à indenização do Poder Concedente (ativo financeiro). Em 2013, em função dos resultados 3º Ciclo de Revisão Tarifária pelo órgão regulador ANEEL (conforme Nota 17 b), no que tange a definição do valor total da Base Remuneração Regulatória – BRR a Companhia efetuou ajustes do valor do VNR sobre o ativo financeiro.

Os efeitos oriundos destas alterações na Lei 12.783/2013 e do 3º Ciclo de Revisão Tarifária são como seguem:

Efeitos no resultado de 2012

Distribuição	**2012**
Ajuste ao Valor Novo de reposição - VNR dos ativos indenizáveis	359.182
Total	359.182

Efeitos no resultado de 2013 – Revisão Tarifária – BRR

Distribuição	**2013**
Ajuste ao Valor Novo de reposição - VNR dos ativos indenizáveis	(194.576)
Ajuste ao Valor Novo de reposição - VNR dos ativos indenizáveis - Atualização	(164.606)
Consideração dos efeitos da 3ª revisão tarifária na BRR para fins de *impairment*	(763.788)
Total	(1.122.970)

Impactos no negócio de geração e transmissão afetados diretamente pela Lei nº 12.783/2013

Os efeitos decorrentes das alterações da Lei 12.783/2013 impactaram apenas o resultado de 2012.

	Geração	Transmissão
Bens indenizados e seus valores e a indenizar	Ativos de geração (Projeto Básico) não amortizados até 31 de dezembro de 2012, pelos valores definidos nas Portarias nº 580 e nº 602 do MME supracitadas. As concessionárias deverão submeter à Aneel as informações complementares (posteriores ao Projeto Básico), necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis efetuados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados (modernizações e melhorias).	Ativos de transmissão adquiridos após 31 de maio de 2000 e até 31 de dezembro de 2012 não amortizados (RBNI), pelos valores definidos na Portaria nº 580 mencionada anteriormente. As concessionárias de transmissão deverão encaminhar à Aneel as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000 (RBSE), ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo poder concedente, que quando homologada será paga em 30 anos.
Reajuste da Indenização	O valor da indenização será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Artigo 3º da Portaria nº 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. A forma de pagamento solicitada pelas controladas da Companhia, conforme facultado pelo Artigo 4º da Portaria nº 580 supracitada.	

Ativos adquiridos após 31 de dezembro de 2012	Os novos investimentos (reforços e melhorias) ocorridos após 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.	
Mudanças em encargos do Setor	Redução ou eliminação dos seguintes encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.	
Mudança no modelo de negócios	Alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa será calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%. Alocação das cotas de garantia física de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, a ser definida pela Aneel, que será destinada ao mercado regulado.	A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada de forma a cobrir os custos de operação e manutenção acrescida de remuneração, inicialmente de 10%.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, houve efeitos significativos oriundos destas alterações na Lei 12.783/2013 demonstrados como seguem:

Efeitos no resultado de 2012

	Chesf	Eletronorte	Eletrosul	Furnas	Outros	Consolidado
Geração	**(5.999.682)**	**(77.552)**	**-**	**(1.236.677)**	**(23.948)**	**(7.337.859)**
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(571.330)	(77.552)	-	(1.153.520)	-	(1.802.402)
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	(2.801.112)	-	-	-	(23.948)	(2.825.060)
Contratos onerosos	(1.508.042)	-	-	(83.158)	-	(1.591.200)
Parcela não recuperável de ativos - *impairment*	(1.119.198)	-	-	-	-	(1.119.198)
Transmissão	**(2.245.560)**	**(608.586)**	**577.802**	**(830.359)**	**-**	**(3.106.703)**
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(2.119.910)	(608.586)	577.802	908.299	-	(1.242.395)
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	-	-	-	(331.602)		(331.602)
Contratos onerosos	(84.139)	-	-	(1.407.056)	-	(1.491.195)
Parcela não recuperável de ativos - *impairment*	(41.511)	-	-	-	-	(41.511)
Distribuição	**-**	**-**	**-**	**-**	**359.182**	**359.182**
Ajuste ao Valor Novo de Reposição dos ativos indenizáveis	-	-	-	-	359.182	359.182
Total	**(8.245.242)**	**(686.138)**	**577.802**	**(2.067.036)**	**335.234**	**(10.085.380)**

Efeitos patrimoniais em 2012

Saldos em 31/12/2012 - antes dos efeitos da Lei 12.783/2013

Geração	**Imobilizado**	**Intangível**	**Ativo financeiro**	**Contratos onerosos**	**Provisão / *Impairment***	**Efeitos no resultado de 2012 da Lei 12.783/2013**	**Atualização monetária da indenização**	**Total dos ativos (passivos) após impactos da Lei 12.783/2013**
Chesf	15.244.200	77.258	-	(711.375)	-	(5.999.682)	171.485	8.781.886
Eletronorte	10.355.757	47.569	-	(21.553)	(408.207)	(77.552)	1.093	9.897.107
Eletrosul	5.663.283	71.271	-	(959.000)	(198.645)	-	-	4.576.909
Furnas	18.276.844	1.024.012	-	-	(1.028.266)	(1.236.677)	22.841	17.058.754
Outras	1.729.606	1.819	-	-	(47.600)	(23.948)	-	1.659.877
Transmissão								
Chesf	-	-	8.040.558	-	-	(2.245.560)	31.746	5.826.744
Eletronorte	-	-	8.169.235	-	(28.168)	(608.586)	33.647	7.566.128
Eletrosul	-	159.577	4.169.939	-	(32.115)	577.802	39.715	4.914.918
Furnas	-	711	9.053.473	-	-	(830.359)	45.677	8.269.501
Distribuição								
Distribuidoras	1.410.976	837.779	4.236.765	(131.200)	-	359.182	-	6.713.502
Total	**52.680.666**	**2.219.996**	**33.669.970**	**(1.823.128)**	**(1.743.001)**	**(10.085.380)**	**346.204**	**75.265.326**

Para fins de apresentação os ativos administrativos foram alocados nas atividades de geração e distribuição.

Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente

Permanecem sem homologação pelo Poder Concedente as indenizações relacionadas a determinados ativos das concessões prorrogadas nos seguintes montantes:

Geração	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Modernização e melhorias	1.483.540	1.483.540
Geração térmica	1.205.289	1.684.047
Transmissão		
Modernizações e melhorias (RBNI)	841.814	841.814
Rede básica - serviços existentes (RBSE)	7.490.046	7.490.046
Efeito na investida CTEEP - RBSE	525.247	525.247
Total	11.545.936	12.024.694

Em função da não homologação desses valores pelo Poder Concedente, tais valores não sofreram atualização monetária em 2013.

Através das Resoluções Normativas 589 e 596, A Aneel, para fins de indenização, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da Lei nº 12.783. A administração da Companhia em dezembro de 2013 encaminhou à Aneel o cronograma de elaboração dos laudos desses ativos e ao longo do exercício de 2014 concluirá as avaliações a fim de obter a homologação.

Indenizações previstas pela Lei 12.783/2013

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo Inicial	14.437.272	-
Constituição do Direito à Indenização	-	14.091.068
Valores Recebidos	(9.819.946)	-
Atualização Monetária	878.852	346.204
Saldo Final	5.496.178	14.437.272
TOTAL CIRCULANTE	3.476.494	8.882.836
TOTAL NÃO CIRCULANTE	2.019.684	5.554.436
	5.496.178	14.437.272

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

3.1. Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis do Sistema Eletrobras. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos e alguns ativos vinculados a concessões que foram mensurados pelo valor novo de reposição – VNR (geradoras e transmissoras) ou pela Base de Remuneração Regulatória – BRR (distribuidoras). O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme os requerimentos de mensuração e apresentação dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC (CPCs) e equivalentes nas normas internacionais de relatório financeiro (*Internacional Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

(b) Demonstrações financeiras individuais

As Demonstrações Financeiras individuais da controladora foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso das demonstrações financeiras individuais, às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(c) mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(c.1) Normas novas e revisadas que afetam os valores apresentados e/ou divulgados nas demonstrações financeiras

No exercício corrente, a Companhia aplicou diversas normas novas e revisadas emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2013.

Normas novas e revisadas sobre consolidação, acordos conjuntos, coligadas e divulgações

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 são as primeiras demonstrações financeiras anuais a serem apresentadas de acordo com um pacote de cinco normas de consolidação, acordos de participação, coligadas e divulgações, sendo elas: IFRS 10 (CPC 36 R3), IFRS 11 (CPC 19 R2), IFRS 12 (CPC 45), IAS 27 (revisada em 2011) / CPC 35 R3 e IAS 28 (revisada em 2011) / CPC 18 R2. As referidas normas foram adotadas pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2013 e foram contempladas nestas informações anuais, com os respectivos efeitos nos períodos comparativos, quando requerido pela norma.

As principais exigências dessas cinco normas estão descritas a seguir:

A IFRS 10 substitui as partes da IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas que tratavam das demonstrações financeiras consolidadas. A SIC-12 Consolidação – Sociedades de Propósito Específico foi retirada com a aplicação da IFRS 10. De acordo com a IFRS 10, existe somente uma base de consolidação, ou seja, o controle. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor. Orientações abrangentes foram incluídas na IFRS 10 para abordar cenários complexos.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 Participações em *Joint Ventures – JVs ou* Empreendimentos Controlados em Conjunto. A IFRS 11 aborda os negócios em conjunto como um acordo de participação, onde duas ou mais partes têm controle conjunto, deve ser classificada. A SIC-13 *Joint Ventures* – Contribuições Não-Monetárias de Investidores foi retirada com a aplicação da IFRS 11. De acordo com a IFRS 11, existem apenas dois tipos de acordos de participação: operações conjuntas *joint operation* ou *joint ventures*, conforme os direitos e as obrigações das partes dos acordos. Entende-se por operação conjunta, quando um investidor possui controle em conjunto e têm direitos contratuais sobre ativos ou passivos de obrigações contratuais, individualmente; já uma *joint venture* existe quando os investidores têm direito e obrigações em relação aos ativos líquidos do acordo em conjunto. Os investimentos em operações conjuntas devem ser contabilizados de forma que o investidor reconheça e mensure os seus próprios ativos e passivos financeiros, incluindo as receitas e despesas relacionadas. Os investimentos em *joint venture* devem ser contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Anteriormente, de acordo com a IAS 31, existiam três tipos de acordos de participação: entidades controladas em conjunto, ativos controlados em conjunto e operações controladas em conjunto. Adicionalmente, de acordo com a IFRS 11, as *joint ventures* devem ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto as entidades controladas em conjunto, de acordo com a IAS 31, poderiam ser contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ou pelo método de consolidação proporcional. Pela norma vigente, não há mais a faculdade pelo método de consolidação proporcional.

A IFRS 12 é uma norma de divulgação aplicável a entidades que possuem participações em controladas, acordos de participação, coligadas e/ou entidades estruturadas não consolidadas. De um modo geral, as exigências de divulgação de acordo com a IFRS 12 são mais abrangentes do que as normas anteriores.

Quando requerido pela norma, a Companhia mensurou retrospectivamente os efeitos contábeis da adoção destas normas desde o balanço de abertura do exercício anterior, ou seja, em 1º de janeiro de 2012.

A administração revisou o nível de influência detida em suas investidas e nas investidas de suas controladas. Nos termos do CPC 19(R2)/IFRS 11, a Companhia concluiu possuir controle compartilhado sobre as seguintes companhias/SPEs, classificadas como *joint ventures,* procedendo com sua respectiva desconsolidação:

Investidas de Furnas	
Baguaria Energia S.A.	Transenergia Goiás S.A.
Brasventos Eolo Geradora Energia	Transenergia Renovável S/A
Brasventos Missaba 3 Geradora	Transenergia São Paulo S.A.
Centroeste de Minas	Companhia Transirapé de Transmissão
Chapecoense Geração S/A	Companhia Transleste de Transmissão
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	Companhia Transudeste de Transmissão
Enerpeixe S.A.	MGE Transmissão
Goiás Transmissão S.A	Rei dos Ventos 3 Geradora
Inambari Geração de Energia	Retiro Baixo Energética
Interligação Elétrica do Madeira S/A	Serra do Facão Energia S/A
Madeira Energia S/A	

Investidas da CHESF	
Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	São Pedro do Lago S.A.
Integração Transmissora de Energia S.A.	Sete Gameleiras S.A.
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Interligação Elétrica Garanhuns S.A.
ESBR Participações S.A.	Usina de Energia Eólica Junco I S.A.
Manaus Transmissora de Energia S.A.	Usina de Energia Eólica Junco II S.A.
Manaus Construtora Ltda.	Usina de Energia Eólica Caiçara I S.A.
Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	Usina de Energia Eólica Caiçara II S.A.
Norte Energia S.A.	Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.
Pedra Branca S.A	

Investidas da Eletronorte	
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.
Integração Transmissora de Energia S.A.	Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.
Transmissora Matogrossense de Energia S.A	Norte Energia S.A.
Manaus Transmissora de Energia S.A.	Manaus Construtora Ltda.
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	Construtora Integração Ltda.
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	Transnorte Energia S.A.

Investidas da Eletrosul	
Construtora Integração Ltda.	ESBR Participações S.A.
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	Teles Pires Participações S.A.
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Chuí Holding S.A.
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Livramento Holding S.A.
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Santa Vitória do Palmar S.A.
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	

Investidas diretas da Eletrobras	
Inambari Geração de Energia S/A	Centrales Hidrelétricas de Centro América - CHC
Itaipu Binacional	Norte Energia S.A.
Eólica Mangue Seco 2	

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013, 2012 E 01 DE JANEIRO DE 2012
(Em milhares de Reais)

		CONTROLADORA			CONSOLIDADO		
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTA	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012 Reapresentado vide nota 3.1	01/01/2012 Reapresentado vide nota 3.1
CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	22	1.199.102	625.877	488.120	1.969.765	1.337.279	1.637.864
Debêntures	23	-	-	-	12.804	1.305	-
Passivo financeiro	17	-	787.115	-	-	787.115	-
Empréstimo compulsório	24	7.935	12.298	15.620	7.935	12.298	16.331
Fornecedores	20	342.778	467.804	384.676	7.740.578	6.423.074	5.487.947
Adiantamento de clientes	21	462.672	424.309	368.943	511.582	469.892	413.041
Tributos a recolher	26	49.187	17.666	40.190	839.426	814.422	819.776
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	-	213.384	-	15.262	313.888	130.409
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	941.285	1.369.201	3.079.796	941.285	1.369.201	3.079.796
Remuneração aos acionistas	28	525.464	3.951.333	4.323.713	528.204	3.952.268	4.350.509
Créditos do Tesouro Nacional	29	39.494	131.047	109.050	39.494	131.047	109.050
Obrigações estimadas		47.325	9.772	21.128	1.288.713	1.173.678	772.880
Obrigações de Ressarcimento	12	583.046	650.185	710.308	8.377.400	5.988.698	1.955.966
Benefício pós-emprego	30	13.079	9.957	4.375	265.082	127.993	446.366
Provisões para contingências	31	-	-	-	23.654	28.695	30.827
Encargos Setoriais	27	-	-	-	714.862	654.230	625.069
Arrendamento mercantil	22	-	-	-	181.596	162.929	142.997
Concessões a pagar - Uso do bem Público	33	-	-	-	3.567	1.870	-
Instrumentos financeiros derivativos	44	-	-	-	225.423	185.031	261.489
Outros		135.869	116.792	90.077	2.011.257	1.399.559	849.860
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**4.347.236**	**8.786.740**	**9.635.996**	**25.697.889**	**25.334.472**	**21.130.177**
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	22	20.623.906	18.012.551	17.806.158	30.506.522	25.292.871	22.377.889
Créditos do Tesouro Nacional	29	-	37.072	155.676	-	37.072	155.676
Fornecedores	20	-	-	-	791.293	-	-
Debêntures	23	-	-	-	205.878	68.015	-
Adiantamento de clientes	21	-	-	-	776.252	830.234	879.452
Empréstimo compulsório	24	358.905	321.894	211.554	358.905	321.894	211.554
Obrigação para desmobilização de ativos	32	-	-	-	1.136.342	988.490	408.712
Provisões operacionais		1.061.490	1.005.908	843.029	1.061.490	1.005.908	843.029
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	455.455	2.401.069	954.013	455.455	2.401.069	954.013
Provisões para contingências	31	2.496.739	1.194.704	1.446.397	5.695.104	5.100.389	4.441.168
Benefício pós-emprego	30	67.553	644.512	161.408	1.218.688	2.774.791	985.185
Provisão para passivo a descoberto em controladas	15	3.217.274	1.501.887	472.148	-	-	-
Contratos onerosos	35	-	-	96.204	3.244.335	5.155.524	96.204
Obrigações de ressarcimento	12	-	-	-	2.317.708	1.801.059	1.475.262
Arrendamento mercantil	22	-	-	-	1.891.628	1.860.104	1.775.544
Remuneração aos acionistas	28	-	-	3.143.222	-	-	3.143.222
Concessões a pagar - Uso do bem Público	33	-	-	-	60.904	71.180	63.430
Adiantamentos para futuro aumento de capital	34	174.570	161.308	148.695	174.570	161.308	171.135
Instrumentos financeiros derivativos	44	36.848	68.153	-	232.226	291.252	185.031
Encargos Setoriais	27	-	-	-	375.982	428.383	392.134
Tributos a recolher	26	-	-	-	892.950	620.397	1.081.873
Imposto de Renda e Contribuição Social	26	342.236	335.427	383.682	533.713	598.750	572.425
Outros		566.883	422.225	328.051	68.659	10.458	844.533
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**29.401.859**	**26.106.710**	**26.150.237**	**51.998.604**	**49.819.148**	**41.057.471**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	37	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331
Reservas de capital	37	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342	26.048.342
Reservas de lucros	37	4.334.565	11.361.225	19.095.822	4.334.565	11.361.225	19.095.822
Ajustes de avaliação patrimonial		68.368	208.672	220.915	68.368	208.672	220.915
Dividendo Adicional Proposto		433.962	433.962	706.018	433.962	433.962	706.018
Outros resultados abrangentes acumulados		(1.696.858)	(2.273.587)	(532.919)	(1.696.858)	(2.273.587)	(532.919)
Participação de acionistas não controladores		-	-	-	195.198	196.648	372.659
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**60.493.710**	**67.083.945**	**76.843.509**	**60.688.908**	**67.280.593**	**77.216.168**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**94.242.805**	**101.977.395**	**112.629.742**	**138.385.401**	**142.434.213**	**139.403.816**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

	CONSOLIDADO			CONSOLIDADO		
	31/12/2012 anteriormente publicado	Efeito dos novos pronunciamentos	31/12/2012 reapresentado	01/01/2012 anteriormente publicado	Efeito dos novos pronunciamentos	01/01/2012 reapresentado
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Imposto de Renda e Contribuição Social	779.615	(180.865)	598.750	1.129.022	(556.598)	572.425
Plano de readequação do quadro de pessoal	-	-	-	-	-	-
Outros	509.915	(499.457)	10.458	1.046.362	(201.829)	844.533
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE	74.065.339	(24.246.191)	49.819.148	60.754.538	(19.697.067)	41.057.471
PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
Capital social	31.305.331	-	31.305.331	31.305.331	-	31.305.331
Reservas de capital	26.048.342	-	26.048.342	26.048.342	-	26.048.342
Reservas de lucros	10.836.414	524.811	11.361.225	18.571.011	524.811	19.095.822
Ajustes de avaliação patrimonial	-	208.672	208.672	220.915	-	220.915
Dividendo Adicional Proposto	433.962	-	433.962	706.018	-	706.018
Outros resultados abrangentes acumulados	(1.540.104)	(733.483)	(2.273.587)	(8.111)	(524.808)	(532.919)
Participação de acionistas não controladores	196.648	-	196.648	358.812	13.847	372.659
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.280.593	-	67.280.593	77.202.318	13.850	77.216.168
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	172.195.579	(29.761.366)	142.434.213	164.081.665	(24.677.849)	139.403.816

b) Efeitos da adoção das novas IFRSs nos resultados consolidados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2012 anteriormente publicado	Efeito dos novos pronunciamentos	31/12/2012 reapresentado
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	34.064.477	(6.050.181)	28.014.296
DESPESAS OPERACIONAIS			
Pessoal, Material e Serviços	8.439.302	(768.479)	7.670.823
Energia comprada para revenda	4.573.673	289.615	4.863.288
Encargos sobre uso da rede elétrica	1.763.953	(177.144)	1.586.809
Construção - distribuição	1.345.519	-	1.345.519
Construção - Transmissão	3.681.603	(1.721.129)	1.960.474
Combustível para produção de energia elétrica	708.711	(14.960)	693.751
Remuneração e ressarcimento	1.651.724	(983.801)	667.923
Depreciação	1.658.161	(129.469)	1.528.692
Amortização	117.053	43.216	160.269
Doações e contribuições	380.101	(1.099)	379.002
Provisões operacionais	5.326.991	(355.770)	4.971.221
Resultado a compensar de Itaipu	491.859	(491.859)	-
Outras	2.257.666	(443.550)	1.814.116
	32.396.316	(4.754.429)	27.641.887
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	1.668.161	(1.295.752)	372.409
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas Financeiras			
Receitas de juros, comissões e taxas	767.534	404.497	1.172.031
Receita de aplicações financeiras	1.731.870	(165.995)	1.565.875
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	230.597	-	230.597
Atualizações monetárias	858.049	(137.233)	720.816
Variações cambiais ativas	421.013	39.546	460.559
Remuneração das Indenizações - Lei 12.783/13	326.379	(114.847)	211.532
Outras receitas financeiras	-	297.411	297.411
Despesas Financeiras			
Encargos de dívidas	(2.333.643)	649.856	(1.683.787)
Encargos de arrendamento mercantil	(412.152)	-	(412.152)
Encargos sobre recursos de acionistas	(572.322)	70.144	(502.178)
Outras despesas financeiras	(384.816)	38.528	(346.288)
	632.509	1.081.907	1.714.416
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	2.300.669	(213.844)	2.086.825
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	468.584	143.618	612.202
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	2.769.254	(70.227)	2.699.027
Efeitos - Lei 12.783/2013	(10.085.380)	-	(10.085.380)
RESULTADO OPERACIONAL APÓS DA LEI 12.783/2013	(7.316.126)	(70.227)	(7.386.353)
Imposto de renda	244.688	(312.559)	(67.871)
Contribuição social sobre o lucro líquido	145.786	412.727	558.513
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(6.925.652)	29.941	(6.895.711)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS CONTROLADORES	(6.878.915)	29.940	(6.848.975)
PARCELA ATRIBUÍDA AOS NÃO CONTROLADORES	(46.737)	1	(46.736)

c) Efeitos da adoção das novas IFRSs na demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	CONSOLIDADO		
	31/12/2012 anteriormente publicado	Efeito dos novos pronunciamentos	31/12/2012 reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	**(7.316.126)**	**(100.166)**	**(7.416.292)**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:			
Depreciação e amortização	1.775.214	(86.253)	1.688.961
Variações monetárias/cambiais líquidas	(1.166.958)	(345.820)	(1.512.778)
Encargos financeiros	526.646	(160.462)	366.185
Receita de ativo financeiro	(3.148.842)	296.510	(2.852.332)
Resultado da equivalência patrimonial	(468.584)	(143.617)	(612.201)
Efeitos da Lei 12.783/2013	10.085.380	-	10.085.380
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	724.731	57.133	781.864
Provisão para contingências	564.909	14.942	579.851
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos/contrato oneroso	2.666.809	28.268	2.695.077
Provisão para perda com investimentos	187.741	-	187.741
Encargos da reserva global de reversão	367.741	-	367.741
Ajuste a valor presente/valor de mercado	(157.364)	(5.198)	(162.562)
Participação minoritária no resultado	70.814	(2)	70.812
Encargos sobre recursos de acionistas	572.322	(70.144)	502.178
Baixa de ativos	126.979	(126.979)	-
Instrumentos financeiros - derivativos	(143.117)	39.254	(103.863)
Outras	1.129.149	(45.934)	1.083.215
	13.713.570	(548.303)	13.165.267
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais			
Contas a receber	(46.612)	(30.515)	(77.127)
Títulos e valores mobiliários	4.623.914	40.844	4.664.758
Direito de ressarcimento	(4.432.739)	228.489	(4.204.250)
Almoxarifado	(95.911)	326	(95.585)
Estoque de combustível nuclear	(17.950)	-	(17.950)
Ativo financeiro - concessões de serviço público	(434.334)	95.368	(338.966)
Outros	(91.309)	62.269	(29.040)
	(494.941)	396.781	(98.160)
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais			
Fornecedores	1.045.106	(123.627)	921.479
Adiantamento de clientes	(47.733)	-	(47.733)
Arrendamento mercantil	(113.374)	217.866	104.492
Obrigações estimadas	653.483	(252.685)	400.798
Obrigações de ressarcimento	4.418.652	190.794	4.609.446
Encargos setoriais	132.161	(66.751)	65.410
Outros	302.958	(644.131)	(341.173)
	6.391.254	(678.534)	5.712.720
Caixa proveniente das atividades operacionais	**12.293.757**	**(930.222)**	**11.363.535**
Pagamento de encargos financeiros	(1.812.722)	941.967	(870.754)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão	(257.580)	-	(257.580)
Recebimento de receita anual permitida	3.744.154	(129.331)	3.614.823
Recebimento de encargos financeiros	723.815	438.933	1.162.748
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.010.379)	15.133	(995.246)
Recebimento de remuneração de investimentos em participações societárias	636.719	(4.098)	632.621
Pagamento de previdência complementar	-	(308.011)	(308.011)
Pagamento de contingências judiciais	-	(503.932)	(503.932)
Depósitos judiciais	(491.175)	2.896	(488.279)
Caixa líquido das atividades operacionais	**13.826.590**	**(476.665)**	**13.349.926**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos obtidos a longo prazo	7.623.386	(4.380.235)	3.243.151
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(4.156.422)	1.905.557	(2.250.865)
Pagamento de remuneração aos acionistas	(5.032.645)	50.696	(4.981.948)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal	(110.745)	(10)	(110.755)
Empréstimo compulsório e reserva global de reversão	885.457	-	885.457
Outros	(110.622)	224.842	114.220
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(901.590)**	**(2.199.150)**	**(3.100.740)**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Concessão de empréstimos e financiamentos	(536.879)	-	(536.879)
Recebimento de empréstimos e financiamentos	1.834.949	(766.326)	1.068.623
Créditos de energia renegociados recebidos	313.865	(313.865)	-
Aquisição de ativo imobilizado	(10.386.236)	6.649.069	(3.737.167)
Aquisição de ativo intangível	(144.768)	23.055	(121.713)
Aquisição de ativos de concessão	(4.918.121)	1.577.244	(3.340.877)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias	-	(4.090.940)	(4.090.940)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital	-	(139.862)	(139.862)
Outros	381.778	(340.477)	41.301
Caixa líquido das atividades de investimento	**(13.455.412)**	**2.597.898**	**(10.857.514)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(530.412)**	**(77.917)**	**(608.329)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.959.787	(1.849.943)	3.109.844
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4.429.375	(1.927.860)	2.501.515
	(530.412)	**(77.917)**	**(608.329)**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

(c.2) Normas novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas

Alterações à IFRS 7 (CPC 40 R1) - Divulgações - Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros

As alterações à IFRS 7 exigem que as entidades divulguem informações sobre direitos de compensação e acordos relacionados (como exigências de comunicados sobre garantias) para instrumentos financeiros segundo um acordo de compensação executável ou acordo similar.

Essa norma entrou em vigor em 1° de janeiro de 2013 e não gerou impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

IFRS 13 (CPC 46) Mensuração do Valor Justo

A IFRS 13 estabelece uma única fonte de orientações para mensurações do valor justo e divulgações sobre mensurações do valor justo. O escopo da IFRS 13 é amplo. As exigências sobre mensuração do valor justo da IFRS 13 aplicam-se a itens de instrumentos financeiros e itens de instrumentos não financeiros para os quais outras IFRSs exigem ou permitem mensurações do valor justo e divulgações sobre mensurações do valor justo, exceto operações de pagamentos baseados em ações que estão inseridas no escopo da IFRS 2 (equivalente ao CPC 10 (R1)), operações de arrendamento mercantil que estão inseridas no escopo da IAS 17 (equivalente ao CPC 06 (R1)) e mensurações que tenham algumas similaridades ao valor justo, mas não sejam valor justo (por exemplo, valor líquido realizável para fins de mensuração de estoques ou valor em uso para fins de avaliação de redução ao valor recuperável).

Essa norma entrou em vigor em 1° de janeiro de 2013 e não gerou impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

IAS 19 (CPC 33 R1) Benefícios aos Empregados (como revisada em 2011)

A IAS 19 (como revisada em 2011) muda a contabilização de planos de benefícios definidos e benefícios rescisórios. A mudança mais significativa refere-se à contabilização de mudanças em obrigações de benefícios definidos e ativos do plano.

As alterações exigem o reconhecimento de mudanças em obrigações de benefícios definidos e no valor justo de ativos do plano quando ocorridas e, assim, eliminam a "abordagem de corredor" permitida pela versão anterior da IAS 19 (equivalente ao CPC 33 (R1)) e aceleram o reconhecimento dos custos de serviços passados. Todos os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes para que o ativo ou passivo líquido do plano de pensão reconhecido no balanço patrimonial reflita o valor integral do déficit ou excedente do plano. Além disso, o custo dos juros e o retorno esperado sobre os ativos do plano usados na versão anterior da IAS 19 são substituídos por um valor de "juros líquidos" de acordo com a IAS 19 (como revisada em 2011), que é calculado aplicando a taxa de desconto ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. Além disso, a IAS 19 (como revisada em 2011) introduz certas mudanças na apresentação do custo de benefícios definidos, incluindo divulgações mais extensas.

Essa norma entrou em vigor em 1° de janeiro de 2013. A Companhia já adotava a forma de reconhecimento descrita acima, considerando que era uma das opções antes da revisão dos normativos acima descrita, desta forma não gerando impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Alterações à IAS 1 (CPC 26 R1) Apresentação das Demonstrações Financeiras (como parte do Ciclo de Melhorias Anuais das IFRSs 2009 - 2011 emitidas em maio de 2012)

As alterações relevantes para a Companhia são as alterações à IAS 1 sobre quando é exigida a apresentação do balanço patrimonial no início do período mais antigo comparativamente apresentado (terceira coluna do balanço patrimonial) e as notas explicativas relacionadas. As alterações especificam que deve ser apresentada uma terceira coluna do balanço patrimonial quando: (a) uma entidade aplica uma política contábil retrospectivamente ou faz uma reapresentação ou reclassificação retrospectiva dos itens nas demonstrações financeiras; e (b) a aplicação, reapresentação ou reclassificação retrospectiva tem um efeito material sobre as informações na terceira coluna do balanço patrimonial. As alterações especificam que não são exigidas notas explicativas relacionadas para acompanhar a terceira coluna do balanço patrimonial.

No exercício corrente, a Companhia aplicou as IFRSs 10, 11 e 12 novas e revisadas conforme descritas acima que resultaram em efeitos materiais sobre as informações apresentadas no balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012. De acordo com as alterações à IAS 1, a Companhia apresentou o balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012 sem as notas explicativas relacionadas, exceto pelas exigências de divulgação da IAS 8 (equivalente ao CPC 23).

(c.3) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O *International Accounting Standards Board – IASB* publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes:

Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2014:

IAS 36 – Redução no valor recuperável de ativo (alteração) – introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento.

IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração (alteração) – clarifica que não há necessidade de descontinuar o *hedge accounting* no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao *hedge* desde que sejam atingidas certas condições.

IAS 32 – Instrumentos financeiros – divulgação (alteração) – clarifica as condições para a apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12- Divulgação de participações em outras entidades e IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (alteração) - introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para empresas de investimento.

IFRIC 21 – Taxas governamentais (nova interpretação) – introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental.

Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:

IFRS 9 (novo pronunciamento) – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros.

Modificação as IFRS 9 e IFRS 7 – Data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição.

A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alterações em suas demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) **Controladas**

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Sistema Eletrobras detém o controle. O Sistema Eletrobras controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Sistema Eletrobras. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Sistema Eletrobras deixa de ter o controle.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Nas demonstrações contábeis individuais, a Companhia aplica os requisitos da Interpretação Técnica ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial, a qual requer que qualquer montante excedente ao custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado. As contraprestações transferidas bem como o valor justo líquido dos ativos e passivos são mensurados utilizando-se os mesmos critérios aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas descritos anteriormente.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações contábeis consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2013, 31 de dezembro de 2012 e de 1º. de janeiro de 2012 (balanço patrimonial) e 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (notas explicativas), e das operações dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 da controladora, de suas controladas diretas e indiretas e de controle compartilhado. As demonstrações financeiras elaboradas em moeda funcional distinta da controladora são convertidas para a moeda de apresentação no Brasil, para fins de equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações financeiras e as diferenças na taxa de câmbio são reconhecidas em ajustes acumulados de conversão.

As controladas e controladas em conjunto estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

A Companhia adota as seguintes principais práticas de consolidação:

a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

b) Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompanhias;

c) Eliminação das receitas e despesas intercompanhias;

d) Destaque da participação dos acionistas não controladores no Patrimônio Líquido e na Demonstração do Resultado das empresas investidas consolidadas.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral, conforme descrito no quadro abaixo. A participação é dada sobre o capital total da controlada.

	31/12/2013 Participação		31/12/2012 Participação	
Controladas	**Direta**	**Indireta**	**Direta**	**Indireta**
Amazonas Energia	100%	-	100%	-
Ceal	100%	-	100%	-
Cepisa	100%	-	100%	-
Ceron	100%	-	100%	-
CGTEE	100%	-	100%	-
Chesf	100%	-	100%	-
Eletroacre	94%	-	94%	-
Eletronorte	99%	-	99%	-
Eletronuclear	100%	-	100%	-
Eletropar	84%	-	84%	-
Eletrosul	100%	-	100%	-
Furnas	100%	-	100%	-
Boa Vista Energia	100%	-	100%	-
RS Energia*	-	-	-	100%
Porto Velho Transmissora*	-	-	-	100%
Estação Transmissora	-	100%	-	100%
Artemis*	-	-	-	100%
Rio Branco Transmissora*	-	-	-	100%
Cerro Chato I*	-	-	-	90%
Cerro Chato II*	-	-	-	90%
Cerro Chato III*	-	-	-	90%
Uirapuru	-	75%	-	75%

**Empresas incorporadas (Vide Nota 3.2. (d))*

As demonstrações financeiras consolidadas incluem os saldos e as transações dos fundos exclusivos cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco baixo e alta liquidez dos papéis.

Os fundos exclusivos, cujas demonstrações financeiras são regularmente revisadas/auditadas, estão sujeitos às obrigações restritas aos pagamentos de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuídas às operações dos investimentos, inexistindo obrigações financeiras relevantes.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Influência significativa é o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da investida, sem exercer controle individual ou conjunto sobre essas políticas.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes da coligada.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *joint venture* requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando uma controlada da Companhia exerce diretamente suas atividades por meio de uma *joint venture*, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas Demonstrações Financeiras da respectiva controlada e classificada de acordo com sua natureza. Os passivos e gastos incorridos diretamente relacionados a participações nos ativos controlados em conjunto são contabilizados pelo regime de competência. Qualquer ganho proveniente da venda ou do uso da participação da Companhia nos rendimentos dos ativos controlados em conjunto e sua participação em quaisquer despesas incorridas pela *joint venture* são reconhecidos quando for provável que os benefícios econômicos associados às transações serão transferidos para a/da Companhia e seu valor puder ser mensurado de forma confiável.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais do Sistema Eletrobras. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

A Companhia apresenta suas participações em entidades controladas em conjunto, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, usando o método de equivalência patrimonial.

(d) Incorporação de Subsidiárias

Os acionistas da Eletrosul aprovaram a incorporação ao seu patrimônio neste exercício, das seguintes Sociedades de Propósito Específico, que foram extintas de pleno direito, em função da referida incorporação:

Sociedades de Propósito Específico Incorporadas	Partic. (%) da Eletrosul	Data da Incorporação
Artemis Transmissora de Energia S/A	100,0%	11.01.2013
Empresa de Transmissão de Energia do Rio Grande do Sul S/A	100,0%	29.05.2013
Eólica Cerro Chato I S/A	100.0%	29.05.2013
Eólica Cerro Chato II S/A	100,0%	29.05.2013
Eólica Cerro Chato III S/A	100,0%	29.05.2013
Porto Velho Transmissora de Energia S/A	100,0%	29.05.2013

Considerando que a Eletrosul possuía a totalidade das ações representativas do capital social das empresas incorporadas, a incorporação foi realizada sem aumento do capital social ou emissão de novas ações.

A seguir, apresentamos os ativos e passivos líquidos das empresas incorporadas:

	Balanço Patrimonial					
ATIVO	**Artemis**	**RS Energia**	**PVTE**	**Cerro Chato I**	**Cerro Chato II**	**Cerro Chato III**
Circulante	**39.436**	**37.889**	**45.847**	**16.257**	**11.259**	**11.379**
Caixa e equivalente de caixa	22.884	12.846	15.437	14.549	9.619	9.737
Concessionárias e permissionárias	8.152	5.108	6.169	1.214	1.214	1.214
Outros créditos a receber	204	9.855	2.278	494	426	428
Ativo Financeiro amortizável pelo RAP	8.196	10.080	21.963	-		
Não Circulante	**247.080**	**352.672**	**581.461**	**138.165**	**136.492**	**132.487**
Fundos vinculados	7.815	-	12.774	-	-	-
Impostos diferidos	2.310	3.390	2.212	554	492	-
Ativo financeiro amortizável pelo RAP	169.939	243.695	394.364	-	-	-
Ativo financeiro indenizável	67.016	98.693	149.588	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	6.789	22.396	-	-	-
Outros ativos	-	-	-	6	170	-
Imobilizado	-	105	127	137.605	135.830	132.487
TOTAL DO ATIVO	**286.516**	**390.561**	**627.308**	**154.422**	**147.751**	**143.866**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**Artemis**	**RS Energia**	**PVTE**	**Cerro Chato I**	**Cerro Chato II**	**Cerro Chato III**
Circulante	**47.194**	**23.677**	**57.335**	**9.943**	**9.861**	**10.204**
Empréstimos e financiamentos	14.908	15.836	3.665	9.452	9.440	9.440
Fornecedores	538	3.157	1.581	92	92	94
Impostos a recolher	12.289	456	1.961	399	323	375
Dividendos a pagar	15.649	-	-	-	-	289
Taxas regulamentares	2.868	1.020	1.605	-	-	-
Outras provisões e contas a pagar	942	3.208	1.523	-	6	6
Não Circulante	**70.047**	**127.752**	**265.845**	**57.654**	**57.406**	**57.412**
Empréstimos e Financiamentos	67.623	127.752	249.469	57.483	57.406	57.406
Impostos diferidos	2.424	-	1.374	-	-	-
Adiantamento futuro aumento de capital	-	-	15.000	-	-	-
Outros passivos	-	-	2	171	-	6
Patrimônio Líquido	**169.275**	**239.132**	**304.128**	**86.825**	**80.484**	**76.250**
Capital Social	139.734	221.325	297.793	86.940	81.890	74.970
Reservas Legal	6.143	733	-	-	-	57
Outras Reservas de Lucro	22.417	13.914	-	-	-	791
Lucros/Prejuízos acumulados	981	3.160	6.335	(115)	(606)	432
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**286.516**	**390.561**	**627.308**	**154.422**	**147.751**	**143.866**

Os acionistas da Eletronorte, em 30 de dezembro de 2013, aprovaram na Assembleia Geral Extraordinária a incorporação ao seu patrimônio neste exercício da Rio Branco Transmissora de Energia S.A., sociedade de propósito específico controlada da Companhia, visando simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, e com objetivo de maximizar a sua eficiência. Como resultado desta incorporação a companhia Rio Branco Transmissora de Energia S.A foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora.

A seguir, apresentamos os ativos e passivos líquidos da empresa incorporada:

RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 2013

	Balanço de incorporação		
Ativo		**Passivo**	
Cirulante		**Circulante**	
Caixa e equivalentes de caixa	8.899	Fornecedores	249
Direitos realizáveis	3.372	Empréstimos e Financiamentos	16.336
		Obrigações Sociais e Tributárias	285
		Credores Diversos	1.106
Total do circulante	12.271	Total do circulante	17.976
Não circulante		**Não circulante**	
Ativo financeiro	297.558	Empréstimos e financiamentos	123.403
Depósitos judiciais	106	Tributos e contribuições sociais diferidos	3.918
Tributos Diferidos	407	Provisão para causas judiciais	2
Imobilizado	38		
Total do não circulante	298.109	Total do não circulante	127.323
		Patrimônio Líquido	
		Capital social	156.082
		Reservas	8.999
		Total do Patrimônio Líquido	165.081
Total do Ativo	310.380	**Total do Passivo e Patrimônio Líquido**	310.380

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

3.3. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4. Clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

O saldo inclui ainda o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado com base em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 7).

3.5. Conta de Consumo de Combustível – CCC

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em conta bancária vinculada, e às quotas não quitadas pelos concessionários. Os valores registrados no ativo são corrigidos pela rentabilidade da aplicação e representam um caixa restrito, não podendo ser utilizado para outros propósitos.

As operações com a CCC não afetam o resultado do exercício da Companhia.

3.6. Cauções e Depósitos Vinculados

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. Tais ativos são considerados como empréstimos e recebíveis, sendo que o resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

3.7. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

3.8. Estoque de combustível nuclear

Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II, e são registrados pelo custo de aquisição.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear. Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível. Periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

3.9. Imobilizado

A Companhia avaliou que parte dos ativos de geração, incluindo a geração nuclear e determinados ativos de uso corporativo não são qualificáveis como estando no escopo do ICPC 01 – Contratos de Concessão (Nota 3.13). Até 31 de dezembro de 2011, esses ativos foram demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e pela perda por redução ao valor recuperável acumuladas. A partir de 31 de dezembro de 2012, amparada pelos seus contratos de concessão e nas regras aplicadas para indenização de ativos definidas pela Lei 12.783/2013 (Vide Nota 2.1) a Companhia considerou a reversão ao Poder Concedente do ativo líquido residual ao final da concessão do serviço público de geração de energia elétrica. Dessa forma, para os ativos não prorrogados, passou a adotar a premissa de que serão indenizadas pelo Valor Novo de Reposição (VNR) depreciado, calculado com base na metodologia, nos parâmetros e nos critérios básicos utilizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE no cálculo das indenizações das concessionárias diretamente afetadas pela Lei nº 12.783/2013, mantendo o menor valor entre o valor residual contábil e o VNR estimado. São registrados no caso de ativos qualificáveis os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens. Adicionalmente, em conexão com o entendimento da Companhia sobre o atual arcabouço regulatório de concessões, inclusive a supra mencionadas Lei, foi considerada a indenização ao fim da concessão com base no menor valor entre o VNR ou o valor residual contábil, sendo esse fator considerado na mensuração do ativo imobilizado (Vide detalhes na Nota 16).

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

3.9.1. Custos de empréstimos

Mensalmente são agregados ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e quando aplicável, a variação cambial incorrida sobre os empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização:

a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização;

b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos;

c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização;

d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos sobre investimentos, decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.10. Contratos de concessão

A Companhia possui contratos de concessão nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, firmados com o poder concedente (governo federal brasileiro), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritas na Nota 2, e as alterações e efeitos decorrentes da Lei 12.783/2013 estão demonstrados na Nota 2.1.

I– Sistema de Tarifação

a) O sistema de tarifação da distribuição de energia elétrica é controlado pela ANEEL e tais tarifas são reajustadas anualmente e revisadas a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, considerando os investimentos prudentes efetuados e a estrutura de custos e despesas da empresa de referência. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, tendo como base o volume de energia consumido e a tarifa autorizada (Vide Nota 17 b).

b) O sistema de tarifação da transmissão de energia elétrica é regulado pela ANEEL e são efetuadas revisões tarifárias periódicas, sendo estabelecida uma Receita Anual Permitida – RAP, atualizada anualmente por um índice de inflação e, sujeita a revisões periódicas para cobertura de novos investimentos e eventuais aspectos de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. Ressaltamos que esse sistema de tarifação foi alterado a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 (Vide Nota 2.1).

c) O sistema de tarifação da geração de energia elétrica foi baseado, de forma geral, em tarifa regulada até 2004 e, após essa data, em conexão com as mudanças na regulamentação do setor, foi alterado de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras de energia elétrica podem ter a liberdade de participar em leilões de energia elétrica destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo o preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão. Adicionalmente as geradoras de energia elétrica podem efetuar contratos bilaterais de venda com os consumidores que se enquadrem na categoria de consumidores livres (definição com base na potência demandada em MW). Ressaltamos que esse sistema de tarifação foi alterado a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 (Vide Nota 2.1).

II – Concessões de Transmissão e Distribuição

Os contratos de concessão regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

1) Distribuição de energia elétrica

a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;

b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o concessionário tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;

c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização determinada pela Base de Remuneração Regulatória - BRR depreciada (Ver Nota 2.1).

2) Transmissão de energia elétrica

a) O preço (tarifa) é regulado e denominado Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora de energia elétrica não pode negociar preços com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações. Os níveis de tarifa (RAP) foram alterados a partir da renovação das concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 (Vide Nota 2.1);

b) Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, determinado pelo valor novo de reposição - VNR. Ainda há ativos de concessões renovadas, pendentes de homologação da ANEEL, e, consequentemente, pendente de indenização, ver maiores detalhes na Nota 2.1.

II.1 - Aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão de Serviços, aplicável aos contratos de concessão público-privados nos quais a entidade pública:

a) Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;

b) Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;

c) Controla/detém um interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Uma concessão público-privada apresenta, tipicamente, as seguintes características:

a) Uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;

b) Um acordo/contrato entre o poder concedente e o operador;

c) O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;

d) O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do poder concedente, quer dos utilizadores da infraestruturas, ou de ambos;

e) As infraestruturas são transferidas para o poder concedente no final da concessão, tipicamente de forma gratuita ou também de forma onerosa.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão enquadradas na norma não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

1) Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual foi classificado como empréstimos e recebíveis (geração e transmissão) ou disponível para venda (distribuição).

2) Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de crédito e demanda) em relação à concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

3) Modelo Misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo poder concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia e suas controladas e nos requerimentos da norma, os seguintes ativos são reconhecidos sobre o negócio de distribuição elétrica:

a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar sujeita à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia e potência consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As concessões de distribuição de energia elétrica de suas controladas não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Para a atividade de transmissão de energia elétrica a Receita Anual Permitida - RAP é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (ii) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Considerando que a Companhia não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

III. Concessões de Geração

a) Geração hidráulica e térmica – as concessões, não atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013 (Vide Nota 2.1), não estão no escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A única exceção refere-se à geração da Amazonas Energia que é destinada exclusivamente para a operação de distribuição e que possui um mecanismo tarifário específico. A partir de 1° de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões, nos moldes já aplicados a concessões de distribuição até então.

b) Geração nuclear – Possui um sistema de tarifação definido, porém difere dos demais contratos de geração, por ser uma autorização e não uma concessão. Não há prazo definido para o fim da autorização bem como as características de controle significativo dos bens por parte do poder concedente ao final do período de autorização.

IV. Itaipu Binacional

a) Itaipu Binacional é regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia;

b) A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta.

A infraestrutura foi classificada como um ativo financeiro levando-se em consideração os seguintes aspectos:

a) O fluxo financeiro foi estabelecido de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023;

b) A comercialização de energia de Itaipu foi sub-rogada a Companhia, porém foi originada de contratos previamente assinados com as distribuidoras em que foram previamente definidas as condições de pagamento.

c) Através da Lei 10.438 de 26 de abril de 2002 foram sub-rogados à Companhia os compromissos de aquisição e repasse às concessionárias de distribuição dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional firmados até então por Furnas e Eletrosul, subsidiárias da Companhia, com as concessionárias de distribuição de energia elétrica. Dívidas oriundas de comercialização de energia de Itaipu Binacional foram renegociadas junto à Companhia dando origem a contratos de financiamento. Tais contratos foram inicialmente registrados a valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

d) Os termos do tratado garantem o reembolso a Companhia mesmo nos casos de falta de capacidade de geração de energia ou problemas operacionais com a planta.

V. Ativo financeiro – Concessões de Serviço Público

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (ou de quem o poder concedente tenha outorgado) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Os ativos de distribuição são remunerados com base na remuneração *Weighted Average Cost of Capital* – WACC (custo de capital) regulatório, sendo esse fator incluído na base tarifária e os de transmissão e os de geração são remunerados com base na taxa interna de retorno do empreendimento. No caso de geração, somente os ativos vinculados às concessões diretamente afetadas pela Lei 12.783/2013 (Vide Nota 2.1) e formados a partir da mencionada Lei, são considerados ativos financeiro que serão remunerados nos mesmos moldes das transmissoras, desde que a aquisição de tais ativos seja homologada pelo MME e ANEEL.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.11. Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica (para a geração a infraestrutura da Amazonas Energia, que possui vínculo exclusivo com a atividade de distribuição dessa mesma Companhia, também é classificada como intangível). O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão. (Vide Nota 19).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também, ágio na aquisição de investimentos e gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.11.1. Concessões Onerosas (Uso do Bem Público - UBP)

A Companhia e algumas controladas possuem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica em determinadas usinas.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia e essas controladas ajustaram a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária, definida no contrato de concessão, é capitalizada no ativo, durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, é reconhecida diretamente no resultado.

Esses ativos estão registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

3.11.2. Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional, quando incorridos, e até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto. Atualmente, a Companhia não possui valores capitalizados referentes a gastos com estudos e projetos.

3.12. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, excluindo o ágio

Ao fim de cada exercício, a Companhia avalia se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado: do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa), em função da estimativa revisada de seu valor recuperável. Tal aumento não pode exceder o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em função do histórico de prejuízos operacionais das empresas de distribuição da Eletrobras, a Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, resultando em um valor inferior àquele registrado contabilmente para algumas distribuidoras (Vide Notas 2.1 e 18). Adicionalmente, para as demais unidades de negócio é efetuado o teste de recuperabilidade através do fluxo de caixa descontado anualmente, sendo que essa avaliação é feita individualmente por cada contrato de concessão de geração e transmissão.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

3.13. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se aplicável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Considerando que as operações de investimento da Companhia estão atreladas a operações que possuem contratos de concessão, o ágio decorrente da aquisição de tais entidades representa o direito de concessão com vida útil definida, sendo reconhecido como ativo intangível da concessão, e a amortização efetuada de acordo com o prazo de concessão.

3.14. Combinações de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Tal valor justo é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos à Companhia e dos passivos assumidos pela Companhia, na data de aquisição, com os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- passivos ou instrumentos de patrimônio, relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo, celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida que são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10(R1)) na data de aquisição; e
- ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) que são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma: (1) da contrapartida transferida; (2) do valor das participações não controladoras na adquirida e; (3) do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos, na data de aquisição, dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma: (1) da contrapartida transferida; (2) do valor das participações não controladoras na adquirida e; (3) do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras, que correspondam a participações atuais e, conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade, no caso de liquidação, poderão ser, inicialmente, mensuradas pelo valor justo. Poderão também ser mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e CPC.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia, em uma combinação de negócios, inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo, na data de aquisição. Adicionalmente, é incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente, classificadas como ajustes do período de mensuração, são ajustadas retroativamente, com os correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" e relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. O período de mensuração não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente, não classificadas como ajustes do período de mensuração, depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é reavaliada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é reavaliada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é reavaliada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida, antes da data de aquisição, que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

As combinações de negócios ocorridas até 31 de dezembro de 2008 foram contabilizadas de acordo com a instrução CVM 247/1996. Os ágios e deságios apurados nas aquisições de participações de acionistas não controladores após 1º de janeiro de 2009, data da adoção inicial do IFRS, são alocados integralmente ao contrato de concessão e reconhecidos no ativo intangível.

3.15. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. Adicionalmente, a opção de apuração dos impostos sobre o resultado da Companhia é pelo método do lucro real.

3.15.1. Tributos correntes

A provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício.

3.15.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, no final de cada período de relatório, sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em Outros Resultados Abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em Outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os tributos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.16. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.16.1. Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

(a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

(b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que o Sistema Eletrobras administra em conjunto e, possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

(c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

(a) Tal designação eliminar ou reduzir, significativamente, uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

(b) O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e

(c) Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

(d) Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

(b) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, e outros) são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

(d) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não classificados como:

1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado,

2) Investimentos mantidos até o vencimento, ou

3) Empréstimos e recebíveis.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a variações nas taxas de câmbio, as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos e os dividendos sobre investimentos em ações disponíveis para venda são reconhecidos no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em Outros resultados abrangentes. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta de Outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

3.16.2. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado. As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas por meio da demonstração consolidada do resultado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por perda por valor recuperável ter sido reconhecido no resultado, a perda por perda por valor recuperável é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável, quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir: a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, após o período médio de recebimento, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo amortizado, o montante da redução ao valor recuperável registrado corresponde: à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

Para ativos financeiros registrados ao custo, o montante da perda por redução ao valor recuperável corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de retorno atual para um ativo financeiro similar. Essa perda por redução ao valor recuperável não será revertida em períodos subsequentes.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente provisionados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.16.3. Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou são transferidos juntamente com os riscos e benefícios da propriedade. Se a Companhia não transferir nem reter substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se reter substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo, além de um empréstimo garantido pela receita recebida.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em Outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

3.16.4. Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade do Sistema Eletrobras são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Sistema Eletrobras são reconhecidos quando os recursos são recebidos, líquidos dos custos diretos de emissão.

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação no curto prazo ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado.

(b) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.16.5. Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.16.6. Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras pelo valor justo na data de emissão da garantia. Subsequentemente as obrigações em relação a garantias são mensuradas pelo maior valor inicial menos a amortização das taxas reconhecidas, e melhor estimativa do valor requerido para liquidar a garantia.

Essas estimativas são definidas com base na experiência de transações similares e no histórico de perdas passadas e no o julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias são apresentadas quando ocorridas nas despesas operacionais (Vide Nota 22).

3.16.7. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, swaps de taxa de juros e de moedas. A Nota 44 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*. (Vide item 3.16.9)

3.16.8. Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos, em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo, separadamente, quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.16.9. Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge,* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge* atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, a Companhia utiliza as seguintes classificações:

(a) *Hedge*s de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge,* atribuível ao risco de *hedge,* são reconhecidas na demonstração do resultado.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

(b) *Hedge*s de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos, que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio, naquela data, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para sua gestão de riscos financeiros, conforme descrito na Nota 44. Com data inicial em 1° de outubro de 2013, a Companhia adotou procedimentos de contabilidade de *hedge* conforme as disposições do CPC 38 (IAS 39) objetivando a redução da volatilidade nas demonstrações financeiras gerada pela marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos e maior transparência das atividades da Gestão de Risco da Companhia.

Na data inicial, a Companhia designou os seus hedges de taxas de juros como Hedge de Fluxo de Caixa, portanto, a variação efetiva do valor justo dos instrumentos de hedge será represada na conta de Outros resultados abrangentes. Conforme a dívida protegida é reconhecida no resultado financeiro, a variação de valor justo represada em Outros resultados abrangentes do hedge é reconhecida no resultado financeiro com base na taxa de juros efetiva. A cada trimestre são realizados testes de efetividade para avaliar se os instrumentos derivativos protegeram e se devem continuar protegendo efetivamente a dívida atrelada. Se durante o teste de efetividade houver parcela ineficaz, este valor será reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Cada relação de hedge é documentada de forma que seja identificada a dívida protegida, o derivativo designado, o objetivo, a estratégia da gestão de risco, os termos contratuais designados para Contabilidade de Hedge e a metodologia de aferição da eficácia prospectiva e retrospectiva.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

3.17. Benefícios pós-emprego

3.17.1. Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas patrocinam vários planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos à estes fundos de pensão,determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência,nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

3.17.2. Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez do mesmo enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

3.17.3. Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelo Sistema Eletrobras antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. O Sistema Eletrobras reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando o Sistema Eletrobras não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

3.18. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos, requeridos para a liquidação de uma provisão, podem ser recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.18.1. Provisão para desmobilização de ativos

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício a valor presente, com base em quotas anuais fixadas em dólares norte americanos, a razão de 1/40 dos gastos estimados, registrados imediatamente e convertidos pela taxa de câmbio do final de cada período de competência. (Vide Nota 32).

3.18.2. Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são constituídas sempre que a perda for avaliada como provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

3.18.3. Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

3.19. Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo não circulante e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pela taxa SELIC.

3.20. Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

3.21. Juros sobre o capital próprio e dividendos

Os juros sobre o capital próprio são imputados aos dividendos do exercício, sendo calculados tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio liquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, são apresentados no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada dividendos adicionais propostos.

3.22. Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

a) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;

b) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;

c) Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda; e

d) Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa.

3.23. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e outras deduções similares.

3.23.1. Venda de energia e serviços

a) Geração e Distribuição

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica e de parte da geração abrangida no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

Para as concessões de geração renovadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

b) Transmissão

1) Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro, até o final do período da concessão, auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa média de retorno dos investimentos.

2) Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

3) Receita de construção para as expansões que gerem receita adicional. Considerando que esses serviços são realizados por terceiros, a Companhia não apura margem de construção.

3.23.2. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos proveniente de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita proveniente de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.24. Arrendamento

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferirem, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os demais contratos de arrendamento são classificados como operacionais.

Os pagamentos referentes aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesa pelo método linear no período de vigência do contrato, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o momento em que os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. Os pagamentos contingentes, oriundos de arrendamentos operacionais, são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Os ativos adquiridos através de contrato de arrendamento financeiro são depreciados com base na vida útil dos ativos.

3.25. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas a distribuição de dividendos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

3.26. Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas de usinas e linhas de transmissão são apropriados ao resultado no período em que forem incorridos.

3.27. Apuração do resultado do exercício

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência dos exercícios.

3.28. Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3.29. Apresentação de relatórios por segmentos de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, cujos relatórios operacionais são fornecidos para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, que adota os seguintes segmentos:

(I) Geração;

(II) Transmissão;

(III) Distribuição; e

(IV) Administração.

Os resultados decorrentes das atividades de comercialização são apresentados juntamente com o segmento de geração.

3.30. Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição, durante determinado período. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada:

- Pelas receitas - receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas, inclusive de construção, e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Pelos insumos adquiridos de terceiros - custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização; e,
- Pelo valor adicionado recebido de terceiros - resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas.

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 4 – ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

I. Ativo e passivo fiscal diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Vide Nota 11).

II. Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia adota variáveis e premissas, em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração, para determinação do valor recuperável de ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos, baseados na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa. Tais julgamentos podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão somente para as operações no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor novo de reposição (VNR), para geração e transmissão e pelo valor da base de remuneração regulatória (BRR) para distribuição. Esses são os valores esperados de indenização ao final do prazo das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (vide prática contábil na Nota 3.11 e movimentação das provisões efetuadas no exercício na Nota 19). Outra variável significativa é a taxa de desconto utilizada no desconto dos fluxos de caixa.

III. Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões

A Lei 12.783/2013, promulgada em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adota, para as concessões ainda não prorrogadas, a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão. Seguindo essa premissa, para as concessões já prorrogadas, foram mantidos valores a receber do poder concedente, relacionados à Rede Básica do Sistema Existente – RBSE, aos investimentos realizados após o projeto básico das usinas e linhas de transmissão (modernização e melhorias) e aos ativos de geração térmica. Tais valores são objeto de homologação pela Aneel conforme divulgado na Nota 2.1. Está em audiência pública a proposta de critérios e procedimentos para valoração dos ativos não depreciados existentes em 31 de maio de 2000 das concessões de transmissão de energia elétrica, o que pode afetar o valor a ser recebido a título de indenização dos ativos relacionados à RBSE (Audiência Pública nº 101/2013). A Companhia adotou definiu o valor novo de reposição (VNR), como forma de mensuração do valor a ser indenizado pelo Poder Concedente, da parcela dos ativos de geração e transmissão não totalmente depreciada até o final da concessão. Para os ativos de transmissão foi definida a Base de Remuneração Regulatória – BRR para tal mensuração.

Vida útil dos bens do imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitado ao prazo de concessão para as operações que estão no escopo do ICPC 01/IFRIC 12, por entender que elas representam adequadamente a referida vida útil (Vide Nota 15).

IV. Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos (Vide Nota 32). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais e ambientais para a desativação e remoção de toda a usina assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

V. Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante (tábua AT-2000), idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Vide Nota 30).

VI. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, quando aplicável, são constituídas para os riscos com expectativa de perda provável, com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (Vide Nota 31).

VII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra provisão sobre contas a receber que a administração entende terem incerteza quanto ao seu recebimento. Essa provisão é calculada com base nas premissas estabelecidas e descritas na Nota 7.

VIII. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 44, a Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota 44 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas controladas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

IX. Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas ao custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, a estimativa crítica na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o PLD médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Vide Nota 35).

NOTA 5 – CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
I - Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Caixa e Bancos	9.296	10.826	393.541	278.595
Aplicações Financeiras	1.293.940	924.801	3.204.042	2.222.920
	1.303.236	935.627	3.597.583	2.501.515
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	194.708	2.099.394	194.708	2.099.394
Comercialização - Itaipu	7.534	619.206	7.534	619.206
Comercialização - PROINFA	677.559	790.723	677.559	790.723
	879.801	3.509.323	879.801	3.509.323
	2.183.037	4.444.950	4.477.384	6.010.838

As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Recursos da CCC – São os recursos arrecadados pelo fundo CCC pelos concessionários do serviço público de energia elétrica. A redução de R$ 1.904.686 é decorrente da Lei 12.783 que extinguiu a obrigatoriedade da contribuição deste encargo pelos concessionários do serviço público de energia elétrica.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de longo prazo e, apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e frequente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia.

Em relação às partes beneficiárias, é feito o ajuste a valor presente. Os títulos CFT-E1 e os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização e, portanto, apresentados líquidos:

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2013	31/12/2012
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pré-fixado	1.322.991	2.953.652
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	IPCA	70	77
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pré-fixado	388.840	1.424.455
Outros	-	-	-	1.116	-
TOTAL CIRCULANTE	-	-	-	1.713.017	4.378.184

NÃO CIRCULANTE

Títulos	31/12/2013	31/12/2012
FINOR/FINAM	1.195	1.602
RENDIMENTOS DE PARCERIAS	-	146.728
PARTES BENEFICIÁRIAS	186.972	246.888
OUTROS	483	483
TOTAL NÃO CIRCULANTE	188.650	395.701

CONSOLIDADO

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2013	31/12/2012
LFT	Banco do Brasil	Até 90 dias	SELIC	2.376.766	1.231.179
LTN	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pré-fixado	2.312.351	3.066.198
NTN- B	Banco do Brasil	Até 90 dias	IPCA	811.931	51.869
NTN- F	Banco do Brasil	Até 90 dias	Pré-fixado	555.873	1.486.130
OUTROS	-	-	-	38.987	517.415
TOTAL CIRCULANTE	-	-	-	6.095.908	6.352.791

NÃO CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2013	31/12/2012
NTN- B	Banco do Brasil	-	IPCA	298	199
NTN- P	Banco do Brasil	28/12/15	TR	357	630
FINOR/FINAM	-	-	-	1.195	1.602
RENDIMENTOS DE PARCERIAS	-	-	-	-	146.728
PARTES BENEFICIÁRIAS	-	-	-	186.972	246.888
OUTROS	-	-	-	3.758	4.323
TOTAL NÃO CIRCULANTE	-	-	-	192.580	400.370

a) RENDIMENTOS DE PARCERIAS - Referem-se aos rendimentos decorrentes de investimento em regime de parceria (Tangará Energia), correspondente a uma remuneração média equivalente à variação do IGP-M acrescido de juros de 12% ao ano sobre o capital aportado. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia decidiu constituir uma PCLD sobre o valor do rendimento de parceria com a Tangará Energia, devido o risco de continuidade apresentado nas Demonstrações Financeiras da mesma.

b) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, conforme a seguir demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(465.603)	(405.687)
Valor presente	186.972	246.888

c) FINOR/FINAM - Referem-se substancialmente a certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais destinados à projetos nas áreas de atuação das controladas Chesf e Eletronorte. A Companhia mantém provisão para perdas na sua realização, constituída com base em valor de mercado, no montante de R$ 247.332 (31 de dezembro de 2012 - R$ 246.924), sendo apresentada como redutora do respectivo ativo.

NOTA 7 – CLIENTES

	CONSOLIDADO					
	31/12/2013					31/12/2012
CIRCULANTE	A vencer	Vencidos até 90 dias	+ de 90 dias	Créditos Renegociados	Total	Total
AES ELETROPAULO	35.301	969	-	-	36.270	102.690
AES SUL	18.198	672	-	-	18.870	28.179
AMPLA	18.976	-	-	-	18.976	43.146
CEA	-	-	-	266.383	266.383	440.473
CEB	5.849	-	-	-	5.849	13.020
CEEE	26.246	268	-	-	26.514	38.585
CELESC	33.866	-	-	-	33.866	50.445
CELG	28.181	2.977	16.219	145.411	192.788	33.773
CELPA	21.002	2.100	9.168	24.858	57.128	82.816
CELPE	21.951	1.149	56	-	23.156	44.941
CEMAR	16.292	38	-	-	16.330	35.932
CEMIG	37.761	868	44	-	38.673	81.550
COELBA	26.530	1.166	3.979	-	31.675	73.712
COELCE	21.016	721	503	-	22.240	42.513
COPEL	56.742	674	-	-	57.416	111.758
CPFL	27.318	1.180	284	-	28.782	32.036
EBE	5.665	344	-	-	6.009	15.957
ELEKTRO	29.496	651	-	-	30.147	55.733
ENERGISA	12.335	538	829	-	13.702	69.292
ENERSUL	11.366	688	912	-	12.966	16.333
ESCELSA	12.954	419	60	-	13.433	22.211
LIGHT	37.873	345	607	-	38.825	85.494
RGE	10.575	167	550	-	11.292	6.816
Rolagem da Dívida	-	-	-	111.864	111.864	112.427
Comercialização CCEE	248.861	7.188	2.297	-	258.346	39.611
Uso da Rede Elétrica	198.455	3.318	66.621	-	268.394	565.237
PROINFA	338.550	18.584	92.318	-	449.452	477.104
Fornecimento não faturado	-	-	-	27.574	27.574	30.141
Consumidores	623.998	273.830	361.987	163.266	1.423.081	1.628.734
Poder público	82.404	56.798	217.198	150.394	506.794	716.714
Outros	325.208	1.666	254.913	198.204	779.991	848.893
(-) PCLD	-	-	(725.401)	(514.103)	(1.239.504)	(1.863.570)
	2.332.969	377.318	303.144	573.851	3.587.282	4.082.695
NÃO CIRCULANTE						
CELG	-	-	-	83.431	83.431	161.313
CELPA	-	-	-	56.158	56.158	70.669
CEA	-	-	-	150.451	150.451	399.302
Comercialização na CCEE	-	-	293.560	-	293.560	293.560
Rolagem da Dívida	-	-	12.493	1.042.562	1.055.055	1.029.718
Consumidores	-	-	-	323.021	323.021	259.321
Outros	-	-	14.111	6.062	20.173	116.289
(-) PCLD	-	-	(326.440)	(350.864)	(677.304)	(1.073.487)
	-	-	-	1.310.821	1.310.821	1.256.685
	2.332.969	377.318	303.144	1.884.672	4.898.103	5.339.380

I - Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA geraram um resultado líquido positivo no exercício de 2013 de R$ 42.598 (31 de dezembro de 2012 – negativo em R$ 60.122), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R$ 449.452 do Proinfa referente à Controladora (31 de dezembro de 2012 – R$ 477.104).

II - Operações na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Os valores relativos às operações praticadas no âmbito da CCEE são registrados com base nas informações disponibilizadas pela Câmara.

A controlada Furnas mantém registrados créditos no montante de R$ 293.560, relativos à comercialização de energia no âmbito do extinto Mercado Atacadista de Energia - MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa, em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE. Dada à incerteza de sua realização, a controlada Furnas mantém provisão para créditos de liquidação duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito, constituída em 2007.

De acordo com as normas estabelecidas no Acordo Geral do Setor Elétrico, a resolução dessas pendências implicaria em uma nova apuração, que seria objeto de liquidação entre as partes sem a interveniência da CCEE. Nesse sentido, é intenção da Administração manter negociações, com a participação da ANEEL e CCEE, visando o equacionamento dos créditos, de forma a viabilizar uma solução negociada para a sua liquidação.

III - Rolagem da dívida dos Estados – Lei 8.727/1993

O montante a receber da rolagem da dívida com os estados é de R$ 1.166.919 (R$ 1.142.145 em 31 de dezembro de 2012).

IV - Provisão para créditos de liquidação duvidosa – PCLD

As Controladas constituem e mantêm provisões, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. O saldo é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Consumidores	473.400	868.525
Revendedores	1.149.848	1.031.219
CEA	-	743.753
CCEE - Energia de Curto Prazo	293.560	293.560
	1.916.808	2.937.057

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

CONSOLIDADO	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.937.057
(+) Constituição	338.313
(-) Reversão	(1.131.184)
(-) Baixa	(227.378)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.916.808

Em junho de 2013, a Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. (CEA) efetuou o pagamento de R$ 319.233 diretamente à Eletrobras, conforme renegociação de dívida celebrada entre a controlada Eletronorte e a CEA, no exercício anterior. Diante deste fato, a Administração da Companhia procedeu à reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa junto a este cliente, no montante de R$ 743.753. Para equalização da transação, a controlada Eletronorte realizou encontro de contas com a baixa do saldo de financiamentos e empréstimos junto à Eletrobras. O montante ainda pendente de recebimento tem estimativa de quitação em duas parcelas: uma parcela no valor de R$ 267.619 em janeiro de 2014, (efetivamente recebida) e outra no valor de R$ 152.287 em janeiro de 2015, em função de negociações de liberação de crédito entre a CEA, Governo do Amapá e Governo Federal com a interveniência da Caixa Econômica Federal – CEF. Vide maiores informações sobre CEA na Nota 15.4 IV a.

A celebração de um acordo de acionista entre a Eletrobras e o governo do estado de Roraima, onde a Eletrobras assumiu a gestão da CERR, proporcionou que a CERR obtivesse junto à CEF um financiamento, cujo objetivo é a quitação de dívidas. Vide maiores informações sobre a CERR na nota 15.4 IV b.

O recebimento de faturas e parcelamentos em atraso no valor de R$ 81.049 pela CERR junto à EDE Roraima, empresa do Sistema Eletrobras, ocasionou a reversão da PCLD em R$ 81.911.

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Nota 43). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos. A reversão ocorrida em 2013 refere-se basicamente à negociação junto a CEA e CERR.

As principais constituições de provisão no período ocorreram em Furnas no valor de R$ 74.615 e Amazonas no valor de R$ 52.914.

Para fins fiscais, o eventual excesso de provisão constituída, em relação ao disposto na Lei 9.430/1996, está sendo adicionado à apuração do Lucro Real, para efeito de apuração do IRPJ devido e, também, à base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL.

NOTA 8 – INDENIZAÇÕES LEI 12.783/2013

As controladas Chesf, Eletronorte e Eletrosul optaram pelo recebimento de 50% do valor à vista e o restante parcelado, e a controlada Furnas optou pelo recebimento de grande parte valor da indenização de forma parcelada, nos termos da Portaria Interministerial 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012.

Conforme previsto na legislação, o valor parcelado será recebido em parcelas mensais, até a data do encerramento original da concessão, atualizado pelo IPCA, acrescido da remuneração pelo custo médio ponderado de capital (WACC) de 5,59% real ao ano. A atualização é contada a partir de 4 de dezembro de 2012, data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

O valor referente às indenizações a receber do poder concedente em função das alterações da Lei 12.783/2013 está demonstrada na Nota 2.1.

NOTA 9 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	31/12/2013							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Controladas								
FURNAS	5,96	20.776	286.641	3.143.882	-	-	-	-
CHESF	5,02	-	15.774	40.820	-	-	-	-
ELETROSUL	6,23	5.714	171.686	1.177.312	-	-	-	-
ELETRONORTE	5,85	9.189	311.465	3.295.655	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	5,00	-	56.879	1.028.935	-	-	-	-
CGTEE	5,08	13.850	255.384	1.316.590	-	-	-	-
CEAL	8,05	4.125	152.320	464.900	-	-	-	-
BOA VISTA	7,79	209	6.057	19.548	-	-	-	-
CERON	8,54	3.815	111.107	379.608	-	-	-	-
CEPISA	7,71	7.671	182.317	596.060	-	-	-	-
ELETROACRE	8,26	817	38.630	118.627	-	-	-	-
AMAZONAS	7,60	8.942	467.396	736.736	-	-	-	-
		75.108	2.055.656	12.318.673		-	-	-
ITAIPU	7,11	-	1.605.271	10.282.335	7,11	-	1.605.271	10.282.335
CEMIG	5,07	1.783	76.362	264.361	5,07	1.783	76.362	264.361
COPEL	6,39	1.095	51.947	132.029	6,39	1.095	51.947	132.029
CEEE	5,00	417	6.882	48.947	5,00	417	6.882	48.947
AES ELETROPAULO	9,44	335.642	11.515	440	9,44	335.642	11.515	440
CELPE	5,00	164	10.096	22.209	5,00	164	10.096	22.209
CEMAT	5,00	49.692	333.377	-	5,00	49.692	333.377	-
CELTINS	5,00	23.431	116.558	-	5,00	23.431	116.558	-
ENERSUL	5,17	4.867	22.835	52.727	5,17	4.867	22.835	52.727
CELPA	5,00	71.060	158.518	327.086	5,00	71.060	158.518	327.086
CEMAR	2,92	1.728	66.030	318.517	2,92	1.728	66.030	318.517
CESP	5,09	175	5.603	25.362	5,09	175	5.603	25.362
COELCE	5,00	408	11.581	68.931	5,00	408	11.581	68.931
COSERN	5,00	45	2.289	6.692	5,00	45	2.289	6.692
COELBA	5,00	846	28.521	139.615	5,00	846	28.521	139.615
CELG	6,64	594	11.859	82.302	6,64	594	11.859	82.302
ESCELSA	5,00	331	13.099	53.146	5,00	331	13.099	53.146
GLOBAL	5,00	72.327	44.100	-	5,00	72.327	44.100	-
CELESC DIST.	5,00	1.137	44.552	136.147	5,00	1.137	44.552	136.147
OUTRAS	6,44	50.525	87.490	356.146	6,44	50.531	95.579	374.993
(-) PCLD		(204.899)	(289.446)	-		(204.899)	(289.446)	-
		411.369	2.419.039	12.316.991		411.375	2.427.128	12.335.838
		486.477	4.474.695	24.635.664		411.375	2.427.128	12.335.838

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

	31/12/2012							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
Controladas	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
FURNAS	6,78	19.307	248.775	3.257.300	-	-	-	-
CHESF	6,95	740	34.545	93.370	-	-	-	-
ELETROSUL	6,84	5.366	70.951	1.065.900	-	-	-	-
ELETRONORTE	7,34	30.510	311.219	3.890.859	-	-	-	-
ELETRONUCLEAR	6,60	5.514	43.547	1.050.250	-	-	-	-
CGTEE	11,55	8.024	111.632	958.363	-	-	-	-
CEAL	8,70	2.806	77.491	341.521	-	-	-	-
BOA VISTA	8,30	237	3.520	16.833	-	-	-	-
CERON	6,65	1.836	67.099	212.307	-	-	-	-
CEPISA	8,05	3.597	104.278	471.217	-	-	-	-
ELETROACRE	11,97	994	28.610	125.350	-	-	-	-
AMAZONAS	7,82	4.914	253.925	770.150	-	-	-	-
		83.845	1.355.592	12.253.420		-	-	-
ITAIPU	7,45	-	1.271.281	10.371.354	7,45	-	1.271.281	10.371.354
CEMIG	7,12	2.134	85.068	315.893	7,12	2.134	85.068	315.893
COPEL	8,39	1.399	51.431	180.383	8,39	1.399	51.431	180.383
CEEE	6,57	341	5.821	42.745	6,57	341	5.821	42.745
AES ELETROPAULO	10,39	324.055	108.978	1.321	10,39	324.055	108.978	1.321
CELPE	6,13	211	9.911	31.048	6,13	211	9.911	31.048
CEMAT	6,27	21.953	344.384	-	6,27	21.953	344.384	-
CELTINS	6,26	9.885	112.212	-	6,26	9.885	112.212	-
ENERSUL	6,17	508	12.786	64.421	6,17	508	12.786	64.421
CELPA	6,68	52.374	51.288	411.820	6,68	52.374	51.288	411.820
CEMAR	5,89	2.247	77.605	396.921	5,89	2.247	77.605	396.921
CESP	9,36	12	47.008	110.681	9,36	12	47.008	110.681
COELCE	6,08	460	13.939	75.577	6,08	460	13.939	75.577
COSERN	6,00	60	3.080	8.852	6,00	60	3.080	8.852
COELBA	6,00	920	24.241	155.929	6,00	920	24.241	155.929
CER	8,76	3.848	13.873	10.491	8,76	3.848	13.873	10.491
CELG	5,71	542	7.178	93.657	5,71	542	7.178	93.657
ESCELSA	6,01	395	13.202	65.668	6,01	395	13.202	65.668
GLOBAL	6,00	61.330	44.100	-	6,00	61.330	44.100	-
CELESC DIST.	7,41	1.242	41.201	146.806	7,41	1.242	41.201	146.806
OUTRAS	6,36	50.675	119.994	429.472	6,36	50.679	126.763	449.396
(-) PCLD		(140.086)	(248.027)	-		(140.086)	(248.027)	-
		394.505	2.210.554	12.913.040		394.509	2.217.323	12.932.963
		478.350	3.566.146	25.166.460		394.509	2.217.323	12.932.963

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além de recursos setoriais e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras, decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuarias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 6,44% ao ano.

Os financiamentos e empréstimos concedidos, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 43% do total da carteira (43% em 31 de dezembro de 2012). Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 57% do saldo da carteira (57% em 31 de dezembro de 2012).

Os valores de mercado desses ativos são equivalentes aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas, em parte, através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação.

As parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos com recursos ordinários e setoriais, inclusive os repasses, baseados nos fluxos de caixa previstos contratualmente, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Controladora	1.712.411	1.713.313	1.700.889	1.680.108	1.691.751	16.137.192	24.635.663
Consolidado	857.457	857.909	851.688	841.282	847.112	8.080.391	12.335.838

I – AES Eletropaulo/CTEEP – Ação Judicial

Em novembro de 1986 a Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A., obteve através do Contrato de Financiamento ECF 1.046/1986 empréstimo junto a Eletrobras.

No decorrer da execução do contrato surgiram questionamentos por parte do devedor acerca da periodicidade da correção monetária incidente sobre o valor financiado, tendo a Eletropaulo proposto Ação de Consignação em Pagamento contra a Eletrobras, em dezembro de 1988.

Em dezembro de 2010, a Eletrobras solicitou a iniciação do processo de liquidação na modalidade por artigos e, que por tal motivo, o processo foi submetido à análise da 5ª Vara Cível. Em julho de 2011 a 5ª Vara Cível determinou que a AES Eletropaulo e a CTEEP apresentassem suas respostas ao pedido da liquidação por artigos, o que foi respondido por ambas as empresas.

Em dezembro de 2012, a 5° Vara Cível julgou a liquidação por artigos com base nos elementos trazidos aos autos e, ato contínuo, reconheceu a ELETROPAULO como a devedora da totalidade do débito.

Contra essa decisão foi manejado recurso de agravo por parte da Eletropaulo distribuído à Nona Câmara Cível em janeiro de 2013, tendo como principal pedido à necessidade de realização da prova pericial.

Em fevereiro de 2013 foi proferida decisão entendendo pela necessidade de realização de prova pericial, cassando, consequentemente a decisão do Juízo da 5° Vara Cível.

Vale destacar que paralelamente a decisão acima, foi expedido mandado de pagamento em favor da Companhia quanto à parte incontroversa estando na iminência em receber.

Encerrado o Procedimento Judicial de Liquidação de Sentença sendo apontada a devedora e sendo apurados valores a serem pagos pela AES Eletropaulo e CTEEP, a Eletrobras irá reiniciar o processo de execução contra as referidas empresas.

Atualmente, o processo está na conclusão esperando a continuidade da liquidação para fins de nomeação de perito e realização da perícia.

Caso sobrevenha decisão final desfavorável à AES Eletropaulo e/ou à CTEEP, a Companhia passa a ter um crédito de R$ 1.896.067, (R$ 1.750.868 em 31 de dezembro de 2012), sendo R$ 347.597 (R$ 434.354 em 31 de dezembro de 2012) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela Companhia.

Em 18 de março de 2013 a Companhia recebeu R$ 97.463 referente a parte do montante incontroverso decorrente da ação consignatória movida pela Eletropaulo questionando, a época, o valor que entendia como devido por conta da dívida pactuada com a Eletrobras.

II - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 494.345 (31 de dezembro de 2012 - R$ 388.113) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

Na composição da provisão encontram-se os créditos junto à Celpa, controlada pela Equatorial Energia, no montante de R$ 21.228 (R$ 37.704 em 31 de dezembro de 2012). Tal provisão foi considerada necessária considerando o processo de recuperação judicial da Celpa.

Adicionalmente, a Companhia possui provisão sobre os créditos junto à Cemat e Celtins, controladas pelo grupo Rede e sob intervenção federal, no montante de R$ 57.872 e R$ 13.646 (R$ 74.626 e R$ 20.527 em 31 de dezembro de 2012). Tais provisões foram consideradas necessárias considerando o cenário atual de ambas que vêm apresentando dificuldades significativas econômico-financeiras para a liquidação de suas dívidas (Vide Nota 15).

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	525.608
(+) Complemento	166.048
(-) Reversões / baixas	(303.543)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	388.113
(+) Complemento	146.710
(-) Reversões / baixas	(40.478)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	494.345

A constituição e a baixa da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Vide Nota 43). Os valores reconhecidos como PCLD são levados à perdas definitivas (baixados) quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

NOTA 10 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Eletrosul	62.811	15.613	-	-
Eletronorte	101.156	-	-	-
Eletropar	671	3.049	-	-
CGTEE	58.140	53.723	-	-
Itaipu	2.343	8.164	2.343	8.164
CEMAR	12.542	25.491	12.542	25.491
CELPA	-	27.513	-	27.513
CTEEP	70.460	-	70.460	-
Lajeado Energia	54.505	46.381	54.505	46.381
Enerpeixe	-	-	25.960	29.640
Baguari	-	-	1.837	9.729
Serra do Facão	-	-	2.289	-
Transenergia Renovável	-	-	9.904	-
Transenergia São Paulo	-	-	5.441	566
Goiás Transmissão	-	-	20.051	300
Chapecoense	-	-	17.054	-
IE Madeira	-	-	7.556	-
Manaus Construtora	-	-	9.377	2.970
EAPSA	-	-	3.379	3.090
Outros	17.316	15.371	25.362	13.355
	379.943	195.304	268.059	167.197

NOTA 11 – TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - ATIVO

I. Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante:				
Imposto de renda - fonte	541.377	872.776	640.509	1.050.394
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	13.347	13.777	126.207	79.054
ICMS a recuperar	-	-	25.078	19.986
Outros	-	-	47.972	349.292
	554.724	886.553	839.766	1.498.726
Ativo não circulante:				
ICMS a recuperar	-	-	1.578.385	1.451.314
PIS/COFINS a recuperar	-	-	398.010	273.583
Outros	-	-	14.132	12.509
	-	-	1.990.527	1.737.406

II. Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Ativo circulante:				
Antecipações/ Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	1.545.376	1.088.491	1.940.005	1.227.005
Ativo não circulante:				
IRPJ/CSLL Diferidos	299.117	1.754.333	3.010.574	4.854.337
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL Diferidos	342.236	335.427	533.713	598.750
Imposto Diferido Ativo (Passivo) Líquido	(43.119)	1.418.906	2.476.861	4.255.587

III. Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos diferidos ativos:				
Variação Cambial Passiva	22.434	386.223	22.434	386.223
Provisão de Juros sobre o capital próprio	38.257	147.547	38.257	147.547
Provisão para Contingências	105.170	453.169	661.139	1.072.323
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	37.390	174.359	245.371	406.972
Provisão p/ ajuste ao valor de mercado	22.942	148.253	22.981	148.289
Provisões Operacionais	-	-	275.462	366.276
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	46.064	302.687	1.165.061	2.025.855
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	26.860	-	373.576	-
Outros	-	142.096	206.293	300.853
Total Ativo	299.117	1.754.334	3.010.574	4.854.338
Impostos diferidos passivos:				
Obrigações de benefícios definidos	65.015	-	65.015	-
Instrumentos Financeiros Disponíveis para venda	274.201	335.428	274.201	335.428
Ajuste da Lei 11.638/2007- RTT (IFRS)	-	-	177.206	239.927
Outros	3.020	-	17.291	23.396
Total Passivo	342.236	335.428	533.713	598.751
	(43.119)	1.418.906	2.476.861	4.255.587

IV. Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Impostos diferidos				
Decorrente de receitas e despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes:				
Remensuração do valor justo de instrumentos de *hedge* contratados para *hedge* de fluxo de caixa	4.145	-	4.145	-
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	61.227	67.267	(24.018)	81.825
Remensuração de planos de benefícios definidos	(207.111)	177.030	(424.126)	806.030
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	(147.345)	656.416	154.915	12.858
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(289.084)	900.713	(289.084)	900.713

Os Ativos Fiscais Diferidos têm seu aproveitamento em função da realização dos eventos que lhe deram origem. Considerando o histórico de rentabilidade da Companhia, bem como a expectativa de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios, o reconhecimento desses ativos está fundamentado na capacidade de realização do ativo, identificada a partir de análises de tendências futuras, revelada em estudo técnico elaborado com base em premissas e cenários macroeconômicos, comerciais e tributários, que podem sofrer alterações no futuro.

A atual expectativa de resultados tributários futuros indica que a Companhia poderá se beneficiar parcialmente, do ponto de vista tributário, das diferenças temporárias existentes entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis desses elementos nas demonstrações financeiras. Diante de tal fato no ano de 2013 foi realizada uma baixa no valor de R$ 1.313.121 (Controladora) e R$ 1.690.848 (Consolidado).

Tal expectativa é reflexo da tendência de queda no resultado financeiro, principal item tributável na composição do resultado da Companhia. Isso ocorre em virtude das recentes capitalizações realizadas, o que provocou a queda das receitas financeiras, assim como da observada redução do caixa.

Desse modo, e conforme o disposto no CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia mantém reconhecido em seu ativo o montante de R$ 299.117, na rubrica de "Imposto de Renda e Contribuição Social", no ativo não circulante. Esse montante é decorrente de diferenças temporárias entre as bases de cálculo tributária e contábil, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. A expectativa de realização desse ativo é apresentada a seguir:

Período de Realização	31/12/2013
2014	182.134
2015	102.203
2016	14.780
Total reconhecido no balanço patrimonial	299.117

V. ICMS, PIS/PASEP e COFINS a Recuperar Sobre Aquisição de Combustível

Os valores de PIS e COFINS a recuperar e ICMS a recuperar estão registrados no ativo não circulante na rubrica de tributos a recuperar.

A Companhia mantém expectativa de realizar esses créditos, sendo que de acordo com o § 8º da Lei 12.111/2009, os referidos impostos e contribuições deverão ser ressarcidos à CCC quando realizados, deste modo é mantido um passivo de R$ 1.449.361 na rubrica Obrigações de Ressarcimento (vide Nota 12).

VI. Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento. Tal conceito passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições. Até a conclusão destas Demonstrações Financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas Demonstrações Financeiras, uma vez que a referida declaração de inconstitucionalidade somente beneficia as empresas autoras dos recursos extraordinários julgados.

VII. Medida Provisória 627/2013

No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia esta avaliando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e com base no que esta em vigor atualmente, espera que a sua adoção antecipada, ou não, resulte em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da referida Medida Provisória para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

Nossas avaliações consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP, considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento. É possível, que em sua conversão em lei, o texto seja alterado e nossas avaliações possam ser revistas à luz do texto definitivo, e por consequência, nossas conclusões.

NOTA 12 – DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Direitos de ressarcimento		
a. CCC de Sistemas Isolados	12.069.553	7.622.094
b. Energia nuclear	510.103	581.095
	12.579.656	8.203.189
Ativo circulante	10.910.073	7.302.160
Ativo não circulante	1.669.583	901.029
	12.579.656	8.203.189
Obrigações de ressarcimento		
a. CCC de Sistemas Isolados	10.695.108	7.789.757
	10.695.108	7.789.757
Passivo circulante	8.377.400	5.988.698
Passivo não circulante	2.317.708	1.801.059
	10.695.108	7.789.757

a) Conta de consumo de combustível (CCC) de sistemas isolados

Com o advento da Lei 12.111/2009 e do Decreto 7.246/2010 foi alterada a sistemática de subvenção de geração de energia nos sistemas isolados. A subvenção pela CCC que até então subsidiava somente os custos com combustíveis, passa a reembolsar a diferença entre o custo total de geração da energia elétrica e a valoração da quantidade correspondente de energia elétrica pelo custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, do Sistema Interligado Nacional - SIN.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

No custo total de geração de energia elétrica nos sistemas isolados, são incluídos os custos relativos a:

i. contratação de energia e de potência associada;

ii. geração própria para atendimento da distribuição de energia elétrica;

iii. encargos e impostos; e

iv. investimentos realizados.

Incluem, também, no custo total de geração os demais custos associados à prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas dos Sistemas Isolados, caracterizadas por grande dispersão de consumidores e ausência de economia de escala.

Referem-se a valores a receber e recebidos da CCC (parte a título de adiantamentos) nos respectivos períodos. A regulamentação da ANEEL referente à Lei nº 12.111/2009 encontra-se estabelecida, mas os valores de reembolso ainda não foram aprovados pelo órgão regulador, desta forma, os valores efetivamente recebidos não estão sendo baixados do Ativo e em contrapartida foi criada uma rubrica no Passivo Circulante denominada de Obrigações de Ressarcimento. Com isto, Companhia apresenta um valor a receber de R$ 12.069.553 (R$ 7.622.094 em 31 de dezembro de 2012) e um passivo de R$ 10.695.108 (R$ 7.789.757 em 31 de dezembro de 2012) de obrigações de ressarcimento.

b) Energia nuclear

Conforme previsto no parágrafo 4º do art. 12 da Lei 12.111/2009, e no art. 2º da Resolução Homologatória da ANEEL nº 1.406, de 21 de dezembro de 2012, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa faturada pela ELETRONUCLEAR e da tarifa de referência, a ser repassado para FURNAS, será rateado pelas concessionárias de serviço público de distribuição. A tarifa de referência foi definida no parágrafo 1º da citada Lei. Tais concessionárias são atendidas pelo Leilão de Compra de Energia Proveniente de Empreendimentos Existentes, em 7 de dezembro de 2004, na proporção das quantidades atendidas no contrato com início de suprimento em 2005. Dessa forma, a Companhia possui um direito de ressarcimento de R$ 510.103 (R$ 581.095 em 31 de dezembro de 2012).

De acordo com o disposto no parágrafo 1º da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.406/2012, esse montante será pago em duodécimos pelas concessionárias a FURNAS, nos anos de 2013 a 2015, sendo recebido em 2013 o montante de R$ 177.659.

NOTA 13 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra I e UTN Angra II:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		
Elementos prontos	343.730	360.751
	343.730	360.751
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	216.856	109.153
Concentrado de urânio	85.025	143.116
Em curso - combustível nuclear	205.607	229.226
	507.488	481.495
	851.218	842.246

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

b) Elementos de combustível nuclear – estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado – PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica;

c) Almoxarifado, classificado no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado.

NOTA 14 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia apresenta, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Controladas				
Furnas	34.740	525.450	-	-
Chesf	-	-	277.800	34.525
Eletrosul	59.284	554.768	208.629	31.898
Eletronorte	16.065	220.240	-	-
CGTEE	4.147	160.949	-	-
Ceal	7.698	176.514	-	-
Ceron	233	162.798	-	-
Cepisa	15.631	430.282	-	-
Eletroacre	237.337	217.497	-	-
Amazonas	3.058	277.681	-	-
	378.193	2.726.178	486.429	66.423
Outros investimentos	4.000	4.000	4.000	4.000
	382.193	2.730.178	490.429	70.423

Os valores apresentados no consolidado referem-se a adiantamentos efetuados para às SPE's.

NOTA 15 – INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas				
Furnas	11.128.126	11.252.674	-	-
Chesf	11.258.430	11.622.439	-	-
Eletrosul	5.486.343	4.653.342	-	-
Eletronorte	11.872.900	10.543.614	-	-
Eletronuclear	5.829.246	6.345.704	-	-
Eletropar	118.790	136.549	-	-
CGTEE	-	210.190	-	-
Distribuidora Roraima	8.294	-	-	-
Distribuidora Alagoas	-	4.119	-	-
	45.702.129	44.768.631	-	-
b) Coligadas e Empreendimentos controlados em conjunto				
Itaipu	117.130	102.175	117.130	102.175
Mangue Seco II	17.058	17.006	17.058	17.006
CHC	29.119	28.584	29.119	28.584
Norte Energia	631.123	409.386	2.104.536	1.365.096
Inambari	9.148	9.250	9.148	15.890
CEEE-GT	544.711	738.009	544.711	738.009
Emae	148.553	252.316	153.960	261.499
CTEEP	913.440	739.735	931.580	753.512
Cemar	463.394	411.463	463.394	411.463
Lajeado Energia	232.907	540.819	232.907	540.819
Ceb Lajeado	83.644	79.672	83.644	79.672
CEEE-D	146.649	343.875	146.649	343.875
Paulista Lajeado	27.669	27.425	27.669	27.425
Rouar	18.427	-	18.427	-
Celpa	-	94.673	-	94.673
Cemat	334.294	507.251	334.294	507.251
Madeira Energia S.A.	-	-	2.506.082	1.870.691
ESBR Participações S.A.	-	-	2.752.140	1.879.649
Enerpeixe S.A.	-	-	525.379	514.735
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	-	-	685.927	514.112
Manaus Transmissora de Energia S.A.	-	-	525.558	476.619
Teles Pires Participações	-	-	525.582	92.988
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	-	-	462.170	388.108
Chapecoense Geração S.A.	-	-	345.387	303.627
Goiás Transmissão	-	-	131.579	101.646
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	-	-	195.154	188.861
Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	-	-	185.970	97.060
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	-	-	167.403	6.301
Integração Transmissora de Energia S.A.	-	-	160.151	147.902
Retiro Baixo Energia S.A.	-	-	113.181	110.078
MGE Transmissão	-	-	106.371	63.431
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	-	-	105.921	109.609
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	-	-	98.659	14.956
Livramento Holding S.A.	-	-	97.348	35.280
Energética Águas da Pedra S.A.	-	-	189.062	176.503
Cia. Hidrelétrica Teles Pires	-	-	-	89.816
Baguari Energia S.A.	-	-	92.437	89.239
Transenergia Renovável S.A.	-	-	78.241	107.865
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	-	-	75.656	63.037
Chuí Holding S.A	-	-	75.210	33.606
Serra do Facão Energia S.A.	-	-	60.742	104.098
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	-	-	49.829	45.183
Outros	-	-	791.203	534.064
	3.717.266	4.301.639	16.316.568	13.446.013
SUBTOTAL	49.419.395	49.070.270	16.316.568	13.446.013
Mantidos a Valor Justo				
Celpa	17.435	-	17.435	-
Celesc	82.901	112.012	82.901	112.012
Cesp	148.568	124.380	148.568	124.380
Coelce	210.589	232.140	210.589	232.140
AES Tietê	577.435	713.398	577.435	713.398
Energisa	84.906	82.070	84.906	82.070
CELPE	21.149	24.159	21.149	24.159
CGEEP	27.371	30.201	27.371	30.201
COPEL	34.136	38.575	34.136	38.575
CEB	6.703	6.206	6.703	6.206
AES Eletropaulo	-	-	19.615	35.207
Energias do Brasil	-	-	16.861	18.556
Tangara	21.738	21.738	21.738	21.738
CPFL Energia	-	-	32.522	36.457
Outros	20.366	20.410	139.938	(35.313)
	1.253.297	1.405.289	1.441.867	1.439.786
SUBTOTAL	50.672.692	50.475.559	17.758.436	14.885.799
Provisão para perdas em investimentos	(343.442)	(208.649)	(343.442)	(208.649)
TOTAL	50.329.250	50.266.910	17.414.994	14.677.150

15.1 – Provisões para perdas em investimentos

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
CELPA	-	122.185
INAMBARI	9.148	-
CEMAT	334.294	86.464
	343.442	208.649

15.2 – Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
CTEEP	816.980	1.047.648
EMAE	149.692	-
CEEE-GT	19.902	-
CEEE-D	19.997	-
	1.006.571	1.047.648

A Companhia quando da preparação de suas demonstrações financeiras consolidadas efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as da Companhia. Os ajustes realizados referem-se principalmente a política contábil para reconhecimento para provisão para créditos de liquidação duvidosa e reconhecimento das obrigações relacionadas a benefícios pós-emprego.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

15.3 - Mutação dos investimentos

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2012	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Ganho/Perda de Capital	Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2013
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
FURNAS	11.252.674	500.000	26.807	126	-	-	(651.482)	11.128.126
CHESF	11.622.439	-	100.100	-	-	-	(464.109)	11.258.430
ELETROSUL	4.653.342	554.840	123.142	236	-	(109.652)	264.434	5.486.342
ELETRONORTE	10.543.614	225.464	(10.092)	256	-	(101.156)	1.214.814	11.872.900
ELETRONUCLEAR	6.345.704	-	171.458	-	-	-	(687.915)	5.829.246
ELETROPAR	136.549	-	(10.687)	-	-	(8.690)	1.618	118.790
ITAIPU BINACIONAL	102.175	-	14.955		-	-	-	117.130
CGTEE	210.190	74.695	89.401	(8)	-	-	(374.278)	0
ED ALAGOAS	4.119	200.962	(17.276)	-	-	-	(187.805)	-
ED RORAIMA		-	-	-	-	-	8.294	8.294
CELPA	94.673	(94.673)	-	-	-	-	-	-
CEEE-GT	738.009	-	(118.263)	-	-	-	(75.034)	544.711
CEMAT	507.251	-	(3.975)	-	-	-	(168.982)	334.294
EMAE	252.316	-	34.036	-	-	(555)	(137.244)	148.553
CTEEP	739.735	-	-	-	-	(70.460)	244.165	913.440
CEMAR	411.463	-	-	-	-	(12.606)	64.537	463.394
REDE LAJEADO	540.819	-	89	-	(180.394)	(70.098)	(57.510)	232.906
CEB LAJEADO	79.672	-	24	-	-	(11.232)	15.180	83.644
PAULISTA LAJEADO	27.425	-	-	-	-	(6.136)	6.381	27.669
CEEE-D	343.875	-	(101.928)	-	-	-	(95.298)	146.649
INAMBARI	9.250	841	54	-	-	-	(996)	9.148
CHC	28.584	-	4.540	-	-	-	(4.004)	29.119
EÓLICA MANGUE SECO	17.006	-	-	-	-	-	52	17.058
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	409.386	228.000	-	-	-	-	(6.262)	631.123
ROUAR	-	17.788	1.071	-	-	-	(433)	18.427
TOTAL DE INVESTIMENTOS	49.070.267	1.707.918	303.456	610	(180.394)	(390.586)	(1.091.876)	49.419.395
MUTAÇÃO DO PASSIVO A DESCOBERTO - CONTROLADORA								
ED PIAUI	(223.505)	477.107	(30.770)	-	-	-	(442.308)	(219.476)
ED RONDONIA	(72.768)	207.263	-	-	-	-	(323.150)	(188.655)
ED RORAIMA	(23.562)	-	2.712	-	-	-	20.850	-
AMAZONAS	(1.128.017)	279.254	11.089	-	-	-	(1.654.826)	(2.492.500)
ED ACRE	(54.035)	-	-	-	-	-	(143.489)	(197.524)
CGTEE	-	-	-	-	-	-	(97.718)	(97.718)
ED ALAGOAS	-	-	-	-	-	-	(21.400)	(21.400)
TOTAL PASSIVO A DESCOBERTO	(1.501.887)	963.624	(16.969)	-	-	-	(2.662.042)	(3.217.274)
LÍQUIDO	47.568.380	2.671.542	286.487	610	(180.394)	(390.586)	(3.753.918)	46.202.121

Controladas e coligadas	Saldo em 01/01/2012	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Ganho/Perda de Capital	Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2012
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
FURNAS	13.237.136	-	(475.981)	-	-	(192.601)	(1.315.879)	11.252.674
CHESF	16.742.953	1.339.994	(247.109)	(1.685)	-	(893.837)	(5.317.877)	11.622.439
ELETROSUL	2.624.730	2.162.724	(110.703)	186	-	(89.081)	65.486	4.653.342
ELETRONORTE	10.199.453	1.125.949	(21.947)	59	-	(49.922)	(709.978)	10.543.614
ELETRONUCLEAR	6.520.292	-	(194.312)	-	-	-	19.724	6.345.704
ELETROPAR	169.135	-	(28.260)	-	-	(17.157)	12.831	136.549
ITAIPU BINACIONAL	93.790	-	8.385		-	-	-	102.175
CGTEE	334.348	432.966	(126.966)	41	-	(12.254)	(417.946)	210.190
CEAL	217.375	-	(126.189)	-	-	-	(87.067)	4.119
CERON	135.118	-	-	-	-	-	(207.886)	-
ELETROACRE	85.563	-	-	-	-	-	(85.563)	-
CELPA	171.370	-	-	-	-	-	(76.697)	94.673
CEEE-GT	701.628	-	51.370	-	-	13.562	(28.551)	738.009
CEMAT	522.614	-	-	-	-	6.275	(21.638)	507.251
EMAE	301.190	-	-	-	-	-	(48.874)	252.316
CTEEP	641.618	-	-	-	-	(108.026)	206.143	739.735
CEMAR	323.433	-	-	-	-	(41.197)	129.227	411.463
REDE LAJEADO	532.459	-	(24)	-	-	(65.292)	73.676	540.819
CEB LAJEADO	76.155	-	(20)	-	-	(10.651)	14.188	79.672
PAULISTA LAJEADO	27.654	-	-	-	-	(7.455)	7.227	27.425
CEEE-D	391.988	-	44.947	-	-	-	(93.060)	343.875
INAMBARI	9.738	679	185	-	-	-	(1.352)	9.250
CHC	19.090	10.029	1.886	-	-	-	(2.421)	28.584
EÓLICA MANGUE SECO	17.166	-	-	-	-	-	(159)	17.006
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	217.135	198.000	-	-	-	-	(5.750)	409.386
TOTAL DE INVESTIMENTOS	54.313.130	5.270.340	(1.224.737)	(1.399)	-	(1.467.637)	(7.892.197)	49.070.267
MUTAÇÃO DO PASSIVO A DESCOBERTO - CONTROLADORA								
CEPISA	(185.154)	-	(1.863)	-	-	-	(36.488)	(223.505)
CERON	-	-	-	-	-	-	(72.768)	(72.768)
BOAVISTA	-	-	-	-	-	-	(23.562)	(23.562)
AMAZONAS	(286.994)	-	(11.821)	-	-	-	(829.203)	(1.128.018)
ELETROACRE	-	-	-	-	-	-	(54.035)	(54.035)
TOTAL PASSIVO A DESCOBERTO	(472.148)	-	(13.684)	-	-	-	(1.016.056)	(1.501.888)
LÍQUIDO	53.840.982	5.270.340	(1.238.421)	(1.399)	-	(1.467.637)	(8.908.253)	47.568.380

O valor do passivo a descoberto está registrado na rubrica Provisão para passivo a descoberto em controladas.

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Controladas e coligadas MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO	Saldo em 31/12/2012	Integralização de capital	Outros Resultados Abrangentes	Ganho/Perda de Capital	Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2013
ITAIPU BINACIONAL	102.175	-	14.955		-	-	-	117.130
CELPA	94.673	(94.673)	-	-	-	-	-	0
CEEE-GT	738.009	-	(118.263)	-	-	-	(75.034)	544.712
CEMAT	507.251	-	(3.975)	-	-	-	(168.982)	334.294
EMAE	261.499	-	35.274	-	-	(575)	(142.237)	153.961
CTEEP	753.512	-	-	-	-	(71.770)	249.838	931.580
CEMAR	411.463	-	-	-	-	(12.606)	64.537	463.394
REDE LAJEADO	540.819	-	89	-	(180.394)	(70.098)	(57.510)	232.906
CEB LAJEADO	79.672	-	24	-	-	(11.232)	15.180	83.644
PAULISTA LAJEADO	27.425	-	-	-	-	(6.136)	6.381	27.669
CEEE-D	343.875	-	(101.928)	-	-	-	(95.298)	146.649
INAMBARI	15.890	1.402	54	(6.126)	-	-	(2.071)	9.148
CHC	28.584	-	4.540	-	-	-	(4.004)	29.119
EÓLICA MANGUE SECO	17.006	-	-	-	-	-	52	17.058
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	1.365.096	759.696	-	-	-	-	(20.255)	2.104.537
ROUAR	-	17.788	1.071	-	-	-	(433)	18.427
MADEIRA ENERGIA S.A.	1.870.691	654.069		-	-	-	(18.678)	2.506.082
ESBR PARTICIPAÇÕES S.A.	1.879.649	950.000	133	-	-	-	(77.642)	2.752.140
ENERPEIXE S.A.	514.735	-	-	-	-	(85.960)	96.604	525.379
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	514.112	139.651	-	-	-	(7.556)	39.720	685.927
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	476.619	21.318	-	-	-	-	27.621	525.558
TELES PIRES PARTICIPAÇÕES	92.988	439.396	-	-	-	-	(6.802)	525.582
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	388.108	61.250	-	-	-	805	12.007	462.170
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	303.627	-	-	-	-	(48.808)	90.568	345.387
GOIÁS TRANSMISSÃO	101.646	51.499	-	-	-	(19.751)	(1.815)	131.579
STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.	188.861	-	-	-	-	(31.789)	38.082	195.154
SANTA VITÓRIA DO PALMAR HOLDING S.A.	97.060	88.772	-	-	-	-	138	185.970
TRANSMISSORA SUL BRASILEIRA DE ENERGIA S.A.	6.301	157.754	-	-	-	(1.440)	4.788	167.403
INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	147.902	-	-	-	-	(4.837)	17.086	160.151
RETIRO BAIXO ENERGIA S.A.	110.078	-	-	-	-	-	3.103	113.181
MGE TRANSMISSÃO	63.431	45.570	-	-	-	201	(2.831)	106.371
BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	109.609	-	-	-	-	-	(3.688)	105.921
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA GARANHUNS S.A.	14.956	80.850	-	-	-	-	2.853	98.659
LIVRAMENTO HOLDING S.A.	35.280	73.031	-	-	-	-	(10.963)	97.348
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.	176.503	-	-	-	-	(14.483)	27.042	189.062
CIA. HIDRELÉTRICA TELES PIRES	89.816	(89.816)	-	-	-	-	-	-
BAGUARI ENERGIA S.A.	89.239	-	-	-	-	(1.837)	5.035	92.437
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	107.865	1.960	-	-	-	(9.904)	(21.680)	78.241
TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	63.037	-	-	-	-	-	12.619	75.656
CHUÍ HOLDING S.A	33.606	41.797	-	-	-	-	(193)	75.210
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A.	104.098	-	-	-	-	(16.812)	(26.544)	60.742
TDG - TRANSMISSORA DELMIRO GOUVEIA S.A.	45.183	-	-	-	-	(2.152)	6.798	49.829
TOTAL DE INVESTIMENTOS	12.911.949	3.401.315	(168.026)	(6.126)	(180.394)	(416.741)	(16.609)	15.525.368

Controladas e coligadas MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO	Saldo em 01/01/2012	Integralização de capital	Outros Resultados Abrangentes	Ganho/Perda de Capital	Redução de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2012
ITAIPU BINACIONAL	93.790	-	8.385		-	-	-	102.175
CELPA	171.370	-	-	-	-	-	(76.697)	94.673
CEEE-GT	701.628	-	51.370	-	-	13.562	(28.551)	738.009
CEMAT	522.614	-	-	-	-	6.275	(21.638)	507.251
EMAE	312.150	-	-	-	-	-	(50.651)	261.499
CTEEP	641.618	-	-	-	-	(108.026)	219.920	753.512
CEMAR	323.433	-	-	-	-	(41.197)	129.227	411.463
REDE LAJEADO	532.459	-	(24)	-	-	(65.292)	73.676	540.819
CEB LAJEADO	76.155	-	(20)	-	-	(10.651)	14.188	79.672
PAULISTA LAJEADO	27.654	-	-	-	-	(7.455)	7.227	27.425
CEEE-D	391.988	-	44.947	-	-	-	(93.060)	343.875
INAMBARI	16.675	1.132	185	-	-	-	(2.102)	15.890
CHC	19.090	10.029	1.886	-	-	-	(2.421)	28.584
EÓLICA MANGUE SECO	17.166	-	-	-	-	-	(159)	17.006
NORTE ENERGIA (BELO MONTE)	724.746	659.736	-	-	-	-	(19.387)	1.365.096
MADEIRA ENERGIA S.A.	645.738	1.126.504	-	-	-	-	98.449	1.870.691
ESBR PARTICIPAÇÕES S.A.	1.108.816	780.001	(463)	-	-	-	(8.705)	1.879.649
ENERPEIXE S.A.	536.652	-	-	-	-	(98.440)	76.523	514.735
INTERLIGAÇÃO ELÉTRICA DO MADEIRA S.A.	359.756	135.240	-	-	-	-	19.116	514.112
MANAUS TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	310.354	180.085	-	-	-	-	(13.820)	476.619
NORTE BRASIL TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	35.595	332.220	8.536	-	-	(554)	12.311	388.108
CHAPECOENSE GERAÇÃO S.A.	276.365	-	-	-	-	(5.501)	32.763	303.627
GOIÁS TRANSMISSÃO	40.540	56.840	-	-	-	(300)	4.566	101.646
STN - SISTEMA DE TRANSMISSÃO NORDESTE S.A.	195.267	-	-	-	-	(24.021)	17.615	188.861
SANTA VITÓRIA DO PALMAR HOLDING S.A.	-	97.551	-	-	-	-	(491)	97.060
INTEGRAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	131.287	-	-	-	-	(153)	16.768	147.902
RETIRO BAIXO ENERGIA S.A.	106.068	-	-	-	-	-	4.010	110.078
MGE TRANSMISSÃO	34.217	27.440	-	-	-	(201)	1.975	63.431
BRASNORTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	105.661	-	-	-	-	-	3.948	109.609
ENERGÉTICA ÁGUAS DA PEDRA S.A.	157.112	-	-	-	-	(8.073)	27.464	176.503
CIA. HIDRELÉTRICA TELES PIRES	93.550	-	-	-	-	-	(3.734)	89.816
BAGUARI ENERGIA S.A.	90.346	-	-	-	-	(9.730)	8.623	89.239
TRANSENERGIA RENOVÁVEL S.A.	70.821	32.830	-	-	-	-	4.214	107.865
TRANSMISSORA MATOGROSSENSE DE ENERGIA S.A.	47.047	4.799	-	-	-	-	11.191	63.037
CHUÍ HOLDING S.A	-	33.887	-	-	-	-	(281)	33.606
SERRA DO FACÃO ENERGIA S.A.	145.463	-	-	-	-	(1.005)	(40.360)	104.098
TDG - TRANSMISSORA DELMIRO GOUVEIA S.A.	15.235	34.300	-	-	-	-	(4.352)	45.183
AMAPARI ENERGIA S.A.	34.105	-	-	-	-	(2.269)	7.354	39.190
TOTAL DE INVESTIMENTOS	9.112.530	3.512.594	114.802	-	-	(363.032)	424.718	12.801.611

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

15.4 Informações do valor de mercado das investidas

Empresas de capital aberto	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado (*) 31/12/2013	31/12/2012
CEEE-D	Equivalência Patrimonial	32,59%	189.631	244.628
CEEE-GT	Equivalência Patrimonial	32,59%	202.250	268.884
CEMAR	Equivalência Patrimonial	33,55%	837.264	534.769
CEMAT	Equivalência Patrimonial	40,92%	232.872	206.254
CTEEP	Equivalência Patrimonial	35,23%	1.561.602	1.846.752
EMAE	Equivalência Patrimonial	39,02%	82.894	106.681
CELPA	Valor de mercado	1,15%	17.435	23.613
CELESC	Valor de mercado	10,75%	82.901	141.779
CESP	Valor de mercado	2,05%	148.568	153.571
COELCE	Valor de mercado	7,06%	210.589	226.711
AES Tiete	Valor de mercado	7,94%	577.435	713.399
CGEEP - DUKE	Valor de mercado	0,47%	27.371	30.162
ENERGISA S.A	Valor de mercado	3,29%	84.906	77.740
CELGPAR	Valor de mercado	0,07%	345	391
CELPE	Valor de mercado	1,56%	21.149	35.212
COPEL	Valor de mercado	0,56%	34.136	37.856
CEB	Valor de mercado	3,29%	6.703	6.000
AES Eletropaulo	Valor de mercado	1,25%	35.368	35.206
CPFL Energia	Valor de mercado	0,18%	Não divulgado - 27/03	36.456
Energias do Brasil	Valor de mercado	0,31%	19.385	18.556
Guascor	Valor de mercado	4,41%	Não divulgado	Não divulgado
TANGARÁ	Valor de mercado	25,47%	19.932	19.932
CDSA	Valor de mercado	0,13%	368	367
Ceb Lajeado	Equivalência Patrimonial	40,07%	58.364	58.364
Lajeado Energia	Equivalência Patrimonial	40,07%	303.276	303.276
Paulista Lajeado	Equivalência Patrimonial	40,07%	22.532	22.532
Amapari Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	40,07%	109.563	79.980
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	81.638	79.273
Baguari Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	30,61%	301.961	291.514
Bom Jesus	Equivalência Patrimonial	49,00%	190	Não divulgado
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,71%	213.072	220.497
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	92.340	28.208
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	127.069	38.771
Cachoeira	Equivalência Patrimonial	49,00%	131	Não divulgado
Caldas Novas	Equivalência Patrimonial	49,90%	21.311	12.960
Carnaúba I	Equivalência Patrimonial	49,00%	231	Não divulgado
Carnaúba II	Equivalência Patrimonial	49,00%	190	Não divulgado
Carnaúba III	Equivalência Patrimonial	49,00%	169	Não divulgado
Carnaúba V	Equivalência Patrimonial	49,00%	251	Não divulgado
Central Eólica Famosa I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	14.822	Não divulgado
Central Eólica Pau Brasil S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.878	Não divulgado
Central Eólica Rosada S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	18.543	Não divulgado
Central Eólica São Paulo S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	11.122	Não divulgado
Cervantes I	Equivalência Patrimonial	49,00%	169	Não divulgado
Cervantes II	Equivalência Patrimonial	49,00%	131	Não divulgado
Chapecoense Geração S.A.	Equivalência Patrimonial	40,00%	863.468	759.068
Chuí	Equivalência Patrimonial	49,00%	153.490	68.584
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Equivalência Patrimonial	49,00%	35.980	48.561
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	Equivalência Patrimonial	24,50%	Não divulgado	366.596
Construtora Integração Ltda	Equivalência Patrimonial	49,00%	91.649	82.265
Costa Oeste	Equivalência Patrimonial	49,00%	8.733	2.322
Energética Águas da Pedra S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	378.947	353.906
Energia dos Ventos I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	10.963	341
Energia dos Ventos II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	6.684	251
Energia dos Ventos III S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.880	310
Energia dos Ventos IV S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	14.327	441
Energia dos Ventos IX S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	11.731	341
Energia dos Ventos V S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	11.504	320
Energia dos Ventos VI S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	15.849	420
Energia dos Ventos VII S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	16.000	441
Energia dos Ventos VIII S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	11.463	320
Energia dos Ventos X S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	8.792	280
Enerpeixe	Equivalência Patrimonial	40,00%	1.313.448	1.286.838
ESBR Participações S.A.	Equivalência Patrimonial	40,00%	6.880.352	4.699.124
Etau	Equivalência Patrimonial	27,40%	88.318	86.482
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	3.071	108
Fronteira Oeste	Equivalência Patrimonial	51,00%	10	Não divulgado
Goiás Transmissão S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	460.188	207.441
Inambari Geração de Energia	Equivalência Patrimonial	19,60%	31.255	33.878
Integração Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	317.932	297.048
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	1.514.466	1.119.863
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	201.342	30.521
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	47.463	55.169
Livramento	Equivalência Patrimonial	49,00%	198.669	72.000
Luziânia - Niquelândia Transmissora S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	11.500	1.900
Madeira Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	39,00%	6.425.851	4.796.644
Manaus Construtora Ltda.	Equivalência Patrimonial	49,50%	18.116	79.024
Manaus Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,50%	1.061.735	962.864
Marumbi	Equivalência Patrimonial	20,00%	5.755	2.850
MGE Transmissão S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	217.084	129.451
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	943.204	792.059
Norte Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	34,98%	4.212.159	2.732.162
Paranaíba	Equivalência Patrimonial	24,50%	72.657	Não divulgado
Pedra Branca S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	28.768	27.560
Pitimbu	Equivalência Patrimonial	49,00%	190	Não divulgado
Punaú I	Equivalência Patrimonial	49,00%	251	Não divulgado
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	83.460	36.384
Retiro Baixo Energética S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	230.982	224.649
Santa Vitória do Palmar	Equivalência Patrimonial	49,00%	379.531	198.080
São Caetano	Equivalência Patrimonial	49,00%	269	Não divulgado
São Caetano I	Equivalência Patrimonial	49,00%	190	Não divulgado
São Galvão	Equivalência Patrimonial	49,00%	251	Não divulgado
São Pedro do Lago S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	30.852	28.770
Serra do Facão Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,47%	123.040	210.411
Sete Gameleiras S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	41.312	40.430
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	398.274	385.431
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	101.690	92.209
Teles Pires Participações S.A.	Equivalência Patrimonial	49,42%	1.064.632	363.628
Transenergia Goiás S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	5.022	5.127
Transenergia Renovável S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	159.676	220.133
Transenergia São Paulo S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	101.290	63.908
Transirapé	Equivalência Patrimonial	24,50%	57.347	46.367
Transleste	Equivalência Patrimonial	24,00%	113.279	107.029
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	154.399	128.647
Transnorte Energia S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	76.698	53.467
Transudeste	Equivalência Patrimonial	25,00%	56.028	55.484
Triângulo Mineiro	Equivalência Patrimonial	49,00%	21.357	Não divulgado
TSBE	Equivalência Patrimonial	80,00%	209.254	7.876
TSLE	Equivalência Patrimonial	51,00%	33.139	32.904
Usina Energia Eólica Caiçara I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	10.778	233
Usina Energia Eólica Caiçara II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	6.937	136
Usina Energia Eólica Junco I S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	10.599	217
Usina Energia Eólica Junco II S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	10.788	227
Vale do São Bartolomeu	Equivalência Patrimonial	39,00%	1.700	Não divulgado
Ventos de Santa Joana IX Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.017	Não divulgado
Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.017	Não divulgado
Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.017	Não divulgado
Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.017	Não divulgado
Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.017	Não divulgado
Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.017	Não divulgado
Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	Equivalência Patrimonial	49,00%	9.017	Não divulgado

(*) Baseado na cotação das ações na data-base.

15.5 Resumo das informações dos empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

I - Ativo e Passivo

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	31/12/2013 Participação	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,00%	259.646	12.622	27.888	31.308	213.072
CEEE-D	32,59%	1.566.376	1.431.206	451.072	2.035.169	511.341
CEEE-GT	32,59%	468.606	2.734.020	234.429	1.235.724	1.732.473
Chapecoense Geração S.A.	40,00%	3.209.220	232.821	1.795.563	783.010	863.468
Cia Hidrelétrica Teles Pires	49,00%	3.137.772	839.665	2.659.699	255.366	1.062.372
CTEEP	35,23%	24.565	6.575.996	229.350	1.458.764	4.912.447
Energética Aguas da Pedra S.A	49,00%	750.921	144.460	442.144	43.390	409.847
Enerpeixe S.A.	40,00%	1.696.814	186.286	238.093	331.560	1.313.447
ESBR Participações S.A.	40,00%	16.808.946	1.342.317	10.179.844	933.548	7.037.871
Inambari Geração de Energia	49,00%	26.136	5.047	-	104	31.079
Integração Trasmissora de Energia S.A	49,00%	624.947	20.725	212.154	115.586	317.932
Interligação Elétrica do Madeira S.A	49,00%	4.039.559	79.230	2.431.411	432.143	1.255.235
Itaipu	50,00%	37.786.710	2.303.927	32.432.831	7.423.546	234.260
Madeira Energia S.A	39,00%	18.827.952	1.695.658	11.893.204	2.204.556	6.425.850
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	2.076.820	177.653	876.820	315.918	1.061.735
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	2.440.038	105.802	1.097.930	507.405	940.505
Norte Energia S.A	50,00%	12.757.333	1.180.925	8.745.145	980.954	4.212.159
Serra do Facão Energia S.A	49,47%	2.000.042	74.699	516.965	1.434.736	123.040
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	49,00%	674.032	31.820	201.814	105.764	398.274
Outros		13.203.554	5.017.068	5.068.726	4.365.799	8.786.097

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

II - Resultado

	31/12/2013					
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	4.050	200	(861)	(353)	1.780	(557)
CEEE-D	2.263.719	136.400	(76.275)	3.278	(228.571)	(4.795)
CEEE-GT	735.508	161.302	(22.970)	27.290	(191.336)	(41.062)
Chapecoense Geração S.A.	567.286	15.792	(140.980)	(79.433)	161.601	(64.365)
Cia Hidrelétrica Teles Pires	112	-	(925)	-	(15.898)	-
CTEEP	822.235	302.321	(212.243)	181.951	31.921	7.339
Energética Águas da Pedra S.A	118.849	3.619	(22.432)	(16.177)	31.452	(12.650)
Enerpeixe S.A.	424.737	12.195	(53.551)	(23.994)	219.218	(49.398)
ESBR Participações S.A.	126.857	3.219	(5.704)	20.859	(194.439)	(5.661)
Inambari Geração de Energia	-	55	-	-	(33.579)	(24)
Integração Trasmissora de Energia S.A	71.428	1.349	(20.153)	(4.121)	33.999	(3)
Interligação Elétrica do Madeira S.A	784.981	9.691	(153.651)	(5.713)	11.092	-
Itaipu	8.199.764	54.459	(1.665.907)	-	2.565.210	-
Madeira Energia S.A	1.300.586	18.115	(323.895)	(12.548)	(47.738)	(230.612)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	311.705	5.937	(75.372)	(26.708)	63.601	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	546.395	9.936	(56.224)	(7.529)	14.441	-
Norte Energia S.A	-	85.047	(85.615)	18.394	(37.078)	(3.190)
Serra do Facão Energia S.A	252.057	4.278	(38.728)	(10.932)	(74.009)	(24.361)
Sistema de Transmissão Nordeste S.A	138.203	2.390	(29.923)	(18.872)	77.719	(114)
Outros	4.210.026	1.077.463	(577.747)	(152.657)	481.226	(34.304)

I - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Alagoas mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL, e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 15 de maio de 2005 e em 08 de junho de 2009 com vigência até 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 219.360 (31 de dezembro de 2012 – R$ 39.531), prejuízos acumulados de R$ 583.356 (31 de dezembro de 2012 – R$ 374.151) e passivo a descoberto de R$ 21.400 (patrimônio líquido de R$ 4.118 em 31 de dezembro de 2012) e depende do suporte financeiro da Companhia.

b) Distribuição Rondônia - detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Rondônia mediante o Contrato de Concessão 05/2001-ANEEL e seus aditivos celebrados, respectivamente, em 12 de fevereiro de 2001 e de 11 de novembro de 2005, com vencimento em 07 de julho de 2015. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 311.403 (31 de dezembro de 2012 – R$ 24.541), prejuízos acumulados de R$ 1.513.778 (31 de dezembro de 2012 – R$ 1.190.628) e passivo a descoberto de R$ 188.654 (31 de dezembro de 2012 – R$ 72.768) e depende do suporte financeiro da Companhia.

c) Distribuição Piauí – detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado do Piauí, mediante Contrato de Concessão 04/2001 de 12 de fevereiro de 2001, com a ANEEL, com vencimento em 07 de julho de 2015. A principal atividade é a distribuição de energia elétrica. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 176.070 (31 de dezembro de 2012 – 54.248), prejuízos acumulados de R$ 1.441.479 (31 de dezembro de 2012 – R$ 999.171) e passivo a descoberto de R$ 219.477 (31 de dezembro de 2012 – R$ 223.506) e depende do suporte financeiro da Companhia.

d) Amazonas Energia – tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 2.950.392 (31 de dezembro de 2012 – R$ 1.949.330), prejuízos acumulados de R$ 6.586.399(31 de dezembro de 2012 – R$ 5.445.438) e passivo a descoberto de R$ 2.492.502 (31 de dezembro de 2012 – R$ 1.128.019) e depende do suporte financeiro da Companhia. Está previsto para ocorrer em 2014, a desverticalização desta investida. Neste estudo está sendo considerada a transferência das atividades de geração para uma nova sociedade a ser criada no âmbito do Sistema Eletrobras.

e) Distribuição Roraima - Detém concessão pelo Contrato 21/2001 – ANEEL, de 21 de março de 2001 e Termo Aditivo de quatorze de outubro de 2005, para distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR, válida até o ano de 2015. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 33.611 (31 de dezembro de 2012 – R$ 41.725), prejuízos acumulados de R$ 674.534 (31 de dezembro de 2012 – R$ 715.355) e patrimônio líquido de R$ 8.294 (passivo a descoberto de R$ 35.239 em 31 de dezembro de 2012) e depende do suporte financeiro da Companhia.

f) Distribuição Acre – detém a concessão para distribuição e comercialização de energia elétrica para todo os Estado do Acre, mediante contrato de concessão 06/2001, firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 12 de fevereiro de 2001, com prazo de vigência até 07 de julho de 2015. O suprimento de energia elétrica da capital, Rio Branco, e das seis localidades interligadas ao Sistema Rio Branco, é feita pela ELETRONORTE. O interior do Estado, desde 1999, através de um contrato de Comodato, vem sendo suprido pela GUASCOR do Brasil Ltda., na forma de Produtor Independente de Energia- PIE, por intermédio de Sistemas Isolados de Geração. Destaque-se que, o suprimento de energia elétrica a todo o Estado, é feito através de Termoelétricas a Diesel (100%). A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 19.921 (31 de dezembro de 2012 – R$ 39.422), prejuízos acumulados de R$ 458.987 (31 de dezembro de 2012 – R$ 306.761) e passivo a descoberto de R$ 209.552 (31 de dezembro de 2012 – R$ 57.325) e depende do suporte financeiro da Companhia.

II – Empresas de Geração e Transmissão:

a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da Companhia, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, e a realização de serviços de engenharia correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW, bem como construção da usina Angra 3. A energia elétrica gerada pela Companhia foi fornecida exclusivamente para a controlada FURNAS, mediante contrato de compra e venda de energia elétrica até 31 de dezembro de 2012. A partir de 1º de janeiro de 2013, a energia elétrica foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009.

b) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia realiza estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas.A Companhia detém o controle da Uirapuru. Conforme NE 3.2 (d), Artemis, RS Energia, Porto Velho Transmissora, Cerro Chato I, II e III foram incorporadas em 29 de maio de 2013.

c) Itaipu Binacional - entidade binacional criada e regida, em igualdade de direitos e obrigações, pelo Tratado internacional assinado em 26 de abril de 1973, entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai, sendo seu capital pertencente em partes iguais à Eletrobras e a Administración Nacional de Electricidad - ANDE.

Seu objetivo é o aproveitamento dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde o Salto de Guaíra até a foz do rio Iguaçu, mediante a construção e operação de Central Hidrelétrica, com capacidade total disponibilizada de 14 milhões de MW. Em 2013 produziu um total de 98,6 milhões de MWh quebrando seu próprio recorde mundial de produção de energia, que ocorreu em 2012.

d) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF - concessionária de serviço público de energia elétrica que tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. As operações da CHESF na atividade de geração de energia contam com 14 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.615 MW, e na atividade de transmissão o sistema é composto por 11 subestações e 19.344 Km de linhas de alta tensão.

e) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte - concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Companhia, com atuação predominante nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05MW e 6 usinas termelétricas, com capacidade de 479,97MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.340,02MW. A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 9.287,13 km de linhas de transmissão, 45 subestações no Sistema Interligado Nacional – SIN, 695,89 Km de linhas de transmissão, 10 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 9.983,02 km de linhas de transmissão e 55 subestações.

A controlada detém o controle acionário da subsidiária integral Estação Transmissora de Energia S.A., além de participação societária em diversas Sociedades de Propósito Específico – SPE, de geração e transmissão de energia elétrica. Em 30 de dezembro de 2013, a subsidiária integral Rio Branco Transmissora de Energia S.A. foi incorporada. (Nota 3.2 item d).

f) Furnas Centrais Elétricas S.A.– FURNAS – controlada pela Companhia, atua na geração, transmissão e comercialização predominantemente na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, além de participar de Sociedades de Propósito Específico. O sistema de produção de energia elétrica operado por FURNAS é composto por 9 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada com uma potência instalada de 8.996 MW, e 2 usinas termelétricas com 962 MW de capacidade, totalizando 9.958 MW.

g) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE – tem por principal objeto social realizar estudos, projetos, construções e operações das instalações dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B, localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. A investida apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 359.585 (31 de dezembro de 2012 – R$ 316.197).

A CGTEE apresentou em 31 de dezembro de 2013 um prejuízo de R$ 472.043, ante um prejuízo de R$ 418.013 em 31 de dezembro de 2012. O resultado determinou um passivo a descoberto de R$ 97.728 (patrimônio líquido de R$ 210.210 em 31 de dezembro de 2012). Diante do quadro atual, a Companhia está em tratativas junto a Eletrobras para viabilizar ações que possibilitam a sua recuperação técnica e financeira e também está tendo todo o apoio financeiro da Eletrobras para sua manutenção operacional, bem como para execução dos investimentos futuros necessários.

III - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão - CEMAR - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. - controlada pela Companhia, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-GT – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D – sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações - CEEE-Par, empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto a distribuição de energia elétrica em 72 municípios do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 4 milhões de unidades consumidoras.

e) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista - CTEEP- sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

f) Centrais Elétricas do Pará S.A. - CELPA – sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da Equatorial Energia S.A. (Equatorial), que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028. Além do contrato de distribuição, a CELPA possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentava em 31 de dezembro de 2013 capital circulante líquido de R$ 94.439 (31 de dezembro de 2012 – negativo em R$ 33.510).

Todos os créditos existentes contra a investida até a data do ajuizamento do seu pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado em 01 de setembro de 2012 em assembleia geral de credores.

g) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. – EMAE -a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda, da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação. A investida apresentava capital circulante líquido positivo em 31 de dezembro de 2013 de R$138.019 (31 de dezembro de 2012 R$ 140.244).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

h) Lajeado Energia S.A. - companhia de capital fechado, controlada da EDP Energias do Brasil S.A., tem como principal objeto social a geração e comercialização de energia elétrica. A Companhia detém 73% do capital total da Investco S.A., que tem como objeto principal a exploração da UHE Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público 05/97 – ANEEL, com vigência até 2033.

i) Centrais Elétricas Matogrossenses S.A.- CEMAT - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Rede Energia S.A., sob intervenção federal, atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 3 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027. A investida apresentava capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2013 de R$ 925.515 (31 de dezembro de 2012 – R$ 438.922). A investida tem apresentado dificuldades de captação e renovação de seus empréstimos e financiamentos o que vem resultando em dificuldades de liquidar o serviço da dívida, a sua amortização e liquidação de outros compromissos operacionais de curtíssimo prazo.

A ANEEL através da Resolução Autorizativa nº 3.647 de 31 de agosto de 2012, determinou cautelarmente, a intervenção administrativa na CEMAT, por um prazo de 1(um) ano, contado da edição desta resolução, podendo ser prorrogada. Por meio da Resolução Autorizativa nº 4.282 de 20 de agosto de 2013, a ANEEL prorrogou pelo prazo de 2 (dois) anos, a intervenção administrativa na CEMAT, continuando inalteradas as disposições anteriores. Adicionalmente a Companhia divulgou ao mercado em 19 de dezembro de 2012 a postergação do pagamento de juros sobre capital próprio declarados na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012. Este pagamento está suspenso até que seja restabelecida a capacidade financeira da Companhia.

Os planos de recuperação judicial foram apresentados em juízo no dia 15/3/2013, dentro do prazo legal, para ser submetido à deliberação das assembleias gerais de credores das empresas, a ser instaladas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contados do deferimento do processamento dos pedidos de recuperação (art. 56, §1o, da Lei de Recuperação). Esses planos, que foram divulgados aos acionistas e ao mercado na forma da regulamentação vigente, estão sujeitos às modificações que poderão ser propostas pelos credores e deliberadas em assembleia geral de credores, respeitados os quóruns legais e a aprovação das próprias empresas (art. 56, §3o, da Lei de Recuperação).

Em 17 de dezembro de 2013, a ANEEL aprovou através do despacho nº 4.463/2013 o plano de recuperação judicial da CEMAT apresentado pelo Grupo Rede Energia que foi detalhado e atualizado pelo Grupo Energisa. A Companhia reconheceu uma provisão para perda em investimento na CEMAT em virtude do processo de recuperação judicial.

j) Norte Energia S.A. – sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém 49,98% do capital social da Norte Energia. Essa investida vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A investida necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica. Em 31 de dezembro de 2013, a investida apresentava capital circulante líquido positivo de R$ 1.208.687 (31 de dezembro de 2012 – capital líquido negativo de R$ 1.191.908).

k) Madeira Energia S.A. – sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém 39% do capital social da Madeira Energia. A investida está incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento de projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. Em 31 de dezembro de 2013, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 199.510 (31 de dezembro de 2012 - R$ 1.166.329).

IV – Sociedades sob Gestão

a) Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA - a Companhia assinou, em 12 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA. Este processo prevê que a Companhia assuma o controle acionário da CEA.

A Companhia e o Governo do Estado do Amapá celebraram, em 12 de setembro de 2013, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CEA que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra, pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CEA, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CEA, os quais serão, posteriormente, substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado do Amapá obteve financiamento do Governo Federal, com a finalidade de quitação das dívidas da CEA junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

b) Companhia Energética de Roraima - CERR - a Companhia assinou, em 26 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia Energética de Roraima - CERR. Este processo prevê que a Companhia poderá assumir o controle da CERR, por meio da aquisição do controle acionário da companhia.

A Companhia e o Governo do Estado de Roraima celebraram, inicialmente, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, respeitadas as autorizações necessárias, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CERR que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CERR, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CERR, os quais serão posteriormente substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado de Roraima obteve financiamento, com a finalidade de quitação das dívidas da CERR junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

c) Celg Distribuição – CELG-D - Em 24 de abril de 2012 foram assinados Acordo de Acionistas e Acordo de Gestão entre a Eletrobras e o Governo do Estado de Goiás, no âmbito da Celgpar, com o propósito de permitir que a Eletrobras assuma a gestão da Celg Distribuição S/A (Celg D) através da sua representação majoritária no Conselho de Administração da distribuidora, com o fim de promover o saneamento financeiro da CELD D, como também implantar na concessionária melhores práticas de governança corporativa, mediante indicação de quadros para a Administração e Conselho Fiscal, e, dotá-la de instrumentais para atender o mercado cativo de sua área de concessão em padrões condizentes à normatização da ANEEL.

Ainda, através do Acordo de Acionistas e Acordo de Gestão acima citados, e de acordo com a lei 12.688/12, a ELETROBRAS poderá futuramente, caso a concessão se mostre viável economicamente diante da reestruturação de suas dívidas e governança corporativa, adquirir o controle acionário da CELG D, mediante a aquisição de 51% do capital votante da concessionária.

No entanto, o processo de alienação acima referido encontra-se condicionado ao cumprimento de algumas outras condições e obrigações pelas Partes envolvidas, incluindo por exemplo:

- Aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas da ELETROBRAS;
- Definição do preço e condições de transação da operação mediante contratação e aprovação de laudo independente de avaliação da empresa;
- Conclusão de due diligences pela ELETROBRAS;
- Negociação da minuta do Contrato de Compra e Venda de Ações;
- Autorização do Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, nos termos do artigo 6º, IV, a do Anexo I ao Decreto número 7.675 de 20.01.2012, e da Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 29 de janeiro de 2014, a ELETROBRAS, CELGPAR e o Estado de Goiás assinaram um termo de entendimento a fim de reafirmar as seguintes condições para a continuidade do negócio:

- A participação acionária a ser adquirida pela ELETROBRAS será de até 51% das ações ordinárias da GELG D.
- O ESTADO E A CELGPAR obrigam-se a viabilizar a injeção de recursos pelo montante de até R$ 1,9 bilhão na CELG D, concomitantemente a conclusão da transferência do controle à ELETROBRAS;
- Como condição à aquisição das ações pela ELETROBRAS os aportes deverão ser suficientes para tornar positivo o Patrimônio Líquido a mercado da CELG D;
- As partes obrigam-se a diligenciar no sentido de viabilizar a conclusão das avaliações da CELG D, segundo algumas condições definidas no termo;
- O ESTADO, a CELGPAR e a CELG D se obrigam a fornecer à ELETROBRAS todos os documentos por ela solicitados, necessários para a conclusão de sua avaliação.

Desta forma, a ELETROBRAS permanece, nesta data, a deter unicamente a participação acionária de 0,07% no capital social da CELGPAR, e entendemos não existir, em 31 de dezembro de 2013, como de fato ainda não se verificam todas as condições necessárias para que o controle da CELG D (conforme disposições do IAS 27R e CPC 36 R3 e da Lei 6404/76) tenha sido transferido para ELETROBRAS e, por consequência, a operação não satisfaz, neste momento, as condições estabelecidas no CPC 15 para consolidação das demonstrações financeiras da CELG D pela ELETROBRAS no exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

V – Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador, detendo ações preferenciais. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados no Ativo – Investimentos.

No mesmo sentido, tendo em vista as necessidades de expansão dos investimentos no Setor Elétrico, as empresas controladas pela Companhia participam, também de forma minoritária, com ações ordinárias, em diversas empresas de concessão de serviços de energia elétrica, classificados em Ativo – Investimentos. Os investimentos mais relevantes com participação da Companhia e suas controladas em sociedades de propósito específico são os seguintes:

1 – Sistema de Transmissão Nordeste – STN

Parceiros – 1 – Chesf 49%; 2 – Alusa 51%

Objeto – LT 500 Hv, 546 vKm – Teresina/Fortaleza – em operação

2– Empresa Transmissora do Alto Uruguai – ETAU

Parceiros – 1 – Eletrosul 27,4%; 2 – Transmissora Aliança 52,6%; 3 – DME Energética 10%; 4 – CEEE-GT 10%

Objeto – LT 230 Kv, 187 Km – Campos Novos /Santa Marte – em operação

3 – Enerpeixe S.A.

Parceiros – 1 – Furnas 40%; 2 – EDP 60%

Objeto – UHE Peixe Angical 452 MW – em operação

4 - Manaus Construtora Ltda.

Parceiros – 1 – Eletronorte 30,0%; 2 – Chesf 19,5; 3 - Abengoa Holding 50,5%

Objeto – LT 500KV Oriximá/Cariri, SE Itacoatiara 500/138KV e SE 500/230KV – em operação

5 - Uirapuru Transmissora de Energia

Parceiros – 1 – Eletrosul 75%; 2 – Elos 25%

Objeto – LT 525KV, Ivaiorã/Londrina – em operação.

6 - Energia Sustentável do Brasil

Parceiros – 1 – Chesf 20%; 2 – Eletrosul 20%; 2 - GDF Suez Energy Latin America Ltda – 60%.

Objeto – UHE Jirau, com 3.750 MW – em operação.

7 - Norte Brasil Transmissora de Energia

Parceiros – 1 – Eletrosul – 24,5%; 2 – Eletronorte 24,5%; 3 –Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. – 51%

Objeto – LT Porto Velho/Araraquara, trecho 02, 600KV – em fase pré-operacional.

8 – Estação Transmissora de Energia

Parceiro – Eletronorte 100%

Objeto - Estação Retifiicadora - corrente alternada/corrente contínua, e Estação Inversora - corrente contínua/corrente alternada, 600/500 KV - 2950 MW – em operação.

9 - Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia

Parceiros – 1 – Eletronorte 49%; 2 – Bimetal 26,99%; 3 – Alubar 10,76%; 4 – Linear 13,25%

Objeto - 2 linhas de transmissão em 230 KV, Coxipó / Cuiabá, com extensão de 25 km e Cuiabá / Rondonópolis, com extensão de 168 km – em operação

10 - Intesa - Integração Transmissora de Energia

Parceiros – 1 – Chesf 12%; 2 – Eletronorte 37%; 3 – FIP 51%

Objeto - LT 500kV, no trecho Colinas/ Serra da Mesa 2, 3º circuito – em operação

11 – Energética Águas da Pedra

Parceiros – 1 – Chesf 24,5%; 2 – Eletronorte 24,5%; 3 – Neoenergia S.A. 51%

Objeto – UHE Rio Aripuanã 261KW – em operação

12 – Amapari Energia

Parceiros – 1 – Eletronorte 49%; 2 – MPX Energia 51%

Objeto – UTE Serra do Navio 23,33MW

13 - Brasnorte Transmissora de Energia

Parceiros - 1 – Eletronorte 49,71%; 2 – Terna Participações 38,70%; 3 – Bimetal Ind. e Com. de Produtos Metalúrgicos LTDA 11,62%

Objeto – LT Juba/Jauru 230 KV, com 129 Km de extensão; LT Maggi/Nova Mutum 230 KV, com 273 Km de extensão; SE Juba, 230/130 KV e SE Maggi, 230/138 KV – em operação.

14 - Manaus Transmissora de Energia

Parceiros – 1 – Eletronorte 30%; 2 – Chesf 19,50%; 3- Abengoa Concessões Brasil Holding 50,50%

Objeto - LT Oriximiná/Itacoatiara, circuito duplo, 500KV, com extensão de 374 KM, LT Itacoatiara/Cariri, circuito duplo 500KV, com extensão de 212 Km, Subestação Itacoatiara em 500/230 KV, 1.800MVA – em operação.

15 – Transleste

Parceiros – 1 - Furnas 24%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 25%; 4 – EATE 10%

Objeto LT Montes Claros/Irapé, 345 kV – em operação

16 - Transudeste

Parceiros – 1 – Furnas 25%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 24%; 4 – EATE 10%

Objeto - LT Itutinga/ Juiz de Fora, 345 kV – em operação

17 – Transirapé

Parceiros – 1 – Furnas 24,50%; 2 – Alusa 41%; 3 – Cemig 24,50%; 4 – EATE 10%

Objeto - LT Irapé / Araçuaí, 230 kV – em operação

18 – Chapecoense

Parceiros – 1 – Furnas 40%; 2 - CPFL 51%; 3 - CEEE-GT 9%

Objeto – UHE Foz do Chapecó, Rio Uruguai, 855MW – em operação

19 - Serra do Facão Energia

Parceiros - 1 – Furnas 49,47%; 2 - Alcoa Alumínio S.A. 34,97%, 3 - DME Energética S.A 10,09% e 4 - Camargo Corrêa Energia S.A. 5,46%.

Objeto - UHE Serra do Facão, 212,58 MW – em operação

20 - Retiro Baixo

Parceiros – 1 - Furnas 49%; 2 – Orteng 25,5%; 3 - Arcadis Logos 25,5%

Objeto - UHE Retiro Baixo, 82 MW – em operação

21 - Baguari Energia

Parceiros – 1 – Furnas 30,61%; 2- Cemig 69,39%

Objeto - UHE Baguari, 140 MW – em operação

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

22 - Centroeste de Minas

Parceiros – 1 – Furnas 49%; 2 – Cemig 51%

Objeto - LT Furnas/Pimenta (MG), 345 kV – em operação

23 – Santo Antonio Energia

Parceiros – 1 - Furnas 39%; 2 - Odebrecht Investimentos 17,6%; 3 - Andrade Gutierrez Participações 12,4%; 4 – Cemig 10%; 5 - Fundos de Investimentos e Participações da Amazônia 20%; 6 - Construtora Norberto Odebrecht (1%).

Objeto - UHE Santo Antônio – em operação.

24 - IE Madeira

Parceiros – 1 – Furnas 24,50%; 2 – Chesf 24,50%; 3 – CTEEP 31%

Objeto - LT Coletora Porto Velho/Araraquara, trecho 01, com 2.950 Km – em operação.

25 - Inambari

Parceiros – 1 – Furnas 19,60%; 2 – Eletrobras 29,40%; 3 – OAS 51%

Objeto – Construção UHE Inambari (Peru), e do sistema de Transmissão de uso exclusivo, interligando o Peru e Brasil, bem como a importação e exportação de bens e serviços – em fase pré-operacional.

26 – Transenergia

Parceiros – 1 – Furnas 49%; 2 –J. Malucelli 51%

Objeto - construção, implantação, operação e manutenção de linha de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado Nacional Lote C.

27 - Norte Energia S.A.

Parceiros – 1 – Eletrobras 15,00%; 2 – Chesf 15%; 3 - Eletronorte 19,98%; 4 - Petros 10%; 5 - Outros 40,02%

Objeto – UHE Belo Monte, no rio Xingu – em fase pré-operacional.

28 - Eólicas Junco I, Junco II, Caiçara I e Caiçara II

Parceiros: 1 - Chesf: 49%; 2 - Empresa francesa Votalia: 51%.

Objeto: Compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração eólica. As usinas Junco I e II, de 30 MW, cada, serão construídas no município de Jijoca de Jericoacoara, e as usinas Caiçara I e II, de 30 MW e 21 MW, respectivamente, serão construídas no município de Cruz, no Estado do Ceará e totalizarão 111 MW de potência instalada- fase pré-operacional.

29 - Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A

Parceiros: 1 - Chesf 49%; 2 - CTEEP: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista: 51%.

Objeto: construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, especificamente a LT Ceará Mirim – João Câmara II, CS, em 500 kV, com 64 km; LT Ceará Mirim – Campina Grande III, CS, em 500 kV, com 201 km; LT Ceará Mirim – Extremoz II, CS, em 230 kV, com 26 km; LT Campina Grande III – Campina Grande II, CS, em 230 kV, com 8,5 km; LT Secc. J. Camara II/Extremoz/SE Ceará Mirim, CS, em 230 kV, com 6 km; LT Secc. C. Grande II/Extremoz II, C1 e C2, CS, em 230 kV, com 12,5 km; SE João Câmara II, 500 kV; SE Campina Grande III, 500/230 kV; SE Ceará Mirim, 500/230 kV – fase pré-operacional.

30 - TDG – Transmissora Delmiro Gouveia S.A

Parceiros: 1 - Chesf: 49%; 2 - ATP Engenharia Ltda.: 51%.

Objeto: Construção, implementação, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica da linha de transmissão São Luiz II, 230 Kv, com 156 Km de extensão – Maranhão, das subestações Pecém III em 500/230 Kv (3.600 MVA), e Aquiraz II, em 230/69 kV (450 MVA)- Ceará- em fase pré-operacional.

31 - Pedra Branca, São Pedro do Lago e Sete Gameleiras

Parceiros: 1 - Chesf: 49%; 2 - Brennand Energia 51%.

Objeto: Contratação, no ambiente regulado, de energia de fontes alternativas de geração, na modalidade por disponibilidade de energia, capacidade para gerar 30,0 MW, cada, em fase pré-operacional.

32 - Interligação Elétrica Garanhuns S.A

Parceiros: 1 - Chesf: 49%; 2 - CTEEP: Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista 51%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, LT Luis Gonzaga – Garanhuns, em 500 kV, com 224 km; LT Garanhuns – Campina Grande III, em 500 kV, com 190 km; LT Garanhuns – Pau Ferro, em 500 kV, com 239 km; LT Garanhuns – Angelim I, em 230 kV, com 13 Km; SE Garanhuns, 500/230 kV; SE Pau Ferro, 500/230 kV, em fase pré-operacional.

33 - Chuí

Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Rio Bravo Investimentos: 51%.

Objeto: Geração eólica, em fase pré-operacional.

34 - Livramento

Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Rio Bravo Investimentos: 41%; 3 - Fundação Elos: 10%.

Objeto: Geração eólica, em fase pré-operacional.

35 - Santa Vitória do Palmar

Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Rio Bravo Investimentos: 51%.

Objeto: Geração eólica, em fase pré-operacional.

36 - TSBE

Parceiros: 1 - Eletrosul: 80%; 2 - Copel: 20%.

Objeto: LT 230 Kv- Nova Santa Rita- Camaquã 3- LT 230 Kv Camaquã 3- Quinta; LT 525 Kv Salto Santiago- Itá; LT 525 Kv Itá- Nova Santa Rita, em fase pré-operacional.

37 - TSLE

Parceiros: 1 - Eletrosul: 51%; 2 - CEEE: 49%.

Objeto: LT 525 Kv Nova Santa Rita – Povo Novo; LT 525 Kv Povo Nova- Marmeleiro; LT 525 Kv Marmeleiro- Santa Vitória do Palmar. Seccionamento da LT 230 Kv Camaquã 3. Em fase pré-operacional.

38 - Marumbi

Parceiros: 1 - Eletrosul: 20%; 2 - Copel: 80%.

Objeto: LT 525 Kv Curitiba – Curitiba Leste (PR). Em fase pré-operacional.

39 - Costa Oeste

Parceiros: 1 - Eletrosul: 49%; 2 - Copel: 51%.

Objeto: LT 230 Kv Cascavel Oeste- Umuarama(PR). Em fase pré-operacional.

40 - Teles Pires Participações

Parceiros: 1 - Eletrosul: 24,70%; 2 - Neoenergia: 50,60%; 3- Furnas: 24,70%.

Objeto: Geração hidráulica, UHE Teles Pires, em fase de pré-operacional.

41 - Linha Verde Transmissora de Energia

Parceiro: 1 - Eletronorte: 49%; 2 - Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.: 51%.

Objeto: LT Porto Velho - Samuel - Ariquemes - Ji-Paraná - Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com extensão de 987 Km, 230 kV – em fase pré-operacional.

42 - Transmissora Matogrossense

Parceiro: 1 - Eletronorte: 49%; 2 - Alupar Investimentos S.A. - 46%; 3 - Mavi Engenharia e Construções Ltda. - 5%

Objeto: LT Jaurú - Cuiabá (MT), com extensão de 348 Km e SE Jaurú, com 500 kV – em operação.

43 - Construtora Integração

Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Eletrosul: 24,50%; 3 - Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.: 51%

Objeto: Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. – em operação.

44 - Transorte

Parceiro: 1 - Eletronorte: 49%; 2 - Alupar Investimento S.A.: 51%

Objeto: LT Lechuga (AM) - Equador - Boa Vista (RR), com 500 kV – em fase pré-operacional.

45 - Brasventos Eolo Geradora Energia

Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Furnas: 24,50%; 3 - J. Malucelli: 51%

Objeto: Parque Eólico Rei dos Ventos 1 com 48,6 MW de potência instalada, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte – em fase pré-operacional.

46 - Brasventos Miassaba 3 Geradora

Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Furnas: 24,50%; 3 - J. Malucelli: 51%

Objeto: Parque Eólico Miassaba 3, com 50 MW de potência instalada, localizado no município de Macau, no Rio Grande do Norte – em fase pré-operacional.

47 - Rei dos Ventos 3 Geradora

Parceiro: 1 - Eletronorte: 24,50%; 2 - Furnas: 24,50%; 3 - J. Malucelli: 51%

Objeto: Parque Eólico Rei dos Ventos 3, com 48,6 MW de potência instalada, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte – em fase pré-operacional.

48 - Luziana – Niquelândia Transmissora

Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - State Grid Corporation of China: 51%.

Objeto: Instalações de transmissão compostas pela Subestação Niquelândia, com transformação 230/69 kV - (3+1) x 10 MVA, e pela Subestação Luziânia, com transformação 500/138 kV - (3+1) x 75 MVA – em fase pré-operacional.

49 - Energia dos Ventos I a X

Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - Alupar 50,99%; 3 - Empresas detentoras do direito dos estudos: 0,01%.

Objeto: Concessão para implantação e exploração de 10 Centrais Geradoras Eólicas e respectivas instalações de transmissão. Centrais de Geração Eólica, totalizando 230 MW instalados, municípios de Fortim e Aracati - Ceará.

50 - Caldas Novas

Parceiros: 1 - Furnas: 49,90%; 2 - Desenvix: 25,5%; 3 - Santa Rita: 12,525%; CEL Engenharia: 12,525%.

Objeto: Instalações de Transmissão da Rede Básica, compostas pela Subestação Corumbá, em 345/138 kV – 150 MVA- Caldas Novas – GO.

51 - Goiás Transmissão

Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - Desenvix: 20%; 3 - J. Malucelli Energia: 31%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção das linhas de transmissão Rio Verde Norte – Trindade; Trindade- Xavantes; Trindade - Região Centro Oeste.

52 - Madeira Energia S.A

Parceiros: 1 - Furnas: 39%; 2 - Odebrecht Energia: 18,6%; 3 - Andrade Gutierrez Participações S.A.: 12,4%; 4- CEMIG: 10%; 5- FIP: 20%.

Objeto: Construção e operação da UHE Santo Antônio- Porto Velho- RO.

53 - MGE Transmissão

Parceiros: 1 - Furnas: 49%; 2 - Desenvix: 20%; 3 - J. Malucelli Energia: 31%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção das LTs Mesquita – Viana 2- Viana 2- Viana e da SE Viana 2.

54 – Triângulo Mineiro

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção da LT Marimbondo II – Assis.

55 – Paranaíba

Parceiros: 1 – Furnas: 24,50%; 2 – COPEL: 24,50%; 3 – State Grid: 51%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção das LTs Barreiras II – Rio das Éguas – Luziânia – Pirapora.

56 – Central Eólica Famosa I

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – PF Participações Ltda.: 51%.

Objeto: Parque Eólico Famosa I, com 22,5 MW de potência instalada, localizado no município de Tibau, Rio Grande do Norte.

57 – Central Eólica Pau Brasil

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – PF Participações Ltda.: 51%.

Objeto: Parque Pau Brasil, com 15 MW de potência instalada, localizado no município de Icapuí, Ceará.

58 – Central Eólica Rosada

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – PF Participações Ltda.: 51%.

Objeto: Parque Rosada, com 30 MW de potência instalada, localizado no município de Tibau, Rio Grande do Norte.

59 – Central Eólica São Paulo

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – PF Participações Ltda.: 51%.

Objeto: Parque Rosada, com 17,5 MW de potência instalada, localizado no município de Icapuí, Ceará.

60 – Vale do São Bartolomeu

Parceiros: 1 – Furnas: 39%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%; 3 – CELG DT: 10%.

Objeto: Construção, montagem, operação e manutenção das LTs Luziânia – Brasília Leste; Samambaia – Brasília Sul – Brasília Geral.

61 – Punaú I

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

Objeto: 7 Parques Eólicos no estado do Rio Grande do Norte, totalizando 132 MW.

62 – Carnaúba I

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

63 – Carnaúba II

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

64 – Carnaúba III

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

65 – Carnaúba V

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

66 – Cervantes I

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

67 – Cervantes II

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

68 – Bom Jesus

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

69 – Cachoeira

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

70 – Pitimbu

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

71 – São Caetano I

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

72 – São Caetano

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

73 – São Galvão

Parceiros: 1 – Furnas: 49%; 2 – FIP Caixa Milão: 51%.

74 – Companhia Energética Sinop S.A.

Parceiros: 1 – Eletronorte: 24,50%; 2 – Demais: 75,50%.

Objeto: Construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da UHE SINOP – início das operações previsto para 2018.

75 – Rouar S.A.

Parceiros: 1 – Eletrobras: 50%; 2 – UTE: 50%

Objeto: 1 Parque Eólico em Colônia - Uruguai

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

15.6 – Ações em garantia

Tendo em vista a Companhia ter diversas ações no âmbito do judiciário, onde figura como ré (Vide Nota 31), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 6,58% (9,02% em 31 de dezembro 2012) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo descrito:

	CONTROLADORA		
	31/12/2013		
PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	VALOR DO INVESTIMENTO	PERCENTUAL DE BLOQUEIO	INVESTIMENTO BLOQUEADO
CTEEP	913.440	99,60%	909.786
EMAE	148.553	100,00%	148.553
CESP	148.568	99,44%	147.736
CEB	6.703	100,00%	6.703
AES TIETE	577.435	100,00%	577.435
COELCE	210.589	99,98%	210.547
CGEEP	27.371	100,00%	27.371
CEMAT	334.294	100,00%	334.294
CELPA	17.435	100,00%	17.435
CELPE	21.149	100,00%	21.149
CEEE - GT	544.711	28,61%	155.842
CEEE - D	146.649	100,00%	146.649
CELESC	82.901	99,97%	82.876
ENERGISA	84.906	90,61%	76.933
CEMAR	463.394	97,06%	449.770
SUBTOTAL	3.728.098		3.313.079
Outros Investimentos	46.601.152		-
TOTAL	50.329.250	6,58%	3.313.079

NOTA 16 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas nos termos da Lei 12.783/13.

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantias a terceiros.

As Obrigações Especiais (obrigações vinculadas às concessões) correspondem a recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

	CONSOLIDADO				
	31/12/2013				
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment*	Valor líquido
Em serviço					
Geração	42.951.596	(18.396.555)	(488.501)	(2.699.425)	21.367.115
Administração	2.112.331	(1.179.851)	-	-	932.480
	45.063.926	(19.576.405)	(488.501)	(2.699.425)	22.299.595
Em curso					
Geração	7.059.539	-	-	-	7.059.539
Administração	679.380	-	-	-	679.380
	7.738.919	-	-	-	7.738.919
	52.802.846	(19.576.405)	(488.501)	(2.699.425)	30.038.514

	CONSOLIDADO				
	31/12/2012				
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment*	Valor líquido
Em serviço					
Geração	38.643.192	(17.156.637)	(492.702)	(1.803.142)	19.190.711
Administração	2.139.463	(1.130.055)	-	-	1.009.408
	40.782.655	(18.286.691)	(492.702)	(1.803.142)	20.200.119
Em curso					
Geração	8.808.361	-	-	-	8.808.361
Administração	486.352	-	-	-	486.352
	9.294.713	-	-	-	9.294.713
	50.077.368	(18.286.691)	(492.702)	(1.803.142)	29.494.833

Movimentação do Imobilizado

	CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2012	Adições	Transferência curso/serviço	Baixas	*Impairment*	Depreciação	Saldo em 31/12/2013
Geração / Comercialização							
Em serviço	37.524.420	224.330	4.121.201	(37.127)	-	-	41.832.824
Depreciação acumulada	(17.156.637)	-	-	-	-	(1.239.918)	(18.396.555)
Em curso	8.808.361	2.490.820	(4.158.791)	(80.851)	-	-	7.059.539
Arrendamento Mercantil	1.118.772	-	-	-	-	-	1.118.772
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	(1.803.142)	-	-	-	(896.283)	-	(2.699.425)
	28.491.774	2.715.150	(37.590)	(117.978)	(896.283)	(1.239.918)	28.915.155
Administração							
Em serviço	2.139.463	18.580	76.702	(122.415)	-	-	2.112.331
Depreciação acumulada	(1.130.055)	-	-	-	-	(49.796)	(1.179.851)
Em curso	486.352	302.497	(102.026)	(7.443)	-	-	679.380
	1.495.761	321.077	(25.324)	(129.858)	-	(49.796)	1.611.860
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à concessão							
Reintegração Acumulada	19.697	-	-	-	-	-	19.697
Participação da União Federal	(177.802)	-	-	2.835	-	-	(174.967)
Participação da União, estados e Municípios	(19.389)	-	-	-	-	-	(19.389)
Reservas para Amortização	(81.998)	-	-	-	-	-	(81.998)
Outros	(233.210)	(2.997)	-	-	-	4.363	(231.844)
	(492.702)	(2.997)	-	2.835	-	4.363	(488.501)
TOTAL	29.494.833	3.033.230	(62.914)	(245.001)	(896.283)	(1.285.351)	30.038.514

	CONSOLIDADO							
	Saldo em 01/01/2012	Adições	Transferência curso/serviço	Baixas	*Impairment*	Depreciação	Efeitos da Lei nº 12.783/13	Saldo em 31/12/2012
Geração / Comercialização								
Em serviço	55.890.685	-	1.668.354	(3.382.339)	-	(368.592)	(16.283.688)	37.524.420
Depreciação acumulada	(24.518.240)	(347.564)	(280.390)	1.789.120	-	(1.026.227)	7.226.664	(17.156.637)
Em curso	8.727.409	2.699.966	(1.374.750)	(525.771)	-	-	(718.493)	8.808.361
Arrendamento Mercantil	1.165.388	-	-	-	-	(46.616)	-	1.118.772
Provisão p/ ajustes valor recuperação ativos - *impairment*	(836.208)	-	-	-	(966.934)	-	-	(1.803.142)
	40.429.034	2.352.402	13.214	(2.118.990)	(966.934)	(1.441.435)	(9.775.517)	28.491.774
Administração								
Em serviço	2.349.747	35.959	(138.157)	(108.085)	-	-	-	2.139.463
Depreciação acumulada	(1.326.834)	(20.255)	273.556	38.505	-	(95.026)	-	(1.130.055)
Em curso	486.352	-	-	-	-	-	-	486.352
	1.509.264	15.704	135.399	(69.580)	-	(95.026)	-	1.495.761
(-) Obrigações Especiais Vinculadas à concessão								
Reintegração Acumulada	16.872	-	-	-	-	2.825	-	19.697
Participação da União Federal	(177.829)	-	-	-	-	27	-	(177.802)
Participação da União, estados e Municípios	(19.389)	-	-	-	-	-	-	(19.389)
Reservas para Amortização	(81.998)	-	-	-	-	-	-	(81.998)
Outros	(123.594)	(113.045)	-	(23.930)	-	4.917	22.442	(233.210)
	(385.938)	(113.045)	-	(23.930)	-	7.769	22.442	(492.702)
TOTAL	41.552.360	2.255.061	148.613	(2.212.500)	(966.934)	(1.528.692)	(9.753.075)	29.494.833

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Taxa média de depreciação e depreciação acumulada:

	CONSOLIDADO			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Geração				
Hidráulica	2,46%	12.445.776	2,51%	11.923.482
Nuclear	0,08%	3.356.493	0,08%	3.080.265
Térmica	2,43%	2.493.879	3,08%	2.076.971
Eólica	4,00%	42.989	4,00%	21.749
Comercialização	3,15%	57.417	2,29%	54.170
		18.396.554		17.156.637
Administração	7,28%	1.179.851	6,76%	1.130.055
		1.179.851		1.130.055
Total		19.576.405		18.286.691

NOTA 17 – ATIVO FINANCEIRO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida	8.245.051	7.154.941
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	6.476.898	7.184.041
	14.721.949	14.338.982
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	5.247.686	4.595.947
	5.247.686	4.595.947
Concessões de Geração		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis	1.483.539	1.483.540
	1.483.539	1.483.540
	21.453.174	20.418.469
Ativo Financeiro Itaipu (item I)	3.418.865	2.028.405
	3.418.865	2.028.405
Total do ativo financeiro	24.872.039	22.446.874
Ativo Financeiro – Circulante	1.168.002	318.293
Passivo Financeiro – Circulante	-	(787.115)
Ativo Financeiro – Não Circulante	23.704.037	22.915.696
Total do ativo (passivo) financeiro	24.872.039	22.446.874

I – Ativo Financeiro de Itaipu

	CONTROLADORA	
	31/12/2013	31/12/2012
Contas a Receber	2.369.637	1.459.221
Direito de Ressarcimento	984.210	849.724
Fornecedores de Energia - Itaipu	(1.457.677)	(1.468.505)
Obrigações de ressarcimento	(1.136.737)	(1.627.555)
Total ativo (passivo) circulante	759.433	(787.115)
Contas a Receber	790.448	894.847
Direito de Ressarcimento	4.977.321	4.919.758
Obrigações de ressarcimento	(3.108.337)	(2.999.085)
Total ativo (passivo) não circulante	2.659.432	2.815.520

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e são detalhados a seguir:

a - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

a.1 – Fator de ajuste

Ao amparo da Lei 11.480/2007, foi retirado o fator de ajuste dos contratos de financiamento celebrados com Itaipu Binacional, e dos contratos de cessão de créditos firmados com o Tesouro Nacional, a partir de 2007, ficando assegurada à Companhia a manutenção integral de seu fluxo de recebimentos.

Como decorrência, foi editado o Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, regulamentando a comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional, definindo o diferencial a ser aplicado na tarifa de repasse, criando um ativo referente à parte do diferencial anual apurado, equivalente ao fator anual de ajuste retirado dos financiamentos, a ser incluído anualmente na tarifa de repasse, a partir de 2008, praticado pela Companhia, preservando o fluxo de recursos, originalmente estabelecido.

Dessa forma, passou a ser incluído na tarifa de repasse da potência proveniente da Itaipu Binacional, a partir de 2008, o diferencial decorrente da retirada do fator anual de reajuste, cujos valores são definidos anualmente através de portaria interministerial dos Ministérios da Fazenda e de Minas e Energia. Na tarifa de repasse em vigor em 2011, encontra-se incluído o montante equivalente a US$ 214,989, o qual será recebido pela Companhia através de cobranças as distribuidoras, homologado pela portaria MME/MF 398/2008.

O saldo decorrente do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentada no Ativo Não Circulante, monta a R$ 4.977.321 em 31 de dezembro de 2013, equivalentes a US$ 2,125,244 (31 de dezembro de 2012 – R$ 4.919.758, equivalentes a US$ 2,407,516), dos quais R$ 3.108.337 equivalente a US$ 1,318,209, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

a.2 - Comercialização de energia elétrica

A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, atribuiu à Companhia a responsabilidade pela aquisição da totalidade da energia elétrica produzida por Itaipu Binacional a ser consumida no Brasil, passando a ser a comercializadora dessa energia elétrica.

Desta forma, foi comercializado no exercício de 2013 o equivalente a 134.839 GWh, sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US$ 22.60/kW e a tarifa de repasse (venda), US$ 26,08/kW.

O resultado da comercialização da energia elétrica da Itaipu Binacional, nos termos do Decreto 4.550, de 27 de dezembro de 2002, observadas as alterações introduzidas pelo Decreto 6.265, de 22 de novembro de 2007, tem a seguinte destinação:

1) se positivo, deverá ser destinado, mediante rateio proporcional ao consumo individual, a crédito de bônus nas contas de energia dos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh.

2) se negativo, é incorporado pela ANEEL no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada no ano subsequente à formação do resultado.

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se negativo uma obrigação efetiva.

No exercício de 2013, a atividade foi superavitária em R$ 85.649 (R$ 280.029 deficitária em 31 de dezembro de 2012), sendo a obrigação decorrente incluída como parte da rubrica de ativo financeiro.

b – Revisões Tarifárias Periódicas

As distribuidoras controladas pela Eletrobras passaram no exercício de 2013 pelo processo do Terceiro Ciclo de Revisão Tarifária-3RTP (3º Ciclo).

O processo de revisão tarifária tem como objetivo a reposição tarifária e a remuneração sobre os investimentos prudentes. Para o cálculo do reposicionamento tarifário, a ANEEL define: os custos operacionais eficientes, a partir da atualização dos custos operacionais definidos no último ciclo, os investimentos prudentes, que compõem a Base de Remuneração Regulatória, o nível de perdas regulatórias a serem repassadas aos consumidores e os custos não gerenciáveis.

Como resultado dessa revisão a ANEEL declarou o valor total da Base de Remuneração Regulatória – BRR para fins do 3º Ciclo de Revisão Tarifária para as distribuidoras da Companhia:

	Amazonas	Ceron	Cepisa	Eletroacre	Ceal	Boa Vista
Base de Remuneração Líquida	1.461.655	374.753	317.736	218.033	443.837	142.272
Taxa de Depreciação	3,31% a.a.	3,75% a.a.	3,99% a.a.	3,75% a.a.	3,97% a.a.	3,98% a.a.

A Companhia reconheceu o *impairment* de R$ (1.089.746) como resultado do processo de análise e conciliação dos valores determinados pela ANEEL com os valores contábeis. (Vide Notas 19 e 43).

II - Ativo Financeiro – Concessão de serviço público de energia elétrica

A rubrica ativo financeiro - concessão, no montante de R$ 21.453.174 (31 de dezembro de 2012 - R$ 20.418.469) refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de geração e transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

NOTA 18 – ATIVO INTANGÍVEL

	CONSOLIDADO						
	SALDO EM 31/12/2012	ADIÇÕES	BAIXAS	*IMPAIRMENT*	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	SALDO EM 31/12/2013
Vinculados à Concessão - Geração	669.007	29.256	(749)	-	(147.061)	(377.676)	172.777
Em serviço	567.706	11.457	(749)	-	(147.061)	(361.967)	69.386
Ativo Intangível	841.268	11.457	(749)	-	-	(361.771)	490.205
Amortização acumulada	(217.156)	-	-	-	(147.061)	-	(364.217)
Obrigações especiais	(56.406)	-	-	-	-	(196)	(56.602)
Impairment	-	-	-	-	-	-	-
Em curso	101.301	17.799	-	-	-	(15.709)	103.391
Ativo Intangível	116.053	17.904	-	-	-	(15.871)	118.086
Obrigações especiais	(14.752)	(105)	-	-	-	162	(14.695)
Vinculados à Concessão - Distribuição	190.555	42.576	(61.051)	256.210	(33.138)	(175.075)	220.077
Em serviço	134.022	(92)	(61.051)	174.694	(34.131)	(122.558)	90.884
Ativo Intangível	1.761.894	61	(162.901)	-	-	(131.329)	1.467.725
Amortização acumulada	(1.033.561)	-	-	-	(34.131)	-	(1.067.692)
Obrigações especiais	(387.669)	(153)	101.850	-	-	5.567	(280.405)
Contrato de concessão oneroso	-	-	-	-	-	-	-
Impairment	(206.642)	-	-	174.694	-	3.204	(28.744)
Em curso	56.533	42.668	-	81.516	993	(52.517)	129.193
Ativo Intangível	165.912	44.460	-	-	-	(56.076)	154.296
Obrigações especiais	(25.453)	(1.792)	-	-	993	3.559	(22.693)
Impairment	(83.926)	-	-	81.516	-	-	(2.410)
Vinculados à Concessão - Transmissão	-	8.113	(454)	-	(300)	-	7.359
Em serviço	-	-	(454)	-	(300)	3.006	2.252
Ativo Intangível	-	-	(454)	-	-	3.006	2.552
Amortização acumulada	-	-	-	-	(300)	-	(300)
Em curso	-	8.113	-	-	-	(3.006)	5.107
Ativo Intangível	-	8.113	-	-	-	(3.006)	5.107
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	345.001	77.264	(316)	-	(34.690)	1.108	388.369
Administração							
Em serviço	597.655	21.530	(322)	-	-	19.110	637.973
Amortização acumulada	(287.628)	-	-	-	(34.690)	-	(322.318)
Em curso	68.818	55.734	-	-	-	(18.002)	106.550
Outros	(33.844)	-	6	-	-	-	(33.836)
Total	1.204.563	157.209	(62.570)	256.210	(215.189)	(551.643)	788.582

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

	CONSOLIDADO						
	SALDO EM 01/01/2012	ADIÇÕES	BAIXAS	*IMPAIRMENT*	AMORTIZAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS CUSTO / SERVIÇO	SALDO EM 31/12/2012
Vinculados à Concessão - Geração	79.774	7.341	(35)	-	(216.090)	798.017	669.007
Em serviço	29.744	4.436	(35)	-	(216.090)	749.651	567.706
Ativo Intangível	30.810	4.436	(35)	-	-	806.057	841.268
Amortização acumulada	(1.066)	-	-	-	(216.090)	-	(217.156)
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	(56.406)	(56.406)
Em curso	50.030	2.905	-	-	-	48.366	101.301
Ativo Intangível	50.030	2.905	-	-	-	63.118	116.053
Obrigações especiais	-	-	-	-	-	(14.752)	(14.752)
Vinculados à Concessão - Distribuição	800.135	166.446	(104.699)	522	96.495	(768.344)	190.555
Em serviço	725.997	94.314	(102.778)	522	96.495	(680.528)	134.022
Ativo Intangível	2.470.122	94.621	(122.321)	-	-	(680.528)	1.761.894
Amortização acumulada	(1.123.564)	-	-	-	90.003	-	(1.033.561)
Obrigações especiais	(413.397)	(307)	19.543	-	6.492	-	(387.669)
Impairment	(207.164)	-	-	522	-	-	(206.642)
Em curso	74.138	72.132	(1.921)	-	-	(87.816)	56.533
Ativo Intangível	250.813	94.068	(7.517)	-	-	(171.452)	165.912
Obrigações especiais	(112.349)	(4.746)	5.596	-	-	86.046	(25.453)
Impairment	(64.326)	-	-	-	-	(19.600)	(83.926)
Contrato de concessão oneroso	-	(17.190)	-	-	-	17.190	-
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	407.971	64.378	(73.129)	-	(40.674)	(13.546)	345.001
Administração							
Em serviço	619.151	24.917	(70.779)	-	-	24.366	597.655
Amortização acumulada	(246.954)	-	-	-	(40.674)	-	(287.628)
Em curso	69.621	39.459	(2.350)	-	-	(37.912)	68.818
Outros	(33.847)	2	-	-	-	-	(33.844)
Total	1.287.880	238.165	(177.863)	522	(160.269)	16.127	1.204.563

O Ativo Intangível é substancialmente amortizado durante o prazo de concessão.

NOTA 19 – VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

A Companhia estimou o valor recuperável de seus ativos de longo prazo com base em valor em uso tendo em vista não haver mercado ativo para a infraestrutura vinculada à concessão. O valor em uso é avaliado com base no valor presente do fluxo de caixa futuro estimado.

Os valores alocados às premissas representam a avaliação da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. Quando identificada a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, esta provisão é reconhecida no resultado do período na rubrica Provisões Operacionais.

Foram considerados as seguintes premissas:

a) Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;

b) Taxa de desconto (após os impostos) específica para cada segmento 6,80% para geração, 6,45% para transmissão e 6,61% para distribuição (4,98% para geração, 4,73% para transmissão e 4,61% distribuição em 2012) obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;

c) Para a Usina Angra 3 devido suas características especiais de financiamento a taxa de desconto utilizada foi de 5,60%;

d) A Companhia tratou como unidades geradoras de caixa independentes todos os seus empreendimentos.

A análise determinou a necessidade de constituição de provisão para perdas nos seguintes empreendimentos no ano de 2013:

a) Eletrosul – A Companhia reconheceu em 2013 *impairment* no montante de R$ 247.578 (R$ 149.672 em 2012).

b) Amazonas Energia (segmento de distribuição) – A conciliação dos valores da BRR e a posterior avaliação de recuperabilidade do ativo intangível apresentou a indicação de perdas na realização de ativos *impairment* no montante de R$ 332.871 em 2013.

c) Furnas – A Companhia reconheceu *impairment* sobre as UHE Batalha, UHE Simplício e UHE Santa Cruz, no montante de R$ 1.060.332 (31 de dezembro de 2012 – R$ 1.028.266), sobre a recuperação de ativos, sendo de R$ 32.067 neste exercício (2012 – R$ 334.931), tendo em vista um aumento na estrutura de custos impostas pelo atraso nas obras de construção das usinas hidrelétricas de Batalha e Simplício. Vale ressaltar a entrada em operação da UHE Simplício em 1º de maio de 2013, portanto, o impacto em 2013 é referente majoritariamente, a UHE Batalha.

d) Eletronorte – Foi reconhecida em 2013 provisão adicional de R$ 165.334 (R$ 482.334 em 2012) composta por: R$ 102.131 (R$ 344.104 em 2012) sobre ativo imobilizado de geração da UHE Samuel; R$ 45.720 (R$ 27.389 em 2012) referente ao ativo imobilizado da UTE Balbina; e R$ 17.483 sobre outros ativos imobilizados (R$ 110.841 em 2012).

e) Eletronuclear – Foi reconhecido um *impairment* referente a Usina Angra 3 no valor de R$ 532.509 no exercício de 2013 devido substancialmente ao atraso no cronograma das obras; pelas características especiais de financiamento a taxa de desconto para Angra 3 foi de 5,60% a.a..

f) CGTEE – Foi reconhecido um *impairment* no valor de R$ 74.012 no exercício referente ao ativo imobilizado da UTE Candiota II (Fase B) a uma taxa de desconto de 6,80% a.a..

g) Chesf – No exercício, a Companhia realizou teste de *impairment*, para suas unidades geradoras de caixa, utilizando critério do fluxo de caixa descontado a uma taxa de 6,45%a.a.. A partir deste teste a Companhia reconheceu no seu resultado uma provisão para perda relativa ao valor não recuperável dos ativos de transmissão, no valor de R$ 638.206.

h) Eletroacre – A conciliação dos valores da BRR e a posterior avaliação de recuperabilidade do ativo intangível apresentou a indicação de perdas na realização de ativos *impairment* no montante de R$ 64.899 em 2013.

i) Cepisa – A conciliação dos valores da BRR e a posterior avaliação de recuperabilidade do ativo intangível apresentou a indicação de perdas na realização de ativos *impairment* no montante de R$ 233.477 em 2013.

j) Ceron – A conciliação dos valores da BRR e a posterior avaliação de recuperabilidade do ativo intangível apresentou a indicação de perdas na realização de ativos *impairment* no montante de R$ 196.720 em 2013.

	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2011	1.422.712
(+) Constituições	1.059.462
(-) Reversões	(522)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.481.652
(+) Constituições	3.389.721
(-) Reversões	(927.848)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	4.943.525

As perdas por *impairment* no resultado por segmento são como seguem:

	31/12/2013			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	896.284	-	-	896.284
Intangível	-	-	(256.210)	(256.210)
Ativo Financeiro	(201.282)	775.490	1.324.252	1.898.460
Contrato Oneroso	-	-	15.867	15.867
Crédito Tributário	-	-	(92.528)	(92.528)
Total	695.002	775.490	991.381	2.461.873

	31/12/2012			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	966.934	-	-	966.934
Intangível	-	-	(522)	(522)
Crédito Tributário	-	-	92.528	92.528
Total	966.934	-	92.006	1.058.940

NOTA 20 – FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	37.155	43.450	6.572.112	4.102.270
Energia Comprada para Revenda	305.623	424.354	960.503	2.164.593
CCEE - Energia de curto prazo	-	-	207.963	156.211
	342.778	467.804	7.740.578	6.423.074
NÃO CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	-	-	185.235	-
Energia Comprada para Revenda	-	-	606.058	-
	-	-	791.293	-
	342.778	467.804	8.531.871	6.423.074

Em 2013, o aumento do saldo de fornecedores da controlada Amazonas Energia (R$ 5.234.092 em 2013 e R$ 3.287.747 em 2012) refere-se, substancialmente, às faturas em aberto da Petrobras e Cigás.

NOTA 21 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	48.910	45.583
Adiantamentos de clientes - PROINFA	462.672	424.309	462.672	424.309
	462.672	424.309	511.582	469.892
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	-	-	776.252	830.234
	-	-	776.252	830.234
TOTAL	462.672	424.309	1.287.834	1.300.126

I – ALBRÁS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRÁS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange* (*LME*) - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (Vide Nota 44).

Com base nestas condições, a ALBRÁS, fez uma oferta de pré-compra de energia elétrica com pagamento antecipado, que se constitui em créditos de energia que serão amortizados durante o período de fornecimento, em parcelas fixas mensais expressas em MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês do faturamento, como detalhado a seguir:

	Datas do contrato		
Cliente	Inicial	Final	Volume em Megawatts Médios (MW)
Albrás	1/7/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	1/7/2004	31/3/2014	de 304 a 328
BHP	1/7/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa esta energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equivalente ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 22 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

I - Contratos obtidos pela Companhia em 2013 – Instituições Financeiras

Foi assinado, em 24 de junho de 2013, o contrato de financiamento junto ao banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R$ 2.500.000, cujos recursos serão destinados para cobrir o capital de giro para o ano de 2013. Este contrato conta com garantia da União, variação da taxa Selic mais um spread de 2,5% ao ano e prazo de 5 anos de pagamento (com carência de 1 ano).

II) Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia é autorizada a sacar recursos da RGR, aplicando-os na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

Desta forma, a Companhia toma recursos junto à RGR, reconhecendo uma dívida para com este Fundo, e aplica em projetos específicos de investimento, por ela financiados, que tenham por objetivo:

a) expansão dos serviços de distribuição de energia elétrica;

b) incentivo às fontes alternativas de energia elétrica;

c) estudos de inventário e viabilidade de aproveitamento de potenciais hidráulicos;

d) implantação de centrais geradoras de potência até 5.000 kW, destinadas exclusivamente ao serviço público em comunidades populacionais atendidas por sistema elétrico isolado;

e) iluminação pública eficiente;

f) conservação de energia elétrica através da melhoria da qualidade de produtos e serviços;

g) universalização de acesso à energia elétrica.

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2013, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R$ 8.401.683 (31 de dezembro de 2012 – R$ 8.870.838), incluídos na rubrica Financiamentos e empréstimos, do passivo.

Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Companhia.

	31/12/2013							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,40%	2.093	43.586	152.553	4,40%	2.222	43.586	395.070
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,51%	10.280	526.593	1.608.550	2,51%	10.280	526.593	1.608.550
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	3,86%	15	-	191.143	3,86%	15	-	191.143
Eximbank	2,15%	1.040	49.016	171.550	2,15%	1.040	49.016	171.550
BNP Paribas	1,53%	251	81.128	601.680	1,53%	251	81.128	601.680
Outras		583	2.371	101.817		652	3.553	106.813
		14.262	702.694	2.827.293		14.460	703.876	3.074.806
Bônus								
Vencimento 30/11/2015	7,75%	5.360	-	702.780	7,75%	5.360	-	702.780
Vencimento 30/07/2019	6,87%	78.740	-	2.342.600	6,87%	78.740	-	2.342.600
Vencimento 27/10/2021	5,75%	48.641	-	4.099.550	5,75%	48.641	-	4.099.550
		132.741	-	7.144.930		132.741	-	7.144.930
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		8	464	-
MORGAN		-	-	-		428	400	7.163
LLOYDS		-	-	-		-	22	1.115
		-	-	-		436	886	8.278
		147.003	702.694	9.972.223		147.637	704.762	10.228.014
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.401.683		-	-	8.401.683
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		13.251	100.170	1.078.525
Banco do Brasil		-	-	-		19.797	24.883	1.904.708
Caixa Econômica Federal		-	-	-		42.655	205.298	2.185.315
BNDES		99.404	250.000	2.250.000		118.286	593.027	6.708.276
		99.404	250.000	10.651.683		193.989	923.378	20.278.507
		246.407	952.694	20.623.906		341.626	1.628.140	30.506.521

	31/12/2012							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE	Tx. Média	Valor	CIRCULANTE	NÃO CIRCULANTE
Moeda Estrangeira								
Instituições financeiras								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,40%	2.124	38.021	171.097	4,40%	2.194	38.021	301.977
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,51%	12.978	330.237	1.862.530	2,51%	12.978	330.237	1.862.530
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	3,86%	2	-	35.832	3,86%	2	-	35.832
Eximbank	2,15%	1.346	52.067	234.296	2,15%	1.346	52.067	234.296
BNP Paribas	1,53%	330	70.769	595.628	1,53%	330	70.769	595.628
Outras		146	2.064	9.655		672	6.379	33.970
		16.926	493.158	2.909.038		17.522	497.473	3.064.233
Bônus								
Vencimento 30/11/2015	7,75%	4.675	-	613.050	7,75%	4.675	-	613.050
Vencimento 30/07/2019	6,87%	68.687	-	2.043.500	6,87%	68.687	251	2.043.538
Vencimento 27/10/2021	5,75%	42.431	-	3.576.125	5,75%	42.431	-	3.576.125
		115.793	-	6.232.675		115.793	251	6.232.713
Outros								
Tesouro Nacional - ITAIPU		-	-	-		20	810	405
LLOYDS		-	-	-		-	38	991
		-	-	-		20	848	1.396
		132.719	493.158	9.141.713		133.335	498.572	9.298.342
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		-	-	8.870.838		-	-	8.870.838
Outras Instituições Financeiras		-	-	-		22.119	253.142	827.740
Banco do Brasil		-	-	-		8.071	21.220	961.334
Caixa Econômica Federal		-	-	-		23.342	-	823.202
BNDES		-	-	-		36.568	340.910	4.511.415
		-	-	8.870.838		90.100	615.272	15.994.529
		132.719	493.158	18.012.551		223.435	1.113.844	25.292.871

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

a) As dívidas são garantidas pela União e/ou pela Eletrobras.

b) O total devido em moeda estrangeira, inclusive encargos correspondentes na controladora em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 10.821.920 (R$9.767.583 em 31 de dezembro de 2012), equivalentes a US$ 4,619,619 (US$ 4,779,834 em 31 de dezembro de 2012) e no consolidado a R$ 11.080.413 (R$ 9.930.249 em 31 de dezembro de 2012), equivalentes a US$ 4,729,964 (US$ 4,859,432 em 31 de dezembro de 2012). A distribuição percentual por tipo de moeda é a seguinte:

	US$	EURO	YEN
Controladora	96,19%	1,77%	2,05%
Consolidado	96,27%	1,73%	2,00%

c) Os empréstimos e financiamentos estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2013 é de 5,91% a.a e em 2012 foi de 5,04%.

d) A parcela de longo prazo dos empréstimos e financiamentos expressa em milhares de Dólares norte-americanos, tem seu vencimento assim programado:

	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019	Total
Controladora	394,865	216,837	215,331	159,930	543,891	7,272,997	8,803,853
Consolidado	584,078	320,742	318,514	236,566	804,515	10,604,475	12,909,229

e) Em 30 de setembro de 2013, foi assinado o contrato de empréstimo ponte nº 0418.626-06/2013 entre a Caixa Econômica Federal e a ELETRONUCLEAR, com garantia da ELETROBRAS, no valor de R$ 1 bilhão, destinado a aquisição de materiais, equipamentos importados e serviços estrangeiros para a construção da usina Angra 3, tendo sido sacado um montante de R$ 200.000 até 31 de dezembro de 2013.

f) A CHESF contraiu um empréstimo com o Banco do Brasil no valor de R$ 500.000, com juros de 9,77% a.a., destinado, exclusivamente, a garantir a provisão de fundos da conta corrente de depósitos. Está garantido por Cédula de Crédito Bancário emitido contra a Eletrobras.

II – Operação de arrendamento financeiro:

O valor nominal utilizado no cálculo dos ativos e passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potencia mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, esta demonstradas no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Menos de um ano	321.758	298.231
Mais de um ano e menos de cinco anos	1.608.784	1.491.157
Mais de cinco anos	1.742.850	1.913.652
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	209.509	299.932
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento	3.882.901	4.002.972
Ajuste a valor presente	(1.809.677)	(1.979.939)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	2.073.224	2.023.033
Menos de um ano	181.596	162.929
Mais de um ano e menos de cinco anos	907.981	814.644
Mais de cinco anos	983.647	1.045.460
Valor presente dos pagamentos	2.073.224	2.023.033

III – GARANTIAS

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros abaixo.

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/ SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2013	Saldo Garantidor Eletrobras	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			Saldo a Desembolsar	Término da Garantia
								2014	2015	2016	Após 2016	
Eletrobras	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	924.721	9.247	987.781	1.055.193	1.127.262	-	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	482.277	4.823	519.171	558.888	601.642	-	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	137.793	1.378	148.335	159.682	171.898	-	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	Fiel Cumprimento	SPE	15,00%	156.915	156.915	1.569	109.841	109.841	109.841	-	30/04/2019
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	1.909.000	2.053.885	20.539	2.006.972	1.953.728	1.897.122	-	15/01/2034
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	Banco do Brasil	SPE	100,00%	223.419	184.274	1.843	156.302	128.308	100.313	-	15/07/2020
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	126.221	88.699	887	76.889	65.060	53.231	-	15/06/2021
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	170.029	69.575	696	54.779	39.968	25.156	-	15/10/2018
Eletrosul	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	24,50%	257.250	270.656	2.707	327.166	315.773	228.792	-	15/01/2029
Eletrosul	Norte Brasil Transmissora	Debêntures	SPE	24,50%	49.000	50.874	509	59.866	62.853	75.171	-	15/01/2029
Eletrosul	Porto Velho Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	283.411	283.902	2.839	264.666	245.447	226.226	-	15/08/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES	SPE	49,00%	182.417	172.786	1.728	160.546	148.275	136.004	-	15/01/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES/Banco do Brasil	SPE	49,00%	182.417	172.841	1.728	160.599	148.323	136.048	-	15/01/2028
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	183.330	164.786	1.648	151.718	138.620	125.522	-	15/07/2026
Eletrosul	SC Energia	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	23.995	240	19.570	15.159	10.740	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES/BDRE	Corporativo	100,00%	50.000	23.950	240	19.533	15.111	10.688	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	103.180	48.415	484	39.486	30.546	21.606	-	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	67.017	41.180	412	35.507	29.826	24.145	-	15/03/2021
Eletrosul	UHE São Domingos	BNDES	Corporativo	100,00%	207.000	214.552	2.146	199.793	184.993	170.194	-	15/06/2028
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	41.898	36.650	367	33.891	31.124	28.358	-	15/03/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	SPE	100,00%	9.413	9.647	96	8.943	8.237	7.531	-	15/08/2027
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	14.750	13.619	136	12.539	11.456	10.374	-	15/07/2026
Eletrosul	Projetos Corporativos	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	250.000	250.852	2.509	250.852	222.980	195.107	-	15/11/2023
Eletrosul	UHE Teles Pires	BNDES LP	SPE	24,50%	296.940	235.655	2.357	-	-	-	-	15/02/2036
Eletrosul	UHE Teles Pires	BNDES/ BB	SPE	24,50%	294.000	235.232	2.352	-	-	-	-	15/02/2036
Eletrosul	UHE Teles Pires	FI-FGTS	SPE	24,50%	160.680	183.174	1.832	-	-	-	-	31/05/2032
Eletrosul	Livramento Holding	BNDES	SPE	24,50%	91.943	76.013	760	69.426	62.285	54.852	-	15/06/2030
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Debêntures	SPE	80,00%	120.000	123.068	1.231	123.068	-	-	-	22/09/2014
Eletrosul	Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	BNDES	SPE	49,00%	17.846	17.846	178	19.121	17.054	14.987	-	01/11/2022
Eletrosul	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BNDES	SPE	49,00%	197.950	112.828	1.128	198.444	185.526	165.676	-	15/04/2016
Eletronorte	São Luis II e III	BNDES	Corporativo	100,00%	13.653	10.646	106	9.671	8.695	7.720	975	15/11/2024
Eletronorte	Miranda II	BNDES	Corporativo	100,00%	47.531	31.099	311	27.320	23.541	19.762	3.779	15/11/2024
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas	BNB	Corporativo	100,00%	70.000	68.056	681	64.167	60.278	56.389	3.889	03/06/2013
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira	BASA	Corporativo	100,00%	25.720	24.416	244	22.798	21.179	19.560	1.619	10/01/2029
Eletronorte	UHE Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	931.000	306.187	3.062	279.783	178.043	76.337	76.337	15/09/2016
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	24,50%	257.250	270.656	2.707	327.166	315.773	228.792	-	15/01/2029
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	Debêntures	SPE	24,50%	49.000	50.874	509	59.866	62.853	75.171	-	15/01/2029
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	BTG Pactual	SPE	49,00%	110.250	113.321	1.133	-	-	-	-	31/01/2014
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	BASA	SPE	49,00%	90.650	70.348	703	105.315	96.336	87.357	-	10/11/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	75.000	88.230	882	101.236	108.604	93.207	-	10/07/2030
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	45.000	52.938	529	48.626	48.557	41.673	-	15/06/2032

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/ SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor em 31/12/2013	Saldo Garantidor Eletrobras	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			Saldo a Desembolsar	Término da Garantia
								2014	2015	2016	Após 2016	
Eletronorte	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	30,00%	120.000	122.198	1.222	111.043	101.634	87.225	-	31/12/2026
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BNDES	SPE	100,00%	505.477	508.103	5.081	467.124	433.158	399.193	-	30/11/2028
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	SPE	100,00%	221.789	245.408	2.454	239.597	225.050	210.502	-	30/07/2031
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	SPE	100,00%	221.789	222.112	2.221	223.151	223.344	222.577	-	15/10/2030
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	BNDES	SPE	100,00%	138.000	138.894	1.389	128.412	117.929	107.446	-	15/03/2027
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BASA	SPE	49,00%	39.200	39.819	398	39.819	39.819	36.975	-	01/02/2029
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BNDES	SPE	49,00%	42.777	37.952	380	35.012	31.945	28.878	-	15/05/2026
Eletronorte	Norte Energia	BNDES	SPE	19,98%	2.697.300	1.231.729	12.317	1.315.724	1.405.517	1.501.513	-	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	CEF	SPE	19,98%	1.398.600	642.393	6.424	691.536	744.438	801.388	-	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600	183.541	1.835	197.582	212.697	228.968	-	15/01/2042
Eletronorte	Rei dos Ventos 1 Eolo	Votorantin	SPE	24,50%	30.851	32.312	323	30.270	28.229	26.188	-	30/10/2014
Eletronorte	Brasventos Miassaba 3	Votorantin	SPE	24,50%	30.984	32.532	325	30.476	28.422	26.367	-	30/10/2014
Eletronorte	Rei dos Ventos 3	Votorantin	SPE	24,50%	32.533	34.053	341	31.901	29.751	27.600	-	30/10/2014
Eletronuclear	Angra III	BNDES	Corporativo	100,00%	6.146.256	1.941.027	19.410	4.525.482	6.859.075	6.998.143	-	15/06/2036
Eletronuclear	Angra III	CX. ECONÔMICA	Corporativo	100,00%	1.000.000	201.192	2.012	-	-	-	-	30/05/2014
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	1.909.000	2.053.885	20.539	2.006.972	1.953.728	1.897.122	-	15/01/2034
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	48.750	57.350	573	65.804	70.593	60.585	-	10/07/2030
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	29.250	34.410	344	31.607	31.562	27.087	-	15/06/2032
Chesf	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	19,50%	78.000	79.429	794	72.178	66.062	56.696	-	31/12/2026
Chesf	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	924.721	9.247	987.781	1.055.193	1.127.262	-	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	482.277	4.823	519.171	558.888	601.642	-	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	137.793	1.378	148.335	159.682	171.898	-	15/01/2042
Chesf	IE Madeira	BASA FNO	SPE	24,50%	65.415	69.277	693	72.310	75.897	77.193	-	30/06/2016
Chesf	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	438.224	4.382	423.419	391.633	359.847	-	30/06/2016
Chesf	IE Madeira	Debêntures	SPE	24,50%	85.750	92.843	928	98.974	105.195	105.824	-	18/03/2025
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,90%	29.764	29.290	293	29.879	28.997	27.821	-	01/03/2031
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,90%	58.346	46.282	463	45.798	45.042	44.198	-	01/10/2032
Chesf	Projetos Corporativos	Banco Do Brasil	Corporativo	100,00%	500.000	501.918	5.019	500.000	375.000	250.000	-	15/01/2034
Chesf	IE Garanhuns s/a	BNDES	SPE	49,90%	175.146	-	-	183.105	178.121	162.048	-	15/12/2028
Furnas	UHE Batalha	BNDES	Corporativa	100,00%	224.000	197.541	1.975	181.118	164.653	148.187	-	15/12/2025
Furnas	UHE Simplício	BNDES	Corporativa	100,00%	1.034.410	834.842	8.348	768.640	702.282	635.925	-	15/07/2026
Furnas	UHE Baguari	BNDES	Corporativa	15,00%	60.153	47.295	473	43.436	39.567	35.699	-	15/07/2026
Furnas	DIVERSOS	BRASIL	Corporativa	100,00%	750.000	755.982	7.560	755.977	756.277	756.277	-	31/10/2018
Furnas	Rolagem BASA 2008	BRASIL	Corporativa	100,00%	208.312	216.519	2.165	217.228	216.963	216.963	-	07/10/2018
Furnas	Projetos de Inovação	BRASIL	Corporativa	100,00%	268.503	163.480	1.635	229.145	256.775	250.734	-	15/11/2023
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES Direto	SPE	39,00%	1.206.109	1.592.901	15.929	1.605.159	1.557.191	1.494.887	-	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES Repasse	SPE	39,00%	1.186.609	1.653.209	16.532	1.667.378	1.617.134	1.551.331	-	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	FNO	SPE	39,00%	196.334	235.509	2.355	244.057	243.841	234.471	-	15/12/2030
Furnas	UHE Santo Antônio	2ª Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	163.800	173.483	1.735	286.516	303.380	320.853	-	24/01/2023
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES Suplementar Direto	SPE	39,00%	388.050	157.413	1.574	168.995	181.602	195.188	-	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES Suplementar Repasse	SPE	39,00%	388.050	157.658	1.577	170.729	185.004	200.518	-	15/03/2034
Furnas	UHE Foz do chapecó	BNDES	SPE	40,00%	435.508	474.465	4.745	440.047	404.234	369.831	-	15/09/2027
Furnas	UHE Foz do chapecó	BNDES Repasse	SPE	40,00%	217.754	240.155	2.402	222.736	204.570	187.160	-	15/09/2027
Furnas	UHE Foz do chapecó	BNDES Repasse	SPE	40,00%	4.009	3.606	36	3.344	3.072	2.811	-	15/09/2027
Furnas	Centroeste de Minas	BNDES	SPE	49,00%	13.982	11.618	116	9.890	8.738	7.586	-	15/04/2023
Furnas	Serra do Facão	BNDES	SPE	49,47%	257.357	255.761	2.558	237.058	218.158	199.257	-	15/06/2027
Furnas	Goiás Transmissão	Brasil - FCO	SPE	49,00%	49.000	49.385	494	49.385	49.385	49.385	-	01/12/2031
Furnas	Goiás Transmissão	BNDES	SPE	49,00%	48.020	49.864	499	46.202	42.531	38.859	-	15/01/2027
Furnas	MGE	BNDES	SPE	49,00%	58.359	55.456	555	51.227	46.988	42.748	-	01/01/2027
Furnas	Transenergia São Paulo	BNDES	SPE	49,00%	18.963	18.109	181	16.630	15.205	13.779	-	15/08/2026
Furnas	Transenergia Renovável	BNDES	SPE	49,00%	77.910	73.516	735	68.164	62.440	56.716	-	15/11/2026
Furnas	Rei dos Ventos 1 Eolo	BNDES	SPE	24,50%	30.851	32.312	323	30.270	28.229	26.188	-	30/10/2014
Furnas	UEE Miassaba 3	BNDES	SPE	24,50%	30.984	32.532	325	30.476	28.422	26.367	-	30/10/2014
Furnas	UEE Rei dos Ventos 3	BNDES	SPE	24,50%	32.533	34.053	341	31.901	29.751	27.600	-	30/10/2014
Furnas	IE Madeira	BASA FNO	SPE	24,50%	65.415	69.277	693	72.310	75.897	77.193	-	30/06/2016
Furnas	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	438.224	4.382	423.419	391.633	359.847	-	30/06/2016
Furnas	IE Madeira	Debêntures	SPE	24,50%	85.750	92.843	928	98.974	105.195	105.824	-	18/03/2025
Furnas	UHE Teles Pires	BNDES LP	SPE	24,50%	296.940	235.655	2.357	-	-	-	-	15/02/2036
Furnas	UHE Teles Pires	BNDES/ BB	SPE	24,50%	294.000	235.232	2.352	-	-	-	-	31/05/2032
Furnas	UHE Teles Pires	FI-FGTS	SPE	24,50%	160.680	183.174	1.832	-	-	-	-	31/05/2032
Total					39.329.009	27.279.470	272.795	28.683.617	30.383.835	29.738.823	-	86.599

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

A Companhia registrou na rubrica provisões operacionais no passivo não circulante o valor justo referente aos montantes garantidos pela Companhia sobre recursos já liberados pelos bancos financiadores. A provisão é efetuada com base no valor justo da garantia da Eletrobras, conforme demonstrado abaixo:

	Valor Provisionado
Garantia devida em 31/12/2011	160.228
Movimentação em 2012	28.885
Garantia devida em 31/12/2012	189.113
Movimentação em 2013	83.682
Garantia devida em 31/12/2013	272.795

a) UHE Simplício - empreendimento da controlada Furnas, com capacidade instalada de geração de 333,7 MW. O empreendimento tem 100% de participação de Furnas. Assim, a garantia da Companhia é de 100% do financiamento.

b) UHE Mauá – empreendimento com capacidade instalada de 361 MW, em parceria entre a controladora Eletrosul (49%) e a Copel (51%). Nesta UHE há dois contratos com o BNDES, o direto e o indireto, sendo a Companhia interveniente garantidora de 49% dos dois contratos.

c) UHE Jirau - SPE Energia Sustentável do Brasil, formada pelas controladas Eletrosul, CHESF e GDF Suez Energy, com capacidade instalada de 3.750MW. Para o empreendimento foram contratados dois financiamentos junto ao BNDES, sendo um direto e outro indireto, via bancos repassadores, a serem pagos em 240 meses. A Companhia é interveniente garantidora da participação de cada uma das suas controladas – Eletrosul (20%) e CHESF (20%).

d) UHE Santo Antônio - SPE Santo Antônio Energia, formada por Furnas, CEMIG, Fundo de Investimentos em Participação Amazônica Energia – FIP, Construtora Norberto Odebrecht S/A, Odebrecht Investimentos em Infraestrutura Ltda. e Andrade Gutierrez Participações S/A, com capacidade instalada de 3.568,80 MW. A Companhia é interveniente anuente em financiamentos junto ao BNDES e ao Banco da Amazônia, limitada a interveniência à participação de Furnas (39%).

e) UHE Foz do Chapecó – SPE Foz do Chapecó Energia, cuja usina tem capacidade instalada de 855MW, tem a Companhia como garantidora dos instrumentos contratuais junto ao BNDES, que totalizam, em substituição às Fianças Bancárias anteriormente contratadas, limitadas ao percentual de Furnas na SPE (40%).

f) UHE Baguari – Projeto corporativo de Furnas, com 140MW de capacidade instalada. A Companhia é garantidora de 15% do contrato de financiamento junto ao BNDES.

g) UHE Serra do Facão – SPE Serra do Facão, formada por Furnas (49,47%), Alcoa Alumínio S.A.(34,97%), DME Energética (10,09%) e Camargo Corrêa Energia S.A (5,47%) com capacidade instalada de 212,58MW. A prestação de garantia pela Companhia no financiamento junto ao BNDES é referente à participação de Furnas no empreendimento.

h) Norte Brasil Transmissora de Energia – SPE, com participação da Eletronorte (24,5%) e Eletrosul (24,5%) tem como objetivo a implantação, operação e manutenção da LT Porto Velho/Araraquara, com extensão de 2.412 km.

i) Manaus Transmissora de Energia – SPE, que tem participação da Eletronorte (30%) e Chesf (19,5%) tem como objetivo implementar e operar 4 subestações e uma linha de transmissão de 586 km (LT Oriximiná/Itacoatiara/ Cariri). A Companhia presta garantias em dois financiamentos neste empreendimento (BASA e BNDES).

j) Mangue Seco 2 – SPE com participação de 49% da Companhia e 51% da Petrobras para construção e operação de três usinas eólicas em Guararé, no Rio Grande do Norte. Neste empreendimento há prestação de garantia pela Companhia, proporcional a sua participação no contrato de financiamento de longo prazo junto ao BNB.

k) UHE Batalha – Empreendimento corporativo de Furnas com capacidade de gerar 52,5MW, com financiamento junto ao BNDES. A Companhia figura como garantidora do referido contrato.

l) IE Madeira - SPE Interligação Elétrica do Madeira, com participações de Furnas (24,5%) e Chesf (24,5%). Neste empreendimento, há contra garantia da Companhia nos Contratos de Fiança Bancária, em garantia ao empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no limite de participação de suas controladas. Há ainda um empréstimo de curto prazo junto ao BNDES, no qual a Companhia figura como interveniente, na proporção de suas controladas.

m) UHE Belo Monte – SPE Norte Energia, com capacidade instalada de 11.233 MW, de Chesf (15%), Eletronorte (19,98%) e Eletrobras (15%), além de outros sócios. Prestação de garantia da Companhia em favor da SPE para as obrigações junto à seguradora JMALUCELLI, no âmbito do contrato de seguro garantia. A Companhia é também interveniente em um empréstimo de curto prazo firmado junto ao BNDES.

n) Angra III – A Companhia é garantidora no financiamento da Eletronuclear junto ao BNDES, para a construção do empreendimento corporativo da UTN Angra III.

NOTA 23 – DEBÊNTURES

Referem-se a debêntures não conversíveis emitidas pela controlada Eletronorte no valor de R$ 218.682 (R$ 69.320 em 31 de dezembro de 2012), remuneradas pela variação da TJLP acrescida de 0,15% ao ano, com vencimento em 10 de julho 2031.

NOTA 24 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 a 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2013, a R$ 366.840 (31 de dezembro de 2012- R$ 334.192), dos quais R$ 358.905 no não circulante (31 de dezembro de 2012 - R$ 321.894).

I - Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Companhia. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Companhia em decorrência da Lei 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Companhia em suas Demonstrações Financeiras, no que se referem às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA	
	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	7.935	12.298
	7.935	12.298
NÃO CIRCULANTE		
Créditos arrecadados	358.905	321.894
TOTAL	366.840	334.192

NOTA 25 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL – CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

Nos termos da Lei 8.631, de 04 de março de 1993, a Companhia administra os valores relativos aos recolhimentos efetuados pelos concessionários do serviço público de energia elétrica, para crédito na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC, correspondentes às quotas anuais destinadas aos dispêndios com combustíveis para geração de energia elétrica. Os valores registrados no ativo circulante, em contrapartida ao passivo circulante, correspondem às disponibilidades de recursos, mantidos em caixa restrito, e às quotas não quitadas pelas concessionárias.

Conta Consumo de Combustíveis - CCC

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Ativo Circulante	1.275.334	1.240.811
Ativo não Circulante	16.275	521.097
Total	1.291.609	1.761.908
Passivo Circulante	941.285	1.369.201
Passivo não Circulante	455.455	2.401.069
Total	1.396.740	3.770.270

A redução na Conta de Consumo de Combustíveis – CCC deve-se a promulgação da Lei 12.783/2013 que extinguiu a obrigatoriedade de contribuição deste encargo para os concessionários do serviço público de energia elétrica.

NOTA 26 – TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - PASSIVO

a) Tributos a recolher

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Passivo circulante:	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributos Retidos na Fonte (IRRF e CSRF)	19.009	6.695	120.871	109.729
PASEP e COFINS	30.178	1.021	174.842	125.021
ICMS	-	10	117.685	140.676
PAES / REFIS	-	-	163.218	139.116
INSS/FGTS	-	2.493	113.483	100.549
Outros	-	7.447	149.327	199.331
Total	49.187	17.666	839.426	814.422
	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Passivo não circulante:	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Tributos Retidos na Fonte (IRRF e CSRF)	-	-	-	-
PASEP e COFINS	-	-	30.131	23.798
ICMS	-	-	14.575	16.567
PAES / REFIS	-	-	825.472	565.917
INSS/FGTS	-	-	18.656	14.115
Outros	-	-	4.116	-
Total	-	-	892.950	620.397

b) Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Passivo circulante:				
Imposto de Renda corrente	-	155.579	11.457	238.747
Contribuição Social corrente	-	57.805	3.805	75.141
	-	213.384	15.262	313.888
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL diferidos	342.236	335.427	533.713	598.750

c) Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(4.973.542)	(4.973.542)	(6.235.002)	(6.235.002)
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	1.243.386	447.619	1.558.751	561.150
Efeitos de adições e exclusões:				
Receita de Dividendos	25.319	9.115	28.005	10.082
Equivalência patrimonial	(196.970)	(70.909)	(1.940.771)	(698.677)
Provisão de JCP	216.981	78.113	108.491	39.057
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	(612.907)	(220.647)	(284.815)	(102.533)
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(1.476.396)	(531.502)	-	-
Demais adições e exclusões	(166.386)	(57.936)	58.136	19.210
Total da receita (despesa) de IRPJ e CSLL	(966.973)	(346.148)	(472.203)	(171.711)
Alíquota efetiva	19,44%	6,96%	7,57%	2,75%

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

	CONSOLIDADO			
	31/12/2013		31/12/2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(4.924.697)	(4.924.697)	(7.416.294)	(7.416.294)
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	1.231.174	443.223	1.854.074	667.466
Efeitos de adições e exclusões:				
Receita de Dividendos	25.319	9.115	28.005	10.082
Equivalência patrimonial	44.442	15.999	153.051	55.098
Provisão p/ Redução ao Valor de Mercado	(612.907)	(220.647)	(284.815)	(102.533)
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(1.476.396)	(531.502)	(1.076.772)	(387.650)
Demais adições e exclusões	(227.812)	(66.686)	(361.549)	(63.815)
Total da receita (despesa) de IRPJ e CSLL	(1.016.179)	(350.499)	311.994	178.648
Alíquota efetiva	20,63%	7,12%	4,21%	2,41%

d) Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão (ambos assinados pela CHESF), o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão números 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para o período de 2011 a 2020. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013 a CHESF não usufruiu dos benefícios.

e) Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletroacre e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e SELIC.

f) Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) – Lei 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo REFIS, referente aos processos de PASEP, COFINS e PASEP/COFINS no valor de R$ 420.197.

NOTA 27 – ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
PASSIVO CIRCULANTE		
Quota RGR	273.705	124.401
Quota CCC	-	30.695
Quota CDE	1.661	11.152
Quota PROINFA	22.181	23.012
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	78.494	85.950
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	3.789	6.088
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	297.131	329.591
Programa de Eficiência Energética - PEE	32.900	37.967
Outros	5.001	5.374
	714.862	654.230
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Quota RGR	32.376	32.177
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	300.586	368.908
Programa de Eficiência Energética - PEE	43.020	27.298
	375.982	428.383
TOTAL	1.090.844	1.082.613

a) Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais ao Fundo, não controlado pela Companhia, em conta bancária vinculada, administrada pela Companhia, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas Demonstrações Financeiras da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Companhia.

Com a edição da Lei 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da RGR:

I - as concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

II - as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

III - as concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas nos termos da Lei 12.783/2013.

b) Conta de Consumo de Combustível - CCC

Fundo setorial, criado na década de 70 e alterado pela Lei 12.111/2009, criado na década de 70, tem a finalidade de reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo sido mantida a cobertura para os empreendimentos sub-rogados.

Esse custo total de geração de energia elétrica para atender aos Sistemas Isolados abrange os custos relativos ao preço da energia e da potência associada contratada pelos agentes de distribuição, à geração própria desses agentes, inclusive aluguel de máquinas, e às importações de energia e potência associada, incluindo o custo da respectiva transmissão. Também estão compreendidos os encargos e impostos não recuperados, os investimentos realizados em geração própria, o preço da prestação do serviço de energia elétrica em regiões remotas, incluindo instalação, operação e manutenção de sistemas de geração descentralizada com redes associadas, e, ainda, a contratação de reserva de capacidade para garantir a segurança do suprimento de energia elétrica.

Do custo apurado, a CCC reembolsará a diferença em relação ao custo médio da potência e energia comercializadas no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Os recursos da CCC são provenientes do recolhimento de cotas pelas empresas distribuidoras, permissionárias e transmissoras de todo o país, na proporção e em valores determinados pela ANEEL. A partir da promulgação da Lei 12.783 /13, não há mais previsão de data para o encerramento das atividades desse fundo setorial e sua gestão não afeta o resultado da Companhia.

Após a promulgação da Lei nº 12.783, a Eletrobras não tem mais a obrigação de fazer contribuições à Conta CCC. Apesar disso, a Conta CCC não foi extinta. Os saldos disponíveis continuarão sendo distribuídos às empresas de geração e distribuição que incorram em despesas adicionais em razão do uso de usinas termelétricas em caso de condições hidrológicas desfavoráveis. De modo a assegurar a continuação da viabilidade da Conta CCC, a Lei nº 12.783 permite que sejam feitas transferências entre a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e a Conta CCC.

c) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Companhia, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

d) PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Companhia. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia (sendo esta a responsável pelo pagamento).

e) Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis 9.433/1997, 9.984/2000 e 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHEs, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

f) Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA	
	31/12/2013	31/12/2012
Circulante		
JCP exercício	433.962	433.962
Dividendos não reclamados	85.521	100.826
Dividendos retidos exercícios anteriores	5.981	3.416.545
	525.464	3.951.333

I – Relativas ao Exercício

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio.

Fundamentada em entendimento doutrinário sobre o tema, a Administração entende que: (1) face à existência de reserva de lucros que excede à absorção dos prejuízos do exercício, deve realizar o pagamento dos dividendos mínimos previstos no artigo 8º do Estatuto Social, referente às ações preferenciais de classe "A" e "B" e (2) subsistindo, ainda, reservas de lucros após o pagamento aos preferencialistas, é facultado o pagamento também às ações ordinárias e, deste modo, a Companhia propõem a destinação de dividendos aos titulares de ações ordinárias. Em atendimento ao ICPC 08 que menciona os dividendos prioritários fixos, a administração constituiu provisão para a obrigação associada aos dividendos às ações preferenciais, em 31 de dezembro de 2013.

A Companhia atribuiu remuneração aos acionistas preferenciais no valor de R$ 433.962 (R$ 433.962 em 2012), imputados aos dividendos do exercício, de acordo com as disposições estatutárias, cuja remuneração por ação é a que segue:
Remuneração por ação - Proposta - Expressa em reais

			31/12/2013	31/12/2012
Ordinárias	1,72% do capital	(2012 - 1,72%)	0,399	0,399
Preferenciais A	9,41% do Capital	(2012 - 9,41%)	2,178	2,178
Preferenciais B	7,06% do Capital	(2012 - 7,06%)	1,634	1,634

A remuneração aos acionistas das ações ordinárias será realizada na forma de JCP no valor de R$ 433.962 (R$ 433.962 em 2012), imputada aos dividendos do exercício consignados no patrimônio líquido.

De acordo com a legislação tributária vigente, sobre o valor da remuneração proposta aos acionistas, a título de JCP, incide Imposto de Renda na Fonte – IRRF.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Sobre a remuneração proposta incide atualização monetária incide a partir de 1º de janeiro de 2014 até a data do efetivo início do pagamento, data esta a ser deliberada pela Assembléia Geral Ordinária, que apreciará às presentes Demonstrações Financeiras e a proposta de destinação do resultado deste exercício. Sobre a parcela referente à atualização monetária pela taxa SELIC incide IRRF, nos termos da legislação vigente.

II – Dividendos Retidos de Exercícios Anteriores

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em janeiro de 2010, pelo pagamento do saldo da Reserva Especial de Dividendos não Distribuídos, em quatro parcelas anuais, a partir do exercício de 2010, inclusive.

Fizeram jus ao referido recebimento as pessoas físicas e jurídicas que integram o quadro de Acionistas da Companhia em 29 de janeiro de 2010. Em junho de 2013 foram pagos R$ 3.529.932 relativos à última parcela dos dividendos retidos.

Os créditos foram remunerados pela variação da Taxa SELIC, até a data do efetivo pagamento de cada parcela, incidindo, sobre essa remuneração, retenção de IRRF, nos termos da legislação vigente.

III – Dividendos Não Reclamados

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante, contém a parcela de R$ 85.522 (R$ 100.826 em 31 de dezembro de 2012), referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2010, 2011 e 2012. A remuneração relativa ao exercício de 2009 e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

NOTA 29 - CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aquisição de ações da CEEE-GT e CEEE-D	34.867	122.905	-	33.105
Outros	4.627	8.142	-	3.967
	39.494	131.047	-	37.072

NOTA 30 – BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

30.1 Benefício pós-emprego

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras

Empresa	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X		X		
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X				X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados do grupo Eletrobras. A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2013.

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	1.748.898	2.283.066	17.196.047	21.950.348
Valor justo dos ativos do plano (-)	(1.787.681)	(1.650.951)	(17.830.733)	(19.719.242)
Passivo/(Ativo) líquido	(38.783)	632.115	(634.686)	2.231.106
Efeito de restrição sobre o ativo	38.783	-	1.241.668	99.690
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	78.476	94.173	949.797	564.766
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	-	-	85.903	118.759
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	78.476	632.115	1.123.599	2.469.089
Custo de serviço corrente líquido	3.867	(7.644)	85.557	46.520
Custo de juros líquidos	52.525	21.479	195.397	(164.519)
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	56.392	13.835	279.464	(117.999)

Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.156	22.354	360.173	433.695
Valor justo dos ativos do plano (-)	-	-	-	-
Passivo/(Ativo) líquido	2.156	22.354	360.173	433.695
Valor de passivo/(ativo) de outros benefícios pós-emprego	2.156	22.354	360.173	433.695
Custo de serviço corrente	-	790	-	2.188
Custo de juros líquidos	1.857	1.856	36.383	32.177
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	1.857	2.646	36.383	34.365

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Tabela b.1 - Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.283.066	1.915.198	21.950.348	15.157.883
Custo de serviço corrente	7.993	1.302	202.756	139.748
Juros sobre a obrigação atuarial	189.721	192.643	1.853.540	1.488.976
Benefícios pagos no ano (-)	(156.894)	(148.650)	(1.064.025)	(975.276)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(574.988)	322.573	(5.746.572)	6.139.017
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(582.977)	-	(6.425.397)	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	7.989	-	678.825	-
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	1.748.898	2.283.066	17.196.047	21.950.348

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos:

Tabela b.2 - Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valor justo dos ativos no início do ano	1.650.951	1.767.747	19.719.242	16.445.066
Benefícios pagos durante o exercício (-)	(156.894)	(148.650)	(1.064.025)	(975.276)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	4.126	3.810	124.186	120.955
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	12.068	10.031	169.033	205.632
Rendimento esperado dos ativos no ano	137.196	171.164	1.666.501	1.653.495
Ganho/(Perda) sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	140.234	(153.151)	(2.784.204)	2.269.370
Valor justo dos ativos ao final do ano	1.787.681	1.650.951	17.830.733	19.719.242
Rendimento efetivo dos ativos no ano	277.430	18.013	(1.117.703)	3.922.865

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados Programa Previdenciário	(61.522)	528.616	646.897	2.620.423

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Outros benefícios pós-emprego	379.985	(343.647)	811.935	(1.472.750)

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Tabela c.1 - Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Valor das obrigações atuariais no início do ano	22.354	18.332	433.695	306.866
Custo de serviço corrente	-	790	-	2.188
Juros sobre a obrigação atuarial	1.857	1.856	36.383	32.177
Benefícios pagos no ano	-	-	(10.197)	(10.424)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	(22.055)	1.376	(99.708)	102.888
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	-	-	-	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(356)	-	(179.178)	-
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(21.699)	-	79.470	-
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.156	22.354	360.173	433.695

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados - Outros benefícios pós-emprego	(28.142)	(6.087)	218.196	317.904

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Outros benefícios pós-emprego	22.055	(1.376)	99.708	(91.717)

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	2013	2012
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	11,98% a 12,11%	8,24% a 8,79%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,34% a 6,47%	3,20% a 3,72%
Projeção de aumento médio dos salários	7,41%	6,99%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,30%	4,89%
Taxa anual real de evolução custos médicos	3,50%	3,50%
Taxa média de inflação anual	5,30%	4,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (ii)	11,98% a 12,11%	8,24%
Hipóteses Demográficas		
	2013	2012
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT- 83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

(i) Taxa de juros de longo prazo.

(ii) Representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*. Em 2013, houve um aumento de aproximadamente 44% na taxa de desconto utilizada pela Companhia, acarretando uma diminuição significativa na obrigação atuarial.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD foi de R$ 277.430 (R$ 18.013 em 2012) na Controladora e R$(1.117.703) (R$ 3.922.865 em 2012) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2013, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 14.692 (31.12.2012 - R$12.703) e R$ 178.594 (31.12.2012 - R$ 172.006) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2013, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R$ 12.068 (31.12.2012 - R$ 10.031) e R$ 169.033 (31.12.2012 - R$ 205.632) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R$ 12.708 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R$ 182.232 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido e de benefício de saúde da Controladora é de 7,03 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 7,84 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego:

Controladora

Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Programa Previdenciário	160.190	159.937	467.641	2.643.815	3.431.583

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2013	Menos de 1 ano	Entre 1-2 anos	Entre 2-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Programa Previdenciário	1.367.068	1,404.173	4.248.376	30.964.183	36.538.631

f) As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, custo médico, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Controladora

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$35.732 (aumento de R$37.114).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$37.883 (redução de R$38.715).

Consolidado

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$398.210 (aumento de R$413.379).
- Se os custos médicos fossem 0,25% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 55.562 (redução de R$45.311).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$294.232 (redução de R$313.104).

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorresse em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

	Controladora		Consolidado	
Categoria de Ativo	2013	2012	2013	2012
Valores Disponíveis Imediatos	10	7	1.161	2.180
Realizáveis Previdenciários	112.600	25.561	610.712	45.022
Créditos de Depósitos Privados	236.739	-	399.664	-
Investimentos em Títulos Públicos	778.559	586.586	2.960.634	3.315.115
Investimentos em Renda Fixa	-	-	9.503.898	734.718
Investimentos em Renda Variável	-	-	2.694.357	11.938.100
Investimentos em Ações	174.988	187.089	237.840	612.075
Investimentos em Fundos	331.138	635.471	1.648.393	1.912.338
Investimentos Imobiliários	166.551	143.457	626.974	623.351
Investimentos Estruturados	-	-	61.751	-
Empréstimos e Financiamentos	84.358	71.829	591.676	577.672
Outros	8.274	13.818	10.306	28.979
Recursos a Receber do Patrocinador	(17.029)	-	(93.809)	2.907
(-) Exigíveis Previdenciários	(6.036)	(11.779)	(317.779)	(71.870)
(-) Exigíveis Contingenciais	(30.787)	-	(436.778)	-
(-) Fundo Administrativo	(45.873)	-	(140.153)	-
(-) Fundos de Investimentos	(5.811)	(1.089)	(78.114)	(1.347)
	1.787.681	1.650.951	17.830.733	19.719.242

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

30.2 Plano de Incentivo ao Desligamento – PID

Em junho de 2013, a Companhia e suas controladas (exceto Eletronuclear), implementaram o Plano de Incentivo ao Desligamento (PID), em decorrência da reestruturação do modelo de negócio societário, organizacional, de governança e gestão do Sistema Eletrobras. Estão elegíveis a adesão os empregados efetivos que possuam no mínimo 20 anos de vínculo empregatício efetivo e aposentados pelo INSS, independente do tempo de vínculo empregatício.

A adesão ao PID ocorreu no período de 10 de junho a 31 de julho de 2013 e totalizou 4.055 adesões. O plano está dividido em duas etapas: a) etapa 1 – desligamentos entre julho/2013 e dezembro/2013, b) etapa 2 – desligamentos entre janeiro/2014 e novembro/2014.

As despesas com o PID incluem incentivos financeiros e um plano de saúde, pelo período máximo de 60 (sessenta) meses, para os desligamentos em 2013, e de 12 (doze) meses para os desligamentos em 2014, a partir da data de seu desligamento.

Para fazer face a tais gastos a Controladora registrou no exercício provisão/despesa no montante de R$ 100.710 e no Consolidado no montante de R$1.644.858.

Resultado com P I D - Dezembro 2013

Empresa	Despesa de Pessoal (Desligados)	Provisão PID (Ativos)	Total
Eletrobras	88.036	12.674	100.710
Furnas	267.702	20.454	288.155
Chesf	630.841	168.049	798.890
Eletrosul	60.548	13.147	73.695
Eletronorte	194.512	19.510	214.022
CGTEE	27.413	5.025	32.438
ED Alagoas	70.140	4.392	74.532
ED Rondônia	17.875	5.945	23.820
ED Piauí	69.440	4.296	73.736
ED Acre	14.600	-	14.600
ED Roraima	5.078	-	5.078
Amazonas Energia	22.525	3.369	25.894
	1.468.710	256.860	1.725.570

O valor do PID está demonstrado na rubrica de pessoal vide nota 41.

NOTA 31 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

A administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das Demonstrações Financeiras.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, julgadas pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais.

Na data de encerramento destas Demonstrações Financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo de risco de desembolso futuro provável:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
CIRCULANTE				
Trabalhistas	-	-	8.786	2.652
Cíveis	-	-	14.868	26.043
	-	-	23.654	28.695
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	128.792	109.577	912.564	1.026.545
Tributárias	-	-	295.494	465.100
Cíveis	2.367.946	1.085.127	4.487.045	3.608.744
	2.496.738	1.194.704	5.695.103	5.100.389
	2.496.738	1.194.704	5.718.757	5.129.084

Estas provisões tiveram, neste exercício, a seguinte evolução:

	MOVIMENTAÇÃO DO PERÍODO	
	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2012	1.194.704	5.129.084
Constituição de provisões	2.016.607	2.833.263
Reversão de provisões	(118.028)	(1.072.820)
Baixas	-	(250.767)
Pagamentos	(596.545)	(920.003)
Saldo em 31/12/2013	2.496.738	5.718.757

As reversões de provisões mais relevantes no período foram:

i. Furnas – R$ 322.826 referente a dois autos de infração da Receita Federal devido a adesão ao REFIS; R$ 175.005 referente a reversão de processos cíveis e outros em virtude de mudanças do prognóstico de provável.

ii. Chesf – R$ 87.000 referente a ação civil resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica.

a) Principais ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de perda provável:

a.1) Ações judiciais cíveis

Na Controladora

As ações cíveis na controladora têm por objeto a aplicação de critérios de atualização monetária sobre os créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978.

As demandas tem o objetivo de impugnar a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia. Os créditos foram integralmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações utilizando como base de atualização a legislação vigente.

No exercício de 2013 a Companhia reavaliou seu critério de estimativa de mensuração das provisões para as causas do Empréstimo Compulsório e, portanto, neste exercício complementou a provisão em R$ 750.000,00.

Existem atualmente 2.357 ações judiciais com esse objeto tramitando em diversas instâncias. A Companhia mantém provisão para estas contingências cíveis, na controladora, no valor de R$ 2.367.947 (31 de dezembro de 2012 - R$ 1.085.127) referente a esses processos.

Essas ações não se confundem com aquelas ajuizadas com a pretensão de obter o resgate das Obrigações ao Portador, atualmente inexigíveis, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório.

Chesf

i. A Chesf é autora de um processo judicial no qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras – CBPO, CONSTRAN S.A. – Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A., e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$ 350 milhões (valores da época, convertidos em reais), em dobro.

A Justiça Estadual de Pernambuco entendeu que ação ajuizada pela Companhia foi julgada improcedente e a reconvenção apresentada pelas rés como procedente.

A Chesf e a União Federal, sua assistente neste processo, apresentaram recursos especiais e extraordinários, ao Superior Tribunal de Justiça. Este, em agosto de 2010, deu provimento a um desses recursos especiais apresentado pela Chesf, reduzindo o valor da causa, o que implica substancial redução nos honorários a serem eventualmente pagos na ação principal. O mesmo STJ negou provimento aos demais recursos especiais apresentados pela Chesf e União Federal, mantendo, portanto, a decisão do Tribunal de Justiça de Pernambuco, que julgou improcedente a ação declaratória movida pela Chesf e julgou procedente a reconvenção apresentada pelas rés, ensejando a apresentação pela Chesf de embargos de declaração cujo julgamento foi iniciado em dezembro/2012 e concluído em dezembro/2013, sendo a eles por igual negado provimento (em 31/12/2013, o respectivo acórdão ainda estava pendente de publicação e correspondente intimação às partes).

Paralelamente, e desde a conclusão da tramitação do feito perante as instâncias ordinárias, as rés vêm tomando, perante as instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, diversas iniciativas no sentido de promover a execução do montante que pleitearam em reconvenção.

Em agosto/2013 as rés, tomaram iniciativa perante a 12ª Vara Cível de Recife – PE no sentido de promover a execução provisória dos valores que, segundo seus próprios cálculos, corresponderia à atualização do montante a seu favor homologado pelo TJPE. Neste caso, a CHESF foi intimada ao pagamento dos correspondentes valores, mas apresentou "exceção de pré-executividade" (apontando, conforme autorizado pela jurisprudência do STJ, diversas irregularidades processuais que desautorizariam, desde logo – e sem prejuízo de outros tópicos específicos de impugnação aos próprios cálculos das rés, em face do pronunciado pelo TJPE –, o prosseguimento desta pretensão executória provisória): após manifestação de resposta das rés e réplica da Chesf, em 31/12/2013 o processo aguarda apreciação judicial em torno da referida "exceção".

A Administração da Chesf, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos e baseada em cálculos que levaram em conta a suspensão do pagamento das parcelas relativas ao Fator K e suas respectivas atualizações monetárias, mantém registro de provisão, no Passivo Não Circulante, cujo montante atualizado em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 786.515 (31 de dezembro de 2012 – R$ 723.256), para fazer face a eventuais perdas decorrentes deste assunto. Inexiste previsão de tempo para o desfecho desta lide.

ii. Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Anderson Moura de Souza e esposa. A sentença de primeiro grau julgou procedente o pedido condenando a Chesf a pagar o valor de R$50.000, correspondente ao principal mais juros e correção monetária. A Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia e o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente. Até 31 de dezembro de 2013, não houve movimentação de relevância no processo, estando a ação rescisória ainda pendente de julgamento. A Administração da Chesf, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que a probabilidade de perda é provável e por isso possui registrado em seu passivo não circulante a provisão no valor de R$ 100.000 (31 de dezembro de 2012 – R$ 100.000).

iii. Ação de indenização promovida por Indústrias Reunidas Raimundo da Fonte S/A (Vitivinicola Santa Maria S.A), em decorrência de inundação provocada pela enchente de 1992 do Rio São Francisco.

A sentença, transitada em julgado, determinou a liquidação provisória, remetendo para a perícia a definição dos danos emergentes e dos lucros cessantes. Foi nomeado apenas um perito engenheiro agrônomo, o qual detinha competência para a apuração do dano emergente, mas não do lucro cessante. O laudo foi impugnado pela Chesf, que requereu ao juízo da 1.ª Vara Cível que fosse realizada uma perícia contábil a fim de se chegar a um valor, ainda que aproximado, de lucros cessantes, considerando a atividade desenvolvida pela exequente. O requerimento foi indeferido, tendo sido oposto agravo de instrumento, que confirmou a decisão de indeferimento, recurso especial (que teve o seu processamento negado pelo TJPE) e Agravo em recurso especial (AREsp 377.209-PE), que, em 31/12/2013, ainda estava pendente de apreciação da admissibilidade por parte do Ministro relator. A Chesf possui provisão no valor de R$ 57.651, para fazer face a eventual perda decorrente desse assunto, considerando que já foram pagos os danos emergentes e a discussão se restringe tão somente à imprestabilidade do laudo pericial para se discutir os lucros cessantes.

Eletronorte

Diversas demandas cíveis de caráter indenizatório por perdas financeiras, em função de atrasos de pagamentos a fornecedores e por desapropriações de áreas inundadas por reservatórios de usinas hidrelétricas. A Administração da Eletronorte, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou em seu passivo não circulante provisão no montante de R$ 470.986 (31 de dezembro de 2012 – R$ 608.320) para os processos que julgou a probabilidade de perda como provável. No primeiro trimestre de 2013 houve pagamento da provisão cível referente à finalização do processo da Sondotécnica, no montante de R$ 164.000.

a.2) Trabalhistas

Furnas:

Diversas ações promovidas, nas quais é pleiteado o adicional de periculosidade, no entendimento de que deva ser concedido o percentual integral e não proporcional a todos os empregados que prestam serviços em atividade sujeita ao risco elétrico. A Administração de Furnas, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, registrou em seu passivo não circulante provisão no montante de R$ 344.481 (31 de dezembro de 2012 – R$ 231.054) para os processos que julgou a probabilidade de perda como provável.

Eletronorte

Diversos processos judiciais trabalhistas, na sua grande parte, decorrentes de ações relativas à adicional de periculosidade, Plano Bresser, horas extras, cálculo de multa de FGTS e alinhamento de curva salarial. O montante estimado de perda provável é de R$ 69.117 (31 de dezembro de 2012 – R$ 312.953). Em abril de 2013 foi transferido para conta de outros passivos da Eletronorte o montante de R$ 240.000, referente à conclusão do processo da curva salarial, conforme acordo celebrado entre a Eletronorte e o sindicato dos empregados para pagamento ao longo do exercício. Deste montante, a Eletronorte efetuou o pagamento de R$ 203.337 até o momento, restando, desta forma, o saldo de R$ 36.663 a pagar no exercício seguinte.

Ceal

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, aforou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais, ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87).

O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão esta confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado.

Ocorre que, na execução da sentença, o Juízo da 2ª Vara do Trabalho de Maceió entendeu a época que não deveria haver limitação a data-base da categoria, o que extraordinariamente oneraria a execução.

Daí o risco avaliado de perda ser provável quanto a avaliação de perda limitada a data base, pois o julgamento da limitação da data-base da categoria dar-se-á com a continuidade da execução.

Conforme a OJ/TST (SDI i) Nº 262, não ofende "à coisa julgada a limitação à data base da categoria, na fase executória, da condenação ao pagamento de diferenças salariais decorrentes de planos econômicos".

O pagamento de diferenças salariais foi limitado à data-base através da Súmula 322 do TST que estabelece: os reajustes salariais decorrentes dos chamados "gatilhos" e URPs, previstos legalmente como antecipação, são devidos tão somente até a data-base de cada categoria.

Ressalta-se que entre as medidas judiciais cabíveis, foram apresentados Embargos à Execução, o que permitiria o exame da limitação dos cálculos à data base da categoria, procedimento também adotado pela Advocacia Geral da União.

Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data-base, bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19º Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas – CASAL, que houve a limitação à data-base. A CEAL tem constituída provisão para contingências em relação a esse assunto, o montante de R$ 4.502 (31 de dezembro de 2012 - R$ 3.583).

O processo encontra-se em fase de execução, com homologação dos cálculos pelo juízo de primeiro grau no valor de R$ 722.000. Os cálculos foram impugnados pela Ceal com a apresentação de duas teses: uma com a limitação à data-base e outra contestando os valores apresentados pelo sindicato, sem a limitação à data-base.

Chesf

São compostas na sua maioria de ações relativas a periculosidade; horas extras, suplementações de aposentadoria; equiparação/enquadramento funcional e de verbas rescisórias decorrentes de inadimplências de empresas terceirizadas. A Chesf tem constituída provisão para contingências em relação a esse assunto, o montante de R$ 162.783 (31 de dezembro de 2012 - R$ 127.521).

a.3) Tributárias

Furnas

A principal ação registrada refere-se aos autos de infração lavrados contra Furnas em 3 de maio de 2001, relativos ao Finsocial, Cofins e Pasep, em decorrência de exclusões nas bases de cálculo relativas, principalmente, a repasse e transporte de energia de Itaipu, por um período de dez anos. Baseada na divulgação das últimas decisões da Receita Federal constituiu, em 31 de dezembro de 2012, provisão para riscos fiscais no valor total de R$ 246.204.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

A empresa interpôs Recurso Especial de Divergência contra o acórdão que manteve a decisão que julgou procedente os lançamentos, com chances remotas de êxito, na esfera administrativa, em função das últimas decisões sobre o tema.

Tendo em vista, as últimas decisões sobre o tema, em dezembro de 2013, a controlada reclassificou a referida provisão para tributos a recuperar, no total atualizado de R$ 322.826 devido ao seu ingresso no programa de recuperação fiscal – REFIS (Lei nº 12.865/2013), para a quitação do débito em 180 meses.

b) Ações judiciais movidas contra a Companhia e suas controladas com probabilidade de desembolso futuro possível, não provisionadas.

Para todos os principais processos abaixo descritos, as Administrações das referidas Controladas e da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, entendem que a probabilidade de perda é possível sem haver necessidade de registro de provisão.

b.1) Cíveis

Na Controladora

O valor das causas possíveis na controladora é substancialmente formado por aquelas referentes ao Empréstimo Compulsório, cujas reclamações não estão contidas na decisão judicial de agosto de 2009. A descrição da natureza do Empréstimo Compulsório encontra-se na Nota 24. Em dezembro de 2013 o valor das causas possíveis referente ao Empréstimo Compulsório foi de R$ 5.904.864 (31 de dezembro 2012 – R$ 6.594.327).

Chesf

i. Ação de indenização ajuizada pelo Consórcio formado pelas empresas CBPO/CONSTRAN/Mendes Júnior, na qual pede a condenação da Companhia e o pagamento de compensação financeira adicional, em virtude de atraso no pagamento das faturas do contrato referente à Usina Hidrelétrica Xingó, A ação foi julgada procedente, sendo a Chesf condenada a pagar aos autores a importância de R$23.766, a preços de setembro de 2004 (R$ 51.568, segundo cálculos da Chesf, em 31 de março de 2010). A Chesf interpôs recurso de apelação, a ser julgado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, mas devido intervenção da União Federal, o processo foi encaminhado a Justiça Federal, onde se encontra.

ii. Ação cível pública proposta contra a Companhia pela Associação Comunitária do Povoado do Cabeço e Adjacências, no Estado de Sergipe, no valor de R$ 368.548 tendo por objeto obter compensação financeira em decorrência de alegados danos ambientais causados aos pescadores devido à construção da UHE Xingó. Em 27/11/2013 foi realizada audiência na qual foram homologados os planos de trabalhos das equipes de realização da perícia, estabelecendo-se, ainda, depósito mensal, a cargo da Chesf, para custeio das despesas com a realização da perícia e com os honorários dos profissionais designados nos autos no valor de R$ 100, com início no mês de dezembro de 2013 e fim em maio de 2015. Também ficou consignado que ambos os processos restarão com seu trâmite exclusivamente direcionado à realização da perícia e suspensos até que seja apresentado o laudo pericial definitivo - Posição em 31/12/2013. Suportada em avaliação dos advogados que patrocinam as causas pela Chesf, a expectativa da Administração sobre a possibilidade de perda dessas ações é possível quanto ao insucesso da defesa e remota quanto aos valores dos pedidos.

iii. Ação proposta pela AES Sul Distribuidora Gaúcha de Energia, visando à contabilização e liquidação do valor de R$ 110.000 pela Aneel das transações do mercado, relativos à exposição positiva verificada em razão da não opção pelo alívio (seguro) feita em dezembro de 2000. A Chesf ingressou no processo como litisconsorte passiva necessária e contestou a ação.

iv. Ação declaratória com pedido de indenização proposta pela Carbomil Química S.A. objetivando indenização em decorrência da instalação de linha de transmissão de energia elétrica em área da mina Lajedo do Mel, localizada nos municípios de Jaguaruana e Quixeré, no Ceará, e Baraúna, no Rio Grande do Norte. O valor estimado é de R$ 70.000. Em 15/10/2013, o Juízo da 15ª VF/CE proferiu sentença favorável à Chesf em face da prescrição e condenou a Carbomil Química S.A. a pagar honorários advocatícios à ordem de 10% sobre o valor da causa. A autora da ação interpôs recurso de apelação cível, o qual foi respondido pela Chesf e aguarda-se que os autos sejam remetidos ao TRF 5ª Região para julgamento do recurso de apelação (31/12/2013).

v. Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público de Pernambuco, resultante de direito de reassentamento de trabalhadores rurais afetados pela construção da UHE Itaparica (UHE Luiz Gonzaga). O autor afirma ser inexistente o acordo firmado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 06 de dezembro de 1986, por carência de legitimidade e requer a diferença das verbas de manutenções temporárias pagas no período, dando à causa o valor atualizado de aproximadamente R$ 87.000. O processo encontra-se no Superior Tribunal de Justiça - STJ e encontra-se concluso com o relator. Em 11/10/2013 foi publicado acórdão dando provimento ao RESP, pronunciando-se, por unanimidade, a prescrição e decadência. Foram postos Embargos em 23/10/2013 pelo MPF, e em 31/12/2013, encontrava-se pendente de julgamento.

vi. Ação indenizatória proposta pela Hidroservice, que tramita na 2ª VF-PE, objetivando a anulação de acordo de securitização setor elétrico com indenização pelo deságio na negociação de títulos recebidos, juros bancários. O valor atribuído à causa foi de R$ 250.000 (históricos), estando estimado em R$ 598.500. Apelações improvidas, mantendo a sentença que julgou improcedente a ação. Embargos de Declaração julgados em 26/11/2013 para corrigir o erro material apontado pela Chesf e negar provimento com relação a ambos os Embargos das partes. Apresentação de recursos RESP e RE pela Hidroservice. Em 31/12/2013, aguardava-se intimação da Chesf para contra razões aos recursos.

Eletronorte

Ação indenizatória: ressarcimento de valores pagos à empresa Albrás Alumínio Brasileiro S.A. por força de obrigações assumidas em contratos de seguro, tendo as referidas empresas se sub-rogado no crédito em face da Eletronorte, no montante de R$ 217.066 (2012 – R$ 214.376).

Eletrosul

Ação indenizatória de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda. onde o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul é parte na ação judicial. A Eletrosul possui participação de 49% do valor de R$ 677.042, ou seja, R$ 331.751.

b.2) Tributárias

Furnas

i. Processo nº 16682.720.517/2011-98 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB) em função de procedimento fiscal para verificação da apuração do IRPJ e CSLL no ano-calendário 2007, particularmente no que concerne a valores considerados a título de: redução da receita líquida; despesas com depreciação; e outras despesas operacionais. Valor em 31 de dezembro de 2013: R$ 1.010.335 mil.

ii. Processo nº 16682.720.516/2011-43 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal para verificação de eventual insuficiência de recolhimento ou declaração das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins no período de out/2006 a dez/2009. Valor em 31 de dezembro de 2013: R$ 953.985 mil.

iii. Processo nº 16682.720.878/2013-04 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em função de procedimento fiscal que verificava a utilização de despesa tida em 2000 (em razão da assunção de dívida junto à Fundação Real Grandeza) como prejuízo fiscal registrado em 2009 e, por conseguinte, compensado nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011. A autoridade fiscal afirma que tal registro foi feito de modo errado, tendo em vista que tal despesa deveria ter sido contabilizada no seu período de competência, no ano de 2000. Dessa forma, glosou as despesas deduzidas no ano-calendário 2011. Valor em 31 de dezembro de 2013: R$ 593.014 mil.

iv. Ação Processo nº 16682.720.331/2012-10 em fase administrativa, referente ao auto de infração lavrado pela RFB em razão de ter se utilizado dos saldos negativos de IRPJ e de CSLL apurados ao final do ano-calendário de 2009, mediante procedimento de compensação considerado irregular pelo Auditor Fiscal, uma vez que Furnas não entregou à Receita Federal a DCOMP para efetivar compensação. Valor em 31 de dezembro de 2013: R$ 437.884 mil.

Amazonas Energia

São substancialmente causas tributárias que se encontram na esfera administrativa, destacando-se entre os principais a Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas – SEFAZ, com oito processos, no montante de 1.360.636 impetrados pela cobrança de valores de créditos de ICMS aproveitados pela empresa em vários exercícios, cujo custo efetivo não foi pela Companhia suportado, em razão dos subsídios recebido da CCC, e outros créditos de ICMS que deixaram de ser estornados pela Companhia, em virtude de perdas técnicas e comerciais na distribuição de energia elétrica. A redução significativa nos processos tributários possíveis ocorreu em função de que vários processos que estavam classificados como possíveis, sendo os valores mais relevantes no montante aproximado de 2.057.409, tiveram suas sentenças definitivas a favor da Companhia (as ações foram julgadas improcedentes e, portanto, arquivadas). Além disso, os dois processos referentes à ICMS, semelhantes a estes que tiveram ganho de causa a favor da Concessionária, no montante de R$ 1.069.814, os quais ainda não foram julgados, foram reclassificados de "possível" para "remoto".

c) Processos de risco de desembolso remoto, não provisionados

Chesf

Ação de cobrança em andamento movida pela Construtora Mendes Júnior S.A., contratada para a construção da Usina Hidrelétrica Itaparica, por alegados prejuízos financeiros resultantes de atraso no pagamento de faturas por parte da Companhia. A ação é considerada pelos seus administradores e suportada pelos consultores jurídicos da Companhia como risco de perda remoto.

Nesta ação de cobrança a Construtora Mendes Júnior S.A. obteve sentença do Juízo da 4ª Vara Cível, posteriormente anulada, que condenava a Chesf ao pagamento da quantia que, incluindo honorários advocatícios e correção monetária até o mês de agosto de 1996, calculado segundo critério determinado pelo juízo, seria de aproximadamente R$ 7.000.000, valor não atualizado desde então. O Ministério Público Federal apresentou manifestação com pedido de declaração de nulidade de todo o processo e, no mérito, pediu a improcedência da ação. A Construtora Mendes Junior S.A interpôs agravos para Superior Tribunal de Justiça – ARESP, sendo que, em 31 de dezembro de 2012, naquela instância, o Ministério Público Federal emitiu parecer opinando pelo não provimento dos agravos. O processo encontra-se aguardando julgamento do STJ.

NOTA 32 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

Dadas as características específicas de operação e manutenção de usinas termonucleares, sempre que ocorrerem alterações no valor estimado do custo de desmobilização, decorrentes de novos estudos em função de avanços tecnológicos, deverão ser alteradas as quotas de descomissionamento, de forma a ajustar o saldo da obrigação à nova realidade.

O saldo da obrigação, registrada a valor presente, em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 1.136.342 (31 de dezembro de 2012 – R$ 988.490).

	CONSOLIDADO
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2012	988.490
Ajuste a Valor Presente / Variação Cambial no período	147.852
Saldo do Passivo, a Valor Presente, em 31/12/2013	1.136.342

NOTA 33 – CONCESSÕES A PAGAR – USO DO BEM PÚBLICO

A Companhia tem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização do bem público para a geração de energia elétrica, substancialmente em empreendimentos através das Sociedades de Propósito Específico - SPEs. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Buscando refletir adequadamente, no patrimônio, a outorga onerosa da concessão e a respectiva obrigação perante a União, os valores das concessões de usinas hidrelétricas foram registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo.

Os valores estabelecidos nos contratos de concessão estão a preços futuros e, portanto, a Companhia ajustou a valor presente essas obrigações.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

A Companhia adota como política contábil, reconhecer a obrigação na data da obtenção da licença ambiental de instalação (LI).

Os pagamentos da UBP são realizados em parcelas mensais a partir do início da operação comercial do empreendimento até o final do prazo de concessão, e estão assim previstos:

	CONSOLIDADO	
	Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012
Passo São João	302	285
São Domingos	771	731
Mauá	904	854
Batalha e Simplício	1.590	-
Total	3.567	1.870

	CONSOLIDADO	
	Não Circulante	
	31/12/2013	31/12/2012
Passo São João	3.538	4.122
Mauá	10.739	12.547
São Domingos	8.537	9.838
Batalha e Simplício	38.090	44.673
Total	60.904	71.180

		Valor nominal original		Valores atualizados	
		Pagamento anual	Pagamento total	Pagamento anual	Pagamento total
UHE	anos				
Passo São João	29	200	5.867	301	8.831
Mauá	30	618	18.386	904	26.758
São Domingos	26	260	6.717	771	19.816
Batalha	35	249	6.751	320	8.847
Simplício	35	972	26.743	1.135	31.222
		2.299	64.464	3.431	95.474

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

NOTA 34 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Os recursos são oriundos do Tesouro Nacional sendo destinados aos projetos abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Aquisição de participação acionaria CEEE / CGTEE	156.460	144.574
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	2.641	2.441
UHE de Xingó	7.421	6.857
Linha de transmissão no Estado da Bahia	1.162	1.073
Fundo Federal de Eletrificação - Lei 5.073/66	6.886	6.363
	174.570	161.308

NOTA 35 – CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Transmissão		
Contrato 061/2001	-	84.139
Contrato 062/2001	905.316	1.407.057
	905.316	1.491.196
Geração		
Itaparica	863.146	1.018.534
Jirau	711.881	1.607.869
Camaçari	267.117	357.043
Termonorte II	-	131.200
Funil	95.903	83.158
Mauá - Klabin	19.853	33.833
Complexo Paulo Afonso	-	34.107
Coaracy Nunes	85.860	20.834
Outros	295.259	377.750
	2.339.019	3.664.328
TOTAL	3.244.335	5.155.524

Do montante da provisão para contratos onerosos mantida em 31 de dezembro de 2013, R$ 2.426.741 (R$ 3.361.788 em 31 de dezembro de 2012) decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos de operação e manutenção. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes do programa de redução de custos e/ou revisão tarifária.

Contrato nº 062/2001 – Transmissão

No exercício de 2013 foi reconhecida uma reversão parcial da provisão para perdas por contrato oneroso no valor de R$ 537.040, devido ao aumento de RAP – Receita Anual Permitida - de aproximadamente R$ 45.000 ao ano, em função da atualização para o ciclo de julho de 2013 a junho de 2014, conforme Resolução Homologatória Aneel nº 1.559, de 27 de junho de 2013. No que diz respeito aos custos, o cálculo contemplou, a atualização da previsão de despesas, conforme planejamento da Controlada.

UHE Jirau

A variação registrada na provisão referente a UHE Jirau entre 31 de dezembro de 2012 e 2013, refere-se a variação no valor do PLD médio histórico de R$ 67,00/MWh para R$ 109,78/MWh e também pela alteração da taxa de desconto de 4,98% adotada em 2012 para 6,80% em 2013.

Programa de Reassentamento da UHE Itaparica

A partir da construção da Usina Hidrelétrica de Itaparica e em função da formação do lago de Itaparica, 10.500 famílias foram deslocadas, das quais 6.100 eram de pequenos agricultores, e entre estas, estavam 200 famílias indígenas da tribo Tuxá, tendo como consequência a criação do Programa de Reassentamento de Itaparica, que tem por objetivo reassentar as famílias deslocadas da área inundada pelo reservatório da usina, atual Luiz Gonzaga, localizada entre os estados de Pernambuco e Bahia.

Em sessão ordinária de 30 de janeiro de 2013, o Tribunal de Contas da União editou o Acórdão nº 101/2013-TCU-Plenário, no qual determina à Casa Civil, órgão responsável pela coordenação e integração das ações do Governo, aos Ministérios de Minas e Energia e da Integração Nacional, à Chesf e à Codevasf, com amparo no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, combinado com o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, em conjunto, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, elaborem e enviem ao Tribunal plano de ação da execução do Programa de Reassentamento de Itaparica, incluindo atividades, prazos e responsáveis, voltado à implementação das medidas necessárias à transferência, imediata ou progressiva, do patrimônio de uso comum dos perímetros públicos irrigados de Itaparica para a Codevasf e da gestão destes perímetros para os reassentados, inclusive quanto à implementação das medidas necessárias à regularização das ações junto às Prefeituras Municipais de Santa Maria da Boa Vista, Tacaratu e Belém do São Francisco, em Pernambuco, e de Curaçá, Rodelas e Glória, na Bahia, para que essas prefeituras assumam os serviços públicos de sua competência.

Neste sentido, a provisão para contrato oneroso relativa à UHE Itaparica poderá ser revista, em função do plano de execução que vier a ser implementado.

NOTA 36 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

1. Compra de energia

Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Amazonas	614.514	642.989	694.668	721.386	774.822	30.482.103
Chesf	304.310	246.880	235.050	223.890	223.890	2.321.057
Distribuidora Alagoas	538.914	601.006	614.124	774.432	774.432	774.432
Distribuidora Piauí	514	15.305	-	-	-	-
Distribuidora Rondônia	712.549	-	-	-	-	-
Distribuidora Acre	102.996	146.929	167.136	167.281	3.518.639	3.518.639
Eletronorte	88.946	35.807	36.245	150.603	150.603	150.603
Furnas	33.220	33.311	33.220	33.220	33.220	33.220
Total	2.395.963	1.722.227	1.780.443	2.070.812	5.475.606	37.280.055

2. Combustível nuclear

Empresas	2014	2015	2016	Após 2016
Eletronuclear	214.842	279.166	233.203	6.232.631

Contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra I e UTN Angra II, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra III.

3. Compra de Energia de Produtor Independente - Proinfa

A Companhia apoia o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira. Através do programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei 10.438, de abril de 2002, buscando soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia e incentivado o crescimento da indústria nacional.

O Proinfa prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa responderão pela geração de aproximadamente 12.000GWh/ano, equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Em 2006, a Companhia concordou em adquirir energia elétrica produzida pelo PROINFA por um período de 20 anos e transferir essa energia elétrica às concessionárias de transmissão e distribuição, que por sua vez transferem a energia elétrica aos consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos. Cada concessionária de transmissão e distribuição pagam à Companhia o custo anual de energia elétrica fornecida aos consumidores cativos, consumidores livres e autoprodutores conectados às suas instalações, em doze pagamentos mensais, cada um deles antecipadamente ao mês no qual a energia deve ser consumida.

4. Venda de energia

Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Chesf	567.430	200.030	199.490	-	-	-
Eletronorte	3.437.867	2.436.281	1.323.984	2.095.828	2.095.828	2.095.828
Eletronuclear	4.205.216	4.205.216	4.205.216	4.205.216	2.102.608	-
Furnas	1.588.551	1.595.284	1.266.295	1.266.295	1.266.295	1.266.295
Total	9.799.064	8.436.811	6.994.985	7.567.339	5.464.731	3.362.123

Contratos assinados pelas empresas listadas acima com outras empresas do setor elétrico visando o suprimento/venda de energia elétrica. No caso no qual a Companhia não tenha geração de energia em quantidade suficiente em determinado período, pode-se recorrer a compra de energia elétrica no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-CCEE para honrar o contrato de fornecimento de energia. Todavia, neste caso, a Companhia fica exposta ao valor do período do Preço de Liquidação das Diferenças – PLD, que pode ser maior que os valores de venda expostos nos contratos acima, ficando a Companhia sujeita a perdas financeiras nestas operações.

5. Compromissos sócio ambientais

Empresas	2015	2016	Após 2016
Eletronorte	56.638	56.638	56.638
Eletronuclear	71.505	84.283	155.789
Total	128.143	140.921	212.427

A) Angra III

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a ELETRONUCLEAR se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra III, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

B) CGTEE - Usina termelétrica Presidente Médici

Em 13 de abril de 2011, foi celebrado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a CGTEE, IBAMA, Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Ministério do Meio Ambiente e União, por intermédio da Advocacia Geral da União, para a adequação ambiental das Fases A e B da Usina Presidente Médici, localizada em Candiota - RS. O TAC prevê uma série de obrigações para a CGTEE até 31 de agosto de 2014 e conta com um investimento estimado da Companhia de R$ 241.835. Após a conclusão do TAC, espera-se a renovação pelo IBAMA da licença de operação da Usina Termelétrica Presidente Médici.

A CGTEE assumiu diversos compromissos, destacamos alguns como: licitação internacional para a implantação do Sistema de Abatimento de Material Particulado e SO2 na Fase B, recomposição de 1000 hectares de matas ciliares e/ou das áreas degradas, localizadas nas bacias hidrográficas dos Rios Jaguarão e Arroio Candiota e revegetação na área de preservação permanente da bacia de acumulação da Barragem.

C) Plano de Inserção Regional – Tucuri

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a ELETRONORTE implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais.

D) Licenças Ambientais

As ações de caráter socioambiental constituídas para provisões de contingências de riscos ambientais nas unidades de negócio da ELETROSUL asseguram o compromisso da obtenção de emissões de Licenças Ambientais, bem como autorização para corte de vegetação, com o respaldo do Ministério público que fiscaliza a edificação desses investimentos.

6. Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Eletronorte	13.633	299	135	25	10	10
Eletronuclear	1.990.837	2.483.842	1.704.245	1.704.245	1.704.245	1.704.245
Total	2.004.470	2.484.141	1.704.380	1.704.270	1.704.255	1.704.255

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra I, Angra II e Angra III, necessários à manutenção operacional desses ativos.

7. Uso do bem público

Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Eletronorte	2.626	2.642	2.427	2.230	22.595	22.595
Total	2.626	2.642	2.427	2.230	22.595	22.595

8. Fornecedores de combustíveis

Empresas	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
Eletronorte	49.067	-	-	-	-	-
Eletronuclear	279.166	233.203	6.232.631	6.232.631	6.232.631	6.232.631
Total	328.233	233.203	6.232.631	6.232.631	6.232.631	6.232.631

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

NOTA 37 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

I - Capital Social

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 31.305.331 (31 de dezembro de 2012 - R$ 31.305.331) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2013, conforme a seguir:

	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS			CAPITAL TOTAL	
ACIONISTA	QUANTIDADE	%	Série A	Série B	%	QUANTIDADE	%
União	591.968.382	54,46	-	2.252	-	591.970.634	43,76
BNDESPAR	141.757.951	13,04	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
FGI	-	-	-	8.750.000	3,30	8.750.000	0,65
Outros	232.157.111	21,36	146.920	219.730.858	82,60	452.034.889	33,42
	1.087.050.297	100,00	146.920	265.436.883	99,82	1.352.634.100	100,00

Do total das 443.333.198 (já deduzidas as 127 ações ordinárias, referentes aos Diretores e Membros do Conselho de Administradores da Eletrobras) ações em poder dos minoritários, 258.067.370, ou seja, 58,21% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 152.914.851 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 105.152.491 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 65.800.425 ações ordinárias e 21.072.812 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts – ADR's*.

II - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	18.961.102	18.961.102
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei 54.936/1964	387.419	387.419
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	26.048.342	26.048.342

III - Reservas de Lucros

O Estatuto Social da companhia prevê a destinação de 50% do lucro líquido do exercício para a constituição de Reserva de Investimentos e de 1% para a Reserva de Estudos e Projetos, sendo sua constituição limitada a 75% e a 2% do capital social.

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Legal (art. 193 - Lei 6.404/1976)	2.233.017	2.233.017
Estatutárias (art. 194 – Lei 6.404/1976)	2.101.548	9.128.208
	4.334.565	11.361.225

IV - Juros Sobre Capital Próprio

Em 30 de abril de 2013, através da 53ª Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o pagamento de juros sobre capital (JCP) próprio relativos ao exercício de 2012 aos acionistas da Companhia inscritos na data base de 30 de abril de 2013. Foram pagos JCP no valor de R$ 916.171 no exercício.

Seguem abaixo os valores conferidos a cada ação, sendo atualizados pela taxa Selic, conforme legislação vigente e Estatuto Social da Eletrobras:

Ações: Tipo/Classe	Valor Bruto em 31/12/2012	Valor Atualizado em 20/09/2013
Ordinárias	0,399210837	0,421402082
Pref. "A"	2,178256581	2,299341032
Pref. "B"	1,63369244	1,724505778

Sobre estes valores incidem 15% de imposto de renda retido na fonte, exceto para acionistas comprovadamente isentos ou imunes na da legislação aplicável, e a alíquota de 20% sobre a parcela da remuneração equivalente à atualização pela taxa Selic.

NOTA 38 – LUCRO POR AÇÃO

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

31/12/2013				
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Lucro/Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações	(5.052.303)	(683)	(1.233.677)	(6.286.663)
	(5.052.303)	(683)	(1.233.677)	(6.286.663)
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R$)	(4,65)	(4,65)	(4,65)	-

31/12/2012				
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Lucro/Prejuízo líquido atribuível a cada classe de ações	(5.528.270)	(748)	(1.349.899)	(6.878.916)
	(5.528.270)	(748)	(1.349.899)	(6.878.916)
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80%	0,01%	20%	100%
Resultado por ação básico (R$)	(5,09)	(5,09)	(5,09)	

NOTA 39 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
RECEITAS OPERACIONAIS				
Geração				
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	2.573.677	2.258.029	8.066.674	13.080.819
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	3.774.404	3.659.984
Energia Elétrica de Curto Prazo	235.318	13.599	2.395.732	1.640.241
Receita de Operação e Manutenção de Linhas Renovadas	-	-	2.198.235	-
Receita de Construção de Linhas Renovadas	-	-	736.854	-
Efeito Financeiro de Itaipu	67.961	502.067	67.961	502.067
	2.876.956	2.773.695	17.239.860	18.883.111
Transmissão				
Receita de Operação e Manutenção de Linhas Renovadas	-	-	2.037.399	-
Receita de Operação e Manutenção	-	-	118.382	2.544.791
Receita de Construção	-	-	1.797.324	1.960.474
Financeira - Retorno do Investimento	-	-	552.106	2.852.332
	-	-	4.505.211	7.357.597
Distribuição				
Fornecimento de Energia Elétrica	-	-	4.419.444	5.099.414
Receita de Construção	-	-	1.013.684	1.345.519
	-	-	5.433.128	6.444.933
Outras receitas	93.770	94.694	1.008.200	962.425
	2.970.726	2.868.389	28.186.399	33.648.066
(-) Deduções à Receita Operacional				
(-) ICMS	-	-	(1.231.306)	(1.389.760)
(-) PASEP e COFINS	(130.488)	(148.948)	(2.238.363)	(2.549.447)
(-) Encargos setoriais	-	-	(870.490)	(1.723.889)
(-) Outras Deduções (inclusive ISS)	-	-	(10.596)	(24.227)
	(130.488)	(148.948)	(4.350.755)	(5.687.323)
Receita operacional líquida	2.840.238	2.719.441	23.835.644	27.960.743

A redução da receita foi substancialmente afetada pela Lei 12.783/2013, e o ativo financeiro de Itaipu foi afetado pela variação cambial do exercício.

NOTA 40 – RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	(708.365)	(8.075.241)	-	-
Investimentos em coligadas				
Juros sobre o capital próprio	98.236	-	98.236	-
Equivalência patrimonial	(361.677)	346.829	(104.393)	415.168
	(263.441)	346.829	(6.157)	415.168
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	14.282	23.520	14.282	23.520
Dividendos	101.275	112.018	101.275	112.018
Remuneração dos investimentos em parcerias	20.707	17.684	20.707	17.684
Rendimentos de capital - ITAIPU	47.661	43.812	47.661	43.812
	183.925	197.034	183.925	197.034
	(787.881)	(7.531.378)	177.768	612.202

NOTA 41 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Pessoal	482.427	354.825	6.650.154	5.112.213
Material	4.226	4.241	295.442	302.186
Serviços	107.121	123.103	2.298.990	2.256.424
	593.774	482.169	9.244.586	7.670.823

As despesas com pessoal foram substancialmente afetadas pelo Plano de Incentivo ao Desligamento, conforme descrito na Nota 30.2.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

NOTA 42 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA E USO DA REDE ELÉTRICA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Encargos de Uso da Rede	-	-	1.560.883	1.586.809
Energia comprada para revenda				
Suprimento	-	-	2.142.924	2.011.954
Comercialização na CCEE	73.458	96.520	555.752	532.017
Proinfa	2.783.694	2.292.995	2.783.694	2.292.995
Outros	18.799	17.298	32.836	26.323
	2.875.951	2.406.813	5.515.206	4.863.289
	2.875.951	2.406.813	7.076.089	6.450.098

NOTA 43 - PROVISÕES (REVERSÕES) OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Garantias	83.681	28.885	83.681	28.885
Contingências	1.585.772	(251.693)	1.399.321	579.851
PCLD - Consumidores e Revendedores	-	-	(792.871)	919.359
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	106.232	(137.495)	106.232	(137.495)
Passivo a descoberto em Controladas	2.841.728	1.011.968	-	-
Contratos Onerosos	-	-	(1.924.657)	1.636.137
Perdas em Investimentos	142.622	162.878	142.622	187.741
Impairment	-	-	1.338.903	1.058.940
Ajuste a Valor de Mercado	408	(144.661)	408	(144.661)
Provisão para Perda de Ativo Financeiro	-	-	791.868	-
Impairment BRR	-	-	1.122.970	-
Outras	251.385	94.506	989.728	842.465
	5.011.829	764.387	3.258.205	4.971.221

A variação registrada na rubrica de Contratos Onerosos refere-se ao aumento no valor do PLD médio histórico e da taxa de desconto utilizada em 2013 (vide Nota 38).

NOTA 44 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

1 - Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012
Total dos Empréstimos	32.476.287	26.630.150
(-) Caixa e Equivalente de Caixa	3.597.583	2.501.515
Dívida Líquida	28.878.704	24.128.635
(+) Total do Patrimônio Líquido	60.688.908	67.280.593
Total do Capital	89.567.612	91.409.228
Índice de Alavancagem Financeira	32%	26%

2 – Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, as quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Empréstimos e Recebíveis	33.465.151	32.503.580	57.772.632	61.375.560
Clientes	449.452	477.104	4.898.103	5.339.380
Empréstimos e financiamentos	29.596.834	29.210.956	15.174.341	15.544.793
Direitos de Ressarcimento	-	-	12.579.656	8.203.189
Ativo Financeiro - Concessões geração/transmissão	3.418.865	2.815.520	19.624.353	17.850.927
Indenizações - Lei 12.783/2013	-	-	5.496.179	14.437.271
Mantidos Até o Vencimento	186.972	247.371	190.730	251.211
Títulos e Valores Mobiliários	186.972	247.371	190.730	251.211
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	3.017.931	5.462.141	9.911.496	9.475.829
Caixa e equivalentes de caixa	1.303.236	935.627	3.597.583	2.501.515
Títulos e Valores Mobiliários	1.714.695	4.526.514	6.097.758	6.501.950
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	216.155	472.364
Disponíveis para venda	1.253.297	1.405.289	6.689.554	6.035.733
Investimentos (Participações Societárias)	1.253.297	1.405.289	1.441.867	1.439.786
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	-	5.247.686	4.595.947
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)				
Mensurados pelo Custo Amortizado	22.748.832	19.756.417	54.059.643	43.008.384
Fornecedores	342.778	467.804	8.531.871	6.423.074
Empréstimos e financiamentos	21.823.008	18.638.428	32.476.287	26.630.150
Debêntures	-	-	218.682	69.320
Obrigações de Ressarcimento	583.046	650.185	10.695.108	7.789.757
Arrendamento Mercantil	-	-	2.073.224	2.023.033
Concessões a Pagar UBP	-	-	64.471	73.050
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	-	68.153	420.801	476.283
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	68.153	420.801	476.283
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado	36.848	-	36.848	-
Instrumentos Financeiros Derivativos - Fluxo de *Hedge*	36.848	-	36.848	-

2.1 - Ativos Financeiros

a) Equivalentes de caixa: mantidos para a negociação à curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo – usualmente mantidos para a negociação e designados no reconhecimento inicial pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado do período.

c) Consumidores e revendedores: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

d) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, a carteira consolidada de empréstimos e financiamentos concedidos totalizou R$15.174.342 (R$ 15.554.795 em 31 de dezembro de 2012), conforme demonstrado a seguir por moeda:

	31/12/2013			31/12/2012		
Moeda	**US$ (equivalentes)**	**%**	**R$**	**US$ (equivalentes)**	**%**	**R$**
US$	5.074.535	78,34	11.887.606	5.697.399	74,90	11.642.635
R$	1.403.029	21,66	3.286.736	1.909.548	25,10	3.902.160
	6.477.504	100,00	15.174.342	7.606.947	100,00	15.544.795

e) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis, no caso dos ativos relacionados a geração e transmissão, e como disponível para venda no caso da distribuição.

f) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado, quando não designados, ou no Patrimônio Líquido, quando classificado como hedge de fluxo de caixa de acordo com o CPC 38.

2.2 - Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias:

a) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fund b - Revisões Tarifárias Periódicas.

b) Valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a agências multilaterais internacionais (BID, BIRD, CAF), não sendo praticável descontá-los a uma taxa diferente da estabelecida no acordo da dívida brasileira. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício de 2013 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e bônus, que totalizam R$ 32.476.287 (R$ 26.630.150 em 31 de dezembro de 2012), conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2013			31/12/2012		
Moeda	**US$ (equivalentes)**	**%**	**R$**	**US$ (equivalentes)**	**%**	**R$**
US$	4.553.765	32,85	10.667.649	4.701.104	36,07	9.606.706
R$	9.133.388	65,88	21.395.874	8.172.206	62,71	16.699.901
YEN	94.598	0,68	221.606	140.792	1,08	287.709
EURO	81.601	0,59	191.158	17.536	0,13	35.834
	13.863.351	100,00	32.476.287	13.031.637	100,00	26.630.150

c) Empréstimo Compulsório: extinto pela Lei 7.181, de 20 de dezembro de 1993, teve como prazo limite para seu recolhimento o dia 31 de dezembro de 1993. Atualmente, a Companhia gerencia o estoque residual do Empréstimo Compulsório arrecadado, atualizando-o com base no IPCA-E e remunerando-o à taxa de 6% ao ano, com prazo de resgate definido.

d) Demais passivos financeiros: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

3 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros Libor, relativas a contratos de captação externa.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Companhia. O objetivo da atual política é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Contábeis.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Companhia.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas seguirão a política de hedge da companhia e não poderão caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, referenciados à taxa Libor. A Companhia monitora a sua exposição a taxa Libor e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme mencionado acima.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

3.2.1 Contratos de *swap* de taxa de juros

De acordo com os contratos de *swap* de taxa de juros, a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores de taxas de juros prefixadas e pós fixadas calculados a partir do valor nocional acordado. Tais contratos permitem a Companhia mitigar o risco de alteração nas taxas de juros sobre o valor justo da dívida emitida com taxa de juros fixa e nas exposições do fluxo de caixa da dívida de taxa variável emitida. O valor justo dos *swaps* de taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato, e está demonstrado a seguir. A taxa de juros média está baseada nos saldos a pagar em aberto no encerramento do exercício.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de taxa de juros em aberto no fim do período de relatório:

	Montantes contratados			Valores Justos	
Transação	(notional)	Taxas utilizadas	Vencimento	31/12/2013	31/12/2012
01/2011	20.192	2,4400%	25/11/2015	(660)	(1.139)
02/2011	20.192	2,4900%	25/11/2015	(677)	(1.169)
03/2011	50.000	3,2780%	10/08/2020	(6.137)	(8.929)
04/2011	100.000	3,3240%	10/08/2020	(12.586)	(18.694)
05/2011	50.000	2,1490%	10/08/2015	(1.424)	(2.357)
06/2011	100.000	2,2725%	10/08/2015	(3.053)	(5.088)
07/2011	100.000	2,1790%	10/08/2015	(2.897)	(4.836)
08/2011	100.000	2,1500%	10/08/2015	(2.849)	(4.683)
09/2012	25.000	1,6795%	27/11/2020	(47)	(1.459)
10/2012	25.000	1,6295%	27/11/2020	62	(1.360)
11/2012	75.000	1,6285%	27/11/2020	191	(4.074)
12/2012	75.000	1,2195%	29/11/2017	(1.365)	(2.607)
13/2012	75.000	1,2090%	29/11/2017	(1.320)	(3.009)
14/2012	50.000	1,2245%	29/11/2017	(924)	(2.060)
15/2012	50.000	1,1670%	29/11/2017	(1.109)	(1.920)
16/2012	50.000	1,1910%	29/11/2017	(829)	(2.003)
17/2012	50.000	1,2105%	29/11/2017	(884)	(2.070)
18/2012	25.000	1,1380%	29/11/2017	(340)	(695)
TOTAL	1.040.384			(36.848)	(68.152)

As operações classificadas como hedge de fluxo de caixa geraram no exercício um resultado abrangente negativo de R$8.046 mil. Em 31 de dezembro de 2012 não existiam operações com essa classificação.

Desde o início da designação dos *swaps* para contabilização de *hedge,* dentro do período de 3 meses findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia reconheceu R$ 6.152 como Receitas Financeiras referente aos swaps. No mesmo período, a Companhia reconheceu R$ 63.000 como Despesas Financeiras referentes à parcela inefetiva.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

3.3 - Risco de commodities

a) Eletronorte

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

	Datas do contrato		
Cliente	Inicial	Vencimento	Volumes médios de megawatts
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW - até 31/12/2006; 800 MW - a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/12/2024	De 304,92 MW a 328 MW
BHP	01/07/2004	31/12/2024	De 353,08 MW a 492 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773.21/ton e US$ 1,450.00/ton, respectivamente.

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de cap and floor band, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450/ton, respectivamente.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da commodity do alumínio da LME, é possível atribuir o fair value destes contratos. O valor da LME fechou o mês de dezembro de 2013 cotado em US$ 1.784,3/ton, o que representou uma variação negativa de 14,95% em relação ao valor verificado em dezembro de 2012, quando o preço da commodity alcançou US$ 2.098,00/ton.

Além disso, o encerramento do contrato da controlada Eletronorte com a Alcoa no final de março de 2013, contribuiu para a diminuição do valor esperado a contabilizar do prêmio. Dada a celebração do 4° termo aditivo, o contrato passou a ser faturado a preço fixo, não possuindo mais derivativo embutido para a Alcoa.

Por outro lado, no mesmo período de análise, houve uma desvalorização do Real em relação ao dólar, com a cotação passando de R$ 2,04 para R$ 2,34, ou seja, 14,64% de variação. Esta variação, embora positiva para o preço do prêmio, não foi suficiente para proporcionar uma melhora na expectativa do valor justo para os derivativos.

A perda apurada na operação com derivativos no exercício de 2013 é de R$ 178.994 (2012 – ganho de R$ 133.804).

3.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes. Adicionalmente, são realizadas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Companhia instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, rating e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia. Atualmente, a Companhia seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às Instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de swap, segundo o CPC 46 (IFRS 13), mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida a risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de *swaps* dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

3.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas no item 3.2.1 desta nota explicativa. A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Sistema Eletrobras por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Sistema Eletrobras deve quitar as respectivas obrigações.

	CONTROLADORA 31/12/2013				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	2.124.926	925.012	2.661.171	17.037.723	22.748.832
Fornecedores	342.778	-	-	-	342.778
Empréstimos e financiamentos	1.199.102	925.012	2.661.171	17.037.723	21.823.008
Obrigações de Ressarcimento	583.046	-	-	-	583.046
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	11.560	6.771	18.517	36.848
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	11.560	6.771	18.517	36.848

	CONTROLADORA 31/12/2012				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	1.743.866	665.259	1.483.880	15.863.412	19.756.417
Fornecedores	467.804	-	-	-	467.804
Empréstimos e financiamentos	625.877	665.259	1.483.880	15.863.412	18.638.428
Obrigações de Ressarcimento	650.185	-	-	-	650.185
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	68.153	-	-	68.153
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	68.153	-	-	68.153

	CONSOLIDADO 31/12/2013				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	18.285.710	4.868.442	2.646.712	28.258.779	54.059.643
Fornecedores	7.740.578	791.293	-	-	8.531.871
Empréstimos e financiamentos	1.969.765	1.368.261	2.051.702	27.086.559	32.476.287
Debêntures	12.804	24.769	41.217	139.892	218.682
Obrigações de Ressarcimento	8.377.400	2.317.708	-	-	10.695.108
Arrendamento Mercantil	181.596	363.192	544.789	983.647	2.073.224
Concessões a Pagar UBP	3.567	3.219	9.004	48.681	64.471
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	225.423	206.938	6.771	18.517	457.649
Instrumentos Financeiros Derivativos	225.423	206.938	6.771	18.517	457.649

	CONSOLIDADO 31/12/2012				
	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)					
Mensurados ao Custo Amortizado	13.915.155	4.046.705	6.475.826	18.570.698	43.008.384
Fornecedores	6.423.074	-	-	-	6.423.074
Empréstimos e financiamentos	1.337.279	1.912.889	5.923.679	17.456.303	26.630.150
Debêntures	1.305	5.229	15.456	47.330	69.320
Obrigações de Ressarcimento	5.988.698	1.801.059	-	-	7.789.757
Arrendamento Mercantil	162.929	325.858	488.786	1.045.460	2.023.033
Concessões a Pagar UBP	1.870	1.670	47.905	21.605	73.050
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	185.031	267.984	6.230	17.038	476.283
Instrumentos Financeiros Derivativos	185.031	267.984	6.230	17.038	476.283

4 – Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para o fim de 2013 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

4.1 – Empréstimos concedidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos concedidos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos concedidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

4.1.1 - Depreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA								
Contratos Concedidos - Var. Negativa - 4º tri 2013				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	5.253.242	5.253.242	12.306.245	2,300	1,725	1,150	(3.244.402)	(6.265.017)
IGP-M	16.800.163	7.171.588	16.800.163	3,49%	2,61%	1,74%	439.166	292.778
EURO	59.242	81.595	191.143	3,030	2,273	1,515	(56.503)	(101.383)
IENE	13.402.704	127.757	299.282	0,024	0,018	0,012	(58.453)	(138.729)
TOTAL		12.634.182	29.596.834				(2.920.192)	(6.212.351)
CONTROLADORA								
Contratos Concedidos - Var. Negativa - 4º tri 2012				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	5.361.457	5.632.174	12.559.749	2,080	1,560	1,040	(4.195.876)	(6.983.834)
IGP-M	16.247.756	7.285.989	16.247.756	5,31%	3,98%	2,66%	647.067	431.378
EURO	113.938	164.852	367.620	2,643	1,982	1,321	(141.771)	(217.054)
IENE	1.604.637	16.068	35.832	0,026	0,020	0,013	(4.305)	(14.814)
TOTAL		13.099.084	29.210.956				(3.694.885)	(6.784.323)
CONSOLIDADO								
Contratos Concedidos - Var. Negativa - 4º tri 2013				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	5.074.535	5.074.535	11.887.605	2,300	1,725	1,150	8.753.572	5.835.715
IGP-M	3.286.736	1.403.029	3.286.736	3,49%	2,61%	1,74%	85.917	57.278
TOTAL		6.477.564	15.174.341				8.839.490	5.892.993
CONSOLIDADO								
Contratos Concedidos - Var. Negativa - 4º tri 2012				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.969.963	5.220.913	11.642.635	2,080	1,560	1,040	8.144.624	5.429.749
IGP-M	3.902.158	1.749.847	3.902.158	5,31%	3,98%	2,66%	69.688	46.458
TOTAL		6.970.759	15.544.793				8.214.311	5.476.207

4.1.2 - Apreciação dos Índices - Empréstimos concedidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA								
Contratos Concedidos - Var. Positiva - 4º tri 2013				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	5.253.242	5.253.242	12.306.245	2,300	2,875	3,450	2.796.826	5.817.440
IGP-M	16.800.163	7.171.588	16.800.163	3,49%	4,36%	5,23%	731.944	878.333
EURO	59.242	81.595	191.143	3,030	3,788	4,545	33.257	78.137
IENE	13.402.704	127.757	299.282	0,024	0,030	0,036	102.101	182.377
TOTAL		12.634.182	29.596.834				3.664.128	6.956.287
CONTROLADORA								
Contratos Concedidos - Var. Positiva - 4º tri 2012				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	5.361.457	5.632.174	12.559.749	2,080	2,600	3,120	1.380.039	4.167.997
IGP-M	16.247.756	7.285.989	16.247.756	5,31%	6,64%	7,97%	1.078.445	1.294.134
EURO	113.938	164.852	367.620	2,643	3,304	3,964	8.794	84.077
IENE	1.604.637	16.068	35.832	0,026	0,033	0,039	16.713	27.222
TOTAL		13.099.084	29.210.956				2.483.991	5.573.430
CONSOLIDADO								
Contratos Concedidos - Var. Positiva - 4º tri 2013				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	5.074.535	5.074.535	11.887.605	2,300	2,875	3,450	14.589.287	17.507.145
IGP-M	3.286.736	1.403.029	3.286.736	3,49%	4,36%	5,23%	143.195	171.834
TOTAL		6.477.564	15.174.341				14.732.483	17.678.979
CONSOLIDADO								
Contratos Concedidos - Var. Positiva - 4º tri 2012				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.969.963	5.220.913	11.642.635	2,080	2,600	3,120	13.574.373	16.289.247
IGP-M	3.902.158	1.749.847	3.902.158	5,31%	6,64%	8,30%	116.146	145.183
TOTAL		6.970.759	15.544.793				13.690.519	16.434.430

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

4.2 – Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição a taxa de câmbio e índice de preços.

4.2.1 - Depreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA								
Contratos Obtidos - Var. Negativa - 4º tri 2013				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.444.558	4.443.420	10.409.155	2,300	1,725	1,150	2.742.292	5.297.913
IGP-M	11.001.087	4.696.101	11.001.087	3,49%	2,61%	1,74%	(287.575)	(191.717)
EURO	59.270	81.601	191.159	3,030	2,273	1,515	56.453	101.355
IENE	9.933.079	94.599	221.607	0,024	0,018	0,012	43.122	102.617
TOTAL		9.315.721	21.823.008				2.554.293	5.310.169

CONTROLADORA								
Contratos Obtidos - Var. Negativa - 4º tri 2012				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.031.438	4.234.999	9.444.047	2,080	1,560	1,040	3.155.003	5.251.351
IGP-M	8.870.838	3.977.954	8.870.838	5,31%	3,98%	2,66%	(353.281)	(235.521)
EURO	11.106	16.069	35.834	2,643	1,982	1,321	13.819	21.158
IENE	12.884.416	129.017	287.709	0,026	0,020	0,013	34.564	118.946
TOTAL		8.358.039	18.638.428				2.850.106	5.155.934

CONSOLIDADO								
Contratos Obtidos - Var. Negativa - 4º tri 2013				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.553.765	4.553.765	10.667.649	2,300	1,725	1,150	2.812.405	5.430.820
IGP-M	21.395.874	9.133.388	21.395.874	3,49%	2,61%	1,74%	(559.301)	(372.867)
EURO	59.246	81.601	191.158	3,030	2,273	1,515	56.507	101.391
IENE	9.924.138	94.598	221.606	0,024	0,018	0,012	43.282	102.723
TOTAL		13.863.350	32.476.287				2.352.893	5.262.066

CONSOLIDADO								
Contratos Obtidos - Var. Negativa - 4º tri 2012				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.100.873	4.307.940	9.606.706	2,080	1,560	1,040	3.209.344	5.341.798
IGP-M	16.699.901	7.488.745	16.699.901	5,31%	3,98%	2,66%	(665.074)	(443.382)
EURO	11.106	16.069	35.834	2,643	1,982	1,321	13.819	21.158
IENE	12.884.416	129.017	287.709	0,026	0,020	0,013	34.564	118.946
TOTAL		11.941.771	26.630.150				2.592.654	5.038.519

4.2.2 - Apreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

CONTROLADORA								
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 4º tri 2013				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.444.558	4.443.420	10.409.155	2,300	2,875	3,450	(2.368.949)	(4.924.570)
IGP-M	11.001.087	4.696.101	11.001.087	3,49%	4,36%	0,052	(479.292)	(575.150)
EURO	59.247	81.601	191.159	3,030	3,788	4,545	(33.260)	(78.144)
IENE	9.924.183	94.599	221.607	0,024	0,030	0,036	(75.602)	(135.043)
TOTAL		9.315.721	21.823.008				(2.957.103)	(5.712.907)

CONTROLADORA								
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 4º tri 2012				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.031.438	4.234.999	9.444.047	2,080	2,600	3,120	(1.037.692)	(3.134.040)
IGP-M	8.870.838	3.977.954	8.870.838	5,31%	6,64%	7,97%	(588.802)	(706.562)
EURO	11.106	16.069	35.834	2,643	3,304	3,964	(857)	(8.195)
IENE	12.884.416	129.017	287.709	0,026	0,033	0,039	(134.199)	(218.580)
TOTAL		8.358.039	18.638.428				(1.761.550)	(4.067.378)

CONSOLIDADO								
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 4º tri 2013				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.553.765	4.553.765	10.667.649	2,300	2,875	3,450	(2.424.424)	(5.042.839)
IGP-M	21.395.874	9.133.388	21.395.874	3,49%	4,36%	5,23%	(932.168)	(1.118.602)
EURO	59.246	81.601	191.158	3,030	3,788	4,545	(33.260)	(78.143)
IENE	9.924.138	94.598	221.606	0,024	0,030	0,036	(75.601)	(135.043)
TOTAL		13.863.351	32.476.287				(3.465.453)	(6.374.627)

CONSOLIDADO								
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 4º tri 2012				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	4.100.873	4.307.940	9.606.706	2,080	2,600	3,120	(1.055.565)	(3.188.019)
IGP-M	16.699.901	7.488.745	16.699.901	5,31%	6,64%	7,97%	(1.108.456)	(1.330.147)
EURO	11.106	16.069	35.834	2,643	3,304	3,964	(857)	(8.195)
IENE	12.884.416	129.017	287.709	0,026	0,033	0,039	(134.199)	(218.580)
TOTAL		11.941.771	26.630.150				(2.299.077)	(4.744.942)

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

4.3 – Ativo Financeiro de Itaipu Binacional

Foram realizadas análises de sensibilidade do ativo financeiro decorrente da comercialização da energia elétrica de Itaipu Binacional. A análise limitou-se à variação da taxa de câmbio real por dólar, incluindo dois cenários onde há valorização cambial de 25% e 50% e dois cenários onde há desvalorização cambial de 25% e 50%.

4.3.1 - Depreciação de Índices do Ativo Financeiro de Itaipu Binacional:

Ativo Regulatório Itaipu - Variação Negativa - 4º tri 2013				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)
Dolar	1.459.432	1.459.432	3.418.865	2,300	1,725	1,150	901.345	1.740.519
Ativo Regulatório Itaipu - Variação Negativa - 4º tri 2012				**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo em ME**	**Saldo US$ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2013**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
Dolar	865.878	909.599	2.028.406	2,080	1,560	1,040	677.636	1.127.893

4.3.2 - Apreciação de Índices do Ativo Financeiro de Itaipu Binacional:

Ativo Regulatório Itaipu - Variação Positiva - 4º tri 2013				Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo em ME	Saldo US$ mil	Saldo R$ mil	Provável 2013	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)
Dolar	1.459.432	1.459.432	3.418.865	2,300	2,875	3,450	(777.002)	(1.616.175)
Ativo Regulatório Itaipu - Variação Positiva - 4º tri 2012				**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo em ME**	**Saldo US$ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2013**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Dolar	865.878	909.599	2.028.406	2,080	2,600	3,120	(222.877)	(673.133)

4.4 – Derivativos embutidos indexados ao preço do Alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar, esta subdividida em Alcoa e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do Alumínio no mercado internacional (vide item 3.3 – Risco de Commodities desta nota explicativa acima).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do Alumínio Primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da empresa.

Saldo em 31/12/2013	Cenário I (-25%) Índices e Preços	Cenário II (-50%) Índices e Preços	Cenário I (+25%) Índices e Preços	Cenário II (+50%) Índices e Preços
216.155	-	-	587.693	1.067.039

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1,450.00), logo o valor tende a zero impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%) a grande variação apresentada refere-se a aplicação dos referidos percentuais nos valores de Câmbio, Preço de Alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

4.5. - *Swap* de juros indexados a Libor

A Companhia considera que o risco mais relevante para as operações de swap de Libor é a variação da curva futura de juros. A Companhia adotou as informações de mercado do dia 31 de dezembro de 2013 e impactou a curva futura de Libor conforme descrito no quadro abaixo:

	Aumento na Curva da Libor		Queda da curva da Libor	
	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenárioi III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Saldo de Valor Justo R$ mil	Saldo de valor justo sensibilizado R$ mil			
(36,500)	(23,644)	(10,777)	(49,346)	(62,181)

A Companhia sensibiliza o risco de mercado isoladamente, ou seja, impacta apenas o risco de mercado relevante sem considerar os demais efeitos macroeconômicos.

5 - Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	CONTROLADORA 31/12/2013			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)				
Disponível para venda	1.253.297	-	-	1.253.297
Investimentos (Participações Societárias)	1.253.297	-	-	1.253.297
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	3.017.931	-	-	3.017.931
Caixa e equivalentes de caixa	1.303.236	-	-	1.303.236
Títulos e Valores Mobiliários	1.714.695	-	-	1.714.695
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	36.848	-	36.848
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	36.848	-	36.848

	CONTROLADORA 31/12/2012			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)				
Disponível para venda	1.405.289	-	-	1.405.289
Investimentos (Participações Societárias)	1.405.289	-	-	1.405.289
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	-	-	-
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	5.462.141	-	-	5.462.141
Caixa e equivalentes de caixa	935.627	-	-	935.627
Títulos e Valores Mobiliários	4.526.514	-	-	4.526.514
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	-	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante /Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	68.153	-	68.153
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	68.153	-	68.153

	CONSOLIDADO 31/12/2013			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)				
Disponível para venda	1.441.867	5.247.686	-	6.689.554
Investimentos (Participações Societárias)	1.441.867	-	-	1.441.867
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	5.247.686	-	5.247.686
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	9.695.341	216.155	-	9.911.496
Caixa e equivalentes de caixa	3.597.583	-	-	3.597.583
Títulos e Valores Mobiliários	6.097.758	-	-	6.097.758
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	216.155	-	216.155
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	420.801	-	420.801
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	420.801	-	420.801

	CONSOLIDADO 31/12/2012			
	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	TOTAL
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)				
Disponível para venda	1.439.786	4.595.947	-	6.035.733
Investimentos (Participações Societárias)	1.439.786	-	-	1.439.786
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	-	4.595.947	-	4.595.947
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	9.003.465	472.364	-	9.475.829
Caixa e equivalentes de caixa	2.501.515	-	-	2.501.515
Títulos e Valores Mobiliários	6.501.950	-	-	6.501.950
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	472.364	-	472.364
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante/Não Circulante)				
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	-	476.283	-	476.283
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	476.283	-	476.283

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100 classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes, e o risco de crédito das contrapartes das operações de *swaps*.

NOTA 45 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas, sobre os quais as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é o Conselho de Administração responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Os segmentos operacionais da Companhia são Administração, Geração, Transmissão e Distribuição, não havendo agregação de segmentos.

O Conselho de Administração avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são as seguintes:

	31/12/2013							
		Geração		Transmissão				
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M	Distribuição	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	71.772	14.633.670	2.054.657	1.349.213	2.854.102	4.498.837	(1.626.607)	23.835.644
Despesas Operacionais	(7.161.257)	(11.407.123)	(2.041.034)	(2.485.406)	(3.914.835)	(6.610.401)	4.416.001	(29.204.055)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(7.089.485)	3.226.547	13.623	(1.136.193)	(1.060.733)	(2.111.564)	2.789.394	(5.368.411)
Resultado Financeiro	2.125.578	(1.466.380)	217.828	(292.168)	(88.706)	(282.540)	52.334	265.946
Resultado de Participações Societárias	(519.762)	-	-	-	-	-	697.530	177.768
Imposto de renda e contribuição social	(1.326.082)	(242.139)	(204.989)	194.458	212.490	(416)	-	(1.366.678)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(6.809.751)	1.518.028	26.462	(1.233.903)	(936.949)	(2.394.520)	3.539.258	(6.291.375)

	31/12/2012							
		Geração		Transmissão				
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M	Distribuição	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	69.259	19.185.060	-	6.741.198	-	4.675.664	(2.656.885)	28.014.296
Despesas Operacionais	(2.571.528)	(17.868.099)	-	(5.556.712)	-	(5.421.152)	3.775.605	(27.641.887)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(2.502.269)	1.316.961	-	1.184.486	-	(745.488)	1.118.720	372.409
Resultado Financeiro	3.170.259	(626.322)	-	(612.840)	-	(139.868)	(106.754)	1.684.475
Efeito da Lei 12.783/13	-	(7.226.581)	-	(3.134.874)	-	276.075	-	(10.085.380)
Resultado de Participações Societárias	(7.533.116)	-	-	-	-		8.145.317	612.202
Imposto de renda e contribuição social	(644.209)	817.719	-	342.594	-	(25.462)	-	490.642
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(7.509.336)	(5.718.223)	-	(2.220.634)	-	(634.743)	9.157.283	(6.925.652)

NOTA 46 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União que detém 54,46% das ações ordinárias da Companhia (Vide Nota 37).

As transações da Companhia com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições compatíveis com as que seriam praticadas no mercado. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto. As demais operações também foram estabelecidas em condições normais de mercado.

		CONTROLADORA					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
FURNAS	Financiamentos e empréstimos	3.451.299	-	-	3.525.382	-	-
	AFAC	34.740	-	-	525.450	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(731.162)	-	-	(1.315.879)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	227.835	-	-	213.487
		3.486.039	-	(503.327)	4.050.832	-	(1.102.392)
CHESF	Financiamentos e empréstimos	56.594	-	-	128.655	-	-
	Outros passivos	-	1.355	-	-	1.355	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	6.223	-	-	9.623
	Resultado de participações societárias	-	-	(464.109)	-	-	(5.317.877)
		56.594	1.355	(457.886)	128.655	1.355	(5.308.254)
ELETRONORTE	Financiamentos e empréstimos	3.616.309	-	-	4.232.588	-	-
	Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-
	AFAC	16.065	-	-	220.240	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	1.214.814	-	-	(709.978)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	274.130	-	-	293.749
		3.632.374	-	1.488.944	4.452.828	-	(416.229)
ELETROSUL	Financiamentos e empréstimos	1.354.712	-	-	1.142.217	-	-
	Dividendo a receber	62.811	-	-	15.613	-	-
	AFAC	59.284	-	-	554.768	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	264.434	-	-	65.486
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	83.822	-	-	65.110
		1.476.807	-	348.256	1.712.598	-	130.596
CGTEE	Financiamentos e empréstimos	1.585.824	-	-	1.074.018	-	-
	AFAC	4.147	-	-	160.949	-	-
	Dividendo a receber	58.140	-	-	53.723	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	97.718	-			
	Resultado de participações societárias	-	-	(284.885)	-	-	(417.946)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	51.232	-	-	39.882
		1.648.111	97.718	(233.653)	1.288.690	-	(378.064)
ELETRONUCLEAR	Financiamentos e empréstimos	1.085.814	-	-	1.099.311	-	-
	Outros ativos	-	-	-	264.404	-	-
	Outros passivos	-	283.348	-	-	237.215	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(687.915)	-	-	19.724
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	69.251	-	-	71.280
		1.085.814	283.348	(618.664)	1.363.715	237.215	91.004
ITAIPU	Financiamentos e empréstimos	5.943.803	-	-	5.821.318	-	-
	Dividendo a receber	2.343	-	-	8.164	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	401.267	-	-	403.056
		5.946.146	-	401.267	5.829.482	-	403.056

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

		CONTROLADORA					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CEAL	Financiamentos e empréstimos	621.345	-	-	421.155	-	-
	AFAC	7.698	-	-	176.514	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(67.688)	-	-	(87.067)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	39.997	-	-	28.727
		629.043	-	(27.691)	597.669	-	(58.340)
CEPISA	Financiamentos e empréstimos	786.048	-	-	579.092	-	-
	AFAC	15.631	-	-	430.282	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	219.475	-	-	223.505	-
	Provisões operacionais	-	-	-	-	-	36.488
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	62.854	-	-	38.212
		801.679	219.475	62.854	1.009.374	223.505	74.700
AMAZONAS ENERGIA	Financiamentos e empréstimos	1.213.074	-	-	1.028.989	-	-
	AFAC	3.058	-	-	277.681	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	1.994.855	-	-	1.128.018	-
	Provisões operacionais	-	-	1.157.180	-	-	829.203
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	90.389	-	-	55.072
		1.216.132	1.994.855	1.247.569	1.306.670	1.128.018	884.275
CERON	Financiamentos e empréstimos	494.530	-	-	281.242	-	-
	AFAC	233	-	-	162.798	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	188.654	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	(21.528)	-	-	(135.118)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	33.669	-	-	13.715
		494.763	188.654	12.141	444.040	-	(121.403)
ELETROPAR	Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-
	Resultado de participações societárias	-	-	1.618	-	-	12.831
		-	-	1.618	-	-	12.831
ELETROACRE	Financiamentos e empréstimos	158.074	-	-	154.954	-	-
	AFAC	237.337	-	-	217.497	-	-
	Passivo a descoberto das investidas	-	197.524	-	-	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	-	-
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	13.010	-	-	11.985
		395.411	197.524	13.010	372.451	-	11.985
TESOURO NACIONAL	Obrigações	-	39.494	-	-	168.119	-
		-	39.494	-	-	168.119	-
INAMBARI	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(1.352)
		-	-	-	-	-	(1.352)
NORTE ENERGIA	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(5.750)
		-	-	-	-	-	(5.750)
CHC	Resultado de participações societárias	-	-	-	-	-	(2.421)
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	(2.421)
ELETROS	Contribuições Previdenciárias	-	-	-	-	-	28.292
		-	-	-	-	-	28.292

		CONSOLIDADO					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
PODER PÚBLICO FEDERAL	Consumidores e revendedores	-	-	-	13.539	-	-
	Contas a receber	16.716	-	-	3.008	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
	Fornecimento de energia elétrica	-	-	-	-	-	-
	Outras despesas	-	-	13.231	-	-	-
	Outras receitas	-	-	62.848	-	-	81.975
		16.716	-	76.079	16.547	-	81.975
BNDES	Empréstimos e financiamentos a pagar	-	-	-	-	4.888.893	-
		-	-	-	-	4.888.893	-
REAL GRANDEZA	Contas a receber	-	-	-	5.411	-	-
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	5.138	-
	Fornecedores	-	-	-	-	80	-
	Contas a pagar	-	(202.598)	-	-	(267.534)	-
	Obrigações diversas	-	-	-	-	-	-
	Contratos de dívida atuariais	-	-	-	-	24.374	-
	Outros passivos	-	5.943	-	-	197.440	-
	Encargos de dívida / Variação monetária	-	-	-	-	-	-
	Contribuições normal mantenedor	-	-	-	-	-	(16.198)
	Receitas financeiras	-	-	757	-	-	279
	Ativo atuarial - baixa e provisão atuarial	-	-	-	-	-	(19.812)
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	4
	Despesas atuariais	-	-	-	-	-	-
	Outras despesas	-	-	(40.593)	-	-	(79.464)
	Outras Receitas	-	-	15.915	-	-	-
	Provisão atuarial	-	-	-	-	-	-
	Contribuições desp.administrativa	-	-	-	-	-	-
	Reversão das contribuições	-	-	-	-	-	19.914
		-	(196.655)	(23.921)	5.411	(40.502)	(95.277)
NUCLEOS	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	2.942	-
	Reversão das contribuições	-	-	-	-	-	20.733
	Provisão atuarial	-	-	-	-	-	-
	Contribuições normal mantenedor	-	-	-	-	-	(20.733)
	Outras despesas	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	2.942	-

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

		CONSOLIDADO					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
RS ENERGIA	Contas a receber	-	-	-	1	-	-
	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	2.332	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	221.325	-	-
	Outros passivos	-	-	-		-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.882	-	-	8.182
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	10.594	-	-
	Outras ativos	-	-	-	1	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	1.330
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	4
	Outras receitas	-	-	-	-	-	15
		-	-	4.882	234.253	-	9.531
UIRAPURU	Contas a receber	-	-	-	1	-	-
	JCP/Dividendos a receber	1.736	-	-	1.908	-	-
	Outros ativos	5.304	-	-			
	Participação societária permanente	40.600	-	-	33.111	-	-
	Fornecedores	-	2	-			
	Outros passivos	-	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	7.271	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	7.433	-	-	7.935
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	2
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.430	-	-	2.289
	Outras receitas	-	-	20	-	-	16
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(21)	-	-	-
		47.640	2	9.862	42.291	-	10.242
ARTEMIS	Contas a receber	-	-	-	2	-	-
	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	15.945	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	148.578	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	16.809	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.592	-	-	26.989
	Outros ativos	-	-	-	537	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	5.606
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	9
	Outras receitas	-	-	-	-	-	-
		-	-	3.592	181.871	-	32.604
PORTO VELHO	Contas a receber	-	-	-	2	-	-
	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	1.351	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	297.793	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	3.238	-	-
	Outras passivos	-	-	-	-	-	-
	Outras receitas	-	-	-	-	-	60
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.746	-	-	2.685
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
		-	-	1.746	302.384	-	2.745
NORTE BRASIL	Participação societária permanente	231.446	-	-	189.640	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-	-	-
	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	805	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	3.984	-	-
	Outros ativos	68	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	237.116	-	-	3.414
	Receitas de prestação de serviços	-	-	204	-	-	-
		231.514	-	237.320	194.429	-	3.414
ETAU	Contas a receber	-	-	-	-	-	-
	JCP/Dividendos a receber	58	-	-	535	-	-
	Participação societária permanente	24.199	-	-	9.567	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	14.129	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.844	-	-	4.793
	Outros ativos	62	-	-	16	-	-
	Fornecedores	-	3	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	1
	Receitas de prestação de serviços	-	-	752	-	-	219
	Outras receitas	-	-	8	-	-	2
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(25)	-	-	-
		24.319	3	4.579	24.247	-	5.015
ESBR	Participação societária permanente	2.752.140	-	-	952.342	-	-
	Outros passivos	-	-	-	(12.518)	-	-
	Outros Resultados Abrangentes	-	133	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(77.777)	-	-	(4.352)
		2.752.140	133	(77.777)	939.824	-	(4.352)
CERRO CHATO I	Contas a receber	-	-	-	5	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	86.940	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	- 440	-	-
	Outros Ativos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	1	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	325	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	57
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(261)
	Outras receitas	-	-	-	-	-	9
		-	-	325	86.506	-	(195)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

		CONSOLIDADO					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CERRO CHATO II	Contas a receber	-	-	-	5	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	81.090	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	- 1.084	-	-
	Outros ativos	-	-	-	1	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	478	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(904)
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	57
	Outras receitas	-	-	-	-	-	9
		-	-	478	80.012	-	(838)
CERRO CHATO III	Contas a receber	-	-	-	5	-	-
	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	176	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	74.970	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	850	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	543	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(1.721)
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	57
	Outras receitas	-	-	-	-	-	8
		-	-	543	76.001	-	(1.656)
TELES PIRES	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	262.964	-	-	184.194	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	-	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-			(3.734)
	Receitas de prestação de serviços	-	-	9.605	-	-	196
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(6.800)	-	-	(3.734)
	Outras receitas	-	-	111	-	-	-
		262.964	-	2.916	184.194	-	(7.272)
INTEGRAÇÃO	Participação societária permanente	22.455	-	-	-	-	-
	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	20.155	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	11.342	-	-	9.197
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		22.455	-	11.342	20.155	-	9.197
COSTA OESTE	JCP/Dividendos a receber	458	-	-	-	-	-
	AFAC	15.104	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	4.278	-	-	1.390	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	- 252	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(252)
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.599	-	-	-
		19.840	-	3.599	1.138	-	(252)
TSBE	Contas a receber	-	-	-	-	-	-
	JCP/Dividendos a receber	1.440	-	-	-	-	-
	AFAC	86.400	-	-	-	-	-
	Investimentos em participação societária	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	167.403	-	-	6.408	-	-
	Outros ativos	208	-	-			-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(107)	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	4.789	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	105
	Outras Receitas	-	-	2.595	-		-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(106)
		255.451	-	7.384	6.301	-	(1)
LIVRAMENTO	Contas a receber	-	-	-	-	-	-
	Investimentos em participação societária	-	-	-	-	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	97.348	-	-	36.055	-	-
	Outros ativos	112	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(775)	-	-
	Outras Receitas	-	-	125			-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	119
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(10.963)	-	-	(775)
		97.460	-	(10.838)	35.280	-	(656)
SANTA VITÓRIA	Contas a receber	-	-	-	-	-	-
	Investimentos em participação societária	-	-	-	-	-	-
	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	185.970	-	-	97.551	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(492)	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	138	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(492)
	Outras receitas	-	-	-	-	-	119
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
		185.970	-	138	97.059	-	(373)
MARUMBI	AFAC	4.505	-	-	-	-	-
	JCP/Dividendos a receber	101	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	1.151	-	-	622	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(52)	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(52)
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	682	-	-	-
		5.757	-	682	570	-	(52)

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

		CONSOLIDADO					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CHUI	Investimentos em participação societária	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	75.210	-	-	33.887	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	(281)	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(193)	-	-	(281)
		75.210	-	(193)	33.606	-	(281)
AMAPARI ENERGIA	Participação societária permanente	-	-	-	39.191	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	7.355
		-	-	-	39.191	-	7.355
FACHESF	Fornecedores	-	302	-	-	2.160	-
	Contribuições previdenciárias	-	14.238	-	-	-	-
	Contratos de dívida atuariais	-	-	-	-	2.523	-
	Contribuição normal	-	-	-	-	11.001	-
	Despesas atuariais	-	-	(110.199)	-	-	(30.650)
	Despesas financeiras	-	-	(60)	-	-	(31.363)
	Despesas operacionais	-	-	-	-	-	(18.581)
	Outras despesas	-	-	(17.732)	-	-	-
		-	14.540	(127.992)	-	15.684	(80.594)
TDG	Participação societária permanente	49.829	-	-	45.183	-	-
	Dividendos/ JCP a receber	2.152	-	-	-	-	-
	AFAC	86.000	-	-	-	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	125		-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	6.798	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	57	-	-	875
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(4.352)
		137.981	125	6.855	45.183	-	(3.477)
MANAUS TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	207.038	-	-	187.758	-	-
	AFAC	13.650	-	-	-	-	-
	Outros ativos	1.338	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	491	-	-	-	-
	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	329.402	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(7.003)	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(5.452)
		222.026	491	322.399	187.758	-	(5.452)
IEMADEIRA	Participação societária permanente	674.902	-	-	514.112	-	-
	Dividendos/JCP a receber	311.414	-	-	-	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	AFAC	11.025	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	1.624	-	-	-	-
	Contas a pagar	-	(805)	-	-	-	-
	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	10.251	-	-	-
	Outros Créditos	-	-	7.350	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	39.720	-	-	19.116
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(4.556)	-	-	-
	Outras Despesas	-	-	-	-	-	-
		997.341	819	52.765	514.112	-	19.116
MANAUS CONSTRUÇÃO	JCP/Dividendos a receber	9.377	-	-	2.970	-	-
	Participação societária permanente	3.533	-	-	15.410	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	20.340	-	-	3.556
		12.910	-	20.340	18.380	-	3.556
STN	Contas a receber	-	-	-	177	-	-
	Outras contas a receber	191	-	-	-	-	-
	Dividendos/JCP a receber	1.292	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	195.154	-	-	188.861	-	-
	Fornecedores	-	1.439	-	-	1.226	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	38.082	-	-	17.615
	Receitas de JCP/Dividendos	-	-	-	-	-	7.494
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.297	-	-	2.134
	Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(14.740)	-	-	- 11.321
		196.637	1.439	25.639	189.038	1.226	15.922
INTESA	JCP/Dividendos a receber	1.334	-	-	762	-	-
	Participação societária permanente	38.152	-	-	35.646	-	-
	Fornecedores	-	1.108	-	-	924	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.660	-	-	4.107
	Receitas de JCP/Dividendos	-	-	720	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(11.347)	-	-	(8.696)
		39.486	1.108	(6.967)	36.408	924	(4.589)
EAPSA	Clientes	131	-	-	-	-	-
	Consumidores e revendedores	-	-	-	242	-	-
	JCP/Dividendos a receber	3.379	-	-	3.090	-	-
	Participação societária permanente	92.842	-	-	261.301	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	13.521	-	-	40.404
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		96.352	-	13.521	264.633	-	40.404
SETE GAMELEIRAS	Contas a receber	5	-	-	15	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	20.243	-	-	19.810	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	25	-	-	56
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(743)	-	-	(88)
		20.248	-	(718)	19.825	-	(32)

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

		CONSOLIDADO					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
S. PEDRO DO LAGO	Participação societária permanente	15.118	-	-	14.098	-	-
	Contas a receber	5	-	-	15	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	25	-	-	56
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(58)	-	-	(117)
		15.123	-	(33)	14.113	-	(61)
PEDRA BRANCA	Participação societária permanente	14.096	-	-	13.504	-	-
	Contas a receber	5	-	-	-	-	-
	Outras contas a receber	25	-	-	-	-	-
	Consumidores e revendedores	-	-	-	15	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	329	-	-	56
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(735)	-	-	(118)
		14.126	-	(406)	13.519	-	(62)
AMAPARI	AFAC	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	41.623	-	-	-
		-	-	41.623	-	-	-
BRASVENTO MIASSABA	Clientes	68	-	-			-
	AFAC	22.885	-	-	22.885	-	-
	Participação societária permanente	8.247	-	-	9.534	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	113	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	31.131	-	-	(799)
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-
	Remuneração do ativo financeiro	-	-	270	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.288)	-	-	-
		31.200	-	30.226	32.419	-	(799)
BRASVENTO EOLO	AFAC	16.691	-	-	16.691	-	-
	Participação societária permanente	5.870	-	-	6.938	-	-
	Clientes	58	-	-	-	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	210	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	22.306	-	-	(623)
	Remuneração do ativo financeiro	-	-	135	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.068)	-	-	-
		22.619	-	21.583	23.629	-	(623)
PREVINORTE	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	-	-
	Despesas atuariais	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	-	-	-
ANDE	Clientes	-	-	-	63.659	-	-
	Outros ativos	-	-	-	23.791	-	-
	Obrigações diversas	-	-	-	-	(38.078)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	239.834
	Receitas financeiras	-	-	-	-	-	479
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	622
	Outras despesas	-	-	-	-	-	(42.932)
		-	-	-	87.451	(38.078)	198.002
FIBRA	Contas a pagar	-	-	-	-	(42.610)	-
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	(2.888)	-
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	(4.800)
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	-	(20.434)
		-	-	-	-	(45.499)	(25.234)
CAJUBI	Contas a pagar	-	-	-	-	(47.187)	-
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	(6.190)	-
	Outros passivos	-	-	-	-	887.445	-
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	(622)
	Despesas atuariais	-	-	-	-	-	(90.708)
	Contribuições previdenciárias	-	-	-	-	-	(27.269)
		-	-	-	-	834.068	(118.599)
ENERPEIXE	Contas a receber	240	-	-	536	-	-
	Consumidores e revendedores	-	-	-	-	-	-
	JCP/Dividendos a receber	25.960	-	-	29.640	-	-
	Participação societária permanente	525.378	-	-	514.735	-	-
	Outros ativos	2	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	96.604	-	-	76.524
	Receitas de prestação de serviços	-	-	86	-	-	3.046
	Remuneração do ativo financeiro	-	-	2.414	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	4.914
		551.580	-	99.104	544.911	-	84.484
TRANSLESTE	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	(1.652)	-	-
	Participação societária permanente	27.187	-	-	25.687	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	(160)	-	-	(126)	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	6.840	-	-	4.041
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.631)	-	-	(1.193)
		27.187	(160)	5.209	24.035	(126)	2.848

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

		CONSOLIDADO					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
TRANSUDESTE	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	(379)	-	-
	Contas a receber	-	-	-	23	-	-
	Participação societária permanente	14.007	-	-	13.871	-	-
	Outros ativos	25	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	(99)	-	-	(79)	-
	Outras receitas	-	-	147	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	139	-	-	132
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.909	-	-	2.035
	Outras despesas	-	-	-	-	-	138
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(996)	-	-	(734)
		14.032	(99)	3.199	13.515	(79)	1.571
TRANSIRAPÉ	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	(460)	-	-
	Participação societária permanente	14.050	-	-	11.360	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	(68)	-	-	(45)	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.745	-	-	1.969
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(698)	-	-	(501)
		14.050	(68)	3.047	10.900	(45)	1.468
CENTROESTE	AFAC	-	-	-	3.527	-	-
	Contas a receber	-	-	-	52	-	-
	Participação societária permanente	17.630	-	-	20.268	-	-
	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-
	Outros ativos	59	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	(68)	-	-	(54)	-
	Outras receitas	-	-	79	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	729	-	-	542
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.746	-	-	3.963
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-			-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	74
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(689)	-	-	(506)
		17.689	(68)	3.865	23.847	(54)	4.073
BAGUARI	Clientes	15	-	-	40	-	-
	AFAC	82.632	-	-	82.632	-	-
	Participação societária permanente	9.805	-	-	6.608	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	JCP/Dividendos a receber	1.837	-	-	9.729	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	5.035	-	-	8.623
	Remuneração do ativo financeiro	-	-	190	-		-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	382
		94.289	-	5.225	99.009	-	9.005
RETIRO BAIXO	Contas a receber	-	-	-	11	-	-
	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	2.550	-	-
	AFAC	58	-	-	58	-	-
	Participação societária permanente	113.123	-	-	110.020	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	3.103	-	-	4.010
	Receitas financeiras	-	-	3.138	-	-	1.524
	Despesas financeiras	-	-	(41)	-	-	-
		113.181	-	6.200	112.639	-	5.534
SERRA FACÃO ENERGIA	Dividendos/JCP a receber	2.289	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	60.742	-	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	298	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(26.544)	-	-	-
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	(3.885)
	Compra de energia	-	-	-	-	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	34
		63.031	-	(26.246)	-	-	(3.851)
CHAPECOENSE	JCP/Dividendos a receber	17.054	-	-	(2.773)	-	-
	Clientes	448	-	-	794	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	1.113	-	-
	Consumidores e revendedores	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	345.387	-	-	303.627	-	-
	Outros ativos	751	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	90.568	-	-	32.762
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	7.227
	Remuneração de ativo financeiro	-	-	4.273			
	Receitas de prestação de serviços	-	-	309	-	-	5.943
		363.640	-	95.150	302.761	-	45.932
	Clientes	2.011	-	-	-	-	-

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

		CONSOLIDADO					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
MADEIRA ENERGIA	AFAC	89.700	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	2.416.382	-	-	1.669.041	-	-
	Contas a receber	-	-	-	3.073	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	1.903	-	-
	Outros ativos	163	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(18.678)	-	-	(100.459)
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	15.191
	Receitas de prestação de serviços	-	-	22.771	-	-	25.406
	Remuneração de ativo financeiro	-	-	19.793	-	-	-
	Outras receitas	-	-	1.607	-	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	-
		2.508.256	-	25.493	1.674.017	-	(59.862)
INAMBARI	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.088)	6.640	-	-
	Outras despesas	-	-	(6.126)	-	-	(919)
		-	-	(7.214)	6.640	-	(919)
TRANSENERGIA RENOVÁVEL	JCP/Dividendos a receber	9.904	-	-	-	-	-
	AFAC	-	-	-	24.556	-	-
	Contas a receber	-	-	-	17	-	-
	Participação societária permanente	78.241	-	-	83.308	-	-
	Fornecedores	-	(79)	-	-	- 8	-
	Contas a pagar	-	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(21.680)	-	-	4.214
	Outros ativos	17	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	- 8
	Outras Despesas Operacionais	-	-	-	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(654)	-	-	- 106
		88.162	(79)	(22.334)	107.881	- 8	4.100
MGE TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	60.802	-	-	35.991	-	-
	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	201	-	-
	AFAC	45.570	-	-	27.440	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	257	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	(74)
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	1.975
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(2.831)	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.855	-	-	2.042
		106.372	-	(976)	63.889	-	3.943
GOIÁS TRANSMISSÃO	Participação societária permanente	80.080	-	-	44.806	-	-
	AFAC	51.499	-	-	56.840	-	-
	JCP/Dividendos a receber	20.051	-	-	300	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	38	-	-
	Outros ativos	359	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	(207)	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.815)	-	-	4.567
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.290	-	-	870
		151.989	(207)	475	101.984	-	5.437
REI DOS VENTOS	Clientes	60	-	-	-	-	-
	AFAC	12.894	-	-	12.894	-	-
	Participação societária permanente	7.553	-	-	8.914	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	79	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	20.447	-	-	(775)
	Remuneração do ativo financeiro	-	-	187	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(1.359)	-	-	-
		20.507	-	19.354	21.808	-	(775)
SEFAC ENERGIA PARTICIPAÇÕES	JCP/Dividendos a receber	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	-	-	-	104.098	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(40.360)
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	91
	Despesas financeiras	-	-	-	-	-	-
	Compra de energia	-	-	-	-	-	-
		-	-	-	104.098	-	(40.269)
TRANS SÃO PAULO	AFAC	13.132	-	-	7.987	-	-
	Participação societária permanente	36.500	-	-	23.328	-	-
	JCP/Dividendos a receber	5.441	-	-	566	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	333	-	-
	Outros ativos	71	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	(20)	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	1.013	-	-	755
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	15.107	-	-	2.378
	Outras Receitas	-	-	229	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(293)	-	-	(24)
	Outras Despesas	-	-	-	-	-	-
		55.144	(20)	16.056	32.214	-	3.109

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

		CONSOLIDADO					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
TRANS GOIÁS	AFAC	93	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	2.369	-	-	2.513	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(273)
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(487)	-	-	-
		2.462	-	(487)	2.513	-	(273)
CALDAS NOVAS	AFAC	-	-	-	6.417	-	-
	Outras contas a receber	-	-	-	98	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	10.634	-	-	50	-	-
	Outros ativos	176	-	-	-	-	-
	Outras receitas	404	-	-	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(11)	-	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	684
	Receitas de prestação de serviços	-	-	170	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.578	-	-	-
		11.214	-	1.737	6.565	-	684
IE GARANHUS	Participação societária permanente	98.659	-	-	14.956	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	2.853	-	-	255
		98.659	-	2.853	14.956	-	255
LUZIÂNIA NIQUELÂNDIA TRANSMISSORA	AFAC	2.728	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	2.907	-	-	931	-	-
	Outros ativos	94	-	-	-	-	-
	Fornecedores	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	537	-	-	-
	Receitas Financeiras	-	-	5	-	-	-
	Outras Receitas	-	-	810	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(131)	-	-	-
	Outras despesas	-	-	-	-	-	-
		5.729	-	1.221	931	-	-
TSLE	Contas a receber	-	-	-	-	-	-
	AFAC	102.620	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	16.901	-	-	5.100	-	-
	Outros ativos	474	-	-	-	-	-
	Equivalência patrimonial acumulada	-	-	-	- 5.100	-	-
	Outros passivos	-	5	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	120	-	-	(564)
	Outras Receitas	-	-	8.236	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	52
		119.995	5	8.356	-	-	(512)
ENERGIA DOS VENTOS I	AFAC	5.175	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	198	-	-	167	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(23)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		5.373	-	(23)	167	-	-
ENERGIA DOS VENTOS II	AFAC	3.121	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	154	-	-	123	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(23)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		3.275	-	(23)	123	-	-
ENERGIA DOS VENTOS III	AFAC	4.655	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	186	-	-	152	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(25)	-	-	-
	Outras Receitas	-	-	61	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		4.841	-	36	152	-	-
ENERGIA DOS VENTOS IV	AFAC	6.811	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	210	-	-	216	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(26)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		7.021	-	(26)	216	-	-
ENERGIA DOS VENTOS V	AFAC	5.454	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	183	-	-	157	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(23)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		5.637	-	(23)	157	-	-
ENERGIA DOS VENTOS VI	AFAC	7.585	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	181	-	-	206	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(25)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		7.766	-	(25)	206	-	-
ENERGIA DOS VENTOS VII	AFAC	7.634	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	205	-	-	216	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(25)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		7.839	-	(25)	216	-	-

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

		CONSOLIDADO					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
ENERGIA DOS VENTOS VIII	AFAC	5.454	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	164	-	-	157	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(22)	-	-	-
	Outras Receitas	-	-	10	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		5.618	-	(12)	157	-	-
Energia dos Ventos IX	AFAC	5.562	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	186	-	-	167	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(24)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		5.748	-	(24)	167	-	-
Energia dos Ventos X	AFAC	4.131	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	178	-	-	137	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(23)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		4.309	-	(23)	137	-	-
JUNCO I	Participação societária permanente	5.193	-	-	106	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(148)	-	-	(38)
		5.193	-	(148)	106	-	(38)
JUNCO II	Participação societária permanente	5.285	-	-	111	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(61)	-	-	(33)
		5.285	-	(61)	111	-	(33)
CAIÇARA I	Participação societária permanente	5.280	-	-	114	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(69)	-	-	(30)
		5.280	-	(69)	114	-	(30)
CAIÇARA II	Participação societária permanente	3.399	-	-	67	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(56)	-	-	(29)
		3.399	-	(56)	67	-	(29)
EXTREMOZ	Participação societária permanente	1.505	-	-	53	-	-
	AFAC	178.150	-	-	34.525	-	-
	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1.452	-	-	53
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		179.655	-	1.452	34.578	-	53
NORTE ENERGIA	Outros ativos	35	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	631.824	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	841.589	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(6.000)	-	-	-
		631.859	-	835.589	-	-	-
AETE	Outros passivos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	39.235	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	2.022	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(2.831)	-	-	-
		-	-	38.426	-	-	
BRASNORTE	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	139	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	105.921	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	4.747	-	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(1.643)	-	-	-
		-	4.886	104.278	-	-	
ÁGUAS DA PEDRA	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	96.220	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	690	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		-	-	96.910	-	-	-
ESTAÇÃO TRANSM	Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	-
	Outros passivos (especificar, se relevante)	1.646	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	743.762	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	40	-	-	-
	Outras receitas (especificar, se relevante)	-	-	-	-	-	-
	Receitas Financeiras	-	-	-	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(10.934)	-	-	-
		1.646	-	732.868	-	-	-
INTEGRAÇÃO TRANS.	Outros ativos	272	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	121.999	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	3.386	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(8.264)	-	-	-
		272	-	117.121	-	-	-
LINHA VERDE	Outros ativos	-	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	23.257	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		-	-	23.257	-	-	-
RIO BRANCO	Outros ativos	152	-	-	-	-	-
	Outros passivos	-	176	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	-	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-
		152	176	-	-	-	-
CONSTRUTORA INTEG	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	24.638	-	-	-
		-	-	24.638	-	-	-
TRANSNORTE	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	42.584	-	-	-
		-	-	42.584	-	-	-
CTEEP	JCP/Dividendos a receber	1.114	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	18.140	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	5.673	-	-	-
		19.254	-	5.673	-	-	-
EMAE	Participação societária permanente	5.407	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	(4.994)	-	-	-
		5.407	-	(4.994)	-	-	-

continua

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

		CONSOLIDADO					
		31/12/2013			31/12/2012		
EMPRESAS	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
TRIÂNGULO MINEIRO TRANS. S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	10.908	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	443	-	-	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	146	-	-	-
	Outras Receitas	-	-	302	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(443)	-	-	-
		11.351	-	5	-	-	-
CEPEL	Outras despesas (Despesas Operacionais)	-	-	(10.924)	-	-	-
		-	-	(10.924)	-	-	-
TME	Outros passivos	-	294	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	75.656	-	-	-
	Encargos de uso da rede elétrica	-	-	(2.902)	-	-	-
		-	294	72.754	-	-	-
PARANAÍBA TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	Participação societária permanente	17.801	-	-	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	161	-	-	-
	Receitas de prestação de serviços	-	-	208	-	-	-
		17.801	-	369	-	-	-
CENTRAIS EÓLICA FAMOSA I S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	3.807	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	3.455	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(305)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		7.262	-	(305)	-	-	-
CENTRAIS EÓLICA PAU BRASIL S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	2.538	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	2.302	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(225)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		4.840	-	(225)	-	-	-
CENTRAIS EÓLICA SÃO PAULO S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	2.856	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	2.594	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(241)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		5.450	-	(241)	-	-	-
CENTRAIS EÓLICA ROSADA S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.759	-	-	-	-	-
	Participação societária permanente	4.326	-	-	-	-	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	(347)	-	-	-
	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-
		9.085	-	(347)	-	-	-
ESBR PART.	Participação societária permanente	-	-	-	939.825	-	-
	Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	(231)	-
	Despesas de equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	(4.352)
		-	-	-	939.825	(231)	(4.352)
FOTE	Participação societária permanente	5	-	-	-	-	-
		5	-	-	-	-	-
VALE DO SÃO BARTOLOMEU TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.	Outras Receitas	-	-	16	-	-	-
	Participação societária permanente	663	-	-	-	-	-
		663	-	16	-	-	-
PUNAÚ I EÓLICA S.A	Participação societária permanente	123	-	-	-	-	-
		123	-	-	-	-	-
CARNAÚBA I EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	113	-	-	-	-	-
		113	-	-	-	-	-
CARNAÚBA II EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	93	-	-	-	-	-
		93	-	-	-	-	-
CARNAÚBA III EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	83	-	-	-	-	-
		83	-	-	-	-	-
CARNAÚBA V EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	123	-	-	-	-	-
		123	-	-	-	-	-
CERVANTES I EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	83	-	-	-	-	-
		83	-	-	-	-	-
CERVANTES II EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	64	-	-	-	-	-
		64	-	-	-	-	-
BOM JESUS EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	93	-	-	-	-	-
		93	-	-	-	-	-
CACHOEIRA EÓLICA S.A	Participação societária permanente	64	-	-	-	-	-
		64	-	-	-	-	-
PITIMBU EÓLICA S.A	Participação societária permanente	93	-	-	-	-	-
		93	-	-	-	-	-
SÃO CAETANO EÓLICA S.A	Participação societária permanente	132	-	-	-	-	-
		132	-	-	-	-	-
SÃO CAETANO I EÓLICA S.A	Participação societária permanente	93	-	-	-	-	-
		93	-	-	-	-	-
SÃO GALVÃO EÓLICA S.A.	Participação societária permanente	122	-	-	-	-	-
		122	-	-	-	-	-
SINOP	Receitas de equivalência patrimonial	-	-	1	-	-	-
		-	-	1	-	-	-
VENTOS DE SANTA JOANA IX	Participação societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
VENTOS DE SANTA JOANA X	Participação societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
VENTOS DE SANTA JOANA XI	Participação societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
VENTOS DE SANTA JOANA XII	Participação societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
VENTOS DE SANTA JOANA XIII	Participação societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
VENTOS DE SANTA JOANA XV	Participação societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-
VENTOS DE SANTA JOANA XVI	Participação societária permanente	7.690	-	-	-	-	-
		7.690	-	-	-	-	-

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

NOTA 47 - Remuneração do Pessoal Chave

A remuneração do pessoal chave da Companhia (diretores e conselheiros) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	5.409	4.822	25.548	22.432
Salários e encargos sociais	1.282	1.216	5.698	5.046
Outros	528	543	2.617	3.029
	7.219	6.581	33.863	30.507

NOTA 48 - EVENTOS SUBSEQUENTES

48.1 Leilão de Transmissão do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte

Em 7 de fevereiro de 2014, o consórcio formado por Furnas (24,5%), Eletronorte (24,5%) e a empresa chinesa State Grid Brasil Holding (51%) arrematou, no Leilão de Transmissão nº 11/2013 da Aneel, realizado na sede da Bovespa, em São Paulo, o sistema de transmissão do Complexo Hidrelétrico (CHE) de Belo Monte, em construção no rio Xingu, no Pará. O Lote AB, único do certame, que compreende a construção, montagem, operação e manutenção do empreendimento, foi conquistado com lance de R$ 434.647, representando 38% de deságio sobre a Receita Anual Permitida Máxima (aproximadamente R$ 701.040). O investimento previsto é de R$ 5 bilhões.

O sistema de transmissão permitirá o escoamento da energia do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte ao Sistema Interligado Nacional por meio de um sistema de transmissão em extra-alta tensão em corrente contínua de ± 800 kV, inédito no país. O circuito é composto de duas estações conversoras de corrente alternada 500 kV para corrente contínua ± 800 kV. A primeira terá capacidade de conversão de 4.000 MW e será construída na Subestação de Xingu (500 kV), localizada a 17 km da usina, que se conecta à interligação Manaus – Tucuruí; a segunda terá capacidade de conversão de 3.850 MW e será construída na área contígua à Subestação Estreito, em Minas Gerais.

A Linha de Transmissão Xingu-Estreito (± 800kV) ligará as duas estações e terá 2.092 km, cruzando os estados de Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. A previsão de conclusão do sistema de transmissão é janeiro de 2018 e o prazo de concessão é de 30 anos.

48.2 Contrato de Confissão de Dívida – Amazonas Energia

A Diretoria Executiva da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. resolveu aprovar e submeter à deliberação do Conselho de Administração, e posteriormente encaminhar à Eletrobras, a assinatura do Contrato de Confissão de Dívida (CCD), com parcelamento, junto à Petrobras Distribuidora S.A., no valor de R$ 1.112.806, com data base de correção em 31/12/2013, a ser pago em 85 parcelas mensais e sucessivas, de R$ 13.092, corrigidos pela Taxa SELIC, na data de pagamento de cada parcela. Esta transação não gerou efeito no resultado em 2013.

48.3. Aquisição de participação acionária – Eletronorte

A Diretoria Executiva aprovou no dia 02 de outubro de 2013, a aquisição da participação acionária da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. na Sociedade de Propósito Específico, a Linha Verde Transmissora de Energia S.A, envolvendo a aquisição pela Eletronorte da totalidade da participação neste investimento.

O Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a transação em fevereiro de 2014. No entanto, a transação está condicionada à manifestação favorável da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e Banco da Amazônia, pois esse último é responsável pelo financiamento obtido na Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

48.4 Plano de Sucessão Programada dos Empregados - Eletronuclear

A Companhia instituiu em fevereiro de 2014 o Plano de Sucessão Programada dos Empregados – PSPE, conforme aprovado na 282ª reunião do conselho de Administração da ELETRONUCLEAR, de 19/12/2012, com o início das adesões para março de 2014 e o início dos desembolsos por conta dos desligamentos para agosto de 2014, de acordo com o fluxo financeiro de caixa da Companhia para o 2º semestre de 2014. Na forma da legislação societária, tão logo as adesões ao PSPE sejam finalizadas há de se reconhecer contabilmente seus efeitos como um todo, o que pode afetar significativamente os resultados da companhia nos anos de 2014 e possivelmente 2015.

48.5 Leilão de Geração 009/2013 - Eletrosul

Em 28 de janeiro de 2014, a controlada Eletrosul passou a integrar novas Sociedades de Propósito Especifico (SPE), conforme quadro abaixo, constituídas em decorrência do leilão de geração 009/2013-ANEEL.

SPE	Parque Eólico	% Part.	Acionista	%	Potência Nominal (MW)	Garantia Física (MWm)
Eólica Hermengildo I S.A.	Verace 24	99,99%	Renobrax	0,01%	18,7	9,2
	Verace 25				6,8	3,3
	Verace 26				13,6	7
	Verace 27				15,3	7,9
Eólica Hermengildo II S.A.	Verace 28	99,99%	Renobrax	0,01%	11,9	5,9
	Verace 29				17	8,3
	Verace 30				17	8,2
	Verace 31				8,5	4,2
Eólica Hermengildo III S.A.	Verace 34	99,99%	Renobrax	0,01%	13,6	6,7
	Verace 35				11,9	5,8
	Verace 36				20,4	9,7
Eólica Coxilha Seca S.A.	Capão Inglês	99,99%	Renobrax	0,01%	10	3,9
	Colhilha Seca				30	11,8
	Galpões				8	3
Eólica Chuí IX S.A.	Chuí 09	99,99%	Renobrax	0,01%	17	7,8

48.6. UTEs Rio Branco I e Rio Branco II

A Aneel, no uso das suas atribuições regimentais, recomendou ao Ministério de Minas e Energia (MME) a extinção da autorização de serviço público das Usinas Termelétricas (UTEs) Rio Branco I e Rio Branco II, outorgada à Companhia por meio da Portaria DNAEE nº 156/1990, além declarar que a extinção da autorização não enseja em indenização por investimentos não amortizados.

Os saldos destas UTEs, em 31 de dezembro de 2013, estão totalmente provisionados na Eletronorte.

48.7 CELG Distribuição

Em 29 de janeiro de 2014, foi assinado o Termo de Entendimento entre a Eletrobras, o Estado de Goiás, a Companhia CELG de Participações – CELGPAR e a CELG Distribuição S.A. – CELG D, com o objetivo de manter as negociações para aquisição de até 51% (cinquenta e um por cento) das ações ordinárias da CELG D pela Eletrobras, nos termos dos instrumentos jurídicos anteriormente celebrados.

48.8 Plano de Recuperação – Rede Energia (CEMAT)

Através da Resolução Autorizativa nº 4.510, de 28 de Janeiro de 2014 a ANEEL anuiu à transferência de controle societário do Grupo Rede Energia para a Energisa S.A. A referida resolução ainda aprovou o plano apresentado pelo Grupo Rede Energia e detalhado pelo Grupo Energisa, para a recuperação e correção das falhas e transgressões que ensejaram a intervenção nas distribuidoras do Grupo Rede. A Transferência do controle do Grupo Rede ainda está condicionado ao cumprimento de outras condições precedentes previstas no Compromisso de Investimento, Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, celebrado entre a Energisa e o acionista controlador do Grupo Rede.

48.9 UHE Itaparica - Transferência das infraestruturas de uso comum dos perímetros irrigados de Itaparica da Chesf para a Codevasf

De acordo com o aviso Ministerial Nº 35/2014/GM-MME, o Ministério da Integração Nacional está viabilizando a transferência das infraestruturas de uso comum dos perímetros irrigados de Itaparica da Chesf para Codevasf. Neste sentido, a Codevasf está tomando iniciativas a fim de permitir a Companhia a assumir a Operação e Manutenção da Infraestrutura de irrigação de uso comum a partir 01 de junho de 2014 (vide nota 35).

DIRETORIA EXECUTIVA

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, tendo sido tomada a resolução no sentido de sua aprovação, sob o número 173/2014, em reunião do colegiado realizada, em 27 de março de 2014.

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia - PricewaterhouseCoopers, emitido sobre as Demonstrações Financeiras da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em reunião realizada em 27 de março de 2014.

Brasília, 27 de março de 2014.

José da Costa Carvalho Neto
Presidente

Armando Casado de Araújo
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Antonio Muniz Lopes
Diretor de Transmissão

Valter Luiz Cardeal de Souza
Diretor de Geração

Luis Hiroshi Sakamoto
Diretor de Distribuição Interino

Manoel Aguinaldo Guimarães
Diretor de Administração Interino

Rodrigo Vilella Ruiz - Contador CRC 088488/9 O - DF

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as Demonstrações Financeiras, com o parecer emitido pelos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao Exercício findo em 31.12.2013 e, encontrando-se corretas e em ordem, decide submeter a matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Brasília, 27 de março de 2014.

José Antonio Corrêa Coimbra
Presidente em Exercício

José da Costa Carvalho Neto
Conselheiro

Wagner Bittencourt de Oliveira
Conselheiro

Beto Ferreira Martins Vasconcelos
Conselheiro

Lindemberg de Lima Bezerra
Conselheiro

Marcelo Gasparino da Silva
Conselheiro

Thadeu Figueiredo Rocha
Conselheiro

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e do Valor Adicionado e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e seus anexos, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa desenvolvido pelo Conselho Fiscal ao longo do exercício, com base na análise da documentação apresentada, nas informações prestadas pelo Departamento de Contabilidade – DFC e no Parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, que declara que as Demonstrações Contábeis representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras em 31 de dezembro de 2013, o Conselho Fiscal da Eletrobras entende que as referidas Demonstrações Financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembléia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa, salientando as ressalvas apontadas no Relatório da referida auditoria.

É de parecer, ainda, que a proposta da Administração da Eletrobras, relativamente à destinação do resultado do exercício de 2013, está amparada pelas disposições legais e societárias vigentes.

Brasília, 27 de março de 2014.

Danilo de Jesus Vieira Furtado
Presidente do Conselho

Jarbas Raimundo de Aldano Matos
Conselheiro

Charles Carvalho Guedes
Conselheiro

Manuel Jeremias Leite Caldas
Conselheiro

Fernando Pessoa Lopes
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Impactos da Lei nº 12.783/2013

Em 11 de setembro de 2012, conforme descrito na Nota 2.1, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal Medida Provisória foi convertida, em 11 de janeiro de 2013, na Lei nº 12.783/2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização dos ativos vinculados às concessões foram divulgados pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pelas concessionárias e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia está na fase de elaboração do laudo de avaliação dos referidos ativos para entrega a ANEEL que terá até 150 dias para se manifestar.

Adicionalmente, para os empreendimentos de geração, exceto os respectivos projetos básicos, a Resolução Normativa ANEEL nº 596/2013, estabeleceu que as empresas deveriam se manifestar sobre o interesse em receber a indenização até 31 de dezembro de 2013, e a partir da manifestação tem 180 dias para submeter à ANEEL as informações complementares para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, realizados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados. A Companhia se manifestou dentro do prazo estabelecido pela ANEEL.

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os valores dos ativos de transmissão e geração abrangidos nessa situação correspondem a R$ 8.857.107 mil e R$ 1.483.540 mil, respectivamente, e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 2, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Os valores dos ativos de geração térmica que apresentam concessão a vencer entre 2015 e 2017 e que estão abrangidos pela referida legislação, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, correspondem a R$ 1.205.289 mil e R$ 1.684.047 mil, respectivamente, e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito na Nota 2. Para esses ativos não foi divulgado pelo poder concedente o valor de indenização, podendo sofrer alterações até a determinação dos mesmos.

Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Reflexos na Eletrobras decorrente de continuidade operacional de empresas controladas e coligadas

Chamamos a atenção para a Nota 15, que descreve que as empresas controladas do segmento de distribuição e a controlada de geração Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica têm apurado prejuízos repetitivos em suas operações e apresentaram excesso de passivos sobre ativos circulantes em 31 de dezembro de 2013 no montante de R$ 4.052.324 mil e passivo a descoberto de R$ 2.765.144 mil.

Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia mantém investimentos na Norte Energia S.A., na Madeira Energia S.A. e na Interligação Elétrica do Madeira S.A, as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento do projeto Hidrelétrico de Belo Monte e de Santo Antônio. Esses gastos, de acordo com as estimativas da administração da investida, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras geradas pelos projetos. A conclusão das obras, e consequente início das operações, dependem da capacidade dessas empresas para continuar a obter os recursos necessários para continuidade e conclusão dos projetos. Adicionalmente, as investidas, Manaus Transmissora de Energia S.A. e Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., nas quais a Companhia participa com 49,50% e 49%, respectivamente apresentavam excesso de passivos sobre ativos circulantes nos montantes de R$ 171.738 mil e R$ 322.499 mil.

Conforme descrito na Nota 15, a empresa coligada Centrais Elétricas Matogressenses S.A. - CEMAT apresentou excesso de passivos sobre os ativos circulantes, em 31 de dezembro de 2013, no montante de R$ 925.515 mil, e pertence ao Grupo Econômico Rede Energia, em recuperação judicial, e sendo decretada intervenção pelo órgão regulador em 31 de agosto de 2012. A Companhia provisionou o investimento e avaliou os empréstimos a receber com base nos critérios e premissas descritos nas Notas 9 e 15.

A continuidade operacional das empresas controladas de distribuição, da Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica e das investidas Norte Energia S.A., Madeira Energia S.A., Interligação Elétrica do Madeira S.A., Manaus Transmissora de Energia S.A. e Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. depende da manutenção do suporte financeiro por parte da Companhia e demais acionistas. Já a realização dos ativos de empréstimos a receber da CEMAT depende do sucesso do plano de recuperação judicial e do resultado da intervenção, bem como dos novos termos de negociação com os credores. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Aplicação do método de equivalência patrimonial

Conforme descrito na Nota 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Centrais Elétricas Brasileiras S.A., essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, uma vez que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar -
Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Brasília, 27 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC1MG070614/O-5 "S" DF

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16 – EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2013
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2013

MENSAGEM

Uma caminhada de 40 anos de muito trabalho e construção, produzindo e transmitindo energia elétrica para todo o Brasil com muita paixão, foi assim que a Eletrobras Eletronorte fechou mais um ciclo de gestão em 2013.

Nos dois últimos anos e particularmente com a publicação da Lei Nº 12.783/2013 que disciplinou o processo de antecipação da prorrogação das concessões de prestação de serviços de energia elétrica, importantes mudanças regulatórias ocorreram no Setor Elétrico Brasileiro, que somadas aos impactos da crise econômica mundial, tornaram a manutenção da sustentabilidade empresarial um desafio ainda mais intenso.

Promover o reequilíbrio econômico e financeiro em cada negócio exige da Direção da Empresa um nível ainda maior de criatividade e inovação, para engajar toda a força de trabalho, que é a responsável pelas práticas de gestão utilizadas nos processos, a produzir novos e melhores resultados. Cumprimos nossa missão no ciclo de 2013, e com o esforço e a dedicação de nossas Equipes, asseguramos o alcance de resultados econômicos e financeiros positivos e relevantes.

Na dimensão social registramos avanços importantes que refletem na manutenção de um clima organizacional favorável, sinalizando que os encaminhamentos relativos aos principais requisitos da força de trabalho foram adequados, e ainda, que as ações de interações com as comunidades circunvizinhas aos empreendimentos da Empresa foram fortalecidas pela continuidade dos programas sociais corporativos específicos.

As questões ambientais relacionadas a nossos processos e produtos, e ainda, principalmente aquelas atreladas às licenças de operação de instalação prévia, continuam contando com uma gestão cada vez mais estruturada, que reflete na manutenção de Sistemas de Gestão Ambiental – SGA organizados segundo os requisitos da ISO–14.001/2004, sendo que alguns com certificação externa.

Trabalhamos muito neste ciclo, temos consciência que precisaremos trabalhar muito mais para garantir o padrão de sustentabilidade empresarial definido para nossa Empresa, seguimos confiante na continuidade de nosso sucesso, acreditamos que a competência e dedicação das pessoas que fazem a Eletrobras Eletronorte continuam sendo o nosso principal diferencial competitivo.

DIMENSÃO EMPRESARIAL

Dados Operacionais (*)	2011	2012	2013
USINAS	11	11	10
Hidráulicas	4	4	4
Térmicas	7	7	6 (**)
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	9.296,13	9.461,13	9.340,02
Hidráulica (MW)	8.694,00	8.860,05	8.860,05
Térmica (MW)	599,97	601,08	479,97 (**)
LINHAS DE TRANSMISSÃO (km)	9.983,02	9.983,02	9.983,02
Em 500 kV (km)	3.243,32	3.243,32	3.243,32
Em 230 kV (km)	5.577,81	5.577,81	5.577,81
Em 138 kV (km)	959,10	959,10	959,10
Tensões abaixo de 138 kV (km)	202,79	202,79	202,79
SUBESTAÇÕES	55	55	55
CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO (MVA)	29.590	30.834	31.640
Usinas	9.969	9.969	9.969
Subestações	19.621	20.865	21.671

(*) Inclui os empreendimentos afetados e os não afetados pela Lei 12.783/13 (**) 1 usina térmica foi transferida para Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

Comercialização de Energia – Mwh	2011	2012	2013
Ambiente de Contratação Regulada – ACR (Distribuidoras do SIN)	15.702.244,82	16.268.888,00	10.458.282,17
Ambiente de Contratação Livre – ACL (CL, COM, Ger, CC)	19.862.825,12	18.199.696,30	22.711.509,00
Sistema Isolado (RR, AP)	2.025.951,35	1.880.189,10	2.051.016,19
Liquidação CCEE	10.391.254,66	4.325.822,46	5.419.808,07
Total	**47.982.275,95**	**40.674.595,86**	**40.640.615,42**

Financeiros	Dezembro/2011	Dezembro/2012	Dezembro/2013
Custo Bruto do Ativo Imobilizado (R$ mil)	18.021.264	17.705.616	17.739.871
Ativo Imobilizado em Serviço (R$ mil)	8.906.353	8.053.598	7.528.686
Ativo Total (R$ mil)	20.275.914	19.496.054	19.660.298
Receita Operacional Bruta (R$ mil)	5.222.230	5.387.806	5.303.584
Receita Operacional Líquida (R$ mil)	4.206.364	4.479.552	4.590.247
Resultado do Serviço (R$ mil)	650.952	208.416	1.650.285
Lucro (Prejuízo) Líquido (R$ mil)	58.336	(785.658)	1.268.316
Patrimônio Líquido (R$ mil)	10.259.985	10.553.005	11.934.961
Rentabilidade do Patrimônio Líquido (%) (*)	0,57	-7,44	10,63
Financiamentos e Empréstimos (R$ mil)	4.671.738	4.679.388	4.185.735
Em Moeda Nacional (R$ mil)	4.108.459	4.139.539	3.658.838
Em Moeda Estrangeira (R$ mil)	563.279	539.849	526.897
Endividamento do Patrimônio Líquido (%) (**)	45,53	44,34	35,07
Em moeda Nacional (%)	40,04	39,23	30,66
Em moeda Estrangeira (%)	5,49	5,11	4,41
Retorno dos Ativos em Produção (%) (***)	0,65	-9,76	16,85
Capital Social (R$ mil)	8.200.406	9.326.355	11.563.279

(*) Lucro (Prejuízo) Líquido / Patrimônio Líquido
(**) Financiamentos e Empréstimos / Patrimônio Líquido
(***) Lucro (Prejuízo) Líquido / Ativo Imobilizado em Serviço

PERFIL

Instituição

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletrobras Eletronorte, sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras é uma concessionária de serviço público de energia elétrica, criada pela Lei nº 5.824, de 14 de novembro de 1972, e constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548, de 30 de julho de 1973. Com sede no Distrito Federal, a Empresa possui suas principais instalações operacionais (usinas, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica) na região da Amazônia Legal, nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Credo Da Eletrobras Eletronorte

Missão	Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.
Visão	Em 2020, ser o maior sistema empresarial global de energia limpa, com rentabilidade comparável às das melhores empresas do setor elétrico.
Valores	Foco em resultados, empreendedorismo e inovação, valorização e comprometimento das pessoas, ética e transparência.

Nota: a Eletrobras Eletronorte adota como seu o CREDO (Visão, Missão e Valores) da holding Eletrobras.

Principais Empreendimentos

Estados	Usinas Hidrelétricas	Usinas Termelétricas	Subestações (unidades)	Subestações (MVA)(*)	Linhas (km)
Amapá	UHE Coaracy Nunes	UTE Santana	9	756	505,69
Acre	-	UTE Rio Acre UTE Rio Branco I UTE Rio Branco II	3	366	302,00
Maranhão	-	-	11	8.401	2.525,48
Mato Grosso	-	-	9	2.442	2.537,02
Pará	UHE Tucuruí UHE Curuá Una	-	12	17.219	2.540,00
Rondônia	UHE Samuel	UTE Rio Madeira	8	1.830	866,06
Roraima	-	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (**)	1	202	190,20
Tocantins	-	-	2	424	516,57
Total	**4**	**6**	**55**	**31.640**	**9.983,02**

(*) Considerado os transformadores elevadores das usinas.
(**) Usina cedida em comodato para a Boa Vista Energia S.A.

Arquitetura dos Negócios

Cerca de 80% da receita da Empresa é proveniente do negócio de geração de energia elétrica, por meio da venda de energia elétrica, sendo que o restante da receita vem do negócio transmissão e da prestação de serviços correlatos. Essas operações são suportadas por contratos de compra e venda de energia elétrica, de prestação de serviços e de disponibilização do sistema de transmissão.

A Empresa atua, simultaneamente, no Sistema Interligado Nacional – SIN e nos Sistemas Isolados – SIS. Os SIS estão localizados nos estados de Roraima (importação de energia da Venezuela) e Amapá (geração hidráulica e térmica), enquanto que Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Acre participam da rede básica do SIN.

A Eletrobras Eletronorte participa de 18 (dezoito) Sociedades de Propósito Especifico – SPEs a seguir relacionadas:

Sociedade de Propósito Especifico – SPE	Percentual de Participação (%)
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00
Estação Transmissora de Energia S.A.	100,00
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	24,50
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	49,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00
Transnorte Energia S.A.	49,00
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50
Amapari Energia S.A.	49,00
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50
Norte Energia S.A.	19,98
Manaus Construtora Ltda. (Responsável pelo Epc da Manaus Transmissora de Energia S.A.)	30,00
Construtora Integração Ltda. (Responsável pelo Epc da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.)	24,50
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50

Em 30 de dezembro de 2013 ocorreu a incorporação da SPE Rio Branco Transmissora de Energia S.A., da qual a Eletrobras Eletronorte detinha 100% de participação societária.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Como estabelecido em seu Estatuto Social, no Capítulo IV, Artigo 11, a Eletrobras Eletronorte é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva. Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios, o controle superior dos programas aprovados e a verificação dos resultados obtidos. A Diretoria Executiva deve assegurar o funcionamento regular da Empresa de acordo com as orientações traçadas pela Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração, sendo composta por: Diretor-Presidente, Diretor de Gestão Corporativa, Diretor Econômico-Financeiro, Diretor de Planejamento e Engenharia e Diretor de Operação.

Riscos e Oportunidades

A Política de Gestão de Riscos, aprovada em 2010, define a "metodologia de gestão integrada de riscos – GIR" como sendo a arquitetura adequada para gerenciar os riscos de maneira eficaz, contribuindo para a redução da materialização de eventos que impactem negativamente nos objetivos estratégicos/resultados.

Em 2013, foi dada continuidade ao processo de disseminação e consolidação da Gestão Integrada de Riscos, com foco corporativo, priorizando 25 riscos em conjunto com as gerências de nível 1, conforme RD 0020 de 24/01/2013 e DEL 005/2013 de 31/01/2013.

O Escritório de Gestão Integrada de Riscos atua em conjunto com as áreas proprietárias de riscos e acompanha a implantação da metodologia GIR nos riscos corporativos, de acordo com as definições estabelecidas na Política e na Matriz de Riscos.

O Plano de Atendimento à Emergência – PAE é um importante mecanismo de mitigação de riscos e esta integrado a GIR. Nele estão descritos e identificados cenários emergenciais, como: incêndios nas instalações e nos equipamentos, vendavais, terremotos, invasões de instalações, derramamento de óleos isolantes, lubrificantes e hidráulicos, inundações das estruturas da barragem, mortandade de peixes, emergências médicas, ... Este plano descreve os procedimentos de mitigação e controle de impactos para contingências dos cenários identificados, bem como prevê a realização periódica de simulados, para avaliar a eficácia dos procedimentos e implementar melhorias.

Lei Sarbanes-Oxley – Sox

A Eletrobras e as empresas sob seu controle atendem às obrigações impostas pela seção 404 da Lei Sarbanes – Oxley – SOX.

No exercício de 2013 realizou-se o ciclo de testes de falhas (gaps) de diversos processos empresariais. Neste ciclo foram testados 26 processos de negócios e 4 de Tecnologia da Informação, que foram previamente identificados com impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras.

Composição Acionária

O quadro seguinte apresenta a composição acionária da Eletrobras Eletronorte em 31 de dezembro de 2013:

(Última Capitalização: AGE DE 13/11/2013)
Valores em R$ mil

Acionistas	C.N.P.J.	Qtde. de ações	%	Capital integralizado
Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobras	00.001.180/0001-26	153.124.896	99,480	11.503.094
Prefeitura Municipal de Manaus	04.365.326/0001-73	263.513	0,171	19.796
Centrais Elétricas do Pará S/A – Celpa	04.895.728/0001-20	247.635	0,161	18.603
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	02.341.467/0001-20	146.382	0,095	10.996
Governo do Estado de Roraima	00.394.593/0001-18	35.992	0,023	2.704
Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre	04.065.033/0001-70	22.016	0,014	1.654
Centrais Elétricas de Rondônia S/A – Ceron	05.914.650/0001-66	13.949	0,009	1.048
Prefeitura Municipal de Boa Vista – RR	05.943.030/0001-55	8.568	0,006	644
União Federal	-	1.804	0,001	135
Outras Pessoas Físicas	-	31.531	0,021	2.369
Outras Pessoas Jurídicas	-	29.769	0,019	2.236
Total		**153.926. 055**	**100,00**	**11.563.279**

Obs.: Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Gestão Estratégica

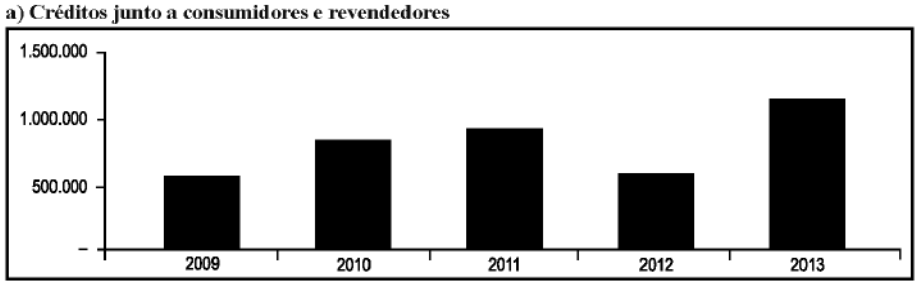
O processo de planejamento estratégico é realizado desde o primeiro ciclo que abrangeu os anos de 1978 a 1984. Esse processo vem recebendo melhorias contínuas até os dias de hoje. Em 2011, foi introduzida significativa melhoria no processo de gestão estratégica, formalizada pela RD nº 668/2011, de 20/10/2011. A nova dinâmica teve início com a criação do Comitê de Estratégia Empresarial (CEE), composto por 10 (dez) profissionais multidisciplinares de larga experiência, sendo dois representantes de cada Diretoria, que passou a atuar como consultor da Alta Direção – AD.

Em 2013 foi aprovado pela RD-0087/2013, de 20/02/2013, o modelo customizado de Planejamento Empresarial Integrado – PEI, alinhado à metodologia Execução Premium da Estratégia e aos requisitos da Lei 12.783/2013. Por meio da RD-0389/2013, de 17/07/2013, foram repactuadas as metas com a Eletrobras para o período de 2013-2017. Em 11/12/2013 a RD-0600/2013 aprovou o Plano Estratégico Empresarial 2010/2020 – Revisão 2013, que leve a Eletrobras Eletronorte a equilibrar cada negócio de forma sustentável. Este documento também aprova o Pacto de Resultados 2014, que define as metas de PMSO para cada tipo de contrato de concessão para o período de 2014 até 2018.

DESEMPENHO ECÔNOMICO-FINANCEIRO

I – Principais Componentes Patrimoniais

a) Créditos junto a consumidores e revendedores



Em milhares de reais

Rubricas	2009	2010	2011	2012	2013
Contas a receber	1.298.320	1.785.969	2.041.222	1.355.364	1.183.017
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(729.594)	(928.603)	(1.112.285)	(772.468)	(30.640)
Valor líquido	568.726	857.366	928.937	582.896	1.152.377

A Eletrobras Eletronorte detém uma carteira de clientes com baixa inadimplência. Em 2012, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) renegociou a sua dívida, no montante de R$ 728.485 mil, que foi dividida em 3 (três) parcelas, conforme abaixo:

(i) Primeira parcela – R$ 329.183 mil, com vencimento para janeiro de 2013;

(ii) Segunda parcela – R$ 255.326 mil, com vencimento para janeiro de 2014; e

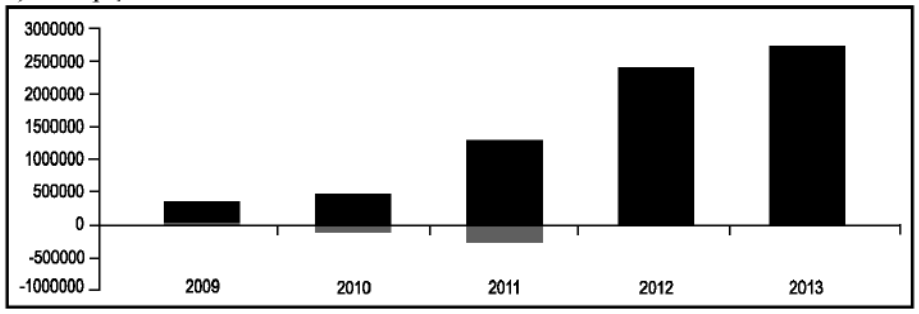
(iii) Terceira parcela – R$ 143.976 mil, com vencimento para janeiro de 2015.

Considerando que a tramitação do processo não permitiu a liberação dos recursos vinculados à primeira parcela no vencimento previsto pela instituição financeira envolvida na operação, foi constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em 2012, no montante de R$ 728.485 mil. Tão logo ocorreu o pagamento da primeira parcela no exercício de 2013, a provisão foi revertida.

O contrato prevê atualização do saldo devedor pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que será agregada à última parcela da dívida, vincenda em janeiro de 2015.

Sobre o montante das parcelas em atraso incidirá multa de 2% (dois por cento), mais juros de 1% ao mês, calculado "pró-rata die".

b) Participações Societárias Permanentes



Em milhares de reais

Fontes	2009	2010	2011	2012	2013
Boa Vista Energia S/A	20.272	(95.076)	(259.587)	-	-
Sociedade de Propósito Específico (SPE)	340.997	572.005	1.561.942	2.453.718	2.740.150
Total	**361.269**	**476.929**	**1.302.355**	**2.453.718**	**2.740.150**

Em outubro de 2012, o controle acionário da ex-subsidiária integral Boa Vista Energia S/A foi transferido à Eletrobras.

Em dezembro de 2013, a Companhia incorporou a SPE Rio Branco Transmissora de Energia S/A (RBTE), da qual detinha 100% de participação no seu capital social.

A RBTE era uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída, em 21 de julho de 2009, para atender a expansão do sistema de transmissão nacional, por meio da conexão da subestação de Porto Velho, em Rondônia, e Rio Branco, no Acre, à rede básica do Sistema Interligado Nacional (SIN).

A SPE detinha a concessão para construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica do SIN, composto pela Linha de Transmissão de Energia Elétrica em 230 kV, circuito simples, com extensão aproximada de 188 km, com origem na subestação Porto Velho e término na subestação Abunã, localizada no Estado de Rondônia, e pela linha de Transmissão em 230 kv, circuito simples, com extensão aproximada de 299 km, com origem na subestação Abunã, localizada no Estado de Rondônia e término na subestação Rio Branco, localizada no Estado do Acre, bem como as demais instalações necessárias às funções de mediação, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O empreendimento entrou em operação em dezembro de 2011 e tinha Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 29.607 mil, reajustada anualmente, no mês de julho de cada ano, pelo IPC-A.

No decorrer do ano de 2014, está prevista a incorporação pela Companhia da SPE Estação Transmissora de Energia S/A (ETE), uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em 25 de novembro de 2008 com o objetivo de escoar a energia produzida nas usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no Estado de Rondônia.

A SPE detém a concessão para construção, operação e manutenção das instalações de Transmissão, composta pela estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ± 600 kV,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

com capacidade para 3.150 MW, localizada na subestação coletora de Porto Velho, no Estado de Rondônia e pela estação inversora de corrente contínua em ± 600 kV para corrente alternada de 500 kV, com capacidade para 2.950 MW, localizada na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo.

O empreendimento entrou em operação em fevereiro de 2013 e tem Receita Anual Permitida (RAP) de R$ 179.811 mil, reajustada anualmente, no mês de julho de cada ano, pelo IPC-A.

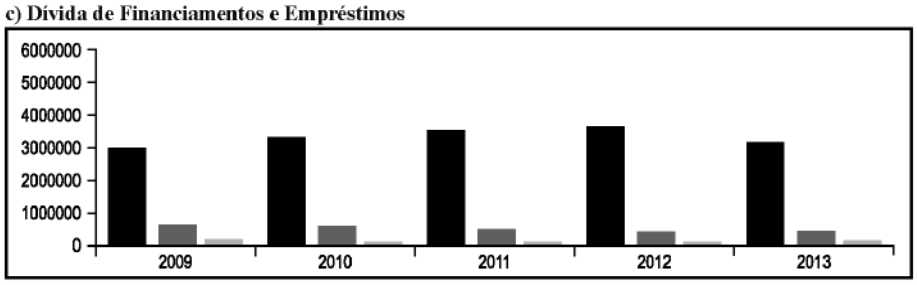
O gráfico a seguir mostra os investimentos realizados pela Companhia em SPE, o resultado da equivalência patrimonial e os dividendos recebidos, tudo acumulado até 31.12.2013.

Em milhares de reais

Investimento	Aportes	Resultados	Dividendos recebidos	Saldos em 31/12/2013
Em Operação	**1.429.111**	**193.729**	**(65.345)**	**1.557.495**
Estação Transmissora de Energia S.A.	667.649	16.789	–	684.438
Manaus Transmissora de Energia S.A.	371.418	(31.281)	–	318.519
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	94.975	10.947	–	105.922
Integração Transmissora de Energia S.A.	62.900	62.781	(3.682)	121.999
Energética Águas da Pedra S.A.	61.985	45.950	(11.714)	96.221
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	47.919	27.737	–	75.656
Amapari Energia S.A.	41.533	4.319	(4.229)	41.623
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	21.300	63.651	(45.720)	39.231
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.570	(2.439)	–	31.131
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24.549	(2.242)	–	22.307
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	22.931	(2.483)	–	20.448
Em Construção	**1.157.133**	**(18.980)**	**–**	**1.138.153**
Norte Energia S.A.	859.142	(17.553)	–	841.589
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	220.266	10.459	–	230.725
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	37.689	(14.433)	–	23.256
Transnorte Energia S.A.	40.036	2.547	–	42.583
Construtoras	**–**	**65.677**	**(21.175)**	**44.502**
Manaus Construtora Ltda.	–	31.995	(12.133)	19.862
Construtora Integração Ltda.	–	33.682	(9.042)	24.640
Incorporada (*)	-	-	-	-
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	156.082	8.999	–	165.081
Incorporação Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	(156.082)	(8.999)	-	(165.081)
SubTotal	**2.586.244**	**240.426**	**(86.520)**	**2.740.150**
Adiantamentos para futuro aumento de capital Manaus Transmissora de Energia S.A.	21.618	-	-	21.618
Total	**2.607.862**	**240.426**	**(86.520)**	**2.761.768**

(*) Em 30 de dezembro de 2013 ocorreu a incorporação da SPE Rio Branco Transmissora de Energia S.A., da qual a Eletrobras Eletronorte detinha 100% de participação societária.

c) Dívida de Financiamentos e Empréstimos



Em milhares de reais

Fontes	2009	2010	2011	2012	2013
Eletrobras	3.439.341	3.803.060	4.050.910	4.162.724	3.614.913
BNDES	689.514	639.974	536.699	429.527	462.331
Outros	171.093	81.366	84.129	87.137	108.491
Total	**4.299.948**	**4.524.400**	**4.671.738**	**4.679.388**	**4.185.735**

Perfil da dívida de financiamentos e empréstimos da Companhia em 31/12/2013

CONTRATO	CONDIÇÕES FINANCEIRAS				
	Moeda	Taxa de juros	Taxa de administração	Saldo devedor em R$ mil	Término
BNDES	R$	TJLP + 3,5% a.a.	-	280.735	15/09/2016
BNDES	R$	TJLP + 2,5% a.a.	-	31.178	15/11/2024
BNDES	R$	TJLP + 2,5% a.a.	-	10.678	15/11/2024
BNDES	R$	TJLP + 2,72 e 1,72% a.a.	-	139.739	15/02/2027
BANCO DO BRASIL – FCO (*)	R$	8,5% a.a	-	8.217	01/01/2018
BANCO DO BRASIL – FCO (*)	R$	8,5% a.a	-	68.573	01/12/2026
BANCO DO NORDESTE – FNE (*)	R$	8,5% a.a	-	6.539	03/06/2031
BANCO DA AMAZÔNIA – FNO (*)	R$	8,5% a.a	-	24.643	10/01/2029
ELETROBRAS	R$	5,42% a.a.	3% a.a.	213.298	30/12/2023
ELETROBRAS	R$	5% a.a.	2% a.a.	336.413	30/05/2018
ELETROBRAS	R$	5% a.a.	2% a.a.	76.291	30/09/2017
ELETROBRAS	R$	5,00% a.a.	2,00%	8.904	30/04/2016
ELETROBRAS	R$	6,00% + IPCA	1,00%	129.221	30/06/2021
ELETROBRAS	R$	6,00% + IPCA	1,00%	25.373	30/06/2021
ELETROBRAS	R$	6,00% + IPCA	1,00%	1.767.681	31/12/2029
ELETROBRAS	R$	6,00% + IPCA	1,00%	75.668	30/10/2021
ELETROBRAS	R$	6,00% + IPCA	1,00%	382.811	30/08/2023
ELETROBRAS	R$	SELIC	-	72.875	30/07/2020
CREDIT NATIONAL – BALBINA-121/0118	Euro (€)	3,50% a.a.	-	5	31/12/2015
CREDIT NATIONAL – SAMUEL – 121/0122	Euro (€)	3,50% a.a.	-	41	31/12/2016
DMLP – TESOURO NACIONAL	US$	8,00% a.a.	-	472	15/04/2014
ELETROBRAS – ECR 257/97 – BID (**)	US$	6,83% a.a.	-	355.405	06/04/2025
ELETROBRAS- ECR 259/98 – CAF (**)	US$	Libor + 3,25% a.a.	-	25.212	04/08/2015
ELETROBRAS – ECR 260/98 – EXIMBANK (**)	Iene (¥)	2,48% a.a.	-	145.763	06/04/2025
Total				**4.185.735**	

OBS.:
FCO – Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
FNE – Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNO – Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
(*) – Bônus de adimplência 15% a.a. sobre o saldo devedor
(**) – Contratos que foram renegociados

A Eletrobras Eletronorte precisa expandir e manter a geração e transmissão de energia elétrica com qualidade e confiabilidade. Seguindo essas premissas, a Companhia contratou financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no valor de R$ 819.393 mil, sendo R$ 76.011 mil para investimentos adquiridos por meio de leilões e R$ 743.382 mil para investimentos já realizados e a realizar no triênio 2012-2014 com o Plano de Modernização de Instalações de Interesse Sistêmico e em Ampliação e Reforços da suas Instalações de Transmissão, componentes do Sistema Interligado Nacional (SIN).

Programa de investimento em ampliação e reforços – PAR

O Operador Nacional de Sistemas (ONS) elabora, anualmente, com um horizonte de estudo de três anos, o Plano de Ampliações e Reforços na Rede Básica (PAR), que apresenta a visão do órgão sobre as ampliações e reforços da Rede Básica, necessário para preservar o adequado desempenho da rede, garantir o funcionamento pleno do mercado de energia elétrica e possibilitar o livre acesso aos interessados em atuar nesse mercado.

O PAR é elaborado com a participação dos agentes de transmissão, geração, distribuição e consumidores livres conectados à rede básica, levando em conta as propostas de novas obras, as solicitações de acesso, as variações nas previsões de carga, os atrasos na implantação de instalações de geração e transmissão, bem como, as informações oriundas do planejamento e da programação da operação elétrica e energética e da operação em tempo real.

O Programa é realizado de forma independente, mas em consonância com o planejamento da expansão da transmissão do setor elétrico, a cargo da EPE/MME.

O PAR segue os padrões de desempenho estabelecidos nos Procedimentos de Rede elaborados pelo ONS com a participação dos Agentes que, aprovados pela ANEEL, estabelecem: os procedimentos e os requisitos técnicos necessários ao planejamento, implantação, uso e operação do sistema interligado nacional e as responsabilidades do ONS e dos Agentes.

Os investimentos em Ampliações e Reforços serão realizados através de implementações de novas instalações de transmissão, substituição ou adequação em instalações existentes, recomendadas pelos planos de expansão do sistema de transmissão e autorizadas pela ANEEL, para aumento da capacidade de transmissão ou da confiabilidade do SIN, ou, ainda, que resulte em alteração física da configuração da rede elétrica ou de uma instalação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

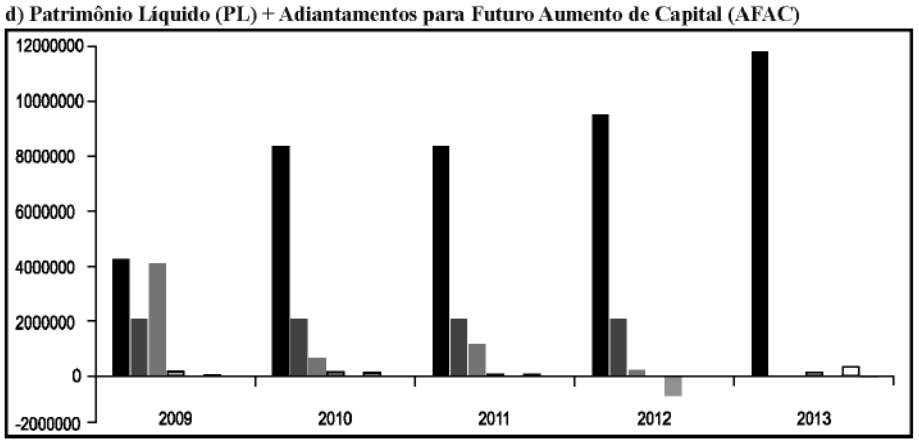
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Programa de investimento em melhorias – PMI

O PMI é elaborado anualmente pelo ONS, em conjunto com agentes de geração, transmissão e distribuição, visando preservar o adequado desempenho da rede, garantir o funcionamento pleno do mercado de energia elétrica e possibilitar o livre acesso aos interessados em atuar nesse mercado. É encaminhado à ANEEL no final de cada ano, como resultado de estudos do ano em curso e 3 anos futuros.

Os investimentos destinados à melhoria de instalações, substituições ou reforma de equipamentos, visam manter a prestação do serviço de modo adequado ao pleno atendimento ao usuário e satisfazer as condições de regularidade, continuidade, segurança e modernização do serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo a modernidade das técnicas e a conservação das instalações.

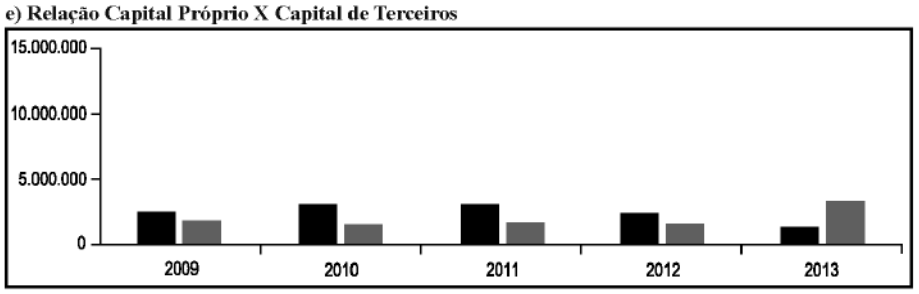
d) Patrimônio Líquido (PL) + Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)



Em milhares de reais

	Fontes	2009	2010	2011	2012	2013
■	Capital social	4.177.205	8.200.406	8.200.406	9.326.355	11.563.279
■	Reservas de capital	2.011.460	2.011.460	2.011.460	2.011.460	-
■	AFAC	4.023.201	631.793	1.127.731	218.104	13.330
■	Reservas de lucros	155.769	132.092	50.685	-	126.605
■	Prejuízos acumulados	-	-	-	(734.973)	-
☐	Dividendos adicionais propostos	19.178	109.301	50.200	-	305.053
☐	Outros resultados abrangentes	(11.943)	(17.901)	(52.766)	(49.837)	(59.976)
	Total	**10.374.870**	**11.067.151**	**11.387.716**	**10.771.109**	**11.948.291**

e) Relação Capital Próprio X Capital de Terceiros



Em milhares de reais

	Fontes	2009	2010	2011	2012	2013
■	Capital próprio (*)	10.374.870	11.067.151	11.387.716	10.771.109	11.948.291
■	Capital de terceiros (**)	6.976.725	6.976.066	7.512.785	7.338.475	6.776.655
Total		**17.351.595**	**18.043.217**	**18.900.501**	**18.109.584**	**18.724.946**

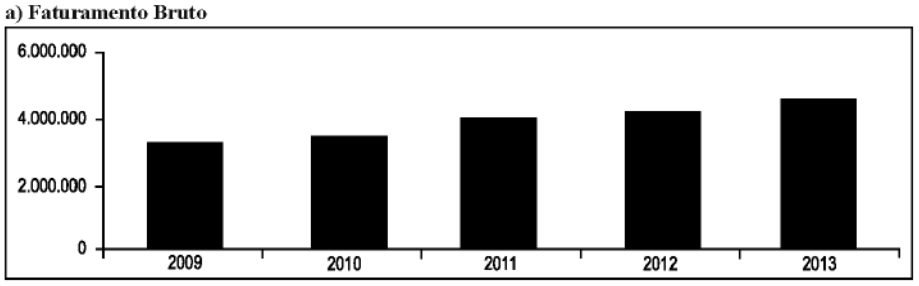
(*) Inclui: adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)

(**) Exclui: instrumentos financeiros derivativos, impostos e contribuições sociais (passivo não circulante), provisões para riscos e adiantamentos para futuro aumento de capital (AFAC)

A relação capital próprio x capital de terceiros é de 63,8% e 36,2%, respectivamente (59,5% e 40,5% em 2012).

II – Desempenho Econômico Financeiro

a) Faturamento Bruto

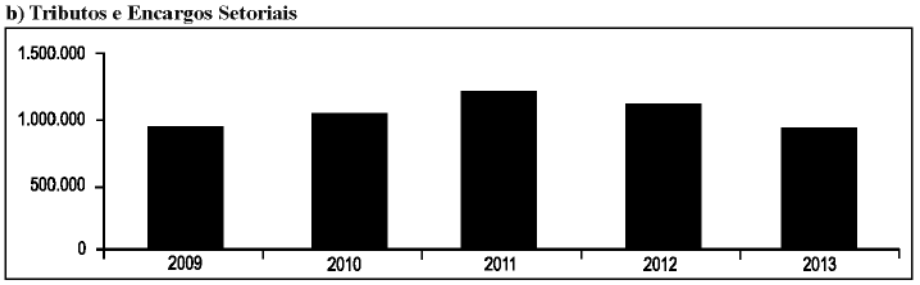


Em milhares de reais

Rubricas	2009	2010	2011	2012	2013
Venda de energia elétrica e serviços	3.430.150	3.666.460	4.199.739	4.427.387	4.827.670
Disponibilização do sistema de transmissão	767.537	883.134	965.925	1.019.025	301.699
Total	**4.197.687**	**4.549.594**	**5.165.664**	**5.446.412**	**5.129.369**

O faturamento bruto em 2013 apresentou redução de 5,82% em relação a 2012. Embora a receita de venda de energia elétrica e serviços tenha crescido 9,04%, em função do aumento da energia vendida e de uma valorização do PLD, a receita da transmissão sofreu redução de 70,39% no mesmo período, em virtude da renovação das concessões (Lei nº 12.783/2013).

b) Tributos e Encargos Setoriais

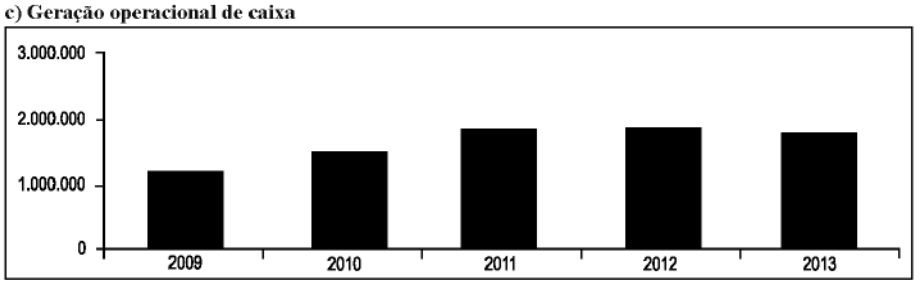


Em milhares de reais

Rubricas	2009	2010	2011	2012	2013
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	18.821	15.427	19.098	17.843	16.793
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	33.937	39.377	42.905	38.563	10.585
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	58.667	45.999	54.787	31.192	33.026
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	81.972	98.505	93.128	93.046	91.553
Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP	53.932	58.890	65.534	67.565	71.621
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	34.314	36.787	40.834	44.759	44.339
Reserva Global de Reversão – RGR	96.315	108.220	117.805	132.079	119.943
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH	181.491	173.115	195.779	199.829	207.335
Conta de Consumo de Combustível – CCC	137.187	209.948	296.458	187.264	9.582
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	248.476	271.302	301.918	311.293	329.948
Total	**945.112**	**1.057.570**	**1.228.246**	**1.123.433**	**934.725**

O gráfico acima mostra a carga tributária a que está submetida a Empresa.

c) Geração operacional de caixa



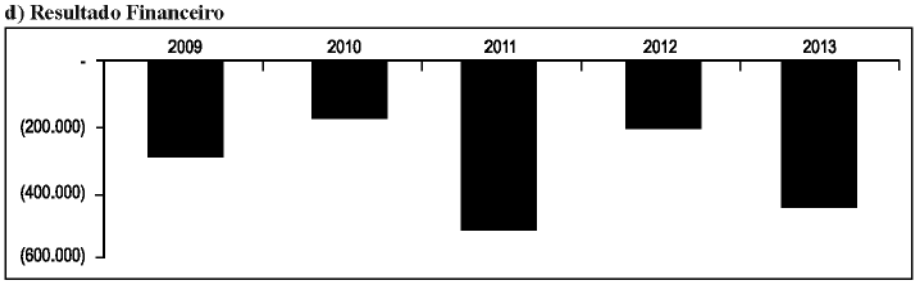
Em milhares de reais

RUBRICAS	2009	2010	2011	2012	2013
Faturamento Bruto	4.197.687	4.549.594	5.165.664	5.446.412	5.129.369
(-) Impostos e Contribuições sobre a Receita	(745.823)	(870.243)	(1.015.866)	(908.254)	(713.337)
(=) Faturamento Líquido	3.451.864	3.679.351	4.149.798	4.538.158	4.416.032
(-) Despesas Desembolsáveis (*)	(2.197.290)	(2.102.624)	(2.209.705)	(2.571.972)	(2.530.766)
Total	**1.254.574**	**1.576.727**	**1.940.093**	**1.966.186**	**1.885.266**

(*) Não inclui: depreciação e amortização, provisões operacionais, construção e redução ao valor recuperável.

A geração de caixa da Eletrobras Eletronorte apresentou redução de 4,11% neste exercício, quando comparada com o exercício anterior.

d) Resultado Financeiro



Em milhares de reais

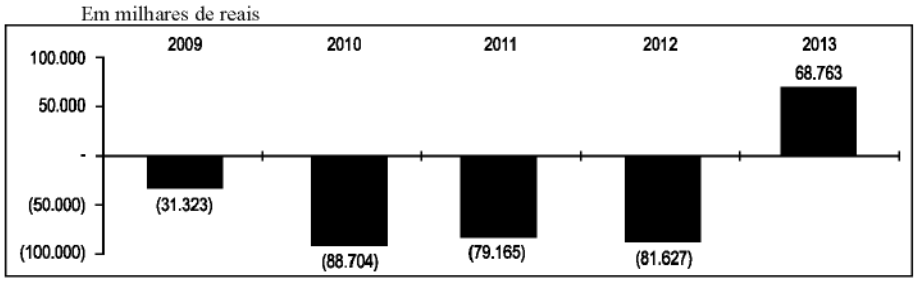
Rubricas	2009	2010	2011	2012	2013
Receita financeira	696.187	349.597	349.281	432.143	324.787
Despesa financeira	(980.571)	(520.027)	(848.552)	(633.593)	(759.528)
Resultado financeiro	**(284.384)**	**(170.430)**	**(499.271)**	**(201.450)**	**(434.741)**

Em virtude do endividamento da Eletrobras Eletronorte, o seu resultado financeiro é susceptível às flutuações das moedas que indexam os contratos de financiamentos e empréstimos, trazendo, como consequência, impactos negativos aos seus resultados finais.

Os contratos de fornecimento de energia elétrica da Companhia com a industria de eletrointensivos são afetados pelo preço do alumínio no mercado externo, surgindo daí a figura do derivativo embutido. No exercício de 2012, foi registrado como receita financeira, a esse título, o valor de R$ 133.804 mil, enquanto neste exercício o derivativo representou uma despesa financeira de R$ 178.994 mil. Esse fato contribuiu, de forma preponderante, para a elevação do déficit do resultado financeiro, que saiu de R$ 201.450 em 2012, para R$ 434.741 mil em 2013.

e) Resultado de Participações Societárias

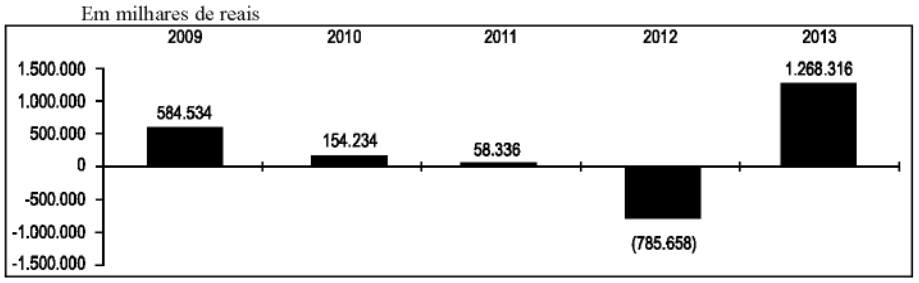
Em milhares de reais



A equivalência patrimonial impactou desfavoravelmente o resultado da Eletrobras Eletronorte até o exercício de 2012, quando houve a transferência do controle acionário da ex-subsidiária integral Boa Vista Energia S/A para a Eletrobras. Com isso, espera-se resultados futuros positivos de equivalência patrimonial na Companhia, uma vez que a Boa Vista Energia S/A carregava substancialmente o histórico de perdas demonstrado.

f) Resultado final dos Exercícios

Em milhares de reais



A Eletrobras Eletronorte encerrou o exercício de 2013 com lucro de R$ 1.268.316 mil, ante um prejuízo de R$ 785.658 mil verificado no exercício de 2012.

Em função dos fatores citados abaixo, o resultado do exercício anterior teve a comparabilidade prejudicada com o do atual:

(i) Efeitos da MP 579/2012

A companhia possuía ativos vinculados à RBNI (Rede Básica – Novas Instalações) no valor contábil de R$ 2.290.854 mil, tendo recebido indenização no valor de R$ 1.682.268 mil, resultando numa perda de R$ 608.586 mil.

Apenas uma usina hidráulica da Companhia foi afetada pela MP 579 – Coaracy Nunes, com saldo contábil de R$ 38.827, tendo sido indenizada por R$ 35.492 mil, resultando numa perda de R$ 3.335 mil.

Em função da MP 579, também foram implementados vários ajustes no ativo imobilizado da Companhia, notadamente nas instalações térmicas, que resultaram em provisão no montante de R$ 64.104 mil.

(ii) Efeitos da MP 591/2012

A Companhia possuía ativos vinculados à RBSE (Rede Básica – Sistema Existente) no valor contábil de R$ 1.838.339 mil, com valor novo de reposição (VNR) estimado em R$ 1.810.171 mil, resultando numa perda de R$ 28.168 mil.

Foram realizados gastos com o aumento da capacidade produtiva da UHE Coaracy Nunes, no valor contábil de R$ 74.217 mil, cujo VNR foi estimado em R$ 33.178 mil, gerando uma perda de R$ 41.039 mil.

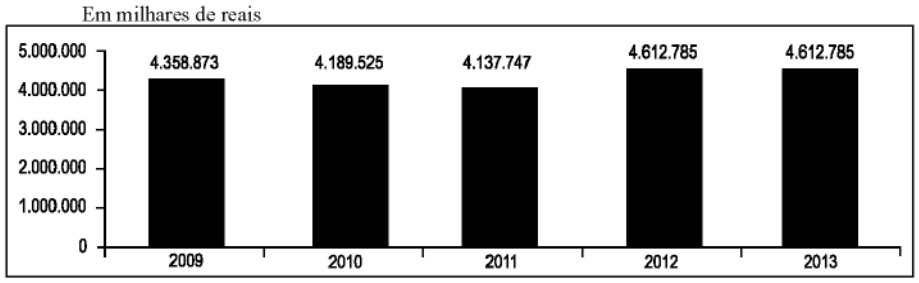
(iii) *Impairment* da UHE Samuel

O teste de *impairment* da UHE Samuel gerou uma provisão de R$ 344.104 mil.

(iv) Além dos fatos relacionados nos itens precedentes, que contribuíram, de forma preponderante, para que o resultado do exercício anterior fosse negativo, neste exercício houve a reversão da provisão envolvendo créditos da CEA, conforme mencionado no item I.a.

g) Prejuízos Fiscais

Em milhares de reais



A Eletrobras Eletronorte detém créditos tributários de grande monta, decorrentes de prejuízos verificados em exercícios anteriores.

As práticas contábeis em vigor (CPC 32) estabelecem condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. Dessa forma, a administração não contabiliza os créditos fiscais, tendo em vista que, não há histórico de rentabilidade apurado nos últimos exercícios.

DIMENSÃO SOCIAL

Dimensão Social Interna

Gestão de Pessoas

A Eletrobras Eletronorte considera que o capital humano é determinante para cumprir sua Missão, alcançar os resultados e fortalecer a Organização. Ela adota a Política de Gestão de Pessoas da Eletrobras, que está alinhada à estratégia organizacional e à legislação brasileira, respeitando as diretrizes e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A Empresa tem envidado esforços para adequar seu quadro de pessoal aos novos desafios, e para tanto, adota diretrizes que orientam a busca por desenvolvimento, valorização e retenção de pessoas.

Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV e Programa de Incentivo ao Desligamento – PID

O Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário – PIDV, iniciou-se em 2011 a partir de iniciativa da própria Empresa, e seus desligamentos ocorreram entre outubro de 2011 e fevereiro de 2013.

Em consequência à Lei 12.783/ 2013, a Eletrobras instituiu em maio de 2013 o Plano de Incentivo ao Desligamento – PID, abrangendo diversas empresas do grupo. A adesão a este Plano findou-se em julho, mesmo mês em que começaram os desligamentos. A primeira etapa terminou em dezembro de 2013 e a segunda encerrar-se-á em novembro de 2014. O custo dos desligamentos incentivados, realizados em 2013, totalizou R$ 234.100.838,15. A estimativa de redução média anual da folha em razão do PID é de R$ 108,17 milhões.

O quadro a seguir apresenta dos dados relacionados aos desligamentos em 2013:

Mês do Desligamento	Quantidade de Empregados	Custo com desligamento em R$
	PIDV	
Janeiro/2013	3	1.910.035,52
Fevereiro/2013	3	1.126.034,21
Total	6	3.036.069,73
	PID	
Julho/2013	27	15.940.032,16
Agosto/2013	12	8.357.939,32
Setembro/2013	22	11.811.587,14
Outubro/2013	21	13.517.079,40
Novembro/2013	34	22.852.485,92
Dezembro/2013	224	158.585.644,48
Total	**340**	**231.064.768,42**

Análise Força de Trabalho

O percentual de empregados com até 5 anos de empresa foi reduzido para 1,06% em 2013. Esta redução é explicada por parte considerável dos contratados no último concurso ter completado 5 anos de Empresa, mudando para a faixa de 5 a 10 anos, que passou a representar 39,25% do quadro de pessoal. Observou-se também queda de 5,22% na faixa de 21 a 30 anos de empresa, pois a maior parte dos desligamentos do PID ocorreu neste intervalo.

Ano	2011	2012	2013
Nº de Empregados no Início do Exercício	3852(**)	3.815	3.757
Nº de Empregados no Final do Exercício	3.815(**)	3.757	3.394
Quantidade de portadores de deficiências que trabalham na empresa	31(***)	30	30
Nº de Demissões	53	13	369
Nº de Admissões	16	71	6
Número de Aposentadorias no Período	43	66	51
Relação Entre o Menor Salário da Empresa e o Salário Mínimo Vigente(*)	3,82	3,91	3,85
Salário Médio dos Empregados	R$ 6.711,52	R$ 7.282,32	R$ 7.998,45
Taxa de Gravidade de Acidentes TGA	134,73	102,22	42,17
Taxa de Frequência de Acidentes TFA	2,24	4,08	3,40
Índice de Absenteísmo – IAD – Global	**2,66**	**2,68**	**2,90**

(*) Salário Mínimo em: 31 de dezembro de 2013 – R$ 678,00, 31 de dezembro de 2012 – R$ 622,00, 31 de dezembro de 2011 – R$ 545,00. (**) A partir de 2011 foram considerados os dois Diretores Empregados na composição do quadro de pessoal da Empresa. (***) Em 2012 foram consideradas as deficiências regula-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

mentadas pelo Decreto nº. 3.298/99, de 20.12.1999 e não por autodeclaração como considerado anteriormente.

Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades

A sustentabilidade dos negócios depende também do compromisso social com a promoção da equidade e da diversidade, desta forma a Eletrobras Eletronorte trabalha com o objetivo de gerar oportunidades iguais para todos.

A Empresa aderiu às Recomendações Sociais do Pacto Global da Organização das Nações Unidas – ONU e assumiu o compromisso com a valorização da diversidade de forma explícita, incluindo no Código de Ética os princípios da equidade, igualdade e respeito às diferenças.

Equidade de Gênero e Diversidade

A Eletrobras Eletronorte recebeu em 2013, pela quarta vez consecutiva o Selo do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria de Política para as Mulheres – SPM do Governo Federal pelo reconhecimento do compromisso com as questões de gênero e diversidade.

Como resultados, destacam-se, o fortalecimento e sensibilização sobre o tema; a inclusão da linguagem e imagem inclusivas nas peças de comunicação e em comunicados oficiais; divulgação das ações e resultados do programa no website e página da intranet; aquisição de uniformes e roupas antichamas femininas; construção de vestiários e banheiros femininos em espaços antes inexistentes; sensibilização da cadeia de relacionamentos permitindo ampliação da contratação de mulheres terceirizadas em postos tradicionalmente masculinos: motoristas, vigilância e manutenção civil; elaboração de Estudo das ocupações das funções gerenciais na perspectiva de gênero.

Educação e Desenvolvimento

O processo de Educação Corporativa atua diversificando soluções de desenvolvimento, como: Treinamento em Serviço, Treinamento Informal, Autodesenvolvimento e Disseminações. Dessa forma, as ações educacionais são desenvolvidas com estudos e instrutoria interna, não acarretando custos adicionais para a Empresa.

Parâmetros	2011	2012	2013
Ações Educacionais	1.439	1.290	1.225
Pessoas Capacitadas	3.999	3.866	3.563
Participações	18.282	18.612	17.867
Horas Treinadas	239.332,42	186.259,06	176.125,49
Custo Total (R$)	**5.657.975,40**	**4.605.969,12**	**2.746,184,02**

Obs.: Foi considerada para as informações acima toda a força de trabalho (empregados, requisitados, dirigentes, prestadores de serviços terceirizados e estagiários). Para o cálculo das horas de treinamento em média por empregado e do investimento médio por empregado são considerados todos os empregados da Empresa e não apenas as pessoas capacitadas, ajustando-se os cálculos à quantidade de empregados ausentes (em férias ou licença médica) no período calculado. Essas informações compõem os indicadores IHE (Investimento de Horas em Educação) e IFE (Investimento Financeiro em Educação).

Saúde

Em 2013, foram concluídos 97,3% dos exames periódicos previstos, que são padronizados de acordo com idade, sexo e função exercida. A apresentação dos resultados aos empregados é feita por meio do "Cartão Saúde", que monitora cinco indicadores de qualidade de saúde (índice de massa corpórea, pressão arterial, colesterol, triglicerídeos e glicose) comparando-os com seus respectivos valores de referência.

Segurança do Trabalho

Em 2013, foram registrados 22 acidentes de trabalho conforme ilustram os dados do quadro abaixo de acidentes do trabalho:

Tipo de acidentes do trabalho/ Indicadores	2011	2012	2013
Número Absoluto de Acidentes sem Afastamento	14	10	8
Número Absoluto de Acidentes com Afastamento	09	16	14
Número Total de Acidentes de Trabalho com Empregados	23	26	22
Índice Relativo Total de Empregados	0,0062	0,0069	0,006538
Dias Perdidos/Pessoas(*)	841	627	228
Índice de Frequência	2,24	4,08	3,40
Índice de Avaliação Gravidade	134,73	102,22	42,17
Acidentes que Rresultaram em Mutilação ou Outros Danos à Integridade Física de Empregados e/ou de Prestadores de Serviço, com Afastamento Permanente do Cargo (incluindo LER) (%)	0	0	0
Número de óbitos	**0**	**01**	**0**

(*) Dias/Homens perdidos foi substituído por: Dias perdidos/Pessoas.

Previdência Privada

A Previnorte – Fundação de Previdência Complementar é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com o objetivo de instituir planos de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, acessíveis às aos empregados das empresas que patrocinam esses planos. Além da Eletrobras Eletronorte, na qualidade de Patrocinador-Instituidor, são também patrocinadores da Previnorte a Amazonas Energia S.A., a Boa Vista Energia S.A., a Eletroacre e a própria Previnorte.

Composição dos Recursos Garantidores da Previnorte dos Planos 01-A e 01-B em 31.12.2013 da Eletronorte

Alocação dos Recursos	Valor (R$)	%
Renda Fixa	1.468.485.611,42	73,5
Títulos Públicos	546.158.943,25	27,3
Crédito Privado	640.168.532,54	32,0
Fundos de Investimentos	282.158.135,63	14,1
Renda Variável	200.270.506,03	10,0
Fundos de Investimentos	200.270.506,03	10,0
Segmento Estruturado	171.688.700,01	8,6
Imóveis	71.363.447,72	3,6
Operações com Participantes	85.959.171,30	4,3
Disponível	408.997,74	0,0
Total	**1.998.176.434,22**	**100,0**

Mês de Referência	Contribuições Pagas pelos		Assistência Médica1	Assistência Odontológica[1]	UTI Móvel[1]	Empréstimos Consignados[2]	Total
	Participantes	Patrocinador					
Janeiro	3.890.602,36	2.999.094,57	41.050,66	1.803,40	644,49	2.065.590,83	8.998.786,31
Fevereiro	3.817.729,01	2.957.087,98	48.426,98	1.803,40	644,49	2.166.348,56	8.992.040,42
Março	3.881.623,43	2.960.850,89	48.965,70	1.790,70	644,49	2.026.811,38	8.918.686,59
Abril	3.730.150,19	2.987.978,98	46.169,15	1.828,80	644,49	2.070.015,31	8.836.786,92
Maio	3.806.715,51	3.058.569,56	46.169,15	1.816,10	644,49	2.151.507,46	9.065.422,27
Junho	4.129.865,68	3.315.038,56	47.726,02	1.828,80	644,49	2.069.725,01	9.564.828,56
Julho	3.772.825,09	3.003.715,53	45.621,86	1.752,60	644,49	1.988.829,16	8.813.388,73
Agosto	4.995,235,28	4,084.720,73	35.820,33	1.730,90	644,49	1.814.805,77	10.932.957,50
Setembro	4.551.364,04	3.682.411,42	25.388,64	1.663,70	562,65	1.941.232,09	10.202.622,74
Outubro	4.029.432,20	3.468.929,90	18.445,55	1.625,60	562,65	1.985.715,19	9.504.711,09
Novembro	3.657.976,88	3.150.121,59	6.330,83	1.609,20	572,88	2.144.124,40	8.930.735,78
Dezembro*	3.529.682,02	2.774.385,22	5.350,87	1.333,50	460,35	1.967.916,70	8.279.128,66
13º (*)	3.563.485,76	2.793.254,13	-	-	-	-	6.356.739.89
Total	**51.356.687,45**	**41,236.159,06**	**413.465,64**	**20.586,70**	**7.314,45**	**24.362.621,86**	**117.396.835,46**

(*) Valores repassados em Janeiro/2014 Notas: (1) Valores descontados na folha de pagamento e repassados à PREVINORTE, relacionados aos dependentes dos empregados da Eletronorte e que fazem parte do plano de saúde intermediado. (2) Valores descontados na folha de pagamento e repassados à PREVINORTE, referentes às prestações de empréstimos concedidos aos seus participantes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIMENSÃO SOCIAL EXTERNA

Programas e Ações de Responsabilidade Social

Em 2013, deu-se continuidade ao Plano Diretor de Responsabilidade Social Empresarial da Eletrobras Eletronorte, que define cinco eixos de projetos sociais inspirados nas políticas públicas, sendo três estruturantes e dois transversais: estruturantes – Geração de Trabalho e Renda; Educação, Cultura e Esporte; e Direitos Humanos e Cidadania; transversais – Gênero e Diversidade; e Meio Ambiente.

Principais Programas e Projetos

Programa/Projeto	Objetivo/Beneficiários
Programa Superação da Pobreza das Mulheres	Levar renda e cidadania a 16,5 milhões de brasileiros e brasileiras que vivem em condições de miséria extrema. (PEESPM – Decreto 7.492 de 2/6/2012).
Programa Jovem Aprendiz	Capacitar e preparar os que estão em situação de vulnerabilidade social, facilitando sua inserção no mercado de trabalho, em consonância com a política pública e legislação de primeiro emprego, beneficiando jovens entre 14 e 24 anos incompletos de populações de baixa renda que estejam cursando as últimas séries do ensino fundamental
Projeto Educando para Evitar o Sofrimento pelo Escalpelamento	Prevenir e erradicar os acidentes de escalpelamento causados por embarcações na região Amazônica, por meio de um convênio com a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, beneficiando cerca de 400.000 pessoas de dezessete municípios do estado do Pará e dois do estado do Amapá.
Projeto Linha Verde	Promover qualificação, conscientização e geração de trabalho e renda nas comunidades dos municípios de Peritoró, Matões do Norte e Miranda do Norte – Maranhão, por meio do manejo e produção sustentável de hortaliças utilizando metodologia de Mandalas produtivas.
Programa Promoção do Trabalho Decente e Erradicação do Trabalho Escravo	Sensibilizar fornecedores e cadeia produtiva para promover a assinatura e adesão ao Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo, em suas empresas.
Programa de Voluntariado Empresarial	Estimular, apoiar e fortalecer as ações voluntárias de seus colaboradores(as) nas comunidades locais, tendo sido criados e instalados, em 2012, nove Núcleos Regionais do Programa de Voluntariado em cada uma das localidades da Eletrobras Eletronorte.
Projeto Reciclanorte	Promover, de forma sustentável, a inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis da Amazônia Legal, por meio de ações integradas como trabalho e renda, capacitação, saúde, elevação de escolaridade, inclusão digital, segurança alimentar, crédito, habitação e programas assistenciais.
Projeto Cidadania com Energia	Desenvolver atividades socioeducativas, esportivas, culturais e psicopedagógicas com crianças e adolescentes para uma progressiva melhoria de qualidade de vida.
Combate a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Desenvolver um conjunto de ações articuladas interna e externamente voltadas para a prevenção, articulação e mobilização que permitam a intervenção corporativa para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, na empresa e nas suas comunidades de convivência.
Energia para Vida	Acolher, proporcionar a reintegração social e resgatar a autoestima de mulheres e crianças em situação de violência doméstica e familiar no município de Tucuruí – PA, em um Centro de Abrigamento especialmente criado para o projeto.
Escola Polo	Construir as instalações da Escola Polo, por meio do acordo de cooperação técnica celebrado entre a Eletrobras Eletronorte e a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO, para proporcionar a qualificação de jovens e adultos das comunidades do município.
Centro de Inclusão Digital de Tucuruí	Permitir, por meio da implantação do Centro de Inclusão Digital – CID de Tucuruí – PA, a inclusão digital à sociedade de baixa renda, possibilitando acesso às novas tecnologias, ampliação das relações, acesso à internet, democratização de serviços, utilização de novas tecnologias em ações educativas, maior acesso ao conhecimento e incentivo à pesquisa e possibilidade de troca de experiências com outras comunidades conectadas à rede internet.
Projeto Infocentro do Pará	Promover a inclusão social e digital de adultos e adolescentes do Barreiro e dos bairros adjacentes, em situação de vulnerabilidade social, nos cursos de Informática Básica e Avançada.
Projeto Social APAE Cidadã	Promover a adaptação do espaço físico, visando seu uso social para o desenvolvimento de ações que promovam geração de trabalho e renda, promoção da cidadania, saúde e atividades socioesportivas, que são demandas da comunidade que reside nas proximidades da instituição, buscando socializar e integrar os habitantes locais. O projeto é de grande importância para a cidade de Santarém por estar a APAE inserida em uma área de alta vulnerabilidade social e devido ao agravamento da criminalidade. Além da reforma do espaço físico, prevê ações direcionadas a esses acompanhantes, na sua maioria mulheres que possam promover o resgate da cidadania.
Projeto Aconchego Roraima	Humanizar o tratamento dos (as) pacientes com câncer por meio da ampliação e reforma da Associação Beneficente ao Portador de Câncer do Estado de Roraima – ABPC considerando o impacto positivo na sociedade do estado.
Projeto IPIRÁ	Gerar trabalho e renda para 325 famílias de pescadores por meio da criação de peixes em tanques-rede, no Parque Aquícola de Breu Branco III. Desenvolvido em parceria com o Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e a Secretaria de Estado da Pesca e Aquicultura do Pará SEPAq.
Projeto de Cooperação Técnica BRA/IICA/09/009	Fortalecer a capacidade institucional e da gestão das ações voltadas às populações atingidas pelos empreendimentos. É promovido por meio de uma parceria da Eletrobras Eletronorte e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA. Em 2012, foram iniciados estudos técnicos sobre as cooperativas agroindustriais nos municípios do entorno da UHE Tucuruí, com a finalidade de elaborar um diagnóstico situacional e propor estratégias de intervenção socioeconômica e ambiental.
Universalização de Energia	Atender orientações do Ministério de Minas e Energia, atuando como coordenadora da região elétrica norte no Programa Luz para Todos, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, provendo a estrutura física e logística dos Comitês Gestores Estaduais.
Plano de Inserção Regional da UHE Tucuruí – PIRTUC	Contribuir para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí – PDST, que compreende os 7 (sete) municípios do entorno do Lago da UHE Tucuruí: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. Os projetos abrangem programas compensatórios e potencializadores de desenvolvimento, bem como ações de melhorias de infraestrutura social e econômica e de fortalecimento das atividades produtivas da região com período de 20 (vinte) anos para implementação, iniciado em 2002 e envolvendo recursos financeiros no montante de R$ 200 milhões. Até 2011 foram investidos R$ 103.752.012,46, em 2012 R$ 34.125.366,51 e em 2013 R$ 8.230.023,67.
Plano de Inserção Regional a Jusante de Tucuruí – PIRJUS	Desenvolver ações socioambientais a jusante de Tucuruí, em cinco municípios: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri, beneficiando 237.728 pessoas. A implementação se estende por um período de 20 anos, a partir de 2004, e envolve um montante de recursos financeiros de R$160 milhões. Até 2011 foram investidos R$ 16.678.984,15, em 2012 R$ 7.346.153,84 e em 2013 R$ 7.176.354,90.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO SOCIAL – INFORMAÇÕES DE NATUREZA SOCIAL E AMBIENTAL

Em milhares de reais

1 – Geração e distribuição de riqueza	Em 2013		Em 2012	
Distribuição do Valor Adicionado	27,22% governo	23,79% empregados	61,84 % governo	42,45% empregados
A Demonstração do Valor Adicionado – DVA está apresentada, na íntegra, no conjunto das Demonstrações Contabeis.	29,60% acionistas	19,38% financiadores % outros	-36,49% acionistas	32,21% financiadores % outros

2 – Recursos Humanos 2.1 – Remuneração	Em 2013	Em 2012
Folha de pagamento bruta (FPB)	699.094	615.096
- Empregados	695.938	612.149
- Administradores	3.156	2.947
Relação entre a maior e a menor remuneração:		
- Empregados	18,49	19,07
- Administradores	1,05	1,1

2.2 – Benefício Concedidos	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	257.587	36,85%	5,61%	215.166	34,98%	4,80%
Alimentação	41.235	5,90%	0,90%	40.035	6,51%	0,89%
Transporte	3.253	0,47%	0,07%	3.089	0,50%	0,07%
Previdência privada	32.907	4,71%	0,72%	32.973	5,36%	0,74%
Saúde	68.175	9,75%	1,49%	55.169	8,97%	1,23%
Segurança e medicina do trabalho	8.497	1,22%	0,19%	2.497	0,41%	0,06%
Educação ou auxilio Creche	8.654	1,24%	0,19%	8.450	1,37%	0,19%
Cultura	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Capacitação e desenvolvimento profissional	12.598	1,80%	0,27%	13.733	2,23%	0,31%
Participação nos lucros ou resultados	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Outros	94.646	13,54%	2,06%	102.584	16,68%	2,29%
Total	527.552	75,46%	11,49%	473.696	77,01%	10,57%

2.3 – Composição do Corpo Funcional		
Nº de empregados no final do exercício	3.394	3.757
Nº de admissões	6	13
Nº de demissões	369	71
Nº de estagiários no final do exercício	379	541
Nº de empregados portadores de necessidades especiais no final do exercício	30	30
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	399	471
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	2.726	3.020
- Feminino	668	737
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	0	0
- De 18 a 35 anos	730	791
- De 36 a 60 anos	2.398	2.620
- Acima de 60 anos	266	346
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	0	0
- Com ensino fundamental	308	346
- Com ensino médio	733	405
- Com ensino técnico	657	1.129
- Com ensino superior	1.356	1.506
- Pós-graduados	340	371
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo: - Masculino	82,00%	81,00%
- Feminino	18,00%	19,00%

2.4 – Contigências e passivos trabalhistas:		
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	151	72
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	19	58
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	38	42
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	1.417	157

3 – Interação da Entidade com o Ambiente Externo	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 – Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	97	0,01%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Cultura	–	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Saúde e infra-estrutura	6.023	0,36%	0,13%	7.672	-1,61%	0,17%
Esporte e lazer	–	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Alimentação	1	0,00%	0,00%	13	0,00%	0,00%
Geração de trabalho e renda	–	0,00%	0,00%	0	0,00%	0,00%
Outros	2.116	0,13%	0,05%	969	-0,20%	0,02%
Total dos investimentos	8.237	0,50%	0,18%	8.654	-1,81%	0,19%
Tributos (excluídos encargos sociais)	713.337	43,23%	15,54%	908.254	-190,12%	20,28%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	207.335	12,56%	4,52%	199.829	-41,83%	4,46%
Total – Relacionamento com a Comunidade	928.909	56,29%	20,42%	1.116.737	-233,76%	24,93%
3.2 – Interação com os Fornecedores	São exigidos controles sobre:					
Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus	Em todas as licitações é exigido como requisito para habilitação, a apresentação de declaração informando que a empresa não possui em seu quadro de funcionários a utilização de trabalho infantil, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. É exigido ainda ter conhecimento e concordar com os princípios e normas constantes do "Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens de Serviços" da Eletronorte, documento que estabelece regras gerais de conduta, envolvendo envolvendo requisitos básicos de responsabilidade social e sustentabilidade.				

4 – Interação com o Meio Ambiente	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	4.052	0,25%	0,09%	8.818	-1,85%	0,20%
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	21.905	1,33%	0,48%	47.923	-10,03%	1,07%
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	361	0,02%	0,00%	449	-0,09%	0,00%
Investimentos e gatos com educação ambiental para a comunidade	1.474	0,09%	0,03%	156	-0,03%	0,00%
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	13.266	0,80%	0,29%	1.913	-0,40%	0,04%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Passivos e contigências ambientais	–	0,00%	0,00%	–	0,00%	0,00%
Total da Interação com o meio ambiente	41.058	2,49%	0,89%	59.259	-12,40%	1,31%
5 – Outras informações						
Receita Líquida (RL)			4.590.247			4.479.552
Resultado Operacional (RO)			1.650.285			-477.722

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DIMENSÃO AMBIENTAL

Avaliação e Registro de Aspectos e Impactos Ambientais

A Eletrobras Eletronorte elabora relatórios de caracterização e análise socioambiental de empreendimentos em que a Empresa tem participação. Esses relatórios objetivam a caracterização dos meios físico, biótico, socioeconômico e cultural, bem como a análise integrada para a identificação das áreas mais ou menos sensíveis à implantação dos empreendimentos nos corredores e indicação da diretriz preferencial para a linha de transmissão e sua extensão aproximada.

Estudos de Inventário Hidrelétrico de Bacias Hidrográficas e Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental de Aproveitamentos Hidrelétricos

Foram elaborados, estudos de inventário para os aproveitamentos hidrelétricos das Bacias dos rios Ji-Paraná e Sangue, e estão em andamento os Estudos de Viabilidade Técnica dos AHE's Água Limpa, Arraias, Cachoeira do Caí, Cachoeira dos Patos, Jamanxim, Jatobá, Marabá, São Luiz do Marajó, Tabajara, Toricoejo, Torixoreu, Prainha e Sumaúma.

Programas Indígenas

A Empresa dispensa atenção especial às comunidades indígenas Parakanã, Waimiri Atroari e Programa São Marcos, desenvolvendo ações, por meio de programas de apoio, como forma de compensar os impactos ambientais e sociais causados pelos empreendimentos.

O Programa Parakanã é uma ação indigenista dirigida aos Awaete-Parakanã, habitantes da Terra Indígena Parakanã com 351.000 hectares, na bacia do rio Tocantins, hoje com 1000 pessoas e 15 aldeias. Em 2013, o programa recebeu o investimento de R$ 5.851.449,61.

O Programa Waimiri Atroari, em 2013, completou 25 anos, mantendo a Terra Indígena Waimiri Atroari livre de invasões. São 2.585.611,96 hectares, onde 1.668 habitantes, distribuídos em 30 aldeias, vivem tradicionalmente, mantendo sua cultura. Em 2013, o programa recebeu o investimento de R$ 5.772.510,26.

Mediante Termo de Compromisso com a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM), a Empresa desenvolve ações em decorrência da implantação da Linha de Transmissão 230 kV Boa Vista / Santa Elena, no estado de Roraima. Aproximadamente 5.000 pessoas das etnias Macuxi, Taurepáng e Wapixana, habitantes de 42 aldeias, fazem parte do Programa Indígena São Marcos. Em 2013, o programa recebeu o investimento de R$ 960.321,10.

Preservação do Patrimônio Cultural e Arqueológico

Em conformidade com as normativas do IPHAN, visando a preservação do patrimônio cultural e arqueológico, promove-se o levantamento e o resgate dos sítios arqueológicos e culturais detectados nas áreas de servidão de linhas de transmissão nos processos de licenciamento ambiental. Encontra-se em processo de negociação com as Instituições responsáveis pela guarda e curadoria dos acervos resgatados, para transferência deste material. A Empresa também desenvolve estudos junto à comunidade acadêmica da região para a preservação do patrimônio cultural e arqueológico.

GESTÃO DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Negócio Geração de Energia Elétrica

Fatos relevantes em 2013:

Award for World-class TPM Achievement – A Eletrobras Eletronorte tornou-se a primeira e única empresa de geração elétrica do mundo a conseguir um prêmio mundial TPM na categoria geração hidráulica, fruto da parceria entre a Superintendência de Engenharia da Geração – OEG e a Superintendência de Geração Hidráulica – OGH.

SPE Brasventos Geração Eólica – Participação na engenharia do proprietário para operacionalização da primeiras três usinas eólicas da Empresa.

Resultados do Negócio Geração de Energia Elétrica

O negócio "Geração de Energia Elétrica" responde por mais de 80% da receita da Empresa, e é desenvolvido por meio de três usinas hidrelétricas no sistema interligado (SIN), além de usinas hidrelétricas e termelétricas nos sistema isolados (SIS). A principal metodologia de gestão da operação e da manutenção das usinas, utilizada como um diferencial competitivo da Empresa, é a Metodologia Produtiva Total – TPM, na qual nossas unidades alcaçaram os maiores graus de certificação disponíveis no mundo.

Indicadores de Desempenho do Negócio Geração

Indicador	Und.	2011	2012	2013
DISPG – Disponibilidade da Geração da Eletronorte	%	95,03	93,69	98,15
DISPG – Disponibilidade da Geração do Sistema Interligado	%	95,17	93,54	98,29
ID – Índice de Disponibilidade UHE Tucuruí	%	93,69	94,08	94,14
ID – Índice de Disponibilidade UHE Curuá Una	%	97,22	96,55	96,24
ID – Índice de Disponibilidade UHE Samuel	%	94,70	95,56	96,56
DISPG – Disponibilidade da Geração do Sistema Isolado	%	91,39	91,13	92,87

Disponibilidade da Geração – DISPG – Mede a proporção do tempo que as Unidades Geradoras de uma usina ficaram disponíveis para a operação normal durante o ano. Polaridade: Quanto maior a disponibilidade, melhor é o desempenho da usina.

Indice de Disponibilidade – ID – Mede a disponibilidade média das Unidades Geradoras de uma usina, acumulada nos últimos 60 (sessenta) meses de operação. O cálculo avalia duas parcelas que podem compor o tempo de máquinas indisponíveis, quais sejam, interrupções planejadas (Ex. manutenção) e interrupções forçadas (Ex. desligamentos por quebras). Polaridade: Quanto maior a disponibilidade (ID), melhor é o desempenho da usina.

Negócio Transmissão de Energia Elétrica

A Empresa adota, para operar e manter as instalações de transmissão, procedimentos normatizados internamente, em conformidade com o órgão regulador Aneel e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS e a metodologia TPM – Manutenção Produtiva Total, sistema de gestão que identifica e elimina as perdas existentes nos processos operacionais, maximizando a disponibilidade dos ativos. O sistema de manutenção é estruturado em manutenções baseadas no tempo (TBM) e em condições (CBM).

Resultados do Negócio Transmissão de Energia Elétrica

Indicadores do Sistema Interligado

Indicador	UND.	2011	2012	2013
Parcela Variável – PV	%	0,60	0,77	2,95
DISPL – Disponibilidade de Linha	%	99,93	99,94	99,88
DISPE – Disponibilidade de Equipamento	%	99,41	99,41	99,11

Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI – refere-se ao percentual da Receita Anual Permitida – RAP, descontado por indisponibilidade dos ativos de transmissão, pertencentes à Rede Básica. A meta estabelecida no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial – CMDE para 2013 foi de 4,0% e o indicador apresentou resultado de 2,95% considerado satisfatório. Polaridade: Quanto menor melhor.

Disponibilidade Operacional de Equipamentos – DISP-E – apresenta a disponibilidade operacional dos equipamentos associados ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Polaridade: Quanto maior melhor

Indicadores dos Sistemas Isolados

Indicador	UND.	2011	2012	2013
Duração Equivalente de Interrupção – DREQ	h	1,82	3,11	2,45
Frequência Equivalente de Interrupção – FREQ	nº	8,13	7,55	6,98
DISPL – Disponibilidade de Linha	%	99,99	99,98	99,81
DISPE – Disponibilidade de Equipamento	%	99,91	99,96	99,95

Duração Equivalente de Interrupção em Suprimento – DREQ – demonstra o intervalo de tempo em horas que as concessionárias dos sistemas isolados Amapá e Roraima ficaram sem o suprimento de energia elétrica (consideradas as interrupções programadas e não programadas). Polaridade: Quanto menor melhor.

Frequência Equivalente de Interrupção em Suprimentos – FREQ – traduz o número médio de interrupções equivalentes à potência máxima do sistema que as concessionárias, dos sistemas Isolados Amapá e Roraima, sofreram no período de apuração. Polaridade: Quanto menor melhor.

Disponibilidade Operacional de Linhas – DISP-L – representa a Disponibilidade de linhas de transmissão, associadas aos Sistemas Isolados do Amapá e Roraima. Polaridade: Quanto maior melhor.

COMERCIALIZAÇÃO E CLIENTES

Comercialização dos Negócios Geração e Transmissão

A gestão da comercialização na Eletrobras Eletronorte abrange os segmentos de geração e transmissão. O segmento geração contempla contratos nos ambientes regulado e livre (sistema interligado) e contratos de suprimento (sistema isolado). O segmento transmissão compreende a prestação de serviços ao Operador Nacional do Sistema – ONS (Contratos CPST e CCT).

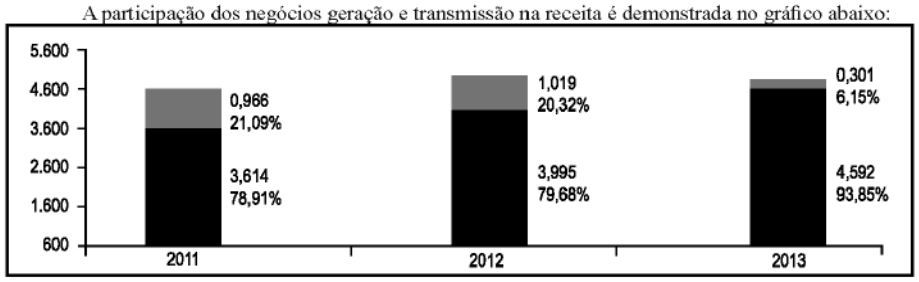
O resultado consolidado desta gestão é apresentado na tabela a seguir:

Receita dos Negócios Geração e Transmissão (em R$ bilhões)			
Negócios	**2011**	**2012**	**2013**
Geração	3,614	3,995	4,592
Crescimento (%)	10,62%	10,54%	14,94%
Transmissão	0,966	1,019	0,301
Crescimento (%)	9,37%	5,49%	-70,46%
Receita G&T	4,580	5,014	4,893
Crescimento (%)	10,36%	9,48%	-2,41%

Fonte: Sinopse de faturamento – PCE

A receita G&T reduziu 2,41% em relação a 2012 decorrente principalmente pela redução da receita do Negócio Transmissão em 70,46% (impactos da Lei 12.783/2013), apesar do acréscimo de 14,94% da receita do Negócio Geração.

A participação dos negócios geração e transmissão na receita é demonstrada no gráfico abaixo:



Avaliação de Clientes (Foco Comercial)

No período de 14 de dezembro de 2012 a 31 de janeiro de 2013, a Eletrobras Eletronorte, por meio da Coordenação de Comercialização de Energia, realizou a 1ª Pesquisa Integrada de Satisfação dos Clientes dos Negócios Geração e Transmissão, com foco comercial, fruto de um projeto prioritário. A ferramenta LimeSurvey foi utilizada para a coleta das respostas via internet.

A pesquisa contemplou clientes do negócio geração (Consumidores Livres/Potencialmente Livres, Comercializadoras, CCEE, Distribuidoras e ONS/BSB) e clientes do negócio transmissão (ONS/RJ e Usuários da Rede Básica: Distribuidoras, Consumidores Livres/Potencialmente Livres, Geradoras e Importadores).

As dimensões atendimento, comercial, produto/serviço, gestão dos contratos de comercialização de energia, gestão dos contratos de transmissão, medição para faturamento e imagem foram avaliadas por meio de atributos de valor.

Para a consolidação dos dados da pesquisa foi utilizada a metodologia Janela do Cliente (Customer Window) como aprimoramento no modelo de aferição do grau de satisfação anteriormente utilizado.

Este método permite medir o grau de satisfação dos clientes da comercialização dos negócios ge-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ração e transmissão, com base nas suas percepções sobre os atributos de valor e relacioná-la com o grau de importância dada pelo cliente. Os atributos foram coletados em pesquisas anteriores, bem como do estudo de benchmarking realizado em maio de 2012, os quais serviram de base para a elaboração dos questionários para a fase quantitativa da pesquisa de satisfação.

A técnica "Janela do Cliente" é formada por dois eixos que se cruzam: o eixo vertical mede a importância e o eixo horizontal a satisfação, dando origem, dessa forma, a quatro quadrantes em que são distribuídos os atributos conforme a avaliação média de cada um deles: A-Força Competitiva – cliente valoriza e recebe; B- Superioridade Irrelevante – cliente não valoriza, mas recebe; C- Relativa Indiferença – cliente não valoriza e não recebe; D- Vulnerabilidade – cliente valoriza e não recebe.

A periodicidade de aplicação da pesquisa é bienal para possibilitar que um plano de melhoria seja executado com a finalidade de melhorar a percepção dos clientes em relação aos atributos de valor que terão priorização imediata, identificados, principalmente, no quadrante D-Vulnerabilidade.

O índice global de satisfação dos clientes dos Negócios Geração e Transmissão, com foco comercial, foi de 90,31%, superior à meta corporativa estabelecida de 87%. O índice de satisfação respectivo dos clientes do Negócio Geração foi de 92,05% e do Negócio Transmissão foi de 87,77%.

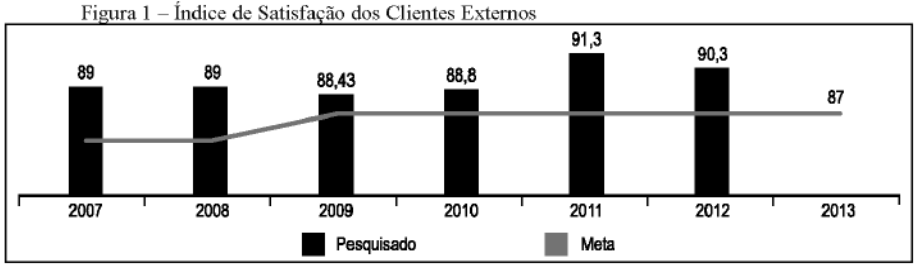
Avaliação da Satisfação dos Clientes Externos da Transmissão

Em 2013, realizou-se o 12º Ciclo de Aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Clientes Externos da Transmissão, para medir o índice de satisfação dos clientes externos, conhecer as suas expectativas e identificar novas oportunidades de negócios, inclusive parcerias, além de identificar os Pontos Fortes e as Oportunidades de melhorias, apontadas por cada cliente.

Em 2013 foram cadastradas 97 ações voltadas à melhoria da satisfação dos clientes externos, sendo realizado um percentual de realização de 92%. A eficácia das ações corretivas realizadas é verificada em conjunto com os Centros de Operação e Empresas Clientes, em reuniões, contato telefônico ou e-mail.

O índice global de satisfação dos clientes externos da transmissão, medido no primeiro trimestre de 2013, foi de 90,3,%, superando a meta estabelecida para o ciclo de 87%, conforme mostra a Figura 1. Com este resultado, o cliente mais uma vez demonstra a sua satisfação, quanto aos produtos e serviços prestados pela Eletrobras Eletronorte. O ISCE Ciclo 2013, será aferido no primeiro trimestre de 2014.

Figura 1 – Índice de Satisfação dos Clientes Externos



Os resultados dessa pesquisa são utilizados para o aperfeiçoamento dos processos atuais, propiciando ações de melhoria em produtos e serviços ofertados.

Os principais Clientes Externos da Eletrobras Eletronorte para o produto energia elétrica são: Concessionárias Estaduais de Energia Elétrica e Consumidores Industriais: Celpa, Celtins, Eletrobras Distribuição Rondônia, Eletrobras Distribuição Acre, Eletrobras Distribuição Roraima, Cemar, CEA, CEMAT, Albras, Alunorte, Companhia Vale do Rio Doce–MA , Companhia Vale do Rio Doce–PA, Dow Corning, Investco, Alumar e ONS.

Em 2013 foi registrada 1 reclamação formal de cliente. A Eletronorte estabelece, no plano de ação que trata as reclamações, os prazos para solucionar os problemas, que podem variar de acordo com a sua complexidade, conforme estabelecido no procedimento documentado PD 8.3.01 – Produto não conforme. Na tabela abaixo, é mostrada a evolução das reclamações formais dos clientes externos da transmissão de energia elétrica.

Número de reclamações por centro	2011	2012	2013
OEOR-RO	1	1	1
OEOR-AP	0	1	0
OEON	0	0	0
OTTE	0	0	0
OEOS	0	1	0
OEOR-TM (Maranhão)	0	0	0
OEOR-MT	0	0	0
OEOR-AC	0	0	0
OTRT	0	0	0
Total	**1**	**3**	**1**

O relacionamento com os clientes se dá por meio de reuniões periódicas, videoconferências, intercâmbios técnicos, teleconferência e linha direta 24 horas (hotline), via Centros de Operação Regionais.

GESTÃO DA EXPANSÃO

Do total de recursos alocados para investimentos corporativos e em parcerias no ciclo de 2013, a Empresa realizou cerca de R$ 867 milhões de reais, executando com empenho o processo de expansão dos negócios de geração e de transmissão.

Os investimentos em projetos corporativos representaram cerca de 42% do total de recursos executados, valor este um pouco aquém das metas planejadas. O desvio verificado na execução ocorre em função principalmente de atraso na emissão de Licença de Instalação – LI, de Autorização de Supressão Vegetal – ASV, licitações desertas, embargos fundiários e obras que aguardam autorização da Agência Reguladora, em geral ligadas a requisitos sócio-ambientais. Os investimentos em projetos em parcerias (SPE) por meio de inversões financeiras, representaram 58% do esforço realizado para expansão dos negócios.

Novos Negócios e Parcerias

Em 2013, a Eletrobras Eletronorte participou de leilões de geração e transmissão, sagrando-se vencedora, de forma corporativa, da LT 230 kV Rio Branco I – Feijó (357 km); LT 230 kV Feijó- Cruzeiro do Sul (300 km); SE 230/69 kV Feijó – (3+1R) x 10 MVA e SE 230/69 kV Cruzeiro do Sul – (6+1R) x 10 MVA, localizados no Estado do Acre. Na parte de geração, venceu o Leilão da UHE Sinop com potência de 400 MW, em parceria com a Chesf e Alupar.

Empreendimentos Próprios

Objetivos e metas institucionais programáticas

Empreendimentos de Geração Corporativa (Própria)

A Eletrobras Eletronorte solicitou a Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel a aprovação do Projeto Básico para dois empreendimentos de geração: a) Implantação da 2ª casa de força da UHE Coaracy Nunes, no estado do Amapá e b) Implantação da 4ª unidade geradora da UHE Curuá-Una, no estado do Pará.

Na UHE Coaracy Nunes, a Empresa solicitou a retirada do Projeto Básico da ANEEL, após a publicação da Lei 12.783 de 11.01.2013, que impactou consideravelmente as premissas consideradas na elaboração do Projeto. Neste novo cenário, é imprescindível a reavaliação do Projeto Básico da implantação da 2ª casa de força da UHE Coaracy Nunes, face ao novo marco regulatório, necessitando de novos estudos de viabilização técnico-econômicos.

Na UHE Curuá-Uma, em 12.06.2013, a SEMA/PA emitiu a Outorga da Água para a UHE Curuá-Una. O Projeto Básico de implantação da 4ª unidade da UHE Curuá-Una continua pendente junto à ANEEL, principalmente devido à solicitação de estudo de reinventário do rio. Estas ampliações adicionarão 231,6 MW de potência de geração nas usinas já existentes (220 MW em Coaracy Nunes e 11,6 MW em Curuá-Una), que além de caracterizar como um importante suprimento de energia elétrica, contribuirá com o desenvolvimento sustentável do país, através da integração ao sistema interligado nacional – SIN. A conclusão das obras está prevista para dezembro de 2015.

Transmissão Corporativa (Própria)

Os investimentos realizados em reforços, ampliações e melhorias nas instalações operacionais a Eletrobras-Eletronorte adicionaram ao SIN 793 MVA de capacidade de transformação às subestações existentes, o que equivale a 45% da Meta física prevista para o ano. O empreendimento SE São Luís II: Banco de Autotransformadores 500/230/13,8 kV 3 x 200 MVA previsto inicialmente para dez/2013 apresenta nova previsão de conclusão para Fevereiro/2014. Já os empreendimentos em atraso estão com as seguintes previsões de conclusão – SE Ji-Paraná: TR3 3F 230/69 kV 60 MVA Maio/2014; SE

Santa Maria: AT3 3F 230/138/13,8 kV 100 MVA Junho/2014; e SE Tucuruí: TR3/TR4 3F 230/138/13,8 kV e Pátio de 138 kV Julho/2014.

Agregação Física em 2013						Total Instalado 31/12/2013
Indicador			Corporativo	Parceria (Parte Eletronorte)	Soma	
CI (MW)	Capacidade Instalada	Meta	0,00	46,00	46,00	9.537,00
		Real	0,00	0,00	0,00	
EL (Km)	Extensão de Linha	Meta	30,00	167,00	197,00	11.356,00
		Real	0,00	167,00	167,00	
CT (MVA)	Capacidade de Transformação	Meta	1.753,00	6.775,00	8.528,00	38.402,00
		Real	793,00	6.775,00	7.568,00	
MI (R$)	Montante de Investimento	Meta	448.129.000,00	722.436.047,00	1.170.565.074,00	74,0%
		Real	359.689.853,00	506.978.722,00	866.668.575,00	

A Receita Anual Permitida – RAP acrescentada por Empreendimento Energizado em 2013 é mostrada a seguir:

Empreendimento	Investimento Total (R$)	RAP Acrescentada (R$)
SE Marabá – Etapa TR4 3F 230/69/13,8 kV 33 MVA – SB. 42720	10.518.812,90	750.570,83
SE São Luis III – TR2 230/69/13,8 kV 150 MVA – SB. 52004	9.164.995,36	1.274.455,88
SE Lucas do Rio Verde – 230/138 kV, (3+1) x 25MVA – SB. 54301	19.647.261,39	1.917.600,00
SE Rio Branco I – AT2 3F 230/138/13,8 kV 55 MVA – SB. 48615	10.290.048,23	1.746.945,49
SE Sinop – AT3 3F 230/138 100 MVA, Interligação de Barramentos em 138 kV e conexões – SB. 54118	11.881.591,99	1.400.975,89
SE Nobres – Etapa AT1 e AT2 – 230/138kV 100 MVA cada – SB.52305 – Leilão ANEEL nº 004/2011 – Lote C	17.190.571,78	1.464.000,00
SE Miracema – 2º banco de TR 500/138 k V – 3x60 MVA – SB. 56011	24.354.446,51	4.479.663,86
SE São Luis II – Compensador Estático – 230 kV – 100 + 150 MVAr – SB. 51718	42.480.389,57	5.658.794,03
Total	**145.528.117,73**	**18.693.005,98**

PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

PROJETOS DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

As Ações Internas do Programa de Eficiência são voltadas às ações de Gestão do Consumo Interno de Energia e Diagnósticos, Projetos de Eficiencia Energética e Ações Educacionais.

Gestão do Consumo Interno de Energia

Em 2013, foi iniciada a gestão unificada de todas as unidades consumidoras da Eletrobras Eletronorte onde há fatura de energia elétrica. Na sede, em Brasília, foi identificada uma oportunidade de redução de R$133.973,50/ano nos gastos com energia elétrica por meio da mudança de contrato de energia. Já no Centro de Tecnologia, em Miramar – PA, a possibilidade de redução foi de R$118.000,00/ano.

Diagnósticos, Projetos de Eficiência Energética e Ações Educacionais

As Comissões Internas de Conservação de Energia Elétrica- CICEs das regionais, desenvolveram e implantaram projetos de Eficiência Energética e ações educacionais.

Devem ser ressaltadas, em 2013, as ações realizadas nas instalações de Tucuruí – PA e nas Subestações de Jaru, Abunã – RO, proporcionaram uma redução significativa do consumo de energia elétrica, em relação a 2012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Gestão Energética Municipal – GEM

Os projetos de GEM tem como beneficiária a administração pública municipal com enfoque na gestão da energia elétrica das unidades consumidoras das prefeituras. Em 2013 foram desenvolvidos 8 projetos, nos municipios de: Nova Ipixuna, Jacundá, Itupiranga, Novo Repartimento, Breu Branco, Goianésia e Tucuruí, no estado do Pará, e no Caxiasno Maranhão

O Programa Eletronorte de Eficiência Energética objetiva estimular a mudança de comportamento e a aquisição de novos hábitos para formação de uma cultura de combate ao desperdício de energia. Os programas são implantados nas escolas públicas, por meio da metodologia do PROCEL A Natureza da Paisagem: Energia – recurso da vida. Em 2013 foram atendidas 95 escolas em 5 municípios do estado do Maranhão, beneficiando 74.166 alunos e 2.427 professores (entre capacitados e atingindos).

Gestão da Propriedade Intelectual

A gestão da propriedade intelectual trouxe para a Empresa um incremento nos registros junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial – INPI.

Número de Registros	2011	2012	Em 2013	Acumulado
Pedidos de Patente	3	4	3	50
Registro de Software	2	3	0	18
Registro de Marca	5	7	3	31
Total			**4**	**99**

O diagnóstico realizado em 2013 identificou 58 inovações, dentre elas, 14 com possibilidade de proteção por meio de pedido de patentes, softwares e segredos de indústria.

RECONHECIMENTO EXTERNO

Principais Premiações, Certificações e Reconhecimentos em 2013

Prêmio/Reconhecimento/Certificação	Quem?	Instituição Concedente
Prêmio Qualidade da Transparência Contábil Terceiro lugar na categoria Grandes Empresas	FCO	Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica – Abraconee
Certificação na NBR ISO 9001:2008, de processos Financeiros da Diretoria Ecônomico-Financeira – DF Manutenção da Certificação de processos das Unidades da Sede: Projetos de Linhas de Transmissão, da Diretoria de Planejamento e Engenharia – DE Contabilização, Liquidação e Contratos da Transmissão, da Presidência – PR Planejamento Energético de Curto Prazo e Redes de Telecomunicações, da Diretoria de Operação – DO Educação e Conhecimento, da Diretoria de Gestão- DG		Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda – BSI
Guia Você S/A – Melhores Empresas para Você Trabalhar Reconhecimento concedido pelo Guia Você S/A, 17a edição, na lista das Melhores empresas para você trabalhar, como A Melhor Empresa Pública para Trabalhar	Superintendência de Geração Hidráulica – OGH	Guia Você S/A
Acreditação/Certificação Inmetro de acordo com a Norma ISO 17.025, Requisitos para Competência de Laboratórios de Ensaios e Calibração dos Laboratórios do Centro de Tecnologia da Eletrobras Eletronorte	Centro de Tecnologia da Eletronorte – OCT	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda – BSI
Manutenção da Certificação ISO 9001:2008 do Sistema de Gestão da OCGA/AC- Processos Financeiro e Aquisição Manutenção da Certificação ISO 9001:2008 do Sistema de Gestão da Qualidade do OEOR/AC.	Regional de Geração e Transmissão do Acre – OAC	TUV Rheinlan Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda – BSI
Manutenção da Certificação ISO 9001:2008 dos Processos Administrativos da OCGA/RO, e no Centro de Operação de Rondônia. Reconhecimento pela Promoção do Desenvolvimento Sustentável no Estado durante os 30 anos, do CREA/RO.	Regional de Transmissão de Rondônia – ORD	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda – BSI Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de RO – Crea/RO
Prêmio Ser Humano Benedito Nunes na categoria Empresarial e modalidade Responsabilidade Social – Trabalho Infocentro (Gerência de Relações Institucionais do Eixo Norte – PRIN). Manutenção da Certificação ISO 9001 nos processos Aquisição e Financeiro da Divisão Administrativa – OTPA, e na Gerência do Centro de Operação do Sistema – OEOS.	Regional de Transmissão do Pará – OTP	ABRH-PA Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda – BSI
Homenagem pelos 10 anos do Programa Luz para Todos no Estado do Pará	Gerência de Obras e Apoio aos Estudos do PA/AP – EPA	Presidência da República
Manutenção da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade – ISO 9001:2008 – Processos Aquisição e Financeiro, Processo COR	Regional de Transmissão de Roraima – OTR	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda – BSI
Manutenção das Certificações ISO 9001:2008 do OEOR/TM e dos processos de Aquisição e Financeiro da OMA. Prêmio Mérito Empresarial de Reconhecimento pela parceria de estágio/visita do Centro de Ensino Médio e Profissionalizante do Maranhão-CEMP.	Regional de Transmissão do Maranhão – OMA	BSI Brasil Sistema de Gestão Ltda Centro de Ensino Médio e Profissionalizante do Maranhão – CEMP
Manutenção da Certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ISO 9001:2008	Regional de Transmissão do Tocantins – OTT	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda – BSI
Manutenção da Certificação ISO 9001:2008 nos Processos de Aquisição e Financeiro da Gerência de Serviços de Apoio de Mato Grosso Manutenção da Certificação ISO 9001:2008 do Centro Regional de Operação de Mato Grosso	Regional de Transmissão do Mato Grosso – OMT	Certificadora Brasil Sistema de Gestão Ltda – BSI

ENCERRAMENTO

O Relatório da Administração da Eletrobras Eletronorte 2013 traz a público, de maneira organizada e clara, um relato resumido sobre os esforços da Empresa para a melhoria dos seus padrões de qualidade e de produtividade e para alcance da sustentabilidade empresarial.

É importante registrar o reconhecimento aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pela contribuição prestada na discussão, orientação e encaminhamento das questões de maior interesse e relevância da Empresa, como também ao nosso quadro de gerentes e empregados, profissionais incansáveis e dedicados na busca do cumprimento da missão da Eletrobras Eletronorte.

JOSIAS MATOS DE ARAUJO
Diretor – Presidente

ADHEMAR PALOCCI
Diretor de Planejamento e Engenharia

ANTONIO MARIA AMORIM BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Diretor de Gestão Corporativa

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor de Operação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16
EMPRESA DO SISTEMA ELETROBRAS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2013

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
CIRCULANTE							
Caixa e equivalentes de caixa	6	272.874	367.539	197.898	395.324	423.018	357.794
Títulos e valores mobiliários	7	1.661.925	722.818	763.401	1.661.925	722.818	763.401
Clientes	8	942.075	525.267	928.937	960.456	525.680	611.149
Indenização de concessões	9	331.364	1.225.471	-	331.364	1.225.471	-
Ativo financeiro-concessão de serviço público	10	93.074	189.151	554.294	271.361	189.151	554.294
Impostos e contribuições sociais	11	205.243	219.946	82.525	208.638	222.759	85.295
Direito de ressarcimento	12	199.031	222.950	399.864	199.031	222.950	405.512
Almoxarifado	13	57.000	57.231	51.423	57.000	57.231	53.324
Instrumentos financeiros derivativos	14	108.339	249.265	191.919	108.339	249.265	191.919
Outros ativos	15	204.280	169.442	131.003	204.288	171.659	96.148
		4.075.205	**3.949.080**	**3.301.264**	**4.397.726**	**4.010.002**	**3.118.836**
NÃO CIRCULANTE							
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO							
Títulos e valores mobiliários	7	205	222	950	205	222	950
Clientes	8	210.302	57.629	-	210.302	57.629	2.997
Indenização de concessões	9	193.296	527.029	-	193.296	527.029	-
Ativo financeiro-concessão de serviço público	10	2.697.649	2.118.248	4.010.922	4.185.989	3.928.347	5.426.476
Impostos e contribuições sociais	11	58.533	85.116	110.339	142.159	141.680	132.909
Instrumentos financeiros derivativos	14	107.816	223.099	185.031	107.816	223.099	185.031
Cauções e depósitos vinculados	16	290.420	534.337	446.906	298.920	536.512	448.144
Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	21.618	52.216	246.162	21.618	52.216	28.833
Créditos junto à Ceron	18	1.325.397	1.052.533	701.577	1.325.397	1.052.533	701.577
Outros ativos	15	184	179	165.454	184	179	168.355
		4.905.420	**4.650.608**	**5.867.341**	**6.485.886**	**6.519.446**	**7.095.272**
INVESTIMENTOS	19	2.829.838	2.560.296	1.644.551	2.145.400	1.721.790	1.089.247
IMOBILIZADO	20	7.826.423	8.321.415	9.442.600	7.826.431	8.321.530	9.450.358
INTANGÍVEL	21	23.412	14.655	20.158	23.412	14.655	26.436
		15.585.093	**15.546.974**	**16.974.650**	**16.481.129**	**16.577.421**	**17.661.313**
TOTAL		**19.660.298**	**19.496.054**	**20.275.914**	**20.878.855**	**20.587.423**	**20.780.149**

Passivo e Patrimônio Líquido	nota	Controladora			Consolidado		
		31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
CIRCULANTE							
Fornecedores	22	496.856	646.415	672.506	558.736	678.323	691.955
Financiamentos e empréstimos	23	461.074	457.908	387.803	505.285	512.130	495.301
Debêntures	23.7	-	-	-	12.804	1.305	-
Impostos e contribuições sociais	24	71.287	57.314	77.478	73.725	63.249	80.944
Remuneração aos acionistas	25	102.386	647	18.293	102.386	647	18.293
Obrigações estimadas	26	219.570	346.632	214.504	219.570	346.854	223.454
Encargos setoriais	28	274.576	218.610	236.379	279.396	218.610	244.713
Instrumentos financeiros derivativos	14	223.099	185.031	261.489	225.423	185.757	261.489
Adiantamentos de clientes	29	48.910	45.583	44.098	48.910	45.583	44.098
Outros passivos	30	365.320	354.045	385.572	365.335	354.061	128.637
		2.263.078	**2.312.185**	**2.298.122**	**2.391.570**	**2.406.519**	**2.188.884**
NÃO CIRCULANTE							
Financiamentos e empréstimos	23	3.724.661	4.221.480	4.283.935	4.427.367	5.052.095	4.810.174
Debêntures	23.7	-	-	-	205.878	68.015	-
Impostos e contribuições sociais	24	17.392	36.827	13.609	110.161	105.725	44.112
Obrigações estimadas	26	7.929	-	138.015	7.929	-	138.015
Provisões para riscos	27	587.045	941.513	915.284	587.045	941.805	927.783
Encargos setoriais	28	-	18.501	17.052	-	18.501	20.239
Instrumentos financeiros derivativos	14	107.816	223.099	185.031	195.378	252.314	185.031
Adiantamentos de clientes	29	776.252	830.234	879.452	776.252	830.234	879.452
Adiantamentos para futuro aumento de capital	17	13.330	218.104	1.127.731	13.330	218.104	1.127.731
Benefícios pós-emprego	31	68.822	52.312	58.535	68.822	52.312	60.234
Outros passivos	30	159.012	88.794	99.163	160.162	88.794	138.509
		5.462.259	**6.630.864**	**7.717.807**	**6.552.324**	**7.627.899**	**8.331.280**
		7.725.337	**8.943.049**	**10.015.929**	**8.943.894**	**10.034.418**	**10.520.164**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO							
Capital social	32.1	11.563.279	9.326.355	8.200.406	11.563.279	9.326.355	8.200.406
Reservas de capital	32.2	-	2.011.460	2.011.460	-	2.011.460	2.011.460
Reservas de lucros	32.3	126.605	-	50.685	126.605	-	50.685
Dividendos adicionais propostos	25 e 32.3	305.053	-	50.200	305.053	-	50.200
Outros resultados abrangentes	32.4	(59.976)	(49.837)	(52.766)	(59.976)	(49.837)	(52.766)
Prejuízos acumulados	32.5	-	(734.973)	-	-	(734.973)	-
		11.934.961	**10.553.005**	**10.259.985**	**11.934.961**	**10.553.005**	**10.259.985**
TOTAL		**19.660.298**	**19.496.054**	**20.275.914**	**20.878.855**	**20.587.423**	**20.780.149**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	33	**4.590.247**	**4.479.552**	**4.855.949**	**5.024.988**
CUSTO OPERACIONAL					
Custo com energia elétrica					
Energia elétrica comprada para revenda	34.1	(75.732)	(82.954)	(75.732)	(82.954)
Encargos de uso da rede de transmissão	34	(556.006)	(617.433)	(544.198)	(617.356)
		(631.738)	**(700.387)**	**(619.930)**	**(700.310)**
Custo de operação					
Pessoal, material e serviços de terceiros	34	(845.917)	(748.400)	(850.482)	(773.403)
Utilização de recursos hídricos	34	(207.335)	(199.829)	(207.335)	(199.829)
Depreciação e amortização	34	(420.815)	(442.520)	(420.815)	(447.558)
Outros		(15.907)	(61.014)	(16.766)	(61.007)
		(1.489.974)	**(1.451.763)**	**(1.495.398)**	**(1.481.797)**
Custo do serviço prestado a terceiros	34	**(22.625)**	**(15.231)**	**(22.625)**	**(15.231)**
Custo de construção	34	**(194.589)**	**(193.701)**	**(331.410)**	**(584.407)**
		(2.338.926)	**(2.361.082)**	**(2.469.363)**	**(2.781.745)**
LUCRO BRUTO		**2.251.321**	**2.118.470**	**2.386.586**	**2.243.243**
DESPESA OPERACIONAL	34	**(601.036)**	**(1.910.054)**	**(604.570)**	**(2.001.475)**
RESULTADO DO SERVIÇO		**1.650.285**	**208.416**	**1.782.016**	**241.768**
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	19	**68.763**	**(81.627)**	**69.572**	**17.085**
RESULTADO FINANCEIRO	35	**(434.741)**	**(201.450)**	**(567.640)**	**(327.926)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DA LEI 12.783/13		**1.284.307**	**(74.661)**	**1.283.948**	**(69.073)**
Perda com indenizações das concessões	2.4.2	-	**(686.138)**	-	**(686.138)**
RESULTADO OPERACIONAL APÓS A LEI 12.783/13		**1.284.307**	**(760.799)**	**1.283.948**	**(755.211)**
Imposto de renda e contribuição social	36	(25.405)	11.416	(25.405)	11.416
Imposto de renda e contribuição social diferidos	36	9.414	(36.275)	9.773	(41.863)
		(15.991)	**(24.859)**	**(15.632)**	**(30.447)**
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**1.268.316**	**(785.658)**	**1.268.316**	**(785.658)**
Resultado atribuível aos acionistas controladores		1.261.721	(781.478)	1.261.721	(781.478)
Resultado não atribuível aos acionistas controladores		6.595	(4.180)	6.595	(4.180)
Lucro / (Prejuízo) básico por ação (em reais)	37	**8,39**	**(5,51)**	**8,39**	**(5,51)**
Lucro / (Prejuízo) diluído por ação (em reais)	37	**8,38**	**(5,39)**	**8,38**	**(5,39)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	Controladora / Consolidado	
	2013	2012 (Reapresentado)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.268.316**	**(785.658)**
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Ganhos (Perdas) atuariais	(15.362)	4.438
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.223	(1.509)
	(10.139)	**2.929**
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	**1.258.177**	**(782.729)**
Parcela atribuída aos controladores	1.251.634	(778.565)
Parcela atribuída aos não controladores	6.543	(4.164)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros			Dividendos Adicionais	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Incentivo Fiscal	Outras				
Saldo em 01/01/2012	**8.200.406**	**2.011.460**	**25.708**	-	**24.977**	**50.200**	-	**(52.766)**	**10.259.985**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(50.200)	-	-	**(50.200)**
Integralização de capital (nota 32)	1.125.949	-	-	-	-	-	-	-	**1.125.949**
Absorção de reservas de lucros	-	-	-	-	(24.977)	-	24.977	-	-
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	2.929	**2.929**
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(738.657)	-	**(738.657)**
Saldo em 31/12/2012	**9.326.355**	**2.011.460**	**25.708**	-	-	-	**(713.680)**	**(49.837)**	**10.600.006**
Absorção de reservas de lucros	-	-	(25.708)	-	-	-	25.708	-	-
Reflexo de ajustes em investidas - Resultado do exercício (nota 3.1.3)	-	-	-	-	-	-	(47.001)	-	**(47.001)**
Saldo em 31/12/2012 (Reapresentado)	**9.326.355**	**2.011.460**	-	-	-	-	**(734.973)**	**(49.837)**	**10.553.005**
Integralização de capital (nota 32)	2.236.924	(2.011.460)	-	-	-	-	-	-	**225.464**
Ganhos (perdas) atuariais	-	-	-	-	-	-	-	(10.139)	**(10.139)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.268.316	-	**1.268.316**
Destinação do lucro líquido:									
Reserva de incentivo fiscal - IRPJ (nota 36)	-	-	-	99.938	-	-	(99.938)	-	-
Constituição de reserva legal (nota 25)	-	-	26.667	-	-	-	(26.667)	-	-
Dividendos propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	-	(101.685)	-	**(101.685)**
Dividendos adicionais propostos (nota 25)	-	-	-	-	-	305.053	(305.053)	-	-
Saldo em 31/12/2013	**11.563.279**	-	**26.667**	**99.938**	-	**305.053**	-	**(59.976)**	**11.934.961**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	notas	Controladora		Consolidado	
		2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes dos impostos	36	1.284.307	(760.799)	1.283.948	(755.211)
Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações					
Depreciação e amortização	34	435.481	454.733	435.493	461.999
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	35	(30.989)	(2.686)	(30.989)	(2.686)
Variação monetária ativa	35	(150.629)	(129.281)	(150.629)	(148.739)
Variação monetária passiva	35	186.677	178.063	186.677	233.628
Encargos de dívidas	35	323.192	346.858	388.473	422.468
Resultado de equivalência patrimonial		(68.763)	81.627	(69.572)	(17.085)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.4	(698.280)	327.074	(698.280)	384.287
Provisões operacionais	34.4	312.072	241.322	312.247	241.164
Baixa de ativo imobilizado e intangível	20.1 e 21	24.473	126.379	24.477	126.379
Ganhos (perdas) com derivativos	35	178.994	(133.804)	238.938	(103.863)
Ativo Financeiro - Taxa interna de retorno (TIR)	33	(2.439)	(289.978)	(170.622)	(408.442)
Provisão para redução ao valor recuperável de ativos	34	165.334	482.334	165.334	482.334
Perdas com renovação de concessões	2.4.1	-	686.138	-	686.138
Outros despesas (receitas) financeiras		34.776	36.925	46.589	36.925
Outros resultados abrangentes		(10.139)	2.929	(10.139)	2.929
		1.984.067	**1.647.834**	**1.951.945**	**1.642.225**
Variações nos ativos e passivos operacionais					
Clientes		203.336	472.420	185.368	160.020
Outros ativos		(147.266)	(320.624)	(182.608)	(342.184)
Fornecedores		(149.559)	(26.091)	(119.587)	(107.150)
Outros passivos		(780.950)	(268.242)	(773.843)	186.217
		(874.439)	**(142.537)**	**(890.670)**	**(103.097)**
Caixa proveniente das atividades operacionais		**1.109.628**	**1.505.297**	**1.061.275**	**1.539.128**
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	23.3	(339.263)	(318.753)	(400.457)	(320.480)
Pagamento de encargos de IR e CS		(9.692)	(130.194)	(9.692)	(130.194)
Recebimento de indenizações das renovação de concessões	9	1.311.337	-	1.311.337	-
Recebimento de receita anual permitida (RAP)	10	24.179	510.142	178.702	511.253
Recebimento remuneração de participações societárias	19.2	39.897	15.007	39.897	15.007
Cauções de depósitos vinculados		243.917	(21.565)	237.592	(23.387)
		1.270.375	**54.637**	**1.357.379**	**52.199**
Caixa líquido das atividades operacionais		**2.380.003**	**1.559.934**	**2.418.654**	**1.591.327**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Financiamentos e empréstimos obtidos	23.3	96.232	166.865	127.332	377.906
Emissão de debêntures		-	-	154.632	67.158
Adiantamentos para futuro aumento de capital recebidos		-	140.753	-	140.753
Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal	23.3	(887.495)	(355.006)	(913.479)	(363.876)
Pagamento de dividendos		-	(67.846)	-	(67.846)
Caixa líquido das atividades de financiamento		**(791.263)**	**(115.234)**	**(631.515)**	**154.095**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras		(939.090)	41.311	(939.090)	41.311
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	20.1 e 21	(128.846)	(77.839)	(128.846)	(77.882)
Aquisição de ativo financeiro	10	(194.589)	(193.701)	(335.017)	(584.407)
Aquisição de participações societárias	19.2	(370.430)	(1.022.091)	(361.430)	(977.424)
Aquisição de outros investimentos		(28.832)	-	(28.832)	-
Adiantamentos para futuro aumento de capital concedidos		(21.618)	(22.739)	(21.618)	(22.739)
Caixa líquido das atividades de investimento		**(1.683.405)**	**(1.275.059)**	**(1.814.833)**	**(1.621.141)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**(94.665)**	**169.641**	**(27.694)**	**124.281**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		367.539	197.898	423.018	357.794
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		272.874	367.539	395.324	482.075

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012 (Reapresentado)	2013	2012 (Reapresentado)
RECEITAS					
Receitas de vendas de energia e serviços	33	5.303.584	5.387.806	5.588.831	5.986.757
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.4	698.280	(327.074)	698.280	(384.287)
		6.001.864	**5.060.732**	**6.287.111**	**5.602.470**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custo de construção	34	(194.589)	(193.701)	(331.410)	(584.407)
Energia elétrica comprada para revenda	34	(75.732)	(82.954)	(75.732)	(82.954)
Encargos de uso da rede de transmissão	34	(556.006)	(617.433)	(544.198)	(617.356)
Material	34	(37.069)	(40.973)	(37.186)	(42.044)
Serviços de terceiros	34	(256.084)	(243.654)	(260.575)	(256.066)
Combustível	34	(19.127)	(48.529)	(19.127)	(48.529)
Outros		(59.332)	(166.542)	(61.125)	(161.282)
		(1.197.939)	**(1.393.786)**	**(1.329.353)**	**(1.792.638)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**4.803.925**	**3.666.946**	**4.957.758**	**3.809.832**
RETENÇÕES					
Depreciação e amortização	34	(435.481)	(454.733)	(435.496)	(461.699)
Redução ao valor recuperável	34	(165.334)	(482.334)	(165.334)	(482.334)
Perdas com indenizações	2.4	-	(686.138)	-	(686.138)
Provisões operacionais	34.4	(312.072)	(241.322)	(312.247)	(241.164)
		(912.887)	**(1.864.527)**	**(913.077)**	**(1.871.335)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		**3.891.038**	**1.802.419**	**4.044.681**	**1.938.497**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de participações societárias	19	68.763	(81.627)	69.572	17.085
Receitas financeiras	35	324.786	432.143	328.925	461.137
		393.549	**350.516**	**398.497**	**478.222**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**4.284.587**	**2.152.935**	**4.443.178**	**2.416.719**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração do trabalho	34.3	940.870	910.852	941.727	952.665
Incentivo ao desligamento de pessoal	34.3	78.602	3.000	78.602	3.000
		1.019.472	**913.852**	**1.020.329**	**955.665**
Impostos, taxas e contribuições:					
Deduções à receita operacional	33	713.337	908.254	732.882	961.769
Tributos		5.712	5.584	6.709	5.736
Taxa de fiscalização	34	16.793	17.843	16.889	17.843
Utilização de recursos hidrícos	34	207.335	199.829	207.335	199.829
Encargos sobre despesa de pessoal	34.3	207.174	174.940	207.373	182.018
Imposto de renda e contribuição social	36	15.991	24.859	15.632	30.447
		1.166.342	**1.331.309**	**1.186.820**	**1.397.642**
Remuneração de capitais de terceiros:					
Encargos financeiros e variação monetária	35	759.528	633.593	896.566	789.063
Arrendamentos e aluguéis	34	70.929	59.839	71.147	60.007
		830.457	**693.432**	**967.713**	**849.070**
Remuneração de capitais próprios					
Prejuízo do exercício		-	(785.658)	-	(785.658)
Absorção de prejuízos acumulados	25	734.973	-	734.973	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	25	99.938	-	99.938	-
Lucros retidos (Reserva legal)	25	26.667	-	26.667	-
Remuneração aos acionistas	25	406.738	-	406.738	-
		1.268.316	**(785.658)**	**1.268.316**	**(785.658)**
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		**4.284.587**	**2.152.935**	**4.443.178**	**2.416.719**

As Demonstrações do Valor Adicionado não fazem parte das demonstrações financeiras conforme IFRS.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Sua sede está localizada em Brasília – DF, no SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901, e possui atuação nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. A partir do exercício de 2003, com a liberação gradual dos seus contratos de suprimento à razão de 25% ao ano, conforme estabelece a Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, a Companhia passou a atender às demais regiões do país.

A Companhia considera que o capital humano é determinante para cumprir sua Missão, alcançar os resultados e fortalecer a Organização. A Companhia adota a Política de Gestão de Pessoas integrada do Sistema Eletrobras, alinhada à estratégia organizacional, ao Código de Ética, à Política de Responsabilidade Social do Sistema Eletrobras, com a legislação brasileira e com respeito às diretrizes e convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que reforça o compromisso dos colaboradores com a sustentabilidade empresarial.

Estatutariamente, a Companhia tem por objeto social, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações associados, distribuição e comercialização de energia elétrica e de transmissão de dados, voz e imagens, podendo para tanto importar e exportar energia elétrica, bem como celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades; b) participar de pesquisas de interesse do setor elétrico ligadas à geração e transmissão, bem como de estudos de aproveitamento de reservatórios para fins múltiplos; c) prestar serviços de laboratório, operação e manutenção de sistemas de geração e transmissão de energia elétrica, apoio técnico, operacional e administrativo às empresas prestadoras do serviço público de energia elétrica; d) participar de associações ou organizações de caráter técnico-científico e empresarial, de âmbito regional, nacional ou internacional, de interesse para o setor de energia elétrica; e) associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob regime de concessão ou autorização, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em 11 de novembro de 2003, a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) autorizou a Companhia a explorar os serviços de comunicação multimídia, conforme termo PVST/SPF nº 148/2003 – Anatel, assinado entre a Agência Reguladora e a Companhia. As receitas decorrentes deste contrato são tratadas como não vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica e estão destacados na demonstração dos resultados (nota 33.8).

A maior parte da receita da Companhia é proveniente do fornecimento e suprimento de energia elétrica e da disponibilidade do sistema de transmissão por ela operado. Essas operações estão suportadas por contratos de compra e venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão, assim como pelas operações realizadas no curto prazo, por meio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Companhia atua, simultaneamente, no Sistema Interligado Nacional (SIN) e nos Sistemas Isolados. Os Sistemas Isolados estão localizados nos estados de Roraima e Amapá, enquanto que os estados do Pará, Maranhão, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Acre participam da rede básica do SIN.

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW e 6 usinas termelétricas, com capacidade de 479,97 MW, perfazendo uma capacidade instalada de 9.340,02 MW. As concessões e autorizações detidas pela Companhia e suas investidas estão relacionadas na nota 2.

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia é administrada pela Companhia por um sistema composto de 9.287,13 Km de linhas de transmissão e 45 subestações no SIN, 695,89 Km de linhas de transmissão e 10 subestações no sistema isolado, totalizando 9.983,02 km de linhas de transmissão e 55 subestações.

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP), aditivado conforme indicado pela Portaria nº 579, de 31 de outubro de 2012, do Ministério de Minas e Energia - MME, atendendo as exigências da Lei nº 12.783/2013.

A Companhia também aufere receitas adicionais provenientes de contratos bilaterais, relativos às instalações de conexão e demais instalações de transmissão, homologados pela Aneel.

A Companhia é patrocinadora da Fundação de Previdência Complementar (Previnorte), entidade sem fins lucrativos criada em 1988 com o objetivo de assegurar aos seus participantes a complementação de aposentadorias e pensões proporcionadas pela Previdência Social.

A Companhia atua em ações de responsabilidade social, em sua região de atuação, em projetos sociais inspirados nas políticas públicas que estão pautadas em geração de trabalho e renda; educação, cultura e esporte; direitos humanos e cidadania; gênero e diversidade; e meio ambiente. Dentre os programas, destacam-se: (i) Programa Jovem Aprendiz; (ii) Combate a Exploração Sexual das Crianças e Adolecentes; (iii) Centro de Qualificação Profissional; (iv) Projeto Social APAE Cidadã; (v) Universalização de Energia, entre outros. Ademais, a Companhia dispensa atenção especial às comunidades indígenas Parakanã, Waimiri Atroari e Programa São Marcos, desenvolvendo ações por meio de programas de apoio, como forma de compensar os impactos ambientais e sociais causados por seus empreendimentos.

A Companhia busca o aperfeiçoamento contínuo dos processos de avaliação, registro e mitigação dos impactos ambientais de suas atividades.

Ressalta-se que as regionais de Tucuruí e do Amapá, em um grande esforço corporativo, mantiveram com sucesso a certificação ambiental na norma NBR ISO 14.001:2004. Essas certificações têm como escopo as usinas hidrelétricas de Tucuruí, Coaracy Nunes, a termelétrica de Santana e a linha de transmissão de Coaracy Nunes a Santana.

A Companhia detém o controle acionário integral (100%) da Sociedade de Propósito Específico (SPE) Estação Transmissora de Energia S.A. e de participação societária em SPEs de geração e de transmissão de energia elétrica (notas 2.2, 2.3 e 3.2).

A Companhia efetuou a venda da Boa Vista Energia S.A., da qual possuía 100% do seu controle acionário, em 31 de outubro de 2012, para a Eletrobras, conforme descrito na nota 19.4.3.

Em 30 de dezembro de 2013, conforme demonstrado na nota 19.4.2., a subsidiária integral Rio Branco Transmissora de Energia S.A. foi incorporada pela Companhia.

NOTA 2 – CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia e suas controladas detêm as seguintes concessões e autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica junto ao Poder Concedente:

2.1. Eletronorte:

2.1.1. Usinas Hidrelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE

Item	Empreendimento	Documento de Autorização ou Concessão	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW)
1	UHE - Tucuruí (Sistema Interligado)	Despacho nº 11/2013 SCG/ANEEL de 07.01.2013 registra a Potencia Instalada de 8.535.000 kW e Líquida de 8.246,581 kW, DOU 08.01.2013. Decreto n° 74.279 de 11.07.1974 Contrato de Concessão de Geração n° 007/2004 - ANEEL (Termo Aditivo N° 01, de 07/04/2005 e Termo Aditivo N° 02, de 10.04.2006)	11/07/2024	Tucuruí - PA	8.535,00
2	UHE - Curuá-Una (Sistema Interligado)	Resolução Autorizativa n° 345 de 18/10/2005; Contrato de Concessão de Geração Nº 007/2004; (Termo Aditivo Nº 02, de 10/04/2006)	27/07/2028	Santarém - PA	30,30
3	UHE - Samuel (Sistema Interligado)	Decreto n° 83.975 de 14.09.1979 - Despacho DNAEE N° de 02/07/1981 - Contrato de Concessão nº 005/2011 - ANEEL assinado em 16/12/2011; Prorrogação da concessão solicitada através da CE 1.00.480.06 de 18/07/2006, protocolada e entregue na ANEEL na mesma data. Despacho ANEEL Nº 4.671 de 15.12.2009 parecer favorável ao MME - prorrogação por mais 20 anos. Portaria Nº 89 - MME de 11-03-2010 - Prorrogação Concessão UHE Samuel até 14.09.2029	14/09/2029	Candeias do Jamari - RO	216,75
4	UHE - Coaracy Nunes (Sistema Isolado)	Despacho MME publicado D.O.U. 01/11/2012, prorroga concessão UHE até 31/12/2042, com a potência instalada de 78,00mW (78.000kW). Despacho nº 3.324 ANEEL de 23/10/2012, publicado no D.O.U. de 26/10/2012. Contrato de Concessão de Geração Nº 002/2012 - ANEEL de 07/05/2012 Despacho Nº 1.635, de 24.07.2006 Despacho N° 776 de 22.09.2004 Portaria MME n° 179 de 25.06.1997 Portaria nº 038, de 13.02.92 (Decreto nº 35.701 de 23.06.1954)	31/12/2042	Ferreira Gomes - AP e Macapá - AP	78,00

2.1.2. Usinas Termelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE

Item	Empreendimento	Documento de Autorização ou Concessão	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW)
1	UTE - Rio Madeira (Sistema Interligado)	"Despacho Aneel n° 722 de 13.11.2002 (potencia instalada 119,35 mW). Resolução ANEEL Nº 373 de 20.09.2000 (regularizou a implantação e ampliação) Auto de Outorga: Portaria MME n° 1.130 de 08.09.1988"	08/09/2018	Porto Velho - RO	119,35
2	UTE - Rio Acre (Sistema Interligado)	"Ato de Outorga: Portaria MME 235 de 21.10.1988"	21/10/2018	Rio Branco - AC	45,49
3	UTE - Rio Branco I (Sistema Interligado)	"Despacho ANEEL N° 1063 de 31.12.01 (potencia instalada 18,65 kW) Ato de Outorga: Portaria MME n° 156 de 06/07/1990"	06/07/2020	Rio Branco - AC	18,65
4	UTE - Rio Branco II (Sistema Interligado)	"Despacho ANEEL N° 1063 de31.12.01 (potencia instalada 32,75kW) Ato de Outorga: Portaria MME N°156 de 06 .07.1990 "	06/07/2020	Rio Branco - AC	32,75
5	UTE - Santana (Sistema Isolado)	"Despacho Nº 1.239 SCG/ANEEL de 21.03.2011 (potencia instalada 177,74 kW) Ato de Outorga: Portaria MME nº 344, de 19/05/1989"	19/05/2019	Santana - AP	177,74
6	UTE - Senador Arnon Afonso Farias de Mello (Sistema Isolado)	"Ato de Outorga: Portaria MME n° 156 de 06.07.1990. Cedida em comodato à Amazonas Energia em 11/11/1999. A Resolução Autorizativa nº 4.244 ANEEL de 16/07/2013, D.O.U. de 01/08/2013, autoriza a transferência da UTE Electron da Eletronorte para a AmE. "	31/08/2024	Boa Vista - RR	85,99

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.1.3. Sistema de Transmissão:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE

Item	Empreendimento	Documento de Autorização ou Concessão	Prazo de Concessão	Estado
1	Transmissão Rede Básica	Despacho MME publicado D.O.U. 01/11/2012, prorroga Concessão Transmissão. Prazo de vigência: trinta anos contados de 1º de janeiro de 2013. Data de Assinatura: 4 de dezembro de 2012. Contrato de Concessão-Prorrogação nº 058/2001 de 27/06/2001 Portaria MME n° 185 de 06.06.2001	31/12/2042	Diversos
2	LT 230 kV - SE São Luis II / São Luis III	Contrato de Concessão nº 007/2008-ANEEL de 17/03/2008 - SE São Luis II / SE São Luis III(2130/69kV - 150 MVA)	17/03/2038	Maranhão
3	LT 230kV - SE Ribeiro Gonçalves / SE Balsas	Contrato de Concessão nº 001/2009-ANEEL de 28.01.2009 LT 230kV - SE Ribeiro Gonçalves(500/230kV - 300 MVA e 230/69kV - 50 MVA) / SE Balsas(230/69kV - 100 MVA)	28/01/2039	Piauí, Maranhão
4	LT 500kV - LT Presidente Dutra-São Luis II / SE Miranda II	Contrato de Concessão nº002/2009 de 28.01.2009 LT 500kV - Lt Presidente Dutra-São Luis II(500 kV, C1 e C2) / SE Miranda II	28/01/2039	Maranhão
5	LT 500kV - LT Jorge Teixeira / Lechuga, Circuito Duplo	Decreto Presidencial de 23 de junho de 2010 (publicado DOU 24.06.2010) Contrato de Concessão nº 009/2010-ANEEL (publicado DOU 26.07.2010)	12/07/2040	Amazonas
6	LT Porto Velho - Abunã - C2 - 230kV	Contrato de Concessão 022/2009 - RBTE - Rio Branco Transmissora de Energia S.A., de 19.11.2009 1º Termo Aditivo - RBTE de 26.09.2011. 2º Termo Aditivo - RBTE de 09.08.2012 Resolução Autorizativa nº 4.454 ANEEL de 03.12.2013, publicada no DOU de 10/12/2013, anui com transferência da RBTE para a Eletronorte.	19/11/2039	Rondônia e Acre
7	SE Nobres 230/138 kV	Contrato de Concessão 013/2011 de 09.12.2011	09/12/2041	Mato Grosso
8	SE Miramar 230/69 kV	Contrato de Concessão 012/2011 de 09.12.2011 1º Termo Aditivo de 11.03.2013	09/12/2041	Amazonas e Roraima
9	SE Lucas do Rio Verde 230/138 kV	Contrato de Concessão 004/2011 de 28.06.2011	28/06/2031	Mato Grosso
10	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3, 230 kV, 3x150 MVA	Contrato de Concessão nº 014/2012 de 07.05.2013	07/05/2043	Amazonas

2.2. Estação Transmissora de Energia S.A.

CONCESSÃO DA ESTAÇÃO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.

Item	Empreendimento	Documento de Autorização ou Concessão	Prazo de Concessão
1	Estação Conversora Corrente Alternada- CA / Corrente Contínua-CC do Bipolo no 1 na Subestação Coletora Porto Velho, em 500 kV CA/±600 kV CC, no Estado de Rondônia, e Inversora CC/CA do Bipolo no 1 na Subestação Araraquara 2, em ±600 kV CC/500 kV CA, no Estado de São Paulo	Contrato de Concessão nº 012/2009-ANEEL de 26/02/2009.	26/02/2039

2.3. Sociedades de Propósito Específico – SPE

2.3.1. Empreendimentos em parceria:

Considerando que a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.651, de 7 de abril de 2008, trouxe a possibilidade da Eletrobras, diretamente, ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, associar-se com ou sem aporte de recursos para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no Brasil ou no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob regime de concessão ou de autorização, a Companhia se associou a parceiros em SPEs para exploração de empreendimentos, conforme demonstrado a seguir:

2.3.1.1. Empreendimentos em Geração:

SPE	Características do empreendimento	Concessão		Em operação
		Início	Duração (anos)	
Amapari Energia S.A.	UTE Serra do Navio, com 23,30 MW de potência instalada	20/05/2008	29	Sim
Energética Águas da Pedra S.A.	UHE Dardanelos, com 261 MW de potência instalada	03/07/2007	35	Sim
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Miassaba 3, com 68,47 MW de potência instalada	20/08/2010	35	Não
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico com 58,45 MW de potência instalada	13/12/2010	35	Não
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Rei dos Ventos 3, com 60,12 MW de potência instalada	13/12/2010	35	Não
Norte Energia S.A.	UHE Belo Monte, com 11.233,1 MW de potência instalada, localizada no Rio Xingú	26/08/2010	35	Não

2.3.1.2. Empreendimentos em Transmissão:

SPE	Características do empreendimento	Concessão		Em operação
		Início	Duração (anos)	
AETE - Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	LT Coxipó-Cuiabá- Rondonópolis (MT), em 230 kV com 193 Km e SE Seccionadora Cuiabá	18/02/2004	30	Sim
BRASNORTE Transmissora de Energia S.A.	LT Jauru-Juba (MT) e Maggi - Nova Mutum (MT), ambas em 230 kV e com 402 km, SE Juba e SE Maggi - 230/138 kV	17/06/2008	30	Sim
INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	LT Colinas-Miracema-Gurupi-Peixe Nova Serra da Mesa 2 (TO/GO), em 500 kV com 695 Km SE Serra da mesa 2 e SE Peixe 2	27/04/2006	30	Sim
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	LT Jaurú - Cuiabá (MT), com 500 kv e com 348 Km e SE Jaurú, com 500/230 kV	19/11/2009	30	Sim
Manaus Transmissora de Energia S.A.	LT Oriximiná - Silves - Lechuga (PA/AM), em 500 kV, com 586 Km, SE Silves 500/138kv e SE Cariri 500/230 kv	16/10/2008	30	Sim
Estação Transmissora de Energia S.A.	stação Conversora 01 CA/CC, 500/±600 kV (Porto Velho-RO) e Estação Inversora 01 CA/CC, 600/±500 kV CC/500 kV (Araraquara-SP)	26/02/2009	30	Sim
Construtora Integração Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S/A	-	-	-
Manaus Construtora Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Manaus Transmissora de Energia S/A	-	-	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP), ±600 kV com 2.375 Km	26/02/2009	30	Não
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	LT Porto Velho - Samuel - Ariquemes - Ji-Paraná - Pimenta Bueno - Vilhena (RO), Jaurú (MT), com 987 Km, 230 kV	19/11/2009	30	Não
Transnorte Energia S.A.	LT Lechuga (AM) - Equador - Boa Vista (RR), com 500 kV e com 715 km, e SE Equador 500kv, SE Boa Vista 500/230 kv	25/01/2012	30	Não

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2.4. Prorrogação das Concessões de Serviço Público de Energia Elétrica – Lei nº 12.783/2013

Em 11 de janeiro de 2013, o Governo Federal emitiu a Lei nº 12.783/2013, regulamentada pelo Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, que dispõe sobre as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais, sobre a modicidade tarifária, e dá outras providências.

Por meio da aludida Lei, as concessões de energia elétrica, tratadas nos artigos 17, §5º, 19 e 22 da Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, cujos prazos de vencimento ocorreriam a partir de 2015, foram prorrogadas por mais 30 anos, conforme condições estabelecidas na referida Lei e nos respectivos aditivos aos Contratos de Concessão.

A prorrogação considerou a antecipação do vencimento dessas concessões e assinatura de Termos Aditivos aos respectivos Contratos de Concessão com o Poder Concedente estabelecendo as novas condições; e pressupôs a aceitação expressa dos critérios de remuneração, alocação da energia e padrões de qualidade, constantes da Lei, estando ainda prevista à indenização dos ativos ainda não amortizados ou depreciados com base no valor novo de reposição – VNR.

Adicionalmente, o MME e o Ministério da Fazenda - MF emitiram, em 1º de novembro de 2012, a Portaria Interministerial nº 580, que fixaram os valores das indenizações dos ativos de geração e transmissão afetados pela Medida Provisória, referenciados a preços de junho de 2012 e outubro de 2012, respectivamente. Sendo os valores de indenização dos ativos de geração ajustados em 29 de novembro de 2012, por meio da Portaria Interministerial nº 602.

A legislação prevê que as concessões de energia elétrica não prorrogadas por meio da aceitação das condições apresentadas pelo Poder Concedente, serão licitadas quando do encerramento do atual prazo (2015 – 2017), na modalidade leilão ou concorrência, por até trinta anos.

2.4.1. Impactos no negócio de geração e transmissão afetados diretamente pela Lei nº 12.783/2013

	Geração	Transmissão
Bens indenizados e seus valores e a indenizar	Ativos de geração (Projeto Básico) não amortizados até 31 de dezembro de 2012, pelos valores definidos nas Portarias nº 580 e nº 602 do MME supracitadas. As concessionárias deverão submeter à Aneel as informações complementares (posteriores ao Projeto Básico), necessárias para o cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis efetuados até 31 de dezembro de 2012, ainda não amortizados ou depreciados (modernizações e melhorias). Os normativos, objeto das tratativas realizadas nas audiências públicas, não trazem impacto a Companhia.	Ativos de transmissão adquiridos após 31 de maio de 2000 e até 31 de dezembro de 2012 não amortizados (RBNI), pelos valores definidos na Portaria nº 580 mencionada anteriormente. As concessionárias de transmissão deverão encaminhar à Aneel as informações relativas aos ativos adquiridos anteriormente a 31 de maio de 2000 (RBSE), ainda não depreciados ou amortizados, necessárias para o cálculo da indenização complementar, em prazo a ser definido pelo poder concedente, que quando homologada será paga em 30 anos. Os efeitos dos normativos, objeto das tratativas realizadas nas audiências públicas, estão descritas na nota 2.4.4.
Reajuste da Indenização	O valor da indenização será reajustado pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA (Artigo 3º da Portaria nº 580 supracitada) até a data do seu efetivo pagamento. A forma de pagamento solicitada pela Companhia, conforme facultado pelo Artigo 4º da Portaria nº 580 supracitada.	
Ativos adquiridos após 31 de dezembro de 2012	Os novos investimentos (reforços e melhorias) ocorridos após 31 de dezembro de 2012, desde que aprovados formalmente, deverão ser contemplados em tarifas futuras, sendo seu critério de remuneração ainda não definido.	
Mudanças em encargos do Setor	Redução ou eliminação dos seguintes encargos regulatórios: Reserva Global de Reversão – RGR, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Conta de Consumo de Combustíveis – CCC.	
Mudança no modelo de negócios	Alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa será calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%. Alocação das cotas de garantia física de energia e de potência das usinas hidrelétricas às concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional – SIN, a ser definida pela Aneel, que será destinada ao mercado regulado.	A tarifa (nova Receita Anual Permitida – RAP) será calculada de forma a cobrir os custos de operação e manutenção acrescida de remuneração, inicialmente de 10%.

Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, apresentadas para fins de comparação, houve efeitos significativos. Os efeitos oriundos destas alterações na Lei nº 12.783/2013 são como seguem:

2.4.2. Efeitos no resultado de 2012

Geração	**(99.105)**
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(77.552)
Contratos onerosos	(21.553)
Transmissão	**(608.586)**
Ganho (perda) com indenizações das concessões prorrogadas	(608.586)
Total	**(707.691)**

2.4.3. Efeitos patrimoniais da Lei nº 12.783 em 2012

	Saldos em 31/12/12 antes dos efeitos	Efeitos no resultado	Efeito de reclassificações	Atualização monetária da indenização	Total dos ativos (passivos) após impactos
Geração					
Imobilizado e intangível (*)	9.995.119	(77.552)	(35.492)	-	9.882.075
Indenização a receber		-	35.492	1.093	36.585
Contratos onerosos	(21.553)	(21.553)	-	-	(21.553)
Transmissão					
Ativo financeiro	8.141.067	(608.586)	(1.682.268)	-	5.850.213
Indenização a receber	-	-	1.682.268	33.647	1.715.915
Total	**18.114.633**	**(707.691)**	-	**34.740**	**17.463.235**

(*) Líquido de provisões para perdas ou recuperabilidade (*impairment*), quando aplicável.

Para fins de apresentação os ativos administrativos foram alocados nas atividades de geração.

2.4.4. Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000

A Companhia não realizou a baixa contábil do saldo do ativo financeiro, relativo aos ativos existentes em 31 de maio de 2000, face a previsão de indenização contida na Lei nº 12.783/2013 considerando a estimativa de prazo de amortização de 30 anos por entender que o Valor Novo de Reposição (VNR) é superior ao valor contábil.

A Lei nº 12.783/2013, em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, para as concessionárias que optarem pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica alcançadas pelo § 5º, art. 17, da Lei nº 9.074, de 1995, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Aneel.

Conforme determina o Despacho nº 155 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), de 23 de janeiro de 2013, os ativos não contemplados com indenização previstos no anexo II da Portaria Interministerial nº 580, de 1º de novembro de 2012, que se referem aos ativos não depreciados, existentes em 31 de maio de 2000, deverão ser mantidos no ativo até que esses investimentos sejam submetidos à avaliação e homologação da Aneel, quando, a partir desse momento, será constituído um contas a receber pelo valor homologado.

A Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, define os critérios para cálculo do VNR das instalações de transmissão para fins de indenização. Os valores dos ativos de transmissão abrangidos nessa situação correspondem, em 31 de dezembro de 2013, na controladora, o montante de R$ 1.732.910 (2012 – R$ 1.810.171), respectivamente, e foram determinados pela Administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, conforme descrito com base nas estimativas e premissas da Administração, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

2.4.4.1. Ativos de concessões prorrogadas cuja indenização ainda não foi homologada pelo Poder Concedente

	31/12/2013	31/12/2012
Transmissão		
Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)	1.732.910	1.810.171
Total	**1.732.910**	**1.810.171**

2.4.4.2. Indenizações previstas pela Lei nº 12.783/2013

	31/12/2013	31/12/2012
Saldo inicial	3.562.671	-
Constituição do direito à indenização	-	3.527.931
Transferências	(77.261)	-
Valores recebidos	(1.311.337)	-
Atualização monetária	83.497	34.740
Saldo final	**2.257.570**	**3.562.671**
(-) Circulante	(331.364)	(1.225.471)
Não circulante	1.926.206	2.337.200
	2.257.570	3.562.671

NOTA 3 – RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 24 de março de 2014.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas a seguir, sendo adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicados.

3.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme requerido nas normas contábeis vigentes.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 4.

3.1.1. Demonstrações financeiras individuais - Controladora

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, apresentadas sob o título de Controladora, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os investimentos da Companhia são registrados, de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), pelo seu valor de custo ou seu valor justo.

3.1.2. Demonstrações financeiras consolidadas – Consolidado

As demonstrações financeiras consolidadas, demonstradas sob o título de Consolidado, estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela CVM e os pronunciamentos do CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

Nestas demonstrações, a Companhia utiliza a data base de 30 de novembro de 2013 para fins de reconhecimento da equivalência patrimonial e consolidação das demonstrações financeiras das suas controladas e demais investidas, efetuando, quando necessário, ajustes dos eventos relevantes ocorridos no mês de dezembro subsequente, conforme apresentado na nota 3.2. As mesmas práticas foram adotadas para os exercícios comparativos.

3.1.3. Reclassificação e reapresentação das cifras comparativas

A Companhia passou a reconhecer em suas demonstrações financeiras consolidadas, a partir do exercício de 2013 e, consequentemente, dos períodos comparativos, os investimentos em empresas controladas em conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial e não mais por meio da consolidação proporcional, em conformidade com o previsto no CPC 19 (R2), e seu correspondente IAS 31.

A norma prevê uma abordagem mais realista para acordos em conjunto ao focar nos direitos e obrigações do acordo, em vez de sua forma jurídica. Há dois tipos de acordos em conjunto: (i) operações em conjunto - que ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos e obrigações contratuais e como consequência contabilizará sua parcela nos ativos, passivos, receitas e despesas; e (ii) controle compartilhado - ocorre quando um operador possui direitos sobre os ativos líquidos do contrato e contabiliza o investimento pelo método de equivalência patrimonial. O método de consolidação proporcional não será mais permitido quando caracterizado controle em conjunto.

Adicionalmente, para fins de comparabilidade com o período atual, foram realizados ajustes nas demonstrações financeiras dos exercícios de 2012 e 2011 devido à reclassificação de saldos.

Essas alterações foram aplicadas retroativamente a 1º de janeiro de 2012, com alterações dos saldos conforme a seguir:

(i) Balanço patrimonial individual

ATIVO	31/12/2012			01/01/2012		
	Apresentado (*)	Ajustes (**)	Reapresentado	Apresentado (*)	Ajustes (**)	Reapresentado
Caixa e equivalente de caixa	367.539	-	367.539	197.898	-	197.898
Títulos e valores mobiliários	722.818	-	722.818	763.401	-	763.401
Clientes	604.635	(79.368)	525.267	1.017.631	(88.694)	928.937
Indenização de concessões	1.225.471	-	1.225.471	-	-	-
Ativo financeiro concessões de serviço público	189.151	-	189.151	554.294	-	554.294
Impostos e contribuições sociais	219.946	-	219.946	82.525	-	82.525
Direito de ressarcimento	143.582	79.368	222.950	311.170	88.694	399.864
Almoxarifado	57.231	-	57.231	51.423	-	51.423
Instrumentos financeiros derivativos	249.265	-	249.265	191.919	-	191.919
Outros ativos	169.442	-	169.442	131.003	-	131.003
ATIVO CIRCULANTE	**3.949.080**	-	**3.949.080**	**3.301.264**	-	**3.301.264**
Títulos e valores mobiliários	222	-	222	950	-	950
Clientes	57.629	-	57.629	-	-	-
Indenização de concessões	527.029	-	527.029	-	-	-
Ativo financeiro concessões de serviço público	2.118.248	-	2.118.248	4.010.922	-	4.010.922
Impostos e contribuições sociais	85.116	-	85.116	110.339	-	110.339
Instrumentos financeiros derivativos	223.099	-	223.099	185.031	-	185.031
Cauções e depósitos vinculados	534.337	-	534.337	446.906	-	446.906
Adiantamentos para futuro aumento de capital	52.216	-	52.216	246.162	-	246.162
Crédito junto à Ceron	1.052.533	-	1.052.533	701.577	-	701.577
Outros ativos	179	-	179	165.454	-	165.454
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**4.650.608**	-	**4.650.608**	**5.867.341**	-	**5.867.341**
Investimentos	2.607.297	(47.001)	2.560.296	1.644.551	-	1.644.551
Imobilizado	8.321.415	-	8.321.415	9.442.600	-	9.442.600
Intangível	14.655	-	14.655	20.158	-	20.158
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**15.593.975**	**(47.001)**	**15.546.974**	**16.974.650**	-	**16.974.650**
TOTAL	**19.543.055**	**(47.001)**	**19.496.054**	**20.275.914**	-	**20.275.914**

(*) Saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(**) A Companhia procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações: (i) reclassificação do saldo de "Clientes" para "Direito de ressarcimento", no circulante, no montante de R$ 79.368; (ii) ajuste no saldo de "investimentos", no montante de R$ 27.240, referente a avaliação patrimonial ocorrida Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.; (iii) ajuste no saldo de "investimentos", no montante de R$ 19.761, referente ao reconhecimento da opção de conversão em ações das debêntures pela controlada Estação Transmissora de Energia S.A., assim como os efeitos tributários diferidos desta operação. Os ajustes (ii) e (iii) totalizam R$ 47.001 de efeito líquido sobre o saldo reapresentado.

PASSIVO	31/12/2012		
	Apresentado (*)	Ajustes (**)	Reapresentado
Fornecedores	646.415	-	646.415
Financiamentos e empréstimos	457.908	-	457.908
Impostos e contribuições sociais	57.314	-	57.314
Remuneração aos acionistas	647	-	647
Obrigações estimadas	346.632	-	346.632
Encargos setoriais	218.610	-	218.610
Instrumentos financeiros derivativos	185.031	-	185.031
Adiantamento de clientes	45.583	-	45.583
Outros passivos	354.045	-	354.045
PASSIVO CIRCULANTE	**2.312.185**	-	**2.312.185**
Financiamentos e empréstimos	4.221.480	-	4.221.480
Impostos e contribuições sociais	36.827	-	36.827
Provisões para riscos	941.513	-	941.513
Encargos setoriais	18.501	-	18.501
Instrumentos financeiros derivativos	223.099	-	223.099
Adiantamento de clientes	830.234	-	830.234
Adiantamentos para futuro aumento de capital	218.104	-	218.104
Benefícios pós-emprego	52.312	-	52.312
Outros passivos	88.794	-	88.794
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**6.630.864**	-	**6.630.864**
Capital social	9.326.355	-	9.326.355
Reserva de capital	2.011.460	-	2.011.460
Reserva de lucros	25.708	(25.708)	-
Outros resultados abrangentes	(49.837)	-	(49.837)
Prejuízos acumulados	(713.680)	(21.293)	(734.973)
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**10.600.006**	**(47.001)**	**10.553.005**
TOTAL	**19.543.055**	**(47.001)**	**19.496.054**

(*) Saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(**) A Companhia procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações: (i) reclassificação do saldo de "Reserva de Lucros" para "Prejuízos Acumulados" para absorção do prejuízo apurado no exercício de 2012, no montante de R$ 25.708; (ii) ajuste no saldo de "Prejuízos Acumulados", no montante de R$ 27.240, referente a avaliação patrimonial ocorrida na controlada em conjunto Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.; (iii) ajuste no saldo de "Prejuízos Acumulados", no montante de R$ 19.761, referente ao reconhecimento da opção de conversão em ações das debêntures pela controlada Estação Transmissora de Energia S.A., assim como os efeitos tributários diferidos desta operação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(ii) Balanço patrimonial consolidado

ATIVO	31/12/2012				01/01/2012			
	Apresentado (*)	Efeito da consolidação proporcional	Ajuste (**)	Reapresentado	Apresentado (*)	Efeito da consolidação proporcional	Ajuste (**)	Reapresentado
Caixa e equivalente de caixa	758.161	(335.143)	-	423.018	626.891	(269.097)	-	357.794
Títulos e valores mobiliários	761.966	(39.148)	-	722.818	892.479	(129.078)	-	763.401
Clientes	609.369	(4.321)	(79.368)	525.680	702.912	(3.069)	(88.694)	611.149
Indenização de concessões	1.225.471	-	-	1.225.471	-	-	-	-
Ativo financeiro-concessão de serviço público	275.260	(86.109)	-	189.151	620.291	(65.997)	-	554.294
Impostos e contribuições sociais	235.407	(12.648)	-	222.759	90.303	(5.008)	-	85.295
Direito de ressarcimento	143.582	-	79.368	222.950	316.981	(163)	88.694	405.512
Almoxarifado	58.276	(1.045)	-	57.231	54.369	(1.045)	-	53.324
Instrumentos financeiros derivativos	250.349	(1.084)	-	249.265	191.919	-	-	191.919
Outros ativos	186.824	(15.164)	-	171.660	101.112	(4.964)	-	96.148
ATIVO CIRCULANTE	**4.504.665**	**(494.662)**	-	**4.010.003**	**3.597.257**	**(478.421)**	-	**3.118.836**
Títulos e valores mobiliários	4.034	(3.812)	-	222	950	-	-	950
Clientes	57.629	-	-	57.629	2.997	-	-	2.997
Indenização de concessões	527.029	-	-	527.029	-	-	-	-
Ativo financeiro-concessão de serviço público	5.574.953	(1.646.606)	-	3.928.347	6.584.252	(1.157.776)	-	5.426.476
Impostos e contribuições sociais	181.954	(50.454)	10.180	141.680	169.039	(36.130)	-	132.909
Instrumentos financeiros derivativos	223.099	-	-	223.099	185.031	-	-	185.031
Cauções e depósitos vinculados	542.098	(5.586)	-	536.512	452.615	(4.471)	-	448.144
Adiantamentos para futuro aumento de capital	-	52.216	-	52.216	-	28.833	-	28.833
Crédito junto à Ceron	1.052.533	-	-	1.052.533	701.577	-	-	701.577
Outros ativos	10.736	(10.558)	-	178	173.057	(4.702)	-	168.355
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	**8.174.065**	**(1.664.800)**	**10.180**	**6.519.445**	**8.269.518**	**(1.174.246)**	-	**7.095.272**
Investimentos	235.565	1.513.465	(27.240)	1.721.790	202.454	886.793	-	1.089.247
Imobilizado	9.834.506	(1.512.976)	-	8.321.530	9.943.329	(492.971)	-	9.450.358
Intangível	47.569	(32.914)	-	14.655	56.019	(29.583)	-	26.436
ATIVO NÃO CIRCULANTE	**18.291.705**	**(1.697.225)**	**(17.060)**	**16.577.420**	**18.471.320**	**(810.007)**	-	**17.661.313**
TOTAL	**22.796.370**	**(2.191.887)**	**(17.060)**	**20.587.423**	**22.068.577**	**(1.288.428)**	-	**20.780.149**

(*) Saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(**) A Companhia procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações: (i) reclassificação do saldo de "Clientes" para "Direito de ressarcimento", no circulante, no montante de R$ 79.368; (ii) ajuste no saldo de investimentos, no montante de R$ 27.240, referente a avaliação patrimonial ocorrida na controlada em conjunto Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.; (iii) ajuste no saldo de impostos e contribuições sociais, no montante de R$ 10.180, referente ao reconhecimento da opção de conversão em ações das debêntures pela controlada Estação Transmissora de Energia S.A., assim como os efeitos tributários diferidos desta operação. Os ajustes (ii) e (iii) totalizam R$ 17.060 de efeito líquido sobre o saldo reapresentado.

PASSIVO	31/12/2012				01/01/2012		
	Apresentado (*)	Efeito da consolidação proporcional	Ajustes (**)	Reapresentado	Apresentado (*)	Efeito da consolidação proporcional	Reapresentado
Fornecedores	1.019.079	(340.756)	-	678.323	939.750	(247.795)	691.955
Financiamentos e empréstimos	931.204	(419.074)	-	512.130	1.121.046	(625.745)	495.301
Debêntures	1.305	-	-	1.305	-	-	-
Impostos e contribuições sociais	75.123	(11.874)	-	63.249	87.260	(6.316)	80.944
Remuneração aos acionistas	647	-	-	647	18.293	-	18.293
Obrigações estimadas	349.688	(2.834)	-	346.854	225.227	(1.773)	223.454
Encargos setoriais	220.874	(2.264)	-	218.610	245.454	(741)	244.713
Instrumentos financeiros derivativos	185.031	726	726	185.757	269.718	(8.229)	261.489
Adiantamento de clientes	45.583	-	-	45.583	44.098	-	44.098
Outros passivos	362.022	(7.961)	-	354.061	132.624	(3.987)	128.637
PASSIVO CIRCULANTE	**3.190.556**	**(784.037)**	**726**	**2.406.519**	**3.083.470**	**(894.586)**	**2.188.884**
Financiamentos e empréstimos	6.389.825	(1.337.730)	-	5.052.095	5.166.313	(356.139)	4.810.174
Debêntures	68.015	-	-	68.015	-	-	-
Impostos e contribuições sociais	143.910	(38.185)	-	105.725	62.923	(18.811)	44.112
Obrigações estimadas	-	-	-	-	138.015	-	138.015
Provisões para riscos	941.805	-	-	941.805	927.858	(75)	927.783
Encargos setoriais	18.501	-	-	18.501	20.239	-	20.239
Instrumentos financeiros derivativos	223.099	-	29.215	252.314	185.031	-	185.031
Adiantamento de clientes	830.234	-	-	830.234	879.452	-	879.452
Adiantamentos para futuro aumento de capital	218.104	-	-	218.104	1.127.731	-	1.127.731
Benefícios pós-emprego	52.312	-	-	52.312	60.234	-	60.234
Concessões a pagar - Uso do bem público	30.734	(30.734)	-	-	28.974	(28.974)	-
Outros passivos	89.269	(475)	-	88.794	128.352	10.157	138.509
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	**9.005.808**	**(1.407.124)**	**29.215**	**7.627.899**	**8.725.122**	**(393.842)**	**8.331.280**
Capital social	9.326.355	-	-	9.326.355	8.200.406	-	8.200.406
Reserva de capital	2.011.460	-	-	2.011.460	2.011.460	-	2.011.460
Reserva de lucros	25.708	-	(25.708)	-	50.685	-	50.685
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	50.200	-	50.200
Outros resultados abrangentes	(49.837)	-	-	(49.837)	(52.766)	-	(52.766)
Prejuízo acumulado	(713.680)	-	(21.293)	(734.973)	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**10.600.006**	-	**(47.001)**	**10.553.005**	**10.259.985**	-	**10.259.985**
TOTAL	**22.796.370**	**(2.191.161)**	**(17.060)**	**20.587.423**	**22.068.577**	**(1.288.428)**	**20.780.149**

(*) Saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(**) A Companhia procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações: (i) reclassificação do saldo de "Reserva de Lucros" para "Prejuízos Acumulados" para absorção do prejuízo apurado no exercício de 2012, no montante de R$ 25.708; (ii) ajuste no saldo de "Prejuízos Acumulados", no montante de R$ 27.240, referente a avaliação patrimonial ocorrida na controlada em conjunto Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.; (iii) ajuste no saldo de "Instrumentos Financeiros Derivativos", nos montantes de R$ 726 no passivo circulante e R$ 29.215 no passivo não circulante, referente ao reconhecimento da opção de conversão em ações das debêntures pela controlada Estação Transmissora de Energia S.A., assim como os efeitos tributários diferidos desta operação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(ii) Demonstração do resultado individual

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2012		
	Apresentado (*)	Ajustes (**)	Reapresentado
Receita operacional líquida	4.479.552	-	4.479.552
Custo operacional	(2.361.082)	-	(2.361.082)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**2.118.470**	-	**2.118.470**
Despesa operacional	(1.910.054)	-	(1.910.054)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	**208.416**	-	**208.416**
Resultado de participações societárias	(34.626)	(47.001)	(81.627)
Resultado financeiro	(201.450)	-	(201.450)
Perda com idenizações das concessões	(686.138)	-	(686.138)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**(713.798)**	**(47.001)**	**(760.799)**
Imposto de renda e contribuição social	(24.859)	-	(24.859)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**(738.657)**	**(47.001)**	**(785.658)**

(*) Saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(**) A Companhia procedeu aos seguintes ajustes: (i) ajuste no saldo de "resultado de participações societárias", no montante de R$ 27.240, referente a avaliação patrimonial ocorrida na controlada em conjunto Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.; (ii) ajuste no saldo de "resultado de participações societárias", no montante de R$ 19.761, referente ao reconhecimento da opção de conversão em ações das debêntures pela controlada Estação Transmissora de Energia S.A., assim como os efeitos tributários diferidos desta operação. Os ajustes (ii) e (iii) totalizam R$ 47.001 de efeito líquido sobre o saldo reapresentado.

(iii) Demonstração do resultado consolidado

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	31/12/2012			
	Apresentado (*)	Efeito da consolidação proporcional	Ajustes (**)	Reapresentado
Receita operacional líquida	5.577.236	(552.248)	-	5.024.988
Custo operacional	(3.219.223)	437.478	-	(2.781.745)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	**2.358.013**	**(114.770)**	-	**2.243.243**
Despesa operacional	(2.012.793)	11.318	-	(2.001.475)
RESULTADO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA	**345.220**	**(103.452)**	-	**241.768**
Resultado de participações societárias	4.171	40.154	(27.240)	17.085
Resultado financeiro	(357.962)	59.977	(29.941)	(327.926)
Perda com idenizações das concessões	(686.138)	-	-	(686.138)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	**(694.709)**	**(3.321)**	**(57.181)**	**(755.211)**
Imposto de renda e contribuição social	(43.948)	3.321	10.180	(30.447)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**(738.657)**	-	**(47.001)**	**(785.658)**

(*) Saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(**) A Companhia procedeu aos seguintes ajustes: (i) ajuste no saldo de "resultado de participações societárias", no montante de R$ 27.240, referente a avaliação patrimonial ocorrida na controlada em conjunto Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.; (ii) ajuste no saldo de "resultado financeiro", no montante de R$ 29.941, referente ao reconhecimento da opção de conversão em ações das debêntures pela controlada Estação Transmissora de Energia S.A., assim como os efeitos tributários diferidos desta operação, no montante de R$ 10.180. Os ajustes (ii) e (iii) totalizam R$ 47.001 de efeito líquido sobre o saldo reapresentado.

(iv) Demonstração dos fluxos de caixa individual

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	31/12/2012		
	Apresentado (*)	Reclassificações (**)	Reapresentado
Caixa líquido das atividades operacionais	1.285.340	274.594	1.559.934
Caixa líquido das atividades de financiamento	(115.234)	-	(115.234)
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.000.465)	(274.594)	(1.275.059)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	**169.641**	-	**169.641**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	197.898	-	197.898
Caixa e equivalente de caixa no final do período	367.539	-	367.539

(*) Saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(**) A Companhia procedeu aos seguintes ajustes: (i) ajuste no saldo de "resultado de participações societárias", no montante de R$ 27.240, referente a avaliação patrimonial ocorrida na controlada em conjunto Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.; (ii) ajuste no saldo de "resultado de participações societárias", no montante de R$ 19.761, referente ao reconhecimento da opção de conversão em ações das debêntures pela controlada Estação Transmissora de Energia S.A., assim como os efeitos tributários diferidos desta operação. Estes ajustes foram realizados no "fluxo de caixa das atividades operacionais" e seu efeito líquido, por classe de atividade, na DFC é nulo. Ademais, efetuou reclassificação no montante de R$ 259.587, do grupo de atividade de investimentos para o grupo de atividade operacional, referente a venda do investimento da Boa Vista Energia S.A. para a Eletrobras.

(v) Demonstração dos fluxos de caixa consolidado

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	31/12/2012		
	Apresentado (*)	Efeito da consolidação proporcional	Reapresentado
Caixa líquido das atividades operacionais	1.101.217	490.110	1.591.327
Caixa líquido das atividades de financiamento	924.503	(770.408)	154.095
Caixa líquido das atividades de investimentos	(1.894.450)	273.309	(1.621.141)
Aumento (redução) no caixa e equivalente de caixa	**131.270**	**(6.989)**	**124.281**
Caixa e equivalente de caixa no início do período	626.891	(269.097)	357.794
Caixa e equivalente de caixa no final do período	758.161	(276.086)	482.075

(*) Saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(**) A Companhia procedeu aos seguintes ajustes: (i) ajuste no saldo de "resultado de participações societárias", no montante de R$ 27.240, referente a avaliação patrimonial ocorrida na controlada em conjunto Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.; (ii) ajuste no saldo de "resultado financeiro", no montante de R$ 29.941, referente ao reconhecimento da opção de conversão em ações das debêntures pela controlada Estação Transmissora de Energia S.A., assim como os efeitos tributários diferidos desta operação, no montante de R$ 10.180. Estes ajustes foram realizados no "fluxo de caixa das atividades operacionais" e seu efeito líquido, por classe de atividade, na DFC é nulo.

(vi) Demonstração do valor adicionado individual

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31/12/2012		
	Apresentado (*)	Ajustes (**)	Reapresentado
Geração do valor adicionado	5.060.732	-	5.060.732
Insumos adquiridos de terceiros	(1.391.775)	(2.011)	(1.393.786)
Retenções	(1.854.245)	-	(1.854.245)
Valor adicionado líquido	**1.814.712**	**(2.011)**	**1.812.701**
Valor adicionado recebido em transferência	**397.517**	(47.001)	**350.516**
Distribuição do valor adicionado	**2.212.229**	(49.012)	**2.163.217**

(*) Saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(**) A Companhia procedeu aos seguintes ajustes e reclassificações: (i) reclassificação no montante de R$ 2.011 entre "insumos adquiridos de terceiros" e "valor adicionado recebido em transferência" para uniformização dos planos de contas entre a Companhia e sua Controladora, Eletrobras; (ii) ajuste no saldo de "distribuição do valor adicionado", no montante de R$ 27.240, referente a avaliação patrimonial ocorrida na controlada em conjunto Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.; (ii) ajuste no saldo de "distribuição do valor adicionado" no montante de R$ 19.761, referente ao reconhecimento da opção de conversão em ações das debêntures pela controlada Estação Transmissora de Energia S.A., assim como os efeitos tributários diferidos desta operação. Os ajustes (ii) e (iii) totalizam R$ 49.012 de efeito líquido sobre o saldo reapresentado.

(vii) Demonstração do valor adicionado consolidado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31/12/2012			
	Apresentado (*)	Efeito da consolidação proporcional	Ajustes (**)	Reapresentado
Geração do valor adicionado	6.162.763	(560.293)	-	5.602.470
Insumos adquiridos de terceiros	(2.227.196)	434.558	-	(1.792.638)
Retenções	(1.861.385)	332	-	(1.861.053)
Valor adicionado líquido	**2.074.182**	**(125.403)**	-	**1.948.779**
Valor adicionado recebido em transferência	**477.926**	27.536	(27.240)	**478.222**
Distribuição do valor adicionado	**2.552.108**	(97.867)	(27.240)	**2.427.001**

(*) Saldos apresentados nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

(**) A Companhia procedeu aos seguintes ajustes: (i) ajuste no saldo de "distribuição do valor adicionado", no montante de R$ 27.240, referente à avaliação patrimonial ocorrida na controlada em conjunto Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

3.2. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas vigentes e incluem as da Eletronorte e da Estação Transmissora de Energia S.A., da qual a Companhia detém o controle acionário. As Companhias Rio Branco Transmissora de Energia S.A. e Boa Vista Energia S.A., enquanto representavam investimentos da Companhia também foram consolidadas. Para fins de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações societárias conforme quadro a seguir:

Empresas	Participação (%)		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Amapari Energia S.A.	49,00	49,00	49,00
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	49,00	49,00
Boa Vista Energia S.A. (**)	-	-	100,00
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	49,71	49,71
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50	24,50
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50	24,50
Construtora Integração Ltda	24,50	24,50	24,50
Companhia Energética Sinop	24,50	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	24,50	24,50
Estação Transmissora de Energia S.A.	100,00	100,00	100,00
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	37,00	37,00
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	49,00	49,00	49,00
Manaus Construtora Ltda	30,00	30,00	30,00
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	30,00	30,00
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	24,50	24,50	24,50
Norte Energia S.A.	19,98	19,98	19,98
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50	24,50
Rio Branco Transmissora de Energia S.A. (*)	100,00	100,00	100,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	49,00	49,00
Transnorte Energia S.A.	49,00	49,00	49,00

(*) A Rio Branco Transmissora de Energia foi incorporada a Companhia em 30 de dezembro de 2013, conforme descrito na nota 19.4.2.

(**) A Boa Vista de Energia foi vendida à Eletrobras em 31 de outubro de 2012, conforme descrito na nota 19.4.3.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Durante o mês de dezembro de 2013, a controlada Estação Transmissora de Energia S.A. efetuou a quitação do contrato de financiamento junto à Companhia, no montante de R$ 104.418. Além disso, esta controlada reconheceu perdas com derivativos no montante líquido de R$ 39.563.

Estes eventos relevantes foram ajustados no processo de consolidação destas demonstrações financeiras.

3.2.1. Políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

3.2.1.1. Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Controladora tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto atualmente exercíveis ou conversíveis são considerados quando se avalia se a Controladora determina a gestão em outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Controladora. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controle termina.

Transações entre Companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Em dezembro de 2013, apenas a Estação Transmissora de Energia S.A. é controlada pela Companhia, portanto, suas informações financeiras e contábeis estão apresentadas neste relatório por meio da consolidação das demonstrações financeiras.

3.2.1.2. Controladas em conjunto

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da controladora as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.2.1.3. Coligadas

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia possui influência significativa e que não se configura como uma controlada e nem como uma participação em empreendimento com sob controle comum.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as informações financeiras de coligada são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.2.2. Participação direta da Companhia

Os balanços patrimoniais e as demonstrações dos resultados das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial, devem ser levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, ainda de acordo com os citados pronunciamentos, tornou-se necessária a utilização de demonstrações com defasagem de até 30 dias, acompanhadas de ajustes pertinentes, quando da ocorrência de eventos e transações relevantes entre as datas das demonstrações não coincidentes. Desta forma, para fins de consolidação e cálculo de equivalência patrimonial, foram utilizadas as demonstrações financeiras das investidas de 30 de novembro de 2013.

3.2.3. Principais práticas de consolidação

a) Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas controladas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

b) Eliminação dos saldos das contas e transações entre a controladora e as suas controladas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

c) Eliminação das transações de resultado das operações realizadas e o resultado de equivalência patrimonial entre a controladora e as suas controladas.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

3.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas investidas atuam. A moeda funcional da Companhia e suas investidas é o Real (R$) e as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, são apresentadas em milhares de reais.

3.3.2. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como Variação Cambial em conta de resultado financeiro (nota 35).

3.4. Conta movimento e aplicações financeiras

3.4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor (nota 6).

3.4.2. Títulos e valores mobiliários

São aqueles com vencimentos definidos e mantidos para negociação a curto e médio prazos, com seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável (nota 7).

3.5. Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da prestação de serviços, da venda de energia elétrica e da disponibilização no sistema de transmissão operado pela Companhia e suas investidas, no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (nota 8).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2).

3.6. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio das aquisições, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização (nota 13).

3.7. Cauções e depósitos vinculados

São depósitos judiciais que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judiciais, realizados em moeda corrente, com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Tais depósitos estão avaliados pelo valor original, acrescido de juros e atualização monetária, com base nos dispositivos legais, e ajustados por provisão para perdas na realização, quando aplicáveis (nota 16).

3.8. Investimentos

Os investimentos da Companhia em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados e registrados pelo método da equivalência patrimonial, reconhecidos inicialmente ao custo, e as variações no resultado do exercício, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido, conforme aplicável (nota 19).

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo amortizado, ou seja, pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação (nota 20).

Os terrenos não são depreciáveis. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas e demais instalações, quando aplicável, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas Unidades de Cadastro (UC) que compõem os empreendimentos. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota 20.2.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas ou despesas operacionais na demonstração do resultado.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos, utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (nota 20.6).

3.10. Ativo financeiro - Concessão do serviço público

A Companhia e suas investidas reconhecem um crédito junto ao Poder Concedente quando possuem direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão (nota 10).

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante, considerando a expectativa de recebimento dos valores envolvidos, tendo como base a data do final das concessões.

O ativo é apresentado liquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos, utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos.

3.11. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia e suas investidas compreendem basicamente gastos específicos associados à aquisição de direitos (softwares), acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável (nota 21).

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos de aquisição e implantação, que são diretamente atribuíveis aos projetos e aos testes de produtos de softwares identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

– é tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo;

– a Administração pretende concluir o software para usá-lo ou vendê-lo;

– o software pode ser vendido ou usado;

– o software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;

– estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software; e

– o gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Nos custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados na implantação de softwares e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com aquisição e implantação de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas descritas na nota 21.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.12. Gastos com estudos e projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamentos hidrelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional no momento em que ocorrem até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão e/ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos recuperáveis passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 15% e adicional de 10%, quando aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas de CSLL e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O CPC 32 estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O passivo do IRPJ e da CSLL diferidos é integralmente reconhecido, enquanto que o ativo depende da expectativa de realização.

3.14. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.14.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não possuem cotação em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas investidas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber, valores a receber de empresas ligadas e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.14.2 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado ou financiamentos e empréstimos.

a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação no curto prazo ou designados ao valor justo por meio do resultado.

b) Financiamentos e empréstimos

Os financiamentos e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos decorrentes da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

c) Outros passivos financeiros

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até à data do balanço (custo amortizado).

3.14.3 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, swaps de taxa de juros e de moedas. A nota 14 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

3.14.3.1. Derivativos embutidos

A Companhia faz uso de derivativos embutidos vinculados a contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com clientes do setor de alumínio (notas 14.1 e 29).

A Estação Transmissora de Energia S.A. firmou contrato de emissão de debêntures em junho de 2011. O contrato possui cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia a critério da SUDAM, assim, também fazendo uso de derivativo embutido (notas 14.2).

Os derivativos embutidos em contratos principais, não derivativos, são tratados como um derivativo separadamente quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.15. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações provenientes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável (nota 22).

3.16. Remuneração aos acionistas

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de Acionistas, sendo registrados no Patrimônio Líquido em conta específica denominada Dividendos Adicionais Propostos (nota 25).

3.17. Provisões para riscos

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Companhia e suas investidas têm uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (nota 27).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.18. Obrigações com empregados

3.18.1. Benefícios pós-emprego (Plano de suplementação de aposentadoria)

A Companhia participa de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego (nota 31).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício, definido na data do balanço, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional, referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, no período em que ocorrem.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia e suas investidas paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada aos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, a Companhia e suas investidas não tem outras obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

3.18.2. Incentivo ao desligamento de pessoal

A Companhia possui programas de incentivo ao desligamento voluntário em andamento, que preveem o pagamento de indenizações como reconhecimento ao tempo de trabalho, aos empregados que aderiram aos programas (nota 26.1).

3.18.3. Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece algumas vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: (i) programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes; e (ii) apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados (nota 31).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.19. Adiantamentos de clientes

Os valores antecipados por clientes, por conta de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo, foram registrados parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante (nota 29).

3.20. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data da formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajustes a valor presente, quando aplicável.

3.21. Capital social

As ações ordinárias sem valor nominal são classificadas no patrimônio líquido (nota 32.1).

3.22. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação, recebido ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas investidas.

A Companhia e suas investidas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A Companhia e suas investidas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita é apresentada líquida dos impostos na controladora e nas suas controladas, após a eliminação das receitas entre empresas do grupo para fins de consolidação e estão detalhadas na nota 33.

3.22.1. Receita operacional

A Companhia, suas investidas atuam no mercado de energia elétrica e reconhecem a receita no momento em que uma das empresas entrega o produto ou presta o serviço.

3.22.2. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia e suas investidas reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira (nota 35).

3.23 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para análise de eventual reversão ou complemento do *impairment* na data de apresentação do relatório.

3.24. Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações em circulação. O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, de acordo com o CPC 41 (nota 37).

3.25. Apresentação de informações por segmento

As informações por segmento operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada de decisões estratégicas da Companhia (nota 38).

NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e suas investidas, decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado.

As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

Na preparação das presentes demonstrações financeiras da controladora e consolidado, a Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas investidas, a materialização sobre o valor contábil de ativos, passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas investidas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

4.1. Tributos diferidos

O método para apuração e contabilização do IRPJ e CSLL passivos é aplicado para determinação do IRPJ e CSLL diferidos, gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais e para compensação com prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e reconhecidos utilizando-se as alíquotas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela Administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (nota 11.2).

4.2. Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia e de suas investidas adotam variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem eventualmente não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela Aneel, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas investidas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa, de acordo com o novo marco regulatório, utilizando-se o VNR como parâmetro, sendo que, nos casos em que não houve determinação do valor final pelo regulador, foi utilizado o VNR ou o saldo contábil, entre os dois, o menor.

4.3. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas investidas reconhecem a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela Aneel, limitadas ao prazo da concessão das usinas e demais instalações, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário (nota 20.2).

4.4. Ativo financeiro – concessão do serviço público

A Companhia adotou a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e do novo marco regulatório, adotou a premissa de que será indenizada pela Rede Básica de Instalações Existentes - RBSE e investimentos posteriores (notas 3.10 e 10) de acordo com o determinado na Lei nº 12.783/2013.

As premissas utilizadas pela Companhia e pelas investidas para determinação do ativo financeiro de transmissão foram as seguintes:

a) Ativo financeiro indenizável - a Companhia e suas investidas reconheceram em suas demonstrações financeiras o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo financeiro, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela Aneel, tendo como base o VNR ou o valor contábil, entre os dois, o menor.

b) Ativo financeiro amortizável pela RAP – as adições decorrentes das novas construções e/ou ampliações da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo financeiro.

c) Remuneração do ativo financeiro – a Companhia e suas investidas reconheceram em suas demonstrações financeiras, a título de receita operacional, valor calculado sobre recebíveis registrados como ativo financeiro (antigo Imobilizado), com base em taxa apurada, conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica (nota 33).

d) Receita de O&M – a Companhia e suas investidas reconheceram em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M), considerando os valores realizados de pessoal, material, serviços e outros (PMSO) no período, acrescidos das taxas de PIS/PASEP e COFINS e das taxas referentes a encargos regulatórios (RGR, taxa de fiscalização e P&D) (notas 33 e 34).

e) Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção – a Companhia e suas investidas reconheceram em suas demonstrações financeiras margem de lucro zero sobre os valores registrados a título de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição principal de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento onde o retorno ocorre através do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP).

4.5. Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas investidas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.6. Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam várias premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (nota 31).

As investidas não possuem benefícios pós-emprego.

4.7. Incentivo ao desligamento de pessoal

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a empregados, a Companhia mantém provisão, mensurada pelo valor presente dos gastos necessários para fazer face às indenizações previstas nos programas de incentivo ao desligamento voluntário, instituídos nos exercícios anteriores (nota 26.1).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4.8. Provisão para riscos

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota 27). As provisões são julgadas pela Administração da Companhia e de suas investidas como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza.

4.9. Compensação socioambiental

Para efeitos de registro contábil dos custos socioambientais relacionados à construção de empreendimentos de geração de energia elétrica, os quais serão desembolsados no futuro durante o prazo da concessão, a geradora deve elaborar a melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente. Esse valor é registrado como custo do ativo imobilizado e depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, caso a Administração identifique que a estimativa inicial desses custos deverá sofrer ajustes relevantes para mais ou para menos ou por reversão do ajuste a valor presente, a provisão deve ser ajustada em contrapartida ao ativo imobilizado, na conta que recebeu o débito original. O empreendimento relacionado é a expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (nota 30.3).

NOTA 5 – NOVOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELO IASB

As seguintes normas, alterações e interpretações de normas foram emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, mas não estão em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

5.1. Aplicáveis em/ou a partir de 01 de janeiro de 2014:

IAS 32 – Compensação de ativos e passivos financeiros – divulgação (alteração) – estas revisões explicam o significado de "atualmente tem o direito legal de compensação". As revisões também esclarecem a adoção dos critérios de compensação da IAS 32 para os sistemas de liquidação (como os sistemas de câmaras de liquidação) que aplicam mecanismos brutos de liquidação que não são simultâneos.

Essas alterações estão sob a análise da Administração na avaliação dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

IAS 36 – Redução no valor recuperável de ativo (alteração) – introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento.

Essas alterações estão sob a análise da Administração na avaliação dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração (alteração) – clarifica que não há necessidade de descontinuar o hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições.

Essas alterações estão sob a análise da Administração na avaliação dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12- Divulgação de participações em outras entidades e IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (alteração) – as alterações à IFRS 10 definem uma entidade de investimento e exigem que a entidade que reporta e que se enquadra na definição de uma entidade de investimento não consolide suas controladas, mas, em vez disso, mensure suas controladas pelo valor justo através do resultado em suas demonstrações financeiras consolidadas e separadas.

Para se caracterizar como entidade de investimento, uma entidade que reporta deve:

– obter recursos de um ou mais investidores com o objetivo de prestar-lhes serviços profissionais de gestão de investimentos.

– comprometer-se com seu(s) investidor(es) de que seu objeto social é o investimento de recursos somente para obter retornos sobre a valorização do capital e a receita de investimento, ou os dois.

– mensurar e avaliar o desempenho de substancialmente todos os seus investimentos com base no valor justo.

Foram feitas alterações decorrentes à IFRS 12 e à IAS 27 para introduzir novas exigências de divulgação para entidades de investimento.

Essas alterações estão sob a análise da Administração na avaliação dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

IFRIC 21 – Taxas governamentais (nova interpretação) – clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo, quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida.

Essas alterações estão sob a análise da Administração na avaliação dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

5.2. Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015:

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (novo pronunciamento) – aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do International Accounting Standards (IAS) 39, relacionado à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descasamento contábil.

Essas alterações estão sob a análise da Administração na avaliação dos possíveis efeitos sobre as demonstrações financeiras.

Não há outras normas IFRS ou interpretações *International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC)* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o grupo.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Caixa e depósitos bancários à vista	93	33.620	2.943	39.597	38.772	31.462
Aplicações financeiras de curto prazo	272.781	333.919	194.955	355.727	384.246	326.332
TOTAL	**272.874**	**367.539**	**197.898**	**395.324**	**423.018**	**357.794**

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, às operações compromissadas que possuem garantia de recompra diária pela instituição financeira a uma taxa previamente estabelecida entre as partes e são lastreadas em títulos públicos, com rentabilidade média equivalente ao CDI. Além disso, os recursos provenientes dos convênios firmados com a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia, Agência Nacional de Águas e outras entidades (nota 30.1), estão aplicados em poupança no Banco da Amazônia S.A. e no Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Todas as operações possuem liquidez imediata, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso.

A Companhia possui linhas de financiamentos já aprovadas, mas não utilizadas, disponíveis para futuras atividades operacionais e para satisfazer compromissos de capital, no montante de R$ 1.031.260.

Durante o período, a Companhia recebeu R$ 1.311.337 referente à indenização das concessões antecipadas, em função da adesão ao Decreto nº 7.891/2013 (nota 9) e manteve parte deste recurso aplicado em produtos financeiros (nota 7).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 41.

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 35).

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Agente financeiro	Indexador	Controladora / consolidado		
			31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Fundos de investimentos:					
Fundo exclusivo extramercado Exclusivo 10	Banco do Brasil	6 a 11% a.a.	282.368	324.861	763.401
Fundo exclusivo extramercado FAE FI	Banco do Brasil	7 a 10% a.a.	63.985	397.957	-
Fundo exclusivo extramercado FAE FI 2	Banco do Brasil	7 a 10% a.a.	588.434	-	-
Fundo exclusivo extramercado FI Extra Comum IRFM1	CEF	7 a 10% a.a.	727.138	-	-
Total circulante			1.661.925	722.818	763.401
Notas do Tesouro Nacional – NTN	Banco do Brasil	10% a.a.	194	199	830
Outros	Diversos	Diversos	11	23	120
Total não circulante			205	222	950
Total			1.662.130	723.040	764.351

As variações nos fundos de aplicações financeiras ocorrem de acordo com as necessidades de caixa. Há aplicações com as sobras de recursos e resgates com a necessidade de pagamentos.

A Administração da Companhia opta por diversificar os investimentos dos fundos exclusivos, visando obter melhor rentabilidade para seus investimentos. O aumento no saldo da conta em 2013 se refere, substancialmente, aos valores oriundos dos recebimentos das indenizações das concessões (nota 9).

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 41.

As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 35).

7.1. Circulante

A Companhia classifica os títulos e valores mobiliários como mantidos para negociação com base nas estratégias da Administração para esses ativos, que estão registrados inicialmente pelo custo de aquisição, acrescidos de juros e atualização monetária, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A., conforme determina a legislação específica para as sociedades de economia mista, e contratadas em condições e taxas normais de mercado, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e cuja rentabilidade média no exercício de 2013 correspondeu a 72% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (130% no exercício de 2012). As receitas financeiras dessas aplicações estão registradas no resultado financeiro (nota 35).

Durante o exercício, a Companhia recebeu R$ 1.311.337 referente à indenização das concessões antecipadas, em função da adesão ao Decreto nº 7.891/2013 (nota 9) e manteve parte deste recurso aplicado em produtos financeiros, conforme demonstrado a seguir:

Data aplicação	Indenização	Saldo Final
30/06/2013	1.116.787	484.521
15/07/2013	32.545	33.820
15/08/2013	30.823	31.848
13/09/2013	32.023	32.892
15/10/2013	32.500	33.125
18/11/2013	33.554	33.946
16/12/2013	33.105	33.226
TOTAL	**1.311.337**	**683.378**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

7.2. Não circulante

Os títulos de maior relevância mantidos pela Companhia são as NTN (Notas do Tesouro Nacional), títulos públicos recebidos em pagamento por alienação de investimentos societários no âmbito do Programa Nacional de Desestatização (PND). Estes títulos são classificados como investimentos mantidos até o vencimento e possuem remuneração equivalente à variação da Taxa Referencial (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, com juros de 6% a.a. incidentes sobre o valor atualizado.

NOTA 8 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

8.1. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	Controladora					
	31/12/2013				31/12/2012	01/01/2012
	Vincendos	Vencidos		Total	Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias			
Consumidores						
Industrial	126.992	-	72	127.064	103.932	119.099
	126.992	-	**72**	**127.064**	**103.932**	**119.099**
Concessionárias e permissionárias						
Suprimento de energia	266.390	8.465	15.735	290.590	251.773	1.737.122
Uso da rede elétrica	38.989	67	9.290	48.346	141.057	148.458
Conexão ao sistema de transmissão	2.319	9	-	2.328	2.955	2.705
Comercialização de energia	156.887	7.188	2.297	166.372	12.663	17.726
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	-	-	18.917	18.917	17.480	16.112
Renegociação - Suprimento (nota 8.3)						
Boa Vista Energia S.A.	37.802	-	-	37.802	32.230	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	14.913	-	-	14.913	7.350	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - Cea	267.619	-	-	267.619	329.183	-
	784.919	**15.729**	**46.239**	**846.887**	**794.691**	**1.922.123**
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	-	**(64)**	**(30.576)**	**(30.640)**	**(373.166)**	**(1.112.285)**
(-) Ajuste a valor presente	**(1.236)**	-	-	**(1.236)**	**(190)**	-
Total circulante	**910.675**	**15.665**	**15.735**	**942.075**	**525.267**	**928.937**
Concessionárias e permissionárias						
Renegociação - Suprimento (nota 8.3)						
Boa Vista Energia S.A.	37.802	-	-	37.802	32.231	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	22.049	-	-	22.049	29.398	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - Cea	152.287	-	-	152.287	399.302	-
	212.138	-	-	**212.138**	**460.931**	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	-	-	-	-	**(399.302)**	-
(-) Ajuste a valor presente	**(1.836)**	-	-	**(1.836)**	**(4.000)**	-
Total não circulante	**210.302**	-	-	**210.302**	**57.629**	-
Total	**1.120.977**	**15.665**	**15.735**	**1.152.377**	**582.896**	**928.937**

	Consolidado					
	31/12/2013				31/12/2012	01/01/2012
	Vincendos	Vencidos		Total	Total	Total
		Até 90 dias	Há mais de 90 dias			
Consumidores						
Industrial	126.992	-	72	127.064	103.932	120.389
Residencial	-	-	-	-	-	23.010
Comércio, serviço e outras atividades	-	-	-	-	-	7.389
Rural	-	-	-	-	-	762
Poder público - federal	-	-	-	-	-	1.119
Poder público - estadual	-	-	-	-	-	82.671
Poder público - municipal	-	-	-	-	-	6.471
Iluminação pública	-	-	-	-	-	514
Serviços públicos	-	-	-	-	-	8.284
	126.992	-	72	127.064	103.932	250.609
Concessionárias e permissionárias						
Suprimento de energia	266.390	8.465	15.735	290.590	251.773	1.368.980
Uso da rede elétrica	57.370	67	9.290	66.727	141.470	148.458
Conexão ao sistema de transmissão	2.319	9	-	2.328	2.955	2.705
Comercialização de energia	156.887	7.188	2.297	166.372	12.663	17.726
Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	-	-	18.917	18.917	17.480	16.112
Outros	-	-	-	-	-	36.335
Renegociação - Suprimento (nota 8.3)						
Boa Vista Energia S.A.	37.802	-	-	37.802	32.230	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	14.913	-	-	14.913	7.350	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - Cea	267.619	-	-	267.619	329.183	-
	803.300	15.729	46.239	865.268	795.104	1.590.316
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	-	(64)	(30.576)	(30.640)	(373.166)	(1.229.776)
(-) Ajuste a valor presente	(1.236)	-	-	(1.236)	(190)	-
Total circulante	929.056	15.665	15.735	960.456	525.680	611.149
Concessionárias e permissionárias	-	-	-	-	-	2.997
Renegociação - Suprimento (nota 8.3)						
Boa Vista Energia S.A.	37.802	-	-	37.802	32.231	-
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	22.049	-	-	22.049	29.398	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - Cea	152.287	-	-	152.287	399.302	-
	212.138	-	-	212.138	460.931	2.997
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 8.2)	-	-	-	-	(399.302)	-
(-) Ajuste a valor presente	(1.836)	-	-	(1.836)	(4.000)	-
Total não circulante	210.302	-	-	210.302	57.629	2.997
Total	1.139.358	15.665	15.735	1.170.758	583.309	614.146

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

8.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão é constituída de acordo com a análise das faturas de energia elétrica vencidas e dos históricos de inadimplência, com base nos seguintes critérios, definidos pela Administração da Companhia:

– contas vencidas há mais de 90 dias para os consumidores da classe residencial.

– contas vencidas há mais de 180 dias para os consumidores da classe comercial.

– contas vencidas há mais de 360 dias para consumidores das classes industrial, poder público, rural, serviço público e iluminação pública.

– análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos a partir de 30 dias, incluindo todas as classes de consumo, inclusive sendo provisionados aqueles onde não há certeza no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O montante provisionado é considerado suficiente, pela Administração, para cobertura de eventuais perdas na realização destes ativos.

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2012	**1.112.285**	**1.229.776**
Saldo em 31/12/2012	**772.468**	**772.468**
Constituição	3.466	3.466
Baixas	(745.294)	(745.294)
Saldo em 31/12/2013	**30.640**	**30.640**

A constituição da PCLD foi registrada no resultado do exercício como provisões operacionais (nota 34.4). Os valores são reconhecidos como perda quando não há expectativa de recuperação.

8.3. Renegociação

Em junho de 2013, a Companhia de Eletricidade do Amapá S.A. (CEA) efetuou o pagamento de R$ 319.233 diretamente à Eletrobras, conforme renegociação de dívida celebrada entre a Companhia e a CEA, no exercício anterior. Diante deste fato, a Administração da Companhia procedeu à reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R$ 718.534. Para equalização da transação, a Companhia realizou encontro de contas com a baixa de parte do saldo de financiamentos e empréstimos junto à Eletrobras (nota 23).

O saldo remanescente proveniente da renegociação da dívida junto à CEA será quitado em duas parcelas com vencimentos em janeiro de 2014 e janeiro de 2015. A primeira parcela foi efetivamente recebida em janeiro de 2014.

A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado ao saldo de clientes está divulgada na nota 41.3.4.

NOTA 9 – INDENIZAÇÃO DAS CONCESSÕES

A posição atualizada até 31 de dezembro de 2013, referente aos valores das indenizações, está demonstrada conforme quadro abaixo:

	Controladora/Consolidado			
	31/12/2012	**Atualização monetária**	**Recebimentos**	**31/12/2013**
UHE Coaracy Nunes	36.585	-	(36.585)	-
Rede Básica - Transmissão	1.715.915	83.497	(1.274.752)	524.660
Total	**1.752.500**	**83.497**	**(1.311.337)**	**524.660**
(-) Circulante	**(1.225.471)**			**(331.364)**
Não circulante	**527.029**			**193.296**

A Companhia optou pelo recebimento de 50% do valor à vista e o restante de forma parcelada, nos termos da Portaria Interministerial 580/MME/MF, de 1º de novembro de 2012.

Conforme previsto na legislação, o valor recuperado será recebido em parcelas mensais até a data do encerramento original da concessão prorrogada, atualizado pelo IPCA, acrescido da remuneração pelo custo médio ponderado de capital (WACC) de 5,59% real ao ano, contados a partir de 4 de dezembro de 2012, data de assinatura do termo aditivo ao contrato de concessão.

O valor da atualização financeira está registrado no resultado financeiro (nota 35).

NOTA 10 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica da controladora e de suas investidas, a Administração entende que estão atendidas as condições para aplicação da contabilização dessas concessões como ativo financeiro, abrangendo:

parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão, classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

parcela remanescente (valor residual) será classificada como um ativo financeiro em virtude de sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público com direito incondicional de receber caixa em função da inexistência de riscos de crédito e demanda.

Os saldos e movimentações dos ativos financeiros vinculados à concessão de serviço público são os seguintes:

	Controladora							
	01/01/2012	**31/12/2012**	**Movimentação no exercício**					**31/12/2013**
			Ingressos	**Transferências**	**Receita financeira (TIR)**	**Amortizações**	**Incorporação RBTE**	
Transmissão								
Ativo financeiro indenizável	3.511.040	272.065	-	(220.449)	-	-	56.232	107.848
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	-	1.810.171	-	(77.261)	-	-	-	1.732.910
Ativo financeiro (RAP)	1.054.176	225.163	194.589	310.625	2.439	(24.177)	241.326	949.965
Total	**4.565.216**	**2.307.399**	**194.589**	**12.915**	**2.439**	**(24.177)**	**297.558**	**2.790.723**
(-) Circulante	(554.294)	(189.151)						(93.074)
Não circulante	4.010.922	2.118.248						2.697.649

	Consolidado						
	01/01/2012	**31/12/2012**	**Movimentação no exercício**				**31/12/2013**
			Ingressos	**Transferências**	**Receita financeira (TIR)**	**Amortizações**	
Transmissão							
Ativo financeiro indenizável	4.635.525	2.082.164	-	(220.449)	-	-	1.861.715
Ativo financeiro indenizável (RBSE)	-	1.810.171	-	(77.261)	-	-	1.732.910
Ativo financeiro (RAP)	1.345.245	225.163	335.017	310.625	170.622	(178.702)	862.725
Total	**5.980.770**	**4.117.498**	**335.017**	**12.915**	**170.622**	**(178.702)**	**4.457.350**
(-) Circulante	(554.294)	(189.151)					(271.361)
Não circulante	5.426.476	3.928.347					4.185.989

As diferenças apuradas entre o quadro de mutações e o quadro da demonstração do resultado (notas 33 e 34) se referem à movimentação do exercício de defasagem para fins de consolidação.

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio dos fluxos de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas através da RAP, deduzida da parcela correspondente à remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término da concessão, ajustada pela correspondente taxa interna de retorno (TIR). A TIR varia entre 0,92% e 3,20%, de acordo com as características especificadas em cada contrato de concessão e suas datas de investimentos.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores durante o prazo da concessão; e

(ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e será recebida ao longo de 30 anos com atualização monetária.

Os montantes demonstrados nas colunas "Ingressos" e "Receita financeira (TIR)" foram registrados com contrapartida no resultado do exercício.

O montante demonstrado na coluna "Amortizações" refere-se ao recebimento da RAP e possui contrapartida registrada no resultado do exercício.

A Resolução Normativa nº 589, de 10 de dezembro de 2013, define os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão para fins de indenização. Os valores dos ativos de transmissão abrangidos nessa situação correspondem em 31 de dezembro de 2013, na controladora, o montante de R$ 1.732.910 (2012 – R$ 1.810.171), respectivamente, e foram determinados pela Administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima, podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 11 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

Os impostos e contribuições a recuperar estão demonstrados, considerando as eventuais perdas de realização e estão assim representados:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
IRPJ/CSLL (pago a maior)	136.865	69.795	30.960	136.865	69.908	30.960
Retenções na fonte (IR / CS) (nota 11.1.1)	63.446	144.898	49.783	66.605	147.065	51.405
PIS/PASEP/COFINS	1.519	3.704	183	1.519	3.725	218
ICMS	-	-	-	75	254	954
Outros	3.413	1.549	1.599	3.574	1.807	1.758
Total circulante	**205.243**	**219.946**	**82.525**	**208.638**	**222.759**	**85.295**
ICMS (nota 11.1.2)	181.388	201.821	301.921	181.388	201.821	301.921
(-) Ajuste a valor presente	(1.578)	(3.829)	(2.617)	(1.578)	(3.829)	(2.617)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(138.669)	(138.576)	(230.509)	(138.669)	(138.576)	(230.509)
	41.141	**59.416**	**68.795**	**41.141**	**59.416**	**68.795**
Ativos fiscais diferidos (nota 11.2)	17.392	25.700	41.544	101.018	82.264	64.114
Total não circulante (nota 11.4)	**58.533**	**85.116**	**110.339**	**142.159**	**141.680**	**132.909**
Total	**263.776**	**305.062**	**192.864**	**350.797**	**364.439**	**218.204**

11.1. Tributos a recuperar

11.1.1. Imposto de renda, contribuição social e demais tributos federais retidos na fonte

Refere-se a retenções na fonte sobre aplicações financeiras, serviços prestados e venda de energia elétrica.

11.1.2. ICMS

A Companhia é detentora de créditos escriturais de ICMS incidentes sobre as aquisições de bens para o ativo imobilizado e combustível para produção de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

Créditos de ICMS junto aos Estados	Controladora/Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Rondônia	3.100	11.933	22.214
Amapá	133.199	141.249	141.905
Acre	-	1.839	93.907
Maranhão	29.377	29.585	23.779
Pará	10.242	11.504	14.544
Roraima	5.470	5.711	5.572
	181.388	201.821	301.921
(-) Provisão p/créditos de liq.duvidosa	(138.669)	(138.576)	(230.509)
(-/+) Ajuste a valor presente - ICMS	(1.578)	(3.829)	(2.617)
Total	**41.141**	**59.416**	**68.795**

Os créditos de ICMS perante os Estados do Amapá e Roraima são oriundos, preponderantemente, da aquisição de combustíveis derivados de petróleo, utilizados no processo de geração de energia elétrica, cabendo ressaltar que nas operações de venda dessa energia para as concessionárias estaduais o ICMS correspondente é diferido, sendo cobrado do consumidor final pela empresa distribuidora, razão pela qual tais créditos encontram-se provisionados, enquanto se discute o mérito na justiça.

11.1.3. Inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/1998 – PIS/PASEP E COFINS

Em julgamento realizado no dia 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º, da Lei nº 9.718/1998, que pretendeu equiparar o termo "faturamento" à totalidade das receitas auferidas pelas empresas, independentemente da classificação contábil adotada e não somente das receitas de vendas e/ou prestação de serviços, para fins de cálculo e recolhimento de PIS/PASEP e COFINS.

O referido julgamento do STF diz respeito, e produz efeitos imediatos, exclusivamente às partes interessadas. Não obstante, tal decisão reflete o entendimento do plenário do STF sobre a questão e o precedente beneficiará a todos que ingressarem na justiça, pois, muito provavelmente, a decisão da Corte máxima será observada pelos demais tribunais do país.

O período de abrangência da citada decisão é de fevereiro/1999 a novembro/2002, para o PASEP e de fevereiro/1999 a janeiro/2004 para a COFINS, antes, portanto, da entrada em vigor das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, que criou o regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições.

Na Eletronorte, o recálculo destas contribuições, expurgando as receitas financeiras, não operacionais e a receita de subvenção concedida pela Conta de Consumo de Combustível (CCC) resultou num montante recolhido a maior de R$ 168.268, já atualizado pela taxa de juros SELIC até a data do balanço. Inicialmente, a Companhia ingressou com recurso administrativo junto à Receita Federal do Brasil (RFB) no sentido de obter o reconhecimento do direito a restituição dos valores pagos a maior, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação de base de cálculo de tais contribuições pelo STF. Diante do indeferimento do pleito pela RFB, a Companhia ingressou com ação judicial visando preservar os seus direitos.

O valor dessa ação não está refletido no Balanço por se configurar como ativo contingente.

11.2. Tributos diferidos

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social) sobre os ajustes decorrentes da adoção dos pronunciamentos do CPC, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativo fiscal diferido Realizável a Longo Prazo						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	23.654	-	10.180	23.654
Ativo financeiro da transmissão	2.885	26	3.574	86.511	46.410	26.144
Ganhos atuariais	14.507	25.674	14.316	14.507	25.674	14.316
	17.392	**25.700**	**41.544**	**101.018**	**82.264**	**64.114**
Passivo fiscal diferido						
Instrumentos financeiros derivativos	-	21.840	-	-	21.840	-
Ativo financeiro da transmissão	2.885	1.513	7.748	95.654	70.411	38.251
Ganhos atuariais	14.507	13.474	5.861	14.507	13.474	5.861
	17.392	**36.827**	**13.609**	**110.161**	**105.725**	**44.112**
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido	**-**	**(11.127)**	**27.935**	**(9.143)**	**(23.461)**	**20.002**

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para contribuição social e 25% para imposto de renda.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram calculados sobre os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas advindas da Lei nº 11.638/2007 e das normas antes mencionadas e foram registrados nestas demonstrações financeiras, quando aplicáveis, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 (IAS 12) e a Instrução CVM nº 371/2002.

Os ativos fiscais diferidos são constituídos até o limite dos passivos fiscais diferidos.

11.3. Legislação tributária – MP 627/2013

No dia 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória (MP) nº 627, que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. A Companhia esta avaliando os possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e, com base no que esta em vigor atualmente, espera que a sua adoção antecipada, ou não, resulte em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A Administração aguarda a evolução e tratativas das emendas ao texto da citada MP para que possa decidir sobre sua adoção antecipada dentro dos prazos estabelecidos pela referida norma tributária.

As avaliações consideram a melhor interpretação do texto corrente da MP, considerando a quantidade elevada de emendas propostas até o momento. É possível que em sua conversão em lei, o texto seja alterado e as avaliações sejam revistas à luz do texto definitivo.

11.4. Estimativa de realização

A realização dos ativos não circulantes foi estimada conforme abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013	-	52.275	74.466	-	54.030	74.466
2014	10.285	10.044	10.766	10.285	12.572	10.766
2015	10.285	10.044	10.766	10.285	12.572	10.766
2016	10.285	10.044	14.161	10.285	12.572	14.161
Após 2016	27.677	2.709	180	111.303	49.934	22.750
Total não circulante	**58.533**	**85.116**	**110.339**	**142.159**	**141.680**	**132.909**

NOTA 12 – DIREITO DE RESSARCIMENTO

	Controladora		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Conta de Consumo de Combustível - CCC	268.973	161.607	122.740
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	121.564	277.124
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(69.942)	(60.221)	-
Total circulante	**199.031**	**222.950**	**399.864**

	Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Conta de Consumo de Combustível - CCC	268.973	161.607	128.388
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	121.564	277.124
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(69.942)	(60.221)	-
Total circulante	**199.031**	**222.950**	**405.512**

Refere-se aos valores a serem reembolsados pela CCC, relativos às aquisições de óleo combustível para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, a partir de agosto de 2009, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.111/2009.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R$ 69.942 (2012 - R$ 60.221) decorre da diferença verificada entre o valor da compra de óleo pela Companhia, para geração de energia elétrica e o preço estabelecido Agência Nacional de Petróleo (ANP), sendo este considerado pela Aneel para fins de reembolso. A Companhia ingressou com medida judicial visando preservar seus direitos.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em função da homologação pela Aneel do segundo termo aditivo de 1º de julho de 2013, assinado entre a Eletronorte, Ceron, Termo Norte e Eletrobras, as obrigações assumidas anteriormente pela Companhia por este contrato passaram para Ceron, não cabendo mais à Companhia o reembolso por parte da CCEE (nota 18).

A movimentação da Conta de Consumo de Combustível – CCC no período foi a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 01/01/2012	**122.740**	**128.388**
Saldo em 31/12/2012	**161.607**	**161.607**
Aquisição de combustível	381.867	381.867
(-) Recebimentos	(274.501)	(274.501)
Saldo em 31/12/2013	**268.973**	**268.973**

NOTA 13 – ALMOXARIFADO

Refere-se a materiais de consumo e outros materiais armazenados em almoxarifados, que se destinam às operações e manutenções das instalações administrativas da Companhia (escritórios regionais e sede), bem como adiantamentos realizados a fornecedores, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Material	57.000	53.250	46.914	57.000	53.250	46.914
Adiantamentos a fornecedores	-	3.981	4.509	-	3.981	6.410
Total circulante	**57.000**	**57.231**	**51.423**	**57.000**	**57.231**	**53.324**

NOTA 14 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os saldos dos instrumentos financeiros derivativos são os seguintes:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativo						
Circulante	108.339	249.265	191.919	108.339	249.265	191.919
Não Circulante	107.816	223.099	185.031	107.816	223.099	185.031
	216.155	**472.364**	**376.950**	**216.155**	**472.364**	**376.950**
Passivo						
Circulante	223.099	185.031	261.489	225.423	185.757	261.489
Não Circulante	107.816	223.099	185.031	195.378	252.314	185.031
	330.915	**408.130**	**446.520**	**420.801**	**438.071**	**446.520**

14.1. Contratos de fornecimento de energia elétrica

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica para dois de seus principais clientes: o Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, formado pelas empresas BHP Billiton e pela Alcoa; e a Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga, de forma que o fluxo de caixa do instrumento combinado, em algumas circunstâncias, varia como se fosse um derivativo isolado.

Assim o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico, também conhecido como ativo adjacente.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Controladora		
	Data do contrato		Volume em Megawatts Médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/03/2014	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de cap and floor band, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450/ton, respectivamente.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da commodity do alumínio da LME, é possível atribuir o fair value destes contratos. O valor da LME fechou o mês de dezembro de 2013 cotado em US$ 1.784,3/ton, o que representou uma variação negativa de 14,95% em relação ao valor verificado em dezembro de 2012, quando o preço da commodity alcançou US$ 2.098,00/ton.

Além disso, o encerramento do contrato com a Alcoa no final de março de 2013, contribuiu para a diminuição do valor esperado a contabilizar do prêmio. Dada a celebração do 4º termo aditivo, o contrato passou a ser faturado a preço fixo, não possuindo mais derivativo embutido para a Alcoa.

Por outro lado, no mesmo período de análise, houve uma desvalorização do Real em relação ao dólar, com a cotação passando de R$ 2,04 para R$ 2,34, ou seja, 14,64% de variação. Esta variação, embora positiva para o preço do prêmio, não foi suficiente para proporcionar uma melhora na expectativa do valor justo para os derivativos.

A perda apurada na operação com derivativos no exercício de 2013 é de R$ 178.994 (2012 – ganho de R$ 133.804) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício de 2013 (nota 35).

14.2. Contratos de debêntures – Estação Transmissora de Energia S.A.

A Estação Transmissora de Energia S.A. firmou contrato de emissão de debêntures em junho de 2011, e liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia – BASA, a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia – FDA, com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto.

O projeto se refere à implantação de estação retificadora com capacidade de 3.150MW e aterramento da subestação coletora e tem o valor orçado de R$ 1.393.539. O montante captado por meio destas debêntures é de R$ 221.789.

Os detalhes do contrato de debêntures e as informações da dívida, atualizada até 31 de dezembro de 2013, estão descritos na nota 23.7.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia a critério da SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão.

Para apuração do valor foi realizado o cálculo do *valuation* da investida, na apuração do valor da sua ação, e o cálculo do valor presente do contrato, assim utilizando métricas para determinação do valor do derivativo.

A perda apurada nesta operação com derivativos no exercício de 2013, nas demonstrações consolidadas, é de R$ 59.944 (2012 – R$ 29.941) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício de 2013 (nota 35). Nas demonstrações financeiras individuais, tal efeito está contido na equivalência patrimonial da Companhia.

NOTA 15 – OUTROS ATIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante						
Multas sobre fornecedores (nota 15.1)	57.608	57.608	57.608	57.608	57.608	57.608
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.1)	(57.608)	(57.608)	(57.608)	(57.608)	(57.608)	(57.608)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D (nota 15.2)	87.825	33.363	32.870	87.825	33.363	32.870
Empregados (nota 15.3)	18.054	21.412	18.755	18.054	21.804	18.755
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.3)	(3.398)	(2.521)	(4.330)	(3.398)	(2.521)	(4.330)
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar (nota 15.4)	11.574	11.574	11.574	11.574	11.574	11.574
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.4)	(11.574)	(11.574)	(11.574)	(11.574)	(11.574)	(11.574)
Serviços prestados a terceiros (nota 15.5)	5.845	4.550	9.399	5.845	360	9.399
Reserva Global de Reversão a Compensar	-	-	4.213	-	-	4.213
Despesas pagas antecipadamente (nota 15.6)	11.545	7.683	7.117	11.545	13.631	7.117
Transferência Demais Instalações de Transmissão - DITs (nota 15.7)	29.920	29.920	29.920	29.920	29.920	-
Dispêndios reembolsáveis (nota 15.8)	48.980	42.003	53.897	48.980	42.003	53.897
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.8)	(48.980)	(38.991)	(38.377)	(48.980)	(38.991)	(38.377)
Financiamentos e empréstimos (nota 15.9)	-	9.457	8.841	-	9.457	-
Convênio PPRS / E-Vida (nota 15.10)	8.333	18.813	-	8.333	18.813	-
Ressarcimento de gastos – UTE Electron (nota 15.11)	23.667	23.260	-	23.667	23.260	-
Outros	40.420	37.733	16.572	40.428	37.800	20.478
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(17.931)	(17.240)	(7.874)	(17.931)	(17.240)	(7.874)
Total do circulante	**204.280**	**169.442**	**131.003**	**204.288**	**171.659**	**96.148**
Não circulante						
Realizável a longo prazo						
Bens destinados a alienação	-	-	73.764	-	-	73.764
Governo do Estado de Roraima (nota 15.12)	-	31.072	24.330	-	31.072	24.330
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.12)	-	(31.072)	(24.330)	-	(31.072)	(24.330)
Despesas pagas antecipadamente (nota 15.13)	16.355	16.355	16.355	16.355	16.355	16.355
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.13)	(16.355)	(16.355)	(16.355)	(16.355)	(16.355)	(16.355)
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras (nota 15.14)	-	511	76.128	-	511	76.128
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa (nota 15.14)	-	(511)	(2.096)	-	(511)	(2.096)
Financiamentos e empréstimos (nota 15.9)	-	-	8.768		-	-
Outros	5.498	5.396	12.811	5.498	5.396	24.480
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa	(5.314)	(5.217)	(3.921)	(5.314)	(5.217)	(3.921)
Total do não circulante	**184**	**179**	**165.454**	**184**	**179**	**168.355**
Total geral	**204.464**	**169.621**	**296.457**	**204.472**	**171.838**	**264.503**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

15.1 Multa sobre fornecedores

Refere-se a multas contratuais aplicadas aos fornecedores de materiais e serviços por atrasos na entrega de mercadorias, produtos e serviços.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.2. Pesquisa e desenvolvimento – P&D

Refere-se a custos com projetos em andamento durante seu período de realização, contabilizados por meio de Ordens de Serviço (ODS) (nota 28.5). Durante o exercício de 2013, a Companhia investiu em 29 projetos de P&D, que serão lançados ao mercado no primeiro semestre de 2014.

15.3. Empregados

O valor engloba as operações de crédito com empregados, decorrentes de acordos trabalhistas, adiantamentos para despesas de viagens e, principalmente, décimo terceiro salário. A antecipação do décimo terceiro salário é relacionada aos empregados que sairão de férias no início de janeiro de 2014 e receberam o adiantamento correspondente. Registra, também, os valores a receber relacionados a empregados cedidos com ônus para órgãos e/ou empresas da Administração pública.

Considerando as dificuldades de realização financeira de parte desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa do valor proporcional ao risco envolvido.

15.4. Eletrobras Participações S.A. (Eletropar)

Refere-se ao faturamento da Companhia pela cessão de uso da infraestrutura do seu sistema de transmissão à Eletronet, com a interveniência da Eletropar, e aos adiantamentos concedidos à Eletropar para futuro acerto de contas com os recursos decorrentes da operação com a Eletronet.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.5. Serviços prestados a terceiros

Refere-se, principalmente, aos Contratos de Compartilhamento de Instalações e aos serviços de Operação e Manutenção prestados por empregados da Companhia a outras empresas do setor elétrico, cuja contrapartida está reconhecida no resultado do exercício (nota 33).

15.6. Despesas pagas antecipadamente (Curto prazo)

Valores referentes às despesas de seguros pagas antecipadamente.

15.7. Transferência de Demais Instalações de Transmissão - DITs

Nos termos da Resolução Aneel nº 067/2004, foram estabelecidos critérios para a composição da Rede Básica do Sistema Interligado Nacional (SIN), em tensão acima de 230 kV, que é o ambiente de atuação dos Agentes Transmissores, onde se insere a Companhia.

A citada Resolução também caracterizou como "Demais Instalações de Transmissão (DITs)" as instalações abaixo de 230 kV, ou seja, que se situam entre 69 e 138 kV.

Por intermédio dos Ofícios nº 152/2007-SRF/Aneel e nº 171/2008-SRT-SCR/Aneel, o Órgão regulador determinou que os ativos de propriedade da Companhia com função de distribuição, fossem transferidos para as concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Desta forma, as DITs de propriedade da Companhia no Estado de Roraima foram transferidas para a Boa Vista Energia S.A.

Há expectativa de recebimento destes valores no decorrer do exercício de 2014, face às negociações em andamento entre a Companhia, a Boa Vista Energia S.A. e a Eletrobras (controladora destas empresas).

15.8. Dispêndios reembolsáveis

Refere-se a gastos realizados pela Companhia e que deverão ser reembolsados por terceiros, inclusive estudos de viabilidade de empreendimentos.

Considerando a incerteza de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.9. Financiamentos e empréstimos

Refere-se a empréstimos decorrentes da cobertura dos déficits de caixa da Boa Vista Energia S.A.

15.10. Convênio PPRS / E-Vida

Refere-se a valores destinados ao custeio das despesas do plano de saúde dos empregados ativos da Companhia e de seus dependentes.

15.11. Ressarcimento de gastos – UTE Electron

Valor a receber da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. referente aos gastos relacionados com a recuperação/revitalização da UTE Electron, cuja transferência da outorga foi autorizada pela Aneel neste exercício.

Há expectativa de recebimento destes valores no decorrer do exercício de 2014, face às negociações em andamento entre a Companhia, a Amazonas Distribuidora de Energia S.A. e a Eletrobras (controladora destas empresas).

15.12. Governo do Estado de Roraima

Em 26 de janeiro de 1999, a Companhia, o Governo do Estado de Roraima, a Boa Vista Energia S.A. e a Cia. Energética de Roraima (CER) assinaram um Termo de Ajuste de Direitos e Obrigações, com a finalidade de pôr fim às controvérsias relativas a créditos e débitos financeiros, decorrentes de operações comerciais entre as partes. O valor apurado a receber pela Companhia foi de R$ 1.796 no momento de assinatura do citado Termo. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia efetuou a baixa do saldo a receber, considerando não mais haver qualquer possibilidade de realização financeira deste crédito.

15.13. Despesas pagas antecipadamente (Longo prazo)

Conta de Compensação de Itens da Parcela "A" (CVA)

A Resolução Homologatória da Aneel nº 264, de 24 de novembro 2004, alterada pela Resolução Homologatória nº 151, de 20 de junho de 2005, e pela Resolução Homologatória nº 927, de 15 de dezembro de 2009, autorizou a Eletronorte a cobrar dos consumidores Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás e Consórcio de Alumínio do Maranhão – Alumar, respeitadas as condições pactuadas nos contratos existentes na época em que eram cativos, os valores de R$ 17.619 e R$ 16.355 respectivamente. A Albras liquidou seu débito em 31 de maio de 2011, enquanto a Companhia discute com a Alumar uma forma de realizar o crédito.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

15.14. Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras

Refere-se a diversas operações realizadas com a Controladora, tais como: empregados cedidos e reembolso de despesas.

Considerando as incertezas de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

NOTA 16 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos, conforme demonstrado abaixo?

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Processos cíveis	133.720	409.956	302.758	142.220	411.260	302.758
Processos trabalhistas	128.321	97.854	129.239	128.321	97.854	129.239
Processos tributários	28.379	26.527	14.909	28.379	26.527	14.909
Outros	-	-	-	-	871	1.238
Total não circulante	**290.420**	**534.337**	**446.906**	**298.920**	**536.512**	**448.144**

Neste exercício foi declarada a decisão judicial sobre o processo cível do autor Sondotécnica, julgando a Companhia condenada ao pagamento no montante de R$ 164 milhões. A Companhia já havia realizado depósito judicial referente a este processo, no montante de R$ 334 milhões. Assim, o restante do saldo, R$ 170 milhões, retornou à conta corrente da Companhia (nota 27).

O valor referente à atualização monetária, registrado no resultado do exercício de 2013 como receita financeira, é de R$ 16.007 (2012 - R$ 65.866) (nota 35).

NOTA 17 – ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

17.1. Ativo não circulante

Refere-se a recursos destinados a aumento do capital das Sociedades de Propósito Específicos, nas quais a Companhia tem participação societária (nota 3.2), conforme demonstrado a seguir:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Manaus Transmissora de Energia S.A.	21.618	-	-	21.618	-	-
Estação Transmissora de Energia S.A.	-	-	217.329	-	-	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	-	22.885	10.685	-	22.885	10.685
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	-	16.437	8.112	-	16.437	8.112
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	-	12.894	10.036	-	12.894	10.036
Total não circulante	**21.618**	**52.216**	**246.162**	**21.618**	**52.216**	**28.833**

A variação deste grupo de contas é decorrente das integralizações ao capital social dos adiantamentos para futuro aumento de capital nas investidas acima relacionadas, ocorridas neste exercício (nota 19.2).

Os contratos de adiantamentos para futuro aumento de capital vigentes no período não possuem atualização monetária.

17.2. Passivo não circulante

Refere-se a adiantamentos por conta de futuro aumento de capital, objeto de contratos celebrados entre a Companhia e a controladora (Eletrobras), cujos recursos visam cobrir a parcela de capital próprio da Eletronorte relativo às inversões financeiras aportadas em SPE.

Passivo	Controladora/Consolidado
Saldo em 01/01/2012	**1.127.731**
Saldo em 31/12/2012	**218.104**
Encargos (nota 35)	20.690
(-) Capitalização / Integralização	(225.464)
Saldo em 31/12/2013	**13.330**

Neste exercício, foi integralizado ao capital social da Companhia o montante de R$ 225.464, conforme assembleia extraordinária de acionista realizada em 13 de novembro de 2013.

Os adiantamentos recebidos foram acrescidos de encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC e estão reconhecidos na despesa financeira do exercício (nota 35).

NOTA 18 – CRÉDITOS JUNTO À CERON

Em 1999, a Companhia assinou contrato de compra de energia com o Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE) Termo Norte, no montante de 409 MW, para atender às necessidades do sistema isolado, compreendido pelas distribuidoras Eletroacre e Ceron, tendo como montante mensal de aproximadamente R$ 29 milhões.

Em 1º de dezembro de 2008, foi assinado o Termo de Cessão dos contratos nº SUP1.9.S.0108-0 e SUP1.0.S.0056-0, celebrados entre a Eletronorte e o PIE Termo Norte, para a Ceron, contemplando as usinas

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Termo Norte I, de 64 MW e Termo Norte II, de 345 MW, e encaminhados à Aneel para sua homologação.

Baseado no Ofício SEM/SGR/SRT/SFF/Aneel nº 304/2009, de 8 de dezembro de 2009, foi celebrado o primeiro termo aditivo aos termos de cessão dos contratos de suprimento de energia elétrica SUP 1.9.S.0108-0 – Termo Norte I e SUP 1.0.S.0056-0 – Termo Norte II, da Eletronorte para a Ceron, com vigência a partir de 31 de julho de 2009.

Em função do citado primeiro termo aditivo, todos os resultados decorrentes da operação das usinas termelétricas Termo Norte I e Termo Norte II, a partir de agosto de 2009, foram debitados à Ceron.

Conforme determina o Despacho Aneel nº 4.199, de 12 de novembro de 2009, os resultados decorrentes da operação das usinas termelétricas Termo Norte I e Termo Norte II, a partir de 24 de outubro de 2009, passaram a ser liquidados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Em 1º. de julho de 2013, foi assinado o Segundo Termo Aditivo ao Termo de Cessão do contrato nº SUP1.0.S.0056.0, celebrados entre a Eletronorte, PIE Termo Norte, Ceron, e a Eletrobras que passou a vigorar, com termo inicial a partir de 30 de julho de 2009. A Aneel efetuou a homologação desse termo aditivo por meio do Despacho nº 2.180, de 09 de julho de 2013. Este aditivo não exime a Ceron e a Eletrobras, sob nenhuma hipótese, de arcar, integralmente, com os pagamentos e reembolsos devidos.

O mencionado termo aditivo estabelece que a Ceron terá a responsabilidade pelos resultados da liquidação mensal do estabelecido no contrato inicial e suas alterações posteriores, tendo a Eletrobras como garantidora destas obrigações.

A partir do segundo termo aditivo, a Companhia suspendeu o pagamento mensal aproximado de R$ 25 milhões em setembro de 2013.

Há expectativa de recebimento dos valores junto à Ceron no exercício de 2014, haja vista que, de acordo com a Nota Técnica 089/2013 da Aneel, que trata do orçamento da CCC para 2014, há previsão de pagamento dos valores relativos ao contrato de suprimento da Termo Norte II.

NOTA 19 – INVESTIMENTOS

19.1. Composição dos saldos

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Participações societárias (nota 19.2)						
Controladas	684.438	838.506	555.304	-	-	-
Controladas em conjunto	1.959.492	1.525.416	925.164	1.959.492	1.525.416	925.164
Coligadas	96.220	89.796	81.474	96.220	89.796	81.474
	2.740.150	**2.453.718**	**1.561.942**	**2.055.712**	**1.615.212**	**1.006.638**
Bens e direitos para uso futuro						
Terrenos	61.970	61.970	62.426	61.970	61.970	62.426
Máquinas e equipamentos	84.766	84.766	8.526	84.766	84.766	8.526
Edifícios	5.146	5.146	11.657	5.146	5.146	11.657
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	(91.026)	(45.304)	-	(91.026)	(45.304)	-
Outros	28.832	-	-	28.832	-	-
	89.688	**106.578**	**82.609**	**89.688**	**106.578**	**82.609**
Total	**2.829.838**	**2.560.296**	**1.644.551**	**2.145.400**	**1.721.790**	**1.089.247**

19.2. Movimentação das participações societárias permanentes na controladora:

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Aumento De Capital-Capitalização de Afac	Aumento de Capital	Dividendos Recebidos	Resultado de Participações Societárias	Incorporação RBTE	Saldo em 31/12/2013
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial								
Participações societárias								
Controladas								
Estação Transmissora de Energia S.A.	453.759	684.071	-	-	-	367	-	684.438
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.	101.545	154.435	-	9.000	-	1.646	(165.081)	-
	555.304	**838.506**	-	**9.000**	-	**2.013**	**(165.081)**	**684.438**
Controladas em conjunto								
Amapari Energia S.A.	34.105	39.190	-	-	(1.961)	4.394	-	41.623
Amazônia Eletronorte Transm. de Energia S.A.	74.744	38.844	-	-	(8.961)	9.352	-	39.235
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	105.661	109.609	-	-	-	(3.688)	-	105.921
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	(550)	6.911	16.437	-	-	(1.042)	-	22.306
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	(353)	9.499	22.885	-	-	(1.253)	-	31.131
Companhia Energética Sinop	-	-	-	1	-	-	-	1
Construtora Integração Ltda	9.638	26.418	-	-	(9.043)	7.263	-	24.638
Integração Transmissora de Energia S.A.	99.595	112.256	-	-	(3.683)	13.426	-	121.999
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	32.868	27.033	-	-	-	(3.776)	-	23.257
Manaus Construtora Ltda	22.805	28.275	-	-	(9.152)	738	-	19.861
Manaus Transmissora de Energia S.A.	188.086	288.861	-	12.920	-	16.739	-	318.520
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	19.476	194.484	-	30.625	-	5.615	-	230.724
Norte Energia S.A.	289.939	545.886		303.696	-	(7.993)	-	841.589
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	(348)	8.914	12.894	-	-	(1.361)	-	20.447
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	47.047	63.037	-	-	-	12.619	-	75.656
Transnorte Energia S.A.	2.451	26.199	-	14.188	-	2.197	-	42.584
	925.164	**1.525.416**	**52.216**	**361.430**	**(32.800)**	**53.230**	-	**1.959.492**
Coligadas								
Energética Águas da Pedra S.A.	81.474	89.796	-	-	(7.096)	13.520	-	96.220
	81.474	**89.796**	-	-	**(7.096)**	**13.520**	-	**96.220**
Total	**1.561.942**	**2.453.718**	**52.216**	**370.430**	**(39.896)**	**68.763**	**(165.081)**	**2.740.150**
Provisão para passivo a descoberto em controlada								
Boa Vista Energia S.A.	(259.587)	-	-	-	-	-	-	-
	(259.587)	-	-	-	-	-	-	-
Total	**1.302.355**	**2.453.718**	**52.216**	**370.430**	**(39.896)**	**68.763**	**(165.081)**	**2.740.150**

Conforme determinado no acordo de acionistas das investidas, os aumentos de capital são aprovados e efetuados por todos os seus investidores, na proporção de suas participações.
Os saldos ora apresentados na coluna "Resultado de participação societárias" possuem reflexo em conta de resultado, com o mesmo título, na demonstração do resultado do exercício.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19.3. Resumo das informações financeiras das empresas investidas em 2013

	Participação (%)	Informações contábeis em 30/11/2013 (*)							
		Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos circulantes	Ativo não circulante	Emprésitmos e financiamentos (passivo circulante)	Outros passivos circulantes	Emprésitmos e financiamentos (passivo não circulante)	Outros passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Geração									
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	77.134	39.286	778.961	34.949	32.876	407.195	10.514	409.847
Amapari Energia S.A.	49,00	8.468	38.272	94.582	-	31.759	-	-	109.563
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	16.757	1.501	214.691	7.099	8.110	125.400	-	92.340
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	16.247	654	255.690	7.382	12.121	126.019	-	127.069
Norte Energia S.A.	19,98	355.687	695.016	12.887.555	-	818.184	8.745.145	162.770	4.212.159
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	13.238	898	218.950	7.593	9.987	132.046	-	83.460
Transmissão									
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	5.592	9.228	95.712	7.303	1.501	20.090	-	81.638
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	8.743	20.399	243.126	10.827	2.172	17.061	29.136	213.072
Construtora Integração Ltda	24,50	3.093	125.932	3.538	-	40.912	-	-	91.651
Estação Transmissora de Energia S.A. (**)	100,00	226.869	201.401	1.580.473	148.629	85.611	702.706	387.359	684.438
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	6.222	87.923	551.527	31.132	11.197	181.022	95.373	326.948
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	49,00	48.036	7.166	502.098	229.977	100.547	142.080	37.233	47.463
Manaus Construtora Ltda	30,00	676	67.689	120	-	49.998	-	-	18.487
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	44.620	132.163	2.229.967	37.738	255.491	839.082	142.704	1.131.735
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	24,50	94.193	93.542	2.567.157	47.601	283.055	1.255.765	226.741	941.730
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	1.409	45.570	276.423	7.008	9.196	151.130	1.669	154.399
Transnorte Energia S.A.	**49,00**	**157**	**3.035**	**77.650**	-	**1.438**	-	**2.706**	**76.698**

(*) A consolidação das demonstrações financeiras foi elaborada com base em 30 de novembro de 2013 (nota 3.2.2).
(**) Informações contemplam ajustes referentes aos instrumentos financeiros derivativos da investida (nota 3.1.3).

	Participação (%)	Informações contábeis em 30/11/2013 (*)									
		Receita operacional líquida	Custo de operação	Lucro bruto	Despesas operacionais	Receira financeira	Despesa financeira	Lucro antes do imposto de renda	Impostos sobre o lucro	Lucro (prejuízo) líquido	Depreciação e amortização
Geração											
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	164.934	(65.784)	99.150	(4.842)	5.403	(30.362)	69.349	(11.271)	58.078	(17.404)
Amapari Energia S.A.	49,00	35.724	(13.920)	21.804	(14.804)	730	(170)	7.560	(1.265)	6.295	(5.060)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	-	-	-	(4.501)	-	(2)	(4.503)	-	(4.503)	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	-	-	-	(5.383)	-		(5.384)	-	(5.384)	-
Norte Energia S.A.	19,98	-	-	-	(54.904)	85.047	(85.615)	(55.472)	18.394	(37.078)	(3.190)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	-	-	-	(5.289)	-		(5.290)	-	(5.290)	-
Transmissão											
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	26.132	(3.051)	23.081	(1.980)	363	(2.755)	18.709	(1.127)	17.582	(202)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	4.050	(1.046)	3.004	(210)	200	(861)	2.133	(353)	1.780	-
Construtora Integração Ltda	24,50	64.368	(34.311)	30.057	(55)	1.028	(380)	30.650	(10.400)	20.250	-
Estação Transmissora de Energia S.A. (**)	100,00	122.617	(1.377)	121.240	(3.681)	3.453	(124.237)	(3.225)	20.381	17.156	(9)
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	71.428	(12.954)	58.474	(1.550)	1.349	(20.153)	38.120	(4.121)	33.999	(3)
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	49,00	104.149	(86.850)	17.299	(1.170)	-	(26.140)	(10.011)	3.404	(6.607)	-
Manaus Construtora Ltda	30,00	7.133	(7.367)	(234)	(79)	986	(81)	592	(202)	390	
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	311.705	(150.683)	161.022	(1.278)	5.937	(75.372)	90.309	(26.708)	63.601	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	24,50	546.395	(477.962)	68.433	(175)	9.936	(56.224)	21.970	(7.529)	14.441	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	44.039	(3.913)	40.126	(2.041)	2.698	(14.292)	26.491	(2.308)	24.183	(78)
Transnorte Energia S.A.	**49,00**	**29.760**	**(23.519)**	**6.241**	**(46)**	-	**(10)**	**6.185**	**(2.122)**	**4.063**	**(30)**

(*) A consolidação das demonstrações financeiras foi elaborada com base em 30 de novembro de 2013 (nota 3.2.2).
(**) Informações contemplam ajustes referentes aos instrumentos financeiros derivativos da investida (nota 3.1.3).

19.4. Controladas

19.4.1. Estação Transmissora de Energia S.A.

A Estação Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de novembro de 2008, com o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Os serviços prestados compreendem a implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão, incluindo serviços de apoio e administrativos, necessários à transmissão de energia elétrica, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

O contrato de concessão foi assinado em 26 de fevereiro de 2009 pelo prazo de trinta anos e suas atividades operacionais foram iniciadas em 2013.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto no estudo de viabilidade técnico-econômico do projeto.

Durante o exercício de 2010, a Companhia adquiriu a participação dos demais acionistas passando a controlar integralmente o capital da SPE. Essa operação foi homologada pela Resolução Autorizativa nº 2.453, de 29 de junho de 2010, da Aneel.

No transcorrer do exercício de 2014 a Estação Transmissora de Energia S.A. será incorporada pela Companhia.

Durante o exercício de 2013, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 367 (2012 –R$ 23.523).

19.4.2. Incorporação da Rio Branco Transmissora Energia S.A.

Em 30 de dezembro de 2013, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da Rio Branco Transmissora de Energia S.A. - RBTE, sociedade de propósito específico controlada da Companhia, visando simplificar a estrutura legal e reduzir os custos administrativos, operacionais e fiscais, e com objetivo de maximizar a sua eficiência. Como resultado desta incorporação, a RBTE foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora. A incorporação de seu acervo líquido ocorreu conforme abaixo:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RIO BRANCO TRANSMISSORA DE ENERGIA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE DEZEMBRO DE 2013

Balanço de incorporação			
Ativo		**Passivo**	
Circulante		**Circulante**	
Caixa e equivalente de caixa	8.899	Fornecedores	249
Direitos Realizáveis	3.372	Empréstimos e Financiamentos	16.336
		Obrigações Sociais e Tributárias	285
		Credores Diversos	1.106
	12.271		17.976
Não Circulante		**Não Circulante**	
Ativo Financeiro	297.558	Empréstimos e Financiamentos	123.403
Depósitos Judiciais	106	Trib. e Contrib. Sociais Diferidos	3.918
Tributos diferidos	407	Provisões para Causas Judiciais	2
Imobilizado	38		
	298.109		127.322
		Patrimônio Líquido	
		Capital Social	156.082
		Reservas	8.999
			165.081
Total do Ativo	**310.380**	**Total do Passivo e Patrimônio líquido**	**310.380**

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou aporte de capital na RBTE, no montante de R$ 9.000 e apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 1.646 (2012 – R$ 8.223). O saldo de investimento foi eliminado no processo de incorporação.

19.4.3. Transferência do controle acionário da Boa Vista Energia S.A. para a Eletrobras

A Boa Vista Energia S.A. foi criada em 23 de dezembro de 1997, a partir da cisão da Eletronorte, como subsidiária integral desta, com a assinatura entre as partes do "Termo de Compromisso de Assunção de Direitos e Obrigações", de 3 de fevereiro de 1998, e da assinatura do Contrato de Concessão nº 021/2001 estabelecido com a Aneel, para exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica no município de Boa Vista - RR.

A Boa Vista Energia S.A. apresentou prejuízos expressivos, acumulando saldo de R$ 684,2 milhões, até 31 de agosto de 2012, com impacto direto nos resultados da Companhia. A Eletrobras optou por adquirir o controle acionário da Boa Vista Energia S.A..

No balancete levantado em 31 de agosto de 2012, base para a transferência de controle acionário da Boa Vista Energia S.A. para a Eletrobras, a Boa Vista Energia S.A. apresentava patrimônio líquido negativo (passivo a descoberto), no montante de R$ 363.461.

A Aneel, por meio da Resolução Autorizativa nº 3.461/2012, aprovou a alteração do controle societário da Boa Vista Energia S.A..

Em face ao exposto, a Administração da Companhia decidiu:

– Aprovar a quitação de parte da dívida da Boa Vista Energia S.A., no montante de R$ 363.461, com a finalidade de aumento do capital social daquela subsidiária, em valor suficiente para deixar o seu patrimônio líquido com saldo de R$ 1,00 (um real) na data de referência de 31 de agosto de 2012; e

– Autorizar, ainda, a Boa Vista Energia S.A. capitalizar os prejuízos que ocorressem entre a data do Balanço de referência (31 de agosto de 2012) e a data da efetiva transferência do seu controle acionário para a Eletrobras, até o limite dos créditos que a Companhia detinha junto à Boa Vista Energia S.A..

Em 31 de outubro de 2012, os acionistas da Companhia, reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram a venda à Eletrobras da totalidade das ações da Boa Vista Energia S.A., ao preço fixo de R$ 1,00 (um real).

19.5. Controladas em conjunto

19.5.1. Amapari Energia S.A.

A Amapari Energia S.A. foi constituída em 12 de abril de 2007 e tem como objeto a implantação e exploração da UTE Serra do Navio, construída no Município de Serra do Navio, no Estado do Amapá.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá concedeu à SPE, em 6 de maio de 2008, Licença de Operação de número 0106/2011, renovada no dia 24 de novembro de 2011, com vigência de 1 ano. Por intermédio da Resolução Autorizativa nº 1.369, de 20 de maio de 2008, a Aneel concedeu autorização para a SPE estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE, com capacidade instalada inicial de 23MW, pelo prazo de 29 anos. Tal capacidade foi revisada, passando para 21,6 MW, conforme Despacho Aneel nº 3.751, de 14 de outubro de 2008.

Em 10 de junho de 2008, a Companhia foi autorizada, por intermédio do Despacho nº 2.197 de 9 de junho de 2008, da Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração - SFG, a iniciar a geração de energia em base de teste. Por intermédio do Despacho nº. 4.143, de 7 de novembro de 2008, a Companhia foi autorizada a iniciar suas operações comerciais.

A Companhia, no momento, comercializa energia exclusivamente com a Anglo Ferrous Amapá Mineração Ltda., maior companhia de mineração instalada no Estado do Amapá e forneceu, durante os anos de 2012 e 2011, em caráter ininterruptível e emergencial, energia para as cidades de Serra do Navio e Pedra Branca do Amapari, em função da precariedade da linha de transmissão da Concessionária Local e por força de acordo firmado com o Governo do Estado do Amapá, objetivando a isenção de ICMS sobre a entrada de Diesel no território amapaense.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social e iniciou suas atividades operacionais em 10 de julho de 2008.

Durante o exercício de 2013, a Companhia recebeu dividendos da SPE no montante de R$ 1.961 (2012 – R$ 2.269) e apurou ganho com equivalência patrimonial, no montante de R$ 4.394 (2012 – R$ 7.355).

19.5.2. Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.

A Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. foi constituída em 04 de março de 2010 e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos 1, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

O contrato de concessão foi assinado em 20 de agosto de 2010 pelo prazo de trinta e cinco anos e suas atividades operacionais estão previstas para se iniciarem em 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou aporte de capital nessa SPE, no montante de R$ 16.437, por meio da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 1.042 (2012 – R$ 650).

19.5.3. Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.

A Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. foi constituída em 20 de abril de 2010, e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Miassaba 3, localizado no município de Macau, no Rio Grande do Norte.

O contrato de concessão foi assinado em 13 de dezembro de 2010 pelo prazo de trinta e cinco anos e suas atividades operacionais estão previstas para se iniciarem em 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou aporte de capital nessa SPE, no montante de R$ 22.885, por meio da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 1.253 (2012 – R$ 832).

19.5.4. Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. é uma SPE, de capital fechado, constituída em 21 de julho de 2010, com o objetivo de conduzir as atividades necessárias a implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

Em 26 de agosto de 2010, a SPE assinou Contrato de Concessão 001/2010 com o MME, para exploração dos serviços de geração de energia elétrica, cujo prazo é de 35 anos a partir da assinatura do citado Contrato. Ainda, de acordo com o referido Contrato, 70% da energia assegurada será destinada no mercado regulado, 10% para os autoprodutores e 20% destinada ao mercado livre (ACL).

Considerando o cumprimento integral do cronograma da Aneel, o início do enchimento do reservatório esta prevista para 15 de dezembro de 2014, devendo o empreendimento estar em pleno funcionamento em 2019.

Em 01 de setembro de 2011, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) concedeu Licença de Instalação contemplando as atividades a serem desenvolvidas dentro dos sítios construtivos de Belo Monte, Pimental, do Canal e Bela Vista, compreendendo a construção das barragens, diques, casas de força, canal de derivação, vertedouro, tomada de água principal, sistema de transposição de embarcações, sistema de transposição de peixes. Essa licença compreende ainda as seguintes atividades associadas ao empreendimento, conforme Relatório do Processo de Licenciamento: implantação das linhas de transmissão para fornecimento de energia aos quatro sítios construtivos; linhas de transmissão que escoarão a energia a ser gerada pelas casas de força principal e complementar até as SEs Xingu e Altamira, respectivamente; canteiro de obras dos sítios Pimental, Bela Vista, Belo Monte e do Canal; jazidas minerais e áreas de bota-fora associados à construção das obras principais; estradas secundárias de acesso aos canteiros e às frentes de obra da usina.

Em função de manifestações de representações de comunidades da região da construção do empreendimento, em 2012 ocorreram paralisações nas obras. Estas paralisações não prejudicaram os cronogramas das construções.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 19,98% do Capital.

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou aporte de capital nessa SPE, no montante de R$ 303.696, e apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 7.993 (2012 – R$ 7.790).

19.5.5. Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.

A Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. foi constituída em 04 de março de 2010, e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos 3, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

O contrato de concessão foi assinado em 13 de dezembro de 2010 pelo prazo de trinta e cinco anos e suas atividades operacionais estão previstas para se iniciarem em 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou aporte de capital nessa SPE, no montante de R$ 12.894 por meio da capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital e apurou perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 1.361 (2012 – R$ 774).

19.5.6. Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

A Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de novembro de 2003, com o objetivo de construir, implantar, operar e manter as instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado – LT 230 KV Subestação Coxipó/ Subestação Cuiabá e LT 230 KV Subestação Cuiabá/Subestação Rondonópolis.

Em 18 de fevereiro de 2004, a SPE celebrou Contrato de Concessão n° 008/2004, com a União, por intermédio da Aneel, pelo prazo de 30 anos, contados a partir da sua celebração. Esse contrato regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, outorgada pelo Decreto n° 21, de janeiro de 2004.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social e essa iniciou suas atividades operacionais em 22 de janeiro de 2004.

Durante o exercício de 2013, a Companhia recebeu dividendos da SPE, no montante de R$ 8.961 (2012 – R$ 8.120) e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 9.352 (2012 – perda de R$ 540).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19.5.7. Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de dezembro de 2007, e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, da rede básica do Sistema Elétrico Interligado, relativo às Linhas de Transmissão LT Jubá - Jauru e LT Maggi - Nova Mutum, ambas em 230 kV, com aproximadamente 129 e 273 km, respectivamente, e subestações SE Juba, em 300 MVA, e SE Maggi, de 100 MVA, ambas em 230/138 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, conforme consta no Edital de Leilão nº 004/2007, emitido pela Aneel.

Para exploração das linhas de transmissão LT Jubá - Jauru e LT Maggi - Nova Mutum, a SPE assinou, em 17 de junho de 2008, junto à Aneel, o contrato de concessão nº 003/2008, pelo prazo de trinta anos. A construção da linha foi iniciada ao longo de 2008 e concluída em setembro de 2009.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49,71% do Capital Social, sendo que esta iniciou suas atividades operacionais em 27 de novembro de 2009.

Durante o exercício de 2013, a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 3.688 (2012 – ganho de R$ 3.948).

19.5.8. Companhia Energética Sinop S.A.

A Companhia Energética Sinop S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de outubro de 2013, com sede em Brasília – Distrito Federal e tem por objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da UHE SINOP, conforme consta no Edital de Leilão nº 006/2013, emitido pela Aneel. Essa UHE será implantada no rio Teles Pires, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do Rio Amazonas, nos Municípios de Itaúba e Cláudia, Estado do Mato Grosso, e consiste no aproveitamento do potencial hidráulico, com potência instalada de, no mínimo, 400 MW.

O contrato de concessão deverá ser assinado no primeiro semestre de 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social. O início de suas atividades operacionais está previsto para o primeiro semestre de 2018.

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou aporte de capital nessa SPE, no montante de R$ 1 para sua constituição.

19.5.9. Construtora Integração Ltda.

A Construtora Integração Ltda. foi constituída em 30 de junho de 2009, tendo como objeto exclusivo a construção, montagem e serviços sociais associados às instalações referentes ao lote G do leilão Aneel nº 007/ 2008, compreendendo a elaboração do projeto básico, projeto exclusivo, execução das obras, serviços e fornecimento necessários à realização completa e integral do Empreendimento, necessários para a construção da Linha de Transmissão LT +/- 600KV coletora Porto Velho - Araraquara 2, em corrente contínua, circuito simples, com origem na subestação Porto Velho no Estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Inteligado Nacional.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social, tendo essa iniciada suas atividades operacionais em 2010.

Durante o exercício de 2013, a Companhia recebeu dividendos da SPE no montante de R$ 9.043 e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 7.263 (2012 – R$ 16.780).

19.5.10. Integração Transmissora de Energia S.A.

A Integração Transmissora de Energia S.A é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2005. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás, que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul - GO.

O contrato de concessão foi assinado em 27 de abril de 2006 pelo prazo de trinta anos, tendo a SPE iniciado suas atividades operacionais em 30 de maio de 2008.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 37% do Capital Social.

Durante o exercício de 2013, a Companhia recebeu dividendos da SPE no montante de R$ 3.683 e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 13.426 (2012 – R$ 12.661).

19.5.11. Linha Verde Transmissora Energia S.A.

A Linha Verde Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, de prazo indeterminado, constituída em 2 de julho de 2009, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão relativa ao Lote C - LT 230 kV - Porto Velho - Jauru, circuito simples, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Aneel.

O contrato de concessão foi assinado em 19 de novembro de 2009 pelo prazo de trinta anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para março de 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2013, a Companhia apurou perda com equivalência patrimonial no montante de R$ 3.776 (2012 – R$ 5.835).

19.5.12. Manaus Construtora Ltda.

A Manaus Construtora Ltda. foi constituída em 30 de janeiro de 2009, tendo como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a Linha de Transmissão 500KV Oriximaná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cariri 500/230 KV.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 30% do Capital Social, tendo essa iniciada suas atividades operacionais em setembro de 2009.

Durante o exercício de 2013, a Companhia recebeu dividendos da SPE no montante de R$ 9.152 e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 738 (2012 – R$ 5.470).

19.5.13. Manaus Transmissora de Energia S.A.

A Manaus Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

A SPE detém a concessão, para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de Linha de Transmissão 500 kV Oriximiná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 kV e SE Cariri 500/230kV.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de outubro de 2008, pelo prazo de trinta anos, e o início das atividades operacionais da SPE está previsto para abril de 2013.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 30% do Capital Social.

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou aporte de capital no montante de R$ 12.920 e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 16.739 (2012 – perda de R$ 8.368).

19.5.14. Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, de prazo indeterminado, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho - Araraquara 2, nº 2, em Corrente Contínua, em cerca de 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da Aneel.

A Norte Brasil detém a concessão do serviço público de transmissão outorgada pelo Decreto s/ nº, de 26 de fevereiro de 2009, nos termos do Contrato de Concessão nº 016/2009, firmado com a Agencia Nacional de Energia Elétrica – Aneel, em 26 de fevereiro de 2009, pelo prazo de trinta anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para abril de 2014.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou aporte de capital na SPE no montante de R$ 30.625 e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 5.615 (2012 – R$ 8.898).

19.5.15. Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 – Aneel, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à SPE pela União, a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e iniciou suas atividades operacionais em 22 de novembro de 2011.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social.

Durante o exercício de 2013, a Companhia apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 12.619 (2012 – R$ 11.191).

19.5.16. Transnorte Energia S.A.

A Transnorte Energia S.A. foi constituída em 25 de novembro de 2011 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, e tem por objetivo planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos.

Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012 – Aneel, de 25 de janeiro de 2012, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e o início de suas atividades operacionais está previsto para janeiro de 2015.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 49% do Capital Social.

Os custos de implantação do projeto serão absorvidos pelas receitas futuras, conforme previsto nos seus estudos de viabilidade técnico-econômico.

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou aporte de capital na SPE no montante de R$ 14.188 e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 2.197 (2012 – R$ 350).

19.6. Coligada - Energética Águas da Pedra S.A.

A Energética Águas da Pedra S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 3 de abril de 2007 com o objetivo de construir e operar a UHE Dardanelos com o seu sistema de transmissão.

Em 6 de setembro de 2007, Dardanelos recebeu sua Licença de Instalação, incluindo o sistema de transmissão associado, tornando-se assim, um empreendimento apto a iniciar as atividades para a sua implantação. A usina, construída no Município de Aripuanã, em Mato Grosso, no Rio Aripuanã, tem capacidade nominal de 261 MW e um reservatório de 0,24 km², o que corresponde à melhor relação entre a área inundada e energia gerada já construída no Brasil. A operação da UHE Dardanelos é terceirizada pela empresa ENEX O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

A energia gerada pela UHE Dardanelos é comercializada com 24 distribuidoras no Brasil, por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR.

O contrato de concessão foi assinado em 03 de setembro de 2007 pelo prazo de trinta e cinco anos e iniciou suas atividades operacionais em agosto de 2011.

A participação da Companhia na SPE corresponde a 24,50% do Capital Social.

Durante o exercício de 2013, a Companhia recebeu dividendos da SPE no montante de R$ 7.096 (2012 – R$ 4.618) e apurou ganho com equivalência patrimonial no montante de R$ 13.520 (2012 – R$ 12.940).

19.7. Uso futuro de bens

As informações a respeito dos bens registrados, transitoriamente, a título de uso futuro no serviço concedido, são as seguintes:

19.7.1. Terrenos

Representados por áreas urbanas e rurais, em fase de avaliação quanto à sua destinação, localizadas em Manaus (AM), São Luís (MA), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Inclui, ainda, o terreno destinado à construção da futura sede da Companhia em Brasília (DF). Exceto pelo terreno destinado a futura sede, os demais foram totalmente provisionados.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

19.7.2. Edificações, obras civis e benfeitorias

Conjunto de edificações específicas, de caráter técnico-operacional e administrativo, decorrentes de desativação de usina termelétrica e subestação, localizadas em Belém (PA) e Porto Velho (RO), e que, devido ao longo tempo em desuso, foram provisionadas em 2012.

19.7.3. Máquinas e equipamentos

. Compensador estático

Localizado em Manaus (AM), e que, devido ao longo tempo em desuso, foi provisionado em 2012.

. UTE Balbina

Em 14 de agosto de 2012, a Companhia iniciou um processo de seleção de parceiros, visando à criação de Sociedade de Propósito Específico (SPE), para o projeto de uma nova usina termelétrica (UTE Biomassa), com o aproveitamento dos equipamentos inicialmente adquiridos para implementação da UTE Balbina, utilizando-se a biomassa proveniente dos reservatórios da UHE Teles Pires e da UHE Colíder, ambas localizadas no estado de Mato Grosso.

Em 14 de novembro de 2012, a Administração da Companhia autorizou a parceria visando à implantação do citado empreendimento. Porém, apesar de aprovada, essa parceria ainda não foi firmada entre as partes, pois a empresa escolhida realiza testes dos equipamentos que serão fornecidos (equipamentos da UTE Balbina).

Os efeitos financeiros desta operação em relação aos equipamentos foram apurados e contabilizados nas demonstrações financeiras da Companhia. Os equipamentos, objeto de aporte de capital na operação por parte da Companhia, apresentam saldo contábil de R$ 73.109 e estavam registrados em outros créditos no grupo de bens destinados à alienação. Devido às dificuldades nas negociações para formação de parceria, a Companhia decidiu provisionar durante o exercício corrente o saldo ainda não provisionado (nota 20.6.2.3), pois em 2012 a Companhia já havia provisionado o montante de R$ 27.389.

19.7.4. Outros

A Companhia efetuou pagamentos aos fornecedores da obra UHE Sinop (nota 19.5.8.) no montante de R$ 28.832. Este valor será capitalizado por meio de aumento de capital na referida SPE tão logo os processos legais e formais de sua constituição sejam finalizados.

NOTA 20 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração de energia elétrica. A infraestrutura destinada aos seguimentos de transmissão é tratada nos termos estabelecidos no ICPC 01 (nota 10).

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

20.1. Movimentação

Controladora

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Incorporação RBTE	Saldo em 31/12/2013	% (*)
						Para serviço	Outros			
Geração										
Em serviço	17.185.462	17.185.029	-	(9.040)	-	27.363	(18.688)	-	17.184.664	
Depreciação acumulada	(8.281.232)	(8.678.545)	-	6.362	(413.266)	-	(14.974)	-	(9.100.423)	2,49
Em curso	246.484	134.788	55.654	(15.094)	-	(32.388)	17.141	-	160.101	
Total Geração	**9.150.714**	**8.641.272**	**55.654**	**(17.772)**	**(413.266)**	**(5.025)**	**(16.521)**	-	**8.244.342**	
Administração Central										
Em serviço	169.203	229.398	-	(761)	-	41.737	(33.393)	53	237.034	
Depreciação acumulada	(98.902)	(96.390)	-	704	(14.194)	(3.131)	22.092	(15)	(90.934)	13,09
Em curso	279.937	121.806	55.391	(3.229)	-	(33.590)	(13.889)		126.489	
Total Administração	**350.238**	**254.814**	**55.391**	**(3.286)**	**(14.194)**	**5.016**	**(25.190)**	**38**	**272.589**	
Comercialização										
Em serviço	130.352	136.417	-	(1.339)	-	2.723	(1.307)	-	136.494	3,15
Depreciação acumulada	(48.833)	(54.170)	-	946	(4.294)	-	102	-	(57.416)	
Em curso	9.826	11.223	2.647	(9)	-	(2.714)	-	-	11.147	
Total Comercialização	**91.345**	**93.470**	**2.647**	**(402)**	**(4.294)**	**9**	**(1.205)**	-	**90.225**	
Obrigações Especiais										
Reintegração Acumulada	16.859	19.667	-	-	-	-	-	-	19.667	
Obrigações Especiais	(166.556)	(166.556)	-	-	2.811	-	-	-	(163.745)	
Total Obrigações Especiais	**(149.697)**	**(146.889)**	-	-	**2.811**	-	-	-	**(144.078)**	
Indenização da UHE Coaracy Nunes	-	(35.492)	(3.013)	-	-	-	-	-	(38.505)	
Perda sobre indenização Coaracy Nunes	-	(77.553)	-	-	-	-	-	-	(77.553)	
Total Provisão Impairment	-	(408.207)	(112.390)	-	-	-	-	-	(520.597)	
Total	9.442.600	8.321.415	(1.711)	(21.460)	(428.943)	-	(42.916)	38	7.826.423	

(*) Média anual das taxas de depreciação.

Consolidado

	Saldo em 01/01/2012	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências		Saldo em 31/12/2013	% (*)
						Para serviço	Outros		
Geração									
Em serviço	17.193.804	17.185.029	-	(9.040)	-	27.363	(18.688)	17.184.664	
Depreciação acumulada	(8.289.574)	(8.678.545)	-	6.362	(413.266)	-	(14.974)	(9.100.423)	2,49
Em curso	246.484	134.788	55.654	(15.094)	-	(32.388)	17.141	160.101	
Total Geração	**9.150.714**	**8.641.272**	**55.654**	**(17.772)**	**(413.266)**	**(5.025)**	**(16.521)**	**8.244.342**	
Administração Central									
Em serviço	187.110	229.549	-	(765)	-	41.737	(33.446)	237.075	
Depreciação acumulada	(109.459)	(96.426)	-	704	(14.206)	(3.131)	22.092	(90.967)	13,09
Em curso	280.345	121.806	55.391	(3.229)	-	(33.590)	(13.889)	126.489	
Total Administração	**357.996**	**254.929**	**55.391**	**(3.290)**	**(14.206)**	**5.016**	**(25.243)**	**272.597**	
Comercialização									
Em serviço	130.352	136.417	-	(1.339)	-	2.723	(1.307)	136.494	3,15
Depreciação acumulada	(48.833)	(54.170)	-	946	(4.294)	-	102	(57.416)	
Em curso	9.826	11.223	2.647	(9)	-	(2.714)	-	11.147	
Total Comercialização	**91.345**	**93.470**	**2.647**	**(402)**	**(4.294)**	**9**	**(1.205)**	**90.225**	
Obrigações Especiais (nota 20.5)									
Reintegração Acumulada	16.859	19.667	-	-	-	-	-	19.667	
Obrigações Especiais	(166.556)	(166.556)	-	-	2.811	-	-	(163.745)	
Total Obrigações Especiais	**(149.697)**	**(146.889)**	-	-	**2.811**	-	-	**(144.078)**	
Indenização da UHE Coaracy Nunes	-	**(35.492)**	**(3.013)**	-	-	-	-	**(38.505)**	
Perda sobre indenização Coaracy Nunes	-	**(77.553)**	-	-	-	-	-	**(77.553)**	
Provisão Impairment (nota 20.6)	-	**(408.207)**	**(112.390)**	-	-	-	-	**(520.597)**	
Total	**9.450.358**	**8.321.530**	**(1.711)**	**(21.464)**	**(428.955)**	-	**(42.969)**	**7.826.431**	

(*) Média anual das taxas de depreciação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os contratos de concessão preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, desta forma a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

20.2. Taxas anuais de depreciação

As taxas anuais de depreciação estabelecidas pelo Órgão Regulador são as constantes da tabela anexa à Resolução Normativa nº 367/2009, de 2 de junho de 2009, da Aneel. As principais taxas praticadas pela Companhia são as seguintes:

	Controladora/Consolidado
Geração	
Comporta	3,3% a.a.
Reservatório	2% a.a.
Casa de força	2% a.a.
Turbina hidráulica	2,5% a.a.
Turbina a gás	4% a.a.
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3% a.a.
Administração central	
Benfeitorias	3,3% a.a.
Edifícios	3,3% a.a.
Equipamentos gerais	6,25% a.a.
Equipamentos gerais (Informática)	**16,67% a.a.**

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2013, o valor contábil bruto de R$ 320.861 (2012 – R$ 259.190), referente aos ativos totalmente depreciados. A Companhia aguarda a autorização da Aneel para realizar as respectivas baixas.

As despesas correspondentes à depreciação dos bens do imobilizado estão registradas em contrapartida a esta conta no resultado do exercício no grupo de "Custos e despesas operacionais" (nota 34).

20.3. Vinculação dos bens do Serviço Público de Energia Elétrica

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução Aneel nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

20.4. Bens em comodato

A Companhia emprestou equipamentos, mediante contrato de comodato, para a Boa Vista Energia S.A.. Trata-se da Usina Termelétrica Senador Arnon Farias de Mello (antiga UTE FLORESTA), compreendendo unidade geradora a gás LM, transformadores, disjuntores, quadros de comando, controle e proteção, vagão, turbina de potência, gerador de gás, banco de baterias, cabos de alta tensão, equipamentos de serviços auxiliares, sobressalentes e equipamentos de informática, potência instalada de 85,92 MW, no seguinte valor:

	Controladora		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Valor Bruto	55.266	54.720	50.603
(-) Depreciação acumulada	(40.822)	(39.136)	(36.010)
Subtotal	**14.444**	**15.584**	**14.593**
Ativo Imobilizado em curso	-	560	-
Subtotal	**14.444**	**16.144**	**14.593**
(-) Provisão para recuperação de ativos	(14.444)	(16.144)	-
Valor residual	-	-	**14.593**

20.5. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores repassados pela União e pelos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Em virtude da sua natureza, as obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, dessa forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, inclusive, figuram no Balanço Patrimonial como redutoras do saldo do ativo não circulante-imobilizado.

Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	Controladora		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Participações da União	137.242	139.920	142.718
Outros	6.836	6.969	6.979
Total	**144.078**	**146.889**	**149.697**

20.6. Teste de impairment

A Administração da Companhia avaliou, em 31 de dezembro de 2013, a recuperabilidade dos ativos de longa duração, principalmente o Imobilizado mantido e utilizado nas suas operações, com o objetivo de identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação plena.

No processo de avaliação são identificadas as circunstâncias que possam exigir a aplicação de testes de recuperabilidade dos ativos a fim de ser determinado o montante de eventuais perdas, tomando como unidade geradora de caixa o conjunto de seus ativos por segmento (geração e transmissão), dada as características operacionais de gestão e operação da Companhia.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente pela taxa de desconto que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo, ou unidade geradora de caixa, calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo, ou unidade geradora de caixa, é reduzido ao seu valor recuperável, com a perda por redução ao valor recuperável reconhecida no resultado.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos em serviço em 31 de dezembro de 2013, com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados.

20.6.1. Ativos avaliados

A Administração identificou como passíveis de verificação, as seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC):

Posição antes da avaliação do valor recuperável em 31/12/2013						
	Ativo	**Depreciação**	**Saldo de obrigações especiais**	**Imobilizado em curso**	***Impairment* (realizado em 2012)**	**Ativos líquidos**
Geração						
UHE Tucuruí	14.322.952	(7.360.162)	(49.492)	-	-	6.913.298
UHE Samuel	1.925.640	(1.126.162)	(9.202)	-	(344.104)	446.172
UHE Curuá-Una	138.117	(90.027)	-	-	-	48.090
UTE Santana	127.806	(96.977)	-	1.407	-	32.236
Transmissão						
LT Brasil/Venezuela	97.560	(30.110)	-		-	67.450

O valor em uso de ativos será estimado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente. Os fluxos de caixa futuros devem ser estimados para o ativo em sua condição atual. As estimativas de fluxos de caixa futuros não devem incluir futuras entradas ou saídas de caixa previstas para uma futura reestruturação com a qual a entidade ainda não esteja formalmente compromissada, melhoria ou aprimoramento do desempenho do ativo e entradas ou saídas de caixa, provenientes de atividades financeiras ou os recebimentos ou pagamentos de impostos sobre a renda.

A estimativa de fluxos de caixa futuros foi baseada nas previsões e/ou orçamentos aprovados pela Administração da Companhia.

A taxa de desconto deve ser uma taxa antes de impostos sobre a renda, que reflita as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalente àqueles que a entidade espera extrair do ativo. Entretanto, se os fluxos estiverem em moeda de poder aquisitivo constante, a taxa de desconto não deve refletir a estrutura de capital da entidade, os riscos para os quais as futuras estimativas de fluxos de caixa foram ajustadas, nem a inflação projetada. Caso contrário, o efeito das premissas será levado em consideração em duplicidade.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2013 são:

– Os resultados para o fluxo de caixa foram projetados a partir do resultado de 2013;

– O rateio da administração central foi realizado em função da receita, mesmo procedimento realizado no exercício de 2012;

– A taxa de desconto real foi de 6,80% a.a. para a avaliação do grupo de geração e 6,45% a.a. para o grupo de transmissão, que foram apresentados para os empreendimentos antigos pela controladora da Companhia;

– Para a projeção da receita do segmento Transmissão foram consideradas as RAPs estabelecidas na Resolução Homologatória da Aneel nº 1.559, de 27 de junho de 2013, com vigência a partir de 1º de julho de 2013. Da mesma forma, foi projetada para o ano de 2014 até 2042 a receita com Contratos de O&M para o Contrato nº 058 da Transmissão, com base no faturamento apurado no exercício de 2013.

– A Administração da Companhia, amparada em seus contratos de concessão e em opinião de consultores jurídicos, considerou a depreciação levando em consideração o tempo de vida útil de acordo com o prazo da concessão;

– As concessões ao final do seu contrato não serão prorrogadas;

– Para o valor salvado no fim das concessões foi considerado o VNR. Conforme a Aneel, os ativos a serem indenizado serão calculados com base no seu VNR, que expressa o valor de mercado de um bem adquirido hoje.

A Administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas depois dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

20.6.2. Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável (Impairment)

20.6.2.1. Geração

	UHE Tucuruí	**UHE Samuel**	**UHE Curuá-Una**	**UTE Santana**
Ativos em Serviço	14.322.952	1.925.640	138.117	127.806
Depreciação Acumulada	(7.360.162)	(1.126.162)	(90.027)	(96.977)
Obrigações Especiais	(49.492)	(9.202)	-	-
Valor líquido	**6.913.298**	**790.276**	**48.090**	**30.829**
Ano do Fim da Concessão	2024	2029	2028	2014
Valor Residual (VNR)	8.194.632	-	-	48.486
Taxa de Desconto (Geração)	6,80%	6,80%	6,80%	6,80%
Resultado	**10.255.711**	**(446.235)**	**(6.370)**	**(11.113)**
Impairment constituído em 2012	-	**(344.104)**	-	-
Impairment constituído em 2013	-	**(102.131)**	**(6.370)**	**(11.113)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O *impairment*, nas UHEs Samuel e Curuá-Una e na UTE Santana, foi originado substancialmente, pelos efeitos das renovações das concessões, em função da Lei nº 12.783/2013.

Na avaliação da UHE Tucuruí não foi apurado *impairment*.

20.6.2.2. Transmissão

	LT Brasil Venezuela
Ativos em Serviço	97.560
Depreciação Acumulada	(30.110)
Obrigações Especiais	-
Valor líquido	**67.450**
Ano do Fim da Concessão	2021
Valor Residual	19.203
Taxa de Desconto (Transmissão)	6,45%
Resultado	**26.246**

Na avaliação do contrato de transmissão da linha de transmissão Brasil Venezuela não foi apurado *impairment*.

20.6.2.3. UTE Balbina

A Companhia apresentava saldo contábil de R$ 73.109 e provisão constituída por *impairment* de R$ 27.389 ao final do exercício de 2012. Como a parceria para utilização desta UTE e expectativa de que os equipamentos fossem disponibilizados como aporte de capital não foi concretizada, o montante remanescente, de R$ 45.720, foi totalmente provisionado (nota 19.8.3). Esse ativo está registrado no grupo de investimentos.

Quadro Resumo - Impairment

Ativos	Valor provisionado em 31/12/2013
UHE Samuel	(102.131)
UHE Curuá-Una	(6.370)
UTE Santana	(11.113)
Impaiment Imobilizado	**(119.614)**
UTE Balbina	(45.720)
Impaiment Investimento	**(45.720)**
Total	**(165.334)**

O impacto referente ao registro do valor recuperável no resultado do exercício de 2013 foi de R$ 165.334 (2012 – R$ 482.334).

20.7 - ENCARGOS FINANCEIROS CAPITALIZADOS

A Companhia e suas controladas não efetuaram capitalização de encargos financeiros nos exercícios apresentados, visto que não possuem empréstimos ligados a imobilizado em curso e que sejam permitidos pelas práticas contábeis.

NOTA 21 – INTANGÍVEL

	Controladora						
	Saldo em 01/01/2012	**Saldo em 31/12/2012**	**Adições**	**Baixas**	**Amortizações**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2013**
Não Vinculados à Concessão							
Em serviço							
Custo	43.752	43.752	15.154	-	-	141	59.047
Amortização	(23.594)	(29.097)	-	-	(6.538)	-	(35.635)
Total	**20.158**	**14.655**	**15.154**	-	**(6.538)**	**141**	**23.412**

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2012	**Saldo em 31/12/2012**	**Adições**	**Baixas**	**Amortizações**	**Transferências**	**Saldo em 31/12/2013**
Vinculados à Concessão - Distribuição							
Em serviço	9.456						
Em curso	5.611	-	-	-	-	-	-
Impairment	(14.125)	-	-	-	-	-	-
Obrigações Especiais							
Em serviço	(340)	-	-	-	-	-	-
Em curso	(472)	-	-	-	-	-	-
	130	-	-	-	-	-	-
Não Vinculados à Concessão							
Em serviço							
Custo	50.294	43.752	15.154	-	-	141	59.047
Amortização	(26.097)	(29.097)	-	-	(6.538)	-	(35.635)
Em curso	2.109	-					-
	26.306	**14.655**	**15.154**	-	**(6.538)**	**141**	**23.412**
Total	**26.436**	**14.655**	**15.154**	-	**(6.538)**	**141**	**23.412**

Os valores contemplados como intangível referem-se, substancialmente, à aquisição e implantação e/ou Direito de uso de softwares. A taxa média anual de amortização é de 20%.

As despesas correspondentes à amortização dos bens do intangível estão registradas em contrapartida a esta conta, no resultado do exercício, no grupo de "Custos e despesas operacionais" (nota 34).

A Companhia avalia, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis. Não foram identificados ajustes de redução ao valor recuperável destes ativos.

NOTA 22 – FORNECEDORES

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Encargos de uso da rede elétrica (nota 22.1)	58.843	66.227	67.302	57.513	66.199	67.302
Fornecedores de energia elétrica (nota 22.2)	57.879	129.978	94.293	57.879	129.978	94.293
Fornecedores de materiais e serviços (nota 22.3)	191.629	167.587	208.772	254.839	199.523	228.221
Fornecedores de combustíveis (nota 22.4)	188.505	282.623	302.139	188.505	282.623	302.139
Total circulante	**496.856**	**646.415**	**672.506**	**558.736**	**678.323**	**691.955**

Durante o exercício, a Companhia efetuou quitação de saldos relevantes junto a fornecedores de energia elétrica. Adicionalmente, em função da homologação pela Aneel do segundo termo aditivo de 1º de julho de 2013, assinado entre a Eletronorte, Ceron, Termo Norte e Eletrobras, as obrigações assumidas anteriormente pela Companhia passaram para Ceron, não cabendo mais o fornecimento de combustível para esta operação (nota 18).

22.1. Encargos de uso da rede elétrica

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

22.2. Fornecedores de energia elétrica

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica de Produtor Independente de Energia (PIE) e, também, da importação de energia elétrica da Venezuela para a revenda à Boa Vista Energia S.A.

22.3. Fornecedores de materiais e serviços

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas a aquisição de materiais e prestação de serviços. O acréscimo no saldo consolidado do período é justificado pelo avanço no andamento das obras nas SPEs.

22.4. Fornecedores de combustíveis

Refere-se a obrigações perante fornecedores, relacionadas a aquisição de combustíveis para geração de energia no sistema isolado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 23 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos em moedas estrangeiras e moeda nacional são as seguintes:

23.1. Resumo da dívida de financiamentos e empréstimos

	Controladora								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira									
Eletrobras	9.189	55.209	461.982	9.230	50.542	478.553	9.443	47.819	503.485
Instituições financeiras	8	496	13	20	1.061	443	31	1.124	1.377
Total Moeda estrangeira	**9.197**	**55.705**	**461.995**	**9.250**	**51.603**	**478.996**	**9.474**	**48.943**	**504.862**
Moeda nacional									
Eletrobras	-	264.022	2.824.511	21.282	262.938	3.340.179	-	219.323	3.270.840
Instituições financeiras	2.350	129.800	438.155	2.303	110.532	402.305	2.809	107.254	508.233
Total Moeda nacional	**2.350**	**393.822**	**3.262.666**	**23.585**	**373.470**	**3.742.484**	**2.809**	**326.577**	**3.779.073**
Total	**11.547**	**449.527**	**3.724.661**	**32.835**	**425.073**	**4.221.480**	**12.283**	**375.520**	**4.283.935**

	Consolidado								
	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante	Encargos	Principal Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira									
Eletrobras	9.189	55.209	461.982	9.230	50.542	478.553	9.443	47.819	503.485
Instituições financeiras	8	496	13	20	1.061	443	420	1.124	1.377
Total Moeda estrangeira	**9.197**	**55.705**	**461.995**	**9.250**	**51.603**	**478.996**	**9.863**	**48.943**	**504.862**
Moeda nacional									
Eletrobras	-	264.022	2.824.511	21.282	262.937	3.340.179	-	219.323	3.282.147
Instituições financeiras	6.212	170.149	1.140.861	8.343	158.715	1.232.920	2.809	214.363	1.023.165
Total Moeda nacional	**6.212**	**434.171**	**3.965.372**	**29.625**	**421.652**	**4.573.099**	**2.809**	**433.686**	**4.305.312**
Total	**15.409**	**489.876**	**4.427.367**	**38.875**	**473.255**	**5.052.095**	**12.672**	**482.629**	**4.810.174**

Sobre os financiamentos e empréstimos incidem atualização monetária, encargos e taxas de 4,5% a 9,9% a.a., para o mercado interno; e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 8% a.a., para o mercado externo.

23.2. Vencimento das parcelas do passivo não circulante

Ano	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013	-	-	385.722	-	-	903.920
2014	-	769.239	749.777	-	886.651	753.355
2015	439.110	426.286	402.231	486.665	528.217	406.338
2016	405.664	390.609	371.571	445.854	493.035	371.670
2017	329.850	319.670	298.499	367.586	414.591	298.756
Após 2017	2.550.037	2.315.676	2.076.135	3.127.262	2.729.601	2.076.135
Total	**3.724.661**	**4.221.480**	**4.283.935**	**4.427.367**	**5.052.095**	**4.810.174**

23.3. Movimentações dos financiamentos e empréstimos

	Controladora							
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante			Não circulante	Circulante			Não circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 01/01/2012	**2.809**	**326.577**	**329.386**	**3.779.073**	**9.474**	**48.943**	**58.417**	**504.862**
Ingressos	-	-	-	166.865	-	-	-	-
Refinanciamentos	(3.187)	-	(3.187)	3.186	-	-	-	-
Provisão de encargos	303.711	-	303.711	-	38.879	-	38.879	-
Variação monetária e cambial	-	5.728	5.728	139.978	(98)	2.828	2.730	23.519
Transferências	-	346.618	346.618	(346.618)	-	49.385	49.385	(49.385)
Amortizações / pagamentos	(279.748)	(305.453)	(585.201)	-	(39.005)	(49.553)	(88.558)	-
Saldo em 31/12/2012	**23.585**	**373.470**	**397.055**	**3.742.484**	**9.250**	**51.603**	**60.853**	**478.996**
Ingressos	-	-	-	96.232	-	-	-	-
Incorporação RBTE (nota 19.5.2)	398	15.938	16.336	123.403	-	-	-	-
Refinanciamentos	(5.629)	-	(5.629)	4.245	-	-	-	-
Provisão de encargos (nota 35)	285.458	-	285.458	-	37.672	-	37.672	-
Variação monetária e cambial (nota 35)	-	2.393	2.393	132.174	76	4.791	4.867	34.570
Transferências	-	835.872	835.872	(835.872)	-	51.571	51.571	(51.571)
Amortizações / pagamentos	(301.462)	(833.851)	(1.135.313)	-	(37.801)	(52.260)	(90.061)	-
Saldo em 31/12/2013	**2.350**	**393.822**	**396.172**	**3.262.666**	**9.197**	**55.705**	**64.902**	**461.995**

	Consolidado							
	Moeda nacional				Moeda estrangeira			
	Circulante			Não circulante	Circulante			Não circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 01/01/2012	**2.809**	**433.686**	**436.495**	**4.305.312**	**9.863**	**48.943**	**58.806**	**504.862**
Ingressos	-	2.227	2.227	382.294	-	-	-	-
Refinanciamentos	(3.187)	-	(3.187)	3.186	-	-	-	-
Provisão de encargos	323.377	-	323.377	58.458	38.879	-	38.879	-
Variação monetária e cambial	-	5.728	5.728	139.978	(98)	2.828	2.730	23.519
Transferências	2.078	293.644	295.722	(295.722)	-	49.385	49.385	(49.385)
Amortizações / pagamentos	(295.452)	(310.528)	(605.980)	(5.654)	(39.394)	(49.553)	(88.947)	-
Transferência de investimento (*)	-	(3.105)	(3.105)	(14.753)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2012	**29.625**	**421.652**	**451.277**	**4.573.099**	**9.250**	**51.603**	**60.853**	**478.996**
Ingressos	-	-	-	127.332	-	-	-	-
Refinanciamentos	(5.629)	-	(5.629)	4.245	-	-	-	-
Provisão de encargos (nota 35)	343.355	-	343.355	-	37.672	-	37.672	-
Variação monetária e cambial (nota 35)	-	2.393	2.393	132.174	76	4.791	4.867	34.570
Transferências	1.517	869.961	871.478	(871.478)	-	51.571	51.571	(51.571)
Amortizações / pagamentos	(362.656)	(859.835)	(1.222.491)	-	(37.801)	(52.260)	(90.061)	-
Saldo em 31/12/2013	**6.212**	**434.171**	**440.383**	**3.965.372**	**9.197**	**55.705**	**64.902**	**461.995**

(*) Se refere à baixa dos saldos da Boa Vista Energia, cujo controle acionário foi transferido para a Eletrobras em 31 de outubro de 2012 (nota 19.5.3).

A redução no saldo desta conta deve-se, substancialmente, ao encontro de contas realizado entre a Companhia e sua controladora, Eletrobras, referente ao processo de renegociação de dívida junto à CEA, ocorrido no segundo trimestre de 2013, no montante de R$ 319.233 (nota 8.2).

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos e empréstimos estão reconhecidos no resultado financeiro.

23.4. Composição do saldo da dívida, por indexador e moeda

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Indexador						
TJLP	449.916	429.525	485.281	957.322	1.314.362	1.118.629
IPCA	2.380.752	2.764.902	2.515.584	2.380.752	2.764.902	2.515.584
SELIC	72.875	-	-	72.875	-	-
Outros	755.294	945.112	1.107.594	994.805	945.112	1.107.594
Moeda						
US$	381.089	371.251	376.343	381.089	371.251	376.732
Euro	46	289	641	46	289	641
Yen	145.763	168.309	186.295	145.763	168.309	186.295
Total	**4.185.735**	**4.679.388**	**4.671.738**	**4.932.652**	**5.564.225**	**5.305.475**
Principal	4.174.188	4.646.553	4.659.455	4.917.243	5.525.350	5.292.803
Encargos	11.547	32.835	12.283	15.409	38.875	12.672
Total	**4.185.735**	**4.679.388**	**4.671.738**	**4.932.652**	**5.564.225**	**5.305.475**

A exposição da Companhia ao risco de liquidez e juros está divulgada na nota 41.3.2.

23.5. Indicadores

Os principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos da Companhia e as controladas tiveram as seguintes variações percentuais:

Moedas / indicadores	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
IGP-M	5,51	7,81	5,09
IPCA	5,70	5,69	6,32
TJLP	4,60	7,82	5,10
Y (Iene Japonês)	(5,86)	(2,43)	29,24
US$ (Dólar Americano)	14,64	8,94	12,58
EURO	19,70	10,73	9,25

23.6. Garantias

23.6.1. Garantias dos empréstimos obtidos - Controladora

Toda dívida com a Eletrobras tem a mesma como garantidora. A dívida com instituições financeiras é garantida pelo Tesouro Nacional. A dívida com o BNDES é garantida pela receita proveniente da venda de energia elétrica.

23.6.2. Garantias oferecidas pela controladora na qualidade de interveniente dos empréstimos obtidos pelas investidas

A Companhia participa, na qualidade de interveniente garantidora, de diversos empreendimentos por meio de SPEs, em que possui participação societária. Nesses contratos, em sua maioria, a Eletrobras também figura como interveniente garantidora da operação e o valor justo dos contratos de garantia financeiro são registrados na Eletrobras. Os montantes garantidos, projeções e saldos devedores estão demonstrados no quadro abaixo:

Empreendimento	Banco Financiador	Participação da Controladora	Valor do Financiamento (Quota Parte da Controladora)	Saldo Devedor em 31/12/2013	Projeção de Saldo Devedor - Fim do Exercício			a Liberar após 2016	Término da Garantia
					2014	2015	2016		
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	CEF	49,71%	32.312	27.237	10.987	10.833	5.417	-	11/02/2016
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	BNDES	24,50%	257.250	1.104.720	1.335.372	1.288.869	933.846	-	15/01/2029
			49.000	207.649	244.351	256.544	306.819	-	15/01/2029
Linha Verde Transmissora S.A.	BTG Pactual	49,00%	110.250	231.266	-	-	-	-	31/01/2014
	BASA		90.650	143.567	214.929	196.605	178.280	-	10/11/2032
Manaus Transmissora de Energia S.A.	BASA (FNO)	30%	61.250	294.102	337.454	362.014	310.690	-	10/07/2030
	BASA (FDA)		36.750	176.461	162.086	161.855	138.908	-	Indeterminado
	BNDES		98.000	407.328	370.141	338.780	290.751	-	15/12/2026
Estação Transmissora de Energia S.A.	BNDES	100%	505.477	508.103	467.124	433.158	399.193	-	30/11/2028
	BASA (FNO)		221.789	245.408	239.597	225.049	210.502	-	30/07/2031
	BASA (FDA)		221.789	222.112	223.151	223.344	222.577	-	15/10/2030
Brasventos Eolo - Eólica	BNDES	24,5%	30.851	131.884	123.549	115.222	106.892	-	30/10/2014
Rei dos Ventos 3- Eólica	BNDES	24,5%	32.532	138.992	130.208	121.432	112.653	-	30/10/2014
Brasventos Miassaba 3 - Eólica	BNDES	24,5%	30.984	132.784	124.392	116.008	107.620	-	30/10/2014
Norte Energia S.A. (UHE Belo Monte)	BTG Pactual	19,98%	174.370	918.622	988.896	1.064.547	1.145.985	2.003.539	15/01/2042
	CEF		610.297	3.215.178	3.461.140	3.725.917	4.010.949		15/01/2042
	BNDES		1.177.002	6.164.809	6.585.206	7.034.621	7.515.079		15/01/2042
Rio Branco Transmissora Energ. S.A.	BNDES	100%	138.000	138.894	128.411	117.929	107.446	-	15/03/2027
Transmissora Matogrossense Energ. S.A.	BB (FCO)	49%	39.200	81.263	81.263	81.263	75.459	-	01/02/2029
	BNDES		42.777	77.452	71.453	65.194	58.935	-	15/05/2026

23.7. Debêntures – Estação Transmissora de Energia S.A.

Em 20 de janeiro de 2012, a Assembleia de acionistas aprovou a emissão de Debêntures, para subscrição particular, de 221.789.000 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil) debêntures de primeira emissão da SPE, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis, dividida em Quatro Séries com Garantia Real e Fidejussória por Fiança.

a) As debêntures serão emitidas e os recursos liberados, assim distribuídos:

Data estimada para emissão	Série	Quantidade de debêntures	Valor unitário	Valor total
21/01/2012	1ª	67.157.589,87	1,00	67.157
30/09/2013	2ª	78.347.824,83	1,00	78.348
30/09/2013	3ª	65.100.762,56	1,00	65.101
30/11/2013	4ª	11.182.822,74	1,00	11.183
Total		**221.789.000,00**		**221.789**

Foram emitidos dois Boletins de subscrição de debêntures para a liberação das três primeiras parcelas dos recursos de financiamentos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, conforme demonstrativo de composição. No dia 16 de fevereiro de 2012, foi emitida a Escritura Pública da primeira emissão privada debêntures.

Consolidado						
			31/12/2013			31/12/2012
Financeira	Atualização	Vencimento	Principal	(-) Custos	Montante da dívida	Montante da dívida
BASA/FDA	TJLP + 1,65% a.a	10/07/2031	221.789	(3.107)	218.682	69.320
Circulante					**(12.804)**	**(1.305)**
Não circulante					**205.878**	**68.015**

b) Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela SPE com a emissão das debêntures foram integralmente utilizados na implantação da estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ±600kV, número 01, com capacidade de 3150 MW, localizada na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia e a implantação da Linha de Eletrodo e Eletrodos de Aterramento na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia.

c) Período de Conversão: qualquer debenturista poderá, a qualquer tempo a partir da data de emissão, a seu exclusivo critério, solicitar a conversão das debêntures de qualquer série, integral ou parcialmente, em ações de emissão da Companhia, até o limite de 50% do montante subscrito, mediante envio de notificação à Companhia, por escrito, solicitando a referida conversão. As debêntures somente serão convertidas em ações, com direito ou não a voto, se a Companhia detentora estiver registrada na Comissão de Valores Mobiliários como empresa de capital aberto, na forma do regulamento do FDA.

d) Prazo de subscrição e forma de integralização: as debêntures de cada série serão subscritas em até 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva data de emissão. A integralização das debêntures de cada série será à vista, em moeda nacional, no ato da subscrição ("data de integralização"). As debêntures de cada série serão subscritas e integralizadas pelo seu valor nominal.

e) Pagamentos e vencimento: a SPE pagará o valor total da emissão no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) meses, incluído o período de carência, contados a partir da formalização da Escritura de Debêntures, respeitadas as seguintes condições:

As debêntures terão prazo de carência de forma que o primeiro pagamento ocorra até um ano após 26 de abril de 2012 (data prevista para o projeto entrar em operação), conforme Parágrafo único, artigo 21 e artigo 23 do Regulamento do FDA. Foi celebrado um Termo Aditivo ao contrato de financiamento, assinado em 22 de março de 2013, prorrogando para 33 (trinta e três) meses o prazo de carência, contados a partir do primeiro dia 10 (dez) seguinte à data de formalização da cédula de crédito, de forma que o vencimento da primeira amortização do principal e juros será em 10 de maio de 2014.

(i) Havendo exclusão de responsabilidade da emissora, quanto ao atraso no início da entrada em operação do empreendimento, os prazos de carência e vencimento do financiamento poderão ser prorrogados, desde que referida prorrogação seja aprovada pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, com a anuência do Banco da Amazônia S.A - BASA.

(ii) Ainda que haja prorrogação da carência, os encargos financeiros devidos serão estabelecidos da seguinte forma: as debêntures, a partir de sua emissão, sofrerão incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, mais juros de 0,15% a.a. (base 365 dias), a título de "del credere" do agente operador, desde a data da primeira liberação até a data do efetivo pagamento. Após o término da carência, cujo prazo é contado da data da contratação até 1 ano após a data prevista para entrada em operação, serão adicionados juros de 1,50% a.a., sobre o saldo devedor da operação, totalizando encargos de 1,65% a.a. (base 365 dias).

f) Obrigações contratuais: as obrigações contratuais estão integralmente cumpridas na data dessas informações financeiras.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia a critério da SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão. Diante desse fato, foi avaliado derivativo na operação, mencionado na nota 14.2.

NOTA 24 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - PASSIVO

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
IR Fonte (nota 24.1.1)	23.059	20.927	26.010	24.086	21.452	26.010
PIS/PASEP/COFINS (nota 24.1.2)	34.161	23.509	29.736	35.313	23.544	30.088
ICMS (nota 24.1.3)	6.978	7.627	17.067	6.978	7.959	17.368
INSS (nota 24.1.4)	2.925	3.281	2.648	3.078	5.097	3.773
IRPJ / CSLL	1.716	-	-	1.716	-	-
ISS	2.330	1.866	1.803	2.405	4.668	2.434
Outros	118	104	214	149	529	1.271
Total circulante	**71.287**	**57.314**	**77.478**	**73.725**	**63.249**	**80.944**
Passivo fiscal diferido	17.392	36.827	13.609	110.161	105.725	44.112
Total não circulante (nota 24.3)	**17.392**	**36.827**	**13.609**	**110.161**	**105.725**	**44.112**
Total	**88.679**	**94.141**	**91.087**	**183.886**	**168.974**	**125.056**

24.1. Tributos a recolher

24.1.1. Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)

Imposto devido à Receita Federal do Brasil - RFB, retido de prestadores de serviços e sobre encargos nos empréstimos de mútuo com a controladora.

24.1.2. COFINS e PASEP

Contribuições devidas à RFB sobre a receita da Companhia, do mês de dezembro, para recolhimento no mês de janeiro do ano subsequente, apuradas nos regimes cumulativo e não cumulativo de tributação.

24.1.3. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Imposto devido aos fiscos estaduais, incidente sobre a venda de energia elétrica e nas aquisições de mercadorias e serviços, relativo à parcela do diferencial de alíquota das aquisições interestaduais.

24.1.4. Contribuições Previdenciárias

Contribuições devidas à RFB sobre serviços prestados por pessoas físicas.

24.2. Tributos diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos estão demonstrados na nota 11.2.

24.3. Programação de realização

A realização dos passivos não circulantes foi estimada conforme abaixo:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
2013	-	21.840	-	-	5.409	-
2014	-	-	-	-	7.932	-
2015	-	-	-	-	9.120	-
2016	-	-	-	-	10.488	-
Após 2016	17.392	14.987	13.609	110.161	72.776	44.112
Total não circulante	**17.392**	**36.827**	**13.609**	**110.161**	**105.725**	**44.112**

NOTA 25 – REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em função da apuração de lucro neste exercício, serão distribuídos pela Companhia os dividendos previstos na legislação societária e nos termos do contrato de metas de desempenho firmado com a Eletrobras, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora/Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Passivo circulante			
a) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:			
Lucro líquido do exercício	1.268.316	-	58.336
Absorção de prejuízos acumulados	(734.973)	-	-
Constituição da Reserva legal (5%)	(26.667)	-	(2.917)
Incentivo fiscal	(99.938)	-	-
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	406.738	-	55.419
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**101.685**	-	**13.855**
b) Dividendos propostos	**101.685**	-	**13.855**
c) Complemento de dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2010	-	-	**2.879**
d) Saldo de exercícios anteriores	**701**	**647**	**1.559**
Total	**102.386**	**647**	**18.293**
Patrimônio líquido			
a) Dividendos adicionais propostos	305.053	-	41.564
b) Dividendos adicionais propostos de exercício anteriores	-	-	**8.636**
Total	**305.053**	-	**50.200**
Total geral	**407.439**	**647**	**68.493**

Sobre os valores dos dividendos incidem encargos financeiros equivalentes à taxa SELIC, até o dia do efetivo pagamento, conforme Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998, devendo ser considerada a taxa diária para atualização do valor durante os cinco dias úteis anteriores à data do pagamento, a mesma taxa SELIC divulgada no quinto dia útil que antecede o dia da efetiva quitação da obrigação, de acordo com a nova redação dada pelo Decreto nº 3.381, de 13 de março de 2000 (nota 35).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 26 – OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Folha de pagamento	39.150	32.503	30.703	39.150	32.545	32.419
Encargos sobre folha de pagamento	58.764	52.261	53.607	58.764	52.261	53.607
Provisão de férias	67.924	72.134	71.115	67.924	72.272	75.458
Provisão de 13º salário	-	-	-	-	38	-
INSS sobre provisão de férias e 13º salário	22.983	24.347	23.105	22.983	24.347	24.139
FGTS sobre provisão de férias e 13º salário	6.340	6.716	6.374	6.340	6.716	6.721
Incentivo ao desligamento de pessoal (nota 26.1)	12.088	146.854	19.169	12.088	146.854	19.169
Outras	12.321	11.817	10.431	12.321	11.821	11.941
Total circulante	**219.570**	**346.632**	**214.504**	**219.570**	**346.854**	**223.454**
Incentivo ao desligamento de pessoal (nota 26.1)	7.929	-	138.015	7.929	-	138.015
Total não circulante	**7.929**	**-**	**138.015**	**7.929**	**-**	**138.015**
Total	**227.499**	**346.632**	**352.519**	**227.499**	**346.854**	**361.469**

26.1. Incentivo ao desligamento de pessoal

A Companhia aprovou, em 22 de maio de 2013, o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID). A adesão ao PID implica na desistência de inscrição no antigo Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), aprovado em 21 de junho de 2011, por aqueles que faziam parte deste PIDV.

Esses programas preveem o pagamento de benefícios capazes de representar um prêmio de gratidão e que permita assegurar um futuro estável a quem optou pelo afastamento da Companhia. A seguir, são demonstrados os principais benefícios oferecidos:

Parâmetros indenizatórios	PIDV	PID - Etapa 1	PID - Etapa 2
Aprovação pela Companhia	21/06/2011	24/05/2013	24/05/2013
Adesão	01/08/2011 a 30/09/2011	10/06/2013 a 10/07/2013	10/06/2013 a 10/07/2013
Vigência	01/10/2011 a 30/09/2013	12/07/2013 a 13/12/2013	14/01/2014 a 14/11/2104
Desistência	Até o dia 31/08/2013	O empregado inscrito não poderá desistir do plano	O empregado inscrito não poderá desistir do plano
Incentivo por ano trabalhado (a)	Parcela fixa de R$ 30 + 50% remuneração fixa por ano trabalhado	65% da remuneração fixa por ano trabalhado	50% remuneração fixa por ano trabalhado
Limite de anos trabalhados	2 anos	35 anos	24 anos
Incentivo mínimo	Não aplicável	R$ 100	Não aplicável
Incentivo máximo	R$ 222	R$ 600	R$ 250
Incentivo complementar (b)	40% do saldo para fins rescisórios do FGTS e verbas rescisórias	40% do saldo para fins rescisórios do FGTS e verbas rescisórias	40% do saldo para fins rescisórios do FGTS e verbas rescisórias
Limite total máximo (a)+(b)	R$ 593	Não aplicável	R$ 400
Assistência à saúde	Não aplicável	60 meses	12 meses
Quantidade de inscritos	455 empregados	340 empregados	24 empregados
Desligamentos efetuados	65 desligamentos	340 desligamentos	Iniciarão em 14/01/2014
Desistências	388 desistências	-	-
Saldo contábil em 31/12/2013	R$ 507	R$ 9.910	R$ 9.600

Para o cálculo do incentivo indenizatório foram consideradas a remuneração fixa do mês da adesão ou do mês do desligamento, o que for maior, e os adicionais de periculosidade, insalubridade e transferência, dentre outros, calculados pela média dos últimos doze meses.

O efeito dos programas de desligamento no resultado do exercício de 2013 foi de R$ 78.602 (2012 – R$ 3.000) (nota 34.3).

As negociações para a aprovação do PIDV e do PID envolveram a Eletrobras, Ministério de Minas e Energia (MME) e o Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

NOTA 27 – PROVISÕES PARA RISCOS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

Na data de encerramento das demonstrações financeiras, existem as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza:

	Controladora					
	1/01/2012	31/12/2012	Provisões/ Reversões	Pagamentos/ Baixas	ransferências	31/12/2013
Trabalhistas	165.001	312.953	2.775	(6.611)	(240.000)	69.117
Tributárias	46.541	20.190	26.820	(68)	-	46.942
Cíveis	703.742	608.370	56.460	(193.844)	-	470.986
Total	**915.284**	**941.513**	**86.055**	**(200.523)**	**(240.000)**	**587.045**

	Consolidado					
	01/01/2012	31/12/2012	Provisões/ Reversões	Pagamentos/ Baixas	Transferências	31/12/2013
Trabalhistas	177.107	312.953	2.775	(6.611)	(240.000)	69.117
Tributárias	46.541	20.190	26.820	(68)	-	46.942
Cíveis	704.135	608.662	56.168	(193.844)	-	470.986
Total	927.783	941.805	85.763	(200.523)	(240.000)	587.045

As contrapartidas das provisões e reversões estão registradas no grupo de despesas, conforme demonstrada na nota 34.4.

27.1. Processos judiciais

A Companhia tem sido acionada em diversos processos judiciais, decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo ações de natureza trabalhista, tributária e cível.

A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função do risco de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos, da seguinte forma:

– Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como provável, são constituídas provisões;

– Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como possível, as informações correspondentes são divulgadas em notas explicativas;

– Para os processos cujo desfecho desfavorável para a Companhia seja considerado como remoto, somente são divulgadas em notas explicativas as informações que, a critério da Administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Durante o exercício de 2013, a Administração procedeu a uma avaliação dos riscos de contingências relacionados a tais processos judiciais e, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para os riscos, cujas possibilidades de um desfecho desfavorável é considerado provável, no seguinte contexto:

– Os processos judiciais trabalhistas são compostos, na sua grande parte, de ações relativas a adicional de periculosidade, horas extras, cálculo de multa de FGTS, alinhamento de curva salarial, etc;

– Na área tributária, existem algumas questões envolvendo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil.

– Os processos judiciais cíveis de maior relevância são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamatórias de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas, conforme abaixo:

Ação de desapropriação – UHE Balbina

Desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 348.662 (2012 – R$ 333.362).

Ações cíveis indenizatórias - Fornecedores

No primeiro trimestre de 2013, houve pagamento da provisão cível referente à finalização do processo da Sondotécnica, no montante de R$ 164 milhões (nota 16).

Ação trabalhista – Curva salarial

Em abril de 2013, foi transferido para conta de outros passivos (nota 30) o montante de R$ 240.000, referente à conclusão do processo da curva salarial, conforme acordo celebrado entre a Companhia e o sindicato dos empregados, para pagamento ao longo do exercício. Deste montante, a Companhia efetuou o pagamento de R$ 203.337 até a data do balanço, restando, desta forma, o saldo de R$ 36.663 a pagar no exercício seguinte.

27.2. Processos judiciais não provisionados

Conforme prática contábil em vigor e por representarem risco de perda possível para a Companhia, de acordo com opinião dos consultores jurídicos, os valores abaixo não foram provisionados:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Trabalhistas	19.129	20.237	15.359	19.129	20.237	16.696
Tributários	377.409	140.558	108.918	377.409	140.656	108.918
Cíveis	401.660	386.095	321.025	401.660	386.897	347.709
Total	**798.198**	**546.890**	**445.302**	**798.198**	**547.790**	**473.323**

Ação indenizatória – Cível: Ressarcimento de valores pagos à empresa Albrás Alumínio Brasileiro S.A. por força de obrigações assumidas em contratos de seguro, tendo a referida empresa se sub-rogado no crédito em face da Companhia, no montante de R$ 217.066 (2012 – R$ 214.376).

Autor: Sul America Companhia Nacional de Seguros.

Ação Tributária: Aplicação de multa sobre a transferência de crédito de ICMS à Boa Vista Energia, quando da cisão do patrimônio da Companhia para criação desta, por imposição da legislação atinente ao Programa Nacional de Desestatização – PND, no montante de R$ 66.832 (2012 – R$ 64.132).

Autor: Estado de Roraima.

Ação Tributária (Administrativa): A Receita Federal autuou a Companhia, no montante de R$ 123.900, por entender que a correção de contrato, anterior a outubro de 2003, pelo IGPM descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, portanto, à tese da Companhia.

Autor: Receita Federal do Brasil.

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

NOTA 28 – ENCARGOS SETORIAIS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Reserva global de reversão (RGR) (nota 28.1)	73.506	31.744	24.359	77.145	31.744	28.772
Conta de consumo de combustível (CCC) (nota 28.2)	-	15.600	41.631	-	15.600	42.144
Conta de desenvolvimento energético (CDE) (nota 28.3)	646	5.927	6.635	646	5.927	6.635
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia (Proinfa) (nota 28.4)	13.916	15.387	17.057	13.916	15.387	17.057
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (nota 28.5)	166.127	128.255	120.804	166.703	128.255	124.212
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH) (nota 28.5)	19.410	20.118	24.262	19.410	20.118	24.262
Outros	971	1.579	1.631	1.576	1.579	1.631
Total circulante	**274.576**	**218.610**	**236.379**	**279.396**	**218.610**	**244.713**
Pesquisa e desenvolvimento (P&D) (nota 28.5)	-	18.501	17.052	-	18.501	20.239
Total não circulante	**-**	**18.501**	**17.052**	**-**	**18.501**	**20.239**
Total	**274.576**	**237.111**	**253.431**	**279.396**	**237.111**	**264.952**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os valores registrados no passivo como RGR, CCC, CDE, PROINFA e P&D possuem contrapartida em contas de resultado, como deduções da receita operacional (nota 33). As demais contas estão apresentadas em conta de resultado, no grupo de despesas operacionais (nota 34).

De acordo com o art. 24 da Lei nº 12.783/13, o rateio do custo de consumo de combustíveis (CCC) para geração de energia elétrica no Sistema Isolado foi extinto em fevereiro de 2013 e os valores em aberto foram devidamente recolhidos durante o período corrente.

28.1. Reserva Global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos das concessionárias e permissionárias, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço.

28.2. Conta de Consumo de Combustível - CCC

Fundo setorial, criado na década de 70, alterado pela Lei nº 12.111/2009, que tinha a finalidade de reembolsar parte do custo total de geração para atendimento ao serviço público de energia elétrica nos Sistemas Isolados, tendo sido mantida a cobertura para os empreendimentos sub-rogados.

De acordo com o art. 24 da Lei nº 12.783/2013, foi extinto o rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica no Sistema Isolado. Neste caso, a Companhia deixou de efetuar o recolhimento deste encargo (nota 2.4).

28.3. Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento aos estados que ainda não possuem rede canalizada.

Criada em 26 de abril de 2002, a CDE tem duração de 25 anos e é gerida pela Eletrobras, cumprindo programação determinada pelo Ministério de Minas e Energia, não afetando o resultado da Companhia.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

De acordo com o art. 23 da Lei nº 12.783/13, passam a vigorar com alterações, o recolhimento da CDE a partir de 1º. de janeiro de 2013 (nota 2.4).

28.4. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, que busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW contratados estão divididos em 1.191,24 MW provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Eletrobras. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia. O Proinfa também proporciona a redução da emissão de gases de efeitos estufa da ordem de 2,8 milhões de toneladas de CO2/ano ao incluir as fontes limpas na produção de energia elétrica do país.

28.5. Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

A Companhia, na condição de empresa concessionária de energia elétrica, está obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 0,4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 0,4% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel; e (iii) 0,2% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

A composição dos recursos aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento e dos repasses ao FNDCT e ao MME é a seguinte:

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Passivo circulante						
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	160.818	124.212	116.656	161.241	124.212	120.064
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.539	2.695	2.765	3.641	2.695	2.765
Ministério de Minas e Energia (MME)	1.770	1.348	1.383	1.821	1.348	1.383
Total	**166.127**	**128.255**	**120.804**	**166.703**	**128.255**	**124.212**
Passivo não circulante						
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	-	**18.501**	**17.052**	-	**18.501**	**20.239**
Ativo circulante						
Custos com projetos em andamento (nota 15)	(87.825)	(33.363)	(32.870)	(87.825)	(33.363)	(32.870)
Total geral	**78.302**	**113.393**	**104.986**	**78.878**	**113.393**	**111.581**

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado, em pesquisa e desenvolvimento, como dedução da receita operacional (nota 33).

28.6. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, para fins de geração de energia elétrica, foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A Aneel gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nº 9.433/1997, nº 9.984/2000 e nº 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHE's, enquanto os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH´s), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

NOTA 29 – ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

Em 2004, a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, se constituindo num derivativo embutido (nota 14).

Com base nessas condições, a Albras efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

Ano	Controladora / consolidado					
	Valores liberados	Amortizações efetuadas	Ganhos	Saldo	Circulante	Não circulante
01/01/2012	1.200.000	(263.714)	(12.736)	923.550	(44.098)	879.452
31/12/2012	1.200.000	(308.890)	(15.293)	875.817	(45.583)	830.234
31/12/2013	1.200.000	(356.707)	(18.131)	825.162	(48.910)	776.252

NOTA 30 - OUTROS PASSIVOS

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Circulante						
Convênios (nota 30.1)	91.059	43.300	41.203	91.059	43.300	41.203
Provisões de multa Aneel	-	12.979	7.703	-	12.979	7.703
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	5.568	5.984	5.435	5.568	5.984	5.435
Diferenças salariais (nota 30.2)	-	8.157	13.332	-	8.157	13.332
Compensações Socioambientais (nota 30.3)	18.879	17.588	19.536	18.879	17.588	19.536
Passivo Curva Salarial (nota 27.1)	36.663	-	-	36.663	-	-
Gastos a realizar em empreendimentos	15.908	14.201	19.136	15.908	14.201	19.136
Empréstimo de títulos - Eletrobras (nota 30.4)	-	63.806	-	-	63.806	-
Provisão - Óleo Combustível (nota 30.5)	53.063	53.063	-	53.063	53.063	-
Provisão para passivo a descoberto em controlada (nota 19.2)	-	-	259.587	-	-	-
Contrato oneroso (nota 30.6)	3.066	719	-	3.066	719	-
Diversos	141.114	134.248	19.640	141.129	134.264	22.292
Total do circulante	**365.320**	**354.045**	**385.572**	**365.335**	**354.061**	**128.637**
Não circulante						
Compensações Socioambientais (nota 30.3)	56.638	66.399	97.678	56.638	66.399	97.678
Contrato oneroso (nota 30.6)	85.860	20.834	-	85.860	20.834	-
Adiantamento recebido da Eletrobras	-	-	-	-	-	39.346
Provisão multa Aneel	16.514	-	-	16.514	-	-
Diversos	-	1.561	1.485	1.150	1.561	1.485
Total não circulante	**159.012**	**88.794**	**99.163**	**160.162**	**88.794**	**138.509**
Total geral	**524.332**	**442.839**	**484.735**	**525.497**	**442.855**	**267.146**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

30.1. Convênios

	Controladora/Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Convênio - Cooperação técnica MME (nota 30.1.1)	60.000	-	-
Convênio - DNIT nº 310/2006 (nota 30.1.2)	21.799	28.523	34.744
Convênios - Eletrobras	3.980	9.625	981
Outros convênios	5.280	5.152	5.478
Total	**91.059**	**43.300**	**41.203**

30.1.1. Acordo cooperação técnica – Ministério de Minas e Energia (MME)

Os valores registrados se referem a acordo de Cooperação Técnica, a ser estabelecido com o Ministério de Minas e Energia – MME, por intermédio da Secretaria de Energia, visando aproveitar racionalmente os equipamentos de geração de energia elétrica, mediante cessão em comodato de bens, de propriedade da Companhia, com a transferência das unidades geradoras da UTE Rio Madeira, conforme autorizado pela Medida Provisória nº 618, de 05 de junho de 2013, e Medida Provisória nº 625, de 05 de setembro de 2013.

30.1.2. Convênio nº 310/2006 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Substancialmente, se refere a saldo de recursos recebidos por conta do convênio nº 310 – DAQ-DNIT, firmado em 29 de dezembro de 2006, para continuidade da execução das obras civis das eclusas 1 e 2, canal, dique intermediário, execução de serviços de projetos, fabricação, fornecimento, transportes, montagem e testes dos equipamentos mecânicos e eletromecânicos específicos para as eclusas, destinadas a transposição do desnível criado pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, no Estado do Pará.

30.2. Diferenças salariais

Refere-se à adequação da curva salarial praticada para os profissionais contratados pela Eletronorte por intermédio de concursos públicos, com o objetivo de ajustar a curva ao praticado pelo mercado de trabalho e pelas Empresas do Sistema Eletrobras.

30.3. Compensações Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (UHE Tucuruí) e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Companhia implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais, dentre eles:

– Plano de Inserção Regional da área a montante da UHE Tucuruí (PIRTUC) - desenvolvimento da microrregião da UHE Tucuruí para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região a montante da usina, abrangendo os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá e Breu Branco.

– Plano de Inserção Regional a jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS) - desenvolvimento da micro-região da UHE Tucuruí e sua contribuição para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região à jusante da usina, abrangendo os municípios de Cametá, Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru.

30.4. Empréstimo de títulos - Eletrobras

A Controladora possuía títulos, modalidade CETIP - CFT-E1, que foram emprestados à Companhia, para fazer jus à garantia exigida na participação de leilão. Após a conclusão do processo tais títulos foram resgatados, restando à devolução à Eletrobras.

Durante o exercício de 2013, a Companhia transferiu o saldo desta conta, no montante de R$ 63.806, para financiamentos e empréstimos, referente aos títulos que foram emprestados pela Eletrobras no exercício anterior, para fazer jus à garantia exigida na participação de leilão.

30.5. Provisão – Óleo combustível

Refere-se à provisão para devolução ou ressarcimento à Conta de Consumo de Combustível – CCC (gestão da Eletrobras) da diferença entre o quantitativo de óleo reembolsado pelo fundo setorial e o efetivamente consumido pelas usinas termelétricas Termo Norte II, Santana e Rio Acre, em função de termo de notificação emitido pela Aneel.

A Companhia apresentou justificativa a Aneel e aguarda manifestação daquela agência.

30.6. Contrato oneroso

Contrato oneroso é aquele em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base a) no custo de cumprir o contrato ou b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, entre os dois, o menor.

Antes de ser estabelecida uma provisão separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda decorrente de desvalorização que tenha ocorrido nos ativos relativos a esse contrato.

As principais premissas utilizadas para apreciação dos contratos que foram avaliados como passiveis de onerosidade são as mesmas apresentadas na nota 20.6.1.

30.6.1. Contratos avaliados

Na avaliação preliminar, a Administração da Companhia verificou que os contratos da UHE Coaracy Nunes e UTE Santana apresentavam evidências significativas de onerosidade. Assim, já considerando a possibilidade de onerosidade, a Administração a estendeu aos demais contratos vigentes, relevantes para sua operação, apresentada conforme quadro abaixo:

Contratos avaliados no teste de onerosidade		
Contratos	**Segmento**	**Renovados**
Contratos livres	Geração	Não
Contratos cativos	Geração	Não
CCEAR	Geração	Não
UHE Coaracy Nunes	Geração	Sim
UTE Santana	Geração	Não
Contrato nº 058	Transmissão	Sim

30.6.2. Resultado dos testes

Não foram identificados onerosidades nos Contratos livres, Contratos cativos, CCEAR e Contrato nº 058.

Para os demais contratos, os resultados confirmaram evidências de desequilíbrio apenas para o contrato renovado da UHE Coaracy Nunes e para a UTE Santana. Na renovação do contrato de concessão da UHE Coaracy Nunes, nos termos da Lei nº 12.783/2013, assim como no contrato de concessão da UTE Santana, as tarifas determinadas apresentam desequilíbrio entre os custos e as receitas geradas pelas usinas. Diante disto, a obrigação presente de acordo com o contrato foi reconhecida e mensurada como provisão e a Companhia constituiu ainda provisão das obrigações futuras, trazidas a valor presente, registradas no passivo circulante e não circulante, nos montantes conforme apresentado no quadro abaixo.

Resultado dos testes	
Contratos	**Valor presente**
UHE Coaracy Nunes	(77.878)
UTE Santana	(11.048)
Total do passivo	**(88.926)**

Em 2012, a Companhia reconheceu uma provisão para a UHE Coaracy Nunes no valor de R$ 21.553, sendo R$ 719 no circulante e R$ 20.834 no não circulante. Desta forma, foi feita uma provisão de Contrato Oneroso para UHE Coaracy Nunes em 31 de dezembro de 2013 pela diferença entre o valor apurado em 2013 e o já contabilizado em 2012, montando assim o valor de registro de R$ 56.325, sendo R$ 1.966 no circulante e R$ 54.359 no não circulante.

Assim, o montante constituído no passivo circulante e não circulante, em 2013, como forma de contrato oneroso é de R$ 88.926. Sendo constituído no exercício o montante de R$ R$ 56.325 (2012 - R$ 21.553) para a UHE Coaracy Nunes e o montante de R$ 11.048 para UTE Santana.

Os valores constituídos em 2013 como contrato oneroso possuem contrapartida no resultado em despesas operacionais (nota 34.4).

NOTA 31 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares ao concedido pelo Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Previnorte - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo BD - Benefício Definido e outro do tipo CD – Contribuição Definida. No ano 2000 foi permitida a migração do primeiro para o segundo, com transferência de valores saldados.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela Previnorte.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela Previnorte e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano proporciona os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2013, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 34.923 (2012 - R$34.428).

b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01- A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes e proporciona os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

Dados populacionais	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
1. Participantes ativos			
1.1. Participantes - nº	78	79	82
1.2. Idade Média	57,9	57,2	56,5
1.3 Salário Médio em R$	21.148,15	19.310,70	18.643,43
2. Aposentados			
2.1. Participantes Aposentados - nº	488	494	511
2.2. Idade Média	71,5	70,2	69,8
2.3. Benefício Médio em R$	3.566,05	3.519,64	3.244,12
3. Pensionistas			
3.1. Participantes Pensionistas - nº	216	187	185
3.2. Benefício Médio em R$	1.420,43	1.593,57	1.476,06
População Total	**782**	**760**	**778**

31.1. Programa de Assistência à Saúde e Seguro de Vida em Grupo

Além dos programas previdenciários, a Companhia mantém dois outros benefícios pós-emprego: seguro de vida em grupo e assistência médica aos aposentados por invalidez.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

No seguro de vida em grupo, os aposentados arcam com 100% do prêmio contratado em apólice, enquanto para os ativos há uma participação financeira de 80% pela Companhia. Esse prêmio, todavia, é equalizado para toda massa segurada, incluindo ativos e inativos. Quando calculado de forma independente esse prêmio revela existência de subsidio indireto para a massa de aposentados, gerando uma obrigação pós-emprego avaliada neste relatório.

O programa de assistência médica da Companhia para os inativos é restrito à massa aposentada por invalidez.

A avaliação do compromisso pós-emprego da Companhia relativamente a esse benefício considera as hipóteses de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, em conformidade com a tábua biométrica adotada, supondo-se um ônus futuro compatível com o custo atual do benefício.

31.2. Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde e Seguro

31.2.1. Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas	31/12/2013	31/12/2012
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	11,99%	8,25%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	6,35%	3,20%
Projeção de aumento médio dos salários	7,41%	6,99%
Projeção de aumento médio dos benefícios	5,30%	4,89%
Taxa média de inflação anual	5,30%	4,89%
Expectativa de retorno dos ativos do plano	11,99%	8,25%
Hipóteses Atuariais		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-2000	AT-2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-83	AT-83
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado, realizada pela Administração, tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ 38.081 (2012 - R$ 51.319).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de Duration.

31.2.2. Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósito privado e fundo de investimento, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução nº 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.

Risco de taxa de juros - Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.

Risco de longevidade - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Risco de salário - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

31.2.2.1. Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	2013				2012			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	313.302	68.501	321	382.124	421.078	47.884	4.428	473.390
Valor justo dos ativos do plano (-)	(440.042)	-	-	(440.042)	(422.840)	-	-	(422.840)
Passivo(Ativo) Líquido	**(126.740)**	**68.501**	**321**	**(57.918)**	**(1.762)**	**47.884**	**4.428**	**50.550**
Efeito da restrição sobre o ativo	126.740	-	-	126.740	1.762	-	-	1.762
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	-	68.501	321	68.822	-	47.884	4.428	52.312
Custo do serviço corrente	159	3.949	365	4.473	332	-	151	483
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	-	-	-	(6.102)	5.158	773	(171)
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	**159**	**3.949**	**365**	**4.473**	**(5.770)**	**5.158**	**924**	**312**

A movimentação do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício corrente e de 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	31/12/2013			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano de 2013	421.078	47.884	4.428	**473.390**
Custo de serviços corrente líquido	2.215	3.949	365	**6.529**
Custo de juros	34.738	-	-	**34.738**
Benefícios pagos	(24.249)	(1.200)	-	**(25.449)**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(103.893)	(37.805)	(63)	**(141.761)**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(16.587)	55.673	(4.409)	**34.677**
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano de 2013	**313.302**	**68.501**	**321**	**382.124**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano de 2013	422.840	-	-	**422.840**
Receita de Juros	34.884	-	-	**34.884**
Contribuições patronais	997	1.200	-	**2.197**
Contribuições de participantes do plano	2.374	-	-	**2.374**
Benefícios pagos / adiantados	(24.249)	(1.200)	-	**(25.449)**
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	3.196	-	-	**3.196**
Valor justo dos ativos no fim do exercício de 2013	**440.042**	-	-	**440.042**

Descritivo	31/12/2012			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano de 2012	324.711	50.910	7.625	**383.246**
Custo de serviços corrente líquido	1.699	5.158	151	**7.008**
Custo de juros	32.514	-	773	**33.287**
Benefícios pagos/adiantados	(24.879)	(1.104)	-	**(25.983)**
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	87.033	(7.080)	(4.121)	**75.832**
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano de 2012	**421.078**	**47.884**	**4.428**	**473.390**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano de 2012	393.143	-	-	**393.143**
Receita de Juros	38.615	-	-	**38.615**
Contribuições patronais	993	1.104	-	**2.097**
Contribuições de participantes do plano	2.193	-	-	**2.193**
Benefícios pagos / adiantados	(24.879)	(1.104)	-	**(25.983)**
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração	12.775	-	-	**12.775**
Valor justo dos ativos no fim do exercício de 2012	**422.840**	-	-	**422.840**

Descritivo	01/01/2012			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano de 2011	239.105	34.546	22.487	**296.138**
Custo de serviços corrente líquido	1.221	1.494	2	**2.717**
Custo de juros	23.014	3.720	2.343	**29.077**
Benefícios pagos/adiantados	(23.664)	(1.038)	-	**(24.702)**
(Ganhos) perdas decorrentes de remensuração	85.035	12.188	(17.207)	**80.016**
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano de 2011	**324.711**	**50.910**	**7.625**	**383.246**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano de 2011	392.436	-	-	**392.436**
Receita de Juros	41.207	-	-	**41.207**
Contribuições patronais	894	1.038	-	**1.932**
Contribuições de participantes do plano	2.134	-	-	**2.134**
Benefícios pagos / adiantados	(23.664)	(1.038)	-	**(24.702)**
Ganhos (perdas) decorrentes da remensuração	(19.864)	-	-	**(19.864)**
Valor justo dos ativos no fim do exercício de 2011	**393.143**	-	-	**393.143**

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Ativos garantidores	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Disponível	6	3	7
Realizáveis Previdenciários	-	388	422
Investimentos em Títulos Públicos	208.767	201.943	192.284
Investimento em Ações	22.286	636	1.220
Investimentos em Fundos	27.956	199.637	36.781
Créditos de Depósitos Privados	132.050	-	145.049
Investimento em Renda Variável	23.293	-	-
Investimentos Imobiliários	25.043	15.103	13.305
Empréstimos e Financiamentos	6.634	5.448	4.933
Outros	(609)	28	12
(-) Exigíveis Previdenciários	-	(329)	(834)
(-) Exigíveis de Investimentos	-	(17)	(36)
(-) Fundo Administrativo	(5.384)	-	-
Total	**440.042**	**422.840**	**393.143**

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

31.2.3. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Programa Previdenciário	42.317	40.159	33.396
Programa de Saúde	54.449	36.581	43.661
Programa de Seguro	(5.702)	(1.230)	2.891
Total	**91.064**	**75.510**	**79.948**

31.2.4. Remensuração do valor líquido do passivo de benefício definido reconhecidos no ORA no exercício

Descritivo	31/12/2013			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	102.888	37.805	63	140.756
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	16.587	(55.673)	4.409	(34.677)
Retorno sobre ativos do plano	3.196	-	-	3.196
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(124.829)	-	-	(124.829)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	**(2.158)**	**(17.868)**	**4.472**	**(15.554)**

Descritivo	31/12/2012			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Ganhos (perdas) atuariais no valor das obrigações	87.033	(7.080)	(4.121)	75.832
Retorno sobre ativos do plano	(13.603)	-	-	(13.603)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(66.667)	-	-	(66.667)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	**6.763**	**(7.080)**	**(4.121)**	**(4.438)**

Descritivo	01/01/2012			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Ganhos (perdas) atuariais no valor das obrigações	85.035	12.188	(17.207)	80.016
Retorno sobre ativos do plano	19.864	-	-	19.864
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(84.898)	-	-	(84.898)
Componentes de custo de benefício definido reconhecidos em outros resultados abrangentes	**20.001**	**12.188**	**(17.207)**	**14.982**

31.3. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R$ 1.046 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido é de 6,69 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

Benefícios de aposentadoria	
Menos de 1 ano	28.487
Entre 1 e 2 anos	28.614
Entre 2 e 5 anos	84.711
Mais de 5 anos	460.034
Total	**601.846**

31.4. Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

31.4.1. Plano de Benefício Definido

Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 6.268 (aumento de R$ 6.504).

Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 6.851 (redução de R$6.982).

31.4.2. Plano de Saúde

Se os custos médicos fossem 0,25% mais alto (baixo), a obrigação de benefício definido teria aumento de R$ 13.944 (redução de R$ 11.489).

NOTA 32 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

32.1. Capital social

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R$ 11.563.279 (2012 – R$ 9.326.355), está representado por 153.926.055 (2012 - 150.719.802) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme composição acionária abaixo:

Acionistas	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Nº de Ações	%	Capital social	Nº de Ações	%	Capital social	Nº de Ações	%	Capital social
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras	153.124.896	99,480	11.503.094	149.918.643	99,468	9.296.356	135.087.915	99,410	8.170.407
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,171	19.796	263.513	0,175	9.867	263.513	0,194	9.867
Centrais Elétricas do Pará S.A.-Celpa	247.635	0,161	18.603	247.635	0,164	9.273	247.635	0,182	9.273
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,095	10.996	146.382	0,097	5.481	146.382	0,108	5.481
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,023	2.704	35.992	0,024	1.348	35.992	0,026	1.348
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletroacre	22.016	0,014	1.654	22.016	0,015	824	22.016	0,016	824
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	13.949	0,009	1.048	13.949	0,009	522	13.949	0,010	522
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	644	8.568	0,006	321	8.568	0,006	321
União Federal	1.804	0,001	135	1.804	0,001	68	1.804	0,001	68
Outras pessoas físicas	31.531	0,021	2.369	31.531	0,021	1.195	31.531	0,024	1.195
Outras pessoas jurídicas	29.769	0,019	2.236	29.769	0,020	1.100	29.769	0,023	1.100
Total	**153.926.055**	**100,000**	**11.563.279**	**150.719.802**	**100,000**	**9.326.355**	**135.889.074**	**100,000**	**8.200.406**

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2013 é de R$ 77,54 (2012 - R$ 70,02).

32.2. Reservas de capital

O saldo dessa reserva, no montante de R$ 2.011.460, era proveniente da Conta de Resultados a Compensar (CRC), reconhecida patrimonialmente por ocasião da liquidação dos compromissos do Tesouro Nacional, por força da extinção do regime de remuneração garantida, vigente no setor elétrico brasileiro até o ano de 1993, nos termos da Lei nº 8.631/1993.

Em 13 de novembro de 2013, conforme Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o montante registrado foi integralizado ao capital social da Companhia.

	Controladora/Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	-	2.011.460	2.011.460
Total	-	**2.011.460**	**2.011.460**

32.3. Reservas de lucros:

32.3.1. Reserva Legal

De acordo com a legislação societária, é constituída Reserva Legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social.

No exercício de 2012, a reserva foi integralmente absorvida para compensação do prejuízo acumulado.

	Controladora/Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Reserva legal	26.667	-	25.708
Total	**26.667**	-	**25.708**

32.3.2. Reserva de incentivo fiscal

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última, foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Em 28 de dezembro de 2012, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) reconheceu o direito da Eletronorte à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis calculados sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação de empreendimento de infraestrutura na área de atuação da Sudam, pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário 2012.

	Controladora/Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Reserva de incentivos fiscais	99.938	-	-
Total	**99.938**	-	-

32.3.3. Dividendos adicionais propostos

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório, estabelecido em Lei ou noutro instrumento legal, não aprovado em Assembleia Geral de Acionistas, deve ser apresentado no patrimônio líquido.

	Controladora/Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Dividendos adicionais propostos	305.053	-	50.200
Total	**305.053**	-	**50.200**

32.4. Outros resultados abrangentes

A Companhia está demonstrando os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido.

	Controladora/Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Avaliação atuarial	(90.873)	(75.510)	(79.948)
IR e CS sobre avaliação atuarial	30.897	25.673	27.182
Total	**(59.976)**	**(49.837)**	**(52.766)**

32.5. Lucros ou prejuízos acumulados

Conta designada a receber o resultado do exercício e destiná-lo, em caso positivo, de acordo com as políticas da Companhia.

NOTA 33 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As práticas contábeis estabelecem que a Companhia deve apresentar no seu demonstrativo de resultado somente a receita operacional líquida, por esta representar os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber originários de suas próprias atividades.

A seguir é demonstrada a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional bruta				
Geração				
Fornecimento de energia elétrica (nota 33.1)	1.441.592	1.333.409	1.441.592	1.503.646
Suprimento de energia elétrica (nota 33.2)	2.465.123	2.233.007	2.465.123	2.152.799
Energia elétrica de curto prazo (nota 33.3)	671.710	428.213	671.710	428.213
Operação e manutenção de usinas (nota 33.4)	13.564	-	13.564	-
Transmissão				
Operação e manutenção de linhas de transmissão (nota 33.5)	277.521	508.884	271.465	508.939
Construção de linhas de transmissão (nota 33.6)	194.589	193.701	331.410	584.407
Financeira - retorno do investimento (nota 33.7)	2.439	289.978	159.704	408.442
Outras receitas operacionais				
Serviços de comunicação multimídia (SCM) (nota 33.8)	72.694	70.284	72.694	70.284
Outros	164.352	330.330	161.569	330.027
Total receita operacional bruta	**5.303.584**	**5.387.806**	**5.588.831**	**5.986.757**
(-) Deduções à receita operacional				
Encargos setoriais				
RGR	(119.943)	(132.079)	(124.402)	(134.293)
CDE	(10.585)	(38.563)	(10.585)	(38.563)
CCC	(9.582)	(187.264)	(9.582)	(193.572)
PEE	-	-	-	(630)
PROINFA	(91.553)	(93.046)	(91.553)	(93.046)
P&D	(44.339)	(44.759)	(45.641)	(45.389)
Outros	-	-	-	(501)
Total Encargos setoriais	**(276.002)**	**(495.711)**	**(281.763)**	**(505.994)**
Impostos e contribuições				
ICMS	(33.026)	(31.192)	(33.026)	(56.942)
ISS	(1.689)	(1.498)	(1.689)	(1.531)
COFINS	(329.948)	(311.293)	(341.273)	(325.629)
PIS/PASEP	(71.621)	(67.565)	(74.080)	(70.678)
Outros	(1.051)	(995)	(1.051)	(995)
Total Impostos e contribuições	**(437.335)**	**(412.543)**	**(451.119)**	**(455.775)**
Total Deduções à receita operacional	**(713.337)**	**(908.254)**	**(732.882)**	**(961.769)**
Total	**4.590.247**	**4.479.552**	**4.855.949**	**5.024.988**

A redução observada nas outras receitas operacionais, a qual possui registrada a receita da CCC, recebido dos consumidores industriais, e nas deduções à receita operacional, na conta CCC, classificada no grupo de encargos setoriais, ocorreram em função do art. 24 da Lei nº 12.783/2013, que extingue o rateio do custo de consumo de combustíveis para geração de energia elétrica no Sistema Isolado a partir de fevereiro de 2013 e os valores em aberto foram devidamente recolhidos durante o exercício de 2013 (nota 2.4).

33.1. Fornecimento de energia elétrica

Nesta conta estão registradas as receitas provenientes do fornecimento de energia elétrica da Companhia e de suas controladas aos consumidores industriais.

33.2. Suprimento de energia elétrica

Nesta conta estão registradas as receitas provenientes de suprimento de energia elétrica da Companhia e de suas investidas às concessionárias.

O aumento da receita de suprimento apresentado em 2013 deve-se às condições de operação do Operador Nacional do Sistema (ONS) e pelo reajuste de preço nos contratos com as distribuidoras, ocorrido no terceiro trimestre de 2012.

33.3. Energia elétrica de curto prazo

A Companhia opera com a Câmara de Comercialização de Energia - CCEE, comercializando a energia excedente gerada por suas usinas hidrelétricas. A variação observada se deve à venda, em maior volume de energia excedente em 2013, se comparada com o mesmo período de 2012, proporcionada pelos leilões de energia.

33.4. Operação e manutenção de usinas

A partir da renovação das concessões, com base na Lei n.º 12.783/2013, as usinas renovadas passaram também a se enquadrar em novo segmento de negócios, "operação e manutenção de usinas". Desta forma, as receitas oriundas da UHE Coaracy Nunes são discriminadas nesta linha.

33.5. Operação e manutenção de linhas de transmissão

– Receita anual permitida

Nesta conta estão registradas as receitas oriundas dos contratos de transmissão que asseguram o direito da Companhia receber a Receita Anual Permitida (RAP), estabelecida na Resolução nº 167, de 31 de maio de 2000, com reajuste anual e revisão a cada 4 anos.

– Receita de Uso da Rede de Transmissão

A Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados em alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, operada pela Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Também inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico, referente à operação e manutenção das linhas de transmissão e, também, o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

A variação apresentada na receita de operação e manutenção, de usinas e linhas de transmissão, e na remuneração do ativo financeiro, deve-se aos impactos referentes à renovação das concessões de energia elétrica (nota 10).

33.6. Receita de Construção

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos realizados no período pela Companhia em ativos da concessão (nota 10).

33.7. Remuneração do ativo financeiro

A remuneração do ativo financeiro refere-se ao valor calculado sobre recebíveis registrados como ativo financeiro (antigo Imobilizado), com base em taxa apurada, conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica (nota 10).

A variação apresentada na receita de operação e manutenção, de usinas e linhas de transmissão, e na remuneração do ativo financeiro deve-se aos impactos referentes à renovação das concessões de energia elétrica (nota 2.4).

33.8. Receita dos serviços de comunicação multimídia (SCM)

Por meio do Termo de Autorização para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia nº 148/2003, assinado pela Anatel em 11 de novembro de 2003, foi ratificada a autorização expedida à Companhia para prestação, em regime privado, do Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, sem caráter de exclusividade.

O SCM é um serviço fixo de telecomunicações que possibilita a oferta, em âmbito nacional e internacional, de capacidade de transmissão, emissão e recepção de informações multimídia, utilizando quaisquer meios a assinantes (pessoa natural ou jurídica que possui vínculo contratual com a autorizada, para a fruição do SCM) dentro de uma área de prestação de serviço.

A autorização objeto do citado termo tem como área de prestação de serviço o território nacional e foi expedida por prazo indeterminado.

O SCM na Companhia é composto de estações ópticas fixas em operação, que são utilizadas para comunicações corporativas, tais como: teleproteção do sistema elétrico, interligação de centrais privadas de comutação telefônica, transmissão de dados, etc.

Essa atividade é tratada contabilmente como Não Vinculada ao Serviço Público de Energia Elétrica.

A receita líquida com o SCM está demonstrada abaixo:

	Controladora/consolidado	
	2013	2012
Receita do SCM	72.694	70.284
(-) FUST	(700)	(662)
(-) FUNTTEL	(350)	(331)
(-) COFINS	(2.181)	(2.109)
(-) PASEP	(473)	(457)
(-) ISS	(162)	(224)
(-) Taxa de fiscalização ANATEL	(45)	(49)
Total	**68.783**	**66.452**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 34 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

	Controladora							
	31/12/2013				31/12/2012			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda (nota 34.1)	(75.732)	-	-	**(75.732)**	(82.954)	-	-	**(82.954)**
Encargos uso da rede (nota 34.2)	(556.006)	-	-	**(556.006)**	(617.433)	-	-	**(617.433)**
Pessoal (nota 34.3)	(640.136)	(11.647)	(574.863)	**(1.226.646)**	(555.620)	(9.624)	(523.548)	**(1.088.792)**
Material	(35.601)	(44)	(1.424)	**(37.069)**	(38.674)	(14)	(2.285)	**(40.973)**
Serviços de terceiros	(170.180)	(5.374)	(80.530)	**(256.084)**	(154.106)	(4.397)	(85.151)	**(243.654)**
Depreciação e amortização (notas 20.1 e 21)	(420.815)	-	(14.666)	**(435.481)**	(442.520)	-	(12.213)	**(454.733)**
Combustível	(19.127)	-	-	**(19.127)**	(48.529)	-	-	**(48.529)**
Arrendamentos e aluguéis	(28.845)	-	(42.084)	**(70.929)**	(21.173)	-	(38.666)	**(59.839)**
Provisões operacionais (nota 34.4)	-	-	386.208	**386.208**	-	-	(568.396)	**(568.396)**
Utilização de recursos hídricos	(207.335)	-	-	**(207.335)**	(199.829)	-	-	**(199.829)**
Taxa de fiscalização	-	-	(16.793)	**(16.793)**	-	-	(17.843)	**(17.843)**
Construção (nota 33.6)	(194.589)	-	-	**(194.589)**	(193.701)			**(193.701)**
(-) Recuperação de despesas	67.009	-	11.014	**78.023**	43.671	-	5.401	**49.072**
Redução ao valor recuperável (Nota 20.6)	-	-	(165.334)	**(165.334)**	-	-	(482.334)	**(482.334)**
Outros	(34.944)	(5.560)	(102.564)	**(143.068)**	(34.983)	(1.196)	(185.019)	**(221.198)**
Total	**(2.316.301)**	**(22.625)**	**(601.036)**	**(2.939.962)**	**(2.345.851)**	**(15.231)**	**(1.910.054)**	**(4.271.136)**

	Consolidado							
	31/12/2013				31/12/2012			
	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prestado a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda (nota 34.1)	(75.732)	-	-	**(75.732)**	(82.954)	-	-	**(82.954)**
Encargos uso da rede (nota 34.2)	(544.198)	-	-	**(544.198)**	(617.356)	-	-	**(617.356)**
Pessoal (nota 34.3)	(640.136)	(11.647)	(575.919)	**(1.227.702)**	(577.801)	(9.624)	(550.258)	**(1.137.683)**
Material	(35.630)	(44)	(1.512)	**(37.186)**	(39.013)	(14)	(3.017)	**(42.044)**
Serviços de terceiros	(174.716)	(5.374)	(80.485)	**(260.575)**	(156.589)	(4.397)	(95.080)	**(256.066)**
Depreciação e amortização (notas 20.1 e 21)	(420.815)	-	(14.681)	**(435.496)**	(447.558)	-	(14.141)	**(461.699)**
Combustível	(19.127)	-	-	**(19.127)**	(48.529)	-	-	**(48.529)**
Arrendamentos e aluguéis	(28.869)	-	(42.278)	**(71.147)**	(21.173)	-	(38.834)	**(60.007)**
Provisões operacionais (nota 34.4)	-	-	386.033	**386.033**	-	-	(625.451)	**(625.451)**
Utilização de recursos hídricos	(207.335)	-	-	**(207.335)**	(199.829)	-	-	**(199.829)**
Taxa de fiscalização	-	-	(16.889)	**(16.889)**	-	-	(17.843)	**(17.843)**
Construção (nota 33.6)	(331.410)	-	-	**(331.410)**	(584.407)	-	-	**(584.407)**
(-) Recuperação de despesas	67.119	-	11.014	**78.133**	43.671	-	5.401	**49.072**
Redução ao valor recuperável (Nota 20.6)	-	-	(165.334)	**(165.334)**	-	-	(482.334)	**(482.334)**
Outros	(35.889)	(5.560)	(104.519)	**(145.968)**	(34.976)	(1.196)	(179.918)	**(216.090)**
Total	**(2.446.738)**	**(22.625)**	**(604.570)**	**(3.073.933)**	**(2.766.514)**	**(15.231)**	**(2.001.475)**	**(4.783.220)**

34.1. Energia elétrica comprada para revenda

	Controladora/consolidado	
	2013	2012
Importada da Venezuela	(75.086)	(66.331)
Mercado de Curto Prazo - CCEE	(646)	(16.623)
Total	**(75.732)**	**(82.954)**

– Energia importada da Venezuela

Refere-se à importação de energia elétrica da Venezuela, e vendida, na totalidade, para a distribuidora Boa Vista Energia S.A., localizada na cidade de Boa Vista (RR).

– Mercado de Curto Prazo (CCEE)

Representa as despesas resultantes das operações processadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), correspondentes a débitos junto aos agentes que operam na CCEE.

Os valores referentes às operações realizadas no âmbito da CCEE foram registrados com base nas informações divulgadas pela mesma.

34.2. Encargos de uso da rede de transmissão

Corresponde aos custos provenientes do uso feito pela Companhia do Sistema de Transmissão Interligado, pertencente a outras concessionárias transmissoras de energia elétrica, para escoar sua energia vendida.

Os valores são faturados mensalmente, por meio de avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

34.3. Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Remuneração do trabalho				
Remuneração direta	(493.428)	(462.054)	(493.968)	(489.858)
Remuneração indireta	(151.668)	(132.350)	(151.668)	(132.350)
Provisão de férias	(103.389)	(90.639)	(103.489)	(94.057)
Provisão de 13º salário	(51.531)	(40.704)	(51.606)	(42.892)
FGTS	(52.629)	(41.976)	(52.677)	(44.083)
Hora extra	(49.640)	(20.155)	(49.640)	(20.802)
Benefícios assistenciais	(9.367)	(9.103)	(9.367)	(14.649)
Outros	(29.218)	(113.871)	(29.312)	(113.974)
	(940.870)	**(910.852)**	**(941.727)**	**(952.665)**
Encargos sobre despesa de pessoal				
INSS	(172.319)	(140.461)	(172.518)	(145.673)
Demais encargos sociais	(34.855)	(34.479)	(34.855)	(36.345)
	(207.174)	**(174.940)**	**(207.373)**	**(182.018)**
Subtotal	**(1.148.044)**	**(1.085.792)**	**(1.149.100)**	**(1.134.683)**
Incentivo ao desligamento de pessoal				
Programas de Incentivo ao Desligamento	(78.602)	(3.000)	(78.602)	(3.000)
	(78.602)	**(3.000)**	**(78.602)**	**(3.000)**
Total	**(1.226.646)**	**(1.088.792)**	**(1.227.702)**	**(1.137.683)**

A Companhia aprovou, em 22 de maio de 2013, o Programa de Incentivo ao Desligamento (PID). Os empregados que possuíam inscrição no antigo Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV), aprovado em 21 de junho de 2011, deveriam efetuar a desistência do mesmo para a adesão ao novo programa. Tais desistências geraram uma reversão de provisão no montante de R$ 157.613.

34.4. Provisões operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Provisões operacionais:				
Riscos (nota 27)	(86.055)	(39.767)	(85.763)	(39.609)
Contrato oneroso (nota 30.6)	(67.375)	(21.553)	(67.375)	(21.553)
Provisão para gasto com ativos indenizados	(48.758)	-	(48.758)	-
Óleo - UTEs Termo Norte II, Santana e Rio Acre (nota 30)	-	(53.063)	-	(53.063)
Demais provisões	(109.884)	(126.939)	(110.351)	(126.939)
	(312.072)	**(241.322)**	**(312.247)**	**(241.164)**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa:				
Consumidores e revendedores (nota 8.2)	741.828	(152.208)	741.828	(209.379)
Reembolso de aluguel de geradores	-	(73.622)	-	(73.622)
Direito de ressacimento (nota 12)	-	(60.220)	-	(60.220)
Créditos de ICMS (nota 11)	(6.822)	(7.146)	(6.822)	(7.188)
Demais ativos	(36.726)	(33.878)	(36.726)	(33.878)
	698.280	**(327.074)**	**698.280**	**(384.287)**
Total	**386.208**	**(568.396)**	**386.033**	**(625.451)**

Em junho de 2013, a Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA) efetuou o pagamento de R$ 319.233 diretamente à Eletrobras, conforme renegociação de dívida celebrada entre a Companhia e a CEA, no exercício anterior. Diante deste fato, a Administração da Companhia procedeu à reversão da provisão para créditos de liquidação duvidosa daquela concessionária, no montante de R$ 718.534 (nota 8.2).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 35 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas financeiras				
Rendas				
- Aplicações financeiras	106.587	94.625	110.726	104.142
- Outras	580	1.651	580	1.651
	107.167	**96.276**	**111.306**	**105.793**
Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica				
- Juros sobre atraso de pagamento	21.439	1.746	21.439	1.746
- Multa sobre atraso de pagamento	9.550	940	9.550	940
	30.989	**2.686**	**30.989**	**2.686**
Variação monetária ativa				
- Emprestimos concedidos	4.642	726	4.642	726
- Depósitos judiciais (nota 16)	16.007	65.866	16.007	65.866
- Atraso de pagamento - faturas de energia	41.668	6.988	41.668	6.988
- Atualização de AFAC	618	9.221	618	-
- Indenização de concessões (nota 9)	83.497	30.875	83.497	30.875
- Outras	4.197	15.605	4.197	44.284
	150.629	**129.281**	**150.629**	**148.739**
Outras receitas financeiras				
- Juros e multas no fornecimento de materiais e serviços	11.217	13.827	11.217	13.827
- Ganhos com derivativos (nota 14)	-	133.804	-	133.804
- Indenização de concessões	-	3.865	-	3.865
- Diversas	24.785	52.404	24.785	52.423
	36.002	**203.900**	**36.002**	**203.919**
Total das receitas	**324.787**	**432.143**	**328.926**	**461.137**
Despesas financeiras				
Variação monetária passiva				
- Empréstimos e financiamentos - moeda nacional (nota 23.3)	(134.567)	(145.706)	(134.567)	(145.706)
- Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira (nota 23.3)	(39.437)	(26.249)	(39.437)	(26.249)
- Outras	(12.673)	(6.108)	(12.673)	(61.673)
	(186.677)	**(178.063)**	**(186.677)**	**(233.628)**
Encargos de dívidas				
- Empréstimos e financiamentos (nota 23.3)	(323.138)	(342.590)	(390.339)	(418.200)
- Dividendos	(53)	(4.268)	(53)	(4.268)
	(323.191)	**(346.858)**	**(390.392)**	**(422.468)**
Outras despesas financeiras				
- Pesquisa e desenvolvimento	(7.744)	(8.336)	(7.744)	(8.336)
- Perdas com derivativos (nota 14)	(178.994)	-	(238.938)	(29.941)
- Encargos de AFAC (nota 17.2)	(20.690)	(75.569)	(20.690)	(75.569)
- Juros e multas diversas	(19.790)	(14.311)	(19.790)	(14.311)
- Diversas	(22.442)	(10.456)	(32.335)	(4.810)
	(249.660)	**(108.672)**	**(319.497)**	**(132.967)**
Total das despesas	**(759.528)**	**(633.593)**	**(896.566)**	**(789.063)**
Resultado financeiro	**(434.741)**	**(201.450)**	**(567.640)**	**(327.926)**

Considerando que o prêmio referente ao contrato de derivativos, na controladora, está associado ao preço da commodity do alumínio da LME, é possível atribuir o fair value destes contratos. O valor da LME fechou o mês de dezembro de 2013 cotado em US$ 1.784,3/ton, o que representou uma variação negativa de 14,95% em relação ao valor verificado em dezembro de 2012, quando o preço da commodity alcançou US$ 2.098,00/ton.

Além disso, o encerramento do contrato com a Alcoa no final de março de 2013, contribuiu para a diminuição do valor esperado a contabilizar do prêmio. Dada a celebração do 4º termo aditivo, o contrato passou a ser faturado a preço fixo, não possuindo mais derivativo embutido para a Alcoa.

Por outro lado, no mesmo período de análise, houve uma desvalorização do Real em relação ao dólar, com a cotação passando de R$ 2,04 para R$ 2,34, ou seja, 14,64% de variação. Esta variação, embora positiva para o preço do prêmio, não foi suficiente para proporcionar uma melhora na expectativa do valor justo para os derivativos.

As movimentações nas contas de receitas e despesas com derivativos foram decorrentes, substancialmente, da variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 14). Em 2013, a Companhia apurou perda de R$ 178.994 sobre esta operação (2012 – ganho de R$ 133.804).

NOTA 36 – IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA - IRPJ E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

	Controladora			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro / (Prejuízo) antes dos Impostos	1.284.307	1.284.307	(760.799)	(760.799)
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	**321.077**	**115.588**	**(190.200)**	**(68.472)**
Efeitos das adições e exclusões				
Ajustes da Lei no. 11.638/2007	104.568	37.644	108.123	38.924
Provisões operacionais	(293.520)	(105.667)	(42.620)	(15.343)
Equivalência patrimonial	(17.191)	(6.189)	8.657	3.116
Outros, incluindo diferenças temporárias do ano não reconhecidas	(7.975)	(53.461)	97.805	35.151
Incentivos fiscais (nota 36.2)	(99.938)	-	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	-	(10.927)	-	-
Total	**(314.056)**	**(138.600)**	**171.965**	**61.848**
Corrente	101	(25.506)	8.438	2.978
Diferido	6.920	2.494	(26.673)	(9.602)
Total	**7.021**	**(23.012)**	**(18.235)**	**(6.624)**

	Consolidado			
	31/12/2013		31/12/2012	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro / (Prejuízo) antes dos Impostos	1.283.948	1.283.948	(755.211)	(755.211)
Encargo dos impostos apurado com base nas alíquotas nominais	**320.987**	**115.555**	**(188.803)**	**(67.969)**
Efeitos das adições e exclusões				
Ajustes da Lei no. 11.638/2007	123.129	44.627	134.749	48.509
Provisões operacionais	(293.708)	(105.735)	(42.620)	(15.343)
Equivalência patrimonial	(17.393)	(6.262)	8.657	3.116
Outros, incluindo diferenças temporárias do ano não reconhecidas	(25.572)	(60.397)	65.673	23.584
Incentivos fiscais (nota 36.2)	(99.938)	-	-	-
Compensação de prejuízo fiscal	-	(10.927)	-	-
Total	**(313.482)**	**(138.694)**	**166.459**	**59.866**
Corrente	101	(25.506)	8.438	2.978
Diferido	7.405	2.368	(30.782)	(11.081)
Total	**7.506**	**(23.138)**	**(22.344)**	**(8.103)**

A variação ocorrida na apuração do IRPJ e CSLL, se comparado ao período avaliado, se refere, substancialmente, aos ajustes dos efeitos apurados na equivalência patrimonial das investidas (nota 19.2), ao efeito do incentivo fiscal (nota 36.2) e às diferenças temporárias apuradas no exercício de 2013.

36.1. Créditos Fiscais

Saldos dos créditos fiscais acumulados (bases de cálculo)	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Prejuízos fiscais acumulados (nota 36.1.1)	4.612.785	4.612.785	4.137.747	4.754.719	4.749.712	4.598.287
Bases de cálculo negativas da CSLL (nota 36.1.1)	4.684.049	4.663.520	4.188.483	4.684.049	4.800.447	4.638.969
Provisões não dedutíveis (nota 36.1.2)	1.257.769	2.431.848	2.602.330	1.258.519	2.431.848	2.785.062
Remuneração das imobilizações em curso - diferida (nota 36.1.3)	199.441	275.632	352.247	199.441	275.632	352.247
Demais adições temporárias (nota 36.1.4)	2.245	2.694	3.143	2.288	3.644	24.273

36.1.1. Prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas acumuladas

Saldos dos prejuízos fiscais (IRPJ) e das bases de cálculo negativas (CSLL) acumuladas, escrituradas na Parte B do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, compensáveis em até 30% dos lucros tributários futuros.

36.1.2. Provisões não dedutíveis

Provisões contábeis não aceitas pelo fisco como dedutíveis na apuração do IR e CSLL, escrituradas na Parte B do LALUR, passíveis de ajustes futuros por meio de baixas e/ou reversões.

36.1.3. Remuneração das Imobilizações em Curso – diferida

Receita de juros de obras em andamento, sobre o capital de terceiros, isenta de tributação, calculada até o exercício de 1995, diferida por determinação do Poder Concedente à época, e incorporada ao ativo imobilizado, realizada mensalmente pela depreciação e ajustada na apuração do lucro real para fins de IRPJ e CSLL, controlada na Parte B do LALUR.

36.1.4. Demais adições temporárias

Outras adições fiscais registrados na Parte B do LALUR, passíveis de ajustes futuros.

36.2. Incentivos fiscais

A Medida Provisória nº 2.199-14 de 24/08/2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21/11/2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Sudene e da Sudam que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Em 28 de dezembro de 2012, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), por meio do laudo constitutivo nº 178/2012, reconheceu o direito da Eletronorte à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração, relativo ao projeto de implantação de empreendimento de infraestrutura na área de atuação da Sudam, pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário 2012.

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07 (IAS 20). A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/1976, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Neste exercício houve redução de R$ 99.938 no valor de imposto de renda.

36.3. Ativo fiscal diferido

As práticas contábeis estabelecem condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido. Tendo em vista que a Companhia não possui histórico de rentabilidade nos últimos anos, a Administração optou por não realizar a contabilização destes créditos.

NOTA 37 – LUCRO POR AÇÃO

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro do período, em Reais, atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada das ações em circulação representativas do capital social no respectivo período.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias no primeiro dia de cada ano corrente.

A Companhia possui apenas ações ordinárias e o lucro básico e o diluído por ação estão abaixo apresentados:

	2013	2012
Básico (em R$)		
Saldo de ações ordinárias em 1º de janeiro	150.719.802	135.889.074
Emissão de ações em maio de 2012	-	8.599.548
Emissão de ações em novembro de 2012	-	6.231.180
Emissão de ações em novembro de 2013	3.206.253	-
Média ponderada de ações em 31 de dezembro	151.254.178	142.660.636
Lucro líquido atribuído aos acionistas	1.268.315.549	(785.657.646)
Lucro básico por ações em R$	**8,39**	**(5,51)**
Diluído (em R$)		
Saldo de ações ordinárias em 1º de janeiro	150.719.802	135.889.074
Simulação conversão AFAC em 1º de janeiro	171.923	3.114.998
Emissão de ações em maio de 2012	-	8.599.548
Emissão de ações em novembro de 2012	-	6.231.180
Emissão de ações em novembro de 2013	3.206.253	-
Média ponderada de ações em 31 de dezembro	151.426.100	145.775.634
Lucro líquido atribuído aos acionistas	1.268.315.549	(785.657.646)
Lucro diluído por ações em R$	**8,38**	**(5,39)**

NOTA 38 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Os segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. A Diretoria Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do lucro líquido.

A partir da renovação das concessões, com base na Lei n.º 12.783/2013, as usinas e linhas de transmissão renovadas passaram também a se enquadrar em novo segmento de negócios, "operação e manutenção de usinas e linhas de transmissão", cujos saldos já estão apresentados de forma segregada pela Administração, nesse novo segmento, conforme orientação da controladora.

Controladora	31/12/2013						
	Atividade não vinculada	Geração			Transmissão		Total
		Comercialização	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	
Receita operacional líquida	71.771	141.110	3.884.477	12.093	217.121	263.675	4.590.247
Custo operacional	(7.838)	(105.516)	(1.521.999)	(9.920)	(460.343)	(233.310)	(2.338.926)
Lucro operacional bruto	**63.933**	**35.594**	**2.362.478**	**2.173**	**(243.222)**	**30.365**	**2.251.321**
Despesa operacional:							
Provisão para gastos com ativos indenizados	-	-	-	(3.013)	-	(45.745)	(48.758)
Outras despesas operacionais	199	(63.233)	(383.501)	(60.084)	(54.274)	8.615	(552.278)
Resultado do Serviço	**64.132**	**(27.639)**	**1.978.977**	**(60.924)**	**(297.496)**	**(6.765)**	**1.650.285**
Resultado de participações societárias	68.763	-	-	-	-	-	68.763
Resultado financeiro	622	6.472	(415.366)	333	(73.253)	46.451	(434.741)
Resultado antes dos impostos	**133.517**	**(21.167)**	**1.563.611**	**(60.591)**	**(370.749)**	**39.686**	**1.284.307**
Imposto de renda e contribuição social	(2.550)	-	(14.927)	-	1.486	-	(15.991)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**130.967**	**(21.167)**	**1.548.684**	**(60.591)**	**(369.263)**	**39.686**	**1.268.316**

Controladora	31/12/2012						
	Atividade não vinculada	Geração			Transmissão		Total
		Comercialização	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	
Receita operacional líquida	69.258	130.182	3.381.539	-	898.573	-	4.479.552
Custo operacional	43	(87.656)	(1.614.789)	-	(658.680)	-	(2.361.082)
Lucro operacional bruto	**69.301**	**42.526**	**1.766.750**	-	**239.893**	-	**2.118.470**
Despesa operacional	(50)	(61.449)	(1.553.578)	-	(294.977)	-	(1.910.054)
Resultado do Serviço	69.251	(18.923)	213.172	-	(55.084)	-	208.416
Resultado de participações societárias	**(81.627)**	-	-	-	-	-	**(81.627)**
Resultado financeiro	9.226	34.928	(167.089)	-	(78.515)	-	(201.450)
Resultado operacional antes da Lei 12.783/13	**(3.150)**	**16.005**	**46.083**	-	**(133.599)**	-	**(74.661)**
Perda com indenizações das concessões	-	-	(77.552)	-	(608.586)	-	(686.138)
Resultado operacional após a Lei 12.783/13	**(3.150)**	**16.005**	**(31.469)**	-	**(742.185)**	-	**(760.799)**
Imposto de renda e contribuição social	154	-	(30.256)	-	5.243	-	(24.859)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**(2.996)**	**16.005**	**(61.725)**	-	**(736.942)**	-	**(785.658)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Consolidado	31/12/2013							
	Atividade não vinculada	Geração			Transmissão		Eliminações	Total
		Comercialização	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas		
Receita operacional líquida	71.771	141.110	3.884.477	12.093	497.413	263.675	(14.590)	4.855.949
Custo operacional	(7.838)	(105.516)	(1.521.999)	(9.920)	(602.587)	(233.310)	11.807	(2.469.363)
Lucro operacional bruto	**63.933**	**35.594**	**2.362.478**	**2.173**	**(105.174)**	**30.365**	**(2.783)**	**2.386.586**
Despesa operacional:								
Provisão para gastos com ativos indenizados	-	-	-	(3.013)	-	(45.745)	-	(48.758)
Outras despesas operacionais	199	(63.233)	(383.501)	(60.084)	(60.591)	8.615	2.783	(555.812)
Resultado do Serviço	**64.132**	**(27.639)**	**1.978.977**	**(60.924)**	**(165.765)**	**(6.765)**	-	**1.782.016**
Resultado de participações societárias	68.763	-	-	-	-	-	809	69.572
Resultado financeiro	622	6.472	(415.366)	333	(206.152)	46.451	-	(567.640)
Resultado antes dos impostos	**133.517**	**(21.167)**	**1.563.611**	**(60.591)**	**(371.917)**	**39.686**	**809**	**1.283.948**
Imposto de renda e contribuição social	(2.550)	-	(14.927)	-	1.845	-	-	(15.632)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**130.967**	**(21.167)**	**1.548.684**	**(60.591)**	**(370.072)**	**39.686**	**809**	**1.268.316**

Consolidado	31/12/2012								
	Atividade não vinculada	Geração			Transmissão		Distribuição	Eliminações	Total
		Comercialização	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas	Concessões não prorrogadas	Concessões prorrogadas			
Receita operacional líquida	69.258	130.182	3.381.538	-	1.331.916	-	148.182	(36.088)	5.024.988
Custo operacional	43	(87.656)	(1.614.789)	-	(973.542)	-	(140.257)	34.456	(2.781.745)
Lucro operacional bruto	**69.301**	**42.526**	**1.766.749**	-	**358.374**	-	**7.925**	**(1.632)**	**2.243.243**
Despesa operacional	(50)	(61.449)	(1.553.578)	-	(298.615)	-	(89.415)	1.632	(2.001.475)
Resultado do Serviço	**69.251**	**(18.923)**	**213.171**	-	**59.759**	-	**(81.490)**	-	**241.768**
Resultado de participações societárias	(61.866)	-	-	-	-	-	-	78.951	17.085
Resultado financeiro	9.226	34.928	(167.090)	-	(177.037)	-	(27.953)	-	(327.926)
Resultado operacional antes da Lei 12.783/13	**16.611**	**16.005**	**46.081**	-	**(117.278)**	-	**(109.443)**	**78.951**	**(69.073)**
Perda com indenizações das concessões	-	-	(77.552)	-	(608.586)	-	-	-	(686.138)
Resultado operacional após a Lei 12.783/13	**16.611**	**16.005**	**(31.471)**	-	**(725.864)**	-	**(109.443)**	**78.951**	**(755.211)**
Imposto de renda e contribuição social	154	-	(30.256)	-	(345)	-	-	-	(30.447)
Lucro (prejuízo) líquido do período	**16.765**	**16.005**	**(61.727)**	-	**(726.209)**	-	**(109.443)**	**78.951**	**(785.658)**

NOTA 39 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui os seguintes compromissos operacionais de longo prazo. Os valores e preços estão apresentados pelo seu valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia tem direito. Para os compromissos das empresas investidas os valores estão apresentados pela proporção das participações da Companhia.

39.1. Energia elétrica

Controladora / consolidado							
Posições vendidas		**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Após 2017**	**Prazo final dos contratos**
Ambiente Regulado	Volume MW	14.997	7.841	6.859	-	-	2016
	Preço MWh	132	155	168	-	-	
	Total	1.980.376	1.216.099	1.154.285	-	-	
Contratos bilaterais - Consumidores Livres Longo Prazo	Volume MW	12.842	10.605	10.151	10.123	10.030	2024
	Preço MWh	100	101	103	109	114	
	Total	1.279.345	1.067.491	1.047.752	1.102.045	1.145.904	
Contratos bilaterais - Consumidores Cativos	Volume MW	83.463	-	-	-	-	2018
	Preço MWh	167	-	-	-	-	
	Total	13.956	-	-	-	-	
Contratos bilaterais - Consumidores Livres Longo Prazo	Volume MW	2.812	2.776	1.897	1.051	3.242	2023
	Preço MWh	172	416	123	211	293	
	Total	482.616	1.154.277	234.244	221.939	949.924	
Total		**3.756.293**	**3.437.867**	**2.436.281**	**1.323.984**	**2.095.828**	
Posições compradas		**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Após 2017**	**Prazo final dos contratos**
Importação Corpoelec	Volume MW	857	857	860	857	3.431	2021
	Preço MWh	40,44	41,04	41,66	42,28	43,89	
	Total	34.662	35.181	35.807	36.245	150.603	
Total		**34.662**	**35.181**	**35.807**	**36.245**	**150.603**	

A Amapari Energia S.A., investida da Companhia por controle compartilhado, possui contratos de venda de energia elétrica junto a fornecedores. A seguir é demonstrado o vencimento anuais destas obrigações:

Posições compradas			
Gerador da energia		**Anglo - energia**	**Anglo - potencia**
2014	Volume MW	167.671	28.632
	Preço MWh	0,123	1,055
	Total	20.550	30.207
2015	Volume MW	169.348	28.632
	Preço MWh	0,129	1,113
	Total	21.897	31.868
Total		**42.448**	**62.075**

39.2. Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (UHE Tucuruí) e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Companhia implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais, dentre eles:

– **Plano de Inserção Regional da área a montante da UHE Tucuruí (PIRTUC)** - desenvolvimento da microrregião da UHE Tucuruí para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região a montante da usina, abrangendo os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá e Breu Branco.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

– **Plano de Inserção Regional à jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS)** - desenvolvimento da micro-região da UHE Tucuruí e sua contribuição para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região à jusante da usina, abrangendo os municípios de Cametá, Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru.

A seguir é demonstrada a expectativa de realização destes compromissos que estão registrados no passivo (nota 30):

Realizado até 2013	2014	A realizar após 2014	Total
200.114	**18.879**	**56.638**	**275.631**

39.3. Imobilizado

A Companhia possui contratos de aquisição de bens do imobilizado junto a diversos fornecedores. A seguir é demonstrado o vencimento anuais destas obrigações:

	31/12/2013				
	ALSTOM GRID ENERGIA LTDA	ABB LTDA	TOSHIBA INFRAESTRUTURA AMÉRICA	EFACEC DO BRASIL LTDA	Outros
2014	34.363	26.436	15.023	10.537	49.453
2015	-	-	-	-	12.828

39.4. Uso de bem público

A Norte Energia S.A., investida da Companhia por controle compartilhado, pagará à União em parcelas mensais equivalentes a 1/12 (um doze avos) a partir da operação comercial da Primeira Unidade Geradora da UHE Belo Monte, atestada pela fiscalização da Aneel, ou a partir do início da entrega da energia objeto do CCEAR, o que ocorrer primeiro, até o 35º ano da Concessão, conforme cláusula sexta do contrato de concessão. Esta obrigação está reconhecida no passivo não circulante em contrapartida do ativo intangível da investida e é atualizada pelo IPCA mensal e descontada a valor presente pela taxa interna de retorno do projeto. A seguir é demonstrado o vencimento das parcelas, por valores proporcionais à participação acionária da Companhia na investida:

Programação de vencimentos	
2015	2.626
2016	2.642
2017	2.427
2018	2.230
A partir de 2019	22.595
Total	**32.520**

39.5. Empreendimentos em conjunto

A Norte Energia S.A., investida da Companhia por controle compartilhado, possui contratos de aquisição de bens do imobilizado junto a fornecedores. A seguir é demonstrado o vencimento das parcelas, por valores proporcionais à participação acionária da Companhia na investida:

	CCBM	ELM	IMPSA	VOTORANTIM	OUTROS
2014	1.147	194	40	40	67
2015	591	129	39	8	38
2016	169	71	38	3	18
2017	77	30	16	-	12
2018	13	7	2	-	3
A partir de 2019	-	9	1	-	-
Total	**1.997**	**440**	**136**	**51**	**138**

39.6. Combustível

A Amapari Energia S.A., investida da Companhia por controle compartilhado, possui contratos de aquisição de combustível junto ao fornecedor BR Distribuidora S.A.. A seguir é demonstrado o vencimento das parcelas, por valores proporcionais à participação acionária da Companhia na investida:

Programação financeira	
2014	46.048
2015	49.067
Total	**95.115**

NOTA 40 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela Aneel.

40.1. As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	-	(2.831)	-	221	(2.000)	-	-	-
Serviços prestados	-	-	2.022	21	-	1.765	-	-	-
	-	-	**(809)**	**21**	**221**	**(235)**	-	-	-
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	139	(1.643)	-	139	(1.260)	-	142	-
Serviços prestados	-	-	4.747	747	-	1.506	-	-	-
	-	**139**	**3.104**	**747**	**139**	**246**	-	**142**	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.									
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 17.1)	-	-	-	16.437	-	-	8.112	-	-
Serviços prestados	-	-	-	11	-	11	-	-	-
	-	-	-	**16.448**	-	**11**	**8.112**	-	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.									
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 17.1)	-	-	-	22.885	-	-	10.685	-	-
Uso da rede de transmissão	-	-	113	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	11	-	11	-	-	-
	-	-	**113**	**22.896**	-	**11**	**10.685**	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	-	690	207	-	1.725	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	52	-	713	-	-	-
Dispêndios a reembolsar	-	-	-	559	-	-	-	-	-
	-	-	**690**	**818**	-	**2.438**	-	-	-
Estação Transmissora e Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	1.646	(10.934)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 17.1)	-	-	-	-	-	-	217.329	-	(35.556)
Serviços prestados	-	-	40	-	-	-	-	-	-
	-	**1.646**	**(10.894)**	-	-	-	**217.329**	-	**(35.556)**
Integração Transmissora de Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	-	(8.264)	-	616	(5.822)	-	-	-
Serviços prestados	272	-	3.386	1.367	-	2.443	4.276	-	-
	272	-	**(4.878)**	**1.367**	**616**	**(3.379)**	**4.276**	-	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.									
Outros	-	-	-	-	-	-	998	-	-
	-	-	-	-	-	-	**998**	-	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	491	(7.003)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 17.1)	21.618	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	271	-	-	271	-	271	-	-	-
Dispêndios a reembolsar	1.067	-	-	1.067	-	-	151	-	-
	22.956	**491**	**(7.003)**	**1.338**	-	**271**	**151**	-	-
Norte Energia S.A.									
Serviços prestados	35	-	-	51	-	608	479	-	-
	35	-	-	**51**	-	**608**	**479**	-	-

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.									
Serviços prestados	68	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	32	-	-
	68	-	-	-	-	-	**32**	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.									
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 17.1)	-	-	-	12.894	-	-	10.036	-	-
Uso da rede de transmissão	-	-	79	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	11	-	11	-	-	-
	-	-	**79**	**12.905**	-	**11**	**10.036**	-	-
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.									
Adiantamento para futuro aumento de capital (nota 17.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.619
Uso da rede de transmissão	-	176	(2.424)	-	28	77	176	-	-
Serviços prestados	152	-	2.067	9	-	1.632	-	-	-
	152	**176**	**(357)**	**9**	**28**	**1.709**	**176**	-	**2.619**
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	294	(2.902)	-	-	-	-	-	-
	-	**294**	**(2.902)**	-	-	-	-	-	-
Total	**23.483**	**2.746**	**(22.857)**	**56.600**	**1.004**	**1.691**	**252.274**	**142**	**(32.937)**

40.2. As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:

	31/12/2013			31/12/2012			01/01/2012		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	-	(2.831)	-	221	(2.000)	-	-	-
Serviços prestados	-	-	2.022	21	-	1.765	-	-	-
	-	-	**(809)**	**21**	**221**	**(235)**	-	-	-
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	139	(1.643)	-	139	(1.260)	-	142	-
Serviços prestados	-	-	4.747	747	-	1.506	-	-	-
	-	**139**	**3.104**	**747**	**139**	**246**	-	**142**	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.									
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	10.437	-	-	8.112	-	-
Serviços prestados	-	-	210	11	-	11	-	-	-
	-	-	**210**	**10.448**	-	**11**	**8.112**	-	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.									
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	22.885	-	-	10.685	-	-
Uso da rede de transmissão	-	-	113	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	11	-	11	-	-	-
	-	-	**113**	**22.896**	-	**11**	**10.685**	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	-	690	207	-	1.725	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	52	-	713	-	-	-
Dispêndios a reembolsar	-	-	-	559	-	-	-	-	-
	-	-	**690**	**818**	-	**2.438**	-	-	-
Estação Transmissora e Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	1.646	(10.934)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	217.329	-	(35.556)
Financiamentos e empréstimos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	-	-	40	-	-	-	-	-	-
	-	**1.646**	**(10.894)**	-	-	-	**217.329**	-	**(35.556)**
Integração Transmissora de Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	-	(8.264)	-	616	(5.822)	-	-	-
Serviços prestados	272	-	3.386	1.367	-	2.443	4.276	-	-
	272	-	**(4.878)**	**1.367**	**616**	**(3.379)**	**4.276**	-	-
Linha Verde Transmissora de Energia S.A.									
Outros	-	-	-	-	-	-	998	-	-
	-	-	-	-	-	-	**998**	-	-
Manaus Transmissora de Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	491	(7.003)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	271	-	-	271	-	271	-	-	-
Dispêndios a reembolsar	1.067	-	-	1.067	-	-	151	-	-
	1.338	**491**	**(7.003)**	**1.338**	-	**271**	**151**	-	-
Norte Energia S.A.									
Serviços prestados	35	-	-	51	-	608	479	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	35	-	-	**51**	-	**608**	**479**	-	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.									
Serviços prestados	68	-	204	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	32	-	-
	68	-	**204**	-	-	-	**32**	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.									
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	12.894	-	-	10.036	-	-
Uso da rede de transmissão	-	-	79	-	-	-	-	-	-
Serviços prestados	-	-	-	11	-	11	-	-	-
	-	-	**79**	**12.905**	-	**11**	**10.036**	-	-
Rio Branco Transmissora de Energia S.A.									
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	2.619
Uso da rede de transmissão	-	176	(2.424)	-	28	77	176	-	-
Serviços prestados	152	-	2.067	9	-	1.632	-	-	-
	152	**176**	**(357)**	**9**	**28**	**1.709**	**176**	-	**2.619**
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.									
Uso da rede de transmissão	-	294	(2.902)	-	-	-	-	-	-
	-	**294**	**(2.902)**	-	-	-	-	-	-
Total	**1.865**	**2.746**	**(22.443)**	**50.600**	**1.004**	**1.691**	**252.274**	**142**	**(32.937)**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

– Encargos do uso da rede elétrica

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida – RAP.

A tarifa praticada nessas transações entre as partes relacionadas é definida em resoluções da Aneel para todos os usuários do Sistema de Transmissão.

– Serviços prestados

Refere-se a serviços de gerenciamento e supervisão de qualidade, serviço de comissionamento e outros serviços prestados às partes relacionadas, executados, normalmente, durante a construção dos empreendimentos.

– Dispêndios a reembolsar e empregados cedidos:

Contrato de reciprocidade vinculado ao Plano de Proteção e Recuperação da Saúde

Os custos com a utilização de convênios médicos por empregados das partes relacionadas, assim como os custos com a utilização de convênios médicos da Companhia por empregados das partes relacionadas, são totalmente reembolsados entre as empresas.

Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos das partes relacionadas para a Companhia, assim como os custos dos empregados cedidos da Companhia, são totalmente reembolsados entre as empresas.

– Suprimento de energia elétrica

Refere-se a operações de venda de energia elétrica.

– Contas a receber (operação Termo Norte)

Refere-se aos valores transacionados de manutenção da operação da Termo Norte (nota 18).

– Remuneração de acionistas

Refere-se aos pagamentos efetuados como dividendos ao controlador, conforme descrito na nota 25.

– Contratos de empréstimos e financiamentos

Sobre as operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras à Companhia são cobrados encargos nas mesmas condições existentes no mercado (nota 23).

40.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	3.156	2.947	3.953	3.225
Encargos sociais	115	100	355	161
Benefícios	403	515	403	516
Outros	-	227	-	252
Total	**3.674**	**3.789**	**4.711**	**4.154**

NOTA 41 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

41.1. Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Consolidado	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Financiamentos e empréstimos (nota 23)	4.932.652	5.564.225	5.305.475
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(395.324)	(423.018)	(357.794)
Dívida líquida	**4.537.328**	**5.141.207**	**4.947.681**
Patrimônio líquido	11.934.961	10.553.005	10.259.985
Total do capital	**16.472.289**	**15.694.212**	**15.207.666**
Índice de alavancagem financeira	**28%**	**33%**	**33%**

41.2. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, os quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

Ativos financeiros (circulante/não circulante)	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Empréstimos e recebíveis	**6.460.426**	**6.392.961**	**7.084.915**	**8.232.465**	**8.265.067**	**8.184.712**
Clientes (nota 8.1)	1.152.377	582.896	928.937	1.170.758	583.309	614.146
Financiamentos e empréstimos (nota 15)	-	9.457	17.609	-	9.457	-
Direitos de ressarcimento (nota 12)	199.031	222.950	399.864	199.031	222.950	405.512
Ativo financeiro concessões de serviço público (nota 10)	2.790.721	2.307.399	4.565.216	4.457.350	4.117.498	5.980.770
Indenizações de concessões (nota 9)	524.660	1.752.500	-	524.660	1.752.500	-
Impostos e contribuições sociais (nota 11)	263.776	305.062	192.864	350.797	364.439	218.204
Crédito junto à Ceron (nota 18)	1.325.397	1.052.533	701.577	1.325.397	1.052.533	701.577
Outros ativos (nota 15)	204.464	160.164	278.848	204.472	162.381	264.503
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**2.151.159**	**1.562.943**	**1.339.199**	**2.273.609**	**1.618.422**	**1.499.095**
Caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	272.874	367.539	197.898	395.324	423.018	357.794
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	216.155	472.364	376.950	216.155	472.364	376.950
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	1.662.130	723.040	764.351	1.662.130	723.040	764.351

Passivos financeiros (circulante / não circulante)	Controladora			Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Mensurados ao Custo Amortizado	**5.523.101**	**6.209.415**	**6.272.585**	**6.646.954**	**7.270.551**	**6.751.101**
Fornecedores (nota 22)	496.856	646.415	672.506	558.736	678.323	691.955
Financiamentos e empréstimos (nota 23)	4.185.735	4.679.388	4.671.738	4.932.652	5.564.225	5.305.475
Debêntures (nota 23.7)	-	-	-	218.682	69.320	-
Impostos e contribuições (nota 24)	88.679	94.141	91.087	183.886	168.974	125.056
Obrigações estimadas (nota 26)	227.499	346.632	352.519	227.499	346.854	361.469
Outros passivos (nota 30)	524.332	442.839	484.735	525.499	442.855	267.146
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**330.915**	**408.130**	**446.520**	**420.801**	**438.071**	**446.520**
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	330.915	408.130	446.520	420.801	438.071	446.520

41.2.1. Ativos Financeiros - classificados nas seguintes categorias

a) Caixa e Equivalentes de caixa: mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo – usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

c) Clientes: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

d) Financiamentos e empréstimos concedidos: são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.

Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

No encerramento deste exercício, não há saldo na carteira consolidada de empréstimos e financiamentos concedidos.

e) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados com empréstimos e recebíveis.

f) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação de hedge (se hedge de fluxo de caixa ou de valor justo).

g) Demais ativos financeiros: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

41.2.2. Passivos Financeiros - classificados nas seguintes categorias

a) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

b) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os financiamentos captados são compostos de financiamentos contratados junto a Controladora da Companhia. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia finalizou o exercício de 2013 com contratos passivos consolidados, entre empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizam R$ 5.151.334 (2012 - R$ 5.633.545), conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US$ (equivalentes)	R$	%
Dólar Norte-Americano	162.859	381.089	7%
Real	1.976.255	4.624.436	90%
Iene	62.292	145.763	3%
Euro	20	46	0%
	2.201.426	**5.151.334**	**100%**

c) Demais passivos financeiros: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

41.3. Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

41.3.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros em Euro e Iene, relativas a contratos de captação externa (nota 23.4).

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Exposição à moeda estrangeira	Controladora/Consolidado		
	31/12/2013	31/12/2012	01/01/2012
Ativos			
Dólar norte-americano	-	-	-
Euro	-	-	-
Iene	-	-	-
Total	-	-	-
Passivos			
Dólar norte-americano	381.089	371.251	376.732
Euro	46	289	641
Iene	145.763	168.309	186.295
Total	**526.898**	**539.849**	**563.668**
Passivo líquido exposto	**526.898**	**539.849**	**563.668**

41.3.2. Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

41.3.3. Risco de commodities

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

Cliente	Controladora		
	Data do contrato		Volume em megawatts médios (mw)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/03/2014	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

Esses contratos incluem o conceito de cap and floor band, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773. 21/ton e US$ 1,450/ton, respectivamente.

A perda apurada na operação com derivativos no exercício de 2013 é de R$ 178.994 (2012 – ganho de R$ 133.804) e está apresentada na demonstração do resultado do exercício de 2013 (notas 14 e 35). A posição patrimonial líquida apresentada é passiva em R$ 114.760 (2012 – ativa em R$ 64.234).

41.3.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações.

A Companhia e suas controladas atuam nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia, envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias.

As disponibilidades de caixa são aplicadas em fundo extramercado exclusivo, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco, avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

41.3.5. Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar eventuais descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 14. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros não derivativos da Companhia e do grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e as Controladas devem quitar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros	Controladora			
	31/12/2013			
(Circulante / não circulante)	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao Custo Amortizado	**1.542.820**	**525.915**	**985.665**	**2.380.023**
Fornecedores	496.856	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	461.074	439.110	977.079	2.308.472
Obrigações estimadas	219.570	7.929	-	-
Outros passivos	365.320	78.876	8.586	71.551
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**223.099**	**107.816**	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	223.099	107.816	-	-

Passivos financeiros	Controladora			
	31/12/2013			
(Circulante / não circulante)	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao Custo Amortizado	**1.805.000**	**789.106**	**1.187.531**	**2.333.637**
Fornecedores	646.415			
Empréstimos e financiamentos	457.908	769.239	1.136.565	2.315.676
Obrigações estimadas	346.632	-	-	-
Outros passivos	354.045	19.867	50.966	17.961
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**185.031**	**223.099**	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	185.031	223.099	-	-

Passivos financeiros	Controladora			
	01/01/2013			
(Circulante / não circulante)	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao custo amortizado	**1.660.385**	**544.758**	**1.582.187**	**2.394.168**
Fornecedores	672.506	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	387.803	385.722	1.523.579	2.374.634
Obrigações estimadas	214.504	138.015	-	-
Outros passivos	385.572	21.021	58.608	19.534
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**261.489**	**185.031**	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	261.489	185.031	-	-

Passivos financeiros	Controladora			
	31/12/2013			
(Circulante / não circulante)	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao Custo Amortizado	1.661.730	556.585	1.147.612	3.097.140
Fornecedores	558.736	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	505.285	443.861	1.097.809	2.885.697
Debêntures	12.804	24.769	41.217	139.892
Obrigações estimadas	219.570	7.929	-	-
Outros passivos	365.335	80.026	8.586	71.551
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**225.423**	**110.709**	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	225.423	110.709	11.397	73.272

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	Consolidado			
Passivos financeiros	**31/12/2012**			
(Circulante / Não Circulante)	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao Custo Amortizado	**1.892.673**	**946.554**	**1.599.770**	**2.662.580**
Fornecedores	678.323	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	512.130	921.458	1.533.348	2.597.289
Debêntures	1.305	5.229	15.456	47.330
Obrigações estimadas	346.854	-	-	-
Outros passivos	354.061	19.867	50.966	17.961
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	**185.757**	**224.057**	**3.795**	**24.462**
Instrumentos Financeiros Derivativos	185.757	224.057	3.795	24.462

	Consolidado			
Passivos financeiros	**01/01/2012**			
(Circulante / Não circulante)	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Mensurados ao custo amortizado	**1.539.347**	**569.572**	**2.122.221**	**2.394.905**
Fornecedores	691.955	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	495.301	371.190	2.063.613	2.375.371
Obrigações estimadas	223.454	138.015	-	-
Outros passivos	128.637	60.367	58.608	19.534
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**261.489**	**185.031**	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	261.489	185.031	-	-

41.4. Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2014 previsões e/ou estimativas baseadas, fundamentalmente, em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e Economic Outlook 86, publicado pela OECD.

41.4.1. Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

41.4.1.1. Depreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Controladora							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
Dolar(R$/US$)	155.547	381.089	2,450	1,838	1,225	285.817	190.545
IPCA	-	2.380.752	6,00%	4,50%	3,00%	2.487.886	2.452.175
TJLP	-	449.916	5,00%	3,75%	2,50%	466.788	461.164
SELIC	-	72.875	10,50%	7,88%	5,25%	78.614	76.701
EURO(R$/€)	14	46	3,379	2,534	1,690	35	23
IENE(R$/¥)	5.761.383	145.763	0,025	0,019	0,013	109.322	72.882
Total		**3.430.441**				**3.428.461**	**3.253.488**

Consolidado							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**
Dolar(R$/US$)	155.547	381.089	2,450	1,838	1,225	285.817	190.545
IPCA	-	2.380.752	6,00%	4,50%	3,00%	2.487.886	2.452.175
TJLP	-	1.176.004	5,00%	3,75%	2,50%	1.220.104	1.205.404
SELIC	-	72.875	10,50%	7,88%	5,25%	78.614	76.701
EURO(R$/€)	14	46	3,379	2,534	1,690	35	23
IENE(R$/¥)	5.761.383	145.763	0,025	0,019	0,013	108.026	72.017
Total		**4.156.529**				**4.180.481**	**3.996.864**

41.4.1.2. Apreciação dos Índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Controladora							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Dolar(R$/US$)	155.547	381.089	2,450	3,063	3,675	476.361	571.634
IPCA	-	2.380.752	6,00%	7,50%	9,00%	2.559.308	2.595.020
TJLP	-	449.916	5,00%	6,25%	7,50%	478.036	483.660
SELIC	-	72.875	10,50%	13,13%	15,75%	82.440	84.353
EURO(R$/€)	14	46	3,379	4,224	5,069	58	69
IENE(R$/¥)	5.761.383	145.763	0,025	0,031	0,038	180.043	216.052
Total		**3.430.441**				**3.776.246**	**3.950.787**

Consolidado							
Contratos Obtidos - Var. Positiva - 2013			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2014**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
Dolar(R$/US$)	155.547	381.089	2,450	3,063	3,675	476.361	571.634
IPCA	-	2.380.752	6,00%	7,50%	9,00%	2.559.308	2.595.020
TJLP	-	1.176.004	5,00%	6,25%	7,50%	1.249.504	1.264.204
SELIC	-	72.875	10,50%	13,13%	15,75%	82.440	84.353
EURO(R$/€)	14	46	3,379	4,224	5,069	58	69
IENE(R$/¥)	5.761.383	145.763	0,025	0,031	0,038	180.043	216.052
Total		**4.156.529**				**4.547.714**	**4.731.331**

41.4.2. Derivativos embutidos

41.4.2.1. Indexados ao preço do Alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e Alumar, esta subdividida em Alcoa e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do Alumínio no mercado internacional (nota 41.3.3).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do Alumínio Primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Saldo em 31/12/2013	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
216.155	-	-	587.693	1.067.039

41.4.2.2. Debêntures – Estação Transmissora de Energia S.A. - ETE

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures da subsidiária ETE, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia (nota 14).

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2013 e 2014 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 038 os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou commodities, devem ser marcados a mercado, com isso as demonstrações financeiras passam refletir o valor justo da operação em cada data avaliada.

Desta forma foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP, conforme Tabela 1.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Saldo em 31 de dezembro	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
89.885	85.081	79.919	94.304	98.330
29.940	29.240	28.513	30.613	31.258

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

41.5. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Controladora									
Ativos financeiros (circulante / não circulante)	**31/12/2013**			**31/12/2012**			**01/01/2012**		
	Nivel 1	**Nivel 2**	**Nivel 3**	**Nivel 1**	**Nivel 2**	**Nivel 3**	**Nivel 1**	**Nivel 2**	**Nivel 3**
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**1.935.004**	**216.155**	-	**1.090.579**	**472.364**	-	**962.249**	**376.950**	-
Caixa e equivalente de caixa (nota 6)	272.874	-	-	367.539	-	-	197.898	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	1.662.130	-	-	723.040	-	-	764.351	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	-	216.155	-	-	472.364	-	-	376.950	-

Consolidado									
Ativos financeiros (circulante / não circulante)	**31/12/2013**			**31/12/2012**			**01/01/2012**		
	Nivel 1	**Nivel 2**	**Nivel 3**	**Nivel 1**	**Nivel 2**	**Nivel 3**	**Nivel 1**	**Nivel 2**	**Nivel 3**
Mensurados a valor justo por meio do resultado	**2.057.454**	**216.155**	-	**1.146.058**	**472.364**	-	**1.122.145**	**376.950**	-
Caixa e equivalente de caixa (nota 6)	395.324	-	-	423.018	-	-	357.794	-	-
Títulos e valores mobiliários (nota 7)	1.662.130	-	-	723.040	-	-	764.351	-	-
Instrumentos financeiros derivativos (nota 14)	-	216.155	-	-	472.364	-	-	376.950	-

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado, utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia, é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100, classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorar os instrumentos financeiros incluem:

– Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.

– O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.

– O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras estimadas na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

– Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 42 – SEGUROS

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A importância segurada apresenta um valor global de R$ 4.559.365 (2012 - R$ 4.077.939) na controladora. A sua controlada, Estação Transmissora de Energia S.A., não possui contratos de seguros.

Risco	Controladora		
	Período de vigência	**Importância segurada**	**Prêmio**
Engenharia, modalidade de funcionamento operacional (nota 42.1)	26/12/2013 a 26/12/2014	4.310.692	25.480
Transporte Nacional	17/03/2013 a 17/03/2014	200	9
Incêndio, raio e explosão (nota 42.2)	09/12/2013 a 09/12/2014	61.719	5
Seguro de Pessoas	30/04/2013 a 30/04/2014	-	2.325
Incêndio, raio e explosão - Regionais (nota 42.2)	04/05/2013 a 04/05/2014	86.754	17
Seguro Garantia Participação de Leilão	26/07/2013 a 26/07/2014	-	350
Seguro Garantia Fiel Cumprimento de Contrato	15/03/2013 a 15/03/2014	-	900
Responsabilidade civil (nota 42.3)	14/12/2013 a 14/12/2014	100.000	735
Total		**4.559.365**	**29.821**

Historicamente, a Companhia não sofreu perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

42.1. Seguro de risco de engenharia - modalidade funcionamento operacional

Cobertura de seguros aplicada para danos materiais, quebra de máquinas, danos elétricos e defeitos mecânicos para os equipamentos em funcionamento operacional nas usinas hidroelétricas, termelétricas e subestações de propriedade da Companhia e investidas.

42.2. Seguro de incêndio, raio e explosão

Cobertura de seguros aplicada contra Incêndio, raio e explosão para os prédios e conteúdos do edifício sede em Brasília, escritório da Companhia em São Paulo, e a todos os bens móveis e imóveis, utensílios e instalações dos escritórios, unidades de apoio e Unidades Descentralizadas de propriedade ou sob responsabilidade da Companhia.

42.3. Seguro de responsabilidade civil geral

Cobertura de seguros aplicada para danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, danos morais e poluição e/ou contaminação ambiental, súbita e acidental de responsabilidade da Companhia e investidas.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 43 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

A maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2013 e de 2012, estão demonstradas a seguir:

Categoria	2013		2012	
	Maior (R$)	Menor (R$)	Maior (R$)	Menor (R$)
Diretores	34.883,31	33.222,20	33.119,93	31.245,22
Empregados	51.122,58	2.765,11	46.356,15	2.431,34
	Salário médio (R$)	Remuneração média (R$)	Salário médio (R$)	Remuneração média (R$)
Empregados	7.998,45	11.112,05	7.282,32	10.121,20

As remunerações estão de acordo com a política salarial praticada pela Companhia, individualmente, e inclui salário base, gratificação de função, adicional por tempo de serviço e produtividade.

NOTA 44 – EVENTOS SUBSEQUENTES

44.1. UTEs Rio Branco I e Rio Branco II

A Aneel, no uso das suas atribuições regimentais, recomendou ao Ministério de Minas e Energia (MME) a extinção da autorização de serviço público das Usinas Termelétricas (UTEs) Rio Branco I e Rio Branco II, outorgada à Companhia por meio da Portaria DNAEE nº 156/1990, além de declarar que a extinção da autorização não enseja em indenização por investimentos não amortizados.

Os saldos destas UTEs, em 31 de dezembro de 2013, estão totalmente provisionados (nota 20.6).

44.2. LT Belo Monte

A Companhia venceu, em 07 de fevereiro de 2013, em parceria com Furnas e State Grid, o Leilão de Transmissão Nº 11/2013 para contratação de serviço público de transmissão de energia elétrica de Belo Monte. As instalações deverão entrar em operação no prazo de 44 a 46 meses da assinatura dos contratos. Foram licitadas a linha de transmissão, em 800 kV, de 2.092 quilômetros de extensão e as estações conversoras de Xingu e Estreito. Os investimentos previstos são da ordem de R$ 5 bilhões.

O Consórcio IE Belo Monte é formado pela State Grid (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%).

44.3. Aquisição de participação acionária – Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

A Diretoria Executiva aprovou no dia 02 de outubro de 2013, a aquisição da participação acionária da Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. na Sociedade de Propósito Específico, Linha Verde Transmissora de Energia S.A, envolvendo a aquisição pela Eletronorte da totalidade da participação neste investimento.

O Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a transação em fevereiro de 2014. No entanto, a transação está condicionada à manifestação favorável da Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, e Banco da Amazônia, pois esse último é responsável pelo financiamento obtido na Linha Verde Transmissora de Energia S.A.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas demonstrações financeiras da Companhia (individual e consolidada), bem como concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia (PricewaterhouseCoopers) referenciada no relatório dos auditores independentes a seguir apresentado.

JOSIAS MATOS DE ARAUJO
Diretor Presidente

ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

TITO CARDOSO DE OLIVEIRA NETO
Diretor de Gestão Corporativa

ADHEMAR PALOCCI
Diretor de Planejamento e Engenharia

WADY CHARONE JÚNIOR
Diretor de Operação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE
JOSÉ FRANCISCO DE ABREU
Contador - CRC-DF-003586/O-5

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Presidente

MARTHA LYRA NASCIMENTO
Conselheiro

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS
Conselheiro

WANDERMILSON JESUS GARCÊZ DE AZEVEDO
Conselheiro

JOSIAS MATOS DE ARAUJO
Conselheiro

JOSÉ DALDEGAN JÚNIOR
Conselheiro

CONSELHO FISCAL
JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA
Presidente

ARLINDO SOARES CASTANHEIRA
Conselheiro

RODRIGO SAMPAIO MARQUES
Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS E INDIVIDUAIS

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas

Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e suas controladas ("Consolidad0") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva – Limitação de escopo

Conforme apresentado na Nota 19 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém investimentos nas empresas Linha Verde Transmissora de Energia S.A. e Construtora Integração Ltda., os quais foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial na controladora, cujos saldos na rubrica de investimentos em 31 de dezembro de 2013 somam R$ 47.895 mil e que, no exercício findo nessa data, produziram resultado líquido positivo de equivalência patrimonial no valor de R$ 3.487 mil.

Não obtivemos evidência apropriada e suficiente em relação ao saldo desses investimentos em 31 de dezembro de 2013 e ao resultado, por eles produzidos, no exercício findo nessa data, em virtude dos respectivos processos de preparação das demonstrações financeiras não estarem finalizadas. Em decorrência, não foi praticável determinar se algum ajuste seria necessário nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, caso os referidos acessos tivessem sido obtidos.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva – Limitação de escopo", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte e suas controladas em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ênfase – Renovação das concessões

Chamamos a atenção para a nota 10 às demonstrações financeiras que descreve que em 11 de setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a medida provisória nº 579, que trata das prorrogações de concessões de geração, distribuição e transmissão de energia elétrica, e sobre a redução dos encargos setoriais. Tal medida provisória foi convertida na Lei nº 12.783/2013 em 11 de janeiro de 2013 e passou a ser regulamentada pelo Decreto nº 7.891/2013 de 23 de janeiro de 2013. As novas tarifas e o valor da indenização foram divulgadas pela Portaria do Ministério de Minas e Energia nº 579 e a Portaria Interministerial do Ministério de Minas e Energia e do Ministério da Fazenda nº 580, publicadas em edição extraordinária do Diário Oficial da União do dia 1º de novembro de 2012.

A Companhia aceitou as condições de renovação antecipada das concessões previstas na Medida Provisória nº 579 (Lei nº 12.783/13), assinando em 4 de dezembro de 2012 os contratos de prorrogação das concessões afetadas.

No que se refere às concessionárias que optaram pela prorrogação das concessões de transmissão de energia elétrica, alcançadas pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 9.074, de 1995, a Lei nº 12.783/2013 em seu artigo 15, § 2º, autoriza o poder concedente a pagar, na forma de regulamento, o valor relativo aos ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000, registrados pela concessionária e reconhecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A Companhia está na fase de elaboração do laudo de avaliação dos referidos ativos para entrega a ANEEL que terá até 150 dias para se manifestar.

Os valores dos ativos de transmissão abrangidos nessa situação correspondem a R$ 1.732.910 mil em 31 de dezembro de 2013 (R$ 1.810.171 mil em 31 de dezembro de 2012), conforme Nota 10, e foram determinados pela administração a partir de suas melhores estimativas e interpretação da legislação acima podendo sofrer alterações até a homologação final dos mesmos. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos - Informação suplementar - Demonstrações condensadas do valor adicionado

Examinamos também as demonstrações condensadas do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida, pela legislação brasileira, apenas para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo "Base para opinião com ressalva – Limitação de escopo", esta adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2014

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" DF

Guilherme Naves Valle
Contador CRC MG070614/O-5 "S" DF

Fabiano Ricardo Tessitore
Contador CRC 1SP216451/O-1 "S" DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, complementadas pelas Notas Explicativas, e o Relatório da Administração, bem como a proposta de distribuição de dividendos, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2013. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Parecer dos Auditores Independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, de 24 de março de 2014, contendo ressalva de limitação de escopo, opina que os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa e recomenda que os mesmos sejam submetidos à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília - DF, 24 de março de 2014

JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA

ARLINDO SOARES CASTANHEIRA

RODRIGO SAMPAIO MARQUES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 51/2014-DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
831.345/2011-BRUNA CRISTINA ZACANTE RAMOS-ALVARÁ N° 13292 Publicado DOU de 12/09/2011- Onde se lê:"...numa area de 284,09 ha...", Leia-se:"... numa area de 274,03 ha...".

890.352/2011-MARCELO AUGUSTO BASTOS RIBEIRO GOMES-ALVARÁ N° 9477 Publicado DOU de 04/07/2011- Onde se lê:"...numa area de 1314,84 ha...", Leia-se:"... numa area de 1284,96 ha...".

830.072/2012-AREAL FERRENSE LTDA ME-ALVARÁ N° 428 Publicado DOU de 07/01/2014- Onde se lê:"...numa area de 1256,99 ha...", Leia-se:"... numa area de 1217,42 ha...".

830.073/2012-AGENOR NARCIZO DRUMOND COSSO-LOSSO-ALVARÁ N° 429 Publicado DOU de 07/01/2014- Onde se lê:"...numa area de 1070,98 ha...", Leia-se:"... numa area de 1053,93 ha...".

SERGIO AUGUSTO DAMASO

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 41/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.050/2014-AGRO COMERCIAL ACACIA LTDA-OF. N°468/2014
Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
800.609/2013-A J S GOMES PREMOLDADOS ME- Alvará n°10.923/2013 - Cessionario:800179/2014 e 800.180/2014-A J MINERAÇÃO E TRANSPORTE LTDA ME- CPF ou CNPJ 69.717.643/0001-57
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
800.799/2012-INDAIÁ BRASIL ÁGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°442/2014
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
800.446/2011-SM INDUSTRIA DE MINERIOS DO BRASIL LTDA- Cessionário:PEDREIRA ITATIBA LTDA- CPF ou CNPJ 01.909.512/0001-38- Alvará n°10.856/2011
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
800.010/2014-MPP INDÚSTRIA E MINERAÇÃO LTDA - Alvará N°2.547/2014
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
800.408/2006-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°473/2014 e 475/2014
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
800.239/2003-MINERAÇÃO BELOCAL LTDA-OF. N°477/2014-180 dias
800.571/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°478/2014-180 dias
800.578/2008-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°476/2014-180 dias
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
800.715/1987-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-OF. N°393/2014
800.408/2006-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°473/2014 e 475/2014
800.491/2009-QUARTZBLUE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°439/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1737)
800.408/2006-MINETE MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°474/2014
Fase de Concessão de Lavra
Imissão de Posse realizada(407)
800.018/2002-MINERAÇÃO LUNAR S.A. - EDITAL N° 26/2010 - Publicado DOU de 18/06/2010
800.688/2008-ITATIBA MINERAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA. - EDITAL N° 05/2013 - Publicado DOU de 18/11/2013
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.054/2005-BRINGEL E CARVALHO INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA- SÃO DOMINGOS SÁVIO; 510 ml, sem gás (Natal), 510 ml, sem gás (Copa do Mundo) e 20 L sem gás.- BARBALHA/CE, JUAZEIRO DO NORTE/CE
800.128/2007-ORVALHO DA SERRA COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE RECURSOS MINERAIS- FONTES; ORVALHO I E ORVALHO II; 20 L (FONTE ORVALHO I) E 20 L (FONTE ORVALHO II), AMBOS GARRAFÕES SEM GÁS.- GRAÇA/CE, GUARACIABA DO NORTE/CE
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
800.054/2005-BRINGEL E CARVALHO INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA-OF. N°426/2014
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
800.054/2005-BRINGEL E CARVALHO INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA-OF. N°425/2014
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de licença - área sem oneração/Port.266/2008(1281)
800.521/2013-INDÚSTRIA DE BRITAGEM DO CARIRI S A

FERNANDO ANTONIO DA COSTA ROBERTO

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 263/2014

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (TAH)/prazo 10 (dez) dias (1.78)

830.336/2003 - Brasroma Mineração Comércio e Industria Ltda.
(Alvará 3.466,DOU 13/05/2003)- Not. nº1848/2013 - R$2.897,97

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar ou apresentar defesa contra os débitos TAH/prazo 10 (dez) dias (1.78)

830.191/2004 - Jeferson Moreira dos Anjos - CPF:nº060.245.666-54
(Alvará publicado em 05/05/2004)- Not. nº04/2014 - R$3.251,36

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
846.597/2012-UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA.
846.598/2012-UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA

RELAÇÃO Nº 52/2014

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
846.344/2013-UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA.-Registro de Licença N°001/2013 de 01/11/2013-Vencimento em 01/11/2017
846.345/2013-UNIÃO BRASILEIRA DE AGREGADOS LTDA.-Registro de Licença N°002/2013 de 01/11/2013-Vencimento em 01/11/2017

EDUARDO SÉRGIO COLAÇO

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 65/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.288/2007-ACQUAPLAN MINERAÇÃO E PLANEJAMENTO LTDA-OF. N°591/2014/DNPM/RJ-DFAM
Prorroga prazo para cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(252)
890.105/2012-MULTIBLOCO INDUSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA.-OF. N°642/2014/DNPM/RJ-DFAM
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
890.453/2008-ELIS JOSÉ DE SOUSA-ALVARÁ N°17.305/2010
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.421/2008-VOTORANTIM CIMENTOS S A-AI N°96/2014
890.258/2010-MINERADORA DOIS IRMÃOS LTDA-AI N°83/2014
890.269/2010-CASTRO DE SÁ PEDRAS DECORATIVAS DE ITAPERUNA LTDA-AI N°81/2014
890.330/2010-MACROMINERAL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-AI N°72/2014
890.346/2010-EMPRESA DE MINERAÇÃO JEQUITIBA DE BOM JARDIM LTDA-AI N°82/2014
890.052/2011-TRADEX COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-AI N°74/2014
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento 30 dias(644)
890.217/2011-CAMAR CAPIXABA MÁRMORES E GRANITOS LTDA. ME. - AI N°548/2013
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
890.019/2000-MINERAÇÃO SERRA DO BRITO LTDA.- Aprova os modelos de rótulo de embalagens de água mineral da fonte Burunga: 330 ml, 510 ml, 1,5 L (sem gás) e 10 L e 20 L e da fonte Vovó Chiquita: 330 ml, 510 ml, 1,5 L (com e sem gás) e 10 L e 20 L, marca L'Áqua Gnaisse Raposo.; apresentados pela empresa Mineração Serra do Brito Ltda.- ITAPERUNA/RJ
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
808.906/1974-VALLE SUL PAVIMENTAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA-OF. N°514/2014/DNPM/RJ-DFAM
890.253/2000-MINERAÇÃO SANTA JOANA LTDA-OF. N°635/2014/RJ/Fiscalização/Superintendência do DNPM/RJ
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.129/2005-AREAL TRANSMONTANO DE ITAGUAÍ LTDA ME-OF. N°592/2014/DNPM/RJ-DFAM
890.085/2007-AREAL PORTO GRAUNA LTDA EPP-OF. N°615/2014/RJ/Fiscalização/Superintendência do DNPM/RJ
890.153/2011-AREAL DO FUTURO EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-OF. N°618/2014/RJ/Fiscalização/Superintendência/DNPM/RJ
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1739)
890.129/2005-AREAL TRANSMONTANO DE ITAGUAÍ LTDA ME-OF. N°593/2014/DNPM/RJ-DFAM

RELAÇÃO Nº 66/2014

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.525/2013-GIANCARLO BATISTA SILVA
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
890.667/2013-AREAL BOM PASTOR LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Instaura processo administrativo de Declaração de Caducidade/Nulidade do Alvará - Prazo para defesa: 60 (sessenta) dias(237)
890.245/2002-JORGE ALBERTO CUNHA- OF. N° 637/2014
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.356/1995-DUQUE DE CAXIAS MINERAÇÃO LTDA-OF. N°643 / 2014
Intima para defesa caducidade/nulidade do titulo-Prazo 60 dias(266)
890.245/2002-JORGE ALBERTO CUNHA-OF. N°637/2014
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
890.191/2004-PEDRAS DECORATIVAS ANA PAULA E ROGER LTDA - ME
890.272/2008-FAZENDA SANTO ESTEVÃO EMPREENDIMENTOS E TURISMO LTDA
890.169/2009-MINERAÇÃO ILHA DAS GARÇAS
890.170/2009-MINERAÇÃO ILHA DAS GARÇAS
890.478/2009-MINERAÇÃO DE SAIBRO CAVALO BRANCO LTDA
890.657/2010-AREAL FAMILIA UNIDA LTDA ME
890.138/2011-FAZENDA SANTO ESTEVÃO EMPREENDIMENTOS E TURISMO LTDA
Fase de Disponibilidade
Declara PRIORITÁRIO, pretendente da área em disponibilidade para pesquisa(303)
300.570/2012-REGINA LÚCIA GONZALEZ - CPF: 080.062.067-40- Substância Aprovada:ARGILA INDUSTRIAL
Homologa desistência do requerimento de habilitação para área em disponibilidade(607)
300.570/2012-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S. A. - CNPJ: 10.476.221/0001-94
Determina arquivamento definitivo do processo(1678)
300.570/2012-ÁREA DESCARTADA DO PROCESSO DNPM 890.119/2007
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.550/1999-PEDREIRA PRONTA ENTREGA LTDA.-OF. N°614 / 2014
Fase de Concessão de Lavra
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
890.353/2000-VESTA MINERAÇAO LTDA-OF. N°649 / 2014
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.692/1994-PEDRAS DECORATIVAS SÃO RAPHAEL LTDA - ME- Registro de Licença N°:781/1999 - Vencimento em 23/10/2018
890.196/2001-AREAL IRMÃOS UNIDOS LTDA- Registro de Licença N°:2.030/2005 - Vencimento em 28/02/2015
890.255/2003-AREAL DO TEMPO LTDA ME- Registro de Licença N°:2.771/2003 - Vencimento em 28/02/2015
890.274/2003-HM MINERAÇÕES LTDA EPP- Registro de Licença N°:1.800/2003 - Vencimento em 28/02/2015
890.447/2003-TERMA - TERMINAL MINEIRO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N°:1.816/2003 - Vencimento em 17/03/2016
890.222/2004-AREAL ESKEMA LTDA- Registro de Licença N°:1.939/2004 - Vencimento em 28/02/2015
890.291/2006-AREAL DO TEMPO LTDA ME- Registro de Licença N°:2.542/2009 - Vencimento em 28/02/2015
890.479/2006-AREAL DO TEMPO LTDA ME- Registro de Licença N°:2.480/2008 - Vencimento em 28/02/2015
890.187/2008-MINERAÇÃO ATLÂNTICO SUL LTDA EPP- Registro de Licença N°:2.565/2009 - Vencimento em 28/02/2015
890.473/2009-CERAMICA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS LTDA ME.- Registro de Licença N°:2.579/2010 - Vencimento em 31/12/2016
890.505/2009-AREAL ATLANTIDA LTDA ME- Registro de Licença N°:2.590/2010 - Vencimento em 28/02/2015
890.519/2009-AREAL MORRO REDONDO LTDA.- Registro de Licença N°:2.778/2013 - Vencimento em 23/06/2015
890.066/2010-AREAL SILVA MACEDO LTDA EPP- Registro de Licença N°:2.620/2010 - Vencimento em 28/02/2015
890.182/2010-AREAL IRMÃOS UNIDOS LTDA- Registro de Licença N°:2.732/2013 - Vencimento em 28/02/2015
890.363/2010-MINERAÇÃO GALÁCIA LTDA- Registro de Licença N°:2.643/2011 - Vencimento em 28/02/2015
890.165/2011-AREAL ANINHA LTDA ME- Registro de Licença N°:2.716/2012 - Vencimento em 28/02/2015
890.253/2012-AREAL NOVA UNIÃO DE SEROPÉDICA LTDA- Registro de Licença N°:2.718/2012 - Vencimento em 28/02/2015
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
890.033/2002-UNI PEDRAS DECORATIVAS LTDA ME
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.197/2014-FREITAS & PESSANHA LTDA.-OF. N°634 / 2014

JADIEL PIRES NOGUEIRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA NO TOCANTINS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 49/2014

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
864.015/2008-AMARILLO MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA.- AI N°935/2013 - DNPM/TO
Torna sem efeito Multa Aplicada- Início da pesquisa(1035)
864.557/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°659/2013 - DNPM/TO
864.561/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°657/2013 - DNPM/TO
864.571/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°656/2013 - DNPM/TO
864.580/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°655/2013 - DNPM/TO
864.581/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°654/2013 - DNPM/TO
864.582/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°653/2013 - DNPM/TO
864.589/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°651/2013 - DNPM/TO
864.598/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°650/2013 - DNPM/TO
864.599/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°649/2013 - DNPM/TO
864.605/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°648/2013 - DNPM/TO
864.606/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°647/2013 - DNPM/TO
Torna sem efeito auto de infração - Início da pesquisa(1409)
864.557/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°659/2013 - DNPM/TO
864.561/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°657/2013 - DNPM/TO
864.571/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°656/2013 - DNPM/TO
864.580/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°655/2013 - DNPM/TO
864.581/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°654/2013 - DNPM/TO
864.582/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°653/2013 - DNPM/TO
864.589/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°651/2013 - DNPM/TO
864.598/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°650/2013 - DNPM/TO
864.599/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°649/2013 - DNPM/TO
864.605/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°648/2013 - DNPM/TO
864.606/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES-AI N°647/2013 - DNPM/TO
864.056/2008-WILSON MACHADO CORREIA-AI N°115/2013 - DNPM/TO
864.152/2009-CERÂMICA JOCA COSTA LTDA-AI N°524/2012 - DNPM/TO
Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito Auto de Infração.(1848)
864.152/2007-INDALÉCIO DE SOUZA VILELA- AI N°363/2012 - DNPM/TO
864.586/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES- AI N°585/2013 - DNPM/TO
Torna sem efeito Multa Aplicada.(1849)
864.586/2007-ADÃO HELENO RODRIGUES- AI N°585/2013 - DNPM/TO

RÔMULO SOARES MARQUES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 8, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Regulamenta o funcionamento da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 8, 9 e 10 de abril de 2014, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e com fundamento no art. 44 da Resolução CNAS nº 6, de 9 de fevereiro de 2011, Regimento Interno, resolve:

Art. 1º Regulamentar o funcionamento da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, instituída pelo art. 41 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução CNAS nº 6, de 9 de fevereiro de 2011.

Art. 2º A Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social compõe-se de 6 (seis) membros, com representação paritária, eleitos pela Plenária do CNAS, dentre eles 1 (um) Coordenador e 1 (um) Coordenador Adjunto.

§ 1º A Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social será composta por conselheiros com mandato vigente.

§ 2º O Coordenador e o Coordenador Adjunto serão escolhidos na Plenária do CNAS, a partir da indicação dos membros da Comissão.

Art. 3º A Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social se reunirá por convocação do Presidente do CNAS semestralmente ou de forma extraordinária.

Art. 4º A Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social reunir-se-á com quórum mínimo de 4 (quatro) membros, respeitando a paridade.

§ 1º Perderá o mandato na Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social o Conselheiro que, sem justificativa, faltar a 3 (três) reuniões ordinárias da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, devendo a Plenária do CNAS eleger seu substituto.

§ 2º Os demais Conselheiros do CNAS, quando convocados, participarão das reuniões da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, fazendo uso da palavra.

Art. 5º Ao Coordenador da Comissão compete:

I. presidir e coordenar os trabalhos da Comissão;

II. exercer o direito do voto de qualidade;

III. elaborar e divulgar aos demais integrantes a pauta das reuniões da Comissão;

IV. assinar as memórias, notas, pareceres e recomendações elaboradas pela Comissão e relatá-las em Plenária;

V. convidar gestores, técnicos, especialistas e outros, de acordo com a necessidade e temas a serem tratados.

Parágrafo único. Na ausência do Coordenador, o Coordenador Adjunto assume as suas funções.

Art. 6º A Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social tem as seguintes competências:

I. propor metodologia para ser utilizada em cada conferência nacional de assistência social como estratégia fundamental para o acompanhamento e monitoramento continuado das deliberações;

II. desenvolver a avaliação e o monitoramento das deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social, a partir da IX Conferência Nacional de Assistência Social;

III. recomendar aos Conselhos de Assistência Social orientações e instrumental de monitoramento e avaliação das deliberações das Conferências de Assistência Social;

IV. propor temas para as Conferências Nacionais de Assistência Social;

V. Monitorar e avaliar as metas do Plano Decenal à luz das deliberações

VI. desempenhar outras atividades que lhe sejam designadas pela Plenária do CNAS.

Art. 7º Para o acompanhamento e monitoramento das deliberações, a Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social adotará as seguintes estratégias:

I. promover estudos de análise das deliberações implementadas, em andamento e não implementadas, elaborando uma síntese a ser submetida à Plenária do CNAS semestralmente;

II. propor grupos de trabalho, consultorias, pesquisas, debates e outras iniciativas inerentes a assuntos de sua competência;

III. levantar normativas pertinentes às deliberações;

IV. utilizar dados do Censo SUAS, bem como outros indicadores pertinentes às deliberações;

V. divulgar informações sobre o processo de acompanhamento e monitoramento;

VI. propor ações conjuntas e parcerias, nas três esferas de governo;

VII. propor ações conjuntas e parcerias com a Frente Parlamentar em Defesa da Assistência Social.

Art. 8º Caberá à Secretaria Executiva do CNAS a imediata e ampla divulgação da Comissão de Monitoramento das Deliberações das Conferências Nacionais de Assistência Social.

Art. 9º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJÓS
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 9, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Ratifica e reconhece as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de ensino médio e fundamental do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, em consonância com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 8 a 10 de abril de 2014, no uso da competência conferida pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, e

CONSIDERANDO a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social - LOAS;

CONSIDERANDO a Lei nº 10.836, 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família e dá outras providencias;

CONSIDERANDO o Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, que dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.334, de 19 de outubro de 2010, que institui o Censo do Sistema Único de Assistência Social - Censo SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004, do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, que aprova a Política Nacional de assistência Social - PNAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 210, de 2007, do CNAS, que aprova as metas nacionais do Plano Decenal de Assistência Social;

CONSIDERANDO a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do CNAS, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Resolução nº 33, de 12 de dezembro de 2012, do CNAS, que aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS;

CONSIDERANDO a Resolução nº 18, de 4 de julho de 2013, do CNAS, que dispõe acerca das prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017, pactuadas pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT;

CONSIDERANDO a Resolução nº 32, de 31 de outubro de 2013, do CNAS, que dispõe sobre o Pacto de Aprimoramento da Gestão dos Estados e do Distrito Federal no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, estabelece a revisão das prioridades e metas específicas para a gestão estadual e do Distrito Federal e os compromissos do governo federal, estabelecidos na Resolução nº 17, de 18 de novembro de 2010, da CIT, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a deliberação da VIII Conferência Nacional de Assistência Social, de 2011, que estabelece: "Reconhecer os cargos e funções dos trabalhadores de ensino médio e fundamental que atuam no SUAS, nas funções de monitor, educador social e orientador social, entre outras;

CONSIDERANDO a Classificação Brasileira de Ocupações - CBO, aprovada pelas Portarias nº 3.654, de 24 de novembro de 1977, nº 1.334, de 21 de dezembro de 1994 e nº 397, de 9 de outubro de 2002, exaradas pelo Ministério do Trabalho e Emprego- MTE; e

CONSIDERANDO o processo democrático e participativo realizado nas cinco Oficinas Regionais com os trabalhadores de Ensino Médio e Fundamental do SUAS, coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, resolve:

Art. 1º Ratificar e reconhecer as ocupações e as áreas de ocupações profissionais de escolaridade de ensino médio e fundamental completos que compõem as equipes de referência do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, previstas na Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS.

Art. 2º O trabalho social desempenhado no SUAS deve pautar-se pelos princípios éticos estabelecidos na NOB-RH/SUAS e na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS 2012.

Art. 3º Para efeitos desta Resolução:

I - Ocupação é o conjunto articulado de funções ou atribuições destinadas à realização da gestão, do controle social, do provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;

II - Função ou atribuição é o conjunto de atividades ou tarefas que são executadas de forma sistemática pelo trabalhador de uma determinada ocupação;

III - Funções essenciais de gestão são aquelas estabelecidas pela NOB-RH/SUAS, NOB/SUAS e na legislação do CadÚnico.

IV - Provimentos são aqueles previstos na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

V - Áreas de ocupações profissionais são aquelas que atendem às funções essenciais de gestão do SUAS e ao funcionamento operacional da gestão, das Unidades socioassistenciais e das instâncias de pactuação e deliberação do SUAS, estabelecidas pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS e Norma Operacional Básica do SUAS - NOB/SUAS.

Art. 4º As ocupações profissionais com escolaridade de ensino médio, que compõem as equipes de referência do SUAS, desempenham funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos e benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS, quais sejam:

I - Cuidador Social, com as seguintes funções:

a) desenvolver atividades de cuidados básicos essenciais para a vida diária e instrumentais de autonomia e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas;

b) desenvolver atividades para o acolhimento, proteção integral e promoção da autonomia e autoestima dos usuários;

c) atuar na recepção dos usuários possibilitando uma ambiência acolhedora;

d) identificar as necessidades e demandas dos usuários;

e) apoiar os usuários no planejamento e organização de sua rotina diária;

f) apoiar e monitorar os cuidados com a moradia, como organização e limpeza do ambiente e preparação dos alimentos;

g) apoiar e monitorar os usuários nas atividades de higiene, organização, alimentação e lazer;

h) apoiar e acompanhar os usuários em atividades externas;

i) desenvolver atividades recreativas e lúdicas;

j) potencializar a convivência familiar e comunitária;

k) estabelecer e, ou, potencializar vínculos entre os usuários, profissionais e familiares;

l) apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;

m) contribuir para a melhoria da atenção prestada aos membros das famílias em situação de dependência;

n) apoiar no fortalecimento da proteção mútua entre os membros das famílias;

o) contribuir para o reconhecimento de direitos e o desenvolvimento integral do grupo familiar;

p) apoiar famílias que possuem, dentre os seus membros, indivíduos que necessitam de cuidados, por meio da promoção de espaços coletivos de escuta e troca de vivência familiar;

q) participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado.

II - Orientador Social ou Educador Social, com as seguintes funções:

a) desenvolver atividades socioeducativas e de convivência e socialização visando à atenção, defesa e garantia de direitos e proteção aos indivíduos e famílias em situações de vulnerabilidade e, ou, risco social e pessoal, que contribuam com o fortalecimento da função protetiva da família;

b) desenvolver atividades instrumentais e registro para assegurar direitos, (re)construção da autonomia, autoestima, convívio e participação social dos usuários, a partir de diferentes formas e metodologias, contemplando as dimensões individuais e coletivas, levando em consideração o ciclo de vida e ações intergeracionais;

c) assegurar a participação social dos usuários em todas as etapas do trabalho social;

d) apoiar e desenvolver atividades de abordagem social e busca ativa;

e) atuar na recepção dos usuários possibilitando ambiência acolhedora;

f) apoiar na identificação e registro de necessidades e demandas dos usuários, assegurando a privacidade das informações;

g) apoiar e participar no planejamento das ações;

h) organizar, facilitar oficinas e desenvolver atividades individuais e coletivas de vivência nas unidades e, ou, na comunidade;

i) acompanhar, orientar e monitorar os usuários na execução das atividades;

j) apoiar na organização de eventos artísticos, lúdicos e culturais nas unidades e, ou, na comunidade;

k) apoiar no processo de mobilização e campanhas intersetoriais nos territórios de vivência para a prevenção e o enfrentamento de situações de risco social e, ou, pessoal, violação de direitos e divulgação das ações das Unidades socioassistenciais;

l) apoiar na elaboração e distribuição de materiais de divulgação das ações;

m) apoiar os demais membros da equipe de referência em todas etapas do processo de trabalho;

n) apoiar na elaboração de registros das atividades desenvolvidas, subsidiando a equipe com insumos para a relação com os órgãos de defesa de direitos e para o preenchimento do Plano de Acompanhamento Individual e, ou, familiar;

o) apoiar na orientação, informação, encaminhamentos e acesso a serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda, ao mundo do trabalho por meio de articulação com políticas afetas ao trabalho e ao emprego, dentre outras políticas públicas, contribuindo para o usufruto de direitos sociais;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

p) apoiar no acompanhamento dos encaminhamentos realizados;

q) apoiar na articulação com a rede de serviços socioassistenciais e políticas públicas;

r) participar das reuniões de equipe para o planejamento das atividades, avaliação de processos, fluxos de trabalho e resultado;

s) desenvolver atividades que contribuam com a prevenção de rompimentos de vínculos familiares e comunitários, possibilitando a superação de situações de fragilidade social vivenciadas;

t) apoiar na identificação e acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades;

u) informar, sensibilizar e encaminhar famílias e indivíduos sobre as possibilidades de acesso e participação em cursos de formação e qualificação profissional, programas e projetos de inclusão produtiva e serviços de intermediação de mão de obra;

v) acompanhar o ingresso, frequência e o desempenho dos usuários nos cursos por meio de registros periódicos;

x) apoiar no desenvolvimento dos mapas de oportunidades e demandas.

Art. 5º A ocupação profissional com escolaridade de ensino fundamental, que compõe as equipes de referência do SUAS, conforme estabelecido pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, desempenha funções de apoio ao provimento dos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e ao CadÚnico, diretamente relacionadas às finalidades do SUAS, qual seja, Auxiliar de Cuidador Social.

Parágrafo Único. É responsabilidade deste profissional, auxiliar o Cuidador Social em todas as funções, constantes no inciso I, do Art. 3° desta Resolução, em especial as descritas nas alíneas e, f, g, h, i, j.

Art. 6º Constituem áreas de ocupações profissionais de ensino médio, que integram as equipes de referência do SUAS, no âmbito das secretarias, das Unidades socioassistenciais e das instâncias de pactuação e deliberação do SUAS, aquelas relacionadas às funções essenciais da gestão, conforme preconiza a NOB-RH/SUAS, com as respectivas atribuições:

I - funções administrativas:

a) desempenhar atividades de apoio à gestão administrativa;

b) apoiar nas áreas de recursos humanos, administração, compras e logística;

c) sistematizar, organizar e prestar informações sobre as ações da assistência social a gestores, entidades e, ou, organizações de assistência social, trabalhadores, usuários e público em geral;

d) recepcionar e agendar atendimento e entrevistas para as ações próprias dos serviços socioassistenciais e para inserção dos usuários no CadÚnico;

e) organizar, catalogar, processar e conservar documentos, cumprindo todo o procedimento administrativo necessário, inclusive em relação aos formulários do CadÚnico, prontuários, protocolos, dentre outros;

f) controlar estoque e patrimônio;

g) apoiar na organização e no processamento dos convênios, contratos, acordos ou ajustes com as entidades e, ou, organizações de assistência social.

II - funções de gestão financeira e orçamentária:

a) desempenhar atividades de apoio à gestão financeira e orçamentária do SUAS;

b) organizar documentos e efetuar sua classificação contábil, sob orientação de contador;

c) levantar junto a cada unidade e serviço a demanda/necessidades por materiais e serviços de terceiros;

d) apoiar na elaboração de informações sobre atos e fatos administrativos e movimentação financeira do órgão e unidade socioassistencial;

e) apoiar na função de lançamento contábil, de conciliar contas e preenchimento de guias e de solicitações;

f) apoiar na realização de empenhos de acordo com o orçamento anual da assistência social;

g) apoiar na movimentação financeira dos fundos de assistência Social, na elaboração de fluxos de caixa e programação financeira;

h) Auxiliar na captação de dados necessários à elaboração de relatórios da situação econômica-financeira da Secretaria e na construção dos instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) e plano de assistência social;

i) Organizar, classificar, registrar, tramitar e arquivar documentos de execução contábil, financeira e fiscal, em função do seu conteúdo e das normas vigentes;

j) Apoiar no preenchimento do plano de ação e na elaboração dos demonstrativos de execução orçamentária e financeira para fins de monitoramento e controle e, ainda, para prestação de contas aos conselhos de assistência social, aos Estados e União.

III - funções de gestão da informação, monitoramento, avaliação, vigilância socioassistencial, de benefícios, transferência de renda e CadÚnico:

a) desempenhar atividades de apoio à gestão no âmbito das secretarias de assistência social ou nas Unidades do SUAS, conforme o caso, para a gestão e o provimento do Benefício de Prestação Continuada - BPC, do Programa Bolsa Família e dos benefícios eventuais;

b) operar sistemas de informações e aplicativos do Sistema Nacional de Informação do Sistema Único de Assistência Social - Rede SUAS, do Sistema do CadÚnico e os demais sistemas e cadastros relacionados à gestão dos benefícios e transferência de renda;

c) apoiar nas atividades de diagnóstico socioterritorial, planejamento, organização e execução de ações desenvolvidas pela gestão e pelos serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e do CadÚnico, por meio da produção, sistematização e análise de informações territorializadas;

d) apoiar a equipe de referência na orientação e encaminhamento dos usuários relativos a cadastros, serviços, programas, projetos, benefícios, transferência de renda e demais políticas públicas;

e) realizar entrevistas com usuários para inserção de dados no Cadastro Único e demais sistemas e cadastros relacionados à gestão dos benefícios e transferência de renda;

f) registrar, transcrever e digitar informações, operando computadores;

g) operar e monitorar sistemas de comunicação em rede;

h) manter atualizadas as informações registradas no CadÚnico e demais cadastros;

i) preparar equipamentos e meios de comunicação;

j) apoiar na segurança operacional por meio de procedimentos específicos.

Art. 7º Constituem áreas de ocupações de ensino fundamental, que integram as equipes de referência do SUAS, aquelas relacionadas às funções essenciais de apoio ao funcionamento operacional da gestão, das Unidades socioassistenciais e das instâncias de pactuação e deliberação do SUAS, conforme preconiza a NOB-RH/SUAS, com as respectivas atribuições:

I - função de limpeza:

a) desempenhar atividades de limpeza com o objetivo de manter todos os ambientes limpos e organizados;

b) trabalhar seguindo as normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas.

II - funções de lavanderia:

a) recepcionar e organizar as peças ou artefatos;

b) desempenhar atividades de lavanderia e passadoria para pessoas e unidades do SUAS;

c) inspecionar o serviço e organizar a devolução das roupas e artefatos;

d) trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas e, o desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas.

III - funções de cozinha:

a) desempenhar atividades de organização e supervisão dos serviços de cozinha em locais de refeições;

b) apoiar no planejamento de cardápios e elaboração do pré-preparo, o preparo e a finalização e na triagem de validação e armazenamento de alimentos, observando métodos de cocção e padrões de qualidade dos alimentos, considerando os usuários e suas necessidades;

c) trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas.

IV - funções de copeiragem:

a) atender as equipes de referência e os usuários;

b) servir e manipular alimentos e bebidas;

c) realizar serviços de café;

d) trabalhar seguindo normas de segurança, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas.

V - funções de transporte, nas seguintes modalidades:

a) terrestre:

1. transportar as equipes de referência e usuários do SUAS;

2. dirigir e manobrar veículos;

3. realizar verificações e manutenções básicas do veículo;

4. trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas.

b) fluvial e marítima:

1. transportar as equipes de referência e usuários do SUAS;

2. navegar, atracar e desatracar embarcações;

3. gerenciar tripulação;

4. operar equipamentos de embarcação;

5. monitorar e auxiliar na carga e descarga de equipamentos e materiais;

6. controlar embarque e desembarque de passageiros;

7. registrar dados da embarcação;

8. verificar e realizar manutenções básicas de embarcações;

9. utilizar equipamentos e dispositivos especiais tais como rádio e similares, sinalização sonora e luminosa, software de navegação e outros;

10. trabalhar seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas e, no desempenho das atividades, utilizar-se de capacidades comunicativas.

VI - funções de segurança:

a) desempenhar atividades de fiscalização e guarda do patrimônio;

b) exercer a observação de edifícios públicos, privados e outros estabelecimentos, percorrendo-os sistematicamente e inspecionando suas dependências, a fim de prevenir perdas e danos, evitar incêndios e acidentes;

c) controlar a entrada e o fluxo de pessoas, recepcionando, identificando, orientando e encaminhando-as para os lugares desejados;

d) acompanhar pessoas e mercadorias;

e) trabalhar seguindo normas de segurança, qualidade e proteção ao meio ambiente e às pessoas.

§ 1º O desempenho das funções constantes nos incisos I, II, III e IV devem observar as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;

§ 2º O desempenho das funções constantes no inciso V requer, além do ensino fundamental, a habilitação de acordo com o transporte a ser conduzido.

Art. 8º Em qualquer situação, as funções e atividades dos profissionais de ensino médio e fundamental deverão resguardar e observar as funções e atividades privativas e específicas dos profissionais de nível superior.

Art. 9° A Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS e a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania - SENARC, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, elaborarão orientações técnicas e normas complementares às estabelecidas nesta Resolução, detalhando as atribuições, as atividades a serem desempenhadas e as competências requeridas pelo SUAS.

Art. 10. Os profissionais de ensino médio e fundamental, inseridos no SUAS, reconhecidos na forma desta Resolução, deverão ser capacitados em consonância aos princípios e diretrizes da Política Nacional de Educação Permanente do Sistema Único de Assistência Social - PNEP-SUAS/2013, visando, respectivamente, sua formação técnica e profissional e qualificação profissional, tendo em vista o desenvolvimento de competências requeridas pelo SUAS.

Art. 11. O processo de seleção e recrutamento no SUAS, a partir da data de publicação desta Resolução, deverá observar todos os requisitos estabelecidos.

Art.12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJÓS
Presidenta do Comissão

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Altera a Resolução nº 8, de 18 de abril de 2013 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS com vistas a estabelecer critérios para o cofinanciamento de 2014.

O CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CNAS, em reunião ordinária realizada nos dias 8 a 10 de abril de 2014, no uso da competência conferida pelo art. 18 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS,

Considerando a Resolução nº 1, de 19 de março de 2014, da Comissão Intergestores Tripartite - CIT, que altera a Resolução nº 5, de 12 de abril de 2013, da CIT, resolve:

Art. 1º Os arts. 1º, 3º, 9º, 12, 13, 14, 15, 16, 22 e 23 da Resolução CNAS nº 8, de 18 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2013, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

Parágrafo único. Os Estados, Municípios e Distrito Federal com alta incidência de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil serão cofinanciados para realização de ações estratégicas com foco na erradicação do trabalho infantil, de acordo com pactuação dos critérios de partilha, realizada pela Comissão Intergestores Tripartite - CIT. (N.R.)

.....

Art. 3º Os Municípios e Distrito Federal abrangidos pelo parágrafo único do art. 1º serão cofinanciados peloprazo de três anos para o cumprimento das ações estratégicas, a partir da adesão ao cofinanciamento federal.

Parágrafo único. Consideram-se estratégicas as ações constantes nos arts. 5º, 6º, 7º 8º e 9º desta Resolução.

.....

Art.9º.....

.....

II-.....

b) do atendimento das crianças e adolescentes e suas famílias nos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais; e

c) ações estratégicas pactuadas com Estados e Municípios e Distrito Federal

Art. 12.....

VI - monitoramento das ações estratégicas do PETI nos Estados, Municípios e Distrito Federal por meio dos Sistemas de Informação do Sistema Único de Assistência Social - Rede SUAS;

VII - estabelecimento de corresponsabilidade com órgãos federais que desenvolvam ações de erradicação do trabalho infantil;

VIII - apoio à realização de audiências públicas para pactuação de ações estratégicas de erradicação do trabalho infantil, com os Municípios e Distrito Federal;

IX - apoio técnico aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a utilização do Cadastro Único e de sistemas pertinentes ao Programa;

.....

Art. 13. .....

I - adesão ao PETI e o cumprimento das ações estratégicas;

.....

VIII - mobilização e realização das audiências públicas com os Municípios;

.....

X - acompanhamento das ações estratégicas de erradicação do trabalho infantil nos Municípios e Distrito Federal;

Art. 14.....

I - adesão ao PETI e o cumprimento das ações estratégicas;

.....

III - participação na mobilização e nas audiências públicas;

.....

XI - planejamento e execução das ações estratégicas de erradicação do trabalho infantil no Município ou Distrito Federal; e

.....

Art. 15. Os Municípios e Distrito Federal serão considerados como alta incidência de trabalho infantil, para efeito de cofinanciamento no exercício de 2014, quando apresentarem:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

I- mais de 400 (quatrocentos) casos de trabalho infantil identificados no Censo Demográfico 2010 - IBGE; ou

II- crescimento de 200 (duzentos) casos de trabalho infantil entre o Censo Demográfico IBGE de 2000 e de 2010;

.....

Art. 16. O valor mensal do cofinanciamento federal para apoio à manutenção das ações estratégicas do PETI observará o Porte dos Municípios, conforme a seguir:

I - pequeno porte I: cofinanciamento federal de R$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais);

II - pequeno porte II: cofinanciamento federal de R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais);

III - médio porte: cofinanciamento federal de R$ 6.000,00 (seis mil reais);

IV - grande porte: cofinanciamento de R$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais); e

V -metrópoles: cofinanciamento federal de R$ 17.000,00 (dezessete mil). (N.R.)

Art. 22. .....

Parágrafo Único. Os gestores encaminharão a proposta de aceite formal para a deliberação dos respectivos Conselhos de Assistência Social.

Art. 23. O repasse do cofinanciamento de ações estratégicas de erradicação do trabalho infantil para os Estados, Municípios e Distrito Federal abrangidos no critério disposto nos arts. 15 e 17 dar-se-á mensalmente, condicionado à previsão de recursos orçamentários do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS, disponíveis para a sua execução.

§1º Excepcionalmente, os primeiros 3 (três) meses do cofinanciamento federal a que se referem os arts.16, 17 e 18 serão repassados em parcela única.

§2° A parcela de que trata o parágrafo anterior será acrescida de um repasse extraordinário, equivalente a 3 (três) meses de repasse mensal, com vistas a estruturação da gestão.

Art. 2º Ficam revogados os §§ 1º, 2ºe 3º do art. 16 e os arts. 19 e 20 da Resolução CNAS nº 8, de 18 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 30 de abril de 2013.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

LUZIELE MARIA DE SOUZA TAPAJÓS
Presidenta do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

INSTRUÇÃO OPERACIONAL Nº 2, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, no exercício das atribuições que lhe conferem a Portaria Casa Civil da Presidência da República nº 104, de 15 de fevereiro de 2013, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do art. 2º da Portaria nº 130, de 14 de novembro de 2013, resolve:

Especificar o Modelo da Tecnologia Social de Acesso à Água nº 06: Cisterna Escolar de 52 mil litros e seu respectivo valor de referência, nos termos do art. 15 da Lei nº 12.873, de 24 de outubro de 2013.

1. No âmbito do Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, o modelo da Cisterna Escolar de 52 mil litros deverá observar as seguintes especificações.

2. A cisterna escolar de 52 mil litros tem como objetivo captar e reservar água de chuva para atender ao consumo humano de alunos, professores e gestores de escola para beber e cozinhar.

3. A tecnologia de que trata esta Instrução Operacional é composta por um reservatório de placas de alvenaria com capacidade para armazenar até 52 mil litros de água, interligado ao telhado da escola, contendo ainda os seguintes acessórios: placa de identificação, bomba elétrica, caixa d'água, tampa e cadeado.

3.1. O procedimento para a instalação dessa cisterna se baseia na montagem de placas de alvenaria pré-moldadas e confeccionadas próxima à escola, tendo suas estruturas reforçadas com ferro e arame na base, parede e cobertura.

4. A implementação da tecnologia deve ser realizada contemplando as seguintes atividades:

4.1 Mobilização, seleção e cadastramento das escolas:

4.1.1 mobilização, que envolve a realização de encontro territorial para o planejamento das ações a serem desenvolvidas e o trabalho de mobilização das comunidades para a implementação participativa do projeto, conduzido a partir de envolvimento de lideranças locais que organizam as reuniões locais e acompanham todo o processo de implementação;

4.1.2seleção, que envolve a identificação das escolas rurais com potencial para serem atendidas; e

4.1.3cadastramento das escolas a serem atendidas no sistema informatizado SIG Cisternas;

4.2 Capacitação dos gestores/professores em gestão da água e práticas de convivência: constitui espaços de formação e informação, adequados ao contexto escolar, incluindo orientações sobre como e para que finalidade a água da cisterna deve ser utilizada, a sensibilização para a importância da educação contextualizada e da educação alimentar e nutricional, além de contemplar metodologia de ensino e da produção do conhecimento nas escolas ;

4.3 Implementação da cisterna de placas de 52 mil litros: corresponde aos processos de edificação da cisterna e inclui custos associados ao material de construção, à mão de obra, alimentação durante a edificação, escavação do buraco, água para a construção e dois filtros de barro de 16 litros;

4.4 Melhoria do sistema de captação e distribuição de água: corresponde a instalação de estrutura e equipamentos para a melhoria do sistema de captação e distribuição de água para a escola.

5. Os valores unitários de referência para celebração de parcerias no âmbito do Programa Cisternas para a implementação da referida tecnologia social são os dispostos na tabela abaixo:

Estado	Valor Unitário de Referência com ISS
Alagoas	12.537,36
Bahia	12.206,72
Ceará	12.753,97
Minas Gerais	12.610,72
Paraíba	12.793,56
Pernambuco	12.738,93
Piauí	13.205,62
Rio Grande do Norte	12.937,74
Sergipe	12.389,48

6. A publicação do Anexo Único desta Instrução Operacional será feita no Portal do MDS na internet, no endereço http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/programa-cisternas/saiba-mais/legislacao-normativos

ARNOLDO ANACLETO DE CAMPOS

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 79, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Altera o processo produtivo básico para o produto unidade de processamento digital de pequena capacidade, baseada em microprocessador, e montada em um mesmo corpo ou gabinete (NCM: 8471.50.10) produzido no Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - INTERINO - e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 13 a 16 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52000.020056/2006-88, de 29 de dezembro de 2006, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE, BASEADA EM MICROPROCESSADOR, E MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE (NCM: 8471.50.10), industrializado na Zona Franca de Manaus, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 52, de 20 de fevereiro de 2013, passa a ser o seguinte:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;

II - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes, exceto o gabinete, observado o disposto no inciso III;

III - montagem do gabinete em nível básico de componentes ou a partir de suas estruturas básicas, desagregadas, em pelo menos cinco partes, conforme entendimento estabelecido nos §§ 1º, 2º, 3º deste artigo; e

IV - integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final.

§ 1º Para efeito de contagem a que se refere o inciso III deste artigo, o painel frontal poderá ser admitido como sendo uma das cinco partes da estrutura básica do gabinete, podendo nele ser agregado, apenas, os conjuntos mostradores de diodos emissores de luz - LED (Light Emitting Diode), alto-falante (Beeper) e chave liga-desliga.

§ 2º Para efeito de cumprimento do disposto no inciso III deste artigo, não integram o gabinete os seguintes componentes, partes e peças: fonte de alimentação, placas de circuito impresso montadas, ventiladores, leitores de cartão de memória, unidades de disco óptico, magnético e flexível e não são consideradas estruturas básicas fiações e elementos de fixação.

§ 3º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico estabelecido nesta Portaria, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa constante do inciso IV, que não poderá ser objeto de terceirização.

Art. 2º Ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I e II do art. 1º os seguintes módulos, subconjuntos ou unidades:

I - unidade de discos magnéticos rígido e flexíveis;

II - unidade de disco óptico;

III - fontes de alimentação;

IV - leitor de cartão, leitor biométrico, sensor de impacto, microfone e alto-falante;

V - placas e partes eletromecânicas sem função ativa, com ou sem filtros de sinal, com objetivo de suportar mecanicamente conectores, entradas de USB, diodos emissores de luz - LED (Light Emitting Diode), chaves liga-desliga ou cabos, utilizados unicamente como extensão de função já implementada na placa-mãe;

VI - placa amplificadora de áudio; e

VII - subconjunto ventilador com dissipador.

Art. 3º As placas de interfaces de comunicação com tecnologia sem fio (Wi-Fi, Bluetooth, WiMax), destinadas às UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE, deverão atender ao seguinte cronograma de montagem, tomando-se como base a quantidade dessas placas utilizadas no ano-calendário:

I - de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013: 50% (cinquenta por cento); e

II - de 1º de janeiro de 2014 em diante: 80% (oitenta por cento).

§ 1º Caso os percentuais estabelecidos neste artigo não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a compensar a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano seguinte, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano-calendário.

§ 2º A diferença residual a que se refere o § 1º não poderá exceder a 10% (dez por cento), tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

Art. 4º As UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE deverão utilizar no mínimo duas das cinco opções relacionadas a seguir, fabricadas de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico, quando for o caso, no percentual total mínimo de 60% (sessenta por cento), distribuídos entre as opções escolhidas, ficando cada opção escolhida limitada a uma contagem máxima de 30% (trinta por cento), tomando-se por base a quantidade total dos respectivos componentes utilizados nas UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE produzidas e comercializadas com os incentivos fiscais pela empresa, em quantidade, no ano-calendário:

I - gabinetes;

II - unidades de discos magnéticos rígidos;

III - fontes de alimentação;

IV - circuitos impressos (para placa-mãe); e

V - etiqueta com dispositivo de identificação por radiofrequência.

§ 1º Caso os percentuais estabelecidos neste artigo não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a compensar a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano seguinte, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano-calendário.

§ 2º A diferença residual a que se refere o § 1º não poderá exceder a 10% (dez por cento) em relação ao percentual total mínimo previsto no caput, tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

§ 3º Excepcionalmente para o ano de 2013, as empresas que optaram pela utilização das placas de circuitos impressos (para placa-mãe), caso não tenha sido alcançado o percentual mínimo estabelecido vigente, poderão cumprir alternativamente esta obrigatoriedade atendendo uma das seguintes condições:

I - utilizar, em quantidade correspondente, uma das opções relacionadas a seguir, fabricadas de acordo com o respectivo PPB:

a) gabinetes;

b) unidades de discos magnéticos rígidos;

c) fontes de alimentação; ou

d) exportação de Unidades de Processamento Digital de Pequena Capacidade, que tenham nelas incorporadas placas de circuito impresso montadas que implementem a função de processamento central (placas-mãe) ou placas de circuito impresso montadas que implementem a função de memória produzidas de acordo com PPB (excluída a obrigatoriedade de nacionalização do circuito impresso).

II - utilizar, adicionalmente ao percentual exigido no inciso I do artigo 5º, placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem as funções de memória (módulos de memórias RAM), fabricados de acordo com o respectivo PPB;

III - investir em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, das unidades digitais de processamento de pequena capacidade que usufruam da referida dispensa; ou

IV - permitir que até 100% (cem por cento) da exigência do ano de 2013 possa ser compensada, em unidades produzidas e pela utilização das opções descritas no inciso I deste parágrafo, até 31 de dezembro de 2014, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano calendário.

Art. 5º Para o cumprimento do disposto no art. 1º ficam estabelecidos os seguintes percentuais e cronogramas de montagem no País e utilização de componentes, partes e peças, quando aplicáveis, tomando-se por base a quantidade utilizada, no ano-calendário:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem as funções de memória (módulos de memórias RAM):

Ano-calendário	2013	2014	2015	2016 em diante
Produzidas de acordo com o PPB específico	30%	50%	60%	80%
Montadas no País	60%	40%	30%	10%
Totais produzidos no País	90%	90%	90%	90%

II - demais componentes, partes e peças que atuem com a função de memória, quer seja em forma de circuitos integrados, quer em forma de módulos ou placas, especificados a seguir, quando aplicável:

a) componente circuito integrado DRAM ou LPDRAM;

b) componente circuito integrado Nand Flash; e

c) unidade de armazenamento de dados módulo SSD (Solid State Drive).

Ano-calendário	2013	2014	2015	2016 em diante
Percentual mínimo exigido com PPB específico	30%	50%	60%	80%

§ 1º Fica dispensada, até 31 de dezembro de 2013, a obrigação constante do inciso II deste artigo para a unidade de armazenamento de dados SSD (Solid State Drive) com circuito integrado MCP (Multi Chip Package) denominado iSSD (Integrated Solid State Drive).

§ 2º A base de cálculo sobre a qual incidirão os percentuais será sobre o total de componentes e módulos, descritos no inciso II, que atuem com a função de memória, ficando a critério do fabricante a opção de escolha para integrar nos percentuais estabelecidos.

§ 3º Para efeito de cumprimento dos percentuais definidos no inciso II deste artigo, os circuitos integrados de memórias deverão ser contabilizados individualmente, mesmo que apresentados em placas ou módulos com mais de um circuito integrado.

§ 4º Ficam dispensados das obrigatoriedades constantes deste artigo os seguintes chips de memória, presentes nas placas-mãe: Basic Input-Output System - BIOS; Graphics Double Data Rate - GDDR; e Cache.

Art. 6º Ficam dispensados os circuitos impressos montados com componentes elétricos ou eletrônicos, até o limite anual de 10% (dez por cento), em quantidade, tomando-se por base as UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE, produzidas anualmente, de acordo com o disposto no art. 1º desta Portaria.

§ 1º O limite a que se refere o caput não poderá ser utilizado para placas de circuito impresso montadas que implementem a função de processamento central (placas-mãe), exceto no caso de placas multiprocessadas, desde que as UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE a que se destinem estas placas multiprocessadas utilizem obrigatoriamente placas de circuito impresso montadas, que implementem a função de memória, gabinete e fonte de alimentação, produzidos de acordo com os respectivos Processos Produtivos Básicos.

§ 2º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se como placas multiprocessadas, as placas montadas com componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos, com pelo menos 2 (dois) soquetes individuais para processadores independentes, ou microprocessadores independentes montados em placas com barramento de conexão à placa-mãe.

Art. 7º Anualmente, as empresas fabricantes deverão encaminhar à Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, até 31 de maio do ano posterior, relatório consolidado com as seguintes informações:

I - insumos adquiridos no mercado nacional e produzidos de acordo com seus respectivos Processos Produtivos Básicos;

II - identificação do fabricante fornecedor (Razão Social e CNPJ);

III - quantidades de UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE comercializadas com e sem incentivos; e

IV - informações referentes à utilização dos percentuais previstos nesta Portaria.

§ 1º As informações deverão ser encaminhadas em mídia digital (CD, DVD, Pendrive etc.) acompanhadas de uma correspondência com aviso de recebimento (AR).

§ 2º O não envio das informações de que trata este artigo por parte da empresa, bem como o não cumprimento dos percentuais estabelecidos nesta Portaria, ressalvado o direito de defesa, caracterizará o não cumprimento do Processo Produtivo Básico, ficando a empresa sujeita às penalidades previstas no § 9º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 1991 e no art. 33 do Decreto nº 6.008, de 29 de dezembro de 2006.

Art. 8º O disposto nesta Portaria aplica-se também às UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE que forem utilizadas ou destinadas às máquinas automáticas digitais para processamento de dados da posição NCM: 8471.49.00, acompanhadas exclusivamente de unidades de saída por vídeo, teclado e dispositivo apontador.

Art. 9º Quando da produção terceirizada, ainda que parcial, de UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE (NCM: 8471.50.10), a empresa contratante poderá receber ou repassar às empresas contratadas os direitos a que se refere o art. 6º desta Portaria, desde que:

I - a contratada cumpra o Processo Produtivo Básico; e

II - as obrigações previstas no §3º do art. 2º da Lei nº 8.387, de 1991, correspondentes ao faturamento decorrente da comercialização de produtos incentivados obtido pela contratada com a empresa contratante, sejam repassadas à contratante, de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Art. 10. Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 11. Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 52, de 20 de fevereiro de 2013.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Interino

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 80, DE 14 DE ABRIL DE 2014

Altera o Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE, BASEADA EM MICROPROCESSADOR, E MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE (NCM: 8471.50.10) produzido no País.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR - INTERINO - e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO no uso das atribuições que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos artigos 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MDIC nº 52000.020056/2006-88, de 29 de dezembro de 2006, resolvem:

Art. 1º O Processo Produtivo Básico para o produto UNIDADE DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE, BASEADA EM MICROPROCESSADOR, E MONTADA EM UM MESMO CORPO OU GABINETE (NCM: 8471.50.10), produzido no País, estabelecido pela Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 51, de 20 de fevereiro de 2013, passa a ser o seguinte:

I - montagem e soldagem de todos os componentes nas placas de circuito impresso;

II - montagem das partes elétricas e mecânicas, totalmente desagregadas, em nível básico de componentes, exceto o gabinete, observado o disposto no inciso III;

III - montagem do gabinete em nível básico de componentes ou a partir de suas estruturas básicas, desagregadas, em pelo menos cinco partes, conforme entendimento estabelecido nos §§ 1º, 2º, 3º deste artigo; e

IV - integração das placas de circuito impresso e das partes elétricas e mecânicas na formação do produto final.

§ 1º Para efeito de contagem a que se refere o inciso III deste artigo, o painel frontal poderá ser admitido como sendo uma das cinco partes da estrutura básica do gabinete, podendo nele ser agregado, apenas, os conjuntos mostradores de diodos emissores de luz - LED (Light Emitting Diode), alto-falante (Beeper) e chave liga-desliga.

§ 2º Para efeito de cumprimento do disposto no inciso III deste artigo, não integram o gabinete os seguintes componentes, partes e peças: fonte de alimentação, placas de circuito impresso montadas, ventiladores, leitores de cartão de memória, unidades de disco óptico, magnético e flexível e não são consideradas estruturas básicas fiações e elementos de fixação.

§ 3º Desde que obedecido o Processo Produtivo Básico estabelecido nesta Portaria, as atividades ou operações inerentes às etapas de produção poderão ser realizadas por terceiros, exceto a etapa constante do inciso IV, que não poderá ser objeto de terceirização.

Art. 2º Ficam dispensados do cumprimento do disposto nos incisos I e II do art. 1º os seguintes módulos, subconjuntos ou unidades:

I - unidade de discos magnéticos rígido e flexíveis;

II - unidade de disco óptico;

III - fontes de alimentação;

IV - leitor de cartão, leitor biométrico, sensor de impacto, microfone e alto-falante;

V - placas e partes eletromecânicas sem função ativa, com ou sem filtros de sinal, com objetivo de suportar mecanicamente conectores, entradas de USB, diodos emissores de luz - LED (Light Emitting Diode), chaves liga-desliga ou cabos, utilizados unicamente como extensão de função já implementada na placa-mãe;

VI - placa amplificadora de áudio; e

VII - subconjunto ventilador com dissipador.

Art. 3º As placas de interfaces de comunicação com tecnologia sem fio (Wi-Fi, Bluetooth, WiMax), destinadas às UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE, deverão atender ao seguinte cronograma de montagem, tomando-se como base a quantidade dessas placas utilizadas no ano-calendário:

I - de 1º de janeiro de 2012 a 31 de dezembro de 2013: 50% (cinquenta por cento); e

II - de 1º de janeiro de 2014 em diante: 80% (oitenta por cento).

§ 1º Caso os percentuais estabelecidos neste artigo não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a compensar a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano seguinte, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano-calendário.

§ 2º A diferença residual a que se refere o § 1º não poderá exceder a 10% (dez por cento), tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

Art. 4º As UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE deverão utilizar no mínimo duas das cinco opções relacionadas a seguir, fabricadas de acordo com o respectivo Processo Produtivo Básico, quando for o caso, no percentual total mínimo de 60% (sessenta por cento), distribuídos entre as opções escolhidas, ficando cada opção escolhida limitada a uma contagem máxima de 30% (trinta por cento) para efeito do cumprimento do PPB, tomando-se por base a quantidade total dos respectivos componentes utilizados nas UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE produzidas e comercializadas com os incentivos fiscais pela empresa, em quantidade, no ano-calendário:

I - gabinetes;

II - unidades de discos magnéticos rígidos;

III - fontes de alimentação;

IV - circuitos impressos (para placa-mãe); e

V - etiqueta com dispositivo de identificação por radiofrequência (RFID).

§ 1º Caso os percentuais estabelecidos neste artigo não sejam alcançados, a empresa ficará obrigada a compensar a diferença residual em relação ao percentual mínimo estabelecido, em unidades produzidas, até 31 de dezembro do ano seguinte, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano-calendário.

§ 2º A diferença residual a que se refere o § 1º não poderá exceder a 10% (dez por cento) em relação ao percentual total mínimo previsto no caput, tomando-se por base a produção do ano em que não foi possível atingir o limite estabelecido.

§ 3º Excepcionalmente para o ano de 2013, as empresas que optaram pela utilização das placas de circuitos impressos (para placa-mãe), caso não tenha sido alcançado o percentual mínimo estabelecido vigente, poderão cumprir alternativamente esta obrigatoriedade atendendo uma das seguintes condições:

I - utilizar, em quantidade correspondente, uma das opções relacionadas a seguir, fabricadas de acordo com o respectivo PPB:

a) gabinetes;

b) unidades de discos magnéticos rígidos;

c) fontes de alimentação; ou

d) exportação de Unidades de Processamento Digital de Pequena Capacidade, que tenham nelas incorporadas placas de circuito impresso montadas que implementem a função de processamento central (placas-mãe) ou placas de circuito impresso montadas que implementem a função de memória produzidas de acordo com PPB (excluída a obrigatoriedade de nacionalização do circuito impresso);

II - utilizar, adicionalmente ao percentual exigido no inciso I do artigo 5º, placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem as funções de memória (módulos de memórias RAM), fabricados de acordo com o respectivo PPB;

III - investir em atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), num percentual adicional ao estabelecido pela legislação de, no mínimo, 0,5% (cinco décimos por cento) do seu faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização, com fruição do benefício fiscal, das unidades digitais de processamento de pequena capacidade que usufruam da referida dispensa; ou

IV - permitir que até 100% (cem por cento) da exigência do ano de 2013 possa ser compensada, em unidades produzidas e pela utilização das opções descritas no inciso I deste parágrafo, até 31 de dezembro de 2014, sem prejuízo das obrigações correntes, no ano calendário.

Art. 5º Para o cumprimento do disposto no art. 1º ficam estabelecidos os seguintes percentuais e cronogramas de montagem no País e utilização de componentes, partes e peças, quando aplicáveis, tomando-se por base a quantidade utilizada, no ano-calendário:

I - placas de circuito impresso montadas com componentes elétricos ou eletrônicos que implementem as funções de memória (módulos de memórias RAM):

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ano-calendário	2013	2014	2015	2016 em diante
Produzidas de acordo com o PPB específico	30%	50%	60%	80%
Montadas no País	60%	40%	30%	10%
Totais produzidos no País	90%	90%	90%	90%

II - demais componentes, partes e peças que atuem com a função de memória, quer seja em forma de circuitos integrados, quer em forma de módulos ou placas, especificados a seguir, quando aplicável:

a) componente circuito integrado DRAM ou LPDRAM;

b) componente circuito integrado Nand Flash; e

c) unidade de armazenamento de dados módulo SSD (Solid State Drive).

Ano-calendário	2013	2014	2015	2016 em diante
Percentual mínimo exigido com PPB específico	30%	50%	60%	80%

§ 1º Fica dispensada, até 31 de dezembro de 2013, a obrigação constante do inciso II deste artigo para a unidade de armazenamento de dados SSD (Solid State Drive) com circuito integrado MCP (Multi Chip Package) denominado iSSD (Integrated Solid State Drive).

§ 2º A base de cálculo sobre a qual incidirão os percentuais será sobre o total de componentes e módulos, descritos no inciso II, que atuem com a função de memória, ficando a critério do fabricante a opção de escolha para integrar nos percentuais estabelecidos.

§ 3º Para efeito de cumprimento dos percentuais definidos no inciso II deste artigo, os circuitos integrados de memórias deverão ser contabilizados individualmente, mesmo que apresentados em placas ou módulos com mais de um circuito integrado.

§ 4º Ficam dispensados das obrigatoriedades constantes deste artigo os seguintes chips de memória, presentes nas placas-mãe: Basic Input-Output System - BIOS; Graphics Double Data Rate - GDDR; e Cache.

Art. 6º Ficam dispensados os circuitos impressos montados com componentes elétricos ou eletrônicos, até o limite anual de 10% (dez por cento), em quantidade, tomando-se por base as UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE, produzidas anualmente, de acordo com o disposto no art. 1º desta Portaria.

§ 1º O limite a que se refere o caput não poderá ser utilizado para placas de circuito impresso montadas que implementem a função de processamento central (placas-mãe), exceto no caso de placas multiprocessadas, desde que as UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE a que se destinem estas placas multiprocessadas utilizem obrigatoriamente placas de circuito impresso montadas, que implementem a função de memória, gabinete e fonte de alimentação, produzidos de acordo com os respectivos Processos Produtivos Básicos.

§ 2º Para fins do disposto nesta Portaria, entende-se como placas multiprocessadas, as placas montadas com componentes elétricos, eletrônicos e mecânicos, com pelo menos 2 (dois) soquetes individuais para processadores independentes, ou microprocessadores independentes montados em placas com barramento de conexão à placa-mãe.

Art. 7º Anualmente, as empresas fabricantes deverão encaminhar à Secretaria de Política de Informática - SEPIN, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e à Secretaria do Desenvolvimento da Produção - SDP, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, até 31 de maio do ano posterior, relatório consolidado com as seguintes informações:

I - insumos adquiridos no mercado nacional e produzidos de acordo com seus respectivos Processos Produtivos Básicos;

II - identificação do fabricante fornecedor (Razão Social e CNPJ);

III - quantidades de UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE comercializadas com e sem incentivos; e

IV - informações referentes à utilização dos percentuais previstos nesta Portaria.

§ 1º As informações deverão ser encaminhadas em mídia digital (CD, DVD, Pendrive etc.) acompanhadas de uma correspondência com aviso de recebimento (AR).

§ 2º O não envio das informações de que trata este artigo por parte da empresa, bem como o não cumprimento dos percentuais estabelecidos nesta Portaria, ressalvado o direito de defesa, caracterizará o não cumprimento do Processo Produtivo Básico, ficando a empresa sujeita às penalidades previstas no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, e no art. 36 do Decreto nº 5.906, de 2006.

Art. 8º O disposto nesta Portaria aplica-se também às UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE que forem utilizadas ou destinadas às máquinas automáticas digitais para processamento de dados da posição NCM: 8471.49.00, acompanhadas exclusivamente de unidades de saída por vídeo, teclado e dispositivo apontador.

Art. 9º Quando da produção terceirizada, ainda que parcial, de UNIDADES DE PROCESSAMENTO DIGITAL DE PEQUENA CAPACIDADE (NCM: 8471.50.10), a empresa contratante poderá receber ou repassar às empresas contratadas os direitos a que se refere o art. 6º desta Portaria, desde que:

I - a contratada cumpra o Processo Produtivo Básico; e

II - as obrigações previstas no art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, correspondentes ao faturamento decorrente da comercialização de produtos incentivados obtido pela contratada com o grupo econômico da empresa contratante, sejam repassadas a esta última, de acordo com o estabelecido na legislação vigente.

Art. 10. Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 11. Fica revogada a Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 51, de 20 de fevereiro de 2013.

Art. 12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 81, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Estabelece o Processo Produtivo Básico para o produto "PIPA DE KITESURF" (SEM PRANCHA), FORMADO PELOS SEGUINTES ITENS: EMBALAGEM, BOLSA DE TRANSPORTE DA PIPA, LINHAS, BOMBA, BARRA DE CONTROLE, SISTEMA DE SEGURANÇA, BEXIGAS E VELAME produzido na Zona Franca de Manaus.

OS MINISTROS DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, Interino, e DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo ú nico, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e considerando o que consta no processo MDIC nº 52001.000009/2013-37, de 8 de janeiro de 2013, resolvem:

Art. 1º Estabelecer para o produto "PIPA DE KITESURF" (SEM PRANCHA), FORMADO PELOS SEGUINTES ITENS: EMBALAGEM, BOLSA DE TRANSPORTE DA PIPA, LINHAS, BOMBA, BARRA DE CONTROLE, SISTEMA DE SEGURANÇA, BEXIGAS E VELAME, industrializado na Zona Franca de Manaus, o seguinte Processo Produtivo Básico:

I - fabricação das cordas de aramida;

II - fabricação das cordas da barra de controle;

III - fabricação das cordas de alta resistência, tubos e cintas do sistema de segurança;

IV - fabricação do tecido do velame com decoração sublimada;

V - corte do tecido utilizado no velame para todas as formas a serem costuradas;

VI - fabricação de linhas de costura de alta resistência;

VII - fabricação do gatilho de segurança metálico e fivela de ajuste de potência do sistema de segurança;

VIII - costura de componentes do velame principal;

IX - costura de ataduras do cabresto e cordas de controle do velame;

X - fabricação de plástico do vinil utilizado nas bexigas;

XI - fabricação da válvula de plástico injetado principal das bexigas;

XII - fabricação de tubos de interligação;

XIII - fabricação das válvulas de interligação;

XIV - corte do vinil plástico para fazer peças soldáveis;

XV - soldagem das peças de vinil em forma de bexiga;

XVI - soldagem das juntas de interconexão das bexigas;

XVII - soldagem da junta do ponto principal de inflagem das bexigas;

XVIII - instalação da válvula de inflagem principal das bexigas;

XIX - costura das cordas e cintas do sistema de segurança;

XX - injeção dos componentes plásticos do sistema de segurança;

XXI - montagem das peças, em nível básico de componentes, do sistema de segurança;

XXII - fabricação do tubo da barra de controle;

XXIII - fabricação do "grip" de borracha para barra de controle e flutuadores de borracha;

XXIV - injeção das peças plásticas da barra de controle;

XXV - fabricação dos componentes, partes e peças de aço da barra de controle;

XXVI - colagem e montagem de todas as peças na barra de controle;

XXVII - costura das cordas da barra de controle;

XXVIII - corte das linhas em comprimentos variados para cabresto e linhas de controle;

XXIX - montagem e costura do cabresto da pipa;

XXX - costura das linhas de controle;

XXXI - instalação das bexigas infláveis no velame principal;

XXXII - instalação dos tubos de interligação e válvulas das bexigas;

XXXIII - interconexão das bexigas infláveis com mangueiras de ar no velame;

XXXIV - fabricação da bomba de ar a partir das seguintes operações:

a) injeção dos componentes plásticos;

b) fabricação do cursor de alumínio, quando aplicável; e

c) fabricação do pistão de borracha e válvula.

XXXV - fabricação da bolsa de transporte do kitesurf a partir das seguintes operações:

a) fabricação do material de enchimento;

b) fabricação das tiras e elásticos;

c) costura dos tecidos da bolsa principal e secundária;

d) costura das tiras, zíperes, travas na bolsa principal e secundária; e

e) instalação dos elásticos e alças em fivelas da bolsa principal e secundária;

XXXVI - conexão do cabresto no velame principal;

XXXVII - conexão das linhas na barra de controle;

XXXVIII - conexão das linhas de frente no sistema de ajuste; e

XXXIX - fabricação das embalagens (internas e externas), adesivos promocionais, etiquetas pendulares e manuais.

§ 1º Todas as etapas do Processo Produtivo Básico deverão ser realizadas na Zona Franca de Manaus, exceto as seguintes etapas, que poderão ser realizadas em outras regiões do País: de I a XVII; XIX; XX; de XXII a XXV; de XXVII a XXX; XXXIV; XXXV; e XXXIX.

§ 2º Desde que obedecidos os respectivos Processos Produtivos Básicos, as seguintes atividades ou operações poderão ser realizadas por terceiros: de I a XVII; XIX; XX; de XXII a XXV; de XXVII a XXX; XXXIV; XXXV; e XXXIX.

Art. 2º O cumprimento das etapas estabelecidas ficará dispensado até que a produção, no ano calendário, seja atingida nos valores estabelecidos no seguinte cronograma:

Limite de dispensa Produção anual:	Etapa(s)
Até 22.000	V - corte do tecido utilizado no velame para todas as formas a serem costuradas;
Até 20.000	VIII - costura de componentes do velame principal; IX - costura de ataduras do cabresto e cordas de controle do velame; X - fabricação de plástico do vinil utilizado nas bexigas; XI - fabricação da válvula de plástico injetado principal das bexigas; XII - fabricação de tubos de interligação; XIII - fabricação das válvulas de interligação; XIV - corte do vinil plástico para fazer peças soldáveis; XV - soldagem das peças de vinil em forma de bexiga; XVI - soldagem das juntas de interconexão das bexigas; XVII - soldagem da junta do ponto principal de inflagem das bexigas; XVIII - instalação da válvula de inflagem principal das bexigas;
Até 16.000	XIX - costura das cordas e cintas do sistema de segurança; XX - injeção dos componentes plásticos do sistema de segurança; XXI - montagem das peças, em nível básico de componentes, do sistema de segurança;
Até 13.000	XXII - fabricação do tubo da barra de controle; XXIII - fabricação do "grip" de borracha para barra de controle e flutuadores de borracha; XXIV - injeção das peças plásticas da barra de controle; XXV - fabricação dos componentes, partes e peças de aço da barra de controle; XXVI - colagem e montagem de todas as peças na barra de controle.
Até 9.000	XXVII - costura das cordas da barra de controle;
Até 3.000	XXVIII - corte das linhas em comprimentos variados para cabresto e linhas de controle; XXIX - montagem e costura do cabresto da pipa; XXX - costura das linhas de controle; XXXIV - fabricação da bomba de ar.

Parágrafo único. A dispensa do cumprimento da etapa estabelecida no inciso V (corte do tecido utilizado no velame para todas as formas a serem costuradas) será mantida enquanto não for atingido o limite de produção de anual de 22.000 (vinte e dois mil) unidades ou por um prazo de cinco anos contados a partir da data de publicação desta Portaria, o que ocorrer primeiro.

Art. 3º A etapa estabelecida no inciso VI (fabricação de linhas de costura de alta resistência) fica dispensada por 1 (um ano) contado a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º As etapas estabelecidas nos incisos I (fabricação das cordas de aramida), II (fabricação das cordas da barra de controle), III (fabricação das cordas de alta resistência, tubos e cintas do sistema de segurança), IV (fabricação do tecido do velame com decoração sublimada) e VII (fabricação do gatilho de segurança metálico e fivela de ajuste de potência do sistema de segurança) ficam dispensadas

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

até que haja efetiva produção no País e que atendam às especificações de segurança exigidas pelo Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO.

Art. 5º Sempre que fatores técnicos ou econômicos, devidamente comprovados, assim o determinarem, a realização de qualquer etapa do Processo Produtivo Básico poderá ser suspensa temporariamente ou modificada, por meio de portaria conjunta dos Ministros de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

MAURO BORGES LEMOS
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
Interino

CLÉLIO CAMPOLINA DINIZ
Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 186, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, em exercício, designado pelo Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, por Portaria publicada no Diário Oficial da União de 17 de junho de 2011, e em atendimento ao artigo 20 do Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275/2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que outorga ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 05, de 06 de maio de 2008, que aprova o Regulamento para o Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de programa coordenado pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, publicado no Diário Oficial da União de 09 de maio de 2008, seção 01, páginas 78 a 80;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 182, de 13 de abril de 2012, que dispõe sobre a revisão dos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Aquecedores de Água a Gás dos Tipos Instantâneo e de Acumulação, publicada no Diário Oficial da União de 17 de abril de 2012, seção 01, página 73;

Considerando a sazonalidade da comercialização dos aquecedores de água a gás dos tipos instantâneo e de acumulação que, de acordo com a Associação Brasileira de Aquecimento a Gás - ABAGAS, dificultou o escoamento dos estoques por parte dos fabricantes e importadores;

Considerando que os estoques remanescentes dos aquecedores de água a gás dos tipos instantâneo e de acumulação atendem às disposições da Portaria Inmetro n.º 119, de 30 de março de 2007, estando, portanto, regulares no mercado e devidamente avaliados quanto à segurança e à classificação de eficiência energética, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Determinar que os artigos 4° e 5°da Portaria Inmetro n.º 182/2012 passarão a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Determinar que a partir de 18 (dezoito) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os aquecedores de água a gás dos tipos instantâneo ou de acumulação deverão ser fabricados e importados somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro.

Parágrafo Único - A partir de 12 (doze) meses, contados do término do prazo estabelecido no caput, os aquecedores de água a gás dos tipos instantâneo ou de acumulação deverão ser comercializados, no mercado nacional, por fabricantes e importadores, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro.

Art. 5º Determinar que a partir de 42 (quarenta e dois) meses, contados da data de publicação desta Portaria, os aquecedores de água a gás dos tipos instantâneo ou de acumulação deverão ser comercializados, no mercado nacional, somente em conformidade com os Requisitos ora aprovados e devidamente registrados no Inmetro." (N.R.)

Art. 2º Cientificar que as demais disposições mencionadas na Portaria Inmetro n.º 182/2012 permanecerão inalteradas.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSCAR ACSELRAD

PORTARIA Nº 187, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, em exercício, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do artigo 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do artigo 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do artigo 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n° 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea f do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º 04, de 02 de dezembro de 2002, que atribui ao Inmetro a competência para estabelecer as diretrizes e critérios para a atividade de avaliação da conformidade;

Considerando a Resolução Conmetro n.º 04, de 16 de dezembro de 1998, que estabelece as Diretrizes para a Emissão de Declaração do Fornecedor e para a Marcação de Produtos, no âmbito do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Sinmetro;

Considerando o disposto na Resolução Conmetro nº 05, de 06 de maio de 2008, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento para Registro de Objeto com Conformidade Avaliada Compulsória, através de Programa Coordenado pelo Inmetro;

Considerando o disposto na Portaria Inmetro n.º 491, de 13 de dezembro de 2010, que aprova o procedimento para concessão, manutenção e renovação do Registro de Objeto, resolve:

Art. 1º Conceder os registros de números 000201/2014 a 000400/2014, descritos no anexo desta Portaria, aos objetos compulsoriamente avaliados, uma vez que os mesmos atendem aos requisitos técnicos e às regras que regem os programas de avaliação da conformidade implantados pelo Inmetro.

Art. 2º Cancelar o registro de número 000324/2012 divulgado na Portaria Inmetro nº 146/2012, cancelar o registro de número 000492/2012 divulgado na Portaria Inmetro nº 244/2012, cancelar o registro de número 001457/2012 divulgado na Portaria Inmetro nº 442/2012, cancelar os registros de número 001886/2012, 001912/2012, 001913/2012 e 001951/2012 divulgados na Portaria Inmetro nº 491/2012, cancelar os registros de número 002737/2012 e 002817/2012 divulgados na Portaria Inmetro nº 530/2012, cancelar os registros de número 003339/2012, 003404/2012 divulgados na Portaria Inmetro nº 644/2012 cancelar o registro de número 003631/2012 divulgado na Portaria Inmetro nº 666/2012, cancelar os registros de número 003911/2012, 003912/2012, 004132/2012 divulgados na Portaria Inmetro nº 61/2012, cancelar os registros de número 000182/2013, 000217/2013, 000218/2013, 000231/2013, 000241/2013 e 000243/2013 divulgados na Portaria Inmetro nº 64/2013, cancelar os registros de número 000521/2013, 000522/2013, 000523/2013, 000524/2013 e 000556/2013 divulgados na Portaria Inmetro nº 84/2013, cancelar os registros de número 001491/2013 e 001492/2013 divulgados na Portaria Inmetro nº 126/2013, cancelar os registros de número 001647/2013, 001667/2013 e 001668/2013 divulgados na Portaria Inmetro nº 159/2013, cancelar o registro de número 004032/2013 divulgado na Portaria Inmetro nº 278/2013, cancelar o registro de número 004370/2013 divulgado na Portaria Inmetro nº 279/2013, cancelar os registros de número 006124/2013 e 006125/2013 divulgados na Portaria Inmetro nº 405/2013, conforme o anexo desta portaria.

Art. 3° Corrigir a marca e modelo dos registros de número 009004/2013, 009005/2013, 009007/2013 e 009008/2013, divulgado na Portaria Inmetro n° 71/2014, conforme o anexo desta portaria.

Art. 4º Alterar razão social do fornecedor do registro de número 002980/2012 divulgado na Portaria Inmetro n.º 575/2012, alterar escopo do registro de número 000159/2012 divulgado na Portaria Inmetro n.º 144/2012, alterar escopo dos registros de números 000695/2012 divulgado na Portaria Inmetro n.º 282/2012, alterar escopo dos registros de número 001120/2012, 001123/2012, 001170/2012, 001177/2012, 001178/2012, 001179/2012, 001180/2012, 001181/2012, 001185/2012, 001186/2012, 001187/2012, 001189/2012, 001199/2012, 001201/2012 e 001203/2012 divulgado na Portaria Inmetro n.º 418/2012, alterar escopo dos registros de número 002491/2012, 002499/2012 e 002506/2012 divulgados na Portaria Inmetro n.º 504/2012, alterar escopo dos registros de número 002663/2012, 002664/2012 e 002669/2012 divulgados na Portaria Inmetro 528/2012, alterar escopo do registro de número 002745/2012 divulgado na Portaria Inmetro nº 530/2012 alterar escopo dos registros de número 003211/2012, 003261/2012, 003289/2012, 003320/2012, 003322/2012, 003331/2012, 003332/2012 divulgados na Portaria Inmetro n.º 621/2012, alterar escopo do registro de número 003549/2012 divulgado na Portaria Inmetro nº 666/2012, alterar escopo dos registros de número 003637/2012 e 003658/2012 divulgados na Portaria Inmetro nº 60/2013, alterar escopo dos registros de número 004003/2012 divulgados na Portaria Inmetro n.º 61/2013, alterar escopo do registro de número 000245/2013 divulgado na Portaria Inmetro n.º 64/2013, alterar escopo do registro de número 000918/2013 divulgado na Portaria Inmetro nº 108/2013, alterar o registro de número 003949/2013 divulgado na Portaria Inmetro nº 278/2013, alterar escopo do registro de número 005764/2013 divulgado na Portaria Inmetro n.º 398/2013, alterar escopo do registro de número 006902/2013 divulgado na Portaria Inmetro n.º 510/2013, conforme o anexo desta portaria.

Art. 5º Cientificar que o anexo desta Portaria está disponibilizado no sítio do Inmetro, em http://www.inmetro.gov.br/qualidade/regObjetos.asp.

Art. 6º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OSCAR ACSELRAD

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 85, DE 28 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 14, da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012 e os termos do Parecer Técnico nº 17/2014 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR os adicionais de quota de importação de insumo nos valores de US$ 8,531,910.00 (oito milhões, quinhentos e trinta e um mil, novecentos e dez dólares norte-americanos), para o produto CONDICIONADOR DE AR DE JANELA OU PAREDE COM MAIS DE UM CORPO, Código Suframa n° 0285, aprovado por meio da Resolução nº 059, de 30/4/2013, e de US$ 9,263,220.00 (nove milhões, duzentos e sessenta e três mil, duzentos e vinte e dois dólares norte-americanos) para o produto TELEVISOR COM TELA DE PLASMA, Código Suframa n° 1297, aprovado por meio da Resolução nº 280, de 10/12/2012, correspondente a 50% da cota do 1º ano do ambos os produtos em nome da empresa PHILCO ELETRÔNICOS S.A., com inscrição SUFRAMA nº 20.135.70-11 e CNPJ nº 11.283.356/0002-87.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

PORTARIA Nº 86, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso III, e os termos do Parecer Técnico de Projeto nº 021/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa SONY PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto N.º 021/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de BATERIA PARA TELEFONE CELULAR, para o gozo dos incentivos previstos nos parágrafos 1º e 2º do Art. 2º da Lei n.º 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º ESTABELECER que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante do Art. 1° desta Portaria, seja obtida mediante a aplicação da fórmula do § 1º do Art.7º do Decreto-Lei n.º 288/67, nos termos do Art.1º e § 1º do Art. 2º da Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER para o produto constante do Art. 1° desta Portaria os seguintes limites anuais de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
BATERIA PARA TELEFONE CELULAR	5,170,055	5,685,017	6,253,110

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação de BATERIA PARA TELEFONE CELULAR, do Processo Produtivo Básico estabelecido na Portaria Interministerial nº 71 - MDIC/MCTI, de 29 de fevereiro de 2012;

II o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

PORTARIA Nº 87, DE 31 DE MARÇO DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso III, e os termos do Parecer Técnico de Projeto nº 20/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa SONY PLÁSTICOS DA AMAZÔNIA LTDA. na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto n.º 20/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de CONVERSOR DE CORRENTE CA/CC - ADAPTADOR DE TENSÃO PARA BENS DE ÁUDIO E VÍDEO e o gozo dos incentivos previstos nos artigos 3º, 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei N.º 288/67, com redação dada pela Lei N.º 8.387/91.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º ESTABELECER para o produto constante do Art. 1° desta Portaria os limites anuais de importação de insumos abaixo,

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
CONVERSOR DE CORRENTE CA/CC - ADAPTADOR DE TENSÃO PARA BENS DE ÁUDIO E VÍDEO	2,651,825	2,917,008	3,208,708

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação do produto CONVERSOR DE CORRENTE CA/CC - ADAPTADOR DE TENSÃO PARA BENS DE ÁUDIO E VÍDEO, do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial nº 248-MDIC/MCT, de 30 de setembro de 2011;

II o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV o cumprimento das exigências contidas na Resolução n.º 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

PORTARIA Nº 91, DE 3 DE ABRIL DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza o Art. 12, Inciso I, da Resolução Nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA e os termos do Parecer Técnico de Análise N.º 15/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, resolve:

Art. 1°- APROVAR o projeto técnico-econômico simplificado de IMPLANTAÇÃO da empresa JTZ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Análise n.º 15/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, para a fabricação de MOTONETA ACIMA DE 100 CM³ ATÉ 450 CM³, visando à obtenção do gozo do benefício fiscal previsto nos Artigos 3º, 7º e 9º do Decreto-lei n.º 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior aplicável, e habilitando-a a pleitear área no Distrito Industrial Marechal Castello Branco.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante do Art. 1° desta Resolução, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme § 4º do Art. 7º do Decreto-Lei n.º 288/67, com redação dada pela Lei n.º 8.387/91.

Art. 3º - ESTABELECER, para o produto constante do Art. 1º desta Portaria o seguinte limite de importação de insumos:

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
MOTONETA ACIMA DE 100 CM³ ATÉ 450 CM³	339,440	339,440	339,440

Art. 4º - DETERMINAR, sob pena de suspensão ou cancelamento do projeto, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento, quando da fabricação de do produto constante do ART 1º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico estabelecido nas Portarias Interministeriais nº 247 - MDIC/MCT, de 5 de agosto de 2013 e nº 10 - MDIC/MCTI de 24 de janeiro de 2014;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção do cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor;

lV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução N° 203, de 10 de dezembro de 2012, bem como das demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

PORTARIA Nº 92, DE 3 DE ABRIL DE 2014

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012, do Conselho de Administração da SUFRAMA, em seu Artigo 12, inciso III, e os termos da Parecer Técnico do Projeto nº 31/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de AMPLIAÇÃO/ATUALIZAÇÃO da empresa FOX-CONN MOEBG INDÚSTRIA DE ELETRÔNICOS LTDA., na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer Técnico de Projeto nº 31/2014 - SPR/CGPRI/COAPI, para produção de SUBCONJUNTO CHASSI MONTADO PARA APARELHO DE ÁUDIO OU VÍDEO, para o gozo dos incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei n° 288, de 28 de fevereiro de 1967 e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto constante no Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei N.º 288/67, com redação dada pela Lei N.º 8.387/91.

Art. 3º ESTABELECER para o produto constante do Art. 1? desta Portaria os limites anuais de importação de insumos abaixo,

Discriminação	Valor em US$ 1.00		
	1º ANO	2º ANO	3º ANO
SUBCONJUNTO CHASSI MONTADO PARA APARELHO DE ÁUDIO OU VÍDEO	57,103,650	74,234,745	88,967,486

Art. 4º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I o cumprimento, quando da fabricação do produto constante do Art. 1.º desta Portaria, do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial n.º 50 - MDIC/MCTI, de 20 de fevereiro de 2013;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio Ambiente, conforme disciplina a Legislação no âmbito Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 203 - CAS, de 10 de dezembro de 2012, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THOMAZ AFONSO QUEIROZ NOGUEIRA

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 586, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 11/03/2014 e 01/04/2014.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 267, de 24 de outubro de 2013, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 11/03/2014 e 01/04/2014.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 3 de agosto de 2007, decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação dos projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para os projetos desportivos relacionados no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO VIEIRA
Presidente da Comissão

ANEXO I

1- Processo: 58701.002179/2013-27
Proponente: Ajudôu
Título: Ajudôu nas Escolas
Registro: 02MG001962007
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 05.444.603/0001-04
Cidade: Timóteo UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 345.358,20
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 2864 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 50219-7
Período de Captação até: 01/04/2015

2 - Processo: 58701.009877/2013-71
Proponente: Confederação Brasileira de Desportos Terrestres
Título: Seleção Brasileira Adulto de Punhobol
Registro:02RJ003442007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 30.460.257/0001-97
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 182.845,22
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0010 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24733-2
Período de Captação até: 01/04/2015.
3 - Processo: 58701.009878/2013-16
Proponente: Confederação Brasileira de Desportos Terrestres
Título: Seleção Brasileira Junevil de Punhobol
Registro: 02RJ003442007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 30.460.257/0001-97
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor aprovado para captação: R$ 206.968,45
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0010 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 24734-0
Período de Captação até: 01/04/2015
4- Processo: 58701.000833/2014-67
Proponente: Confederação Brasileira de Desportos dos Surdos
Título: Treinamento e Preparação da Seleção Brasileira Masculina de Voleibol de Surdos
Registro: 02MG018272007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 28.636.504/0001-11
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 482.961,50
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 7065 DV: 3 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 6373-8
Período de Captação até: 30/09/2014
5 - Processo: 58701.007781/2013-79
Proponente: Associação Cultural e Esportiva Força Atlética
Título: Liga Nacional de Handebol 2014/2015
Registro: 02GO017882007
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 07.284.298/0001-58
Cidade: Goiânia UF: GO
Valor aprovado para captação: R$ 779.070,32
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3227 DV: 1 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 10470-1
Período de Captação até: 25/03/2015.
6- Processo: 58701.007794/2013-48
Proponente: CMTC Clube
Título: Quadra Poliesportiva Coberta do CMTC Clube
Registro: 01SP046162009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 62.282.900/0001-26
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 620.202,79
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1200 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25393-6
Período de Captação até: 10/03/2015
7- Processo: 58701.011137/2013-03
Proponente: CMTC Clube
Título: Ginásio Poliesportiva CMTC Clube
Registro: 01SP046162009
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 62.282.900/0001-26
Cidade: São Paulo UF: SP
Valor aprovado para captação: R$ 3.464.769,09
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1200 DV: 9 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 25391-X
Período de Captação até: 11/03/2015

Ministério do Meio Ambiente

GABINETE DA MINISTRA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 15 DE ABRIL DE 2014

A MINISTRA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, inciso II da Constituição, em conformidade com a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003 e tendo e vista o disposto no art. 24 do Decreto nº 3.607, de 21 de setembro de 2000, que dispõe sobre a implementação da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção-CITES, resolve:

Art. 1º Publicar as listas das espécies incluídas nos Anexos I, II e III da Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Flora e Fauna Selvagens em Perigo de Extinção - CITES, com as alterações estabelecidas em 12 de junho de 2013 ocorridas na XVI Conferência das Partes da referida Convenção.

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data da sua publicação.

Art 3º Fica revogada a Instrução Normativa nº 1, de 9 de dezembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 10 de dezembro de 2010, Seção 1, páginas 98 a 113.

IZABELLA TEIXEIRA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXOS I, II e III

Em vigor a partir de 12 de junho de 2013

Interpretação

h)As espécies que figuram nestes Anexos se classificam:

h)de acordo com o nome das espécies; ou

b) como se todas as espécies estivessem incluídas em um táxon superior ou em uma parte designada do mesmo.

2. A abreviatura "spp" é utilizada para indicar todas as espécies de um táxon superior.

3. Outras referências aos taxa superiores das espécies se indicam exclusivamente a título de informação ou de classificação. Os nomes comuns que aparecem depois dos nomes científicos das famílias estão incluídos a título de referência. Sua finalidade é indicar a espécie dentro da família que está incluída nos Anexos. Na maioria dos casos não se trata de todas as espécies da família.

4. As seguintes abreviaturas são utilizadas para taxa de plantas abaixo do nível de espécie:

h)"ssp." Para designar as sub-espécies; e

b) "var(s)." para designar variedade(s).

h)Considerando que nenhuma das espécies ou taxa superiores de FLORA incluídas no Anexo I estão anotadas no sentido de que seus híbridos sejam tratados conforme as disposições do Artigo III da Convenção, os híbridos reproduzidos artificialmente de uma ou mais dessas espécies ou taxa podem ser comercializados com um certificado de reprodução artificial, e as sementes, o pólen (inclusive polínias), as flores cortadas, os cultivos de plântulas ou de tecidos obtidos in vitro, em meios sólidos ou líquidos, que se transportam em frascos estéreis desses híbridos não estão sujeitos às disposições da Convenção.

6. Os nomes dos países entre parêntesis colocados junto aos nomes das espécies incluídas no Anexo III são dos nomes das Partes que solicitaram a inclusão destas espécies nesse Anexo.

7. Quando uma espécie estiver incluída em um dos Anexos, todas as partes e derivados da espécie também estarão incluídos no mesmo Anexo, salvo se estiver acompanhada de uma anotação indicando que só estão incluídas determinadas partes ou derivados. O sinal (#) seguido de um número colocado junto ao nome de uma espécie ou taxa superior incluído no Anexo II ou III se refere a uma nota de rodapé na página em que se indicam as partes ou derivados de plantas que se indicam como "espécimens" sujeitos às disposições da Convenção, conforme o sub-parágrafo (iii) do parágrafo b) do Artigo I.

	Anexo	
I	II	III
FAUNA		
FILO CHORDATA		
CLASE MAMMALIA		
(MAMÍFEROS)		
ARTIODACTYLA		
Antilocapridae Antílope		
Antilocapra americana (somente a população do México, nenhuma outra população está incluída nos Anexos)		
Bovidae Antílopes, gazelas, cabras, ovelhas, etc.		
Addax nasomaculatus		
	Ammotragus lervia	
		Antilope cervicapra (Nepal)
	Bison bison athabascae	
Bos gaurus (excluída a forma domesticada,citada como Bos frontalis, que não está sujeita às disposições da Convenção) Bos mutus (excluída a forma domesticada, citada como Bos grunniens, que não está sujeita às disposições da Convenção)		
Bos sauveli		
		Bubalus arnee (Nepal) (excluída a forma domesticada, citada como Bubalus bubalis)
Bubalus depressicornis Bubalus mindorensis Bubalus quarlesi		
	Budorcas taxicolor	
Capra falconeri Capricornis milneedwardsii Capricornis rubidus Capricornis sumatraensis Capricornis thar		
	Cephalophus brookei Cephalophus dorsalis	
Cephalophus jentinki		
	Cephalophus ogilbyi Cephalophus silvicultor Cephalophus zebra Damaliscus pygargus pygargus	
Gazella cuvieri		
		Gazella dorcas (Argelia,Tunísia)
Gazella leptoceros Hippotragus niger variani		
	Kobus leche	
Naemorhedus baileyi Naemorhedus caudatus		
Naemorhedus goral Naemorhedus griseus Nanger dama Oryx dammah Oryx leucoryx		
	Ovis ammon (exceto as Sub-espécies incluídas no Anexo I)	
Ovis ammon hodgsonii Ovis ammon nigrimontana		
	Ovis canadensis (somente a população do México, nenhuma outra população está incluída nos Anexos)	
Ovis orientalis ophion		
	Ovis vignei (exceto as Sub-espécies incluídas no Anexo I)	
Ovis vignei vignei Pantholops hodgsonii		
	Philantomba monticola	
Pseudoryx nghetinhensis		
	Rupicapra pyrenaica ornata Saiga borealis Saiga tatarica	
		Tetracerus quadricornis (Nepal)
Camelidae Guanacos, vicunhas, lhamas		
	Lama guanicoe	
Vicugna vicugna (exceto as populações da : Argentina [as populações das províncias de Jujuy e Catamarca e as populações em semi-cativeiro das províncias de Jujuy, Salta, Catamarca La Rioja e San Juan]; Bolívia [toda a população]; Chile [a população da Primeira Região] e Peru [toda a população] que estão incluídas no Anexo II)		
	Vicugna vicugna (somente as populações da Argentina1 [as populações das províncias de Jujuy y Catamarca e as populações em semi-cativeiro das províncias de Jujuy, Salta, Catamarca, La Rioja e San Juan],	
	Bolívia2 [toda a população]; Chile3 [a população da Primeira Região]; Peru4 [toda a população]; As outras populações estão incluídas no AnexoI]	
1 População da Argentina (incluída no Anexo II):		
Com o exclusivo propósito de autorizar o comércio internacional de lã tosquiada de vicunhas vivas, de tecidos, de produtos manufaturados derivados e de artesanatos. No avesso dos tecidos deverá constar o logotipo adotado pelos Estados da área de distribuição da espécie, signatários do Convênio para a Conservação e Manejo da Vicunha, e nas ourelas a expressão "VICUÑA-ARGENTINA". Outros produtos devem levar uma etiqueta com o logotipo e as palavras "VICUÑA -ARGENTINA-ARTESANÍA". Todos os demais espécimes devem ser considerados como espécimes de espécies incluídas no Anexo I e em conseqüência seu comércio deverá ser regulamentado.		
2 População do Chile (incluída no Anexo II): Com o exclusivo propósito de autorizar o comércio internacional de fibra tosquiada de vicunhas vivas, de tecidos e artigos feitos da mesma, inclusive os artigos artesanais luxuosos e tecidos de malha. No avesso dos tecidos deverá constar o logotipo adotado pelos Estados da área de distribuição da espécie, signatários do Convênio para a Conservação e Manejo da Vicunha, e nas ourelas a expressão "VICUÑA-CHILE". Outros produtos devem levar uma etiqueta com o logotipo e as palavras "VICUÑA -CHILE-ARTESANÍA". Todos os demais espécimes devem ser considerados como espécimes de espécies incluídas no Anexo I e em conseqüência seu comércio deverá ser regulamentado.		
3 População do Equador (incluído no Anexo II): Com o exclusivo propósito de autorizar o comércio internacional de lã tosquiada de vicunhas vivas e de tecidos e artigos feitos com essa lã, inclusive os artigos artesanais luxuosos e tecidos de malha. No avesso dos tecidos deverá constar o logotipo adotado pelos Estados da área de distribuição da espécie, signatários do Convênio para a Conservação e Manejo da Vicunha, e nas ourelas a expressão "VICUÑA-ECUADOR". Outros produtos devem levar uma etiqueta com o logotipo e as palavras "VICUÑA -ECUADOR-ARTESANÍA". Todos os demais espécimes devem ser considerados como espécimes de espécies incluídas no Anexo I e em conseqüência seu comércio deverá ser regulamentado.		
4 População do Estado Plurinacional da Bolívia (incluída no Anexo II): Com o exclusivo propósito de autorizar o comércio internacional de fibra tosquiada de vicunhas vivas, de tecidos e artigos feitos da mesma, inclusive os artigos artesanais luxuosos e tecidos de tricô. No avesso dos tecidos deverá constar o logotipo adotado pelos Estados da área de distribuição da espécie, signatários do Convênio para a Conservação e Manejo da Vicunha, e nas ourelas a expressão "VICUÑA-BOLIVIA". Outros produtos devem levar uma etiqueta com o logotipo e as palavras "VICUÑA -BOLIVIA-ARTESANÍA". Todos os demais espécimes devem ser considerados como espécimes de espécies incluídas no Anexo I e em conseqüência seu comércio deverá ser regulamentado.		
5 População do Peru (incluída no Anexo II): Com o exclusivo propósito de autorizar o comércio internacional de lã tosquiada de vicunhas vivas e os estoques registrados na nona reunião da Conferência das Partes (novembro de 1994) de 3.249 kg de lã e de tecidos e artigos derivados, inclusive os artigos artesanais de luxo e tecidos de malha fabricados. No avesso dos tecidos deverá constar o logotipo adotado pelos Estados da área de distribuição da espécie, signatários do Convênio para a Conservação e Manejo da Vicunha, e nas ourelas a expressão "VICUÑA-PERÚ". Outros produtos devem levar uma etiqueta com o logotipo e as palavras "VICUÑA -PERÚ-ARTESANÍA". Todos os demais espécimes devem ser considerados como espécimes de espécies incluídas no Anexo I e em conseqüência seu comércio deverá ser regulamentado.		
Cervidae Cervos, veados		
Axis calamianensis Axis kuhlii Axis porcinus annamiticus Blastocerus dichotomus		
	Cervus elaphus bactrianus	
		Cervus elaphus barbarus (Tunísia)
Cervus elaphus hanglu Dama dama mesopotamica Hippocamelus spp.		
		Mazama temama cerasina (Guatemala)
Muntiacus crinifrons		
Muntiacus vuquangensis		
		Odocoileus virginianus mayensis (Guatemala)
Ozotoceros bezoarticus		
	Pudu mephistophiles	
Pudu puda Rucervus duvaucelii Rucervus eldii		
Hippopotamidae Hipopótamos		
	Hexaprotodon liberiensis Hippopotamus amphibius	
Moschidae Cervos almiscareiros		
Moschus spp. (somente as populações do Afeganistão, Butão, Índia, Myanmar, Nepal e Paquistão; as outras populações estão incluídas no Anexo II)	Moschus spp. (exceto as populações do Afeganistão, Butão, Índia, Myanmar, Nepal e Paquistão; as outras populações estão incluídas no Anexo I)	
Suidae Babirussas, javalis anões		
Babyrousa babyrussa Babyrousa bolabatuensis Babyrousa celebensis Babyrousa togeanensis Sus salvanius		
Tayassuidae Pecaris		
	Tayassuidae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I e as populações de Pecari tajacu dos Estados Unidos e México, que não estão incluídas nos Anexos)	
Catagonus wagneri		
CARNIVORA		
Ailuridae Pandas vermelhos		
Ailurus fulgens		
Canidae Cachorros, raposas, lobos		
		Canis aureus (Índia)
Canis lupus (somente as populações do Butão, Índia, Nepal e Paquistão, as outras populações estão incluídas no Anexo II. Excluídas a forma domesticada e as que fazem alusão como Canis lupus familiaris e Canis lupus dingo)		
	Canis lupus (exceto as populações do Butão, Índia, Nepal e Paquistão, as outras populações estão incluídas no Anexo I. Excluídas a forma domesticada e as que fazem alusão como Canis lupus familiaris e Canis lupus dingo)	
	Cerdocyon thous Chrysocyon brachyurus Cuon alpinus	
	Lycalopex culpaeus Lycalopex fulvipes Lycalopex griseus Lycalopex gymnocercus	
Speothos venaticus		
		Vulpes bengalensis (Índia)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Vulpes cana	
		Vulpes vulpes griffithi (Índia) Vulpes vulpes montana (Índia) Vulpes vulpes pusilla (Índia)
	Vulpes zerda	
Eupleridae Fossas, Civitas formigueiras		
	Cryptoprocta ferox Eupleres goudotii Fossa fossana	
Felidae Felinos		
	Felidae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I. Os espécimes de forma domesticada não estão sujeitos às disposições da Convenção.)	
Acinonyx jubatus (estão concedidas as seguintes cotas de exportação anual para espécimes vivos e troféus de caça:		
Botsuana: 5; Namíbia: 150; Zimbábue: 50. O comércio desses espécime está sujeito às disposições do Artigo III da Convenção)		
Caracal caracal (somente a população da Ásia; as outras populações estão incluídas no Anexo II)		
Catopuma temminckii Felis nigripes Leopardus geoffroyi		
Leopardus jacobitus Leopardus pardalis Leopardus tigrinus Leopardus wiedii Lynx pardinus Neofelis nebulosa		
Panthera leo persica Panthera onca Panthera pardus Panthera tigris Pardofelis marmorata Prionailurus bengalensis		
bengalensis (somente as populações de Bengladesh, Índia e Tailândia; as outras populações estão incluídas no Anexo II) Prionailurus planiceps (somente as populações da Índia; as outras populações estão incluídas no Anexo II)		
Prionailurus rubiginosus Puma concolor coryi Puma concolor costaricensis Puma concolor couguar		
Puma yagouaroundi (somente as populações da América Central; as outras populações estão incluídas no Anexo II) Uncia uncia		
Herpestidae Mangustos		
		Herpestes edwardsii (Índia) Herpestes fuscus (Índia) Herpestes javanicus auropunctatus (Índia)
		Herpestes smithii (Índia) Herpestes urva (Índia) Herpestes vitticollis (Índia)
Hyaenidae Hienas		
		Proteles cristata (Botsuana)
Mephitidae Zorrilhos, cangambás		
	Conepatus humboldtii	
Mustelidae Texugos, martas, doninhas, lontras		
Lutrinae Nutrias		
	Lutrinae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Aonyx capensis congica (somente as populações de Camarões e Nigéria; as outras populações estão incluídas no Anexo II) Enhydra lutris nereis Lontra felina		
Lontra longicaudis Lontra provocax Lutra lutra Lutra nippon Pteronura brasiliensis		
Mustelinae Furões, martas, irara		
		Eira barbara (Honduras) Galictis vittata (Costa Rica) Martes flavigula (Índia) Martes foina intermedia (Índia) Martes gwatkinsii (Índia)
		Mellivora capensis (Botsuana) Mustela altaica (Índia) Mustela erminea ferghanae (Índia) Mustela kathiah (Índia)
Mustela nigripes		
		Mustela sibirica (Índia)
Odobenidae Morsas		
		Odobenus rosmarus (Canadá)
Otariidae Elefantes marinhos, leões marinhos		
	Arctocephalus spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Arctocephalus townsendi		
Phocidae Focas		
	Mirounga leonina	
Monachus spp.		
Procyonidae Quaxinim, quatis, jupará		
		Bassaricyon gabbii (Costa Rica) Bassariscus sumichrasti (CostaRica) Nasua narica (Honduras) Nasua nasua solitaria (Uruguai) Potos flavus (Honduras)
Ursidae Ursos, pandas gigantes		
	Ursidae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Ailuropoda melanoleuca Helarctos malayanus Melursus ursinus Tremarctos ornatus		
Ursus arctos (somente as populações do Butão, China, México e Mongólia; as outras populações estão incluídas no Anexo II) Ursus arctos isabellinus Ursus thibetanus		
Viverridae Binturongs, civetas, ginetas, civetas das palmeiras		
		Arctictis binturong (Índia) Civettictis civetta (Botsuana)
	Cynogale bennettii Hemigalus derbyanus	
		Paguma larvata (Índia) Paradoxurus hermaphroditus (Índia) Paradoxurus jerdoni
	Prionodon linsang	
Prionodon pardicolor		
		Viverra civettina (Índia) Viverra zibetha (Índia) Viverricula indica (Índia)
CETACEA Cetáceos		
	CETACEA spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I.. Foi estabelecida uma cota de exportação anual nula para espécimes vivos da população de Tursiops truncatus do Mar Negro capturados no meio silvestre e transacionado com finalidade primordialmente comercial)	
Balaenidae Baleias verdaderas ou misticetos		
Balaena mysticetus Eubalaena spp.		
Balaenopteridae Rorqual, baleias de aletas		
Balaenoptera acutorostrata (exceto a população da Groenlândia ocidental, que está incluída no Anexo II)		
Balaenoptera bonaerensis Balaenoptera borealis Balaenoptera edeni Balaenoptera musculus		
Balaenoptera omurai Balaenoptera physalus Megaptera novaeangliae		
Delphinidae Golfinhos		
Orcaella brevirostris Orcaella heinsohni Sotalia spp. Sousa spp.		
Eschrichtiidae Baleias cinza		
Eschrichtius robustus		
Iniidae Golfinhos de barbatana branca		
Lipotes vexillifer		
Neobalaenidae Baleias francas pigméias		
Caperea marginata		
Phocoenidae Toninhas		
Neophocaena phocaenoides Phocoena sinus		
Physeteridae Cachalotes		
Physeter macrocephalus		
Platanistidae Golfinhos de água doce		
Platanista spp.		
Ziphiidae Baleias bicudas, baleias focinho de garrafa		
Berardius spp. Hyperoodon spp.		
CHIROPTERA		
Phyllostomidae Morcegos com folha nasal do Novo Mundo		
		Platyrrhinus lineatus (Uruguai)
Pteropodidae Morcegos frugívoros, raposas voadoras		
	Acerodon spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Acerodon jubatus		
	Pteropus spp. (exceto Pteropus brunneus e as espécies incluídas no Anexo I)	
Pteropus insularis Pteropus loochoensis Pteropus mariannus Pteropus molossinus Pteropus pelewensis		
Pteropus pilosus Pteropus samoensis Pteropus tonganus Pteropus ualanus Pteropus yapensis		
CINGULATA		
Dasypodidae Tatus		
		Cabassous centralis (Costa Rica) Cabassous tatouay (Uruguai)
	Chaetophractus nationi (foi estabelecida cota de exportação nula. Considerar-se-á que todos os espécimes pertencem a espécies incluídas no Anexo I e em conseqüência seu comércio será regulamentado)	
Priodontes maximus		
DASYUROMORPHIA		
Dasyuridae Ratos marsupiais		
Sminthopsis longicaudata Sminthopsis psammophila		
DIPROTODONTIA		
Macropodidae Cangurus e wallabies		
	Dendrolagus inustus Dendrolagus ursinus	
Lagorchestes hirsutus Lagostrophus fasciatus Onychogalea fraenata		
Phalangeridae Cuscus		
	Phalanger intercastellanus Phalanger mimicus Phalanger orientalis	
	Spilocuscus kraemeri Spilocuscus maculatus Spilocuscus papuensis	
Potoroidae Cangurus rato		
Bettongia spp.		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Vombatidae Vombats		
Lasiorhinus krefftii		
LAGOMORPHA		
Leporidae Coelhos, lebres		
Caprolagus hispidus		
Romerolagus diazi		
MONOTREMATA		
Tachyglossidae Equidnas		
	Zaglossus spp.	
PERAMELEMORPHIA		
Peramelidae Bandicuts		
Perameles bougainville		
Thylacomyidae Bilbis		
Macrotis lagotis Macrotis leucura		
PERISSODACTYLA		
Equidae Cavalos, asnos, zebras		
Equus africanus (Excluida a forma domesticada citada como Equus asinus, e não está sujeita às normas da Convenção) Equus grevyi		
	Equus hemionus (exceto as sub-espécies incluídas no Anexo I)	
Equus hemionus hemionus Equus hemionus khur		
	Equus kiang	
Equus przewalskii		
	Equus zebra hartmannae	
Equus zebra zebra		
Rhinocerotidae Rinocerontes		
Rhinocerotidae spp. (exceto para a sub-espécie incluída no Anexo II)		
	Ceratotherium simum simum (somente as populações da África do Sul e Suazilândia, as outras populações estão incluídas no Anexo I. com o exclusivo	
	propósito de autorizar o comércio internacional de animais vivos a destinatários apropriados e aceitáveis e troféus de caça. Os outros	
	espécimes serão considerados como espécimes de espécies incluídas no Anexo I e em consequência seu comércio será regulamentado)	
Tapiridae Tapires, antas		
Tapiridae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo II)		
	Tapirus terrestris	
PHOLIDOTA Manidae Pangolins		
	Manis spp. (foi estabelecida cota de exportação anual nulo para espécime de Manis crassicaudata, M. culionensis, M. javanica e M. pentadactyla capturados no meio silvestre e comercializados com fins primordialmente comerciais)	
PILOSA		
Bradypodidae Preguiça de três dedos		
	Bradypus variegatus	
Megalonychidae Preguiça de dois dedos		
		Choloepus hoffmanni (Costa Rica)
Myrmecophagidae Tamanduás		
	Myrmecophaga tridactyla	
		Tamandua mexicana (Guatemala)
PRIMATES Primatas		
	PRIMATES spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Atelidae Macacos ululadores e macacos aranhas		
Alouatta coibensis Alouatta palliata Alouatta pigra Ateles geoffroyi frontatus		
Ateles geoffroyi panamensis Brachyteles arachnoides Brachyteles hypoxanthus Oreonax flavicauda		
Cebidae Macacos do Novo Mundo		
Callimico goeldii Callithrix aurita Callithrix flaviceps Leontopithecus spp. Saguinus bicolor		
Saguinus geoffroyi Saguinus leucopus Saguinus martinsi Saguinus oedipus Saimiri oerstedii		
Cercopithecidae Macacos do Velho Mundo		
Cercocebus galeritus Cercopithecus diana Cercopithecus roloway		
Macaca silenus Mandrillus leucophaeus Mandrillus sphinx Nasalis larvatus Piliocolobus kirkii		
Piliocolobus rufomitratus Presbytis potenziani Pygathrix spp. Rhinopithecus spp. Semnopithecus ajax		
Semnopithecus dussumieri Semnopithecus entellus Semnopithecus hector Semnopithecus hypoleucos Semnopithecus priam		
Semnopithecus schistaceus Simias concolor Trachypithecus geei Trachypithecus pileatus Trachypithecus shortridgei		

Cheirogaleidae Lemures anões		
Cheirogaleidae spp.		
Daubentoniidae Aye ayes		
Daubentonia madagascariensis		
Hominidae Chimpanzés, gorilas, orangotangos		
Gorilla beringei Gorilla gorilla Pan spp. Pongo abelii Pongo pygmaeus		
Hylobatidae Gibões		
Hylobatidae spp.		
Indriidae Indris, avais, sifacas, lêmures lanudos		
Indriidae spp.		
Lemuridae Lêmures		
Lemuridae spp.		
Lepilemuridae Lêmures doninha		
Lepilemuridae spp.		
Lorisidae Loris		
Nycticebus spp.		
Pithecidae Uacaris		
Cacajao spp. Chiropotes albinasus		
PROBOSCIDEA		
Elephantidae Elefantes		
Elephas maximus Loxodonta africana (exceto as populações de Botsuana, Namíbia, África do Sul e Zimbábue, que estão incluídas no Anexo II)		
	Loxodonta africana 6 (somente as populações de Botsuana, Namíbia, África do Sul e Zimbábue, as outras populações estão incluídas no Anexo I).	
6 Populações da África do Sul, Botsuana, Namíbia, e Zimbábue (incluídas no Anexo II): Com o exclusivo propósito de autorizar: h) O comércio de troféus de caça com finalidade não comercial; b) Comércio de animais vivos a destinatários apropriados e aceitáveis, como se define na Resolução Conf. 11.20, para Botsuana e Zimbábue e para os programas de conservação in situ na Namíbia e África do Sul;		
c) O comércio de peles; d) O comércio de pelos; e) O comércio de artigos de couro com fins comerciais ou não comerciais para Botsuana, Namíbia e África do Sul e com fins não comerciais para Zimbábue;		
f) O comércio de "ekipas"marcadas e certificadas individualmente integradas a artigos acabados de joalheria com finalidade não comercial para Namíbia e esculturas/entalhes de marfim com fins não comerciais para Zimbábue. g) O comércio de marfim em bruto registrado (colmilhos inteiros e peças para Botsuana, Namíbia, África do Sul e Zimbábue), sujeito ao seguinte:		
h) Somente os estoques registrados de marfim de propriedade governamental, originárias do Estado (excluindo o marfim confiscado e o marfim de origem desconhecida); ii) Somente para associados comerciais para os quais a Secretaria da Cites, em consulta ao Comitê Permanente, tenha verificado que disponham de legislação nacional adequada e controles comerciais nacionais para garantir que o marfim importado não se reexportará e se administrará em conformidade com o disposto na Resolução Conf.10.10 (Ver.CoP14), no que diz respeito à manufatura e ao comércio interno;		
iii) Não antes de que a Secretaria tenha verificado os possíveis países importadores e os estoques registrados de propriedade governamental; iv) O marfim em bruto em virtude da venda condicional dos estoques registradas de marfim de propriedade governamental acordada na CoP12, a saber, 20.000 kg (Botsuana), 10.000 (Namíbia) e 30.000 (África do Sul); v) Além das quantidades acordadas na CoP 12, o marfim de propriedade governamental de Botsuana, Namíbia, África do Sul e Zimbábue registrado até 31 de janeiro de 2007 e verificado pela Secretaria poderá ser comercializado e despachado junto com o marfim referido no sub-parágrafo iv deste parágrafo, numa só remessa por destino, sob estreita supervisão da Secretaria;		
vi) Os benefícios do comércio serão utilizados exclusivamente para a conservação do elefante e nos programas de desenvolvimento de comunidades dentro da área de distribuição do elefante ou em áreas limítrofes; e vii) As quantidades adicionais indicadas no sub-parágrafo v) deste parágrafo serão comercializadas unicamente depois que o Comitê Permanente tenha acordado que as condições supra foram cumpridas; e		
h) Não se apresentarão à Conferência das Partes mais propostas para permitir o comércio de marfim de elefante de populações incluídas no Anexo II no período compreendido entre a CoP 14 e nove anos depois da data do envio único de marfim que deverá ocorrer conforme disposto nos sub-parágrafos i,ii, iii, vi e vii do parágrafo g). Além disso, as futuras propostas deverão estar em conformidade com o disposto nas Decisões 14.77 e 14.78.		
Segundo proposta da Secretaria, o Comitê Permanente pode decidir cessar parcial ou completamente esse comércio em caso de descumprimento das condições por parte dos países exportadores ou importadores, ou no caso em que se demonstre que o comércio tem um efeito prejudicial sobre outras populações de elefantes. Todos os demais espécimes se considerarão espécimes de espécies incluídas no Anexo I e em consequência seu comércio será regulamentado.		
RODENTIA		
Chinchillidae Chinchillas		
Chinchilla spp. (os espécimes de forma domesticada não estão sujeitos às disposições da Convenção)		
Cuniculidae Pacas		
		Cuniculus paca (Honduras)
Dasyproctidae Cotias		
		Dasyprocta punctata (Honduras)
Erethizontidae Porcos-espinhos do Novo Mundo		
		Sphiggurus mexicanus (Honduras) Sphiggurus spinosus (Uruguai)
Muridae Ratazanas e ratos		
Leporillus conditor Pseudomys fieldi praeconis Xeromys myoides Zyzomys pedunculatus		
Sciuridae Esquilos arborícolas, esquilos terrestres		
Cynomys mexicanus		
		Marmota caudata (Índia) Marmota himalayana (Índia)
	Ratufa spp.	Sciurus deppei (Costa Rica)
SCANDENTIA Musaranhos arborícolas ou tupaias		
	SCANDENTIA spp.	
SIRENIA Dugongidae Dugongos		
Dugong dugon		
Trichechidae Peixes-boi		
Trichechus inunguis Trichechus manatus Trichechus senegalensis		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CLASSE AVES (AVES)		
ANSERIFORMES		
Anatidae Patos, gansos, cisnes		
Anas aucklandica		
	Anas bernieri	
Anas chlorotis		
	Anas formosa	
Anas laysanensis Anas nesiotis Asarcornis scutulata Branta canadensis leucopareia		
	Branta ruficollis	
Branta sandvicensis		
		Cairina moschata (Honduras)
Cairina scutulata		
	Coscoroba coscoroba Cygnus melanocoryphus Dendrocygna arborea	
		Dendrocygna autumnalis (Honduras) Dendrocygna bicolor (Honduras)
	Oxyura leucocephala	
Rhodonessa caryophyllacea (provavelmente extinta)		
	Sarkidiornis melanotos	
APODIFORMES		
Trochilidae Colibris, beija-flores		
	Trochilidae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Glaucis dohrnii		
CHARADRIIFORMES		
Burhinidae Maçaricos e batuíras		
		Burhinus bistriatus (Guatemala)
Laridae Gaivotas		
Larus relictus		
Scolopacidae Maçaricos e batuíras		
Numenius borealis Numenius tenuirostris Tringa guttifer		
CICONIIFORMES Balaenicipitidae Bico-de-sapato		
	Balaeniceps rex	
Ciconiidae Cegonhas e marabus		
Ciconia boyciana		
	Ciconia nigra	
Jabiru mycteria Mycteria cinerea		
Phoenicopteridae Flamingos		
	Phoenicopteridae spp.	
Threskiornithidae Íbis e colhereiros		
	Eudocimus ruber Geronticus calvus	
Geronticus eremita Nipponia nippon		
	Platalea leucorodia	
COLUMBIFORMES		
Columbidae Pombas e rolas		
Caloenas nicobarica		
		Nesoenas mayeri (Maurício)
Ducula mindorensis		
	Gallicolumba luzonica Goura spp.	
CORACIIFORMES		
Bucerotidae Calaus		
	Aceros spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Aceros nipalensis		
	Anorrhinus spp. Anthracoceros spp. Berenicornis spp. Buceros spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Buceros bicornis		
	Penelopides spp.	
Rhinoplax vigil Rhyticeros subruficollis		
	Rhyticeros spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
CUCULIFORMES		
Musophagidae Turacos		
	Tauraco spp.	
FALCONIFORMES Águias, abutres, falcões, gaviões, urubus e condores		
	FALCONIFORMES spp. (exceto Caracara lutosa e as espécies da família Cathartidae que não estão incluídas nos anexos; e as espécies incluídas nos Anexos I e III)	
Accipitridae Águias e gaviões		
Aquila adalberti Aquila heliaca Chondrohierax uncinatus wilsonii Haliaeetus albicilla Harpia harpyja Pithecophaga jefferyi		
Cathartidae Urubus e condores do Novo Mundo		
Gymnogyps californianus		
		Sarcoramphus papa (Honduras)
Vultur gryphus		
Falconidae Falcões		
Falco araeus Falco jugger Falco newtoni (somente a população de Seychelles)		
Falco pelegrinoides Falco peregrinus Falco punctatus Falco rusticolus		
GALLIFORMES		
Cracidae Mutuns, aracuãs e jacus		
		Crax alberti (Colômbia)
Crax blumenbachii		
		Crax daubentoni (Colômbia) Crax globulosa (Colômbia) Crax rubra (Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Honduras)
Mitu mitu Oreophasis derbianus		
		Ortalis vetula (Guatemala, Honduras) Pauxi pauxi (Colômbia)
Penelope albipennis		
		Penelope purpurascens (Honduras) Penelopina nigra (Guatemala)
Pipile jacutinga Pipile pipile		
Megapodiidae Megapodos		
Macrocephalon maleo		
Phasianidae Faisões, pavões, galinhas e perdizes		
	Argusianus argus	
		Caloperdix oculeus (Malásia)
Catreus wallichii Colinus virginianus ridgwayi Crossoptilon crossoptilon Crossoptilon mantchuricum		
	Gallus sonneratii Ithaginis cruentus	
Lophophorus impejanus Lophophorus lhuysii Lophophorus sclateri Lophura edwardsi Lophura swinhoii		
		Meleagris ocellata (Guatemala)
	Pavo muticus Polyplectron bicalcaratum Polyplectron germaini Polyplectron malacense	
Polyplectron napoleonis		
	Polyplectron schleiermacheri	
Rheinardia ocellata		
Syrmaticus ellioti Syrmaticus humiae Syrmaticus mikado Tetraogallus caspius		
Tetraogallus tibetanus Tragopan blythii Tragopan caboti Tragopan melanocephalus		
		Tragopan satyra (Nepal)
	Tympanuchus cupido attwateri	
GRUIFORMES		
Gruidae Grous		
	Gruidae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Grus americana Grus canadensis nesiotes Grus canadensis pulla Grus japonensis		
Grus leucogeranus Grus monacha Grus nigricollis Grus vipio		
Otididae Abetarda		
	Otididae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Ardeotis nigriceps Chlamydotis macqueenii Chlamydotis undulata Houbaropsis bengalensis		
Rallidae Saracuras		
Gallirallus sylvestris		
Rhynochetidae		
Rhynochetos jubatus		
PASSERIFORMES		
Atrichornithidae Pássaros de matagal australianos		
Atrichornis clamosus		
Cotingidae Cotingas		
		Cephalopterus ornatus (Colômbia) Cephalopterus penduliger (Colômbia)
Cotinga maculata		
	Rupicola spp.	
Xipholena atropurpurea		
Emberizidae Cardiais e tangarás		
	Gubernatrix cristata Paroaria capitata Paroaria coronata Tangara fastuosa	
Estrildidae Viuvinhas e calafates		
	Amandava formosa Lonchura oryzivora Poephila cincta cincta	
Fringillidae Canários e pintassilgos		
Carduelis cucullata		
	Carduelis yarrellii	
Hirundinidae Andorinhas e andorinhões		
Pseudochelidon sirintarae		
Icteridae Corruíões, japus e joão-congos		
Xanthopsar flavus		
Meliphagidae Papa-mel		
Lichenostomus melanops cassidix		
Muscicapidae Papa-moscas do Velho Mundo		
		Acrocephalus rodericanus (Maurício)
	Cyornis ruckii	
Dasyornis broadbenti litoralis (provavelmente extinta) Dasyornis longirostris		

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Garrulax canorus Garrulax taewanus Leiothrix argentauris Leiothrix lutea Liocichla omeiensis	
Picathartes gymnocephalus Picathartes oreas		
		Terpsiphone bourbonnensis (Maurício)
Paradisaeidae Aves do paraíso		
	Paradisaeidae spp.	
Pittidae Pitas		
	Pitta guajana	
Pitta gurneyi Pitta kochi		
	Pitta nympha	
Pycnonotidae		
	Pycnonotus zeylanicus	
Sturnidae Estorninos, mainás		
	Gracula religiosa	
Leucopsar rothschildi		
Zosteropidae Pássaro de óculos		
Zosterops albogularis		
PELECANIFORMES Pelicanos, fragatas e atobás		
Fregatidae Fragatas		
Fregata andrewsi		
Pelecanidae Pelicanos		
Pelecanus crispus		
Sulidae Atobás		
Papasula abbotti		
PICIFORMES		
		Semnornis ramphastinus (Colômbia)
Picidae Pica-paus		
Dryocopus javensis richardsi		
Ramphastidae Tucanos e araçaris		
		Baillonius bailloni (Argentina)
	Pteroglossus aracari	
		Pteroglossus castanotis (Argentina)
	Pteroglossus viridis	
		Ramphastos dicolorus (Argentina)
	Ramphastos sulfuratus Ramphastos toco Ramphastos tucanus Ramphastos vitellinus	
		Selenidera maculirostris (Argentina)
PODICIPEDIFORMES		
Podicipedidae Mergulhões		
Podilymbus gigas		
PROCELLARIIFORMES		
Diomedeidae Albatrozes		
Phoebastria albatrus		
PSITTACIFORMES Araras, cacatuas, papagaios e periquitos		
	PSITTACIFORMES spp. (exceto as especies incluídas no Anexo I, e Agapornis roseicollis, Melopsittacus	
	undulatus, Nymphicus hollandicus e Psittacula krameri, que não estão incluídas nos Anexos)	
Cacatuidae Cacatuas		
Cacatua goffini Cacatua haematuropygia Cacatua moluccensis Cacatua sulphurea Probosciger aterrimus		
Loriidae Loris		
Eos histrio Vini ultramarina		
Psittacidae Papagaios, periquitos, araras, ararajuba		
Amazona arausiaca Amazona auropalliata Amazona barbadensis Amazona brasiliensis		
Amazona finschi Amazona guildingii Amazona imperialis Amazona leucocephala		
Amazona oratrix Amazona pretrei Amazona rhodocorytha Amazona tucumana		
Amazona versicolor Amazona vinacea Amazona viridigenalis Amazona vittata Anodorhynchus spp. Ara ambiguus Ara glaucogularis (frequentemente		
comercializada com a denominação incorreta de Ara caninde) Ara macao		
Ara militaris Ara rubrogenys Cyanopsitta spixii Cyanoramphus forbesi		
Cyanoramphus novaezelandiae Cyclopsitta diophthalma coxeni Eunymphicus cornutus Geopsittacus occidentalis		
(provavelmente extinta) Guarouba guarouba Neophema chrysogaster Ognorhynchus icterotis		
Pezoporus wallicus Pionopsitta pileata Primolius couloni Primolius maracana		
Psephotus chrysopterygius Psephotus dissimilis Psephotus pulcherrimus (provavelmente extinta)		
Psittacula echo Pyrrhura cruentata Rhynchopsitta spp. Strigops habroptilus		
RHEIFORMES		
Rheidae Emas e nandus		
Pterocnemia pennata (exceto Pterocnemia pennata pennata, que está incluída no Anexo II)		
	Pterocnemia pennata pennata Rhea americana	
SPHENISCIFORMES		
Spheniscidae Pingüins		
	Spheniscus demersus	
Spheniscus humboldti		
STRIGIFORMES Corujas e mochos		
	STRIGIFORMES spp. (exceto Sceloglaux albifacies e as espécies incluídas no Anexo I)	
Strigidae Corujas		
Heteroglaux blewitti Mimizuku gurneyi Ninox natalis Ninox novaeseelandiae undulata		
Tytonidae Suindaras		
Tyto soumagnei		
STRUTHIONIFORMES		
Struthionidae Avestruzes		
Struthio camelus (somente as populações da Argelia, Burkina Faso, Camarões, Chade, Mali, Marrocos, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro-africana, Senegal e Sudão; as outras populações não estão incluídas nos Anexos)		
TINAMIFORMES		
Tinamidae Macucos		
Tinamus solitarius		
TROGONIFORMES		
Trogonidae Quetzales		
Pharomachrus mocinno		
CLASSE REPTILIA (RÉPTEIS)		
CROCODYLIA Crocodilos		
	CROCODYLIA spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Alligatoridae Caimans e jacarés		
Alligator sinensis Caiman crocodilus apaporiensis Caiman latirostris (exceto a população da Argentina que está incluída no Anexo II) Melanosuchus niger (exceto a população do Brasil que está incluída no Anexo II e a população do Equador que está incluída no Anexo II e que está sujeita a uma cota de exportação anual nula até que a Secretaria CITES e o Grupo de Especialistas em Crocodilídeos da CSE/UICN tenham aprovado uma cota de exportação anual)		
Crocodylidae Crocodrilos		
Crocodylus acutus (exceto a população de Cuba que está incluída no Anexo II) Crocodylus cataphractus Crocodylus intermedius Crocodylus mindorensis Crocodylus moreletii (Exceto as populações de Belize e México que estão incluídas no anexo II com uma cota nula para os espécimenes silvestres comercializados com fins comerciais). Crocodylus niloticus (exceto as populações da África do Sul Botsuana, Etiópia, Quênia, Madagascar, Malaui, Moçambique, Namíbia, República Unida da Tanzânia, Uganda (sujeitas a cota de exportação anual de no máximo 1.600 espécimes silvestres, incluídos os troféus de caça além dos espécimes criados em cativeiro), Zâmbia e Zimbábue; que estão incluídas no Anexo II) Crocodylus palustris Crocodylus porosus (exceto as populações da Australia, Indonésia e Papua-Nova Guiné que estão incluídas no no Anexo II) Crocodylus rhombifer Crocodylus siamensis Osteolaemus tetraspis Tomistoma schlegelii		
Gavialidae Gaviais		
Gavialis gangeticus		
Sphenodontidae		
Sphenodon spp.		
SAURIA		
Agamidae Agamas, lagartos de rabo espinhoso		
	Saara spp. Uromastyx spp.	
Chamaeleonidae Camaleões		
	Archaius spp. Bradypodion spp. Brookesia spp. (Exceto as espécies incluídas no anexo I)	
Brookesia perarmata		
	Calumma spp. Chamaeleo spp. Furcifer spp.	
	Kinyongia spp. Nadzikambia spp. Trioceros spp.	
Cordylidae Lagartos de rabo espinhoso		
	Cordylus spp.	
Gekkonidae Gecos		
	Cyrtodactylus serpensinsula	
		Hoplodactylus spp. (Nova Zelândia)
	Nactus serpensinsula Naultinus spp.	
	Phelsuma spp. Uroplatus spp.	
Helodermatidae Heloderma, Escorpião da Guatemala		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

	Heloderma spp. (exceto a sub-espécie incluída no Anexo I)	
Heloderma horridum charlesbogerti		
Iguanidae Iguanas		
	Amblyrhynchus cristatus	
Brachylophus spp.		
	Conolophus spp. Ctenosaura bakeri Ctenosaura melanosterna Ctenosaura oedirhina Ctenosaura palearis	
Cyclura spp.		
	Iguana spp. Phrynosoma blainvillii Phrynosoma cerroense Phrynosoma coronatum Phrynosoma wigginsi	
Sauromalus varius		
Lacertidae Lagartos		
Gallotia simonyi		
	Podarcis lilfordi Podarcis pityusensis	
Scincidae		
	Corucia zebrata	
Teiidae Lagartos, teius		
	Crocodilurus amazonicus Dracaena spp. Tupinambis spp.	
Varanidae Varanos, Dragões de Komodo		
	Varanus spp. (exceto as populações incluídas no Anexo I)	
Varanus bengalensis Varanus flavescens Varanus griseus Varanus komodoensis Varanus nebulosus		
Xenosauridae Lagartos de escamas nodosas		
	Shinisaurus crocodilurus	
SERPENTES Serpentes		
Boidae Boas		
	Boidae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Acrantophis spp. Boa constrictor occidentalis Epicrates inornatus		
Epicrates monensis Epicrates subflavus Sanzinia madagascariensis		
Bolyeriidae Boas pequenas		
	Bolyeriidae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Bolyeria multocarinata Casarea dussumieri		
Colubridae Serpentes, serpentes aquáticas		
		Atretium schistosum (Índia) Cerberus rynchops (Índia)
	Clelia clelia Cyclagras gigas Elachistodon westermanni Ptyas mucosus	
		Xenochrophis piscator (Índia)
Elapidae Najas, cobras-coral		
	Hoplocephalus bungaroides	
		Micrurus diastema (Honduras) Micrurus nigrocinctus (Honduras)
	Naja atra Naja kaouthia Naja mandalayensis Naja naja	
	Naja oxiana Naja philippinensis Naja sagittifera Naja samarensis	
	Naja siamensis Naja sputatrix Naja sumatrana Ophiophagus hannah	
Loxocemidae Pítons escavadoras		
	Loxocemidae spp.	
Pythonidae Pítons		
	Pythonidae spp. (exceto a subespecie incluída no Anexo I)	
Python molurus molurus		
Tropidophiidae Serpentes de bosque		
	Tropidophiidae spp.	
Viperidae Víboras, cascavéis		
		Crotalus durissus (Honduras) Daboia russelii (Índia)
Vipera ursinii (somente a população da Europa, exceto a zona que constituía antigamente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas; as populações desta zona não estão incluídas nos Anexos)		
	Vipera wagneri	
TESTUDINES		
Carettochelyidae Tartarugas nariz de porco		
	Carettochelys insculpta	
Chelidae Tartarugas pescoço de cobra		
	Chelodina mccordi (Cota de exportação nula para exemplares procedentes do meio silvestre)	
Pseudemydura umbrina		
Cheloniidae Tartarugas marinhas		
Cheloniidae spp.		
Chelydridae Tartarugas mordedoras		
		Macrochelys temminckii (Estados Unidos da América)
Dermatemydidae Tartarugas brancas		
	Dermatemys mawii	
Dermochelyidae Tartarugas marinhas		
Dermochelys coriacea		
Emydidae Tartarugas e cágados		
	Clemmys guttata Emydoidea blandingii Glyptemys insculpta	
Glyptemys muhlenbergi		
		Graptemys spp. (Estados Unidos da América)
	Malaclemys terrapin Terrapene spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Terrapene coahuila		
Geoemydidae Tartarugas e cágados		
Batagur affinis Batagur baska		
	Batagur borneoensis 7 Batagur dhongoka Batagur kachuga Batagur trivittata 7	
	Cuora spp. (Cota nula para especimenes silvestres de Cuora aurocapitata, C. flavomarginata, C. galbinifrons, C. mccordi, C. mouhotii, C. pani, C. trifasciata, C.	
	yunnanensis e C. zhoui comercializados com fins comerciais) Cyclemys spp.	
Geoclemys hamiltonii		
	Geoemyda japonica Geoemyda spengleri Hardella thurjii Heosemys annandalii	
	Heosemys depressa Heosemys grandis Heosemys spinosa Leucocephalon yuwonoi	
	Malayemys macrocephala Malayemys subtrijuga Mauremys annamensis	
		Mauremys iversoni (China) Mauremys megalocephala (China)
	Mauremys mutica Mauremys nigricans	
		Mauremys pritchardi (China) Mauremys reevesii (China) Mauremys sinensis (China)
Melanochelys tricarinata Morenia ocellata	Melanochelys trijuga	
	Morenia petersi Notochelys platynota	
		Ocadia glyphistoma (China) Ocadia philippeni (China)
	Orlitia borneensis[7] Pangshura spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Pangshura tecta		
	Sacalia bealei Sacalia quadriocellata	Sacalia pseudocellata (China)
	Siebenrockiella crassicollis Siebenrockiella leytensis Vijayachelys silvatica	
Platysternidae Tartarugas cabeçudas		
Platysternidae spp.		
Podocnemididae Tartarugas de água doce, tartarugas de pescoço torto		
	Erymnochelys madagascariensis Peltocephalus dumerilianus Podocnemis spp.	
Testudinidae Tartarugas terrestres, jabotis		
	Testudinidae spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I. Foi estabelecida cota de exportação anual nula para Geochelone sulcata para espécimes capturados no meio silvestre e com fins primordialmente comerciais)	
Astrochelys radiata Astrochelys yniphora Chelonoidis nigra Geochelone platynota		
Gopherus flavomarginatus Psammobates geometricus Pyxis arachnoides Pyxis planicauda Testudo kleinmanni		
Trionychidae Tartarugas de casco mole, tartarugas de água doce		
	Amyda cartilaginea	
Apalone spinifera atra		

Chitra chitra Chitra vandijki	Chitra spp. (Exceto as espécies incluídas no anexo I) Dogania subplana Lissemys punctata	
	Lissemys scutata Nilssonia formosa Nilssonia leithii	
Nilssonia gangeticus Nilssonia hurum Nilssonia nigricans		
	Palea steindachneri Pelochelys spp. Pelodiscus axenaria	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

	Pelodiscus maackii Pelodiscus parviformis Rafetus swinhoei	
CLASSE AMPHIBIA (ANFÍBIOS)		
ANURA		
Aromobatidae Rãs venenosas		
	Allobates femoralis Allobates hodli Allobates myersi Allobates rufulus Allobates zaparo	
Bufonidae Sapos		
Amietophrynus superciliares Altiphrynoides spp. Atelopus zeteki Incilius periglenes Nectophrynoides spp. Nimbaphrynoides spp.		
Calyptocephalellidae Rãs chilenas		
		Calyptocephalella gayi (Chile)
Dendrobatidae Rãs venenosas		
	Adelphobates spp. Ameerega spp. Andinobates spp.	
	Dendrobates spp. Epipedobates spp. Excidobates spp. Hyloxalus azureiventris	
	Minyobates spp. Oophaga spp. Phyllobates spp. Ranitomeya spp.	
Dicroglossidae		
	Euphlyctis hexadactylus Hoplobatrachus tigerinus	
Hylidae Rãs arbóreas		
	Agalychnis spp.	
Mantellidae Rã do Gênero Mantella		
	Mantella spp.	
Microhylidae Rãs de boca pequena		
Dyscophus antongilii		
	Scaphiophryne gottlebei	
Myobatrachidae Rãs australianas		
	Rheobatrachus spp. (Exceto Rheobatrachus silus e Rheobatrachus vitellinus)	
CAUDATA		
Ambystomidae Salamandras		
	Ambystoma dumerilii Ambystoma mexicanum	
Cryptobranchidae Salamandras gigantes		
Andrias spp.		Cryptobranchus alleganiensis (Estados Unidos da América)
Hynobilidae Salamandras asiáticas		
		Hynobius amjiensis (China)
Salamandridae Salamandras e triões		
Neurergus kaiseri		
CLASSE ELASMOBRANCHII (TUBARÕES)		
CARCHARHINIFORMES		
Carcharhinidae Carcarrinideos		
	Carcharhinus longimanus (Solicita 18 meses para entrada em vigor, ou seja, em 14 de setembro de 2014)	
Sphyrnidae Tubarões martelo		
	Sphyrna lewini (Solicita 18 meses para entrada em vigor, ou seja, em 14 de setembro de 2014)	Sphyrna lewini (Costa Rica) (Até 14 de setembro de 2014).
	Sphyrna mokarran (Solicita 18 meses para entrada em vigor, ou seja, em 14 de setembro de 2014)	
	Sphyrna zygaena (Solicita 18 meses para entrada em vigor, ou seja, em 14 de setembro de 2014)	
LAMNIFORMES		
Cetorhinidae Tubarões peregrinos		
	Cetorhinus maximus	
Lamnidae Grandes tubarões brancos		
	Carcharodon carcharias	
	Lamna nasus (Solicita 18 meses para entrada em vigor, ou seja, em 14 de setembro de 2014)	Lamna nasus (Alemanha, Bélgica, Chipre, Dinamanrca, Eslovenia, Espanha, Estonia, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Letônia, Lituania, Malta, Países Baixos,
		Polônia, Portugal, Reino Unido da Grã Bretanha e Irlanda do Norte e Suécia) (Até 14 de setembro de 2014)
ORECTOLOBIFORMES		
Rhincodontidae Tubarão baleia		
	Rhincodon typus	
PRISTIFORMES		
Pristidae Peixes-serra		
Pristidae spp.		
RAJIFORMES		
Mobulidae Raias móbulas		
	Manta spp. (Solicita 18 meses para entrada em vigor, ou seja, em 14 de setembro de 2014)	
CLASSE ACTINOPTERYGII (PEIXES)		
ACIPENSERIFORMES Esturjões e peixes-espátula		
	ACIPENSERIFORMES spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Acipenseridae Esturjões		
Acipenser brevirostrum Acipenser sturio		
ANGUILLIFORMES		
Anguillidae Enguias		
	Anguilla anguilla	
CYPRINIFORMES		
Catostomidae		
Chasmistes cujus		
Cyprinidae Carpas		
	Caecobarbus geertsi	
Probarbus jullieni		

OSTEOGLOSSIFORMES		
Arapaimidae Pirarucus		
	Arapaima gigas	
Osteoglossidae Pirarucus e peixes-dragão		
Scleropages formosus[9]		
PERCIFORMES		
Labridae		
	Cheilinus undulatus	
Sciaenidae		
Totoaba macdonaldi		
SILURIFORMES		
Pangasiidae Siluros gigantes		
Pangasianodon gigas		
SYNGNATHIFORMES		
Syngnathidae Peixes-agulha, cavalos-marinhos		
	Hippocampus spp.	
CLASSE SARCOPTERYGII (PEIXES PULMONADOS)		
CERATODONTIFORMES		
Ceratodontidae Peixes pulmonados australianos		
	Neoceratodus forsteri	
COELACANTHIFORMES		
Latimeriidae Celacantos		
Latimeria spp.		
F I L O E C H I N O D E R M A T A CLASSE HOLOTHUROIDEA (PEPINOS DO MAR)		
ASPIDOCHIROTIDA		
Stichopodidae Pepinos do mar		
		Isostichopus fuscus (Equador)
F I L O A R T H R O P O D A CLASSE ARACHNIDA (ESCORPIÕES E ARANHAS)		
ARANEAE		
Theraphosidae Tarântulas de joelho vermelho		
	Aphonopelma albiceps Aphonopelma pallidum Brachypelma spp.	
SCORPIONES		
Scorpionidae Escorpiões		
	Pandinus dictator Pandinus gambiensis Pandinus imperator	
CLASSE INSECTA (INSETOS)		
COLEOPTERA		
Lucanidae Besouros		
		Colophon spp. (África do Sul)
Scarabaeidae Besouros		
	Dynastes satanas	
LEPIDOPTERA		
Nymphalidae Borboletas quatro patas		
		Agrias amydon boliviensis (Estado Plurinacional de Bolívia)
		Morpho godartii lachaumei (Estado Plurinacional de Bolívia)
		Prepona praeneste buckleyana (Estado Plurinacional de Bolívia)
Papilionidae Borboletas asa de pássaro, borboletas rabo de andorinha		
	Atrophaneura jophon Atrophaneura pandiyana Bhutanitis spp. Ornithoptera spp. (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Ornithoptera alexandrae Papilio chikae Papilio homerus		
	Papilio hospiton Parnassius apollo Teinopalpus spp. Trogonoptera spp. Troides spp.	
F I L O A N N E L I D A CLASSE HIRUDINOIDEA (SANGUESSUGAS)		
ARHYNCHOBDELLIDA		
Hirudinidae Sanguessugas medicinais		
	Hirudo medicinalis Hirudo verbana	
F I L O M O L L U S C A CLASSE BIVALVIA (ALMEJOAS, MEXILHÕES)		
MYTILOIDA		
Mytilidae Mexilhões		
	Lithophaga lithophaga	
UNIONOIDA		
Unionidae Mexilhões de água doce perlíferos		
Conradilla caelata		
	Cyprogenia aberti	
Dromus dromas Epioblasma curtisi Epioblasma florentina Epioblasma sampsoni		
Epioblasma sulcata perobliqua Epioblasma torulosa gubernaculum		
	Epioblasma torulosa rangiana	
Epioblasma torulosa torulosa Epioblasma turgidula Epioblasma walkeri Fusconaia cuneolus		
Fusconaia edgariana Lampsilis higginsii Lampsilis orbiculata orbiculata Lampsilis satur		
Lampsilis virescens Plethobasus cicatricosus Plethobasus cooperianus		
	Pleurobema clava	
Pleurobema plenum Potamilus capax Quadrula intermedia Quadrula sparsa Toxolasma cylindrella		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Unio nickliniana Unio tampicoensis tecomatensis Villosa trabalis		
VENEROIDA		
Tridacnidae Almeijoas gigantes		
	Tridacnidae spp.	
CLASSE GASTROPODA (CARACÓIS E CONCHAS)		
MESOGASTROPODA		
Strombidae Conchas rainha		
	Strombus gigas	
STYLOMMATOPHORA		
Achatinellidae Caracóis ágata		
Achatinella spp.		
Camaenidae Caracóis verdes		
	Papustyla pulcherrima	
F I L O C N I D A R I A CLASSE ANTHOZOA (CORAIS, ANÊMONAS MARINAS)		
ANTIPATHARIA Corais negros		
	ANTIPATHARIA spp.	
HELIOPORACEA Helioporidae Corais azuis		
	Helioporidae spp. (inclui somente a espécie Heliopora coerulea. Os fósseis não estão sujeitos às disposições da Convenção)	
SCLERACTINIA Corais pétreos		
	SCLERACTINIA spp. (os fósseis não estão sujeitos às disposições da Convenção)	
STOLONIFERA Tubiporidae Corais vermelhos		
	Tubiporidae spp. (os fósseis não estão sujeitos às disposições da Convenção)	
CLASSE HYDROZOA (HIDROIDES, CORAIS DE FOGO, MEDUSAS URTICANTES)		
MILLEPORINA Milleporidae Corais de fogo		
	Milleporidae spp. (os fósseis não estão sujeitos às disposições da Convenção)	
STYLASTERINA Stylasteridae Corais-renda		
	Stylasteridae spp. (os fósseis não estão sujeitos às disposições da Convenção)	
F L O R A Plantas		
AGAVACEAE Agaves		
Agave parviflora		
	Agave victoriae-reginae #4 Nolina interrata	
AMARYLLIDACEAE Estembérgias		
	Galanthus spp. #4 Sternbergia spp. #4	
ANACARDIACEAE		
	Operculicarya decaryi Operculicarya hyphaenoides Operculicarya pachypus	
APOCYNACEAE Apocináceas, hoodias		
	Hoodia spp. #9 Pachypodium spp. #4 (exceto as espécies do Anexo I)	
Pachypodium ambongense Pachypodium baronii Pachypodium decaryi		
	Rauvolfia serpentina #2	
ARALIACEAE Ginseng		
	Panax ginseng #3 (somente a população da Federação Russa; nenhuma outra população está incluída nos Anexos) Panax quinquefolius #3	
ARAUCARIACEAE Araucárias		
Araucaria araucana		
BERBERIDACEAE Berveridáceas		
	Podophyllum hexandrum #2	
BROMELIACEAE Bromélias		
	Tillandsia harrisii #4 Tillandsia kammii #4 Tillandsia mauryana #4 Tillandsia xerographica #4	
#4 Designa todas as partes e derivados, exceto: a) As sementes (inclusive os frutos de Orchidaceae), os esporos e o pólen (inclusive polínias). A isenção não se aplica às sementes de Cactaceae spp. exportadas do México e as sementes de Beccariophoenix madagascariensis e Neodypsis decaryi exportadas de Madagascar; b) Os cultivos de plântulas ou de tecidos obtidos in vitro, em meios sólidos ou líquidos, que se transporte, em recipientes estéreis;		
c) As flores cortadas de plantas reproduzidas artificialmente; d) Os frutos e suas partes e derivados de plantas reproduzidas artificialmente do gênero Vanilla (orchidaceae) e da família Cactaceae; e) Os talos, as flores e suas partes e derivados de plantas reproduzidas artificialmente dos gêneros Opuntia subgênero Opuntia e Selenicereus (Cactaceae);		
f) Os produtos acabados de euphorbia antisyphilitica empacotados e preparados para o comércio varejista. #9 Todas as partes e derivados, exceto os que tenha uma etiqueta que indique: "Produced from Hoodia spp. material obtained through controlled harvesting and production under the terms of an agreement with the relevant CITES Management Authorities of (Botsuana under agreement nº BW/xxxxxx) (Namíbia under agreement nº NA/xxxxxx) (South Africa under agreement no. ZA xxxxxx)"		
(Produzido a partir de material de Hoodia spp. obtido mediante coleta e produção controlad segundo os termos de acordo com a Autoridade Administrativa CITES correspondente de (Botsuana conforme o acordo No. BW/xxxxxx) (Namíbia conforme o acordo No. NA/ xxxxxx) (Sudáfrica conforme o acordo No. ZA/xxxxxx). #2 Designa todas as partes e derivados, exceto:		
a) As sementes e o pólen e b) Os produtos acabados e embalados e preparados para o comércio varejista. #3 Designa as raízes inteiras ou cortadas em rodelas e partes das raízes, excluídas as partes ou derivados manufaturados como pós, comprimidos, extratos, tônicos, infusões e artigos de confeitaria.		
CACTACEAE Cactos		
	CACTACEAE spp. 10 #4 (exceto as espécies incluídas no Anexo I e exceto Pereskia spp., Pereskiopsis spp. e Quiabentia spp.)	
Ariocarpus spp. Astrophytum asterias Aztekium ritteri Coryphantha werdermannii Discocactus spp.		
Echinocereus ferreirianus ssp. lindsayi Echinocereus schmollii Escobaria minima		
Escobaria sneedii Mammillaria pectinifera Mammillaria solisioides Melocactus conoideus		
Melocactus deinacanthus Melocactus glaucescens Melocactus paucispinus Obregonia denegrii		
Pachycereus militaris Pediocactus bradyi Pediocactus knowltonii Pediocactus paradinei		
Pediocactus peeblesianus Pediocactus sileri Pelecyphora spp. Sclerocactus brevihamatus		
ssp. tobuschii Sclerocactus erectocentrus Sclerocactus glaucus Sclerocactus mariposensis		
Sclerocactus mesae-verdae Sclerocactus nyensis Sclerocactus papyracanthus Sclerocactus pubispinus		
Sclerocactus wrightiae Strombocactus spp. Turbinicarpus spp. Uebelmannia spp.		
10 Os espécimes reproduzidos artificialmente dos seguintes híbridos e/ou cultivares não estão sujeitos às disposições da Convenção: - Hatiora x graeseri - Schlumbergera x buckleyi - Schlumbergera russelliana x Schlumbergera truncata		
- Schlumbergera orssichiana x Schlumbergera truncata - Schlumbergera opuntioides x Schlumbergera truncata - Schlumbergera truncata (cultivares) - Cactaceae spp. de cor mutante, sem clorofila, enxertadas nos seguintes espécime: Harrisia "Jusbertii", Hylocereus trigonus ou Hylocereus undatus		
- Opuntia microdasys (cultivares). #4 Designa todas as partes e derivados, exceto: a) As sementes (inclusive os frutos de Orchidaceae), os esporos e o pólen (inclusive polínias). A isenção não se aplica às sementes de Cactaceae spp. exportadas do México e as sementes de Beccariophoenix madagascariensis e Neodypsis decaryi exportadas de Madagascar; b) Os cultivos de plântulas ou de tecidos obtidos in vitro, em meios sólidos ou líquidos, que se transporte, em recipientes estéreis;		
c) As flores cortadas de plantas reproduzidas artificialmente; d) Os frutos e suas partes e derivados de plantas reproduzidas artificialmente do gênero Vanilla (orchidaceae) e da família Cactaceae; e) Os talos, as flores e suas partes e derivados de plantas reproduzidas artificialmente dos gêneros Opuntia subgênero Opuntia e Selenicereus (Cactaceae); f) Os produtos acabados de euphorbia antisyphilitica empacotados e preparados para o comércio varejista.		
CARYOCARACEAE		
	Caryocar costaricense #4	
COMPOSITAE (Asteraceae) Kuth		
Saussurea costus		
CUCURBITACEAE Melões, abóboras		
	Zygosicyos pubescens Zygosicyos tripartitus	
CUPRESSACEAE Alerce, ciprestes		
Fitzroya cupressoides Pilgerodendron uviferum		
CYATHEACEAE Fetos arborescentes		
	Cyathea spp. #4	
CYCADACEAE Cicas		
	CYCADACEAE spp. #4 (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Cycas beddomei		
DICKSONIACEAE Fetos arborescentes		
	Cibotium barometz #4 Dicksonia spp. #4 (somente as populações das Américas; nenhuma outra população está incluída nos Anexos)	
DIDIEREACEAE		
	DIDIEREACEAE spp. #4	
DIOSCOREACEAE Patas de elefante		
	Dioscorea deltoidea #4	
DROSERACEAE Plantas carnívoras		
	Dionaea muscipula #4	
#4 Designa todas as partes e derivados, exceto: a) As sementes (inclusive os frutos de Orchidaceae), os esporos e o pólen (inclusive polínias). A isenção não se aplica às sementes de Cactaceae spp. exportadas do México e as sementes de Beccariophoenix madagascariensis e Neodypsis decaryi exportadas de Madagascar; b) Os cultivos de plântulas ou de tecidos obtidos in vitro, em meios sólidos ou líquidos, que se transporte, em recipientes estéreis;		
c) As flores cortadas de plantas reproduzidas artificialmente; d) Os frutos e suas partes e derivados de plantas reproduzidas artificialmente do gênero Vanilla (orchidaceae) e da família Cactaceae; e) Os talos, as flores e suas partes e derivados de plantas reproduzidas artificialmente dos gêneros Opuntia subgênero Opuntia e Selenicereus (Cactaceae); f) Os produtos acabados de euphorbia antisyphilitica empacotados e preparados para o comércio varejista.		
EBENACEAE Ébanos		
	Diospyros spp. #5 (populações de Madagascar)	
EUPHORBIACEAE Eufórbias		
	Euphorbia spp. #4 (somente as espécies suculentas, exceto Euphorbia misera e as espécies incluídas das no Anexo I; os espécimes reproduzidos artificialmente de cultivares de Euphorbia trigona, os espécimes	
	reproduzidos artificialmente que tenham os ramos crestados ou em forma de leque ou sejam mutantes cromáticos de Euphorbia lactea, quando enxertados em rizomas de	
	Euphorbia neriifolia reproduzidos artificialmente e os espécimes reproduzidos artificialmente de cultivares de Euphorbia "Milii" quando se comercializa em lotes de	
	100 ou mais plantas e se reconheçam facilmente como espécimes reproduzidos artificialmente, não estão sujeitos às disposições da Convenção)	
Euphorbia ambovombensis Euphorbia capsaintemariensis Euphorbia cremersii (Inclusive a forma viridifolia e a var. rakotozafyi)		
Euphorbia cylindrifolia (Inclusive a ssp. tuberifera) Euphorbia decaryi (Inclusive as vars. ampanihyensis, robinsonii		
e spirosticha) Euphorbia francoisii Euphorbia moratii (Inclusive as vars. antsingiensis,		
bemarahensis e multiflora) Euphorbia parvicyathophora Euphorbia quartziticola Euphorbia tulearensis		
FOUQUIERIACEAE		
	Fouquieria columnaris #4	

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Fouquieria fasciculata Fouquieria purpusii		
GNETACEAE		
		Gnetum montanum #1 (Nepal)
JUGLANDACEAE		
	Oreomunnea pterocarpa #4	
LAURACEAE		
	Aniba rosaeodora #12	
LEGUMINOSAE (Fabaceae) Jacarandá, pau-brasil		
Dalbergia nigra	Caesalpinia echinata #10 Dalbergia spp. #5 (Populações de Madagascar) Dalbergia cochinchinensis #5 Dalbergia granadillo#6 Dalbergia retusa #6 Dalbergia stevensonii#6	Dalbergia darienensis #2 (população do Panamá)
		Dipteryx panamensis (Costa Rica, Nicaragua)
	Pericopsis elata #5 Platymiscium pleiostachyum #4 Pterocarpus santalinus #7 Senna meridionalis	
#1 Todas as partes e derivados, exceto: a) as sementes, esporos e o pólen (inclusive as polínias); b) os cultivos de plântulas ou de tecidos obtidos in vitro, em meios sólidos ou líquidos, que são transportados em vasos estéreis; c)as flores cortadas de plantas reproduzidas artificialmente; e		
d) os frutos, e suas partes e derivados, de plantas reproduzidas artificialmente do gênero Vanilla. #2 Todas as partes e derivados, exceto: a) sementes e pólen; e b) os produtos acabados empacotados e preparados para o comércio varejista.		
#5 Tora, madeira serrada e lâminas de chapa de madeira. #6 Toras, madeira serrada, laminados e compensados. #7 Tora, os cavacos de madeira, o pó e os extratos.		
#10 Tora, madeira serrada, lâminas de chapa de madeira, incluindo artigos de madeira não terminados utilizados para a fabricação de arcos para instrumentos musicais de corda. #12 Toras, madeira serrada, laminados, compensados e extratos. Os produtos acabados que contém tais extratos como ingredientes, incluindo as fragrâncias, não estão cobertos por esta anotação.		
LILIACEAE Aloés		
	Aloe spp. #4 (exceto as espécies incluídas no Anexo I. Está excluída também Aloe vera, citada como Aloe barbadensis, que não está incluída nos Anexos)	
Aloe albida Aloe albiflora Aloe alfredii Aloe bakeri		
Aloe bellatula Aloe calcairophila Aloe compressa (Inclusive as vars. paucituberculata,		
rugosquamosa e schistophila) Aloe delphinensis Aloe descoingsii Aloe fragilis		
Aloe haworthioides (Inclusive a var. aurantiaca) Aloe helenae Aloe laeta (Inclusive a var. maniaensis)		
Aloe parallelifolia Aloe parvula Aloe pillansii Aloe polyphylla		
Aloe rauhii Aloe suzannae Aloe versicolor Aloe vossii		
MAGNOLIACEAE Magnólias		
		Magnolia liliifera var. obovata #1 (Nepal)
MELIACEAE Cedros e mognos		
		Cedrela fissilis #5 (Estado Plurinacional de Bolívia)
		Cedrela lilloi #5 (Estado Plurinacional de Bolívia)
		Cedrela odorata #5 (Brasil e (Estado Plurinacional de Bolívia. Além desses, os seguintes países incluiram suas populações nacionais nos apêndices: Colômbia, Guatemala e Peru)
	Swietenia humilis #4 Swietenia macrophylla #6 (As populações dos neotrópicos) Swietenia mahagoni #5	
NEPENTHACEAE Plantas jarro (Velho Mundo)		
	Nepenthes spp. #4 (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
Nepenthes khasiana Nepenthes rajah		
ORCHIDACEAE Orquídeas		
	ORCHIDACEAE spp. #4 (exceto as espécies incluídas no Anexo I)	
(para todas as espécies incluídas no Anexo I, listadas a seguir, os cultivos de plântulas ou tecidos in vitro, em meios sólidos ou líquidos que se transporte em recipientes estéreis não estão sujeitos às disposições da Convenção)		
Aerangis ellisii Dendrobium cruentum Laelia jongheana Laelia lobata		
Paphiopedilum spp. Peristeria elata Phragmipedium spp. Renanthera imschootiana		
11 Os híbridos reproduzidos artificialmente dos seguintes gêneros: Cymbidium, Dendrobium, Phalaenopsis e Vanda não estão sujeitos às disposições da Convenção se forem cumpridas as condições enunciadas nos parágrafos a) e b) a seguir:		
a) Os espécimen são facilmente identificáveis como reproduzidos artificialmente e não mostrem sinais de terem sido coletados no meio silvestre, como danos mecânicos ou forte desidratação devido à coleta, crescimento irregular e um tamanho e forma heterogênea quando comparados ao taxon ou outros organismos epífitos aderidos nas folhas, ou danos ocasionados por insetos ou outras pragas e		
b) i - Quando se despacham sem floração, os espécimes devem ser comercializados em despachos compostos por embalagens individuais (por exemplo, papelão, caixas, ou embalagens CC com estantes individuais) que contenham 20 plantas ou mais em cada um do mesmo híbrido; as plantas em cada embalagem deve apresentar elevado grau de uniformidade e aspecto saudável, e o despacho deve ir acompanhado de documentação como uma fatura onde deve constar claramente o número de plantas de cada híbrido ou		
ii - Se são despachadas em floração, com pelo menos uma flor completamente aberta por espécime, não se requer um número mínimo de espécimes por despacho, mas os espécimes deverão estar processados profissionalmente para o comércio varejista, por exemplo, etiquetados com etiquetas impressas e acondicionados em embalagens impressas indicando o nome do híbrido e o país de processamento final. Essas indicações devem estar bem visíveis para permitir fácil verificação.		
As plantas que não possuam claramente os requisitos exigidos para usufruir da isenção devem estar acompanhadas dos documentos CITES adequados. #1 Designa todas as partes e derivados, exceto:		
a) As sementes, os esporos e o pólen (inclusive políneas); b) Os cultivos de plântulas ou de tecidos obtidos in vitro em meios sólidos ou líquidos, que se transportem em recipientes estéreis; c) As flores cortadas de plantas reproduzidas artificialmente e d) Os frutos e suas partes e derivados de plantas reproduzidas artificialmente do gênero Vanilla.		
OROBANCHACEAE		
	Cistanche deserticola #4	
PALMAE (Arecaceae) Palmeiras		
	Beccariophoenix madagascariensis #4	
Chrysalidocarpus decipiens		
	Lemurophoenix halleuxii Marojejya darianii Neodypsis decaryi #4	Lodoicea maldivica #13 (Seychelles)
	Ravenea louvelii Ravenea rivularis Satranala decussilvae Voanioala gerardii	
PAPAVERACEAE Papoulas		
		Meconopsis regia #1 (Nepal)
PASSIFLORACEAE		
	Adenia firingalavensis Adenia olaboensis Adenia subsessilifolia	
PEDALIACEAE		
	Uncarina grandidieri Uncarina stellulifera	
PINACEAE Ábetos		
Abies guatemalensis		Pinus koraiensis #5 (Federação da Rússia)
PODOCARPACEAE		
Podocarpus parlatorei		
		Podocarpus neriifolius #1 (Nepal)
PORTULACACEAE Beldroegas		
	Anacampseros spp. #4 Avonia spp. #4 Lewisia serrata #4	
PRIMULACEAE Ciclamens		
	Cyclamen spp.12 #4	
12 Os espécimes reproduzidos artificialmente de cultivares de Cyclamen persicum não estão sujeitos às disposições da Convenção. Entretanto, esta isenção não se aplica aos espécimes comercializados como tubérculos latentes.		
RANUNCULACEAE		
	Adonis vernalis #2 Hydrastis canadensis #8	
ROSACEAE Ameixas africanas		
	Prunus africana #4	
RUBIACEAE		
Balmea stormiae		
SANTALACEAE		
	Osyris lanceolata #2 (Populações do Burundi, Etiópia, Kenya, República Unida da Tanzânia, Ruanda e Uganda)	
SARRACENIACEAE		
	Sarracenia spp. #4 (exceto as espécies incluídas no anexo I)	
Sarracenia oreophila Sarracenia rubra ssp. alabamensis Sarracenia rubra ssp. jonesii		
SCROPHULARIACEAE		
	Picrorhiza kurrooa #2 (excluída Picrorhiza scrophulariiflora)	
STANGERIACEAE		
	Bowenia spp. #1	
Stangeria eriopus		
TAXACEAE		
	Taxus chinensis e os taxa infraespecíficos desta espécie #2 Taxus cuspidata e os taxa infraespecíficos desta espécie 13 #2	
	Taxus fuana e os taxa infraespecíficos desta espécie #2 Taxus sumatrana e os taxa infraespecíficos desta espécie #2 Taxus wallichiana #2	
THYMELAEACEAE Madeira de agar, ramim		
	Aquilaria spp. #14 Gonystylus spp. #4 Gyrinops spp. #14	
#14 Todas as partes e derivados, exceto: a) as sementes e o pólen; b) os cultivos de plântulas ou de tecidos obtidos in vitro, em meios sólidos ou líquidos, que são transportados em vasos estéreis;		
c) frutos; d) folhas; e) pó de madeira de agar consumido, inclusive o pó comprimido em todas as formas; e f) produtos acabados envasados e preparados para o comércio varejista; esta exceção não se aplica às contas do colar, contas de oração.		
TROCHODENDRACEAE		
		Tetracentron sinense#1 (Nepal)
VALERIANACEAE		
	Nardostachys grandiflora #2	
VITACEAE		
	Cyphostemma elephantopus Cyphostemma laza Cyphostemma montagnacii	
WELWITSCHIACEAE		
	Welwitschia mirabilis #4	
ZAMIACEAE		
	ZAMIACEAE spp #4 (Exceto as espécies incluídas no anexo I)	
Ceratozamia spp. Chigua spp. Encephalartos spp. Microcycas calocoma		
ZINGIBERACEAE		
	Hedychium philippinense #4	
ZYGOPHYLLACEAE		
	Bulnesia sarmientoi #11 Guaiacum spp. #2	
#11 Tora, madeira serrada, laminados, compensados, pó e extratos.		

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÕES DE 11 DE ABRIL 2014

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27 de abril de 2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu:

Nº 603 - Art. 1º Revogar, a partir de 27/02/2014, a Resolução ANA nº 478, de 05/08/2009, publicada no Diário Oficial da União em 10/08/2009, Seção 1, página 74, a qual outorgou o Município de Pintópolis, por intermédio da Prefeitura Municipal de Pintópolis, o direito de uso de recursos hídricos com a finalidade de abastecimento público, por motivo de desistência do interessado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 605 - Art. 1º Revogar, a partir de 24 de janeiro de 2014, a Resolução nº 629, de 17 de outubro de 2012, emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA, publicada no Diário Oficial da União em 19 de outubro de 2012, Seção I, página 93, a qual outorgou a Consórcio CR Almeida - S/A. PAULISTA, CNPJ nº 11.680.223/0002-44, o direito de uso de recursos hídricos para captação de água no rio São Francisco, com a finalidade Industria (construção civil), Município de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas, por motivo de desistência do interessado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 611 - Art. 1º Revogar, a partir de 18/03/2013, por motivo de duplicidade, a Resolução nº 171, de 06 de fevereiro de 2013, emitida pela Agência Nacional de Águas - ANA, publicada no Diário Oficial da União em 14 de fevereiro de 2013, Seção I, página 37, a qual outorgou a Horizonte Agropecuária e Participações S/A., CNPJ nº 11.602.797/0001-13, o direito de uso de recursos hídricos para captação de água no reservatório da UHE de Furnas, com a finalidade Irrigação, Município de Alfenas, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27 de abril de 2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na Delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar à:

Nº 602 - Juscelino da Silva Carvalho, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 604 - Vale S.A, reservatório da Barragem da Pera, Município de Parauapebas/Pará, mineração.

Nº 606 - Du Pont do Brasil S.A, Reservatório da UHE de Luis Eduardo Magalhães, Município de Porto Nacional/Tocantins, irrigação.

Nº 607 - Energetica Sao Simão S.A, Reservatório da UHE São Simão (rio Paranaíba), Município de São Simão/Goiás, irrigação.

Nº 608 - Jandirson Campos Torres, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga (rio São Francisco), Município de Glória/Bahia, irrigação.

Nº 609 - Helton Jun Yamada, Denis Keidi Yamada e Tony Yamada, rio São Francisco, Município de Itacarambi/Minas Gerais, irrigação.

Nº 610 - Adozino Gonçalves Pacheco, rio Pardo, Município de São João do Paraíso/Minas Gerais, irrigação.

Nº 612 - Aldair José Vital da Silva, rio Piranhas-Açu, Município de Afonso Bezerra/Rio Grande do Norte, irrigação.

Nº 613 - José Ferreira de Oliveira, açude São Gonçalo (rio Piranhas-Açu), Município de Nazarezinho/Paraíba, irrigação.

Nº 614 - Erivaldo Pereira da Silva, açude São Gonçalo (rio Piranhas-Açu), Município de Souza/Paraíba, irrigação.

Nº 615 - Edmilson de Oliveira Silva, açude São Gonçalo (rio Piranhas-Açu), Município de Souza/Paraíba, irrigação.

Nº 616 - Adenes Ferrari, rio São Mateus, Município de São Mateus/Espírito Santo, irrigação.

Nº 617 - Bárbara Tenório de Almeida, rio São Francisco, Município de Pão de Açúcar/Alagoas, irrigação.

Nº 618 - Rogério Vieira Gouveia, Reservatório da UHE Furnas (rio Sapucaí), Município de Carmo do Rio Claro/Minas Gerais, irrigação.

Nº 619 - Luiz Eduardo da Fonte Paranhos Ferreira, Luiz Felipe da Fonte Paranhos Ferreira e Luiz Sérgio Paranhos Ferreira Filho, rio São Francisco, Município de Muquém do São Francisco/Bahia, irrigação.

Nº 620 - Rogério Almeida de Carvalho, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Rodelas/Bahia, irrigação.

Nº 621 - Mariana Pandolfi Brunoro, rio Cricaré ou braço sul do rio São Mateus, Município de São Mateus/Espírito Santo, irrigação.

Nº 622 - Juscelino Vasconcelos de Moraes, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 623 - Fábio de Oliveira Pimentel, rio São Francisco, Município de Belém de São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Nº 624 - Andre Vilela Gouveia, Reservatório da UHE São Simão (rio Paranaíba), Município de Quirinópolis/Goiás, irrigação

Nº 625 - Maria Julia Vilela Gouveia Franchini, Reservatório da UHE São Simão (rio Paranaíba), Município de Quirinópolis/Goiás, irrigação.

Nº 626 Dalvo Antonio Carvalho Gouveia, Reservatório da UHE são Simão (rio Paranaíba), Município de Quirinópolis/Goiás, irrigação.

Nº 627 - Décio Bruxel; Daniel Bruxel; Cristina Bruxel; Marcos Bruxel, rio Urucuia, Município de São Romão/Minas Gerais, irrigação.

Nº 628 - Abel Paiva da Silva, rio Urucuia, Município de Cabeceiras/Goiás, irrigação.

Nº 629 - Construtora Caiapó Ltda., rio Paranã, Município de Monte Alegre de Goiás/Goiás, indústria.

Nº 630 - Edvano João Pereira, Reservatório da UHE Luiz Gonzaga/Itaparica (rio São Francisco), Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

Nº 631 - Osvaldo João dos Santos, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/Pernambuco, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 30, DE 15 DE ABRIL DE 2014

O SECRETÁRIO DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista a autorização constante do art. 38, § 1º, inciso III, alínea "a", da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e

Considerando que o art. 2º do Decreto nº 73.610, de 11 de fevereiro de 1974, prevê que os recursos arrecadados no âmbito do Fundo de Imprensa Nacional - FUNIN destinam-se ao financiamento de suas atividades;

Considerando a possibilidade de utilização de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2013, relativo à Contribuição Patronal para o Plano de Seguridade Social do Servidor Público para o financiamento dos aludidos gastos; e

Considerando a possibilidade de otimização da aplicação de recursos oriundos de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2013, relativo a Juros de Mora da Receita de Impostos e Contribuições Administrados pela RFB/MF, no que se refere à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, resolve:

Art. 1º Modificar, na forma dos Anexos I e II desta Portaria, as fontes de recursos constantes da Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, no que concerne à Presidência da República e ao Ministério da Fazenda.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERNANDES JÚNIOR

ANEXOS

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							107.481.986
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							107.481.986
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional							107.481.986
			S	1	1	90	0	356	107.481.986
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									107.481.986
TOTAL - GERAL									107.481.986

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							942.664.310
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	2110 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							942.664.310

04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	332	942.664.310
									942.664.310
TOTAL - FISCAL									942.664.310
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									942.664.310

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							63.169.961
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	2110 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							63.169.961
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	332	63.169.961
TOTAL - FISCAL									63.169.961
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									63.169.961

ÓRGÃO: 20000 - Presidência da República
UNIDADE: 20927 - Fundo de Imprensa Nacional
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0089	Previdência de Inativos e Pensionistas da União							107.481.986
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
09 272	0089 0181	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis							107.481.986
09 272	0089 0181 0001	Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis - Nacional	S	1	1	90	0	150	107.481.986
TOTAL - FISCAL									0
TOTAL - SEGURIDADE									107.481.986
TOTAL - GERAL									107.481.986

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25103 - Secretaria da Receita Federal do Brasil
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							942.664.310
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	2110 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							942.664.310
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	942.664.310
TOTAL - FISCAL									942.664.310
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									942.664.310

ÓRGÃO: 25000 - Ministério da Fazenda
UNIDADE: 25104 - Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)
Outras Alterações Orçamentárias
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2110	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Fazenda							63.169.961
		OPERAÇÕES ESPECIAIS							
04 122	2110 09HB	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais							63.169.961
04 122	2110 09HB 0001	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Nacional	F	1	0	91	0	100	63.169.961
TOTAL - FISCAL									63.169.961
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									63.169.961

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

PORTARIA Nº 13, DE 3 DE ABRIL DE 2014

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DA BAHIA, no uso da competência que lhe confere o art. 3º, inciso I, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, publicada no DOU de 30 de junho de 2010, seção 2, página 75, e tendo em vista o disposto nos arts. 538 e 553 do Código Civil Brasileiro, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04941.003658/2011-65, resolve:

Art. 1º Aceitar em nome da União a Doação de um terreno com 2.682,72m2, imóvel localizado no Loteamento Jardim Savóia, bairro da Barra do Itaipé, Ilhéus/BA, atual Rua da Proclamação, nº 1.140, Jardim Savóia, doado pela empresa SICRA - Importação Comércio e Representações Ltda, CGC MF nº 60.550.772/0001-75, com sede na cidade de São Paulo/SP. As características e confrontações do imóvel estão constantes em escritura pública de doação lavrada no Tabelionato de Notas - 1º Ofício - Comarca de Ilhéus, com registro às fls. 29-V do Livro 2-AJ de Registro Geral, sob nº de Matrícula 16.940, em 28 de março de 1994.

Art 2º O imóvel objeto desta Portaria destina-se à construção da residência do Delegado da Capitania dos Portos em Ilhéus/BA.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIA MEIRE CUNHA DE SALLES

SUPERINTENDÊNCIA EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 14, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso III, do art. 2º, da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, e tendo em vista o disposto no artigo 18, da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e os elementos que integram o Processo nº 04997.001471/2013-43, resolve:

Art. 1º - Autorizar a Cessão de uso gratuito ao MUNICÍPIO DE CUIABÁ, de terreno marginal de Rio Federal, às margens do Rio Cuiabá, com área de 19.327,48 m², situado na Av. Manoel José de Arruda, s/n°, antiga Av. Beira Rio, Bairro Porto, município de Cuiabá/MT, cadastrado no Sistema SPIUnet sob o RIP nº 9067.00336.500-0, avaliado em R$ 2.076.737,73 (dois milhões, setenta e seis mil, setecentos e trinta e sete reais e setenta e três centavos).

Parágrafo Único - O terreno da União referido no caput deste artigo é definido como área do terreno marginal de domínio da União conforme artigo 20 da Constituição Federal.

Art. 2º - O terreno a que se refere o artigo anterior destina-se à implantação do Projeto de Requalificação urbana às margens do Rio Cuiabá, Bairro Porto, seguindo as recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidos pelos órgãos competentes.

Art. 3º - A cessão terá vigência pelo prazo de 20 anos, a contar da data da assinatura do correspondente contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos a critério e conveniência da Superintendência do Patrimônio da União no Mato Grosso.

Art. 4º - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrentes do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 5º - Fica determinado que o Cessionário do imóvel se obriga, às suas expensas, a confeccionar e afixar a placa de divulgação Institucional da SPU, tendo em vista o disposto na Portaria SPU nº 122, de 13/06/200, publicada no Boletim de Pessoal e Serviço/MP, Edição Especial nº 6.4, de 05/07/2000.

Art. 6º - A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito a concessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILMAR SCHRADER

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 15 de abril de 2014

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0168/2014 de 02/04/2014, 0170/2014 de 03/04/2014, 0175/2014 de 08/04/2014, 0177/2014 de 09/04/2014, 0180/2014 de 10/04/2014, 0184/2014 de 11/04/2014 e 0187/2014 de 14/04/2014, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094003185201417 Empresa: AMERICA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ALONZO DEWAINE BUTLER Passaporte: 495991936.

Temporário - Com Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 47039002896201400 Empresa: AGGREKO ENERGIA LOCACAO DE GERADORES LTDA. Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: Stephen Richard Charlton Passaporte: 801461272, Processo: 47039002898201491 Empresa: AGGREKO ENERGIA LOCACAO DE GERADORES LTDA. Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: rONALD kENT mEYER Passaporte: 498735365, Processo: 47039002900201421 Empresa: AGGREKO ENERGIA LOCACAO DE GERADORES LTDA. Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: LEE ALAN CONLEY Passaporte: 107104012, Processo: 47039002905201454 Empresa: AGGREKO ENERGIA LOCACAO DE GERADORES LTDA. Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: IAN WILLIAM BRANT Passaporte: 504754532, Processo: 47039002907201443 Empresa: AGGREKO ENERGIA LOCACAO DE GERADORES LTDA. Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: MARC EDWARD TATTON Passaporte: 540295186, Processo: 46094003411201460 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOAN LOUISE JUNKER Passaporte: 483430684, Processo: 47039002912201456 Empresa: AGGREKO ENERGIA LOCACAO DE GERADORES LTDA. Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: Peter Bexley Passaporte: 461192312, Processo: 46094003410201415 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCESS MARIE LUSACK Passaporte: 040675919.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039001330201452 Empresa: LA MAREA RESTAURANTES LTDA - EPP Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: FERNANDO UNCETA VILLANUEVA Passaporte: AAD597770, Processo: 47039001742201492 Empresa: BANCO J. P. MORGAN S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEREMY LOREN WOLFE Passaporte: 511544278, Processo: 47039002176201436 Empresa: CARPINTERIA ESTRUTURAS DE MADEIRA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alessandro Cadei Passaporte: AA5500496, Processo: 47039002179201470 Empresa: CARPINTERIA ESTRUTURAS DE MADEIRA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Milko Casali Passaporte: YA4936009, Processo: 47039002181201449 Empresa: CARPINTERIA ESTRUTURAS DE MADEIRA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BRUNO MAGRI Passaporte: YA4192562, Processo: 47039002185201427 Empresa: APPLE COMPUTER BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERTO JOSE MC CONNIE SHORTER Passaporte: 404175055, Processo: 46094002630201421 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOACHIM WIRTZ Passaporte: C76C3GYTM, Processo: 46094002421201488 Empresa: ULTRABLAST LASSARAT SERVICOS E PROJETOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIA DE FATIMA NETO DE OLIVEIRA Passaporte: M904315, Processo: 47039000483201482 Empresa: EUROGRUAS SERVICOS EOLICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADRIANUS PETRONELA MARIA HEERSCHE Passaporte: NVP7BD091, Processo: 46215003676201444 Empresa: BRASPLANET COMERCIO EXTERIOR LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA IÑARRA BESNE Passaporte: BB470296, Processo: 46215004653201457 Empresa: HOTEL FAZENDA SANTA RITA DO PAU FERRO LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NUNO MIGUEL DA SILVA SANTOS CORREIA Passaporte: M091900, Processo: 47039001020201438 Empresa: MANPOWER STAFFING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARIE OPHELIE THERESE JEAN JOSEPHA VAN DOOSSELAERE Passaporte: EK066126, Processo: 46094002414201486 Empresa: SIG COMBIBLOC DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLIVER SCHETT Passaporte: P7339976, Processo: 47039001027201450 Empresa: SAM JIN DO BRASIL INSTALACOES ELETRICAS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GAPYEOL JI Passaporte: GB0910374, Processo: 47039001043201442 Empresa: SANY IMPORTACAO E EXPORTACAO DA AMERICA DO SUL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUO YUN Passaporte: E22887132, Processo: 47039001136201477 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIGI VECCHIO Passaporte: YA2468195, Processo: 47039001205201442 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daniela Murinni Passaporte: AA1121728, Processo: 47039001275201409 Empresa: BARBIERE BAR LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Edite Damasceno Loureiro Passaporte: L014799, Processo: 46215004655201446 Empresa: CIVIL MASTER PROJETOS E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEX KEVIN MICHEL PAUL PEARSON Passaporte: 08AI91874, Processo: 46094002346201455 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kazuto Takatori Passaporte: TH9759322, Processo: 46094002400201462 Empresa: FENIX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VERONIKA KLIMESOVA Passaporte: 39134426, Processo: 47039001360201469 Empresa: AECOM DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADAM GEORGE WILLIAMS Passaporte: N7392970, Processo: 46094002298201403 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HIROFUMI HORI Passaporte: TK8796939, Processo: 46094002334201421 Empresa: WINDSOR ADMINISTRACAO DE HOTEIS E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCOS AMOEDO AGRA Passaporte: AAE262369, Processo: 46094002302201425 Empresa: MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kunio Koike Passaporte: TZ0856920, Processo: 46094002791201415 Empresa: SETEC - SOLUCOES ENERGETICAS DE TRANSMISSAO E CONTROLE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EMILIO DEL VALLE PALACIOS Passaporte: AAD392785, Processo: 46094002495201414 Empresa: CJC - ENGENHARIA E PROJETOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIAGO EDGAR DE AZEREDO PINTO Passaporte: M594468, Processo: 46094002401201415 Empresa: VWS BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THOMAS JACQUES ROBERT CHEYLAN Passaporte: 13CR11431, Processo: 46094002403201404 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TAKATERU INAGE Passaporte: TR1061672, Processo: 46094002402201451 Empresa: VALLOUREC & SUMITOMO TUBOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOICHI YOKOI Passaporte: TH4672786, Processo: 47039001757201451 Empresa: LIBERTY CHEMICALS INDUSTRIA E COMERCIO LIMITADA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CARLO CANIATO Passaporte: AA4394362, Processo: 47039001792201470 Empresa: PORTO5 INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS FERNANDO PEIXOTO DA SILVA Passaporte: M625469, Processo: 47039001810201413 Empresa: PORTO5 INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTÓNIO ALBERTO PINTO RIBEIRO Passaporte: M190584, Processo: 47039001891201451 Empresa: H STERN COMERCIO E INDUSTRIA S A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CLARA ROSA CUITO CARULLA Passaporte: AAE800555, Processo: 47039001919201451 Empresa: METSO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL SCHNEIDER Passaporte: C74NJ190H, Processo: 47039002069201416 Empresa: ZURICH AMERICA LATINA SERVICOS BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CELSO MIGUEL MOREIRA Passaporte: 488759838, Processo: 47039002103201444 Empresa: ESCOLA DAS NACOES CENTRO DE EDUCACAO E CULTURA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Kevin Lee Jaramillo Passaporte: 488563910, Processo: 47039002229201419 Empresa: BRITISH AMERICAN TOBACCO AMERICAS PRESTACAO DE SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ADRIAN VERENZUELA ANDREA Passaporte: 034063693, Processo: 47039002121201426 Empresa: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CONGQUAN RAN Passaporte: G52612402, Processo: 47039002158201454 Empresa: VIXSTEEL MONTAGEM LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NELSON JOSÉ MARQUEZ CRUZ Passaporte: N000252, Processo: 47039002199201441 Empresa: SANTOS CMI ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ALFREDO MACIAS LITARDO Passaporte: 0906885520, Processo: 47039002203201471 Empresa: SOMAGUE MPH CONSTRUCOES S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUI MANUEL LOPES DAVID Passaporte: M974282, Processo: 47039002222201405 Empresa: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICARDO JORGE NICOLAU BRILHANTE Passaporte: M709575, Processo: 47039002227201420 Empresa: SETIN & STOYAN EQUIPAMENTOS DE ENERGIA SOLAR LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO ESCAMEZ FERNANDEZ Passaporte: AAD731715, Processo: 47039002231201498 Empresa: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID GEORGE SWEETMAN Passaporte: 093180393.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039003199201468 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lucie, Audrey, Coralle Bryon Passaporte: 12CF18741, Processo: 47039003200201454 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ludovic, Gaston, René Mauger Passaporte: 13DD70007, Processo: 47039003204201432 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marc, André, Pierre Lepesant Passaporte: 14A159432, Processo: 47039003209201465 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sylvie Voisin ép Mery Passaporte: 14AL28522, Processo: 47039003210201490 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vicent, Alaín, Denis Theraché Passaporte: 11CT73620.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039000676201433 Empresa: BASF SA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Hilbert Neerhout Passaporte: NT4LKC360, Processo: 47039000712201469 Empresa: A.M.D BRASIL DEMOLICOES E RECICLAGEM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: José Pedro Barroso Pereira Pinto Nogueira Passaporte: H493845, Processo: 47039000925201491 Empresa: VARD PROMAR S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAOLIANG LIU Passaporte: G37119054, Processo: 47039001388201404 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANGHO SEO Passaporte: M09553380, Processo: 47039001392201464 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Dongyeol Lee Passaporte: M10916635, Processo: 47039001394201453 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDDIE BOY NOAY AVANCEÑA Passaporte: EB4338056, Processo: 47039001402201461 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERIC ECLEVIA EBALO Passaporte: EB4488058, Processo: 47039001407201494 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ILDO HONG Passaporte: M16683752, Processo: 47039001410201416 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Hyeongil Jeong Passaporte: M50546238, Processo: 47039001412201405 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE JR. SAUNAR LLENO Passaporte: EB9965379, Processo: 47039001416201485 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNYEONG OH Passaporte: M68657042, Processo: 47039001417201420 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEOHYEONG RYU Passaporte: M04011609, Processo: 47039001450201450 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAEHUN KIM Passaporte: M12068124, Processo: 47039001452201449 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAESIK KIM Passaporte: M64158143, Processo: 47039001456201427 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WONYOUNG JUNG Passaporte: M89396105, Processo: 47039001459201461 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGDO KIM Passaporte: M71719177, Processo: 47039001465201418 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGHUN KIM Passaporte: M59701088, Processo: 47039001471201475 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: REYNALDO PEREZ TUBIG Passaporte: EB8149059, Processo: 47039001479201431 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANJE JO Passaporte: M78414258, Processo: 47039001480201466 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGEUN AN Passaporte: M11668188, Processo: 47039001482201455 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEON JR. BUENAFLOR OSENSAO Passaporte: EB4768837, Processo: 47039001484201444 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SAMHYUN MOON Passaporte: GN1566073, Processo: 47039001485201499 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Valeriano Maligaya Cruz Passaporte: EB3996373, Processo: 47039001486201433 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONALD JAVIER ELEMANCIL Passaporte: EB7566456, Processo: 47039001488201422 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Wilwin Reyes Sanchez Passaporte: EB5371174, Processo: 47039001487201488 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONALD EBUENG EBID Passaporte: EB9956597, Processo: 47039001490201400 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGGYUN JU Passaporte: M82048588, Processo: 47039001489201477 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Yongsun Jang Passaporte: M35086895, Processo: 47039001492201491 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALMAR TUMANDA MEJO Passaporte: EB3884649, Processo: 47039001497201413 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EFRINO JR EDQUILANG PARADEZA Passaporte: EB4070453, Processo: 47039001502201498 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN REYES FARINA Passaporte: EB9893596, Processo: 47039001501201443 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GARRY BARNACHIA ELEMANCIL Passaporte: EB7556762, Processo: 47039001503201432 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GYUWON KIM Passaporte: M71671558, Processo: 47039001511201489 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CRIS ECLARINAL HERMOSILLA Passaporte: EB7556777, Processo: 47039001513201478 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAIME FRAYRES LUSTRE Passaporte: EB8870142, Processo: 47039001514201412 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FABIAN MAALIW JIMENEZ Passaporte: EB2469060, Processo: 47039001515201467 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN LUSTRE CABARRUBIAS Passaporte: EB839466, Processo: 47039001516201410 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FELIPE JR.PACURIBOT ADEME Passaporte: EB4336180, Processo: 47039001517201456 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GYUYEONG SIM Passaporte: M43340327, Processo: 47039001520201470 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL FRAYRES LUSTRE Passaporte: EB8870140, Processo: 47039001519201445 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSELITO MANALILI CRUZ Passaporte: EB1598879, Processo: 47039001523201411 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ARNEL ASILO DEL MUNDO Passaporte: EB9952396, Processo: 47039001526201447 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BELLY LUMABUT MACO Passaporte: EB4433024, Processo: 47039001529201481 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LEONRDO MISSION Passaporte: EB9018887, Processo: 47039001528201436 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDUARDO ANGULO CALBEN-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TOS Passaporte: EB2324576, Processo: 47039001530201413 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN NOAY AVANCENA Passaporte: EB8193354, Processo: 47039001532201402 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIUS PERALTA ELAD Passaporte: EB7556761, Processo: 47039001531201450 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH TORRES DELOS SANTOS Passaporte: EB9956460, Processo: 47039001533201449 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RONNEL APOSTOL TORQUIZA Passaporte: EB9764210, Processo: 47039001535201438 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONG GYU KIM Passaporte: M52076341, Processo: 47039001538201471 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGMAN YANG Passaporte: M74365105, Processo: 47039001540201441 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Hyungjae Maeng Passaporte: M31033786, Processo: 47039001543201484 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JENS ERIK EKQVIST Passaporte: PX4461319, Processo: 47039001544201429 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEOG KI YOON Passaporte: M50279339, Processo: 47039001546201418 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KARI PENTTI OSKARI MAENPAA Passaporte: PM4038031, Processo: 47039001547201462 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOONA JAN-MIKAEL STENHOLM Passaporte: PR7964529, Processo: 47039001548201415 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KIMMO KALERVO KANKARE Passaporte: PY9916545, Processo: 47039001549201451 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JARI JUHANI AHO Passaporte: PK6791024, Processo: 47039001551201421 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LASSE MARKUS MERENHEIMO Passaporte: PA7876173, Processo: 47039001550201486 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANK JAN JANSSEN Passaporte: NSF3RCKC0, Processo: 47039001552201475 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEMAN SEO Passaporte: GN1197510, Processo: 47039001553201410 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIKKO MATIAS HEISKANEN Passaporte: PE3963460, Processo: 47039001554201464 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUNSUNG SHIN Passaporte: M28210067, Processo: 47039001555201417 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTTI MIIKA VASARA Passaporte: PH6142618, Processo: 47039001556201453 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KARI ILMARI SEPPÄLÄ Passaporte: PH5593637, Processo: 47039001558201442 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: REIJO KALEVI MATIKAINEN Passaporte: PH7234385, Processo: 47039001559201497 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TIMO OLLI JOHANNES RINTALA Passaporte: PT3931684, Processo: 47039001560201411 Empresa: ENSEADA INDUSTRIA NAVAL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONG KWON AHN Passaporte: M83973631, Processo: 47039001997201455 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: KUNPENG DUAN Passaporte: P01583932, Processo: 47039001998201408 Empresa: COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: ZHUO FU Passaporte: P00290086, Processo: 46094035319201388 Empresa: DURO FELGUERA DO BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL CASTRO ACOSTA Passaporte: AAD260466, Processo: 46094000433201478 Empresa: METASYS TECNOLOGIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Patrícia Vieira de Andrade Correia Passaporte: M663487, Processo: 46094002513201468 Empresa: EMERSON PROCESS MANAGEMENT LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Randall Francisco Picado Boza Passaporte: D930139, Processo: 46215001816201440 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHENG RIGAO Passaporte: G51680449, Processo: 46215001813201414 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PANG FUJUN Passaporte: G21092351, Processo: 46215001814201451 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DING ZHONGPAN Passaporte: G38804620, Processo: 46215001815201403 Empresa: VALE S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GAO WENYI Passaporte: G47737230, Processo: 46094000804201411 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jose Antonio Garcia Batalla Passaporte: AAE931632, Processo: 46094001223201405 Empresa: LEMCON SERVICOS DE PLANEJAMENTO E ENGENHARIA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT- CONSTANTIN DOLGHIU Passaporte: QI519996, Processo: 46094000805201466 Empresa: HERRENKNECHT DO BRASIL MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jorge Gustavo Vinolo Passaporte: AAA395894, Processo: 46094001261201450 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUSUK PARK Passaporte: M27863645, Processo: 46094001262201402 Empresa: SAMSUNG SDS LATIN AMERICA SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHIN KWON KANG Passaporte: M80429441, Processo: 46215004036201451 Empresa: ROLLS-ROYCE BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RIKU TAPIO UUSITALO Passaporte: PX7706640, Processo: 46094002159201471 Empresa: MALTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SONIA PENAOS BURÓN Passaporte: AAH798753, Processo: 46094002689201410 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MATTHEW KADE RICHARD Passaporte: 450444672, Processo: 46094002045201421 Empresa: INBOBE EMPREENDIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ENRIQUE LOPEZ FONTAO Passaporte: AD200126, Processo: 46215004667201471 Empresa: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TETSUMI KIMURA Passaporte: TK7709801, Processo: 46094002369201460 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ANTHONY JOHN VISCUSI Passaporte: 445274002, Processo: 47039001606201401 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AROKIASAMY PAUL FRANCIS MARIA Passaporte: Z2253865, Processo: 47039001666201415 Empresa: EMD LOCOMOTIVAS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BERNARD JOHN BONK Passaporte: GB746569, Processo: 46094002486201423 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: BENJAMIN JOHN THOMAS III Passaporte: 097043377, Processo: 46094002510201424 Empresa: HUISMAN DO BRASIL CONSTRUCOES E SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Frank de Ruijsscher Passaporte: NV7B6BRL9, Processo: 46094002511201479 Empresa: HUISMAN DO BRASIL CONSTRUCOES E SERVICOS DE MANUTENCAO DE EQUIPAMENTOS NAVAIS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Arnold Toet Passaporte: NR67KDFH6, Processo: 46094002487201478 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: TIMOTHY LYNN SOUTHERN Passaporte: 488792849, Processo: 46094002489201467 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: KEITH BRIAN CARNER Passaporte: 441 003 481, Processo: 46094002488201412 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: DOUGLAS RAYMOND ROTH Passaporte: 458413403, Processo: 46094002566201489 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: GREGORY ALAN SHILLING Passaporte: 429 691 360, Processo: 46094002568201478 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MICHAEL JOHN ROYER Passaporte: 097727093, Processo: 46094002570201447 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ROBERT LEO HAMBACH III Passaporte: 437464671, Processo: 46094002564201490 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: DOUGLAS MADISON FEEZLE Passaporte: 434431562, Processo: 46094002565201434 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: GAMALIER LOZADA SERRANO Passaporte: 436 592 451, Processo: 46094002571201491 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: STEPHEN KOVACS Passaporte: 221178029, Processo: 46094002569201412 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: PATRICK MICHAEL DAILEY Passaporte: 477753156, Processo: 46094002572201436 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: WILFRED GERARD DESPATHY III Passaporte: 135412565, Processo: 46094002567201423 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: MICHAEL JOSEPH PARK JR Passaporte: 463266425, Processo: 47039001983201431 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHUN KOMOBUCHI Passaporte: TH6616390, Processo: 47039001987201410 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHINJIRO TAKESHITA Passaporte: TH1916013, Processo: 47039002003201418 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS SAN ROMAN MUÑOZ Passaporte: AAA374426, Processo: 47039002057201483 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANTONIO BLEDA RUIZ Passaporte: AAI223609, Processo: 47039002058201428 Empresa: TRUMSES DO BRASIL OUTSOURCING LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN TORO SILES Passaporte: AAF370105, Processo: 47039002106201488 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOEL PASCAL PEYNOT Passaporte: 13AC82064, Processo: 47039002268201416 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL SCHREIBER Passaporte: C5XHJTXKO, Processo: 47039002273201429 Empresa: HELICOPTEROS DO BRASIL S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHE EBRARD Passaporte: 12CK28283, Processo: 47039002275201418 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICCARDO RABBIA Passaporte: YA5185770, Processo: 47039002277201415 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPP KLAUS KREIN Passaporte: C5XHZM6M6, Processo: 47039002281201475 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JENS DOTZENROD Passaporte: C5Y1PY7ZJ, Processo: 47039002294201444 Empresa: BCH ENERGY DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Marc Lowery Passaporte: 512305146, Processo: 47039002296201433 Empresa: VARD ELECTRO BRAZIL (INSTALACOES ELETRICAS) LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Gelu Tilibasa Passaporte: 11768398, Processo: 47039002298201422 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CESAR DAVID DUARTE Passaporte: 22316721N, Processo: 47039002301201416 Empresa: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Walter David Easley Passaporte: 444831326, Processo: 47039002311201443 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KRISHNA KANTH KOLLURI Passaporte: G2085418, Processo: 47039002312201498 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HERBERT DOTZAUER Passaporte: C5XRH9Y23, Processo: 47039002314201487 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANS SCHMIDT Passaporte: C5XT6V3VW, Processo: 47039002315201421 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RALF SIEBERT Passaporte: C62PMHOL5, Processo: 47039002317201411 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUERGEN GUNTER PIGORSCH Passaporte: C5XY8YM5Y, Processo: 47039002318201465 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FLORIAN SACK Passaporte: 431307019, Processo: 47039002320201434 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIAN SCHICK Passaporte: C62KRJFGL, Processo: 47039002321201489 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARKUS SCHICK Passaporte: C5X34T28P, Processo: 47039002323201478 Empresa: FERRERO DO BRASIL INDUSTRIA DOCEIRA E ALIMENTAR LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL BOUCSEIN Passaporte: C635NC18J, Processo: 47039002332201469 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SIMON MICHAEL HILL Passaporte: 308885377, Processo: 47039002336201447 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/03/2015 Estrangeiro: NICHOLAS PAUL HALLSWORTH Passaporte: 099282145, Processo: 47039002337201491 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/03/2015 Estrangeiro: NEVILLE JAMES GARNER Passaporte: 510045649, Processo: 47039002340201413 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/03/2015 Estrangeiro: JAMIE KENT Passaporte: 512988926, Processo: 47039002341201450 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/03/2015 Estrangeiro: ARNAS MATUSEVICIUS Passaporte: 22221642, Processo: 47039002342201402 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/03/2015 Estrangeiro: VALERIO CECCARELLI Passaporte: AA4682113, Processo: 47039002347201427 Empresa: WEATHERFORD INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: até 30/03/2015 Estrangeiro: VINCENT NEIL MASSINGHAM Passaporte: 458034108, Processo: 47039002356201418 Empresa: TCA TECNOLOGIA EM COMPONENTES AUTOMOTIVOS S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HAYATO SAWADA Passaporte: TH7309737, Processo: 47039002394201471 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GUOQUAN LIU Passaporte: P01189783, Processo: 47039002395201415 Empresa: CONCESSAO METROVIARIA DO RIO DE JANEIRO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YANBO MA Passaporte: P01631426, Processo: 47039002404201478 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Frieder Schempf Passaporte: C9J8LWNRP, Processo: 47039002405201412 Empresa: BMW DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rolf Juergen Lauw Passaporte: CGNV1JV93.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094003402201479 Empresa: ASSOCIACAO PRO-DANCA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: NOAH GELBER Passaporte: 442960756, Processo: 46215005341201461 Empresa: ROBERTO PASCARELLA JUSTA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DONALD WILLIAM TARDY Passaporte: 449744859 Estrangeiro: John Russell Tardy Passaporte: 488773706 Estrangeiro: KENNETH JOSEPH ANDREWS Passaporte: 440056595 Estrangeiro: TERRY WAYNE BUTLER Passaporte: 462840670 Estrangeiro: TREVOR LEON PERES Passaporte: 482514722, Processo: 46212002966201409 Empresa: PARNAXX LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CRISTINA GRACIELA BANEGAS Passaporte: 05915550F Estrangeiro: FRANCISCO ALBERTO LOPEZ Passaporte: 13645172N Estrangeiro: GONZALO GABRIEL MARTINEZ PIOLI Passaporte: XD566458 Estrangeiro: JUAN MANUEL NOIR Passaporte: AA0106142 Estrangeiro: LUIS ENRIQUE DZIEMBROWSKI Passaporte: AAB654551 Estrangeiro: MARIA JOSE ONETTO Passaporte: AAA317044 Estrangeiro: NATACHA NURIA CORDOBA Passaporte: AAB008191, Processo: 46215006990201489 Empresa: HAMILCAR VIEIRA MARQUES ZEAIM Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Daniel Mongrain Passaporte: QG998350 Estrangeiro: Denis Belanger Passaporte: QG772375 Estrangeiro: Jean-Yves Theriault Passaporte: BA743978 Estrangeiro: Mark Fortuna Passaporte: WQ279630 Estrangeiro: Michel Langevin Passaporte: BA743352, Processo: 46094003423201494 Empresa: MISSISSIPI PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ARTHUR HERBERT NEILSON Passaporte: 488585414 Estrangeiro: Charon Shemekia Copeland Passaporte: 452812265 Estrangeiro: John Patrick Hahn Passaporte: 216755245 Estrangeiro: KEVIN JENKINS Passaporte: 13288536 Estrangeiro: Kenneth Raymond Scandlyn Passaporte: 463676269 Estrangeiro: ROBIN GOULD III Passaporte: 489510320, Processo: 46094003386201414 Empresa: B. G. PROMOCOES CULTURAIS LTDA. - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ENRICO ETTORE BONAVERA Passaporte: G496877, Processo: 46094003424201439 Empresa: MISSISSIPI PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Benjamin Bela Jaffe Passaporte: 452055660 Estrangeiro: CLINTON TRAVIS MAEDGEN Passaporte: 470626057 Estrangeiro: CRAIG STEVEN WALKER Passaporte: 442077449 Estrangeiro: Charles Henry Gabriel Passaporte: 047858930 Estrangeiro: Frederick Lonzo Jr. Passaporte: 422624043 Estrangeiro: GREGORY NEIL LUCAS Passaporte: 438203310 Estrangeiro: JOSEPH FRANK LASTIE JR Passaporte: 478881725 Estrangeiro: Mark Anthony Braud Passaporte: 170021891 Estrangeiro: RICKIE BRUCE MONIE Passaporte: 488942288 Estrangeiro: RONELL JOHNSON Passaporte: 464633118, Processo: 46094003361201411 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: Massimiliano Catellani Passaporte: YA3990910, Processo: 46094003354201419 Em-

Comercialização proibida por terceiros

presa: DANCAR MARKETING COMUNICACOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Alexandre Finkine Passaporte: 13BB60967 Estrangeiro: Daniel Allen Oberto Passaporte: H517955 Estrangeiro: Egbert Nathaniel Dawkins III Passaporte: 488165846 Estrangeiro: Octave Jean Manuel Ducasse Passaporte: 12AX11715 Estrangeiro: Regis Alberto Molina Reynaldo Passaporte: B587043 Estrangeiro: Sunjeet Kaur Jaspal Passaporte: 308561238 Estrangeiro: Vanisa Bento Mcgrath Passaporte: YB466356 Estrangeiro: Xavier Giuseppe Zolli Passaporte: 04FK94351 Estrangeiro: Xavier Vincent Combs de Saint Hubert Passaporte: 11CK84000, Processo: 46094003392201471 Empresa: JACQUES GUILLAUME FIGUERAS - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Avishai Cohen Passaporte: 13277293 Estrangeiro: Daniel Dor Passaporte: 13938516 Estrangeiro: Nitay Hershkovits Passaporte: 12861530, Processo: 46094003352201420 Empresa: DANCAR MARKETING COMUNICACOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Andrew Michael Frey Passaporte: 078183994 Estrangeiro: Barry Duran Alexander II Passaporte: 141736140 Estrangeiro: Charles Gregory Classen Passaporte: 220550015 Estrangeiro: David Courtlan Clement II Passaporte: 406597675 Estrangeiro: Dennis Wayne Dodd Passaporte: 039157214 Estrangeiro: Dwan de Bernis Hill Passaporte: 406001131 Estrangeiro: James William Anton Passaporte: 504726598 Estrangeiro: Jon Gordon Langseth Passaporte: 17555821 Estrangeiro: Michael James Ronkainen Passaporte: 459353390 Estrangeiro: STEVEN BRETT KARAS Passaporte: 219541283, Processo: 46094003353201474 Empresa: DANCAR MARKETING COMUNICACOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Christopher Hedge Passaporte: 099183088 Estrangeiro: GALE ROISIN CLAYDON Passaporte: 503638917 Estrangeiro: GEOFFREY ARNOLD BECK Passaporte: 099123717 Estrangeiro: James Robert Hall Passaporte: 440125471 Estrangeiro: Jarret Joseph Borba Passaporte: 514293965 Estrangeiro: PETER WILLIAM MACKAY Passaporte: 099101121 Estrangeiro: SHON CHRISTOPHER HARTMAN Passaporte: 488782419 Estrangeiro: Talia Rachel Wilkenfeld Passaporte: E3013569 Estrangeiro: Tomothy Craig Myer Passaporte: 39652745 Estrangeiro: Vincent Peter Colaiuta Passaporte: 466863316, Processo: 46094003401201424 Empresa: ECHO PROMOCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: BORIS GILTBURG Passaporte: 10949323, Processo: 46094003362201465 Empresa: DUETO PRODUCOES E PUBLICIDADES LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Ahmad Jamal Passaporte: 217684102 Estrangeiro: Daniel Scott Pettit Passaporte: 424012819 Estrangeiro: Herlin Edward Riley Jr. Passaporte: 444019245 Estrangeiro: James Alfred Conrad Cammack Jr. Passaporte: 513712229 Estrangeiro: Manuel Andres Badrena Passaporte: 113211968 Estrangeiro: Maurice Orlando Montoya Passaporte: 113299127 Estrangeiro: Warren Wilson Harper Passaporte: 508243301, Processo: 47039003147201491 Empresa: EDELMAN DO BRASIL CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GARETH DAVID PAISEY Passaporte: 800540106 Estrangeiro: JASON DARRIUS ADELINIA Passaporte: 094406376 Estrangeiro: KIM SHERIDAN PAISEY Passaporte: 462929989 Estrangeiro: MATTHEW JAMES ANDREW FIDLER Passaporte: 210961863 Estrangeiro: NEIL ASHLEY TURNER Passaporte: 800540108 Estrangeiro: PAUL DAVID RATTCLIFF Passaporte: 511037125 Estrangeiro: ROBERT NICHOLAS TAYLOR Passaporte: 720113420 Estrangeiro: THOMAS EDWARD BROMLEY Passaporte: 800540102 Estrangeiro: TIMOTHY STAFFORD BOARDMAN Passaporte: 801489600, Processo: 47039003143201411 Empresa: EDELMAN DO BRASIL CONSULTORIA E COMUNICACAO LTDA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRIAN DAVID YOUNG Passaporte: 219895858 Estrangeiro: DAVID JONATHAN SKELTON Passaporte: 503796141 Estrangeiro: JAMES McLEISHE REID Passaporte: 210288390 Estrangeiro: KEITH ANTHONY O'NEILL Passaporte: 099243939 Estrangeiro: MARK CROZER Passaporte: 460089010 Estrangeiro: MARTIN GUY MITTLER Passaporte: 099193000 Estrangeiro: PAUL EDWARD BRUCE Passaporte: 503770071 Estrangeiro: PETER JAMES CARROLL Passaporte: 099264154 Estrangeiro: PHILIP PETER KING Passaporte: 513112812 Estrangeiro: WILLIAM ADAM REID Passaporte: 705177402, Processo: 47039003140201470 Empresa: FCP PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DEVIN RAY HOFF Passaporte: 488303571 Estrangeiro: ELI CREWS Passaporte: 472712105 Estrangeiro: MIHO HATORI Passaporte: TZ0234005 Estrangeiro: YUKA HONDA Passaporte: TZ0441750 Estrangeiro: YUKO ARAKI Passaporte: TK8959874, Processo: 47039003205201487 Empresa: T.A.G. ESTUDIO FILMAGENS E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MICHAEL CHARLES WATSON Passaporte: 488981171, Processo: 46094003422201440 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: JENNIFER SUZANNE STUMM Passaporte: 452809921, Processo: 47039003207201476 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NADJA SALERNO SONNENBERG Passaporte: 433070770, Processo: 47039003266201444 Empresa: DJ COM - ORGANIZACAO E PROMOCAO DE FEIRAS E CONGRESSOS LTDA Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: MICHEL LOUIS JEAN SAURIN Passaporte: 13BB35500, Processo: 47039003298201440 Empresa: OVERLOAD EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANNA MARIA VAN GIERSBERGEN Passaporte: NMC3R7600 Estrangeiro: DANIEL CAVANAGH Passaporte: 800828566 Estrangeiro: KJELL HAAVARD HOLM Passaporte: 275411163, Processo: 47039003300201481 Empresa: SCUBIDU PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: THIBAULT JEAN CAUVIN Passaporte: 12CH86714.

Temporário - Sem Contrato - RN 71 - Resolução Normativa, de 05/09/2006:

Processo: 46094002637201443 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: YURY MAXIMOV Passaporte: 724317438, Processo: 46094003390201482 Empresa: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: I PUTU YODIK ARIAWAN Passaporte: A 2304711 Estrangeiro: JOVY REMPILLO POBRE Passaporte: EB9303859 Estrangeiro: SARAH BEATRIZ MENDOZA CABANILLAS Passaporte: 5443019.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094001852201427 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LAURIE CARGILL Passaporte: 503656066, Processo: 46094001865201404 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: ARNAUD JERÔME GABAUT Passaporte: 11CK94127, Processo: 47041000368201469 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: John Dow Passaporte: 800105382, Processo: 47041000369201411 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 10/09/2014 Estrangeiro: Odelon Anoos Selario Passaporte: XX4902137, Processo: 47041000371201482 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: John Patrick Boyle Passaporte: GB633151, Processo: 46094001870201417 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PER TANG KRISTENSEN Passaporte: 204918897, Processo: 47041000394201497 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2015 Estrangeiro: RICHARD MARTYN DAVIS Passaporte: 407545999, Processo: 46094002685201431 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GUNTER EDUARDO MEZA Passaporte: 488742530, Processo: 46094002480201456 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTOPHER REYES VILLANUEVA Passaporte: EB5706952 Estrangeiro: JESSIE PERALTA AGUIRRE Passaporte: EB7947017 Estrangeiro: JESUS LAMIGO CHAN Passaporte: EB1961792 Estrangeiro: JOSELITO MEDINA PARNALA Passaporte: EB3686561 Estrangeiro: REYNALDO BALEN GELI Passaporte: XX4535862 Estrangeiro: SAMUEL LAMIGO CHAN Passaporte: EB0348878, Processo: 46094002481201409 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDMUND SUAZO NOGRADO Passaporte: EB6094465 Estrangeiro: EMHEEL BUENCALOLOY PAGTOLON-AN Passaporte: EC0078879 Estrangeiro: ERIC BIENES SUMARINAS Passaporte: EB9135860 Estrangeiro: GUILLERMO JR. HERRADURA TALUCOD Passaporte: EB0058663 Estrangeiro: MANOLITO VILLENA GONZALES Passaporte: EB9501649 Estrangeiro: RONALD PEPITO COYOCA Passaporte: EB1006868 Estrangeiro: VIGNIR OERVAR JONSSON Passaporte: A2246912, Processo: 46094002080201441 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 04/09/2014 Estrangeiro: DINO VOLIC Passaporte: 232640433, Processo: 46094002179201442 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: MICHAEL GENENTZ Passaporte: C1W00481P, Processo: 47041000550201410 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: Kanjiraparambil Babu Bipinlal Passaporte: G4015873, Processo: 47041000561201408 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: até 30/12/2015 Estrangeiro: CLIFFORD GARL WALL Passaporte: 460012001, Processo: 47041000571201435 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: Simone Carichino Passaporte: YA4199336, Processo: 47041000575201413 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 10/09/2014 Estrangeiro: Fidel Dela Paz Condecido Passaporte: EB2857972, Processo: 47041000576201468 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 10/09/2014 Estrangeiro: Gavin Kriz Alcantara Mendoza Passaporte: EB5009858, Processo: 46094002177201453 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROMAN KROT Passaporte: EX880196 Estrangeiro: VALERIY GAPONOV Passaporte: EX631319 Estrangeiro: YANIS SALASGRAVIS Passaporte: EP296767, Processo: 46094002443201448 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BENT KRISTER STOKKELAND Passaporte: 29011231, Processo: 46094002516201400 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALVIN RICHEY GREEN JR. Passaporte: 42245684, Processo: 46094002574201425 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ANTHONY BARTRAN JR. Passaporte: 506388083, Processo: 46094002686201486 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BOYD BRADDOCK WHIPPLE Passaporte: 461242334, Processo: 46094002687201421 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD DOUGLAS JIMENEZ SR Passaporte: 213515749, Processo: 46094002692201433 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CHRISTIAN IKECHUKWU NWOKE Passaporte: 448451175, Processo: 46094002442201401 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/08/2015 Estrangeiro: AUDUN KIM MIDTTVEIT Passaporte: 29450551, Processo: 46094002452201439 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIK VERMEHREN Passaporte: 45878008, Processo: 46094002341201422 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHELE CARPISASSI Passaporte: AA2963630, Processo: 46094002455201472 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NILS KARE FJELDET LUNDE Passaporte: 28099491, Processo: 46094002456201417 Empresa: SOLSTAD OFFSHORE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Norvald Arild Misund Passaporte: 29776226, Processo: 46094002445201437 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SATHEES KANNAN SUBRAMANIAN Passaporte: K6330541, Processo: 46094002310201471 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 28/10/2015 Estrangeiro: Tarryn Pedersen Passaporte: A02212387, Processo: 46094002308201401 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 16/10/2014 Estrangeiro: Bernhard Brouwer Passaporte: NT29L8K75, Processo: 46094002425201466 Empresa: BRATEXCO - REPRESENTACOES E SERVICOS EM ENERGIA LTDA Prazo: até 15/07/2014 Estrangeiro: CHRISTOPHER LEE LANDRENEAU Passaporte: 135587656 Estrangeiro: CLAYTON ROBERT BARNES Passaporte: 447500688, Processo: 46094002594201404 Empresa: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN LUISPEDAD BARDESKAR Passaporte: Z1728955, Processo: 46094002318201438 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERNESTO JR. PAGDILAO CORPUZ Passaporte: EB8115290 Estrangeiro: FROILAN CERAFICA DOBLADA Passaporte: EB7736598 Estrangeiro: GLENN MIRAFLOR LINGA Passaporte: EB8590246 Estrangeiro: JEFERSON VILLANUEVA GARCIA Passaporte: EB0281397 Estrangeiro: JENNIFER SALVADOR ASTUDILLO Passaporte: EB7188581 Estrangeiro: JOSE ABRINICA ODQUIN Passaporte: EB9149351 Estrangeiro: JOSEPHINE OLLERES CAMPOS Passaporte: EB0486528 Estrangeiro: LUNINGNING SARVIDA BARALLAS Passaporte: EC0227508 Estrangeiro: PERDELITO COMETA SASTADO Passaporte: EB6846809 Estrangeiro: ROLLY MARFIL PAINAGA Passaporte: EB4352913, Processo: 46094002321201451 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALVIN JAN FLORENDO NAGUIT Passaporte: EB9985163 Estrangeiro: CALIXTO JR. AGUIRRE PUNAY Passaporte: EB9107065 Estrangeiro: JOANEL GEQUINIANA GEROY Passaporte: EB5070007 Estrangeiro: JOVEN PIÑERO PALITOC Passaporte: EB1593206 Estrangeiro: LUISITO BORJA SERRANO Passaporte: XX4667875 Estrangeiro: MARK ANTHONY EVIA BAJAS Passaporte: EB1329628 Estrangeiro: REA FLORINO CAPISTRANO Passaporte: EB4573439 Estrangeiro: RICH ANTHONY GICARAYA DIARESCO Passaporte: EB3299988 Estrangeiro: ROMMEL GALLO NOMIL Passaporte: EB1471647 Estrangeiro: VICTOR MARTINEZ MANOCAN Passaporte: EB3763636, Processo: 46094002320201415 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GORDON MENNIE YEATS Passaporte: 099231507 Estrangeiro: HARVEY MAPAS DUENAS Passaporte: EB9293489 Estrangeiro: NICOMEDES JR. VARGAS BALUYA Passaporte: EB9913532 Estrangeiro: RICHARD ACOSTA ESCAÑO Passaporte: EB2067650 Estrangeiro: STEVEN LEE NAGEL Passaporte: 454966505, Processo: 46094002316201449 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DARRYL MATHEW JACKMAN Passaporte: QD505074, Processo: 46094002309201447 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 16/10/2014 Estrangeiro: Karel Belaen Passaporte: EJ253219 Estrangeiro: Pouwel Jonathan van Altena Passaporte: NS88H3CJ4, Processo: 46094002337201464 Empresa: ROHDE NIELSEN DO BRASIL DRAGAGEM LTDA Prazo: até 03/11/2014 Estrangeiro: JENS KRISTIAN KROGH Passaporte: 202641924, Processo: 46094002447201426 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLAV NERHUS Passaporte: 25419703, Processo: 46094002497201411 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/08/2015 Estrangeiro: JEROEN THIJMEN SCHROEDER Passaporte: NT2164PJ1, Processo: 46094002336201410 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: KRISHNAKANT DATTARAM DALVI Passaporte: Z2425616, Processo: 46094002335201475 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PETER MACKIE Passaporte: 462692969, Processo: 46094002444201492 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 08/08/2015 Estrangeiro: GIJSBERTUS THEODORUS MARIA VAN KOUWEN Passaporte: NWKJ29445, Processo: 46094002365201481 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 11/12/2014 Estrangeiro: EUSEBIO JR TABOCOLDE GENTOZALA Passaporte: EB7538284 Estrangeiro: FELIPE DANGAN DESINGANO Passaporte: EB1221205 Estrangeiro: GEORGE RINGON ESPIRITU Passaporte: EB1003388 Estrangeiro: JASON MACARAYA ALFECHE Passaporte: EB3758730 Estrangeiro: JERWIN RANILE MACOTO Passaporte: EB5175120 Estrangeiro: JOSE ARLAN VIDANES IRUGIN Passaporte: XX4880656 Estrangeiro: JULIUS GIL VILLEGAS Passaporte: EB7109999 Estrangeiro: LORDIVIC QUEMADO GALZOTE Passaporte: XX4407983 Estrangeiro: MICHAEL MARTIREZ DOCTOLERO Passaporte: EB8968921, Processo: 47041000864201412 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/11/2014 Estrangeiro: Baldwin Alcober Go Passaporte: EB4210525 Estrangeiro: Danrevel Jr. Maarat Etac Passaporte: EB8559067 Estrangeiro: Dante Macuana Macuana Passaporte: EB2218580 Estrangeiro: Errell Muzares Rabang Passaporte: EB7008946 Estrangeiro: Jerome Alatao Binayao Passaporte: EB8778458 Estrangeiro: NOLYN TAC-ON DUMAGUIN Passaporte: EB8751198 Estrangeiro: RICHARD DE LEON SALAPARE Passaporte: EB4274298 Estrangeiro: Raul Evasco Encinares Passaporte: EC0242106 Estrangeiro: Roger Ungay Junatas Passaporte: EB0404814, Processo: 46094002426201419 Empresa: SYNERGY OFFSHORE DO BRASIL NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: até 06/05/2015 Estrangeiro: FRANCISCO FERNANDO GARCIA ABASCAL Passaporte: AAG467949, Processo: 46094002431201413

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 29/02/2016 Estrangeiro: LUIS ALFONSO VAZQUEZ ARVIZU Passaporte: G11215547, Processo: 46094002423201477 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PAWEL MARCIN BAKOWSKI Passaporte: AT4599853, Processo: 46094002406201430 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 25/12/2014 Estrangeiro: Morgan Freddy Raoul Plaieser Passaporte: EJ764519, Processo: 46094002405201495 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 28/10/2015 Estrangeiro: Peter Anny Etienne De Backer Passaporte: EJ786599, Processo: 46094002408201429 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUIFEI XU Passaporte: E35328822, Processo: 46094002407201484 Empresa: AXIS OFFSHORE DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 12/05/2016 Estrangeiro: RONNI SOENDERGAARD SOERENSEN Passaporte: 205536168, Processo: 46094002503201422 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 05/10/2014 Estrangeiro: JACOBUS LAMBERTUS VAN DODEWAARD Passaporte: BVKDC14P1, Processo: 46094002409201473 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 11/12/2014 Estrangeiro: CHRISTOPHER CADAYGAN TACUDOG Passaporte: XX5456217 Estrangeiro: DHENNIS PAA BALLESTEROS Passaporte: XX4160247 Estrangeiro: FRODE LONGVA Passaporte: 25268457 Estrangeiro: LARRY TABULA PONCE Passaporte: EB8937366, Processo: 46094002490201491 Empresa: GEOLOG BRASIL SERVICOS PETROLIFEROS LTDA Prazo: até 30/03/2016 Estrangeiro: ANDREA GIORRI Passaporte: YA4440345 Estrangeiro: MARIUS CRISTIAN SANDU Passaporte: 051475958 Estrangeiro: SANDRO COLONNA Passaporte: YA0160680, Processo: 47041000897201462 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: RAMLI Passaporte: A3592296, Processo: 47041000899201451 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: MICHAEL PHELOPOS GERGES BANOUB Passaporte: A01588046, Processo: 47041000900201448 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: GLENN PADILLA ROBLES Passaporte: EB5151443, Processo: 46094002491201436 Empresa: GEOLOG BRASIL SERVICOS PETROLIFEROS LTDA Prazo: até 30/03/2016 Estrangeiro: DAVID MANZANARES RUIZ Passaporte: G12837506 Estrangeiro: JOSE HERNANDEZ HERNANDEZ Passaporte: G13641877 Estrangeiro: OLEARY JOSE MONTIEL Passaporte: 028412803 Estrangeiro: WILVER EMERSON APONTE GASCON Passaporte: 024847791, Processo: 46094002556201443 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: BIN XU Passaporte: G34228182 Estrangeiro: DAOHAN SU Passaporte: G28523154 Estrangeiro: JINWEN XU Passaporte: G28521210 Estrangeiro: LIAN SU Passaporte: G37152127 Estrangeiro: MENGJIAO QIU Passaporte: G29948478 Estrangeiro: SHISUI LU Passaporte: G37155493 Estrangeiro: SUNENG QIU Passaporte: G29518304 Estrangeiro: WANZHI LU Passaporte: G38350180 Estrangeiro: YAOHONG QIU Passaporte: G29517408 Estrangeiro: ZENGKUI WANG Passaporte: G29510839, Processo: 46094002549201441 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: BAOQUAN LI Passaporte: E35658125 Estrangeiro: DAOKUANG SU Passaporte: G57083224 Estrangeiro: JUNLIANG LU Passaporte: G37155494 Estrangeiro: LIANG SU Passaporte: G57086946 Estrangeiro: RIQING ZHONG Passaporte: E33890300 Estrangeiro: RIYAO HUANG Passaporte: G58593722 Estrangeiro: WEIQIANG WU Passaporte: G37142674 Estrangeiro: WENYIN LIAO Passaporte: E33897125 Estrangeiro: XIONGFU HUANG Passaporte: G28525322 Estrangeiro: ZHAOYUN CHEN Passaporte: G28521217, Processo: 46094002560201410 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: LEI LIU Passaporte: G30004879, Processo: 46094002638201498 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: MILE SVETIC Passaporte: 156734816, Processo: 46094002639201432 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 11/07/2015 Estrangeiro: OLEKSANDR CHERNYUK Passaporte: ET105658, Processo: 46094002548201405 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: GANGZHU YAO Passaporte: G30625256 Estrangeiro: LUJUN CHEN Passaporte: G29965630 Estrangeiro: MENGYAN YUAN Passaporte: G29948480 Estrangeiro: SIU MAN NG LIM Passaporte: 1642774, Processo: 46094002555201407 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: BEIPING QIU Passaporte: G30889805 Estrangeiro: DAONAN SU Passaporte: G 56032483 Estrangeiro: DAOQI SU Passaporte: G37152129 Estrangeiro: HAIHONG SU Passaporte: G 37152128 Estrangeiro: HONGHUI ZHOU Passaporte: E33791602 Estrangeiro: JIAMING SU Passaporte: G57108258 Estrangeiro: SHAOSHOU HUANG Passaporte: E33896381 Estrangeiro: XIBO DENG Passaporte: G30625260 Estrangeiro: XINQING CHEN Passaporte: E33896991, Processo: 46094002559201487 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 30/06/2014 Estrangeiro: JIAN SONG Passaporte: G31635402, Processo: 46094002640201467 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: até 08/03/2016 Estrangeiro: MENARDO OWEN ADONAIS MANALO Passaporte: EB2272675, Processo: 46094002553201418 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: STEPHEN TRENT MARCH Passaporte: QC390786, Processo: 46094002551201411 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: ROBERT PIOTR SYROKA Passaporte: EB2248434, Processo: 46094002547201452 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LASSE TRANBERG HANSEN Passaporte: 207321745, Processo: 46094002554201454 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: CHRISTIAN LE CORFF Passaporte: 10CV02830, Processo: 46094002627201416 Empresa: GARDLINE MARINE SCIENCES DO BRASIL S.A. Prazo: até 28/06/2014 Estrangeiro: HENRI LOUIS VAN DAM Passaporte: NY322HL68 Estrangeiro: MARCO FRANKFORT Passaporte: NTBC2F813, Processo: 46094002628201452 Empresa: ETERMAR - ENGENHARIA E CONSTRUCAO S/A Prazo: até 03/10/2014 Estrangeiro: CRISTOVÃO MANUEL DELGADO CODINHA Passaporte: L040043, Processo: 46094002622201485 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 26/12/2015 Estrangeiro: TONGMIN LIU Passaporte: G47167837, Processo: 46094002620201496 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 26/12/2015 Estrangeiro: ALEKSEI SIROTA Passaporte: 724610523 Estrangeiro: CHUNLONG LAN Passaporte: PE0116984 Estrangeiro: DASHUAI FENG Passaporte: P00935888 Estrangeiro: HAITAO DU Passaporte: P01737842 Estrangeiro: QIANG GAO Passaporte: P00856760 Estrangeiro: QINGFENG ZHANG Passaporte: P01522398 Estrangeiro: RAN LI Passaporte: P01725194 Estrangeiro: TUO SUN Passaporte: P01142975 Estrangeiro: WENWEI HE Passaporte: P01516552 Estrangeiro: YUNTAO YANG Passaporte: PE0021383, Processo: 46094002621201431 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 26/12/2015 Estrangeiro: FUZHAO XI Passaporte: P01404231 Estrangeiro: HAIYANG ZHANG Passaporte: P01634981 Estrangeiro: HAORAN JIN Passaporte: PE0245120 Estrangeiro: JIANGHONG MI Passaporte: PE0021909 Estrangeiro: LISHAN ZHANG Passaporte: P01206066 Estrangeiro: MINGMING LIU Passaporte: PE0252410 Estrangeiro: RUHUI ZHAO Passaporte: P01634983 Estrangeiro: SHAOXIN SUN Passaporte: P00873673 Estrangeiro: XIAOBIN DU Passaporte: P01647743 Estrangeiro: XIAOMING WANG Passaporte: P01404230, Processo: 47041000986201417 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fadzil Bin Ahmad Passaporte: A28549720, Processo: 46094002648201423 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: SLIMAN MECHTER Passaporte: 10CV35159, Processo: 46094002724201409 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 26/12/2015 Estrangeiro: YU ZHENG Passaporte: P01399558, Processo: 46094002723201456 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 26/12/2015 Estrangeiro: DEGUI SHAO Passaporte: P01206065 Estrangeiro: FENG LIU Passaporte: PE0337505 Estrangeiro: HUANYU LIU Passaporte: P01647746 Estrangeiro: JI LI Passaporte: P00923318 Estrangeiro: JUN CUI Passaporte: P01674093 Estrangeiro: OLEG KOMAROV Passaporte: 704928768 Estrangeiro: PU ZHANG Passaporte: PE0108790 Estrangeiro: WENFANG LIU Passaporte: P01659794 Estrangeiro: YONGQI LIU Passaporte: PE0244305 Estrangeiro: ZENGHUI GAO Passaporte: PE0026388, Processo: 46094002667201450 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: KARL THOMAS CLARK Passaporte: 111963536, Processo: 46094002725201445 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 26/12/2015 Estrangeiro: HONGBO ZHANG Passaporte: P00861902, Processo: 46094002756201404 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: CAMERON EDWARD CRAIG Passaporte: GB443387, Processo: 46094002760201464 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: MATTHEW ANTHONY AHEARN Passaporte: N6638296, Processo: 47041001028201455 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/06/2015 Estrangeiro: Lorio Siocon Villanueva Passaporte: EB9546630 Estrangeiro: Lowel Dayag Delos Santos Passaporte: EB4230271 Estrangeiro: Rodel Zaratan Butial Passaporte: EB8750726, Processo: 46094002758201495 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: WILLIAM MURDO MACDONALD Passaporte: 511355001, Processo: 46094002759201430 Empresa: PACIFIC DRILLING DO BRASIL SERVICOS DE PERFURACAO LTDA. Prazo: até 04/02/2015 Estrangeiro: ORIS SCOTT GILLY Passaporte: 449897469, Processo: 47041001029201408 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 04/06/2015 Estrangeiro: Joel Compuesto Tomaquin Passaporte: EB1570791 Estrangeiro: Rowel Rivera Occeno Passaporte: EB4934101 Estrangeiro: Wilson Nabor Lobendino Passaporte: EB7868699, Processo: 47041001030201424 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Albert Haboc Calub Passaporte: EB4043887 Estrangeiro: Enedino Banderado Caumban Passaporte: EC0003645, Processo: 47041001033201468 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: BRUCE HENRY HEBBOURN Passaporte: 505039279 Estrangeiro: DONALD BRETT KEESING Passaporte: 518120861 Estrangeiro: EMMANUEL BUHAT SILANG Passaporte: EB9572258 Estrangeiro: IGOR KELENTRIC Passaporte: 051429631 Estrangeiro: JAMES MARTIN ALLEN Passaporte: 099240840 Estrangeiro: JOHN GIFFORD SCOBIE Passaporte: 403308826 Estrangeiro: JOHN GRAHAM RUSSELL Passaporte: 099018559 Estrangeiro: PETER JOHN IRVINE Passaporte: 099161261 Estrangeiro: Peter Francis Hornby Passaporte: 110228635, Processo: 46094002721201467 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 26/12/2015 Estrangeiro: ARTEM SOLDATOV Passaporte: 64N°954963 Estrangeiro: EVGENY SHIRSHOV Passaporte: 720374693 Estrangeiro: IGOR KOZLOV Passaporte: 717797810 Estrangeiro: JIANHUI CAO Passaporte: P01580632 Estrangeiro: SERGEY NASEDKIN Passaporte: 725342348 Estrangeiro: XIAOWU YIN Passaporte: P01399554 Estrangeiro: XINSHAN WANG Passaporte: G58400528 Estrangeiro: YANGCHUN DUAN Passaporte: G58400527 Estrangeiro: YUNCHANG LIU Passaporte: P01659795 Estrangeiro: YUXING YE Passaporte: P00923997, Processo: 46094002663201471 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 28/10/2015 Estrangeiro: Coen Roger Cornelis Cristiaensen Passaporte: NY3F19K87, Processo: 46094002709201452 Empresa: SPECTRUM GEO DO BRASIL SERVICOS GEOFISICOS LTDA. Prazo: até 26/12/2015 Estrangeiro: CHUANZHOU QIAN Passaporte: P01588967 Estrangeiro: GUAN LENG Passaporte: G50641047 Estrangeiro: HONGMING WANG Passaporte: G51852757 Estrangeiro: HUI ZHAO Passaporte: G23739995 Estrangeiro: PENG CAO Passaporte: P01197031 Estrangeiro: SHANYONG SONG Passaporte: G38316412 Estrangeiro: WEIFENG LIU Passaporte: P015720001 Estrangeiro: XIAOWEI WANG Passaporte: G23799016 Estrangeiro: YONG HUANG Passaporte: E02775999 Estrangeiro: ZHENYU ZHAO Passaporte: P00984386, Processo: 46094002662201427 Empresa: JAN DE NUL DO BRASIL DRAGAGEM LTDA. Prazo: até 25/12/2014 Estrangeiro: Ivan Granic Passaporte: 143480809, Processo: 47041001062201420 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fotios Fotaras Passaporte: AI0459695 Estrangeiro: Gustavo Chang Lai Passaporte: 075878140 Estrangeiro: Oleg Kotlyarov Passaporte: 721463596, Processo: 46094002706201419 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: até 15/06/2015 Estrangeiro: MICHAL JERZY RYBCZONEK Passaporte: AU3174579, Processo: 46094002715201418 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: OLEKSANDR MYKHAYLOV Passaporte: EE834643, Processo: 47041001081201456 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 19/01/2016 Estrangeiro: IGOR MOROZOV Passaporte: EH719850, Processo: 47041001083201445 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/11/2014 Estrangeiro: Ben Willem Van Heerden Passaporte: 474673368, Processo: 47041001086201489 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Theofanis Evangelidis Passaporte: AK1376659, Processo: 47041001087201423 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sergiy Mityushyn Passaporte: EH583084 Estrangeiro: Vadym Burma Passaporte: EX803552 Estrangeiro: Vasyl Ananiichuk Passaporte: EM017997, Processo: 46094002746201461 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREW MARK STOREY Passaporte: 060262243 Estrangeiro: ASHLEY PHILLIP GADE Passaporte: 099135543 Estrangeiro: CHARLES DAVID HUNTER Passaporte: 402799664 Estrangeiro: DANIEL KEVIN MAHER Passaporte: LB0054287 Estrangeiro: LEE GIULIO CARRASCO Passaporte: 508444979 Estrangeiro: ROBERT JOHN METCALF Passaporte: 403115572 Estrangeiro: STEVEN JOHN BOYD Passaporte: 099279622 Estrangeiro: STUART HENDRY JACK Passaporte: 652723015, Processo: 47041001090201447 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Declan O'Donovan Passaporte: LT0007234, Processo: 47041001091201491 Empresa: MCDERMOTT SERVICOS OFFSHORE DO BRASIL LTDA. - ME Prazo: até 19/01/2016 Estrangeiro: MICHAEL KELLY Passaporte: 099171632, Processo: 46094002750201429 Empresa: EMGS SERVICOS GEOLOGICOS ELETROMAGNETICOS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALDRIN VON FLORES ALFARO Passaporte: EB6176721 Estrangeiro: EDITO MIRANDA REYES Passaporte: EB2953383 Estrangeiro: ENRICO DE LUNA PEREZ Passaporte: EB4179641 Estrangeiro: HICKMER VILLEGAS GADIL Passaporte: EB7933790 Estrangeiro: JAKUB PAWEL KURSA Passaporte: AS8438810 Estrangeiro: JONEL QUINTOS TAYANGONA Passaporte: EB9850926 Estrangeiro: LAURENCE ALLAN LEGURO CALIBJO Passaporte: EB8543347 Estrangeiro: VIRGILIO ALBOLOTE ADUNA Passaporte: EB9182053 Estrangeiro: WELWYN LUCKY ALVAREZ TANAMOR Passaporte: XX4919140 Estrangeiro: WOJCIECH WOJTOWICZ Passaporte: AK1752816, Processo: 47041001093201481 Empresa: SUBSEA 7 GESTAO BRASIL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAMES FRASER DUNPHY Passaporte: 502163136 Estrangeiro: MICHAEL THOMAS MARR Passaporte: 503142745, Processo: 47041001094201425 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 06/01/2016 Estrangeiro: JOYWIN JEROME HAROLD REGO Passaporte: L2514839, Processo: 47041001095201470 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 03/02/2015 Estrangeiro: STUART WILLIAM BAIN Passaporte: 207868996, Processo: 47041001096201414 Empresa: PANCOAST NAVEGACAO LTDA Prazo: até 08/06/2014 Estrangeiro: Dmitry Levin Passaporte: 710047721, Processo: 47041001097201469 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VINCENZO DE LUCA Passaporte: YA4565371, Processo: 47041001098201411 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michal Meyer Passaporte: EG5346354, Processo: 47041001100201444 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andrei Robert Stere Passaporte: 15432970, Processo: 47041001099201458 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/11/2014 Estrangeiro: Jean-Philippe Marcel Rossi Passaporte: 11AV13878, Processo: 47041001101201499 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: Cristopher Palomo Porras Passaporte: EB7233442 Estrangeiro: Wilfredo Verano Ambrocio Passaporte: EB4390469, Processo: 47041001102201433 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/11/2014 Estrangeiro: Anthony McBride Passaporte:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

508334626 Estrangeiro: Ian Anthony Leverington Passaporte: 510286319 Estrangeiro: Neil Alan Donaldson Passaporte: 504683450, Processo: 47041001104201422 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dearyl Jose Abella Passaporte: EB4170159 Estrangeiro: Kalvin Victor Rojo Tionko Passaporte: EB7626987, Processo: 47041001105201477 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 01/11/2014 Estrangeiro: Alexey Neplyuev Passaporte: 641965589, Processo: 47041001106201411 Empresa: REPSOL SINOPEC BRASIL SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Herschel Lee Counts Passaporte: 403598101, Processo: 47041001107201466 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Pantelis Spyropoulos Passaporte: AH3240786, Processo: 47041001109201455 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sumit Kumar Pathak Passaporte: J3418786, Processo: 47041001111201424 Empresa: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: até 06/11/2014 Estrangeiro: Edwin Russchenberg Passaporte: NR02450H4 Estrangeiro: Gianluca Balducci Passaporte: AA1556079, Processo: 47041001112201479 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANNY PAUL HARRIS Passaporte: 017915953, Processo: 47041001113201413 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 23/09/2015 Estrangeiro: BERNIE ARRIESGADO MONTERDE Passaporte: EB6325208, Processo: 47041001114201468 Empresa: FUGRO BRASIL - SERVICOS SUBMARINOS E LEVANTAMENTOS LTDA. Prazo: até 06/01/2016 Estrangeiro: SATPAL SINGH Passaporte: H1535229, Processo: 47041001115201411 Empresa: EXPRO DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PATRICK JOHN CROOKES Passaporte: 402620268, Processo: 47041001116201457 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SHAIK SHAVALLI REDDY GOPU Passaporte: Z2220691, Processo: 47041001118201446 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: ALAN COX Passaporte: 085135061 Estrangeiro: ALBERT HOFLAND Passaporte: NR46PP914 Estrangeiro: ANTHONY ANAK MUYAU Passaporte: K26083755 Estrangeiro: ANTONIO MARTINEZ GERMADE Passaporte: AAI293391 Estrangeiro: ANTONIO RODRIGUEZ ARAGUNDE Passaporte: AAF915839 Estrangeiro: ARMANDO VILARIÑO PINTOS Passaporte: AAF619558 Estrangeiro: BAUTISTA CERQUEIRAS GOMEZ Passaporte: BA140210 Estrangeiro: BOBBY SUFFIAN LABO Passaporte: K24558579 Estrangeiro: DANIEL FERNANDEZ SANJIAO Passaporte: BC834428 Estrangeiro: DARKO DESMAN Passaporte: 195881555 Estrangeiro: DARKO SELIHAR Passaporte: 041387944 Estrangeiro: DIEGO MARTINEZ GONZALEZ Passaporte: AAA721202 Estrangeiro: DOMINGO ANTONIO MOLEDO SUAREZ Passaporte: AE039799 Estrangeiro: ENTILI ANAK BANYAN Passaporte: K23716466 Estrangeiro: FRANCISCO DASILVA PAZ Passaporte: AAG078865 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER CASTRO RUA Passaporte: AAA163751 Estrangeiro: GARY GRAY Passaporte: 510954076 Estrangeiro: GILBERT ASUNCION UNIDA Passaporte: XX4156449 Estrangeiro: GORDON WILLIAM HAMILTON Passaporte: 099279982 Estrangeiro: Ivica Kuric Passaporte: 042365436 Estrangeiro: JAN GEORG MEIJER Passaporte: NS545R246 Estrangeiro: JAVIER CAMIÑA MARTINEZ Passaporte: AAC814339 Estrangeiro: JOSE MANUEL PIÑEIRO BOUBETA Passaporte: AAA547069 Estrangeiro: JOSEMARIE NAINGUE DIVINAGRACIA Passaporte: EB9145610 Estrangeiro: MARCUS ADRIANUS CORNELIS VAN DEN DUNGEN Passaporte: BU4LB0LJ5 Estrangeiro: OVIDIO GARCIA VILELA Passaporte: AAF913603 Estrangeiro: PASCUAL DOZO GONDAR Passaporte: AAF619678 Estrangeiro: PERFECTO NINE HERMO Passaporte: AAG448453 Estrangeiro: SEVERIANO TUBIO LOPEZ Passaporte: AAG325910 Estrangeiro: SIJMEN VAN DER PLICHT Passaporte: BMLDH3B35, Processo: 47041001120201415 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: BART FERDINAND FRANS COOLS Passaporte: NT9PFJD81 Estrangeiro: DANIEL FERREIROS GOMEZ Passaporte: AAE570082 Estrangeiro: DANIEL NUÑEZ OTERO Passaporte: AAE115783 Estrangeiro: DIEGO TRIGO MALVIDO Passaporte: AAI467079 Estrangeiro: EUGENIO SOLIÑO SOTELO Passaporte: AAC025536 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER DURAN GONZALEZ Passaporte: AAC082428 Estrangeiro: FRANCISCO JAVIER FREIRE MARTINEZ Passaporte: AAD206297 Estrangeiro: FRANKIE ANAK MANJU Passaporte: K21228331 Estrangeiro: GARY CHRISTOPHER POULTER Passaporte: 461272770 Estrangeiro: JOHNMEL BLANCAVER ASIS Passaporte: EB3652513 Estrangeiro: JOOST HEIN SOUVERIJN Passaporte: BF73J9B45 Estrangeiro: JOSE ALENDE REDONDO Passaporte: AAA762589 Estrangeiro: JOSE BERNARDO PEREZ LOMBA Passaporte: AB681092 Estrangeiro: JOSE RICARDO CALVELO SANTOS Passaporte: AAG325831 Estrangeiro: JUAN DOMINGO FUNGUEIRIÑO BERMUDEZ Passaporte: AAA995902 Estrangeiro: Joel Letada Dilao Passaporte: XX3992402 Estrangeiro: KENNY WILHELMUS MARIA HOUBEN Passaporte: BR147BFC0 Estrangeiro: KORNELIS WILLEM DE VRIES Passaporte: NP031C646 Estrangeiro: LAMMERT GEERT JOHANNES BOLT Passaporte: NV80J5BK1 Estrangeiro: MANUEL HORRO CONDE Passaporte: AAG373357 Estrangeiro: MARCO MUETSTEGE Passaporte: NV2RKD2L5 Estrangeiro: NINO ANTIC Passaporte: 061594649 Estrangeiro: PAUL ROYSTON ALLAN Passaporte: 801501023 Estrangeiro: PEDRO SOBRIDO PINAZAS Passaporte: AAG448332 Estrangeiro: RONALD FRANCISCUS PETRUS BOETZKES Passaporte: NNH3H6F00 Estrangeiro: STIJN SCHOBER Passaporte: NM776C5R9 Estrangeiro: TIHOMIR PETROVIC Passaporte: 004221677 Estrangeiro: VINCENT TIMOTHY VAN DER TAK Passaporte: NT7228C52, Processo: 47041001121201460 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: até 17/08/2015 Estrangeiro: AREND EVERT WITVOET Passaporte: NWD275DP6 Estrangeiro: CHAD METCALF Passaporte: 518084548 Estrangeiro: CHEAH KAM FOO Passaporte: A26152532 Estrangeiro: CHRISTOPHER ANAK PUNGIE Passaporte: K20087176 Estrangeiro: DARKO SRBIS Passaporte: 003494111 Estrangeiro: FERNANDO DE LA GARZA Passaporte: 135287086 Estrangeiro: FRANCISCO SANTAMARIA ABELLEIRA Passaporte: AAE952861 Estrangeiro: HENDRIKUS BERKENBOS Passaporte: NY78RC892 Estrangeiro: HENDRIKUS MATTHIAS KONING Passaporte: NXF0HP7C6 Estrangeiro: IVAN SALGADO GARCIA Passaporte: AAF229146 Estrangeiro: JAIME RUA SANTOME Passaporte: AAG078707 Estrangeiro: JOSE MOSQUERA CARRO Passaporte: AAAG263958 Estrangeiro: JOSE SANTIAGO RODRIGUEZ Passaporte: AAD128049 Estrangeiro: JUAN JOSE SAMPEDRO SANTOS Passaporte: AAG448407 Estrangeiro: JUAN MANUEL SISO TEIRA Passaporte: AAB367247 Estrangeiro: KERRY PAUL BONVILLAIN Passaporte: 433981952 Estrangeiro: LIEW BOON SEONG Passaporte: A24418872 Estrangeiro: MANUEL ANGEL SENRA BARREIRO Passaporte: AD568775 Estrangeiro: PRASONG KOSING Passaporte: L938060 Estrangeiro: ROGELIO RUA SOLLA Passaporte: AAG260506 Estrangeiro: SANTIAGO FIGUEIRA PINEIRO Passaporte: AAC994442 Estrangeiro: VICTOR CHARLES CONSTANT VAN ZIJLL DE JONG Passaporte: NR5316638.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 46094002358201480 Empresa: NIPPON STEEL & SUMITOMO METAL EMPREENDIMENTOS SIDERURGICOS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHUHEI KATO Passaporte: TR 1.275.216, Processo: 46094002250201497 Empresa: HITACHI BRASIL LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MASAAKI KAKUMA Passaporte: TL0196311, Processo: 46094002357201435 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIRA YOON Passaporte: M8 5.909.946, Processo: 46094002520201460 Empresa: UCC-UESHIMA COFFEE DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOKO YATAKA Passaporte: TH9820329, Processo: 47039001854201443 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: RODRIGO ADOLFO ZAMUDIO DIAZ Passaporte: 07380077484, Processo: 47039001857201487 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: RODRIGO ARELLANO DIAZ Passaporte: G13354236, Processo: 47039001860201409 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ROMER PEREZ AZURDUY Passaporte: 5741757, Processo: 47039001938201487 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: ISIDORO FRANCISCO VILIANA Passaporte: N1417441, Processo: 47039002115201479 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Cesar Augusto Corrales Martinez Passaporte: 4875731, Processo: 47039002125201412 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jose Alejandro Roa Bolivar Passaporte: CC80093570, Processo: 47039002129201492 Empresa: ERNST & YOUNG ASSESSORIA EMPRESARIAL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Sergio Almanza Velasquez Passaporte: CC80196661, Processo: 47039002189201413 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Julia Wagner Passaporte: C7CTP6CHF, Processo: 47039002188201461 Empresa: BANCO CITIBANK S A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARA QUAGLIARDI Passaporte: YA0645768, Processo: 47039002197201451 Empresa: SIEMENS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Jose Javier Arancibia Garcia Passaporte: AA1344943, Processo: 47039002276201462 Empresa: CRODA DO BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: Diana Katherine Campos Gomez Passaporte: CC1032423770, Processo: 47039002280201421 Empresa: CRODA DO BRASIL LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: Pablo Meza Alonso Passaporte: G07974517, Processo: 47039002302201452 Empresa: VOLVO DO BRASIL VEICULOS LTDA Prazo: 6 Mês(es) Estrangeiro: SYLVIE DA CRUZ Passaporte: 06AI53631, Processo: 47039002377201433 Empresa: CONTINENTAL BRASIL INDUSTRIA AUTOMOTIVA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DAVID MICHAEL PAULI Passaporte: CH1HJ3F82, Processo: 47039002442201421 Empresa: ERICSSON TELECOMUNICACOES S A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KARL GUSTAF NICLAS KRANTZ Passaporte: 85150273.

Temporário - Sem Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 47039003261201411 Empresa: INFRONT HOSPITALITY MANAGEMENT SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: BORIS LEO MALLASCHOFSKY Passaporte: P1694296, Processo: 47039003264201455 Empresa: INFRONT HOSPITALITY MANAGEMENT SERVICOS DE ALIMENTOS LTDA Prazo: até 31/12/2014 Estrangeiro: ELEONORE FREUDENTHAL Passaporte: P1570113.

Permanente - Com Contrato - RN 01 - Resolução Normativa, de 05/05/1997:

Processo: 46094003242201468 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MICHAEL BENJAMIN DEUTSCH Passaporte: 467998895, Processo: 46094003403201413 Empresa: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SIMONE MARCHESI Passaporte: AA2250064, Processo: 46094003281201465 Empresa: UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Luciano Mari Passaporte: AA2152228, Processo: 46215007411201415 Empresa: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO - UENF Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSE MANUEL SOARES DE RESENDE Passaporte: M929792.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46094002381201474 Empresa: ITALSOFA NORDESTE S.A Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: STEFANO SETTE Passaporte: YA5433573, Processo: 47039001822201448 Empresa: SUPREMO CIMENTOS S.A. Prazo: 3 Ano(s) Estrangeiro: LUÍS HENRIQUE MARQUES VIDAL NABAIS Passaporte: L984955, Processo: 47039002730201485 Empresa: CORDON DO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPPE MICHEL LOUIS PARNET Passaporte: 07CT56272.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso II):

Processo: 47039001024201416 Empresa: DISPROQUIMA BRASIL MATERIAS PRIMAS E INGREDIENTES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE JOAO ROSA COELHO Passaporte: L551843.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094036977201397 Empresa: MODA VIP LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MEIHUA LI Passaporte: G33553058, Processo: 46205023560201360 Empresa: AMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALESSANDRA AMA Passaporte: G518699, Processo: 46094000300201400 Empresa: LEMON SERVICE ASSESSORIA E CONSULTORIA EM COMERCIO EXTERIOR LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: KUNTING YANG Passaporte: G37301975, Processo: 46094001667201432 Empresa: DECHANG COMERCIO E IMPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LIAN ZHOU Passaporte: G34691795, Processo: 46094002961201461 Empresa: BACCHUS RESTAURANTE LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MAXIME ROBERT BERNARD LE VACON Passaporte: 08AH30865, Processo: 46094002982201487 Empresa: MEI CHEN COMERCIO DE PRESENTES LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XINYE CHEN Passaporte: G52820568, Processo: 47039002702201468 Empresa: VARESE INCORPORADORA LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUIGI SERPELLINI Passaporte: YA5685179.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 47039002006201451 Empresa: VAMARO BRASIL CONSTRUCOES E IMOBILIARIA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ezequiel nuno gomes de sousa Passaporte: L300860, Processo: 47039002233201487 Empresa: CARBONE E VICENZI CONSULTING LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO CARBONE Passaporte: AA1264652.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, e, considerando a Portaria n° 21, de 09 de março de 2006, resolve autorizar, Processo nº 46094.001068/2014-19, a empresa ODEBRECHT ARGENTINA S.A, sociedade constituída de acordo com as leis da República da Argentina, a renovar a contratação dos seguintes 34 (trinta e quatro) brasileiros: ALVES DA PAIXAO, EDSON; BARBOSA PERES, MAURICIO; BERTUOL, JOSE CARLOS; CORREA ROCHA, CLAYTON; COSTA LIMA E SILVA, MAURICIO; DA ROCHA BARROS, JOSE ANTONIO; DA SILVA, ELTON LUIZ; DAOLIO, MARCIO JOSE; DE ALMEIDA ASSAD, GUSTAVO HENRIQUE; DE OLIVEIRAFACADIO, ARLINDO SERGIO; DE OLIVEIRA, GERALDO; DINIZ BORGES DE AS, MARCOS; DOS ANJOS CUNHA, ILANA; GOMES LEO, AURELIO; LEAO, ROMERO CARNEIRO; LIMA BERTOLO GUIMARAES, LUIS HENRIQUE; LOPES DA COSTA, CLAUDIO; LOPES TORRES, BRUNO; LYNCH DE MELLO MENDES BEZERRA, FERNANDO; MENDOCA LEMOS, FLAVIO; NISHIKAWA, GUSTAVO; NOGUEIRA DE ABRANTES, ALLAN; OLIVEIRA DE BRITTO, MARCELO GUSTAVO; OLIVEIRA SANTOS, ELIEZER; OLIVEIRA, ANTONIO LUIS; PEREZ RIBEIRO, MARCIO LUIZ; PUTZ, GUILLERMO HECTOR; RAGUZZANI GONCALVES, ELIAS; RODRIGUES DE CARVALHO, RODNEY; RODRIGUES DO NASCIMENTO, CARLOS ANTONIO; SANTOS SOUZA. RAFAEL; SEIXAS, LEONARDO VALERIANO CAMILO; SHIGUETA, CELSO KENJI; VENTURA, HENRIQUE, atualmente por ela contratados para continuarem a exercerem funções compatíveis com as respectivas qualificações profissionais e renovação da empresa, no seguinte país: Argentina. Prazo: até 03 (três) anos.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM GOIÁS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 11 de abril de 2014

Processo nº 46208.016111/2013-35 - Nos termos do pronunciamento da Seção de Relações do Trabalho, conforme análise e parecer técnico às fls. 270, e usando da competência que me foi delegada pela Portaria SRT nº 2, de 25 de maio de 2006, publicada no D.O.U. de 26 de maio de 2006.

HOMOLOGO o Plano de Cargos e Salários dos funcionários do CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO ESTADO DE GOIÁS (CNPJ 01.619.022/0001-05), ficando expresso que qualquer alteração a ser feita nesse Plano, para ter validade, dependerá de prévia aprovação deste Ministério.

ARQUIVALDO BITES LEÃO LEITE

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Superintendente, de 07 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União Nº 70, Seção 1, pág. 113 de 11 de abril de 2014, Onde se lê: ALDO BITES LEÃO LEITE. Leia-se: ARQUIVALDO BITES LEÃO LEITE.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 119, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Altera as Portarias MT nºs 52, de 26 de fevereiro de 2014, e 56, 57, 58 e 59, de 27 de fevereiro de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições conferidas pelo art. 87, parágrafo único, incisos I e II da Constituição;

Considerando o disposto na Nota Informativa nº 90/2014/DECON/SFAT/MT, da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, resolve:

Art. 1º O § 1º do art. 6º das Portarias MT nºs 52, de 26 de fevereiro de 2014, publicada no DOU nº 41, em 27 de fevereiro de 2014 e 56, 57, 58 e 59, estas de 27 de fevereiro de 2014, publicadas no DOU nº 42, em de 28 de fevereiro de 2014, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

§ 1º Ficam as empresas obrigadas a apresentar à ANTT, em até 30 (trinta) dias corridos a contar da disponibilização do Termo de Referência mencionado no art. 3º, sob pena de revogação da autorização, Plano de Trabalho com cronograma detalhado para elaboração dos produtos estabelecidos no referido Termo de Referência, respeitado o cumprimento do prazo indicado no caput deste artigo e dos prazos intermediários indicados no Termo de Referência." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

PORTARIA Nº 120, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Revoga a alínea "e" do art.2º da Portaria nº 250, de 30 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 1º de outubro de 2010, seção 1, página 109.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 87, parágrafo único, incisos II e IV da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 4º do Decreto nº 4.803, de 08 de agosto de 2003, e

Considerando os documentos apensados ao Processo Administrativo nº 50000.048918/2012-50, em especial o Parecer nº 01/2013/CONJUR-MT/CGU:CGJP/mfsc, e

Considerando o disposto na Portaria nº 250, de 31 de outubro de 2012, que definiu as atribuições regimentais da Corregedoria no âmbito do Ministério dos Transportes, resolve:

Art. 1º Revogar a alínea "e" do art.2º da Portaria nº 250, de 30 de setembro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 1º de outubro de 2010, seção 1, página 109, que atribuiu à Subsecretaria de Assuntos Administrativos a competência para praticar os atos necessários à instauração de sindicâncias e processos administrativos disciplinares, assim como para adotar os procedimentos necessários para o acompanhamento e a conclusão dos processos em andamento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

PORTARIA Nº 121, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela Concessionária BR-040 S.A.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal; o art. 27, inciso XXII e § 8º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; a Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007; bem como o art. 4º, da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013; e o que consta dos autos formalizados junto a este Ministério dos Transportes através de registro pelo Processo nº 50000.012562/2014-88, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela Concessionária BR-040 S.A., que objetiva a recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-040/DF/GO/MG, com extensão de 936,8 km, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Após a conclusão do projeto ou após o término do prazo de fruição do REIDI a Concessionária deverá apresentar ao Ministério dos Transportes documento que ateste a execução total ou parcial ou a entrada em operação do empreendimento, nos termos do disposto no art. 6º e §1º, da Portaria GM/MT nº 124/2013, de 13 de agosto de 2013.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.012562/2014-88 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

ANEXO	
Pessoa Jurídica Titular	Concessionária BR-040 S.A.
CNPJ	19.726.048/0001-00
Tipo	Rodovia.
Projeto de Investimento	Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário. Consiste na recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-040/DF/GO/MG, com extensão de 936,8 km.
Localização	Estados do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais.
Estimativa de Investimento	R$ 5.365.194.379,00
Impacto do Benefício	R$ 202.882.773,00
Enquadramento	Art. 1º, da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013.
Identificação do Processo	50000.012562/2014-88

PORTARIA Nº 122, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela Concessionária Rota do Oeste S.A..

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal; o art. 27, inciso XXII e § 8º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; a Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007; bem como o art. 4º, da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013; e o que consta dos autos formalizados junto a este Ministério dos Transportes através de registro pelo Processo nº 50000.012586/2014-37, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela Concessionária Rota do Oeste S.A., que objetiva a recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-163/MT, com extensão de 850,9 km, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Após a conclusão do projeto ou após o término do prazo de fruição do REIDI a Concessionária deverá apresentar ao Ministério dos Transportes documento que ateste a execução total ou parcial ou a entrada em operação do empreendimento, nos termos do disposto no art. 6º e §1º, da Portaria GM/MT nº 124/2013, de 13 de agosto de 2013.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.012586/2014-37, ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

ANEXO	
Pessoa Jurídica Titular	Concessionária Rota do Oeste S.A.
CNPJ	19.521.322/0001-04.
Tipo	Rodovia.
Projeto de Investimento	Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário. Consiste na recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-163/MT, com extensão de 850,9 km.
Localização	Estado do Mato Grosso.
Estimativa de Investimento	R$ 3.015.315.958,91
Impacto do Benefício	R$ 178.577.780,86
Enquadramento	Art. 1º, da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013.
Identificação do Processo	50000.012586/2014-37

PORTARIA Nº 123, DE 15 DE ABRIL DE 2014

Aprova o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição Federal; o art. 27, inciso XXII e § 8º da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003; a Lei nº 11.488, de 15 de julho de 2007; bem como o art. 4º, da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013; e o que consta dos autos formalizados junto a este Ministério dos Transportes através de registro pelo Processo nº 50000.012633/2014-42, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do Projeto de Investimento em Infraestrutura no Setor de Transportes - Rodovia, proposto pela Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A., que objetiva a recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-163/MS, com extensão de 847,2 km, conforme descrito no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Após a conclusão do projeto ou após o término do prazo de fruição do REIDI a Concessionária deverá apresentar ao Ministério dos Transportes documento que ateste a execução total ou parcial ou a entrada em operação do empreendimento, nos termos do disposto no art. 6º e §1º, da Portaria GM/MT nº 124/2013, de 13 de agosto de 2013.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.012633/2014-42 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CÉSAR BORGES

ANEXO	
Pessoa Jurídica Titular	Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A.
CNPJ	19.642.306/0001-70
Tipo	Rodovia.
Projeto de Investimento	Projeto na área de infraestrutura de transporte rodoviário. Consiste na recuperação, operação, manutenção, monitoramento, conservação, implantação de melhorias, ampliação de capacidade e manutenção do nível de serviço da Rodovia BR-163/MS, com extensão de 847,2 km.
Localização	Estado do Mato Grosso do Sul.
Estimativa de Investimento	R$ 3.729.929.000,00
Impacto do Benefício	R$ 144.300.000,00
Enquadramento	Art. 1º, da Portaria GM/MT nº 124, de 13 de agosto de 2013.
Identificação do Processo	50000.012633/2014-42

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 4.307, DE 10 DE ABRIL DE 2014

Indefere o pedido de Autorização Especial do serviço Blumenau/SC - Santo André/SP à Auto Viação Gadotti Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 035, de 3 de abril de 2014 e no que consta do Processo nº. 50500.012407/2013-40, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização Especial do serviço Blumenau/SC - Santo André/SP à empresa Auto Viação Gadotti Ltda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

RESOLUÇÃO Nº 4.308, DE 10 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a sistemática de identificação dos passageiros dos serviços de transporte rodoviário e ferroviário de passageiros regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VIII do art. 25 do Regimento Interno da ANTT, aprovado pela Resolução nº 3.000, de 28 de janeiro de 2009, fundamentada no Voto DAL - 041, de 7 de abril de 2014, e no que consta do Processo nº 50500.124976/2012-56, resolve:

Art. 1º Estabelecer a sistemática de identificação dos passageiros dos serviços de transporte rodoviário e ferroviário de passageiros regulados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, considera-se:

I - criança: pessoa até 12 (doze) anos de idade incompletos;

II - adolescente: pessoa entre 12 (doze) anos e 18 (dezoito) anos de idade incompletos;

III - índio: pessoa de origem pré-colombiana que se identifica e é identificada como pertencente a grupo étnico cujas características culturais o definem como uma coletividade distinta do conjunto da sociedade nacional, independentemente de idade; e

IV- responsável: aquele que, não sendo pai ou mãe, detenha, por ato legal ou judicial, poderes para autorizar ou acompanhar viagem de menor de idade.

Art. 3º A identificação do passageiro de nacionalidade brasileira, maior ou adolescente, será atestada por um dos seguintes documentos:

I - Carteira de Identidade (RG) emitida por órgãos de Identificação dos Estados ou do Distrito Federal;

II - Carteira de Identidade emitida por conselho ou federação de categoria profissional, com fotografia e fé pública em todo território nacional;

III - Cartão de Identidade expedido por ministério ou órgão subordinado à Presidência da República, incluindo o Ministério da Defesa e os Comandos da Aeronáutica, da Marinha e do Exército;

IV - Registro de Identificação Civil - RIC, na forma do Decreto nº 7.166, de 5 de maio de 2010;

V - Carteira de Trabalho;

VI - Passaporte Brasileiro;

VII - Carteira Nacional de Habilitação - CNH com fotografia; ou

VIII - outro documento de identificação com fotografia e fé pública em todo território nacional.

§1º Em se tratando de viagem em território nacional, os documentos referidos neste artigo podem ser aceitos no original ou cópia autenticada em cartório, independentemente da respectiva validade, desde que seja possível a identificação do passageiro.

§2º No caso de viagem internacional, o passageiro deverá observar o rol de documentos elencados no Anexo do Decreto nº 1.983, de 14 de agosto de 1996.

Art. 4º A identificação da criança será atestada da seguinte forma:

I - no caso de viagem nacional deve ser apresentada a carteira de identidade, passaporte ou certidão de nascimento da criança (original ou cópia autenticada em cartório); e

II - no caso de viagem internacional, deve ser apresentada a carteira de identidade, nas viagens para os países integrantes do MERCOSUL, ou o passaporte da criança.

Art. 5º Quando se tratar de viagem nacional, nenhuma criança poderá viajar para fora da Comarca de onde reside, desacompanhada dos pais ou responsável, sem expressa autorização judicial.

Parágrafo único. A autorização não será exigida quando:

I -tratar-se de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana ou região integrada de desenvolvimento (Ride);

II - a criança estiver acompanhada:

a)de ascendente ou colateral, até o terceiro grau, ambos maiores, comprovado documentalmente o parentesco;

b)de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, mãe ou responsável.

Art. 6º Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é dispensável, se a criança ou adolescente:

I - estiver acompanhado de ambos os pais ou responsável; ou

II - viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro através de documento com firma reconhecida.

Parágrafo único. Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior, que não sejam pais ou responsável pelo menor.

Art. 7º A identificação do índio será atestada da seguinte forma:

I - no caso de viagem nacional, além dos documentos previstos no art. 3º desta Resolução, incluem-se a autorização de viagem expedida pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outro documento que o identifique, emitido pela mesma entidade; e

II - no caso de viagem internacional, deve ser apresentado o passaporte brasileiro, ou a carteira de identidade para os países integrantes do MERCOSUL, observada a necessidade de outros procedimentos.

Art. 8º Constituem documentos de identificação de passageiros de outras nacionalidades, considerada a respectiva validade:

I - Passaporte Estrangeiro;

II - Cédula de Identidade de Estrangeiro - CIE;

III - identidade diplomática ou consular; ou

IV - outro documento legal de viagem, em conformidade com acordos internacionais firmados pelo Brasil.

§1º No caso de viagem em território nacional, poderá ser apresentado o protocolo de pedido de CIE expedido pelo Departamento de Polícia Federal em substituição ao documento original, pelo período máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de sua expedição.

§2º Será aceita a CIE com a data de validade vencida no caso de estrangeiros com deficiência física ou estrangeiros que tenham completado 60 (sessenta) anos de idade até a data do vencimento do documento, e que sejam portadores de visto permanente e tenham participado de recadastramento anterior, nos termos do Decreto-Lei nº 2.236, de 23 de janeiro de 1985.

§3º No caso de viagem internacional, o passageiro deve apresentar passaporte ou outro documento de viagem válido, observado o rol constante no art. 1º do Decreto nº 5.978, de 4 de dezembro de 2006.

Art. 9º No caso de extravio, furto ou roubo do documento de identificação do passageiro e em se tratando de viagem em território nacional, poderá ser apresentado o correspondente Boletim de Ocorrência, desde que emitido há menos de 30 (trinta) dias.

Art. 10. O controle dos passageiros será realizado no embarque por meio da verificação entre as informações contidas nos documentos de identificação do passageiro e nos seguintes documentos:

I - Bilhete de Passagem, no caso de transporte rodoviário e ferroviário regular de passageiros regulado pela ANTT;

II - Bilhete de Embarque ou Bilhete de Embarque Gratuidade, quando houver a utilização do Emissor de Cupom Fiscal - ECF ou similar, no caso de transporte rodoviário e ferroviário de passageiros regulado pela ANTT;

III - Lista de passageiros contida na Autorização de Viagem, no caso de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de fretamento.

§1º Até que se implemente o novo modelo de Bilhete de Passagem previsto na Resolução ANTT n.º 4.282, de 17 de fevereiro de 2014, o Bilhete de Passagem de que trata o inciso I deverá estar acompanhado da Ficha de Identificação de Passageiros - FICHA, que deverá conter os seguintes campos:

I - nome da transportadora;

II - cidade de origem;

III - cidade de destino;

IV - nome do passageiro;

V - número do bilhete de passagem;

VI - número da poltrona;

VII - número do documento de identidade; e

VIII - órgão expedidor.

§2º Constatada divergência entre os dados inscritos nos documentos previstos neste artigo e o documento de identificação do passageiro, a falha deverá ser sanada, sob pena de o passageiro ser impedido de embarcar.

§3º O agente de fiscalização e o preposto da transportadora poderão solicitar ou realizar, a qualquer tempo, a identificação dos passageiros.

Art. 11. O controle dos passageiros previsto nesta Resolução é dispensado no transporte rodoviário semiurbano interestadual e internacional de passageiros.

Art. 12. Os bilhetes de passagem, os bilhetes de embarque e a Ficha de Identificação de Passageiros - FICHA deverão ser arquivados por viagem, de forma a possibilitar, sempre que necessário, a elaboração de lista dos passageiros, permanecendo em poder da transportadora e à disposição da ANTT, nos 90 (noventa) dias subsequentes ao término da viagem.

Parágrafo único. Ocorrendo qualquer evento de natureza criminal ou acidente, no curso da viagem, o prazo referido no "caput" deste artigo passará a ser de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

Art. 13. As transportadoras deverão dar conhecimento aos usuários das exigências constantes nesta Resolução no ato da venda do bilhete ou da assinatura do contrato de fretamento.

Art. 14. A inobservância das disposições constantes nesta Resolução sujeitará a empresa infratora às penalidades previstas nas Resoluções ANTT nº 233, de 25 de junho de 2003, e nº 3.075, de 26 de março de 2009.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 16. Revoga-se o Título IX da Resolução ANTT nº 18, de 23 de maio de 2002.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 80, DE 10 DE ABRIL DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 041, de 7 de abril de 2014, e no que consta do Processo n.º 50500.015984/2014-74, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exmº Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóveis adjacentes à Rodovia BR-376/PR, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e nos memoriais descritivos constantes do referido processo, situados no município de São José dos Pinhais, no estado do Paraná, necessários à execução das obras de implantação de trevo no km 633+000m da Rodovia BR-376/PR.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

DELIBERAÇÃO Nº 81, DE 10 DE ABRIL DE 2014

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 040, de 7 de abril de 2014, e no que consta do Processo n.º 50500.011209/2014-40, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóveis adjacentes à Rodovia Governador Mário Covas, BR-101/SC, abrangidos e delimitados pelas coordenadas topográficas descritas nas plantas e nos memoriais descritivos constantes do referido processo, situados nos municípios de São José e Palhoça, no estado de Santa Catarina, necessários à execução das obras de implantação do quarto subtrecho do Contorno de Florianópolis/SC, entre o km 215+680m e o km 220+217m.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral
Em exercício

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÃO DE 10 DE ABRIL DE 2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR: 0.00.000.000226/2014-14
RELATOR: Conselheiro Leonardo de Farias Duarte
REQUERENTE: Corregedoria Nacional do Ministério Público
REQUERIDO: Membro do Ministério Público Federal

DECISÃO

1. O requerido, em sua defesa prévia (fls. 53-78), requer a dispensa da oitiva das testemunhas arroladas pelo Corregedor Nacional, sob o argumento de que já foram ouvidas no inquérito administrativo CGMPF nº 1.35.000.001326/2012-25.

2. Ocorre que a repetição da colheita da prova oral no processo administrativo disciplinar privilegia o princípio da ampla defesa e o do contraditório, cuja observância constitui tanto uma garantia em prol do acusado, quanto um meio de revelar o que, de fato, aconteceu. Daí por que indefiro o pedido de fl. 73.

3. As demais questões alegadas pelo processado serão apreciadas por ocasião do relatório final (art. 102 do Regimento Interno do CNMP).

4. Designo os dias 6 e 7 de maio de 2014, a partir das 10h, para oitiva das testemunhas, e o dia 8 de maio de 2014, às 11h, para o interrogatório do acusado.

5. Intimem-se as testemunhas indicadas na Portaria CNMP-CN nº 12/2014 (fl. 3) e as arroladas na defesa prévia (fls. 53-54), bem como o acusado e o seu defensor.

6. Requisite-se ao procurador-chefe do MPF-BA a disponibilização de uma sala e dois computadores para a realização das audiências, bem como a indicação de dois servidores, um para funcionar como escrivão e outro, como oficial de diligências.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE
Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 8 DE ABRIL DE 2014

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000076/2014-49
RECLAMANTE: COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DO DISTRITO FEDERAL - CODHAB/DF
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Decisão: (...)

ANTE O EXPOSTO, ausente ato passível de punição disciplinar, sugere-se, com fundamento no artigo 79, inciso II, da Resolução nº 92/2013 (RICNMP), o arquivamento desta Reclamação, devendo a Secretaria promover as notificações na forma regimental.

À apreciação superior.

Brasília-DF, 1º de abril de 2014.
JULIMAR ALEXANDRO DA SILVA
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho integralmente o pronunciamento do Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional acima realizado, adotando-o como razões de decidir.

Cumpra-se.

Brasília-DF, 8 de abril de 2014.
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÕES DE 10 DE ABRIL DE 2013

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000379/2012-08
RECLAMANTE: ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
RECLAMADO: MEMBROS E SERVIDORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

Cuida-se de Embargos de Declaração, subscrito pela Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos do MP/MA, Dra. Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro, objetivando, em verdade, a reconsideração da decisão de fls. 4437/4439, que negou seguimento ao Recurso Interno interposto em face de decisão que arquivou os autos da Sindicância em epígrafe.

É o breve relato.

Inexiste movitação suficiente a reverter o despacho que negou seguimento ao recurso anteriormente interposto.

O prazo recursal da decisão proferida pelo então Corregedoria Nacional Jeferson Coelho trascorreu in albis, conforme se depreende às fls. 4036, verso, restanto a questão com trânsito em julgado.

Assim, indefiro o pedido de reconsideração, mantendo os presentes autos em arquivo.

Intime-se a Procuradora Geral do MP/MA.

Brasília-DF, 10 de abril de 2013.
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000064/2014-14
RECLAMANTE: JAILSON VILELA FERREIRA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Decisão: (...)

Assim, não se vislumbrando indícios de infração disciplinar por parte da Promotora de Justiça (RICNMP, art. 77, I), bem como a atuação suficiente do órgão disciplinar de origem (RICNMP, art. 80, parágrafo único), opina-se pelo ARQUIVAMENTO da presente reclamação disciplinar, cientificando-se o Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Pernambuco, o reclamante e a reclamada.

É a manifestação sub censura.

Brasília-DF, 7 de abril de 2014.
ADRIANO TEIXEIRA KNEIPP
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a manifestação de fls. 186/190, nos termos propostos, cujos fundamentos adoto como razões de decidir, para determinar o arquivamento do presente feito, com fulcro nos artigos 80, parágrafo único e 77, inciso I, do RICNMP.

Dê-se ciência ao Plenário, à Corregedoria-Geral de origem, ao reclamante e à reclamada, nos termos regimentais.

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília-DF, 10 de abril de 2014.
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA Nº 280, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, com fundamento no art. 49, inc. XX, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993 e do art. 4º, inc. XXIII, do Regimento Interno do MPF, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20/11/2008, e, conforme consta no Processo Administrativo nº 1.25.000.000240/2014-93, resolve:

Art. 1º Aplicar a penalidade administrativa de impedimento de licitar e contratar com União, e consequente descredenciamento do SICAF, pelo prazo de 05 (cinco) anos, em desfavor da empresa PRES-SERVICE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 10.405.110/0001-97, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002c/c a Cláusula Décima Terceira, item 2, do Contrato firmado com a PR/PR, em 29/10/2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 76, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000170.2014.01.006/2-601, instaurada em face da prova do dano oriunda de confissão da empresa prestadora de serviços, o que ainda pode ocorrer em diversos contratos com empresas prestadoras de serviços.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000170.2014.01.006/2-601 em face de:

JKR PINTURAS NAVAIS LTDA, com sede na Rua Capitão Barbosa, 815 - Sala 203 - Praia da Bandeira - Rio de Janeiro - RJ - CEP 21.921-525;

RAKA PINTURAS NAVAIS LTDA, com sede na Rua Capitão Barbosa, 815 - Sala 203 - Praia da Bandeira - Rio de Janeiro - RJ - CEP 21.921-525; E

VARD NITEROI S.A., com sede na Praça Alcides Pereira, 01 - PARTE - Ilha da Conceição - Niterói - RJ - CEP 24.050-350;

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 77, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000161.2014.01.006/1-601, instaurada em face da gravidade dos fatos em potencial, por envolver descumprimento sistemático de obrigações ambientais trabalhistas e direitos fundamentais, como vale-transporte e transporte do trabalhador.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000161.2014.01.006/1-601 em face de:

COMERCIAL ALPHA AMBIENTAL E SERVIÇOS LTDA-ME, com sede na Av. São Miguel, 752 - Mutuá - São Gonçalo - RJ - CEP 24.445-686;

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 78, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000148.2014.01.006/1-601, instaurada em face da gravidade dos fatos em potencial, por envolver descumprimento sistemático de direitos fundamentais rescisórios.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000148.2014.01.006/1-601 em face de:

TRANSTURISMO REI LTDA, com sede na Rodovia Rio Magé, 877 - KM 0802- Campos Elisios - Duque de Caxias - RJ - CEP 25.070-235;

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 79, DE 11 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000189.2014.01.006/7-601, instaurada em face do potencial da gravidade e da repercussão coletiva das lesões.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000189.2014.01.006/7-601 em face de:

CLINICA SÃO GONÇALO LTDA, com sede na Alameda Pio XII, 138 - Centro - São Gonçalo - RJ - CEP 24.440-40

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 80, DE 11 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000190.2014.01.006/7-601, instaurada em face da potencilaidade em abstrato da lesão que envolve o descumprimento de diversos direitos ambientais trabalhistas e direitos relacionados à duração do trabalho.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000190.2014.01.006/7-601 em face de:

JUIZ DE FORA EMPRESA DE VIGILÂNCIA LTDA, com sede na SAAN Qd. 03, 460 - Parte A - Brasilia - DF - CEP 71.250-705;

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 82, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000164.2014.01.006/0-601, instaurada em face da da gravidade dos fatos em potencial, por envolver descumprimento sistemático de direitos fundamentais, como vale-transporte e salario, bem como por possibilidade de violação dos direitos de personalidade do trabalhador.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000164.2014.01.006/0-601 em face de:

FISIOTERAPIA AQUA FISH LTDA EPP, com sede na Rua Roberto Silveira, 123 parte - Icarai - Niteroi - RJ - CEP 24.230-15

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 84, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000152.2014.01.006/0-601, instaurada em face da gravidade dos fatos em potencial, por envolver descumprimento sistemático de direitos fundamentais, relacionado ao intervalo para repouso e alimentacao, o qual é obrigatório inclusive em regime diferenciado de revezamento.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000152.2014.01.006/0-601 em face de:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LIDERFORTE DE NITEROI SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE TERCEIRIZAÇÃO EIRELLE - ME, com sede na Av. Rui Barbosa, 779 - Gr. 101 - São Francisco - Niterói - RJ - CEP 24.360-440

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIANº 85, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000169.2014.01.006/2-601, instaurada em face da gravidade dos fatos em potencial, por envolver descumprimento sistemático de direitos fundamentais, como FGTS e salário.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000169.2014.01.006/2-601 em face de:

ADL - ACORDS DIAGNOSTICOS LABORATORIAIS LTDA - ME, com sede na Rua Joao Carmo, 186 Letra A - Centro - Rio Bonito - RJ - CEP 28.800-000

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo, Técnico Administrativo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

PORTARIA Nº 89, DE 14 DE ABRIL DE 2014

O PROCURADOR DO TRABALHO, que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o teor dos fatos relatados na Noticia de Fato nº 000172.2014.01.006/5-601, instaurada em face da gravidade dos fatos em potencial, por envolver descumprimento sistemático de obrigações ambientais trabalhistas e direitos fundamentais, como vale-transporte e transporte do trabalhador.

Considerando o disposto nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, art. 6º, VII e 84, III, da Lei Complementar nº 75/93 e art. 8º, §1º da Lei nº 7347/85, que atribuem ao Ministério Público do Trabalho a defesa dos interesses difusos, coletivos, sociais e individuais indisponíveis, bem como a possibilidade de instauração de Inquérito Civil; resolve:

Instaurar o Inquérito Civil nº 000172.2014.01.006/5-601 em face de:

DMJ CONTABILIDADE S/S LTDA - ME, com sede na Rua Coronel Moreira Cesar, 75 - SOBRADO - ZÉ GAROTO - São Gonçalo - RJ - CEP 24.440-400

Presidirá o inquérito o Procurador do Trabalho infrafirmado, que poderá ser secretariado pela servidora Adolúcia Castro de Oliveira Chernicharo.

PATRICK MAIA MERÍSIO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 19, DE 10 DE ABRIL DE 2014

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.010006/14-68, que tem como interessada a Companhia do Metropolitano do Distrito Federal -Metrô/DF para acompanhar o Contrato Emergencial n. 22/2013 - Metrô/DF e os que o sucederem, bem como a Concorrência 01/2012 (ou aquele que o substituir), ambos para a contratação de manutenção preventiva e corretiva de todos os sistemas do Metrô/DF e outros serviços, aferidos por índice de desempenho.

ALI TALEB FARES

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

EXTRATO DA PAUTA Nº 13/2014 (ORDINÁRIA)
Sessão em 23 de abril de 2014, às 14h30

Resumo dos processos incluídos em pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Ordinária, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-000.797/2014-6
Natrueza: Representação
Representante: Empresa Solarterra - Importação e Comércio de Equipamentos e Sistemas de Energia Alternativa Ltda. (06.943.661/0001-37)
Entidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina - (Secex-SC).
Advogado constituído nos autos: Márcio Alceu Pazeto (OAB/SC nº 23.073)

TC-004.888/2012-0
Natureza: Relatório de Levantamento
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC)
Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Obras Aeroportuárias e de Edificação (SecobEdif).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.800/2013-8
Representantes: Empresas Zilda de Fátima dos Santos Amaral - ME e CNC Solutions, Tecnologia da Informação Ltda.
Entidade: Arquivo Nacional
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - RJ (Secex-RJ).
Advogados constituídos nos autos: Zilda de Fátima dos Santos Amaral (270.843.548-59) e Gustavo Valadares (OAB/DF 18.669) e outros.

TC-032.110/2011-1
Apenso: 003.872/2012-2 (Solicitação)
Natureza: Representação
Responsáveis: Ademar Valdir Comassetto e outros
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES)
Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - ES (Secex-ES).
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-004.145/2005-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Rafael de Aguiar Barbosa, Secretário de Estado de Saúde do Distrito Federal
Unidade: Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal de Saúde do Distrito Federal Advogados constituídos nos autos: Adriano César Santos Ribeiro (OAB/DF 24.516), Ulisses Riedel Resende (OAB/DF 968) e Raul Canal (OAB/DF 10.308)

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-025.536/2009-4
Natureza: Relatório de Levantamento.
Entidades: Caixa Econômica Federal - Caixa e Ministério das Cidades.
Interessado: Tribunal de Contas da União - TCU.
Advogados constituídos nos autos: Adam Luiz Alves Barra, OAB/DF n. 19.786; e outros.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-009.683/2004-0
Natureza: Pedido de reexame em representação
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Recorrentes: Ajucla - XV - Associação dos Juízes Classistas da Justiça do Trabalho da 15ª Região; Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP
Advogados constituídos nos autos: Sebastião Baptista Affonso (OAB/DF 788), Renato Borges Barros (OAB/DF 19.275) e outros.

Interessado(s) na Sustentação Oral
Renato Borges Barros - OAB/DF Nº 19275

- Relator, Ministro VALMIR CAMPELO

TC-000.580/2014-7
Natureza: Representação
Órgão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre - Ifac.
Representante: Flex Sinalização Modular Ltda.
Advogado constituído nos autos: Não há.

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-009.701/2007-4
Natureza: Relatório de Levantamento.
Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária.
Responsáveis: Adenauher Figueira Nunes; Aglair Amorim Galo; Airton Rodrigues Chaves; Celso José Leão e Silva; Eduardo Gomes de Paula Menezes; Eleuza Teresinha Manzoni dos Santos Lore; Engevix Engenharia S/A; José Antonio de Castro Pereira; José Antonio Pessoa Neto; José Eduardo de Amorim Alves; José Welington Moura; Maria Emília Negreiros Ribas da Silva; Paulo Heliomar Barreto da Silva Junior; Sidney Brito da Silva; Wellington Pereira Santos
Interessado: Congresso Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-012.291/2013-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Responsáveis: Consórcio Construcap - Ferreira Guedes; Consórcio Queiroz Galvão/OAS/Brasília; Consórcio Sultepa/Toniolo Busnello; Magna Engenharia Ltda
Interessado: Congresso Nacional
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles (OAB/DF 28.108); Tathiane Vieria Viggiano Fernandes (OAB/DF 27.154); Patrícia Guercio Teixeira Delage (OAB/MG 90.459); Marina Hermeto Corrêa (OAB/MG 75.173); Francisco Freitas de Melo Franco Ferreira (OAB/MG 89.353); Nayron Sousa Russo (OAB/MG 106.011); Flávia da Cunha Gama (OAB/MG 101.817); Eduardo Han (OAB/DF 11.714); Fernando Antonio dos Santos Filho (OAB/DF 37.934)

TC-017.424/2012-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-000.333/2010-7
Natureza: Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria
Entidades: Secretaria Executiva do Ministério das Cidades; Caixa Econômica Federal e Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A.
Responsáveis: Antônio Carlos Fiscina Mesquita; Italo Kley Canario Carvalho; Marcelus Cesar Pietrobon; Sérgio Sampaio Rocha Filho.
Interessados: Congresso Nacional e Consórcio Queiroz Galvão/GMEC.
Advogados constituídos nos autos: Marcela Menezes Silva Mendes (OAB/BA 35.424) e Maurício Brito Passos Silva (OAB/BA 20.770) e outros.

TC-001.563/2006-1
Natureza: Recurso de reconsideração em tomada de contas especial
Recorrentes: Ogilvy & Mather Brasil Comunicação Ltda.; Cláudio de Castro Vasconcelos; Carlos Alberto Reis Figueiredo
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: Antônio Newton Soares de Matos (OAB/DF 22.998), Maria Cristina Corrêa de Carvalho Junqueira (OAB/SP 113.041), Danilo Orenga Conceição (OAB/SP 315.244) e Rosa Maria Motta Brochado (OAB/DF 2.954)

TC-005.534/2011-9
Apensos: TC n° 032.328/2012-5, TC n° 011.792/2011-6
Natureza: Pedido de Reexame em Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT
Responsáveis: Agência Nacional de Transportes Terrestres - MT; Ana Maria Leal Cantedelli; Autopista Litoral Sul; Bernardo José Figueiredo Gonçalves de Oliveira; Carlos Alberto São Tiago Hagstrom; Deuzedir Martins; Francisco de Oliveira Filho; Léia Cristina Borges de Assis; Manoel Lucivio de Loiola; Mario Rodrigues Junior; Mário Mondolfo; Rubens Narciso Peduti Dal Molin e Wagner de Carvalho Garcia
Interessado: Esperidião Amim Hellou Filho
Advogados constituídos nos autos: Cairo Roberto Bittar Hamú Silva Júnior (OAB/DF n° 17.042), Livia Carvalho Gouveia (OAB/DF n° 26.937), Luiz Piauhylino de Mello Monteiro (OAB/DF n° 1.296/A), Luiz Piauhylino Monteiro Filho (OAB/DF n° 1.72I/A), José Roberto Manesco (OAB/SP n° 61.471), Eduardo Augusto de Oliveira Ramires (OAB/SP n° 69.219), Marcos Augusto Perez (OAB/SP n° 100.075), Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto (OAB/SP n° 112.208), Ane Elisa Perez (OAB/SP n° 138.128), Tatiana Matiello Cymbalista (OAB/SP n° 131.662), Fábio Barbalho Leite (OAB/SP n° 168.881-B), Luis Justiniano Arantes Fernandes (OAB/SP n° 119.324 e OAB/DF n° 2.193/A), Douglas Fernandes de Moura (OAB/DF n° 24.625), Eduardo Stênio Silva Sousa (OAB/DF n° 20.327) e Luciana Rodrigues Nunes (OAB/DF n° 31.409).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TC-015.999/2010-6
Natureza: Pedido de reexame (Consulta)
Recorrentes: AGU; Marinus Eduardo de Vries Marsico.
Órgão/Entidade: não há.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.828/2013-2
Natureza: Representação
Entidade: Telecomunicações Brasileiras S/A - Telebrás
Interessada: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog) do Tribunal de Contas da União
Advogado constituído nos autos: não há

TC-028.198/2011-5
Natureza: Prestação de Contas -
Exercício: 2010
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo
Exercício: 2011
Responsáveis: Reinaldo Centoducatte; Rubens Sérgio Rasseli
Advogado constituído nos autos: não há

TC-041.249/2012-7
Natureza: Relatório de Monitoramento
Órgãos/Entidades: Ministério de Minas e Energia (vinculador); Ministério dos Transportes (vinculador); Secretaria da Receita Federal do Brasil; Secretaria de Portos
Interessados: Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Transportes Terrestres; Ministério de Minas e Energia (vinculador)
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-003.629/2013-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-011.616/2010-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão: Ministério da Integração Nacional
Responsável: Francisco Campos de Abreu, Secretário de Infraestrutura Hídrica
Advogados constituídos nos autos: Lincoln Magalhães da Rocha (OAB 24089/DF), Carlos Alberto de Medeiros (OAB 7924/DF) e outros

TC-020.681/2004-1
Natureza: Pedido de Reexame em Representação
Órgão/Entidade: Governo do Estado do Amapá
Recorrente: Giovanni Coleman de Queiroz
Advogado constituído nos autos: Paulo Meira (OAB/PA 5586)

- Relator, Ministro JOSÉ JORGE DE VASCONCELOS LIMA

TC-018.922/2013-9
Natureza: Relatório de Levantamentos. Órgãos e
Entidades: Fundo Nacional de Segurança Pública; Secretaria Nacional de Segurança Pública e Organizações de Segurança Pública dos Estados e do Distrito Federal (OSPEs).
Interessado: Tribunal de Contas da União.
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-001.405/2013-6
Natureza: Consulta Consulente: Ministério da Fazenda
Interessado: Banco do Brasil S.A.
Unidade: Ministério da Fazenda
Advogado constituído nos autos: não há

TC-003.545/2012-1
Natureza: Representação
Responsáveis: Araguaiana Navegação Fluvial Ltda.; Fernando Perrone, ex-diretor da Área de Projetos de Infraestrutura do BNDES; Ivone Hiromi Takahashi Saraiva, ex-superintendente da Área de Projetos de Infraestrutura do BNDES; e Miguel Pedro da Cunha, ex-chefe o Departamento de Navegação Portos e Hidrovias (AI/DENAP/BNDES)
Unidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Advogados constituídos nos autos: Gustavo Côrtes de Lima, OAB/DF 10.969, Claudismar Zupiroli, OAB/DF 12.250, Luiz Carlos Sigmaringa Seixas, OAB/DF 814, Fernando Augusto M. Nazaré, OAB/DF 11.485, Vera Lucia Santafla Araújo, OAB/DF 5.204, Paulo Vinícius Rodrigues Ribeiro, OAB/RJ 141.195, Ricardo Penteado de Freitas Borges, OAB/SP 92.770, Marcelo Certain Toledo, OAB/SP 158.313, Juliana de Souza Reis Vieira, OAB/RJ 121.235, Marta de Castro Meireles, OAB/RJ 130.114, Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth, OAB/RJ 121.685, Maria Cristina Bonelli Wetzel, OAB/RJ 124.668, Rafaella Farias Tuffani de Carvalho, OAB/RJ 139.758, Renata Granja Maués, OAB/RJ 155.435, Marcia Granja Maués, OAB/RJ 119.214, Ricardo José da Rocha Silva, OAB/RJ 134.996, e Jaime Horácio Ribeiro Barbosa OAB/RJ 19.698

TC-009.397/2003-0
Natureza: Assunto: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas)
Recorrentes: Meyer Ostrowsky (ordenador de despesas) e Suprimed Comércio de Materiais Médicos Hospitalar e Laboratorial Ltda.
Unidade: Hospital Geral de Campo Grande (HGeCG)
Advogado constituído nos autos: Fernando Amaral Santos Velho (OAB/MS 3.289)

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-009.649/2012-3
Natureza: Representação.
Entidades: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FI-FGTS e Caixa Econômica Federal - CAIXA.
Interessada: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional - SecexFazenda.
Advogado constituído nos autos: Adam Luiz Alves Barra, OAB/DF n. 19.786.

TC-030.225/2012-4
Natureza: Representação.
Entidade: Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul - Coren/RS.
Interessado: Ricardo Roberson Rivero, Presidente.
Advogados constituídos nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto WEDER DE OLIVEIRA

TC-021.469/2013-0
Natureza: Relatório de Auditoria.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.471/2013-4
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-021.789/2013-4
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-022.248/2013-7
Natureza: Representação.
Entidade: Superintendência Regional da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) de Maceió/AL.
Responsáveis: Anderson Cardoso Silva; Conexão Ltda.
Advogado constituído nos autos: Jamilla de Paula dos Santos, OAB/AL 10.238, peça 48.

TC-023.048/2013-1
Natureza: Relatório de Auditoria.
Entidade: Banco Central do Brasil (BCB).
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-023.356/2011-1
Natureza: Monitoramento
Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-046.126/2012-0
Natureza: Relatório de Auditoria.
Órgão: Serviço Florestal Brasileiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 15 de abril de 2014.
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DA PAUTA Nº 13/2014 (RESERVADA)
Sessão Extraordinária em 23 de abril de 2014, às 14h30

Resumo dos processos incluídos em Pauta, para apreciação e julgamento pelo Plenário, na Sessão Extraordinária Reservada, em relação ou de forma unitária, nos termos dos artigos 15, 94, 97, 105, 130, 141, §§ 1º ao 5º, e 143 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 246/2011.

PROCESSOS RELACIONADOS

- Relator, Ministro BENJAMIN ZYMLER

TC-003.126/2014-5
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro AROLDO CEDRAZ

TC-004.231/2014-7
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: Jadson Oliveira da Silva (OAB/RN 10.828).

TC-005.425/2014-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-006.068/2014-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-007.343/2014-0
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-018.691/2012-9
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-024.813/2013-3
Natureza: RELATORIO DE LEVANTAMENTO
Advogado constituído nos autos: não há.

TC-031.431/2013-5
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há.

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-000.588/2014-8
Natureza: Denúncia.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

- Relator, Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

TC-000.933/2008-6
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro RAIMUNDO CARREIRO

TC-016.182/2006-1
Apenso: TC 019.975/2004-8
Natureza: Administrativo - Pedidos de Reconsideração em Processo Administrativo Disciplinar
Advogados constituídos nos autos: Roberto Moreth (OAB/DF nº 22.580), Irineu de Oliveira (OAB/DF nº 5.119), Ana Paula de Oliveira Soares (OAB/DF nº 16.395), Viviane Braga de Moura (OAB/DF nº 29.496) e outros.

- Relator, Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

TC-027.615/2010-3
Natureza: Denúncia Denunciante: Identidade preservada
Advogado constituído nos autos: não há

- Relator, Ministro-substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

TC-007.494/2014-9
Natureza: Administrativo.
Advogado constituído nos autos: não há.

Secretaria das Sessões, 15 de abril de 2014.
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO

PROCESSO N. CJF-EOF-2014/00099
PRESIDENTE DA SESSÃO: Conselheiro FELIX FISCHER
RELATOR: Apresentado em mesa pelo Conselheiro FELIX FISCHER
INTERESSADOS: CJF e Justiça Federal de primeiro e segundo graus
DATA DA SESSÃO: 10/4/2014
ASSUNTO: SOLICITAÇÕES DE CRÉDITOS ADICIONAIS DAS UNIDADES DA JUSTIÇA FEDERAL, REFERENTES AO MÊS DE ABRIL DE 2014, PARA ATENDER DESPESAS DE PESSOAL, CUSTEIO E PROJETOS.

Certifico que o Conselho da Justiça Federal, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"O Conselho, por unanimidade, aprovou as solicitações de créditos adicionais."

Presentes à sessão os Excelentíssimos Senhores Conselheiros Felix Fischer, Gilson Dipp, Arnaldo Esteves Lima, Maria Thereza de Assis Moura, Mário César Ribeiro, Sergio Schwaitzer, Fábio Prieto, Tadaaqui Hirose e Francisco Wildo Lacerda Dantas (membros efetivos) e o Conselheiro Napoleão Nunes Maia Filho (membro suplente).

Ausente, justificadamente, o Conselheiro Humberto Martins.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Presentes, também, o Desembargador Federal Nino Oliveira Toldo (Presidente da Ajufe) e o Dr. Márcio Kayatt (representante do Conselho Federal da OAB), que, conforme disposto no Regimento Interno do Conselho da Justiça Federal, participam da sessão sem direito a voto.

EVA MARIA FERREIRA BARROS
Secretária-Geral

Min. FELIX FISCHER
Presidente

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 231, DE 4 DE ABRIL DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO, no uso das atribuições legais e considerando que o prazo de validade do concurso público realizado em 2011, para provimento dos cargos de Analista Judiciário e de Técnico Judiciário, expirará no dia 12 (doze) de abril corrente, resolve:

a) levar ao conhecimento de quem interessar possa, especialmente dos candidatos aprovados, que, em sessão de 25/03/2014, o Tribunal prorrogou o prazo de validade do concurso público acima referido, por mais 02 (dois) anos contados a partir de 13/04/2014, inclusive; b) fazer constar que o concurso terá validade até 12 de abril de 2016.

Des. JOSÉ FERNANDES DE LEMOS

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS

PORTARIA Nº 118, DE 14 DE ABRIL DE 2014

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art. 9º da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, no art. 51, caput e parágrafos 1º e 3º da Lei nº 12.919, de 24 de dezembro de 2013, e no art. 2º da Instrução Normativa TSE nº 3, de 11 de abril de 2014, resolve:

Art. 1° Fica indisponível para empenho e movimentação financeira o valor de R$ 377.904,38 (trezentos e setenta e sete mil novecentos e quatro reais e trinta e oito centavos), consignado a este Órgão na Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014, referente à Ação Orçamentária 02.122.0570.137E.0542 - Construção de Imóvel para Armazenamento de Urnas Eletrônicas - no Município de Palmas-TO,

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JACQUELINE ADORNO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS
1ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2014 - Gestão 2013/2015)

DECISÕES DE 31 DE MARÇO 2014

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
RELATOR: Conselheiro LAUDIMIRO DE SOUZA

1- Processo-COFECI nº 074/2011. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: PEDRO PINTO DA SILVA NETO - CRECI 6460. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 075/2011. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: JOSÉ ANTÔNIO SÁTIRO DA SILVA - CRECI 5979. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2728/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO VIEIRA DA SILVA FILHO - CRECI 62501. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2742/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EXPEDITO PONCIANO DA SILVA - CRECI 46790. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 608/2012. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: QUERLI STOFFELS - CRECI 35282. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 609/2012. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: SIMONE SILVA SILVEIRA - CRECI 36310. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 611/2012. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: JOÃO JORGE MACIEL DA SILVA - CRECI 35472. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 613/2012. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: ANTÔNIO MÁRIO RODRIGUES NOGUEIRA - CRECI 35598. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 228/2011. Recte: JOÃO BATISTA PEREIRA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 356/2011. Recte: LUIZ VANDERLEY DA SILVA - CRECI 8283. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 368/2011. Recte: PETER RAITH WEBER. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 370/2011. Recte: J.J. E.V. DA PAZ IMOBILIÁRIA LTDA. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 340/2012. Recte: URÂNIA BARBOSA GUEDES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1033/2012. Recte: ESPERINDEUS ALVES DE JESUS - CRECI 9184. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3199/2011. Recte: ALEXANDRE GONCALVES - CRECI 52129. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro WALTER ALVES DE OLIVEIRA/SP

1- Processo-COFECI nº 1103/2006. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: TITO SEBASTIÃO FILIPPINI - CRECI 3208. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1339/2007. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: ANTÔNIO SANTOS ARAGÃO - CRECI 3875. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1137/2010. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuada: CENIRA TEREZINHA CAMPOS - CRECI 7836. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1146/2010. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA VILLA BELLA LTDA - CRECI J-893. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1147/2010. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA VILLA BELLA LTDA - CRECI J-893. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 086/2011. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repda: P. F. Z. CENTRO IMOBILIÁRIO LTDA - CRECI J-21461 e R.T. JUSTINO LOPES FALÇÃO NETO - CRECI 11322. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamento da Inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 3013/2011. Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdas: REAL ATLÂNTICO INCORPORADORA LTDA - CRECI J-741 - RT MARIA RUTHÊNIA DAMASCENO PEIXOTO - CRECI 5655. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem, para aplicar a pena de Cancelamentos das Inscrições, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2754/2011. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repda: MARINICE LEITE DE SOUZA - CRECI 10855. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 607/2012. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: ADIR AROCHA PEDROSO - CRECI 31760. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 612/2012. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: VALDIR JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 17810. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 614/2012. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: VALLEREAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22543. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2623/2011. Recte: WILSON AUGUSTO DE PAULA - CRECI 10114. Recdo: CRECI 5ª Região/GO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2752/2011. Recte: ANTÔNIO CÉSAR NASCIMENTO VIEIRA - CRECI 8028. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3064/2011. Recte: DALLA VALLE E DALLA VALLE LTDA - CRECI J-1073. Recdo: CRECI 19ª Região/MT. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3057/2011. Recte: TROPICAL CORRETORA E CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-852. Recdo: CRECI 14ª Região/MS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro NEWTON MARQUES BARBOSA JÚNIOR/MG

1- Processo-COFECI nº 2647/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARGARIDA MARIA DE LIMA CÂMARA BARROSSO - CRECI 45021. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2723/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDNALDO COSTA CORREIA - CRECI 49540. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1307/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WAGNER EDVALDO FADEL LOZANO - CRECI 46124. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1308/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WAGNER EDVALDO FADEL LOZANO - CRECI 46124. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1375/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PLÍNIO ROSA DA SILVA - CRECI 54774. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1376/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PLÍNIO ROSA DA SILVA - CRECI 54774. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1517/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOÃO RICARDO DECHECHI - CRECI 59105. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1618/2011. Recte: GIA - GUIZARDI IMÓVEIS E ADMINISTRAÇÃO LTDA - CRECI J-323. Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2002/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA JESUS - CRECI 57945. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2003/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA JESUS - CRECI 57945. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2879/2011. Recte: SAB EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2882/2011. Recte: WASHINGTON SOARES DE ALMEIDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2970/2011. Recte: MARIA JOSÉ ORMENESI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 2983/2011. Recte: CLÁUDIA CRISTINA DA SILVA AGUILERA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 2714/2011. Recte: REGINA HELENA GREGÓRIO - CRECI 33989. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ALBERTO FERNANDES DE SOUSA/DF

1- Processo-COFECI nº 645/2011.Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CEMA IMÓVEIS ADMINISTRAÇÃO E EMPREENDIMENTOS S/C LTDA - CRECI 11899. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2563/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCO ANTÔNIO S. DE TOLEDO - CRECI 31199. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2564/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCO ANTÔNIO S. DE TOLEDO - CRECI 31199. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2571/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: FÁTIMA CASTANHEIRA FUZARI - CRECI 64550. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2792/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: GERTRUDES VOLTAN - CRECI 52534. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 229/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: M. P. IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 16599. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 230/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: AISLAN IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-5342. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 233/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BASILIO GALLI & FIUZA LTDA - CRECI J-15631. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1213/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SIEL SISTEMAS IMOBILIÁRIOS E EMPREENDIMENTOS LTDA - CRECI J-18516. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2692/2011. Recte: IMOBILIÁRIA VILA PRUDENTE LTDA - CRECI J-408. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2693/2011. Recte: CAETANO RUBINI NETO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2885/2011. Recte: SANDRA MARA CORREIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2894/2011. Recte: NILTON ROSSANO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 035/2013. Recte: FELÍCIO JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 3670. Recdo: CRECI 14ª Região/MS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 042/2013. Recte: JOÃO ANTÔNIO MOLENTO FILHO - CRECI J-3390. Recdo: CRECI 14ª Região/MS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro IRINEU CELSO LUDVIG/SC

1- Processo-COFECI nº 1330/2007. Recte: JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA - CRECI 6812. Recdo: COFECI. Assunto: AI - Pedido de reconsideração interposto pelo autuado contra a decisão da pena de Cancelamento da Inscrição aplicada pelo CRECI 9ª Região/BA e mantida pela 1ª Câmara Recursal. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida para determinar o arquivamento dos

PROIBIDA VENDA E ASSINATURA

autos, em face da incidência de prescrição que trata o Art. 68 da Resolução COFECI nº 146/82 (Código de Processo Disciplinar). Unânime. 2- Processo-COFECI nº 540/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JORGE GOMES DE OLIVEIRA - CRECI 12950. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 541/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JORGE GOMES DE OLIVEIRA - CRECI 12950. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 642/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: LUMA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI 6609. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 643/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: G. T. L. PLANEJ. V. AD. IMOB. S/C LTDA - CRECI J-4298. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 644/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PANTONI & NAVARRO ADM. E CONS. IMÓVEIS LTDA - CRECI J-11314. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 714/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: A. G. E. AMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-3089. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1815/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOVEN NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA - CRECI J-16264. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1888/2011. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdo: PAULO DE TARSO FLORES LOPES - CRECI 13195. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1584/2011. Recte: OTOT S/A - SERVIÇOS E EMPREENDIMENTOS SOCIAIS - CRECI J-1367. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1585/2011. Recte: CÉLIO RICARDO - CRECI 49523. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão recorrida para aplicar multa equivalente a 02 anuidades. Vencido o Relator. 12- Processo-COFECI nº 2886/2011. Recte: CIMATTI CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2893/2011. Recte: JOSÉ CARLOS VIEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 2955/2011. Recte: SEBASTIÃO AGOSTINHO DE LIMA NETO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 2999/2011. Recte: MARIA TEREZINHA DE SOUZA BRITO MOLINARI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro JACI MONTEIRO COLARES/PA

1- Processo-COFECI nº 502/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AILTON SEBASTIAO ARAÚJO - CRECI 49073. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 542/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ENIO SILVA MARELLA - CRECI 32655. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 544/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: AYRTON CAMANHO - CRECI 14890. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2745/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SEBASTIÃO DIMAS RIBEIRO - CRECI 65491. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3226/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SÉRGIO FRANCISCO GALO - CRECI 19424. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1187/2012. Recte e Recdo: CRECI 7ª Região/PE "ex officio". Repdo: MARCOS CÉSAR DE ALENCAR NOYA LEAL - CRECI 8449. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 266/2014. Recte e Recdo: CRECI 7ª Região/PE "ex officio". Repdo: MARCOS CÉSAR DE ALENCAR NOYA LEAL - CRECI 8449. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 267/2014. Recte e Recdo: CRECI 7ª Região/PE "ex officio". Repdo: MARCOS CÉSAR DE ALENCAR NOYA LEAL - CRECI 8449. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 268/2014. Recte e Recdo: CRECI 7ª Região/PE "ex officio". Repdo: MARCOS CÉSAR DE ALENCAR NOYA LEAL - CRECI 8449. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 269/2014. Recte e Recdo: CRECI 7ª Região/PE "ex officio". Repdo: MARCOS CÉSAR DE ALENCAR NOYA LEAL - CRECI 8449. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 503/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ NUNES DE OLIVEIRA - CRECI 19761. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 504/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ FELÍCIO MAZZEI - CRECI 48347. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 543/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS LEONARDO PEREIRA LIMA - CRECI 63102. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1527/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ACLIMAÇÃO IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-6810. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 1814/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA PORTO & RODRIGUES LTDA - CRECI J-1915. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias cumulada com Multa de 02 anuidades. Unânime. 16- Processo-COFECI nº 3270/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: GRAI IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1023. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias cumulada com Multa de 02 anuidades. Unânime. 17- Processo-COFECI nº 2321/2011. Recte: MILTON RIBEIRO DE CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 18- Processo-COFECI nº 2876/2011. Recte: PATRÍCIA SOARES DE QUEIROZ. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 19- Processo-COFECI nº 2899/2011. Recte: FERNANDO BANDEIRA FORTUNA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 20- Processo-COFECI nº 3363/2011. Recte: PEDRO DE MELLO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PASCHOAL GUILHERME DO N. RODRIGUES/AM

1- Processo-COFECI nº 505/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: PALERMO IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-12417. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 607/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALCIDES MARQUES DE OLIVEIRA - CRECI 49078. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 616/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BERTIOGA IMÓVEIS INC. E CONSTRUTORA S/C LTDA - CRECI J-14485. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1813/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA DE LOURDES MENANDRO - CRECI 21928. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3230/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FÁTIMA DE FREITAS MORGADO - CRECI 39229. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1400/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO CARLOS DE CAMARGO - CRECI 24073. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1401/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONINHO CARLOS VIEIRA DE MATOS - CRECI 47554. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1541/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: APARECIDA LUZIA PRINA DA SILVA - CRECI 58454. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias cumulada com Multa de 02 anuidades. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1635/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CAMPANA IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-17456. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1958/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDSON RENATO VALENTIM - CRECI 46770. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 3259/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: NATANAEL TOMAZ DA SILVA - CRECI 38988. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2199/2011. Recte: JOÃO BOSCO RODRIGUES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2303/2011. Recte: JOSÉ LUIZ NOBILE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 2336/2011. Recte: SÉRGIO AUGUSTO SOARES PUGLIESE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3379/2011. Recte: MOINHO DE VENTO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS CORDEIRO/PB

1- Processo-COFECI nº 3168/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ ALVES DA SILVA FILHO - CRECI 32810. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3169/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ ALVES DA SILVA FILHO - CRECI 32810. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 3200/2011. Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: SEBASTIÃO DIMAS RIBEIRO. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1276/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MAX HENRIQUE BORASCHI - CRECI 54178. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1279/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CÉLIO VIDAL - CRECI 13217. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1280/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CÉLIO VIDAL - CRECI 13217. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1817/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CARLOS ALBERTO EUSEBIOS SARMENTO - CRECI 61382. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1917/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO JOSÉ CORREA NETO - CRECI 55839. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3260/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VERTIKAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-13257. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 3261/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CELESTE CONCEICÃO RODRIGUES SCARMAGNANI - CRECI 52898. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 223/2011. Recte: MARCOS ANTÔNIO FERREIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 234/2011. Recte: GELSO ASSIS JÚNIOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2249/2011. Recte: CONSTRUTORA EUGÊNIO GARCIA LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 2946/2011. Recte: TAIANE PROENÇA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 3193/2011. Recte: NEUBER LICÍNIO MEIRA - CRECI 52226. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

Brasília-DF, 10 de abril de 2014.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

2ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2014 - Gestão 2013/2015)

DECISÕES DE 31 DE MARÇO 2014

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
RELATOR: Conselheiro FLÁVIO KOCH/RS

1- Processo-COFECI nº 133/2011. Recte e Recdo: CRECI 1ª Região/RJ "ex officio". Repdo: WALNER FORTUNATO DE ARAÚJO - CRECI 26725. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2060/2012. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Autuada: MARIA DE LOURDES CASSIANO - CRECI 6461. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2762/2011. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Autuado: LUIZ ALTINO DA SILVA - CRECI 15023. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 065/2012. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Autuado: SEVERINO NAVA - CRECI 5441. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 066/2012. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Autuada: MARISA REGINA RIBEIRO - CRECI 13819. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 067/2012. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Autuado: GILBERTO JOSÉ GANTZEL - CRECI 11449. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 068/2012. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA BENCK LTDA - CRECI J-1149. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 342/2013. Recte: MEMPHIS ASSESSORIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-2650. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3351/2012. Recte: PAULO ANTÔNIO BATISTA. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 011/2013. Recte: JOSÉ MANOEL TIAGO BITTENCOURT - CRECI 10226. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 012/2013. Recte: SEBASTIÃO ROMERES - CRECI 14079. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 343/2013. Recte: JAQUELINE DORNELES - CRECI 21231. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3019/2012 . Recte: JOSÉ AMARO RODRIGUES PARAGUASSU - CRECI 12926. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de ori-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

gem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 006/2013. Recte: ROMERO CEZAR TOLEDO - CRECI 18810. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 344/2013. Recte: JOSÉ MÁRIO DE OLIVEIRA - CRECI 17404. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ANTÔNIO SPINETTI ALVES/GO

1- Processo-COFECI nº 665/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuada: MACAN & ZILLI LTDA - CRECI J-1665. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 680/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuada: PRECISA AVALIAÇÃO E SINISTRO S/S LTDA - CRECI J-2564. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 688/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuada: EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS ROTA SUL LTDA - CRECI J-1392. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 697/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA SIQUEM LTDA - ME - CRECI J-2355. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2118/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: MARCOS ADRIANO VITORINO - CRECI 12133. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 106/2013. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: ROGÉRIO CARDOSO MALLMANN - CRECI 11633. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 115/2013. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: SANDRA ANGIOLETTI DE SOUZA - CRECI 11948. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 069/2012. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Autuado: ISMAEL ROCHA - CRECI 13273. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2058/2012. Recte e Recdo: CRECI 6ª Região/PR "ex officio". Autuada: IMOBILIÁRIA MIL NEGÓCIOS LTDA - CRECI J-3585. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2129/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: JULIANO MARCELO DA SILVA - CRECI 14295. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 057/2012. Recte: H. MAROCHI IMÓVEIS S/C LTDA - CRECI J-3786. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2270/2012. Recte: CLODIVAL BATISTELA - CRECI 12673. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Por maioria, mantida a decisão de origem. Vencido o Relator. 13- Processo-COFECI nº 2272/2012. Recte: IMOBILIÁRIA BOM IMÓVEIS LTDA - CRECI J-4079. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 110/2013. Recte: HÉLIO PAULO MATTJE - CRECI 2533. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 058/2012. Recte: HAMILTON LUIS SANTOS MAROCHI - CRECI 10953. Recdo: CRECI 6ª Região/PR. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro FREDERICO ALISON DE SOUZA MENDONÇA/PE

1- Processo-COFECI nº 046/2012. Recte e Recdo: CRECI 13ª Região/ES "ex officio". Autuado: ANTÔNIO SÉRGIO MACHADO CARPANEDA - CRECI 3096. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2- Processo-COFECI nº 670/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuado: LEONARDO CHAVES CANSZEWESKI - CRECI 14435. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3- Processo-COFECI nº 673/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuada: D. F. S. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-1289. DECISÃO: Retirado de Pauta. 4- Processo-COFECI nº 690/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuado: CARLOS ALBERTO BORGES - CRECI 2464. DECISÃO: Retirado de Pauta. 5- Processo-COFECI nº 695/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuado: PAULO PEREIRA - CRECI 3881. DECISÃO: Retirado de Pauta. 6- Processo-COFECI nº 696/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuado: ARTUR GUERREIRO NETO - CRECI 12735. DECISÃO: Retirado de Pauta. 7- Processo-COFECI nº 583/2013. Recte: DIAGONAL VENDAS IMOBILIÁRIAS S/S LTDA - CRECI J-920. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Retirado de Pauta. 8- Processo-COFECI nº 754/2013. Recte: VERONA ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS E TURISMO LTDA - CRECI J-478. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Retirado de Pauta. 9- Processo-COFECI nº 2167/2012. Recte: DOUGLAS ROBERTO NAPOLI - CRECI 12180. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Retirado de Pauta. 10- Processo-COFECI nº 007/2013. Recte: MANOEL JOSÉ DOS SANTOS - CRECI 20170. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Retirado de Pauta. 11- Processo-COFECI nº 008/2013. Recte: EDUARDO AUGUSTO ANDRADE RODRIGUES SILVESTRE - CRECI 19148. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Retirado de Pauta. 12- Processo-COFECI nº 2051/2012. Recte: J. I. ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-671. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Retirado de Pauta. 13- Processo-COFECI nº 010/2013. Recte: LUIZ DIAS DE CASTRO FILHO - CRECI 15625. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Retirado de Pauta. 14- Processo-COFECI nº 345/2013. Recte: LEANDRO VASQUES PEÇANHA - CRECI 13307. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Retirado de Pauta. 15- Processo-COFECI nº 582/2013. Recte: MARIA MARLENE BESERRA VIANA - CRECI 4725. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Retirado de Pauta.

RELATOR: Conselheiro SAMUEL ARTHUR PRADO/BA

1- Processo-COFECI nº 669/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuado: WALDIR CARLOS RIBEIRO - CRECI 8440. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 677/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuado: JOSÉ ANTÔNIO MACHADO SOARES - CRECI 9620. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 687/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuado: ADROALDO DELLA GUSTINA - CRECI 9048. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 689/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuada: CORAL VENDAS E ADM. DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-1391. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 698/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Autuada: PULMONARI & SHAFFER EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - CRECI J-2224. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1535/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FRANCISCO ASSIS ALVES SILVA - CRECI 38699. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 107/2013. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repda: MARIA DE LOURDES DE SOUZA - CRECI 12139. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 894/2011. Recte: MARISTELA RUSCHEL - CRECI 5474. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3047/2012. Recte: WAGNER RIBEIRO DE ANDRADE - CRECI 14915. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 101/2013. Recte: FÁBIO RENATO PEREIRA - CRECI 13629. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 386/2013. Recte: RICELI JOSÉ BELOTTO - CRECI 12431. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 047/2012. Recte: FIGUEREDO E MENDES LTDA - CRECI J-2936. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 009/2013. Recte: ALACIEL FELIPE - CRECI 11035. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 392/2013. Recte: ASSESSORIA IMOBILIÁRIA JOINVILLE LTDA - CRECI J-2777. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 2168/2012. Recte: JOÃO CARLOS MACHADO LACERDA - CRECI 15457. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro EDUARDO AFONSO D. DE MENDONÇA/PA

1- Processo-COFECI nº 2567/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NELSON DINAZIO - CRECI 5227. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2568/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: NELSON DINAZIO - CRECI 5227. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2736/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO JAIR ROSA - CRECI 37023. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2737/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO JAIR ROSA - CRECI 37023. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2835/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ÉLCIO HÉLIO DE LIMA FRAGELLI - CRECI 56423. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2836/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ÉLCIO HÉLIO DE LIMA FRAGELLI - CRECI 56423. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 004/2013. Recte e Recdo: CRECI 15ª Região/CE "ex officio". Repdo: LUIZ CARLOS FERRARI - CRECI 5091. DECISÃO: Retirado de Pauta. 8- Processo-COFECI nº 1070/2013. Recte e Recdo: CRECI 17ª Região/RN "ex officio". Repdo: GUILHERME LIMA DA FONSECA - CRECI 1473. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 973/2011. Recte: REGINA MARIA TRINDADE DE CARVALHO - CRECI 4688. Recdo: CRECI 15ª Região/CE. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 160/2013. Recte: MÓBILI MOSSORÓ IMOBILIÁRIA-FI - CRECI J-1230. Recdo: CRECI 17ª Região/RN. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 163/2013. Recte: SINTRA IMÓVEIS CONSULTORIA IMOBILIÁRIA LTDA - CRECI J-2960. Recdo: CRECI 17ª Região/RN. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 390/2013. Recte: LOCALIZA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2179. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 391/2013. Recte: LOCALIZA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2179. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 396/2013. Recte: LOCALIZA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2179. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 397/2013. Recte: LOCALIZA IMÓVEIS LTDA - CRECI J-2179. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CLAUDEMIR NEVES/MS

1- Processo-COFECI nº 2574/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO PEREIRA - CRECI 27371. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2575/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROBERTO PEREIRA - CRECI 27371. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2682/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MANOEL AFONSO TEIXEIRA - CRECI 33452. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2734/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TÂNIA IARA DA SILVA - CRECI 49199. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2735/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TÂNIA IARA DA SILVA - CRECI 49199. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1529/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DIOMAR ANASTÁCIO FARIA FILHO - CRECI 54909. DECISÃO: Recurso Provido Parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 3024/2011. Recte: SALINETE LOPES DE MOURA. Recdo: CRECI 21ª Região/PB. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 627/2012. Recte: CARLOS ALBERTO BARBOSA. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2380/2012. Recte: B. R. MENDES FILHO IMÓVEIS - CRECI J-260. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 147/2013. Recte: M. C. F. SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA IMOBILIÁRIO LTDA - CRECI J-2955. Recdo: CRECI 17ª Região/RN. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 148/2013. Recte: M. C. F. SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA IMOBILIÁRIO LTDA - CRECI J-2955. Recdo: CRECI 17ª Região/RN. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 149/2013. Recte: M. C. F. SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA IMOBILIÁRIO LTDA - CRECI J-2955. Recdo: CRECI 17ª Região/RN. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 161/2013. Recte: BEM IMÓVEIS LTDA - CRECI J-3000. Recdo: CRECI 17ª Região/RN. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 164/2013. Recte: RUI NUNO GOMES VIVENTE - CRECI 3253. Recdo: CRECI 17ª Região/RN. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 490/2013. Recte: M.S.W. CONSULTORIA E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-4691. Recdo: CRECI 13ª Região/ES. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PAULO ANTUNES MACIEL/MT

1- Processo-COFECI nº 1555/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CANTÍLIO MADUREIRO FILHO - CRECI 31768. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2724/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DARCY DE QUEIROZ BENJAMIN - CRECI 46751. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2725/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DARCY DE QUEIROZ BENJAMIN - CRECI 46751. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2726/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DARCY DE QUEIROZ BENJAMIN - CRECI 46751. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2727/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: DARCY DE QUEIROZ BENJAMIN - CRECI 46751. DECISÃO: Recurso Provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2731/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LESSANDRO LUIS BARBOSA GUERRA - CRECI 67759. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2361/2012. Recte: PEREIRA VERAS, FEITOSA E CIA LTDA - CRECI J-144. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. DECISÃO: Retirado de Pauta. 8- Processo-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

COFECI nº 2362/2012. Recte: PEREIRA VERAS, FEITOSA E CIA LTDA - CRECI J-144. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2363/2012. Recte: PEREIRA VERAS, FEITOSA E CIA LTDA - CRECI J-144. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2364/2012. Recte: PEREIRA VERAS ,FEITOSA E CIA LTDA - CRECI J-144. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2365/2012. Recte: PEREIRA VERAS, FEITOSA E CIA LTDA - CRECI J-144. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 2366/2012. Recte: PEREIRA VERAS, FEITOSA E CIA LTDA - CRECI J-144. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2367/2012. Recte: PEREIRA VERAS, FEITOSA E CIA LTDA - CRECI J-144. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 2368/2012. Recte: PEREIRA VERAS, FEITOSA E CIA LTDA - CRECI J-144. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 2369/2012. Recte: PEREIRA VERAS ,FEITOSA E CIA LTDA - CRECI J-144. Recdo: CRECI 20ª Região/MA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ADENILSON CARLOS VIDOVIX/TO

1- Processo-COFECI nº 1225/2008. Recte: THAIANY IMOVEIS LTDA - CRECI J-1872. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Retornou com pedido de reconsideração interposto pela representada contra a decisão da pena de Cancelamento da Inscrição, aplicada pelo CRECI 11ª Região/SC e mantida pela 2ª Câmara Recursal. DECISÃO: Retirado de Pauta. 2- Processo-COFECI nº 1391/2010. Recte: BOFF- PEREIRA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA. - CRECI 14838. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pela representada da decisão da pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias c/c Multa de 03 anuidades imposta pela 2ª Câmara Recursal, em face de composição formalizada entre as partes. DECISÃO: Retirado de Pauta. 3- Processo-COFECI nº 1871/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA APARECIDA DOS SANTOS - CRECI 31742. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2117/2012. Recte e Recdo: CRECI 11ª Região/SC "ex officio". Repdo: MARCOS ADRIANO VITORINO - CRECI 12133. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2716/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MÁRCIA MOREIRA DA SILVA - CRECI 67240. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2717/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MÁRCIA MOREIRA DA SILVA - CRECI 67240. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2729/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ ANTÔNIO PEREIRA GUERRA - CRECI 25062. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2730/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ ANTÔNIO PEREIRA GUERRA - CRECI 25062. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2901/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LUIZ PEREIRA - CRECI 36998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2902/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ LUIZ PEREIRA - CRECI 36998. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1925/2012. Recte: ANTÔNIO CARLOS JANINE. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 111/2013. Recte: VALMOR BRAMBILLA - CRECI 9996. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 112/2013. Recte: SUPERVISÃO COMÉRCIO DE IMÓVEIS LTDA - CRECI J-916. Recdo: CRECI 11ª Região/SC. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 722/2012. Recte: VITOR HUGO BARROS DE OLIVEIRA - CRECI 21789. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 2805/2011. Recte: PAULO JOSÉ SOARES. Recdo: CRECI 4ª Região/MG. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

Brasília-DF, 10 de abril de 2014.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

3ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2014 - Gestão 2013/2015)

DECISÕES DE 31 DE MARÇO 2014

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS
RELATOR: Conselheiro LUIZ AUGUSTO MILL/ES

1- Processo-COFECI nº 521/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: NAZARÉ RAMOS DE CARVALHO-CRECI 2956. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para, suprimida a multa, manter a pena de cancelamento da inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 553/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: CLEBER NASCIMENTO DE SOUZA-CRECI 3197. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para, suprimida a multa, manter a pena de cancelamento da inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1036/2012. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Autuado: JOSÉ CARLOS GALRÃO GUIMARÃES-CRECI 4424. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 515/2013. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: ROQUE CARLOS BARCELAR LIMA-CRECI 6675. Decisão: Recurso provido parcialmente. Por maioria e vencido o Relator, reformada a decisão de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 30 dias, cumulada com multa no valor de 2 anuidades. 5- Processo-COFECI nº 538/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: DIANA BARBOSA PRETZEL-CRECI 4545. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 539/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuada: ALCEMIRA DE FÁTIMA NOGUEIRA MENEZES-CRECI 3975. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 542/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: SEBASTIÃO ANTONIO DUARTE-CRECI 4669. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 556/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ROLANDO DA SILVA QUADROS-CRECI 3219. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 077/2012. Recte: CIAL SALVADOR LANÇAMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-1016. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 516/2013. Recte: JERÔNIMO PEIXOTO-CRECI 6436.Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATORA: Conselheira MARIA DE FÁTIMA S. FREIRE SOBRAL/SE

1- Processo-COFECI nº 527/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: SANDOVAL RIBEIRO RODRIGUES-CRECI 3456. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para, suprimida a multa, manter a pena de cancelamento da inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 554/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: ELDONOR DE FREITAS LOBATO-CRECI 0442. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 541/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: FRANCISCO LOBATO PORTELA-CRECI 1616. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para, suprimida a multa, manter a pena de suspensão da inscrição por 90 dias, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 073/2012. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-1148. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa no valor de 6 anuidades. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 074/2012. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-1148. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa no valor de 6 anuidades. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 075/2012. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-1148. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa no valor de 6 anuidades. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 076/2012. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-1148. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de multa no valor de 6 anuidades. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 078/2012. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-1148. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 079/2012. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-1148. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 080/2012. Recte: CONSTRUTORA TENDA S/A-CRECI J-1148. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO CARLOS CORREIA PERES/RN

1- Processo-COFECI nº 305/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: IMOBILIÁRIA TRABULSI LTDA-CRECI J-0117. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2955/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS ADRIANO SALIM-CRECI 51795. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2956/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS ADRIANO SALIM-CRECI 51795. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3320/2012. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: EMANUEL AFONSO DA HORA MATA-CRECI 0496. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3321/2012. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repda: ANA CLAUDIA SANTOS DA SILVA-CRECI 9038. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 3322/2012. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: LENALDO LEAL DOS SANTOS-CRECI 7543. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 306/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: NAGIB TRABULSI-CRECI 0922. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1930/2012. Recte: PRISCILA GUILHERME DE MORAIS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2201/2012. Recte: ELIZAMA FRANCISCO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 3327/2012. Recte: ÂNGELO LOPES FERNANDES JÚNIOR-CRECI 9742. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro RUY PINHEIRO DE ARAÚJO/MT

1- Processo-COFECI nº 259/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: RARUS ASS. E PLAN. IMOB. S/C LTDA-CRECI J-14249. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2830/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PETER JOSEF SIMON-CRECI 11130. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2831/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PETER JOSEF SIMON-CRECI 11130. Decisão: Negado provimento ao Recurso. Por maioria e vencido o Relator, mantida a decisão de origem, nos termos dos votos alternativo e revisor. 4- Processo-COFECI nº 2843/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROGÉRIO DE OLIVEIRA-CRECI 53387. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 234/2012. Recte: SILVA SOLAR COMÉRCIO E INCORPORAÇÕES LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 874/2012. Recte: ELWING EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S/C LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 930/2013. Recte: CARLOS ALEXSANDRO CECHETTO-CRECI 60517. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 931/2013. Recte: PORTINARI IMÓVEIS LTDA-CRECI J-18149. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 987/2013. Recte: VALDEMAR SEBASTIÃO VIEIRA-CRECI 84367. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 988/2013. Recte: CLAUDIO ANTONIO CORRADINI-CRECI 59235. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro RAIMUNDO CUNHA TORRES/MA

1- Processo-COFECI nº 1094/2006. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada:SNEIADMINISTRAÇÃO VENDAS E REPRESENTAÇÃO LTDA-CRECI J-20094. Decisão: Determinado o arquivamento dos autos em face da incidência da prescrição de que trata o Art. 70 do Código de Processo Disciplinar (Resolução-Cofeci nº 146/82). Unânime. 2- Processo-COFECI nº 310/2010. Recte: EDUARDO ÁLVARO MARTINI DE CASTRO-CRECI 12154. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pelo denunciado contra a decisão da pena de cancelamento da inscrição imposta pelo CRECI/SP, mantida pela 3ª Câmara Recursal. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão recorrida para aplicar a pena de multa no valor de 3 anuidades. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 311/2010. Recte: EDSON MARTINS SPOSITO-CRECI 57882. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Pedido de reconsideração interposto pelo denunciado contra a decisão da pena de cancelamento da inscrição imposta pelo CRECI/SP, mantida pela 3ª Câmara Recursal. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão recorrida para aplicar a pena de multa no valor de 3 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2676/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ROMEU BARBOSA DE FREITAS-CRECI 44429. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2696/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: GUMERCINDO BENTO-CRECI 12581. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2895/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO NEGRI DA COSTA-CRECI 7982. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2976/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDGAR ANTONIO ROSSI-CRECI 12575. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2977/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDGAR ANTONIO ROSSI-CRECI 12575. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 3016/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: BENEDITO PANHOTA IMÓVEIS & CIA LTDA-CRECI J-2449. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 3197/2011. Recte: Flávio milena Franceschini-creci 41692. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro VILMAR PINTO DA SILVA/AL

1- Processo-COFECI nº 2829/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PEDRO CARLOS DE OLIVEIRA-CRECI 28117. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2923/2010. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: RENY MATOS DE SOUZA-CRECI 53797. Decisão: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição pelo prazo fixo de 30 dias, cumulada com multa no valor de 4 anuidades. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 360/2013. Recte: LEAL MOREIRA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-0305. Recdo: CRECI 12ª Região/PA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 361/2013. Recte: LEAL MOREIRA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-0305. Recdo: CRECI 12ª Região/PA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 362/2013. Recte: LEAL MOREIRA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-0305. Recdo: CRECI 12ª Região/PA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 363/2013. Recte: LEAL MOREIRA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-0305. Recdo: CRECI 12ª Região/PA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 364/2013. Recte: LEAL MOREIRA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-0305. Recdo: CRECI 12ª Região/PA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8 - Processo-COFECI nº 365/2013. Recte: LEAL MOREIRA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-0305. Recdo: CRECI 12ª Região/PA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 366/2013. Recte: LEAL MOREIRA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-0305. Recdo: CRECI 12ª Região/PA. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10 - Processo-COFECI nº 367/2013. Recte: LEAL MOREIRA IMOBILIÁRIA LTDA-CRECI J-0305. Recdo: CRECI 12ª Região/PA.Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro MANOEL NOGUEIRA LIMA NETO/PI

1- Processo-COFECI nº 3275/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANSELMO DE PAULA-CRECI 56867. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1468/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ENKA CONSULTORIA DE IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-14471. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1625/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada:ORGANIZAÇÃOIMOBILIÁRIACAMPOGRANDES/C LTDA-CRECI J-16032. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2421/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda:PRADOEPRADOIMÓVEIS&ADMINISTRAÇÃOS/CLTDA - CRECI J-3677. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2422/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: VALDEVINO DO PRADO-CRECI 28546. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2448/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ÂNGELO BERNARDI-CRECI 21356. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2584/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ DOLL LUCANTE SALDANHA-CRECI 16964. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2677/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VALMIR RAMOS-CRECI 71973. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2679/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO GOMES DA ROCHA-CRECI 28167. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 803/2012. Recte: LOURIVAL DE REZENDE-CRECI 65427. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro FERNANDO CÉSAR CASAL BATISTA/RO

1- Processo-COFECI nº 2631/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: LUMA IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-6609. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2840/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDGAR GONÇALVES OLIVEIRA-CRECI 12824. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2898/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DOMINGOS ALVES MACHADO-CRECI 38068. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2899/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DOMINGOS ALVES MACHADO-CRECI 38068. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3014/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: KAZUMITSU MORIKAWA-CRECI 25050. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 3015/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: KAZUMITSU MORIKAWA-CRECI 25050. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 994/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: VAL MAT IMÓVEIS E ADM. S/S LTDA-EPP - CRECI J-5674. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 995/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FABIANI MATHIAS HOLZAPFEL-CRECI 66513. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2983/2012. Recte: ESPAÇO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-CRECI J-8876. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2984/2012. Recte: JOSÉ MARIA DE SOUZA BUENO-CRECI 29891. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. Decisão: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para absolver o representado por improcedente a denúncia. Unânime.

Brasília-DF, 10 de abril de 2014.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

4ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2014 - Gestão 2013/2015)

DECISÕES DE 31 DE MARÇO 2014

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro UBIRAJARA SZEKIR DE OLIVEIRA/RS

1- Processo-COFECI nº 3279/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCO ANTONIO MATTOSO MENDONÇA-CRECI 8433. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3280/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MARCO ANTONIO MATTOSO MENDONÇA-CRECI 8433. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 270/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: H G IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-17787. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1201/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JUDIVAM LUIZ FERREIRA-CRECI 45410. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1202/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JUDIVAM LUIZ FERREIRA-CRECI 45410. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1896/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: HORÁCIO GONÇALVES MARQUES-CRECI 29223. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1907/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: RENATO MARCELO JORGE-CRECI 42217. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1908/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO MACEDO NETO-CRECI 41589. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 2515/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ALBERTO PONIACZYK-CRECI 43905. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2003/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ELISÂNGELA OLIVEIRA RODRIGUES-CRECI 70011. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 2579/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: JOÃO VIEIRA DE SOUSA-CRECI 33343. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 199/2011. Recte: ANTONIO BAREM CAMARGO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 144/2012. Recte: SHEILA PINTO DE CARVALHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1935/2012. Recte: SALETE DE FÁTIMA COELHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 790/2012. Recte: APARECIDO FRANCISCO DA SILVA-CRECI 64507. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro HERMES RODRIGUES DE A. FILHO/DF

1- Processo-COFECI nº 997/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: FABIANI MATHIAS HOLZAPFEL-CRECI 66513. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1901/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: NEUSA DÁRIO CALAZANS-CRECI 46497. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1916/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOÃO JOSÉ CORRÊA NETO-CRECI 55839. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1922/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: MARIA APARECIDA VINEL DE BRITO DA SILVA-CRECI 58589. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1454/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: SUELI STROPP BORBA-CRECI 28156. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1465/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: ÂNGELA MARIA DE CARVALHO ALMEIDA-CRECI 59009. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1662/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VALCI MENDES DE OLIVEIRA-CRECI 65825. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2015/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: AFONSO PEDRO DE LIMA-CRECI 19846. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 982/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MAJOR EMPREENDIMENTOS E INCORPORAÇÃO LTDA-CRECI J-19102. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 983/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: MARIA FERNANDA MATOS MAJOR-CRECI 62469. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 993/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: CARLOS ROBERTO FERREIRA DA COSTA-CRECI 63698. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 224/2011. Recte: NADIR DE FÁTIMA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para absolver a autuada, por improcedente a atuação. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 243/2011. Recte: MARIA AMÁLIA COLLI DE PAULA MACHADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3012/2011. Recte: ANA MARISA RICHTER. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 336/2012. Recte: HEBERT HEINZ HEYER. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro NILSON RIBEIRO DE ARAÚJO/BA

1- Processo-COFECI nº 2435/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DORIVAL ROMANINI-CRECI 48020. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2439/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: EDISON XAVIER-CRECI 21650. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2595/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: MANOEL FIGUEIREDO GONÇALVES-CRECI 18121. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 789/2013. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Repdo: EDSON ARANTES DA SILVA-CRECI 3978. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 398/2011. Recte e Recdo: CRECI 19ª Região/MT "ex officio". Autuada: N. C. IMÓVEIS LTDA-CRECI J-0889. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1902/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SEBASTIÃO PULCINO DA SILVA-CRECI 59187. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1903/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SEBASTIÃO PULCINO DA SILVA-CRECI 59187. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1912/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ CLAUDIO DE MORI-CRECI 6742. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 980/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ERA IMÓVEIS E REPRESENTAÇÕES S/C LTDA-CRECI J-15502. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 981/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: OSWALDO BARBOSA COUTINHO-CRECI 25617. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 201/2011. Recte: SOLANGE CRISTINA AMÂNCIO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 3345/2011. Recte: SOLAIA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Unânime. 13- Processo-CO-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

FECI nº 3382/2011. Recte: KARIN DITTRICH. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 199/2012. Recte: TEREZA MARIA REDOM. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 037/2013. Recte: ROSÂNGELA INÊS COLPANI-ME. Recdo: CRECI 19ª Região/MT. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro DANIEL FERNANDES ALVES/ES

1- Processo-COFECI nº 763/2012. Recte: Hudson do nascimento-creci 40270. Recdo: COFECI. Assunto: AI - Pedido de reconsideração interposto pelo autuado contra a decisão da pena de cancelamento da inscrição aplicada pelo CRECI/SP, mantida pela 4ª Câmara Recursal. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1688/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: DÉCIO MATIELLO-CRECI 14499. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2562/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: KELLI DOS SANTOS CARVALHO-CRECI 64583. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2822/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: PAULO ROBERTO MAXIMINO-CRECI 29226. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3562/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: CENTENÁRIO IMÓVEIS S/C LTDA-CRECI J-18037. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 3563/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: GLÁUCIA RAMOS LUCAS-CRECI 56097. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1894/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TERESINHA APARECIDA DE A. DOS SANTOS-CRECI 59769. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 1895/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: TERESINHA APARECIDA DE A. DOS SANTOS-CRECI 59769. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 1899/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: LUIZ FERNANDO CUNHA GIRALDES-CRECI 27559. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 155/2011. Recte: ROSÂNGELA CLEMENTINA LOURENÇO DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 197/2011. Recte: MARIA IGNEZ SERAPIÃO FISCHER. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 3381/2011. Recte: LUIZ FERNANDO GOMES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 3383/2011. Recte: TEODORO ROBERTO SANT´ANA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 3384/2011. Recte: CECÍLIA DE FARIA DE ASSUNÇÃO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 1956/2012. Recte: LUIZ DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro JOSÉ MARIA CAVALCANTE LIMA/CE

1- Processo-COFECI nº 2552/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO EDUARDO LISBOA DE ALMEIDA-CRECI 42240. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 3000/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: HÉLIO DE OLIVEIRA SIENA-CRECI 3097. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 3001/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: HÉLIO DE OLIVEIRA SIENA-CRECI 3097. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3004/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA-CRECI 33358. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3005/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JOSÉ ROBERTO TEIXEIRA-CRECI 33358. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 977/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: REINALDO GARCIA DE MIRANDA-CRECI 64483. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 1924/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: HERMINIO JOSÉ DA SILVA NETO-CRECI 41717. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 154/2011. Recte: MARIA DAS DORES AMORIM. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido. Por maioria, reformada a decisão de origem para determinar o arquivamento do processo. Vencido o Relator. 9- Processo-COFECI nº 339/2012. Recte: VALDIR APARECIDO RAMOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1942/2012. Recte: CONSTRUVERT EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1958/2012. Recte: CARLOS ANTONIO DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 681/2013. Recte: ANA FLORA DE MIRANDA LIMA VALENTIM. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 683/2013. Recte: CLAUDIO APARECIDO DALLA BERNARDINA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 684/2013. Recte: ENILDA DA SILVA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 951/2013. Recte: FERNANDO VELLOSO FERNANDES-CRECI 36009. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro WALDEMIR BEZERRA DE FIGUEIREDO/RN

1- Processo-COFECI nº 1915/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTONIO PAULINO DA SILVA NETO-CRECI 17613. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1918/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CESÁRIO ASSENÇÃO DA SILVA-CRECI 16048. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2510/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: STHATHUS ASSESSORIA IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-16105. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 2810/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CAETANO FERNANDES NETO-CRECI 49085. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2825/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: WILSTON EDER DA SILVA TOSTA-CRECI 71064. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 2861/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: YARA RITA QUEIROZ PIRES-CRECI 56347. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 2015/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: KÁTIA FERREIRA VILLELA-CRECI 63799. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 2511/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ADHAURY LUIZ BARREIRO-CRECI 4502. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 229/2011. Recte: EMERSON SIMEÃO RAMOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 2934/2011. Recte: MARIA ELIZABETH FURLAN. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 338/2012. Recte: LUCIANO FÉLIX MARTINS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1927/2012. Recte: RONALD ANTONIO MIGLIANO VENTURA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1937/2012. Recte: APRIGIO DE OLIVEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1940/2012. Recte: JULIANA MARCHELLI LEME. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 1943/2012. Recte: ROGÉRIO VICENTE ALVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PLÍNIO FERREIRA MARQUES/MA

1- Processo-COFECI nº 2545/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: HELANE SERPA DO NASCIMENTO-CRECI 55706. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2629/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SANDOVAL GALVÃO GOMES-CRECI 41104. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2811/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: FLAVIANO CARDOSO DE SÁ-CRECI 71926. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3013/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: VALDIR FERREIRA CARDOSO-CRECI 22877. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 3104/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: LUAR IMOBILIÁRIA S/C LTDA-CRECI J-16256. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1911/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: TEÓFILO DE PAULO-CRECI 43063. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 309/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repda: ELISABETE LEMES-CRECI 64283. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 200/2012. Recte: JOSÉ ANTONIO ALVES JÚNIOR-CRECI 50878. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 440/2012. Recte: ADILSON EDER SAPIA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1928/2012. Recte: GISLAINE APARECIDA PIRES DE ALMEIDA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1932/2012. Recte: ALYNE GATTO CASTANHEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1941/2012. Recte: SAMUEL DOMINGUES TEIXEIRA DOMINGOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 1945/2012. Recte: ARIOVALDO MARCELO GALUZZI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 1966/2012. Recte: JORGE LUIS TENÓRIO MARTINS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 2221/2012. Recte: ACHILES FREDERICHO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ADELMO GUIMARÃES BRAGA COSTA/AL

1- Processo-COFECI nº 1904/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS APARECIDO ALBERTINO-CRECI 58844. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1905/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: CARLOS APARECIDO ALBERTINO-CRECI 58844. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 1906/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ELIAS DOMINGUES-CRECI 39046. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1909/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO MÁRIO DA SILVA-CRECI 31539. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1910/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SÉRGIO MÁRIO DA SILVA-CRECI 31539. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 6- Processo-COFECI nº 1923/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: JAIRO MONTEIRO MEGDA-CRECI 19539. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 7- Processo-COFECI nº 141/2012. Recte: MARIA LUISA GALDINO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 8- Processo-COFECI nº 337/2012. Recte: TOMAS SÉRGIO RIBEIRO POTENZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 9- Processo-COFECI nº 447/2012. Recte: PAULO CÉSAR LAZARINI. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 10- Processo-COFECI nº 1926/2012. Recte: DIEGO DONIZETE BOMFIM RIBEIRO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 11- Processo-COFECI nº 1931/2012. Recte: TATIANA GATTO CASTANHEIRA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 12- Processo-COFECI nº 1965/2012. Recte: EDUARDO GUALBERTO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 13- Processo-COFECI nº 2001/2012. Recte: JÚLIO RODRIGUES DE JESUS-CRECI 67350. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 14- Processo-COFECI nº 2327/2012. Recte: MARCELO DOS SANTOS NEVES. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 15- Processo-COFECI nº 955/2013. Recte: PAULO AFONSO REZENDE SOARES-CRECI 97617. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

Brasília-DF, 10 de abril de 2014.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

5ª CÂMARA RECURSAL
(Mandato 2014 - Gestão 2013/2015)

DECISÕES DE 31 DE MARÇO 2014

1ª SESSÃO DE JULGAMENTO DE PROCESSOS

RELATOR: Conselheiro MANOEL DA SILVEIRA MAIA/RJ

1- Processo-COFECI nº 2744/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SAMUEL LÚCIO ALVES MOREIRA - CRECI 66690. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2745/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: SAMUEL LÚCIO ALVES MOREIRA - CRECI 66690. DECISÃO: Negado provimento ao recurso.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012014041600248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 3320/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: EDUARDO PEREIRA DOS SANTOS - CRECI 52934. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 216/2011. Recte: WAGNER HENRIQUE ANTENOR. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1934/2012. Recte: ANA HELENA LYRA FERNANDES. Recdo: CRECI 2ª REGIÃO/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro EDUARDO COELHO SEIXO DE BRITO/GO

1- Processo-COFECI nº 2853/2011. Recte: ETTORE OVÍDIO DE OLIVEIRA. Recdo: COFECI. Assunto: AI - Pedido de reconsideração interposto pelo autuado contra a decisão da pena de multa de 03 anuidades, aplicada pelo CRECI 2ª Região/SP e mantida pela 5ª câmara recursal. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão recorrida para aplicar pena de Multa de 01 anuidade. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2893/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO JOAQUIM DE MORAES - CRECI 42329. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2894/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: ANTÔNIO JOAQUIM DE MORAES - CRECI 42329. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 937/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Repdo: ÉMERSON ERCÍLIO BORRIERO - CRECI 64544. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 231/2011. Recte: PAULO SÉRGIO PINHEIRO MACHADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ADMAR PIEDADE PUCCI JÚNIOR/PR

1- Processo-COFECI nº 736/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: CALDAS & BUENO ASS. IMOB. E ADM. S/C LTDA - CRECI J-11802. DECISÃO: Recurso conhecido. Determinada a extinção do processo, sem julgamento do mérito, em face da perda de objeto. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 737/2011. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: M. C. M. IMÓVEIS ADM. S/C LTDA - CRECI J-4363. DECISÃO: Recurso conhecido. Determinada a extinção do processo, sem julgamento do mérito, em face da perda de objeto. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 202/2011. Recte: JUVENAL DOS SANTOS. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3385/2011. Recte: ELIEL DOS REIS XAVIER. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 958/2013. Recte: RUBENS VIZENTINI - CRECI 3176. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro CARLOS JOSUÉ BEIMS/SC

1- Processo-COFECI nº 009/2008. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Repdo: CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO - CRECI 3437. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Por maioria, reformada a decisão de origem para aplicar a pena de suspensão da inscrição por 90 dias, cumulada com multa de 06 anuidades, nos termos dos votos relator e revisor. 2- Processo-COFECI nº 400/2008. Recte: CARLOS ALBERTO SCHMITT DE AZEVEDO - CRECI 3437. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 401/2008. Recte: CASA MÃTER NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ROBERTO DA CUNHA/MS

1- Processo-COFECI nº 2721/2011. Recte: FLÁVIO LIMA DE SOUZA - CRECI 63745. Recdo: COFECI. Assunto: TR - Retorno ao COFECI com pedido de reconsideração interposto pelo denunciado, da pena de Suspensão da Inscrição por 30 dias, cumulada com Multa de 02 anuidades aplicada pela 5ª Câmara Recursal. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão recorrida. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 2719/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: OSNYR VALTER SIMÕES - CRECI 22586. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 2747/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuado: BOANERGES PEREIRA DOS SANTOS - CRECI 33715. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 282/2013. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: IMÓVEIS INDIANA S/C LTDA - CRECI J-5416. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 236/2012. Recte: JÚLIO TANIGAWA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão recorrida para aplicar pena de Multa de 01 anuidade. Unânime.

RELATOR: Conselheiro PAULO C. CARVALHO MOTA JÚNIOR/AM

1- Processo-COFECI nº 071/2011. Recte e Recdo: CRECI 9ª Região/BA "ex officio". Repdo: JOSÉ JORGE ALMEIDA DE SOUZA - CRECI 7024. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 518/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ MARIA NERY MATIAS - CRECI 2632.DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para, suprimida a multa, manter a pena de cancelamento da inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 526/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: SÍLVIO ESPÍRITO SANTO PAIVA - CRECI 4239. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para, suprimida a multa, manter a pena de cancelamento da inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 1678/2011. Recte: DEOCLECIANO ALVES DA CRUZ. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 099/2012. Recte: RODRIGO OTÁVIO FREIRE BISCAIA - CRECI 4813. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro RÔMULO SOARES DE LIMA/PB

1- Processo-COFECI nº 555/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: DOMINGOS ANDRÉ ROLLO E SILVA - CRECI 3832. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão de origem para, suprimida a multa, manter a pena de cancelamento da inscrição, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 966/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Repdo: URUTAIMBE GUARANI DOS SANTOS AGUIAR - CRECI 2575. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 540/2012. Recte e Recdo: CRECI 12ª Região/PA "ex officio". Autuado: JOSÉ OSILÊNIO DE OLIVEIRA MOURA - CRECI 5089. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 329/2011. Recte: JAIME JOSÉ COSTA DE JESUS - CRECI 4481. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 1023/2012. Recte: MANOEL OLIVEIRA DOS SANTOS - CRECI 8015. Recdo: CRECI 9ª Região/BA. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

RELATOR: Conselheiro ALUISIO PARENTES SAMPAIO NETO/PI

1- Processo-COFECI nº 018/2012. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuado: JAQUENÉSIO DA SILVA - CRECI 15640. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 610/2012. Recte e Recdo: CRECI 3ª Região/RS "ex officio". Autuada: D. H. S. NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CRECI J-22942. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 041/2011. Recte: LINDALVO ALBERTO MONTEIRO JÚNIOR - CRECI 9723. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 3165/2011. Recte: PIERRE CONCEIÇÃO NOGUEIRA. Recdo: CRECI 3ª Região/RS. DECISÃO: Recurso provido. Reformada a decisão recorrida para determinar o arquivamento dos autos. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 125/2012. Recte: RENATO FRANÇA BARBOSA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão recorrida para aplicar pena de Multa de 01 anuidade. Unânime.

RELATOR: Conselheiro FRANCISCO WELLDER N. FERNANDES/RO

1- Processo-COFECI nº 1574/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: EURIDECE VERGÍNIO DA SILVA - CRECI 47681. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 2- Processo-COFECI nº 1575/2012. Recte e Recdo: CRECI 2ª Região/SP "ex officio". Autuada: EURIDECE VERGÍNIO DA SILVA - CRECI 47681. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem, nos termos dos votos relator e revisor. Unânime. 3- Processo-COFECI nº 227/2011. Recte: SEBASTIÃO APARECIDO DO PRADO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Recurso provido parcialmente. Reformada a decisão recorrida para aplicar a pena de Multa de 01 anuidades. Unânime. 4- Processo-COFECI nº 201/2012. Recte: VICENTE LUDGÉRIO COCCATTO RUGGERO. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime. 5- Processo-COFECI nº 2716/2011. Recte: JORGE SOLANO DE ALMEIDA - CRECI 53235. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. Unânime.

Brasília-DF, 10 de abril de 2014.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

SESSÃO PLENARIA Nº 5/2014
(Gestão 2013/2015)

DECISÕES DE 2 DE ABRIL DE 2014

JULGAMENTO DE PROCESSOS

1 - Processo-COFECI nº 636/2013. Recte: MARIA TEREZA TRUGILLO DE SOUZA. Recdo: CRECI 2ª Região/SP. DECISÃO: Negado provimento ao recurso. Mantida a decisão de origem. 2 - Processo-COFECI nº 3033/2012. Origem: CRECI 2ª Região/SP. Assunto: Solicita homologação de cancelamento da inscrição com remissão de débitos concedidos ao C.I. ÁLVARO LOPES-CRECI 47.194, face a problemas de saúde. (Hidrocefalia, digestivos e portador de taquicardia). DECISÃO: Acolhidos o parecer e voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, homologou a decisão de origem. 3 - Processo-COFECI nº 2625/2013. Origem: COFECI. Assunto: Sindicância instaurada no CRECI 25ª Região/TO, objeto da Portaria-CRECI nº 006/2012, de 1º/10/2012, que apura possíveis excessos ou abusos praticados por servidores e administradores do CRECI/TO no exercício de suas funções. DECISÃO: Acolhidos o parecer e o voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, determinou a adoção das diversas providências por ele requeridas, nos âmbitos dos Conselhos Federal e Regional da 25ª Região/TO, abrangendo os campos ético, administrativo e judicial. 4 - Processos-COFECI nºs 388/2013, 434/2013 e 435/2013. Origem: CRECI 11ª Região/SC. Assunto: Consultas sobre a possibilidade de conhecimento de recurso interposto contra decisão IN LIMINE adotada pela Presidência do CRECI, determinando o arquivamento de denúncia. DECISÃO: Acolhidos o parecer e o voto do Relator, o E. Plenário, à unanimidade, determinou o retorno dos autos à origem para que este instaure e julgue o respectivo processo administrativo de representação face à(s) pessoa(s) denunciada(s).

Brasília-DF, 10 de abril de 2014.
JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DOS REPRESENTANTES COMERCIAIS

RESOLUÇÃO Nº 954, DE 3 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a prorrogação da Intervenção do Conselho Federal dos Representantes Comerciais no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Pernambuco.

O Conselho Federal dos Representantes Comerciais, por sua diretoria executiva, no uso das atribuições legais e regimentais previstas no parágrafo único do artigo 47 da Lei nº 4.886/65, de 09/12/1965, com a redação dada pela Lei nº 8.420/92, de 08/05/1992, e no artigo 12, "X", do seu Regimento Interno, Considerando que o ato que decretou a intervenção no Core-PE através da Resolução nº 734/2011 - Confere, de 20/10/2011, foi publicado no Diário Oficial da União, em 07/11/2011, na seção 3, fls.187 e, que o prazo fixado na Resolução nº 897/2013 - Confere, de 15/10/2013, publicada no Diário Oficial da União, em 21/10/2013, seção I, fls.76, expira no próximo dia 25 de abril de 2014; Considerando que os Conselhos Federal e Regionais dos Representantes Comerciais constituem o Sistema Confere/Cores aos quais incumbem a fiscalização do exercício da profissão, cabendo ao Conselho Federal adotar as providências legais e regimentais para garantir o cumprimento de suas finalidades institucionais previstas em lei; Considerando que as questões relativas às irregularidades na gestão do Core-PE praticadas pela diretoria afastada, já foram devidamente identificadas e quantificados os prejuízos pela Sindicância e pela Tomada de Contas Especial, estando a entidade funcionando dentro da normalidade; Considerando o fato de que inexiste diretoria regularmente eleita para assumir a gestão do Core-PE; Considerando a necessidade de realização de eleição para composição do Core-PE, com a escolha da diretoria para a qual será transferida a administração do órgão; Considerando a deflagração da eleição para composição da nova diretoria do Core-PE, por meio da publicação da Resolução nº 908/2014 - Confere, no D.O.U de 21/03/2014; Considerando que o Confere será responsável pela realização da referida eleição, pelo voto direto, a realizar-se em 21/05/2014; Considerando que o artigo 2º da Resolução nº 897/2013 - Confere, de 15/10/2013, estabelece que a Intervenção no Core-PE poderá ser prorrogada por iguais períodos, constatada a necessidade; Considerando o que ficou decidido em Reunião de Diretoria convocada para apreciar o assunto, realizada em nesta data, resolve:

Art. 1º) Prorrogar a Intervenção no Conselho Regional dos Representantes Comerciais no Estado de Pernambuco, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do dia 26 de abril de 2014. Art. 2º) A Intervenção poderá ser encerrada em menor prazo, no caso de saneados os motivos que a determinaram, ou prorrogada por iguais períodos, caso necessário para a conclusão dos trabalhos interventivos. Art. 3º) Permanece como interventor o Dr. Benedicto Emmanoel Ferreira, com poderes de representação do Core-PE perante as entidades privadas e órgãos públicos federais, estaduais, municipais e instituições financeiras, podendo praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira de forma a garantir o pleno funcionamento do órgão e adoção das medidas necessárias ao saneamento das irregularidades que ensejaram a intervenção e de outras porventura constatadas, podendo ainda admitir e demitir funcionários; celebrar contratos; movimentar e encerrar contas bancárias existentes em nome da entidade; assinar; requisitar e endossar cheques; depositar; sacar; transferir valores; abrir novas contas em instituição bancária e encerrá-las; nomear e destituir procuradores e prepostos; assinar orçamentos; balancetes e prestações de contas; autorizar despesas necessárias ao funcionamento do órgão e para cumprimento dos encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais. Art. 4º) Esta Resolução entra em vigor nesta data, ad referendum do Plenário do Confere.

MANOEL AFFONSO MENDES DE FARIAS MELLO
Presidente do Conselho

RODOLFOTAVARES
Diretor-Tesoureiro

EXEMPLAR DE ASSINANTE

CONSELHO NACIONAL DE TÉCNICOS EM RADIOLOGIA

ACÓRDÃOS DE 12 DE ABRIL DE 2014

1- Processo Administrativo CONTER nº 125/2013.

EMENTA: Com vistas aos documentos constantes ao Processo Eleitoral CRTR 13ª- Região, não possuem evidências de irregularidade do Pleito Eleitoral. CONCLUSÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do CONTER, formado pelo 6º Corpo de Conselheiros, na I Reunião Plenária Extraordinária, realizada no dia 12 de abril de 2014, por 8 (oito) votos pela HOMOLOGAÇÃO do Processo Eleitoral do CRTR 13ª Região, em conformidade ao Relatório da Comissão de Recurso Eleitoral do CONTER, nos termos da decisão do Plenário, que se encontra na Ata da 40ª Sessão, parte integrante deste julgado.

1- Processo Administrativo CONTER nº 119/2013.

EMENTA: Relatório Conclusivo da Comissão de Recurso Eleitoral do CONTER sobre eleições no CRTR 2ª- Região. CONCLUSÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Conselheiros do CONTER, formado pelo 6º Corpo de Conselheiros, na I Reunião Plenária Extraordinária, realizada no dia 12 de abril de 2014, por 7 (sete) votos, pela HOMOLOGAÇÃO do Processo Eleitoral do CRTR 2ª Região, em conformidade ao Relatório da Comissão de Recurso Eleitoral do CONTER, nos termos da decisão do Plenário, que se encontra na Ata da 45ª Sessão, parte integrante deste julgado.

VALDELICE TEODORO
Diretora-Presidente

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DA 6ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 4.361, DE 10 DE ABRIL DE 2014

Recompor Diretoria do Conselho Regional de Serviço Social -CRESS 6ª Região .

A Presidenta do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6.ª Região, no uso de suas atribuições Legais e Regimentais, e:;CONSIDERANDO o Regimento Interno do CRESS 6ª R., Resolução CFESS nº 470/05, nos termos do Art. 17 e seguintes e a Resolução CFESS nº 582/10, Regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conj. CFESS/CRESS; CONSIDERANDO o resultado final das eleições do CRESS/MG e Seccionais para a Gestão 2014/2017; CONSIDERANDO o Ofício Circular CNE nº 11/2014 que encaminha o Parecer Jurídico 27/14, de lavra da Assessora Jurídica Sylvia Helena Terra, datado de 04/04/2014, que trata do retorno de Conselheiros/as às atividades, em virtude da desincompatibilização face ao afastamento para concorrer ao segundo mandato, para o triênio 2014-2017; CONSIDERANDO o fim da desincompatibilização de cargos de cinco conselheiros, sendo eles: Leonardo Davi Rosa Reis - CRESS 11.315; Maíra da Cunha Pinto Colares - CRESS 8.417; Gustavo Henrique Teixeira - CRESS 11.782; Marisaura dos Santos Cardoso - CRESS 11.201; Janaina Andrade dos Santos - CRESS 10.552, que cumprem mandato eletivo na gestão CRESS 2011/2014, a fim de concorrerem aos cargos eletivos para a gestão 2014/2017, conforme a exigência emanada pelo artigo 27 do Código Eleitoral vigente, regulamentado pela Resolução CFESS nº659, de 01 de outubro de 2013, publicado no DOU nº 191 de 2 de outubro de 2013, Seção 1, páginas 82 a 86; CONSIDERANDO a decisão, "ad referendo" do Conselho Pleno, impõe-se a recomposição dos cargos, resolve:

Art. 1º. O Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6ª Região, em Minas Gerais, passa a ter a seguinte composição: DIRETORIA: Presidente: Leonardo Davi Rosa Reis - CRESS 11.315; Vice-Presidente: Maíra da Cunha Pinto Colares - CRESS 8417; 1ª Secretário: Gustavo Henrique Teixeira - CRESS 11.782; 2ª Secretária: Maria de Fátima Santos Gottschalg - CRESS 4046; 1ª Tesoureira: Marisaura dos Santos Cardoso - CRESS 11.201; 2ª Tesoureiro: Marcelo Armando Rodrigues - CRESS 8766. CONSELHO FISCAL: Presidente: Darklane Rodrigues Dias - CRESS 13.603; 1º Vogal: Cristiano Costa de Carvalho - CRESS 11.308; 2º Vogal: Janaina Andrade dos Santos - CRESS 10.552. SUPLENTES: Waldeir Eustáquio dos Santos - CRESS 8389; Maura Rodrigues de Miranda - CRESS 6182; Fabrícia Cristina de Castro Maciel - CRESS 4342. Art. 2º. Revoga-se a Resolução nº. 4268/2014, de 24 de janeiro de 2014. Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor a partir de 11 de abril de 2014.

MARIA DE FÁTIMA SANTOS GOTTSCHALG

RESOLUÇÃO Nº 4.362, DE 10 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a Recomposição da Diretoria da Seccional Juiz de Fora do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS 6ª Região.

A Presidenta do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6.ª Região, no uso de suas atribuições Legais e Regimentais, e: CONSIDERANDO o Regimento Interno do CRESS 6ª R., Resolução CFESS nº 470/05, nos termos do Art. 17 e seguintes e a Resolução CFESS nº 582/10, Regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conj. CFESS/CRESS; CONSIDERANDO o resultado final das eleições do CRESS/MG e Seccionais para a Gestão 2014/2017; CONSIDERANDO o Ofício Circular CNE nº 11/2014 que encaminha o Parecer Jurídico 27/14, de lavra da Assessora Jurídica Sylvia Helena Terra, datado de 04/04/2014, que trata do retorno de Conselheiros/as às atividades, em virtude da desincompatibilização face ao afastamento para concorrer ao segundo mandato, para o triênio 2014-2017; CONSIDERANDO o fim da desincompatibilização de cargos de dois conselheiras, sendo elas: Ana Maria Arreguy Mourão-CRESS 918 6ª Região e Raquel Mota Dias Gaio-CRESS 10.587, que cumprem mandato eletivo na gestão CRESS 2011/2014, a fim de recandidatarem-se para concorrer a cargos eletivos para a gestão 2014/2017, conforme a exigência emanada pelo artigo 27 do Código Eleitoral vigente, regulamentado pela Resolução CFESS nº659, de 01 de outubro de 2013, publicado no DOU nº 191 de 2 de outubro de 2013, Seção 1, páginas 82 a 86; CONSIDERANDO a decisão, "ad referendo" do Conselho Pleno, impõe-se a recomposição dos cargos, resolve:

Art. 1º. A Diretoria da Seccional Juiz de Fora do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais passa a ter a seguinte composição: Coordenadora: Ana Maria Arreguy Mourão-CRESS 918 6ª Região; Tesoureira: Helyene Rose Cruz Silva - CRESS 10.830 6ª Região; Secretaria: Raquel Mota Dias Gaio-CRESS 10.587 6ª Região; Suplente: Patrícia Teixeira Groppo de Oliveira - CRESS 9.830 6ª Região. Art. 2º. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Pleno do CRESS 6ª Região. Art. 3º. Revoga-se a Resolução nº. 4305/2014, de 19 de fevereiro de 2014. Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor a partir de 11 de abril de 2014.

MARIA DE FÁTIMA SANTOS GOTTSCHALG

RESOLUÇÃO Nº 4.363, DE 10 DE ABRIL DE 2014

Dispõe sobre a Recomposição da Diretoria da Seccional Montes Claros do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais - CRESS 6ª Região.

A Presidenta do Conselho Regional de Serviço Social - CRESS 6.ª Região, no uso de suas atribuições Legais e Regimentais, e: CONSIDERANDO o Regimento Interno do CRESS 6ª R., Resolução CFESS nº 470/05, nos termos do Art. 17 e seguintes e a Resolução CFESS nº 582/10, Regulamenta a Consolidação das Resoluções do Conj. CFESS/CRESS; CONSIDERANDO o resultado final das eleições do CRESS/MG e Seccionais para a Gestão 2014/2017; CONSIDERANDO o Ofício Circular CNE nº 11/2014 que encaminha o Parecer Jurídico 27/14, de lavra da Assessora Jurídica Sylvia Helena Terra, datado de 04/04/2014, que trata do retorno de Conselheiros/as às atividades, em virtude da desincompatibilização face ao afastamento para concorrer ao segundo mandato, para o triênio 2014-2017; CONSIDERANDO o fim da desincompatibilização de cargo da conselheira Rosilene Aparecida Tavares-CRESS 7.372, que cumpre mandato eletivo na gestão CRESS 2011/2014, a fim de recandidatar para concorrer a cargo eletivo para a gestão 2014/2017, conforme a exigência emanada pelo artigo 27 do Código Eleitoral vigente, regulamentado pela Resolução CFESS nº659, de 01 de outubro de 2013, publicado no DOU nº 191 de 2 de outubro de 2013, Seção 1, páginas 82 a 86; CONSIDERANDO a decisão, "ad referendo" do Conselho Pleno, impõe-se a recomposição dos cargos, resolve:

Art. 1º. A Diretoria da Seccional Montes Claros, do Conselho Regional de Serviço Social de Minas Gerais, passa a ter a seguinte composição: Coordenadora: Rosilene Aparecida Tavares-CRESS 7.372 6ª Região;Tesoureira: Carla Alexandra Pereira - CRESS 5.290 6ª Região; Secretaria: Larissa Mônica Sepúlveda - CRESS 14.671 6ª Região. Art. 2º. Os casos omissos serão decididos pelo Conselho Pleno do CRESS 6ª Região. Art. 3º. Revoga-se a Resolução nº. 4304/2014, de 19 de fevereiro de 2014. Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor a partir de 11 de abril de 2014.

MARIA DE FÁTIMA SANTOS GOTTSCHALG

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
1ª CÂMARA

RETIFICAÇÃO

Nos ACÓRDÃOS, publicados no DOU de 15-4-2014, Seção 1, página 150, no que se refere ao RECURSO N. 49.0000.2014.001796-0/PCA, exclua-se do texto, por ter sido inserido indevidamente: 24 de abril de 2012 49.0000.2011.003841-8 RECURSO Nº 49.0000.2011.003841- 8/ PCA. Recte: Cinthia do Nascimento e Silva. Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Cléa Carpi da Rocha (RS). EMENTA PCA/035/2012. Advocacia. [...].
(p/Coejo)

2ª CÂMARA
1ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 0960/2006/SCA-PTU (SGD: 49.0000.2011.005361-3/SCA-PTU). Recte: F.A.G. (Adv: Fernando Albieri Godoy OAB/SP 118450). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, Eunice de Almeida, M.O., S.S.L.M.M., C.S.I., E.W.S. e Y.H. (Advs: Francisco Lucio França OAB/SP 103660, Hermínio Julian Camblor Nava OAB/SP 125129 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Luciano José Trindade (AC). EMENTA N. 046/2014/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Recurso que não preenche os pressupostos específicos de admissibilidade previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Não demonstração de violação de dispositivo legal ou regulamentar da OAB, nem de divergência com decisão proferida pelo Conselho Federal ou por Conselho Seccional. Em face da natureza extraordinária dos recursos interpostos perante o Conselho Federal contra decisão unânime de Conselho Seccional, não se admite a pretensão de simples reexame de fatos e provas. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Luciano José Trindade, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.000701-3/SCA-PTU. Recte: A.R.C. (Adv: Aldo Raimundo Canônico OAB/SP 49676). Recdos: Despacho de fls. 138 do Presidente da PTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). EMENTA N. 047/2014/SCA-PTU. Agravo regimental. Embargos de declaração opostos em face de decisão monocrática que indefere liminarmente recurso, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Recebimento como recurso. Alegação de nulidade na publicação da decisão recorrida. Inexistência. 1) A Segunda Câmara deste Conselho Federal pacificou o entendimento de que embargos de declaração opostos em face de decisão monocrática que indefere liminarmente recurso, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB, devem ser recebidos como agravo regimental, recurso voluntário previsto no parágrafo único, do art. 140 do Regulamento Geral, hipótese dos autos. 2) A publicação da parte dispositiva das decisões monocráticas proferidas pelo Conselho Federal da OAB, com os dados necessários ao seu devido entendimento, permite ao interessado tomar ciência do que fora decidido, cabendo-lhe, para fins de interposição de recurso, a possibilidade de carga dos autos, vista dos autos em secretaria ou mesmo o simples requerimento de cópias integrais da decisão da qual se pretende recorrer, não havendo qualquer nulidade quanto à publicação. 3) Recurso conhecido e não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. César Augusto Moreno, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.003799-3/SCA-PTU. Rectes: P.E.G. e F.B. (Advs: Paulo Esposito Gomes OAB/SP 66390 e Fátima Bonilha OAB/SP 86177). Recdos: Despacho de fl. 542 do Presidente da PTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e J.C.C. (Adv: Paulo Ivo Homem de Bittencourt OAB/SP 11336). Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 048/2014/SCA-PTU. Embargos de Declaração recebidos como recurso em face de despacho que inadmitiu a impugnação interposta junto ao Conselho Federal. Ausência de pressupostos de admissibilidade. Não conhecimento. 1) Em que pese tempestivo, o presente Recurso Voluntário busca desconstituir despacho que negou seguimento a apelo interposto contra decisão unânime do Conselho Seccional da OAB/SP, no qual não foi apontada a existência de violação, direta ou indireta, à Lei n.° 8.906/94 (Estatuto da Advocacia), ao Regulamento Geral da OAB, ao Código de Ética e Disciplina, aos Provimentos, ou, ainda, contrariedade à decisão deste Conselho ou de diverso Conselho Seccional. 2) O Recurso Voluntário visa a demonstração da satisfação dos requisitos de admissibilidade por parte do apelo liminarmente indeferido. 3) O recurso interposto, entretanto, limitou-se a pretender o reexame de fatos e fundamentos já devidamente apreciados nas instâncias de origem. 4) Recurso Voluntário que se conhece e nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Claudio Stábile Ribeiro, Presidente. Carlos Roberto Siqueira Castro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.007902-5/SCA-PTU. Recte: J.M.G. (Advs: Roberto Correia da Silva Gomes Caldas OAB/SP 128336 e Outra). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, A.M.R.R., C.H.B., P.L.B. e E.L.F.M. (Advs: Antônia Mastrorosa Ramires dos Reis OAB/SP 58529, Cláudia Hisatugu Botuem OAB/SP 115147, Patrícia Labate Bruno OAB/SP 99370 e Esmeralda Leite Ferreira Murano OAB/SP 87159). Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). EMENTA N. 049/2014/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Recurso conhecido e improvido. Alegação das infrações previstas no art. 34, XX e XXI da Lei nº 8.906/94, não configuradas. Responsabilidade solidária não configurada. A responsabilidade solidária não se presume, sendo imprescindível identificar exatamente o responsável pelo cometimento da infração ético disciplinar, de modo que, apenas constar do instrumento de mandato não é suficiente para sua caraterização de falta ético-disciplinar. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. César Augusto Moreno, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.011640-6/SCA-PTU. Rectes: W.M.Q., J.C.F., A.R.C.J., J.B.M.B., G.M., F.D.S. e J.G.N. (Advs: Walker de Montemor Quagliarello OAB/TO 1401, José Carlos Ferreira OAB/TO 261-B, Antônio dos Reis Calçado Júnior OAB/TO 2001 e OAB/DF 21546, Luis Alexandre Rassi OAB/GO 15314, Mirelle Gonsalez Maciel OAB/GO 25323, Germiro Moretti OAB/TO 385-A, Ricardo Cunha Martins OAB/RS 19387 e Carlos Antônio do Nascimento OAB/TO 1555). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Tocantins. Relator: Conselheiro Federal Luciano José Trindade (AC). EMENTA N. 050/2014/SCA-PTU. RECURSO AO CONSELHO FEDERAL. OPERAÇÃO MAET DA POLÍCIA FEDERAL. AÇÃO PENAL Nº 690-TO/STJ. ART. 34, INCISOS XVII, XVIII, XX E XXV, DA LEI Nº 8.906/94. ADVOGADOS INVESTIGADOS PELA POLÍCIA FEDERAL POR ENVOLVIMENTO COM MEMBROS DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO TOCANTINS PARA FRAUDAR PROCESSOS JUDICIAIS VISANDO AO PAGAMENTO IRREGULAR DE PRECATÓRIOS. FATOS AMPLAMENTE DIVULGADOS PELA MÍDIA. INFRAÇÕES DISCIPLINARES CARACTERIZADAS E DEVIDAMENTE INDIVIDUALIZADAS. PRELIMINARES SUSCITADAS PELOS RECORRENTES. REJEITADAS. DOSIMETRIA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. PREVALÊNCIA DA DOSIMETRIA INICIAL NO TED. RECURSOS CONHECIDOS E PARCIALMENTE PROVIDOS, PARA READEQUAÇÃO DAS SANÇÕES IMPOSTAS. 1) Não se configura inépcia no processo disciplinar instaurado de ofício quando as partes têm pleno acesso aos documentos e provas que instruíram o ofício expedido pela Polícia Federal e que motivou a instauração do processo, recebendo cópias de inquérito policial e da ação penal em mídia digital CD/DVD, cientes da individualização de cada conduta imputada a cada recorrente pelo relator do feito, antes da notificação inicial para a defesa prévia. Preliminar que se rejeita. 2) A Ordem dos Advogados do Brasil não possui competência para analisar a legalidade ou ilegalidade de atos processuais praticados em processo judicial, sendo esta competência constitucionalmente atribuída ao Poder Judiciário. Assim, a alegação de nulidade de interceptação telefônica em processo judicial - e que serviu de prova emprestada nos autos do processo administrativo - não pode ser declarada ilegal na instância administrativa, ainda mais quando não houve declaração de sua nulidade pelo Poder Judiciário, que é o soberano da referida prova. 3) O recurso previsto no art. 75 da Lei nº 8.906/94 trata-se de recurso com fundamentação vinculada, no qual o recorrente deve demonstrar claramente seus pressupostos de admissibilidade, não se prestando para reiterar alegações e questões preliminares já devidamente decididas pelas instâncias de origem, como se esta última instância administrativa se tornasse mera instância revisora das decisões proferidas pelos conselhos seccionais. Reiterando preliminares que já restaram enfrentadas pelas instâncias de origem, com a devida fundamentação jurídica, fatalmente serão elas rejeitadas pelos próprios fundamentos lançados pelas instâncias de origem, caso os recorrentes não se desincumbam do ônus de superar tais fundamentos e demonstrar o desprestígio da decisão recorrida. 4) Nos termos do art. 93 do Regulamento Geral - Das sessões -, antes da ordem do dia haverá a leitura, discussão e aprovação da ata da sessão anterior, ocasião em que poderá ser proposta alteração ou correção. Ocorrendo a aprovação da ata da sessão anterior, sem que haja qualquer manifestação a respeito de erro na contagem de votos ou no resultado de julgamento, não é possível que o Conselheiro apresente, meses depois, requerimento de retificação da referida ata, mormente quando na sessão de julgamento houve chamada nominal para a manifestação do voto de cada conselheiro, ocasião em que oralmente manifestou seu posicionamento. Preliminar que se rejeita. 5) A análise da alegação de nulidade em inquérito policial por ausência de advogado para acompanhar depoimento prestado à autoridade policial é matéria que foge à competência da OAB, não podendo declarar nulo ato praticado por autoridade pública, no caso a Polícia Federal. Ademais, sendo o depoente também advogado, cientificado de todas as imputações que lhe foram feitas e de seus direitos constitucionais, inclusive de permanecer calado, e tendo ele voluntariamente respondido às inquirições da autoridade policial, não há que se falar em nulidade. 6) No que se refere ao mérito, as provas constantes dos autos, baseadas não só nos elementos colhidos no Inquérito Policial nº 590-TO, mas também em depoimentos prestados nos autos e documentos juntados pelas próprias partes, permitem concluir pela prática das infrações disciplinares pelas quais restaram sancionados os recorrentes. Porém, a majoração das sanções em primeira instância não apresentou a devida fundamentação, pelo voto divergente, razão pela qual deve prevalecer a proposta inicial do Relator no TED (fls. 4.377/4.421), que apresentou a devida fundamentação para individualizar as sanções impostas, subsistindo, nos termos do art. 71 da Lei nº 8.906/94, a independência das instâncias, de modo que o trâmite de ação penal no Poder Judiciário não obsta a punição disciplinar prevista nas normas de regência da advocacia. 7) Recursos conhecidos e parcialmente providos para manter a dosimetria constante do voto de fls. 4.377/4.421. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em dar parcial provimento aos recursos interpostos, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Luciano José Trindade, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.013544-1/SCA-PTU. Recte: R.R.J. (Adv: Rosana Rigonato Junqueira OAB/PR 23422). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Luciano José Trindade (AC). EMENTA N. 051/2014/SCA-PTU. Penalidade de suspensão e multa. Exercício da advocacia durante período que se encontrava suspenso disciplinarmente. Infração aos arts. 34, I e XXV do EAOAB. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Recurso que não preenche os pressupostos processuais específicos de admissibilidade previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Não conhecimento. Em face da natureza extraordinária dos recursos interpostos perante o Conselho Federal, não se admite a pretensão ao reexame de fatos e provas. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 17 de março de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Luciano José Trindade, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.014497-8/SCA-PTU. Recte: C.H.F.S. (Adv: Carlos Humberto Fernandes Silva OAB/SC 12560-B). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relator: Conselheiro Federal Luciano José Trindade (AC). EMENTA N. 052/2014/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Preliminar de violação ao art. 73, §1º do EAOAB. Improcedência. Da análise dos autos verifica-se que foram realizadas regularmente todas as notificações necessárias, inexistindo qualquer defeito a esse respeito. Preliminar de inobservância da ADI 1.105/DF, do STF, segundo a qual a realização de sustentação oral do advogado após o voto do relator ofende o devido processo legal. Improcedência. Correto o procedimento adotado, que oportuniza a realização da sustentação oral após o voto do Relator. Decisão proferida pelo STF desobriga do cumprimento do art. 7º do EAOAB apenas os tribunais, não vinculando a OAB, que tem autonomia para regular seus procedimentos internos (art. 94 do Regulamento Geral do EAOAB). Precedentes. Exercício da advocacia durante o período de suspensão disciplinar. Configuração da infração ético-disciplinar. Manutenção da decisão condenatória unânime do Conselho Seccional que não violou dispositivo legal ou regulamentar da OAB, nem divergiu de precedentes dos Órgãos da OAB. Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Luciano José Trindade, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.014563-1/SCA-PTU. Recte: J.J.F. (Adv: José de Jesus Franco OAB/SP 101194). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e R.S.K. (Adv: Paulo de Tarso de Abreu Boucault OAB/SP 186024). Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). EMENTA N. 053/2014/SCA-PTU. A pretensão punitiva prescreve em cinco anos, prazo que se conta a partir do conhecimento oficial do fato. Prescrição ocorrida na espécie sob julgamento, o que leva ao arquivamento do feito. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Valmir Pontes Filho, Relator. RECURSO N. 49.0000.2013.015419-5/SCA-PTU. Recte: V.M.B.J. (Advs: Jean Carlos Taboni OAB/SC 37293, Paulo da Silveira Mayer OAB/SC 19063 e Ricardo José de Souza OAB/SC 19969). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e F.L.B.S. (Adv: Rycharde Farah OAB/SC 10032). Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). EMENTA N. 054/2014/SCA-PTU. RECURSO AO CONSELHO FEDERAL. DECISÃO DE ARQUIVAMENTO LIMINAR. NÃO CABIMENTO. TAXA DE PREPARO DE RECURSO. ILEGALIDADE. DEVOLUÇÃO. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1) Não incorre em cerceamento de defesa a decisão de arquivamento liminar, uma vez que tal possibilidade decorre de autorização legal (art. 73 do EAOAB) e regimental (art. 51, § 2º, do CEDOAB), incumbindo à parte representante o ônus da prova de suas alegações. 2) O art. 75 do EAOAB fixa a competência deste Conselho Federal para processar e julgar recursos interpostos em face de decisões definitivas proferidas por conselhos seccionais, razão pela qual decisão que mantém o arquivamento de representação, considerando inadmissível a instauração do processo ético-disciplinar, por ausência de provas, não comporta recurso para o Conselho Federal. 3) A cobrança de taxa de preparo de recurso administrativo não encontra respaldo em nossa legislação de regência e não está em sintonia com as normas de processo administrativo, razão pela qual devem ser restituídos imediatamente os valores cobrados a esse título. 4) Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso e, de ofício, determinar a devolução dos valores cobrados a título de preparo de recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. César Augusto Moreno, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.000483-8/SCA-PTU. Recte: Erick da Rocha Spiegel Sallum. Recdos: Conselho Seccional da OAB/Distrito Federal e M.B.B. (Adv: Marcelo de Barros Barreto OAB/GO 13213 e OAB/DF 37009). Relator: Conselheiro Federal Luciano José Trindade (AC). EMENTA N. 055/2014/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Recurso que não preenche os pressupostos específicos de admissibilidade previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Não demonstração de violação de dispositivo legal ou regulamentar da OAB, nem de divergência com decisão proferida pelo Conselho Federal ou por Conselho Seccional. Em face da natureza extraordinária dos recursos interpostos perante o Conselho Federal contra decisão unânime de Conselho Seccional, não se admite a pretensão de simples reexame de fatos e provas. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Luciano José Trindade, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.000541-9/SCA-PTU. Recte: J.C.M. (Advs: Antônio Franco Brandão OAB/RJ 125875 e Outro). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro e E.M.D. (Adv: Marcelo Antônio P. de Moura OAB/RJ 99993). Relator: Conselheiro Federal Luciano José Trindade (AC). EMENTA Nº 056/2014/SCA-PTU. PRELIMINAR. Alegação de prescrição intercorrente. De acordo com o art. 43, § 1º, do EAOAB, a prescrição intercorrente somente ocorre se o feito ficar paralisado por mais de 3 anos, pendente de despacho ou julgamento. Inocorrência. MÉRITO. Decisão unânime de Conselho Seccional. Recurso que não preenche os pressupostos específicos de admissibilidade previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB. Não demonstração de violação de dispositivo legal ou regulamentar da OAB, nem de divergência com decisão proferida pelo Conselho Federal ou por Conselho Seccional. Em face da natureza extraordinária dos recursos interpostos perante o Conselho Federal contra decisão unânime de Conselho Seccional, não se admite a pretensão de simples reexame de fatos e provas. Preliminar conhecida e improvida. Recurso não conhecido no mérito. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento à preliminar de prescrição intercorrente e não conhecer do mérito, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Luciano José Trindade, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.000834-5/SCA-PTU. Recte: S.M.M. (Adv: Maurício Silveira de Souza OAB/SC 8734). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e R.S. (Advs: Jeferson Batschauer OAB/SC 28383 e Outra). Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 057/2014/SCA-PTU. Recurso contra decisão do Conselho Seccional da OAB/SC. Contrariedade ao art. 43 do EAOAB. Ocorrência. Decadência. Inexistência. Aplicação subsidiária de outras normas de regência da legislação pátria. Art. 68 do EAOAB. Permissivo apenas às regras atinentes ao Código de Processo Penal. Preliminar de decadência do direito de representação. Inocorrência. Afastamento da decadência anteriormente reconhecida. Remessa dos autos ao Conselho Seccional de origem para análise do mérito. 1) Inexiste, no âmbito administrativo disciplinar da OAB, o instituto da decadência. 2) De acordo com o art. 68 do EAOAB, somente se aplicam subsidiariamente ao processo disciplinar as normas processuais penais comuns, com exclusão (por falta de previsão expressa) da utilização de outros regramentos tanto relativos ao direito penal material, quanto aqueles cíveis e administrativos, sejam eles de natureza substantiva ou processual. 3) Mesmo que fosse permitida a aplicação subsidiária da legislação material penal, civil e administrativa, esta não seria aplicável ao presente caso, ante a incongruência entre as normas que regem o instituto da prescrição no âmbito do processo disciplinar. 4) É vedado ao Conselho Federal legislar por meio de sua jurisprudência, pois, de acordo com o princípio da reserva legal, cumpre apenas ao Congresso Nacional editar e alterar a legislação federal. 5) Inexistindo norma específica, cumpre à OAB adotar as medidas cabíveis junto ao Poder Legislativo para alterar a Lei n.° 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e da OAB). 6) Afastado o reconhecimento da decadência do direito de representação por este E. Conselho Federal, cumpre ao Tribunal a quo examinar o mérito da causa, sob pena de supressão de instância e violação ao princípio do duplo grau de jurisdição. 7) Recurso a que se dá parcial provimento determinando-se a remessa dos autos ao Conselho Seccional de origem para análise do mérito da causa. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Claudio Stábile Ribeiro, Presidente. Carlos Roberto Siqueira Castro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.000953-6/SCA-PTU. Recte: J.D.P.S. (Adv: Manoel de Souza Barros Neto OAB/MG 27957). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Wilson Sales Belchior (PB). EMENTA N. 058/2014/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Conversão da sanção de suspensão em censura. Ausência de previsão legal. Descaracterização do locupletamento. Tipificação oportuna dos incisos XX e XXI, do art. 34, da Lei nº 8.906/94, que não muda com a quitação posterior. Exclusão do termo "até que preste contas". Previsão legal. Impossibilidade de verificação da quitação pelo Conselho Federal. Necessidade de comprovação indiscutível junto ao respectivo Conselho Seccional. 1. Decisão emitida pelo Tribunal de Ética e Disciplina em conformidade com a capitulação prevista no parecer preliminar e devidamente fundamentada nos incisos XX e XXI, do artigo 34, da Lei nº 8.906/94. 2. A prestação de contas no decorrer de ação judicial ou do processo disciplinar não afasta a infração. 3. A quitação há de ser comprovada por via acima de qualquer dúvida e junto à respectiva Seccional, que dispõe de melhores meios para a verificação do pagamento, ao fim do prazo da suspensão. 4. Recurso conhecido e não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Wilson Sales Belchior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.000979-6/SCA-PTU. Recte: G.A.V. (Advs: Gilmar Alves Vieira OAB/GO 26076 e Outro). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Goiás. Relator: Conselheiro Federal Wilson Sales Belchior (PB). EMENTA N. 059/2014/SCA-PTU. Recurso ao Conselho Federal. Prescrição. Inocorrência. Contagem a partir da verificação do fato ou da instauração do processo disciplinar. Recorrente que não ataca as provas consideradas pela decisão recorrida. Recurso não provido. 1. No que concerne à alegação de prescrição da pretensão punitiva, sabe-se que esta se encontra elencada no artigo 43, do EAOAB, onde se estabelece o prazo de 5 anos para sua aplicação, contando-se esse prazo a partir da "verificação do fato respectivo". 2. O recorrente não confrontou as provas dos autos que foram consideradas para a tomada da decisão recorrida pelo Conselho Seccional da OAB/GO. 3. Violação clara dos artigos 8º, inciso IV; 34, inciso XXVII; 38, inciso II; e 11, inciso II; todos do EAOAB. 4. Recurso conhecido e não provido. Acórdão: Vistos, relatados e dis-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Wilson Sales Belchior, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.001445-0/SCA-PTU. Recte: L.F. (Adv: André Luiz Israel OAB/SP 297589). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Roseli Souza Cabral dos Santos. Relator: Conselheiro Federal Carlos Roberto Siqueira Castro (RJ). EMENTA N. 060/2014/SCA-PTU. Recurso contra decisão proferida pelo Conselho Seccional da OAB/SP. Locupletamento e ausência de prestação de contas. Impossibilidade. Prejuízo causado por culpa grave ao cliente. Configuração. 1) Resta impossibilitada a análise da suposta atipicidade dos fatos quanto às figuras infracionais previstas no art. 34, incisos XX e XXI, do EAOAB, porquanto já afastadas pelo Tribunal a quo. 2) Comprovada a demora do advogado no repasse dos valores recebidos em nome do cliente, causando gravame a este, incide o representado nas sanções do art. 34, inciso IX do EAOAB. 3) Recurso que se conhece e nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Claudio Stábile Ribeiro, Presidente. Carlos Roberto Siqueira Castro, Relator. RECURSO N. 49.0000.2014.001558-7/SCA-PTU. Recte: A.L.R.O. (Def. Dat: Fábio Rocha da Cruz OAB/SP 253861). (Adv: Ubirajara Mangini Kuhn Pereira OAB/SP 95377). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA N. 061/2014/SCA-PTU. Recurso contra acórdão do Conselho Seccional da OAB/SP. Preliminar de nulidade absoluta do processo por cerceamento de defesa rejeitada. Preliminar de prescrição rejeitada. Recurso conhecido e improvido. Manutenção da pena de exclusão aplicada pela OAB/SP. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 1ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente. Everaldo Bezerra Patriota, Relator.

Brasília-DF, 15 de abril de 2014.
CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO
Presidente

AUTOS COM VISTA AOS RECORRIDOS/INTERESSADOS

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentarem contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos. RECURSO N. 49.0000.2012.012969-2/SCA-PTU. Recte: P.S.B. (Advs: Paulo Soares Brandão OAB/SP 151545 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.D.P.C.D. (Adv: Vera Lúcia Tamiso OAB/SP 69352). RECURSO N. 49.0000.2013.010459-9/SCA-PTU. Recte: N.W.F.R. (Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues OAB/CE 16599-A, Fábio da Costa Vilar OAB/SP 167078 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Ceará e R.O.A.B. (Advs: Alice Melo de Sousa OAB/CE 22167 e Outros). RECURSO N. 49.0000.2013.010548-8/SCA-PTU. Recte: J.A.S. (Adv: Jânio de Almeida Silveira OAB/BA 10324). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Bahia. RECURSO N. 49.0000.2013.012069-1/SCA-PTU. Recte: D.J.M.F. (Adv: Domingos José Mendes Franco OAB/MG 62721). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. RECURSO N. 49.0000.2013.012389-1/SCA-PTU. Rectes: G.D.C. e J.A.A.A.A. (Advs: Gabriel Diniz da Costa OAB/RS 63407 e Jamil Abdo OAB/RS 22830). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Rio Grande do Sul, Paulo Roberto Pinto, Nilton Fernando Machado Leote, Amâncio Motta, Paulo Cesar Oliveira Fonseca, Anacleto da Silva, Edson dos Santos Machado, Marcelo Matias, Telmo Steil e Leonardo Pereira. RECURSO N. 49.0000.2013.012817-6/SCA-PTU. Recte: M.C.F.B. (Advs: Carlos Edmur Marquesi OAB/SP 174177, Margareth de Castro Ferro Brunharo OAB/SP 82864 e OAB/MG 142365 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo.

Brasília-DF, 15 de abril de 2014.
CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO
Presidente

DESPACHOS

RECURSO N. 49.0000.2013.003796-9/SCA-PTU-ED. Embte: G.R.A. (Adv: Gilberto Rocha de Andrade OAB/SP 85622). Embdo: Despacho de fls. 639 do Presidente da PTU/SCA. Recte: G.R.A. (Advs: Iremi Miguel Kieslarek OAB/SP 103753 e Outro). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). DESPACHO: "O Pleno da Segunda Câmara, em decisão proferida nos autos do Recurso n. 49.0000.2012.005325-8/SCA-STU, deliberou pelo recebimento dos embargos de declaração opostos em face de decisão monocrática como recurso voluntário, previsto no art. 140, parágrafo único, do Regulamento Geral, (...). Nesse sentido, recebo os embargos de declaração opostos às fls. 643/647 como recurso em face do despacho de fls. 637/639. Dê-se vista à parte contrária, nos termos do art. 137-D, § 4º, do RGEAOAB. Brasília, 8 de abril de 2014. César Augusto Moreno, Relator." RECURSO N. 49.0000.2014.000457-9/SCA-PTU. Recte: A.M.C. (Adv. Assist: Francisco App. Borges Júnior OAB/SP 111508). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e E.B. (Adv: Eduardo Belmudes OAB/SP 192423). Relator: Conselheiro Federal Valmir Pontes Filho (CE). DESPACHO: "Trata-se de recurso interposto por A.M.C., por intermédio de advogado assistente, em face do v. acórdão de fls. 270/272 e 284, pelo qual a Quarta Câmara Recursal do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, por unanimidade, negou provimento ao recurso interposto pelo recorrente, para manter a decisão de arquivamento liminar da representação, (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 7 de abril de 2014. Valmir Pontes Filho, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo eminente Relator e adoto seus jurídicos fundamentos para indeferir liminarmente o recurso interposto, porquanto ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do EAOAB, uma vez que interposto em face de acórdão unânime de Conselho Seccional que mantém o arquivamento liminar da representação, decisão esta que não possui caráter de decisão definitiva a que alude o permissivo legal. Após o trânsito em julgado desta decisão, devolvam-se os autos à Seccional de origem. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2014.000550-8/SCA-PTU. Recte: J.S.T. (Adv: Jomateleno dos Santos Teixeira OAB/SP 54685). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). "Trata-se de recurso interposto pelo advogado J.S.T., em face do v. acórdão de fl. 72/77, pelo qual a Quarta Câmara Recursal do Conselho Seccional da OAB/São Paulo, por unanimidade, negou provimento ao recurso interposto pelo recorrente, (...). Portanto, ausentes os pressupostos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho ao ilustre Presidente desta Turma seu indeferimento liminar, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 7 de abril de 2014. Elton Sadi Fülber, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo eminente Relator e adoto seus jurídicos fundamentos para indeferir liminarmente o recurso interposto, porquanto ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do Estatuto da Advocacia e da OAB, Lei nº 8.906/94, determinando a devolução dos autos à Seccional de origem, após o trânsito em julgado desta decisão. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2014.000605-9/SCA-PTU. Recte: B.A.C. (Adv: Gustavo Sartor de Oliveira OAB/PR 46442). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná, C.D., F.M.R.S. e C.A.A. (Advs: Claudinei Dombroski OAB/PR 30248, Frederich Mark Rosa Santos OAB/PR 10416 e Clederbal Átila de Almeida OAB/PR 33352). Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). DESPACHO: "Trata-se do recurso interposto por B.A.C., por intermédio de seu advogado, em face do v. acórdão de fls. 992/997, pelo qual a 1ª Turma da Câmara de Disciplina do Conselho Seccional da OAB/Paraná, por maioria, negou provimento ao recurso interposto pelo recorrente, para manter a decisão de arquivamento liminar da representação, (...). Portanto, ausentes os requisitos de admissibilidade previstos no art. 75 do EAOAB, nego seguimento ao recurso e proponho seu indeferimento liminar ao Presidente desta Turma, nos termos do art. 140 do Regulamento Geral do EAOAB. Brasília, 7 de abril de 2014. Elton Sadi Fülber, Relator." DESPACHO: "Acolho o despacho proferido pelo eminente Relator e adoto seus jurídicos fundamentos para indeferir liminarmente o recurso interposto, porquanto ausentes seus pressupostos processuais específicos de admissibilidade, previstos no art. 75 do EAOAB, uma vez que interposto em face de acórdão unânime de Conselho Seccional que mantém o arquivamento liminar da representação, decisão esta que não possui caráter de decisão definitiva a que alude o permissivo legal. Após o trânsito em julgado desta decisão, devolvam-se os autos à Seccional de origem. Brasília, 8 de abril de 2014. Cláudio Stábile Ribeiro, Presidente." RECURSO N. 49.0000.2014.001616-0/SCA-PTU. Recte: L.T.A.N.P. (Advs: Leonard Thomas Arthur Nigel Pegler OAB/RS 17487 e OAB/SC 5559-A e Fábio Oliveira Santos OAB/SC 34739). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e C.C.P.S. (Advs: Tatiana dos Santos Russi OAB/SC 29738 e Clóvis Darrazão OAB/SC 13037). Relator: Conselheiro Federal César Augusto Moreno (PR). DESPACHO: "Cuida-se de analisar as petições de fls. 219/220 e 236, através das quais o advogado L.T.A.N.P. pede ao Conselho Seccional que enfrente e decida o pedido de devolução de prazo recursal, sob o argumento de que a petição de fls. 219/220 não se trata de recurso, mas apenas juntada de substabelecimento e anotações da sua sustentação oral realizada. Diante do exposto, determino o retorno dos autos à Seccional Catarinense, para a expedição de nova notificação às partes da decisão de fls. 195/199, oportunizando-se a interposição de eventual recurso. Brasília, 7 de abril de 2014. César Augusto Moreno, Relator."

Brasília-DF, 15 de abril de 2014.
CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO
Presidente

3ª TURMA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2013.002087-3/SCA-TTU. Recte: W.C.M.J. (Adv: Waldemar Cury Maluly Jr. OAB/SP 41830 e Outros). Recdos: Despacho de fls. 142 do Presidente da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e L.G.V.S. (Def. Dat: Lídia Teixeira Lima OAB/SP 94509). Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). EMENTA N. 038/2014/SCA-TTU. Recurso interposto contra decisão de arquivamento liminar da representação. Não conhecimento. Precedentes desta Turma. 1) O pressuposto processual de admissibilidade previsto no art. 75 do Estatuto exige que, além de não unânime, a decisão proferida pelo Conselho Seccional tenha sido definitiva, razão pela qual a decisão proferida pelo Conselho Seccional que mantém o arquivamento de representação, considerando inadmissível a instauração do processo ético-disciplinar, não comporta recurso para o Conselho Federal. Precedentes. Recurso não conhecido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Junior, Presidente em exercício. Valéria Lauande Carvalho Costa, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2013.003795-0/SCA-TTU. Recte: F.G.L. (Advs: Filemon Galvão Lopes OAB/SP 163248, Sebastião Rodrigues Leite Júnior OAB/RN 2582 e OAB/SP 333304 e Outros). Recdos: Despacho de fls. 467/470 do Presidente da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e E.M.A. (Advs: Fábio Antônio Boturão Ventriglia OAB/SP 152102 e Outro). Relator: Conselheiro Federal Renato da Costa Figueira (RS). Relatora ad hoc: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). EMENTA N. 039/2014/SCA-TTU. Recurso. Decisão monocrática no Conselho Federal. Inexistência de razões contra os fundamentos da decisão que não conheceu do anterior apelo excepcional. Recurso contra decisão monocrática, no Conselho Federal, de não conhecimento da irresignação contra decisão seccional. Necessidade de se atacar dialeticamente o decisum monocrático, o que não atendido pelo recorrente. Recurso Desprovido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Junior, Presidente em exercício. Valéria Lauande Carvalho Costa, Relatora ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.007220-4/SCA-TTU. Recte: F.A.G. (Adv: Fernando Godoy OAB/SP 118450). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e José Antônio de Jesus. Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). EMENTA N. 040/2014/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Inocorrência de prescrição. Lapso temporal inferior a 5 anos desde a última causa interruptiva de prescrição. A pretensão à punibilidade das infrações disciplinares nos processos regidos pela Lei nº 8.906/94 prescreve em cinco anos, contados da data da constatação oficial do fato, possuindo como marcos interruptivos a instauração de processo disciplinar ou a notificação inicial válida feita diretamente ao representado, ou decisão condenatória recorrível de qualquer órgão julgador da OAB. Inteligência do art. 43 do EAOAB. Questão de ordem pública, que deve ser analisada, não obstante o recurso não preencha os requisitos do art. 75 do EAOAB. Pretensão de reanalise de fatos, o que é vedado nessa instância extraordinária. Capitulação correta. Ausência de erro de julgamento. Recorrente reincidente, daí a aplicação da pena de suspensão, de acordo com o art. 37, II do EAOAB. Recurso conhecido quanto à prescrição e improvido, para manter a decisão recorrida. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Junior, Presidente em exercício. Valéria Lauande Carvalho Costa, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2013.007871-8/SCA-TTU. Recte: D.N.B. (Adv: Regis Fernando Niederauer da Silveira OAB/MT 3756/O). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Mato Grosso. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Aldemario Araujo Castro (DF). EMENTA N. 041/2014/SCA-TTU. Suspensão preventiva - Medida Cautelar - Princípio constitucional da não culpabilidade que sinaliza no sentido da sua absoluta excepcionalidade - Decisão recorrida que não alude a qual teria sido a repercussão prejudicial à advocacia - Ausência de periculum in mora e fumus boni juris - Recurso a que se dá provimento para anular a decisão que decretou a suspensão preventiva. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por maioria, em conhecer e dar parcial provimento ao recurso, nos termos do voto divergente, que integra o presente. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Junior, Presidente em exercício. Aldemario Araujo Castro, Relator para o acórdão. RECURSO N. 49.0000.2013.013165-0/SCA-TTU. Recte: A.N.V. (Def. Dat: Grinaldo Gadelha Júnior OAB/PE 16715-D). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Pernambuco. Relator: Conselheiro Federal Guilherme Octávio Batochio (SP). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Iraclides Holanda de Castro (RN). EMENTA N. 042/2014/SCA-TTU. Processo disciplinar - Inadimplência - Infração disciplinar configurada - Suspensão do exercício profissional - Constitucionalidade do artigo 34, inciso XXIII, do EAOAB - Precedentes - Recurso a que se nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Impedido de votar o representante da OAB/Pernambuco. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Junior, Presidente em exercício. Iraclides Holanda de Castro, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.014054-4/SCA-TTU. Recte: C.B.S. (Adv: Claudionor Barcelos da Silva OAB/MG 36470). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais. Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Junior (TO). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Carlos Augusto de Souza Pinheiro (TO). EMENTA N. 043/2014/SCA-TTU. Recurso interposto contra acórdão que por unanimidade de votos da instância Seccional decidiu aplicar a pena de suspensão de 30 dias e multa de uma anuidade pela prática infracional encartada no artigo 34, inciso I, do Estatuto da OAB, consistente em exercer a profissão quando impedido de fazê-lo. Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

como conhecer do recurso quanto ao mérito. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso no tocante à alegação constitucional de prescrição, julgando-a improvida e não conhecer do recurso nas demais alegações de mérito, por ausência de pressupostos recursais para a sua admissibilidade, nos termos do voto do Relator, parte integrante deste. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Junior, Presidente em exercício. Carlos Augusto de Souza Pinheiro, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.014496-0/SCA-TTU. Recte: J.C.B. (Advs: José do Carmo Badaró OAB/PR 14471 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e A.C.S. (Advs: Paulo Roberto Jensen OAB/PR 15676 e Outros). Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Junior (TO). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Carlos Augusto de Souza Pinheiro (TO). EMENTA N. 044/2014/SCA-TTU. Recurso. Preliminar de Cerceamento de Defesa. Ausência de justa motivação. Quanto ao mérito, o julgamento unânime no acórdão recorrido e a ausência de pressupostos recursais impedem a admissibilidade. I-Não cumpre ao órgão ético-disciplinar em condições ordinárias esgotar ativamente a apuração fática da atuação profissional do representado a ponto de, por iniciativa própria, diligenciar injustificadamente à empresa privada em busca de elementos que supostamente confirmariam a tese de defesa, sob pena de se transfigurar o procedimento de julgamento em investigação de cunho particular e de difícil conclusão. II-Sem qualquer excepcionalidade aventada, cabe ao representado apresentar, na oportunidade regularmente lhe concedida em sede de defesa, os elementos que comprovem as alegações encartadas na contestação ofertada aos autos. III-Recurso, quanto ao mérito, interposto contra acórdão que por unanimidade de votos da instância Seccional decidiu aplicar a pena de suspensão pela prática infracional encartada no artigo 34, incisos XX e XXI do Estatuto da OAB, consistente em deixar de repassar integralmente os valores recebidos em nome do representante - Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como conhecer do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer do recurso quanto a preliminar de cerceamento de defesa e negá-lo e, quanto ao mérito, não conhecer do recurso, por ausência de pressupostos recursais para a sua admissibilidade, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Junior, Presidente em exercício. Carlos Augusto de Souza Pinheiro, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.014608-5/SCA-TTU. Recte: R.O.A. (Adv: Daniel Adolpho Daltin Assis OAB/SP 245723). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Junior (TO). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Carlos Augusto de Souza Pinheiro (TO). EMENTA N. 045/2014/SCA-TTU. Reabilitação. Frequentes condenações disciplinares. Exercício profissional inobstante impedido de fazê-lo. Julgamento unânime no acórdão recorrido e a ausência de pressupostos recursais impedem a admissibilidade. I- Recurso interposto contra acórdão que por unanimidade de votos da instância Seccional decidiu negar a reabilitação pretendida, notadamente quanto à ausência de comprovação de bom comportamento exigido legalmente e a conduta antiética de contumaz descumprimento das regras que regem o exercício profissional. Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como conhecer do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, por ausência de pressupostos recursais para a sua admissibilidade, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Junior, Presidente em exercício. Carlos Augusto de Souza Pinheiro, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.014850-7/SCA-TTU. Recte: W.L.C. (Adv: Wilson Lopes da Conceição OAB/PR 21643). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Paraná. Relatora: Conselheira Federal Valéria Lauande Carvalho Costa (MA). EMENTA N. 046/2014/SCA-TTU. Recurso ao Conselho Federal. Decisão unânime de Conselho Seccional. Nulidades. Inexistência. Mérito. Improvimento. Não há cerceamento de defesa da parte que interpõe todos os recursos e enfrenta as razões da decisão que apresenta fundamento distinto da tese recorrente. A inconformidade contra a decisão condenatória não se confunde com nulidade, já que os fundamentos da decisão enquadram a situação fática à norma distinta daquele que inquina de não enfrentada. Não há nulidade sem prejuízo (pas de nullité sans grief), ou seja, não se declara nulo ato processual que não cause prejuízo, nem houver influído na decisão da causa ou na apuração da verdade real, o que se constata no caso dos autos. O mérito processual concerne à possibilidade da parte pactuar honorários que ao final resultem em desvantagem excessiva à Autora da ação. A falta de moderação com o recebimento de bem mais que 50% da vantagem econômica auferida pela parte, implica em ofensa aos arts. 36, caput, e 38 do Código de Ética e Disciplina da OAB, que exige moderação e remuneração adequada em contrapartida aos serviços advocatícios prestados, que não poderá suplantar as vantagens auferidas pela parte. Com isso houve falta de prestação de contas, por ter sido entregue à parte tão somente 5% do valor recebido por alvará pelo patrono. Recurso a que se nega provimento. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Relatora, que integra o presente. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Junior, Presidente em exercício. Valéria Lauande Carvalho Costa, Relatora. RECURSO N. 49.0000.2013.014865-3/SCA-TTU. Rectes: L.B.T. e T.J.M.T. (Advs: Daiane Rocha da Silva OAB/BA 23243 e Outros). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Bahia e R.L.B.F. (Adv: Rogério Leite Brandão Ferreira OAB/BA 9903). Relator: Conselheiro Federal Gedeon Batista Pitaluga Junior (TO). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Carlos Augusto de Souza Pinheiro (TO). EMENTA N. 047/2014/SCA-TTU. Julgamento unânime no acórdão recorrido e a ausência de pressupostos recursais impedem a admissibilidade. I- Recurso interposto contra acórdão que por unanimidade de votos da instância Seccional decidiu aplicar a pena de suspensão pela prática infracional encartada no artigo 34, incisos XX e XXI do Estatuto da OAB, consistente em deixar de repassar integralmente os valores recebidos em nome do representante - Não estando presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso, vez que o acórdão recorrido, foi à unanimidade de votos (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB) e, como o mesmo não afronta a Lei nº 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, não há como conhecer do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, por ausência de pressupostos recursais para a sua admissibilidade, nos termos do voto do Relator, que integra o presente. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Junior, Presidente em exercício. Carlos Augusto de Souza Pinheiro, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2013.015122-0/SCA-TTU. Recte: C.L. (Advs: Emerson Luis de Oliveira Reis OAB/SP 171273 e Outros). Recdo: Conselho Seccional da OAB/São Paulo. Relator: Conselheiro Federal Cícero Borges Bordalo Junior (AP). EMENTA N. 048/2014/SCA-TTU. Recurso. Julgamento unânime no acórdão recorrido. Ausência de pressupostos recursais. Inadmissibilidade I-Recurso interposto contra acórdão que por unanimidade de votos da instância Seccional condenou o Recorrente a pena de exclusão, nos termos do artigo 38, inciso II, do EAOAB por prática de infração disciplinar encartada no artigo 34, inciso XXV, do mesmo diploma legal. II-Em razão do caráter excepcional do recurso ao Conselho Federal (Art. 75, do Estatuto da Advocacia e da OAB), e diante de acórdão recorrido proferido por unanimidade, é imprescindível que o recurso demonstre claramente a afronta à Lei n. 8.906/94 (EAOAB), decisão do Conselho Federal ou de outro Conselho Seccional, bem como o Regulamento Geral, o Código de Ética e Disciplina e os Provimentos do Conselho Federal, sob pena de não conhecimento. III-À míngua de pressupostos de admissibilidade recursal, desconheço do recurso. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da 3ª Turma da Segunda Câmara do CFOAB, por unanimidade, em não conhecer do recurso, nos termos do voto do relator, que integra o presente. Brasília, 08 de abril de 2014. Cícero Borges Bordalo Júnior, Presidente em exercício e Relator.

Brasília-DF, 14 de abril de 2014.
RENATO DA COSTA FIGUEIRA
Presidente

AUTOS COM VISTA AOS RECORRIDOS/INTERESSADOS

Os processos a seguir relacionados encontram-se com vista aos Recorridos/Interessados para, querendo, apresentar contrarrazões ou manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando os recursos interpostos. RECURSO N. 49.0000.2013.002047-6/SCA-TTU. Recte: O.R.L. (Adv: Osmar Ramponi Leitão OAB/SP 79437). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo, S.P. e A.A.P. (Adv: Regina Sílvia Marques OAB/MG 44241). RECURSO N. 49.0000.2013.002074-3/SCA-TTU. Recte: M.L.P.S. (Adv: Marcos Luiz Pereira de Souza OAB/PR 53169). Recdos: Conselho Seccional da OAB/São Paulo e Carlos Rosa. RECURSO N. 49.0000.2013.003927-0/SCA-TTU. Recte: V.S.R. (Adv: Valdemir Santos Rodrigues OAB/SP 70079). Recdos: Despacho de fls. 202 do Presidente da TTU/SCA, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e E.B. (Advs: Paulo Cahim Junior OAB/SP 215891 e Outros). RECURSO N. 49.0000.2013.011324-9/SCA-TTU. Recte: L.G.G.M. (Advs: Luiz Gonzaga Guedes Martins OAB/SC 3363 e Outro). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Santa Catarina e J.M.R. (Adv: Ana Claudia Fiori Justen OAB/SC 11070). RECURSO N. 49.0000.2013.011405-7/SCA-TTU. Rectes: O.A.L.N. e L.C.C.A.L. (Advs: Olimpio de Abreu Lima Neto OAB/MG 60286 e Luís Cláudio Carvalho de Abreu Lima OAB/MG 66051). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Minas Gerais e José Blênio de Oliveira. RECURSO N. 49.0000.2013.011899-3/SCA-TTU. Recte: G.R.L. (Adv: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001 e Outro). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e D.A.F. (Advs: Bernardo Duarte Almeida Fonseca OAB/PR 31139 e Outros). RECURSO N. 49.0000.2013.012989-6/SCA-TTU. Recte: S.G.F. (Adv: Jorge Luiz Rodrigues Baptista de Paula OAB/RJ 154890). Recdo: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. RECURSO N. 49.0000.2013.013873-0/SCA-TTU. Recte: S.G.F. (Adv: Sérgio Gomes de Freitas OAB/RJ 91667). Recdo: Despacho de fls. 119 do Presidente da TTU/SCA e Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. RECURSO N. 49.0000.2013.014138-9/SCA-TTU. Recte: S.A.M. (Adv: Solange Aparecida Moreira OAB/SP 117585). Recdos: Despacho de fls. 177 do Presidente da TTU/SC, Conselho Seccional da OAB/São Paulo e M.M. (Adv. Assist: Sílvio Aureliano OAB/SP 278237).

Brasília-DF, 14 de abril de 2014.
RENATO DA COSTA FIGUEIRA
Presidente

IMPRENSA NACIONAL
http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
LEITURA DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

Desde 1º de outubro de 2004, os assinantes dos jornais oficiais eletrônicos contam com a Certificação Digital, que garante a autenticidade desses produtos.

